



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2165

Terça-feira - 10 de Janeiro de 2017

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Água Doce.....	2	Guaraciaba	196	Pomerode.....	543
Alto Bela Vista.....	4	Herval d'Oeste	277	Porto Belo.....	548
Anchieta	5	Ibiam	282	Porto União.....	561
Antônio Carlos	10	Ilhota	284	Presidente Nereu.....	563
Arabitã	12	Imbituba	286	Princesa	581
Arroio Trinta.....	13	Indaial.....	287	Rio do Sul.....	583
Balneário Piçarras.....	14	Iomerê	320	Rio Fortuna.....	593
Balneário Rincão	18	Ipuacú.....	321	Romelândia.....	594
Barra Bonita.....	19	Ipumirim	322	Santa Cecília	596
Barra Velha.....	22	Irineópolis	334	Santa Rosa de Lima.....	597
Bela Vista do Toldo.....	23	Itaiópolis	341	Santa Terezinha do Progresso	598
Benedito Novo	42	Itapiranga.....	342	São Bento do Sul.....	600
Biguaçu	59	Itapoá	343	São Domingos.....	632
Blumenau	66	Ituporanga	344	São João Batista.....	633
Bom Jardim da Serra	67	Jacinto Machado	355	São João do Oeste	635
Bom Jesus do Oeste	68	Jaraguá do Sul	357	São João do Sul	636
Bom Retiro	111	Joaçaba	376	São Joaquim	637
Braço do Trombudo	114	Laguna	381	São José do Cedro.....	658
Brusque.....	116	Lauro Muller	383	São Lourenço do Oeste.....	660
Caçador.....	127	Lebon Regis	384	São Miguel do Oeste.....	677
Camboriú.....	130	Leoberto Leal.....	409	São Pedro de Alcântara.....	680
Campo Alegre	132	Lindóia do Sul	440	Schroeder.....	682
Campos Novos.....	141	Luzerna	443	Seara	685
Canoinhas.....	142	Macieira.....	450	Serra Alta	686
Capinzal	145	Mafra	473	Sombrio.....	687
Catanduvas.....	147	Maracajá	475	Sul Brasil	688
Caxambu do Sul.....	150	Meleiro	476	Tigrinhos	689
Celso Ramos.....	153	Modelo	477	Timbé do Sul	726
Chapadão do Lageado	154	Mondaí.....	483	Timbó	729
Chapecó	158	Morro da Fumaça	485	Três Barras	730
Cocal do Sul.....	165	Navegantes.....	510	Treze Tílias	735
Concórdia	166	Nova Trento.....	511	Tunápolis.....	736
Cordilheira Alta	167	Orleans	512	Turvo	768
Coronel Martins.....	168	Otacílio Costa.....	513	União do Oeste	771
Corupá	171	Palhoça	514	Urussanga	774
Curitibanos	173	Palma Sola.....	515	Vargeão.....	775
Faxinal dos Guedes.....	179	Palmitos	516	Vargem Bonita	776
Flor do Sertão	180	Papanduva.....	519	Vidal Ramos.....	793
Fraiburgo.....	181	Passo de Torres.....	521	Videira.....	794
Garopaba.....	187	Passos Maia	522	Vitor Meireles.....	796
Garuva	189	Paulo Lopes	523	Xanxerê.....	797
Gaspar	190	Penha.....	524	Xavantina	798
Governador Celso Ramos	191	Petrolândia	541		
Grão Pará	192	Pinheiro Preto	542		

Consórcios

CIGA	800	CIS/AMREC.....	812
CIS Nordeste	809	CIS/AMURES.....	812
CIS/AMARP.....	810	Consórcio CISAMA.....	813

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 1307, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3321 5300

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

Água Doce

PREFEITURA

PORTARIA Nº 057/2017

PORTARIA Nº 057/2017 – DE 09 DE JANEIRO DE 2017

“CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIA QUE MENCIONA”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito do Município de Água Doce - SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com os Art. 75, 76, 77 e 78 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Artigo 1º Conceder férias a funcionária Adriana Boff, inscrita no CPF nº 047.379.539-62, efetiva no cargo de Enfermeira, no período de 09/01/2017 até 28/01/2017, período 15/16.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 09 de janeiro de 2017.

ANTONIO JOSÉ BISSANI

LILIAN BITTENCOURT CHÜLER

Prefeito Municipal

Diretora do Dpto Recursos Humanos

PORTARIA Nº 058/2017

PORTARIA Nº 058/2017 – DE 09 DE JANEIRO DE 2017

“CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIA QUE MENCIONA”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito do Município de Água Doce - SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com os Art. 75, 76, 77 e 78 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Artigo 1º Conceder férias a funcionária Berenice Conceição dos Santos Zanchetta, inscrita no CPF nº 029.599.489-47, efetiva no cargo de Agente Operacional de Manutenção e Limpeza, no período de 09/01/2017 até 07/02/2017, período 15/16.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 09 de janeiro de 2017.

ANTONIO JOSÉ BISSANI

LILIAN BITTENCOURT CHÜLER

Prefeito Municipal

Diretora do Dpto Recursos Humanos

PORTARIA Nº 059/2017

PORTARIA Nº 059/2017 – DE 09 DE JANEIRO DE 2017

“CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIA QUE MENCIONA”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito do Município de Água Doce - SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com os Art. 75, 76, 77 e 78 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Artigo 1º Conceder férias a funcionária CLEDI WIEZOREK ALTENBURGER, inscrita no CPF nº 008.745.379-75, efetiva no cargo de Psicóloga, no período de 09/01/2017 até 07/02/2017, período 15/16.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 09 de janeiro de 2017.

ANTONIO JOSÉ BISSANI

LILIAN BITTENCOURT CHÜLER

Prefeito Municipal

Diretora do Dpto Recursos Humanos

PORTARIA Nº 060/2017

PORTARIA Nº 060/2017 – DE 09 DE JANEIRO DE 2017

“CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIA QUE MENCIONA”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito do Município de Água Doce - SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com os Art. 75, 76, 77 e 78 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Artigo 1º Conceder férias a funcionária REGINA AMABILE VARASCHIN, inscrita no CPF nº 594.853.539-87, efetiva no cargo de Auxiliar Administrativo, no período de 09/01/2017 até 07/02/2017, período 15/16.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 09 de janeiro de 2017.

ANTONIO JOSÉ BISSANI

LILIAN BITTENCOURT CHÜLER

Prefeito Municipal

Diretora do Dpto Recursos Humanos

PORTARIA Nº 061/2017

PORTARIA Nº 061/2017 – DE 09 DE JANEIRO DE 2017

“CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIA QUE MENCIONA”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito do Município de Água Doce - SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com os Art. 75, 76, 77 e 78 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Artigo 1º Conceder férias a funcionária VERA LÚCIA DARÓS BALESTRIN, inscrita no CPF nº 027.692.789-32, efetiva no cargo de Auxiliar Administrativo, no período de 09/01/2017 até 27/01/2017, período 15/16.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 09 de janeiro de 2017.

ANTONIO JOSÉ BISSANI

LILIAN BITTENCOURT CHÜLER

Prefeito Municipal

Diretora do Dpto Recursos Humanos

PORTARIA Nº 062/2017

PORTARIA Nº 062/2017 – DE 09 DE JANEIRO DE 2017

“CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIOS QUE MENCIONA”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito do Município de Água Doce - SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com os Art. 75, 76, 77 e 78 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Artigo 1º Conceder férias a funcionária JACQUELINE MARIA CELSO, inscrita no CPF nº 020.426.519-31, efetiva no cargo de Professora 1ª a 5ª Série, no período de 09/01/2017 até 07/02/2017, período 16/17.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 09 de janeiro de 2017.

ANTONIO JOSÉ BISSANI

LILIAN BITTENCOURT CHÜLER

Prefeito Municipal

Diretora do Dpto Recursos Humanos

Alto Bela Vista

PREFEITURA

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2017 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ALTO BELA VISTA – SC
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2017

Objeto: Credenciamento de empresa(s) especializada(s) na realização de exames laboratoriais especificados descritos no Anexo "B" deste Edital, para atendimento a população do Município.

Prestadores: Prestador de serviços de saúde, pessoa jurídica, privada ou pública, lucrativa ou não.

Recebimento da documentação: à partir de 10/01/2017 até 31/12/2017.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.altobelavista.sc.gov.br. Informações complementares poderão ser obtidas no Departamento de Compras deste Município, situado na Rua do Comércio, 1015, Centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3455-9022.

Alto Bela Vista, SC, 09 de janeiro de 2017.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 038/2016

MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 038/2016

Objeto: Registro de preços para possível contratação de empresas para prestação de serviços de recapagens, recauchutagem e vulcanização de pneus dos veículos da Frota Municipal.

Tipo: Menor Preço Por Lote.

Recebimento das propostas: até as 08h50 do dia 25/01/2017.

Abertura: às 09h do dia 25/01/2017.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.altobelavista.sc.gov.br, link "Licitações". Informações complementares poderão ser obtidas no Departamento de Compras deste Município, situado na Rua do Comércio, 1015, Centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3455-9022.

Alto Bela Vista, SC, 06 de janeiro de 2017.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 001/2017

MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 001/2017

Objeto: Registro de Preços para possível aquisição de gêneros alimentícios da merenda escolar destinados à Rede Municipal de Ensino Infantil e Fundamental do Município.

Tipo: Menor Preço Por Item.

Recebimento das propostas: até as 08h50 do dia 23/01/2017.

Abertura: às 09h do dia 23/01/2017.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.altobelavista.sc.gov.br, link "Licitações". Informações complementares poderão ser obtidas no Departamento de Compras deste Município, situado na Rua do Comércio, 1015, Centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3455-9022.

Alto Bela Vista, SC, 09 de janeiro de 2017.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 002/2017

MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 002/2017

Objeto: Registro de Preços para possível aquisição de uniformes escolares, destinados a Rede Municipal de Ensino Infantil e Fundamental do Município.

Tipo: Menor Preço Por Lote.

Recebimento das propostas: até as 08h50 do dia 24/01/2017.

Abertura: às 09h do dia 24/01/2017.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.altobelavista.sc.gov.br, link "Licitações". Informações complementares poderão ser obtidas no Departamento de Compras deste Município, situado na Rua do Comércio, 1015, Centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3455-9022.

Alto Bela Vista, SC, 09 de janeiro de 2017.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Anchieta

PREFEITURA

CONTRATO Nº 001/2017 FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA. SOCIAL DE ANCHIETA
EXT. CONTRATO Nº 001/2017 DL 001/2017

OBJETO: Locação de imóvel, terreno lote urbano nº 376, situado na Rua Olímpio Dal Magro, esquina com a Rua Dr. Antônio Pichetti, nº 587, nesta cidade de Anchieta - SC, que servirá para funcionamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo (SCFV), totalizando 04 cômodos e 04 banheiros, para o exercício financeiro de 2017.

R\$: 19.306,68

CONTRATADO: MITRA DIOCESANA DE CHAPECÓ – PARÓQUIA STA. LÚCIA. ASSINATURA: Pelo FMAS, IVAN JOSÉ CANCI – Prefeito Municipal; e pela Empresa/Pároco: NELSON ANGELO LÍBANO. Anchieta, 03 de Janeiro de 2017.

Municipal; e pela Empresa/Pároco: NELSON ANGELO LÍBANO. Anchieta, 03 de Janeiro de 2017.

CONTRATO Nº 002/2017 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANCHIETA
EXT. CONTRATO Nº 002/2017 IL 005/2017

OBJETO: Aquisição de passagens a serem utilizadas para transporte de pacientes que necessitam de tratamento fora do domicílio (TFD), encaminhados pela Secretaria de Saúde Pública, no ano de 2017 ou até a o término das quantidades adquiridas, sendo o trajeto: Campo Erê a Florianópolis e de retorno de Florianópolis a Anchieta.

VALOR R\$: 53.587,40

CONTRATADO: REUNIDAS TURISMO S.A
ASSINATURA: Pelo FMS, MARTINHOS SCANTAMBURLO – Gestor Municipal; e pela Empresa/Responsável Legal: VINÍCIUS MARINS Anchieta, 03 de Janeiro de 2017.

CONTRATO Nº 001/2017 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANCHIETA
EXT. CONTRATO Nº 001/2017 DL 001/2017

OBJETO: Fornecimento emergencial, de combustíveis (óleo diesel S-10 e gasolina comum) para o abastecimento dos veículos do Fundo Municipal da Saúde e Vigilância Sanitária.

VALOR R\$: 11.739,00

CONTRATADO: ELOYR LUIZ SEGABINAZZI CASOTTI. ASSINATURA: Pelo FMS, MARTINHOS SCANTAMBURLO – Gestor Municipal; e pela Empresa: ELOYR LUIZ SEGABINAZZI CASOTTI Anchieta, 02 de Janeiro de 2017.

CONTRATO Nº 002/2017 PM

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA
EXT. CONTRATO Nº 002/2017

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços mensal de manutenção preventiva e corretiva de hardware do servidor de internet e da rede interna de transmissão dos sinais do município, conforme condições pré-estabelecidas nesse contrato. A prestação dos serviços será realizada quando necessário presencialmente no município ou via acesso remoto.

CONTRATADO: GLOBALMIDIA GM INFORMÁTICA LTDA - ME.

Valor R\$: 1.560,00. ASSINATURA: Pelo Município, IVAN JOSÉ CANCI - Prefeito Municipal; e pelo CONTRATADO: FERNANDO MOSCHEN.

Anchieta, 02 de Janeiro de 2017.

CONTRATO Nº 001/2017 PM

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA
EXT. CONTRATO Nº 001/2017

OBJETO: Contrato de Prestação de Serviços de tecnologia da informação e comunicação, que entre si celebram o município de Anchieta Estado de Santa Catarina, e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal.

CONTRATADO: CONSÓRCIO DE INFORMATICA NA GESTAO PUBLICA MUNICIPAL (CIGA).

Valor R\$: 7.740,00. ASSINATURA: Pelo Município, IVAN JOSÉ CANCI - Prefeito Municipal; e pelo CONTRATADO: GILSONI LUNARDI ALBINO

Anchieta, 02 de Janeiro de 2017.

CONTRATO Nº 003/2017 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANCHIETA
EXT. CONTRATO Nº 003/2017 DL 002/2017

OBJETO: Locação de sala 10x6 mts, localizada no salão paroquial, pertencente a Mitra Diocesana, para desenvolver atividades de cursos, palestras e encontros, reuniões, Atendimento dos profissionais do NASF da Secretaria de Saúde para o exercício financeiro de 2017.

VALOR R\$: 3.846,00

CONTRATADO: MITRA DIOCESANA DE CHAPECÓ - PARÓQUIA SANTA LUCIA. ASSINATURA: Pelo FMS, MARTINHOS SCANTAMBURLO – Gestor Municipal; e pela Empresa/Pároco: NELSON ANGELO LÍBANO

Anchieta, 03 de Janeiro de 2017.

CONTRATO Nº 002/2017 FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA. SOCIAL DE ANCHIETA
EXT. CONTRATO Nº 002/2017 DL 002/2017

OBJETO: Locação de imóvel pertencente ao lote urbano nº. 383, situado na R. Geraldo Garlet nº. 59, cidade de Anchieta SC, destinado ao funcionamento do Conselho Tutelar de Anchieta/SC, para o exercício financeiro de 2017.

R\$: 6.431,40

CONTRATADO: MITRA DIOCESANA DE CHAPECÓ – PARÓQUIA STA. LÚCIA. ASSINATURA: Pelo FMAS, IVAN JOSÉ CANCI – Prefeito

CONTRATO Nº 003/2017 PM

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

EXT. CONTRATO Nº 003/2017 DL 001/2017

OBJETO: Fornecimento emergencial de óleo diesel S-10 para o abastecimento das máquinas e veículos da municipalidade.

VALOR R\$: 57.015,00

CONTRATADO: AUTO POSTO ANCHIETA LTDA. ASSINATURA: Pelo Município: IVAN JOSÉ CANCI, Prefeito Municipal; e pelo CONTRATADO: FABRÍCIO BIONDO

Anchieta, 02 de Janeiro de 2017.

CONTRATO Nº 004/2017 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANCHIETA

EXT. CONTRATO Nº 004/2017 DL 003/2017

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviço de locação e assessoria técnica para o módulo de laboratório de análises clínicas do sistema GEMUS – Gestão Municipal de Saúde, o qual deve controlar as solicitações de exames, bem como, liberações e emissões de laudos, cadastro próprio de profissionais e postos de coleta e controlar a emissão de laudos para o exercício financeiro de 2017.

VALOR R\$: 3.468,96

CONTRATADO: INOVADORA SERVIÇOS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO. ASSINATURA: Pelo FMS, MARTINHOS SCANTAMBURLO – Gestor Municipal; e pela Empresa: ANA CRISTINA LINK.

Anchieta, 03 de Janeiro de 2017.

CONTRATO Nº 004/2017 PM

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

EXT. CONTRATO Nº 004/2017 DL 001/2017

OBJETO: Fornecimento emergencial de gasolina Comum para o abastecimento das máquinas e veículos da municipalidade.

VALOR R\$: 15.620,00

CONTRATADO: ELOYR LUIZ SEGABINAZZI CASOTTI. ASSINATURA: Pelo Município: IVAN JOSÉ CANCI, Prefeito Municipal; e pelo CONTRATADO: ELOYR LUIZ SEGABINAZZI CASOTTI

Anchieta, 02 de Janeiro de 2017.

CONTRATO Nº 005/2017 PM

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

EXT. CONTRATO Nº 005/2017 DL 002/2017

OBJETO: Locação de imóvel, terreno lote urbano nº 376, situado na Rua Olímpio Dal Magro, esquina com a Rua Dr. Antonio Pichetti, nº 587, nesta cidade de Anchieta - SC, que servirá para funcionamento da- Biblioteca Pública Municipal, Museu e Sala para o funcionamento do Mais Educação, totalizando 06 cômodos e 04 banheiros.

VALOR R\$: 19.306,68

CONTRATADO: MITRA DIOCESANA DE CHAPECÓ – PARÓQUIA STA LÚCIA. ASSINATURA: Pelo Município: IVAN JOSÉ CANCI, Prefeito Municipal; e pelo CONTRATADO/Pároco: NELSON ANGELO LÍBANO

Anchieta, 03 de Janeiro de 2017.

CONTRATO Nº 006/2017 PM

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

EXT. CONTRATO Nº 006/2017 DL 003/2017

OBJETO: Contratação de empresa para locação de Programas de Informática, para serem utilizados pela Coordenadoria de Controle Interno da Prefeitura Municipal de Anchieta, bem como o serviço de suporte técnico-operacional, garantindo o adequado funcionamento das atividades técnicas e administrativas da Prefeitura.

VALOR R\$: 5.093,64

CONTRATADO: FAEE SUPRIMENTOS E LOCAÇÃO DE SISTEMAS LTDA ASSINATURA: Pelo Município: IVAN JOSÉ CANCI, Prefeito Municipal; e pelo CONTRATADO: EDSON ANTÔNIO VALGÓI

Anchieta, 03 de Janeiro de 2017.

CONTRATO Nº 007/2017 PM

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

EXT. CONTRATO Nº 007/2017 DL 004/2017

OBJETO: Contratação de empresa para locação de Programas de Informática, GEDOC, para o gerenciamento eletrônico e digitalização dos seguintes documentos (Atas, Contratos, Ofícios, Decretos, Leis, ETC).

VALOR R\$: 4.127,40

CONTRATADO: INFO DIGITALL – SOLUÇÃO TECNOLÓGICAS PARA GESTÃO DOCUMENTAL. ASSINATURA: Pelo Município: IVAN JOSÉ CANCI, Prefeito Municipal; e pelo CONTRATADO: JOSÉ DA SILVA

Anchieta, 03 de Janeiro de 2017.

CONTRATO Nº 008/2017 PM

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANCHIETA

EXT. CONTRATO Nº 008/2017

OBJETO: O presente instrumento tem por objeto ratear as despesas do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Extremo Oeste de Santa Catarina CIS AMEOSC, entre os consorciados nos Termos do art.8º Lei nº 11.107/05.

VALOR R\$: 7.058,82

CONTRATADO: CONSÓRCIO INERMUNICIPAL DE SAÚDE CIS-AMEOSC.

ASSINATURA: Pelo FMS, MARTINHOS SCANTAMBURLO – Gestor Municipal; e pelo Presidente: EDISLON MIGUEL VOLKWEIS.

Anchieta, 06 de Janeiro de 2017.

CONTRATO Nº 009/2017 PM

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANCHIETA

EXT. CONTRATO Nº 009/2017

OBJETO: Prestação de serviços de saúde especializados de referência, de média e alta complexidade a nível ambulatorial para a população do Município de Anchieta, em conformidade com as diretrizes do SUS, assegurando o estabelecimento de um sistema de referência e contra referência.

VALOR R\$: 29.811,18

CONTRATADO: CONSÓRCIO INERMUNICIPAL DE SAÚDE CIS-AMEOSC.

ASSINATURA: Pelo FMS, MARTINHOS SCANTAMBURLO – Gestor Municipal; e pelo Presidente: EDILSON MIGUEL VOLKWEIS.

Anchieta, 06 de Janeiro de 2017.

DISPENSA DE LICITAÇÃO N 001/2017 - FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE ANCHIETA

AVISO DE DISPENSA

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna a público, de acordo com a Lei 8.666/93 e posteriores alterações, que realizou Licitação na Modalidade Dispensa 001/2017. Para: Locação de imóvel, terreno lote urbano nº 376, situado na Rua Olímpio Dal Magro, esquina com a Rua Dr. Antônio Pichetti, nº 587, nesta cidade de Anchieta – SC, que servirá para o funcionamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), totalizando 04 cômodos e 04 banheiros, para o exercício financeiro de 2017.

Contratado MITRA DIOCESANA DE CHAPECÓ – PARÓQUIA STA LÚCIA.

Valor R\$: 19.306,68

Anchieta, 03 de Janeiro de 2017.

IVAN JOSÉ CANCI

Prefeito Municipal

DISPENSA DE LICITAÇÃO N 002/2017 - FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE ANCHIETA

AVISO DE DISPENSA

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna público, de acordo com a Lei 8.666/93 e posteriores alterações, que realizou Licitação na Modalidade Dispensa 002/2017. Para: Locação de imóvel pertencente ao lote urbano nº 383, situado a Rua Geraldo Garlet, nº 59, cidade de Anchieta-SC, destinado ao funcionamento do Conselho Tutelar de Anchieta – SC, para o exercício financeiro de 2017.

Contratado MITRA DIOCESANA DE CHAPECÓ – PARÓQUIA STA LÚCIA.

Valor R\$: 6.431,40

Anchieta, 03 de Janeiro de 2017.

IVAN JOSÉ CANCI

Prefeito Municipal

DISPENSA DE LICITAÇÃO N 002/2017 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANCHIETA

AVISO DE DISPENSA

O Gestor do Fundo Municipal de Saúde de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna a público, de acordo com a Lei 8.666/93 e posteriores alterações, que realizou Licitação na Modalidade Dispensa 002/2017. Para: Locação de sala 10x6 mts, localizada no salão paroquial, pertencente a Mitra Diocesana, para desenvolver atividades de cursos, palestras, encontros e reuniões, atendimento dos profissionais do NASF da Secretaria de Saúde, para o exercício financeiro de 2017.

Contratado MITRA DIOCESANA DE CHAPECÓ – PARÓQUIA STA LÚCIA.

Valor R\$: 3.846,00

Anchieta, 03 de Janeiro de 2017.

MARTINHOS SCANTAMBURLO

Gestor do FMS

DISPENSA DE LICITAÇÃO N 003/2017 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANCHIETA

AVISO DE DISPENSA

O Gestor do Fundo Municipal de Saúde de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna a público, de acordo com a Lei 8.666/93 e posteriores alterações, que realizou Licitação na Modalidade Dispensa

003/2017. Para: Prestação de serviço de locação e assessoria técnica para o módulo de laboratório de análises clínicas do sistema GEMUS – Gestão Municipal de Saúde, o qual deve controlar as solicitações de exames, bem como, liberações e emissões de laudos, cadastro próprio de profissionais e postos de coleta e controlar a emissão de laudos, para o exercício financeiro de 2017.

Contratado INOVADORA SERVIÇOS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA.

Valor R\$: 3.468,96

Anchieta, 03 de Janeiro de 2017.

MARTINHOS SCANTAMBURLO

Gestor do FMS

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N 001/2017 - FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUN DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

AVISO DE INEXIGIBILIDADE LICITAÇÃO

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna a público, de acordo com a Lei 8.666/93 e posteriores alterações, que realizou Licitação na modalidade Inexigibilidade 001/2017. Contratação de Prestação de Serviços de fornecimento de energia elétrica, segundo previsão de gastos do Fundo Municipal de Assistência Social de Anchieta – SC; no Exercício Financeiro de 2017.

Contratado: CELESC – CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S/A.

VALOR R\$: 10.000,00

Anchieta, 02 de Janeiro de 2017.

IVAN JOSÉ CANCI

Prefeito Municipal

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N 002/2017 - FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUN DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

AVISO DE INEXIGIBILIDADE LICITAÇÃO

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna a público, de acordo com a Lei 8.666/93 e posteriores alterações, que realizou Licitação na modalidade Inexigibilidade 002/2017. Contratação de Prestação de Serviços de telefonia, segundo previsão de gastos do Fundo Municipal de Assistência Social de Anchieta – SC, no Exercício Financeiro de 2017. Contratado: OI S/A.

VALOR R\$: 4.500,00

Anchieta, 02 de Janeiro de 2017.

IVAN JOSÉ CANCI

Prefeito Municipal

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N 003/2017 - FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUN DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

AVISO DE INEXIGIBILIDADE LICITAÇÃO

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna a público, de acordo com a Lei 8.666/93 e posteriores alterações, que realizou Licitação na modalidade Inexigibilidade 003/2017. Contratação de Prestação de Serviços de fornecimento de água potável, segundo previsão de gastos do Fundo Municipal de Assistência Social de Anchieta – SC; no Exercício Financeiro de 2017.

Contratado: CASAN COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO.

VALOR R\$: 1.600,00

Anchieta, 02 de Janeiro de 2017.

IVAN JOSÉ CANCI
Prefeito Municipal

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N 004/2017 - FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUN DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

AVISO DE INEXIGIBILIDADE LICITAÇÃO

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna a público, de acordo com a Lei 8.666/93 e posteriores alterações, que realizou Licitação na modalidade Inexigibilidade 004/2017. Contratação de Prestação de Serviços de despesas com tarifas bancárias, extratos e demais, segundo previsão de gastos do Fundo Municipal de Assistência Social de Anchieta – SC; no Exercício Financeiro de 2017.

Contratado: BANCO DO BRASIL S/A.

VALOR R\$: 1.000,00

Anchieta, 02 de Janeiro de 2017.

IVAN JOSÉ CANCI

Prefeito Municipal

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N 004/2017 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE INEXIGIBILIDADE LICITAÇÃO

O Gestor do Fundo Municipal de Saúde de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna a público, de acordo com a Lei 8.666/93 e posteriores alterações, que realizou Licitação na modalidade Inexigibilidade 004/2017. Contratação de Prestação de Serviços de despesas com tarifas bancárias, extratos e demais, segundo previsão de gastos do Fundo Municipal de Saúde de Anchieta – SC; no Exercício Financeiro de 2017.

Contratado: BANCO DO BRASIL S/A

VALOR R\$: 3.000,00

Anchieta, 02 de Janeiro de 2017.

MARTINHOS SCANTAMBURLO

Gestor do FMS

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N 004/2017 - HOSPITAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE INEXIGIBILIDADE LICITAÇÃO

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna a público, de acordo com a Lei 8.666/93 e posteriores alterações, que realizou Licitação na modalidade Inexigibilidade 004/2017. Contratação de Prestação de Serviços de despesas com tarifas bancárias, extratos e demais, segundo previsão de gastos do Hospital Municipal Anchietaense de Anchieta – SC; no Exercício Financeiro de 2017.

Contratado: BANCO DO BRASIL S/A

VALOR R\$: 1.000,00

Anchieta, 02 de Janeiro de 2017.

IVAN JOSÉ CANCI

Prefeito Municipal

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N 005/2017 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANCHIETA

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

O Gestor do Fundo Municipal de Saúde de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna a público, de acordo com a Lei 8.666/93 e

posteriores alterações, que realizou Licitação na Modalidade Dispensa Por Inexigibilidade 005/2017. Para: Aquisição de passagens a serem utilizadas para o transporte de pacientes que necessitam de tratamento fora do domicílio (TFD), encaminhados pela Secretaria de Saúde Pública, no exercício financeiro de 2017 ou até ao término das quantidades adquiridas, sendo que o trajeto: Campo Erê à Florianópolis e de retorno de Florianópolis à Anchieta.

Contratado REUNIDAS TURISMO S/A.

Valor R\$: 53.587,40

Anchieta, 03 de Janeiro de 2017.

MARTINHOS SCANTAMBURLO

Gestor do FMS

PORTARIA Nº 22/2017

PORTARIA nº. 22/2017

De, 05 de Janeiro de 2017.

O Prefeito Municipal do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Exonerar,

Art. 1º - Fica exonerado o senhor Leandro da Rosa ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Secretaria Municipal da Agricultura, a partir desta data.

Art. 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 05 de Janeiro de 2017.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Fernanda Segalin – Secretária da Administração e Gestão.

PORTARIA Nº 23/2017

PORTARIA nº. 23/2017

De, 05 de Janeiro de 2017.

O Prefeito Municipal do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e e em conformidade com a Lei Complementar nº 032/2011,

RESOLVE

Alterar Portaria nº 15/2017,

Art. 1º - Fica alterada a Portaria nº. 15/2017 de 02/01/2017 a qual nomeava o servidor público municipal, senhor Claudécir Paulo Viera para exercer o cargo de provimento em comissão de Diretor de Planejamento e Serviços Urbanos, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, para a partir desta data, exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Municipal de Infraestrutura, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, percebendo os vencimentos mensais previstos em Lei.

Art. 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 05 de Janeiro de 2017.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,
Prefeito Municipal
Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Fernanda Segalin – Secretária da Administração e Gestão.

PORTARIA Nº 24/2017

PORTARIA nº. 24/2017
De, 09 de Janeiro de 2017.

Nomeia em caráter efetivo, servidor público municipal aprovado em Concurso Público e contém outras providências.

O Prefeito Municipal do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar nº. 031/2011 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

Considerando o resultado do Concurso Público nº. 001/2016;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica nomeado em caráter efetivo, Leandro da Rosa, portador do CPF nº. 078.230.059-64 e CI nº. 5.361.338 - SSP/SC, aprovado no Concurso Público nº. 001/2016 para o cargo de Vigia, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com lotação junto a Secretaria Municipal da Infraestrutura, com os direitos, os deveres, as obrigações e as responsabilidades conforme disciplinado no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Anchieta e demais normas legais aplicáveis.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 09 de Janeiro de 2017.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.
Fernanda Segalin – Secretária de Administração e Gestão.

Antônio Carlos

PREFEITURA

106º EDITAL DE CONVOCAÇÃO DOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO 001/2014

106º Edital de Convocação dos aprovados no concurso público 001/2014 - prefeitura municipal de Antônio Carlos

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal de Antônio Carlos/SC, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao prescrito no Art. 37, inciso I e II da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988, bem como na Lei municipal nº. 558, de 30 de novembro de 1992 e outras correlatas, CONVOCA os candidatos aprovados no Concurso Público para provimento nos cargos constantes no anexo I do presente, para apresentação no período de 10/01/2017 a 09/02/2017 (de segunda a sexta-feira), das 07:30 às 11:30 horas, e das 13:00 às 17:00 horas na sede da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, localizada na Praça Anchieta, nº 10, bairro Centro, Antônio Carlos/SC, munido dos documentos necessários constantes no Decreto Municipal nº. 099/2014, para fins de tomar posse no cargo em que foi aprovado. O Candidato que não comparecer no prazo estipulado ou deixar de apresentar a documentação exigida, será considerado desistente e ensejará na convocação do próximo aprovado, obedecendo a ordem de classificação.

Antônio Carlos, 09 de janeiro de 2017.
Geraldo Pauli
Prefeito Municipal

Anexo I

Cargo: AGENTE SERVIÇOS GERAIS – 40H

CLAS-SIF.	NOME	INSCRIÇÃO
33º	PRISCILLA DALLIGNA	1287

DECRETO Nº 156/2016

DECRETO Nº 000156/16 de 29 de Dezembro de 2016
Abre crédito adicional -suplementar -originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001494/15 de 15 de Dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 38.708,83 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

03 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS
03.01 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS
03.01.04.122.0001.0.001-3.3.91.00.00.00.00.00 - Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos 38.708,83

Art 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Excesso de arrecadação 38.708,83

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação,

revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 29 de Dezembro de 2016.
ANTÔNIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 157/2016

DECRETO Nº 000157/16 de 29 de Dezembro de 2016
Abre crédito adicional -suplementar -originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001494/15 de 15 de Dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 1.295,63 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

08 - SECRETARIA DA IND., COM., TURISMO E ESPORTE
08.01 - SECRETARIA DA IND., COM., TURISMO E ESPORTE
08.01.27.812.0002.2.024-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 1.295,63

Art 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Excesso de arrecadação 1.295,63

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 29 de Dezembro de 2016.
ANTÔNIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

PORTARIA N 031/2017

PORTARIA Nº 031/2017

DESIGNA SERVIDORES PARA RECEBEREM ADIANTAMENTO.

GERALDO PAULI – Prefeito Municipal de Antônio Carlos no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização lhe confere o artigo 56, inciso VI da Lei Orgânica do Município; Considerando, as normas editadas pelo Tribunal de Contas do Estado através da IN TC 14/2012; Considerando, as normas de controle interno relacionadas a adiantamento e aprovadas pelo Decreto nº 118/2010 e alterações posteriores.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores abaixo indicados para receberem adiantamento de recursos para realizar despesas miúdas e de pronto pagamento na forma estabelecida na Lei (Municipal) nº 999/2004 e nas normas de controle interno constantes do Anexo I item 3.1.13, do Decreto nº 118/2010 e alterações posteriores.

Luciano da Cunha
Matrícula 1709
Secretaria de Administração e Finanças

Edson Lair Decker
Matrícula 1719
Secretaria de Obras, Transp. e Serviços Públicos

Silvia Zimmermann Pereira Guesser
Matrícula 1030
Secretaria da Educação

Osvaldino Huberto Gesser
Matrícula 1718
Secretaria Agricultura e Meio Ambiente

Vera Lúcia Conrat Silveira
Matrícula 1148
Fundo Municipal de Saúde

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gilberto Bertoldo Elias
Matrícula 1711
Secretaria de Esportes

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 09 de janeiro de 2017.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 10 de janeiro de 2017.

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA 001/2017

PORTARIA 01/2017

O Presidente da Câmara Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 23, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno da Câmara de Vereadores, resolve:

NOMEAR

O Sr. MAURI BERTOLDO ELIAS, brasileiro, casado, CPF 753.941.039-68, RG 2.679.768 SSP/SC, residente e domiciliado á Rua João Henrique Pauli, 464 - Centro – Antônio Carlos – SC, para o cargo de "SECRETÁRIO ADMINISTRATIVO" da Câmara de Vereadores do Município de Antônio Carlos, com efeitos a partir de 09 de janeiro de 2017.

Antônio Carlos, 09 de janeiro de 2017.

EMERSON ROBERTO SCHAPPO

Presidente

PORTARIA 002/2017

PORTARIA 02/2017

O Presidente da Câmara Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 23, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno da Câmara de Vereadores, resolve:

NOMEAR

A Sra. MARILENE PETRI, brasileira, solteira, CPF 005.025.199-67, RG 3.391.306 OAB/SC nº 37.856, residente e domiciliada á Rua José Edmundo Petri, nº 135 - Rachadel – Antônio Carlos – SC, para o cargo de "ASSESSORA JURÍDICA" da Câmara de Vereadores do Município de Antônio Carlos, com efeitos a partir de 10 de janeiro de 2017.

Antônio Carlos, 09 de janeiro de 2017.

EMERSON ROBERTO SCHAPPO

Presidente

Arabutã

PREFEITURA

DECRETO 2011/2017

DECRETO Nº 2011, DE 09 DE JANEIRO DE 2017.

Altera o inciso I do art. 11º do Decreto nº 515, de 30 de novembro de 2006, que regulamenta, no âmbito Municipal, a modalidade de licitação denominada pregão, para a aquisição de bens e serviços comuns.

A PREFEITA MUNICIPAL DE ARABUTÃ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o inciso I do art. 11º do Decreto nº 515, de 30 de novembro de 2006, que passa a ter a seguinte redação:

.....

Art.11. A fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados, observadas as seguintes regras:

I – a convocação dos interessados será efetuada por meio de publicação de aviso junto ao Diário Oficial Eletrônico dos Municípios de SC- DOM/SC e mural público.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 09 de janeiro de 2017.

LEANI KAPP SCHMITT
Prefeita

Registrado e publicado em data supra.

Glaucia Pottratz
Responsável Pelas Publicações

LICITAÇÃO 01/2017

MUNICÍPIO DE ARABUTÃ - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 001/2017

Objeto: Registro de Preços para possível aquisição de combustíveis destinados a frota de veículos e máquinas do Fundo Municipal de Saúde e Município de Arabutã.

Tipo: Menor Preço Por Item.

Recebimento das propostas: até as 08h15 do dia 23/01/2017.

Abertura: às 08h30 do dia 23/01/2017.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.arabuta.sc.gov.br, link "Licitações". Informações complementares poderão ser obtidas no Departamento de Compras deste Município, situado na Avenida Lauro Muller, 210, Centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3448-0048.

Arabutã, SC, 09 de janeiro de 2017.

LEANI KAPP SCHMITT
Prefeita Municipal

PORTARIA 097/2017

PORTARIA Nº097/2017

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA A SERVIDORA MUNICIPAL

Leani Kapp Schmitt, Prefeita de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER, a servidora DEISE KARIN MORCHE, inscrita no CPF-MF sob nº 049.254.649-57, ocupante do cargo de Provimento Efetivo Auxiliar Administrativa, para exercer função de confiança FG 80, Assistente Administrativo, conforme Lei Complementar nº. 158 de 29 de dezembro de 2014 e suas posteriores alterações.

Art.2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 09 de janeiro de 2017.

LEANI KAPP SCHMITT
Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz
Responsável pela publicação.

PORTARIA 098/2017

PORTARIA Nº 098/2017

SUSPENDE FÉRIAS DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Leani Kapp Schmitt, Prefeita Municipal de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

RESOLVE:

Art. 1º. SUSPENDER, a partir de 09 de janeiro de 2017, as férias concedidas por meio da Portaria nº. 059/2017, de 02 de janeiro de 2017, da servidora ANDRÉIA APARECIDA PEREIRA, inscrita no CPF sob nº. 043.184.569-78, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Agente de Copa e Higienização, pelo período de 10 (dez) dias sendo que os mesmos serão gozados em época oportuna.

Art.2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 09 de janeiro de 2017.

LEANI KAPP SCHMITT
Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz
Responsável pela publicação.

Arroio Trinta

PREFEITURA

DECRETO Nº 1786

DECRETO Nº 1786, de 09 de janeiro de 2017.
Decreta Luto Oficial.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º - Fica Decretado Luto Oficial no Município de Arroio Trinta – SC, pelo período de 04 (quatro) dias, de 06/01/2017 a 09/01/2017 em virtude do falecimento de FRANCISCO KARAN, ocorrido em 06/01/2017 face a importância histórica exercida pela autoridade na História de Arroio Trinta, e de CARLOS ALBERTO MANENTI em virtude de seu falecimento ocorrido em 08/01/2017, que constitui perda irreparável para sua família e nossa comunidade.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 06/01/2017.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 09 de janeiro de 2017.

Cláudio Spricigo
Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº 0001/2016 - CONTRATO Nº 0050/2016 - NITROSEMEN PROD. AGROP. LTDA

TERMO ADITIVO Nº 0001/2016 AO CONTRATO Nº 0050/2016, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0051/2016, TOMADA DE PREÇOS Nº 0020/2016, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ENTREGA DE NITROGÊNIO, QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA – SC E A EMPRESA NITROSEMEN – PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA.

Pelo presente TERMO ADITIVO, O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA – SC, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 82.826.462/0001-27, com sede à Rua XV de Novembro, 26 em Arroio Trinta – SC, doravante considerada CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Senhor ALCIDIR FELCHILCHER, portador do CPF sob nº 518.040.009-06 e Carteira de Identidade nº 1.518.8051, residente e domiciliado na Rua xv DE Novembro s/n, Centro, Município de Arroio Trinta – Santa Catarina e a empresa NITROSEMEN – PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 85.093.524/0001-27, com sede à Avenida Senador Salgado Filho 3846 – Bairro Uberaba – Curitiba - PR, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo senhor SANDRO HENRIQUE BORELLA, brasileiro, portadora do CPF nº 164.023.768-25, Carteira de Identidade nº 22.237.908 e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente Termo Aditivo de acordo com o Art. 57, § 1º Inciso II, da Lei 8.666/93, para nele promover as seguintes alterações:

CLAUSULA ADITIVA PRIMEIRA – Fica aditivado o prazo do contrato nº 0050/2016, por mais 12(doze) meses, ou seja, de 1º /01/ 2017 a 31/12/2017, podendo ser renovado em comum acordo entre as partes e em conformidade com a Legislação pertinente.

CLAUSULA ADITIVA SEGUNDA - As demais cláusulas do Contrato original permanecem inalteradas.

E Por assim estarem justos e contratados, assinam o presente Termo Aditivo m 3(três) vias de igual teor e forma, na presença de

duas testemunhas.

Arroio Trinta – SC, 21 de dezembro de 2016.

MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA

CONTRATANTE

ALCIDIR FELCHILCHER

CPF nº 518.040.009-06

NITROSEMEN PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA

CNPJ nº 85.093.524/0001-27

CONTRATADA

SANDRO HENRIQUE BORELLA

Testemunhas:

MICHEL JÚNIOR SERIGHELLI

CPF: 000.077.349-21

RONIVAN BRANDALISE

CPF: 027.783.989-02

AUTORIZAÇÃO PARA CELEBRAR TERMO ADITIVO

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta- SC, portador do CPF sob nº 518.040.009-06 e CI sob nº 1.518.8051, residente e domiciliado na Rua XV de Novembro s/n, Centro de Arroio Trinta – SC, autorizo, através do presente, em conformidade com a Lei 8.666/93, a celebração de Termo Aditivo para aditar prazo por mais 12(doze) meses, ou seja de 1º/01/2017 a 31/12/2017, referente contrato nº 0050/2016, celebrado com a empresa NITROSEMEN PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA.

Arroio Trinta – SC, 21 de dezembro de 2016.

ALCIDIR FELCHILCHER

PREFEITO MUNICIPAL

TERMO ADITIVO Nº 0001/2016 AO CONTRATO Nº 0050/2016, OBJETO: ENTREGA DE NITROGÊNIO
CONTRATADA NITROSEMEN PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA
ADITIVAÇÃO DO PRAZO – 31/12/17

Balneário Piçarras

PREFEITURA

ADITIVO 01/2017 AO CONTRATO 08/2016 FME

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

FUNDO MUNICIPAL DE Educação

TERMO ADITIVO 001/2017

CONTRATO Nº 08/2016-FME DE 17/03/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2016-FME

CONCORRÊNCIA PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 01/2016 - FME

HOMOLOGADO EM 17/03/2016

O objeto desta licitação é a contratação de empresa especializada para execução de obras e serviços de engenharia para CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL CENTRO, MODELO PROINFANCIA TIPO 1, conforme especificações e demais elementos técnicos constantes no Projeto e demais Anexos deste Edital, mediante o regime de empreitada por preço Global.

Conforme solicitação e justificativa anexas, constantes no memorando nº 01/2017, fica aditivado o prazo contratual em 6 (seis) meses, passando a vigorar até o dia 16/07/2017.

Balneário Piçarras/SC, 09 de janeiro de 2017. LAURECI BERNADETE SCHNEIDER PEREIRA

ATA PREGÃO 27/2016PMBP

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 057/2016 - PMBP

PREGÃO PRESENCIAL Nº 027/2016 – PMBP

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Este instrumento tem por objeto o Registro de Preço para aquisição de material de higiene, limpeza, copa e cozinha, atendendo as solicitações das Secretarias Municipais, Corpo de Bombeiros, Polícia Civil e Polícia Militar de Balneário Piçarras não obrigando o ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, em conformidade com o Art. 7º do Decreto Municipal nº 029/2005-ljm, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objeto(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições. ZELI ODETE DA SILVA ME Total do Fornecedor: R\$60.875,00 DISQUEMED DISTRIB. DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA Total do Fornecedor: R\$60.875,00

JP DE LIMA COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA Total do Fornecedor: R\$6.701,80

VENCOLI BRASIL DISTRIBUIDORA LTDA ME Total do Fornecedor: R\$37.600,00

L & E COMERCIO ATACADISTA LTDA EPP Total do Fornecedor: R\$9.076,40

SEBOLD COMERCIAL ATACADO DE PRODUTOS, ALIMENTOS E EQUIPAMENTOS LTDA Total do Fornecedor: R\$8.428,60

PKB PRODUTOS QUÍMICOS LTDA EPP Total do Fornecedor: R\$26.170,00

LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA ME Total do Fornecedor: R\$154.940,00

R S RICARDO ME Total do Fornecedor: R\$35.000,00

ILHAPEL INDUSTRIA DE PAPEL EIRELI ME Total do Fornecedor: R\$31.700,00

A presente Ata terá validade de 01(um) ano, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogada na forma da Lei e vigorará até o dia 22 de dezembro de 2017.

Balneário Piçarras(SC), 23 de dezembro de 2016.

Leonel José Martins – Prefeito Municipal

ERRATA ADITIVO Nº 01/2016 DO CONTRATO 15/2016 - PMBP

Onde se lê:

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

RESULTADO DE LICITAÇÃO E HABILITAÇÃO

ADITIVO Nº 01/2016 DE 15/12/16

CONTRATO Nº 15/2016/PMBP de 31/03/2016

REF.PROCESSO LICITATÓRIO N.º 12/2015/PMBP

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2015-PMBP

HOMOLOGADO EM 01/04/2015

§1º- A entrega do serviço do objeto ora contratado obedecerá ao estipulado neste Contrato, aos termos da Proposta Comercial apresentada pela CONTRATADA, bem como às disposições constantes na Ata de registro de preços nº 01/2015 - PMBP

§2º - A abstenção por parte da CONTRATANTE, de quaisquer direitos e/ou faculdades que lhe assistem em razão deste contrato, não importará renúncia destes, não gerando, pois, precedente invocável.

Nos termos da Cláusula décima quinta do contrato, o valor fica reajustado em R\$ 3.700,00 (três mil e setecentos reais) mensais, ou seja, acréscimo de 6,25%, resultando no montante de R\$62.900,00 (sessenta e nove mil e duzentos reais).

Prorroga-se o prazo de vigência do contrato em 2 (dois) meses, passando a vigorar até o dia 28 de fevereiro de 2017, cujo valor mensal é de R\$62.900,00 (sessenta e nove mil e duzentos reais).

MINISTER SERVIÇOS DE VIGILANCIA LTDA ME

Balneário Piçarras(SC), 15 de dezembro de 2016.

Leonel José Martins – Prefeito Municipal

Leia-se:

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

RESULTADO DE LICITAÇÃO E HABILITAÇÃO

ADITIVO Nº 01/2016 DE 15/12/16

CONTRATO Nº 15/2016/PMBP de 31/03/2016

REF.PROCESSO LICITATÓRIO N.º 12/2015/PMBP

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2015-PMBP

HOMOLOGADO EM 01/04/2015

§1º- A entrega do serviço do objeto ora contratado obedecerá ao estipulado neste Contrato, aos termos da Proposta Comercial apresentada pela CONTRATADA, bem como às disposições constantes na Ata de registro de preços nº 01/2015 - PMBP

§2º - A abstenção por parte da CONTRATANTE, de quaisquer direitos e/ou faculdades que lhe assistem em razão deste contrato, não importará renúncia destes, não gerando, pois, precedente invocável.

Nos termos da Cláusula décima quinta do contrato, o valor fica reajustado em R\$ 3.711,84 (três mil, setecentos e onze reais e oitenta e quatro centavos) mensais, decorrente da aplicação do acumulado do IGP dos últimos doze meses, resultando no montante de R\$62.911,84 (sessenta e dois mil, novecentos e onze reais e oitenta e quatro centavos) por mês.

Prorroga-se o prazo de vigência do contrato em 2 (dois) meses, passando a vigorar até o dia 28 de fevereiro de 2017, cujo valor mensal é de R\$62.911,84 (sessenta e dois mil, novecentos e onze reais e oitenta e quatro centavos).

MINISTER SERVIÇOS DE VIGILANCIA LTDA ME

Balneário Piçarras(SC), 15 de dezembro de 2016.

Leonel José Martins – Prefeito Municipal

PORTARIA 040/2017

PORTARIA N.º 040/2017

LEONEL JOSÉ MARTINS, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 90, inciso VII, combinado com o inciso V, da Lei Orgânica Municipal, NOMEIA para o cargo em comissão de DIRETORA DE ATENÇÃO PRIMÁRIA A SAÚDE, com as atribuições pertinentes a Secretaria Municipal de Saúde a servidora efetiva Senhora, EUNICE BERNARDINO ROSA DE SOIUA, brasileira, maior, portadora do CPF nº 890.487.259-68 e CI nº. 3.006.282-9 SSP/SC, com a imediata posse e com as prerrogativas e competência que lhe concede a legislação deste Município.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE e

CUMPRE-SE

Balneário Piçarras (SC), 02 de janeiro de 2017.

Leonel José Martins

PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e Fazenda, publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Ana Lucia Wilvert

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA 061/2017

PORTARIA N.º 061/2017

LEONEL JOSÉ MARTINS, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 90, inciso VII, combinado com o inciso V, da Lei Orgânica Municipal, NOMEIA para o cargo em Comissão de CHEFE DE PAVIMENTAÇÃO, MANUTENÇÃO E DRENAGEM DE VIAS PÚBLICAS, com as atribuições a Secretaria Municipal de Obras, Serviços Urbanos e Rural o senhor BRUNO ROBERTO SANTANA, brasileiro, maior, portador do CPF nº 104.094.319-65, e CI nº. 5.811.079 SSP/SC, com a imediata posse e com as prerrogativas e competência que lhe concede a legislação deste Município.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE e

CUMPRE-SE

Balneário Piçarras (SC), 02 de janeiro de 2017.

Leonel José Martins

PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e Fazenda, publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Ana Lucia Wilvert

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA 062/2017

PORTARIA N.º 062/2017

LEONEL JOSÉ MARTINS, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 90, inciso VII, combinado com o inciso V, da Lei Orgânica Municipal, NOMEIA para o cargo em comissão de CHEFE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, com as atribuições pertinentes à Secretaria Municipal de Obras, Serviços Urbanos e Rurais, o senhor, ARNO DA SILVA, brasileiro, maior, casado, CPF nº 486.346.709-53, CI nº 1.433.463-1 SSP-SC, com a imediata posse e com as prerrogativas e competência que lhe concede a legislação deste Município.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE e

CUMPRE-SE

Balneário Piçarras (SC), 02 de janeiro de 2017.

Leonel José Martins

PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e Fazenda, publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Ana Lucia Wilvert

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA 063/2017

PORTARIA N.º 063/2017

LEONEL JOSÉ MARTINS, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 90, inciso VII, combinado com o inciso V, da Lei Orgânica Municipal, NOMEIA para o cargo em comissão de CHEFE DE MANUTENÇÃO EQUIPAMENTOS, INF. E FROTAS com as atribuições pertinentes a Secretaria Municipal de Obras, Serviços Urbanos e Rural, a Senhora CARLA DANIELA WUICK RODRIGUES, brasileira, maior, casada, portadora do CPF nº 026.541.979-48, CI nº. 2.863.722 SSP, com a imediata posse e com as prerrogativas e competência que lhe concede a legislação deste Município.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE e

CUMPRE-SE

Balneário Piçarras (SC), 02 de janeiro de 2017.

Leonel José Martins

PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e Fazenda, publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Ana Lucia Wilvert

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA 064/2017

PORTARIA N.º 064/2017

LEONEL JOSÉ MARTINS, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 90, inciso VII, combinado com o inciso V, da Lei Orgânica Municipal, NOMEIA para o cargo em comissão de CHEFE DE ATIVIDADES AGRÍCOLAS com as atribuições pertinentes a Secretaria Municipal de Obras, Serviços Urbanos e Rural, a Senhora GISELE ONOFRE, brasileira, maior, separada judicialmente CPF nº 953.347.349-53, CI nº. 3429088, com a imediata posse e com as prerrogativas e competência que lhe concede a legislação deste Município.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE e

CUMPRE-SE

Balneário Piçarras (SC), 02 de janeiro de 2017.

Leonel José Martins

PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e Fazenda, publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Ana Lucia Wilvert

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA 065/2017

PORTARIA N.º 065/2017

LEONEL JOSÉ MARTINS, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 90, inciso VII, combinado com o inciso V, da Lei Orgânica Municipal, NOMEIA para o cargo em comissão de DIRETOR DE DEFESA CIVIL, com as atribuições pertinentes a Secretaria Municipal de Segurança Pública e Defesa do Cidadão, o Senhor, LEOBERTINO DA ROSA MIGUEL, brasileiro, maior, casado, portador do CPF nº 343.327.319-72 e CI nº. 1.086.158 SESP/SC,, com a imediata posse e com as prerrogativas e competência que lhe concede a legislação deste Município.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE e

CUMPRE-SE

Balneário Piçarras (SC), 02 de janeiro de 2017.

Leonel José Martins

PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e Fazenda, publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Ana Lucia Wilvert

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA 066/2017

PORTARIA N.º 066/2017

LEONEL JOSÉ MARTINS, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 90, inciso VII, combinado com o inciso V, da Lei Orgânica Municipal, NOMEIA para o cargo em comissão de DIRETORA DE DEFESA DO CONSUMIDOR, com as atribuições pertinentes a Secretaria Municipal de Segurança Pública e Defesa do Cidadão, a Senhora, ALICE BARBI CANIATO BORBA, brasileira, maior, casada, portadora do CPF nº 016.515.236-22 e CI nº. 5.899.917 SSP/SC, com a imediata posse e com as prerrogativas e competência que lhe concede a legislação deste Município.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE e

CUMPRE-SE

Balneário Piçarras (SC), 02 de janeiro de 2017.

Leonel José Martins

PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e Fazenda, publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Ana Lucia Wilvert

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA 067/2017

PORTARIA N.º 067/2017

LEONEL JOSÉ MARTINS, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 90, inciso VII, combinado com o inciso V, da Lei Orgânica Municipal, NOMEIA para o cargo em comissão de DIRETOR DE GUARDA MUNICIPAL, com as atribuições pertinentes a Secretaria Municipal de Segurança Pública e Defesa do Cidadão, senhor, MAIKON RODRIGUES, brasileiro, maior, casado portador do CPF nº 071.777.889-48, CI nº. 5802885 SSP/SC, com a imediata posse e com as prerrogativas e competência que lhe concede a legislação deste Município.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE e

CUMPRE-SE

Balneário Piçarras (SC), 02 de janeiro de 2017.

Leonel José Martins

PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e Fazenda, publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Ana Lucia Wilvert

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA 068/2017

PORTARIA N.º 068/2017

LEONEL JOSÉ MARTINS, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 90, inciso VII, combinado com o inciso V, da Lei Orgânica Municipal, NOMEIA para o cargo de CHEFIA DE ATENDIMENTO com as atribuições a Secretaria Municipal de Segurança Pública e Defesa do Cidadão, a Senhora MICHELE XAVIER, brasileira, maior, portador do CPF 066.215.109-77, e inscrito na CI nº. 5.580.651 SSP/SC, com a imediata posse e com as prerrogativas e competência que lhe concede a legislação deste Município.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE e

CUMPRE-SE

Balneário Piçarras (SC), 02 de janeiro de 2017.

Leonel José Martins

PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e Fazenda, publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Ana Lucia Wilvert

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA 069/2017

PORTARIA N.º 069/2017

LEONEL JOSÉ MARTINS, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 90 inciso VII, combinado com o inciso V, da Lei Orgânica Municipal, NOMEIA para o cargo de CHEFE DE TRÂNSITO, com as atribuições a Secretaria Municipal de Segurança Pública e Defesa do Cidadão, o Senhor CELSO SEVERINO, brasileiro, maior, portador do CPF 678.805.259-04, e inscrito na CI nº. 1483807 SSP/SC, com a imediata posse e com as prerrogativas e competência que lhe concede a legislação deste Município.

PUBLIQUE-SE e

CUMPRE-SE

Balneário Piçarras (SC), 02 de janeiro de 2017.

Leonel José Martins

PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e Fazenda, publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Ana Lucia Wilvert

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA 070/2017

PORTARIA N.º 070/2017

LEONEL JOSÉ MARTINS, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 90, inciso VII, combinado com o inciso V, da Lei Orgânica Municipal, NOMEIA para o cargo de ASSESSOR DE APOIO ADMINISTRATIVO, com as atribuições a Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, o Senhor FERNANDO MANOEL DOS SANTOS, brasileiro, maior, casado, inscrito no CPF nº 028.711.649-24 e CI nº 3235526 SSP/SC, com a imediata posse e com as prerrogativas e competência que lhe concede a legislação deste Município.

PUBLIQUE-SE e

CUMPRA-SE

Balneário Piçarras (SC), 02 de janeiro de 2017.

Leonel José Martins

PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e Fazenda, publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Ana Lucia Wilvert

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA 071/2017

PORTARIA N.º 071/2017

LEONEL JOSÉ MARTINS, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 90, inciso VII, combinado com o inciso V, da Lei Orgânica Municipal, NOMEIA para o cargo em comissão de CHEFE DE SETOR ESTRATÉGICO DE SAÚDE DA FAMÍLIA, com as atribuições pertinentes à Secretaria Municipal de Saúde, a Senhora MILENE ROBERTA COSTA DE SOUZA, brasileira, maior, casada CPF nº 052.801.449-83, CI nº. 5101517, com a imediata posse e com as prerrogativas e competência que lhe concede a Legislação deste Município.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE e

CUMPRA-SE

Balneário Piçarras (SC), 02 de janeiro de 2017.

Leonel José Martins

PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e Fazenda, publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Ana Lucia Wilvert

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA 076/2017

PORTARIA N.º 076/2017

LEONEL JOSÉ MARTINS, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 90, inciso VII, combinado com o inciso V, da Lei Orgânica Municipal, NOMEIA para o cargo de provimento em comissão, de Diretor de Comunicação e Mídia, com as atribuições pertinentes ao Gabinete do Prefeito, a Senhora LUIZA HELENA PILOTO LOPES ARAUJO SIQUEIRA, brasileira, maior, casada, portadora do CPF nº 039.873.049-01, e inscrito na CI nº. 052241984-5, com a imediata posse e com as prerrogativas e competência que lhe concede a legislação deste Município.

PUBLIQUE-SE e

CUMPRA-SE

Balneário Piçarras (SC), 03 de janeiro de 2017.

Leonel José Martins

PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e Fazenda, publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Ana Lucia Wilvert

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA 077/2017

PORTARIA N.º 077/2017

LEONEL JOSÉ MARTINS, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 90, inciso VII, combinado com o inciso V, da Lei Orgânica Municipal, NOMEIA para o cargo em comissão de DIRETOR DE SERVIÇOS RURAIS, junto a Secretaria Municipal de Obras, Serviços Urbanos e Rural, com as atribuições pertinentes ao mesmo órgão o senhor, GECI GONÇALVES DE LINS, brasileiro, maior, casado, CPF nº 351.955.849-15, CI nº. 8755078, com a imediata posse e com as prerrogativas e competência que lhe concede a legislação deste Município.

PUBLIQUE-SE e

CUMPRA-SE

Balneário Piçarras (SC), 05 de janeiro de 2017.

Leonel José Martins

PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e Fazenda, publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Ana Lucia Wilvert

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2017 -PMBP
PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2017- PMBP**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2017 -PMBP

PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2017- PMBP

Fundamento: Lei Federal nº 10.520, Lei nº 8.666/93 e suas alterações. Pregão Presencial para Registro de Preços, Tipo Menor Preço por item/lote/global, para aquisição de Contratação de empresa de Telefonia Celular, para atender as necessidades do Município de Balneário Piçarras - Diversas Secretarias. Recebimento dos Envelopes até: 23/01/2017 às 14h. Data da Sessão Pública: 23/01/2017 às 14h, na Secretaria de Administração e Fazenda, situada na Avenida Emanuel Pinto, nº 1665, Centro, Balneário Piçarras/SC. O Edital na íntegra encontra-se no endereço acima citado ou no site balneariopicarras.atende.net. Balneário Piçarras(SC), 09 de JANEIRO de 2017. Leonel José Martins – Prefeito Municipal.

Balneário Rincão

SAMAE - BALNEÁRIO RINCÃO

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 001/SAMAE/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 001/SAMAE/2017.

Data e horário da sessão de abertura: 20/01/2017 às 14h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Balneario Rincão/SC, situado na Avenida Leoberto Leal, SN, Centro, do Município de Balneario Rincão - SC.

Objeto: Contratação de empresa do ramo pertinente para fornecimento de forma parcelada, de combustível, para manter a frota de veículos próprios e locados do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Balneário Rincão, durante o ano de 2017.

Fone/Fax: (48) 3468-7218/ e-mail: licitacao.rincao@hotmail.com

Edital: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras Materiais e Patrimônio do Município de Balneário Rincão, na Avenida Leoberto Leal, 1071, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC, no horário das 13:00 as 19:00 horas, ou pelos telefones (***48) 3468-7218, ou através do endereço eletrônico licitacao.rincao@hotmail.com.

Balneário Rincão – SC, 06 de Janeiro de 2017.

Pregoeira

Gisele Ferreira

Barra Bonita

PREFEITURA

DECRETO Nº 902/2017 CONSTITUI E NOMEIA A COMISSÃO PERMANENTE DE PATRIMÔNIO DO MUNICÍPIO DE BARRA BONITA E DÁ PROVIDÊNCIAS DECRETO 902/2017

CONSTITUI E NOMEIA A COMISSÃO
PERMANENTE DE PATRIMÔNIO DO
MUNICÍPIO DE BARRA BONITA
E DÁ PROVIDÊNCIAS.

MOACIR PIROCA, Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de seu cargo e, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal de 11 de Dezembro de 1997:

Decreta

Artigo 1º. Fica constituída e renomeada Comissão Permanente de Patrimônio, com atribuições de Avaliação, Reavaliação e Inventário de Bens Patrimoniais Móveis e Imóveis do Município de Barra Bonita, que terá por objetivo de:

I-conferir, avaliar, reavaliar e ajustar os bens móveis e imóveis ao valor justo de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público;

II- Avaliar os Imóveis para fins de locação, devendo apresentar relatório constando o preço máximo do aluguel a ser pago pelo imóvel;

III- Realizar inventário geral anual discriminando todos os bens de propriedade, guarda e uso do Município;

IV- Emitir parecer sobre todos os aspectos relativos ao Patrimônio Público Municipal;

V- Avaliação de bens para alienação e leilão;

VI- Demais tarefas pertinentes ao Patrimônio Público Municipal.

Artigo 2º. Caberá ao Setor de Patrimônio sempre que necessário solicitar a Comissão a realização de seus trabalhos.

Parágrafo Único: A Comissão deverá confirmar a existência Física e a localização de todos os bens Patrimoniais nas unidades administrativas.

Artigo 3º. A Comissão poderá solicitar informações aos servidores que utilizam os bens sobre a situação sobre a situação e conservação dos bens que estão em uso.

Artigo 4º. A Comissão será constituída pelos seguintes membros:

- I- Presidente – Leliandra Luciana Vilanova Prezzi;
- II - Secretária - Gabriela Guaragni;
- III – Membro – Rodrigo Faliguski Stringhini;
- IV – Membro – Leandro Zilio
- V – Membro – Sirlei Bernat;
- VI – Membro – Eliane dos Santos;
- VII – Membro – Roberto Francisco Giongo;
- VIII – Membro – Marli Teresinha Caus de Luca.

Artigo 5º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação e revogam-se as disposições em contrário em especial o Decreto 882/2016.

PEFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA, em 06 de janeiro de 2017.

MOACIR PIROCA
Prefeito Municipal

PORTARIA N.º012, DE 09 DE JANEIRO DE 2017. CONCEDE FÉRIAS AOS SERVIDORES E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PORTARIA N.º012, de 09 de Janeiro de 2017.

Concede Férias aos Servidores e da Outras Providências.

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município.

Art.1º. Conceder Férias aos Servidores (as) abaixo relacionados, no período de 09 de Janeiro a 07 de fevereiro de 2017.

Resolve,

Nome	Matricula	Período aquisitivo
Roberto F. Giongo	18402	27.11.2013 a 26.11.2014
Silvio Ricardo Lazarotto	12903	08.05.2015 a 07.05.2016

Art.2º. Conceder Férias aos Servidores (as) abaixo relacionados, no período de 10 de Janeiro a 08 de fevereiro de 2017.

Nome	Matricula	Período aquisitivo
Delcira Gubert	124206	03.02.2015 a 02.02.2016

Art.3º. Conceder Férias aos Servidores (as) abaixo relacionados, no período de 16 de Janeiro a 14 de fevereiro de 2017.

Nome	Matricula	Período aquisitivo
Junior Cesar Barros	416201	02.09.2015 a 01.09.2016
Simone Wingert	417701	05.05.2015 a 04.05.2016

Art.4º. As despesas decorrentes de aplicação deste ato correrão a contas do Orçamento Municipal Vigente.

Art.5 º Ficam revogadas as disposições em contrario.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 09 de janeiro 2017.

Moacir Piroca
Prefeito Municipal.

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

PORTARIA N.º014, DE 09 DE JANEIRO DE 2017. DESIGNA SERVIDOR E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

PORTARIA N.º014, de 09 de janeiro de 2017.

Designa servidor e da outras providencias.

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e

VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município,

Resolve,

Art. 1º - Designar o servidor Eder Bonatto, ocupante do cargo de Operador, Grupo V – Transportes, Obras e Serviços Gerais – TSG, matrícula nº199505 do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal, e lotação no órgão Central de Administração, para desempenhar as atividades do seu cargo junto a Secretaria Municipal de Agricultura, com carga horária de 40 horas semanais sob regime estatutário e com vencimentos previstos em Lei.

Art.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 09 de janeiro de 2017.

Moacir Piroca

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

**PORTARIA N.º015, DE 09 DE JANEIRO DE 2017.
DESIGNA SERVIDOR E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.**

PORTARIA N.º015, de 09 de janeiro de 2017.

Designa servidor e da outras providencias.

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município,

Resolve,

Art.1º. Fica designada a servidora Lucimar Menegon, matrícula nº147001, ocupante do cargo de Serviços Gerais, com exercício na Secretaria Municipal de Assistência Social, para desempenhar as funções de seu cargo junto a Secretaria Municipal de Saúde, a partir desta data.

Art.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 09 de janeiro de 2017.

Moacir Piroca

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei .

**PORTARIA N.º016, DE 09 DE JANEIRO DE 2017.
DESIGNA SERVIDOR E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.**

PORTARIA N.º016, de 09 de janeiro de 2017.

Designa servidor e da outras providencias.

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município,

Resolve,

Art.1º. Fica designada a servidora Denise Constantini, matrícula nº132901, ocupante do cargo de Serviços Gerais, com exercício na Secretaria Municipal de Assistência Social, para desempenhar as funções de seu cargo junto a Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, a partir desta data.

Art.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 09 de janeiro de 2017.

Moacir Piroca

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei .

**PORTARIA N.º017 DE 10 DE JANEIRO DE 2017
NOMEIA SERVIDOR COMISSIONADO, DE LIVRE
NOMEAÇÃO E EXONERAÇÃO E DA OUTRAS
PROVIDENCIAS.**

PORTARIA N.º017 de 10 de janeiro de 2017

Nomeia servidor comissionado, de livre nomeação e exoneração e da outras providencias.

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município e combinado com a Lei Complementar 047/2013.

Resolve,

Art.1º. Nomear o senhor, Paulo Sergio Boff CPF nº020.586.589-57 para ocupar o cargo de Diretor Geral de Departamento, com exercício na Secretaria Municipal de Viação, Obras e Serviços Urbanos, sob regime estatutário e regime geral da Previdência Social, com carga horária de 40h semanais, a contar desta data.

Art.2º. As despesas decorrentes de aplicação deste ato correrão a conta do Orçamento Municipal.

Art.3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 10 de janeiro de 2017.

Moacir Piroca

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

**PORTARIA Nº 013, 09 DE JANEIRO DE 2017.
CONVOCA SERVIDORES EM FÉRIAS E DA OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

PORTARIA Nº 013, 09 de janeiro de 2017.

Convoca servidores em férias e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI do artigo 73, da Lei Orgânica do Município; e conforme consta no

paragrafo 4º do Art.87, da Lei Complementar 037/2011.

Resolve.

Art.1º. Ficam convocados a voltar as suas atividades os servidores que se encontram em férias, abaixo relacionados. Estes dias serão compensado em data ser definida posteriormente.

Nome	Período
Agnaldo Deresz	09 a 13 de janeiro de 2017
Rejane Sotilli	09 a 31 de janeiro de 2017
Leandro Zilio	09 a 13 de janeiro de 2017
Jair Vizzotto	Dias 09,10,12,18,25 e 27
Jessica A. Z. Guaragni	Dias 09,10,12,18,25 e 27
Gesi Zanotti	Dias 12,18,25 e 27

Art.2º.Ficam revogadas as disposições em contrario.

Art.3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA, 09 de janeiro de 2017.

Moacir Piroca

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

Barra Velha

PREFEITURA

18º EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 003/2015 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

18º EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 003/2015 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

O MUNICÍPIO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, torna público, para conhecimento dos interessados, após análise pela Comissão de Coordenação e Acompanhamento do Concurso Público e pela Secretaria de Administração e Finanças, conforme 6ª convocação através do Edital nº 16/2016, manifestação através do 17º Edital, e itens 15.6, 15.7 e 15.8, do Edital nº. 003/2015, o seguinte:

1. DOS CANDIDATOS INABILITADOS

1.1 NÃO COMPARECERAM para a comprovação de requisitos e exames médicos, conforme 6ª Convocação do Concurso Público Edital 003/2015, os seguintes candidatos:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO

Nível Superior

Cirurgião Dentista da Família

84º Sergio Luis Rampelli (10ª vaga que abrir)

Nível Médio Técnico

Técnico em Enfermagem

33º Hemerson Henrique Corso Da Rosa

Nível Fundamental Completo

Agente Comunitário da Saúde Centro – Equipe II

10º Marcela Dos Santos

2. DA SOLICITAÇÃO DE DESISTÊNCIA DA VAGA, CONFORME ITEM Nº 15.6 DO EDITAL Nº 003/2015.

2.1 COMPARECERAM para solicitar a desistência da vaga, o seguinte candidato:

Nível Médio Técnico

Técnico em Enfermagem

34º Heloiza Da Silva Rhenius Da Silva (conforme Protocolo nº 134/2017)

3. Os candidatos inseridos no item 1.1 e 2.1 do presente Edital perderam automaticamente o direito a investidura, conforme item 15.6 e 15.8, do Edital de Concurso nº 003/2015.

3.1 Os candidatos inabilitados podem apresentar recurso para a Comissão do Concurso, referente a este Edital, a ser protocolado no Setor de Protocolo do Município, sito a Av: Governador Celso Ramos, 200, centro, Barra Velha – SC, no prazo máximo de 02 (dois) dias, após a publicação deste Edital.

4. DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1 Permanecem inalteradas as demais disposições estabelecidas no Edital nº. 003/2015, que normatiza o Concurso Público da Prefeitura Municipal de Barra Velha/SC.

4.2 Todos os casos omissos ou duvidosos que não tenham sido expressamente previstos no presente Edital e legislação vigente serão resolvidos pela Comissão Especial do Concurso Público constituída para este fim.

4.3 Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Barra Velha, 09 de janeiro de 2017.

VALTER MARINO ZIMMERMANN ALEXANDRE DE OLIVEIRA

Prefeito Secretário Municipal de Administração e Finanças

INEX 003/2017 FUMTEC

PREFEITURA DE BARRA VELHA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 003/2017 – FUNTEC

Inexigibilidade de Licitação nº 003/2017 - FUNTEC

Contratada: LENADRO AMARAL.

Objeto: Apresentação Musical com a Banda MR. GROOVE que acontecerá no dia 07 de janeiro de 2017 na Praia Central do Município.

Valor do Contrato: R\$ 5.400,00

Fund. Legal: Art. 25, Inciso III, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

Barra Velha, 06 de janeiro de 2016.

LENADRO AMARAL.

- Contratado

VALTER MARINO ZIMMERMANN

- Prefeito

PP 001/2017 FUMTEC

PREFEITURA DE BARRA VELHA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 004/2017 – FUMTEC

Pregão Presencial nº 001/2017 - FUMTEC

A Prefeitura de Barra Velha, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL do tipo Menor Preço por Lote Para locação de arquibancadas e camarotes para a programação de verão do Município de Barra Velha. Conforme especificações detalhadas no Anexo I – Termo de Referência. Recebimento dos Envelopes até: 23/01/2017 às 08:30 horas. Data da Sessão Pública: 23/01/2017 às 08:45 horas, na Secretaria da Administração, situada na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados no endereço supra, horário: 08:00 às 12:00 e das 13:30 as 17:30 horas, ou no site www.barravelha.sc.gov.br. Barra Velha, 09 de janeiro de 2017. VALTER MARINO ZIMMERMANN – Prefeito.

Bela Vista do Toldo

PREFEITURA

PORTARIAS 324-356

PORTARIA nº. 324/2016, DE 04 DE JANEIRO DE 2017

ADELMO ALBERTI, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas art. 67, inciso XXIV, da Lei Orgânica do Município, resolve:

Art. 1º. Suspender o pagamento de função gratificada de acordo com a Lei nº 781/2011 de 23 de junho de 2011, concedida a favor da servidora ALINE MARIA KOHLER KUYAVSKI, investida no cargo de Assistente Administrativo do Quadro de Provimento Efetivo do Poder Executivo Municipal.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a contar de 04 de janeiro de 2017.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente a Portaria nº 137/2016 de 28 de março de 2016.

Bela Vista do Toldo - SC, 04 de janeiro de 2017

ADELMO ALBERTI

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, em 04 de janeiro de 2017

OINDERSON DAMASO

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

PORTARIA nº. 325/2016, DE 04 DE JANEIRO DE 2017

ADELMO ALBERTI, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas art. 67, inciso XXIV, da Lei Orgânica do Município, resolve:

Art. 1º. Suspender o pagamento de função gratificada de acordo com a Lei nº 781/2011 de 23 de junho de 2011, concedida a favor do servidor JULIO SCHINDLER FILHO, investido no cargo de Operador de Máquinas do Quadro de Provimento Efetivo do Poder Executivo Municipal.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a contar de 04 de janeiro de 2017.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente a Portaria nº 137/2016 de 28 de março de 2016.

Bela Vista do Toldo - SC, 04 de janeiro de 2017

ADELMO ALBERTI

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, em 04 de janeiro de 2017

OINDERSON DAMASO

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

PORTARIA nº. 326/2016, DE 04 DE JANEIRO DE 2017

ADELMO ALBERTI, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas

art. 67, inciso XXIV, da Lei Orgânica do Município, resolve:

Art. 1º. Suspender o pagamento de função gratificada de acordo com a Lei nº 781/2011 de 23 de junho de 2011, concedida a favor do servidor FRANCISCO JOSUE KARVAT, investido no cargo de Analista Administrativo do Quadro de Provimento Efetivo do Poder Executivo Municipal.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a contar de 04 de janeiro de 2017.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente a Portaria nº 137/2016 de 28 de março de 2016.

Bela Vista do Toldo - SC, 04 de janeiro de 2017

ADELMO ALBERTI

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, em 04 de janeiro de 2017

OINDERSON DAMASO

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

PORTARIA nº. 327/2016, DE 04 DE JANEIRO DE 2017

ADELMO ALBERTI, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas art. 67, inciso XXIV, da Lei Orgânica do Município, resolve:

Art. 1º. Suspender o pagamento de função gratificada de acordo com a Lei nº 781/2011 de 23 de junho de 2011, concedida a favor da servidora DENILZE SOARES DA SILVEIRA, investida no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais do Quadro de Provimento Efetivo do Poder Executivo Municipal.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a contar de 04 de janeiro de 2017.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente a Portaria nº 136/2016 de 28 de março de 2016.

Bela Vista do Toldo - SC, 04 de janeiro de 2017

ADELMO ALBERTI

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, em 04 de janeiro de 2017

OINDERSON DAMASO

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

PORTARIA nº. 328/2016, DE 04 DE JANEIRO DE 2017

ADELMO ALBERTI, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas art. 67, inciso XXIV, da Lei Orgânica do Município, resolve:

Art. 1º. Suspender o pagamento de função gratificada de acordo com a Lei nº 781/2011 de 23 de junho de 2011, concedida a favor

do servidor JOÃO MARIA FANTIM, investido no cargo de Operador de Máquinas do Quadro de Provimento Efetivo do Poder Executivo Municipal.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a contar de 04 de janeiro de 2017.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente a Portaria nº 136/2016 de 28 de março de 2016.

Bela Vista do Toldo - SC, 04 de janeiro de 2017
ADELMO ALBERTI
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, em 04 de janeiro de 2017

OINDERSON DAMASO
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

PORTARIA nº. 329/2016, DE 04 DE JANEIRO DE 2017

ADELMO ALBERTI, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas art. 67, inciso XXIV, da Lei Orgânica do Município, resolve:

Art. 1º. Conceder ao servidor OSNI SCHVEICZVSKI, investido no cargo de Diretor de Infraestrutura e Serviços Públicos de Provimento em Comissão e Confiança do Poder Executivo Municipal, 30 (trinta) dias de férias, a contar do dia 02/01/2017 à 31/01/2017, com fundamento no art. 78 da Lei nº 004 de 27 de janeiro de 1997.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a contar de 02 de janeiro de 2017.

Art. 3º. Revogam-se todas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 04 de janeiro de 2017
ADELMO ALBERTI
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, em 04 de janeiro de 2017

OINDERSON DAMASO
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

PORTARIA Nº 330/2017, DE 04 DE JANEIRO DE 2017

"DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA CARGA HORÁRIA E DA JORNADA SEMANAL DE TRABALHO DE SERVIDORA INVESTIDA NO CARGO PÚBLICO DE PROFESSORA, DETERMINA O RETORNO A CARGA HORÁRIA E JORNADA DE TRABALHO LIMITADA A INVESTIDURA NO CARGO, FUNÇÕES E ATRIBUIÇÕES INICIAIS DO CONCURSO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ADELMO ALBERTI, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 67, Incisos V e XXIV, da Lei Orgânica do Município e com fundamento nos Artigos 222, 223 e 224 da Lei Complementar Municipal Nº 004 de 27 de Janeiro de 1997, combinado com os Artigos 21 e 22 da Lei Municipal Nº 831/2012 de 24 de Fevereiro de 2012, considerando os princípios, normas e disposições contidas nos Artigos 6º "Caput", 37 "Caput" e Inciso II e 169 da Constituição Federal, nos Artigos 18, 19 "Caput" e Inciso III, 20 "Caput" e Inciso III, 21 "Caput" e Inciso II, 22 "Caput" e Parágrafo único e Incisos I e II e 23 "Caput" e §§ 1º e 2º, todos da Lei Complementar

Federal Nº 101 de 4 de Maio de 2000; considerando também, que as alterações de carga horária e a ampliação de jornada semanal de trabalho promovidas com base nos Editais de Alteração de Nº 001/2014/SME, Nº 002/2014/SME e Nº 003/2014/SME, expedidos pela Secretaria Municipal de Educação, foram realizadas em total desrespeito e afronta aos princípios e normas constitucionais e legais vigentes, que disciplinam as condições de acesso aos cargos públicos e, inclusive, a ampliação de carga horária; considerando ainda, que a alteração e a ampliação da carga horária promovida com base nos Editais Nº 001/2014/SME, Nº 002/2014/SME e Nº 003/2014/SME, muito embora implementados pela Secretária Municipal de Educação que lançou e assinou os referidos editais, estes atos usurparam atribuições privativas, exclusivas e indelegáveis do Prefeito Municipal nos termos dos Artigos 67, Incisos V, XXIV e XXV e 68 "Caput" da Lei Orgânica do Município, o que leva a inquiná-los de vícios insanáveis de inconstitucionalidade e ilegalidade, representando, inclusive, a burla contra a realização de Concurso Público de Provas e Títulos; Considerando Finalmente, que as alterações de carga horária e de jornada de trabalho promovidas, com base nos Editais Nº 001/2014/SME, Nº 002/2014/SME e Nº 003/2014/SME, além de não atenderem a necessidade real do serviço público, em razão de contratações e ampliações desnecessárias e incompatíveis com a demanda de matrículas do ensino fundamental, sobrecarregaram os dispêndios com pessoal, ultrapassando os limites e percentuais estabelecidos pela Constituição Federal e pela Lei de Responsabilidade Fiscal, para os Municípios, exigindo do Chefe do Poder Executivo Municipal, medidas urgentes para a readequação e saneamento

RESOLVE:

PORTARIA Nº 330/2017, DE 04 DE JANEIRO DE 2017
FL.02

Art.1º. Fica alterada e reduzida de 40 (quarenta) para 20 (vinte) horas, a carga horária e a jornada semanal de trabalho da servidora LUCIANE KARVAT FRANÇA investida em virtude de aprovação em concurso público no cargo de Professora de Educação Infantil e Anos Iniciais, do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo do Poder Executivo Municipal, com carga horária e jornada semanal de trabalho de 20 (vinte) horas, voltando assim a referida servidora a exercer a carga horária e a jornada de trabalho compatível com a sua aprovação em concurso público

Art.2º. Fica a Diretora de Administração e Fazenda, autorizada a promover a readequação da remuneração mensal da servidora de que trata a presente portaria, de acordo com a sua Carga Horária e Jornada Semanal conforme sua aprovação em concurso público.

Art.3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos e reflexos financeiros a contar da data de 02 de Janeiro de 2017.

Ar.4º. Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente a Portaria de Nº 71/2015 de 02 de fevereiro de 2015, a qual fica totalmente revogada.

Bela Vista do Toldo, 04 de Janeiro de 2017
ADELMO ALBERTI
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Fazenda desta Prefeitura, na data de 04/01/2017.

OINDERSON DAMASO
Secretário Municipal
de Administração e Fazenda

PORTARIA Nº 331/2017, DE 04 DE JANEIRO DE 2017

"DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA CARGA HORÁRIA E DA JORNADA SEMANAL DE TRABALHO DE SERVIDORA INVESTIDA NO CARGO PÚBLICO DE PROFESSORA, DETERMINA O RETORNO A CARGA HORÁRIA E JORNADA DE TRABALHO LIMITADA A INVESTIDURA NO CARGO, FUNÇÕES E ATRIBUIÇÕES INICIAIS DO CONCURSO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ADELMO ALBERTI, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 67, Incisos V e XXIV, da Lei Orgânica do Município e com fundamento nos Artigos 222, 223 e 224 da Lei Complementar Municipal Nº 004 de 27 de Janeiro de 1997, combinado com os Artigos 21 e 22 da Lei Municipal Nº 831/2012 de 24 de Fevereiro de 2012, considerando os princípios, normas e disposições contidas nos Artigos 6º "Caput", 37 "Caput" e Inciso II e 169 da Constituição Federal, nos Artigos 18, 19 "Caput" e Inciso III, 20 "Caput" e Inciso III, 21 "Caput" e Inciso II, 22 "Caput" e Parágrafo único e Incisos I e II e 23 "Caput" e §§ 1º e 2º, todos da Lei Complementar Federal Nº 101 de 4 de Maio de 2000; considerando também, que as alterações de carga horária e a ampliação de jornada semanal de trabalho promovidas com base nos Editais de Alteração de Nº 001/2014/SME, Nº 002/2014/SME e Nº 003/2014/SME, expedidos pela Secretaria Municipal de Educação, foram realizadas em total desrespeito e afronta aos princípios e normas constitucionais e legais vigentes, que disciplinam as condições de acesso aos cargos públicos e, inclusive, a ampliação de carga horária; considerando ainda, que a alteração e a ampliação da carga horária promovida com base nos Editais Nº 001/2014/SME, Nº 002/2014/SME e Nº 003/2014/SME, muito embora implementados pela Secretária Municipal de Educação que lançou e assinou os referidos editais, estes atos usurparam atribuições privativas, exclusivas e indelegáveis do Prefeito Municipal nos termos dos Artigos 67, Incisos V, XXIV e XXV e 68 "Caput" da Lei Orgânica do Município, o que leva a inquiná-los de vícios insanáveis de inconstitucionalidade e ilegalidade, representando, inclusive, a burla contra a realização de Concurso Público de Provas e Títulos; Considerando Finalmente, que as alterações de carga horária e de jornada de trabalho promovidas, com base nos Editais Nº 001/2014/SME, Nº 002/2014/SME e Nº 003/2014/SME, além de não atenderem a necessidade real do serviço público, em razão de contratações e ampliações desnecessárias e incompatíveis com a demanda de matrículas do ensino fundamental, sobrecarregaram os dispêndios com pessoal, ultrapassando os limites e percentuais estabelecidos pela Constituição Federal e pela Lei de Responsabilidade Fiscal, para os Municípios, exigindo do Chefe do Poder Executivo Municipal, medidas urgentes para a readequação e saneamento

RESOLVE:

PORTARIA Nº 331/2017, DE 04 DE JANEIRO DE 2017
FL.02

Art.1º. Fica alterada e reduzida de 40 (quarenta) para 20 (vinte) horas, a carga horária e a jornada semanal de trabalho da servidora MARILETE STELZNER DO PRADO investida em virtude de aprovação em concurso público no cargo de Professora de Educação Infantil e Anos Iniciais, do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo do Poder Executivo Municipal, com carga horária e jornada semanal de trabalho de 20 (vinte) horas, voltando assim a referida servidora a exercer a carga horária e a jornada de trabalho compatível com a sua aprovação em concurso público

Art.2º. Fica a Diretora de Administração e Fazenda, autorizada a promover a readequação da remuneração mensal da servidora de que trata a presente portaria, de acordo com a sua Carga Horária e Jornada Semanal conforme sua aprovação em concurso público.

Art.3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos e reflexos financeiros a contar da data de 02 de Janeiro de

2017.

Ar.4º. Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente a Portaria de Nº 73/2015 de 02 de fevereiro de 2015, a qual fica totalmente revogada.

Bela Vista do Toldo, 04 de Janeiro de 2017
ADELMO ALBERTI
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Fazenda desta Prefeitura, na data de 04/01/2017.

OINDERSON DAMASO
Secretário Municipal
de Administração e Fazenda

PORTARIA Nº 332/2017, DE 04 DE JANEIRO DE 2017

"DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA CARGA HORÁRIA E DA JORNADA SEMANAL DE TRABALHO DE SERVIDORA INVESTIDA NO CARGO PÚBLICO DE PROFESSORA, DETERMINA O RETORNO A CARGA HORÁRIA E JORNADA DE TRABALHO LIMITADA A INVESTIDURA NO CARGO, FUNÇÕES E ATRIBUIÇÕES INICIAIS DO CONCURSO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ADELMO ALBERTI, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 67, Incisos V e XXIV, da Lei Orgânica do Município e com fundamento nos Artigos 222, 223 e 224 da Lei Complementar Municipal Nº 004 de 27 de Janeiro de 1997, combinado com os Artigos 21 e 22 da Lei Municipal Nº 831/2012 de 24 de Fevereiro de 2012, considerando os princípios, normas e disposições contidas nos Artigos 6º "Caput", 37 "Caput" e Inciso II e 169 da Constituição Federal, nos Artigos 18, 19 "Caput" e Inciso III, 20 "Caput" e Inciso III, 21 "Caput" e Inciso II, 22 "Caput" e Parágrafo único e Incisos I e II e 23 "Caput" e §§ 1º e 2º, todos da Lei Complementar Federal Nº 101 de 4 de Maio de 2000; considerando também, que as alterações de carga horária e a ampliação de jornada semanal de trabalho promovidas com base nos Editais de Alteração de Nº 001/2014/SME, Nº 002/2014/SME e Nº 003/2014/SME, expedidos pela Secretaria Municipal de Educação, foram realizadas em total desrespeito e afronta aos princípios e normas constitucionais e legais vigentes, que disciplinam as condições de acesso aos cargos públicos e, inclusive, a ampliação de carga horária; considerando ainda, que a alteração e a ampliação da carga horária promovida com base nos Editais Nº 001/2014/SME, Nº 002/2014/SME e Nº 003/2014/SME, muito embora implementados pela Secretária Municipal de Educação que lançou e assinou os referidos editais, estes atos usurparam atribuições privativas, exclusivas e indelegáveis do Prefeito Municipal nos termos dos Artigos 67, Incisos V, XXIV e XXV e 68 "Caput" da Lei Orgânica do Município, o que leva a inquiná-los de vícios insanáveis de inconstitucionalidade e ilegalidade, representando, inclusive, a burla contra a realização de Concurso Público de Provas e Títulos; Considerando Finalmente, que as alterações de carga horária e de jornada de trabalho promovidas, com base nos Editais Nº 001/2014/SME, Nº 002/2014/SME e Nº 003/2014/SME, além de não atenderem a necessidade real do serviço público, em razão de contratações e ampliações desnecessárias e incompatíveis com a demanda de matrículas do ensino fundamental, sobrecarregaram os dispêndios com pessoal, ultrapassando os limites e percentuais estabelecidos pela Constituição Federal e pela Lei de Responsabilidade Fiscal, para os Municípios, exigindo do Chefe do Poder Executivo Municipal, medidas urgentes para a readequação e saneamento

RESOLVE:

PORTARIA Nº 332/2017, DE 04 DE JANEIRO DE 2017

FL.02

Art.1º. Fica alterada e reduzida de 40 (quarenta) para 20 (vinte) horas, a carga horária e a jornada semanal de trabalho da servidora ALINE DE ALMEIDA DE LIMA investida em virtude de aprovação em concurso público no cargo de Professora de Educação Infantil e Anos Iniciais, do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo do Poder Executivo Municipal, com carga horária e jornada semanal de trabalho de 20 (vinte) horas, voltando assim a referida servidora a exercer a carga horária e a jornada de trabalho compatível com a sua aprovação em concurso público

Art.2º. Fica a Diretora de Administração e Fazenda, autorizada a promover a readequação da remuneração mensal da servidora de que trata a presente portaria, de acordo com a sua Carga Horária e Jornada Semanal conforme sua aprovação em concurso público.

Art.3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos e reflexos financeiros a contar da data de 02 de Janeiro de 2017.

Ar.4º. Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente a Portaria de Nº 74/2015 de 02 de fevereiro de 2015, a qual fica totalmente revogada.

Bela Vista do Toldo, 04 de Janeiro de 2017

ADELMO ALBERTI
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Fazenda desta Prefeitura, na data de 04/01/2017.

OINDERSON DAMASO
Secretário Municipal
de Administração e Fazenda

PORTARIA Nº 333/2017, DE 04 DE JANEIRO DE 2017

"DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA CARGA HORÁRIA E DA JORNADA SEMANAL DE TRABALHO DE SERVIDORA INVESTIDA NO CARGO PÚBLICO DE PROFESSORA, DETERMINA O RETORNO A CARGA HORÁRIA E JORNADA DE TRABALHO LIMITADA A INVESTIDURA NO CARGO, FUNÇÕES E ATRIBUIÇÕES INICIAIS DO CONCURSO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ADELMO ALBERTI, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 67, Incisos V e XXIV, da Lei Orgânica do Município e com fundamento nos Artigos 222, 223 e 224 da Lei Complementar Municipal Nº 004 de 27 de Janeiro de 1997, combinado com os Artigos 21 e 22 da Lei Municipal Nº 831/2012 de 24 de Fevereiro de 2012, considerando os princípios, normas e disposições contidas nos Artigos 6º "Caput", 37 "Caput" e Inciso II e 169 da Constituição Federal, nos Artigos 18, 19 "Caput" e Inciso III, 20 "Caput" e Inciso III, 21 "Caput" e Inciso II, 22 "Caput" e Parágrafo único e Incisos I e II e 23 "Caput" e §§ 1º e 2º, todos da Lei Complementar Federal Nº 101 de 4 de Maio de 2000; considerando também, que as alterações de carga horária e a ampliação de jornada semanal de trabalho promovidas com base nos Editais de Alteração de Nº 001/2014/SME, Nº 002/2014/SME e Nº 003/2014/SME, expedidos pela Secretaria Municipal de Educação, foram realizadas em total desrespeito e afronta aos princípios e normas constitucionais e legais vigentes, que disciplinam as condições de acesso aos cargos públicos e, inclusive, a ampliação de carga horária; considerando ainda, que a alteração e a ampliação da carga horária promovida com base nos Editais Nº 001/2014/SME, Nº 002/2014/SME e Nº 003/2014/SME, muito embora implementados pela Secretária Municipal de Educação que lançou e assinou os referidos editais, estes

atos usurparam atribuições privativas, exclusivas e indelegáveis do Prefeito Municipal nos termos dos Artigos 67, Incisos V, XXIV e XXV e 68 "Caput" da Lei Orgânica do Município, o que leva a inquiná-los de vícios insanáveis de inconstitucionalidade e ilegalidade, representando, inclusive, a burla contra a realização de Concurso Público de Provas e Títulos; Considerando Finalmente, que as alterações de carga horária e de jornada de trabalho promovidas, com base nos Editais Nº 001/2014/SME, Nº 002/2014/SME e Nº 003/2014/SME, além de não atenderem a necessidade real do serviço público, em razão de contratações e ampliações desnecessárias e incompatíveis com a demanda de matrículas do ensino fundamental, sobrecarregaram os dispêndios com pessoal, ultrapassando os limites e percentuais estabelecidos pela Constituição Federal e pela Lei de Responsabilidade Fiscal, para os Municípios, exigindo do Chefe do Poder Executivo Municipal, medidas urgentes para a readequação e saneamento

RESOLVE:

PORTARIA Nº 333/2017, DE 04 DE JANEIRO DE 2017
FL.02

Art.1º. Fica alterada e reduzida de 40 (quarenta) para 20 (vinte) horas, a carga horária e a jornada semanal de trabalho da servidora LUCIANE DEMBINSKI investida em virtude de aprovação em concurso público no cargo de Professora de Educação Infantil e Anos Iniciais, do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo do Poder Executivo Municipal, com carga horária e jornada semanal de trabalho de 20 (vinte) horas, voltando assim a referida servidora a exercer a carga horária e a jornada de trabalho compatível com a sua aprovação em concurso público

Art.2º. Fica a Diretora de Administração e Fazenda, autorizada a promover a readequação da remuneração mensal da servidora de que trata a presente portaria, de acordo com a sua Carga Horária e Jornada Semanal conforme sua aprovação em concurso público.

Art.3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos e reflexos financeiros a contar da data de 02 de Janeiro de 2017.

Ar.4º. Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente a Portaria de Nº 75/2015 de 02 de fevereiro de 2015, a qual fica totalmente revogada.

Bela Vista do Toldo, 04 de Janeiro de 2017

ADELMO ALBERTI
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Fazenda desta Prefeitura, na data de 04/01/2017.

OINDERSON DAMASO
Secretário Municipal
de Administração e Fazenda

PORTARIA Nº 334/2017, DE 04 DE JANEIRO DE 2017

"DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA CARGA HORÁRIA E DA JORNADA SEMANAL DE TRABALHO DE SERVIDORA INVESTIDA NO CARGO PÚBLICO DE PROFESSORA, DETERMINA O RETORNO A CARGA HORÁRIA E JORNADA DE TRABALHO LIMITADA A INVESTIDURA NO CARGO, FUNÇÕES E ATRIBUIÇÕES INICIAIS DO CONCURSO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ADELMO ALBERTI, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 67, Incisos V e XXIV, da Lei Orgânica do Município e com fundamento nos Artigos 222, 223 e 224 da Lei Complementar

Municipal Nº 004 de 27 de Janeiro de 1997, combinado com os Artigos 21 e 22 da Lei Municipal Nº 831/2012 de 24 de Fevereiro de 2012, considerando os princípios, normas e disposições contidas nos Artigos 6º "Caput", 37 "Caput" e Inciso II e 169 da Constituição Federal, nos Artigos 18, 19 "Caput" e Inciso III, 20 "Caput" e Inciso III, 21 "Caput" e Inciso II, 22 "Caput" e Parágrafo único e Incisos I e II e 23 "Caput" e §§ 1º e 2º, todos da Lei Complementar Federal Nº 101 de 4 de Maio de 2000; considerando também, que as alterações de carga horária e a ampliação de jornada semanal de trabalho promovidas com base nos Editais de Alteração de Nº 001/2014/SME, Nº 002/2014/SME e Nº 003/2014/SME, expedidos pela Secretaria Municipal de Educação, foram realizadas em total desrespeito e afronta aos princípios e normas constitucionais e legais vigentes, que disciplinam as condições de acesso aos cargos públicos e, inclusive, a ampliação de carga horária; considerando ainda, que a alteração e a ampliação da carga horária promovida com base nos Editais Nº 001/2014/SME, Nº 002/2014/SME e Nº 003/2014/SME, muito embora implementados pela Secretária Municipal de Educação que lançou e assinou os referidos editais, estes atos usurparam atribuições privativas, exclusivas e indelegáveis do Prefeito Municipal nos termos dos Artigos 67, Incisos V, XXIV e XXV e 68 "Caput" da Lei Orgânica do Município, o que leva a inquiná-los de vícios insanáveis de inconstitucionalidade e ilegalidade, representando, inclusive, a burla contra a realização de Concurso Público de Provas e Títulos; Considerando Finalmente, que as alterações de carga horária e de jornada de trabalho promovidas, com base nos Editais Nº 001/2014/SME, Nº 002/2014/SME e Nº 003/2014/SME, além de não atenderem a necessidade real do serviço público, em razão de contratações e ampliações desnecessárias e incompatíveis com a demanda de matrículas do ensino fundamental, sobrecarregaram os dispêndios com pessoal, ultrapassando os limites e percentuais estabelecidos pela Constituição Federal e pela Lei de Responsabilidade Fiscal, para os Municípios, exigindo do Chefe do Poder Executivo Municipal, medidas urgentes para a readequação e saneamento

RESOLVE:

PORTARIA Nº 334/2017, DE 04 DE JANEIRO DE 2017
FL.02

Art.1º. Fica alterada e reduzida de 40 (quarenta) para 20 (vinte) horas, a carga horária e a jornada semanal de trabalho da servidora GIOVANA DE FÁTIMA GONÇALVES DE LIMA DOS SANTOS investida em virtude de aprovação em concurso público no cargo de Professora de Educação Infantil e Anos Iniciais, do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo do Poder Executivo Municipal, com carga horária e jornada semanal de trabalho de 20 (vinte) horas, voltando assim a referida servidora a exercer a carga horária e a jornada de trabalho compatível com a sua aprovação em concurso público

Art.2º. Fica a Diretora de Administração e Fazenda, autorizada a promover a readequação da remuneração mensal da servidora de que trata a presente portaria, de acordo com a sua Carga Horária e Jornada Semanal conforme sua aprovação em concurso público.

Art.3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos e reflexos financeiros a contar da data de 02 de Janeiro de 2017.

Art.4º. Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente a Portaria de Nº 76/2015 de 02 de fevereiro de 2015, a qual fica totalmente revogada.

Bela Vista do Toldo, 04 de Janeiro de 2017
ADELMO ALBERTI
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de

Administração e Fazenda desta Prefeitura, na data de 04/01/2017.

OINDERSON DAMASO

Secretário Municipal
de Administração e Fazenda

PORTARIA Nº 335/2017, DE 04 DE JANEIRO DE 2017

"DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA CARGA HORÁRIA E DA JORNADA SEMANAL DE TRABALHO DE SERVIDORA INVESTIDA NO CARGO PÚBLICO DE PROFESSORA, DETERMINA O RETORNO A CARGA HORÁRIA E JORNADA DE TRABALHO LIMITADA A INVESTIDURA NO CARGO, FUNÇÕES E ATRIBUIÇÕES INICIAIS DO CONCURSO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ADELMO ALBERTI, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 67, Incisos V e XXIV, da Lei Orgânica do Município e com fundamento nos Artigos 222, 223 e 224 da Lei Complementar Municipal Nº 004 de 27 de Janeiro de 1997, combinado com os Artigos 21 e 22 da Lei Municipal Nº 831/2012 de 24 de Fevereiro de 2012, considerando os princípios, normas e disposições contidas nos Artigos 6º "Caput", 37 "Caput" e Inciso II e 169 da Constituição Federal, nos Artigos 18, 19 "Caput" e Inciso III, 20 "Caput" e Inciso III, 21 "Caput" e Inciso II, 22 "Caput" e Parágrafo único e Incisos I e II e 23 "Caput" e §§ 1º e 2º, todos da Lei Complementar Federal Nº 101 de 4 de Maio de 2000; considerando também, que as alterações de carga horária e a ampliação de jornada semanal de trabalho promovidas com base nos Editais de Alteração de Nº 001/2014/SME, Nº 002/2014/SME e Nº 003/2014/SME, expedidos pela Secretaria Municipal de Educação, foram realizadas em total desrespeito e afronta aos princípios e normas constitucionais e legais vigentes, que disciplinam as condições de acesso aos cargos públicos e, inclusive, a ampliação de carga horária; considerando ainda, que a alteração e a ampliação da carga horária promovida com base nos Editais Nº 001/2014/SME, Nº 002/2014/SME e Nº 003/2014/SME, muito embora implementados pela Secretária Municipal de Educação que lançou e assinou os referidos editais, estes atos usurparam atribuições privativas, exclusivas e indelegáveis do Prefeito Municipal nos termos dos Artigos 67, Incisos V, XXIV e XXV e 68 "Caput" da Lei Orgânica do Município, o que leva a inquiná-los de vícios insanáveis de inconstitucionalidade e ilegalidade, representando, inclusive, a burla contra a realização de Concurso Público de Provas e Títulos; Considerando Finalmente, que as alterações de carga horária e de jornada de trabalho promovidas, com base nos Editais Nº 001/2014/SME, Nº 002/2014/SME e Nº 003/2014/SME, além de não atenderem a necessidade real do serviço público, em razão de contratações e ampliações desnecessárias e incompatíveis com a demanda de matrículas do ensino fundamental, sobrecarregaram os dispêndios com pessoal, ultrapassando os limites e percentuais estabelecidos pela Constituição Federal e pela Lei de Responsabilidade Fiscal, para os Municípios, exigindo do Chefe do Poder Executivo Municipal, medidas urgentes para a readequação e saneamento

RESOLVE:

PORTARIA Nº 335/2017, DE 04 DE JANEIRO DE 2017
FL.02

Art.1º. Fica alterada e reduzida de 40 (quarenta) para 20 (vinte) horas, a carga horária e a jornada semanal de trabalho da servidora NOELI DAMASO DA SILVEIRA LEITE investida em virtude de aprovação em concurso público no cargo de Professora de Educação Infantil e Anos Iniciais, do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo do Poder Executivo Municipal, com carga horária e jornada semanal de trabalho de 20 (vinte) horas, voltando assim a referida servidora a exercer a carga horária e a jornada de trabalho compatível com a sua aprovação em concurso público

Art.2º. Fica a Diretora de Administração e Fazenda, autorizada a promover a readequação da remuneração mensal da servidora de que trata a presente portaria, de acordo com a sua Carga Horária e Jornada Semanal conforme sua aprovação em concurso público.

Art.3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos e reflexos financeiros a contar da data de 02 de Janeiro de 2017.

Ar.4º. Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente a Portaria de Nº 77/2015 de 02 de fevereiro de 2015, a qual fica totalmente revogada.

Bela Vista do Toldo, 04 de Janeiro de 2017

ADELMO ALBERTI

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Fazenda desta Prefeitura, na data de 04/01/2017.

OINDERSON DAMASO

Secretário Municipal

de Administração e Fazenda

PORTARIA Nº 336/2017, DE 04 DE JANEIRO DE 2017

"DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA CARGA HORÁRIA E DA JORNADA SEMANAL DE TRABALHO DE SERVIDORA INVESTIDA NO CARGO PÚBLICO DE PROFESSORA, DETERMINA O RETORNO A CARGA HORÁRIA E JORNADA DE TRABALHO LIMITADA A INVESTIDURA NO CARGO, FUNÇÕES E ATRIBUIÇÕES INICIAIS DO CONCURSO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ADELMO ALBERTI, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 67, Incisos V e XXIV, da Lei Orgânica do Município e com fundamento nos Artigos 222, 223 e 224 da Lei Complementar Municipal Nº 004 de 27 de Janeiro de 1997, combinado com os Artigos 21 e 22 da Lei Municipal Nº 831/2012 de 24 de Fevereiro de 2012, considerando os princípios, normas e disposições contidas nos Artigos 6º "Caput", 37 "Caput" e Inciso II e 169 da Constituição Federal, nos Artigos 18, 19 "Caput" e Inciso III, 20 "Caput" e Inciso III, 21 "Caput" e Inciso II, 22 "Caput" e Parágrafo único e Incisos I e II e 23 "Caput" e §§ 1º e 2º, todos da Lei Complementar Federal Nº 101 de 4 de Maio de 2000; considerando também, que as alterações de carga horária e a ampliação de jornada semanal de trabalho promovidas com base nos Editais de Alteração de Nº 001/2014/SME, Nº 002/2014/SME e Nº 003/2014/SME, expedidos pela Secretaria Municipal de Educação, foram realizadas em total desrespeito e afronta aos princípios e normas constitucionais e legais vigentes, que disciplinam as condições de acesso aos cargos públicos e, inclusive, a ampliação de carga horária; considerando ainda, que a alteração e a ampliação da carga horária promovida com base nos Editais Nº 001/2014/SME, Nº 002/2014/SME e Nº 003/2014/SME, muito embora implementados pela Secretária Municipal de Educação que lançou e assinou os referidos editais, estes atos usurparam atribuições privativas, exclusivas e indelegáveis do Prefeito Municipal nos termos dos Artigos 67, Incisos V, XXIV e XXV e 68 "Caput" da Lei Orgânica do Município, o que leva a inquiná-los de vícios insanáveis de inconstitucionalidade e ilegalidade, representando, inclusive, a burla contra a realização de Concurso Público de Provas e Títulos; Considerando Finalmente, que as alterações de carga horária e de jornada de trabalho promovidas, com base nos Editais Nº 001/2014/SME, Nº 002/2014/SME e Nº 003/2014/SME, além de não atenderem a necessidade real do serviço público, em razão de contratações e ampliações desnecessárias e

incompatíveis com a demanda de matrículas do ensino fundamental, sobrecarregaram os dispêndios com pessoal, ultrapassando os limites e percentuais estabelecidos pela Constituição Federal e pela Lei de Responsabilidade Fiscal, para os Municípios, exigindo do Chefe do Poder Executivo Municipal, medidas urgentes para a readequação e saneamento

RESOLVE:

PORTARIA Nº 336/2017, DE 04 DE JANEIRO DE 2017

FL.02

Art.1º. Fica alterada e reduzida de 40 (quarenta) para 15 (quinze) horas, a carga horária e a jornada semanal de trabalho da servidora IVANI GONÇALVES DE LIMA KUCHLER investida em virtude de aprovação em concurso público no cargo de Professora de Matemática, do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo do Poder Executivo Municipal, com carga horária e jornada semanal de trabalho de 15 (quinze) horas, voltando assim a referida servidora a exercer a carga horária e a jornada de trabalho compatível com a sua aprovação em concurso público

Art.2º. Fica a Diretora de Administração e Fazenda, autorizada a promover a readequação da remuneração mensal da servidora de que trata a presente portaria, de acordo com a sua Carga Horária e Jornada Semanal conforme sua aprovação em concurso público.

Art.3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos e reflexos financeiros a contar da data de 02 de Janeiro de 2017.

Ar.4º. Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente a Portaria de Nº 78/2015 de 02 de fevereiro de 2015, a qual fica totalmente revogada.

Bela Vista do Toldo, 04 de Janeiro de 2017

ADELMO ALBERTI

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Fazenda desta Prefeitura, na data de 04/01/2017.

OINDERSON DAMASO

Secretário Municipal

de Administração e Fazenda

PORTARIA Nº 337/2017, DE 04 DE JANEIRO DE 2017

"DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA CARGA HORÁRIA E DA JORNADA SEMANAL DE TRABALHO DE SERVIDORA INVESTIDA NO CARGO PÚBLICO DE PROFESSORA, DETERMINA O RETORNO A CARGA HORÁRIA E JORNADA DE TRABALHO LIMITADA A INVESTIDURA NO CARGO, FUNÇÕES E ATRIBUIÇÕES INICIAIS DO CONCURSO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ADELMO ALBERTI, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 67, Incisos V e XXIV, da Lei Orgânica do Município e com fundamento nos Artigos 222, 223 e 224 da Lei Complementar Municipal Nº 004 de 27 de Janeiro de 1997, combinado com os Artigos 21 e 22 da Lei Municipal Nº 831/2012 de 24 de Fevereiro de 2012, considerando os princípios, normas e disposições contidas nos Artigos 6º "Caput", 37 "Caput" e Inciso II e 169 da Constituição Federal, nos Artigos 18, 19 "Caput" e Inciso III, 20 "Caput" e Inciso III, 21 "Caput" e Inciso II, 22 "Caput" e Parágrafo único e Incisos I e II e 23 "Caput" e §§ 1º e 2º, todos da Lei Complementar Federal Nº 101 de 4 de Maio de 2000; considerando também, que as alterações de carga horária e a ampliação de jornada semanal de trabalho promovidas com base nos Editais de Alteração de Nº

001/2014/SME, Nº 002/2014/SME e Nº 003/2014/SME, expedidos pela Secretaria Municipal de Educação, foram realizadas em total desrespeito e afronta aos princípios e normas constitucionais e legais vigentes, que disciplinam as condições de acesso aos cargos públicos e, inclusive, a ampliação de carga horária; considerando ainda, que a alteração e a ampliação da carga horária promovida com base nos Editais Nº 001/2014/SME, Nº 002/2014/SME e Nº 003/2014/SME, muito embora implementados pela Secretária Municipal de Educação que lançou e assinou os referidos editais, estes atos usurparam atribuições privativas, exclusivas e indelegáveis do Prefeito Municipal nos termos dos Artigos 67, Incisos V, XXIV e XXV e 68 "Caput" da Lei Orgânica do Município, o que leva a inquiná-los de vícios insanáveis de inconstitucionalidade e ilegalidade, representando, inclusive, a burla contra a realização de Concurso Público de Provas e Títulos; Considerando Finalmente, que as alterações de carga horária e de jornada de trabalho promovidas, com base nos Editais Nº 001/2014/SME, Nº 002/2014/SME e Nº 003/2014/SME, além de não atenderem a necessidade real do serviço público, em razão de contratações e ampliações desnecessárias e incompatíveis com a demanda de matrículas do ensino fundamental, sobrecarregaram os dispêndios com pessoal, ultrapassando os limites e percentuais estabelecidos pela Constituição Federal e pela Lei de Responsabilidade Fiscal, para os Municípios, exigindo do Chefe do Poder Executivo Municipal, medidas urgentes para a readequação e saneamento

RESOLVE:

PORTARIA Nº 337/2017, DE 04 DE JANEIRO DE 2017
FL.02

Art.1º. Fica alterada e reduzida de 40 (quarenta) para 25 (vinte e cinco) horas, a carga horária e a jornada semanal de trabalho da servidora ROSILDA KONKEL investida em virtude de aprovação em concurso público no cargo de Professora de Matemática, do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo do Poder Executivo Municipal, com carga horária e jornada semanal de trabalho de 25 (vinte e cinco) horas, voltando assim a referida servidora a exercer a carga horária e a jornada de trabalho compatível com a sua aprovação em concurso público

Art.2º. Fica a Diretora de Administração e Fazenda, autorizada a promover a readequação da remuneração mensal da servidora de que trata a presente portaria, de acordo com a sua Carga Horária e Jornada Semanal conforme sua aprovação em concurso público.

Art.3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos e reflexos financeiros a contar da data de 02 de Janeiro de 2017.

Ar.4º. Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente a Portaria de Nº 173/2015 de 09 de março de 2015, a qual fica totalmente revogada.

Bela Vista do Toldo, 04 de Janeiro de 2017

ADELMO ALBERTI

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Fazenda desta Prefeitura, na data de 04/01/2017.

OINDERSON DAMASO

Secretário Municipal

de Administração e Fazenda

PORTARIA Nº 338/2017, DE 04 DE JANEIRO DE 2017

"DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA CARGA HORÁRIA E DA JORNADA SEMANAL DE TRABALHO DE SERVIDORA INVESTIDA NO

CARGO PÚBLICO DE PROFESSORA, DETERMINA O RETORNO A CARGA HORÁRIA E JORNADA DE TRABALHO LIMITADA A INVESTIDURA NO CARGO, FUNÇÕES E ATRIBUIÇÕES INICIAIS DO CONCURSO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ADELMO ALBERTI, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 67, Incisos V e XXIV, da Lei Orgânica do Município e com fundamento nos Artigos 222, 223 e 224 da Lei Complementar Municipal Nº 004 de 27 de Janeiro de 1997, combinado com os Artigos 21 e 22 da Lei Municipal Nº 831/2012 de 24 de Fevereiro de 2012, considerando os princípios, normas e disposições contidas nos Artigos 6º "Caput", 37 "Caput" e Inciso II e 169 da Constituição Federal, nos Artigos 18, 19 "Caput" e Inciso III, 20 "Caput" e Inciso III, 21 "Caput" e Inciso II, 22 "Caput" e Parágrafo único e Incisos I e II e 23 "Caput" e §§ 1º e 2º, todos da Lei Complementar Federal Nº 101 de 4 de Maio de 2000; considerando também, que as alterações de carga horária e a ampliação de jornada semanal de trabalho promovidas com base nos Editais de Alteração de Nº 001/2014/SME, Nº 002/2014/SME e Nº 003/2014/SME, expedidos pela Secretaria Municipal de Educação, foram realizadas em total desrespeito e afronta aos princípios e normas constitucionais e legais vigentes, que disciplinam as condições de acesso aos cargos públicos e, inclusive, a ampliação de carga horária; considerando ainda, que a alteração e a ampliação da carga horária promovida com base nos Editais Nº 001/2014/SME, Nº 002/2014/SME e Nº 003/2014/SME, muito embora implementados pela Secretária Municipal de Educação que lançou e assinou os referidos editais, estes atos usurparam atribuições privativas, exclusivas e indelegáveis do Prefeito Municipal nos termos dos Artigos 67, Incisos V, XXIV e XXV e 68 "Caput" da Lei Orgânica do Município, o que leva a inquiná-los de vícios insanáveis de inconstitucionalidade e ilegalidade, representando, inclusive, a burla contra a realização de Concurso Público de Provas e Títulos; Considerando Finalmente, que as alterações de carga horária e de jornada de trabalho promovidas, com base nos Editais Nº 001/2014/SME, Nº 002/2014/SME e Nº 003/2014/SME, além de não atenderem a necessidade real do serviço público, em razão de contratações e ampliações desnecessárias e incompatíveis com a demanda de matrículas do ensino fundamental, sobrecarregaram os dispêndios com pessoal, ultrapassando os limites e percentuais estabelecidos pela Constituição Federal e pela Lei de Responsabilidade Fiscal, para os Municípios, exigindo do Chefe do Poder Executivo Municipal, medidas urgentes para a readequação e saneamento

RESOLVE:

PORTARIA Nº 338/2017, DE 04 DE JANEIRO DE 2017
FL.02

Art.1º. Fica alterada e reduzida de 40 (quarenta) para 35 (trinta e cinco) horas, a carga horária e a jornada semanal de trabalho da servidora DAVINA VIELEVSKI GOMES DOS SANTOS investida em virtude de aprovação em concurso público no cargo de Professora de Ensino Religioso, do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo do Poder Executivo Municipal, com carga horária e jornada semanal de trabalho de 35 (trinta e cinco) horas, voltando assim a referida servidora a exercer a carga horária e a jornada de trabalho compatível com a sua aprovação em concurso público

Art.2º. Fica a Diretora de Administração e Fazenda, autorizada a promover a readequação da remuneração mensal da servidora de que trata a presente portaria, de acordo com a sua Carga Horária e Jornada Semanal conforme sua aprovação em concurso público.

Art.3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos e reflexos financeiros a contar da data de 02 de Janeiro de 2017.

Ar.4º. Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente

a Portaria de Nº 81/2015 de 02 de fevereiro de 2015, a qual fica totalmente revogada.

Bela Vista do Toldo, 04 de Janeiro de 2017
ADELMO ALBERTI
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Fazenda desta Prefeitura, na data de 04/01/2017.

OINDERSON DAMASO
Secretário Municipal
de Administração e Fazenda

PORTARIA Nº 339/2017, DE 04 DE JANEIRO DE 2017

"DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA CARGA HORÁRIA E DA JORNADA SEMANAL DE TRABALHO DE SERVIDORA INVESTIDA NO CARGO PÚBLICO DE PROFESSORA, DETERMINA O RETORNO A CARGA HORÁRIA E JORNADA DE TRABALHO LIMITADA A INVESTIDURA NO CARGO, FUNÇÕES E ATRIBUIÇÕES INICIAIS DO CONCURSO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ADELMO ALBERTI, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 67, Incisos V e XXIV, da Lei Orgânica do Município e com fundamento nos Artigos 222, 223 e 224 da Lei Complementar Municipal Nº 004 de 27 de Janeiro de 1997, combinado com os Artigos 21 e 22 da Lei Municipal Nº 831/2012 de 24 de Fevereiro de 2012, considerando os princípios, normas e disposições contidas nos Artigos 6º "Caput", 37 "Caput" e Inciso II e 169 da Constituição Federal, nos Artigos 18, 19 "Caput" e Inciso III, 20 "Caput" e Inciso III, 21 "Caput" e Inciso II, 22 "Caput" e Parágrafo único e Incisos I e II e 23 "Caput" e §§ 1º e 2º, todos da Lei Complementar Federal Nº 101 de 4 de Maio de 2000; considerando também, que as alterações de carga horária e a ampliação de jornada semanal de trabalho promovidas com base nos Editais de Alteração de Nº 001/2014/SME, Nº 002/2014/SME e Nº 003/2014/SME, expedidos pela Secretaria Municipal de Educação, foram realizadas em total desrespeito e afronta aos princípios e normas constitucionais e legais vigentes, que disciplinam as condições de acesso aos cargos públicos e, inclusive, a ampliação de carga horária; considerando ainda, que a alteração e a ampliação da carga horária promovida com base nos Editais Nº 001/2014/SME, Nº 002/2014/SME e Nº 003/2014/SME, muito embora implementados pela Secretária Municipal de Educação que lançou e assinou os referidos editais, estes atos usurparam atribuições privativas, exclusivas e indelegáveis do Prefeito Municipal nos termos dos Artigos 67, Incisos V, XXIV e XXV e 68 "Caput" da Lei Orgânica do Município, o que leva a inquiná-los de vícios insanáveis de inconstitucionalidade e ilegalidade, representando, inclusive, a burla contra a realização de Concurso Público de Provas e Títulos; Considerando Finalmente, que as alterações de carga horária e de jornada de trabalho promovidas, com base nos Editais Nº 001/2014/SME, Nº 002/2014/SME e Nº 003/2014/SME, além de não atenderem a necessidade real do serviço público, em razão de contratações e ampliações desnecessárias e incompatíveis com a demanda de matrículas do ensino fundamental, sobrecarregaram os dispêndios com pessoal, ultrapassando os limites e percentuais estabelecidos pela Constituição Federal e pela Lei de Responsabilidade Fiscal, para os Municípios, exigindo do Chefe do Poder Executivo Municipal, medidas urgentes para a readequação e saneamento

RESOLVE:
PORTARIA Nº 339/2017, DE 04 DE JANEIRO DE 2017
FL.02

Art.1º. Fica alterada e reduzida de 30 (trinta) para 20 (vinte) horas,

a carga horária e a jornada semanal de trabalho da servidora MARIA AMÉLIA DAMASO DA SILVEIRA investida em virtude de aprovação em concurso público no cargo de Professora de Ciências, do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo do Poder Executivo Municipal, com carga horária e jornada semanal de trabalho de 20 (vinte) horas, voltando assim a referida servidora a exercer a carga horária e a jornada de trabalho compatível com a sua aprovação em concurso público

Art.2º. Fica a Diretora de Administração e Fazenda, autorizada a promover a readequação da remuneração mensal da servidora de que trata a presente portaria, de acordo com a sua Carga Horária e Jornada Semanal conforme sua aprovação em concurso público.

Art.3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos e reflexos financeiros a contar da data de 02 de Janeiro de 2017.

Ar.4º. Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente a Portaria de Nº 82/2015 de 02 de fevereiro de 2015, a qual fica totalmente revogada.

Bela Vista do Toldo, 04 de Janeiro de 2017
ADELMO ALBERTI
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Fazenda desta Prefeitura, na data de 04/01/2017.

OINDERSON DAMASO
Secretário Municipal
de Administração e Fazenda

PORTARIA Nº 340/2017, DE 04 DE JANEIRO DE 2017

"DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA CARGA HORÁRIA E DA JORNADA SEMANAL DE TRABALHO DE SERVIDORA INVESTIDA NO CARGO PÚBLICO DE PROFESSORA, DETERMINA O RETORNO A CARGA HORÁRIA E JORNADA DE TRABALHO LIMITADA A INVESTIDURA NO CARGO, FUNÇÕES E ATRIBUIÇÕES INICIAIS DO CONCURSO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ADELMO ALBERTI, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 67, Incisos V e XXIV, da Lei Orgânica do Município e com fundamento nos Artigos 222, 223 e 224 da Lei Complementar Municipal Nº 004 de 27 de Janeiro de 1997, combinado com os Artigos 21 e 22 da Lei Municipal Nº 831/2012 de 24 de Fevereiro de 2012, considerando os princípios, normas e disposições contidas nos Artigos 6º "Caput", 37 "Caput" e Inciso II e 169 da Constituição Federal, nos Artigos 18, 19 "Caput" e Inciso III, 20 "Caput" e Inciso III, 21 "Caput" e Inciso II, 22 "Caput" e Parágrafo único e Incisos I e II e 23 "Caput" e §§ 1º e 2º, todos da Lei Complementar Federal Nº 101 de 4 de Maio de 2000; considerando também, que as alterações de carga horária e a ampliação de jornada semanal de trabalho promovidas com base nos Editais de Alteração de Nº 001/2014/SME, Nº 002/2014/SME e Nº 003/2014/SME, expedidos pela Secretaria Municipal de Educação, foram realizadas em total desrespeito e afronta aos princípios e normas constitucionais e legais vigentes, que disciplinam as condições de acesso aos cargos públicos e, inclusive, a ampliação de carga horária; considerando ainda, que a alteração e a ampliação da carga horária promovida com base nos Editais Nº 001/2014/SME, Nº 002/2014/SME e Nº 003/2014/SME, muito embora implementados pela Secretária Municipal de Educação que lançou e assinou os referidos editais, estes atos usurparam atribuições privativas, exclusivas e indelegáveis do Prefeito Municipal nos termos dos Artigos 67, Incisos V, XXIV e XXV e 68 "Caput" da Lei Orgânica do Município, o que leva a inquiná-los de vícios insanáveis de inconstitucionalidade e

ilegalidade, representando, inclusive, a burla contra a realização de Concurso Público de Provas e Títulos; Considerando Finalmente, que as alterações de carga horária e de jornada de trabalho promovidas, com base nos Editais Nº 001/2014/SME, Nº 002/2014/SME e Nº 003/2014/SME, além de não atenderem a necessidade real do serviço público, em razão de contratações e ampliações desnecessárias e incompatíveis com a demanda de matrículas do ensino fundamental, sobrecarregaram os dispêndios com pessoal, ultrapassando os limites e percentuais estabelecidos pela Constituição Federal e pela Lei de Responsabilidade Fiscal, para os Municípios, exigindo do Chefe do Poder Executivo Municipal, medidas urgentes para a readequação e saneamento

RESOLVE:

PORTARIA Nº 340/2017, DE 04 DE JANEIRO DE 2017
FL.02

Art.1º. Fica alterada e reduzida de 30 (trinta) para 10 (dez) horas, a carga horária e a jornada semanal de trabalho da servidora CAROLINE BUENO investida em virtude de aprovação em concurso público no cargo de Professora de Geografia, do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo do Poder Executivo Municipal, com carga horária e jornada semanal de trabalho de 10 (dez) horas, voltando assim a referida servidora a exercer a carga horária e a jornada de trabalho compatível com a sua aprovação em concurso público.

Art.2º. Fica a Diretora de Administração e Fazenda, autorizada a promover a readequação da remuneração mensal da servidora de que trata a presente portaria, de acordo com a sua Carga Horária e Jornada Semanal conforme sua aprovação em concurso público.

Art.3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos e reflexos financeiros a contar da data de 02 de Janeiro de 2017.

Ar.4º. Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente a Portaria de Nº 83/2015 de 02 de fevereiro de 2015, a qual fica totalmente revogada.

Bela Vista do Toldo, 04 de Janeiro de 2017
ADELMO ALBERTI
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Fazenda desta Prefeitura, na data de 04/01/2017.

OINDERSON DAMASO
Secretário Municipal
de Administração e Fazenda

PORTARIA Nº 341/2017, DE 04 DE JANEIRO DE 2017

"DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA CARGA HORÁRIA E DA JORNADA SEMANAL DE TRABALHO DE SERVIDORA INVESTIDA NO CARGO PÚBLICO DE PROFESSORA, DETERMINA O RETORNO A CARGA HORÁRIA E JORNADA DE TRABALHO LIMITADA A INVESTIDURA NO CARGO, FUNÇÕES E ATRIBUIÇÕES INICIAIS DO CONCURSO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ADELMO ALBERTI, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 67, Incisos V e XXIV, da Lei Orgânica do Município e com fundamento nos Artigos 222, 223 e 224 da Lei Complementar Municipal Nº 004 de 27 de Janeiro de 1997, combinado com os Artigos 21 e 22 da Lei Municipal Nº 831/2012 de 24 de Fevereiro de 2012, considerando os princípios, normas e disposições contidas nos Artigos 6º "Caput", 37 "Caput" e Inciso II e 169 da Constituição Federal, nos Artigos 18, 19 "Caput" e Inciso III, 20 "Caput" e

Inciso III, 21 "Caput" e Inciso II, 22 "Caput" e Parágrafo único e Incisos I e II e 23 "Caput" e §§ 1º e 2º, todos da Lei Complementar Federal Nº 101 de 4 de Maio de 2000; considerando também, que as alterações de carga horária e a ampliação de jornada semanal de trabalho promovidas com base nos Editais de Alteração de Nº 001/2013/SME, 001/2014/SME, Nº 002/2014/SME e Nº 003/2014/SME, expedidos pela Secretaria Municipal de Educação, foram realizadas em total desrespeito e afronta aos princípios e normas constitucionais e legais vigentes, que disciplinam as condições de acesso aos cargos públicos e, inclusive, a ampliação de carga horária; considerando ainda, que a alteração e a ampliação da carga horária promovida com base nos Editais Nº 001/2013/SME, Nº 001/2014/SME, Nº 002/2014/SME e Nº 003/2014/SME, muito embora implementados pela Secretária Municipal de Educação que lançou e assinou os referidos editais, estes atos usurparam atribuições privativas, exclusivas e indelegáveis do Prefeito Municipal nos termos dos Artigos 67, Incisos V, XXIV e XXV e 68 "Caput" da Lei Orgânica do Município, o que leva a inquiná-los de vícios insanáveis de inconstitucionalidade e ilegalidade, representando, inclusive, a burla contra a realização de Concurso Público de Provas e Títulos; Considerando Finalmente, que as alterações de carga horária e de jornada de trabalho promovidas, com base nos Editais Nº 001/2013/SME, Nº 001/2014/SME, Nº 002/2014/SME e Nº 003/2014/SME, além de não atenderem a necessidade real do serviço público, em razão de contratações e ampliações desnecessárias e incompatíveis com a demanda de matrículas do ensino fundamental, sobrecarregaram os dispêndios com pessoal, ultrapassando os limites e percentuais estabelecidos pela Constituição Federal e pela Lei de Responsabilidade Fiscal, para os Municípios, exigindo do Chefe do Poder Executivo Municipal, medidas urgentes para a readequação e saneamento

RESOLVE:

PORTARIA Nº 341/2017, DE 04 DE JANEIRO DE 2017
FL.02

Art.1º. Fica alterada e reduzida de 30 (trinta) para 15 (quinze) horas, a carga horária e a jornada semanal de trabalho da servidora ALCIONE SABATKE investida em virtude de aprovação em concurso público no cargo de Professora de Artes, do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo do Poder Executivo Municipal, com carga horária e jornada semanal de trabalho de 15 (quinze) horas, voltando assim a referida servidora a exercer a carga horária e a jornada de trabalho compatível com a sua aprovação em concurso público.

Art.2º. Fica a Diretora de Administração e Fazenda, autorizada a promover a readequação da remuneração mensal da servidora de que trata a presente portaria, de acordo com a sua Carga Horária e Jornada Semanal conforme sua aprovação em concurso público.

Art.3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos e reflexos financeiros a contar da data de 02 de Janeiro de 2017.

Ar.4º. Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente a Portaria de Nº 86/2015 de 02 de fevereiro de 2015, a qual fica totalmente revogada.

Bela Vista do Toldo, 04 de Janeiro de 2017
ADELMO ALBERTI
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Fazenda desta Prefeitura, na data de 04/01/2017.

OINDERSON DAMASO
Secretário Municipal
de Administração e Fazenda

PORTARIA Nº 342/2017, DE 04 DE JANEIRO DE 2017

"DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA CARGA HORÁRIA E DA JORNADA SEMANAL DE TRABALHO DE SERVIDORA INVESTIDA NO CARGO PÚBLICO DE PROFESSORA, DETERMINA O RETORNO A CARGA HORÁRIA E JORNADA DE TRABALHO LIMITADA A INVESTIDURA NO CARGO, FUNÇÕES E ATRIBUIÇÕES INICIAIS DO CONCURSO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ADELMO ALBERTI, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 67, Incisos V e XXIV, da Lei Orgânica do Município e com fundamento nos Artigos 222, 223 e 224 da Lei Complementar Municipal Nº 004 de 27 de Janeiro de 1997, combinado com os Artigos 21 e 22 da Lei Municipal Nº 831/2012 de 24 de Fevereiro de 2012, considerando os princípios, normas e disposições contidas nos Artigos 6º "Caput", 37 "Caput" e Inciso II e 169 da Constituição Federal, nos Artigos 18, 19 "Caput" e Inciso III, 20 "Caput" e Inciso III, 21 "Caput" e Inciso II, 22 "Caput" e Parágrafo único e Incisos I e II e 23 "Caput" e §§ 1º e 2º, todos da Lei Complementar Federal Nº 101 de 4 de Maio de 2000; considerando também, que as alterações de carga horária e a ampliação de jornada semanal de trabalho promovidas com base nos Editais de Alteração de Nº 001/2013/SME, Nº 001/2014/SME, Nº 002/2014/SME e Nº 003/2014/SME, expedidos pela Secretaria Municipal de Educação, foram realizadas em total desrespeito e afronta aos princípios e normas constitucionais e legais vigentes, que disciplinam as condições de acesso aos cargos públicos e, inclusive, a ampliação de carga horária; considerando ainda, que a alteração e a ampliação da carga horária promovida com base nos Editais Nº 001/2013/SME, 001/2014/SME, Nº 002/2014/SME e Nº 003/2014/SME, muito embora implementados pela Secretária Municipal de Educação que lançou e assinou os referidos editais, estes atos usurparam atribuições privativas, exclusivas e indelegáveis do Prefeito Municipal nos termos dos Artigos 67, Incisos V, XXIV e XXV e 68 "Caput" da Lei Orgânica do Município, o que leva a inquiná-los de vícios insanáveis de inconstitucionalidade e ilegalidade, representando, inclusive, a burla contra a realização de Concurso Público de Provas e Títulos; Considerando Finalmente, que as alterações de carga horária e de jornada de trabalho promovidas, com base nos Editais Nº 001/2013/SME, Nº 001/2014/SME, Nº 002/2014/SME e Nº 003/2014/SME, além de não atenderem a necessidade real do serviço público, em razão de contratações e ampliações desnecessárias e incompatíveis com a demanda de matrículas do ensino fundamental, sobrecarregaram os dispêndios com pessoal, ultrapassando os limites e percentuais estabelecidos pela Constituição Federal e pela Lei de Responsabilidade Fiscal, para os Municípios, exigindo do Chefe do Poder Executivo Municipal, medidas urgentes para a readequação e saneamento

RESOLVE:

PORTARIA Nº 342/2017, DE 04 DE JANEIRO DE 2017
FL.02

Art.1º. Fica alterada e reduzida de 40 (quarenta) para 15 (quinze) horas, a carga horária e a jornada semanal de trabalho da servidora JAILA FERNANDA KUCARZ SCHINDLER investida em virtude de aprovação em concurso público no cargo de Professora de Artes, do Quadro de Pessoal de Provisão Efetivo do Poder Executivo Municipal, com carga horária e jornada semanal de trabalho de 15 (quinze) horas, voltando assim a referida servidora a exercer a carga horária e a jornada de trabalho compatível com a sua aprovação em concurso público.

Art.2º. Fica a Diretora de Administração e Fazenda, autorizada a promover a readequação da remuneração mensal da servidora de que trata a presente portaria, de acordo com a sua Carga Horária e Jornada Semanal conforme sua aprovação em concurso público.

Art.3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos e reflexos financeiros a contar da data de 02 de Janeiro de 2017.

Ar.4º. Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente a Portaria de Nº 264/2015 de 18 de maio de 2015, a qual fica totalmente revogada.

Bela Vista do Toldo, 04 de Janeiro de 2017

ADELMO ALBERTI
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Fazenda desta Prefeitura, na data de 04/01/2017.

OINDERSON DAMASO
Secretário Municipal
de Administração e Fazenda

PORTARIA Nº 343/2017, DE 04 DE JANEIRO DE 2017

"DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA CARGA HORÁRIA E DA JORNADA SEMANAL DE TRABALHO DE SERVIDORA INVESTIDA NO CARGO PÚBLICO DE PROFESSORA, DETERMINA O RETORNO A CARGA HORÁRIA E JORNADA DE TRABALHO LIMITADA A INVESTIDURA NO CARGO, FUNÇÕES E ATRIBUIÇÕES INICIAIS DO CONCURSO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ADELMO ALBERTI, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 67, Incisos V e XXIV, da Lei Orgânica do Município e com fundamento nos Artigos 222, 223 e 224 da Lei Complementar Municipal Nº 004 de 27 de Janeiro de 1997, combinado com os Artigos 21 e 22 da Lei Municipal Nº 831/2012 de 24 de Fevereiro de 2012, considerando os princípios, normas e disposições contidas nos Artigos 6º "Caput", 37 "Caput" e Inciso II e 169 da Constituição Federal, nos Artigos 18, 19 "Caput" e Inciso III, 20 "Caput" e Inciso III, 21 "Caput" e Inciso II, 22 "Caput" e Parágrafo único e Incisos I e II e 23 "Caput" e §§ 1º e 2º, todos da Lei Complementar Federal Nº 101 de 4 de Maio de 2000; considerando também, que as alterações de carga horária e a ampliação de jornada semanal de trabalho promovidas com base nos Editais de Alteração de Nº 001/2014/SME, Nº 002/2014/SME e Nº 003/2014/SME, expedidos pela Secretaria Municipal de Educação, foram realizadas em total desrespeito e afronta aos princípios e normas constitucionais e legais vigentes, que disciplinam as condições de acesso aos cargos públicos e, inclusive, a ampliação de carga horária; considerando ainda, que a alteração e a ampliação da carga horária promovida com base nos Editais Nº 001/2014/SME, Nº 002/2014/SME e Nº 003/2014/SME, muito embora implementados pela Secretária Municipal de Educação que lançou e assinou os referidos editais, estes atos usurparam atribuições privativas, exclusivas e indelegáveis do Prefeito Municipal nos termos dos Artigos 67, Incisos V, XXIV e XXV e 68 "Caput" da Lei Orgânica do Município, o que leva a inquiná-los de vícios insanáveis de inconstitucionalidade e ilegalidade, representando, inclusive, a burla contra a realização de Concurso Público de Provas e Títulos; Considerando Finalmente, que as alterações de carga horária e de jornada de trabalho promovidas, com base nos Editais Nº 001/2014/SME, Nº 002/2014/SME e Nº 003/2014/SME, além de não atenderem a necessidade real do serviço público, em razão de contratações e ampliações desnecessárias e incompatíveis com a demanda de matrículas do ensino fundamental, sobrecarregaram os dispêndios com pessoal, ultrapassando os limites e percentuais estabelecidos pela Constituição Federal e pela Lei de Responsabilidade Fiscal, para os Municípios, exigindo do Chefe do Poder Executivo Municipal, medidas urgentes para a readequação e saneamento

RESOLVE:

PORTARIA Nº 343/2017, DE 04 DE JANEIRO DE 2017
FL.02

Art.1º. Fica alterada e reduzida de 40 (quarenta) para 25 (vinte e cinco) horas, a carga horária e a jornada semanal de trabalho da servidora SANDRA DOS ANJOS DE OLIVEIRA investida em virtude de aprovação em concurso público no cargo de Professora de Artes, do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo do Poder Executivo Municipal, com carga horária e jornada semanal de trabalho de 25 (vinte e cinco) horas, voltando assim a referida servidora a exercer a carga horária e a jornada de trabalho compatível com a sua aprovação em concurso público.

Art.2º. Fica a Diretora de Administração e Fazenda, autorizada a promover a readequação da remuneração mensal da servidora de que trata a presente portaria, de acordo com a sua Carga Horária e Jornada Semanal conforme sua aprovação em concurso público.

Art.3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos e reflexos financeiros a contar da data de 02 de Janeiro de 2017.

Ar.4º. Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente a Portaria de Nº 87/2015 de 02 de fevereiro de 2015, a qual fica totalmente revogada.

Bela Vista do Toldo, 04 de Janeiro de 2017
ADELMO ALBERTI
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Fazenda desta Prefeitura, na data de 04/01/2017.

OINDERSON DAMASO
Secretário Municipal
de Administração e Fazenda

PORTARIA Nº 344/2017, DE 04 DE JANEIRO DE 2017

"DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA CARGA HORÁRIA E DA JORNADA SEMANAL DE TRABALHO DE SERVIDORA INVESTIDA NO CARGO PÚBLICO DE PROFESSORA, DETERMINA O RETORNO A CARGA HORÁRIA E JORNADA DE TRABALHO LIMITADA A INVESTIDURA NO CARGO, FUNÇÕES E ATRIBUIÇÕES INICIAIS DO CONCURSO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ADELMO ALBERTI, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 67, Incisos V e XXIV, da Lei Orgânica do Município e com fundamento nos Artigos 222, 223 e 224 da Lei Complementar Municipal Nº 004 de 27 de Janeiro de 1997, combinado com os Artigos 21 e 22 da Lei Municipal Nº 831/2012 de 24 de Fevereiro de 2012, considerando os princípios, normas e disposições contidas nos Artigos 6º "Caput", 37 "Caput" e Inciso II e 169 da Constituição Federal, nos Artigos 18, 19 "Caput" e Inciso III, 20 "Caput" e Inciso III, 21 "Caput" e Inciso II, 22 "Caput" e Parágrafo único e Incisos I e II e 23 "Caput" e §§ 1º e 2º, todos da Lei Complementar Federal Nº 101 de 4 de Maio de 2000; considerando também, que as alterações de carga horária e a ampliação de jornada semanal de trabalho promovidas com base nos Editais de Alteração de Nº 001/2014/SME, Nº 002/2014/SME e Nº 003/2014/SME, expedidos pela Secretaria Municipal de Educação, foram realizadas em total desrespeito e afronta aos princípios e normas constitucionais e legais vigentes, que disciplinam as condições de acesso aos cargos públicos e, inclusive, a ampliação de carga horária; considerando ainda, que a alteração e a ampliação da carga horária promovida com base nos Editais Nº 001/2014/SME, Nº 002/2014/SME e Nº

003/2014/SME, muito embora implementados pela Secretária Municipal de Educação que lançou e assinou os referidos editais, estes atos usurparam atribuições privativas, exclusivas e indelegáveis do Prefeito Municipal nos termos dos Artigos 67, Incisos V, XXIV e XXV e 68 "Caput" da Lei Orgânica do Município, o que leva a inquiná-los de vícios insanáveis de inconstitucionalidade e ilegalidade, representando, inclusive, a burla contra a realização de Concurso Público de Provas e Títulos; Considerando Finalmente, que as alterações de carga horária e de jornada de trabalho promovidas, com base nos Editais Nº 001/2014/SME, Nº 002/2014/SME e Nº 003/2014/SME, além de não atenderem a necessidade real do serviço público, em razão de contratações e ampliações desnecessárias e incompatíveis com a demanda de matrículas do ensino fundamental, sobrecarregaram os dispêndios com pessoal, ultrapassando os limites e percentuais estabelecidos pela Constituição Federal e pela Lei de Responsabilidade Fiscal, para os Municípios, exigindo do Chefe do Poder Executivo Municipal, medidas urgentes para a readequação e saneamento

RESOLVE:

PORTARIA Nº 344/2017, DE 04 DE JANEIRO DE 2017
FL.02

Art.1º. Fica alterada e reduzida de 40 (quarenta) para 30 (trinta) horas, a carga horária e a jornada semanal de trabalho da servidora ANA LETICIA DAMASO DA SILVEIRA WOIDELELLA investida em virtude de aprovação em concurso público no cargo de Professora de Educação Física, do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo do Poder Executivo Municipal, com carga horária e jornada semanal de trabalho de 30 (trinta) horas, voltando assim a referida servidora a exercer a carga horária e a jornada de trabalho compatível com a sua aprovação em concurso público.

Art.2º. Fica a Diretora de Administração e Fazenda, autorizada a promover a readequação da remuneração mensal da servidora de que trata a presente portaria, de acordo com a sua Carga Horária e Jornada Semanal conforme sua aprovação em concurso público.

Art.3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos e reflexos financeiros a contar da data de 02 de Janeiro de 2017.

Ar.4º. Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente a Portaria de Nº 88/2015 de 02 de fevereiro de 2015, a qual fica totalmente revogada.

Bela Vista do Toldo, 04 de Janeiro de 2017
ADELMO ALBERTI
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Fazenda desta Prefeitura, na data de 04/01/2017.

OINDERSON DAMASO
Secretário Municipal
de Administração e Fazenda

PORTARIA Nº 345/2017, DE 04 DE JANEIRO DE 2017

"DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA CARGA HORÁRIA E DA JORNADA SEMANAL DE TRABALHO DE SERVIDORA INVESTIDA NO CARGO PÚBLICO DE PROFESSORA, DETERMINA O RETORNO A CARGA HORÁRIA E JORNADA DE TRABALHO LIMITADA A INVESTIDURA NO CARGO, FUNÇÕES E ATRIBUIÇÕES INICIAIS DO CONCURSO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ADELMO ALBERTI, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado

de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 67, Incisos V e XXIV, da Lei Orgânica do Município e com fundamento nos Artigos 222, 223 e 224 da Lei Complementar Municipal Nº 004 de 27 de Janeiro de 1997, combinado com os Artigos 21 e 22 da Lei Municipal Nº 831/2012 de 24 de Fevereiro de 2012, considerando os princípios, normas e disposições contidas nos Artigos 6º "Caput", 37 "Caput" e Inciso II e 169 da Constituição Federal, nos Artigos 18, 19 "Caput" e Inciso III, 20 "Caput" e Inciso III, 21 "Caput" e Inciso II, 22 "Caput" e Parágrafo único e Incisos I e II e 23 "Caput" e §§ 1º e 2º, todos da Lei Complementar Federal Nº 101 de 4 de Maio de 2000; considerando também, que as alterações de carga horária e a ampliação de jornada semanal de trabalho promovidas com base nos Editais de Alteração de Nº 001/2014/SME, Nº 002/2014/SME e Nº 003/2014/SME, expedidos pela Secretaria Municipal de Educação, foram realizadas em total desrespeito e afronta aos princípios e normas constitucionais e legais vigentes, que disciplinam as condições de acesso aos cargos públicos e, inclusive, a ampliação de carga horária; considerando ainda, que a alteração e a ampliação da carga horária promovida com base nos Editais Nº 001/2014/SME, Nº 002/2014/SME e Nº 003/2014/SME, muito embora implementados pela Secretária Municipal de Educação que lançou e assinou os referidos editais, estes atos usurparam atribuições privativas, exclusivas e indelegáveis do Prefeito Municipal nos termos dos Artigos 67, Incisos V, XXIV e XXV e 68 "Caput" da Lei Orgânica do Município, o que leva a inquiná-los de vícios insanáveis de inconstitucionalidade e ilegalidade, representando, inclusive, a burla contra a realização de Concurso Público de Provas e Títulos; Considerando Finalmente, que as alterações de carga horária e de jornada de trabalho promovidas, com base nos Editais Nº 001/2014/SME, Nº 002/2014/SME e Nº 003/2014/SME, além de não atenderem a necessidade real do serviço público, em razão de contratações e ampliações desnecessárias e incompatíveis com a demanda de matrículas do ensino fundamental, sobrecarregaram os dispêndios com pessoal, ultrapassando os limites e percentuais estabelecidos pela Constituição Federal e pela Lei de Responsabilidade Fiscal, para os Municípios, exigindo do Chefe do Poder Executivo Municipal, medidas urgentes para a readequação e saneamento

RESOLVE:

PORTARIA Nº 345/2017, DE 04 DE JANEIRO DE 2017
FL.02

Art.1º. Fica alterada e reduzida de 40 (quarenta) para 35 (trinta e cinco) horas, a carga horária e a jornada semanal de trabalho da servidora RAQUEL TISCHLER investida em virtude de aprovação em concurso público no cargo de Professora de Educação Física, do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo do Poder Executivo Municipal, com carga horária e jornada semanal de trabalho de 35 (trinta e cinco) horas, voltando assim a referida servidora a exercer a carga horária e a jornada de trabalho compatível com a sua aprovação em concurso público.

Art.2º. Fica a Diretora de Administração e Fazenda, autorizada a promover a readequação da remuneração mensal da servidora de que trata a presente portaria, de acordo com a sua Carga Horária e Jornada Semanal conforme sua aprovação em concurso público.

Art.3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos e reflexos financeiros a contar da data de 02 de Janeiro de 2017.

Art.4º. Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente a Portaria de Nº 89/2015 de 02 de fevereiro de 2015, a qual fica totalmente revogada.

Bela Vista do Toldo, 04 de Janeiro de 2017
ADELMO ALBERTI
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Fazenda desta Prefeitura, na data de 04/01/2017.

OINDERSON DAMASO
Secretário Municipal
de Administração e Fazenda

PORTARIA Nº 346/2017, DE 04 DE JANEIRO DE 2017

"DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA CARGA HORÁRIA E DA JORNADA SEMANAL DE TRABALHO DE SERVIDORA INVESTIDA NO CARGO PÚBLICO DE PROFESSORA, DETERMINA O RETORNO A CARGA HORÁRIA E JORNADA DE TRABALHO LIMITADA A INVESTIDURA NO CARGO, FUNÇÕES E ATRIBUIÇÕES INICIAIS DO CONCURSO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ADELMO ALBERTI, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 67, Incisos V e XXIV, da Lei Orgânica do Município e com fundamento nos Artigos 222, 223 e 224 da Lei Complementar Municipal Nº 004 de 27 de Janeiro de 1997, combinado com os Artigos 21 e 22 da Lei Municipal Nº 831/2012 de 24 de Fevereiro de 2012, considerando os princípios, normas e disposições contidas nos Artigos 6º "Caput", 37 "Caput" e Inciso II e 169 da Constituição Federal, nos Artigos 18, 19 "Caput" e Inciso III, 20 "Caput" e Inciso III, 21 "Caput" e Inciso II, 22 "Caput" e Parágrafo único e Incisos I e II e 23 "Caput" e §§ 1º e 2º, todos da Lei Complementar Federal Nº 101 de 4 de Maio de 2000; considerando também, que as alterações de carga horária e a ampliação de jornada semanal de trabalho promovidas com base nos Editais de Alteração de Nº 001/2014/SME, Nº 002/2014/SME e Nº 003/2014/SME, expedidos pela Secretaria Municipal de Educação, foram realizadas em total desrespeito e afronta aos princípios e normas constitucionais e legais vigentes, que disciplinam as condições de acesso aos cargos públicos e, inclusive, a ampliação de carga horária; considerando ainda, que a alteração e a ampliação da carga horária promovida com base nos Editais Nº 001/2014/SME, Nº 002/2014/SME e Nº 003/2014/SME, muito embora implementados pela Secretária Municipal de Educação que lançou e assinou os referidos editais, estes atos usurparam atribuições privativas, exclusivas e indelegáveis do Prefeito Municipal nos termos dos Artigos 67, Incisos V, XXIV e XXV e 68 "Caput" da Lei Orgânica do Município, o que leva a inquiná-los de vícios insanáveis de inconstitucionalidade e ilegalidade, representando, inclusive, a burla contra a realização de Concurso Público de Provas e Títulos; Considerando Finalmente, que as alterações de carga horária e de jornada de trabalho promovidas, com base nos Editais Nº 001/2014/SME, Nº 002/2014/SME e Nº 003/2014/SME, além de não atenderem a necessidade real do serviço público, em razão de contratações e ampliações desnecessárias e incompatíveis com a demanda de matrículas do ensino fundamental, sobrecarregaram os dispêndios com pessoal, ultrapassando os limites e percentuais estabelecidos pela Constituição Federal e pela Lei de Responsabilidade Fiscal, para os Municípios, exigindo do Chefe do Poder Executivo Municipal, medidas urgentes para a readequação e saneamento

RESOLVE:

PORTARIA Nº 346/2017, DE 04 DE JANEIRO DE 2017
FL.02

Art.1º. Fica alterada e reduzida de 40 (quarenta) para 30 (trinta) horas, a carga horária e a jornada semanal de trabalho da servidora CALINE REGINA DAMASO investida em virtude de aprovação em concurso público no cargo de Professora de Educação Física, do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo do Poder Executivo Municipal, com carga horária e jornada semanal de trabalho de 30 (trinta) horas, voltando assim a referida servidora a exercer a carga

horária e a jornada de trabalho compatível com a sua aprovação em concurso público.

Art.2º. Fica a Diretora de Administração e Fazenda, autorizada a promover a readequação da remuneração mensal da servidora de que trata a presente portaria, de acordo com a sua Carga Horária e Jornada Semanal conforme sua aprovação em concurso público.

Art.3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos e reflexos financeiros a contar da data de 02 de Janeiro de 2017.

Ar.4º. Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente a Portaria de Nº 90/2015 de 02 de fevereiro de 2015, a qual fica totalmente revogada.

Bela Vista do Toldo, 04 de Janeiro de 2017
ADELMO ALBERTI
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Fazenda desta Prefeitura, na data de 04/01/2017.

OINDERSON DAMASO
Secretário Municipal
de Administração e Fazenda

PORTARIA Nº 347/2017, DE 04 DE JANEIRO DE 2017

"DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA CARGA HORÁRIA E DA JORNADA SEMANAL DE TRABALHO DE SERVIDORA INVESTIDA NO CARGO PÚBLICO DE PROFESSORA, DETERMINA O RETORNO A CARGA HORÁRIA E JORNADA DE TRABALHO LIMITADA A INVESTIDURA NO CARGO, FUNÇÕES E ATRIBUIÇÕES INICIAIS DO CONCURSO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ADELMO ALBERTI, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 67, Incisos V e XXIV, da Lei Orgânica do Município e com fundamento nos Artigos 222, 223 e 224 da Lei Complementar Municipal Nº 004 de 27 de Janeiro de 1997, combinado com os Artigos 21 e 22 da Lei Municipal Nº 831/2012 de 24 de Fevereiro de 2012, considerando os princípios, normas e disposições contidas nos Artigos 6º "Caput", 37 "Caput" e Inciso II e 169 da Constituição Federal, nos Artigos 18, 19 "Caput" e Inciso III, 20 "Caput" e Inciso III, 21 "Caput" e Inciso II, 22 "Caput" e Parágrafo único e Incisos I e II e 23 "Caput" e §§ 1º e 2º, todos da Lei Complementar Federal Nº 101 de 4 de Maio de 2000; considerando também, que as alterações de carga horária e a ampliação de jornada semanal de trabalho promovidas com base nos Editais de Alteração de Nº 001/2014/SME, Nº 002/2014/SME e Nº 003/2014/SME, expedidos pela Secretaria Municipal de Educação, foram realizadas em total desrespeito e afronta aos princípios e normas constitucionais e legais vigentes, que disciplinam as condições de acesso aos cargos públicos e, inclusive, a ampliação de carga horária; considerando ainda, que a alteração e a ampliação da carga horária promovida com base nos Editais Nº 001/2014/SME, Nº 002/2014/SME e Nº 003/2014/SME, muito embora implementados pela Secretária Municipal de Educação que lançou e assinou os referidos editais, estes atos usurparam atribuições privativas, exclusivas e indelegáveis do Prefeito Municipal nos termos dos Artigos 67, Incisos V, XXIV e XXV e 68 "Caput" da Lei Orgânica do Município, o que leva a inquiná-los de vícios insanáveis de inconstitucionalidade e ilegalidade, representando, inclusive, a burla contra a realização de Concurso Público de Provas e Títulos; Considerando Finalmente, que as alterações de carga horária e de jornada de trabalho promovidas, com base nos Editais Nº 001/2014/SME, Nº 002/2014/SME e Nº 003/2014/SME, além de não atenderem a necessidade real do serviço público, em

razão de contratações e ampliações desnecessárias e incompatíveis com a demanda de matrículas do ensino fundamental, sobrecarregaram os dispêndios com pessoal, ultrapassando os limites e percentuais estabelecidos pela Constituição Federal e pela Lei de Responsabilidade Fiscal, para os Municípios, exigindo do Chefe do Poder Executivo Municipal, medidas urgentes para a readequação e saneamento

RESOLVE:
PORTARIA Nº 347/2017, DE 04 DE JANEIRO DE 2017
FL.02

Art.1º. Fica alterada e reduzida de 30 (trinta) para 25 (vinte e cinco) horas, a carga horária e a jornada semanal de trabalho da servidora PATRÍCIA DE FÁTIMA DE LIMA VEIGA investida em virtude de aprovação em concurso público no cargo de Professora de História, do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo do Poder Executivo Municipal, com carga horária e jornada semanal de trabalho de 25 (vinte e cinco) horas, voltando assim a referida servidora a exercer a carga horária e a jornada de trabalho compatível com a sua aprovação em concurso público.

Art.2º. Fica a Diretora de Administração e Fazenda, autorizada a promover a readequação da remuneração mensal da servidora de que trata a presente portaria, de acordo com a sua Carga Horária e Jornada Semanal conforme sua aprovação em concurso público.

Art.3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos e reflexos financeiros a contar da data de 02 de Janeiro de 2017.

Ar.4º. Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente a Portaria de Nº 92/2015 de 02 de fevereiro de 2015, a qual fica totalmente revogada.

Bela Vista do Toldo, 04 de Janeiro de 2017
ADELMO ALBERTI
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Fazenda desta Prefeitura, na data de 04/01/2017.

OINDERSON DAMASO
Secretário Municipal
de Administração e Fazenda

PORTARIA Nº 348/2017, DE 04 DE JANEIRO DE 2017

"DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA CARGA HORÁRIA E DA JORNADA SEMANAL DE TRABALHO DE SERVIDORA INVESTIDA NO CARGO PÚBLICO DE PROFESSORA, DETERMINA O RETORNO A CARGA HORÁRIA E JORNADA DE TRABALHO LIMITADA A INVESTIDURA NO CARGO, FUNÇÕES E ATRIBUIÇÕES INICIAIS DO CONCURSO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ADELMO ALBERTI, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 67, Incisos V e XXIV, da Lei Orgânica do Município e com fundamento nos Artigos 222, 223 e 224 da Lei Complementar Municipal Nº 004 de 27 de Janeiro de 1997, combinado com os Artigos 21 e 22 da Lei Municipal Nº 831/2012 de 24 de Fevereiro de 2012, considerando os princípios, normas e disposições contidas nos Artigos 6º "Caput", 37 "Caput" e Inciso II e 169 da Constituição Federal, nos Artigos 18, 19 "Caput" e Inciso III, 20 "Caput" e Inciso III, 21 "Caput" e Inciso II, 22 "Caput" e Parágrafo único e Incisos I e II e 23 "Caput" e §§ 1º e 2º, todos da Lei Complementar Federal Nº 101 de 4 de Maio de 2000; considerando também, que as alterações de carga horária e a ampliação de jornada semanal

de trabalho promovidas com base nos Editais de Alteração de Nº 001/2014/SME, Nº 002/2014/SME e Nº 003/2014/SME, expedidos pela Secretaria Municipal de Educação, foram realizadas em total desrespeito e afronta aos princípios e normas constitucionais e legais vigentes, que disciplinam as condições de acesso aos cargos públicos e, inclusive, a ampliação de carga horária; considerando ainda, que a alteração e a ampliação da carga horária promovida com base nos Editais Nº 001/2014/SME, Nº 002/2014/SME e Nº 003/2014/SME, muito embora implementados pela Secretária Municipal de Educação que lançou e assinou os referidos editais, estes atos usurparam atribuições privativas, exclusivas e indelegáveis do Prefeito Municipal nos termos dos Artigos 67, Incisos V, XXIV e XXV e 68 "Caput" da Lei Orgânica do Município, o que leva a inquiná-los de vícios insanáveis de inconstitucionalidade e ilegalidade, representando, inclusive, a burla contra a realização de Concurso Público de Provas e Títulos; Considerando Finalmente, que as alterações de carga horária e de jornada de trabalho promovidas, com base nos Editais Nº 001/2014/SME, Nº 002/2014/SME e Nº 003/2014/SME, além de não atenderem a necessidade real do serviço público, em razão de contratações e ampliações desnecessárias e incompatíveis com a demanda de matrículas do ensino fundamental, sobrecarregaram os dispêndios com pessoal, ultrapassando os limites e percentuais estabelecidos pela Constituição Federal e pela Lei de Responsabilidade Fiscal, para os Municípios, exigindo do Chefe do Poder Executivo Municipal, medidas urgentes para a readequação e saneamento

RESOLVE:

PORTARIA Nº 348/2017, DE 04 DE JANEIRO DE 2017
FL.02

Art.1º. Fica alterada e reduzida de 40 (quarenta) para 30 (trinta) horas, a carga horária e a jornada semanal de trabalho da servidora JULIANA LESSAK investida em virtude de aprovação em concurso público no cargo de Professora de História, do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo do Poder Executivo Municipal, com carga horária e jornada semanal de trabalho de 30 (trinta) horas, voltando assim a referida servidora a exercer a carga horária e a jornada de trabalho compatível com a sua aprovação em concurso público.

Art.2º. Fica a Diretora de Administração e Fazenda, autorizada a promover a readequação da remuneração mensal da servidora de que trata a presente portaria, de acordo com a sua Carga Horária e Jornada Semanal conforme sua aprovação em concurso público.

Art.3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos e reflexos financeiros a contar da data de 02 de Janeiro de 2017.

Ar.4º. Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente a Portaria de Nº 92-A/2015 de 02 de fevereiro de 2015, a qual fica totalmente revogada.

Bela Vista do Toldo, 04 de Janeiro de 2017

ADELMO ALBERTI
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Fazenda desta Prefeitura, na data de 04/01/2017.

OINDERSON DAMASO
Secretário Municipal
de Administração e Fazenda

PORTARIA Nº 349/2017, DE 04 DE JANEIRO DE 2017

"DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA CARGA HORÁRIA E DA JORNADA

SEMANAL DE TRABALHO DE SERVIDORA INVESTIDA NO CARGO PÚBLICO DE PROFESSORA, DETERMINA O RETORNO A CARGA HORÁRIA E JORNADA DE TRABALHO LIMITADA A INVESTIDURA NO CARGO, FUNÇÕES E ATRIBUIÇÕES INICIAIS DO CONCURSO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ADELMO ALBERTI, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 67, Incisos V e XXIV, da Lei Orgânica do Município e com fundamento nos Artigos 222, 223 e 224 da Lei Complementar Municipal Nº 004 de 27 de Janeiro de 1997, combinado com os Artigos 21 e 22 da Lei Municipal Nº 831/2012 de 24 de Fevereiro de 2012, considerando os princípios, normas e disposições contidas nos Artigos 6º "Caput", 37 "Caput" e Inciso II e 169 da Constituição Federal, nos Artigos 18, 19 "Caput" e Inciso III, 20 "Caput" e Inciso III, 21 "Caput" e Inciso II, 22 "Caput" e Parágrafo único e Incisos I e II e 23 "Caput" e §§ 1º e 2º, todos da Lei Complementar Federal Nº 101 de 4 de Maio de 2000; considerando também, que as alterações de carga horária e a ampliação de jornada semanal de trabalho promovidas com base nos Editais de Alteração de Nº 001/2014/SME, Nº 002/2014/SME e Nº 003/2014/SME, expedidos pela Secretaria Municipal de Educação, foram realizadas em total desrespeito e afronta aos princípios e normas constitucionais e legais vigentes, que disciplinam as condições de acesso aos cargos públicos e, inclusive, a ampliação de carga horária; considerando ainda, que a alteração e a ampliação da carga horária promovida com base nos Editais Nº 001/2014/SME, Nº 002/2014/SME e Nº 003/2014/SME, muito embora implementados pela Secretária Municipal de Educação que lançou e assinou os referidos editais, estes atos usurparam atribuições privativas, exclusivas e indelegáveis do Prefeito Municipal nos termos dos Artigos 67, Incisos V, XXIV e XXV e 68 "Caput" da Lei Orgânica do Município, o que leva a inquiná-los de vícios insanáveis de inconstitucionalidade e ilegalidade, representando, inclusive, a burla contra a realização de Concurso Público de Provas e Títulos; Considerando Finalmente, que as alterações de carga horária e de jornada de trabalho promovidas, com base nos Editais Nº 001/2014/SME, Nº 002/2014/SME e Nº 003/2014/SME, além de não atenderem a necessidade real do serviço público, em razão de contratações e ampliações desnecessárias e incompatíveis com a demanda de matrículas do ensino fundamental, sobrecarregaram os dispêndios com pessoal, ultrapassando os limites e percentuais estabelecidos pela Constituição Federal e pela Lei de Responsabilidade Fiscal, para os Municípios, exigindo do Chefe do Poder Executivo Municipal, medidas urgentes para a readequação e saneamento

RESOLVE:

PORTARIA Nº 349/2017, DE 04 DE JANEIRO DE 2017
FL.02

Art.1º. Fica alterada e reduzida de 40 (quarenta) para 20 (vinte) horas, a carga horária e a jornada semanal de trabalho do servidor GIVANILDO GONÇALVES DE LIMA investido em virtude de aprovação em concurso público no cargo de Professor de Geografia, do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo do Poder Executivo Municipal, com carga horária e jornada semanal de trabalho de 20 (vinte) horas, voltando assim o referido servidor a exercer a carga horária e a jornada de trabalho compatível com a sua aprovação em concurso público.

Art.2º. Fica a Diretora de Administração e Fazenda, autorizada a promover a readequação da remuneração mensal da servidora de que trata a presente portaria, de acordo com a sua Carga Horária e Jornada Semanal conforme sua aprovação em concurso público.

Art.3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos e reflexos financeiros a contar da data de 02 de Janeiro de 2017.

Ar.4º. Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente a Portaria de Nº 84/2015 de 02 de fevereiro de 2015, a qual fica totalmente revogada.

Bela Vista do Toldo, 04 de Janeiro de 2017

ADELMO ALBERTI

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Fazenda desta Prefeitura, na data de 04/01/2017.

OINDERSON DAMASO

Secretário Municipal

de Administração e Fazenda

PORTARIA Nº 350/2017, DE 04 DE JANEIRO DE 2017

"DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA CARGA HORÁRIA E DA JORNADA SEMANAL DE TRABALHO DE SERVIDORA INVESTIDA NO CARGO PÚBLICO DE PROFESSORA, DETERMINA O RETORNO A CARGA HORÁRIA E JORNADA DE TRABALHO LIMITADA A INVESTIDURA NO CARGO, FUNÇÕES E ATRIBUIÇÕES INICIAIS DO CONCURSO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ADELMO ALBERTI, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 67, Incisos V e XXIV, da Lei Orgânica do Município e com fundamento nos Artigos 222, 223 e 224 da Lei Complementar Municipal Nº 004 de 27 de Janeiro de 1997, combinado com os Artigos 21 e 22 da Lei Municipal Nº 831/2012 de 24 de Fevereiro de 2012, considerando os princípios, normas e disposições contidas nos Artigos 6º "Caput", 37 "Caput" e Inciso II e 169 da Constituição Federal, nos Artigos 18, 19 "Caput" e Inciso III, 20 "Caput" e Inciso III, 21 "Caput" e Inciso II, 22 "Caput" e Parágrafo único e Incisos I e II e 23 "Caput" e §§ 1º e 2º, todos da Lei Complementar Federal Nº 101 de 4 de Maio de 2000; considerando também, que as alterações de carga horária e a ampliação de jornada semanal de trabalho promovidas com base nos Editais de Alteração de Nº 001/2014/SME, Nº 002/2014/SME e Nº 003/2014/SME, expedidos pela Secretaria Municipal de Educação, foram realizadas em total desrespeito e afronta aos princípios e normas constitucionais e legais vigentes, que disciplinam as condições de acesso aos cargos públicos e, inclusive, a ampliação de carga horária; considerando ainda, que a alteração e a ampliação da carga horária promovida com base nos Editais Nº 001/2014/SME, Nº 002/2014/SME e Nº 003/2014/SME, muito embora implementados pela Secretária Municipal de Educação que lançou e assinou os referidos editais, estes atos usurparam atribuições privativas, exclusivas e indelegáveis do Prefeito Municipal nos termos dos Artigos 67, Incisos V, XXIV e XXV e 68 "Caput" da Lei Orgânica do Município, o que leva a inquiná-los de vícios insanáveis de inconstitucionalidade e ilegalidade, representando, inclusive, a burla contra a realização de Concurso Público de Provas e Títulos; Considerando Finalmente, que as alterações de carga horária e de jornada de trabalho promovidas, com base nos Editais Nº 001/2014/SME, Nº 002/2014/SME e Nº 003/2014/SME, além de não atenderem a necessidade real do serviço público, em razão de contratações e ampliações desnecessárias e incompatíveis com a demanda de matrículas do ensino fundamental, sobrecarregaram os dispêndios com pessoal, ultrapassando os limites e percentuais estabelecidos pela Constituição Federal e pela Lei de Responsabilidade Fiscal, para os Municípios, exigindo do Chefe do Poder Executivo Municipal, medidas urgentes para a readequação e saneamento

RESOLVE:

PORTARIA Nº 350/2017, DE 04 DE JANEIRO DE 2017

FL.02

Art.1º. Fica alterada e reduzida de 40 (quarenta) para 30 (trinta) horas, a carga horária e a jornada semanal de trabalho do servidor EMERSON KEITTO investido em virtude de aprovação em concurso público no cargo de Professor de Educação Física, do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo do Poder Executivo Municipal, com carga horária e jornada semanal de trabalho de 30 (trinta) horas, voltando assim o referido servidor a exercer a carga horária e a jornada de trabalho compatível com a sua aprovação em concurso público.

Art.2º. Fica a Diretora de Administração e Fazenda, autorizada a promover a readequação da remuneração mensal da servidora de que trata a presente portaria, de acordo com a sua Carga Horária e Jornada Semanal conforme sua aprovação em concurso público.

Art.3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos e reflexos financeiros a contar da data de 02 de Janeiro de 2017.

Ar.4º. Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente a Portaria de Nº 91/2015 de 02 de fevereiro de 2015, a qual fica totalmente revogada.

Bela Vista do Toldo, 04 de Janeiro de 2017

ADELMO ALBERTI

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Fazenda desta Prefeitura, na data de 04/01/2017.

OINDERSON DAMASO

Secretário Municipal

de Administração e Fazenda

PORTARIA Nº 351/2017, DE 04 DE JANEIRO DE 2017

"DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA CARGA HORÁRIA E DA JORNADA SEMANAL DE TRABALHO DE SERVIDORA INVESTIDA NO CARGO PÚBLICO DE PROFESSORA, DETERMINA O RETORNO A CARGA HORÁRIA E JORNADA DE TRABALHO LIMITADA A INVESTIDURA NO CARGO, FUNÇÕES E ATRIBUIÇÕES INICIAIS DO CONCURSO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ADELMO ALBERTI, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 67, Incisos V e XXIV, da Lei Orgânica do Município e com fundamento nos Artigos 222, 223 e 224 da Lei Complementar Municipal Nº 004 de 27 de Janeiro de 1997, combinado com os Artigos 21 e 22 da Lei Municipal Nº 831/2012 de 24 de Fevereiro de 2012, considerando os princípios, normas e disposições contidas nos Artigos 6º "Caput", 37 "Caput" e Inciso II e 169 da Constituição Federal, nos Artigos 18, 19 "Caput" e Inciso III, 20 "Caput" e Inciso III, 21 "Caput" e Inciso II, 22 "Caput" e Parágrafo único e Incisos I e II e 23 "Caput" e §§ 1º e 2º, todos da Lei Complementar Federal Nº 101 de 4 de Maio de 2000; considerando também, que as alterações de carga horária e a ampliação de jornada semanal de trabalho promovidas com base nos Editais de Alteração de Nº 001/2014/SME, Nº 002/2014/SME e Nº 003/2014/SME, expedidos pela Secretaria Municipal de Educação, foram realizadas em total desrespeito e afronta aos princípios e normas constitucionais e legais vigentes, que disciplinam as condições de acesso aos cargos públicos e, inclusive, a ampliação de carga horária; considerando ainda, que a alteração e a ampliação da carga horária promovida com base nos Editais Nº 001/2014/SME, Nº 002/2014/SME e Nº 003/2014/SME, muito embora implementados pela Secretária Municipal de Educação que lançou e assinou os referidos editais, estes atos usurparam atribuições privativas, exclusivas e indelegáveis do Prefeito Municipal nos termos dos Artigos 67, Incisos V, XXIV e XXV

e 68 "Caput" da Lei Orgânica do Município, o que leva a inquiná-los de vícios insanáveis de inconstitucionalidade e ilegalidade, representando, inclusive, a burla contra a realização de Concurso Público de Provas e Títulos; Considerando Finalmente, que as alterações de carga horária e de jornada de trabalho promovidas, com base nos Editais Nº 001/2014/SME, Nº 002/2014/SME e Nº 003/2014/SME, além de não atenderem a necessidade real do serviço público, em razão de contratações e ampliações desnecessárias e incompatíveis com a demanda de matrículas do ensino fundamental, sobrecarregaram os dispêndios com pessoal, ultrapassando os limites e percentuais estabelecidos pela Constituição Federal e pela Lei de Responsabilidade Fiscal, para os Municípios, exigindo do Chefe do Poder Executivo Municipal, medidas urgentes para a readequação e saneamento

RESOLVE:

PORTARIA Nº 351/2017, DE 04 DE JANEIRO DE 2017
FL.02

Art.1º. Fica alterada e reduzida de 40 (quarenta) para 20 (vinte) horas, a carga horária e a jornada semanal de trabalho do servidor SIDNEI LILER investido em virtude de aprovação em concurso público no cargo de Professor de Matemática, do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo do Poder Executivo Municipal, com carga horária e jornada semanal de trabalho de 20 (vinte) horas, voltando assim o referido servidor a exercer a carga horária e a jornada de trabalho compatível com a sua aprovação em concurso público.

Art.2º. Fica a Diretora de Administração e Fazenda, autorizada a promover a readequação da remuneração mensal da servidora de que trata a presente portaria, de acordo com a sua Carga Horária e Jornada Semanal conforme sua aprovação em concurso público.

Art.3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos e reflexos financeiros a contar da data de 02 de Janeiro de 2017.

Ar.4º. Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente a Portaria de Nº 79/2015 de 02 de fevereiro de 2015, a qual fica totalmente revogada.

Bela Vista do Toldo, 04 de Janeiro de 2017

ADELMO ALBERTI
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Fazenda desta Prefeitura, na data de 04/01/2017.

OINDERSON DAMASO
Secretário Municipal
de Administração e Fazenda

PORTARIA Nº 352/2017, DE 04 DE JANEIRO DE 2017

"DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA CARGA HORÁRIA E DA JORNADA SEMANAL DE TRABALHO DE SERVIDORA INVESTIDA NO CARGO PÚBLICO DE PROFESSORA, DETERMINA O RETORNO A CARGA HORÁRIA E JORNADA DE TRABALHO LIMITADA A INVESTIDURA NO CARGO, FUNÇÕES E ATRIBUIÇÕES INICIAIS DO CONCURSO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ADELMO ALBERTI, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 67, Incisos V e XXIV, da Lei Orgânica do Município e com fundamento nos Artigos 222, 223 e 224 da Lei Complementar Municipal Nº 004 de 27 de Janeiro de 1997, combinado com os Artigos 21 e 22 da Lei Municipal Nº 831/2012 de 24 de Fevereiro de 2012, considerando os princípios, normas e disposições contidas

nos Artigos 6º "Caput", 37 "Caput" e Inciso II e 169 da Constituição Federal, nos Artigos 18, 19 "Caput" e Inciso III, 20 "Caput" e Inciso III, 21 "Caput" e Inciso II, 22 "Caput" e Parágrafo único e Incisos I e II e 23 "Caput" e §§ 1º e 2º, todos da Lei Complementar Federal Nº 101 de 4 de Maio de 2000; considerando também, que as alterações de carga horária e a ampliação de jornada semanal de trabalho promovidas com base nos Editais de Alteração de Nº 001/2014/SME, Nº 002/2014/SME e Nº 003/2014/SME, expedidos pela Secretaria Municipal de Educação, foram realizadas em total desrespeito e afronta aos princípios e normas constitucionais e legais vigentes, que disciplinam as condições de acesso aos cargos públicos e, inclusive, a ampliação de carga horária; considerando ainda, que a alteração e a ampliação da carga horária promovida com base nos Editais Nº 001/2014/SME, Nº 002/2014/SME e Nº 003/2014/SME, muito embora implementados pela Secretária Municipal de Educação que lançou e assinou os referidos editais, estes atos usurparam atribuições privativas, exclusivas e indelegáveis do Prefeito Municipal nos termos dos Artigos 67, Incisos V, XXIV e XXV e 68 "Caput" da Lei Orgânica do Município, o que leva a inquiná-los de vícios insanáveis de inconstitucionalidade e ilegalidade, representando, inclusive, a burla contra a realização de Concurso Público de Provas e Títulos; Considerando Finalmente, que as alterações de carga horária e de jornada de trabalho promovidas, com base nos Editais Nº 001/2014/SME, Nº 002/2014/SME e Nº 003/2014/SME, além de não atenderem a necessidade real do serviço público, em razão de contratações e ampliações desnecessárias e incompatíveis com a demanda de matrículas do ensino fundamental, sobrecarregaram os dispêndios com pessoal, ultrapassando os limites e percentuais estabelecidos pela Constituição Federal e pela Lei de Responsabilidade Fiscal, para os Municípios, exigindo do Chefe do Poder Executivo Municipal, medidas urgentes para a readequação e saneamento

RESOLVE:

PORTARIA Nº 352/2017, DE 04 DE JANEIRO DE 2017
FL.02

Art.1º. Fica alterada e reduzida de 40 (quarenta) para 15 (quinze) horas, a carga horária e a jornada semanal de trabalho da servidora EDILAINE FERNANDES CORRÊA investida em virtude de aprovação em concurso público no cargo de Professora de Língua Portuguesa, do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo do Poder Executivo Municipal, com carga horária e jornada semanal de trabalho de 15 (quinze) horas, voltando assim a referida servidora a exercer a carga horária e a jornada de trabalho compatível com a sua aprovação em concurso público.

Art.2º. Fica a Diretora de Administração e Fazenda, autorizada a promover a readequação da remuneração mensal da servidora de que trata a presente portaria, de acordo com a sua Carga Horária e Jornada Semanal conforme sua aprovação em concurso público.

Art.3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos e reflexos financeiros a contar da data de 02 de Janeiro de 2017.

Ar.4º. Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente a Portaria de Nº 80/2015 de 02 de fevereiro de 2015, a qual fica totalmente revogada.

Bela Vista do Toldo, 04 de Janeiro de 2017

ADELMO ALBERTI
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Fazenda desta Prefeitura, na data de 04/01/2017.

OINDERSON DAMASO
Secretário Municipal

de Administração e Fazenda

PORTARIA Nº 353/2017, DE 04 DE JANEIRO DE 2017

"DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA CARGA HORÁRIA E DA JORNADA SEMANAL DE TRABALHO DE SERVIDORA INVESTIDA NO CARGO PÚBLICO DE PROFESSORA, DETERMINA O RETORNO A CARGA HORÁRIA E JORNADA DE TRABALHO LIMITADA A INVESTIDURA NO CARGO, FUNÇÕES E ATRIBUIÇÕES INICIAIS DO CONCURSO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ADELMO ALBERTI, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 67, Incisos V e XXIV, da Lei Orgânica do Município e com fundamento nos Artigos 222, 223 e 224 da Lei Complementar Municipal Nº 004 de 27 de Janeiro de 1997, combinado com os Artigos 21 e 22 da Lei Municipal Nº 831/2012 de 24 de Fevereiro de 2012, considerando os princípios, normas e disposições contidas nos Artigos 6º "Caput", 37 "Caput" e Inciso II e 169 da Constituição Federal, nos Artigos 18, 19 "Caput" e Inciso III, 20 "Caput" e Inciso III, 21 "Caput" e Inciso II, 22 "Caput" e Parágrafo único e Incisos I e II e 23 "Caput" e §§ 1º e 2º, todos da Lei Complementar Federal Nº 101 de 4 de Maio de 2000; considerando também, que as alterações de carga horária e a ampliação de jornada semanal de trabalho promovidas com base nos Editais de Alteração de Nº 001/2014/SME, Nº 002/2014/SME e Nº 003/2014/SME, expedidos pela Secretaria Municipal de Educação, foram realizadas em total desrespeito e afronta aos princípios e normas constitucionais e legais vigentes, que disciplinam as condições de acesso aos cargos públicos e, inclusive, a ampliação de carga horária; considerando ainda, que a alteração e a ampliação da carga horária promovida com base nos Editais Nº 001/2014/SME, Nº 002/2014/SME e Nº 003/2014/SME, muito embora implementados pela Secretária Municipal de Educação que lançou e assinou os referidos editais, estes atos usurparam atribuições privativas, exclusivas e indelegáveis do Prefeito Municipal nos termos dos Artigos 67, Incisos V, XXIV e XXV e 68 "Caput" da Lei Orgânica do Município, o que leva a inquiná-los de vícios insanáveis de inconstitucionalidade e ilegalidade, representando, inclusive, a burla contra a realização de Concurso Público de Provas e Títulos; Considerando Finalmente, que as alterações de carga horária e de jornada de trabalho promovidas, com base nos Editais Nº 001/2014/SME, Nº 002/2014/SME e Nº 003/2014/SME, além de não atenderem a necessidade real do serviço público, em razão de contratações e ampliações desnecessárias e incompatíveis com a demanda de matrículas do ensino fundamental, sobrecarregaram os dispêndios com pessoal, ultrapassando os limites e percentuais estabelecidos pela Constituição Federal e pela Lei de Responsabilidade Fiscal, para os Municípios, exigindo do Chefe do Poder Executivo Municipal, medidas urgentes para a readequação e saneamento

RESOLVE:

PORTARIA Nº 353/2017, DE 04 DE JANEIRO DE 2017
FL.02

Art.1º. Fica alterada e reduzida de 40 (quarenta) para 20 (vinte) horas, a carga horária e a jornada semanal de trabalho da servidora ROBERTA TISCHLER MIELKE investida em virtude de aprovação em concurso público no cargo de Professora de Educação Infantil e Anos Iniciais, do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo do Poder Executivo Municipal, com carga horária e jornada semanal de trabalho de 20 (vinte) horas, voltando assim a referida servidora a exercer a carga horária e a jornada de trabalho compatível com a sua aprovação em concurso público.

Art.2º. Fica a Diretora de Administração e Fazenda, autorizada a promover a readequação da remuneração mensal da servidora de que trata a presente portaria, de acordo com a sua Carga Horária e Jornada Semanal conforme sua aprovação em concurso público.

Art.3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos e reflexos financeiros a contar da data de 02 de Janeiro de 2017.

Ar.4º. Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente a Portaria de Nº 72/2015 de 02 de fevereiro de 2015, a qual fica totalmente revogada.

Bela Vista do Toldo, 04 de Janeiro de 2017

ADELMO ALBERTI

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Fazenda desta Prefeitura, na data de 04/01/2017.

OINDERSON DAMASO

Secretário Municipal

de Administração e Fazenda

PORTARIA Nº 354/2017, DE 04 DE JANEIRO DE 2017

"DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA CARGA HORÁRIA E DA JORNADA SEMANAL DE TRABALHO DE SERVIDORA INVESTIDA NO CARGO PÚBLICO DE PROFESSORA, DETERMINA O RETORNO A CARGA HORÁRIA E JORNADA DE TRABALHO LIMITADA A INVESTIDURA NO CARGO, FUNÇÕES E ATRIBUIÇÕES INICIAIS DO CONCURSO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ADELMO ALBERTI, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 67, Incisos V e XXIV, da Lei Orgânica do Município e com fundamento nos Artigos 222, 223 e 224 da Lei Complementar Municipal Nº 004 de 27 de Janeiro de 1997, combinado com os Artigos 21 e 22 da Lei Municipal Nº 831/2012 de 24 de Fevereiro de 2012, considerando os princípios, normas e disposições contidas nos Artigos 6º "Caput", 37 "Caput" e Inciso II e 169 da Constituição Federal, nos Artigos 18, 19 "Caput" e Inciso III, 20 "Caput" e Inciso III, 21 "Caput" e Inciso II, 22 "Caput" e Parágrafo único e Incisos I e II e 23 "Caput" e §§ 1º e 2º, todos da Lei Complementar Federal Nº 101 de 4 de Maio de 2000; considerando também, que as alterações de carga horária e a ampliação de jornada semanal de trabalho promovidas com base nos Editais de Alteração de Nº 001/2016/SME e Nº 002/2016/SME, expedidos pela Secretaria Municipal de Educação, foram realizadas em total desrespeito e afronta aos princípios e normas constitucionais e legais vigentes, que disciplinam as condições de acesso aos cargos públicos e, inclusive, a ampliação de carga horária; considerando ainda, que a alteração e a ampliação da carga horária promovida com base nos Editais Nº 001/2016/SME e Nº 002/2016/SME, muito embora implementados pela Secretária Municipal de Educação que lançou e assinou os referidos editais, estes atos usurparam atribuições privativas, exclusivas e indelegáveis do Prefeito Municipal nos termos dos Artigos 67, Incisos V, XXIV e XXV e 68 "Caput" da Lei Orgânica do Município, o que leva a inquiná-los de vícios insanáveis de inconstitucionalidade e ilegalidade, representando, inclusive, a burla contra a realização de Concurso Público de Provas e Títulos; Considerando Finalmente, que as alterações de carga horária e de jornada de trabalho promovidas, com base nos Editais Nº 001/2016/SME e Nº 002/2016/SME, além de não atenderem a necessidade real do serviço público, em razão de contratações e ampliações desnecessárias e incompatíveis com a demanda de matrículas do ensino fundamental, sobrecarregaram os dispêndios com pessoal, ultrapassando os limites e percentuais estabelecidos pela Constituição Federal e pela Lei de Responsabilidade Fiscal, para os Municípios, exigindo do Chefe do Poder Executivo Municipal, medidas urgentes para a readequação e saneamento

RESOLVE:

PORTARIA Nº 354/2017, DE 04 DE JANEIRO DE 2017
FL.02

Art.1º. Fica alterada e reduzida de 40 (quarenta) para 15 (quinze) horas, a carga horária e a jornada semanal de trabalho da servidora GISELE PRUSSAK investida em virtude de aprovação em concurso público no cargo de Professora de Inglês, do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo do Poder Executivo Municipal, com carga horária e jornada semanal de trabalho de 15 (quinze) horas, voltando assim a referida servidora a exercer a carga horária e a jornada de trabalho compatível com a sua aprovação em concurso público.

Art.2º. Fica a Diretora de Administração e Fazenda, autorizada a promover a readequação da remuneração mensal da servidora de que trata a presente portaria, de acordo com a sua Carga Horária e Jornada Semanal conforme sua aprovação em concurso público.

Art.3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos e reflexos financeiros a contar da data de 02 de Janeiro de 2017.

Ar.4º. Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente a Portaria de Nº 160-A/2016 de 18 de abril de 2016, a qual fica totalmente revogada.

Bela Vista do Toldo, 04 de Janeiro de 2017

ADELMO ALBERTI

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Fazenda desta Prefeitura, na data de 04/01/2017.

OINDERSON DAMASO

Secretário Municipal

de Administração e Fazenda

PORTARIA Nº 355/2017, DE 04 DE JANEIRO DE 2017

"DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA CARGA HORÁRIA E DA JORNADA SEMANAL DE TRABALHO DE SERVIDORA INVESTIDA NO CARGO PÚBLICO DE PROFESSORA, DETERMINA O RETORNO A CARGA HORÁRIA E JORNADA DE TRABALHO LIMITADA A INVESTIDURA NO CARGO, FUNÇÕES E ATRIBUIÇÕES INICIAIS DO CONCURSO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ADELMO ALBERTI, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 67, Incisos V e XXIV, da Lei Orgânica do Município e com fundamento nos Artigos 222, 223 e 224 da Lei Complementar Municipal Nº 004 de 27 de Janeiro de 1997, combinado com os Artigos 21 e 22 da Lei Municipal Nº 831/2012 de 24 de Fevereiro de 2012, considerando os princípios, normas e disposições contidas nos Artigos 6º "Caput", 37 "Caput" e Inciso II e 169 da Constituição Federal, nos Artigos 18, 19 "Caput" e Inciso III, 20 "Caput" e Inciso III, 21 "Caput" e Inciso II, 22 "Caput" e Parágrafo único e Incisos I e II e 23 "Caput" e §§ 1º e 2º, todos da Lei Complementar Federal Nº 101 de 4 de Maio de 2000; considerando também, que as alterações de carga horária e a ampliação de jornada semanal de trabalho promovidas com base nos Editais de Alteração de Nº 001/2016/SME e Nº 002/2016/SME, expedidos pela Secretaria Municipal de Educação, foram realizadas em total desrespeito e afronta aos princípios e normas constitucionais e legais vigentes, que disciplinam as condições de acesso aos cargos públicos e, inclusive, a ampliação de carga horária; considerando ainda, que a alteração e a ampliação da carga horária promovida com base nos Editais Nº 001/2016/SME e Nº 002/2016/SME, muito embora implementados

pela Secretária Municipal de Educação que lançou e assinou os referidos editais, estes atos usurparam atribuições privativas, exclusivas e indelegáveis do Prefeito Municipal nos termos dos Artigos 67, Incisos V, XXIV e XXV e 68 "Caput" da Lei Orgânica do Município, o que leva a inquiná-los de vícios insanáveis de inconstitucionalidade e ilegalidade, representando, inclusive, a burla contra a realização de Concurso Público de Provas e Títulos; Considerando Finalmente, que as alterações de carga horária e de jornada de trabalho promovidas, com base nos Editais Nº 001/2016/SME e Nº 002/2016/SME, além de não atenderem a necessidade real do serviço público, em razão de contratações e ampliações desnecessárias e incompatíveis com a demanda de matrículas do ensino fundamental, sobrecarregaram os dispêndios com pessoal, ultrapassando os limites e percentuais estabelecidos pela Constituição Federal e pela Lei de Responsabilidade Fiscal, para os Municípios, exigindo do Chefe do Poder Executivo Municipal, medidas urgentes para a readequação e saneamento

RESOLVE:

PORTARIA Nº 355/2017, DE 04 DE JANEIRO DE 2017
FL.02

Art.1º. Fica alterada e reduzida de 25 (vinte e cinco) para 20 (vinte) horas, a carga horária e a jornada semanal de trabalho do servidor SANDRO MIELKE investido em virtude de aprovação em concurso público no cargo de Professor de Educação Física, do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo do Poder Executivo Municipal, com carga horária e jornada semanal de trabalho de 20 (vinte) horas, voltando assim o referido servidor a exercer a carga horária e a jornada de trabalho compatível com a sua aprovação em concurso público.

Art.2º. Fica a Diretora de Administração e Fazenda, autorizada a promover a readequação da remuneração mensal da servidora de que trata a presente portaria, de acordo com a sua Carga Horária e Jornada Semanal conforme sua aprovação em concurso público.

Art.3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos e reflexos financeiros a contar da data de 02 de Janeiro de 2017.

Ar.4º. Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente a Portaria de Nº 160-B/2016 de 18 de abril de 2016, a qual fica totalmente revogada.

Bela Vista do Toldo, 04 de Janeiro de 2017

ADELMO ALBERTI

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Fazenda desta Prefeitura, na data de 04/01/2017.

OINDERSON DAMASO

Secretário Municipal

de Administração e Fazenda

PORTARIA nº. 356/2016, DE 05 DE JANEIRO DE 2017

ADELMO ALBERTI, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas art. 67, inciso XXIV, da Lei Orgânica do Município, resolve:

Art. 1º. Conceder a servidora FRANCISCA KOGG BORGES, investido no cargo de Coordenadora Administrativa de Provimento em Comissão e Confiança do Poder Executivo Municipal, 30 (trinta) dias de férias, a contar do dia 05/01/2017 à 03/02/2017, com fundamento no art. 78 da Lei nº 004 de 27 de janeiro de 1997.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a contar de 05 de janeiro de 2017.

Art. 3º. Revogam-se todas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 05 de janeiro de 2017

ADELMO ALBERTI

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, em 05 de janeiro de 2017

OINDERSON DAMASO

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

Benedito Novo**PREFEITURA****DECRETO Nº 133/2016 - ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR SUPERAVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR NO ORÇAMENTO**

DECRETO Nº. 133/2016

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR SUPERAVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR NO ORÇAMENTO

DARIO TONOLLI, Prefeito Municipal de Benedito Novo - SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 70º, Inciso I, Aliena "c" da Lei Orgânica do município e pelo Art.5º e 6º da Lei nº 1.810 de 02 de dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o Crédito Suplementar no valor de R\$26.600,00 (vinte e seis mil e seiscentos reais), para reforço da seguinte atividade e dotação do orçamento programa de 2016:

04	Secretaria Da Saude E Bem Estar Social
04.001	Fundo Municipal Da Saude
04.001.0010	Saude
04.001.0010.0301	Atencao Básica
04.001.0010.0301.0041	Saude Aos Municípes
04.001.0010.0301.0041.2017	Manutenção Das Atividades Da Saude
3339000000000000	Aplicações Diretas
03380105	Sus/União - Pmaq
	R\$ 17.000,00
04	Secretaria Da Saude E Bem Estar Social
04.001	Fundo Municipal Da Saude
04.001.0010	Saude
04.001.0010.0301	Atencao Básica
04.001.0010.0301.0041	Saude Aos Municípes
04.001.0010.0301.0041.2017	Manutenção Das Atividades Da Saude
3449000000000000	Aplicações Diretas
03380105	Sus/União - Pmaq
	R\$ 1.600,00
04	Secretaria Da Saude E Bem Estar Social
04.001	Fundo Municipal Da Saude
04.001.0010	Saude
04.001.0010.0305	Vigilância Epidemiológica
04.001.0010.0305.0041	Saude Aos Municípes
04.001.0010.0305.0041.2019	Atividades Da Vigilância Epidemiológica
3339000000000000	Aplicações Diretas
03380201	Sus/União - Ecd.
	R\$ 8.000,00

Art. 2º - Para atender ao disposto no artigo anterior, o crédito suplementar corre por conta do superávit financeiro do exercício anterior.

Art. 3º - O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Benedito Novo, 01 de dezembro de 2016.

DARIO TONOLLI

Prefeito

O Decreto nº. 133/2016 foi publicado na forma da Lei.

Benedito Novo, 01 de dezembro de 2016

MARILIA PANOCH

Agente Administrativo " B "

DECRETO Nº 134/2016 - ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO ORÇAMENTO

DECRETO Nº. 134/2016

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE
ARRECADAÇÃO NO ORÇAMENTO

DARIO TONOLLI, Prefeito Municipal de Benedito Novo - SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 70º, Inciso I, Aliena "a" da Lei Orgânica do município e pela Lei nº 1.810 de 02 de dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o Crédito Suplementar no valor de R\$3.100,00(TRES MIL E CEM Reais), para reforço da seguinte atividade e dotação do orçamento programa de 2016:

04	SECRETARIA DA SAUDE E BEM ESTAR SOCIAL
04.001	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE
04.001.0010	SAUDE
04.001.0010.0301	ATENCAO BASICA
04.001.0010.0301.0041	SAUDE AOS MUNICIPES
04.001.0010.0301.0041.2017	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA SAUDE
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
01380301	SUS/União - MAC
	R\$ 3.100,00

Art. 2º - Para atender ao disposto no artigo anterior, o crédito suplementar corre por conta do excesso de arrecadação.

Art. 3º - O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Benedito Novo, 09 de dezembro de 2016.

DARIO TONOLLI

Prefeito

O Decreto nº. 134/2016 foi publicado na forma da Lei.

Benedito Novo, 09 de dezembro de 2016

MARILIA PANOCH

Agente Administrativo "B"

DECRETO Nº 135/2016 - ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR SUPERAVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR NO ORÇAMENTO

DECRETO Nº. 135/2016

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR SUPERAVIT FINANCEIRO DO
EXERCÍCIO ANTERIOR NO ORÇAMENTO

DARIO TONOLLI, Prefeito Municipal de Benedito Novo - SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 70º, Inciso I, Aliena "c" da Lei Orgânica do município e pelo Art.5º e 6º da Lei nº 1.810 de 02 de dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o Crédito Suplementar no valor de R\$ 4.480,00 (quatro mil e quatrocentos e oitenta reais), para reforço da seguinte atividade e dotação do orçamento programa de 2016:

03	Secretaria De Administração E Finanças
03.001	Secretaria De Administração E Finanças
03.001.0006	Segurança Publica
03.001.0006.0181	Policciamento
03.001.0006.0181.0033	Convenio Com Outras Esferas De Governo
03.001.0006.0181.0033.2012	Manutenção Das Policias Civil E Militar
3449000000000000	Aplicações Diretas
03100000	Convênio de Trânsito - Militar
	R\$ 4.480,00

Art. 2º - Para atender ao disposto no artigo anterior, o crédito suplementar corre por conta do superávit financeiro do exercício anterior.

Art. 3º - O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Benedito Novo, 09 de dezembro de 2016.

DARIO TONOLLI

Prefeito

O Decreto nº. 135/2016 foi publicado na forma da Lei.
Benedito Novo, 09 de dezembro de 2016

MARILIA PANOCH
Agente Administrativo " B "

DECRETO Nº 136/2016 - ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO E SUPLEMENTAÇÃO NO ORÇAMENTO

DECRETO Nº 136/2016

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO E
SUPLEMENTAÇÃO NO ORÇAMENTO

DARIO TONOLLI, Prefeito do Município de Benedito Novo - SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso I, aliena "c" da Lei Orgânica do município e pelo Art. 5º e 6º da Lei nº 1.846, de 07 de dezembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o Crédito Suplementar no valor de R\$ 671.457,04 (seiscentos e setenta e hum mil e quatrocentos e cinquenta e sete reais e quatro centavos), para reforço da seguinte projeto/atividade e dotação do orçamento programa de 2016:

02	Gabinete Do Prefeito
02.001	Gabinete Do Prefeito
02.001.0004	Administração
02.001.0004.0122	Administração Geral
02.001.0004.0122.0020	Gestão Administrativa Do Gabinete Do Prefeito
02.001.0004.0122.0020.2003	Manutenção Das Assessorias
3319000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
	R\$ 15.000,00
03	Secretaria De Administração E Finanças
03.001	Secretaria De Administração E Finanças
03.001.0004	Administração
03.001.0004.0122	Administração Geral
03.001.0004.0122.0031	Gestão Administrativa E Financeira
03.001.0004.0122.0031.2006	Manutenção Das Atividades Administrativas
3319000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
	R\$ 43.000,00
03	Secretaria De Administração E Finanças
03.001	Secretaria De Administração E Finanças
03.001.0004	Administração
03.001.0004.0122	Administração Geral
03.001.0004.0122.0031	Gestão Administrativa E Financeira
03.001.0004.0122.0031.2006	Manutenção Das Atividades Administrativas
3339000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
	R\$ 20.000,00
03	Secretaria De Administração E Finanças
03.001	Secretaria De Administração E Finanças
03.001.0006	Segurança Publica
03.001.0006.0181	Policiamento
03.001.0006.0181.0033	Convenio Com Outras Esferas De Governo
03.001.0006.0181.0033.2011	Manutenção Do Corpo De Bombeiros
3319000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
	R\$ 2.300,00
03	Secretaria De Administração E Finanças
03.001	Secretaria De Administração E Finanças
03.001.0006	Segurança Publica
03.001.0006.0181	Policiamento
03.001.0006.0181.0033	Convenio Com Outras Esferas De Governo
03.001.0006.0181.0033.2011	Manutenção Do Corpo De Bombeiros

333900000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
	R\$ 1.000,00
03	Secretaria De Administração E Finanças
03.001	Secretaria De Administração E Finanças
03.001.0014	Direitos Da Cidadania
03.001.0014.0422	Direitos Individuais, Coletivos E Difusos
03.001.0014.0422.0033	Convenio Com Outras Esferas De Governo
03.001.0014.0422.0033.2013	Manutenção De Outras Esferas De Governo
331900000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
	R\$ 7.000,00
03	Secretaria De Administração E Finanças
03.001	Secretaria De Administração E Finanças
03.001.0028	Encargos Especiais
03.001.0028.0843	Serviço Da Dívida Interna
03.001.0028.0843.0032	Operações Especiais
03.001.0028.0843.0032.2008	Amortização E Encargos Da Dívida Fundada Interna
332900000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
	R\$ 6.500,00
03	Secretaria De Administração E Finanças
03.001	Secretaria De Administração E Finanças
03.001.0028	Encargos Especiais
03.001.0028.0846	Outros Encargos Especiais
03.001.0028.0846.0032	Operações Especiais
03.001.0028.0846.0032.2009	Contribuição Ao Pasep
333900000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
	R\$ 10.000,00
04	Secretaria Da Saude E Bem-Estar Social
04.002	Fundo Municipal Da Assistência Social
04.002.0008	Assistência Social
04.002.0008.0243	Assistência A Criança E Ao Adolescente
04.002.0008.0243.0042	Serviços Assistenciais E Sociais
04.002.0008.0243.0042.2023	Manutenção Do Conselho Tutelar
331900000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
	R\$ 19.000,00
04	Secretaria Da Saude E Bem-Estar Social
04.002	Fundo Municipal Da Assistência Social
04.002.0008	Assistência Social
04.002.0008.0243	Assistência A Criança E Ao Adolescente
04.002.0008.0243.0042	Serviços Assistenciais E Sociais
04.002.0008.0243.0042.2023	Manutenção Do Conselho Tutelar
333900000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
	R\$ 1.000,00
05	Secretaria Da Educação E Cultura
05.001	Secretaria Da Educação E Cultura
05.001.0012	Educação
05.001.0012.0361	Ensino Fundamental
05.001.0012.0361.0051	Criança Na Escola
05.001.0012.0361.0051.2025	Manutenção E Desenvolvimento do Ensino Fundamental
331900000000000	Aplicações Diretas
01010000	Receitas De Impostos - Educação
	R\$ 129.000,00
05	Secretaria Da Educação E Cultura
05.001	Secretaria Da Educação E Cultura
05.001.0012	Educação
05.001.0012.0361	Ensino Fundamental
05.001.0012.0361.0051	Criança Na Escola
05.001.0012.0361.0051.2025	Manutenção E Desenvolvimento do Ensino Fundamental
333900000000000	Aplicações Diretas

01010000	Receitas De Impostos - Educação
	R\$ 25.000,00
05	Secretaria Da Educação E Cultura
05.001	Secretaria Da Educação E Cultura
05.001.0012	Educação
05.001.0012.0361	Ensino Fundamental
05.001.0012.0361.0051	Criança Na Escola
05.001.0012.0361.0051.2025	Manutenção E Desenvolvimento do Ensino Fundamental
3339000000000000	Aplicações Diretas
03360000	Salário Educação
	R\$ 50.000,00
05	Secretaria Da Educação E Cultura
05.001	Secretaria Da Educação E Cultura
05.001.0012	Educação
05.001.0012.0365	Educação Infantil
05.001.0012.0365.0051	Criança Na Escola
05.001.0012.0365.0051.2029	Manutenção E Desenvolvimento do Ensino Infantil
3319000000000000	Aplicações Diretas
01010000	Receitas De Impostos - Educação
	R\$ 140.000,00
05	Secretaria Da Educação E Cultura
05.001	Secretaria Da Educação E Cultura
05.001.0012	Educação
05.001.0012.0365	Educação Infantil
05.001.0012.0365.0051	Criança Na Escola
05.001.0012.0365.0051.2029	Manutenção E Desenvolvimento do Ensino Infantil
3339000000000000	Aplicações Diretas
03360000	Salário Educação
	R\$ 80.000,00
06	Secretaria Do Esporte Turismo E Lazer
06.001	Secretaria Do Esporte Turismo E Lazer
06.001.0027	Desporto E Lazer
06.001.0027.0812	Desporto Comunitário
06.001.0027.0812.0060	Desenvolvimento Do Esporte Turismo E Lazer
06.001.0027.0812.0060.2039	Manter E Apoiar O Esporte Turismo E Lazer
3319000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
	R\$ 25.000,00
06	Secretaria Do Esporte Turismo E Lazer
06.001	Secretaria Do Esporte Turismo E Lazer
06.001.0027	Desporto E Lazer
06.001.0027.0812	Desporto Comunitário
06.001.0027.0812.0060	Desenvolvimento Do Esporte Turismo E Lazer
06.001.0027.0812.0060.2039	Manter E Apoiar O Esporte Turismo E Lazer
3339000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
	R\$ 23.000,00
07	Secretaria Da Agricultura E Meio Ambiente
07.001	Secretaria Da Agricultura E Meio Ambiente
07.001.0020	Agricultura
07.001.0020.0606	Extensão Rural
07.001.0020.0606.0071	Desenvolvimento Rural
07.001.0020.0606.0071.2041	Assistência Ao Produtor Rural
3339000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
	R\$ 35.000,00
08	Secretaria De Obras E Serviços Urbanos
08.001	Secretaria De Obras E Serviços Urbanos
08.001.0015	Urbanismo
08.001.0015.0451	Infraestrutura Urbana
08.001.0015.0451.0080	Sistema Viário
08.001.0015.0451.0080.2050	Manutenção De Maquinas E Do Sistema Viário
3339000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários

R\$ 39.657,04

Art. 2º - Para atender ao disposto no Artigo 1º, fica autorizado à anulação da seguinte dotação:

02	Gabinete Do Prefeito
02.001	Gabinete Do Prefeito
02.001.0004	Administração
02.001.0004.0122	Administração Geral
02.001.0004.0122.0020	Gestão Administrativa Do Gabinete Do Prefeito
02.001.0004.0122.0020.2002	Manutenção Das Atividades Do Gabinete Do Prefeito
3319000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
	R\$ 10.000,00
02	Gabinete Do Prefeito
02.001	Gabinete Do Prefeito
02.001.0004	Administração
02.001.0004.0122	Administração Geral
02.001.0004.0122.0020	Gestão Administrativa Do Gabinete Do Prefeito
02.001.0004.0122.0020.2002	Manutenção Das Atividades Do Gabinete Do Prefeito
3339000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
	R\$ 5.000,00
02	Gabinete Do Prefeito
02.001	Gabinete Do Prefeito
02.001.0004	Administração
02.001.0004.0122	Administração Geral
02.001.0004.0122.0020	Gestão Administrativa Do Gabinete Do Prefeito
02.001.0004.0122.0020.2002	Manutenção Das Atividades Do Gabinete Do Prefeito
3449000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
	R\$ 5.000,00
02	Gabinete Do Prefeito
02.001	Gabinete Do Prefeito
02.001.0004	Administração
02.001.0004.0124	Controle Externo
02.001.0004.0124.0020	Gestão Administrativa Do Gabinete Do Prefeito
02.001.0004.0124.0020.2004	Manutenção Do Controle Interno
3319000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
	R\$ 5.000,00
02	Gabinete Do Prefeito
02.001	Gabinete Do Prefeito
02.001.0004	Administração
02.001.0004.0124	Controle Externo
02.001.0004.0124.0020	Gestão Administrativa Do Gabinete Do Prefeito
02.001.0004.0124.0020.2004	Manutenção Do Controle Interno
3339000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
	R\$ 2.000,00
02	Gabinete Do Prefeito
02.001	Gabinete Do Prefeito
02.001.0004	Administração
02.001.0004.0124	Controle Externo
02.001.0004.0124.0020	Gestão Administrativa Do Gabinete Do Prefeito
02.001.0004.0124.0020.2004	Manutenção Do Controle Interno
3449000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
	R\$ 5.000,00
03	Secretaria De Administração E Finanças
03.001	Secretaria De Administração E Finanças
03.001.0004	Administração
03.001.0004.0122	Administração Geral
03.001.0004.0122.0031	Gestão Administrativa E Financeira

03.001.0004.0122.0031.1005	Melhoria E Adequação Das Instalações Administrativa
344900000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
	R\$ 1.000,00
03	Secretaria De Administração E Finanças
03.001	Secretaria De Administração E Finanças
03.001.0009	Previdência Social
03.001.0009.0273	Previdência Complementar
03.001.0009.0273.0031	Gestão Administrativa E Financeira
03.001.0009.0273.0031.2007	Encargos Com Inativos
331900000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
	R\$ 2.000,00
03	Secretaria De Administração E Finanças
03.001	Secretaria De Administração E Finanças
03.001.0028	Encargos Especiais
03.001.0028.0061	Ação judiciaria
03.001.0028.0061.0032	Operações Especiais
03.001.0028.0061.0032.2010	Despesas Judiciais
333900000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
	R\$ 9.000,00
03	Secretaria De Administração E Finanças
03.002	Fundo Municipal Da Defesa Civil
03.002.0006	Segurança Publica
03.002.0006.0182	Defesa Civil
03.002.0006.0182.0034	Defesa Civil
03.002.0006.0182.0034.1014	Preservação De Encostas E Erradicação De Riscos
344900000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
	R\$ 50.000,00
03	Secretaria De Administração E Finanças
03.002	Fundo Municipal Da Defesa Civil
03.002.0006	Segurança Publica
03.002.0006.0182	Defesa Civil
03.002.0006.0182.0034	Defesa Civil
03.002.0006.0182.0034.2015	Ações Da Defesa Civil
333900000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
	R\$ 9.885,00
03	Secretaria De Administração E Finanças
03.002	Fundo Municipal Da Defesa Civil
03.002.0006	Segurança Publica
03.002.0006.0182	Defesa Civil
03.002.0006.0182.0034	Defesa Civil
03.002.0006.0182.0034.2015	Ações Da Defesa Civil
344900000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
	R\$ 5.000,00
04	Secretaria Da Saude E Bem-Estar Social
04.002	Fundo Municipal Da Assistência Social
04.002.0008	Assistência Social
04.002.0008.0241	Assistência Ao Idoso
04.002.0008.0241.0042	Serviços Assistenciais E Sociais
04.002.0008.0241.0042.2021	Programa De Atencao A Pessoa Idosa
331900000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
	R\$ 1.500,00
04	Secretaria Da Saude E Bem-Estar Social
04.002	Fundo Municipal Da Assistência Social
04.002.0008	Assistência Social
04.002.0008.0241	Assistência Ao Idoso
04.002.0008.0241.0042	Serviços Assistenciais E Sociais
04.002.0008.0241.0042.2021	Programa De Atencao A Pessoa Idosa

333900000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
	R\$ 8.000,00
04	Secretaria Da Saude E Bem-Estar Social
04.002	Fundo Municipal Da Assistência Social
04.002.0008	Assistência Social
04.002.0008.0241	Assistência Ao Idoso
04.002.0008.0241.0042	Serviços Assistenciais E Sociais
04.002.0008.0241.0042.2021	Programa De Atencao A Pessoa Idosa
344900000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
	R\$ 1.000,00
04	Secretaria Da Saude E Bem-Estar Social
04.002	Fundo Municipal Da Assistência Social
04.002.0008	Assistência Social
04.002.0008.0244	Assistência Comunitária
04.002.0008.0244.0042	Serviços Assistenciais E Sociais
04.002.0008.0244.0042.1022	Construção Do Centro De Referência Social
344900000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
	R\$ 1.000,00
04	Secretaria Da Saude E Bem-Estar Social
04.002	Fundo Municipal Da Assistência Social
04.002.0008	Assistência Social
04.002.0008.0244	Assistência Comunitária
04.002.0008.0244.0042	Serviços Assistenciais E Sociais
04.002.0008.0244.0042.2020	Manutenção Dos Serviços Assistenciais E Sociais
331900000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
	R\$ 22.000,00
04	Secretaria Da Saude E Bem-Estar Social
04.002	Fundo Municipal Da Assistência Social
04.002.0008	Assistência Social
04.002.0008.0244	Assistência Comunitária
04.002.0008.0244.0042	Serviços Assistenciais E Sociais
04.002.0008.0244.0042.2020	Manutenção Dos Serviços Assistenciais E Sociais
333710000000000	Transferências A Consórcios Públicos
01000000	Recursos Ordinários
	R\$ 500,00
04	Secretaria Da Saude E Bem-Estar Social
04.002	Fundo Municipal Da Assistência Social
04.002.0008	Assistência Social
04.002.0008.0244	Assistência Comunitária
04.002.0008.0244.0042	Serviços Assistenciais E Sociais
04.002.0008.0244.0042.2020	Manutenção Dos Serviços Assistenciais E Sociais
333930000000000	Transferências A Consórcios Públicos
01000000	Recursos Ordinários
	R\$ 15.000,00
04	Secretaria Da Saude E Bem-Estar Social
04.002	Fundo Municipal Da Assistência Social
04.002.0008	Assistência Social
04.002.0008.0244	Assistência Comunitária
04.002.0008.0244.0042	Serviços Assistenciais E Sociais
04.002.0008.0244.0042.2058	Manutenção Do Conselho Municipal De Assistência Só
333900000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
	R\$ 3.000,00
04	Secretaria Da Saude E Bem-Estar Social
04.002	Fundo Municipal Da Assistência Social
04.002.0008	Assistência Social
04.002.0008.0244	Assistência Comunitária
04.002.0008.0244.0042	Serviços Assistenciais E Sociais
04.002.0008.0244.0042.2058	Manutenção Do Conselho Municipal De Assistência Só
344900000000000	Aplicações Diretas

01000000	Recursos Ordinários
	R\$ 2.000,00
05	Secretaria Da Educação E Cultura
05.001	Secretaria Da Educação E Cultura
05.001.0012	Educação
05.001.0012.0361	Ensino Fundamental
05.001.0012.0361.0051	Criança Na Escola
05.001.0012.0361.0051.1026	Construção E Melhorias Das Escolas Municipais
3449000000000000	Aplicações Diretas
01010000	Receitas De Impostos - Educação
	R\$ 10.000,00
05	Secretaria Da Educação E Cultura
05.001	Secretaria Da Educação E Cultura
05.001.0012	Educação
05.001.0012.0361	Ensino Fundamental
05.001.0012.0361.0051	Criança Na Escola
05.001.0012.0361.0051.1026	Construção E Melhorias Das Escolas Municipais
3449000000000000	Aplicações Diretas
03360000	Salário Educação
	R\$ 130.000,00
05	Secretaria Da Educação E Cultura
05.001	Secretaria Da Educação E Cultura
05.001.0012	Educação
05.001.0012.0361	Ensino Fundamental
05.001.0012.0361.0051	Criança Na Escola
05.001.0012.0361.0051.2027	Transporte Escolar Do Ensino Fundamental
3449000000000000	Aplicações Diretas
01010000	Receitas De Impostos - Educação
	R\$ 5.000,00
05	Secretaria Da Educação E Cultura
05.001	Secretaria Da Educação E Cultura
05.001.0012	Educação
05.001.0012.0365	Educação Infantil
05.001.0012.0365.0051	Criança Na Escola
05.001.0012.0365.0051.1030	Construção E Melhorias dos Centros De Educação Inf.
3449000000000000	Aplicações Diretas
01010000	Receitas De Impostos - Educação
	R\$ 10.000,00
05	Secretaria Da Educação E Cultura
05.001	Secretaria Da Educação E Cultura
05.001.0012	Educação
05.001.0012.0365	Educação Infantil
05.001.0012.0365.0051	Criança Na Escola
05.001.0012.0365.0051.2031	Merenda Escolar Do Ensino Infantil
3339000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
	R\$ 5.000,00
05	Secretaria Da Educação E Cultura
05.001	Secretaria Da Educação E Cultura
05.001.0012	Educação
05.001.0012.0366	Educação De Jovens E Adultos
05.001.0012.0366.0052	Apoio A Educação E A Cultura
05.001.0012.0366.0052.2032	Apoio A Educação De Jovens E Adultos
3339000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
	R\$ 1.000,00
05	Secretaria Da Educação E Cultura
05.001	Secretaria Da Educação E Cultura
05.001.0012	Educação
05.001.0012.0367	Educação Especial
05.001.0012.0367.0052	Apoio A Educação E A Cultura
05.001.0012.0367.0052.2034	Apoio A Educação Especial
3335000000000000	Transferências A Inst.Priv. S/ Fins Lucro
01000000	Recursos Ordinários

	R\$ 3.000,00
05	Secretaria Da Educação E Cultura
05.001	Secretaria Da Educação E Cultura
05.001.0013	Cultura
05.001.0013.0392	Difusão Cultural
05.001.0013.0392.0052	Apoio A Educação E A Cultura
05.001.0013.0392.0052.2035	Adequar E Manter O Setor De Cultura
331900000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
	R\$ 25.000,00
05	Secretaria Da Educação E Cultura
05.001	Secretaria Da Educação E Cultura
05.001.0013	Cultura
05.001.0013.0392	Difusão Cultural
05.001.0013.0392.0052	Apoio A Educação E A Cultura
05.001.0013.0392.0052.2036	Apoiar A Festa Das Tradições
333900000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
	R\$ 100.000,00
05	Secretaria Da Educação E Cultura
05.001	Secretaria Da Educação E Cultura
05.001.0013	Cultura
05.001.0013.0392	Difusão Cultural
05.001.0013.0392.0052	Apoio A Educação E A Cultura
05.001.0013.0392.0052.2036	Apoiar A Festa Das Tradições
344900000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
	R\$ 50.000,00
06	Secretaria Do Esporte Turismo E Lazer
06.001	Secretaria Do Esporte Turismo E Lazer
06.001.0027	Desporto E Lazer
06.001.0027.0813	Lazer
06.001.0027.0813.0060	Desenvolvimento Do Esporte Turismo E Lazer
06.001.0027.0813.0060.1038	Revitalizar Os Espaços De Turismo E Lazer
344900000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
	R\$ 16.370,04
07	Secretaria Da Agricultura E Meio Ambiente
07.001	Secretaria Da Agricultura E Meio Ambiente
07.001.0020	Agricultura
07.001.0020.0606	Extensão Rural
07.001.0020.0606.0071	Desenvolvimento Rural
07.001.0020.0606.0071.1040	Melhorar A Patrulha Agrícola
344900000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
	R\$ 10.000,00
07	Secretaria Da Agricultura E Meio Ambiente
07.001	Secretaria Da Agricultura E Meio Ambiente
07.001.0020	Agricultura
07.001.0020.0606	Extensão Rural
07.001.0020.0606.0071	Desenvolvimento Rural
07.001.0020.0606.0071.2041	Assistência Ao Produtor Rural
344900000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
	R\$ 8.821,00
07	Secretaria Da Agricultura E Meio Ambiente
07.002	Fundo Municipal Do Saneamento Básico
07.002.0017	Saneamento
07.002.0017.0512	Saneamento Básico Urbano
07.002.0017.0512.0072	Preservação Do Meio Ambiente E Saneamento
07.002.0017.0512.0072.1042	Ampliação Da Rede De Esgotamento Sanitário
344900000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
	R\$ 5.000,00

08	Secretaria De Obras E Serviços Urbanos
08.001	Secretaria De Obras E Serviços Urbanos
08.001.0015	Urbanismo
08.001.0015.0451	Infraestrutura Urbana
08.001.0015.0451.0080	Sistema Viário
08.001.0015.0451.0080.1044	Pavimentação De Ruas
3449000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
	R\$ 11.000,00
08	Secretaria De Obras E Serviços Urbanos
08.001	Secretaria De Obras E Serviços Urbanos
08.001.0015	Urbanismo
08.001.0015.0451	Infraestrutura Urbana
08.001.0015.0451.0080	Sistema Viário
08.001.0015.0451.0080.1046	Desenvolvimento Urbano Do Município
3449000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
	R\$ 6.000,00
08	Secretaria De Obras E Serviços Urbanos
08.001	Secretaria De Obras E Serviços Urbanos
08.001.0015	Urbanismo
08.001.0015.0451	Infraestrutura Urbana
08.001.0015.0451.0080	Sistema Viário
08.001.0015.0451.0080.1049	Melhoramento Da Frota De Obras E Serviços Urbanos
3449000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
	R\$ 12.381,00
08	Secretaria De Obras E Serviços Urbanos
08.001	Secretaria De Obras E Serviços Urbanos
08.001.0025	Energia
08.001.0025.0752	Energia Elétrica
08.001.0025.0752.0080	Sistema Viário
08.001.0025.0752.0080.1047	Ampliação Da Rede De Iluminação Publica
3449000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
	R\$ 5.000,00
08	Secretaria De Obras E Serviços Urbanos
08.001	Secretaria De Obras E Serviços Urbanos
08.001.0025	Energia
08.001.0025.0752	Energia Elétrica
08.001.0025.0752.0080	Sistema Viário
08.001.0025.0752.0080.2051	Manutenção Da Rede De Iluminação Publica
3339000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
	R\$ 7.000,00
09	Secretaria De Planejamento E Transito
09.001	Secretaria De Planejamento E Transito
09.001.0004	Administração
09.001.0004.0122	Administração Geral
09.001.0004.0122.0090	Planejamento E Desenvolvimento Econômico
09.001.0004.0122.0090.2052	Manutenção Do Planejamento
3319000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
	R\$ 80.000,00
09	Secretaria De Planejamento E Transito
09.001	Secretaria De Planejamento E Transito
09.001.0004	Administração
09.001.0004.0122	Administração Geral
09.001.0004.0122.0090	Planejamento E Desenvolvimento Econômico
09.001.0004.0122.0090.2052	Manutenção Do Planejamento
3449000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
	R\$ 8.000,00

Art. 3º - O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Benedito Novo, 09 de dezembro de 2016.

DARIO TONOLLI
Prefeito

O Decreto nº 136/2016 foi publicado na forma da Lei
Benedito Novo, aos dias de 09 de dezembro de 2016.

MARILIA PANOCH
Agente Administrativo "B"

DECRETO Nº 137/2016 - ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR SUPERAVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR NO ORÇAMENTO

DECRETO Nº. 137/2016
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR SUPERAVIT FINANCEIRO DO
EXERCÍCIO ANTERIOR NO ORÇAMENTO

DARIO TONOLLI, Prefeito Municipal de Benedito Novo - SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 70º, Inciso I, Aliena "c" da Lei Orgânica do município e pelo Art.5º e 6º da Lei nº 1.810 de 02 de dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o Crédito Suplementar no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), para reforço da seguinte atividade e dotação do orçamento programa de 2016:

04	Secretaria Da Saude E Bem Estar Social
04.002	Fundo Municipal Da Assistência Social
04.002.0008	Assistência Social
04.002.0008.0244	Assistência Comunitária
04.002.0008.0244.0042	Serviços Assistenciais E Sociais
04.002.0008.0244.0042.2020	Manutenção Dos Serviços Assistenciais E Sociais
3319000000000000	Aplicações Diretas
03350002	Suas/União - Cras
	R\$ 5.000,00

Art. 2º - Para atender ao disposto no artigo anterior, o crédito suplementar corre por conta do superávit financeiro do exercício anterior.

Art. 3º - O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Benedito Novo, 09 de dezembro de 2016.

DARIO TONOLLI
Prefeito

O Decreto nº. 137/2016 foi publicado na forma da Lei.
Benedito Novo, 09 de dezembro de 2016

MARILIA PANOCH
Agente Administrativo " B "

DECRETO Nº 138/2016 - ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO E SUPLEMENTAÇÃO NO ORÇAMENTO

DECRETO Nº 138/2016
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO E
SUPLEMENTAÇÃO NO ORÇAMENTO

DARIO TONOLLI, Prefeito do Município de Benedito Novo - SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso I, aliena "c" da Lei Orgânica do município e pelo Art. 5º e 6º da Lei nº 1.810, de 02 de dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o Crédito Suplementar no valor de R\$ 5.700,00 (cinco mil e setecentos reais), para reforço da seguinte projeto/atividade e dotação do orçamento programa de 2016:

03	Secretaria De Administração E Finanças
03.001	Secretaria De Administração E Finanças
03.001.0014	Direitos Da Cidadania

03.001.0014.0422	Direitos Individuais, Coletivos E Difusos
03.001.0014.0422.0033	Convenio Com Outras Esferas De Governo
03.001.0014.0422.0033.2013	Manutenção De Outras Esferas De Governo
331900000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
	R\$ 5.700,00

Art. 2º - Para atender ao disposto no Artigo 1º, fica autorizado à anulação da seguinte dotação:

03	Secretaria De Administração E Finanças
03.001	Secretaria De Administração E Finanças
03.001.0014	Direitos Da Cidadania
03.001.0014.0422	Direitos Individuais, Coletivos E Difusos
03.001.0014.0422.0033	Convenio Com Outras Esferas De Governo
03.001.0014.0422.0033.2013	Manutenção De Outras Esferas De Governo
333900000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
	R\$ 700,00
03	Secretaria De Administração E Finanças
03.001	Secretaria De Administração E Finanças
03.001.0014	Direitos Da Cidadania
03.001.0014.0422	Direitos Individuais, Coletivos E Difusos
03.001.0014.0422.0033	Convenio Com Outras Esferas De Governo
03.001.0014.0422.0033.2013	Manutenção De Outras Esferas De Governo
344900000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
	R\$ 5.000,00

Art. 3º - O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Benedito Novo, 09 de dezembro de 2016
DARIO TONOLLI
Prefeito

O Decreto nº 138/2016 foi publicado na forma da Lei
Benedito Novo, aos dias de 09 de dezembro de 2016.

MARILIA PANOCH
Agente Administrativo "B"

DECRETO Nº 139/2016 - ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO E SUPLEMENTAÇÃO NO ORÇAMENTO

DECRETO Nº 139/2016
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO E
SUPLEMENTAÇÃO NO ORÇAMENTO

DARIO TONOLLI, Prefeito do Município de Benedito Novo - SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso I, Aliena "c" da Lei Orgânica do município e pelo Art. 5º e 6º da Lei nº 1.810, de 02 de dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o Crédito Suplementar no valor de R\$ 7.371,24 sete mil e trezentos e setenta e hum reais e vinte e quatro centavos), para reforço da seguinte projeto/atividade e dotação do orçamento programa de 2016:

02	Gabinete Do Prefeito
02.001	Gabinete Do Prefeito
02.001.0004	Administração
02.001.0004.0122	Administração Geral
02.001.0004.0122.0020	Gestão Administrativa Do Gabinete Do Prefeito
02.001.0004.0122.0020.2003	Manutenção Das Assessorias
331900000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
	R\$ 2.971,24

03	Secretaria De Administração E Finanças
03.001	Secretaria De Administração E Finanças
03.001.0004	Administração
03.001.0004.0122	Administração Geral
03.001.0004.0122.0031	Gestão Administrativa E Financeira
03.001.0004.0122.0031.2006	Manutenção Das Atividades Administrativas
3319000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
	R\$ 2.500,00
04	Secretaria Da Saude E Bem-Estar Social
04.002	Fundo Municipal Da Assistência Social
04.002.0008	Assistência Social
04.002.0008.0241	Assistência Ao Idoso
04.002.0008.0241.0042	Serviços Assistenciais E Sociais
04.002.0008.0241.0042.2021	Programa De Atencao A Pessoa Idosa
3319000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
	R\$ 400,00
04	Secretaria Da Saude E Bem-Estar Social
04.002	Fundo Municipal Da Assistência Social
04.002.0008	Assistência Social
04.002.0008.0244	Assistência Comunitária
04.002.0008.0244.0042	Serviços Assistenciais E Sociais
04.002.0008.0244.0042.2020	Manutenção Dos Serviços Assistenciais E Sociais
3319000000000000	Aplicações Diretas
01350002	Suas/União - Cras
	R\$ 400,00
06	Secretaria Do Esporte Turismo E Lazer
06.001	Secretaria Do Esporte Turismo E Lazer
06.001.0027	Desporto E Lazer
06.001.0027.0812	Desporto Comunitário
06.001.0027.0812.0060	Desenvolvimento Do Esporte Turismo E Lazer
06.001.0027.0812.0060.2039	Manter E Apoiar O Esporte Turismo E Lazer
3319000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
	R\$ 1.100,00

Art. 2º - Para atender ao disposto no Artigo 1º, fica autorizado à anulação da seguinte dotação:

02	Gabinete Do Prefeito
02.001	Gabinete Do Prefeito
02.001.0004	Administração
02.001.0004.0122	Administração Geral
02.001.0004.0122.0020	Gestão Administrativa Do Gabinete Do Prefeito
02.001.0004.0122.0020.2003	Manutenção Das Assessorias
3449000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
	R\$ 2.971,24
03	Secretaria De Administração E Finanças
03.001	Secretaria De Administração E Finanças
03.001.0004	Administração
03.001.0004.0122	Administração Geral
03.001.0004.0122.0031	Gestão Administrativa E Financeira
03.001.0004.0122.0031.2006	Manutenção Das Atividades Administrativas
3449000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
	R\$ 2.500,00
04	Secretaria Da Saude E Bem-Estar Social
04.002	Fundo Municipal Da Assistência Social
04.002.0008	Assistência Social

04.002.0008.0241	Assistência Ao Idoso
04.002.0008.0241.0042	Serviços Assistenciais E Sociais
04.002.0008.0241.0042.2021	Programa De Atencao A Pessoa Idosa
3339000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
	R\$ 400,00
04	Secretaria Da Saude E Bem-Estar Social
04.002	Fundo Municipal Da Assistência Social
04.002.0008	Assistência Social
04.002.0008.0244	Assistência Comunitária
04.002.0008.0244.0042	Serviços Assistenciais E Sociais
04.002.0008.0244.0042.2020	Manutenção Dos Serviços Assistenciais E Sociais
3339000000000000	Aplicações Diretas
01350002	Suas/União - Cras
	R\$ 400,00
06	Secretaria Do Esporte Turismo E Lazer
06.001	Secretaria Do Esporte Turismo E Lazer
06.001.0027	Desporto E Lazer
06.001.0027.0812	Desporto Comunitário
06.001.0027.0812.0060	Desenvolvimento Do Esporte Turismo E Lazer
06.001.0027.0812.0060.2039	Manter E Apoiar O Esporte Turismo E Lazer
3339000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
	R\$ 1.100,00

Art. 3º - O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Benedito Novo, 09 de dezembro de 2016

DARIO TONOLLI

Prefeito

O Decreto nº 139/2016 foi publicado na forma da Lei

Benedito Novo, aos dias de 09 de dezembro de 2016

MARILIA PANOCH

Agente Administrativo "B"

DECRETO Nº 140/2016 - ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO E SUPLEMENTAÇÃO NO ORÇAMENTO

DECRETO Nº 140/2016

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO E
SUPLEMENTAÇÃO NO ORÇAMENTO

DARIO TONOLLI, Prefeito do Município de Benedito Novo - SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso I, Aliena "c" da Lei Orgânica do município e pelo Art. 5º e 6º da Lei nº 1.846, de 07 de dezembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o Crédito Suplementar no valor de R\$ 190.000,00 (cento e noventa mil reais), para reforço da seguinte projeto/atividade e dotação do orçamento programa de 2016:

04	Secretaria Da Saude E Bem-Estar Social
04.001	Fundo Municipal Da Saude
04.001.0010	Saude
04.001.0010.0301	Atencao Básica
04.001.0010.0301.0041	Saude Aos Municípios
04.001.0010.0301.0041.2053	Manutenção Do Programa Saude Na Familia
3319000000000000	Aplicações Diretas
01020000	Receitas De Impostos - Saúde
	R\$ 190.000,00

Art. 2º - Para atender ao disposto no Artigo 1º, fica autorizado à anulação da seguinte dotação:

04	Secretaria Da Saude E Bem-Estar Social
04.001	Fundo Municipal Da Saude
04.001.0010	Saude
04.001.0010.0301	Atencao Básica
04.001.0010.0301.0041	Saude Aos Municípios
04.001.0010.0301.0041.2017	Manutenção Das Atividades Da Saude

331900000000000	Aplicações Diretas
01020000	Receitas De Impostos - Saúde
	R\$ 40.284,36
04	Secretaria Da Saude E Bem-Estar Social
04.001	Fundo Municipal Da Saude
04.001.0010	Saude
04.001.0010.0301	Atencao Básica
04.001.0010.0301.0041	Saude Aos Municípios
04.001.0010.0301.0041.2054	Manutenção Do Programa De Agentes Comunitários Da
331900000000000	Aplicações Diretas
01020000	Receitas De Impostos - Saúde
	R\$ 20.000,00
04	Secretaria Da Saude E Bem-Estar Social
04.001	Fundo Municipal Da Saude
04.001.0010	Saude
04.001.0010.0301	Atencao Básica
04.001.0010.0301.0041	Saude Aos Municípios
04.001.0010.0301.0041.2054	Manutenção Do Programa De Agentes Comunitários Da
344900000000000	Aplicações Diretas
01020000	Receitas De Impostos - Saúde
	R\$ 5.000,00
04	Secretaria Da Saude E Bem-Estar Social
04.001	Fundo Municipal Da Saude
04.001.0010	Saude
04.001.0010.0301	Atencao Básica
04.001.0010.0301.0041	Saude Aos Municípios
04.001.0010.0301.0041.2055	Manutenção Do Programa De Saude Bucal
331900000000000	Aplicações Diretas
01020000	Receitas De Impostos - Saúde
	R\$ 22.000,00
04	Secretaria Da Saude E Bem-Estar Social
04.001	Fundo Municipal Da Saude
04.001.0010	Saude
04.001.0010.0301	Atencao Básica
04.001.0010.0301.0041	Saude Aos Municípios
04.001.0010.0301.0041.2055	Manutenção Do Programa De Saude Bucal
344900000000000	Aplicações Diretas
01020000	Receitas De Impostos - Saúde
	R\$ 15.000,00
04	Secretaria Da Saude E Bem-Estar Social
04.001	Fundo Municipal Da Saude
04.001.0010	Saude
04.001.0010.0301	Atencao Básica
04.001.0010.0301.0041	Saude Aos Municípios
04.001.0010.0301.0041.2056	Manutenção Do Programa De Farmácia Básica
333930000000000	Transferências A Consórcios Públicos
01020000	Receitas De Impostos - Saúde
	R\$ 70.000,00
04	Secretaria Da Saude E Bem-Estar Social
04.001	Fundo Municipal Da Saude
04.001.0010	Saude
04.001.0010.0301	Atencao Básica
04.001.0010.0301.0041	Saude Aos Municípios
04.001.0010.0301.0041.2057	Manutenção Do Conselho Municipal Da Saude
333900000000000	Aplicações Diretas
01020000	Receitas De Impostos - Saúde
	R\$ 3.215,64
04	Secretaria Da Saude E Bem-Estar Social
04.001	Fundo Municipal Da Saude
04.001.0010	Saude

04.001.0010.0301	Atencao Básica
04.001.0010.0301.0041	Saude Aos Municípios
04.001.0010.0301.0041.2057	Manutenção Do Conselho Municipal Da Saude
344900000000000	Aplicações Diretas
01020000	Receitas De Impostos - Saúde
	R\$ 5.000,00
04	Secretaria Da Saude E Bem-Estar Social
04.001	Fundo Municipal Da Saude
04.001.0010	Saude
04.001.0010.0304	Vigilância Sanitária
04.001.0010.0304.0041	Saude Aos Municípios
04.001.0010.0304.0041.2018	Atividades Da Vigilância Sanitária
331900000000000	Aplicações Diretas
01020000	Receitas De Impostos - Saúde
	R\$ 2.000,00
04	Secretaria Da Saude E Bem-Estar Social
04.001	Fundo Municipal Da Saude
04.001.0010	Saude
04.001.0010.0304	Vigilância Sanitária
04.001.0010.0304.0041	Saude Aos Municípios
04.001.0010.0304.0041.2018	Atividades Da Vigilância Sanitária
344900000000000	Aplicações Diretas
01020000	Receitas De Impostos - Saúde
	R\$ 2.500,00
04	Secretaria Da Saude E Bem-Estar Social
04.001	Fundo Municipal Da Saude
04.001.0010	Saude
04.001.0010.0305	Vigilância Epidemiológica
04.001.0010.0305.0041	Saude Aos Municípios
04.001.0010.0305.0041.2019	Atividades Da Vigilância Epidemiológica
333900000000000	Aplicações Diretas
01020000	Receitas De Impostos - Saúde
	R\$ 5.000,00

Art. 3º - O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Benedito Novo, 09 de dezembro de 2016

DARIO TONOLLI

Prefeito

O Decreto nº 140/2016 foi publicado na forma da Lei Benedito Novo, aos dias de 09 de dezembro de 2016.

MARILIA PANOCH

Agente Administrativo "B"

EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO 9/2016

PUBLICAÇÕES LEGAIS - MURAL

EXTRATO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC

EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº 9/2016

Referente: Processo Licitatório nº 85/2015

Contratada: IPM SISTEMAS LTDA

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO, PROVIMENTO DE DATA CENTER, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO, TREINAMENTO E SUPORTE TÉCNICO PARA SISTEMA INFORMATIZADO DE GESTÃO PÚBLICA EM AMBIENTE WEB, PARA A ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO, INCLUINDO OS FUNDOS E CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Finalidade do Aditivo: ADITIVO DE PRAZO

Vigência: 01/01/2017 a 31/12/2017

Data Assinatura: 28/11/2016

JEAN MICHEL GRUNDMANN - Prefeito Municipal

Biguaçu

PREFEITURA

CONVOCAÇÃO 01 - EDITAL 01/2016

CONVOCAÇÃO Nº 01 – Edital 001/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições que lhe são conferidas no art. 98, inciso X, da Lei Orgânica do Município de Biguaçu CONVOCA os candidatos aprovados no Concurso Público Edital 001/2016, abaixo relacionados para comparecerem na Prefeitura Municipal de Biguaçu, situada na Praça Nereu Ramos, nº 90, Centro, Biguaçu – SC, no PRAZO MÁXIMO DE 30 (TRINTA) DIAS, munidos da Carteira de Identidade e CPF (originais) para dar início ao processo de sua admissão.

O COMPARECIMENTO PESSOAL DOS CANDIDATOS ABAIXO RELACIONADOS É INDISPENSÁVEL, ENTENDENDO-SE QUE O NÃO COMPARECIMENTO SERÁ TIDO COMO DESISTÊNCIA DA EXPECTATIVA DO DIREITO À VAGA. Após aprovação no referido exame pré-admissional, os candidatos serão nomeados e tomarão posse no exercício do cargo.

Biguaçu, 05 de Janeiro de 2017.

Ramon Wollinger

Prefeito Municipal de Biguaçu

CARGO: AGENTE FAZENDÁRIO

1 - ROZIANE VANDA DA SILVEIRA COELHO

CARGO: ARQUITETO

1 - MARIANA BUNN SOUZA

CARGO: ASSISTENTE SOCIAL

1 - THEREZA CRISTINA STACHECHEM DE PAULA

2 - ALESSANDRA KARLA CAMARGO

3 - REINALDO GUBERT NETO

4 - CARLA LETICIA RAUPP RAMOS

5 - LETICIA HEINZEN

6 - DAYANA KRUGER

7 - MARIANA SOARES KOETTKER

8 - FRANCIELE THEVES DA ROSA

9 - TAILI JOANA STREB

10 - RODRIGO PATAY SOTOMAYOR

11 - GABRIELA SILVEIRA

CARGO: ASSISTENTE SOCIAL (PNE)

1 - JANE REGINA BORGES VIEIRA

CARGO: AUXILIARES DE SERVIÇOS GERAIS V – SERVENTE

1 - MARIA DA GLORIA LEON DA SILVA

2 - ISaura SILVA

3 - ITALO CEZAR BARRETO DIAS

4 - VIVIAN PINHEIRO DOS SANTOS SA

5 - DIONI DE FREYN

6 - MARCO ANTONIO RICCI

7 - JONATHAN DE SOUZA BARTH

8 - VICTOR ROBERTO PECSSEN COSTA

9 - WILIAN ANTONIO PACHECO DOS SANTOS

10 - JOSED NORBERTO DE SOUZA NETO

11 - TERESINHA AMARAL

12 - TATIANE NEIS

13 - ANA PAULA DE AZEVEDO

14 - MICHELLY RODRIGUES COELHO

15 - ALEXSANDRA CHAVES DORNELLES

16 - GEAN MANOEL MACHADO

17 - GILCEMAR BORTOLOTTI

18 - ANGELA MARIA DE FARIA PEREIRA

19 - CHARLENE MACHADO DOS SANTOS

20 - CARLOS HENRIQUE QUADROS

21 - ALMIR ROGERIO DE OLIVEIRA

22 - HELENA CECILIA HOLLER FILHA

23 - ROMEIRA EVANGELIA PEREIRA DA SILVA

24 - LUCIANE CRISTINA CAMUZZATO

25 - ALINE DA ROCHA

26 - SANDRA BUZZI

27 - OTONY COUTINHO DO CARMO

28 - ANDREA NUNES AGUIAR

29 - SOLANGE PORTELA DE MACEDO MATOS DA SILVA

30 - ROSEMARY PINTO SUZUKI

31 - ANA ALICE DE OLIVEIRA

32 - MARCOS TADEU REGIS JORDÃO

33 - SERGIO MURILO GARCIA

34 - JAILSON FERREIRA MENDONÇA

35 - RODRIGO MENDES

36 - JOSUE BOUSON

37 - GISLAINE BEATRIZ AMARAL

38 - IRAN CARLOS NOGUEIRA

39 - GUSTAVO RODRIGUES PAES

40 - CRISTIANA FRANCIELE DOS SANTOS

41 - EDICLEIA DE OLIVEIRA

42 - LUCIANO COSTA PINTO

43 - EDUARDO RODRIGUES

44 - TELMA CARDOSO DE PAULA

45 - VILSON LIMA PEREIRA JUNIOR

46 - CINTIA CRISTINA MACHADO

47 - ANA CARINA SALVIN

48 - PAULO ROBERTO DA SILVA

49 - MARIA TEREZINHA GOMES CORREIA

50 - MARCIA SILVA DOS SANTOS

51 - ANDREIA ALVES DE OLIVEIRA RAUEN

52 - ANA CLAUDIA HOFFMANN

53 - JOSIANE BENTO AMARAL

54 - SANDRA MARA RIBEIRO

55 - MARCIO JOSE SPROCATI DE OLIVEIRA SILVA DOS SANTOS

56 - KEROLLEN PRISCILLA SILVA

57 - GISELLY DE MELLO MARTINS

58 - EDUARDO NUNES

59 - TEREZINHA WEBER

CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V - SERVENTE – 40HS (PNE)

1 - RAFAEL DE SOUZA

2 - VALDELI OSVALDO CIPRIANO

CARGO: ATENDENTE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

1 - AMANDA SARDA GOULART

2 - AMANDA CRISTINA PINHEIRO MARTINS

3 - ADELITA PRISCILA PRUSSE

4 - IVO JOÃO MARTINS JUNIOR

5 - JEFFERSON SILVA

6 - KARINE SAADY MEIRA

7 - CAROLINE GONÇALVES MARQUES

8 - CAROLINE NAIR GERHARDT

9 - TATIANE SANTOS SOUZA

10 - AMANDA SIQUEIRA DE ANDRADE

11 - ANA CLAUDIA MACIEL DE MAIA DE OLIVEIRA

12 - ANA CAROLINE CARELLO GALLIANI
13 - ROSIMERE MARIA SIQUEIRA
14 - CAROLINE NIENCHOTTER GOERDERT GEBAUER
15 - AMANDA JOICIMARY LIRA ORIO

CARGO: BIOLOGO

1 - LUIZA DE OLIVEIRA SILVA

CARGO: BIBLIOTECÁRIO – 40HS

1 - JAQUELINE SANTOS BERNARDO
2 - PRISCILA DA SILVEIRA

CARGO: CONTADOR

1 - RODRIGO KIRCHNER LOCATELLI
2 - CAROLINA MONN
3 - CARLA LENITA DE SOUZA

CARGO: ENGENHEIRO AGRÔNOMO

1 - CONRADO BERNARDI PETERSEN

CARGO: ENGENHEIRO AMBIENTAL

1 - FRANCIS BARP REIS

CARGO: ENGENHEIRO CIVIL

2 - JOAO GUSTAVO ELIAS
3 - GUSTAVO FREDERICO MARDER
4 - MARIA LUIZA SOARES FERNANDEZ

CARGO: ENGENHEIRO FLORESTAL

1 - THOMAS SCHRODER

CARGO: ESCRITURÁRIO

1 - LARISSA DAL BELLO MORASCO
2 - MARCELO MUNARI OLIVEIRA PINTO

CARGO: FISCAL DE OBRAS E POSTURAS

1 - LUISA HELENA MARCELINO

CARGO: MONITOR DE TRANSPORTE ESCOLAR

1 - GUILHERME MULLER
2 - LUIZA LINS SOUZA ROCHA
3 - ELIZABETE PINHEIRO LOPES
4 - MAIKON PEREIRA VERCOZA
5 - JOAO EDUARDO DA SILVA
6 - CINTIA ROSA DE SOUZA
7 - KATRINI CORREIA

8 - KAREN MICHEL HECHT
9 - IARA TEIXEIRA
10 - GIOVANE CASTRO DE MELLO

CARGO: MOTORISTA III (CARTEIRA D – ONIBUS, UTILITÁRIOS E AMBULÂNCIA)

1 - SERGIO JUNIOR DE JESUS
2 - LOURENÇO KNOPIK JUNIOR
3 - DOUGLAS MATOS DE SOUZA
4 - RODRIGO CASCAIS
5 - EDELTON LUIS SANTIN
6 - FRANKLIN UCHOA PIMENTEL DE MIRANDA
7 - CLAUDINO ALMIR SCHMITT
8 - GILVANE MATOS PEREIRA
9 - LEANDRO MICHEL ALTHOF
10 - TAMARA CIDRÃO MELO DOS SANTOS
11 - THIAGO DOS SANTOS GOULART
12 - MARCIO DE BULHOES GOMES
13 - ALLAN DIAS MARCELINO

14 - MAICON ANTONIO GANZER
15 - ROBSON LUIZ VIEIRA
16 - ADAIR TOEBE
17 - RAFAEL DA SILVA
18 - MURILO DOS SANTOS

CARGO: OPERADOR DE TRATOR AGRÍCOLA

1 - NILO VANDO SCHMITZ
2 - ANTONIO MARCOS MIRANDA
3 - ISRAEL SOARES

CARGO: PSICÓLOGO

1 - AMANDA NOGARA MARCON
2 - ANA CLARA SIQUEIRA
3 - MATEUS PEREIRA BEVENUTTI
4 - BARBARA ZAIDA RAMPÁ DIAS
5 - PEDRO MORALES TOLENTINO LEITE
6 - LUANA DE ARAUJO LIMA VIZENTIN
7 - CRISTIANE HAMMES
8 - NATALIA TAVARES DE MELLO
9 - JULIANE HUBNER EIGENNEER DO AMARAL

CARGO: TÉCNICO EM CADASTRO

1 - SINTIA ALBERTINA VENANCIO SANTOS

CONVOCAÇÃO 01 - EDITAL 02/2016

CONVOCAÇÃO Nº 01 – Edital 002/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições que lhe são conferidas no art. 98, inciso X, da Lei Orgânica do Município de Biguaçu CONVOCA os candidatos aprovados no Concurso Público Edital 002/2016, abaixo relacionados para comparecerem na Prefeitura Municipal de Biguaçu, situada na Praça Nereu Ramos, nº 90, Centro, Biguaçu – SC, no PRAZO MÁXIMO DE 30 (TRINTA) DIAS, munidos da Carteira de Identidade e CPF (originais) para dar início ao processo de sua admissão.

O COMPARECIMENTO PESSOAL DOS CANDIDATOS ABAIXO RELACIONADOS É INDISPENSÁVEL, ENTENDENDO-SE QUE O NÃO COMPARECIMENTO SERÁ TIDO COMO DESISTÊNCIA DA EXPECTATIVA DO DIREITO À VAGA. Após aprovação no referido exame pré-admissional, os candidatos serão nomeados e tomarão posse no exercício do cargo.

Biguaçu, 05 de Janeiro de 2017.

Ramon Wollinger

Prefeito Municipal de Biguaçu

CARGO: ASSISTENTE SOCIAL

1 - LUCIMARA POLETTI
2 - LAIS GIANEZINI

CARGO: AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO

1 - EVELIZE LUZ LAMIM
2 - FABIO ZAMBRUSKI

CARGO: FARMACÊUTICO

1 - MUSSIA DE CASTRO E SILVA CARRE
2 - SIMONE ROSSI FERMO

CARGO: FISIOTERAPEUTA

1 - BIANCA OLIVEIRA SCHEIDT
2 - DANIELA TATIANA BLAFFERT E SANTOS
3 - MAYARA SCHMIDT
4 - GEANE DE SOUZA PENHA

CARGO: FONOAUDIÓLOGO

1 - AMANDA DAL PIVA GRESELE
2 - NAIARA VALENTIM GOMES

CARGO: MÉDICO ESPECIALISTA II – GINECOLOGISTA

1 - KAROLINE BUNN BORBA

CARGO: MÉDICO ESPECIALISTA III – ORTOPEDISTA

1 - DANIEL TEIXEIRA DE OLIVEIRA

CARGO: MÉDICO ESPECIALISTA V – DERMATOLOGISTA

1 - TAINARA SCHURHAUS DA CUNHA

CARGO: MÉDICO ESPECIALISTA XI – PSIQUIATRIA

1 - JULIA PINTO TRINDADE

CARGO: NUTRICIONISTA II

1 - RAPHAEL SALLES GRANATO CUNHA

2 - FERNANDA ROCHA FRANCA BURITY LEVONE

CARGO: PSICÓLOGO

1 - BÁRBARA ZAIDA RAMPÁ DIAS

2 - MORGANA MARIAH DAROSCI

3 - GABRIELA PIUCO DE AMORIM

CONVOCAÇÃO 01 - EDITAL 03/2016

CONVOCAÇÃO Nº 01 – EDITAL 003/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições que lhe são conferidas no art. 98, inciso X, da Lei Orgânica do Município de Biguaçu CONVOCA os candidatos aprovados no Concurso Público Edital 003/2016, abaixo relacionados para comparecerem na Prefeitura Municipal de Biguaçu, situada na Praça Nereu Ramos, nº 90, Centro, Biguaçu – SC, no PRAZO MÁXIMO DE 30 (TRINTA) DIAS, munidos da Carteira de Identidade e CPF (originais) para dar início ao processo de sua admissão.

O COMPARECIMENTO PESSOAL DOS CANDIDATOS ABAIXO RELACIONADOS É INDISPENSÁVEL, ENTENDENDO-SE QUE O NÃO COMPARECIMENTO SERÁ TIDO COMO DESISTÊNCIA DA EXPECTATIVA DO DIREITO À VAGA. Após aprovação no referido exame pré-admissional, os candidatos serão nomeados e tomarão posse no exercício do cargo.

Biguaçu, 05 de Janeiro de 2017.

Ramon Wollinger

Prefeito Municipal de Biguaçu

CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS IV – MERENDEIRA

1 - ANA KARINE OLIVEIRA RODRIGUES

2 - CARMEN LUCIA FLORES ZANOTTA

3 - TAIZE FLORENÇO

4 - VICTOR ROBERTO PECSEN COSTA

5 - RITA DE CACIA CUNHA DO AMARAL GASPAR

6 - MARIA DA GLORIA LEON DA SILVA

7 - ANDRESSA CRISTINA ALVES

8 - ROGERIA MOURA PAIM

9 - JULIA PRIMAK DOS SANTOS

10 - SILVANA CRISTINA LIMA DA SILVA

11 - TANIA REGINA GOULART

12 - NILO VANDERLEI MAUERBERG

13 - CRISTIANA CLAUDINO

14 - DAIANE PAZ DE OLIVEIRA

15 - EWELYN PAEGLE

16 - ANA CLAUDIA ALVES DE SOUZA

17 - PRISCILA SANTOS RODRIGUES

18 - AMANDA DELLA BRUNA CAMPOS

19 - LAURA VIEIRA ROCHA DE SOUZA

20 - ESTHER FARIAS ELIBIO

21 - PATRICIA CONCEIÇÃO PEREIRA RENO

22 - SUZANA NAYLA IBIDUN DA SILVA HASSAN

23 - VANESSA DE SOUZA MARQUES AMARAL

24 - MIRIAM SUELLEN DE OLIVEIRA

25 - RAFAEL MACHADO MATOS

26 - MAYARA ANDRADE VIEIRA

27 - DANIELLE APARECIDA LOUZA CARVALHO

28 - FERNANDA DE SOUZA

29 - TAIS REGINA FERNANDES

30 - NILDA GOMES DE MORAES ZAFRA

31 - VALMIRENE DE SOUZA OLIVEIRA

32 - LEONAIRA LABRES FERRAIS

33 - LEANDRO COSTA TEODORO

34 - EUGENIA SCHLICKMANN

35 - CLAUDIO EDUARDO JUSTIN DE FREITAS

36 - CRISTIANE ROSA COSTA DA SILVA

37 - KATIA ROSANGELA PAZ DE MACEDO

38 - ELAINE APARECIDA CARVALHO

39 - ELZA MARIA VIRGILIO

40 - SORAYA DERNER BECKHAUSER ALMEIDA

41 - MARCOS LEVI POERSCH DE SOUZA

42 - ADRIANA CRISTINA BARCELOS PULCENA

43 - LUCELINA ALVES CAMARGO

44 - IRANI BARBI DA SILVA

45 - ANA PAULA DAMAZIO

46 - MICHELLY RODRIGUES COELHO

47 - LUANA SASS

48 - AMANDA JOICIMARY LIRA ORIO

49 - DANIELA ALMEIDA ZEQUIAO

50 - SULIMAR PICCOLI

CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS IV – MERENDEIRA (PNE)

1 - NILTON LINDER NETO

CARGO: AUXILIAR DE SALA – 30HORAS

1 - KARLA CRISTIANE NOVAK

2 - GILSEIA MARLI HOLLEWEGER FERNANDES DA SILVEIRA

3 - MILENE FERREIRA SILVA

4 - MIRIAM MARLENE RICARDO GASPAR

5 - KIRIA QUINTINO MARQUES

6 - ANDREA FLORENCIO E OLIVEIRA GERBER

7 - MARCILENE SCHMITT GONÇALVES

8 - CAMELITA ALVES

9 - MARINA DE CAMPOS TEIXEIRA

10 - ESTHER MEIRELES DO NASCIMENTO

11 - PATRICIA DE MORAES FARIAS

12 - JANICE DA ROSA REGIS

13 - ANDREIA CELLA

14 - EDUARDA SANTOS COSTA

15 - ANGELITA AZENIR SEIA DA SILVA

16 - ALINE AMARAL

17 - EDINA RAQUEL RUAS

18 - FERNANDA OLIVEIRA DUARTE

19 - JANAINA CARDOSO REGIS MACHADO

20 - LAINE OLIVEIRA DOS SANTOS

21 - CRISTIANA DE SOUZA ALVES ELEOTERIO

22 - CLEIA SALDANHA

23 - MARTA MACHADO

24 - MARIA REGINA GONÇALVES MACHADO

25 - ELAINE CRISTINA GOULART

26 - SIMONE DOS SANTOS FRASSON

27 - TAIZE PASQUALLI

28 - RENATA VALENTE CUNHA DA SILVA

29 - JULIANA APARECIDA DALPRÁ

30 - ANA GABRIELA DA SILVA RODRIGUES

31 - MARIANA CRISTINA CAMPOS

32 - THUANY RENATA DA CUNHA

33 - DIONARA COSTA FARIAS KIEVEL

34 - CATIANE ZANDONA KRETZER
35 - PATRICIA HECK
36 - EMILLYN MACHADO LIVRAMENTO ESPINDOLA
37 - PRISCILA GOULART CARDOSO
38 - MARIA SOCORRO FREITAS MELO DE OLIVEIRA
39 - ADRIANA SILVA
40 - JOSIANE DA ROCHA
41 - GEOVANE SOARES MARTINS
42 - ROSANE APARECIDA CORDEIRO ALVES SILVA
43 - PRICILA ODETE MULLER
44 - JESSICA GOULART CORREA

CARGO: ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS – 40HS

1 - LUIZA FAGUNDES NEVES AZAMBUJA
2 - TAYSE DAIANE RIBEIRO
3 - PRISCILLA DE FREITAS MAFRA
4 - LUCIANA SERRA PASSOS
5 - MARINA KOERICH
6 - MARIA APARECIDA FIALHO FONTANARI MARTINEZ
7 - EVERTON ROGERIO DA SILVA CORREA
8 - ELAINE CRISTINA PIERRI
9 - MARCELO PEDRO VIEIRA
10 - ANDREA PERELMUTR GONÇALVES
11 - FRANCINE ADRIANO CORREA
12 - ROBERTO CARLOS PALIARINI
13 - ANA HELENA DE SOUZA MORENO
14 - JOSE LUIZ ALVES
15 - JULIA NUNES ATRIB
16 - ALCIONE NAWROSKI

CARGO: PROFESSOR II – EDUCAÇÃO INFANTIL 40HS

1 - ADRIANE TEREZINHA CORDEIRO DE OLIVEIRA
2 - JULIANA FERNANDES DUTRA
3 - JESSICA GABRIELA SILVEIRA LEONART
4 - BRUNA COSTA SCOTA
5 - SANDRA LUCIANI DE BORBA LISBOA
6 - GIOVANA CRISTIN DA SILVA
7 - CAMILLE ESCORSIM
8 - JEANE DE OLIVEIRA SCHWARTZ
9 - GISELIA EVANILDE GRAPE SAGAS
10 - GISELE APARECIDA FOGAÇA
11 - CINTIA SCHMITT
12 - ANA KAROLINE DE SOUZA GARCIA
13 - ROSANGELA DA LUZ HERNANDES
14 - IVONEIDE GOMES DE MELLO
15 - MICHELE ALVES PLOENCIO
16 - NADIR ISIDORO FEIBER
17 - STEFANI DE MIRANDA
18 - JUSSARA MACHADO FERREIRA
19 - TAYARA MEIRA BITTENCOURT
20 - JANAINA MULLER MENDES
21 - ADRIANA LESSA
22 - KAMILLA SILVEIRA

23 - SANI GONÇALVES JOBIM
24 - JOYCE LUCIA MOREIRA SOUZA
25 - ELIS TATIANE PEREIRA
26 - KARLA DA SILVEIRA REIS
27 - PRISCILA FERREIRA HINCKEL
28 - NATALIA ELIZABETH ROESNER WEISS
29 - KATIA DE ANDRADE
30 - CLEUNICE SOMMER DE SOUZA
31 - FABIOLA MACHADO
32 - DARLI VIEIRA DE SOUZA
33 - ALEXSANDRO DOS SANTOS
34 - ALEXSANDRA LUIZA GONÇALVES COSTA
35 - FABIOLA SCHMIDT

36 - LUIZA SAGAS DOS SANTOS
37 - SIMONE SUELI SEGALA ANDRADE
38 - DANIELA REGINA DE SOUZA GOLL
39 - JANE APARECIDA SILVA VELASCO
40 - MARIANA NUNES ALVES
41 - RAQUEL ANDRADE DE SOUZA
42 - WIVIAN DE SOUZA FIDELIS
43 - MAYLI FERREIRA
44 - DANIELA SILVA
45 - IONE IRANI DE AMORIM
46 - DANIELA CAMPOS CORREA
47 - ISABEL DE ALMEIDA GORZONI
48 - LUCIANA VILMA DOS SANTOS FAGUNDES
49 - ELIZABETE CRISTINA ANTAO
50 - JUCIMARA MARIA DE OLIVEIRA
51 - PRISCILA MORAES
52 - JOSIANE BERNADETE FERNANDES DE OLIVEIRA
53 - BELONICE MEZECCO
54 - KARLA BERNINI BRAGA
55 - ALINE DUTRA VOLPATO
56 - ALEXANDRA DE CARVALHO DOS SANTOS

CARGO: PROFESSOR II – EDUCAÇÃO INFANTIL 40HS – PNE

1 - EVANIA CUNHA DE MEDEIROS

CARGO: PROFESSOR II – ENSINO FUNDAMENTAL SÉRIES INICIAIS – 40HS

1 - JULIANA COSTA MULLER
2 - JOSELENE LONGEN
3 - LIGIANE PEDRON
4 - EVA NILDA SILVEIRA
5 - VIVIANE MAFRA DE FREITAS
6 - RAFAEL MELLO GOMES
7 - SAMANTHA TAVARES
8 - LAURA MUNIZ RABELO
9 - SUELEN MARTINS DOS SANTOS

CARGO: PROFESSOR II – ENSINO FUNDAMENTAL SÉRIES INICIAIS – 20HS

1 - GABRIELA ARAUJO SOUZA ESTEVES
2 - CRISTINA DE BARROS TOSCHI BUGNION

CARGO: PROFESSOR II – EJA – 20HS

1 - EDVANIA CRISTINA NOGUEIRA PACHECO
2 - GERALDO MAJELA VALADARES

CARGO: PROFESSOR III – ESPANHOL – 10HS

1 - THAYNARA CRISTINA NUNES NOVAIS

CARGO: PROFESSOR III – ARTES – 20HS

1 - CHARLENE SIMAO
2 - YARA MARIA DUARTE

CARGO: PROFESSOR II – ARTES – 30HS

1 - VANDACI MAGAGNIN KAIR

CARGO: PROFESSOR II – ARTES – 40HS

1 - CARLOS VALERIO CORREA MAGALHÃES
2 - LEONARDO IRINEU JOSE DE SOUZA

CARGO: PROFESSOR III – CIÊNCIAS – 20HS

1 - JOÃO GABRIEL DA COSTA

CARGO: PROFESSOR III – CIÊNCIAS – 30HS

1 - IRACEMA DE SOUZA MAIA

CARGO: PROFESSOR II – CIÊNCIAS – 40HS

1 - LENA RIBEIRO LEITAO

CARGO: PROFESSOR III – EDUCAÇÃO FÍSICA – 20HS

1 - DIEGO GRASEL BARBOSA

2 - JOMAR WILLIAN ADAMI

3 - JULIANA MACHADO DE CAMPOS

CARGO: PROFESSOR III – GEOGRAFIA – 20HS

1 - LUCAS DOS SANTOS FERREIRA

CARGO: PROFESSOR III HISTÓRIA – 20HS

1 - HELLEN MARTINS RIOS

CARGO: PROFESSOR III – HISTÓRIA – 40HS

1 - HENRIQUE CIGNACHI

CARGO: PROFESSOR III – LINGUA PORTUGUESA – 20HS

1 - JULIETE DA SILVA MARQUES

2 - ELOARA TOMAZONI

CARGO: PROFESSOR III – LINGUA PORTUGUESA – 30HS

1 - ANA MARIA FONSECA DE OLIVEIRA BATISTA

2 - ELLEN LISBOA MOREIRA RIBEIRO

CARGO: PROFESSOR III – LINGUA PORTUGUESA – 40HS

1 - IARA DE OLIVEIRA

CARGO: PROFESSOR III – MATEMÁTICA – 20HS

1 - CLEBER SCHAEFER BARBARESCO

2 - VINICIUS MAURICIO SACRAMENTO

CARGO: PROFESSOR III – MATEMÁTICA – 30HS

1 - MARCUS VINICIUS BUENO

CARGO: PROFESSOR III – MATEMÁTICA – 40HS

1 - ANA MARIA MRAS

CARGO: PROFESSOR III – EDUCAÇÃO ESPECIAL – 30HS

1 - ALINE MARIA LAURINDO DE FRANÇA

CARGO: PROFESSOR III – RELIGIÃO/FILOSOFIA – 40HS

1 - EMMANUEL MORENO PEREIRA

CARGO: PROFESSOR III – INGLES – 40HS

1 - CRISTINA CHAQUI SANTOS

2 - ANDERSON BARCELOS DOS SANTOS

3 - GABRIELA NASCIMENTO ROSSI DE OLIVEIRA

CARGO: TÉCNICO EM EDUCAÇÃO – 40HS

1 - JULIA MARINA MARCHI DE ALMEIDA

2 - MARINA BERNANDES COELHO RIOS

3 - LARA CAROLINA KEMPER

4 - FABIO JUNIOR BITENCOURT

5 - MARINA VIEIRA E SILVA

6 - ROSIMERE MARIA SIQUEIRA

7 - SABRINA JACINTHO LAURINDO

8 - JORGE DE OLIVEIRA

9 - NEUSA GELSLEICHTER

10 - RENATA SILVIA MORAES DA FONSECA

11 - PAULA DAURA DE SOUZA

12 - GISELE FELIPE MENDES SOMARIVA

13 - ISABELA TEIXEIRA MACHADO

14 - EMANUELA CONCEPCAO MIOLA ARROYUELO MAGAYEWSKI

15 - GABRIELLA GOULARTE ROSA

16 - TANISE REGINATO

17 - ROSIMERI SOARES

18 - ISIS LEON MARTINS

19 - DEISY CIBELLE GARCIA

20 - THYARA CRISTINA MACHADO FERREIRA

21 - LUCIANA DE OLIVEIRA CASTRO MENDES

22 - SIMONE DO AMARAL

23 - MARCOS JOSE OLIVEIRA SILVA

24 - ROBERTO PEREIRA NUNES

25 - ALINE HAMES

26 - ELIZANDRA CORREA BARBOSA

27 - MARI ALBA ARAUJO SILVA

28 - ROSANGELA RESNER CONSTANTE

29 - MONALYCE BECKER

30 - TANIA MARA UMBELINO

31 - KATHILCA LOPES DE SOUZA

32 - JOICE CARDOSO

33 - CRISTIANE BORGES AUGUSTO

34 - JANAINA DA CUNHA

35 - NATHALIA REITZ FRANCENER DE SOUZA

DECRETO Nº 001/2017

DECRETO Nº 001/2017 DE 03 DE JANEIRO DE 2017.

NOMEIA OS CONSELHOS ADMINISTRATIVO E FISCAL DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU – PREVBIGUAÇU, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, de acordo com os artigos 72 e 74 da Lei municipal nº 1.619/2001, e suas alterações, que instituiu o PREVBIGUAÇU,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os servidores efetivos abaixo relacionados, como membros titulares e suplentes dos Conselhos Administrativo e Fiscal do PREVBIGUAÇU, por força do processo eleitoral ocorrido em 13 de dezembro de 2016.

CONSELHO ADMINISTRATIVO

TITULARES	MATRÍCULA FUNCIONAL
Jored Reis	10268
Leandro de Souza Cunha	10733
Fernanda Aparecida da Cunha	9782
Kátia Bernadeth da Silva	11416
SUPLENTES	MATRÍCULA FUNCIONAL

Senaldir de Oliveira Pedro	8389
Eduardo Lopes Jonker	7595
Altamiro Miguel de Barros	7190
Júlio César Coelho	8864

CONSELHO FISCAL

TITULARES	MATRÍCULA FUNCIONAL
Vanessa Reinehr	10138
Ariani Leitis Motter Griss Costa	7604

SUPLENTES	MATRÍCULA FUNCIONAL
Márcia Marçal	8096
Heidegard Denise Marques	8017

Parágrafo único – Os servidores nomeados suplentes estão dispostos em ordem decrescente de maior votação, devendo ser respeitada esta disposição para futuras nomeações em caso de afastamento ou interrupção do mandato de qualquer dos membros titulares.

Art. 2º Indicar e nomear os seguintes servidores efetivos como membros titulares e suplentes dos Conselhos Administrativo e Fiscal do PREVBIGUAÇU:

CONSELHO ADMINISTRATIVO

TITULARES	MATRÍCULA FUNCIONAL
Marivalde Inêz Kons Hoffmann	449
Alexandre Martins de Souza	14834

SUPLENTES	MATRÍCULA FUNCIONAL
Ivani Nicodemus Martins	460
Alexsandro Otávio Martins	7591

CONSELHO FISCAL

TITULAR	MATRÍCULA FUNCIONAL
Adriano Medeiros Ferreira	8359
SUPLENTE	MATRÍCULA FUNCIONAL
André Schweitzer	9009

Art. 3º - O exercício do cargo de membro dos Conselhos Administrativo e Fiscal perceberá uma remuneração R\$ 100,00 (cem reais) por reunião.

Art. 4º - As atribuições e competências dos Conselhos estão dispostas na Lei de criação do PREVBIGUAÇU e seu funcionamento e plano de trabalho será devidamente homologado através de Regimento Interno de cada um dos respectivos Conselhos.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 03 de janeiro de 2017.

Ramon Wollinger
Prefeito Municipal
Reg. publ.n/data

Marivalde Inêz Kons
Escriturária

LEI Nº 3707/2017

LEI Nº 3707/2017 DE 04 DE JANEIRO DE 2017.

DENOMINA VIA PÚBLICA RUA GERMANO JOÃO GOULARTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RAMON WOLLINGER, Prefeito Municipal de Biguaçu, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Fica denominada de "Rua João Germano Goularte", a via pública com extensão de 100,00 (cento) metros, que inicia partindo do final da Rua Paulo Pedro Rodrigues, margeando a praia, sentido sudeste, Latitude 27º 30' 56. 04" S e Longitude 48º 37" 58. 62" O, com término em frente a casa nº 951, Latitude 27º 30" 58. 31" S e Longitude 48º 37" 56, 26" O, Bairro Morro da Bina – Biguaçu/SC.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Biguaçu, 04 de janeiro de 2017.

Ramon Wollinger
Prefeito Municipal

; Lei nº 3707 /2017, de 04/01/2017
Promulgada em 04/01/2017
Reg. e publ.n/data

Marivalde Inez Kons
Escriturária

LEI Nº 3708/2017

LEI Nº 3708/2017 DE 04 DE JANEIRO DE 2017.

DENOMINA VIA PÚBLICA A RUA OSVALDINO MATIAS WEBER E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RAMON WOLLINGER, Prefeito Municipal de Biguaçu, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Fica denominada de Rua Osvaldino Matias Weber a via pública que inicia a esquerda partindo da Rua Alzemiro Flor, vindo da Rua Dr. Homero de Miranda Gomes, latitude 27º 31' 31.82" S e longitude 48º 39' 06.03" W e finaliza distando 75,00 metros, sentido noroeste, latitude 27º 31'29.59" S, longitude 48º 39' 06.82" W, Bairro Fundos, Biguaçu/SC.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu, 04 de janeiro de 2017.

Ramon Wollinger
Prefeito Municipal

Lei nº 3708 /2017, de 04/01/2017
Promulgada em 04/01/2017
Reg. e publ.n/data

Marivalde Inez Kons
Escriturária

PORTARIA Nº 011/2017

PORTARIA nº 011 de 09 de janeiro de 2017

Nomeia servidor(a), para exercer o cargo em comissão, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 29 de 29 de fevereiro de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, Alex José de Andrade, brasileiro(a), para exercer o cargo em comissão de Assessor de Finanças, nível CC-4, na Secretaria Municipal de Administração, a contar de 04/01/2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/01/2017.

Biguaçu, 09 de janeiro de 2017.

DANIEL CÉSAR DA LUZ

Secretário Municipal de Educação

Blumenau

PREFEITURA

DECRETO Nº 11.178/2017

DECRETO N. 11.178, DE 07 DE JANEIRO DE 2017.

DÁ NOVA REDAÇÃO AOS ARTS. 1º E 6º DO DECRETO N. 11.176, DE 05 DE JANEIRO DE 2017.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, inciso XVIII, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29.03.1990, com fundamento nas Leis Federais ns. 12.608, de 10.04.2012, e 12.340, de 01.12.2010, no Decreto Federal n. 7.257, de 04.08.2010, e na Instrução Normativa n. 2, de 20.12.2016, do Ministério da Integração Nacional,

DECRETA:

Art. 1º O art. 1º e o art. 6º, ambos do Decreto n. 11.176, de 05 de janeiro de 2017, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica declarada a existência de situação anormal, caracterizada como SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA, em áreas localizadas na região sul do Município afetadas por enxurradas, inundações bruscas e deslizamentos – COBRADE 1.1.3.2.1 constante da Instrução Normativa n. 2, de 24.08.2012, do Ministério da Integração Nacional, provocadas pela forte chuva ocorrida no dia 04.01.2017.

§1º Além da região indicada no caput deste artigo, inclui-se na caracterização da situação de anormalidade parte das Ruas Floriano Peixoto e Vitor Hering, no Bairro Centro.

§2º Os danos ao patrimônio público e de particulares causados pelo desastre estão relacionados no Formulário de Informações de Desastre - FIDE a ser encaminhado ao Departamento Estadual de Defesa Civil.

[...]

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 04.01.2017 e com prazo de vigência de 180 dias, podendo ser prorrogado por igual período.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a contar de 04 de janeiro de 2017.

Art. 3º Fica revogado o parágrafo único do art. 1º do Decreto n. 11.176, de 05 de janeiro de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 07 de janeiro de 2017.

MÁRIO HILDEBRANDT

Prefeito Municipal em exercício

Bom Jardim da Serra

PREFEITURA

CP 01/2017

Prefeitura Municipal de Bom Jardim da Serra/SC

Edital de Licitação Nº02/2017

Chamada pública nº 01/2017

Objeto: AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA MERENDA ESCOLAR POR MEIO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA O ANO LETIVO DE 2017, CONFORME DETERMINA A LEI 11.947/09.

Forma de julgamento: credenciamento

Data de abertura das propostas: 09/02/2017 às 14horas. O edital obedece a Lei 8.666/93 e a Lei 11.947/09 subsidiariamente e demais regulamentações no que couber, podendo ser retirado em inteiro teor pelos interessados através da página www.bomjardimdaser.sc.gov.br ou ainda no setor de licitações na Rua Manoel Cecílio Ribeiro, 68 centro Bom Jardim da Serra/SC.

Bom Jardim da Serra, 09 de janeiro de 2017.

Pedro Luiz Ostetto

Prefeito Municipal Interino

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

DECRETO LEGISLATIVO Nº 126-17 DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES E PREGOEIRO OFICIAL DA CÂMARA

DECRETO LEGISLATIVO Nº 126/17, DE 09 DE JANEIRO DE 2017.
DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES E PREGOEIRO OFICIAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE BOM JESUS DO OESTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANTONIO NASCIMENTO, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas na Seção II (Atribuições da Câmara Municipal) artigo 13, cominado com artigo 44, incisos XIII, XXVII, XXVIII e XXX 44 do Regimento Interno e a Lei Complementar Legislativa Nº 01/2013:

DECRETA:

Art. 1º. Fica pelo presente Decreto nomeada, a Comissão Permanente de Licitações da Câmara Municipal de Vereadores de Bom Jesus do Oeste – SC, composta conforme segue:

Presidente: Charlaine Kreuz;
Secretária: Jaqueline Selig Gerhardt;
Membros: Leonir Lamb;
Adriana Estefani.

Art. 2º. Fica nomeada como Pregoeira Oficial a Servidora Municipal ADRIANA ESTEFANI, sendo membros nesta modalidade de Licitação os seguinte membros: Charlaine Kreuz, Leonir Lamb e Jaqueline Selig Gerhardt.

Art. 3º. Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade á publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º da Lei do Legislativo nº04/2013 de 18 de setembro de 2013.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Vereadores de Bom Jesus do Oeste - SC, aos 09 de janeiro de 2017.

ANTONIO NASCIMENTO Presidente da Câmara Municipal

Registrado e publicado na data supra

Elmer Zimmermann
1º Secretário da Mesa Diretora

DECRETO LEGISLATIVO Nº 127-17 DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO DE SERVIDORES.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 127/17 DE 09 DE JANEIRO DE 2017.
DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO DE SERVIDORES DA CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE BOM JESUS DO OESTE – SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANTONIO NASCIMENTO Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas na Seção II (Atribuições da

Câmara Municipal) artigo 13, inciso III da Lei Orgânica, cominado com o inciso XXX, do artigo 44 do Regimento Interno e a Lei Complementar Legislativa Nº 01/2013:

DECRETA:

Art. 1º - Fica pelo presente Decreto nomeada a Comissão de AVALIAÇÃO DE ESTÁGIO PROBATÓRIO de Servidores da Câmara Municipal de Vereadores de bom Jesus do Oeste – SC, Composta pelos seguintes membros:

Presidente: Leonir Lamb;
Membros: Charlaine Kreuz;
Jeferson Persch.
Nairo Cesar Morandini
Jandrei Luiz Brutscher

Art. 2º. Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade á publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º da Lei do Legislativo nº04/2013 de 18 de setembro de 2013.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Vereadores de Bom Jesus do Oeste - SC, aos 09 de janeiro de 2017.

ANTONIO NASCIMENTO Presidente da Câmara Municipal

Registrado e publicado na data supra

Elmer Zimmermann
1º Secretário da Mesa Diretora

DECRETO LEGISLATIVO Nº 128-17 DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE PATRIMÔNIO DA CÂMARA MUNICIPAL.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 128/17 DE 09 DE JANEIRO DE 2017.
DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE PATRIMÔNIO DA CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE BOM JESUS DO OESTE – SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANTONIO NASCIMENTO, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas na Seção II (Atribuições da Câmara Municipal) artigo 13, inciso III da Lei Orgânica, cominado com o inciso XXX, do artigo 44 do Regimento Interno e a Lei Complementar Legislativa Nº 01/2013:

CONSIDERANDO: A necessidade de avaliação anual e cadastramento do patrimônio da Câmara Municipal de Vereadores, de modo especial, aquele que estava cadastrado junto ao Poder Executivo, mas adquirido com recursos orçamentários da Câmara Municipal de Vereadores.

DECRETA:

Art. 1º - Fica pelo presente Decreto nomeada a Comissão de Avaliação do Patrimônio da Câmara Municipal de Vereadores de bom Jesus do Oeste – SC, Composta pelos seguintes membros:

Presidente: ADRIANA ESTEFANI;
Membros: CHARLAINE KREUZ;
LEONIR LAMB.

Art. 2º. Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade á publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º da Lei do Legislativo nº04/2013 de 18 de setembro de 2013.

Art. 3º. Revogam-se as disposições contidas no Decreto Legislativo 085/14, DE 19 DE MAIO DE 2014.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Vereadores de Bom Jesus do Oeste - SC, aos 09 de janeiro de 2017.

ANTONIO NASCIMENTO Presidente da Câmara Municipal

Registrado e publicado na data supra

Elmer Zimmermann
1º Secretário da Mesa Diretora

EDITAL Nº 001/2017

EDITAL Nº. 01/2017

Dispõe sobre as diretrizes de matrícula para o ano letivo de 2017, nas instituições vinculadas a Secretaria Municipal de Educação de BOM JESUS DO OESTE, que oferecem atendimento de Educação Infantil, nas modalidades de creche/maternal e/ou pré-escola, Ensino Fundamental de nove anos.

Solange Andréa Bonni de Bastiani, Secretária Municipal de Educação de Bom Jesus do Oeste, no uso das atribuições legais, torna públicas as diretrizes referentes à matrícula para o ano letivo de 2017, nas instituições que oferecem Educação Infantil, modalidades de creche, maternal e/ou pré-escola, para crianças de até 5 anos de idade obedecendo a data corte de 31 de março do ano da matrícula. As crianças que completam 6 anos até 31 de março serão matriculadas no ensino fundamental de Nove anos, de acordo com o que dispõe este Edital.

1. Da Apresentação:

1.1. A Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

1.2 A Educação Infantil no município de Bom Jesus do Oeste será oferecida em:

I - creche I, para crianças de 06 meses a 02 anos de idade, completos até 31 de março;

III - maternal I, para crianças que completam 03 anos de idade até a data de 31 de março;

IV – maternal II, para as crianças que completam 04 anos de idade até a data de 31 de março;

V – pré-escolar I, para crianças que completam 05 anos até 31 de março;

VI – pré-escolar II, para as crianças que completam 06 anos entre 01 de abril a 31 de dezembro.

1.3 - O acesso ao ensino fundamental é direito público subjetivo, obrigatório e gratuito para todas as crianças e adolescentes que se encontram em idade escolar, inclusive aos que não tiveram acesso à escolaridade em idade própria, sendo vedada a cobrança de qualquer contribuição financeira.

1.4 No ensino fundamental de nove anos de duração, a organização se dá em 5 anos iniciais e 4 anos finais.

2. Dos Objetivos:

2.1 Este Edital tem por objetivo geral orientar a matrícula das

crianças, nas instituições vinculadas à Rede Municipal de Ensino de Bom Jesus do Oeste que oferecem Educação Infantil e Ensino Fundamental.

2.2 Será garantido o direito da criança ao Ensino Fundamental, em idade própria, respeitando a idade de ingresso estabelecida nos respectivos sistemas de ensino, sendo que para as redes públicas, estadual e municipal, será de 06 anos completos ou a completar até 31 de março de 2017.

2.3 O Edital de Matrícula tem como objetivos específicos:

2.3.1 Divulgar este Edital à direção, aos docentes e demais funcionários da instituição, aos pais ou responsáveis e extensivo a toda a comunidade, para fins de matrícula do público alvo da Educação Infantil e Ensino Fundamental.

2.3.2 Garantir a renovação de matrícula das crianças que já frequentam a Educação Infantil e Anos Iniciais.

2.3.3 Efetuar a matrícula de crianças novas, cumprindo o que dispõe este Edital.

2.3.5 Cadastrar e atualizar os dados no Sistema Inteli Br.

2.3.6 Informar à família da responsabilidade de atualizar os dados da ficha cadastral e/ou matrícula a cada mudança de endereço residencial, telefone, local de trabalho e renda familiar.

3. Dos Critérios de Matrícula:

As instituições vinculadas à Rede Municipal de Ensino de que atendem as turmas mencionadas abaixo, respeitarão os seguintes critérios:

CRECHE I: 06 MESES A 02 ANOS

MATERNAL I: DE 02 ANOS A 03 ANOS

MATERNAL II: DE 03 ANOS A 04 ANOS

PRÉ-ESCOLAR I: DE 04 ANOS A 05 ANOS

PRÉ-ESCOLAR II DE 05 ANOS A 06 ANOS

ENSINO FUNDAMENTAL

4. Dos Procedimentos:

4.1 Ficha Cadastral - As instituições que atendem crianças de Educação Infantil e Ensino Fundamental adotarão o preenchimento da Ficha Cadastral para todas as famílias que solicitarem vaga.

4.1.2 No ato do preenchimento da ficha cadastral os pais ou responsável legal, deverá apresentar toda documentação necessária conforme estabelecido neste Edital.

4.1.3 A renovação da ficha cadastral deverá ser atualizada pela família, no ato da Matrícula ou Rematrícula.

4.2 Solicitação de Transferência - A solicitação de transferência dar-se-á mediante o pedido da família à Unidade escolar frequentada pela criança, através do preenchimento da solicitação de transferência, sendo responsabilidade da família a entrega deste documento na unidade escolar de interesse.

4.2.1 A família poderá solicitar transferência em qualquer época do ano e preencher quantas solicitações de transferência desejar, desde que a criança esteja frequentando a instituição respeitando o preenchimento do protocolo.

4.3 Renovação de Matrícula - É garantida para todas as crianças que frequentam no presente ano as unidades escolares, vinculadas à Rede Municipal de Ensino de Bom Jesus do Oeste, respeitada a idade para a composição das turmas conforme item 1.2 deste edital, e a existência da turma e o turno de atendimento para a referida turma.

4.4 Matrícula Nova - A matrícula deverá ser efetuada pelos pais ou responsável legal da Criança por meio de preenchimento da ficha cadastral, conforme o modelo padrão da Rede Municipal de Ensino.

5. Da Composição e Organização de Turmas:

5.1 A composição de turmas nos respectivos turnos atenderá como parâmetro o disposto no quadro abaixo:

Etapa, Faixa Etária e turno

CRECHE I:

Para crianças de 06 meses a 02 anos de idade, no turno vespertino.

MATERNAL I

2 anos de idade ou a completar até 31 de março do ano letivo, turno matutino.

MATERNAL II

3 anos ou a completar até 31 de março do ano letivo, turno matutino/vespertino.

PRÉ – ESCOLAR I

4 anos ou a completar até 31 de março do ano letivo, turno matutino/vespertino.

PRÉ-ESCOLAR II

5 anos ou a completar até 31 de março do ano letivo, turno matutino/vespertino.

ENSINO FUNDAMENTAL

Para ingressar no 1º ano do Ensino Fundamental, é preciso ter 6(seis)anos completos até 31 de março do ano letivo.

5.1.2 As turmas serão organizadas considerando a idade das crianças em 2º, 3º, 4º e 5º anos no turno matutino e vespertino.

6. Da Documentação:

6.1 O diretor e ou secretário escolar da instituição é responsável pela regularidade da documentação das crianças matriculadas, cabendo-lhe também a constante atualização dos registros na ficha cadastral e no Sistema.

6.2 Toda documentação legal deverá ser apresentada em via original ou fotocópia autenticada em cartório ou pela unidade. (Carimbo confere com original)

6.3 A renovação de matrícula será realizada na instituição, pelos pais ou responsável legal, através do preenchimento da ficha específica, visando a atualização e renovação de cadastro com assinatura do diretor e ou secretário escolar.

7- DA DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA:

- Ficha Cadastral para matrícula nova;
- Certidão de nascimento (em original e fotocópia);
- Carteira de vacinação atualizada (fotocópia da página das vacinas recebidas);
- CPF, RG do pai, da mãe e/ou do responsável legal.

Solicitação de Transferência

Formulário padrão do Sistema.

Matrícula por transferência

- Certidão de nascimento (original e cópia);
- Carteira de vacinação atualizada (fotocópia da página das vacinas recebidas);
- Atestado de frequência;
- CPF, RG dos pais ou responsável legal (em original e fotocópia).

Renovação de Matrícula

- Carteira de vacinação da criança atualizada (fotocópia da página das vacinas recebidas);
- Preenchimento do formulário padrão;

8. Do Cronograma:

Renovação de matrícula: Autonomia da instituição para organizar seu cronograma no mês de janeiro.

Matrículas novas:

Dias 09 a 18 de janeiro de 2017 e no decorrer do ano letivo 2017.

Matrícula por transferência: no decorrer do ano letivo de 2017 para alunos transferidos.

Solicitação de transferência: no decorrer do ano letivo de 2017.

9. Da Divulgação:

A Secretaria Municipal de Educação e as Instituições que atendem crianças de Educação Infantil e Ensino Fundamental são responsáveis pela ampla divulgação deste Edital, em especial, o primeiro período destinado à realização das matrículas.

10. Local de realização das matrículas:

As matrículas serão realizadas na Secretaria de Educação, junto a Escola Municipal Professor Albano Borre, localizada na Avenida Cristo, número 180, no horário das 08:00 às 11:30 horas e das 13:30 às 17:00 horas.

11. Das Disposições Gerais:

11.1 Admitir-se-á matrícula em apenas uma instituição de ensino.

11.2 A equipe gestora da instituição deverá, a partir do ato de matrícula, assegurar aos pais/responsáveis acesso ao regimento interno, às normas da instituição e ao Projeto Político Pedagógico.

11.3 As informações constantes nas declarações das famílias ou responsáveis legais serão de inteira responsabilidade dos signatários, e, caso sejam inverídicas, os mesmos responderão, em conformidade com a legislação vigente.

11.4 Os pais ou responsáveis deverão informar no ato de matrícula e atualizar sempre que necessário à informação de problemas de saúde, de medicação e restrições.

11.5 Pelo presente Edital pais ou responsáveis, estão cientes de que as atividades didático-pedagógicas, serão devidamente registrados e divulgados pela imprensa, falada, escrita e televisada. Podendo eventualmente ocorrer a divulgação de imagens das crianças que frequentam as unidades escolares.

11.6 Os casos omissos serão resolvidos pela Direção e Equipe técnica e pedagógica da SME de Bom Jesus Do Oeste.

11.7 Este Edital entra em vigor na presente data.

Bom Jesus do Oeste 09 de janeiro de 2017.

SOLANGE ANDRÉA BONNI DE BASTIANI

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO LICITATORIO Nº 005/2017 - PREGÃO 001/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 005/2017

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 001/2017

O MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE, Estado de Santa Catarina, por seu

Prefeito Municipal Sr. Ronaldo Luiz Senger, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados que às 08:30 horas do dia 19 de Janeiro de 2017, na sede da Municipalidade, fará realizar Processo Licitatório, na modalidade de Pregão Presencial, tendo como objeto a Contratação de Empresa para realizar consultas médicas na área de Ginecologia para atendimento ao programa de gestantes e saúde da mulher, período de janeiro a dezembro de 2017.

O Processo será regido pelas Leis Federais nº 8.666/93 e 10.520/02, e suas alterações posteriores e em especial ao contido no Edital. A íntegra do Edital e demais informações poderão ser obtidas em horário de expediente, junto à comissão de Licitações da Prefeitura Municipal, sita a AV. Nossa Senhora de Fátima, 120 , na cidade de Bom Jesus do Oeste – SC, Fone 049 3363 0200, e-mail: compras@bomjesusdooeste.sc.gov.br ou pelo site www.bomjesusdooeste.sc.gov.br.

Bom Jesus do Oeste – SC, aos 09 de Janeiro de 2017.

Ronaldo Luiz Senger

Prefeito Municipal

RREO 6º B, 2ºS E EXERCÍCIO 2016

Página: 1 de 4
09/01/2017 07:54

Prof. Munic de Bom Jesus do Oeste-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Balanco Orçamentário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro 2016/Bimestre Novembro-Dezembro

PREÇO - ANEXO (LRF, Art 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)								R\$ 1,00
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS				SALDO	
			No Bimestre	%	Até o Bimestre			
					(b)	(b/a)		(c)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(I)	14.051.063,89	14.051.063,89	3.613.189,62	25,71	13.237.223,35	94,21	813.840,54	
RECEITAS CORRENTES	12.172.300,00	12.172.300,00	2.939.264,84	24,15	11.926.234,25	97,98	246.065,75	
RECEITA TRIBUTÁRIA	642.000,00	642.000,00	75.753,05	11,80	572.440,21	89,17	69.559,79	
IMPOSTOS	500.000,00	500.000,00	61.148,15	12,23	426.637,35	85,33	73.362,65	
TAXAS	82.000,00	82.000,00	6.272,47	7,65	88.692,97	108,16	-6.692,97	
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	60.000,00	60.000,00	8.332,43	13,89	57.109,89	95,18	2.890,11	
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	35.000,00	35.000,00	5.993,90	17,13	34.514,41	98,61	485,59	
CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO	35.000,00	35.000,00	5.993,90	17,13	34.514,41	98,61	485,59	
RECEITA PATRIMONIAL	89.500,00	89.500,00	46.977,34	52,49	121.427,24	135,67	-31.927,24	
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	89.500,00	89.500,00	46.977,34	52,49	121.427,24	135,67	-31.927,24	
RECEITA AGROPECUÁRIA	45.000,00	45.000,00	6.249,15	13,89	34.435,40	76,52	10.564,60	
OUTRAS RECEITAS AGROPECUÁRIAS	45.000,00	45.000,00	6.249,15	13,89	34.435,40	76,52	10.564,60	
RECEITA DE SERVIÇOS	201.000,00	201.000,00	16.621,30	8,27	177.256,46	88,19	23.743,54	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	11.084.400,00	11.084.400,00	2.784.310,51	25,12	10.953.051,64	98,82	131.348,36	
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	11.084.400,00	11.084.400,00	2.767.643,85	24,97	10.903.051,64	98,36	181.348,36	
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	-	-	16.666,66	-	50.000,00	-	-50.000,00	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	75.400,00	75.400,00	3.359,59	4,46	33.108,89	43,91	42.291,11	
MULTAS E JUROS DE MORA	43.020,00	43.020,00	2.430,66	5,65	28.401,62	66,02	14.618,38	
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	32.380,00	32.380,00	928,93	2,87	4.650,72	14,36	27.729,28	
RECEITAS DIVERSAS	-	-	-	-	56,55	-	-56,55	
RECEITAS DE CAPITAL	1.878.763,89	1.878.763,89	673.924,78	35,87	1.310.989,10	69,78	567.774,79	
ALIENAÇÃO DE BENS	-	-	-	-	183.950,00	-	-183.950,00	
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	-	-	-	-	183.950,00	-	-183.950,00	
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.878.763,89	1.878.763,89	673.924,78	35,87	1.127.039,10	59,99	751.724,79	
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	818.163,89	818.163,89	-	-	81.816,39	10,00	736.347,50	

Página: 2 de 4
09/01/2017 07:54

Pref. Munic de Bom Jesus do Oeste-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Balanco Orçamentário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro 2016/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - ANEXO I (LRF, Art.52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)										R\$ 1,00
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SAÍDO			
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)				
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	1.060.600,00	1.060.600,00	673.924,78	63,54	1.045.222,71	98,55	15.377,29			
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(II)	-	-	-	-	-	-	-			
SUBTOTAL DAS RECEITAS(III)=(II+I)	14.051.063,89	14.051.063,89	3.613.189,62	25,71	13.237.223,35	94,21	813.840,54			
OPERAÇÕES DE CRÉDITO-REFINANCIAMENTO(IV)	-	-	-	-	-	-	-			
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-	-	-	-			
Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-			
Contratual	-	-	-	-	-	-	-			
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-	-	-	-			
Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-			
Contratual	-	-	-	-	-	-	-			
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO(V)=(III+IV)	14.051.063,89	14.051.063,89	3.613.189,62	25,71	13.237.223,35	94,21	813.840,54			
DÉFICIT(VI)	-	-	-	-	-	-	-			
TOTAL(VII)=(V+VI)	14.051.063,89	14.051.063,89	3.613.189,62	25,71	13.237.223,35	94,21	813.840,54			
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	-	-	-	-	1.004.824,13	-	-			
Superávit Financeiro	-	-	-	-	1.004.824,13	-	-			
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	-	-	-	-			

Pref. Munic de Bom Jesus do Oeste-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Balanco Orçamentário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro 2016/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)
R\$ 1,00

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g)=(e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (h)=(e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (i)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(VIII)	14.051.063,89	16.112.386,64	1.348.682,78	12.994.556,82	3.117.829,82	3.361.572,53	12.994.556,82	3.117.829,82	12.963.723,51	-
DESPESAS CORRENTES	11.269.089,00	11.736.158,62	1.740.512,07	10.734.938,95	1.001.219,67	2.399.021,69	10.734.938,95	1.001.219,67	10.734.938,95	-
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.092.589,00	6.470.964,49	1.356.213,21	6.167.865,89	303.098,60	1.431.649,21	6.167.865,89	303.098,60	6.167.865,89	-
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	10.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.166.500,00	5.265.194,13	384.298,86	4.567.073,06	698.121,07	967.372,48	4.567.073,06	698.121,07	4.567.073,06	-
DESPESAS DE CAPITAL	2.771.974,89	4.366.228,02	-391.829,29	2.259.617,87	2.106.610,15	962.550,84	2.259.617,87	2.106.610,15	2.228.784,56	-
INVESTIMENTOS	2.761.974,89	4.366.228,02	-391.829,29	2.259.617,87	2.106.610,15	962.550,84	2.259.617,87	2.106.610,15	2.228.784,56	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	10.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.000,00	10.000,00	-	-	10.000,00	-	-	10.000,00	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(IX)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS(X)=(VIII+X)	14.051.063,89	16.112.386,64	1.348.682,78	12.994.556,82	3.117.829,82	3.361.572,53	12.994.556,82	3.117.829,82	12.963.723,51	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO(XI)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL C/REFINANCIAMENTO(XII)=(XI+XII)	14.051.063,89	16.112.386,64	1.348.682,78	12.994.556,82	3.117.829,82	3.361.572,53	12.994.556,82	3.117.829,82	12.963.723,51	-
SUPERÁVIT(XIII)	-	-	-	242.666,53	-	-	-	-	-	-
TOTAL(XIV)=(XIII+XIV)	14.051.063,89	16.112.386,64	1.348.682,78	12.994.556,82	3.117.829,82	3.361.572,53	12.994.556,82	3.117.829,82	12.963.723,51	-

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, Administração Geral, 09/Jan/2017, 07h e 54m.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a

Página: 4 de 4
09/01/2017 07:54

Pref. Munic de Bom Jesus do Oeste-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Balanco Orçamentário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Janeiro a Dezembro 2016/Bimestre Novembro-Dezembro

R\$ 1.00

RREO - ANEXO I (LRF, Art.52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)

pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

AIRTON ANTONIO REINEHR Prefeito Municipal	WALTER NAUJORKS Sec. de Adm e Fazenda	NAIRO CEZAR MORANDINI Contador CRC 020.101-70-8	JANDREI LUIZ BRUTCHER Controle Interno
--	--	--	---

Página: 1 de 1
09/01/2017 08:24

Pref. Munic de Bom Jesus do Oeste - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime Próprio de
Previdência dos Servidores
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
2016 a 2016

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c)=(a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d"exercício anterior)+(c)
-----------	------------------------------------	------------------------------------	--	---

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, Administração Geral, 09/Jan/2017, 08h e 24m.

AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

WALTER NAUJORKS
Sec. de Adm e Fazenda

NAIRO CEZAR MORANDINI
Contador CRC 020.101-/0-8

JANDREI LUIZ BRUTCHER
Controle Interno

Página: 1 de 1
09/01/2017 15:18

Pref. Munic de Bom Jesus do Oeste - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro/2016

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)		R\$ 1,00	
RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO A REALIZAR (c)=(a-b)
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	-	188.801,81	-188.801,81
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	-	188.801,81	-188.801,81

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR	SALDO A PAGAR (g)=(d-e)
				(e)		(f)	
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	188.801,81	153.971,11	153.971,11	153.971,11	-	-	34.830,70
DESPESAS DE CAPITAL	188.801,81	153.971,11	153.971,11	153.971,11	-	-	34.830,70
INVESTIMENTOS	188.801,81	153.971,11	153.971,11	153.971,11	-	-	34.830,70
INVERSÕES FINANCEIRAS	-	-	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	-	-	-	-	-	-	-
Regime Geral da Previdência Social	-	-	-	-	-	-	-
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	-	-	-	-	-	-	-

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	2015 (h)	2016 (i) = (Ib - (Ile+ Iff))	SALDO ATUAL (j) = (IIIh + IIIi)
	564,91	34.830,70	35.395,61

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, Administração Geral, 09/Jan/2017, 15h e 07m.

AIRTON ANTONIO REINEHR Prefeito Municipal	WALTER NAUJORKS Sec. de Adm e Fazenda	NAIRO CEZAR MORANDINI Contador CRC 020.101-7/0-8	JANDREI LUIZ BRUTCHER Controle Interno
--	--	---	---

Pref. Munic de Bom Jesus do Oeste-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro 2016/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	524.260,00	524.260,00	429.100,09	81,85
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	128.000,00	128.000,00	41.033,99	32,06
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	130.000,00	130.000,00	152.578,17	117,37
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	122.000,00	122.000,00	77.949,39	63,89
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	120.000,00	120.000,00	155.075,80	129,23
Imposto Territorial Rural - ITR	-	-	-	-
Multa, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	5.940,00	5.940,00	848,97	14,29
Dívida Ativa dos Impostos	13.380,00	13.380,00	1.158,88	8,66
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	4.940,00	4.940,00	454,89	9,21
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	11.223.000,00	11.223.000,00	10.502.999,46	93,58
Cota-Parte FPM	7.290.000,00	7.290.000,00	6.721.901,94	92,21
Cota-Parte ITR	4.000,00	4.000,00	3.599,50	89,99
Cota-Parte IPVA	190.000,00	190.000,00	153.811,86	80,95
Cota-Parte ICMS	3.650.000,00	3.650.000,00	3.558.643,14	97,50
Cota-Parte IPI-Exportação	64.000,00	64.000,00	50.848,34	79,45
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	25.000,00	25.000,00	14.194,68	56,78
Desoneração ICMS (LC 87/96)	25.000,00	25.000,00	14.194,68	56,78
Outras	-	-	-	-
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	11.747.260,00	11.747.260,00	10.932.099,55	93,06

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c) x 100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	798.000,00	798.000,00	764.941,33	95,86
Provenientes da União	698.000,00	698.000,00	691.418,22	99,06
Provenientes dos Estados	100.000,00	100.000,00	73.523,11	73,52
Provenientes de Outros Municípios	-	-	-	-
Outras Receitas do SUS	-	-	-	-
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	-	-	-	-
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	-	-	-	-
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	-	-	-	-
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	798.000,00	798.000,00	764.941,33	95,86

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		Inscritas em Restos
			Até o Bimestre (f)	% (f/e) x 100	Até o Bimestre (g)	% (g/e) x 100	a pagar não Processados 7
DESPESAS CORRENTES	2.573.589,00	2.764.543,67	2.546.083,96	92,10	2.442.712,10	88,36	103.371,86
Pessoal e Encargos Sociais	1.409.589,00	1.578.567,77	1.527.565,79	96,77	1.510.565,79	95,69	17.000,00
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	1.164.000,00	1.185.975,90	1.018.518,17	85,88	932.146,31	78,60	86.371,86
DESPESAS DE CAPITAL	153.000,00	117.756,82	94.989,86	80,67	94.989,86	80,67	-
Investimentos	153.000,00	117.756,82	94.989,86	80,67	94.989,86	80,67	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	2.726.589,00	2.882.300,49	2.641.073,82	91,63	2.537.701,96	88,04	103.371,86

Pref. Munic de Bom Jesus do Oeste-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro 2016/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		Inscritas em Restos a pagar não Processados 7
			Até o Bimestre (h)	% (h/IV f) x 100	Até o Bimestre (i)	% (i/IV g) x 100	
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	-	-	-	-	-	-	-
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	798.000,00	923.711,49	731.584,23	27,70	714.584,23	28,16	17.000,00
Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS	698.000,00	796.646,33	637.402,30	24,13	637.402,30	25,12	-
Recursos de Operações de Crédito	-	-	-	-	-	-	-
Outros Recursos	100.000,00	127.065,16	94.181,93	3,57	77.181,93	3,04	17.000,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	-	-	-	-	-	-	-
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ¹	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS ²	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES ³	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS COM NÃO COMPUTADAS (V)	798.000,00	923.711,49	731.584,23	27,70	714.584,23	28,16	17.000,00
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	1.928.589,00	1.958.589,00	1.909.489,59	72,30	1.823.117,73	71,84	86.371,86

PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VIh / IIIB x 100) ⁶ - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5	17,47
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VIh - (15 x IIIB) / 100] ⁶	269.674,66

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Total	-	-	-	-	-

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º e 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (j)	Saldo Final (não aplicado)
Total (VIII)	-	-	-

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (k)	Saldo Final (não aplicado)
Diferença de limite não cumprido em 2014	1.288.648,53	-	1.288.648,53
Total (IX)	1.288.648,53	-	1.288.648,53

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		Inscritas em Restos a pagar não Processados 7
			Até o Bimestre (l)	% (l/ Total l) x 100	Até o Bimestre (m)	% (m/Total m) x 100	
Atenção Básica	2.366.589,00	2.537.003,67	2.373.660,81	89,87	2.270.288,95	89,46	103.371,86
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	240.000,00	224.000,00	201.370,00	7,62	201.370,00	7,94	-
Suporte Profilático e Terapêutico	-	-	-	-	-	-	-
Vigilância Sanitária	85.000,00	86.296,82	39.782,14	1,51	39.782,14	1,57	-
Vigilância Epidemiológica	35.000,00	35.000,00	26.260,87	0,99	26.260,87	1,03	-
Alimentação e Nutrição	-	-	-	-	-	-	-
Outras Subfunções	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	2.726.589,00	2.882.300,49	2.641.073,82	100,00	2.537.701,96	100,00	103.371,86

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, Administração Geral, 09/Jan/2017, 08h e 36m.

- Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.
- O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h" deverá ser o mesmo apresentado no "total j".
- O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h" deverá ser o mesmo apresentado no "total K".
- Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual não estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/20126
- Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012
- Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder da despesa empenhada.
- Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

Pref. Munic de Bom Jesus do Oeste-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro 2016/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

WALTER NAUJORKS
Sec. de Adm e Fazenda

NAIRO CEZAR MORANDINI
Contador CRC 020.101-/0-8

JANDREI LUIZ BRUTCHER
Controle Interno

Página : 1 de 2
09/01/2017 08:41

Pref. Munic de Bom Jesus do Oeste-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Demonstrativo das Despesas de Caráter Continuado Derivadas das Parcerias Público-Privadas

Contratadas

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro/2016

RS 1,00											
ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2016					SALDO TOTAL				
		No bimestre		Até o Bimestre (b)			(c)=(a+b)				
TOTAL DE ATIVOS											
Direitos Futuros											
Ativos Contabilizados na SPE											
Contrapartida para Provisões de PPP											
TOTAL DE PASSIVOS(I)											
Obrigações Não Relacionadas a Serviços											
Contrapartida para Ativos da SPE											
Provisões de PPP											
GARANTIAS DE PPP (II)											
SALDO LÍQUIDO DE PASSIVOS DE PPP (III)=(I-II)											
PASSIVOS CONTINGENTES											
Contraprestações Futuras											
Riscos Não Provisionados											
Outros Passivos Contingentes											
ATIVOS CONTINGENTES											
Serviços Futuros											
Outros Ativos Contingentes											
DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	EXERCÍCIO/ 2017	EXERCÍCIO/ 2018	EXERCÍCIO/ 2019	EXERCÍCIO/ 2020	EXERCÍCIO/ 2021	EXERCÍCIO/ 2022	EXERCÍCIO/ 2023	EXERCÍCIO/ 2024	EXERCÍCIO/ 2025
Do Ente Federado											
Das Entidades Não-Dependentes											
TOTAL DAS DESPESAS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS/RCL(%)											
FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, Administração Geral, 09/jan/2017, 08h e 41m.											

FONTE: PRONIM RF- Responsabilidade Fiscal, Administração Geral, 09/jan/2017, 08h e 41m.

AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

WALTER NAUJOKS
Sec. de Adm e Fazenda

NAIRO CEZAR MORANDINI
Contador CRC 020.101-7/0-8

JANDREI LUIZ BRUTCHER
Controle Interno

Página: 2 de 2
09/01/2017 08:41

Continuação
09/01/2017 16:36

Pref. Munic de Bom Jesus do Oeste - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro 2016/Bimestre Novembro-Dezembro

LRF, Art. 48 - Anexo XIV		R\$ 1,00		
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o bimestre		
RECEITAS				
Previsão Inicial da Receita			14.051.063,89	
Previsão Atualizada da Receita			14.051.063,89	
Receitas Realizadas			13.237.223,35	
Déficit Orçamentário		-		
Saldos de Exercícios Anteriores(Utilizados para Créditos Adicionais)			1.004.824,13	
DESPESAS				
Dotação Inicial			14.051.063,89	
Créditos Adicionais			2.061.322,75	
Dotação Atualizada			16.112.386,64	
Despesas Empenhadas			12.994.556,82	
Despesas Executadas			12.994.556,82	
Liquidadas			12.994.556,82	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados			0,00	
Despesas Pagas			12.963.723,51	
Superávit Orçamentário			242.666,53	
DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO		Até o bimestre		
Despesas Empenhadas			12.994.556,82	
Despesas Executadas			12.994.556,82	
Liquidadas			12.994.556,82	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados			0,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL				
Receita Corrente Líquida			11.926.234,25	
RECEITAS E DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Até o bimestre		
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)			0,00	
Despesas Previdenciárias Executadas(V)				
Liquidadas			0,00	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados			0,00	
Resultado Previdenciário (VI)=(IV-V)			0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado Até o Bimestre (b)	% em Relação a Meta (b/a)
Resultado Nominal		0,00	-242.666,53	
Resultado Primário		30.000,00	-62.710,71	-209,04
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO		Inscrição	Cancelamento até o bimestre	Pagamento até o bimestre
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS		0,00	0,00	0,00
Poder Executivo		0,00	0,00	0,00
Poder Legislativo		0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS		0,00	0,00	0,00
Poder Executivo		0,00	0,00	0,00
Poder Legislativo		0,00	0,00	0,00
TOTAL		0,00	0,00	0,00

(1/2)

Continuação
09/01/2017 16:36

Pref. Munic de Bom Jesus do Oeste - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro 2016/Bimestre Novembro-Dezembro

LRF, Art. 48 - Anexo XIV		R\$ 1,00		
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o bimestre		
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE ENSINO	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais		
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre	
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		25%		
Liquidadas	3.153.690,95			28,14
Inscritos em Restos a Pagar Não Processados	0,00			0,00
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Ensino Fundamental e Médio		60%		
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Ensino Infantil e Ensino Fundamental				
Liquidadas	480.000,00			61,30
Inscritos em Restos a Pagar Não Processados	0,00			0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o bimestre	Saldo Não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		0,00	0,00	
Despesa de Capital Líquida		2.259.617,87	2.106.610,15	
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Exercício	10º Exercício	20º Exercício
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos				35º Exercício
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário (IV-V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS		Valor apurado até o bimestre	Saldo a Realizar	
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		188.801,81	-188.801,81	
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		153.971,11	34.830,70	
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado Até o Bimestre	Limite Constitucional Anual		
		% Mínimo a Aplicar no exercício	% Aplicado Até o Bimestre	
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	1.909.489,59	11%		17,47
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor Apurado no Exercício Corrente		
Total das Despesas/RCL (%)				

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, Administração Geral, 09/Jan/2017, 16h e 34m.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos

a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

WALTER NAUJORKS
Sec. de Adm e Fazenda

NAIRO CEZAR MORANDINI
Contador CRC 020.101-/0-8

JANDREI LUIZ BRUTCHER
Controle Interno

(2/2)



Página: 1 de 3
09/01/2017 07:58

Pref. Munic de Bom Jesus do Oeste - SC
 Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção
 Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
 Janeiro a Dezembro 2016/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - ANEXO II(LRF, Art. 52, inciso II, alínea 'c')											R\$ 1,00
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas			SALDO	Despesas Liquidadas			SALDO	Inscritas em Restos a Pagar Não Processados
			No Bimestre	Até o Bimestre	%		No Bimestre	Até o Bimestre	%		
DESPESAS(EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(I)	14.051.063,89	16.112.386,64	1.348.682,78	12.994.556,82	100,00	3.117.829,82	3.361.572,53	12.994.556,82	100,00	3.117.829,82	0,00
Legislativa	687.000,00	687.000,00	143.062,99	629.387,57	4,84	57.612,43	150.227,64	629.387,57	4,84	57.612,43	0,00
Ação Legislativa	687.000,00	687.000,00	143.062,99	629.387,57	4,84	57.612,43	150.227,64	629.387,57	4,84	57.612,43	0,00
Administração	1.833.001,00	1.736.490,56	293.400,64	1.642.343,86	12,64	94.146,70	369.947,14	1.642.343,86	12,64	94.146,70	0,00
Planejamento e Orçamento	122.000,00	62.000,00	8.648,59	54.435,09	0,42	7.564,91	8.648,59	54.435,09	0,42	7.564,91	0,00
Administração Geral	1.353.001,00	1.306.059,92	208.172,14	1.245.422,73	9,58	60.637,19	283.348,64	1.245.422,73	9,58	60.637,19	0,00
Administração Financeira	205.000,00	212.930,64	50.311,05	201.791,80	1,55	11.138,84	50.611,05	201.791,80	1,55	11.138,84	0,00
Controle Interno	80.000,00	80.000,00	14.503,16	74.333,57	0,57	5.666,43	15.573,16	74.333,57	0,57	5.666,43	0,00
Administração de Receitas	73.000,00	75.500,00	11.765,70	66.360,67	0,51	9.139,33	11.765,70	66.360,67	0,51	9.139,33	0,00
Segurança Pública	50.500,00	60.799,58	7.820,00	34.225,51	0,26	26.574,07	7.894,50	34.225,51	0,26	26.574,07	0,00
Policimento	50.500,00	60.799,58	7.820,00	34.225,51	0,26	26.574,07	7.894,50	34.225,51	0,26	26.574,07	0,00
Assistência Social	491.000,00	587.047,09	70.818,77	466.750,43	3,59	120.296,66	93.658,20	466.750,43	3,59	120.296,66	0,00
Assistência ao Idoso	12.000,00	12.000,00	2.774,82	8.208,46	0,06	3.791,54	3.154,82	8.208,46	0,06	3.791,54	0,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	115.000,00	115.000,00	15.731,12	91.315,34	0,70	23.684,66	21.561,04	91.315,34	0,70	23.684,66	0,00
Assistência Comunitária	364.000,00	460.047,09	52.312,83	367.226,63	2,83	92.820,46	68.942,34	367.226,63	2,83	92.820,46	0,00
Saúde	2.726.589,00	2.882.300,49	405.271,65	2.641.073,82	20,32	241.226,67	629.139,04	2.641.073,82	20,32	241.226,67	0,00
Atenção Básica	2.366.589,00	2.537.003,67	410.606,45	2.373.660,81	18,27	163.342,86	566.934,84	2.373.660,81	18,27	163.342,86	0,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	240.000,00	224.000,00	-22.630,00	201.370,00	1,55	22.630,00	44.670,00	201.370,00	1,55	22.630,00	0,00
Vigilância Sanitária	85.000,00	86.296,82	11.210,71	39.782,14	0,31	46.514,68	11.449,71	39.782,14	0,31	46.514,68	0,00
Vigilância Epidemiológica	35.000,00	35.000,00	6.084,49	26.260,87	0,20	8.739,13	6.084,49	26.260,87	0,20	8.739,13	0,00
Educação	3.183.378,89	3.727.970,78	-301.665,75	2.805.400,60	21,59	922.570,18	536.633,65	2.805.400,60	21,59	922.570,18	0,00
Alimentação e Nutrição	170.000,00	174.000,00	-1.788,73	151.164,72	1,16	22.835,28	31.552,00	151.164,72	1,16	22.835,28	0,00
Ensino Fundamental	2.531.378,89	3.095.470,78	-390.820,96	2.233.385,54	17,19	862.085,24	410.243,85	2.233.385,54	17,19	862.085,24	0,00
Ensino Profissional	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ensino Superior	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação Infantil	452.000,00	458.500,00	90.943,94	420.850,34	3,24	37.649,66	94.837,80	420.850,34	3,24	37.649,66	0,00
Cultura	202.000,00	187.000,00	26.734,34	168.118,66	1,29	18.881,34	36.318,74	168.118,66	1,29	18.881,34	0,00

RREO - ANEXO II(LRF, Art. 52, inciso II, alínea 'c')

R\$ 1,00

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas			SALDO (c)=(a-b)	Despesas Liquidadas			SALDO (e)=(a-d)	Inscritas em Restos a Pagar Não Processados (f)
			Até o Bimestre		%		Até o Bimestre		%		
			No Bimestre	(b)			(b/total b)	No Bimestre			
FUNÇÃO 1	202.000,00	187.000,00	26.734,34	168.118,66	1,29	18.881,34	36.318,74	168.118,66	1,29	18.881,34	0,00
	1.351.095,00	2.416.517,79	378.821,11	1.546.263,30	11,90	870.254,49	794.389,60	1.546.263,30	11,90	870.254,49	0,00
	843.095,00	1.893.517,79	286.024,75	1.053.757,54	8,11	839.760,25	685.159,99	1.053.757,54	8,11	839.760,25	0,00
	402.000,00	407.000,00	71.071,83	385.814,93	2,97	21.185,07	87.505,08	385.814,93	2,97	21.185,07	0,00
	106.000,00	116.000,00	21.724,53	106.690,83	0,82	9.309,17	21.724,53	106.690,83	0,82	9.309,17	0,00
	79.000,00	74.500,00	11.624,57	52.888,46	0,41	21.611,54	11.624,57	52.888,46	0,41	21.611,54	0,00
	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	69.000,00	74.500,00	11.624,57	52.888,46	0,41	21.611,54	11.624,57	52.888,46	0,41	21.611,54	0,00
	14.500,00	4.500,00	0,00	0,00	0,00	4.500,00	0,00	0,00	0,00	4.500,00	0,00
	4.500,00	4.500,00	0,00	0,00	0,00	4.500,00	0,00	0,00	0,00	4.500,00	0,00
	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	1.649.000,00	1.740.500,00	-72.429,96	1.305.766,87	10,05	434.733,13	289.826,01	1.305.766,87	10,05	434.733,13	0,00
	147.000,00	147.000,00	2.568,11	116.471,85	0,90	30.528,15	24.949,87	116.471,85	0,90	30.528,15	0,00
	1.502.000,00	1.593.500,00	-74.998,07	1.189.295,02	9,15	404.204,98	264.876,14	1.189.295,02	9,15	404.204,98	0,00
	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00
	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00
	9.000,00	9.000,00	-16,97	361,98	0,00	8.638,02	137,99	361,98	0,00	8.638,02	0,00
	9.000,00	9.000,00	-16,97	361,98	0,00	8.638,02	137,99	361,98	0,00	8.638,02	0,00
	1.390.000,00	1.467.360,35	326.905,41	1.313.404,72	10,11	153.955,63	371.604,65	1.313.404,72	10,11	153.955,63	0,00
	1.390.000,00	1.467.360,35	326.905,41	1.313.404,72	10,11	153.955,63	371.604,65	1.313.404,72	10,11	153.955,63	0,00
200.000,00	366.400,00	20.917,25	257.429,98	1,98	108.970,02	32.752,07	257.429,98	1,98	108.970,02	0,00	
200.000,00	366.400,00	20.917,25	257.429,98	1,98	108.970,02	32.752,07	257.429,98	1,98	108.970,02	0,00	
160.000,00	140.000,00	37.418,73	131.141,06	1,01	8.858,94	37.418,73	131.141,06	1,01	8.858,94	0,00	
160.000,00	140.000,00	37.418,73	131.141,06	1,01	8.858,94	37.418,73	131.141,06	1,01	8.858,94	0,00	
10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	
10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

Página: 3 de 3
09/01/2017 07:58

Pref. Munic de Bom Jesus do Oeste - SC
Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro 2016/Bimestre Novembro-Dezembro

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas		SALDO	Despesas Liquidadas		SALDO	Inscritas em Restos a Pagar Não Processados (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
	(a)	(a)	(b)	(b/total b)	(c)=(a-b)	(d)	(d/total d)	(e)=(a-d)	(f)
TOTAL (III)=(I+II)	14.051.063,89	16.112.386,64	1.348.682,78	12.994.556,82	3.117.829,82	3.361.572,53	12.994.556,82	3.117.829,82	0,00

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, Administração Geral, 09/Jan/2017, 07h e 58m.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em res pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

AIRTON ANTONIO REINEHR Prefeito Municipal	WALTER NAUJORKS Sec. de Adm e Fazenda	NAIRO CEZAR MORANDINI Contador CRC 020.101-/-0-8	JANDREI LUIZ BRUTCHER Controle Interno
--	--	---	---

Página: 1 de 3
09/01/2017 08:00

Pref. Munic de Bom Jesus do Oeste - SC
Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro 2016/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - ANEXO II(LRF, Art. 52, inciso II, alínea 'c')															R\$ 1,00
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas			%	SALDO	Despesas Liquidadas			%	SALDO	Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		
			No Bimestre	Até o Bimestre	(b)			No Bimestre	Até o Bimestre	(d)					
														(a)	(b/total b)
DESPESAS(EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(I)	14.051.063,89	16.112.386,64	1.348.682,78	12.994.556,82	100,00	3.117.829,82	12.994.556,82	3.361.572,53	100,00	3.117.829,82	0,00				
Legislativa	687.000,00	687.000,00	143.062,99	629.387,57	4,84	57.612,43	629.387,57	150.227,64	4,84	57.612,43	0,00				
Ação Legislativa	687.000,00	687.000,00	143.062,99	629.387,57	4,84	57.612,43	629.387,57	150.227,64	4,84	57.612,43	0,00				
Administração	1.833.001,00	1.736.490,56	293.400,64	1.642.343,86	12,64	94.146,70	1.642.343,86	369.947,14	12,64	94.146,70	0,00				
Planejamento e Orçamento	122.000,00	62.000,00	8.648,59	54.435,09	0,42	7.564,91	54.435,09	8.648,59	0,42	7.564,91	0,00				
Administração Geral	1.353.001,00	1.306.059,92	208.172,14	1.245.422,73	9,58	60.637,19	1.245.422,73	283.348,64	9,58	60.637,19	0,00				
Administração Financeira	205.000,00	212.930,64	50.311,05	201.791,80	1,55	11.138,84	201.791,80	50.611,05	1,55	11.138,84	0,00				
Controle Interno	80.000,00	80.000,00	14.503,16	74.333,57	0,57	5.666,43	74.333,57	15.573,16	0,57	5.666,43	0,00				
Administração de Receitas	73.000,00	75.500,00	11.765,70	66.360,67	0,51	9.139,33	66.360,67	11.765,70	0,51	9.139,33	0,00				
Segurança Pública	50.500,00	60.799,58	7.820,00	34.225,51	0,26	26.574,07	34.225,51	7.894,50	0,26	26.574,07	0,00				
Policimento	50.500,00	60.799,58	7.820,00	34.225,51	0,26	26.574,07	34.225,51	7.894,50	0,26	26.574,07	0,00				
Assistência Social	491.000,00	587.047,09	70.818,77	466.750,43	3,59	120.296,66	466.750,43	93.658,20	3,59	120.296,66	0,00				
Assistência ao Idoso	12.000,00	12.000,00	2.774,82	8.208,46	0,06	3.791,54	8.208,46	3.154,82	0,06	3.791,54	0,00				
Assistência à Criança e ao Adolescente	115.000,00	115.000,00	15.731,12	91.315,34	0,70	23.684,66	91.315,34	21.561,04	0,70	23.684,66	0,00				
Assistência Comunitária	364.000,00	460.047,09	52.312,83	367.226,63	2,83	92.820,46	367.226,63	68.942,34	2,83	92.820,46	0,00				
Saúde	2.726.589,00	2.882.300,49	405.271,65	2.641.073,82	20,32	241.226,67	2.641.073,82	629.139,04	20,32	241.226,67	0,00				
Atenção Básica	2.366.589,00	2.537.003,67	410.606,45	2.373.660,81	18,27	163.342,86	2.373.660,81	566.934,84	18,27	163.342,86	0,00				
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	240.000,00	224.000,00	-22.630,00	201.370,00	1,55	22.630,00	201.370,00	44.670,00	1,55	22.630,00	0,00				
Vigilância Sanitária	85.000,00	86.296,82	11.210,71	39.782,14	0,31	46.514,68	39.782,14	11.449,71	0,31	46.514,68	0,00				
Vigilância Epidemiológica	35.000,00	35.000,00	6.084,49	26.260,87	0,20	8.739,13	26.260,87	6.084,49	0,20	8.739,13	0,00				
Educação	3.183.378,89	3.727.970,78	-301.665,75	2.805.400,60	21,59	922.570,18	2.805.400,60	536.633,65	21,59	922.570,18	0,00				
Alimentação e Nutrição	170.000,00	174.000,00	-1.788,73	151.164,72	1,16	22.835,28	151.164,72	31.552,00	1,16	22.835,28	0,00				
Ensino Fundamental	2.531.378,89	3.095.470,78	-390.820,96	2.233.385,54	17,19	862.085,24	2.233.385,54	410.243,85	17,19	862.085,24	0,00				
Ensino Profissional	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
Ensino Superior	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
Educação Infantil	452.000,00	458.500,00	90.943,94	420.850,34	3,24	37.649,66	420.850,34	94.837,80	3,24	37.649,66	0,00				
Cultura	202.000,00	187.000,00	26.734,34	168.118,66	1,29	18.881,34	168.118,66	36.318,74	1,29	18.881,34	0,00				

Página: 2 de 3
09/01/2017 08:00

Pref. Munic de Bom Jesus do Oeste - SC
 Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção
 Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
 Janeiro a Dezembro 2016/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - ANEXO II(LRF, Art. 52, inciso II, alínea 'c')												R\$ 1,00
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas			SALDO	Despesas Liquidadas			SALDO	Inscritas em Restos a Pagar Não Processados	
			No Bimestre	Até o Bimestre	%		No Bimestre	Até o Bimestre	%			
												(a)
Difusão Cultural	202.000,00	187.000,00	26.734,34	168.118,66	1,29	18.881,34	36.318,74	168.118,66	1,29	18.881,34	0,00	
Urbanismo	1.351.095,00	2.416.517,79	378.821,11	1.546.263,30	11,90	870.254,49	794.389,60	1.546.263,30	11,90	870.254,49	0,00	
Infra-Estrutura Urbana	843.095,00	1.893.517,79	286.024,75	1.053.757,54	8,11	839.760,25	685.159,99	1.053.757,54	8,11	839.760,25	0,00	
Serviços Urbanos	402.000,00	407.000,00	71.071,83	385.814,93	2,97	21.185,07	87.505,08	385.814,93	2,97	21.185,07	0,00	
Energia Elétrica	106.000,00	116.000,00	21.724,53	106.690,83	0,82	9.309,17	21.724,53	106.690,83	0,82	9.309,17	0,00	
Habitação	79.000,00	74.500,00	11.624,57	52.888,46	0,41	21.611,54	11.624,57	52.888,46	0,41	21.611,54	0,00	
Habitação Rural	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Habitação Urbana	69.000,00	74.500,00	11.624,57	52.888,46	0,41	21.611,54	11.624,57	52.888,46	0,41	21.611,54	0,00	
Gestão Ambiental	14.500,00	4.500,00	0,00	0,00	0,00	4.500,00	0,00	0,00	0,00	4.500,00	0,00	
Preservação e Conservação Ambiental	4.500,00	4.500,00	0,00	0,00	0,00	4.500,00	0,00	0,00	0,00	4.500,00	0,00	
Extensão Rural	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Agricultura	1.649.000,00	1.740.500,00	-72.429,96	1.305.766,87	10,05	434.733,13	289.826,01	1.305.766,87	10,05	434.733,13	0,00	
Promoção da Produção Animal	147.000,00	147.000,00	2.568,11	116.471,85	0,90	30.528,15	24.949,87	116.471,85	0,90	30.528,15	0,00	
Extensão Rural	1.502.000,00	1.593.500,00	-74.998,07	1.189.295,02	9,15	404.204,98	264.876,14	1.189.295,02	9,15	404.204,98	0,00	
Comércio e Serviços	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	
Turismo	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	
Comunicações	9.000,00	9.000,00	-16,97	361,98	0,00	8.638,02	137,99	361,98	0,00	8.638,02	0,00	
Telecomunicações	9.000,00	9.000,00	-16,97	361,98	0,00	8.638,02	137,99	361,98	0,00	8.638,02	0,00	
Transporte	1.390.000,00	1.467.360,35	326.905,41	1.313.404,72	10,11	153.955,63	371.604,65	1.313.404,72	10,11	153.955,63	0,00	
Transporte Rodoviário	1.390.000,00	1.467.360,35	326.905,41	1.313.404,72	10,11	153.955,63	371.604,65	1.313.404,72	10,11	153.955,63	0,00	
Desporto e Lazer	200.000,00	366.400,00	20.917,25	257.429,98	1,98	108.970,02	32.752,07	257.429,98	1,98	108.970,02	0,00	
Desporto Comunitário	200.000,00	366.400,00	20.917,25	257.429,98	1,98	108.970,02	32.752,07	257.429,98	1,98	108.970,02	0,00	
Encargos Especiais	160.000,00	140.000,00	37.418,73	131.141,06	1,01	8.858,94	37.418,73	131.141,06	1,01	8.858,94	0,00	
Serviço da Dívida Interna	160.000,00	140.000,00	37.418,73	131.141,06	1,01	8.858,94	37.418,73	131.141,06	1,01	8.858,94	0,00	
Reserva de Contingência	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	
Reserva de Contingência	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

RREO - ANEXO II(LRF, Art. 52, inciso II, alínea 'c')

R\$ 1,00

Página: 3 de 3
09/01/2017 08:00

Pref. Munic de Bom Jesus do Oeste - SC
Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro 2016/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - ANEXO II(LRF, Art. 52, inciso II, alínea 'c')											R\$ 1,00
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas		%	SALDO	Despesas Liquidadas		SALDO	Inscritas em Restos a Pagar Não Processados (f)	
			No Bimestre	Até o Bimestre			No Bimestre	Até o Bimestre			
											(b)
	14.051.063,89	16.112.386,64	1.348.682,78	12.994.556,82	100,00	3.117.829,82	3.361.572,53	12.994.556,82	3.117.829,82	0,00	
TOTAL (III)=(I+II)											

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, Administração Geral, 09/Jan/2017, 08h e 00m.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em res pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

AIRTON ANTONIO REINEHR	WALTER NAUJORKS	NAIRO CEZAR MORANDINI	JANDREI LUIZ BRUTCHER
Prefeito Municipal	Sec. de Adm e Fazenda	Contador CRC 020.101-/0-8	Controle Interno

R\$ 1,00

Pref. Munic de Bom Jesus do Oeste-SC

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores

Orçamento da Seguridade Social

Janeiro a Dezembro 2016/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - Anexo IV (LRF, Art. 53, inciso II)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015
RECEITAS PREV.-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	-	-	-	-
RECEITAS CORRENTES	-	-	-	-
Receita de Contribuições dos Segurados	-	-	-	-
Pessoal Civil	-	-	-	-
Ativo	-	-	-	-
Inativo	-	-	-	-
Pensionista	-	-	-	-
Pessoal Militar	-	-	-	-
Ativo	-	-	-	-
Inativo	-	-	-	-
Pensionista	-	-	-	-
Outras Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-	-
Receitas Imobiliárias	-	-	-	-
Receitas de Valores Mobiliários	-	-	-	-
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita de Serviços	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-	-
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	-	-	-	-
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III)=(I+II)	-	-	-	-

Página: 2 de 5
09/01/2017 08:02

Pref. Munic de Bom Jesus do Oeste-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores
Orçamento da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro 2016/ Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - Anexo IV (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015	Em 2016	Em 2015
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS(EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	-	-	-	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-
PREVIDÊNCIA SOCIAL	-	-	-	-	-	-	-	-
Pessoal Civil	-	-	-	-	-	-	-	-
Aposentadorias	-	-	-	-	-	-	-	-
Pensões	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros Benefícios Previdenciários	-	-	-	-	-	-	-	-
Pessoal Militar	-	-	-	-	-	-	-	-
Reformas	-	-	-	-	-	-	-	-
Pensões	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros Benefícios Previdenciários	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Previdenciárias	-	-	-	-	-	-	-	-
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Despesas Previdenciárias	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (VI)=(IV+V)	-	-	-	-	-	-	-	-
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO-RPPS (VII)=(II-VI)	-	-	-	-	-	-	-	-

Página: 3 de 5
09/01/2017 08:02

Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores
Pref. Munic de Bom Jesus do Oeste-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Orçamento da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro 2016/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - Anexo IV (LRF, Art. 53, Inciso II)

R\$ 1,00

APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR		APORTES REALIZADOS
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS		-
Plano Financeiro		-
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras		-
Recursos para Formação de Reserva		-
Outros Aportes para o RPPS		-
Plano Previdenciário		-
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro		-
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial		-
Outros Aportes para o RPPS		-
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS		PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
VALOR		-
BENS E DIREITOS DO RPPS		PERÍODO DE REFERÊNCIA
		2016 2015

R\$ 1,00

Pref. Munic de Bom Jesus do Oeste-SC

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores

Orçamento da Seguridade Social

Janeiro a Dezembro 2016/ Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - Anexo IV (LRF, Art. 53, inciso II)

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015
RECEITAS CORRENTES (VIII)	-	-	-	-
Receita de Contribuições	-	-	-	-
Patronal	-	-	-	-
Pessoal Civil	-	-	-	-
Ativo	-	-	-	-
Inativo	-	-	-	-
Pensionista	-	-	-	-
Pessoal Militar	-	-	-	-
Ativo	-	-	-	-
Inativo	-	-	-	-
Pensionista	-	-	-	-
Para Cobertura de Déficit Atuarial	-	-	-	-
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-	-
Receita de Serviços	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI)=(VIII+IX)	-	-	-	-

Pref. Munic de Bom Jesus do Oeste-SC

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores

Orçamento da Seguridade Social

Janeiro a Dezembro 2016/ Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - Anexo IV (LRF, Art. 53, inciso II)										R\$ 1,00
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS-RPPS		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS		
				Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015	Em 2016	Em 2015	
ADMINISTRAÇÃO (XII)		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas Correntes		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Capital		-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XII)=(XII)		-	-	-	-	-	-	-	-	-

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, Administração Geral, 09/Jan/2017, 08h e 02m.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

WALTER NAUJORKS
Sec. de Adm e Fazenda

NAIRO CEZAR MORANDINI
Contador CRC 020.101-7/0-8

JANDREI LUIZ BRUTCHER
Controle Interno

Página: 1 de 2
09/01/2017 08:06

Pref. Munic de Bom Jesus do Oeste - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo do Resultado Nominal
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro 2016/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - ANEXO V(LRF, art. 53, inciso III)

R\$ 1,00

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
	Em 31/Dez/2015 (a)	Em 31/Out/2016 (b)	Em 31/Dez/2016 (c)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	-	-	-
DEDUÇÕES(II)	1.004.824,13	997.118,91	1.247.490,66
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.004.824,13	1.305.467,46	1.278.323,97
Demais Haveres Financeiros	-	-	-
(-)Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	-	308.348,55	30.833,31
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA(III)=(I-II)	-1.004.824,13	-997.118,91	-1.247.490,66
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES(IV)	-	-	-
PASSIVOS RECONHECIDOS(V)	-	-	-
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA(VI)=(III+IV-V)	-1.004.824,13	-997.118,91	-1.247.490,66

RESULTADO NOMINAL	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (c-b)	Até o Bimestre (c-a)
VALOR	-250.371,75	-242.666,53

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-

REGIME PREVIDENCIÁRIO			
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA	SALDO		
	Em 31/Dez/2015	Em 31/Out/2016	Em 31/Dez/2016
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA(VII)	-	-	-
Passivo Atuarial	-	-	-
Demais Dívidas	-	-	-
DEDUÇÕES(VIII)	-	-	-
Disponibilidade de Caixa Bruta	-	-	-
Investimentos	-	-	-
Demais Haveres Financeiros	-	-	-
(-)Restos a Pagar Processados	-	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA(IX)=(VII-VIII)	-	-	-
PASSIVOS RECONHECIDOS(X)	-	-	-
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA(XI)=(IX-X)	-	-	-

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, Administração Geral, 09/Jan/2017, 08h e 06m.

AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

WALTER NAUJORKS
Sec. de Adm e Fazenda

NAIRO CEZAR MORANDINI
Contador CRC 020.101-0-8



Página: 2 de 2
09/01/2017 08:06

Pref. Munic de Bom Jesus do Oeste - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo do Resultado Nominal
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro 2016/Bimestre Novembro-Dezembro

JANDREI LUIZ BRUTCHER

Controle Interno

Página: 1 de 4
09/01/2017 08:09

Pref. Munic de Bom Jesus do Oeste-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo do Resultado Primário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro 2016/Bimestre Novembro-Dezembro

R\$ 1,00

RREO - ANEXO VII(LRF, art. 53, inciso III)

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES(I)	12.082.800,00	11.804.807,01	10.677.338,64
RECEITA TRIBUTÁRIA	642.000,00	572.440,21	472.464,07
IPTU	128.000,00	41.033,99	77.340,99
ISS	122.000,00	77.949,39	125.150,60
ITBI	130.000,00	152.578,17	104.196,76
IRRF	120.000,00	155.075,80	113.884,94
Outras Receitas Tributárias	142.000,00	145.802,86	51.890,78
Receita de Contribuição	35.000,00	34.514,41	29.764,88
Receita Previdenciária	-	-	-
Outras Contribuições	35.000,00	34.514,41	29.764,88
Receita Patrimonial Líquida	-	-	-
Receita Patrimonial	89.500,00	121.427,24	74.921,37
(-) Aplicações Financeiras	89.500,00	121.427,24	74.921,37
Transferências Correntes	11.084.400,00	10.953.051,64	9.920.268,49
Cota-Parte do FPM	5.890.000,00	5.873.586,98	5.041.066,41
Cota-Parte do IPVA	152.000,00	123.050,23	119.012,36
Cota-Parte do ICMS	2.920.000,00	2.846.915,60	2.688.864,97
Convênios	-	-	-
Outras Transferências Correntes	2.122.400,00	2.109.498,83	2.071.324,75
Demais Receitas Correntes	321.400,00	244.800,75	254.841,20
Dívida Ativa	32.380,00	4.650,72	6.746,46
Diversas Receitas Correntes	289.020,00	240.150,03	248.094,74
RECEITAS DE CAPITAL(II)	1.878.763,89	1.310.989,10	953.720,30
Operações de Crédito(III)	-	-	-
Amortização de Empréstimos(IV)	-	-	-

Página: 2 de 4
09/01/2017 08:09

R\$ 1,00

Pref. Munic de Bom Jesus do Oeste-SC
 Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo do Resultado Primário
 Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
 Janeiro a Dezembro 2016/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - ANEXO VII(LRF, art. 53, inciso III)

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015
Alienação de Bens(V)	-	183.950,00	-
Transferências de Capital	1.878.763,89	1.127.039,10	953.720,30
Convênios	1.060.600,00	1.045.222,71	546.949,48
Outras Transferências de Capital	818.163,89	81.816,39	406.770,82
Outras Receitas de Capital	-	-	-
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL(V)=(II-II-IV-V)	1.878.763,89	1.127.039,10	953.720,30
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL(VII)=(I+VI)	13.961.563,89	12.931.846,11	11.631.058,94

Página: 3 de 4
09/01/2017 08:09

Pref. Munic de Bom Jesus do Oeste-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo do Resultado Primário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro 2016/Bimestre Novembro-Dezembro

R\$ 1,00							
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR	
		Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015	Em 2016	Em 2015
DESPESAS CORRENTES(VIII)	11.736.158,62	10.734.938,95	10.156.987,29	10.734.938,95	10.156.987,29	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	6.470.964,49	6.167.865,89	5.411.763,03	6.167.865,89	5.411.763,03	-	-
Juros e Encargos da Dívida(IX)	-	-	6.688,58	-	6.688,58	-	-
Outras Despesas Correntes	5.265.194,13	4.567.073,06	4.738.535,68	4.567.073,06	4.738.535,68	-	-
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES(X)=(VIII-IX)	11.736.158,62	10.734.938,95	10.150.298,71	10.734.938,95	10.150.298,71	-	-
DESPESAS DE CAPITAL(XI)	4.366.228,02	2.259.617,87	1.515.049,99	2.259.617,87	1.515.049,99	-	-
Investimentos	4.366.228,02	2.259.617,87	1.348.383,39	2.259.617,87	1.348.383,39	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-
Concessão de Empréstimos(XII)	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição Título de Capital Integralizado(XIII)	-	-	-	-	-	-	-
Demais Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida(XIV)	-	-	166.666,60	-	166.666,60	-	-
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL(XV)=(XI-XII-XIII-XIV)	4.366.228,02	2.259.617,87	1.348.383,39	2.259.617,87	1.348.383,39	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA(XVI)	10.000,00	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS(XVII)	-	-	-	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL(XVIII)=(X+XV+XVI+XVII)	16.112.386,64	12.994.556,82	11.498.682,10	12.994.556,82	11.498.682,10	-	-
RESULTADO PRIMÁRIO(XIX)=(VII-XVIII)	-2.150.822,75	-62.710,71	132.376,84	-62.710,71	132.376,84		
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES				1.004.824,13			
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL						VALOR CORRENTE	
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA						30.000,00	
FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, Administração Geral, 09/Jan/2017, 08h e 09m.							

Página: 4 de 4
09/01/2017 08:09

Prof. Munic de Bom Jesus do Oeste-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo do Resultado Primário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro 2016/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - ANEXO VII(LRF, art. 53, inciso III)

R\$ 1,00

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

AIRTON ANTONIO REINEHR Prefeito Municipal	WALTER NAUJORKS Sec. de Adm e Fazenda	NAIRO CEZAR MORANDINI Contador CRC 020.101-/-0-8	JANDREI LUIZ BRUTCHER Controle Interno
--	--	---	---

Pref. Munic de Bom Jesus do Oeste - SC

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Demonstrativo dos Restos a Pagar por Poder e Órgão

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Janeiro a Dezembro 2016/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - ANEXO VIII(LRF, Art.53, inciso V)		R\$ 1.00									
PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS					Saldo Total (a+b)
	Inscritos		Pagos		Saldo (a)	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2015				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2015				

Não existem registros a serem impressos.

Existem Empenhos de Restos com código de Órgãos de Restos zerados, acerte-os antes de imprimir este relatório novamente.

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, Administração Geral, 09/jan/2017, 08h e 11m.

AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

WALTER NAUTORKS
Sec. de Adm e Fazenda

NAIRO CEZAR MORANDINI
Contador CRC 020.101-/0-8

JANDREI LUIZ BRUTCHER
Controle Interno

Página: 1 de 7
09/01/2017 08:20

Pref. Munic de Bom Jesus do Oeste - SC
 Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
 Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
 Janeiro a Dezembro 2016/Bimestre Novembro-Dezembro

RECEITAS DO ENSINO				R\$ 1,00	
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		%
			Até o Bimestre (b)	(c)=(b/a)x100	
1-RECEITAS DE IMPOSTOS					
1.1-Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	524.260,00	524.260,00	429.100,09	81,85	
1.1.1-IPTU	142.440,00	142.440,00	41.984,86	29,48	
1.1.2-Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	128.000,00	128.000,00	70.227,64	54,87	
1.1.3-Dívida Ativa do IPTU	2.970,00	2.970,00	546,69	18,41	
1.1.4-Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	9.000,00	9.000,00	328,02	3,64	
1.1.5-(-) Deduções da Receita do IPTU	2.470,00	2.470,00	76,16	3,08	
1.2-Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	-	-	29.193,65		
1.2.1-ITBI	130.000,00	130.000,00	152.578,17	117,37	
1.2.2-Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	130.000,00	130.000,00	152.578,17	117,37	
1.2.3-Dívida Ativa do ITBI	-	-	-		
1.2.4-Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	-	-		
1.2.5-(-) Deduções da Receita do ITBI	-	-	-		
1.3-Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	131.820,00	131.820,00	79.461,26	60,28	
1.3.1-ISS	122.000,00	122.000,00	77.949,39	63,89	
1.3.2-Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	2.970,00	2.970,00	302,28	10,18	
1.3.3-Dívida Ativa do ISS	4.380,00	4.380,00	830,86	18,97	
1.3.4-Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	2.470,00	2.470,00	378,73	15,33	
1.3.5-(-) Deduções da Receita do ISS	-	-	-		
1.4-Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	120.000,00	120.000,00	155.075,80	129,23	
1.4.1-IRRF	120.000,00	120.000,00	155.075,80	129,23	
1.4.2-Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	-	-		
1.4.3-Dívida Ativa do IRRF	-	-	-		
1.4.4-Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	-	-		
1.4.5-(-) Deduções da Receita do IRRF	-	-	-		
1.5-Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153 §4º, inciso III)	-	-	-		
1.5.1-ITR	-	-	-		
1.5.2-Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	-	-		
1.5.3-Dívida Ativa do ITR	-	-	-		
1.5.4-Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	-	-		
1.5.5-(-) Deduções da Receita do ITR	-	-	-		

Página: 2 de 7
09/01/2017 08:20

Pref. Munic de Bom Jesus do Oeste - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro 2016/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)					RS 1,00
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		%
			Até o Bimestre (b)	(c)=(b)/a)x100	
2-RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS					
2.1-Cota-Parte FPM	11.223.000,00	11.223.000,00	10.776.175,29	96,02	
2.1.1-Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	7.290.000,00	7.290.000,00	6.995.077,77	95,95	
2.1.2-Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	7.290.000,00	7.290.000,00	6.721.901,94	92,21	
2.1.3-Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	-	-	74.296,41		
2.2-Cota-Parte ICMS	3.650.000,00	3.650.000,00	198.879,42	97,50	
2.3-ICMS Desoneração - L.C. nº 87/1996	25.000,00	25.000,00	3.558.643,14	56,78	
2.4-Cota-Parte IPI-Exportação	64.000,00	64.000,00	14.194,68	79,45	
2.5-Cota-Parte ITR	4.000,00	4.000,00	50.848,34	89,99	
2.6-Cota-Parte IPVA	190.000,00	190.000,00	3.599,50	80,95	
2.7-Cota-Parte IOF-Ouro	-	-	153.811,86		
3-TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1+2)	11.747.260,00	11.747.260,00	11.205.275,38	95,39	

Página: 3 de 7
09/01/2017 08:20

Pref. Munic de Bom Jesus do Oeste - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro 2016/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		%
			No Bimestre	Até o Bimestre	
		(a)		(b)	(c)=(b)/a)x100
4 - RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO					
5 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	147.000,00	147.000,00	-	185.035,07	125,87
5.1 - Transferências do Salário-Educação	90.000,00	90.000,00	-	96.446,13	107,16
5.2 - Transferências Diretas - PDDE	-	-	-	-	-
5.3 - Transferências Diretas - PNAE	22.000,00	22.000,00	-	24.852,78	112,97
5.4 - Transferências Diretas - PNATE	35.000,00	35.000,00	-	24.370,28	69,63
5.5 - Outras Transferências do FNDE	-	-	-	7.874,59	-
5.6 - Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	-	-	-	31.491,29	-
6 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	888.163,89	888.163,89	-	153.312,78	17,26
6.1 - Transferências de Convênios	887.163,89	887.163,89	-	151.425,97	17,07
6.2 - Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	1.000,00	1.000,00	-	1.886,81	188,68
7 - RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	-	-	-	-
8 - OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	-	-	-	-	-
9 - TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4+5+6+7+8)	1.035.163,89	1.035.163,89		338.347,85	32,69
FUNDEB					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		%
			Até o Bimestre	(b)	
		(a)			(c)=(b)/a)x100
10 - RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.186.600,00	2.186.600,00		2.100.597,59	96,07
10.1 - Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB-(0% de 2.1.1)	1.400.000,00	1.400.000,00		1.344.380,02	96,03
10.2 - Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB-(0% de 2.2)	730.000,00	730.000,00		711.727,54	97,50
10.3 - ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB-(0% de 2.3)	5.000,00	5.000,00		2.838,84	56,78
10.4 - Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB-(0% de 2.4)	12.800,00	12.800,00		10.169,69	79,45
10.5 - Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadado Destinados ao FUNDEB-(0% de (1.5 + 2.5)	800,00	800,00		719,87	89,98
10.6 - Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB-(0% de 2.6)	38.000,00	38.000,00		30.761,63	80,95
11 - RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	800.000,00	800.000,00		783.042,11	97,88
11.1 - Transferências de Recursos do FUNDEB	479.000,00	479.000,00		467.275,78	97,55
11.2 - Complementação da União ao FUNDEB	319.000,00	319.000,00		311.517,25	97,65
11.3 - Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	2.000,00	2.000,00		4.249,08	212,45
12 - RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB(11.1-10)¹	-1.707.600,00	-1.707.600,00		-1.633.321,81	95,65

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Bimestre (e)	%(f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	%(h)=(g/d)x100	
13-PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	480.000,00	480.000,00	480.000,00	100,00	480.000,00	100,00	-
13.1-Com Educação Infantil	-	-	-	-	-	-	-
13.2-Com Ensino Fundamental	480.000,00	480.000,00	480.000,00	100,00	480.000,00	100,00	-
14-OUTRAS DESPESAS	320.000,00	320.000,00	281.878,05	88,09	281.878,05	88,09	-
14.1-Com Educação Infantil	-	-	-	-	-	-	-
14.2-Com Ensino Fundamental	320.000,00	320.000,00	281.878,05	88,09	281.878,05	88,09	-
15-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB(13+14)	800.000,00	800.000,00	761.878,05	95,23	761.878,05	95,23	-
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB			VALOR				
16-RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB							
16.1 - FUNDEB 60%	-						
16.2 - FUNDEB 40%	-						
17-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR DO FUNDEB							
17.1 - FUNDEB 60%	-						
17.2 - FUNDEB 40%	-						
18-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16+17)	-						
INDICADORES DO FUNDEB			VALOR				
19-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)	761.878,05						
19.1-MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL (13-(16.1+17.1))/(11x100)%	61,30						
19.2-MÁXIMO DE 40% EM DESPESA COM IMDE, QUE NÃO REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO (14-(16.2+17.2))/(11x100)%	36,00						
19.3-MÁXIMO DE 5% NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO (100-(19.1+19.2))%	2,70						

Página: 5 de 7
09/01/2017 08:20

Prof. Munic de Bom Jesus do Oeste - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro 2016/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)

R\$ 1,00

CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE

VALOR

20-RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2015 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS

21-DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2016²

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (e)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c)=(b)/a)x100
22-IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)³	2.936.815,00	2.936.815,00	2.801.318,85	95,39

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e)/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g)/d)x100	
23-EDUCAÇÃO INFANTIL	452.000,00	452.000,00	414.350,34	91,67	414.350,34	91,67	-
23.1-Creche	452.000,00	452.000,00	414.350,34	91,67	414.350,34	91,67	-
23.1.1-Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	-	-	-	-	-	-	-
23.1.2-Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	452.000,00	452.000,00	414.350,34	91,67	414.350,34	91,67	-
23.2-Pré-Escola	-	-	-	-	-	-	-
23.2.1-Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	-	-	-	-	-	-	-
23.2.2-Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	-	-	-	-	-	-	-
24-ENSINO FUNDAMENTAL	1.518.215,00	1.528.215,00	1.421.785,13	93,04	1.421.785,13	93,04	-
24.1-Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	800.000,00	800.000,00	761.878,05	95,23	761.878,05	95,23	-
24.2-Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	718.215,00	728.215,00	659.907,08	90,62	659.907,08	90,62	-
25-ENSINO MÉDIO	-	-	-	-	-	-	-
26-ENSINO SUPERIOR	-	-	-	-	-	-	-
27-ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	-	-	-	-	-	-	-
28-OUTRAS	-	-	-	-	-	-	-
29-TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23+24+25+ 26+ 27+ 28)	1.970.215,00	1.980.215,00	1.836.135,47	92,72	1.836.135,47	92,72	-

Página: 6 de 7
09/01/2017 08:20

Pref. Munic de Bom Jesus do Oeste - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro 2016/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)	DEDUÇÕES/ADIÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL	VALOR
		R\$ 1,00
30-RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)		-1.633.321,81
31-DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO		311.517,25
32-RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50n)		4.249,08
33-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB		-
34-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS		-
35-RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO 4		-
36-CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46g)		-
37-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30+31+32+33+34+35+36)		-1.317.555,48
38-TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23+24) - (37))		3.153.690,95
39-MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE 5 ((38)/(3)x100)%		28,14

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100	
40-DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	-	-	-	-	-	-	-
41-DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO EDUCAÇÃO	90.000,00	131.072,26	127.339,45	97,15	127.339,45	97,15	-
42-DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	-	-	-	-	-	-
43-DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	945.163,89	1.409.683,52	660.684,11	46,87	660.684,11	46,87	-
44-TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40+41+42+43)	1.035.163,89	1.540.755,78	788.023,56	51,15	788.023,56	51,15	-
45-TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29+44)	3.005.378,89	3.520.970,78	2.624.159,03	74,53	2.624.159,03	74,53	-
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO		SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2016 (g)				
46-RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE		-	-	-	-	-	-
46.1-EXECUTADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO		-	-	-	-	-	-
46.2-EXECUTADAS COM RECURSOS DO FUNDEB		-	-	-	-	-	-

Página: 7 de 7
09/01/2017 08:20

Pref. Munic de Bom Jesus do Oeste - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro 2016/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)		R\$ 1,00
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS DO FUNDEB		VALOR
47-SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		-
48-(+)-INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		778.793,03
49-(-)-PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		761.878,05
49.1-Orçamentário do Exercício		761.878,05
49.2-Restos a Pagar		-
50-(+)-RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		4.249,08
51-(-)-SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		21.164,06

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, Administração Geral, 09/Jan/2017, 08h e 15m.

¹Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

²Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do § 1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³Caput do artigo 212 da CF/1988.

4 Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.

5 Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art.121.V.

AIRTON ANTONIO REINEHR Prefeito Municipal	WALTER NAUJORKS Sec. de Adm e Fazenda	NAIRO CEZAR MORANDINI Contador CRC 020.101-0-8	JANDREI LUIZ BRUTCHER Controle Interno
--	--	---	---

Pref. Munic de Bom Jesus do Oeste - SC

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Janeiro a Dezembro 2016/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)					R\$ 1,00
RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c)=(a-b)	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)	-	-	-	-	
DESPESAS					
	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SALDO NÃO EXECUTADO (f)=(d-e)
DESPESAS DE CAPITAL	4.366.228,02	2.259.617,87	2.259.617,87	-	2.106.610,15
(-)Incentivos Fiscais a Contribuinte					
(-)Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras					
DESPESAS DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	4.366.228,02	2.259.617,87	2.259.617,87	-	2.106.610,15
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III)=(I-II)	-4.366.228,02	-2.259.617,87	-	-	-2.106.610,15

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, Administração Geral, 09/Jan/2017, 08h e 23m.

Notas:
¹ Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III;

AIRTON ANTONIO REINEHR Prefeito Municipal	WALTER NAUJORKS Sec. de Adm e Fazenda	NAIRO CEZAR MORANDINI Contador CRC 020.101-7/0-8	JANDREI LUIZ BRUTCHER Controle Interno
--	--	---	---

Bom Retiro

PREFEITURA

81.01.17 - P. DES. PROF. PATRICIA CRUZ

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 81/17 de 03.01.17

Designa Farmacêutica/Bioquímica Contratada em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso X da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, IX da Constituição Federal, e dá outras providências;

Resolve:

Designar em caráter emergencial Patrícia da Cruz, para exercer o cargo de Farmacêutico – Bioquímico - Nível – 12, 40 horas semanais, do Quadro de Pessoal Contratado do Município de Bom Retiro – SC, regido pelo Estatuto dos Funcionários Públicos através da Lei Complementar nº 01/03 de 02 de Dezembro de 2003, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde – Fundo Municipal de Saúde, a partir do dia 02 de janeiro de 2017 até 31 de março de 2017. Sem Processo Seletivo.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
03 de janeiro de 2017.

VILMAR JOSÉ NECKEL	MARIA MADALENA SILVEIRA
Prefeito Municipal Responsável	Sec. Mun. Administração e Fazenda

82.01.17 - P. LIC. TRAT. SAÚDE OLIANDO J. BORBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 82/17 de 05.01.17

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 10 (dez) dias de licença para realizar tratamento de saúde a contar do dia 04 de janeiro com término no dia 13 de janeiro de 2017, ao funcionário Oliando de Jesus Borba, Ocupante do cargo de Trabalhador Braçal – Nível 01, do Quadro de Pessoal Efetivo do Município, com exercício na Secretaria Municipal dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
05 de janeiro de 2017.

VILMAR JOSÉ NECKEL	MARIA MADALENA SILVEIRA
Prefeito Municipal Responsável	Sec. Mun. Administração e Fazenda

83.01.17 - P. FÉRIAS DAURI DEUCHER

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 83/17 de 09.01.17

Concede Férias Regulamentares

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2015 (Dois Mil e Quinze) a 2016 (Dois Mil e Dezesesseis) ao funcionário Dauri Deucher ocupante do cargo de Motorista - Padrão 1 – Nível 4, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Saúde, para gozá-las a contar do dia 09 de janeiro com término no dia 07 de fevereiro de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
09 de janeiro de 2017.

VILMAR JOSÉ NECKEL	MARIA MADALENA SILVEIRA
Prefeito Municipal Responsável	Sec. Mun. Administração e Fazenda

84.01.17 - P. FÉRIAS BERENICE SCHLEMPER

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 84/17 de 09.01.17

Concede Férias Regulamentares

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2015 (Dois Mil e Quinze) a 2016 (Dois Mil e Dezesesseis) a funcionária Berenice Schlemper, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem - Padrão 1 – Nível 3, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Saúde - Programa Saúde da Família, para gozá-las a contar do dia 09 de janeiro com término no dia 07 de fevereiro de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
09 de janeiro de 2017.

VILMAR JOSÉ NECKEL	MARIA MADALENA SILVEIRA
Prefeito Municipal Responsável	Sec. Mun. Administração e Fazenda

85.01.17 - P. FÉRIAS PLAUTO L. NEDEL

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 85/17 de 09.01.17

Concede Férias Regulamentares

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2015 (Dois Mil e Quinze) a 2016 (Dois Mil e Dezesesseis) ao funcionário Plauto Luiz Nedel, Ocupante do cargo de Odontólogo - Padrão I – Nível 10, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Saúde, para gozá-las a contar do dia 09 de janeiro com término no dia 07 de fevereiro de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
09 de janeiro de 2017.

VILMAR JOSÉ NECKEL	MARIA MADALENA SILVEIRA
Prefeito Municipal Responsável	Sec. Mun. Administração e Fazenda

86.01.17 - P. FÉRIAS ELIZABETE O. ALVES

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 86/17 de 09.01.17
Concede Férias Regulamentares

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2015 (Dois Mil e Quinze) a 2016 (Dois Mil e Dezesseis) a funcionária Elizabete de Oliveira Alves, ocupante do cargo de Servente - Padrão 1 – Nível 1, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, para gozá-las a contar do dia 09 de janeiro com término no dia 07 de fevereiro de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
09 de janeiro de 2017.

VILMAR JOSÉ NECKEL

Prefeito Municipal Responsável

MARIA MADALENA SILVEIRA

Sec. Mun. Administração e Fazenda

Braço do Trombudo

PREFEITURA

DECRETO 005/2017

DECRETO Nº. 005/2017.

Abre Crédito Suplementar no Orçamento vigente.

NILDO MELMESTET, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, baseado na Lei nº 0875/2016 de 13.12.2015, etc...

DECRETA:

Art. 1º - Fica criado um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 360.000,00 (Trezentos e sessenta mil reais), destinado a suplementar a seguinte dotação do orçamento vigente:

08 – SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E AQUICULTURA
01 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA

2.074 – Manutenção das Atividades da Secretaria de Agricultura
(116) – 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0361.000000 – Aplicações Diretas R\$ 210.000,00

07 – SECRETARIA DE TRANSPORTE, OBRAS E SERVIÇOS
02 – DPTO DE SERVIÇOS FORA DO PERÍMETRO URBANO

2.068 – Manutenção e Abertura das Estradas Vicinais
(117) – 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0361.000000 – Aplicações Diretas R\$ 150.000,00

TOTAL
..... R\$ 360.000,00

Art. 2º - Utilizar-se-á como fonte de recursos o provável excesso de arrecadação do exercício de 2017 do recurso 1.0361 – Transferências de Convênios - Outros.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008, com efeito retroativo a 02.01.2017

BRAÇO DO TROMBUDO (SC), 04 de janeiro de 2017.

NILDO MELMESTET

Prefeito Municipal

DECRETO 006/2017

DECRETO 006/2017

Designa Pregoeiro e compõe Equipe de Apoio para atuarem em licitações na modalidade de pregão no âmbito da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo.

Nildo Melmestet, Prefeito do município de Braço do Trombudo, no uso de suas atribuições legais, etc...

DECRETA:

Art. 1º Designar para atuar como Pregoeiro em licitações na modalidade de pregão, no âmbito da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo, a servidora:

Alair Franz Hein – matrícula nº 110601

Art. 2º Ficam designados para atuarem como membros da Equipe de Apoio em licitações na modalidade de pregão, no âmbito da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo, os servidores:

Jean Carlos Correa da Costa Scharf – matrícula nº 190501 - Secretário

Carice Elisabeth Larsen Wolniewicz – matrícula nº 2017/01 – Membro

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008, com efeito retroativo do dia 02.01.2017.

Art. 4º Fica revogado o Decreto nº0104/2015 de 02.09.2015.

Braço do Trombudo, em 09 de janeiro de 2017.

Nildo Melmestet

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 01 2017 FMAS

EXTRATO DE CONTRATO 01/2017 FMAS

Contratante: Fundo Municipal de Assistência Social

CNPJ: 11.481.782/0001-44,

Sito a Rua Leopoldo Joenck, 119

Braço do Trombudo – SC.

Contratada: Alto Vale Net Ltda ME

CNPJ: 09.319.668/0001-70

sito a Estrada Ribeirão Xaxim, 57

Agrolândia -SC

Objeto: Acesso a internet com velocidade de 2048/2048 KBPS (CRAS de Braço do Trombudo) no valor R\$ 130,23 mensais.

Valor: 1.562,76 (hum mil, quinhentos e sessenta e dois reais e cento e setenta e seis centavos)

Vigência: 31/12/2017

Data da assinatura: 09/01/2017

Nildo Melmestet - Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 01/2017 FMS

EXTRATO DE CONTRATO 01/2017 FMS

Contratante: Fundo Municipal de Saude

CNPJ: 11.481.782/0001-44,

Sito a Rua Leopoldo Joenck, 119

Braço do Trombudo – SC.

Contratada: CIS-AMAVI CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DO ALTO VALE DO ITAJAI

CNPJ: 09.069.217/0001-22

sito a Rua XV de Novembro, 737

Rio do Sul -SC

Objeto: A disponibilização, ao MUNICÍPIO, de serviços de saúde especializados de referência de média e alta complexidade e de medicamentos e suplementos alimentares mediante a aquisição, pelo CIS-AMAVI, de referidos bens e serviços, conjugadas as demandas dos Municípios Consorciados.

Vigência: 31/12/2017

Data da assinatura: 09/01/2017

Nildo Melmestet - Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 02 2017 FMS

EXTRATO DE CONTRATO 02/2017 FMS

Contratante: Fundo Municipal de Saude

CNPJ: 11.481.782/0001-44,

Sito a Rua Leopoldo Joenck, 119

Braço do Trombudo – SC.

Contratada: Alto Vale Net Ltda ME

CNPJ: 09.319.668/0001-70

sito a Estrada Ribeirão Xaxim, 57

Agrolândia -SC

Objeto: Acesso a internet via rádio com velocidade de 600 K (Unidade de Saúde Serril) no valor R\$ 98,26(noventa e oito reais e vinte e seis centavos) mensais.

Valor: 1.179,12 (hum mil, cento e setenta e nove reais e doze centavos)

Vigência: 31/12/2017

Data da assinatura: 09/01/2017

Nildo Melmestet - Prefeito Municipal

GABARITO PRELIMINAR PROCESSO SELETIVO 002 2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO.

PROCESSO SELETIVO Nº002/2016

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E SÉRIES INICIAIS

GABARITO PRELIMINAR

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
A	B	C	A	C	B	D	C	B	A
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	C	B	C	A	A	B	B	D	D
21	22	23	24	25					
A	C	D	A	C					

Braço do Trombudo, 09 de Janeiro de 2017.

Nildo Melmestet

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO.

PROCESSO SELETIVO Nº002/2016

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

GABARITO PRELIMINAR

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
A	B	C	A	C	B	D	C	B	A
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	C	B	C	A	A	B	B	A	C
21	22	23	24	25					
A	D	D	A	C					

Braço do Trombudo, 09 de janeiro 2017.

Nildo Melmestet

Prefeito Municipal

PORTARIA 009/2017

PORTARIA 009/2017

Concede Gratificação

Nildo Melmestet, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e amparado no artigo 60 da Lei Complementar nº 097/2011 de 08.07.2011, e suas alterações etc...

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Gratificação de 50% do nível I-A, a servidora Silvania Rohling Goede, para responder pela Coordenação Pedagógica da Educação Infantil, a partir de 02.01.2017

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade á publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da lei 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos à 02.01.2017.

Braço do Trombudo, em 05 de janeiro de 2017.

Nildo Melmestet

Prefeito Municipal

Brusque

PREFEITURA

PORTARIA N.º 11.493/2017- ERRATA

PORTARIA N.º 11.493, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.
(ERRATA)

Exonera Procuradoras Adjuntas.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 143/09 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar as ocupantes do cargo de provimento em comissão, Padrão CC-V, Procuradoras Adjuntas, lotadas na Procuradoria-Geral do Município, conforme segue:

- Daiana Abreu;
- Danyelle Brem Moraes.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2017.

Art. 3º Revogam-se disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 02 de janeiro de 2017.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

JONAS OSCAR PAEGLE
Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 11.514/2017 - ERRATA

PORTARIA N.º 11.514, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.
(ERRATA)

Exonera os servidores ocupantes de cargos de provimento em comissão na Administração Pública Municipal Direta, Autárquica e Fundacional, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a, do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c o § 1º do art. 18 da Lei Complementar nº 143/09, Lei Complementar nº 144/09, Lei Complementar nº 145/09, e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a partir de 02 de janeiro de 2017, do cargo de provimento em comissão de Diretor, Símbolo CC-IV, os servidores a seguir nominados:

Nome	Lotação
Ademir Luiz de Souza	Secretaria de Educação
Odin Barni	Secretaria de Orçamento e Gestão
José Altair Lana	Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Meri Ester Wachholz	Gabinete do Prefeito
Jean Carlos Fischer	Fundação Cultural de Brusque
Gerson Luiz Donca	Gabinete do Prefeito
Edson Machado	Gabinete do Prefeito
Adalberto Zen	Secretaria de Trânsito e Mobilidade

Osmar Ristow	Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda
Jeniffer da Silva Pereira Barni	Secretaria de Saúde
Henrique Avila de Souza	Secretaria de Saúde
Denise Schlosser de Miranda	Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Alexandre José Erbs	Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Dantes Krieger Filho	Procuradoria-Geral do Município/Procon
Paulo da Silveira Mayer	Fundação Municipal de Meio Ambiente
Ciro Francisco Imhof	Secretaria de Orçamento e Gestão
Francisco Antonio de Souza	Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Maurino Cazagrande	Secretaria de Orçamento e Gestão
Marcelo Foppa	Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Camilla Schramm Visconti	Secretaria de Saúde
Valcir Jordão Heiderscheidt	Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Valquiria Kohler	Secretaria de Saúde

Art. 2º Exonerar, a partir de 02 de janeiro de 2017, do cargo de provimento em comissão de Diretor, Símbolo CC-4, a servidora a seguir nominada:

Nome	Lotação
Ana Claudia dos Santos	IBPLAN

Art. 3º Exonerar, a partir de 02 de janeiro de 2017, do cargo de provimento em comissão de Diretor, Símbolo CC-4, os servidores a seguir nominados:

Nome	Lotação
Ricardo Mathias Knabben	Fundação Municipal de Esportes
Celio de Souza	Fundação Municipal de Esportes

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de janeiro de 2017.

Art. 5º Revogam-se disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 02 de janeiro de 2017.
JONAS OSCAR PAEGLE
Prefeito Municipal

MÁRIO WILSON DA CRUZ MESQUITA
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

CIRO MARCIAL ROZA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA N.º 11.516/2017 - ERRATA

PORTARIA N.º 11.516, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.
(ERRATA)

Exonera os servidores ocupantes de cargos de provimento em comissão na Administração Pública Municipal Direta e Fundacional, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a, do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c o § 1º do art. 18 da Lei Complementar nº 143/09,

Lei Complementar nº 145/09, e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a partir de 02 de janeiro de 2017, do cargo de provimento em comissão de Chefe Operacional, Símbolo CC-VI, os servidores a seguir nominados:

Nome	Lotação
Lizandra Emerim de Oliveira	Secretaria de Educação
Janara Cavichioni Martins	Secretaria de Orçamento e Gestão
Michele Dalmarco	Secretaria de Assistência Social e Habitação
Isabela Lourenço	Secretaria de Orçamento e Gestão
Florentina Luiza Bertotti Vicentini	Secretaria de Orçamento e Gestão
Acires Martins	Secretaria de Trânsito e Mobilidade
Hilario Reis	Secretaria de Educação
Mara Juciane Souza Pereira	Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda
Milton da Silva Junior	Fundação Cultural de Brusque
Evani Maria Lopes Wehmuth	Secretaria de Turismo
Armin Paulo Fuchs	Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Nathalia Schauemberg de Campos	Secretaria de Educação
Sara Leandra Torrezani	Secretaria de Governo e Gestão Estratégica
Lucimar Bernardino da Costa	Fundação Municipal de Meio Ambiente
Hamilton Pereira Rodrigues	Secretaria de Orçamento e Gestão
Ana Marilu Dunka	Secretaria de Assistência Social e Habitação
Carlos Alberto Batisti	Secretaria de Saúde
Angelita Pedrini	Secretaria de Educação
Natasha Fernanda Moraes Feliciano	Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Yara Gomes Moreira	Secretaria de Orçamento e Gestão
Nicole Ferreira	Fundação Cultural de Brusque
Paulo Dittrich	Gabinete do Prefeito
Maria Rosemery Censi Costa	Secretaria de Saúde
Grasiele Maffezzolli	Secretaria de Saúde
Pablo Rodrigo Venske	Procuradoria-Geral do Município/Procon
Luiza Dayane da Silva	Secretaria de Comunicação Social
Sabrina Aparecida Bosco Radavelli	Secretaria de Saúde
Marcio Manuel Costodio	Secretaria de Comunicação Social
Estevão Antonio da Silva Neto	Gabinete do Prefeito
Danieli Secati	Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda
Darci Romeo Reale Junior	Secretaria de Obras e Serviços e Públicos
Maina Rafaela de Souza	Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda
Valentim Luiz Dada	Secretaria de Educação
Larissa Gelatti	Secretaria de Educação
Pedro Tiago Zimath Zanella	Secretaria de Saúde

Art. 2º Exonerar, a partir de 02 de janeiro de 2017, do cargo de provimento em comissão de Chefe Operacional, Símbolo CC-6, o servidor a seguir nominado:

Nome	Lotação
Leonel Melo	Fundação Municipal de Esportes

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de janeiro de 2017.

Art. 4º Revogam-se disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 02 de janeiro de 2017.

JONAS OSCAR PAEGLE

Prefeito Municipal

MÁRIO WILSON DA CRUZ MESQUITA

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

CIRO MARCIAL ROZA

Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.533/2017

PORTARIA Nº 11.533, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia os membros da Comissão Permanente de Licitações – exercício de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do art. 111 da Lei Orgânica do Município, art. 51 da Lei de Licitações (Lei nº 8666/93),

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os membros, abaixo nominados, para comporem a Comissão Permanente de Licitações – exercício 2017, nas modalidades de convite, tomada de preços, concorrência e leilão, incumbida de processamento e julgamento de acordo com os procedimentos legais, e emitir pareceres sobre a adjudicação para compra de bens, materiais, obras e serviços em geral.

- Christiane dos Santos da Silva
- Jair João Fernandes Filho
- Gilberto Raul Scherer
- Frederico Botelho Neto
- Carolina Pastor
- Anderson Viana Zaguini
- Daiane Franciele Goettems Cesari
- Angelo Segatta

Parágrafo único. A presidência da Comissão Permanente de Licitação será exercida pelo membro Christiane dos Santos da Silva.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 06 de janeiro de 2017.

JONAS OSCAR PAEGLE

Prefeito Municipal

MÁRIO WILSON DA CRUZ MESQUITA

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

CIRO MARCIAL ROZA

Chefe de Gabinete

PORTARIA N.º 11.492/2017 - ERRATA

PORTARIA N.º 11.492, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

(ERRATA)

Exonera Subprocuradora-Geral.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 143/09 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar Danielle Mariel Heil do cargo de provimento em comissão, Padrão CC-III, Subprocuradora-Geral, lotada na Procuradoria-Geral do Município.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2017.

Art. 3º Revogam-se disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 02 de janeiro de 2017.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

JONAS OSCAR PAEGLE

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 11.498/2017 - ERRATA

PORTARIA nº 11.498, 02 DE JANEIRO DE 2017.

(ERRATA)

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c o § 1º do art. 18 da Lei Complementar nº 143, de 31 de agosto de 2009, Anexo I-E,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar Mariana Martins Resende da Silva do cargo em comissão de Coordenador, Padrão CC-V, lotada na Secretaria de Assistência Social e Habitação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de janeiro de 2017.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 02 de janeiro de 2017.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

Jonas Oscar Paegle

Prefeito Municipal

Mário Wilson da Cruz Mesquita

Procurador Geral do Município

Ciro Marcial Roza

Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.499/2017 - ERRATA

PORTARIA nº 11.499, 02 DE JANEIRO DE 2017.

(ERRATA)

Nomeia Agente Político.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei n. 3.248/09 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Mariana Martins Resende da Silva para ocupar o cargo de Agente Político, Símbolo AP, como Secretária de Assistência Social e Habitação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 03 de janeiro de 2017.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 02 de janeiro de 2017.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

Jonas Oscar Paegle

Prefeito Municipal

Mário Wilson da Cruz Mesquita

Procurador Geral do Município

Ciro Marcial Roza

Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.511/2017- ERRATA

PORTARIA nº 11.511, 02 DE JANEIRO DE 2017.

(ERRATA)

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar n. 144/09 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar Carolina Maria Dalri Meireles do cargo de provimento em comissão, Padrão CC-1, Diretor-Presidente do Instituto Brusquense de Planejamento.

Art. 2º Esta Portaria entra vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2017.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 02 de janeiro de 2017.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

JONAS OSCAR PAEGLE

Prefeito Municipal

MÁRIO WILSON DA CRUZ MESQUITA

Procurador Geral do Município

CIRO MARCIAL ROZA

Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.512/2017 - ERRATA

PORTARIA nº 11.512, 02 DE JANEIRO DE 2017.

(ERRATA)

Exonera os servidores ocupantes de cargos de provimento em comissão e funções de confiança da Administração Pública Municipal Direta e Autárquica e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c o § 1º do art. 18 da Lei Complementar nº 143, de 31 de agosto de 2009 e alterações, e Lei Complementar n. 144/09 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º No âmbito da Administração Pública Municipal Direta e Autárquica, ficam exonerados, a partir de 02 de janeiro de 2017, do cargo de provimento em comissão de Diretor, Símbolo CC-IV, os servidores a seguir nominados:

Nome	Lotação
Ademir José Moraes	Secretaria Municipal de Turismo
Alcino Cesar da Silva	Secretaria de Orçamento e Gestão/TI
Aline Djulei Monguilhott Machado	Secretaria de Educação
Ana Vani Giral di	Secretaria de Assistência Social e Habitação
Joel Cesar Schwamberger	Secretaria de Orçamento e Gestão
Kelle Cristina Leite Henschel	Secretaria de Educação
Tatiane Leite Dallabrida	Gabinete do Prefeito
Valério de Moraes Kosel	IBPLAN

Art. 2º Esta Portaria entra vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de janeiro de 2017.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 02 de janeiro de 2017.

JONAS OSCAR PAEGLE

Prefeito Municipal

MÁRIO WILSON DA CRUZ MESQUITA

Procurador Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

CIRO MARCIAL ROZA

Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.515/2017 - ERRATA

PORTARIA nº 11.515, 02 DE JANEIRO DE 2017.

(ERRATA)

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a", do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar n. 143, de 31 de agosto de 2009 e alterações, Anexo I-E

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar Adilson Schaefer do cargo de provimento em comissão de Médico Auditor, Padrão CC-I, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de janeiro de 2017.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 02 de janeiro de 2017.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

JONAS OSCAR PAEGLE

Prefeito Municipal

MÁRIO WILSON DA CRUZ MESQUITA

Procurador Geral do Município

CIRO MARCIAL ROZA

Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 7926/2017

DECRETO nº 7.926, DE 06 DE JANEIRO DE 2017

Declara Situação de Emergência nas áreas do Município afetadas por Enxurrada – 1.2.2.0.0, conforme IN/MI 02/2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, Jonas Oscar Paegle, localizado no Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 82 da Lei Orgânica do Município, inciso VI do artigo 8º da Lei Federal n. 12.608, de 10 de abril de 2012.

CONSIDERANDO que nas últimas horas ocorreu significativo aumento do volume pluviométrico no Município;

CONSIDERANDO a ocorrência de enxurrada, caracterizada por chuva intensa e concentrada, no dia 05 de janeiro de 2017, aproximadamente às 16:30h, atingindo parte do município, conforme mapa das áreas afetadas, descritas no Formulário de Informações do Desastre - FIDE;

CONSIDERANDO que as enxurradas ocasionaram sérios danos ao Município, alagando várias regiões, sobretudo nos bairros Limeira, Azambuja, Rio Branco, Dom Joaquim, Santa Rita, Limoeiro, Primeiro de Maio, Cedro Alto, Tomás Coelho, Cedrinho, Zantão, Nova Brasília e Paquetá;

CONSIDERANDO que em decorrência das enxurradas, foram constatados vários pontos de deslizamentos, dentre eles nos bairros Nova Brasília, Limeira, Azambuja, Águas Claras, Batêas, Primeiro de Maio, São Luiz, Ponta Russa, Santa Terezinha, Poço Fundo, Rio Branco, Limoeiro e Cedrinho;

CONSIDERANDO que os alagamentos, bem como os deslizamentos provocaram a interdição de várias vias municipais, especialmente nos bairros supramencionados;

CONSIDERANDO que como consequência deste desastre, resultaram os danos e prejuízos, constantes do Formulário de Informação de Desastres;

CONSIDERANDO que o parecer da Coordenadoria de Defesa Civil do Município, relatando a ocorrência de Enxurradas - 1.2.2.0.0, indica desastre classificado como nível II, segundo o art. 3º da Instrução Normativa n. 2, de 20 de dezembro de 2016, do Ministério da Integração Nacional, e é favorável à declaração de Situação de Emergência;

CONSIDERANDO as informações de que várias pessoas estão desalojadas, dentre as quais buscam acolhimento no abrigo provisório instalado pela Secretaria de Assistência Social e Habitação junto à Arena Multiuso durante o dia de hoje e nos próximos dias.

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada Situação de Emergência no Município de Brusque, em virtude de desastres classificados e codificados nos Formulários de Informações do Desastre – FIDE e demais documentos anexos a este Decreto como Enxurradas – 1.2.2.0.0, conforme a Instrução Normativa n. 2, de 20 de dezembro de 2016, do Ministério da Integração Nacional.

Parágrafo único. Esta situação de emergência é válida apenas para as áreas deste Município, comprovadamente afetadas pelo desastre, conforme prova documental estabelecida pelo Formulário de Informações do Desastre, anexo a este Decreto.

Art. 2º Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC, nas ações de resposta ao desastre e reabilitação do cenário e construção.

Art. 3º Autoriza-se à convocação de voluntários, para reforçar as ações de resposta aos desastres e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMDEC.

Art. 4º De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente:

I - penetrar nas casas, a qualquer hora do dia ou da noite, mesmo sem o consentimento do morador, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação das mesmas;

II - usar da propriedade, inclusive particular, em circunstâncias que possam provocar danos ou prejuízos ou comprometer a segurança de pessoas, instalações, serviços e outros bens públicos ou particulares, assegurando-se ao proprietário indenização ulterior, caso o uso da propriedade provoque danos à mesma.

Parágrafo único. Será responsabilizado o agente da defesa civil ou a autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º De acordo com o estabelecido no artigo 5º do Decreto-lei no 3.365, de 21 de junho de 1941, autoriza-se que se dê início a processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastres.

§ 1º No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.

§ 2º Sempre que possível, essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem das edificações e de reconstrução das mesmas, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.

Art. 6º Com base no inciso IV do artigo 24 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários dos desastres, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir da caracterização do desastre, vedada a prorrogação dos contratos.

Parágrafo único: A dispensa de que trata este artigo aplica-se somente no caso de não haver contrato vigente de fornecimento dos bens, serviços e obras necessários para a gestão da situação de emergência ou no caso de, mesmo havendo contrato vigente, o fornecimento esteja ou venha a ser prejudicado em razão dos próprios desastres que ensejam esta declaração de situação de emergência ou de desastres específicos neste ou em outros municípios,

presente ou futuros.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigor por um prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 06 de janeiro de 2017.
JONAS OSCAR PAEGLE
Prefeito Municipal

MARIO WILSON DA CRUZ MESQUITA
Procurador-Geral do Município

Publicado na Prefeitura Municipal de Brusque, em 28 de abril de 2010.

CIRO MARCIAL ROZA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA N.º 11.510/2017 - ERRATA

PORTARIA N.º 11.510, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.
(ERRATA)

Exonera os servidores ocupantes de cargos de provimento em comissão na Administração Pública Municipal Direta.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a, do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c o § 1º do art. 18 da Lei Complementar nº 143/09, e alterações, Anexo I-E,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a partir de 02 de janeiro de 2017, do cargo de provimento em comissão de Diretor-Geral, Símbolo CC-III, os servidores a seguir nominados:

Nome	Lotação
Rubio Silva Steingraber	Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Julio Cesar dos Santos	Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Murilo Sérgio Popper	Secretaria de Comunicação Social
Cesar Moritz	Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda
Volnei Montibeller	Secretaria da Fazenda
Elpidio João Grignani	Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Luis Fernando Sanni	Secretaria de Saúde

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de janeiro de 2017.

Art. 3º Revogam-se disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 02 de janeiro de 2017.
JONAS OSCAR PAEGLE
Prefeito Municipal

MÁRIO WILSON DA CRUZ MESQUITA
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

CIRO MARCIAL ROZA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA N.º 11.528/2017

PORTARIA N.º 11.528, DE 04 DE JANEIRO DE 2017.

Exonera e declara vacância de cargo público de servidora que menciona.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, na forma do art. 42 da Lei Complementar n.º 147/2009, a servidora Patricia Meurer, matrícula 813389-0, ocupante do cargo efetivo de Agente de Autoridade de Trânsito, lotada na Secretaria de Trânsito e Mobilidade, a partir de 02 de janeiro de 2017.

Art. 2º Declarar a vacância, nos termos do inciso I do art. 41 da Lei Complementar Municipal n.º 147/2009.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de janeiro de 2017.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 04 de janeiro de 2017.

JONAS OSCAR PAEGLE
Prefeito Municipal

MÁRIO WILSON DA CRUZ MESQUITA
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

CIRO MARCIAL ROZA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.508/2017 - ERRATA

PORTARIA nº 11.508, 02 DE JANEIRO DE 2017. (ERRATA)

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a", do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c o § 1º do art. 18 da Lei Complementar n. 143, de 31 de agosto de 2009 e alterações, Anexo I-E,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar Kelly Cristina Medeiros Souza Bergler do cargo de provimento em comissão, Padrão CC-III, como Diretora-Geral lotada na Secretaria de Educação do Município.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de janeiro de 2017.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 02 de janeiro de 2017.

JONAS OSCAR PAEGLE
Prefeito Municipal

MÁRIO WILSON DA CRUZ MESQUITA
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

CIRO MARCIAL ROZA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.509/2017 - ERRATA

PORTARIA nº 11.509, 02 DE JANEIRO DE 2017. (ERRATA)

Exonera os servidores ocupantes de cargos de provimento em comissão e funções de confiança da Administração Pública Municipal Direta, Autárquica e Fundacional e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c o § 1º do art. 18 da Lei Complementar nº 143, de 31 de agosto de 2009 e alterações, Lei Complementar n. 144/09 e alterações, e Lei Complementar n. 145/09,

RESOLVE:

Art. 1º No âmbito da Administração Pública Municipal Direta e Fundacional, ficam exonerados, a partir de 02 de janeiro de 2017, do cargo de provimento em comissão de Coordenador, Símbolo CC-V, os servidores a seguir nominados:

Nome	Lotação
Cátia Regina Pereira	Secretaria de Governo e Gestão Estratégica
Konstantin Harasimov	Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Clotilde Imianowsky	Secretaria de Saúde
Claudinei da Silva	Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Jorge Coradini	Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Adalberto Zanon	Procuradoria-Geral do Município
Luiz Fantini	Secretaria de Saúde
Valdir Rezini	Fundação Cultural de Brusque
Luiz Henrique Ferreira	Secretaria de Orçamento e Gestão
Vilson Bohn	Secretaria de Obras e Serviços Públicos
José Ademar Hebile	Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Afonso Sartori	Fundação Ecológica e Zootécnica de Brusque
Jone João Piazza	Secretaria de Orçamento e Gestão
Jussara Dell Agnolo	Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Sandra da Conceição Bossa	Fundação Cultural de Brusque
Leandro da Rocha	Secretaria de Orçamento e Gestão
Fernando Luis Merisio	Secretaria de Educação
Norival José Maurer	Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Edione Maria Rescarolli Pedrini	Assistência Social e Habitação
Aliani Maria Zorrer	Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Juçara Soleda Visconti Riedel	Secretaria de Orçamento e Gestão
Luiz Gonzaga Zen	Secretaria Municipal de Turismo
Bernardo Cardeal	Secretaria de Saúde
Gilsenei Lopes	Secretaria de Educação
Aline Gohr	Secretaria Municipal de Turismo
João Carlos Paza	Secretaria de Saúde

Luis Carlos Dognini	Fundação Cultural de Brusque
Altino Maçaneiro	Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Jorge de Oliveira	Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Eliseu Muller Junior	Gabinete do Prefeito
José Altino Filho	Secretaria de Orçamento e Gestão
Claudio Roberto Puhler	Fundação Ecológica e Zootécnica de Brusque
Ana Karin Silveira	Secretaria de Orçamento e Gestão
Luiz Carlos Ristow	Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Christiane dos Santos da Silva	Secretaria de Orçamento e Gestão
André Luis Vechini	Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Josiane Hames	Secretaria de Orçamento e Gestão
Fernanda Lippert	Secretaria de Saúde
João Pedro da Silva	Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Pedro Paulo Oliveira Barcelos	Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Alexandre Kenji Honda	Secretaria de Comunicação Social
Olga Luisa dos Santos	Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Cesar Luis Pires	Secretaria de Orçamento e Gestão
Adão dos Santos Cintra	Gabinete do Prefeito
Cristiano Simoni	Secretaria de Orçamento e Gestão
Thelma Zanferari	Secretaria de Saúde
Francielle da Camino	Fundação Municipal do Meio Ambiente
Rosana Hassmann Bertoldi	Secretaria de Saúde
Bruna Beuting de Sousa Bianchini	Secretaria de Comunicação Social
Maria Cristina Setraghi Couceiro de Sousa Santos	Procuradoria-Geral do Município de Brusque
Bruna de Andrade	Secretaria de Saúde
Fernanda Sestrem	Gabinete do Prefeito
Gildete Feltrin da Silva Adriano	Secretaria Municipal de Turismo
Deise Nara Schaefer	Fundação Municipal de Meio Ambiente
Arno de Souza	Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Fabiana Schmidt	Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda
Alexsandro Schappo	Assistência Social e Habitação

Art. 2º No âmbito da Administração Pública Indireta - Autárquica, fica exonerado, a partir de 02 de janeiro de 2017, do cargo de provimento em comissão de Coordenador, Símbolo CC-4, os servidores a seguir nominados:

Nome	Lotação
Nani Helena Gartner Jorge	IBPLAN
Vagner Marchi	IBPLAN

Art. 3º No âmbito da Administração Pública Indireta - Fundação, fica exonerado, a partir de 02 de janeiro de 2017, do cargo de provimento em comissão de Coordenador, Símbolo CC-5, os servidores a seguir nominados:

Nome	Lotação
Amando Otávio Eggert Júnior	Fundação Municipal de Esportes
Leonardo Dutra	Fundação Municipal de Esportes

Art. 4º Esta Portaria entra vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de janeiro de 2017.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 02 de janeiro de 2017.

JONAS OSCAR PAEGLE

Prefeito Municipal

MÁRIO WILSON DA CRUZ MESQUITA

Procurador Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

CIRO MARCIAL ROZA

Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.513/2017 - ERRATA

PORTARIA nº 11.513, 02 DE JANEIRO DE 2017.

(ERRATA)

Exonera os servidores ocupantes de cargos de provimento em comissão e funções de confiança da Administração Pública Municipal Direta e Fundacional e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c § 1º do art. 18 da Lei Complementar nº 143, de 31 de agosto de 2009 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º No âmbito da Administração Pública Municipal Direta e Fundacional, ficam exonerados, a partir de 02 de janeiro de 2017, do cargo de provimento em comissão de Coordenador, Símbolo CC-V, os servidores a seguir nominados:

Nome	Lotação
José Carlos Reis	Secretaria de Trânsito e Mobilidade
Célia Pereira dos Santos	Secretaria de Saúde
Cleber Luiz Soares Nunes	Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Fábio Caetano Pereira	Secretaria de Orçamento e Gestão
Gerson Souza Bueno	Secretaria de Orçamento e Gestão
Rodrigo Fischer Silveira de Souza	Fundação Ecológica e Zootécnica de Brusque
Roxelana Grazielle Moa	Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Victor Marcelino de Almeida Sardo	Secretaria de Saúde

Art. 2º Esta Portaria entra vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de janeiro de 2017.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 02 de janeiro de 2017.

JONAS OSCAR PAEGLE

Prefeito Municipal

MÁRIO WILSON DA CRUZ MESQUITA

Procurador Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

CIRO MARCIAL ROZA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.534/2017

PORTARIA Nº 11.534, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

Designa Pregoeira e compõe Equipe de Apoio para atuarem em licitações na modalidade de pregão, no âmbito da Prefeitura Municipal de Brusque.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do artigo 111 da Lei Orgânica do Município, c/c art. 51 da Lei de Licitações (Lei nº 8666/93),

RESOLVE:

Art. 1º Designar para atuar como Pregoeira em licitações na modalidade de pregão, no âmbito da Prefeitura Municipal de Brusque, para o exercício de 2017, a servidora Christiane dos Santos da Silva.

Art. 2º Ficam designados para atuarem como membros da Equipe de Apoio em licitações na modalidade de pregão, no âmbito da Prefeitura Municipal de Brusque, os servidores: Jair João Fernandes Filho, Gilberto Raul Scherer, Frederico Botelho Neto, Carolina Pastor, Daiane Franciele Goettems Cesari, Angelo Segatta e Anderson Viana Zaguini.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 06 de janeiro de 2017.

JONAS OSCAR PAEGLE
Prefeito Municipal

MÁRIO WILSON DA CRUZ MESQUITA
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

CIRO MARCIAL ROZA
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 11.536/2017

PORTARIA nº 11.536, 06 DE JANEIRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar n. 143/09 e alterações, Anexo I-E

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar Adalberto Zen do cargo de provimento em comissão, de Diretor, Padrão CC-IV, lotado na Secretaria de Trânsito e Mobilidade.

Art. 2º Esta Portaria entra vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 06 de janeiro de 2017.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 06 de janeiro de 2017.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/

SC.

JONAS OSCAR PAEGLE
Prefeito Municipal

MÁRIO WILSON DA CRUZ MESQUITA
Procurador Geral do Município

CIRO MARCIAL ROZA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PROCESSO LICITATÓRIO N. 007-2016 - REVOGAÇÃO

Extrato de revogação. Processo Licitatório n. 007/2016. Pregão n. 003/2016. Fundamento legal: Súmula 473 do STF. Data: 09/01/2017. Signatário: Mariana Martins Resende da Silva Secretária de Assistência Social e Habitação.

DECRETO Nº 7926/2017 - ANEXO I

SISTEMA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL - SINPDEC

Formulário de Informações do Desastre - FIDE

1. IDENTIFICAÇÃO

UF: SC	Município: Brusque	Código IBGE: 4202909	
População (habitantes)	PIB (Anual)	Orçamento (anual)	Arrecadação (anual)
105.495	0,00	0,00	0,00
Receita corrente líquida (mensal)		Receita corrente líquida (anual)	
0,00		0,00	

PROTOCOLO Nº SC-F-4202909-12200-20170105

2. TIPIFICAÇÃO

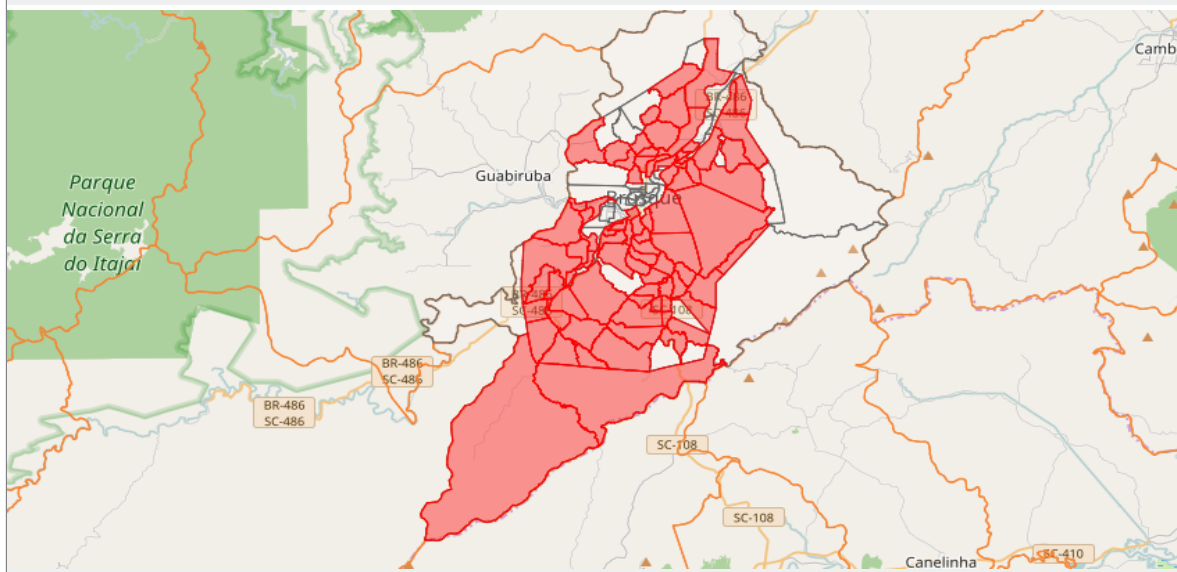
COBRADE	Denominação(Tipo ou Subtipo)
12200	Enxurradas

3. DATA DA OCORRÊNCIA DO DESASTRE

Dia	Mês	Ano	Horário
05	01	2017	16:30

4. ÁREA AFETADA

4.1 Área afetada/Tipo de ocupação	Não existe/ Não afetada	Urbana	Rural	Urbana e rural
Residencial				X
Comercial		X		
Industrial				X
Agrícola	X			
Pecuária	X			
Extrativismo vegetal	X			
Reserva florestal ou APA	X			
Mineração		X		
Turismo e outras		X		
4.2 Seleção das áreas afetadas				



4.3 Descrição das áreas afetadas

Face ao elevado volume de chuva precipitado, associado a avançada idade dos sistemas de drenagem do município, além da ocupação desordenada do território da cidade, ocorreram alagamentos em vários pontos da cidade, afetando principalmente os seguintes Bairros da zona urbana do município: Limeira, Azambuja, Rio Branco, Dom Joaquim, Santa Rita, Limoeiro, Primeiro de Maio, Cedro Alto, Tomas Coelho, Cedrinho, Zantão, Nova Brasília, Paquetá. Dê igual forma as áreas rurais do município, também fora afetada pelo desastre, principalmente nas localidades: Limeira alta, Cedro Grande, Taquarussu e Bela Vista. Tendo em vista que o município já vinha passando por eventos de enxurradas de pequena monta, nos últimos dias, o solo de várias encostas da cidade já se encontravam saturados, desta forma ocorreram deslizamentos em vários bairros da cidade principalmente nos bairros a seguir: Nova Brasília, Limeira, Azambuja, Águas Claras, Bateas, Primeiro de Maio, São Luiz, Ponta Russa, Santa Terezinha, Poço Fundo, Rio Branco, Limoeiro, Cedrinho. Os deslizamentos também acometeram as áreas rurais do município, porém se concentrando nas localidades Cedro Grande e Taquarussu.

5. CAUSAS E EFEITOS DO DESASTRE

Precipitação Abrupta, com acumulado de 92,4 milímetros, em pouco menos de uma hora, causando o alagamento dos bairros descritos, não havendo tempo hábil, para a emissão de alerta a população, deste modo a população não conseguiu levantar/retrair seus pertences antes que as residências fossem invadidas pelas águas, ainda conforme já descrito as fortes chuvas associadas ao solo já encharcado de várias encostas ocorreram vários pontos de deslizamentos na cidade. Com a incidência dos alagamentos e deslizamentos ocorridos várias ruas do município, ficaram interditadas, não possibilitando o trânsito na cidade.

6. DANOS HUMANOS, MATERIAIS OU AMBIENTAIS

6.1 DANOS HUMANOS Informar a quantidade de mortos, feridos, enfermos, desabrigados, desalojados, desaparecidos e outras pessoas que foram diretamente afetadas pelo desastre, desde que necessitem de auxílio do poder público ou cujos bens materiais tenham sido danificados/destruídos.	Discriminação		Quantidade
	Mortos	Pessoas que perderam suas vidas em decorrência direta dos efeitos do desastre.	0
	Feridos	Pessoas que sofreram lesões em decorrência direta dos efeitos do desastre e necessitam de intervenção médico-hospitalar, materiais e insumos de saúde (medicamentos, médicos, etc.).	0
	Enfermos	Pessoas que desenvolveram processos patológicos em decorrência direta dos efeitos do desastre.	0
	Desabrigados	Pessoas que necessitam de abrigo público, como habitação temporária, em função de danos ou ameaça de danos causados em decorrência direta dos efeitos do desastre.	20
	Desalojados	Pessoas que, em decorrência dos efeitos diretos do desastre, desocuparam seus domicílios, mas não necessitam de abrigo público.	1.800
	Desaparecidos	Pessoas que necessitam ser encontradas, pois, em decorrência direta dos efeitos do desastre, estão em situação de risco de morte iminente e em locais inseguros/perigosos.	0
	Outros afetados	Pessoas afetadas diretamente pelo desastre (excetuando as já informadas acima)	50.000
TOTAL DE AFETADOS			51.820

6.1.1 Descrição

Os desabrigados registrados, se devem a interdição das residências descritas no item 6.2 deste formulário, as quais já não guardam condições seguras de habitabilidade. Para o levantamento de pessoas desalojadas utilizou-se o número de residências afetadas diretamente pelas águas multiplicando-se o número de edificações por 4. Quanto ao número dos outros afetados fora estimado com base nas áreas afetadas e a população do município, tendo em vista que com os alagamentos e deslizamentos várias vias da cidade ficaram interditadas, quase toda população da cidade fora afetada.

6.2 DANOS MATERIAIS Informar a quantidade de instalações de ensino, saúde, uso comercial ou comunitário, unidades habitacionais ou de obras de infraestrutura danificadas ou destruídas pelo desastre.	Discriminação	Quantidades danificadas	Quantidades destruídas	Valor (R\$)
	Unidades habitacionais	441	9	0,00
	Instalações públicas de saúde	1	0	0,00
	Instalações públicas de ensino	0	0	0,00
	Instalações públicas prestadoras de outros serviços	1	0	0,00
	Instalações públicas de uso comunitário	1	0	0,00
	Obras de infraestrutura pública	4	1	0,00

6.2.1 Descrição

As "unidades habitacionais" danificadas encontram-se dispersas pelos bairros citados no item 4.3, e as "unidades destruídas" estão localizadas nos logadouros a seguir: a) Rua Jose Winter nº 273 - Aptº 1, 2, 3 e 4 - Bairro Nova Brasília b) Rua Jose Winter nº 260 - Bairro Nova Brasília c) Rua Joaquim Zucco nº 673 - Bairro Nova Brasília d) Rua DJ-019 s/nº - Bairro Dom Joaquim e) Rua CD-023 nº 180 - Bairro Cedrinho f) Rua Florencio Day s/nº - Bairro Azambuja A "Instalação Pública de Saúde" danificada, trata-se da Unidade Básica de Saúde do Bairro Nova Brasília, localizada na Rua Oswaldo Niebuhr s/nº. A "Instalação Pública Prestadora de outros Serviços" danificada, trata-se do Centro de Operações da Polícia Militar - Copom, localizada na Rua Dorval Luz, 90 - Bairro Santa Terezinha. A "Instalação Pública de Uso Comunitário" danificada trata-se do "Centro Comunitário" da comunidade Santa Catarina de Alexandria, localizada na Rua Oswaldo Niebuhr s/nº - Bairro Nova Brasília.

6.3 DANOS AMBIENTAIS	Discriminação	Sim	Não	População do município atingida
			X	

Informar as alterações ocorridas no meio ambiente que comprometeram a qualidade ambiental em decorrência direta dos efeitos do desastre.	Poluição ou contaminação do ar		X	
	Poluição ou contaminação do solo		X	
	Diminuição ou exaurimento hídrico	X		DE 10% A 20% DA POPULAÇÃO AFETADA
	Incêndios em parques, APA's ou APP's	Sim	Não	Área atingida

6.3.1 Descrição

Os danos ambientais se deram em virtude da necessidade de paralisação do sistema de tratamento de água do município, em virtude da queda da rede transmissão de energia elétrica.

7. PREJUÍZOS ECONÔMICOS PÚBLICOS E PRIVADOS

7.1 PREJUÍZOS ECONÔMICOS PÚBLICOS

Informar o valor estimado de prejuízos econômicos públicos relacionados com os serviços essenciais prejudicados.

Valor total do prejuízo econômico (setor público)
R\$ 0,00

Serviço essencial prejudicado Serviço essencial público prejudicado ou interrompido.	Valor do prejuízo (R\$)
Assistência médica, saúde pública e atendimento de emergências médicas	0,00
Abastecimento de água potável	0,00
Esgoto de águas pluviais e sistema de esgotos sanitários	0,00
Sistema de limpeza urbana e de recolhimento e destinação do lixo	0,00
Sistema de desinfestação/desinfecção do habitat/controle de pragas e vetores	0,00
Geração e distribuição de energia elétrica	0,00
Telecomunicações	0,00
Transportes locais, regionais e de longo curso	0,00
Distribuição de combustíveis, especialmente os de uso doméstico	0,00
Segurança pública	0,00
Ensino	0,00

7.1.1 Descrição

Os valores dos prejuízos causados pelo desastre encontram-se na fase de apuração não sendo possível estimá-los até o presente

7.2 PREJUÍZOS ECONÔMICOS PRIVADOS

Valor das perdas nos setores da agricultura, pecuária, indústria, comércio e serviços ocorridas em decorrência direta dos efeitos do desastre.

Valor total do prejuízo econômico (setor privado)
R\$ 0,00

Setores da economia	Valor do prejuízo (R\$)
Agricultura	0,00
Pecuária	0,00
Indústria	0,00
Comércio	0,00
Serviços	0,00

7.2.1 Descrição

Os valores dos prejuízos causados pelo desastre encontram-se na fase de apuração não sendo possível estimá-los até o presente

8. INSTITUIÇÃO INFORMANTE

Data do preenchimento

Nome do responsável pelas informações: Adão dos Santos Cintra
Cargo: Coordenador
Telefone de contato: 4733967413
E-mail: adao.cintra@brusque.sc.gov.br

Dia	Mês	Ano
06	01	2017
Última alteração		
08	01	2017

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL - SEDEC
Esplanada dos Ministérios, Bloco E, 7º andar, sala 704
CEP: 70.067-901 – Brasília/DF
Contato: 0800 644 0199



Ministério da
Integração Nacional

Caçador

PREFEITURA

PORTARIA Nº 27.566

PORTARIA Nº 27.566, de 02 de janeiro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 284, de 19 de dezembro de 2014, que dispõe sobre o Modelo de Gestão e a Estrutura Organizacional da Administração Pública Municipal,

RESOLVE:

CESSAR OS EFEITOS das portarias abaixo relacionadas, que colocaram Servidores Públicos à disposição das diversas Secretarias e órgãos da Administração Pública, com efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016, especificando matrícula, nome, cargo, local da disposição, local de origem e portaria de disposição, conforme segue:

Matrícula	Nome	Cargo	Local da Disposição	Local de Origem	Nº Portaria Disposição
349	Ana Maria Moretti Bortolon	Professor Ensino Fundamental II	Fundação Cultura	Educação	22.490, de 20 de março de 2013
4273	Ana Maria Miozzo Vidal	Auxiliar de Creche e Berçário	Assistência Social	Educação	22.398, de 19 de fevereiro de 2013
1200	Carla Cavalheiro Dallazem	Secretário Escolar	Administração	Educação	22.398, de 19 de fevereiro de 2013
587	Elizabete Aparecida Lusa	Auxiliar de Creche e Berçário	Gabinete do Prefeito	Educação	22.349, de 13 de fevereiro de 2013
10540	Franciele Perego	Secretário Escolar	Gabinete do Prefeito	Educação	22.349, de 13 de fevereiro de 2013
1507	Ivonete Ruppel Mello	Secretário Escolar	Gabinete do Prefeito	Educação	22.349, de 13 de fevereiro de 2013
1238	Márcio Henrique Ribeiro da Silva Coelho	Secretário Escolar	Gabinete do Prefeito	Educação	22.349, de 13 de fevereiro de 2013

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 02 de janeiro de 2017.
Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.578

PORTARIA Nº 27.578, de 02 de janeiro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 284, de 19/11/2014, que dispõe sobre o Modelo de Gestão e a Estrutura Organizacional da Administração Pública,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR JOSÉ CÁSSIO DOS SANTOS, para ocupar o cargo de Assessor de Gabinete do Prefeito, pertencente ao Grupo Ocupacional Comissão, referência CC-3, vinculado ao Gabinete do Prefeito, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais e efeitos a partir de 09 de janeiro de 2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 02 de janeiro de 2017.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.581

PORTARIA Nº 27.581, de 05 de janeiro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do inciso VIII, do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 31, da Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004- Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador e Lei Complementar nº 291, de 29/04/2015, que reestrutura o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Caçador - RPPS, e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º. COLOCAR à disposição do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Caçador – IPASC, o Servidor Público Municipal FÁBIO DENIZ CASAGRANDE, matrícula 838, ocupante do cargo de Auxiliar de Contabilidade, lotado na Secretaria Municipal da Fazenda, com ônus para o Instituto e efeitos a partir de 09 de janeiro de 2017.

Art. 2º. DESIGNAR o Servidor FÁBIO DENIZ CASAGRANDE, para exercer as funções de Diretor Administrativo e Financeiro do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador – IPASC, com a percepção de sua remuneração e mais até 50% (cinquenta por cento) sobre seus vencimentos básicos, limitado o valor total de sua remuneração, incluídas as vantagens pessoais, ao subsídio do Secretário Municipal, nos termos do art. 87, da Lei Complementar nº 291, de 29/04/2015, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais e efeitos a partir de 09 de janeiro de 2017.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 05 de janeiro de 2017.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.582

PORTARIA Nº 27.582, de 06 de janeiro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do inciso V, art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 284, de 19 de dezembro de 2014, que dispõe sobre o Modelo de Gestão e a Estrutura Organizacional da Administração Pública Municipal,

RESOLVE

Art. 1º NOMEAR ALEXANDRE SCHERMACH, para ocupar o cargo de Assessor de Controle Interno, pertencente ao Grupo Ocupacional Comissão, referência CC-2, vinculado ao Gabinete do Prefeito, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais e efeitos a partir de 09 de janeiro de 2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 06 de janeiro de 2017.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.583

PORTARIA Nº 27.583, de 06 de janeiro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do inciso V, art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 284, de 19 de dezembro de 2014, que dispõe sobre o Modelo de Gestão e a Estrutura Organizacional da Administração Pública Municipal,

RESOLVE

Art. 1º NOMEAR RODRIGO ALVES DE MORAIS, para ocupar o cargo de Secretário Adjunto para assuntos da Fazenda, pertencente ao Grupo Ocupacional Comissão, referência CC-2, vinculado à Secretaria Municipal da Fazenda, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais e efeitos a partir de 09 de janeiro de 2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 06 de janeiro de 2017.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Camboriú

PREFEITURA

ERRATA PORTARIA 023/2017

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
TERMO DE ERRATA DA PORTARIA Nº 023/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração vem comunicar que a portaria 023/2017 sofreu a seguinte alteração:

Foi alterado o nome do membro da equipe de apoio:

- onde lê-se:

TALITA LINHARES VELOSO leia-se:

TALITA CRISTIANE LINHARES VELOSO

Permanecem inalteradas as demais informações da portaria.

Camboriú SC, 09 de Janeiro de 2017.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

PR 001/17 - PMC

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 001/2017- PMC

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PUBLICAÇÃO DE ATOS OFICIAIS EM JORNAL DE CIRCULAÇÃO DIÁRIA E NÍVEL ESTADUAL, PARA PUBLICAÇÃO DE AVISO DE LICITAÇÕES ATENDENDO A LEI Nº8.666/93.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002, Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações e Lei Complementar 123/06 alterada pela lei 147/14.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 13:00 horas do dia 20 (Vinte) de Janeiro de 2017, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú 09 de Janeiro de 2017.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

RESULTADO DO PR 103/16 - PMC

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 103/2016-PMC

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração torna público que o resultado da licitação foi:

“DESERTA COM REPETIÇÃO DO FEITO”

Quaisquer esclarecimentos podem ser obtidos pelo telefone 047 3365-9500.

Camboriú SC, 09 de Janeiro de 2017.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

PREFEITO MUNICIPAL

TERMO DE COLABORAÇÃO DO 1 AO 7

RESUMO DOS TERMOS DE COLABORAÇÃO

FIA

Termo de Colaboração nº 001/2017

Instituição: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Camboriú

Data: 06/01/2017

Prazo: 10 (dez) meses.

Valor do repasse: R\$ 160.800,00 (cento e sessenta mil e oitocentos reais)

Objeto: O presente Termo de Colaboração tem por objeto a transferência de recursos financeiros destinados à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Camboriú, com a finalidade de custear as despesas com a execução do Projeto “DESAFIANDO LIMITES INCLUSÃO E CIDADANIA”, de modo a desenvolver ações com crianças e adolescentes com deficiência ou não, gestantes e agentes de saúde, voltadas ao diagnóstico, acompanhamento e inclusão social.

Termo de Colaboração nº 002/2017

Instituição: Sociedade Banda Escola Musicor

Data: 06/01/2017

Prazo: 12 (doze) meses

Valor do repasse: R\$ 66.330,00 (sessenta e seis mil trezentos e trinta reais)

Objeto: O presente Termo de Colaboração tem por objeto a transferência de recursos financeiros destinados à Sociedade Banda Escola Musicor, com a finalidade de custear as despesas com a execução do Projeto “INCLUSÃO DE RITMOS E PESSOAS”, de modo a atender crianças e adolescentes, a partir de 10 (dez) anos de idade, com o ensino e a valorização da cultura de banda e música instrumenta, fortalecendo dessa forma os valores morais, familiares e sociais.

Termo de Colaboração nº 003/2017

Instituição: Associação de Pais de Atletas de Futebol de Campo da Cidade de Camboriú e Região – GURI BOM DE BOLA

Data: 06/01/2017

Prazo: 12 (doze) meses

Valor do repasse: R\$ 121.680,00 (cento e vinte e um mil seiscentos e oitenta reais)

Objeto: O presente Termo de Colaboração tem por objeto a transferência de recursos financeiros destinados à Associação de Pais de Atletas de Futebol de Campo da Cidade de Camboriú e Região – GURI BOM DE BOLA, com a finalidade de custear as despesas com a execução do Projeto “FUTEBOL EDUCACIONAL ESPORTIVO FUTEBOL CIDADÃO”, que objetiva incentivar a prática do futebol por meio de atividades de iniciação esportiva para crianças, jovens e adolescentes em situação de vulnerabilidade.

Termo de Colaboração nº 004/2017

Instituição: Grupo Escoteiro Terra do Vale

Data: 06/01/2017

Prazo: 12 (doze) meses

Valor do repasse: R\$ 30.000,00 (trinta mil reais)

Objeto: O presente Termo de Colaboração tem por objeto a transferência de recursos financeiros destinados ao Grupo Escoteiro Terra do Vale, com a finalidade de custear as despesas com a execução do Projeto “ESCOTEIROS DE CAMBORIÚ, AS CRIANÇAS QUE QUE-REMOS PARA SOCIEDADE”, que objetiva promover a inclusão de

crianças e jovens do Município no Movimento Escoteiro, de modo a contribuir para seu desenvolvimento e formação do caráter, por meio da realização de atividades próprias do escotismo e foco no envolvimento com as demais crianças da comunidade.

Termo de Colaboração nº 005/2017

Instituição: Associação Beneficente Razão de Viver

Data: 06/01/2017

Prazo: 12 (doze) meses

Valor do repasse: R\$ 122.340,00 (cento e vinte e dois mil trezentos e quarenta reais)

Objeto: O presente Termo de Colaboração tem por objeto a transferência de recursos financeiros destinados a Associação Beneficente Razão de Viver, com a finalidade de custear as despesas com a execução do Projeto "FORMANDO CIDADÃOS", que objetiva auxiliar no desenvolvimento humano, educacional, cultural e psicológico de parte da população carente dos bairros: Tabuleiro, Monte Alegre, Conde de Vila Verde, Bela Vista e adjacências.

Termo de Colaboração nº 006/2017

Instituição: Associação Comunitária Beneficente Torre Forte (LATARTE)

Data: 06/01/2017

Prazo: 12 (doze) meses

Valor do repasse: R\$ 378.765,00 (trezentos e setenta e oito mil setecentos e sessenta e cinco reais)

Objeto: O presente Termo de Colaboração tem por objeto a transferência de recursos financeiros destinados à Associação Comunitária Beneficente Torre Forte, com a finalidade de custear as despesas com a execução do Projeto "LATARTE", o qual atua no processo de formação pessoal e profissional de crianças e adolescentes deste Município, tendo como eixo norteador a música, por meio de atividades socioeducativas, culturais e profissionalizantes, de modo a fortalecer os vínculos familiares e reduzir a exposição à situações de risco social.

Termo de Colaboração nº 007/2017

Instituição: Ação Social e Cultural de Monte Alegre

Data: 06/01/2017

Prazo: 12 (doze) meses

Valor do repasse: R\$ R\$ 81.102,00 (oitenta e um mil cento e dois reais)

Objeto: O presente Termo de Colaboração tem por objeto a transferência de recursos financeiros destinados a Ação Social e Cultural de Monte Alegre, com a finalidade de custear as despesas com a execução do Projeto "VALORIZAÇÃO DA PESSOA ATRAVÉS DA MÚSICA", que objetiva beneficiar aproximadamente 120 famílias em situação de risco social, em especial com ensino de música, entre outras oficinas, bem como com o apoio sócio familiar à criança e adolescentes e seus familiares.

Ramon Marcides Jacob

Secretário Municipal de Administração

Campo Alegre

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2017 FMAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2017FMAS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 11/2016 - Modalidade Pregão Presencial

Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos dois dias do mês de janeiro de 2017, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para eventual aquisição de gasolina comum para os veículos do Fundo Municipal de Assistência Social, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL e a empresa AUTO POSTO JK LTDA, CNPJ: 76.856.822/0001-30, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 11/2016, modalidade Pregão Presencial, para Sistema de Registro de Preços.

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	3.000	Litro	Gasolina comum	3,56	10.680,00
VA- LOR TO- TAL				R\$ 10.680,00	

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafoado, independentemente de sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ
Pregoeira

JOÃO ALAOR NENEVE CORDEIRO
AUTO POSTO JK LTDA
Representante legal

CONVOCAÇÃO Nº 001/2017

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2015

CONVOCAÇÃO Nº 001/2017

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR o Sr. CAIO MASTELLA ENKE, inscrito no CPF/MF sob nº 083.260.749-50, aprovado em 4º lugar no Processo Seletivo nº 001/2015-/PMCA, para o Cargo Público exercendo a Função de ODONTÓLOGO I – 20 HORAS SEMANAIS, para assumir o respectivo cargo. O convocado deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC., até as 17:00h do dia 12 de janeiro de 2017, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal, sito a Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada.

Campo Alegre/SC., 09 de janeiro de 2017.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

CAROLINA DA COSTA TELMA
Secretária Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social

DECRETO Nº 10.226 DE 09 DE JANEIRO DE 2017

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 10.226 DE 09 DE JANEIRO DE 2017

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO A PEDIDO DA ASSESSORA JURÍDICA, CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso V do Artigo 71 da Lei Orgânica Municipal, promulgada em data de 05 de Abril de 1990; Decreta:

Art.1º) Exonerar a pedido a Srª. CAROLINE DA COSTA SILVÉRIO KAMAROSKI, Registro no Sistema sob nº 955637, ocupante do cargo de Assessora Jurídica, do Quadro de Cargos de Provimento em Comissão a partir desta data.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
09 de janeiro de 2017.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 10/01/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 10.227 DE 09 DE JANEIRO DE 2017

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 10.227 DE 09 DE JANEIRO DE 2017
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO EM CARGO DE PROVIMENTO COMISSÃO ASSESSOR JURÍDICO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial ao Artigo 18, inciso II e Artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002 em seu Art. 7º, § 2º e Art. 29; Decreta:

Art.1º) Nomear o Senhor ESTEVÃO SERAFINI, Registro no Sistema sob nº 955645, para ocupar o cargo de Assessor Jurídico, Código 03, lotado no Gabinete do Prefeito, a partir de 09 de janeiro de 2017.

Art.2º) O Assessor Jurídico, perceberá a remuneração fixada em Lei, estabelecida no Anexo II da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
09 de janeiro de 2017.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 10/01/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 10.228 DE 09 DE JANEIRO DE 2017

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 10.228 DE 09 DE JANEIRO DE 2017
DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DO CARGO DE CHEFE DO SERVIÇO DE PATRIMÔNIO, SEGURANÇA, PROTOCOLO E ARQUIVO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso V do Artigo 71 da Lei Orgânica Municipal, promulgada em data de 05 de Abril de 1990; Decreta:

Art.1º) Exonerar LÍLIAN TEREZINHA BARTSCH, Matrícula Funcional nº 000093, Registro no Sistema sob nº 295720, do Cargo de Chefe do Serviço de Patrimônio, Segurança, Protocolo e Arquivo, Função Gratificada FG-1, Código nº 09, a partir de 09 de janeiro de 2017.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
09 de janeiro de 2017.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 10/01/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 10.229 DE 09 DE JANEIRO DE 2017
GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 10.229 DE 09 DE JANEIRO DE 2017

REVOGA TODAS AS DISPOSIÇÕES DO DECRETO MUNICIPAL Nº 9.711 DE 01 DE ABRIL DE 2016.

O Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 18, Inciso II e Artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal; Decreta:

Art.1º) Revogar todas as disposições do Decreto Municipal nº 9.711 de 01 de abril de 2016, a partir de 09 de janeiro de 2017.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
09 de janeiro de 2017.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 10/01/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 10.230 DE 09 DE JANEIRO DE 2017
GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 10.230 DE 09 DE JANEIRO DE 2017
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 71 Inciso V da Lei Orgânica Municipal; Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002 em seu Artigo 29; Decreta:

Art.1º) Nomear EDILSON PRUCKNESKI, para exercer o cargo de Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico, Registro no Sistema sob nº 955646, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, a partir de 09 de janeiro de 2017.

Art.2º) O Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico, perceberá o Subsídio de Secretário Municipal fixado em Lei.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
09 de janeiro de 2017.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 10/01/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 10.231 DE 09 DE JANEIRO DE 2017

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 10.231 DE 09 DE JANEIRO DE 2017

NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES QUE MENCIONA.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições privativas que lhe são conferidas pelos Incisos VII e XIII do Artigo 71 da Lei Orgânica Municipal e nos termos do Inciso XVI do Artigo 6º da Lei Federal nº 8.666/93 e Artigo 3º do Decreto Municipal nº 2.634 de 02 de janeiro de 2001;

DECRETA:

Art.1º) Nomear MARIA CRISTINA MARCINIAK MUNHOZ, ocupante do Cargo Público Agente Administrativo II, exercendo a Função Gratificada de Chefe do Serviço de Suprimentos, Matrícula Funcional nº 335; PATRICK ONGHERO, ocupante do Cargo Público Agente Administrativo II, Matrícula Funcional nº 000609; IRINEU WOITSKOVSKI JÚNIOR, Matrícula Funcional nº 000707, ocupante do Cargo Público Agente Administrativo III, comporem a Comissão Permanente de Licitações do Poder Executivo deste Município, com mandato para o exercício de 2017, com Assessoria Jurídica do Assessor Jurídico do Poder Executivo Municipal.

Parágrafo Único – Nomeia: ANA FLÁVIA MARCINIAK, Matrícula Funcional nº 000777, ocupante do Cargo Público de Agente Administrativo II; JEFFERSON JEAN DUVOISIN, Matrícula Funcional nº 337, ocupante do Cargo de Provisão em Comissão de Diretor Executivo do IPRECAL; LÍLIAN TEREZINHA BARTSCH, Matrícula Funcional nº 000093; ocupante do Cargo Público de Agente Administrativo II, membros Suplentes da Comissão Permanente Licitatória referida no Caput deste Artigo.

Art.2º) São atribuições da Comissão Permanente de Licitações as constantes do Artigo 3º do Decreto Municipal nº 2.634 de 02 de janeiro de 2001.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 9.522 de 07 de janeiro de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
09 de janeiro de 2017.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 10/01/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 10.232 DE 09 DE JANEIRO DE 2017

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 10.232 DE 09 DE JANEIRO DE 2016

DESIGNA PREGOEIRA PÚBLICA MUNICIPAL E EQUIPE DE APOIO E DISPÕE SUAS ATRIBUIÇÕES.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em cumprimento o que estabelece o disposto no Artigo 3º, Inciso IV da Lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e suas alterações; Decreta:

Art.1º) Designar a Servidora Pública Municipal MARIA CRISTINA MARCINIAK MUNHOZ, ocupante do Cargo Público de Agente Administrativo II, exercendo a Função Gratificada de Chefe do Serviço de Suprimentos, do Poder Executivo Municipal, Matrícula Funcional nº 335, para exercer a Função de PREGOEIRA PÚBLICA MUNICIPAL a partir desta data.

Parágrafo único: Na ausência da Pregoeira Pública Oficial, fica designado o Servidor Público Municipal PATRICK ONGHERO, Agente Administrativo II, Matrícula Funcional nº 000609, para substituí-la.

Art.2º) Ficam designados para integrar a Equipe de Apoio no que tange o estabelecido pela Lei Federal nº 10.520/02, e suas alterações os seguintes Servidores Públicos Municipais:

I – ANA FLÁVIA MARCINIAK, Agente Administrativo II, Matrícula Funcional nº 000777;
II – IRINEU WOITSKOVSKI JÚNIOR, Agente Administrativo III, Matrícula Funcional nº 000707;
III – PATRICK ONGHERO, Agente Administrativo II, Matrícula Funcional nº 000609.

Art.3º) São atribuições da Pregoeira Pública Municipal e da respectiva Equipe de Apoio:

I – receber as propostas e lances;
II – analisar a aceitabilidade e a classificação das propostas e lances;
III – habilitar e adjudicar ao(s) licitante(s) vencedor(es) o objeto do Certame Público realizado pela Municipalidade;
IV – e quaisquer outras definidas em legislação aplicável à espécie, direta ou subsidiariamente, em especial as Leis Federais nº 8.666/93 e 10.520/02 e suas respectivas alterações.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO

Art.5º) Revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto Municipal nº 9.523 de 07 de janeiro de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
09 de janeiro de 2017.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 10/01/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

EXTRATO DE CONTRATO 01/2017 FMAS

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CAMPO ALEGRE-SC
EXTRATO DE CONTRATO Nº 01/2017 FMAS

Objeto: aquisição de 03 (três) mil litros de combustível (gasolina comum), para os veículos da Assistência Social, descrito na Cláusula Primeira, de acordo com o Processo Licitatório, modalidade Pregão Presencial, nº 11/2016.
Dotação orçamentária:

Entidade	1	Prefeitura Municipal de Campo Alegre
Órgão	92.00	Fundo Municipal de Assistência Social de Campo Alegre
Unidade	92.01	Manutenção das Atividades Sociais
Função	08	Assistência Social
Subfunção	244	Assistência Comunitária
Programa	100	Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF
Projeto	2.950	Manut. e Coordenação das Atividades de Assistência Social
Elemento de Despesa	3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo

Vigência: 02/01/2017 a 31/12/2017.

Do valor total: R\$ 10.680,00 (dez mil, seiscentos e oitenta reais)

Contratado: AUTO POSTO JK LTDA – CNPJ 76.856.822/0001-30

Base Legal: Lei Federal 8.666/93 e alterações.

Carolina da Costa Telma
Gestora

PORTARIA Nº 13.937 DE 09 DE JANEIRO DE 2017

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 13.937 DE 09 DE JANEIRO DE 2017
DISPÕE SOBRE LOTAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 71, Inciso IX da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e em especial a Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002, alterada pela Lei Complementar Municipal nº 067 de 24 de Julho de 2009; Resolve:

Art.1º) A Servidora Pública Municipal LÍLIAN TEREZINHA BARTSCH, Matrícula Funcional nº 000093, Registro no Sistema sob nº 295720, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Agente Administrativo II, nomeada pelo Decreto Municipal nº 931 de 01 de março de 1991, sua lotação passa a ser na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, a partir de 09 de janeiro de 2016.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
09 de janeiro de 2017.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 10/01/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 13.938 DE 09 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 13.938 DE 09 DE JANEIRO DE 2017

ALTERA DISPOSIÇÕES DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 1º DA PORTARIA Nº 11.084 DE 18 DE JULHO DE 2014.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal; Resolve:

Art.1º) Alterar a redação do Parágrafo único do Artigo 1º da Portaria nº 11.084 de 18 de julho de 2014, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

“Parágrafo único – A cessão de que trata o Caput deste Artigo será até a data de 31 de dezembro de 2017”.

Art.2º) A alteração de que trata o referido Parágrafo único, se dá em razão da prorrogação da cessão do Servidor Público Municipal.

Art.3º) As demais disposições previstas na Portaria nº 11.084 de 18 de julho de 2014 permanecem vigentes na íntegra.

Art.4º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos retroativos a 31 de dezembro de 2016.

Art.5º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
09 de janeiro de 2017.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 10/01/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 13.939 DE 09 DE JANEIRO DE 2017

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.939 DE 09 DE JANEIRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias ao Servidor Público Municipal ANDRÉ LUIZ NIEMEYER, Matrícula Funcional nº 000438, Registro no Sistema sob nº 954330, ocupante do Cargo Público de Técnico em Nível Médio, na Função de Técnico em Processamento de Dados, lotado na Secretaria Municipal de Administração, a disposição do Fórum da Comarca do Município de São Bento do Sul/SC., pela Portaria nº 13.938 de 09 de janeiro de 2017, com efeitos retroativos a partir de 01 de janeiro de 2017.

Parágrafo único: As férias de que trata o Caput deste Artigo referente ao período aquisitivo de 10 de maio de 2014 a 09 de maio de 2015.

Art.2º) O Servidor gozará as férias no período de 09 de janeiro de 2017 á 18 de janeiro de 2017, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
09 de janeiro de 2017.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 10/01/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 13.940 DE 09 DE JANEIRO DE 2017

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.940 DE 09 DE JANEIRO DE 2017

ALTERA DISPOSIÇÕES DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 1º DA PORTARIA Nº 12.200 DE 03 DE SETEMBRO DE 2015.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal; Resolve:

Art.1º) Alterar a redação do Parágrafo único do Artigo 1º da Portaria nº 12.200 de 03 de setembro de 2015, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

“Parágrafo único – A cessão de que trata o Caput deste Artigo será até a data de 03 de setembro de 2015”.

Art.2º) A alteração de que trata o referido Parágrafo único, se dá em razão da prorrogação da cessão da Servidora Pública Municipal.

Art.3º) As demais disposições previstas na Portaria nº 12.200 de 03 de setembro de 2015 permanecem vigentes na íntegra.

Art.4º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos retroativos a 31 de dezembro de 2016.

Art.5º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
09 de janeiro de 2017.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 10/01/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 13.941 DE 09 DE JANEIRO DE 2017

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.941 DE 09 DE JANEIRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias ao Servidor Público Municipal, ROBERTO ALEXANDRE PEREIRA BUTRON, Matrícula Funcional nº

000663, Registro no Sistema sob nº 955091, no Cargo Público de Médico IV, exercendo a Função de Médico Plantonista, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

§1º – As férias de que trata o Caput deste Artigo referente ao período aquisitivo: 01 de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2014.

§2º – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de aquisitivo 01 de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2014.

Art.2º) O Servidor gozará as férias no período de 27 de dezembro de 2016 á 05 de janeiro de 2017, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
09 de janeiro de 2017.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 10/01/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 13.942 DE 09 DE JANEIRO DE 2017

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 13.942 DE 09 DE JANEIRO DE 2017
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias ao Servidor Público Municipal, AIRTON MARTINS, Matrícula Funcional nº 000771, Registro no Sistema sob nº 955388, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Agente Administrativo II, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

Art.2º) O Servidor gozará as férias no período de 09 de janeiro de 2017 a 18 de janeiro de 2017, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal, devidamente protocolada pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 19 de dezembro de 2016 sob nº 7635.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
09 de janeiro de 2017.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 10/01/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 13.943 DE 09 DE JANEIRO DE 2017

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 13.943 DE 09 DE JANEIRO DE 2017

REVOGA TODAS AS DISPOSIÇÕES DA PORTARIA Nº 13.651 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 18, Inciso II e Artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal; Resolve:

Art.1º) Revogar todas as disposições da Portaria nº 13.651 de 05 de dezembro de 2016.

Parágrafo único – A revogação de que trata o Caput deste Artigo, em virtude do Servidor Público Municipal não ter gozado as férias, razão pela qual a revogação total da referida Portaria.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
09 de janeiro de 2017.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 10/01/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Campos Novos

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO Nº 02/2017

DECRETO Nº 2/2017

ESTABELECE HORÁRIO ESPECIAL DE FUNCIONAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, no uso de suas atribuições legais e com fundamentos no art. 65, I, do Regimento Interno, e art. 58 da LOM

DECRETA:

Art. 1º. Em virtude do recesso do Poder Legislativo, o horário de funcionamento da Câmara Municipal de Vereadores (expediente interno/externo), do dia 09 ao dia 31 de janeiro do corrente ano, será das 13:00 horas às 19:00 horas.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Campos Novos - SC, em 06 de janeiro de 2017.

José Adelar Carpes

Presidente da Mesa

SAMAE - CAMPOS NOVOS

PORTARIA 013/2017

PORTARIA SAMAE CNO 013/2017, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

O Diretor do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Campos Novos – SC, no uso de suas atribuições:

RESOLVE

REVOGAR a gratificação de Adicional de Motorista, do servidor AURI SÉRGIO LISTON, Operador de E.T.A./E.T.E., Padrão 7.3.E. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de janeiro de 2017.

PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE

Alexandre Kunen
Diretor do SAMAE

Canoinhas

PREFEITURA

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL Nº. 33/2016 - RESCISÃO - EMPRESA CRISLAINE DE FATIMA CHAGAS ESTOKERO

DECISÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO n. 36/2016.

Processo Licitatório n. 165/2015

Modalidade Concorrência para Compras e Serviços n. 07/2015

Contrato n. 24/2016

O MUNICÍPIO DE CANOINHAS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n. 83.102.384/0001-80, sediado no Centro Administrativo Dr. Haroldo Ferreira, na Rua Felipe Schmidt, n. 10, centro, Canoinhas/SC, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor Luiz Alberto Rincoski Faria, brasileiro, casado, Médico Veterinário, portador da cédula de identidade n. 482.932 SSP/SC e inscrito no CPF sob o n. 477.740.299-15, residente e domiciliado na Rua Travessa 7 de Setembro, sem número, Centro, Canoinhas/SC, com fulcro no art. 78, inciso XII, da Lei Federal n. 8.666/93 vem à presença da Senhora Crislaine de Fatima Chagas Estokero, representante legal da empresa CRISLAINE DE FATIMA CHAGAS ESTOKERO - ME, inscrita no CNPJ sob n. 17.360.860/0001-39, localizada a Rua Seis, n. 23, Sala 02, União da Vitória/PR, CEP 84600-000, informar da decisão administrativa decorrente da notificação extrajudicial n. 33/2016 - Departamento Jurídico.

Diante do Processo Licitatório n. 165/2015, modalidade Concorrência para Compras e Serviços n. 07/2015, que originou o Contrato n. 24/2016, a empresa acima mencionada realizaria pequenos reparos de instalações hidráulicas e construção civil.

Entretanto, segundo noticiado pela Fundação Municipal de Esportes e Lazer, através de comunicação interna, a empresa no dia 25 de agosto de 2016, recebeu a Autorização de Fornecimento n. 4266/2016, porém, não deu início a execução dos serviços.

A empresa foi notificada, através da notificação extrajudicial n. 33/2016, para dar início as atividades e também apresentar sua defesa, sob penas das sanções cabíveis, porém, até o presente momento não houve manifestação da mesma.

Diante da caracterização do descumprimento das obrigações editalícias, visto que a empresa não executou o serviço contratado no prazo assinalado, as obrigações firmadas no contrato, em desacordo com o previsto na licitação, é cabível a aplicação de penalidade conforme previsto na Cláusula Quinta - Penalidades, senão vejamos:

"A inadimplência por parte da Contratada, referente ao compromisso ora assumido, implicará na rescisão da operação de pleno direito, independentemente, de qualquer notificação, interpelação ou protesto judicial ou extrajudicial e sujeitará a Contratada, às cominações legais cumuladas com perdas e danos. No caso da Contratada não cumprir integralmente as obrigações licitatórias e/ou contratuais assumidas, sujeitar-se-á às seguintes sanções administrativas previstas nos art. 86 e 87, da Lei 8.666/93.

I – Advertência;

II – Multa;

III – Suspensão temporária do direito de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública Local, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

IV – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

Por derradeiro, cabe destacar a aplicação do princípio da proporcionalidade e razoabilidade dos atos da Administração Pública, seja

na obediência do ente federado, quer seja na aplicação de algum ato em face de outrem.

Assim, a proporcionalidade se resume na relação de causalidade entre um meio e um fim, de tal sorte que se possa proceder aos três exames fundamentais inerentes a ela, quais sejam: a adequação, a necessidade e a proporcionalidade em sentido estrito. Sem um meio, um fim concreto e a relação de causalidade entre eles, não há a aplicação do princípio da proporcionalidade em seu caráter trifásico.

O princípio da proporcionalidade é considerado como dito em linhas pretéritas, uma vertente do princípio da razoabilidade pelo motivo de ser necessária uma adequação entre os meios empregados pela Administração Pública para atingir os fins pretendidos, se não houver tal adequação a desproporcionalidade acaba por residir em tal medida empregada.

Por outro lado, em se tratando do princípio da razoabilidade, vejamos o que prescreve Maria Sylvia Zanella Di Pietro:

"a administração, ao atuar no exercício de discricção, terá que obedecer a critérios aceitáveis do ponto de vista racional, em sintonia com o senso normal de pessoas equilibradas e respeitadas das finalidades que presidiram a autora da competência exercida." DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella; Direito Administrativo. 23ª edição, Editora Atlas.

E ainda, segundo as concepções do Magistrado Dirley da Cunha Júnior, o qual defende a igualdade destes princípios, sendo o conceito de razoabilidade, para permitir ao Judiciário investigar o próprio mérito dos atos do poder público, a fim de verificar se esses atos estão conforme a razão, supondo equilíbrio, moderação e harmonia.

José Roberto Pimenta de Oliveira define:

"o princípio da razoabilidade, no contexto jurídico-sistemático da busca do interesse público primário, a exigência de justificada e adequada ponderação administrativa, aberta nos exatos limites constitucionais em que a regra de competência habilitadora autorizar, dos princípios, valores, interesses, bens ou direitos consagrados no ordenamento jurídico, impondo aos agentes administrativos que maximize a proteção jurídica dispensada para cada qual, segundo o peso, importância ou preponderância que venham adquirir e ostentar em cada caso objeto de decisão."

Assim sendo, o Poder Público deve obediência aos princípios constitucionais da Administração Pública, a fim de garantir os direitos e garantias de seus administrados, e para aplicação da penalidade devido à falha na execução do contrato.

Diante de todo o exposto, serve o presente expediente para CIENTIFICAR Vossa Senhoria, da RESCISÃO CONTRATUAL, c/c a aplicação das penalidades previstas na legislação vigente bem como no Processo de Licitação n. 165/2015, modalidade Concorrência para Compras e Serviços n. 07/2015, Contrato n. 24/2016, sendo aplicada a seguinte penalidade conforme os princípios da proporcionalidade e razoabilidade, sanção prevista no item 2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração pelo prazo de 6 (seis) meses.

Ademais, conforme prevê o art. 109, inciso I, da Lei Federal n. 8.666/93, concedo prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento desta decisão, para que, querendo, apresente recurso. Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Canoinhas/SC, 16 de dezembro de 2016.

Luiz Alberto Rincoski Faria

Prefeito

CÂMARA MUNICIPAL**ATA DE ELEIÇÃO E POSSE CANOINHAS**

Folha nº 002/2017

Ata da reunião de eleição e Posse da Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Canoinhas, referente a primeira sessão legislativa da décima oitava legislatura da Câmara Municipal de Canoinhas. No primeiro dia de janeiro de 2017, às vinte e uma horas, na sede da Câmara, compareceram os seguintes Vereadores: Camila Lima, Célio Galeski, Coronel Mário, Gil Baiano, Paulinho Basilio, Paulo Glinski, Norma Pereira, Telma Bley, Wilmar Sudoski e Zenici Dreher. Assumiu a Presidência dos trabalhos como mais votado no pleito eleitoral o Vereador Gil Baiano, convidando para atuar como Secretária "Ad hoc" a Vereadora Zenici Dreher. Registrando o livro de presença o comparecimento de toda a edilidade, o Senhor Presidente declarou aberta a presente reunião. Na sequência, o Senhor Presidente consultou ao plenário sobre a existência de chapas para a eleição da Mesa Diretora para a sessão legislativa de 2017, sendo apresentado somente uma chapa, composta pelo Vereador Wilmar Sudoski como candidato à Presidente, do Edil Coronel Mario como candidato à Vice-Presidente, da Vereadora Norma Pereira como candidata à Primeira Secretária e da Vereadora Zenici Dreher como candidata à Segunda Secretária. Não havendo nenhuma outra chapa, o Senhor Presidente indagou se havia alguma restrição à chapa única, e não havendo manifestação, declarou registrada a única chapa apresentada. Na sequência, foram entregues pela Secretaria Legislativa cédulas a todos os Vereadores e procedeu-se a eleição secreta. Realizado o escrutínio da urna de votação, foi eleita pela unanimidade dos votos a chapa única. Foi a seguir empossada a Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Canoinhas para a sessão legislativa de 2017, tendo como Presidente o Vereador Wilmar Sudoski, o Edil Coronel Mário como Vice-Presidente, como Primeira Secretária a Vereadora Norma Pereira e a Vereadora Zenici Dreher como segunda Secretária, que assumiram a condução dos trabalhos. Na sequência o Vereador Wilmar Sudoski usou da palavra informando que fará uma gestão a frente do legislativo procurando sempre o diálogo com todos os Vereadores. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente Wilmar Sudoski declarou encerrada a presente reunião de eleição e Posse da Mesa Diretora, sendo marcada a primeira sessão ordinária para o dia 06 de fevereiro de 2017, às dezenove horas. E, para constar, lavrou-se a presente ata, que depois de lida e aprovada vai assinada.

Wilmar Sudoski
PresidenteVereadora Norma Pereira
Primeira SecretáriaVereadora Zenici Dreher
Segunda SecretáriaVereador Gil Baiano
Presidente Ad Hoc**ATA DE POSSE CANOINHAS**

Folha nº 001/2017

Ata da Sessão de Posse da Câmara de Vereadores de Canoinhas, referente a décima oitava legislatura da Câmara Municipal de Canoinhas, de 01/01/2017 à 31/12/2020. No primeiro dia de janeiro de 2017, às dezenove horas, na sede da Câmara compareceram os seguintes Vereadores eleitos: Camila Valéria de Lima, Célio Galeski, Gilmar Martins de Souza, Mário Renato Erzinger, Paulo Roberto Guislandi Basílio, Paulo Henrique Brolini Glinski, Norma Petermann Pereira, Telma Regina Bley, Wilmar Sudoski e Zenici Dreher Herbst. Assumiu a Presidência dos trabalhos como mais votado no pleito eleitoral o Vereador Gilmar Martins de Souza, convidando

para atuar como Secretária "Ad hoc" a Vereadora Zenici Dreher. Tendo os Vereadores apresentados os documentos solicitados na Resolução nº 825, de 21/12/2001, prestaram o compromisso de Posse constante do Art. 33, § 1º, da Lei Orgânica e a seguir, foram legalmente empossados para a décima oitava legislatura da Câmara de Canoinhas, de 1º de janeiro de 2017 à 31 de dezembro de 2020. Assinaram o Termo de Posse e optaram pelos seguintes nomes parlamentares, respectivamente: Camila Lima, Célio Galeski, Coronel Mário, Gil Baiano, Paulinho Basilio, Paulo Glinski, Norma Pereira, Telma Bley, Wilmar Sudoski e Zenici Dreher. Na sequência foram convidados para fazerem parte da Mesa o Prefeito eleito Gilberto dos Passos e o Vice-Prefeito Renato Jardel Gurtinski. Tendo apresentados os documentos solicitados na Resolução nº 825, de 21/12/2001, foram convidados a prestarem o compromisso constante do Art. 59 da Lei Orgânica do Município, e a seguir, foram legalmente empossados como Prefeito e Vice-Prefeito do Município de Canoinhas para o mandato de 1º de janeiro de 2017 à 31 de dezembro de 2020. Na sequência assinou o Termo de Posse como Prefeito o Exmº Sr. Gilberto dos Passos e como Vice-Prefeito o Exmº Sr. Renato Jardel Gurtinski. Na sequência usaram da palavra o Vice-Prefeito Renato Jardel Gustinski e o Prefeito Gilberto dos Passos, que de maneira breve disseram que a geração de empregos, agronegócio, habitação, infraestrutura urbana e rural, e as áreas de saúde e educação terão atenção especial em sua administração. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a presente reunião de Posse, marcando a sessão de eleição da Mesa Diretora para o dia 1 de janeiro de 2017, às vinte e uma horas. E, para constar, lavrou-se a presente ata, que depois de lida e aprovada vai assinada.

Vereador Gil Baiano
Presidente Ad HocVereadora Zenici Dreher
Secretária Ad Hoc**PORTARIA Nº 01/2017 - EXONERA ASSESSOR DE COMUNICAÇÃO**

PORTARIA Nº 01/2017

Exonera a pedido Assessor de Comunicação

A Mesa da Câmara de Vereadores de Canoinhas, no uso de suas atribuições, conferidas pelo artigo 26, da Lei Orgânica do Município de Canoinhas e pela Resolução 825 de 21 de dezembro de 2001,

RESOLVE

Art. 1º - Fica exonerado a pedido o servidor FRANCISCO RODRIGO DE MELO, ocupante do cargo Assessor de Comunicação, a partir de 09 de janeiro de 2017, contratado através da Portaria 10/2011 de 01/02/2011;

Art. 2º - As despesas constantes da presente Portaria correrão por conta de dotações específicas do orçamento.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Reuniões da Câmara de Vereadores de Canoinhas, em 09 de janeiro de 2017.

Wilmar Sudoski
Presidente

Norma Pereira Zeneci Dreher
1º Secretária 2º Secretária

Registrado e Publicado na Secretaria Administrativa da Câmara de Vereadores de Canoinhas, em 09 de janeiro de 2017.

RESOLUÇÃO Nº 1080

RESOLUÇÃO Nº 1.080, de 20/12/2016

CONCEDE TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO À JAIME RODOLFO CONCHA BELMAR

O Vereador Célio Galeski, Presidente da Câmara de Vereadores de Canoinhas faz saber, que o Plenário aprovou e eu promulgo a seguinte:

RESOLUÇÃO

Art. 1º Fica concedido Título de Cidadão Honorário à Jaime Rodolfo Concha Belmar, pelos relevantes serviços prestados à comunidade Canoinhense.

Art. 2º As despesas decorrentes da presente Resolução correrão por conta das dotações específicas do orçamento Legislativo.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Canoinhas, 20 de dezembro de 2016.

Ver. Célio Galeski
Presidente

Registrado e publicado na Secretaria da Câmara de Vereadores de Canoinhas, em 20/12/2016.

José Luiz Lacowicz
Secretário Legislativo

Capinzal

PREFEITURA

Decreto nº 005/2017

DECRETO No 005, DE 09 DE JANEIRO DE 2017.

Dispõe sobre o cumprimento do disposto no art. 2º da Lei no 9.452/1997, no que tange a notificação sobre a liberação de recursos financeiros.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, usando da atribuição privativa que lhe confere o art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, e,

CONSIDERANDO o que dispõe o art. 2º, da Lei no 9.452/1997, o qual determina que a Prefeitura do Município beneficiário da liberação de recursos federais "notificará os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, com sede no Município, sobre a liberação, no prazo de dois dias úteis, contado da respectiva data de recebimento dos recursos";

CONSIDERANDO, que a previsão de divulgação do recebimento de recursos federais tem como finalidade dar ciência às entidades representativas da sociedade, a fim de que possam exercer efetivo controle e fiscalização quanto à correta aplicação dos recursos recebidos pelo Município;

CONSIDERANDO que a administração municipal, tal como a das demais esferas da organização político-administrativa brasileira, encontra-se adstrita aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, dispostos no art. 37, caput, da Constituição da República;

CONSIDERANDO que o descumprimento da obrigação prevista na Lei no 9.452/97 pode configurar ato de improbidade administrativa;

Considerando que a moderna administração pública, sobretudo, após a vigência da Lei no 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), deve-se pautar não apenas pelo princípio da publicidade, mas também pelo da transparência;

CONSIDERANDO, que a exemplo de outros setores, a administração pública não pode prescindir dos avanços tecnológicos verificados nos últimos anos, nos quais se destaca a Internet, como meio racional e eficiente de divulgação de informações.

DECRETA:

Art. 1º Fica determinado que a Administração Pública Municipal Direta e Indireta, ao receber verbas federais a qualquer título, entendidas como recursos financeiros oriundos de órgãos e entidades da administração federal direta, suas autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista federais, deverá notificar os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, com sede no Município de Capinzal, no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento dos recursos, conforme disposto no art. 2º da Lei no 9.452/1997, pelos meios a seguir definidos:

I- por meio de publicação no Portal da Transparência do Município, no endereço www.capinzal.sc.gov.br;

II- pelo Diário Oficial do Município – DOM, no endereço: www.diariomunicipal.sc.gov.br;

Parágrafo único. As entidades de que trata no art. 2º da Lei no 9.452/1997, que desejarem receber individualmente as notificações, deverão comparecer junto a Secretaria de Administração e Finanças e realizar o cadastro de seu e-mail, sendo que a partir de então, passarão a receber no seu endereço eletrônico, no prazo

definido pela citada Lei, a comunicação de recebimento de recursos federais pela administração pública, direta e indireta.

Art. 2º As notificações de que trata o artigo anterior conterão, obrigatoriamente, o nome do órgão concessor, a data do recebimento, o valor recebido e a destinação dos recursos.

Art. 3º Fica delegada ao Secretário Municipal de Administração e Finanças a função de coordenar e de viabilizar a expedição das notificações, nos termos do presente Decreto.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Capinzal, SC, 9 de janeiro de 2017.

NILVO DORINI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

HILÁRIO CHIAMOLERA

Secretário Interino da Administração e Finanças

FMAS CONTRATO 0001/2017 M

ESTADO DE SANTA CATARINA		
FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		

Contrato Nº.: 0001/2017 M		
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE CAPINZAL		
Contratada...: BORDIGNON COMBUSTIVEIS E TRANSPORTES LTDA.		
Valor : 40.850,00 (quarenta mil oitocentos e cinquenta reais)		
Vigência : Início: 09/01/2017 Término: 09/01/2018		
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0001/2017		
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL Processo_Licitatório.....: 0001 / 2017		
Recursos : Dotação:		
Objeto : REGISTRO DE PREÇO para aquisição de combustível para uso da frota municipal, para o ano de 2017. Com Recursos Próprios, Federais e Estaduais		
Capinzal, 9 de Janeiro de 2017		

FME CONTRATO 0001/2017 M

ESTADO DE SANTA CATARINA		
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		

Contrato Nº.: 0001/2017 M
 Contratante...: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CAPINZAL
 Contratada...: BORDIGNON COMBUSTÍVEIS E TRANSPORTES LTDA.
 Valor : 16.350,00 (dezesseis mil trezentos e cinquenta reais)
 Vigência : Início: 09/01/2017 Término: 09/01/2018
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0001/2017
 Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL Processo_Licitatório.....: 0001 / 2017
 Recursos : Dotação:
 Objeto : REGISTRO DE PREÇO para aquisição de combustível para uso da frota municipal, para o ano de 2017. Com Recursos Próprios, Federais e Estaduais

Capinzal, 9 de Janeiro de 2017

FMS CONTRATO 0001/2017 M

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL SAÚDE CAPINZAL

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 0001/2017 M
 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL SAÚDE CAPINZAL
 Contratada...: BORDIGNON COMBUSTÍVEIS E TRANSPORTES LTDA.
 Valor : 267.250,00 (duzentos e sessenta e sete mil duzentos e cinquenta reais)
 Vigência : Início: 09/01/2017 Término: 09/01/2018
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0001/2017
 Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL Processo_Licitatório.....: 0001 / 2017
 Recursos : Dotação:
 Objeto : REGISTRO DE PREÇO para aquisição de combustível para uso da frota municipal, para o ano de 2017. Com Recursos Próprios, Federais e Estaduais

Capinzal, 9 de Janeiro de 2017

FUMREBOM CONTRATO 0001/2017 M

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUMREBOM-FUNDO MUNIC. DE REEQ. DE BOMB.DE CAPINZAL

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 0001/2017 M
 Contratante...: FUMREBOM-FUNDO MUNIC. DE REEQ. DE BOMB.DE CAPINZAL
 Contratada...: BORDIGNON COMBUSTÍVEIS E TRANSPORTES LTDA.
 Valor : 49.404,00 (quarenta e nove mil quatrocentos e quatro reais)
 Vigência : Início: 09/01/2017 Término: 09/01/2018
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0001/2017
 Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL Processo_Licitatório.....: 0001 / 2017
 Recursos : Dotação:
 Objeto : REGISTRO DE PREÇO para aquisição de combustível para uso da frota municipal, para o ano de 2017. Com Recursos Próprios, Federais e Estaduais

Capinzal, 9 de Janeiro de 2017

PMC CONTRATO 0001/2017 M

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 0001/2017 M
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL
 Contratada...: BORDIGNON COMBUSTÍVEIS E TRANSPORTES LTDA.
 Valor : 1.734.237,00 (um milhão setecentos e trinta e quatro mil duzentos e trinta e sete reais)
 Vigência : Início: 09/01/2017 Término: 09/01/2018
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0001/2017 Processo_Licitatório.....: 0001 / 2017
 Recursos : Dotação:
 Objeto : REGISTRO DE PREÇO para aquisição de combustível para uso da frota municipal, para o ano de 2017. Com Recursos Próprios, Federais e Estaduais.

Capinzal, 9 de Janeiro de 2017

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE CAPINZAL

EXTRATO DE CONTRATO Nº CAO/08/2017

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº CAO/08/2017

CONTRATANTE: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

CONTRATADO: CITY TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA - ME

CNPJ DO CONTRATADO: 18.961.074/0001-50

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA TÉCNICA ESPECIALIZADA NA ÁREA DE INFORMÁTICA PARA PRESTAÇÃO DE SUPORTE TÉCNICO EM EQUIPAMENTOS E PROGRAMAS (HARDWARE E SOFTWARE) EXISTENTES NA NOVA ESTRUTURA DE TI IMPLANTADA NO SIMAE.

VALOR: R\$ 60,00 (SESSENTA REAIS) POR HORA DE SUPORTE TÉCNICO.

DATA DA ASSINATURA: 02/01/2017

VIGÊNCIA: 02/01/2017 A 31/12/2017

Catanduvras

PREFEITURA

DECRETO 2.228/2017 - SUPLEMENTAÇÃO

DECRETO Nº 2.228/17 DE 04 DE JANEIRO DE 2017.

"AUTORIZA A SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DE CONVÊNIO DO MINISTÉRIO DAS CIDADES E CONVÊNIO PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA SAÚDE, APURADO NO DECORRER DO EXERCÍCIO DE 2016, NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE".

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Catanduvras (SC), no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 103, VIII, da Lei Orgânica do Município nº 2.520/15 de 08 de dezembro de 2015, em seu Artigo 4º Inciso II e Lei Federal nº 4.320, (art. 7º, I e 43, §1º, II e § 3º).

DECRETA:

Art.1º - Fica o setor contábil autorizado a proceder a SUPLEMENTAÇÃO, na importância de R\$ 103.368,86 (cento e três mil trezentos e sessenta e oito reais e oitenta e seis centavos), nas seguintes dotações orçamentárias.

Órgão UNID. ORÇ.	06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA 01 – PAVIMENTAÇÃO DE RUAS ESTRADAS E PASSEIOS 1.037 – PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E PASSEIOS Pavimentação da Rua Tiradentes Ministério das Cidades 120 – Aplicações Diretas (4490) Rec. Convênio União 3017-2 – Recurso Convênio da União	R\$ 60.360,96
Órgão UNID. ORÇ.	06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA 01 – PAVIMENTAÇÃO DE RUAS ESTRADAS E PASSEIOS 1.037 – PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E PASSEIOS Pavimentação da Rua Tiradentes Ministério das Cidades 120 – Aplicações Diretas (4490) Rec. Convênio União 3017-2 – Recurso Convênio da União	R\$ 21.207,90
Órgão UNID. ORÇ.	25 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVRAS 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVRAS 1.094 – AQUISIÇÃO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS Convênio Saúde Hospital aquisição de equipamentos 25 - Aplicações Diretas (4490) Aquisição de Equipamentos 3017-5 – Aplicações Diretas (4490) Rec. Convênio Saúde.	R\$ 21.800,00
	Total	R\$ 103.368,86

§ 1º Os recursos mencionados no Artigo Primeiro, são oriundos de CONVÊNIOS (do Ministério das Cidades para a Rua Tiradentes e para Saúde Hospital com a aquisição de Equipamentos), resultante do Superávit Financeiro.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Catanduvras (SC), 04 de janeiro de 2017.

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

LUCIMARI SPADER

Secretária de Administração

Registrado e Publicado por esta Secretaria em 09/01/2016.

PORTARIA 7.079

PORTARIA P/7.079/17, de 03.01.17.

Catanduvras, 03 de janeiro de 2017.

A Prefeitura do Município de Catanduvras/SC comunica que a servidora MARIA GORETE BATISTA GINDER, tesoureira, inscrita no CPF sob o nº 438.631.169-68, em conjunto com o Prefeito de Catanduvras/SC, Sr. DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS, inscrito no CPF sob o nº 195.397.549-68, estão autorizados a realizar a movimentação financeira de todas as contas-correntes do Município de Catanduvras/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 82.939.414/0001-45.

E os mesmos terão os seguintes poderes e atribuições: emitir cheques; abrir contas de depósito; solicitar saldos, extratos e comprovantes; requisitar talonários de cheques; retirar cheques devolvidos; endossar cheques; sustar/contrordenar cheques; cancelar cheques; baixar cheques; efetuar resgates/ aplicações financeiras; cadastrar, alterar e desbloquear senhas; efetuar pagamentos por meio eletrônico; efetuar transferências/pagamentos por qualquer meio; consultar contas/aplicações Programas Repasse Recursos Federais – RPG; liberar arquivos de pagamentos no Gerenciador Financeiro/AASP; efetuar transferência para mesma titularidade por meio eletrônico; encerrar contas de depósito; consultar obrigações do débito direto autorizado-DDA; assinar contrato de abertura de crédito/apólice de seguros; autorizar cobrança; utilizar o crédito aberto na forma e condições; praticar demais atos; autorizar outros débitos; assinar instrumento de crédito; requisitar cartão eletrônico; movimentar conta corrente com cartão eletrônico; receber ordens de pagamento; efetuar movimentação financeira no RPG; solicitar saldos/extratos, exceto investimentos; solicitar saldos/extratos de investimentos; solicitar saldos/extratos de operações de crédito; emitir comprovantes; efetuar pag. de ICMS por meio eletrônico; efetuar pag. de AFRMM por meio eletrônico; assinar aditivo de qualquer espécie; autorizar aplicações financeiras; autorizar aplicações em fundos de investimentos; autorizar resgate de aplicações financeiras; autorizar resgate de aplicações em fundos de investimento; autorizar cancelamento de agendamento de aplicação; autorizar cancelamento de agendamento de resgate; efetuar transferências/pagamentos, exceto por meio eletrônico; efetuar saques – conta corrente; efetuar saques – poupança; efetuar transferências por meio eletrônico.

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS

Prefeito de Catanduvras/SC.

PORTARIA 7.080

PORTARIA P/7.080/17, de 03.01.17.

Catanduvas, 03 de janeiro de 2017.

A Prefeitura do Município de Catanduvas/SC comunica que a servidora MARIA GORETE BATISTA GINDER, tesoureira, inscrita no CPF sob o nº 438.631.169-68, em conjunto com o Prefeito de Catanduvas/SC, Sr. DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS, inscrito no CPF sob o nº 195.397.549-68, estão autorizados a realizar a movimentação financeira de todas as contas-correntes do Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ sob o nº 10.391.817/0001-91.

E os mesmos terão os seguintes poderes e atribuições: emitir cheques; abrir contas de depósito; solicitar saldos, extratos e comprovantes; requisitar talonários de cheques; retirar cheques devolvidos; endossar cheques; sustar/contrordenar cheques; cancelar cheques; baixar cheques; efetuar resgates/ aplicações financeiras; cadastrar, alterar e desbloquear senhas; efetuar pagamentos por meio eletrônico; efetuar transferências/pagamentos por qualquer meio; consultar contas/aplicações Programas Repasse Recursos Federais – RPG; liberar arquivos de pagamentos no Gerenciador Financeiro/AASP; efetuar transferência para mesma titularidade por meio eletrônico; encerrar contas de depósito; consultar obrigações do débito direto autorizado-DDA; assinar contrato de abertura de crédito/apólice de seguros; autorizar cobrança; utilizar o crédito aberto na forma e condições; praticar demais atos; autorizar outros débitos; assinar instrumento de crédito; requisitar cartão eletrônico; movimentar conta corrente com cartão eletrônico; receber ordens de pagamento; efetuar movimentação financeira no RPG; solicitar saldos/extratos, exceto investimentos; solicitar saldos/extratos de investimentos; solicitar saldos/extratos de operações de crédito; emitir comprovantes; efetuar pag. de ICMS por meio eletrônico; efetuar pag. de AFRMM por meio eletrônico; assinar aditivo de qualquer espécie; autorizar aplicações financeiras; autorizar aplicações em fundos de investimentos; autorizar resgate de aplicações financeiras; autorizar resgate de aplicações em fundos de investimento; autorizar cancelamento de agendamento de aplicação; autorizar cancelamento de agendamento de resgate; efetuar transferências/pagamentos, exceto por meio eletrônico; efetuar saques – conta corrente; efetuar saques – poupança; efetuar transferências por meio eletrônico.

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS
Prefeito de Catanduvas/SC.

PORTARIA 7.081

PORTARIA P/7.081/17, de 03.01.17.

Catanduvas, 03 de janeiro de 2017.

A Prefeitura do Município de Catanduvas/SC comunica que a servidora MARIA GORETE BATISTA GINDER, tesoureira, inscrita no CPF sob o nº 438.631.169-68, em conjunto com o Prefeito de Catanduvas/SC, Sr. DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS, inscrito no CPF sob o nº 195.397.549-68, estão autorizados a realizar a movimentação financeira de todas as contas-correntes do Fundo Municipal de Assistência Social, inscrito no CNPJ sob o nº 11.776.999/0001-81.

E os mesmos terão os seguintes poderes e atribuições: emitir cheques; abrir contas de depósito; solicitar saldos, extratos e comprovantes; requisitar talonários de cheques; retirar cheques devolvidos; endossar cheques; sustar/contrordenar cheques; cancelar cheques; baixar cheques; efetuar resgates/ aplicações financeiras; cadastrar, alterar e desbloquear senhas; efetuar pagamentos por meio eletrônico; efetuar transferências/pagamentos por qualquer meio; consultar contas/aplicações Programas Repasse Recursos Federais – RPG; liberar arquivos de pagamentos no Gerenciador

Financeiro/AASP; efetuar transferência para mesma titularidade por meio eletrônico; encerrar contas de depósito; consultar obrigações do débito direto autorizado-DDA; assinar contrato de abertura de crédito/apólice de seguros; autorizar cobrança; utilizar o crédito aberto na forma e condições; praticar demais atos; autorizar outros débitos; assinar instrumento de crédito; requisitar cartão eletrônico; movimentar conta corrente com cartão eletrônico; receber ordens de pagamento; efetuar movimentação financeira no RPG; solicitar saldos/extratos, exceto investimentos; solicitar saldos/extratos de investimentos; solicitar saldos/extratos de operações de crédito; emitir comprovantes; efetuar pag. de ICMS por meio eletrônico; efetuar pag. de AFRMM por meio eletrônico; assinar aditivo de qualquer espécie; autorizar aplicações financeiras; autorizar aplicações em fundos de investimentos; autorizar resgate de aplicações financeiras; autorizar resgate de aplicações em fundos de investimento; autorizar cancelamento de agendamento de aplicação; autorizar cancelamento de agendamento de resgate; efetuar transferências/pagamentos, exceto por meio eletrônico; efetuar saques – conta corrente; efetuar saques – poupança; efetuar transferências por meio eletrônico.

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS
Prefeito de Catanduvas/SC.

PORTARIA 7.087

PORTARIA P/7.087/17, de 09.01.17.

Catanduvas, 09 de janeiro de 2017.

A Prefeitura do Município de Catanduvas/SC comunica que a servidora MARIA GORETE BATISTA GINDER, tesoureira, inscrita no CPF sob o nº 438.631.169-68, em conjunto com o Secretário Municipal de Saúde, Sr. ALMIR JOSÉ VICENTINE, inscrito no CPF sob o nº 359.919.929-91, estão autorizados a realizar a movimentação financeira de todas as contas-correntes do Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ sob o nº 10.391.817/0001-91.

E os mesmos terão os seguintes poderes e atribuições: emitir cheques; abrir contas de depósito; solicitar saldos, extratos e comprovantes; requisitar talonários de cheques; retirar cheques devolvidos; endossar cheques; sustar/contrordenar cheques; cancelar cheques; baixar cheques; efetuar resgates/ aplicações financeiras; cadastrar, alterar e desbloquear senhas; efetuar pagamentos por meio eletrônico; efetuar transferências/pagamentos por qualquer meio; consultar contas/aplicações Programas Repasse Recursos Federais – RPG; liberar arquivos de pagamentos no Gerenciador Financeiro/AASP; efetuar transferência para mesma titularidade por meio eletrônico; encerrar contas de depósito; consultar obrigações do débito direto autorizado-DDA; assinar contrato de abertura de crédito/apólice de seguros; autorizar cobrança; utilizar o crédito aberto na forma e condições; praticar demais atos; autorizar outros débitos; assinar instrumento de crédito; requisitar cartão eletrônico; movimentar conta corrente com cartão eletrônico; receber ordens de pagamento; efetuar movimentação financeira no RPG; solicitar saldos/extratos, exceto investimentos; solicitar saldos/extratos de investimentos; solicitar saldos/extratos de operações de crédito; emitir comprovantes; efetuar pag. de ICMS por meio eletrônico; efetuar pag. de AFRMM por meio eletrônico; assinar aditivo de qualquer espécie; autorizar aplicações financeiras; autorizar aplicações em fundos de investimentos; autorizar resgate de aplicações financeiras; autorizar resgate de aplicações em fundos de investimento; autorizar cancelamento de agendamento de aplicação; autorizar cancelamento de agendamento de resgate; efetuar transferências/pagamentos, exceto por meio eletrônico; efetuar saques – conta corrente; efetuar saques – poupança; efetuar transferências por meio eletrônico.

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS
Prefeito de Catanduvas/SC.

PORTARIA 7.088

PORTARIA P/7.088/17, de 09.01.17.

Catanduvas, 09 de janeiro de 2017.

A Prefeitura do Município de Catanduvas/SC comunica que a servidora MARIA GORETE BATISTA GINDER, tesoureira, inscrita no CPF sob o nº 438.631.169-68, em conjunto com o Secretário Municipal de Assistência Social, Sr. NOEVO JOSÉ OSMARINI, inscrito no CPF sob o nº 020.520.599-20, estão autorizados a realizar a movimentação financeira de todas as contas-correntes do Fundo Municipal de Assistência Social, inscrito no CNPJ sob o nº 11.776.999/0001-81.

E os mesmos terão os seguintes poderes e atribuições: emitir cheques; abrir contas de depósito; solicitar saldos, extratos e comprovantes; requisitar talonários de cheques; retirar cheques devolvidos; endossar cheques; sustar/contrordenar cheques; cancelar cheques; baixar cheques; efetuar resgates/ aplicações financeiras; cadastrar, alterar e desbloquear senhas; efetuar pagamentos por meio eletrônico; efetuar transferências/pagamentos por qualquer meio; consultar contas/aplicações Programas Repasse Recursos Federais – RPG; liberar arquivos de pagamentos no Gerenciador Financeiro/AASP; efetuar transferência para mesma titularidade por meio eletrônico; encerrar contas de depósito; consultar obrigações do débito direto autorizado-DDA; assinar contrato de abertura de crédito/apólice de seguros; autorizar cobrança; utilizar o crédito aberto na forma e condições; praticar demais atos; autorizar outros débitos; assinar instrumento de crédito; requisitar cartão eletrônico; movimentar conta corrente com cartão eletrônico; receber ordens de pagamento; efetuar movimentação financeira no RPG; solicitar saldos/extratos, exceto investimentos; solicitar saldos/extratos de investimentos; solicitar saldos/extratos de operações de crédito; emitir comprovantes; efetuar pag. de ICMS por meio eletrônico; efetuar pag. de AFRMM por meio eletrônico; assinar aditivo de qualquer espécie; autorizar aplicações financeiras; autorizar aplicações em fundos de investimentos; autorizar resgate de aplicações financeiras; autorizar resgate de aplicações em fundos de investimento; autorizar cancelamento de agendamento de aplicação; autorizar cancelamento de agendamento de resgate; efetuar transferências/pagamentos, exceto por meio eletrônico; efetuar saques – conta corrente; efetuar saques – poupança; efetuar transferências por meio eletrônico.

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS
Prefeito de Catanduvas/SC.

Caxambu do Sul

PREFEITURA

CONTRATO 01/2017/RH

CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA O DESEMPENHO DE FUNÇÕES PÚBLICAS, EM CARÁTER TEMPORÁRIO, SEM CARGO N. 01/2017RH

Que entre si fazem, de um lado o MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede jurídica na Av. Pres. Getúlio Vargas, nº 615 – Fone (0XX49) 3326-0127 – CEP 89880-000 – Caxambu do Sul/SC, na cidade que lhe empresta o nome, inscrita no CNPJ sob nº 83.021.816/0001-29, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor GLAUBER BURTET, brasileiro, solteiro, e domiciliado na sede do município de Caxambu do Sul/SC, doravante denominado, simplesmente, MUNICÍPIO, e do outro, a senhora Patrícia da Silva, brasileiro(a), solteiro(a), residente e domiciliada Rua Indio Condá, S/nº, centro de Caxambu do Sul/SC, inscrito(a) no CPF/MF sob n. 100.929.399-02, doravante denominado(a), simplesmente, CONTRATADO(A), com fundamento no artigo 37, inciso IX, da Constituição Federal, regulamentado no âmbito municipal pela Lei Municipal nº 969/2002, e o resultado do Processo Seletivo n. 002/2016, do dia 01 de março de 2016, c/c as orientações constantes do Prejudicado 1877, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, e de acordo com as seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E PRAZO DE DURAÇÃO

0.1. O presente contrato tem por objetivo a prestação de serviços de Agente Comunitário(a) de Saúde, em caráter temporário, para o desempenho de funções públicas temporárias e sem cargo, vinculadas a Secretaria Municipal de Saúde, para atendimento ao Programa ESF, Micro Área 07.

0.2. O período de duração do presente contrato se inicia na data de sua assinatura e se encerra no dia 01 de setembro de 2017, podendo ser prorrogado por igual período desde que haja interesse da Administração Municipal;

0.3. A jornada de trabalho é de (40) quarenta horas semanais.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DISCIPLINAR E PREVIDENCIÁRIO:

2.1. O regime disciplinar é o do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais – Lei 001/2001;

2.2. O Regime Previdenciário será o RGPS - Regime Geral de Previdência Social do INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RETRIBUIÇÃO FINANCEIRA:

Pela realização perfeita, correta e eficaz do trabalho ora contratado, a CONTRATADA, fará jus a uma retribuição financeira no valor correspondente ao salário do cargo de Agente Comunitário de Saúde do Plano Municipal de Cargos e Salários dos Servidores Públicos Municipais, mais os direitos sociais previstos na legislação em vigor, notadamente, férias e 13º salário proporcional ao período trabalhado.

CLÁUSULA QUARTA – DA RESCISÃO CONTRATUAL:

4.1. O Município poderá rescindir o presente contrato a qualquer tempo, nos seguintes casos:

- a) Não apresentar desempenho e produtividade suficientes;
- b) Falta de entrosamento com os demais profissionais;
- c) Tratar os colegas de trabalho e o público em geral com falta de Urbanidade;

- d) Realizar procedimentos incorretos;
- e) Não cumprimento de horário e carga horária estabelecido;
- f) Insubordinação nas atividades que lhe forem solicitadas;
- g) Demais falhas funcionais previstas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

4.2. O presente contrato poderá ser rescindido também, por acordo entre as partes por determinação de lei que assim estabeleça.

CLÁUSULA QUINTA – DAS DEMAIS DISPOSIÇÕES:

5.1. No caso de rescisão de contrato antes do vencimento do presente instrumento, por qualquer uma das razões constantes da cláusula anterior, será pago a contratada somente o valor correspondente aos dias trabalhados no mês, mais os direitos sociais previstos na Legislação Municipal, proporcionais ao período trabalhado;

5.2. As partes elegem de comum acordo o Foro da Comarca de Chapecó/SC, para dirimência de quaisquer questões decorrentes deste contrato.

Por estarem justos e acordes, e, para que produza os legais e jurídicos efeitos, firmam o presente instrumento, em duas vias de igual forma e teor, juntamente com as testemunhas abaixo identificadas.

Caxambu do Sul/SC, 10 de janeiro de 2017.

GLAUBER BURTET

Prefeito Municipal

Patrícia da Silva

Contratado(a)

DL 001/2017 PCS

MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL - SC

EXTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2017 PCS

O Prefeito Municipal de Caxambu do Sul - SC, torna público que ratificou o ato do Senhor Janio Sadi Kulba Junior, Assessor Jurídico deste Município, que declarou dispensável a licitação, nos termos do CAPUT do Artigo 25 da Lei Federal 8.666/93 e posteriores alterações, objetivando a participação do município de Caxambu do Sul como membro do Consórcio Velho Coronel, de conformidade com a lei 8.666/93 e suas alterações supervenientes às licitações públicas, em favor do CONSÓRCIO VELHO CORONEL - CVC no valor total de R\$ 23.400,00 (vinte e três mil e quatrocentos reais).

Caxambu do Sul - SC, em 09 de janeiro de 2017.

GLAUBER BURTET,

Prefeito Municipal.

DL 002/2017 PCS

MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL - SC

EXTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2017 PCS

O Prefeito Municipal de Caxambu do Sul - SC, torna público que ratificou o ato do Senhor Janio Sadi Kulba Junior, Assessor Jurídico deste Município, que declarou dispensável a licitação, nos termos do CAPUT do Artigo 24 da Lei Federal 8.666/93 e posteriores alterações, objetivando a PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO COMO

MEMBRO DA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS - CNM, de conformidade com a lei 8.666/93 e suas alterações supervenientes às licitações públicas, em favor da CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS - CNM no valor total de R\$ 6.684,00 (seis mil seiscentos e oitenta e quatro reais).

Caxambu do Sul - SC, em 09 de janeiro de 2017.
GLAUBER BURTET,
Prefeito Municipal.

DL 003/2017 PCS

MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL - SC

EXTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 003/2017 PCS

O Prefeito Municipal de Caxambu do Sul - SC, torna público que ratificou o ato do Senhor Janio Sadi Kulba Junior, Assessor Jurídico deste Município, que declarou dispensável a licitação, nos termos do CAPUT do Artigo 24 da Lei Federal 8.666/93 e posteriores alterações, objetivando a PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO COMO MEMBRO DA FEDERAÇÃO CATARINENSE DE MUNICÍPIOS – FECAM, de conformidade com a lei 8.666/93 e suas alterações supervenientes às licitações públicas, em favor da FEDERAÇÃO CATARINENSE DE MUNICÍPIOS – FECAM no valor total de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

Caxambu do Sul - SC, em 09 de janeiro de 2017.
GLAUBER BURTET,
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 090/2017

PORTARIA Nº 090/2017

“CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

GLAUBER BURTET, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidade com o artigo 61, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar 001/2001 de 06 de Dezembro de 2001.
RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias ao Servidor A NILDO JOSE GAZZONI ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Administração Finanças e Planejamento, por um período de 30 dias referente ao período aquisitivo de 01/03/2014 à 28/02/2015.

Art. 2º - O período de gozo das férias que trata o art. 1º, será do

dia 09/01/2017 à 07/02/2017.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 09/01/2017

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Caxambu do Sul - SC, em 06 de Janeiro de 2017

Registre-se e Publique-se

GLAUBER BURTET
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 091/2017

PORTARIA Nº 091/2017

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

GLAUBER BURTET, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidade com o artigo 61, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar 001/2001 de 06 de Dezembro de 2001.
RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias a Servidora MARISTELA FAVERO ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento do Município, por um período de 30 dias referente ao período aquisitivo de 01/04/2015 à 31/03/2016.

Art. 2º - O período de gozo das férias que trata o art. 1º, será do dia 09/01/2017 à 07/02/2017.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 09/02/2017.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Caxambu do Sul - SC, em 06 de Janeiro de 2017

Registre-se e Publique-se

GLAUBER BURTET
Prefeito Municipal.

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA 02/2017

PORTARIA N.º 02/2017.

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL A EXERCER O CARGO DE ASSESSOR PARLAMENTAR NA CÂMARA DE VEREADORES DE CAXAMBU DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA.

O Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar n.º 01/2013 – que dispõe sobre o Plano de Carreira dos Servidores do Poder Legislativo Municipal de Caxambu do Sul SC.

RESOLVE,

Art. 1.º - Fica exonerado o Sr. Rafael Agostini, RG. 5.691.866, CPF.067.869.909-75, no cargo de provimento em comissão de Assessor Parlamentar na Câmara de Vereadores de Caxambu do Sul SC, a partir do dia 10 de janeiro de 2017.

Art. 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Caxambu do Sul SC, 09 de janeiro de 2017.

OSVALDO HUNTEMAM
Presidente da Câmara

ANTONIO PRIMO ZILIOOTTO

Secretário Geral

Registra-se e Publica-se

PORTARIA 03/2017

PORTARIA N.º 03/2017.

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL A EXERCER O CARGO DE ASSESSORA JURÍDICA NA CÂMARA DE VEREADORES DE CAXAMBU DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA.

O Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar n.º 01/2013 – que dispõe sobre o Plano de Carreira dos Servidores do Poder Legislativo Municipal de Caxambu do Sul SC.

RESOLVE,

Art. 1.º - Fica exonerada a Sr.ª. GIANI BURTET, RG. 4.863.451, CPF. 070.595.859-07, no cargo de provimento em comissão de assessora jurídica na Câmara de Vereadores de Caxambu do Sul SC, a partir do dia 10 de janeiro de 2017.

Art. 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Caxambu do Sul SC, 09 de janeiro de 2017.

OSVALDO HUNTEMAM

Presidente da Câmara

ANTONIO PRIMO ZILIOOTTO

Secretário da Câmara

Registra-se e Publica-se

PORTARIA 04/2017

PORTARIA N.º 04/2017.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS AO SERVIDOR DA CÂMARA DE VEREADORES DE CAXAMBU DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA.

O Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO estar ao Servidor abaixo relacionado com período de férias vencidas, adquiridas no período:

Antonio Primo Ziliotto, ocupante do cargo de Secretário Geral, com período aquisitivo:

01/01/2016 à 31/12/2016.

RESOLVE:

Art. 1.º - Conceder período de vinte dias de férias ao Sr. ANTONIO PRIMO ZILIOOTTO, Servidor da Câmara Municipal de Vereadores, para gozo no período de 10/01/2017 à 29/01/2017, referente ao período respectivo.

Art. 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Caxambu do Sul SC, 09 de janeiro de 2017.

OSVALDO HUNTEMAM

Presidente da Câmara

ANTONIO PRIMO ZILIOOTTO

Secretário Geral

Registra-se e Publica-se.

PORTARIA 05/2017

PORTARIA N.º 05/2017.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS A SERVIDORA DA CÂMARA DE VEREADORES DE CAXAMBU DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA.

O Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO estar a Servidora abaixo relacionada com período de férias vencidas, adquiridas no período:

Liziana Pasin Soares, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com período aquisitivo:

01/01/2016 à 31/12/2016.

RESOLVE:

Art. 1.º - Conceder período de vinte dias de férias a Sr.ª. LIZIANA PASIN, Servidora da Câmara Municipal de Vereadores, para gozo no período de 10/01/2017 à 29/01/2017, referente ao período respectivo.

Art. 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Caxambu do Sul SC, 09 de janeiro de 2017.

OSVALDO HUNTEMAM

Presidente da Câmara

ANTONIO PRIMO ZILIOOTTO

Secretário Geral

Registra-se e Publica-se.

PORTARIA 06/2017

PORTARIA N.º 06/2017.

DISPÕE SOBRE EXPEDIENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE CAXAMBU DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA.

O Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 16, inciso I, letra d, do Regimento Interno da Câmara de Vereadores.

RESOLVE:

Art. 1.º - Fica decretado que o expediente na Câmara Municipal, será das 7:30 às 11:30 no período de 10 de janeiro de 2017 à 29 de janeiro de 2017.

Art. 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Caxambu do Sul SC, 09 de janeiro de 2017.

OSVALDO HUNTEMAM

Presidente da Câmara

ANTONIO PRIMO ZILIOOTTO

Secretário Geral

Registra-se e publica-se

Celso Ramos

PREFEITURA

EDITAIS 02,03,04 E 05/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS/SC
EDITAL PREGÃO PRESENCIAL 02/2017
PROCESSO: 02/2017

A Prefeitura Municipal de Celso Ramos, torna público que encontra-se aberto o Edital de PREGÃO PRESENCIAL, 02/2017, tipo MENOR PREÇO POR ITEM, objetivando o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDER A DEMANDA DA MERENDA ESCOLAR, BEM COMO OS DEMAIS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO E FUNDOS MUNICIPAIS, DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS.

Entrega da documentação e proposta até as 8:30 horas do dia 24/01/2017, na SALA DE LICITAÇÕES.

Informações pelo fone 49-3547-1211 – setor de Licitações.

Celso Ramos, 10 de janeiro, 2017.

ONDINO RIBEIRO DE MEDEIROS – PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS/SC
EDITAL PREGÃO PRESENCIAL 03/2017
PROCESSO: 03/2017

A Prefeitura Municipal de Celso Ramos, torna público que encontra-se aberto o Edital de PREGÃO PRESENCIAL, 03/2017, tipo MENOR PREÇO POR ITEM, objetivando o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA, UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DOS ALUNOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, BEM COMO OS DEMAIS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO E FUNDOS MUNICIPAIS, DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS.

Entrega da documentação e proposta até as 13:30 horas do dia 24/01/2017, na SALA DE LICITAÇÕES.

Informações pelo fone 49-3547-1211 – setor de Licitações.

Celso Ramos, 10 de janeiro, 2017.

ONDINO RIBEIRO DE MEDEIROS – PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS/SC
EDITAL PREGÃO PRESENCIAL 04/2017
PROCESSO: 04/2017

A Prefeitura Municipal de Celso Ramos, torna público que encontra-se aberto o Edital de PREGÃO PRESENCIAL, 04/2017, tipo MENOR PREÇO POR ITEM, objetivando o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO E DE EXPEDIENTE PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, BEM COMO OS DEMAIS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO E FUNDOS MUNICIPAIS, DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS.

Entrega da documentação e proposta até as 8:30 horas do dia 23/01/2017, na SALA DE LICITAÇÕES.

Informações pelo fone 49-3547-1211 – setor de Licitações.

Celso Ramos, 10 de janeiro, 2017.

ONDINO RIBEIRO DE MEDEIROS – PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS/SC
EDITAL PREGÃO PRESENCIAL 05/2017
PROCESSO: 05/2017

A Prefeitura Municipal de Celso Ramos, torna público que encontra-se aberto o Edital de PREGÃO PRESENCIAL, 1/2017, tipo MENOR

PREÇO POR ITEM, objetivando o AQUISIÇÃO DE CADERNOS PERSONALIZADOS PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS.

Trata-se de licitação EXCLUSIVA para participação de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Empreendedores Individuais, conforme permite e obriga o inciso I do art. 48 da Lei nº 123/06. Entrega da documentação e proposta até as 8:30 horas do dia 27/01/2017, na SALA DE LICITAÇÕES.

Informações pelo fone 49-3547-1211 – setor de Licitações.

Celso Ramos, 10 de janeiro, 2017.

ONDINO RIBEIRO DE MEDEIROS – PREFEITO MUNICIPAL

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

001.2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIANº 001/2017

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e de acordo com a Lei Complementar 008 de 23.12.1999 e de acordo com o Anexo Único da Lei Complementar 047 de 01.12.2010,

RESOLVE:

Art.1º Nomear MARCIO BITTENCOURT, para ocupar o cargo de Secretário Municipal de Administração e Planejamento, da Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado, na condição de agente político, a partir de 02.01.2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 02.01.2017.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO, 09 de janeiro de 2017.
MARLI GORETTI KAMMERS
Prefeita Municipal

002.2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIANº 002/2017

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e de acordo com as disposições do art. 12, e do anexo V da Lei Complementar nº 007 de 23.12.99,

RESOLVE:

Art. 1º Designar FLAVIO DA SILVEIRA, ocupante do cargo efetivo de Fiscal de Tributos, para exercer a função gratificada de Chefe de Serviço, na Secretaria Municipal da Fazenda.

Art. 2º Fica acrescido ao salário do cargo efetivo, a gratificação de 40% (quarenta por cento), FG-3, prevista no anexo V da Lei Complementar nº 007 de 23.12.99.

Art.3º O servidor supra mencionado acumulará as funções do cargo efetivo com as provenientes do Cargo de Secretário Municipal da Fazenda.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, 09 de janeiro de 2017.
MARLI GORETTI KAMMERS
Prefeita Municipal

003.2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 003/2017

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e de acordo com a Lei Complementar nº 007, de 23.12.99,

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor público JOAO ALOIR FRANÇA DE OLIVEIRA, para responder pela Secretaria Municipal da Saúde.

Art. 2º O servidor supra mencionado, acumulará a função referida com as provenientes do Cargo Efetivo de Técnico de Enfermagem.

Art. 3º O servidor designado não receberá remuneração adicional pelo acúmulo das funções.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO, 09 de janeiro de 2017.
MARLI GORETTI KAMMERS
Prefeita Municipal

004.2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIANº 004/2017

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, Lei Complementar 008 de 23.12.1999, Lei Complementar 047 de 01.12.2010 e de acordo com a Lei Complementar nº. 0014 de 12.12.03,

RESOLVE:

Art.1º. Nomear ALINE DA SILVEIRA, para ocupar o cargo em Comissão de Agente de Controle Interno, no Gabinete da Prefeita - Nível DAS-7, Anexo Único, da LC nº. 047 de 01.12.2010, a partir de 09.01.2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO, 09 de Janeiro de 2017.
MARLI GORETTI KAMMERS
Prefeita Municipal

005.2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIANº 005/2017

A Prefeitura Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, Lei Complementar 008 de 23.12.199 e de acordo com o Anexo Único da Lei Complementar 047 de 01.12.2010,

RESOLVE:

Art.1º. Nomear JOSIR JACO KALBUSCH, para ocupar o cargo em Comissão de Diretor de Atenção Básica a Saúde, na Secretaria Municipal da Saúde - Nível DAS-6, Anexo Único, da LC nº 047 de 01.12.2010, a partir de 09.01.2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO, 09 de Janeiro de 2017.

MARLI GORETTI KAMMERS
Prefeita Municipal

006.2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIANº 006/2017

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, Lei Complementar 008 de 23.12.199 e de acordo com o Anexo Único da Lei Complementar 047 de 01.12.2010,

RESOLVE:

Art.1º. Nomear ALLAN JUNIOR FERREIRA, para ocupar o cargo em Comissão de Coordenador dos Serviços de Vigilância, na Secretaria Municipal da Saúde - Nível DAS-2, Anexo Único, da LC nº 047 de 01.12.2010, a partir de 09.01.2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO, 09 de Janeiro de 2017.

MARLI GORETTI KAMMERS
Prefeita Municipal

007.2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIANº 007/2017

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, Lei Complementar 008 de 23.12.199 e de acordo com o Anexo Único da Lei Complementar 047 de 01.12.2010,

RESOLVE:

Art.1º. Nomear CAROLINE ANACLETO, para ocupar o cargo em Comissão de Assessor de Planejamento, na Secretaria Municipal da Administração e Planejamento - Nível DAS-3, Anexo Único, da LC nº 047 de 01.12.2010, a partir de 09.01.2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO, 09 de Janeiro de 2017.

MARLI GORETTI KAMMERS
Prefeita Municipal

008/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIANº 008/2017

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, Lei Complementar 008 de 23.12.199 e de acordo com o Anexo Único da Lei Complementar 047 de 01.12.2010,

RESOLVE:

Art.1º. Nomear FERNANDO RENGEL, para ocupar o cargo em Comissão de Chefe da Divisão de Compras, Contratos e Licitações, na Secretaria Municipal da Administração e Planejamento - Nível DAS-3, Anexo Único, da LC nº 047 de 01.12.2010, a partir de 09.01.2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO, 09 de Janeiro de 2017.

MARLI GORETTI KAMMERS
Prefeita Municipal

009.2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIANº 009/2017

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, Lei Complementar 008 de 23.12.199 e de acordo com o Anexo Único da Lei Complementar 047 de 01.12.2010,

RESOLVE:

Art.1º. Nomear GERMANO SCHUHMACHER MULLER, para ocupar o cargo em Comissão de Assessor Jurídico, no Gabinete da Prefeita - Nível DAS-8, Anexo Único, da LC nº 047 de 01.12.2010, a partir de 09.01.2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO, 09 de Janeiro de 2017.

MARLI GORETTI KAMMERS
Prefeita Municipal

010.2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 010/2017

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e de acordo com a Lei Complementar nº 007, de 23.12.99,

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor público ANDRE SEBOLD, para responder pela Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º O servidor supra mencionado, acumulará a função referida com as provenientes do Cargo Efetivo de Auxiliar Administrativo.

Art. 3º O servidor designado não receberá remuneração adicional pelo acúmulo das funções.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO, 09 de janeiro de 2017.

MARLI GORETTI KAMMERS
Prefeita Municipal

011.2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 011/2017

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e de acordo com a Lei Complementar nº 007, de 23.12.99,

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor público MAURICIO JASPER, para responder pela Secretaria Municipal dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos.

Art. 2º O servidor supra mencionado, acumulará a função referida com as provenientes do Cargo Efetivo de Operador de Equipamentos.

Art. 3º O servidor designado não receberá remuneração adicional pelo acúmulo das funções.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 02.01.2017.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO, 09 de janeiro de 2017.

MARLI GORETTI KAMMERS
Prefeita Municipal

012.2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 012/2017

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e de acordo com a Lei Complementar nº 007, de 23.12.99,

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor público MAICSON MONTIBELLER, para responder pela Secretaria Municipal da Agricultura, Indústria e Comércio, bem como, pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Turismo.

Art. 2º O servidor supra mencionado, acumulará a função referida com as provenientes do Cargo Efetivo de Oficial de Nível Médio.

Art. 3º O servidor designado não receberá remuneração adicional pelo acúmulo das funções.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO, 09 de janeiro de 2017.

MARLI GORETTI KAMMERS
Prefeita Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES -2017

RESUMO DA ATA DA COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DA SEXTA LEGISTURA. Ao 2.º (segundo) dia do mês de janeiro do ano de 2017, às 18h:00min na sala das sessões da Câmara Municipal nesta, realizou-se a presente reunião sob a Presidência do Vereador Sr. Alcides Francisco Montibeller que após ter recebido através de documento os nomes dos respectivos Líderes e Vice Líderes das Bancadas Partidárias, passou a Compor as Comissões Permanentes de acordo com o Art. 50.º do Regimento Interno... As Comissões ficaram constituídas pelos seguintes membros: Comissão de Constituição, Justiça e Redação: Édson Hoffmann, Cláudio José Eduardo e Marcio Maciel; Comissão de Finanças e Orçamento: Juarez Schneider, Alceu Pereira e Cléia Freitas; Comissão de Educação, Cultura e Desporto: Juarez Schneider, Alceu Pereira e Valério Franzem; Comissão de Obras, Serviços Públicos e Atividades Privadas: Édson Hoffmann, Cláudio José Eduardo e Cléia Freitas; Comissão de Saúde, Assistência Social e Meio Ambiente: Maurício de Andrade, Marcio Marcio, e Valério Franzem.

ELEIÇÃO DE PRESIDENTE DAS COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA SEXTA LEGISLATURA. Aos 02 (dois) dias do mês de janeiro do ano de 2017, às 18h:39min, na Sala Sebastião Aires das Comissões da Câmara Municipal, realizou-se a escolha do presidente da Comissão, que por aclamação, restou eleito o Vereador Sr. Édson Hoffman. Nada mais havendo a tratar, o presidente com a proteção divina declarou encerrados os trabalhos da presente reunião. Do que para constar, é lavrada a presente ata após lida e achada conforme, vai devidamente assinada:

ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE FINANÇAS E ORÇAMENTO DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA SEXTA LEGISLATURA. Aos 02 (dois) dias do mês de janeiro do ano de 2017, às 18h:54min, na sala Sebastião Aires das Comissões da Câmara Municipal, realizou-se a escolha do presidente da Comissão, que por aclamação, restou eleito o Vereador o Sr. Juares Schneider. Nada mais havendo a tratar, o Presidente com a proteção divina declarou encerrados os trabalhos da presente reunião. Do que para constar, é lavrada a presente ata após lida e achada conforme, vai devidamente assinada:

ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA SEXTA LEGISLATURA. Aos 02 (dois) dias do mês de janeiro do ano de 2017, às 18h:57min, na sala das Comissões da Câmara Municipal, realizou-se a escolha do Presidente da Comissão, que por aclamação, restou eleito o Vereador Sr. Alceu Pereira. Nada mais havendo a tratar, o presidente com a proteção divina declarou encerrados os trabalhos da presente reunião. Do que para constar, é lavrada a presente ata após lida e achada conforme, vai devidamente assinada:

ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE OBRAS, SERVIÇOS PÚBLICOS E ATIVIDADES PRIVADAS DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA SEXTA LEGISLATURA. Aos 02 (dois) dias do mês de janeiro do ano de 2017, às 19h:00min, na sala Sebastião Aires das Comissões da Câmara Municipal, realizou-se a escolha do presidente da Comissão, que por aclamação, restou eleito o Vereador Sr. Claudio José Eduardo. Nada mais havendo a tratar, o presidente com a proteção divina declarou encerrados os trabalhos da presente reunião. Do que para constar, é lavrada a presente ata após lida e achada conforme, vai devidamente assinada:

ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE SAÚDE, ASSISTÊNCIA SOCIAL E MEIO AMBIENTE DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA SEXTA LEGISLATURA. Aos 02 (dois) dias do mês de janeiro do ano de 2017, às 19h:10min, na sala Sebastião Aires das Comissões da Câmara Municipal, realizou-se a escolha do presidente da Comissão, que por aclamação, restou eleito o Vereador Sr. Marcio Maciel. Nada mais havendo a tratar, o presidente com a proteção divina declarou encerrados os trabalhos da presente reunião. Do que para constar, é lavrada a presente ata após lida e achada conforme, vai devidamente assinada:

Chapecó

PREFEITURA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 001/2017

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 001/2017

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber:

I. Ficam CONVOCADOS, para tomarem posse, no respectivo cargo, junto a Gerência de Gestão de Pessoal da Prefeitura Municipal de Chapecó, sito à Avenida Getúlio Vargas nº 957-S, os candidatos abaixo, conforme se especifica a seguir:

EDITAL DE CONVOCAÇÃO CONCURSO Nº 002/2016		
CARGO: INSTRUTOR COM 2º GRAU AC – IM: Violão Popular		
Nº CLASSIFICAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	NOME
01º	347849	ALEXANDRE MENEGATTI
CARGO: INSTRUTOR COM CURSO SUPERIOR AC – IM: Violão Popular		
Nº CLASSIFICAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	NOME
01º	343362	DANIEL DE LIMA
02º	341633	COSME LUIS DE ALMEIDA
CARGO: INSTRUTOR COM CURSO SUPERIOR AC – IAC: Balé Clássico/Teoria da Dança		
Nº CLASSIFICAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	NOME
01º	346217	VANESSA RAQUEL BENELLI CARLET
02º	330628	JUCINEIA ZANTEDESCHI CAMPAGNOLLO
CARGO: INSTRUTOR COM CURSO SUPERIOR AC – IAV: Desenho Artístico/Expressão Visual/Pintura		
Nº CLASSIFICAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	NOME
01º	331037	SIDIMAR MARCIO GEREMIA
02º	331050	ANA CLAUDIA ANSCHAU
CARGO: INSTRUTOR COM CURSO SUPERIOR AC – IM: Piano Clássico/Teclado		
Nº CLASSIFICAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	NOME
01º	334739	RONEI BERNARDO
CARGO: INSTRUTOR COM CURSO SUPERIOR AC – IM: Piano Clássico/Teoria e Percepção Musical/História da Música		
Nº CLASSIFICAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	NOME
01º	325973	ROBERTO GOLISZEWSKI
CARGO: INSTRUTOR COM CURSO SUPERIOR AC – IM: Violino/Viola de Arco		
Nº CLASSIFICAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	NOME
01º	324856	KARYNI DANIELLY DA SILVA DA VILA
CARGO: INSTRUTOR COM CURSO SUPERIOR AC – IM: Violoncelo/Violino		
Nº CLASSIFICAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	NOME
01º	347239	GADIEGO CARARO RIBEIRO
CARGO: INSTRUTOR COM CURSO SUPERIOR AC – IM: Técnica Vocal/Canto Coral		
Nº CLASSIFICAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	NOME
01º	344452	TAINE LOUISE SCHETTERT
CARGO: INSTRUTOR COM CURSO SUPERIOR AC – IM: Regência Coral/Arranjo/Piano		

	Nº INSCRIÇÃO	NOME
01º	343612	JAKSON RONALDO KREUZ
CARGO: INSTRUTOR COM CURSO SUPERIOR AC – IM: Preparação Vocal/Regência Coral/ Teoria e Percepção Musical		
	Nº INSCRIÇÃO	NOME
01º	338816	MARIA CATARINA TESTON

II. Em caso de não comparecimento do candidato convocado no prazo de 30 (tinta) dias a contar da data de publicação deste edital, este perderá o direito a vaga;

III. A contratação dar-se-á nas condições da legislação específica;

IV. Este edital de convocação entrará em vigor na data de sua publicação.

V. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Chapecó (SC), em 06 de janeiro de 2017

LUCIANO JOSE BULIGON

Prefeito Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 002/2017

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 002/2017

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber:

I. Ficam CONVOCADOS, para tomarem posse, no respectivo cargo, junto a Gerência de Gestão de Pessoal da Prefeitura Municipal de Chapecó, sito à Avenida Getúlio Vargas nº 957-S, os candidatos abaixo, conforme se especifica a seguir:

EDITAL DE CONVOCAÇÃO CONCURSO Nº 001/2015		
CARGO: AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO		
Nº CLASSIFICAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	NOME
42º	8199	BEATRIZ RIGO SPERANDIO
43º	5278	EZEQUIEL FRAGOZO POMPEO
44º	9765	ADRIANO DE OLIVEIRA ABREU

II. Em caso de não comparecimento do candidato convocado no prazo de 30 (tinta) dias a contar da data de publicação deste edital, este perderá o direito a vaga;

III. A contratação dar-se-á nas condições da legislação específica;

IV. Este edital de convocação entrará em vigor na data de sua publicação.

V. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Chapecó (SC), em 06 de janeiro de 2017

LUCIANO JOSE BULIGON

Prefeito Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 003/2017

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 003/2017

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber:

I. Ficam CONVOCADOS, para tomarem posse, no respectivo cargo, junto a Gerência de Gestão de Pessoal da Prefeitura Municipal de Chapecó, sito à Avenida Getúlio Vargas nº 957-S, os candidatos abaixo, conforme se especifica a seguir:

EDITAL DE CONVOCAÇÃO CONCURSO Nº 001/2016		
CARGO: ARQUIVISTA		
Nº CLASSIFICAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	NOME
01º	318049	KATIUSCIA WINCKLER MIGLIAVACCA
CARGO: PSICOLOGO		
Nº CLASSIFICAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	NOME
05º	339715	ANA MARIA ZANCHET
CARGO: MEDICO PESQUIRATRA		
Nº CLASSIFICAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	NOME
05º	328251	MARIA TEREZA DE SOUZA SIMOES
CARGO: PROCURADOR MUNICIPAL		
Nº CLASSIFICAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	NOME
01º	326261	MAYSIA ROCCO STAINSACK

II. Em caso de não comparecimento do candidato convocado no prazo de 30 (tinta) dias a contar da data de publicação deste edital, este perderá o direito a vaga;

III. A contratação dar-se-á nas condições da legislação específica;

IV. Este edital de convocação entrará em vigor na data de sua publicação.

V. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Chapecó (SC), em 06 de janeiro de 2017
LUCIANO JOSE BULIGON
Prefeito Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 004/2017

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 004/2017

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber:

I. Ficam CONVOCADOS, para tomarem posse, no respectivo cargo, junto a Gerência de Gestão de Pessoal da Prefeitura Municipal de Chapecó, sito à Avenida Getúlio Vargas nº 957-S, os candidatos abaixo, conforme se especifica a seguir:

EDITAL DE CONVOCAÇÃO CONCURSO Nº 001/2013		
CARGO: AGENTE DE PROTEÇÃO SOCIAL - CREAS		
Nº CLASSIFICAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	NOME
04º	116427	BRUNO ANTONIO KALINOSKI

II. Em caso de não comparecimento do candidato convocado no prazo de 30 (tinta) dias a contar da data de publicação deste edital, este perderá o direito a vaga;

III. A contratação dar-se-á nas condições da legislação específica;

IV. Este edital de convocação entrará em vigor na data de sua publicação.

V. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Chapecó (SC), em 06 de janeiro de 2017
LUCIANO JOSE BULIGON
Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO PARA EXECUÇÃO DA GESTÃO CONDOMINIAL E PATRIMONIAL CONVÊNIO Nº 2623.0416.190-07

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE CHAPECÓ/SC

EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO PARA EXECUÇÃO DA GESTÃO CONDOMINIAL E PATRIMONIAL

CONVÊNIO Nº 2623.0416.190-07

OBJETO EXECUÇÃO DE PROJETO DE TRABALHO SOCIAL CELEBRADO ENTRE CAIXA ECONÔMICA FEDERAL E MUNICÍPIO DE CHAPECÓ SC, NO ÂMBITO DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA – PMCMV – FAR, “RESIDENCIAL QUATRO ESTAÇÕES”.

VIGÊNCIA 12 (doze) meses a expirar em 30 de Setembro de 2017.

Elias Lazaris

Gerente Geral CEF

Luciano José Buligon

Prefeito Municipal

EXTRATO DO TERMO ADITIVO À CONVÊNIO CONVÊNIO Nº 2623.0416.190-07/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE CHAPECÓ/SC

EXTRATO DO TERMO ADITIVO À CONVÊNIO

CONVÊNIO Nº 2623.0416.190-07/2013

OBJETO: CONVÊNIO PARA EXECUÇÃO DO TRABALHO SOCIAL CELEBRADO ENTRE A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL E O MUNICIPIO DE CHAPECÓ, NO ÂMBITO DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA – PMCMV – FAR, “RESIDENCIAL QUATRO ESTAÇÕES”.

VIGÊNCIA 15 meses a expirar em 31 de dezembro de 2017.

Elias Lazaris

Gerente Geral da Caixa Econômica Federal

Luciano José Buligon

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA Nº 01 DE 2017**

Portaria Nº 1/17

Exonerar servidor público municipal.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE CHAPECÓ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º Exonerar a Servidora Pública Municipal do Poder Legislativo ANA BRIGIDA CAMAGO ocupante do cargo estatutário, comissionado, de Assessor Parlamentar.

Art. 2º Para fazer face às despesas decorrentes da aplicação desta Portaria serão utilizados recursos orçamentários próprios.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor em 2 de janeiro de 2017.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente, em 02 de janeiro de 2017

VALMOR JÚNIOR SCOLARI
Presidente

PORTARIA Nº 02 DE 2017

Portaria Nº 2/17

Exonerar servidor público municipal.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE CHAPECÓ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º Exonerar a Servidora Pública Municipal do Poder Legislativo SANDRA MARIA ROSIGNOL ocupante do cargo estatutário, comissionado, de Assessor Parlamentar.

Art. 2º Para fazer face às despesas decorrentes da aplicação desta Portaria serão utilizados recursos orçamentários próprios.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor em 2 de janeiro de 2017.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente, em 02 de janeiro de 2017

VALMOR JÚNIOR SCOLARI
Presidente

PORTARIA Nº 03 DE 2017

Portaria Nº 3/17

Exonerar servidor público municipal.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE CHAPECÓ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º Exonerar o Servidor Público Municipal do Poder Legislativo ARLINDO RAMA ocupante do cargo estatutário, comissionado, de Assessor Parlamentar.

Art. 2º Para fazer face às despesas decorrentes da aplicação desta Portaria serão utilizados recursos orçamentários próprios.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor em 2 de janeiro de 2017.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente, em 02 de janeiro de 2017

VALMOR JÚNIOR SCOLARI
Presidente

PORTARIA Nº 04 DE 2017

Portaria Nº 4/17

Exonerar servidor público municipal.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE CHAPECÓ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º Exonerar a Servidora Pública Municipal do Poder Legislativo JULIANE APARECIDA SCHNEIDER ocupante do cargo estatutário, comissionado, de Assessor Parlamentar.

Art. 2º Para fazer face às despesas decorrentes da aplicação desta Portaria serão utilizados recursos orçamentários próprios.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor em 2 de janeiro de 2017.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente, em 02 de janeiro de 2017

VALMOR JÚNIOR SCOLARI
Presidente

PORTARIA Nº 05 DE 2017

Portaria Nº 5/17

Exonerar servidor público municipal.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE CHAPECÓ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º Exonerar a Servidora Pública Municipal do Poder Legislativo DEBORA PELIZZA ocupante do cargo estatutário, comissionado, de Assessor Parlamentar.

Art. 2º Para fazer face às despesas decorrentes da aplicação desta Portaria serão utilizados recursos orçamentários próprios.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor em 2 de janeiro de 2017.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente, em 02 de janeiro de 2017

VALMOR JÚNIOR SCOLARI
Presidente

PORTARIA Nº 06 DE 2017

Portaria Nº 6/17

Exonerar servidor público municipal.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE CHAPECÓ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º Exonerar o Servidor Público Municipal do Poder Legislativo LUCIANO DE MARCO ocupante do cargo estatutário, comissionado, de Assessor Parlamentar.

Art. 2º Para fazer face às despesas decorrentes da aplicação desta Portaria serão utilizados recursos orçamentários próprios.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor em 2 de janeiro de 2017.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente, em 02 de janeiro de 2017

VALMOR JÚNIOR SCOLARI
Presidente

PORTARIA Nº 07 DE 2017

Portaria Nº 7/17

Exonerar servidor público municipal.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE CHAPECÓ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º Exonerar a Servidora Pública Municipal do Poder Legislativo CÁSSIA PIUCO ocupante do cargo estatutário, comissionado, de Assessor Parlamentar.

Art. 2º Para fazer face às despesas decorrentes da aplicação desta Portaria serão utilizados recursos orçamentários próprios.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor em 2 de janeiro de 2017.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente, em 02 de janeiro de 2017

VALMOR JÚNIOR SCOLARI
Presidente

PORTARIA Nº 08 DE 2017

Portaria Nº 8/17

Exonerar servidor público municipal.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE CHAPECÓ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º Exonerar o Servidor Público Municipal do Poder Legislativo MARCIO SERPA ocupante do cargo estatutário, comissionado, de Assessor Parlamentar.

Art. 2º Para fazer face às despesas decorrentes da aplicação desta Portaria serão utilizados recursos orçamentários próprios.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor em 2 de janeiro de 2017.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente, em 02 de janeiro de 2017

VALMOR JÚNIOR SCOLARI
Presidente

PORTARIA Nº 09 DE 2017

Portaria Nº 9/17

Exonerar servidor público municipal.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE CHAPECÓ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º Exonerar o Servidor Público Municipal do Poder Legislativo JONAS RODRIGUES NUNES ocupante do cargo estatutário, comissionado, de Assessor Parlamentar.

Art. 2º Para fazer face às despesas decorrentes da aplicação desta Portaria serão utilizados recursos orçamentários próprios.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor em 2 de janeiro de 2017.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente, em 02 de janeiro de 2017

VALMOR JÚNIOR SCOLARI
Presidente

PORTARIA Nº 10 DE 2017

Portaria Nº 10/17

Exonerar servidor público municipal.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE CHAPECÓ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º Exonerar a Servidora Pública Municipal do Poder Legislativo ERONITA SERPA DARIFF ocupante do cargo estatutário, comissionado, de Assessor Parlamentar.

Art. 2º Para fazer face às despesas decorrentes da aplicação desta Portaria serão utilizados recursos orçamentários próprios.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor em 2 de janeiro de 2017.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente, em 02 de janeiro de 2017

VALMOR JÚNIOR SCOLARI
Presidente

PORTARIA Nº 11 DE 2017

Portaria Nº 11/17

Exonerar servidor público municipal.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE CHAPECÓ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º Exonerar o Servidor Público Municipal do Poder Legislativo PEDRO CARLOS SALLES PITTHAN FILHO ocupante do cargo estatutário, comissionado, de Assessor Parlamentar.

Art. 2º Para fazer face às despesas decorrentes da aplicação desta Portaria serão utilizados recursos orçamentários próprios.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor em 2 de janeiro de 2017.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente, em 02 de janeiro de 2017

VALMOR JÚNIOR SCOLARI
Presidente

PORTARIA Nº 12 DE 2017

Portaria Nº 12/17

Exonerar servidor público municipal.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE CHAPECÓ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º Exonerar a Servidora Pública Municipal do Poder Legislativo VANDRESSA FERNANDES ocupante do cargo estatutário, comissionado, de Assessor Parlamentar.

Art. 2º Para fazer face às despesas decorrentes da aplicação desta Portaria serão utilizados recursos orçamentários próprios.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor em 2 de janeiro de 2017.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente, em 02 de janeiro de 2017

VALMOR JÚNIOR SCOLARI
Presidente

PORTARIA Nº 13 DE 2017

Portaria Nº 13/17

Exonerar servidor público municipal.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE CHAPECÓ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º Exonerar o Servidor Público Municipal do Poder Legislativo ANTONIO AUGUSTO LAZARETTI ocupante do cargo estatutário, comissionado, de Chefe de Gabinete da Presidência.

Art. 2º Para fazer face às despesas decorrentes da aplicação desta Portaria serão utilizados recursos orçamentários próprios.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor em 2 de janeiro de 2017.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente, em 02 de janeiro de 2017

VALMOR JÚNIOR SCOLARI

Presidente

PORTARIA Nº 14 DE 2017

Portaria Nº 14/17

Designa Servidor para Administrar a Câmara Municipal de Chapecó.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE CHAPECÓ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve:

CONSIDERANDO: que a servidora que desempenhava a direção geral da Câmara Municipal, não faz mais parte do quadro de pessoal desta Casa Legislativa desde 2015, decorrente de aposentadoria, RESOLVE:

Art. 1º Fica designado para direção geral da Câmara Municipal o Servidor Odirlei José Giaretta, ocupante do Cargo de Assistente de Legislação e Administração.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir de 02 de janeiro de 2017.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente, em 02 de janeiro de 2017

VALMOR JÚNIOR SCOLARI

Presidente

PORTARIA Nº 15 DE 2017

Portaria Nº 15/17

Exonerar servidor público municipal.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE CHAPECÓ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º Exonerar a Servidora Pública Municipal do Poder Legislativo ADRIANA FLORIANOVICZ ocupante do cargo estatutário, comissionado, de Assessor Parlamentar.

Art. 2º Para fazer face às despesas decorrentes da aplicação desta Portaria serão utilizados recursos orçamentários próprios.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor em 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente, em 03 de janeiro de 2017

VALMOR JÚNIOR SCOLARI

Presidente

PORTARIA Nº 16 DE 2017

Portaria Nº 16/17

Dispõe sobre nomeação em cargo comissionado.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE CHAPECÓ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º Nomear o senhor ANTONIO AUGUSTO LAZARETTI para exercer cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, com vencimento R\$ 3.093,59 (Três mil e noventa e três reais com cinquenta e nove centavos) e conceder a gratificação de 40% (quarenta por cento), conforme artigo 4º da Lei Complementar nº 499/12 de 18 de dezembro de 2012.

Art. 2º Para fazer face às despesas decorrentes da aplicação desta Portaria serão utilizados recursos orçamentários próprios.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a partir de 03 de janeiro de 2017.

Gabinete do Presidente, em 03 de janeiro de 2017

VALMOR JÚNIOR SCOLARI

Presidente

PORTARIA Nº 18 DE 2017

Portaria Nº 18/17

Dispõe sobre nomeação em cargo comissionado.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE CHAPECÓ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º Nomear o senhor GERALDO RIBACKI para exercer cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, com vencimento R\$ 3.093,59 (Três mil e noventa e três reais com cinquenta e nove centavos).

Art. 2º Para fazer face às despesas decorrentes da aplicação desta Portaria serão utilizados recursos orçamentários próprios.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a partir de 04 de janeiro de 2017.

Gabinete do Presidente, em 04 de janeiro de 2017

VALMOR JÚNIOR SCOLARI

Presidente

PORTARIA Nº 19 DE 2017

Portaria Nº 19/17

Dispõe sobre nomeação em cargo comissionado.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE CHAPECÓ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º Nomear o senhor CLAUDIR FRANCISCO FERREIRA para exercer cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, com vencimento R\$ 3.093,59 (Três mil e noventa e três reais com cinquenta e nove centavos) e conceder a gratificação de 40% (quarenta por cento), conforme artigo 4º da Lei Complementar nº 499/12 de 18 de dezembro de 2012.

Art. 2º Para fazer face às despesas decorrentes da aplicação desta Portaria serão utilizados recursos orçamentários próprios.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a partir de 04 de janeiro de 2017.

Gabinete do Presidente, em 04 de janeiro de 2017

VALMOR JÚNIOR SCOLARI
Presidente

PORTARIA Nº 20 DE 2017

Portaria Nº 20/17

Dispõe sobre nomeação em cargo comissionado.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE CHAPECÓ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º Nomear o senhor ANACLÉTO MENEGHINI para exercer cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, com vencimento R\$ 3.093,59 (Três mil e noventa e três reais com cinquenta e nove centavos).

Art. 2º Para fazer face às despesas decorrentes da aplicação desta Portaria serão utilizados recursos orçamentários próprios.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a partir de 05 de janeiro de 2017.

Gabinete do Presidente, em 05 de janeiro de 2017

VALMOR JÚNIOR SCOLARI
Presidente

PORTARIA Nº 21 DE 2017

Portaria Nº 21/17

Dispõe sobre nomeação em cargo comissionado.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE CHAPECÓ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º Nomear o senhor MATHEUS LUCAS BRESOLIN para exercer cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, com vencimento R\$ 3.093,59 (Três mil e noventa e três reais com cinquenta e nove centavos).

Art. 2º Para fazer face às despesas decorrentes da aplicação desta Portaria serão utilizados recursos orçamentários próprios.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a partir de 05 de janeiro de 2017.

Gabinete do Presidente, em 05 de janeiro de 2017

VALMOR JÚNIOR SCOLARI
Presidente

PORTARIA Nº 22 DE 2017

Portaria Nº 22/17

Dispõe sobre nomeação em cargo comissionado.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE CHAPECÓ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º Nomear o senhor LIDIOMAR BIANCHET para exercer cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, com vencimento R\$ 3.093,59 (Três mil e noventa e três reais com cinquenta e nove centavos) e conceder a gratificação de 40% (quarenta por cento), conforme artigo 4º da Lei Complementar nº 499/12 de 18

de dezembro de 2012.

Art. 2º Para fazer face às despesas decorrentes da aplicação desta Portaria serão utilizados recursos orçamentários próprios.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a partir de 06 de janeiro de 2017.

Gabinete do Presidente, em 06 de janeiro de 2017

VALMOR JÚNIOR SCOLARI
Presidente

PORTARIA Nº 23 DE 2017

Portaria Nº 23/17

Exonerar servidor público municipal.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE CHAPECÓ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º Exonerar a Servidora Pública Municipal do Poder Legislativo FERNANDA PINHEIRO ocupante do cargo estatutário, comissionado, de Assessor Parlamentar.

Art. 2º Para fazer face às despesas decorrentes da aplicação desta Portaria serão utilizados recursos orçamentários próprios.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor em 6 de janeiro de 2017.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente, em 06 de janeiro de 2017

VALMOR JÚNIOR SCOLARI
Presidente

PORTARIA Nº 24 DE 2017

Portaria Nº 24/17

Dispõe sobre nomeação em cargo comissionado.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE CHAPECÓ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º Nomear o senhor ÍRIO GLADIMIR GONÇALVES DOS SANTOS para exercer cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, com vencimento R\$ 3.093,59 (Três mil e noventa e três reais com cinquenta e nove centavos) e conceder a gratificação de 40% (quarenta por cento), conforme artigo 4º da Lei Complementar nº 499/12 de 18 de dezembro de 2012.

Art. 2º Para fazer face às despesas decorrentes da aplicação desta Portaria serão utilizados recursos orçamentários próprios.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a partir de 06 de janeiro de 2017.

Gabinete do Presidente, em 06 de janeiro de 2017

VALMOR JÚNIOR SCOLARI
Presidente

PORTARIA Nº 26 DE 2017

Portaria Nº 26/17

Dispõe sobre nomeação em cargo comissionado.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE CHAPECÓ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º Nomear o senhor EDUARDO HELLGREN MACIESKI para exercer cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, com vencimento R\$ 3.093,59 (Três mil e noventa e três reais

com cinquenta e nove centavos).

Art. 2º Para fazer face às despesas decorrentes da aplicação desta Portaria serão utilizados recursos orçamentários próprios.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a partir de 06 de janeiro de 2017.

Gabinete do Presidente, em 06 de janeiro de 2017

VALMOR JÚNIOR SCOLARI

Presidente

PORTARIA Nº 27 DE 2017

Portaria Nº 27/17

Exonerar servidor público municipal.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE CHAPECÓ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º Exonerar a Servidora Pública Municipal do Poder Legislativo CLEUSIANA TAMANHO ANHAIA ocupante do cargo estatutário, comissionado, de Assessor Parlamentar.

Art. 2º Para fazer face às despesas decorrentes da aplicação desta Portaria serão utilizados recursos orçamentários próprios.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor em 9 de janeiro de 2017.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente, em 09 de janeiro de 2017

VALMOR JÚNIOR SCOLARI

Presidente

PORTARIA Nº 28 DE 2017

Portaria Nº 28/17

Dispõe sobre nomeação em cargo comissionado.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE CHAPECÓ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º Nomear o senhor VALDEMAR SBEGHEN JUNIOR para exercer cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, com vencimento R\$ 3.093,59 (Três mil e noventa e três reais com cinquenta e nove centavos).

Art. 2º Para fazer face às despesas decorrentes da aplicação desta Portaria serão utilizados recursos orçamentários próprios.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a partir de 09 de janeiro de 2017.

Gabinete do Presidente, em 09 de janeiro de 2017

VALMOR JÚNIOR SCOLARI

Presidente

PORTARIA Nº 29 DE 2017

Portaria Nº 29/17

Dispõe sobre nomeação em cargo comissionado.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE CHAPECÓ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º Nomear a senhora IEDA APARECIDA DE OLIVEIRA GIAQUINI para exercer cargo de Provimento em Comissão de Assessor

Parlamentar, com vencimento R\$ 3.093,59 (Três mil e noventa e três reais com cinquenta e nove centavos) e conceder a gratificação de 40% (quarenta por cento), conforme artigo 4º da Lei Complementar nº 499/12 de 18 de dezembro de 2012.

Art. 2º Para fazer face às despesas decorrentes da aplicação desta Portaria serão utilizados recursos orçamentários próprios.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a partir de 09 de janeiro de 2017.

Gabinete do Presidente, em 09 de janeiro de 2017

VALMOR JÚNIOR SCOLARI

Presidente

PORTARIA Nº17 DE 2017

Portaria Nº 17/17

Dispõe sobre nomeação em cargo comissionado.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE CHAPECÓ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º Nomear a senhora MARLI DE FÁTIMA ALVES POMPEO para exercer cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, com vencimento R\$ 3.093,59 (Três mil e noventa e três reais com cinquenta e nove centavos).

Art. 2º Para fazer face às despesas decorrentes da aplicação desta Portaria serão utilizados recursos orçamentários próprios.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a partir de 04 de janeiro de 2017.

Gabinete do Presidente, em 04 de janeiro de 2017

VALMOR JÚNIOR SCOLARI

Presidente

Cocal do Sul

CÂMARA MUNICIPAL

EDITAL INEXIBILIDADE 1/2017

EDITAL DE PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 01/2017

LUIZ HENRIQUE DE BITTENCOURT, presidente da Câmara de Vereadores de Cocal do Sul, torna público para o conhecimento dos interessados que inexigirá a a licitação para contratação de SISTEMA DE COMPRAS E LICITAÇÃO, nos termos do art. 25 da Lei 8.666/93. O valor da contratação será de R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais) mensais, num total de R\$ 2.450,00 (dois mil e quatrocentos e cinquenta reais) pelo licenciamento do aplicativo por 07 meses de contratação, conforme proposta anexa ao processo administrativo 01/2017, inexigibilidade de licitação n. 01/2017. Os recursos orçamentários para realizar o presente contrato correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias: 1001- Manutenção do Processo Legislativo - 33.90.39.11.00.00.00 – Locação de Softwares- Maiores informações do processo administrativo encontram-se a disposição junto ao setor de licitação desta Câmara Municipal.

Cocal do Sul, 09 de janeiro de 2017.

LUIZ HENRIQUE DE BITTENCOURT
PRESIDENTE DA CÂMARA.

Concórdia

PREFEITURA

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 1/2017-PMC

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC
EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2017 - PMC

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE e Programa Nacional de Alimentação de Creches - PNAC, de acordo com Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009 e Resolução/CD/FNDE nº 26 de 17 de junho de 2013 e alterações, conforme especificações e cronograma de entrega dos gêneros alimentícios constantes do Anexo "A".

Data da realização: 31/01/2017.

Horário: às 14h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Credenciamentos Públicos". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo fone (049) 3441-2167.

Concórdia, SC, 09 de janeiro de 2017.

MÁRCIA MARLI VANZO CALDEROLLI

Secretária Municipal de Educação

EXTRATO 1º TA CONTRATO Nº 82/2016-PMC

Contrato Nº : 82/2016

Aditivo Nº : 1TA CTR 82/2016/2016

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : TRANSPORTES E COMÉRCIO 29 LTDA ME

Licitação : Pregão Eletrônico 2/2016

Objeto : Contratação de empresa, do ramo de transporte coletivo de passageiros, para a prestação de serviços, em regime de fretamento, de transporte de alunos e professores das redes Municipal e Estadual de ensino, durante o ano letivo de 2016, com recursos oriundos dos convênios com o Governo Federal (FUNDEB, PNATE, Salário Educação), Governo Estadual e próprio.

Vigência : Início: 01/01/2017 Término: 31/12/2017

Assinatura : 28/12/2016

Valor R\$: 62.948,34 (Sessenta e Dois Mil, Novecentos e Quarenta e Oito Reais e Trinta e Quatro Centavos)

Dotação : 49 - 06.002.2013.333903926000000.01190000

Dotação : 56 - 06.002.2015.333903926000000.01190000

Dotação : 57 - 06.002.2016.333903926000000.01360000

Dotação : 59 - 06.002.2016.333903926000000.01370003

Dotação : 61 - 06.002.2016.333903926000000.01620001

Dotação : 89 - 06.006.2011.333903926000000.01370003

Dotação : 90 - 06.006.2011.333903926000000.01620001

Dotação : 393 - 06.001.2012.333903926000000.03010000

Dotação : 394 - 06.002.2013.333903926000000.03010000

Dotação : 414 - 06.002.2016.333903926000000.03360000

EXTRATO 2º TA CONTRATO Nº 81/2016-PMC

Contrato Nº : 81/2016

Aditivo Nº : 2TA CTR 81/2016/2016

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : TRANSPORTES BALBINOT EIRELI ME

Licitação : Pregão Eletrônico 2/2016

Objeto : Contratação de empresa, do ramo de transporte coletivo de passageiros, para a prestação de serviços, em regime de fretamento, de transporte de alunos e professores das redes Municipal e Estadual de ensino, durante o ano letivo de 2016, com recursos oriundos dos convênios com o Governo Federal (FUNDEB, PNATE, Salário Educação), Governo Estadual e próprio.

Vigência : Início: 01/01/2017 Término: 31/12/2017

Assinatura : 28/12/2016

Valor R\$: 87.699,71 (Oitenta e Sete Mil, Seiscentos e Noventa e Nove Reais e Setenta e Um Centavos)

Dotação : 49 - 06.002.2013.333903926000000.01190000

Dotação : 56 - 06.002.2015.333903926000000.01190000

Dotação : 57 - 06.002.2016.333903926000000.01360000

Dotação : 59 - 06.002.2016.333903926000000.01370003

Dotação : 61 - 06.002.2016.333903926000000.01620001

Dotação : 89 - 06.006.2011.333903926000000.01370003

Dotação : 90 - 06.006.2011.333903926000000.01620001

Dotação : 393 - 06.001.2012.333903926000000.03010000

Dotação : 394 - 06.002.2013.333903926000000.03010000

Dotação : 414 - 06.002.2016.333903926000000.03360000

EXTRATO DO CONTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Contrato de Acordo De Cooperação Técnica

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : ECUSTOMIZE CONSULTORIA EM SOFTWARE LTDA

Objeto : O presente ACORDO tem por finalidade dispor sobre as condições de utilização pelos órgãos da administração direta do Poder Executivo do MUNICÍPIO de sistema eletrônico de licitações, disponibilizado pela ECUSTOMIZE, doravante denominado PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS - PORTALCP, desenvolvido em plataforma Web, que permite realizar procedimentos licitatórios para aquisição de bens e serviços comuns, por meio da Internet, em conformidade com a legislação pertinente, especialmente a Lei Federal no. 10.520/2002, artigo 24, inciso II e artigo 22, inciso III, da Lei Federal no. 8.666/1993, Capítulo V da Lei Complementar n. 123/2006 e suas posteriores alterações, com a utilização de fornecedores previamente cadastrados

Vigência : Início: 05/01/2017 Término: 04/01/2018

Assinatura : 05/01/2017

Valor R\$: 0,00 (zero)

Cordilheira Alta

PREFEITURA

DECRETO N. 059/2017

DECRETO Nº059/2017, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

“REVOGA DECRETO N. 160/2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA

Art. 1º Revoga Decreto n. 160/2014 que atribui função de confiança, na ordem de 40 % sobre o vencimento do cargo ocupado, ao Servidor Municipal, Sr . HELVICO JOSE SABBÍ ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário em especial o Decreto n. 160/2014.

Cordilheira Alta, SC, 06 de janeiro de 2017.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Coronel Martins

PREFEITURA

DECRETO Nº 023/2017

DECRETO Nº 023 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

DESIGNA SERVIDOR PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 94, da Lei Orgânica do Município, 2ª edição – 2005 - Consolidada, e pelo artigo nº 58 da Lei Complementar Municipal Nº 040, de 29 de abril de 2014.

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público:

DESIGNA:

Art. 1º. O Senhor Clomir Alcevar May, Servidor público municipal, ocupante do Cargo de Motorista na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, do Município de Coronel Martins/SC, passa a fazer parte e prestar serviços junto a Secretaria Municipal de Saúde a partir de 09 de janeiro de 2017.

Paragrafo único: Adicional de Insalubridade ao servidor Público Municipal, Sr. Clomir Alcevar May, num percentual de 20% (vinte por cento) sobre o piso mínimo do vencimento Municipal, a partir de 09 de janeiro de 2017, em virtude da prestação de serviço junto a Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins,
em 02 de janeiro de 2017.

ADEMIR MADELLA
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

GIUVANI SCHUSTER
Sec. de Adm. Planej. E Finanças

DECRETO Nº 024/2017

DECRETO Nº 024 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

DESIGNA SERVIDOR PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 94, da Lei Orgânica do Município, 2ª edição – 2005 - Consolidada, e pelo artigo nº 58 da Lei Complementar Municipal Nº 040, de 29 de abril de 2014.

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público:

DESIGNA:

Art. 1º. O Senhor Valdir Fin, Servidor público municipal, ocupante do Cargo de Motorista na Secretaria Municipal de Desenvolvimento

Econômico, do Município de Coronel Martins/SC, passa a fazer parte e prestar serviços junto a Secretaria Municipal de Saúde a partir de 09 de janeiro de 2017.

Paragrafo único: Adicional de Insalubridade ao servidor Público Municipal, Sr. Valdir Fin, num percentual de 20% (vinte por cento) sobre o piso mínimo do vencimento Municipal, a partir do dia 09 de janeiro de 2017, em virtude da prestação de serviço junto a Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins,
em 02 de janeiro de 2017.

ADEMIR MADELLA
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

GIUVANI SCHUSTER
Sec. de Adm. Planej. E Finanças

DECRETO Nº 025/2017

DECRETO Nº 025 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

DESIGNA SERVIDOR PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 94, da Lei Orgânica do Município, 2ª edição – 2005 - Consolidada, e pelo artigo nº 58 da Lei Complementar Municipal Nº 040, de 29 de abril de 2014.

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público:

DESIGNA:

Art. 1º. O Senhor Rodrigo Paulo Barboza, Servidor público municipal, ocupante do Cargo de Motorista na Secretaria Municipal de Saúde, do Município de Coronel Martins/SC, passa a fazer parte e prestar serviços junto a Secretaria Municipal de Transporte, Obras e Serviços Público a partir do dia 09 de janeiro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins,
em 02 de janeiro de 2017.

ADEMIR MADELLA
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

GIUVANI SCHUSTER
Sec. de Adm. Planej. E Finanças

DECRETO Nº 026/2017

DECRETO Nº 026 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

DESIGNA SERVIDOR PARA A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 94, da Lei Orgânica do Município, 2ª edição – 2005 - Consolidada, e pelo artigo nº 58 da Lei Complementar Municipal Nº 040, de 29 de abril de 2014.

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público:

DESIGNA:

Art. 1º. O Senhor Gilmar Belatto, Servidor público municipal, ocupante do Cargo de Motorista na Secretaria Municipal de Saúde, do Município de Coronel Martins/SC, passa a fazer parte e prestar serviços junto a Secretaria Municipal de Transporte, Obras e Serviços Público a partir do dia 09 de janeiro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins,
em 02 de janeiro de 2017.
ADEMIR MADELLA
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

GIUVANI SCHUSTER
Sec. de Adm. Planej. E Finanças

DECRETO Nº 027/2017

DECRETO Nº 027 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

DESIGNA SERVIDORA PARA A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 94, da Lei Orgânica do Município, 2ª edição – 2005 - Consolidada, e pelo artigo nº 58 da Lei Complementar Municipal Nº 040, de 29 de abril de 2014.

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público:

DESIGNA:

Art. 1º. A Senhora Jucelia Mara Girardi Pinheiro, Servidora pública municipal, ocupante do Cargo de Servente na Secretaria Municipal de Educação, do Município de Coronel Martins/SC, passa a fazer parte e prestar serviços junto a Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 09 de janeiro de 2017.

Paragrafo único: Adicional de Insalubridade ao servidor Público Municipal, Sra. Jucelia Mara Girardi Pinheiro, num percentual de 20% (vinte por cento) sobre o piso mínimo do vencimento Municipal, a partir do dia 09 de janeiro de 2017, em virtude da prestação de serviço junto a Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins,
em 02 de janeiro de 2017.
ADEMIR MADELLA
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

GIUVANI SCHUSTER
Sec. de Adm. Planej. E Finanças

DECRETO Nº 028/2017

DECRETO Nº 028 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

DESIGNA SERVIDORA PARA A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 94, da Lei Orgânica do Município, 2ª edição – 2005 - Consolidada, e pelo artigo nº 58 da Lei Complementar Municipal Nº 040, de 29 de abril de 2014.

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público:

DESIGNA:

Art. 1º. A Senhora Loreni Aparecida Castro dos Santos, Servidora pública municipal, ocupante do Cargo de Servente na Secretaria Municipal de Educação, do Município de Coronel Martins/SC, passa a fazer parte e prestar serviços junto a Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 09 de janeiro de 2017.

Paragrafo único: Adicional de Insalubridade ao servidor Público Municipal, Sra. Loreni Aparecida Castro dos Santos, num percentual de 20% (vinte por cento) sobre o piso mínimo do vencimento Municipal, a partir do dia 09 de janeiro de 2017, em virtude da prestação de serviço junto a Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins,
em 02 de janeiro de 2017.
ADEMIR MADELLA
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

GIUVANI SCHUSTER
Sec. de Adm. Planej. E Finanças

DECRETO Nº 029/2017

DECRETO Nº 029. DE 02 DE JANEIRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 75 à 77 da Lei Complementar nº. 040, de 29/04/2014, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público;

CONCEDER:

Art. 1º Férias a Servidor abaixo relacionado, no período e referência que especifica:

01 – Para gozo de 30 (trinta) dias no período de 09/01/2017 Á 07/02/2017

Nome Cargo Referência

Vanderlei Erculino Consoli Motorista 02/06/2014 a 01/06/2015

Parágrafo único: para efeito de cálculo, o sistema de folha de pagamento adotará o período do dia 01 ao dia 30 de cada mês, podendo haver alteração.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,
em 02 de janeiro de 2017.

ADEMIR MADELLA
Prefeito Municipal

Este decreto foi registrado e publicado em data supra.

GIUVANI SCHUSTER
Sec. de Adm. Planej. E Finanças

DECRETO Nº 030/2017

DECRETO Nº 030, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

DESIGNA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL PARA ATUAR E RESPONDER PELAS PUBLICAÇÕES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve:

DESIGNAR:

Art. 1º A Servidora Pública Municipal, Senhorita DANIELA SMANIOTTO, ocupante do Cargo em Comissão de Assessora de Secretaria, para atuar e responder pelas Publicações, a partir de 02 de janeiro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,
em 02 de janeiro de 2017.

ADEMIR MADELLA
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

GIUVANI SCHUSTER
Sec. de Adm. Planej. E Finanças

Corupá

PREFEITURA

DECRETO Nº 11118/17

DECRETO Nº 11118/17

FIXA UFRM – UNIDADE FISCAL DE REFERÊNCIA MUNICIPAL, PARA O EXERCÍCIO FISCAL DE 2017.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base no item VII, do Art. 66, da Lei Orgânica Municipal, e com fundamento no artigo 529 da Lei Complementar nº 10 de 29 de Setembro de 2009,

CONSIDERANDO o Art. 529 da Lei Complementar Municipal nº 010, de 29/09/09, que estabelece o reajuste anual para o exercício, aplicando-se no mês de janeiro a atualização monetária;

CONSIDERANDO que o IBGE divulgou o índice definitivo do INPC acumulado de novembro de 2015 a outubro de 2016 como sendo de 8,5000%;

DECRETA:

Art. 1º - Fica fixado o valor da UFRM – Unidade Fiscal de Referência Municipal, para o Exercício Fiscal de 2017 em R\$ 2,69 (dois reais e sessenta e nove centavos).

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
09 de janeiro 2017.

JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 11119/17

DECRETO Nº 11119/17

NOMEIA A SRA. ÁUREA JOELMA ARENDARTCHUK, PARA OCUPAR O CHEFE DE COMUNICAÇÃO SOCIAL.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito de Corupá, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e com base no art. 66, V e VII, e o art. 73, da Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO que a nomeação de Chefe de Comunicação Social é de livre escolha do Chefe do Poder Executivo;

CONSIDERANDO que é fundamental que a nomeação deverá recair sobre pessoa com idoneidade moral, reputação ilibada e com conhecimento na área de atuação.

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a SRA. ÁUREA JOELMA ARENDARTCHUK, para ocupar o cargo de Chefe de Comunicação Social.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 02 de janeiro de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Corupá, 09 de janeiro de 2017.

JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

DECRETO Nº 11120/17

DECRETO Nº 11120/17

NOMEIA A SRA. MARAIZA MARIA THILLES PEREIRA, PARA OCUPAR O CARGO DE DIRETORA DO CEI DONA NINA.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito de Corupá, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e com base no art. 66, V e VII, e o art. 73, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO que a nomeação de Diretora é de livre escolha do Chefe do Poder Executivo;

CONSIDERANDO que é fundamental que a nomeação deverá recair sobre pessoa com idoneidade moral, reputação ilibada e com conhecimento na área de atuação.

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a SRA. MARAIZA MARIA THILLES PEREIRA, para ocupar o cargo de Diretora do CEI Dona Nina.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Corupá, 09 de janeiro de 2017.

JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 4124/17

PORTARIA Nº 4124/17

NOMEIA A COMISSÃO PARA PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS, REALIZADOS PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu artigo 66, VII, combinado com a Lei Federal nº. 8.666/93, de 21 de Junho de 1993,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, da Prefeitura Municipal de Corupá,

- Presidente: JÉSSICA TAMARA PEZZATO;
- Suplente: LÍDIA ROSA VEECK;
- Secretário: NOEMI APARECIDA FOSSILLE;
- Suplente: HEINS GERHARD KOPSCH;
- Membro: SILVANA GRITEN RIBEIRO;
- Suplente: ÁUREA JOELMA ARENDARTCHUK;

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário, em especial a Portaria

3532/15.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC,
09 de janeiro de 2017.
JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 4125/17

PORTARIA N.º 4125/17
NOMEIA A COMISSÃO PARA PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS REALIZADOS PELA AUTARQUIA DENOMINADA ÁGUAS DE CORUPÁ.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu artigo 66, VII, combinado com a Lei Federal nº. 8.666/93 de 21 de Junho de 1993,

RESOLVE:

Art. 1º - Os procedimentos licitatórios realizados pela Autarquia denominada Águas de Corupá, ficarão sob responsabilidade da comissão de licitação nomeada pela portaria nº 4124/17:

- Presidente: JÉSSICA TAMARA PEZZATO;
- Suplente: LÍDIA ROSA VEECK;
- Secretário: NOEMI APARECIDA FOSSILLE;
- Suplente: HEINS GERHARD KOPSCH;
- Membro: SILVANA GRITEN RIBEIRO;
- Suplente: ÁUREA JOELMA ARENDARTCHUK;

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário, em especial a Portaria 3530/15.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC,
09 de janeiro de 2017.
JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 4126/17

PORTARIA Nº 4126/17

DESIGNA PREGOEIROS E COMPÕE EQUIPE DE APOIO PARA ATUAREM EM LICITAÇÕES NA MODALIDADE DE PREGÃO NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e com base no item VII do Art. 66 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar para atuarem como Pregoeiros em licitações na modalidade de pregão, no âmbito da Prefeitura Municipal de Corupá, os servidores:

- JÉSSICA TAMARA PEZZATO (Pregoeiro);
- LÍDIA ROSA VEECK (Pregoeiro substituto).

Parágrafo Único: O Edital indicará em cada certame licitatório o Pregoeiro e seu substituto.

Art. 2º - Ficam designados para atuarem como membros da Equipe de Apoio em licitações na modalidade de pregão, no âmbito da Prefeitura Municipal de Corupá, os Servidores:

- NOEMI APARECIDA FOSSILLE;
- HEINS GERHARD KOPSCH;
- SILVANA GRITEN RIBEIRO;
- ÁUREA JOELMA ARENDARTCHUK;

Parágrafo Único: O edital indicará os membros da Equipe de Apoio para atuarem no certame, com no mínimo de três integrantes.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 3531/15.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC,
09 de janeiro de 2017.
JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Curitibanos

PREFEITURA

ANULAÇÃO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 108/2016

ANULAÇÃO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 108/2016

O Fundo Municipal de Saúde de Curitibanos, através de sua autoridade competente entende por ANULAR na sua totalidade o Edital de Tomada de Preços nº 108/2016, que tem como objeto a Contratação de empresa especializada na área de informática para locação de sistemas para gestão pública na área da saúde, conforme condições estabelecidas no presente edital e nos seus anexos. Tendo em vista que houve exigência considerada ilegal por parte da Administração, devendo assim ser anulado na forma do regramento do artigo 49 da Lei nº 8.666/93, já que vícios encontrados no edital, podem causar prejuízos não só a administração, mas sobretudo aos particulares, especialmente aos participantes do certame. Fica assim aprazado o prazo legal para recorrer da decisão da Administração

Curitibanos, 09 de Janeiro de 2017.

De acordo,

José Antonio Guidi
Prefeito Municipal

Altamir Carvalho Goetten
Presidente do Fundo de Saúde

DECRETO Nº 4.819/2016

DECRETO Nº 4.819/2016

SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitibanos e na forma da lei 5.655/2015

DECRETA

Art. 1º - Ficam suplementadas as dotações do orçamento do Fundo Municipal de Educação no valor de R\$ 238.000,00 (duzentos e trinta e oito mil reais) a saber:

SUPLEMENTAÇÃO

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
12.361.0010.1006 OBRAS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL
4490000000.00.1001 APLICAÇÕES DIRETAS
..... ..R\$ 238000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 238.000,00

Art. 2º. Para cobertura da suplementação acima fica utilizado parte do excesso de arrecadação de recursos RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSF. DE IMPOSTOS, no valor de R\$ 238.000,00 (Duzentos e trinta e oito mil reais).

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitibanos, 15 de dezembro de 2016.

José Antonio Guidi
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos quinze dias do mês de dezembro do ano dois mil e dezesseis na portaria da Prefeitura Municipal.

Kleberson Luciano Lima
Secretário de Educação e Cultura

DECRETO Nº 4.823/2016

DECRETO Nº 4.823/2016

DEFINE OS VALORES DA TAXA DE LIMPEZA PÚBLICA PARA 2017.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitibanos e na forma da Lei Complementar n. 028/2002:

DECRETA

Art. 1º. O valor da Taxa de Limpeza Pública para o ano de 2017 fica reajustado em 7,96% a ser lançada e arrecadada na forma disposta pelo art. 369 da Lei Complementar n. 028/2002.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitibanos, 16 de dezembro de 2016.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos dezesseis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis, na secretaria e no mural da Prefeitura Municipal.

Amaury Silva
Secretário Municipal de Administração e Finanças

DECRETO Nº 4.825/2016

DECRETO Nº 4.825/2016

SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitibanos e na forma da lei 5.655/2015

DECRETA

Art. 1º - Ficam suplementadas as dotações do orçamento do Fundo Municipal de Educação no valor de R\$ 195.300,00 (cento e noventa e cinco mil e trezentos reais) a saber:

SUPLEMENTAÇÃO

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
12.365.0014.1010 OBRAS PARA O ENSINO INFANTIL

4490000000.00.1001 APLICAÇÕES DIRETAS
..... ..R\$ 195.300,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 195.300,00

Art. 2º. Para cobertura da suplementação acima fica utilizado parte do excesso de arrecadação de recursos de IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS, no valor de R\$ 195.300,00 (Cento e noventa e cinco mil e trezentos reais).

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 16 de dezembro de 2016.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos dezesseis dias do mês de dezembro do ano dois mil e dezesseis na portaria da Prefeitura Municipal Kleberson Luciano Lima
Secretário de Educação e Cultura

DECRETO Nº 4.826/2017

DECRETO Nº 4.826/2017

CONCEDE PERMISSÃO DE USO DE BEM PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo §3º do artigo 105 da Lei Orgânica do Município de Curitiba:

DECRETA

Art. 1º. Concede à FABIO JULIO DE LIZ, brasileiro, solteiro, portador da Cédula de Identidade n. 1.844.359 e inscrito no CPF sob n. 032.948.779-51, servidor público municipal ocupante do cargo de auxiliar de serviços gerais, matrícula n. 225.695, direito a PERMISSÃO de uso de, uma residência localizada na rua Luiz Ibraim Goulart, S/N Loteamento Nova Alvorada, Bairro São Luiz e dentro da matrícula imobiliária n. 25.232 para seu uso exclusivo ou de sua família,, de forma gratuita, para seu uso exclusivo, pelo prazo de três anos.

Art. 2º. Os termos, condições e prazos da permissão estão perfeitamente descritos no termo de permissão em anexo, que fica fazendo parte integrante do presente decreto.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 02 de janeiro de 2017.

José Antonio Guidi
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto aos dois dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezessete na portaria da Prefeitura Municipal.

Amaury Silva
Secretário Municipal de Administração e Finanças

DECRETO Nº 4.827/2017

DECRETO Nº 4.827/2017

DOA EQUIPAMENTOS AO ESTADO DE SANTA CATARINA ATRAVÉS DA SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA PARA SEREM UTILIZADOS PELA POLÍCIA MILITAR DE CURITIBANOS

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba e na forma do convênio de trânsito.

DECRETA

Art. 1º - Ficam doados e entregues ao Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Segurança Pública, os bens e equipamentos constantes do Anexo I deste decreto para uso exclusivo do Batalhão da Polícia Militar em Curitiba, conforme termo de doação e entrega que fica fazendo parte integrante do presente decreto, na forma disciplinada no convênio de trânsito.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 02 de janeiro de 2017.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos dois dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezessete, na secretaria e no mural da Prefeitura Municipal.

Amaury Silva
Secretário Municipal de Administração e Finanças

TERMO DE DOAÇÃO

Pelo presente instrumento de doação, sem cláusula de reversão, O MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 83.754.044/0001-34, estabelecido à rua Cel. Vidal Ramos, 860, neste ato representado por seu titular José Antonio Guidi, brasileiro, casado, residente e domiciliado em Curitiba, SC, na qualidade de Prefeito Municipal, doa e entrega ao Estado de Santa Catarina, nos termos da Lei Municipal nº 4.921 de 10 de dezembro de 2012 os equipamentos constantes do anexo para uso exclusivo da Polícia Militar em Comarca de Curitiba.

A doação é feita em caráter definitivo, passando os referidos bens a ser de uso exclusivo do Estado de Santa Catarina.

Curitiba, 02 de janeiro de 2017.

José Antônio Guidi Prefeito Municipal	Polícia Militar
--	-----------------

DECRETO Nº 4.828/2017

DECRETO Nº 4.828/2017

DOA EQUIPAMENTOS AO ESTADO DE SANTA CATARINA PARA SEREM UTILIZADOS PELO BATALHÃO DO BOMBEIRO MILITAR EM CURITIBANOS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba e na forma da lei nº 4.921/2012

DECRETA

Art. 1º - Fica doado e entregue ao Estado de Santa Catarina , nos termos do art.. 2º da lei municipal nº 4.921/2012, os equipamentos constantes do Anexo I deste decreto para uso exclusivo do Batalhão do Bombeiro Militar em Curitiba, conforme termo de doação e entrega que fica fazendo parte integrante do presente decreto.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 02 de janeiro de 2017.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos dois dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezessete, na secretaria e no mural da Prefeitura Municipal.

Amaury Silva
Secretário Municipal de Administração e Finanças

TERMO DE DOAÇÃO

Pelo presente instrumento de doação, sem cláusula de reversão, O MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 83.754.044/0001-34, estabelecido à rua Cel. Vidal Ramos, 860, neste ato representado por seu titular José Antonio Guidi, brasileiro, casado, residente e domiciliado em Curitiba SC, na qualidade de Prefeito Municipal, doa e entrega ao Estado de Santa Catarina, nos termos da Lei Municipal nº 4.921 de 10 de dezembro de 2102 os equipamentos constantes do anexo para uso exclusivo do Batalhão do Bombeiro Militar em Curitiba.

A doação é feita em caráter definitivo, passando o referido bem a ser de uso exclusivo do Estado de Santa Catarina.

Curitiba, 02 de janeiro de 2017.

José Antônio Guidi Prefeito Municipal	Ten. Cel. B.M.
--	----------------

DECRETO Nº 4.829/2017

DECRETO Nº 4.829/2017

DOA EQUIPAMENTOS AO ESTADO DE SANTA CATARINA ATRAVÉS DA SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA PARA SEREM UTILIZADOS PELA POLICIA CIVIL DA COMARCA DE CURITIBANOS

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba e na forma do convênio de trânsito.

DECRETA

Art. 1º - Fica doado e entregue ao Estado de Santa Catarina , através da Secretaria de Segurança Pública, os bens e equipamentos constantes do Anexo I deste decreto para uso exclusivo da Polícia Civil da comarca de Curitiba, conforme termo de doação e entrega que fica fazendo parte integrante do presente decreto, na forma disciplinada no convênio de trânsito.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 02 de janeiro de 2017.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos dois dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezessete, na secretaria e no mural da Prefeitura Municipal.

Amaury Silva
Secretário Municipal de Administração e Finanças

TERMO DE DOAÇÃO

Pelo presente instrumento de doação, sem cláusula de reversão, O MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 83.754.044/0001-34, estabelecido à rua Cel. Vidal Ramos, 860, neste ato representado por seu titular José Antonio Guidi, brasileiro, casado, residente e domiciliado em Curitiba SC, na qualidade de Prefeito Municipal, doa e entrega ao Estado de Santa Catarina, nos termos da Lei Municipal nº 4.921 de 10 de dezembro de 2102 os equipamentos constantes do anexo para uso exclusivo da Polícia Civil da Comarca de Curitiba.

A doação é feita em caráter definitivo, passando os referidos bens a ser de uso exclusivo do Estado de Santa Catarina.

Curitiba, 02 de janeiro de 2017.

José Antônio Guidi Prefeito Municipal	Polícia Civil
--	---------------

DECRETO Nº 4.830/2017

DECRETO Nº 4.830/2017

REMANEJA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba e na forma da lei n. 5.851/2016

DECRETA

Art. 1º - Ficam remanejadas as dotações orçamentárias entre as fontes de recurso dentro do mesmo projeto atividade do orçamento da Prefeitura Municipal no valor de R\$ 38.491,91 (trinta e oito mil, quatrocentos e noventa e um reais noventa e um centavos) na forma autorizada pela lei orçamentária nº 5.851/2016,

DA MODALIDADE DE APLICAÇÃO

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.02 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

04.123.0002.2006 MANUTENÇÃO DA SECRET. DE ADMIN. E FINANÇAS 3390000000.00.1000 APLICAÇÕES DIRETAS
..... R\$ 38.491,91

PARA A MODALIDADE DE APLICAÇÃO

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.02 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

04.123.0002.2006 MANUTENÇÃO DA SECRET. DE ADMIN. E FINANÇAS

3171000000.00.1000 TRANSF. A CONS. PÚBLICOS
..... R\$ 14.760,00

3371000000.00.1000 TRANSF. A CONS. PÚBLICOS

..... R\$ 4.080,00
 3393000000.00.1000 APLIC. DIRETA DEC. OP. ENTRE ÓRGÃOS
 R\$ 18.919,91
 4471000000.00.1000 TRANSF. A CONS. PÚBLICOS
 R\$ 732,00

Art. 2º - Ficam remanejadas as dotações orçamentárias entre as fontes de recurso dentro do mesmo projeto atividade do orçamento da Prefeitura Municipal no valor de R\$ 265.133,17 (duzentos e sessenta e cinco mil cento e trinta e três reais dezessete centavos) na forma autorizada pela lei orçamentária nº 5.851/2016

DA MODALIDADE DE APLICAÇÃO

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO
 02.04 SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DESENV. RURAL
 18.541.0022.2069 CONTRIBUIÇÃO AO COINCO
 3393000000.00.1000 APLIC. DIRETA DEC. OP. ENTRE ÓRGÃOS....
 R\$ 264.100,15
 4471000000.00.1000 TRANSF. A CONS. PÚBLICOS
 R\$ 1.033,02

PARA A MODALIDADE DE APLICAÇÃO

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO
 02.04 SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DESENV. RURAL
 18.541.0022.2069 CONTRIBUIÇÃO AO COINCO
 3371000000.00.1000 TRANSF. A CONS. PÚBLICOS
 R\$ 265.133,17

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitibanos, 02 de janeiro de 2017.

José Antônio Guidi
 Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos dois dias do mês de janeiro ano de dois mil e seis na secretaria e no mural público da Prefeitura Municipal.

Amaury Silva
 Secretário Municipal de Administração e Finanças

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 5/2017

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 5/2017

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por Lote, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DA VIATURA MARCA AGRALE, MODELO MARRUÁ AM 100CD, ANO 2013 MODELO 2014, PLACAS MLU 4086 E VIATURA SPRINTER 2013/2014, PLACAS MMF 2145, EM USO NO 2º BBM DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 20/01/2017, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal de Curitibanos, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860, não sendo autorizada qualquer outra forma de protocolo.

A partir das 14:00 horas do dia 20/01/2017, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de

lances das propostas classificadas, no Setor de Licitações e Contratos.

Os inteiros teores deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados na pagina da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 2 de Janeiro de 2017.

José Antonio Guidi Diego Sebem Wordell
 Prefeito Municipal Pregoeiro

LEI Nº 5.865/2017

LEI Nº 5.865/2017

INSTITUI O NOVO PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL DE CURITIBANOS - REFIS/2017.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º Fica instituído o Programa de Recuperação Fiscal de CURITIBANOS - REFIS, destinado a promover a regularização dos créditos tributários e não tributários do Município de CURITIBANOS, decorrentes de débitos de pessoas jurídicas e físicas, cujos fatos geradores tenham ocorrido até 31 de dezembro de 2016, relativos a impostos, contribuições de melhorias e taxas devidas pela prestação de serviços públicos ou decorrentes do exercício do poder de polícia, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou a ajuizar, com exigibilidade suspensa ou não, e ainda os créditos decorrentes de obrigações acessórias, e os créditos que tenham sido objeto de parcelamentos anteriores, não integralmente quitados, mesmo que cancelados por falta de pagamento.

Art. 2º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder a anistia e/ou remissão sobre os encargos previstos no art. 1º, desta Lei observadas as seguintes condições:

I - anistia e/ou remissão de 100% (cem por cento) dos juros e multas, para o contribuinte que requerer o REFIS e optar pelo pagamento em parcela única, no ato ou em até 05 (cinco) dias da data da adesão ao REFIS;

II - anistia e/ou remissão de 90% (noventa por cento) dos juros e multas, para o contribuinte que requerer o REFIS e optar pelo pagamento em até 12 (doze) parcelas, sendo a primeira parcela no ato ou em até 05 (cinco) dias da data da adesão ao REFIS e as demais com vencimento sucessivamente todo dia 10 dos meses subsequentes até quitação total do débito;

Parágrafo único. A correção monetária não será anistiada/remida e incidirá nos termos do artigo 73, da Lei Complementar nº 28/2002, sobre o valor do débito originário.

Art. 3º A opção pelo REFIS obriga ao sujeito passivo a:

I - à confissão irrevogável e irretratável dos débitos referidos no art. 1º, desta Lei ;

II - à aceitação plena e irretratável de todas as condições estabelecidas para ingresso e permanência no Programa instituído por esta Lei;

III - ao pagamento regular das parcelas de débito consolidado, bem como dos tributos decorrentes de fatos geradores ocorridos posteriormente;

IV - à manutenção automática dos gravames decorrentes de medida cautelar fiscal e das garantias prestadas nas ações de execução fiscal.

§ 1º A confissão estabelecida no inciso I, implica na expressa renúncia a qualquer defesa ou recurso administrativo ou judicial,

bem como a desistência dos já interpostos, relativamente aos débitos fiscais no pedido por opção do contribuinte.

§ 2º Na hipótese de pagamento parcial de crédito discutido administrativamente, a renúncia será sobre sua totalidade, salvo se expressamente o sujeito passivo no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data do respectivo recolhimento, por intermédio de petição endereçada ao Secretário Municipal de Administração e Finanças, identificar a parcela do crédito que permanecerá em discussão.

Art. 4º No caso dos tributos sujeitos a lançamento por homologação, em que não houver lançamento de crédito tributário formalizado, o contribuinte poderá realizar denúncia espontânea, e aderir ao REFIS segundo os valores por ele apurados.

Parágrafo único. A denúncia espontânea referida no caput não inibe posterior fiscalização por parte da Administração Municipal, hipótese em que eventuais diferenças apuradas serão lançadas de ofício, acrescidas dos encargos legais.

Art. 5º A anistia e/ou remissão prevista no art. 2º, abrange exclusivamente as infrações cometidas anteriormente à vigência da Lei que a concede, não se aplicando:

I - aos atos qualificados em lei como crimes ou contravenções e aos que, mesmo sem essa qualificação, sejam praticados com dolo, fraude ou simulação pelo sujeito passivo ou por terceiro em benefício daquele;

II - as multas decorrentes de prática de infrações à legislação tributária, compreendendo obrigações principais e acessórias, apuradas em ação fiscal em trâmite junto à fiscalização tributária municipal;

III - salvo disposição em contrário, às infrações resultantes de conluio entre duas ou mais pessoas naturais ou jurídicas.

Art. 6º O ingresso no Programa de Recuperação Fiscal de CURITIBANOS - REFIS dar-se-á por opção do sujeito passivo, mediante o qual fará jus ao regime especial de consolidação e parcelamento dos débitos fiscais referidos no artigo 2º, nos termos e condições previstas nesta Lei.

§ 1º O ingresso no Programa de Recuperação Fiscal de CURITIBANOS - REFIS, implica inclusão da totalidade dos débitos relativos aos impostos, contribuição de melhoria e taxas mencionadas no art. 1º, de responsabilidade do optante, inclusive os acréscimos legais relativos a multa, juros e atualização monetária e demais encargos previstos na legislação vigente à época da ocorrência dos fatos geradores, os decorrentes do descumprimento de obrigações acessórias, os parcelamentos em curso relativos às parcelas vencidas, e os créditos inscritos em dívida ativa, mesmo que em cobrança judicial.

§ 2º A opção pelo programa deverá ser formalizada no período, improrrogável, de 16 de janeiro de 2017 a 17 de março de 2017 mediante requerimento, devidamente protocolado, dispensado do pagamento de taxa de protocolo, devendo ser acompanhado dos seguintes documentos:

- a) Cópia do comprovante de residência do devedor referente ao mês anterior da data do parcelamento;
- b) Cópia da carteira de identidade e do comprovante de inscrição no cadastro de pessoa física - CPF do contribuinte devedor, ou do procurador;
- c) Cópia dos atos constitutivos da empresa, quando pessoa jurídica;
- d) Procuração com firma reconhecida em cartório, no caso da ausência do contribuinte devedor.

§ 3º O valor dos débitos a serem consolidados será determinado com base na legislação vigente, com os acréscimos relativos à atualização monetária, multas e aos juros de mora.

Art. 7º Ao aderir ao REFIS, o sujeito passivo poderá optar por liquidar os créditos tributários e não tributários à vista, ou mediante parcelamento em até 12 (doze) parcelas mensais.

§ 1º Em caso de opção pelo parcelamento, os créditos nele incluídos serão objeto de consolidação no mês do requerimento, para fins de definição do valor inicial das parcelas, caso em que incidirão juros de 1% ao mês sobre o valor da parcela.

§ 2º O débito consolidado na forma desta Lei, poderá ser parcelado desde que o valor mínimo de cada parcela seja 01 (uma) UNIDADE FISCAL DO MUNICÍPIO - UFM, para pessoa jurídica e 50% (cinquenta por cento) da UNIDADE FISCAL DO MUNICÍPIO - UFM, para pessoa física.

§ 3º O vencimento da parcela única, ou da primeira parcela, conforme o caso dar-se-á em até 05 (cinco) dias após o requerimento de adesão, e as demais parcelas a cada dia 10 dos meses subsequentes ao mês da adesão, ou no primeiro dia útil subsequente.

§ 4º Não produzirá efeitos o requerimento de adesão formulado sem o correspondente pagamento tempestivo da parcela única ou da primeira parcela, conforme o caso.

Art. 8º A opção pelo Programa de Recuperação Fiscal de CURITIBANOS - REFIS exclui qualquer outra forma de parcelamento de débitos relativos aos tributos de que trata esta Lei.

§ 1º Ficam autorizados à inclusão no REFIS, os contribuintes que parcelaram seus débitos na forma da Lei Complementar nº 28/2002, bem como dos contribuintes inadimplentes de parcelamentos em atraso até 31/12/2016.

§ 2º A pessoa jurídica que suceder a outra será responsável pelos tributos devidos pela sucedida nas hipóteses dos arts. 132 e 133, do Código Tributário Nacional e deverá solicitar convalidação da opção feita pelo transmitente.

§ 3º Quando tratar-se de impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens imóveis, e bem assim os relativos a taxas de prestação de serviços referentes a tais bens, ou a contribuições de melhorias, o respectivo adquirente deverá solicitar convalidação da opção feita pelo transmitente.

§ 4º Este programa não gera crédito para contribuintes que se mantiveram em dia com suas obrigações fiscais.

§ 5º Fica a Procuradoria-Geral do Município autorizada a conceder desconto de 50% dos honorários advocatícios fixados judicialmente aos contribuintes que aderirem ao REFIS com quitação dos débitos à vista.

Art. 9º Para os créditos que estejam em fase de execução fiscal, são condições indispensáveis ao deferimento da adesão ao REFIS:

- I - a desistência a eventuais embargos opostos à execução fiscal;
- II - prévio recolhimento de todas as despesas cartorárias nos casos de cobranças bancárias da dívida ativa.

§ 1º Os processos de execução fiscal permanecerão suspensos enquanto estiverem em dia os pagamentos do parcelamento, e retomarão seu curso normal, sem qualquer benefício dessa lei, tão logo se verifique qualquer hipótese de rescisão do parcelamento.

§ 2º Será de responsabilidade exclusiva do beneficiário do parcelamento o recolhimento das custas processuais, na forma estabelecida pelo Poder Judiciário.

Art. 10 As parcelas do REFIS não recolhidas até o vencimento

perderão os benefícios concedidos, restabelecendo-se, em relação a cada parcela vencida e não paga, os acréscimos legais calculados na forma da legislação aplicável.

Art. 11 O parcelamento de que trata esta Lei será rescindido automaticamente quando:

- I - verificada a inadimplência de duas parcelas ou de débitos decorrentes de fatos geradores futuros;
- II - constatada a manutenção de discussão administrativa ou judicial, provocada pelo sujeito passivo, relativa aos créditos tributários e/ou créditos não tributários incluídos no REFIS;
- III - prática de qualquer procedimento tendente a subtrair receita do optante nos livros e documentos fiscais e comerciais, mediante simulação ou sonegação de informações;
- IV - decretada a falência ou insolvência civil do sujeito passivo.

§ 1º A rescisão com base no inciso I do caput ocorrerá a partir do primeiro dia do vencimento da segunda parcela inadimplida.

§ 2º A rescisão referida no caput implicará a remessa do débito para a inscrição em dívida ativa ou o prosseguimento da execução, conforme o caso, independente de notificação prévia, restabelecendo-se a este montante os acréscimos legais na forma de Legislação aplicável.

§ 3º O contribuinte excluído do Programa só poderá reparcelar o débito de acordo com o disposto nos art. 114-A, do Código Tributário Municipal, Lei Complementar nº 28 de 2002.

§ 4º Esgotada a fase da cobrança administrativa, o Executivo deverá fazê-la na via judicial, a fim de evitar a prescrição do crédito tributário, podendo, ainda, protestar os títulos da Dívida Ativa, nos termos da Lei Federal nº 9.492, de 10 de setembro de 1997, como medida assecuratória dos direitos creditícios da Fazenda Municipal.

Art. 12 Os prazos para recolhimento das parcelas, objeto do REFIS, somente se vencem em dia de expediente normal da repartição

competente e da rede bancária, prorrogando-se, se necessário, até o primeiro dia útil subsequente.

Art. 13 O Poder Executivo poderá firmar convênio com o Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina para a realização do Programa de Mutirão de Audiências de Conciliação Fiscal destinado à aplicação dos comandos desta Lei .

Art. 14 O Poder Executivo fica autorizado a firmar acordos judiciais concedendo os benefícios fiscais estabelecidos na presente Lei.

Art. 15 Os créditos não tributários, inclusive os decorrentes de multas aplicadas pela Coordenadoria Municipal de Defesa do Consumidor - PROCON e do Núcleo Municipal de Vigilância Sanitária, cujos autos de infração tenham sido lavrados e cientificados aos sujeitos passivos até o dia 31 de dezembro de 2016 poderão ser liquidados na forma definida na presente Lei.

Art. 16 As remissões e anistias previstas nesta Lei não autorizam, em qualquer hipótese, a restituição ou compensação de importâncias já pagas.

Art. 17 As despesas decorrentes da aplicação desta Lei serão consignadas no orçamento em vigor.

Art. 18 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 04 de janeiro de 2017.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos quatro dias do mês de janeiro do ano dois mil e dezessete na portaria da Prefeitura Municipal

Amaury Silva

Secretário Municipal de Administração e Finanças

CÂMARA MUNICIPAL

CHAMAMENTO CADASTRAL 2017

Chamamento Cadastral 1/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CURITIBANOS – PODER LEGISLATIVO

CHAMAMENTO PARA INSCRIÇÃO E ATUALIZAÇÃO NO CADASTRO MUNICIPAL DE FORNECEDORES

O Poder Legislativo do Município de Curitiba/SC torna público, para o conhecimento dos interessados, que de acordo com o § 1º do artigo 34 da Lei Federal nº 8.666/93, com suas atualizações, se encontra aberta a possibilidade geral e irrestrita, para proceder ao Registro de Atualização Cadastral dos fornecedores do Poder Legislativo deste Município.

Demais esclarecimentos poderão ser obtidos no Departamento de Compras da Casa Legislativa, localizado na Rua Archias Ganz, 288, centro Curitiba/SC, CEP 89520-000, no horário de expediente e demais informações pelo telefone (49) 3241-1115.

Curitiba, 09 de janeiro de 2017

Setor de Compras

Faxinal dos Guedes

PREFEITURA

CHAMAMENTO PÚBLICO 001 2017

Extrato de Chamamento 0001/2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE FAXINAL DOS GUEDES, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados, que estará realizando, junto à SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA junto ao SETOR DE LICITAÇÕES, no PAÇO MUNICIPAL, sito à Av. Rio Grande do Sul, n. 458, Centro, na Cidade de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, inscrição para os novos fornecedores e/ou atualizações para os já existentes, conforme dispõe o artigo 34 e seguintes da Lei Federal n. 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações, destinado as inscrições de novos fornecedores e/ou promoverem a atualização de dados, dos fornecedores já cadastrados, no Cadastro de Fornecedores do Município de Faxinal de Guedes, Estado de Santa Catarina, para fins de habilitação em qualquer das modalidades de licitações públicas e/ou para contratação. A integra do edital está disponível no sitio da municipalidade www.faxinal.sc.gov.br e/ou no átrio do Poder Executivo Municipal sito à Av. Rio Grande do Sul, n. 458, Centro, na Cidade de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina.

Faxinal dos Guedes 09 de Janeiro de 2017.

GILBERTO ANGELO LAZZARI

Prefeito Municipal

EDITAL DE CHAMAMENTO 0002 2017

Extrato de Chamamento 0002/2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE FAXINAL DOS GUEDES, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados, que estará realizando, junto à SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA junto ao SETOR DE LICITAÇÕES, no PAÇO MUNICIPAL, sito à Av. Rio Grande do Sul, n. 458, Centro, na Cidade de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, inscrição para os novos fornecedores e/ou atualizações para os já existentes, conforme dispõe o artigo 34 e seguintes da Lei Federal n. 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações, para CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS DA ÁREA DE SAÚDE NA ESPECIALIDADE DE LABORATÓRIO CLÍNICO, para atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde do Município de Faxinal dos Guedes. A integra do edital está disponível no sitio da municipalidade www.faxinal.sc.gov.br e/ou no átrio do Poder Executivo Municipal sito à Av. Rio Grande do Sul, n. 458, Centro, na Cidade de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina.

Faxinal dos Guedes 09 de Janeiro de 2017.

GILBERTO ANGELO LAZZARI

Prefeito Municipal

Flor do Sertão

PREFEITURA

PORTARIA Nº 065/2017

	PORTARIA Nº 065/2017
	CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	SIDNEI JOSÉ WILLINGHOFER, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO férias regulamentar a Servidora Municipal ROSE CARMEN BINOTTO, ocupante do Cargo de Psicóloga lotada na Secretaria Municipal da Assistência Social, no período de 10/01/2017 a 08/02/2017, relativo ao período aquisitivo 03/15 a 03/16.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 10 dias do mês de Janeiro de 2017.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHOFER Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS
Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS
Responsável Dpto Pessoal

Fraiburgo

PREFEITURA

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0002_2017-SF

AVISO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0002/2017 – SF
PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 002/2017 - SF
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

A Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo – SANEFRAI, neste ato representado pelo Presidente, torna público a Dispensa de Licitação nº 0002/2017, relativo ao contrato de rateio objetivando a entrega de recursos financeiros a serem disponibilizados ao Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental – CISAM Meio Oeste, inscrito no CNPJ sob nº 08.484.353/0001-16, tendo por fim a implantação e efetivo funcionamento da sede administrativa do consórcio e a orientação e apoio técnico/administrativo aos consorciados, no valor total de R\$ 57.429,60 (Cinquenta e sete mil, quatrocentos e vinte e nove reais e sessenta centavos) que será pago em 12 (doze) parcelas mensais de R\$ 4.785,80 (quatro mil, setecentos e oitenta e cinco reais e oitenta centavos), vencíveis até o último dia de cada mês deste exercício de 2017. Fundamento Legal: Art.24, XXVI da Lei 8.666/93.

Fraiburgo(SC), 09 de janeiro de 2017.

Ildo Lucas– Presidente da SANEFRAI

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0003_2017-FMS

AVISO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0003/2017 - FMS
PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0003/2017 – FMS
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

Objeto: Contratação do CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE (CISAMARP), inscrito no CNPJ sob nº 11.023.771/0001-10 para prestação de serviços de saúde em caráter suplementar e complementar à população do município de Fraiburgo/SC para o exercício de 2017. Valor fixo mensal: R\$ 1.860,00 (um mil, oitocentos e sessenta reais) por mês, que serão utilizadas para cobertura de despesas administrativas do CISAMARP. Valor variável mensal máximo: R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais) de acordo com a utilização dos serviços conforme cota do município. Vigência: 06.01.2017 a 31.12.2017, ou enquanto o Município de Fraiburgo for consorciado ao CISAMARP. Fundamento legal: Art. 24, inciso XXVI da Lei 8.666/93, c/c Art. 2, parágrafo 1º, inciso III da Lei 11.107/05.

Fraiburgo(SC), 06 de janeiro de 2017.

Idione Fantinel – Secretária Municipal de Saúde

PORTARIA Nº 00442017

PORTARIA Nº. 0044, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia Servidor Público Municipal

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 109 e 110, de 03 de março de 2010, e alterações posteriores;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear WIGAND LEONHARDT, brasileiro, viúvo, inscrito no CPF sob o nº 049.494.989-91, no cargo de provimento em comissão de DIRETOR DE DEPARTAMENTO, com carga horária de 40

horas semanais, a partir de 02 de janeiro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 02 de janeiro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 02632017

PORTARIA Nº. 0263, DE 09 DE JANEIRO DE 2017.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º – Rescindir o contrato de SIMONE DALAGNOL MACHADO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 023.538.189-60, contratada em caráter temporário na função de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 09 de janeiro de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 09 de janeiro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 02642017

PORTARIA Nº. 0264, DE 09 DE JANEIRO DE 2017.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0020 de 08 de novembro de 2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 002/2017, da Secretaria de Saúde;

Considerando a necessidade dos serviços de Técnico em Enfermagem, para atender excepcional interesse público; e que não há aprovados em concurso público e que estará em vaga excedente;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário SIMONE DALAGNOL

MACHADO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 023.538.189-60, na função de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 10 de janeiro de 2017 até 09 de março de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 09 de janeiro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 02652017

PORTARIA Nº. 0265, DE 09 DE JANEIRO DE 2017.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0028 de 08 de novembro de 2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0206/2017, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando a necessidade dos serviços de Auxiliar Educacional - Educação Infantil, para atender excepcional interesse público; e que não há aprovados em concurso público e que estará em vaga excedente;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário TAINÁ CARINE DE CORDUVA GOETTEN, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 101.398.999-60, na função de AUXILIAR EDUCACIONAL - EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 10 de janeiro de 2017 até 02 de agosto de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 09 de janeiro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 02662017

PORTARIA Nº. 0266, DE 09 DE JANEIRO DE 2017.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0028 de 08 de novembro de 2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0207/2017, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando a necessidade dos serviços de Auxiliar Educacional - Educação Infantil, para atender excepcional interesse público; e que não há aprovados em concurso público e que estará em vaga excedente;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário VANESSA CAROLINA MOZZER, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 102.044.849-01, na função de AUXILIAR EDUCACIONAL - EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 10 de janeiro de 2017 até 02 de agosto de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 09 de janeiro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 02672017

PORTARIA Nº. 0267, DE 09 DE JANEIRO DE 2017.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0028 de 08 de novembro de 2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0208/2017, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando a necessidade dos serviços de Auxiliar Educacional - Educação Infantil, para atender excepcional interesse público; e que não há aprovados em concurso público e que estará em vaga excedente;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário FRANCIÉLI VIEIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 077.093.339-40, na função de AUXILIAR EDUCACIONAL - EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 10 de janeiro de 2017 até 02 de agosto de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 09 de janeiro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 02682017

PORTARIA Nº. 0268, DE 09 DE JANEIRO DE 2017.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de

novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0028 de 08 de novembro de 2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0209/2017, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando a necessidade dos serviços de Auxiliar Educacional - Educação Infantil, para atender excepcional interesse público; e que não há aprovados em concurso público e que estará em vaga excedente;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário PRISCILA MACIEL DA SILVA ALVES, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 056.321.319-12, na função de AUXILIAR EDUCACIONAL - EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 10 de janeiro de 2017 até 02 de agosto de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 09 de janeiro de 2017.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 02692017

PORTARIA Nº. 0269, DE 09 DE JANEIRO DE 2017.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0028 de 08 de novembro de 2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0210/2017, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando a necessidade dos serviços de Auxiliar Educacional - Educação Infantil, para atender excepcional interesse público; e que não há aprovados em concurso público e que estará em vaga excedente;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário IVONE BORGES DE MATOS, brasileira, divorciada, inscrita no CPF sob o n.º 551.153.909-06, na função de AUXILIAR EDUCACIONAL - EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 10 de janeiro de 2017 até 02 de agosto de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 09 de janeiro de 2017.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 02702017

PORTARIA Nº. 0270, DE 09 DE JANEIRO DE 2017.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0028 de 08 de novembro de 2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0211/2017, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando a necessidade dos serviços de Auxiliar Educacional - Educação Infantil, para atender excepcional interesse público; e que não há aprovados em concurso público e que estará em vaga excedente;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário JOSIANE RAMOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 075.947.939-94, na função de AUXILIAR EDUCACIONAL - EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 10 de janeiro de 2017 até 02 de agosto de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 09 de janeiro de 2017.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 02712017

PORTARIA Nº. 0271, DE 09 DE JANEIRO DE 2017.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0028 de 08 de novembro de 2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0212/2017, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando a necessidade dos serviços de Auxiliar Educacional - Educação Infantil, para atender excepcional interesse público; e que não há aprovados em concurso público e que estará em vaga excedente;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário LUCINDA DE MOURA TUMERLO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 086.792.129-38, na função de AUXILIAR EDUCACIONAL - EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 10 de janeiro de 2017 até 02 de agosto de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 09 de janeiro de 2017.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 02722017

PORTARIA Nº. 0272, DE 09 DE JANEIRO DE 2017.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0028 de 08 de novembro de 2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0213/2017, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando a necessidade dos serviços de Auxiliar Educacional - Educação Infantil, para atender excepcional interesse público; e que não há aprovados em concurso público e que estará em vaga excedente;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário ROSANGELA OLIVEIRA DOS SANTOS JAPPE, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 093.311.139-86, na função de AUXILIAR EDUCACIONAL - EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 10 de janeiro de 2017 até 02 de agosto de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 09 de janeiro de 2017.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 02732017

PORTARIA Nº. 0273, DE 09 DE JANEIRO DE 2017.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º – Rescindir o contrato de MARIA ESTER DE LARA MATTEUCCI, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 534.347.149-87, contratada em caráter temporário na função de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 09 de janeiro de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 09 de janeiro de 2017.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 02742017

PORTARIA Nº. 0274, DE 09 DE JANEIRO DE 2017.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0020 de 08 de novembro de 2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 002/2017, da Secretaria de Saúde;

Considerando a necessidade dos serviços de Técnico em Enfermagem, para atender excepcional interesse público; e que não há aprovados em concurso público e que estará em vaga excedente;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário MARIA ESTER DE LARA MATTEUCCI, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 534.347.149-87, na função de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 10 de janeiro de 2017 até 09 de março de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 09 de janeiro de 2017.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 02752017

PORTARIA Nº. 0275, DE 09 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia Servidor Público Municipal

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 109 e 110, de 03 de março de 2010, e alterações posteriores;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear LUCIANO BARROS RODRIGUES DA SILVA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 047.960.199-28, no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE SETOR, lotado na Fundação Municipal de Esportes e Lazer – FME, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 10 de janeiro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 09 de janeiro de 2017.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 02762017

PORTARIA Nº. 0276, DE 09 DE JANEIRO DE 2017.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º – Rescindir o contrato de NILCÉIA APARECIDA MANFIOLETTI, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 552.265.749-91, contratada em caráter temporário na função de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 09 de janeiro de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 09 de janeiro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 02772017

PORTARIA Nº. 0277, DE 09 DE JANEIRO DE 2017.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0020 de 08 de novembro de 2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 002/2017, da Secretaria de Saúde;

Considerando a necessidade dos serviços de Técnico em Enfermagem, para atender excepcional interesse público; e que não há aprovados em concurso público e que estará em vaga excedente;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário NILCÉIA APARECIDA MANFIOLETTI, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 552.265.749-91 na função de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 10 de janeiro de 2017 até 09 de março de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 09 de janeiro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 02782017

PORTARIA Nº. 0278, DE 09 DE JANEIRO DE 2017.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0020 de 08 de novembro de 2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 002/2017, da Secretaria de Saúde;

Considerando que a servidora estará substituindo por 40 horas semanais a servidora Cristine Pruner, que teve seu contrato encerrado;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário ELAINE CRISTINA DREHER FAGUNDES, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 998.363.609-30, na função de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 10 de janeiro de 2017 até 09 de março de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 09 de janeiro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 02792017

PORTARIA Nº. 0279, DE 09 DE JANEIRO DE 2017.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0020 de 08 de novembro de 2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 002/2017, da Secretaria de Saúde;

Considerando que a servidora estará substituindo por 40 horas semanais o servidor Luciano dos Santos, que teve seu contrato encerrado;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário CRISTINE PRUNER, brasileira, divorciada, inscrita no CPF sob o n.º 938.396.349-20, na função de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 10 de janeiro de 2017 até 09 de março de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 09 de janeiro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 02802017

PORTARIA Nº. 0280, DE 09 DE JANEIRO DE 2017.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º – Rescindir o contrato de SIRLEI SCHÄBERLE GATTI, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 538.445.139-49, contratada em caráter temporário na função de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 09 de janeiro de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 09 de janeiro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 02812017

PORTARIA Nº. 0281, DE 09 DE JANEIRO DE 2017.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0020 de 08 de novembro de 2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 002/2017, da Secretaria de Saúde;

Considerando a necessidade dos serviços de Técnico em Enfermagem, para atender excepcional interesse público; e que não há aprovados em concurso público e que estará em vaga excedente;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário SIRLEI SCHÄBERLE

GATTI, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 538.445.139-49, na função de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 10 de janeiro de 2017 até 09 de março de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 09 de janeiro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 02822017

PORTARIA Nº. 0282, DE 09 DE JANEIRO DE 2017.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0020 de 08 de novembro de 2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 002/2017, da Secretaria de Saúde;

Considerando que a servidora estará substituindo por 40 horas semanais a servidora Clarice de Lara Reinaldo, que foi exonerada;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário MARIA APARECIDA BORBA, brasileira, separada, inscrita no CPF sob o n.º 501.582.799-72, na função de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 10 de janeiro de 2017 até 09 de março de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 09 de janeiro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Garopaba

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 002/2017

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 002/2017. CONTRATANTE: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE GAROPABA – IPREGOBA. CONTRATADO: SMI PRIME – CONSULTORIA DE INVESTIMENTOS LTDA; CNPJ: 11.882.190/0001-34; Objeto: O presente CONTRATO estabelece as condições para contratação de serviço técnico de controladoria e assessoria especializada no mercado financeiro, prestado por pessoa jurídica à Regime Próprio de Previdência Social Municipal, fornecendo o suporte técnico necessário nas questões relacionadas aos investimentos financeiros, nos termos da Resolução BACEN 3.922/2010 e suas respectivas alterações, conforme discriminado no Anexo I, parte indissociável deste instrumento contratual. Valor: R\$ 7.800,00 (sete mil e oitocentos reais). Data da Assinatura: 05/01/2017.

PORTARIA N.º 022/2017

PORTARIA N.º 022, DE 09 DE JANEIRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO E CLASSIFICADO NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL N.º 001/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. NOMEAR, nos termos do art. 20, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o candidato ISMAEL PEREIRA RAMOS, CPF n.º 956.460.940-20, aprovado e classificado como 13º colocado no Concurso Público 001/2015, homologado em 11 de maio de 2016, para exercer em caráter efetivo o cargo de TÉCNICO DE ENFERMAGEM.

Art. 2º. O candidato nomeado ocupará vaga dos quadros permanentes, criada através da Lei n.º 655, de 24 de agosto de 1999 e alterações, com atribuições de possibilitar o planejamento, programação, orientação e supervisão das atividades, prestando assistência técnica de enfermagem, exceto aquelas privativas do enfermeiro; concorrer para a prevenção de acidentes e doenças profissionais, participando nos programas de higiene e segurança no trabalho, bem como em atividades de educação e saúde; promover a divulgação do programa de proteção à saúde da mulher, colaborando na execução de exames ginecológicos, prestando ainda orientações quanto ao planejamento familiar; administrar medicamentos mediante prescrição médica; participar de vacinações e suas programações; fazer coleta de material para exames, quando indicado; fazer visitas domiciliares e notificações de doenças transmissíveis; desenvolver atividades de pré e pós consulta médica; participar de atividades de saúde a nível comunitário; participar e contribuir par consecução de programas, campanhas e outras atividades interinstitucionais relacionadas às ações integradas de saúde, e as intervenções epidemiológicas que forem assumidas pelo município; cumprir e fazer cumprir todos os preceitos contidos no código de ética dos profissionais de enfermagem; zelar pela ordem, guarda, conservação e limpeza dos materiais e equipamentos de

trabalho; executar outras atividades correlatas.

Art. 3º. A investidura do servidor no respectivo cargo público terá lugar no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente Portaria, em conformidade com o disposto no §1º, do art. 18, da Lei 1.000/2005.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 09 de janeiro de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 10/01/2017, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 023/2017

PORTARIA N.º 023, DE 09 DE JANEIRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO E CLASSIFICADO NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL N.º 001/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. NOMEAR, nos termos do art. 20, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o candidato MARCOS ARAÚJO BUZANELLO, CPF n.º 089.482.649-23, aprovado e classificado como 2º colocado no Concurso Público 001/2015, homologado em 11 de maio de 2016, para exercer em caráter efetivo o cargo de CONTADOR.

Art. 2º. O candidato nomeado ocupará vaga dos quadros permanentes, criada através da Lei n.º 655, de 24 de agosto de 1999 e alterações, com atribuições de organizar e dirigir os serviços de contabilidade, supervisionando sua execução e participação de acordo com as exigências legais e administrativas, visando obter os elementos necessários à elaboração orçamentária e ao controle da situação patrimonial e financeira.

Art. 3º. A investidura do servidor no respectivo cargo público terá lugar no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente Portaria, em conformidade com o disposto no §1º, do art. 18, da Lei 1.000/2005.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 09 de janeiro de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 10/01/2017, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 1205/2016 (REPUBLICAR POR ERRO DE DIGITAÇÃO)

PORTARIA N.º 1205, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE A ESTABILIDADE NO SERVIÇO PÚBLICO ADQUIRIDA PELO (A) SERVIDOR (A) VANESSA DOS SANTOS REBELO

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. HOMOLOGAR, nos termos do art. 36, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a decisão da Comissão de Avaliação de Estágio Probatório (CAEP), de APROVAR o (a) servidor (a) VANESSA DOS SANTOS REBELO, matrícula funcional n.º 5184, no estágio probatório e declará-lo (a) ESTÁVEL.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 28 de dezembro de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 29/12/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Garuva

PREFEITURA

DECRETO 040/2017

DECRETO Nº 040, DE 09 DE JANEIRO DE 2017

“Dispõe sobre a nomeação do servidor Eder Johns Lemos, para a Função de Chefe do Setor de Tributação.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NAS LEIS COMPLEMENTARES MUNICIPAIS 001/98 DE 02 DE MARÇO DE 1998, 045/09 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009 E 044/09 DE 09 DE OUTUBRO DE 2009.

DECRETA:

ART. 1o. – Fica nomeado o senhor EDER JOHNS LEMOS, portador do CPF nº 727.985.569-53, para cargo de Chefe do Setor de Tributação.

ART. 2o - Este Decreto entra em vigor a contar de 09 de janeiro de 2017.

RODRIGO ADRIANY DAVID

Prefeito Municipal

Gaspar

PREFEITURA

DECRETO Nº 7.295, DE 05 DE JANEIRO DE 2017

DECRETO Nº 7.295, DE 05 DE JANEIRO DE 2017.

EXONERA WALTER VOGELBACHER DO CARGO EM COMISSÃO DE COORDENADOR DE SERVIÇOS.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72, inciso XXV da Lei Orgânica do Município,

DECRETA

Art. 1º Fica exonerado o servidor WALTER VOGELBACHER, inscrito no CPF sob o nº 383.656.779-20, do cargo em comissão de Coordenador de Serviços, ref. 33, o qual foi nomeado pelo Decreto nº 7.285, de 03 de janeiro de 2017, a partir de 05 de janeiro de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 05 de janeiro de 2017.

Gaspar, 05 de janeiro de 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito Municipal de Gaspar

SAMAE - GASPAR

PORTARIA N. 06 DE 06 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA N. 06 DE 06 DE JANEIRO DE 2017

EXONERA DO CARGO EM COMISSÃO DE CHEFE DE CAPTAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE O SERVIDOR FRANCISCO LUIZ GOEDERT.

JOSÉ HILÁRIO MELATO, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º – Fica exonerado a partir do dia 01 de janeiro de 2017, o servidor FRANCISCO LUIZ GOEDERT, portador do CPF nº 290.771.769-34 e da CI nº. 3/R 601.814 do cargo em comissão de Chefe de Captação e Manutenção do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, Nível CC, Ref. 44, com 40 horas semanais.

Art. 2º – Esta Portaria tem efeito retroativo a partir de 01/01/2017.

Gaspar (SC) em, 06 de janeiro de 2017.

JOSÉ HILÁRIO MELATO

Diretor-Presidente

Governador Celso Ramos

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO Nº 01 - 2017

RESOLUÇÃO Nº 01//2017

O Senhor Josué Ocker da Silva, presidente da Câmara de Vereadores de Governador Celso Ramos, nos termos do art. 46 e 47 da Lei Orgânica Municipal e no uso de suas atribuições conferidas pelo regimento interno da Câmara,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica licenciado o Vereador Adilson Costa, o qual foi investido no cargo de Secretário da Educação e Cultura no poder executivo municipal, nos termos do Art. 46 da Lei Orgânica Municipal conforme portaria nº 03/2017.

Art. 2º - Fica convocado nos termos do Art. 47 da Lei Orgânica Municipal, o 1º (primeiro) suplente do Partido do DEM, o senhor BENONI GRAPP FILHO, o qual deverá tomar posse dentro do prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de renúncia.

Câmara Municipal Governador Celso Ramos, 05 de janeiro de 2017.

JOSUÉ OCKER DA SILVA

PRESIDENTE

RESOLUÇÃO Nº 02 -2017

RESOLUÇÃO Nº 02//2017

O Senhor Josué Ocker da Silva, presidente da Câmara de Vereadores de Governador Celso Ramos, nos termos do art. 46 e 47 da Lei Orgânica Municipal e no uso de suas atribuições conferidas pelo regimento interno da Câmara,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica licenciado o Vereador CESÁRIO RODRIGO PEREIRA,, o qual foi investido no cargo de Secretário da Saúde e Saneamento no poder executivo municipal, nos termos do Art. 46 da Lei Orgânica Municipal conforme portaria nº 01/2017.

Art. 2º - Fica convocado nos termos do Art. 47 da Lei Orgânica Municipal, o 1º (primeiro) suplente do Partido do PSD, o senhor MÁRIO CESAR DOS PASSOS, o qual deverá tomar posse dentro do prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de renúncia.

Câmara Municipal Governador Celso Ramos, 05 de janeiro de 2017.

JOSUÉ OCKER DA SILVA

PRESIDENTE

RESOLUÇÃO Nº 04 - 2017

RESOLUÇÃO Nº 04//2017

O Senhor Josué Ocker da Silva, presidente da Câmara de Vereadores de Governador Celso Ramos, no uso de suas atribuições conferidas pelo regimento interno da Câmara,

RESOLVE:

Art. 1º - Vem retificar a Resolução nº 03/2017, publicada no DOM, para alterar a hora da Sessão Extraordinária devidamente convocada e constar a alteração abaixo indicada:

ONDE SE LÊ: Art. 2º - A sessão Extraordinária será realizada no dia 18 de janeiro de 2017 (quarta feira), às 19:00 horas no plenário da Câmara Alvino Francisco Baldança, e compor-se-á exclusivamente de Pequeno expediente e da Ordem do dia (art. 79 regimento), com a seguinte ordem do dia:

LEIA-SE: Art. 2º - A sessão Extraordinária será realizada no dia 18 de janeiro de 2017 (quarta feira), às 15:00 horas no plenário da Câmara Alvino Francisco Baldança, e compor-se-á exclusivamente de Pequeno expediente e da Ordem do dia (art. 79 regimento), com a seguinte ordem do dia:

Câmara Municipal Governador Celso Ramos, 09 de janeiro de 2017.

JOSUÉ OCKER DA SILVA

PRESIDENTE

Grão Pará

PREFEITURA

LAI 01/2017 LOTEAMENTO VALENTINA



LICENÇA AMBIENTAL DE INSTALAÇÃO

LAI nº 001/2017

A **Fundação Ambiental Municipal de Grão-Pará**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I do artigo 7º da Lei Estadual Nº 14.675 de 2009, com base no **processo de licenciamento ambiental nº007/2016, parecer técnico nº 001/2017 e parecer técnico final nº 001/2017**, concede a presente **Licença Ambiental de Instalação** à:

Empreendedor:

Nome: Álida Della Giustina
Endereço: Rodovia SC 370, Rio Pequeno
Município: Grão-Pará
CNPJ: 987.413.739-87

Para Atividade de:

Descrição das atividades: Parcelamento do solo Urbano
Códigos: 71.11.00
Nome do empreendimento: Loteamento Residencial Valentina

Localizada em:

Endereço: Rodovia Estadual SC 370, Rio Pequeno – Grão-Pará/SC
Coordenadas Geográficas ou planas: 28° 11' 39.82" S / 49° 12' 48.09" O

Da Instalação:

A presente Licença, concebida com base nas informações apresentadas pelo interessado, declara a viabilidade de implantação do empreendimento, equipamento ou atividade, quanto aos aspectos ambientais, e não dispensa nem substitui alvarás ou certidões de qualquer natureza, exigidas pela Legislação Federal, Estadual ou Municipal.

Condições gerais

- I. Esta Licença dispensa a Licença Ambiental de Instalação – LAI.
- II. Quaisquer alterações nas especificações dos elementos apresentados no procedimento de licenciamento ambiental deverão ser precedidas de anuência da FAMGP.
- III. A FAMGP, mediante decisão motivada, poderá modificar as condições de validade, suspender ou cancelar a presente licença, caso ocorra:
 - Omissão ou falsa descrição de informações que subsidiaram a expedição da presente licença;
 - A superveniência de graves riscos ambientais e/ou de saúde pública;
 - Violação ou inadequação de quaisquer condições de validade da licença ou normas legais.
- IV. A publicidade desta licença deve ocorrer conforme artigo 42 da Lei Estadual 14.675/09.

Prazo de validade

(48) meses, a contar da presente data.

Data, local e assinatura

Local e Data: Grão Pará, 05 de janeiro de 2017.	Alexandre Bonin Baggio Superintendente
--	---

Rua Aderbal Ramos da Silva, nº 62, 2º andar, sala 01.
Centro - CEP 88.890-000 - Grão-Pará/SC
(48) 3652 1748
famgp@graopara.sc.gov.br

Documentos anexos

Nada consta.

Condições de validade:

1. Descrição do empreendimento:

A área total do empreendimento é de 31.588,00 m² (3,15 ha), escriturado em duas matrículas, sendo a matrícula nº 27.560 com 26.990,00 m² e a de nº 27.613 com 4.598,00 m². Dentro dessa área total são 2.457,00 m² de faixa de domínio do DEINFRA em função da Rodovia SC 370, tendo assim o empreendimento como área útil o valor de 29.131,00 m². Destes 1.265,68 m² são de área de utilidade pública, 1.760,00 m² de área verde e 7.170,17 m² de arruamentos internos, totalizando assim uma área loteável de 18.935,15 m². O loteamento será dividido em 04 quadras e 44 lotes.

2. Atividades da fase de implantação:

- Processo de terraplanagem;
- Abertura de ruas;
- Instalação dos meio-fio;
- Demarcação dos lotes, das áreas verdes e APP e área institucional;
- Instalação das redes de água, esgoto e drenagem;
- Pavimentação das ruas;

3. Aspectos florestais:

Na área do empreendimento não há ocorrência de vegetação nativa, a área encontra-se descaracterizada da sua cobertura original. O único fragmento de vegetação nativa presente corresponde a uma das áreas verdes do loteamento que já encontra-se em processo de reflorestamento.

4. Controles ambientais:

Limpeza do Terreno, Terraplanagem e Conformação Topográfica: Será realizado o sistema de curvas de nível na área corrigida, canalizando o escoamento das águas pluviais para os sistema de drenagens. Será efetuado o plantio de gramíneas de rápido crescimento.

Vazamento de óleos: Será realizado a impermeabilização de uma pequena área dentro dos limites do loteamento ou o deslocamento do maquinário até o posto de combustível que fica próximo ao local.

Trabalhos de pátio: Criação de valas de contenção, curvas de nível, plantio de gramíneas, gerenciamento de resíduos sólidos no ambiente do empreendimento.

Alteração da Qualidade do ar: A manutenção preventiva dos motores destas máquinas. Pulverização de água sobre a área a ser trabalhada. Em dias de secas e com rajadas de ventos a atividade deve ser evitada ao máximo, dando privilégios a dias chuvosos.

Obras de drenagem, contenção e proteção superficial do solo: Canalização do escoamento pluvial até um local específico e adequado, construir obras de contenção de encostas ou elevações para evitar ou reduzir os processos erosivos e de possíveis deslizamentos de solo.

Geração de resíduos líquidos e sólidos: Locação de banheiros móveis. Latões de lixo que irão separar os resíduos orgânicos, reciclável e rejeito.

Modificação no uso do solo e vegetação: A área de preservação permanente e a área verde, serão totalmente recuperadas e reflorestadas com vegetação predominantemente nativa e frutífera.

5. Programas ambientais:

Fase de Instalação: Funcionários estarão equipados com equipamentos de proteção auricular (EPI's) e o

Rua Aderbal Ramos da Silva, nº 62, 2º andar, sala 01.

Centro - CEP 88.890-000 - Grão-Pará/SC

(48) 3652 1748

famgp@graopara.sc.gov.br

horário de trabalho será restrito ao horário comercial. Resíduos sólidos serão acondicionados em local seguro para recolhimento pela prefeitura. Manutenção preventiva dos veículos. Os resíduos de construção civil serão depositados em caçambas de entulho alugadas, em seguida o mesmo será encaminhado para aterro regularizado. Os resíduos classe D, serão armazenados em latões e no final da construção será transportado por empresa terceirizada e encaminhado a aterro industrial.

Fase de utilização: Todos os imóveis contaram com um sistema de esgoto com fossa séptica/filtro/sumidouro. Haverá um programa de coleta seletiva, a fim de estipular um correto gerenciamento de resíduos. Serão instaladas lixeiras seletivas em todas as esquinas do loteamento, conforme o aumento do número de moradores no loteamento, aumentará o número de lixeiras seletivas.

6. Medidas compensatórias: Não aplicável.

7. Autorização de Corte de Vegetação: Não Aplicável.

8. Autorização de terraplanagem: Não Aplicável.

9. Condições específicas:

- Deverão ser respeitados todos os limites de área de preservação permanente.
- Deverão ser executados todos os controles e programas ambientais de forma a contornar os possíveis impactos ambientais.
- É terminantemente proibida a supressão de vegetação.
- Fica estabelecido o prazo de 06 meses para finalização completa do reflorestamento das áreas verdes e de APP, com vegetação nativa e frutífera. Devendo nesse prazo ser entregue relatório conclusivo e comprobatório da efetiva recuperação.
- Apresentar a esta fundação relatório comprobatório do efetivo comprimento dos controles e programas ambientais, assim como das condicionantes, na efetivação do pedido de LAO.

Observações

I. Aplicam-se as restrições contidas no procedimento de Licenciamento Ambiental e na Legislação Ambiental em vigor.

II. Aplicam-se as condições de validade expressas neste documento e seus anexos.

III. Esta licença não autoriza o corte ou supressão de árvores, florestas ou qualquer forma de vegetação da Mata Atlântica.

IV. A Licença Ambiental de Operação - LAO deve ser requerida antes do vencimento desta LAI.

V. Cópia da presente licença deverá ser exposta em local visível do empreendimento.

VI. Havendo alteração dos atos constitutivos do empreendimento, cópia da documentação deve ser apresentada a FAMGP sob pena do empreendedor acima identificado continuar sendo responsável pela atividade / empreendimento licenciado por este documento.

Rua Aderbal Ramos da Silva, nº 62, 2º andar, sala 01.

Centro - CEP 88.890-000 - Grão-Pará/SC

(48) 3652 1748

famgp@graopara.sc.gov.br

PR 01/2017 GUIA FARMA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE de Grão-Pará

Estado de Santa Catarina

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo DE LICITAÇÃO N. 01/2017

Edital de PREGÃO PRESENCIAL n. 01/2017-PR

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS DE USO EMERGENCIAL PARA PACIENTES DO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ, conforme "Guia da Farmácia", de publicação oficial da ABCFARMA (Associação Brasileira de Comércio Farmacêutico), constantes no site <http://www.abcfarma.org.br>. Data e Horário de Abertura: 19/01/2017, às 14 h. Local: Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, situada na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará, no prédio da Prefeitura Municipal. A íntegra do presente Edital pode ser obtida no Mural Municipal. Demais informações podem ser obtidas na Sede da Prefeitura Municipal ou pelo telefone (48) 3652-1177, com a Pregoeira. Grão-Pará/ SC, 04 de janeiro de 2017.

MARCIO BORBA BLASIUS

Prefeito Municipal

PR 02/2017 MED

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE de Grão-Pará

Estado de Santa Catarina

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo DE LICITAÇÃO N. 02/2017

Edital de PREGÃO PRESENCIAL n. 02/2017-PR

Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO DE GRÃO-PARÁ. Data e Horário de Abertura: 20/01/2017, às 13:00 h. Local: Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, situada na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará, no prédio da Prefeitura Municipal. A íntegra do presente Edital pode ser obtida no Mural Municipal. Demais informações podem ser obtidas na Sede da Prefeitura Municipal ou pelo telefone (48) 3652-1177, com a Pregoeira. Grão-Pará/ SC, 05 de janeiro de 2017.

MARCIO BORBA BLASIUS

Prefeito Municipal

Guaraciaba

PREFEITURA

EDITAL CONCURSO PÚBLICO 001.2017

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2017

ABRE INSCRIÇÕES E BAIXA NORMAS PARA O CONCURSO PÚBLICO DESTINADO PARA ADMISSÃO, DE SERVIDORES PARA O QUADRO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO MUNICÍPIO DE GUARACIABA.

O Prefeito de Guaraciaba, Estado de Santa Catarina, Sr. ROQUE LUIZ MENEHINI, no uso de suas atribuições legais e nos termos dos dispositivos da Lei Orgânica Municipal e em conformidade com as Leis municipais nº 1.940/06, nº 1.645/01, nº 2764/2014, nº 1890/2006, nº 2489/2012 e Lei Orgânica do Município e suas atualizações, TORNA PÚBLICO aos interessados, que se acham abertas as inscrições para o CONCURSO PÚBLICO destinado para admissão, de servidores sob os Regimes Estatutário e Celetista, de acordo com o disposto no art. 37, inciso IX, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 c/c o qual reger-se-á pelas instruções deste Edital e demais normas atinentes.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES, CARGOS, VAGAS E DADOS RELATIVOS

1.1. Disposições preliminares:

1.1.1. O presente Edital do Concurso Público é disciplinado pelo art. 37, inciso II, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e demais legislação vigente.

1.1.2. O Concurso Público será regido por este edital, supervisionado pela Comissão de Acompanhamento do Município de Guaraciaba - SC, e executado pela Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina - AMEOSC, com sede à Rua Padre Aurélio Canzi, nº 1628, São Miguel do Oeste - SC, fone-fax (49)3621-0795, endereço eletrônico www.ameosc.org.br

1.1.3. As respostas aos requerimentos, comunicados, resultados dos recursos, e demais publicações relativas ao Concurso Público serão publicadas em documento afixado no Mural Público da Prefeitura Municipal de Guaraciaba – SC e nos sites: www.ameosc.org.br e www.guaraciaba.sc.gov.br

1.1.4. A inscrição no Concurso Público implicará, desde logo, a ciência e aceitação pelo candidato das condições estabelecidas neste edital.

1.1.5. É de responsabilidade do candidato conhecer a legislação mencionada no subitem 1.1.1 do edital e demais determinações referentes ao Concurso Público para certificar-se de que possui todas as condições e pré-requisitos para prestar as provas e documentos necessários exigidos para o cargo por ocasião da nomeação se caso aprovado e convocado.

1.1.5.1 A legislação Municipal de que se refere o subitem 1.1.1 está à disposição dos candidatos no site: www.guaraciaba.sc.gov.br

1.1.6. O presente Concurso Público é válido pelo prazo de 02 (dois) anos contado da data da homologação do resultado final, podendo ser prorrogado uma vez por até igual período.

1.1.7. São condições para participação no presente Concurso Público:

a) Ser brasileiro nato ou naturalizado ou cidadão português que tenha adquirido a igualdade de direitos e obrigações civis e gozo dos direitos políticos (Constituição Federal - § 1º do Art. 12, de 05.10.1988 e Emenda Constitucional nº 19, de 04.06.1998 - Art. 3º).

b) Estar quite com as obrigações resultantes da legislação eleitoral, e, quando do sexo masculino, estar quite também, com as obrigações do serviço militar.

c) Ter conhecimento e concordar com todas as exigências contidas neste edital.

d) Possuir o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo/função na data da admissão e provimento ao cargo;

e) Possuir aptidão física e mental.

1.1.8. O candidato deve comprovar a idade mínima de 18 anos e a escolaridade/habilitação exigida no edital no ato da investidura, sob pena de ser automaticamente eliminado do Concurso Público.

1.1.9. As provas serão realizadas nas modalidades OBJETIVA.

1.2. Cargo, vaga, carga horária, remuneração e habilitação:

1.2.1. As vagas destinam-se aos cargos abaixo delineados e deverão ser preenchidas por candidatos que disponham dos requisitos e escolaridade mínima informada no presente Edital, de acordo com o cargo a que pretendem concorrer, com as seguintes especificações:

Cargo	Nº Vagas	Vencimento R\$	Carga Horária	Habilitação	Tipo de Prova
Médico ESF (CLT)	*CR	R\$ 17.547,48	40hs/sem	Ensino Superior em Medicina com registro no órgão fiscalizador da categoria profissional.	Objetiva
Odontólogo ESF (CLT)	*CR	R\$ 3.790,10	40hs/sem	Ensino Superior em Odontologia com registro no órgão fiscalizador da categoria profissional.	Objetiva

Nutricionista (Estatutário)	*CR	R\$ 1.162,83	20hs/sem	Ensino Superior em Nutrição com registro no órgão fiscalizador da categoria profissional.	Objetiva
Professor II – Nível I (História) (Estatutário)	*CR	R\$ 1.478,36	20hs/sem	Formação Superior com Licenciatura Plena específica na área de atuação.	Objetiva
Vigilante Sanitário e Ambiental (CLT)	*CR	R\$ 1.196,33	40hs/sem	Ensino Médio Completo.	Objetiva
Fiscal Sanitário (Estatutário)	*CR	R\$ 1.290,00	40hs/sem	Ensino Médio Completo.	Objetiva
Auxiliar de Consultório Odontológico ESF (CLT)	*CR	R\$ 999,64	40hs/sem	Ensino Médio Completo.	Objetiva
Técnico em Enfermagem ESF (CLT)	*CR	R\$ 1.263,14	40hs/sem	Ensino Médio Completo e curso profissionalizante de técnico em enfermagem com registro no órgão fiscalizador da categoria profissional.	Objetiva
Orientador Social (CLT)	*CR	R\$1.899,47	40hs/sem	Frequentar graduação nos Cursos de Artes, Educação Física, Pedagogia ou Letras.	Objetiva
**Agente Comunitário de Saúde – ESF 02 – Micro área 14 (CLT)	*CR	R\$ 1.213,08	40hs/sem	Ensino Médio Completo; Domiciliado na área de atuação em que desejar atuar, desde a data da publicação do edital do Processo Seletivo.	Objetiva
Mecânico (Estatutário)	*CR	R\$ 1.668,79	40hs/sem	Ensino Fundamental Completo.	Objetiva

*CR. - Cadastro de Reserva.

** Localidades compreendidas na Micro área 14: Linha São João, Linha Poca e Linha Guataparé Baixo.

1.2.2. Conforme o Art. 6º, incisos I, II e III, da Lei Federal nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, os candidatos ao cargo de Agente Comunitário de Saúde deverão residir na área da comunidade/área de atuação em que atuar, desde a data da publicação do edital do Processo Seletivo; haver concluído, com aproveitamento, curso introdutório de formação inicial e continuada (Obs.: o curso introdutório será disponibilizado pelo Município após o ingresso no cargo).

2. DAS INSCRIÇÕES

2.1. As inscrições para o CONCURSO PÚBLICO poderão ser efetuadas pela INTERNET, VIA PRESENCIAL/ON LINE ou VIA POSTAL, no período das 08 horas do dia 10/01/2017 às 23h59min do dia 09/02/2017.

2.1.1. DAS INSCRIÇÕES PELA INTERNET/ON-LINE:

2.1.1.2. Para a inscrição pela internet o candidato deverá acessar o site www.ameosc.org.br no período de inscrição, e seguir os seguintes procedimentos:

a) Acessar o endereço eletrônico: www.ameosc.org.br e clicar no link Concursos.

b) Fazer o cadastro do candidato se for primeiro acesso, caso este já seja cadastrado somente realizar o login para inscrição.

c) Preencher integralmente o Requerimento de Inscrição, conferir atentamente os dados informados e enviá-los via internet, seguindo as instruções;

d) imprimir uma cópia do Requerimento de Inscrição;

e) dirigir-se a uma agência do Banco do Brasil S.A. e EFETUAR UM DEPÓSITO IDENTIFICADO EM FAVOR DO MUNICÍPIO DE GUARACIABA – SC, CONSTANDO OBRIGATORIAMENTE O NOME DO CANDIDATO, Nº DO CPF E EM DINHEIRO, NO VALOR DA TAXA DE INSCRIÇÃO CORRESPONDE AO CARGO INSCRITO, NO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 10/01/2017 ATÉ 10/02/2017, na conta corrente da Prefeitura Municipal de Guaraciaba – SC qual seja:

Estabelecimento Bancário: Banco do Brasil S.A. Agência de Guaraciaba – SC.

Agência: 1388-9

Conta Corrente: 15.795-3

Cód Banco: 001

Carteira: 18

Variação: 019

Convênio: 2671360

2.1.1.3. Os candidatos que não dispuserem de acesso à internet, poderão realizar à sua inscrição Presencial on line sendo que para tanto deverão se dirigir a Biblioteca Pública Municipal, localizada junto ao Centro de Múltiplo Uso Armando Domingos Montagna ao lado da Prefeitura de Guaraciaba - SC, durante o período das inscrições, em horário de expediente, das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min.

2.1.1.4. Para a efetivação das inscrições Presencial on line o candidato deverá estar munido de todos os documentos e informações necessárias, sendo que o candidato será o único responsável pela exatidão e correção das informações prestadas e demais atos relativos a sua inscrição.

2.1.1.5. Na oportunidade de realização da inscrição Presencial on line o candidato é responsável pela impressão do comprovante de inscrição, bem como da realização do DEPÓSITO IDENTIFICADO EM FAVOR DO MUNICÍPIO DE GUARACIABA – SC, CONSTANDO OBRIGATORIAMENTE O NOME DO CANDIDATO, Nº DO CPF E EM DINHEIRO, NO VALOR DA TAXA DE INSCRIÇÃO CORRESPONDE AO CARGO INSCRITO. O pagamento/deposito é de inteira responsabilidade do candidato no período destinado para tanto, qual seja, até o dia 10/02/2017.

2.1.1.6. Só serão efetivadas as inscrições on line/via presencial dos candidatos que se dirigirem a Biblioteca Pública Municipal, localizada junto ao Centro de Múltiplo Uso Armando Domingos Montagna ao lado da Prefeitura de Guaraciaba – SC, durante o período das inscrições, no horário compreendido entre as 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min até o último dia de inscrição.

2.1.1.7. A Prefeitura de Guaraciaba – SC e a Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina - AMEOSC não se responsabilizarão por solicitação de inscrição não recebida por falhas de comunicação, congestionamento de linhas telefônicas ou outros fatores de ordem técnica que impossibilitarem a transferência de dados, impressão de documentos ou pagamento da taxa de inscrição no prazo determinado.

2.1.1.8. O pagamento da inscrição só poderá ser feito mediante a realização de DEPÓSITO IDENTIFICADO EM FAVOR DO MUNICÍPIO DE GUARACIABA – SC, CONSTANDO OBRIGATORIAMENTE O NOME DO CANDIDATO, Nº DO CPF E EM DINHEIRO, NO VALOR DA TAXA DE INSCRIÇÃO CORRESPONDE AO CARGO INSCRITO, NO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 10/01/2017 ATÉ 10/02/2017, na conta corrente da Prefeitura Municipal de Guaraciaba – SC qual seja:

Estabelecimento Bancário: Banco do Brasil S.A. Agência de Guaraciaba – SC

Agência: 1388-9

Conta Corrente: 15.795-3

Cód Banco: 001

Carteira: 18

Variação: 019

Convênio: 2671360

2.1.1.9. O agendamento do pagamento e o respectivo demonstrativo não se constituem documentos comprobatórios do pagamento da taxa de inscrição.

2.1.2 DAS INSCRIÇÕES VIA POSTAL:

2.1.2.1. Admitir-se-á inscrição via postal, registrada e com aviso de recebimento, postada via SEDEX, no período determinado para as inscrições, para o seguinte endereço: Prefeitura de Guaraciaba, sito à Rua Ademar de Barros, 85, centro, CEP 89920-000, Guaraciaba – SC. Encaminhado aos cuidados da Secretaria de Administração (Departamento de Recursos Humanos) da Prefeitura de Guaraciaba – SC.

2.1.2.2. É de responsabilidade do candidato, que desejar realizar a inscrição via postal imprimir o Requerimento de Inscrição (modelo anexo), preenchê-lo corretamente com todos os dados solicitados e assinar.

2.1.2.3. O candidato deverá realizar um DEPÓSITO IDENTIFICADO EM FAVOR DO MUNICÍPIO DE GUARACIABA – SC, CONSTANDO OBRIGATORIAMENTE O NOME DO CANDIDATO, Nº DO CPF E EM DINHEIRO, NO VALOR DA TAXA DE INSCRIÇÃO CORRESPONDE AO CARGO INSCRITO, NO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 10/01/2017 ATÉ 10/02/2017, na conta corrente da Prefeitura Municipal de Guaraciaba – SC qual seja:

Estabelecimento Bancário: Banco do Brasil S.A. Agência de Guaraciaba – SC

Agência: 1388-9

Conta Corrente: 15.795-3

Cód Banco: 001

Carteira: 18

Variação: 019
Convênio: 2671360

2.1.2.4. Providenciar cópia AUTENTICADA dos seguintes documentos:

- a. Documento de identidade (RG);
 - b. Comprovante do CPF (Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda). Caso no documento de identidade conste o número do CPF fica dispensada a apresentação do comprovante.
 - c. Comprovante do depósito identificado em dinheiro na conta do município de Guaraciaba –SC, realizado no Banco do Brasil.
- 2.1.2.5. Enviar pelo correio o Requerimento de Inscrição (devidamente preenchido com todos os dados solicitados e devidamente assinado) e as cópias autenticadas dos documentos exigidos, por correspondência com Aviso de Recebimento (AR), pelo Serviço de Remessa Expressa de Documentos e Mercadorias-SEDEX, para o endereço constante do item 2.1.2.1.
- 2.1.2.6. Só serão aceitos os pedidos de inscrição enviados via postal que forem entregues à Prefeitura Municipal de Guaraciaba – SC, até às 17 horas do último dia de inscrição, valendo para fins de direito a data e horário constantes do comprovante de entrega da correspondência.
- 2.1.2.7. O depósito em conta corrente da Prefeitura Municipal de Guaraciaba – SC, deve ser OBRIGATORIAMENTE O DEPÓSITO IDENTIFICADO, não tendo validade o depósito comum.
- 2.1.2.8. Os depósitos em conta corrente eventualmente feitos em desacordo com a norma do edital e ou com erro na identificação do candidato e ou intempestivamente, não poderão ser ressarcidos.
- 2.1.2.9. É vedada a inscrição condicional, não sendo admitida complementação documental fora do prazo fixado para inscrição, nem comprovante de agendamento de pagamento da taxa de inscrição.
- 2.1.2.10. A inscrição por via postal, se efetuada, será por conta e risco do candidato, não se responsabilizando o Município de Guaraciaba – SC por extravios, falta de documentação, atrasos ou outras ocorrências que impeçam a efetiva inscrição do candidato.
- 2.2. Será cancelada a inscrição e anulados os atos decorrentes, do candidato que prestar declarações falsas, inexatas ou que não atender a todas as condições estabelecidas neste edital, mesmo que o candidato tenha sido aprovado e que o fato seja constatado posteriormente.
- 2.3. Não será aceita inscrição condicional ou fora do prazo estabelecido.
- 2.4. Não serão aceitos pedidos de alterações de dados informados quando da inscrição, a não ser a comunicação de novo endereço que deverá ser feita junto ao Departamento de Pessoal da Prefeitura Municipal de Guaraciaba – SC, quando da classificação e/ou chamamento para assumir o cargo.
- 2.5. O candidato poderá inscrever-se somente para 01 (uma) vaga do cargo de que trata o presente Edital. Verificando-se mais de uma inscrição do mesmo candidato será considerada apenas a inscrição mais recente.
- 2.6. O valor da Taxa de Inscrição para o CONCURSO PÚBLICO será de:

ESCOLARIDADE	Valor R\$
Cargos com exigência de nível superior	R\$ 180,00
Cargos com exigência de nível médio - 2º grau	R\$ 100,00
Cargos com exigência de 4º série - 1º grau Fundamental	R\$ 60,00

- 2.7. O valor referente ao pagamento da inscrição não será restituído, salvo em caso de cancelamento do Concurso Público, qualquer que seja o motivo ensejado.
- 2.8. O candidato que necessitar de qualquer tipo de atendimento diferenciado para a realização das provas deverá solicitá-lo, por escrito, no ato de inscrição, indicando claramente no formulário eletrônico, quais os recursos especiais necessários (materiais, equipamentos, etc.).
- 2.9. A solicitação de recursos especiais será atendida obedecendo a critérios de viabilidade e de razoabilidade, desde que solicitados no ato da inscrição, no formulário eletrônico de inscrição.
- 2.10. Os candidatos que solicitarem condições especiais serão comunicados através de aviso publicado nos endereços eletrônicos: www.ameosc.org.br e www.guaraciaba.sc.gov.br do deferimento ou não do pedido.
- 2.11. A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas deverá chegar ao local das provas com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos e dirigir-se à Coordenação, com acompanhante, maior de idade, que ficará com a guarda e responsabilidade do lactente. Nos horários necessários a candidata será acompanhada por um fiscal até o local onde se encontra a criança, sendo que o tempo destinado à amamentação não será acrescido ao horário da prova da candidata.
- 2.12. DA ISENÇÃO DO PAGAMENTO DA TAXA DE INSCRIÇÃO PARA OS DOADORES DE SANGUE:
- 2.12.1. O candidato que preencher os requisitos da Lei Estadual nº 10.567 datada de 07/11/1997 (doador de sangue) poderá requerer a isenção do pagamento da taxa de inscrição neste Concurso Público.
- 2.12.1.1. Equipara-se a doador de sangue, a pessoa que integre a Associação de doadores e que contribua, comprovadamente para estimular de forma direta e indireta, à doação.
- 2.12.2. O requerimento de isenção de pagamento da taxa de inscrição para os doadores de sangue (modelo anexo) deverá ser encaminhado à Comissão de Acompanhamento do Concurso Público da Prefeitura Municipal de Guaraciaba, e entregue do dia 10/01/2017 a 30/01/2017, no endereço da Prefeitura Municipal de Guaraciaba – SC, sito à Rua Ademar de Barros, 85, Centro – Guaraciaba – SC, juntamente com os seguintes documentos:
- a) Cópia do requerimento de inscrição;
 - b) Comprovante expedido por entidade coletora, credenciada pela União, Estado ou pelo Município, de que o candidato é doador de sangue, relacionando o número e a data em que foram realizadas as doações, sendo que não poderá ser inferior a 03 (três) doações anuais. Para ter direito à isenção, o candidato deve comprovar que realizou, no mínimo, 03 (três) doações no período de um ano;
 - c) No caso o subitem 2.12.1.1, documento específico que comprove que o candidato integre a Associação de doadores de Sangue legalmente constituída e que contribua para estimular de forma direta e indireta a doação, relacionando, minuciosamente as atividades desenvolvidas pelo candidato.
- c.1) A entrega dos documentos acima referidos também poderá ser feito por meio postal, através de Sedex a ser encaminhado para a Comissão de Acompanhamento do Concurso Público da Prefeitura Municipal de Guaraciaba - SC, sito à Rua Ademar de Barros, 85, Centro

– CEP 89920-000, Guaraciaba - SC, através de cópia autenticada em cartório, sendo que os mesmos devem estar na Prefeitura Municipal de Guaraciaba – SC até no máximo dia 31/01/2017.

2.12.3. A Comissão de Acompanhamento avaliará o pedido de isenção e publicará sua decisão no mural público da Prefeitura Municipal de Guaraciaba – SC e nos sites www.ameosc.org.br e www.guaraciaba.sc.gov.br até o dia 01/02/2017 não sendo encaminhada resposta individual ao candidato, salvo se solicitado.

2.12.4. Os candidatos que tiverem seus pedidos de isenção de pagamento da taxa de inscrição INDEFERIDOS poderão participar do presente Concurso Público desde que efetuem o pagamento da taxa de inscrição até o dia 10/02/2017, como os demais candidatos, através de DEPOSITO IDENTIFICADO, conforme dados para depósito informados neste edital.

3. DAS VAGAS RESERVADAS A PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

3.1. O presente Concurso Público destina-se a cadastro de reserva e, dessa forma, não havendo número definido de vagas a serem preenchidas, são reservados 5% (cinco por cento) das vagas para pessoas com necessidades especiais, desprezadas as frações, das vagas oferecidas no certame, até a extinção da validade do mesmo, de acordo com a Constituição Federal.

3.2. O candidato considerado pessoa com deficiência que desejar concorrer nesta condição deverá no ato da inscrição informar no campo específico ser portador de necessidades especiais.

3.2.1. Durante o prazo de inscrição, candidato inscrito na condição de portador de necessidades especiais, deverá encaminhar à Secretaria Municipal de Administração (Departamento de Recursos Humanos), sito à Rua Ademar de Barros, 85, Centro – Guaraciaba – SC em horário de expediente da Prefeitura, das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, juntamente com os documentos originais para conferência, (ficarão retidas na Secretaria Municipal de Administração - Departamento de Recursos Humanos - somente as cópias dos documentos, os originais serão devolvidos ao candidato após a conferência) laudo médico firmado por especialista na área, atestando a espécie e o grau de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, bem como a provável causa da deficiência, sendo que posteriormente, se aprovado no presente Concurso Público, deverá submeter-se à perícia médica promovida por equipe multiprofissional designada pelo Município de Guaraciaba – SC, que terá decisão terminativa sobre a sua qualificação como portador de necessidades especiais ou não e, sobre o grau de deficiência, que determinará estar ou não, o candidato, capacitado para o exercício do cargo.

3.2.2. A entrega dos documentos acima referidos também poderá ser feito por meio postal, através de Sedex a ser encaminhado para Secretaria Municipal de Administração (Departamento de Recursos Humanos), do Município de Guaraciaba, sito à Rua Ademar de Barros, 85, Centro – CEP 89920-000, Guaraciaba - SC, através de cópia autenticada em cartório, com data máxima de postagem o último dia de inscrição.

3.3. A não-observância do disposto nos subitens anteriores acarretará a perda do direito ao pleito da vaga reservada aos candidatos em tais condições.

3.4. As pessoas com deficiência participarão do Concurso Público em igualdade de condições com os demais candidatos.

3.5. O candidato que no dia da prova necessitar de atendimento diferenciado em função de sua deficiência, deverá solicitar por escrito na data da inscrição.

4. DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

4.1. As inscrições que preencherem todas as condições deste Edital serão homologadas e deferidas pela autoridade competente após o encerramento das mesmas, conforme data estabelecida no anexo I (cronograma) do presente edital.

4.2. O ato de homologação das inscrições deferidas e a relação das inscrições indeferidas serão publicados em documento afixado no Mural Público Prefeitura Municipal de Guaraciaba – SC, e nos endereços eletrônicos: www.ameosc.org.br e www.guaraciaba.sc.gov.br

5. DAS PROVAS

5.1. Da Prova Objetiva

5.1.1. A prova objetiva será obrigatória a todos os candidatos independente do cargo que irão concorrer ou de qualquer outra condição.

5.1.2. A PROVA OBJETIVA será aplicada no dia 04/03/2017, com início às 09 horas, nas dependências da ESCOLA MUNICIPAL PADRE ALFREDO KASPER, sito na rua Reinoldo Ritter, no Município de Guaraciaba – SC. Em caso de alteração de local da prova este será publicado e divulgado no Mural Público Prefeitura Municipal de Guaraciaba - SC, e nos endereços eletrônicos: www.ameosc.org.br e www.guaraciaba.sc.gov.br

5.1.2.1. A abertura dos portões para o ingresso dos candidatos será a partir das 08 horas.

5.1.2.2. O fechamento dos portões será às 08h40min sendo que a partir deste horário não será mais permitido a entrada de candidatos, sob qualquer alegação.

5.1.2.3. Após o fechamento dos portões o candidato deverá dirigir-se imediatamente a sala de realização de provas, não sendo permitida a permanência do mesmo nos corredores, sendo que a Instituição executora do certame e o Município de Guaraciaba – SC não se responsabilizarão por atrasos na entrada para as salas de aplicação de provas, a qual deverá ocorrer 10 minutos antes do início das provas para instruções necessárias que serão repassados pelos fiscais.

5.1.2.4. Não será permitido o ingresso na sala de aplicação de provas após às 08h50min, sendo que das 08h50min até às 09 horas, horário marcado para início das provas, serão repassadas as instruções ao candidatos pelos fiscais de sala e pela comissão organizadora do concurso.

5.1.2.5. A prova objetiva terá início às 09 horas e término às 12 horas.

5.1.3. A relação de ensalamento será publicada após a homologação das inscrições nos sites www.ameosc.org.br e www.guaraciaba.sc.gov.br

5.1.4. A prova objetiva será realizada em uma única etapa, terá a duração de 03hrs, incluído o tempo para preenchimento do cartão-resposta e será composta de questões objetivas com quatro alternativas de resposta para cada uma delas, das quais somente 01 (UMA) será a correta e deverá ser assinalada conforme instruções que constarão no cartão resposta e na 1º página do caderno de provas.

5.1.4.1. As questões da prova objetiva versarão sobre questões de Conhecimentos Específicos, Língua Portuguesa e Matemática.

5.1.4.2. A prova objetiva será composta de 35 (trinta e cinco) questões inéditas.

5.1.4.3. Os conteúdos programáticos sobre os quais versarão as questões da prova objetiva estão publicados no (Anexo II) do presente edital.

5.2. DA PROVA OBJETIVA (Modalidade A) – Serão aplicadas provas de Conhecimentos Específicos, Língua Portuguesa e Matemática, conforme quadro abaixo para todos cargos especificados no quadro do item 1.2.1 deste edital:

Provas	Nº Questões	Peso	Total de Pontos por Disciplina	Nota Mínima do Conjunto Provas 1, 2 e 3.
1 <input type="checkbox"/> Conhecimentos Específicos	20	0,35	7,00	5,00
2 <input type="checkbox"/> Língua Portuguesa	10	0,20	2,00	
3 <input type="checkbox"/> Matemática	05	0,20	1,00	
TOTAL <input type="checkbox"/>	35	-	10,00	-

5.2.1. Serão considerados classificados os candidatos que obtiverem a nota mínima de 5,00 (cinco), no conjunto das provas 1, 2 e 3 (na soma das notas de Conhecimentos Específicos, Língua Portuguesa e Matemática), conforme quadro acima.

5.3. NORMAS PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA OBJETIVA:

5.3.1. Os candidatos deverão comparecer no local designado para a realização das provas objetivas no horário e data estabelecidos neste Edital, munidos de DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO ORIGINAL (COM FOTOGRAFIA), o não cumprimento deste item impedirá o acesso do candidato ao local de prova.

5.3.2. Será vedado o acesso ao portão de entrada do local de prova ao candidato que se apresentar após o horário determinado no item 5.1.2.2 (08h40min), mesmo que o início da prova tenha sido postergado por motivo de força maior.

5.3.3. Serão considerados documentos de identificação: carteira de identidade, carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (ordens, conselhos, etc.); passaporte; certificado de reservista; carteiras funcionais do Ministério Público; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal valham como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação.

5.3.3.1. Caso o candidato não apresente, no dia de realização das provas, documento de identificação original, por motivo de perda, furto ou roubo, deverá ser apresentado o documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, com data não superior a 30 dias da data da realização da prova do Concurso Público.

5.3.3.2. Só serão aceitos documentos no prazo de validade e em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato e sua assinatura.

5.3.4. Para a realização da prova objetiva o candidato receberá um caderno de questões, e um cartão resposta.

5.3.4.1. O candidato deverá apor no Cartão Resposta, em local próprio, seu nome legível, nº do documento de identidade e assinatura, bem como as suas respostas por questão, preenchendo por completo o campo que se refere à questão correta, conforme a forma correta, exemplificada no próprio cartão resposta e na primeira folha do caderno de provas, para propiciar a correção com leitura ótica, o qual será lacrado em envelope no final da prova.

5.3.4.3. No Cartão Resposta do candidato constará as assinaturas dos fiscais e dos últimos três (03) candidatos de cada sala.

5.3.5. Antes de iniciar a resolução da prova o candidato deve conferir se o caderno de questões corresponde ao cargo em que se inscreveu e se está impresso sem falhas ou defeitos que possam comprometer a resolução da prova, bem como enumerada e o candidato deve ler as instruções relacionadas à marcação das respostas.

5.3.6. O candidato deverá assinalar no cartão resposta o tipo de prova correspondente que lhe foi entregue. As provas de cada cargo serão identificadas pelos números 1, 2, 3 e 4 e é de responsabilidade do candidato a marcação correta, sendo que a não marcação correta invalidará o cartão resposta.

5.3.6.1. Forma correta de preencher o Tipo de Prova e o Cartão de Resposta (Gabarito):

5.3.7. As respostas das questões da prova objetiva deverão ser transcritas para o cartão de respostas, conforme as instruções constantes na capa do caderno de provas, devendo o candidato utilizar apenas caneta esferográfica nas cores azul ou preta.

5.3.8. O cartão-resposta não será substituído por erro do candidato.

5.3.9. O preenchimento do Cartão-Resposta será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas neste Edital, não sendo permitido que as marcações sejam feitas por outras pessoas, salvo em caso de que o candidato tenha solicitado condição especial para esse fim, que no caso, o candidato será acompanhado por fiscal designado pela Comissão de Acompanhamento do Concurso Público.

5.3.10. Serão de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos advindos de marcações feitas incorretamente no Cartão-Resposta.

5.3.11. Serão consideradas marcações incorretas e atribuída nota 0,00 (zero) à questão da prova objetiva que estiver em desacordo com este Edital e com o cartão-resposta, tais como: cuja resposta não coincida com o gabarito oficial; contenha dupla marcação, marcação rasurada ou emendada, campo de marcação não-preenchido integralmente, ou não estiver assinalada no cartão resposta.

5.3.12 A prova será corrigida unicamente pela marcação feita no cartão-resposta e não terão validade quaisquer anotações feitas no caderno de prova.

5.3.13. Ao terminar a prova, o candidato, obrigatoriamente, entregará ao fiscal de sala o cartão-resposta e o cartão identificação.

5.4.14. Só será permitido ao candidato entregar sua prova objetiva após transcorrido, no mínimo, 30 (trinta) minutos do seu início.

5.3.15. O candidato somente poderá ausentar-se temporariamente da sala de provas, durante sua realização, acompanhado de um fiscal.

5.3.16. Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas em virtude de afastamento de candidato da sala de prova.

5.3.17. Os últimos 03 (três) candidatos juntamente com os fiscais de sala e pelo menos um membro da Comissão de Acompanhamento do Concurso Público deverão apor no local indicado dos cartões respostas suas assinaturas.

5.3.17.1. Os últimos 03 (três) candidatos juntamente com os fiscais de sala e pelo menos um membro da Comissão de Acompanhamento do Concurso Público deverão anotar no verso do cartão de respostas eventuais questões deixadas em branco, apondo suas assinaturas no local indicado.

5.3.17.2. Os últimos 03 (três) candidatos juntamente com os fiscais de sala e pelo menos um membro da Comissão de Acompanhamento do Concurso Público deverão invalidar o cartão resposta entregue em branco, apondo suas assinaturas no local indicado.

5.3.17.3. Posteriormente procederão ao preenchimento da Ata na qual constarão as ocorrências relativas à prova, tais como: candidatos faltantes, cartões respostas com questões deixadas em branco, cartões respostas deixados em branco e demais anotações que considerarem

necessárias.

5.3.17.4. Após a realização das etapas anteriores, os fiscais de sala juntamente com os 03 (três) últimos candidatos e com pelo menos um membro da Comissão de Acompanhamento do Concurso Público, lacrarão os envelopes, nos quais estarão acondicionados os cartões resposta, bem como a assinatura destes envelopes, os quais serão deslacrados somente em sessão pública conforme data e horário descritos no cronograma.

5.3.18. No dia de realização das provas não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação das provas, informações referentes ao conteúdo das provas.

5.3.19. O caderno de provas e os gabaritos preliminares serão publicados a partir das 17 horas do primeiro dia útil posterior ao dia da realização das provas nos sites: www.ameosc.org.br e www.guaraciaba.sc.gov.br

5.3.20. O Município de Guaraciaba e a Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina - Ameosc, não assumem qualquer responsabilidade quanto ao transporte, alimentação e/ou alojamento dos candidatos, quando da realização das provas.

5.4. MATERIAIS PERMITIDOS NO LOCAL DE PROVA:

5.4.1. O candidato pode ter no local de prova, unicamente:

- a) Documento de identificação;
- b) Caneta esferográfica com tinta de cor azul ou preta, de material transparente;
- c) Lápis preto e borracha;
- d) Água acondicionada em vasilhame fabricado em material transparente sem qualquer etiqueta ou rótulo.

5.4.2. Recomenda-se ao candidato que não traga para o local de prova qualquer material não permitido. Se os trouxer, deve entregar todos os materiais, equipamentos e utensílios não autorizados aos fiscais da sala no momento de acesso a sala de provas.

5.4.3. O Município de Guaraciaba e a Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina - AMEOSC não assumem qualquer responsabilidade pelo extravio de qualquer material trazido ao local de prova.

5.5. É VEDADO DURANTE A REALIZAÇÃO DAS PROVAS:

- a) Ingerir qualquer tipo de alimentos, exceto água;
- b) Fumar;
- c) Comunicação entre os candidatos;
- d) Consulta a materiais (livros, revistas, apostilas, etc.);
- e) Portar ou usar qualquer equipamento eletrônico, como telefone celular, tablet, notebook, bip, calculadora, máquina fotográfica, etc.

5.6. PODERÁ SER EXCLUÍDO DO CERTAME O CANDIDATO QUE:

- a) apresentar-se após o horário estabelecido, não se admitindo qualquer tolerância;
- b) apresentar-se em local diferente da convocação oficial;
- c) não comparecer às provas, seja qual for o motivo alegado;
- d) não apresentar documento que bem o identifique;
- e) ausentar-se da sala de provas sem o acompanhamento do fiscal;
- f) ausentar-se do local de provas antes de decorridos 30 (trinta) minutos do início das provas;
- g) ausentar-se da sala de provas levando Cartão Resposta e Cartão Identificação ou outros materiais não permitidos;
- h) estiver portando armas, mesmo que possua o respectivo porte;
- i) lançar mão de meios ilícitos para a execução das provas;
- j) for surpreendido em comunicação com outras pessoas ou utilizando-se de livro, anotação, impresso, não permitido ou máquina calculadora ou similar;
- k) estiver fazendo uso de qualquer tipo de aparelho eletrônico ou de comunicação (bip, telefone celular, relógios digitais, walkman, agenda eletrônica, notebook, palmtop, receptor, gravador, smartphone ou outros equipamentos similares), bem como protetores auriculares;
- l) perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido.

5.6.1. Os aparelhos eletrônicos e pertences dos candidatos deverão ser acondicionados em sacos plásticos que serão lacrados pelos fiscais no momento do ingresso à sala de provas, e assim permanecer até a saída do candidato do local de prova.

6. DA SESSÃO PÚBLICA

6.1. A correção do cartão resposta do candidato será realizada através do processo de leitura digital, em SESSÃO PÚBLICA a ser realizada na Sede da AMEOSC – Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina, sito à Rua Padre Aurélio Canzi, nº 1628, Centro de São Miguel do Oeste - SC, às 10h30min do dia 07/03/2017, com a projeção das notas em telão para que todos os presentes na sessão possam acompanhar a correção, bem como a identificação do candidato.

6.2. As notas apresentadas na sessão pública serão preliminares, sem os critérios de desempates constantes no item 7 do presente edital.

6.3. A publicação do resultado preliminar ocorre conforme data estabelecida no cronograma do edital. Nesta constará os critérios de desempate constantes no item 7 do presente edital.

6.4. A sessão será filmada e acompanhada pelos membros da comissão organizadora do certame do município de São Miguel do Oeste e da comissão organizadora da Ameosc e por todos os candidatos e interessados que terão acesso no local devendo assinar lista de presença.

7. DO EMPATE NA NOTA FINAL

7.1. Ocorrendo empate no resultado final das provas, o desempate beneficiará, sucessivamente, o candidato que tiver:

7.2. Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, o mais velho até o último dia de inscrição neste Concurso Público na forma do dispositivo no parágrafo único de art. 27 da Lei Federal nº 10.741, de 01 de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso);

7.3. Maior número de acertos na prova de Conhecimentos Específicos;

7.4. Maior número de acertos na prova de Língua Portuguesa;

7.5. Maior número de acertos na prova de Matemática;

7.6. Maior Idade;

7.7. Sorteio Público.

8. DOS GABARITOS: PROVISÓRIOS E DEFINITIVOS

8.1. O gabarito preliminar será divulgado a partir das 17 horas do primeiro dia útil após a realização das provas nos sites: www.ameosc.org.br.

org.br e www.guaraciaba.sc.gov.br

8.2. Da publicação do gabarito definitivo não caberá qualquer outro tipo de revisão ou recurso administrativo.

9. DOS RECURSOS

9.1. É admitido recurso quanto a divergências:

- a) a não homologação ou indeferimento da inscrição;
- b) na formulação das questões da prova objetiva e prova prática;
- c) no gabarito preliminar divulgado;
- d) ao resultado da divulgação da Classificação Preliminar do Concurso Público, para cada cargo.

9.2. Os recursos deverão ser interpostos conforme cronograma do edital (Anexo I).

9.3. Somente será apreciado o recurso expresso em termos convenientes e que apontar a(s) circunstância(s) que o justifique.

9.4. Os RECURSOS poderão ser interpostos VIA ON LINE – pelo sistema – ou VIA POSTAL.

9.4.1. Para a interposição de RECURSO VIA ONLINE o candidato deverá seguir os seguintes procedimentos:

- a) Acessar o endereço eletrônico: www.ameosc.org.br e clicar no link Concursos.
- b) Acessar a “Área do Candidato”.
- c) Clicar em “recursos e requerimentos”.
- d) Preencher online o formulário de recursos e enviá-lo via internet, seguindo as instruções nele contidas.
- e) Os recursos interpostos a diferentes questões devem ser formulados em diferentes formulários, sendo, um formulário para cada questão. Caso o candidato apresentar recurso de mais de uma questão num mesmo formulário, será apreciado apenas o recurso da primeira questão apresentada no formulário.

9.4.1.1.. O recurso/requerimento interposto fora do respectivo prazo ou em branco não serão conhecidos e os inconsistentes não serão providos.

9.4.1.2. Se na análise dos recursos resultar anulação de questões, os pontos a ela correspondentes serão atribuídos a todos os candidatos do referido cargo, independente de terem recorrido.

9.4.2. Para a interposição de RECURSO VIA POSTAL o candidato deverá seguir os seguintes procedimentos:

- a) Imprimir e preencher o Formulário de Recurso constante no (modelo anexo);
- b) Encaminhar através de correspondência registrada e com aviso de recebimento, postada via SEDEX, no período determinado para os recursos, para o seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Guaraciaba – SC, sito à Rua Ademar de Barros, 85, Centro – CEP 89920-000, Guaraciaba – SC. Encaminhado ao cuidados da secretária de Administração (Departamento de Recursos Humanos) da Prefeitura Municipal de Guaraciaba – SC.

9.4.2.1. É de responsabilidade do candidato imprimir o Formulário de Recursos (modelo anexo), preenche-lo corretamente, assinar e encaminhar para o endereço e nas condições expostas no item anterior.

9.4.2.2. Deverá ser encaminhado apenas e tão somente o Formulário de Recurso contendo as razões do recorrente. Eventuais outros materiais encaminhados juntamente com o Formulário de Recursos serão desconsiderados.

9.4.2.3. Os recursos interpostos a diferentes questões devem ser formulados em diferentes formulários, sendo, um formulário para cada questão. Caso o candidato apresentar recurso de mais de uma questão num mesmo formulário, será apreciado apenas o recurso da primeira questão apresentada no formulário.

9.4.2.4. Poderá ser encaminhado mais de um Formulário de Recurso numa mesma correspondência, desde que cada recurso esteja devidamente identificado.

9.4.2.5. Só serão aceitos os recursos enviados via postal que forem entregues à Prefeitura Municipal de Guaraciaba – SC, até às 17 horas do último dia dos recursos, valendo para fins de direito a data e horário constantes do comprovante de entrega da correspondência.

9.4.2.6.. O recurso/requerimento interposto fora do respectivo prazo ou em branco não serão conhecidos e os inconsistentes não serão providos.

9.4.2.7. Se na análise dos recursos resultar anulação de questões, os pontos a ela correspondentes serão atribuídos a todos os candidatos do referido cargo, independente de terem recorrido.

9.5. Os recursos que dizem respeito às provas e aos resultados dela decorrentes serão analisados e dado o parecer pelos profissionais responsáveis pela elaboração da questão do Concurso Público.

9.5.1. Não serão aceitos pedidos ou recursos encaminhados de forma diferente dos procedimentos especificados no edital.

9.5.2. O resultado do julgamento dos recursos será publicado conforme o cronograma deste edital, nos sites: www.ameosc.org.br e www.guaraciaba.sc.gov.br

9.5.3. Se houver alteração do gabarito provisório, por força de impugnações ou recursos considerados procedentes, os gabaritos dos candidatos do referido cargo serão corrigidos de acordo com as alterações efetuadas pela Comissão Organizadora da AMEOSC.

9.5.4. Não serão aceitas sobreposições de recursos apresentados pelo mesmo candidato com finalidade de acrescentar ou modificar a redação, argumentação ou comprovação ao requerimento anterior, independente de vigência de prazo.

9.5.5. A decisão exarada nos recursos pela Comissão Organizadora da AMEOSC é irrecorrível na esfera administrativa.

9.5.6. Se do julgamento dos recursos resultar na alteração do resultado final e respectiva classificação, novo Decreto de resultado final será publicado.

10. DO PROVIMENTO DO CARGO

10.1. O provimento do cargo obedecerá rigorosamente à ordem de classificação dos candidatos aprovados.

10.2. Ficam advertidos os candidatos aprovados de que a nomeação e provimento no cargo só lhes serão deferidas no caso de exibirem:

- a) cópia legível do Diploma ou Escolaridade exigida para a função;
- b) atestado de boa saúde física e mental, podendo, ainda, ser solicitados exames complementares, às expensas do candidato, a serem determinadas pelo serviço Médico do Município;
- c) alvará de folha corrida judicial, para efeitos criminais, fornecidos pelo Foro de residência do candidato;

- d) declaração negativa de não acumulação de empregos/funções no serviço público, vedados em lei;
- e) documento de Inscrição no órgão de Classe para os cargos de nível superior que assim exigir;
- f) demais documentos solicitados pela Divisão de Pessoal e Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Guaraciaba – SC, ou previsto em Legislação Municipal.

10.3. Os candidatos classificados e nomeados estarão regidos pelo Regime Jurídico Estatutário ou Celetista, de acordo com o cargo escolhido.

10.4. O candidato aprovado no certame obriga-se a manter atualizado seu endereço junto a Divisão de Pessoal e Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Guaraciaba – SC.

10.5. O presente Concurso Público é válido pelo prazo de 02 (dois) anos contado da data da homologação do resultado final, podendo ser prorrogado uma vez por até igual período.

10.6. Caso o candidato não possa assumir o cargo quando convocado ficará automaticamente desclassificado.

11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. Em relação às vagas especificadas no item 1.2.1 em CADASTRO DE RESERVA a aprovação no Concurso Público não assegura ao candidato sua nomeação, mas apenas a expectativa de ser admitido segundo as vagas existentes ou necessidade futura, na ordem de classificação, ficando a nomeação condicionada às disposições pertinentes e à necessidade e conveniência da prefeitura municipal de Guaraciaba – SC.

11.2. As publicações sobre o Concurso Público serão afixadas no Mural Público da Prefeitura de Guaraciaba – SC e nos endereços eletrônicos: www.ameosc.org.br e www.guaraciaba.sc.gov.br

11.3. São impedidos de atuar como membros de quaisquer das comissões deste certame ou de ser responsáveis pela elaboração das provas, cônjuges, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, de candidato cuja inscrição haja sido deferida.

11.4. Os casos não previstos no presente Edital, no que tange ao Concurso Público em questão, serão resolvidos, conjuntamente, pela AMEOSC - Associação dos Municípios do Extremo Oeste, SC, e pela Prefeitura Municipal de Guaraciaba – SC, conforme a legislação vigente.

11.5. O Prefeito do Município de Guaraciaba – SC, poderá, antes da homologação, suspender, anular ou cancelar o Concurso Público mediante casos especiais e fortuitos, não assistindo aos candidatos nenhum direito a reclamações.

11.6. O Foro para dirimir qualquer questão relacionada com o Concurso Público é o da Comarca de São Miguel do Oeste – SC.

11.7. Integram o presente Edital para todos os fins e efeitos os seguintes anexos:

ANEXO I – Cronograma;

ANEXO II – Conteúdo Programático;

ANEXO III – Atribuições dos Cargos;

ANEXO IV – Requerimento Isenção Taxa de Inscrição Doadores de Sangue;

ANEXO V – Requerimento Portadores de Necessidades Especiais;

ANEXO VI - Requerimento de Inscrição Via Postal; (somente para candidatos que enviarem inscrição via correio);

ANEXO VII – Formulário de Recurso Via Postal; (somente para candidatos que enviarem recursos via correio);

ANEXO VIII– Portaria, que nomeia a Comissão Organizadora Municipal;

ANEXO IX – Resolução que institui Comissão Organizadora de Concursos da AMEOSC.

Guaraciaba – SC, 09 de janeiro de 2017.

Roque Luiz Meneghini

Prefeito

Vistado na Forma de Lei

Marina Guerini

OAB/SC 28.067

Assessora Jurídica Prefeitura de Guaraciaba

ANEXO I

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2017

CRONOGRAMA

CRONOGRAMA	DATA	OBSERVAÇÕES
Publicação do Edital	09/01/2017	Em caso de impugnação do edital deverá ser feita por escrito, endereçada ao Prefeito do Município de Guaraciaba – SC, protocolada em horário de expediente da Prefeitura Municipal de Guaraciaba – SC até o dia 30/01/2017.
Inscrições	10/01/2017 a 09/02/2017	Pela internet no site: www.ameosc.org.br
Apresentação dos documentos para candidatos Portadores de Necessidades Especiais.	10/01/2017 a 09/02/2017	Durante o prazo de inscrição, encaminhar à Prefeitura Municipal de Guaraciaba – SC, sita à Rua Ademar de Barros, 85, Centro – CEP 89920-000, Guaraciaba – SC. Encaminhado aos cuidados do departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Guaraciaba – SC, durante o horário de expediente

Recebimento de Inscrições para Candidatos que requererem a isenção de taxa de inscrição (Doador de Sangue)	10/01/2017 a 30/01/2017	Pela internet no site: www.ameosc.org.br
Publicação da relação de isenção da taxa de inscrição (Doador de Sangue)	01/02/2017	Pela internet nos sites: www.ameosc.org.br e www.guaraciaba.sc.gov.br . A partir das 17 horas
Período de pagamento da taxa de inscrição para os candidatos que tiveram pedido de isenção de taxa INDEFERIDA. (Doador de Sangue)	02/02/2017 a 10/02/2017	O boleto para impressão em caso de indeferimento deverá ser acessado junto ao site www.ameosc.org.br
Publicação das inscrições Deferidas e Indeferidas	16/02/2017	Pela internet nos sites: www.ameosc.org.br e www.guaraciaba.sc.gov.br . A partir das 17 horas
Prazo de recursos das inscrições Indeferidas	17 a 20/02/2017	Pela internet no site: www.ameosc.org.br
Parecer dos recursos das inscrições indeferidas e Publicação da Homologação das inscrições	23/02/2017	Pela internet no site: www.ameosc.org.br . A partir das 17 horas
Publicação do Ensalamento	24/02/2017	Pela internet nos sites: www.ameosc.org.br e www.guaraciaba.sc.gov.br . A partir das 17 horas
Prova Objetiva	04/03/2017	A prova objetiva será realizada na Escola Municipal Padre Alfredo Kasper, sito na rua Reinoldo Ritter, no Município de Guaraciaba/sc. A abertura dos portões para o ingresso dos candidatos será a partir das 08h. O fechamento dos portões será às 08h40min, sendo que a partir deste horário não será mais permitido a entrada de candidatos, sob qualquer alegação. A prova terá início às 09 horas e término às 12 horas
Divulgação do Gabarito Preliminar da prova objetiva	06/03/2017	A partir das 17 horas nos sites: www.ameosc.org.br e www.guaraciaba.sc.gov.br
Prazo de recursos do Gabarito Preliminar	07 e 08/03/2017	Pela internet no site: www.ameosc.org.br
Sessão Pública para correção dos cartões respostas e identificação dos candidatos por cargo.	07/03/2017	Às 10h30min, no Auditório da Ameosc, Rua Padre Aurélio Canzi, 1628, na cidade de São Miguel do Oeste – SC.
Publicação do Resultado Preliminar prova objetiva	07/03/2017	A relação da classificação preliminar por cargo será publicada nos sites: www.ameosc.org.br e www.guaraciaba.sc.gov.br também no Mural Público da Prefeitura Municipal de Guaraciaba – SC. A partir das 17 horas.
Prazo de recurso referente ao Resultado Preliminar	08 e 09/03/2017	Pela internet no site: www.ameosc.org.br
Publicação do parecer dos recursos referente a classificação preliminar e Gabarito Preliminar	27/03/2017	Pela internet no site: www.ameosc.org.br e www.guaraciaba.sc.gov.br A partir das 17 horas
Divulgação do Gabarito Oficial /Final	28/03/2017	Pela internet no site: www.ameosc.org.br e www.guaraciaba.sc.gov.br . A partir das 17 horas
Publicação da Classificação/Resultado Final	29/03/2017	A relação da classificação final por cargo será publicada nos sites: www.ameosc.org.br e www.guaraciaba.sc.gov.br e também no Mural Público da Prefeitura Municipal de Guaraciaba – SC.

ANEXO II

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2017

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO - NÍVEL SUPERIOR

I – LÍNGUA PORTUGUESA:

Compreensão e interpretação de frases, palavras ou textos; encontros vocálicos e consonantais; ortografia; acentuação gráfica; sinais de pontuação; emprego das classes de palavras; análise sintática; sinônimos; concordância nominal e verbal; regência nominal e verbal, crase;

colocação pronominal; classificação dos termos da oração; período composto por coordenação; período composto por subordinação.

II - MATEMÁTICA:

Números fracionários e operações. Sistema de medidas decimais. Unidades de comprimento. Medidas de área. Medidas de Volume. Regra de três: simples e composta. Juros: simples e composto. Porcentagem. Equações de 1º e 2º Graus. Logaritmos. Probabilidade. Progressão aritmética. Progressão geométrica. Probabilidades. Análise combinatória. Funções lineares e quadráticas. Interpretação de gráficos. Geometria plana e espacial. Resolução de problemas. Raciocínio Lógico.

III - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

MÉDICO - ESF:

Doenças do Aparelho Cardiovascular. Doenças do Aparelho Respiratório. Pneumonias. Transfusões de sangue e derivados. Doenças do Tecido Conjuntivo e Musculoesqueléticas. Afecções Doenças do Aparelho Digestivo. Doenças Renais e do Trato Urinário. Doenças Endócrinas e do Metabolismo. Doenças Hematológicas e Oncológicas. Doenças Neurológicas. Doenças Psiquiátricas. Doenças Infecciosas. Doenças Dermatológicas. Doenças Oculares. Doenças do Nariz, Ouvido e Garganta. Ginecologia e Obstetrícia. Doenças Reumatológicas. Saúde Pública: Planejamento e Gestão em Saúde; Conceitos de saúde pública e saúde coletiva; Políticas Nacionais de Saúde e Reformas do Estado; Sistema Único de Saúde; Educação em saúde; Promoção de Saúde; Vigilância e prioridades em saúde; Humanização da Assistência à Saúde; Ações e programas de saúde. Ações de atenção à saúde da criança, escolar, adolescente, mulher, homem, idoso. DST/AIDS, mental, tuberculose, hanseníase. Doenças de notificação compulsória. Imunizações. Atenção Básica - Saúde da Família. Estratégia de Saúde da família. Assistência domiciliar. Consciência, educação e boas práticas ambientais no serviço público. Ética Profissional. Constituição da República Federativa do Brasil - Com as Emendas Constitucionais - Dos Princípios Fundamentais - Art. 1º a 4º. Dos Direitos e Garantias Fundamentais - Art. 5º a 17. Da Organização do Estado - Art. 29 a 41. Da Organização dos Poderes - Art. 44 a 69. Da Ordem Social - Art. 193 a 204. Do Meio Ambiente - Art. 225. Da Família, da Criança, do Adolescente, do Jovem e do Idoso - 226 a 230. Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011. Regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 e alterações. Dispõe sobre as condições para a promoção e recuperação da saúde e dá outras providências. Código de Médico Clínico Geral Medicina Geral: Doenças do Aparelho Cardiovascular. Doenças do Aparelho Respiratório. Pneumonias. Transfusões de sangue e derivados. Doenças do Tecido Conjuntivo e Musculoesqueléticas. Afecções Doenças do Aparelho Digestivo. Doenças Renais e do Trato Urinário. Doenças Endócrinas e do Metabolismo. Doenças Hematológicas e Oncológicas. Doenças Neurológicas. Doenças Psiquiátricas. Doenças Infecciosas. Doenças Dermatológicas. Doenças Oculares. Doenças do Nariz, Ouvido e Garganta. Ginecologia e Obstetrícia. Doenças Reumatológicas. Saúde Pública: Planejamento e Gestão em Saúde; Conceitos de saúde pública e saúde coletiva; Políticas Nacionais de Saúde e Reformas do Estado; Sistema Único de Saúde; Educação em saúde; Promoção de Saúde; Vigilância e prioridades em saúde; Humanização da Assistência à Saúde; Ações e programas de saúde. Ações de atenção à saúde da criança, escolar, adolescente, mulher, homem, idoso. DST/AIDS, mental, tuberculose, hanseníase. Doenças de notificação compulsória. Imunizações. Consciência, educação e boas práticas Profissionais. Constituição da República Federativa do Brasil - Com as Emendas Constitucionais - Dos Princípios Fundamentais - Art. 1º a 4º. Dos Direitos e Garantias Fundamentais - Art. 5º a 17. Da Organização do Estado - Art. 29 a 41. Da Organização dos Poderes - Art. 44 a 69. Da Ordem Social - Art. 193 a 204. Do Meio Ambiente - Art. 225. Da Família, da Criança, do Adolescente, do Jovem e do Idoso - 226 a 230. Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011. Regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 e alterações. Dispõe sobre as condições para a promoção e recuperação da saúde e dá outras providências. Código de Ética Profissional.

NUTRICIONISTA:

Administração de serviços de alimentação: planejamento, organização, execução de cardápio e procedimentos desde compras, recepção, estocagem e distribuição de gêneros; saneamento e segurança na produção de alimentos; aspectos físicos; métodos de conservação; técnica de higienização da área física; equipamentos e utensílios. Técnica Dietética: conceito, classificação e composição química. Características organolépticas, seleção, conservação, Pré-preparo, preparo e distribuição dos alimentos. Higiene dos alimentos, parâmetros e critérios para o controle higiênico-sanitário. Nutrição Normal: conceito de alimentação e nutrição, critério e avaliação de dietas normais e especiais. Leis da alimentação. Nutrientes: definição, propriedades, biodisponibilidade, função, digestão, absorção, metabolismo, fontes alimentares e interação. Nutrição materno-infantil: crescimento e desenvolvimento em toda faixa etária. Gestação e lactação, nutrição do lactente e da criança de baixo peso. Desnutrição na infância. Organização, planejamento e gerenciamento do Lactário e Banco de Leite Humano. Nutrição em Saúde Pública: noção de epidemiologia das doenças nutricionais, infecciosas, má nutrição protéico-calórica, anemias e carências nutricionais. Vigilância nutricional. Atividades de nutrição em programas integrados de saúde pública. Avaliação nutricional. Epidemiologia da desnutrição protéico-calórica. Avaliação dos estados nutricionais nas diferentes faixas etárias. Dietoterapia: princípios básicos e cuidados nutricionais nas enfermidades e na 3ª idade e atividades do nutricionista na EMTN. Modificação da dieta normal e padronização hospitalar. Nutrição enteral: indicação, técnica de administração, preparo e distribuição. Seleção e classificação das fórmulas enterais e infantis. Ética profissional. Legislação do Sistema Único de Saúde - SUS. Organização dos serviços de saúde no Brasil: Sistema Único de Saúde - princípios e diretrizes; controle social. Indicadores de saúde. Sistema de notificação e de vigilância epidemiológica e sanitária. Endemias/epidemias: situação atual, medidas e controle de tratamento. Planejamento e programação local de saúde. Distritos sanitários e enfoque estratégico. Conhecimentos Gerais sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar. Políticas Públicas de Saúde: Bases de Estratégia da Saúde da Família (ESF); Segurança Alimentar e Nutricional (SAN); Controle Social em Saúde. Programa Nacional de Alimentação Escolar. Educação Alimentar e Nutricional: Objetivos e possibilidades de ação; Guias alimentares; Promoção e educação em saúde; Alimentação saudável; Hábitos e práticas alimentares. Avaliação Nutricional de coletividades: Vigilância Nutricional - SISVAN; Métodos e técnicas de avaliação do estado nutricional e consumo alimentar de populações; Determinantes socioculturais do estado nutricional do consumo de alimentos. Nutrição básica: Conceitos e propriedades; Nutrientes (definição, função, digestão, absorção, metabolismo, interação, biodisponibilidade e fontes alimentares). Nutrição humana nos ciclos de vida: Avaliação Nutricional (critérios e métodos); DRI's - Recomendações nutricionais; Crianças (Pré escolar e escolar); Adolescentes; Distúrbios do metabolismo (diabetes mellitus e obesidade); Distúrbios do trato digestório; Doenças cardiovasculares; Câncer; Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (SIDA/AIDS); Doenças hepáticas.

ODONTÓLOGO – ESF:

Conhecimentos básicos inerentes à área de atuação, do conjunto de atribuições do cargo, do serviço público e de servidores públicos municipais. Saúde, direito do cidadão e dever do Estado, na Constituição Federal, e na Lei Orgânica Municipal. SUS – Princípios, diretrizes e normatização (Leis 8.080 e 8.142/ 90). Cariologia. Doenças da polpa e dos tecidos periapicais. Distúrbios do desenvolvimento das estruturas bucais e parabucais. Tumores benignos e malignos da cavidade bucal. Tumores das glândulas salivares. Cistos e tumores de origem odontogênica. Alterações regressivas dos dentes. Infecções bacterianas, virais e micóticas. Disseminação das infecções bucais. Lesões físicas e químicas da cavidade bucal. Manifestações bucais das doenças metabólicas. Doenças do periodonto. Doenças dos nervos e músculos. Anestesiologia local e controle da dor. Técnicas de anestesia regional e local. Anatomia das regiões da cabeça e pescoço. Soluções anestésicas. Emergências no consultório. Flúor. Adesão aos tecidos dentários. Radiologia. Oclusão. Periodontia aplicada à dentística. Restaurações diretas e indiretas em dentes posteriores com resinas compostas. Restaurações diretas em dentes anteriores com resinas compostas. Lesões não cáries. Restaurações adesivas diretas. Facetas diretas com resinas compostas. Restaurações cerâmicas do tipo Inlay/Onlay. Facetas de porcelana. Restaurações de dentes tratados endodonticamente. Restaurações em dentes fraturados. Materiais odontológicos. Biocompatibilidade dos materiais dentários. Materiais de moldagem. Gesso. Resinas para restauração. Amálgama dental. Cimentos odontológicos. Cerâmicas odontológicas. Materiais de acabamento e polimento. Diagnóstico e plano de tratamento em clínica odontológica infantil. Dor em Odontopediatria. Tratamento nas lesões cáries em dentes decíduos. Terapia endodôntica em dentes decíduos. Desenvolvimento da oclusão. Cirurgia bucal pediátrica. Traumatismo em dentes anteriores. Selantes de fôssulas e fissuras. Doenças infecciosas de preocupação especial na Odontologia. Avaliação do paciente e proteção pessoal. Princípios de esterilização e desinfecção. AIDS e a prática odontológica. Controle da infecção cruzada na prática odontológica. Odontologia preventiva e social. Organização dos serviços de saúde no Brasil. Pacto pela Saúde. Planejamento, programação e Gestão em saúde. Política Nacional de Atenção Básica no SUS. Política Nacional de Humanização. Programa Brasil Sorridente e suas respectivas portarias. Promoção de Saúde. Sistema de referência e contra referência. Sistema Único de Saúde (Lei 8.080/1990, Lei 8.142/1990). Sistemas de informação em saúde. Plano de Gerenciamento de resíduos de serviços odontológicos. Prevenção e controle de riscos.

PROFESSOR II – NÍVEL I (HISTÓRIA):

Aprendizagem: Leitura / Escrita. Didática: Métodos, Técnicas, Livro Didático, Recursos / Material Didático. Processo Ensino - Aprendizagem: Avaliação, Recuperação. Planejamento de Aula: Habilidade - Objetivos à avaliação. Métodos e Processos no Ensino da Leitura. Instrumentos / Atividade Pedagógicas. Tendências Pedagógicas. Literatura: Paulo Freire, Cagliari, Piaget, Vygotsky. Educação em âmbito global. Atualidades. Lei do Sistema Municipal de Ensino. Estatuto da Criança e do Adolescente. LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação). Relacionamento: Professor x Aluno. Função e Papel da Escola. Metodologia de Ensino: História e conteúdo específico.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO - NÍVEL MÉDIO**I - LÍNGUA PORTUGUESA:**

Compreensão e interpretação de texto; coerência e coesão textual; ortografia; pontuação; acentuação gráfica; emprego da norma culta; classes de palavras: substantivo, artigo, adjetivo, numeral, verbo, pronome, advérbio, preposição, conjunção, interjeição; concordância nominal e verbal; regência nominal e verbal, crase; análise sintática.

II – MATEMÁTICA:

Operações fundamentais. Frações e Operações com frações. Expressões algébricas - Fatoração. Produtos notáveis. Regra de três simples e composta. Juros simples. Razão e proporção. Porcentagem. Teoria dos conjuntos. Sistema métrico decimal. Geometria Plana e espacial. Relações trigonométricas do triângulo retângulo. Equações e Funções do 1º e do 2º graus. Sistemas de equações. Sequências Numéricas. Resolução de Problemas. Análise de gráficos. Raciocínio Lógico.

III - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS:**TÉCNICO EM ENFERMAGEM ESF:**

Código de Ética em Enfermagem. Lei no 7.498, de 25 de junho de 1986. Decreto no 94.406, de 8 de junho de 1987. Central de material e esterilização. Procedimentos de enfermagem. Verificação de sinais vitais, oxigenoterapia e curativos. Biossegurança, Prevenção e Controle de Infecção Hospitalar. Administração de medicamentos. Coleta de materiais para exames. Atuação do técnico de enfermagem em situações de choque, parada cardíaco-respiratória. Assistência de Enfermagem no pré e pós operatório. Enfermagem em saúde pública. Política Nacional de Imunização. Controle de doenças transmissíveis, não transmissíveis e sexualmente transmissíveis. Atendimento aos pacientes com hipertensão arterial, diabetes, doenças cardiovasculares, obesidade, doença renal crônica, hanseníase, tuberculose, dengue e doenças de notificações compulsórias. Programa de assistência integrada à saúde da criança, mulher, homem, adolescente e idoso. Conduta ética dos profissionais da área de saúde. Princípios gerais de segurança no trabalho. Prevenção e causas dos acidentes do trabalho. Princípios de ergonomia no trabalho. Códigos e símbolos específicos de Saúde e Segurança no Trabalho.

AUXILIAR DE CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO ESF:

Recepção do Paciente: ficha clínica e organização de arquivo; Odontologia preventiva; Higiene dentária. Anatomia da cavidade bucal. Anatomia dental. Atribuições da equipe de saúde bucal no programa de saúde da família. Atribuições de pessoal auxiliar em odontologia (Lei 11.889/2008). Biossegurança, controle de infecção, prevenção e controle de riscos. Cárie dentária/cariologia. Dentição humana. Dieta, nutrição, saúde bucal. Doenças periodontais. Doenças transmissíveis e não transmissíveis. Técnicas de escovação supervisionada. Epidemiologia. Equipamento, material e instrumental de uso odontológico. Ergonomia, riscos ocupacionais. Ética. Fluoretos. Identificação dos dentes. Ficha clínica. Imunidade, resistência, seres vivos. Lei Estadual, Municipal de SC referente à saúde bucal. Periodontia, doenças periodontais. Prevenção das doenças bucais. Radiologia odontológica, processamento filme radiográfico. Saúde Pública: História das Políticas de Saúde no Brasil. Educação em Saúde. Financiamento e participação social no SUS. Modelos de atenção e cuidados em saúde. Níveis de prevenção, de atenção e de aplicação. Organização dos serviços de saúde no Brasil. Pacto pela Saúde. Planejamento, programação e Gestão em saúde. Política Nacional de Atenção Básica no SUS. Política Nacional de Humanização. Programa Brasil Sorridente e suas respectivas portarias. Promoção de Saúde. Sistema de referência e contra referência. Sistema Único de Saúde (Lei 8.080/1990, Lei 8.142/1990). Sistemas de informação em saúde. Plano de Gerenciamento de resíduos de serviços odontológicos. Prevenção e controle de riscos.

VIGILANTE SANITÁRIO E AMBIENTAL:

Processo Saúde-Doença. Coeficientes avaliadores de saúde. Epidemiologia descritiva e metodologia epidemiológica. Endemia e epidemia. Sistema de Vigilância Epidemiológica e sua ação no controle de doenças. Doenças transmissíveis e modos de transmissão Saúde materno-infantil. Programas de imunização. Eficácia de vacinas. Saneamento do meio ambiente. Saúde e Nutrição. Biossegurança. Vigilância sanitária Sistema único de saúde. Consciência local e global relativas ao meio ambiente e a sua proteção e melhoria. Relação entre meio ambiente e a realidade cotidiana. Compreensão dos problemas ambientais que afetam a vida da comunidade, do município, do estado, do país e do planeta. Relação entre as questões políticas, econômicas e sociais e as questões ambientais. Atribuições da Vigilância Sanitária. Conceito: área de abrangência, instrumento de Atuação, o poder de polícia, emissão de autos e documentos legais, fiscalização e inspeção sanitária. Vistorias Alimento: manipulação, armazenamento, transporte, saúde do trabalhador e edificações. Legislação municipal. Doenças Transmissíveis por alimentos; Noções sobre Intoxicação por Agrotóxicos; Alimento: manipulação, armazenamento e transporte; saúde do trabalhador; normas federais constituição brasileira de 1988; Título I; Título II; Título III; Cap. VII, Seção I e II; Título VIII; Cap. II, Seção II e Cap. VI; lei 8.080/90; lei 9.782/99 e med. prov. 2.190□34 de 23 de agosto de 2001. Normas estaduais: lei 6.320/83;

ORIENTADOR SOCIAL:

Conceitos gerais: ética, redução de danos, democracia, rede social, direitos sociais, seguridade social, cidadania, Educação em saúde, Proteção Social, violência social. Noções Básicas sobre as Relações Humanas. Os conselhos de direito: da criança e do adolescente, da saúde, da educação e da assistência social. A importância da participação popular na garantia dos direitos sociais. Fundamentos éticos, legais, teóricos e metodológicos do trabalho com famílias. Dinâmica Familiar: noções básicas. A importância da família no convívio social e na proteção social da criança e do adolescente. Trabalho com grupos. A importância da rede socioassistencial, da busca ativa e trabalho em equipe. Legislação: Constituição Federal de 1988; Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS/1993; Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA/1990; Lei de Diretrizes e Bases da Educação; Política Nacional de Assistência Social - PNAS/2004; Política Nacional do Idoso - PNI/1994; Estatuto do Idoso; Política Nacional de Integração da Pessoa com Deficiência/ 1989; Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem: Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005, pela Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008 e o decreto nº 6.629, de 4 de novembro de 2008.

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE:

Lei Orgânica do Município. Sistema Único de Saúde. Lei Orgânica da Saúde – Lei nº 8.080/1990 que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Lei nº 8.142/1990 - Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Portaria nº 2.488/2011 – Revisão das Diretrizes e Normas para a Organização da Atenção Básica para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e Programa Agentes Comunitários de Saúde (PACS). Lei nº 11.350, de 5 de Outubro de 2006. Programa Estratégia Saúde da Família – ESF. Sistemas Nacionais de Informação (SINAN, SISVAN, SINASC, SIAB). Vigilância em saúde (vigilância sanitária, epidemiológica e ambiental). Política Nacional de Promoção Da Saúde. Calendário Básico de Vacinação da criança, adolescente, adultos e idoso. Aleitamento materno. Doenças transmissíveis: vetores, vias de transmissão, sintomas, cuidados e tratamento. O Agente comunitário inserido nos Programas Ministeriais de Saúde: Tuberculose, Hipertensão, Diabetes, DST/AIDS. Atenção à saúde da mulher, da criança e do recém-nascido (RN), do adolescente, do homem e do idoso. Pré-Natal. Parto e Nascimento Humanizado, Puerpério. Aleitamento materno Normas de biossegurança. Humanização e ética na atenção à saúde. Doenças de notificação compulsória. Educação em saúde e acolhimento na Estratégia Saúde da Família. Competências e habilidades do Agente Comunitário de Saúde. Noções Básicas de informática.

FISCAL SANITÁRIO:

Noções de saúde pública e saneamento básico; doenças infectocontagiosas, noções básicas e medidas profilaxia das doenças. Doenças de notificação compulsória. Investigação Epidemiológica de Casos e Epidemias. Fiscalização de locais públicos e particulares quanto aos aspectos de higiene nos alimentos, bebidas e instalações físicas. Edificações e Instalações, área externa, pisos, tetos, paredes e divisórias, portas e janelas. Temperatura, validade e condições dos alimentos. Qualidade higiênico-sanitária dos produtos alimentícios e dos estabelecimentos que os comercializam. Doenças veiculadas por alimentos (DVA). Limpeza e sanitização das instalações, iluminação, ventilação, avaliação dos manipuladores - vestuário, asseio pessoal, hábitos higiênicos. Fluxo de produção: matéria-prima e insumos, manipulação dos alimentos, embalagens e rotulagens, armazenamento e transporte do produto final. Vigilância Epidemiológica: controle de doenças e agravos ocasionados por vetores de veiculação hídrica; investigação e controle de surtos e epidemias e controle de zoonoses e animais peçonhentos. Higienização e limpeza de máquinas e equipamentos. Higiene, profilaxia e política sanitária. Armazenagem, transporte, tratamento e disposição final de resíduos sólidos e resíduos líquidos. Saneamento comunitário, emprego e normas da ANVISA. Noções de Vigilância Epidemiológica e imunizações. Medida Provisória 1.814, de 26/02/99 e suas atualizações. Lei 9.677, de 02/07/98 e suas atualizações. Norma Operacional Básica do SUS 01/1996 e suas atualizações. Lei 8.080, de 19/09/90 e suas atualizações. Lei 6.437, de 20/08/77 e suas atualizações. Legislação federal e estadual sobre vigilância sanitária.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO - NÍVEL FUNDAMENTAL**I – LÍNGUA PORTUGUESA:**

Compreensão e interpretação de texto; coerência e coesão textual; ortografia; pontuação; acentuação gráfica; emprego da norma culta; classes de palavras: substantivo, artigo, adjetivo, numeral, verbo, pronome, advérbio, preposição, conjunção, interjeição; concordância nominal e verbal; regência nominal e verbal, crase; análise sintática.

II – MATEMÁTICA:

Operações fundamentais. Frações e Operações com frações. Regra de três simples. Juros simples. Razão e proporção. Unidades de comprimento, área e volume. Porcentagem. Geometria Plana. Sistema de equações. Resolução de Problemas. Raciocínio Lógico.

III - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**MECÂNICO:**

Comportamento no ambiente de trabalho. Organização do local de trabalho. Noções básicas de mecânica de veículos e máquinas.

Funcionamento dos principais componentes de um motor à combustão. Montagem e desmontagem das principais peças que compõem um motor à combustão. Parte elétrica de veículos. Sistema de suspensão e frenagem de veículos leves e pesados. Noções de segurança do trabalho: acidentes do trabalho, conceitos, causas e prevenção.

ANEXO III

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2017

ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

MÉDICO - ESF:

- Prestar assistência integral aos indivíduos sob sua responsabilidade; realizar assistência integral (promoção e proteção da saúde, prevenção de agravos, diagnóstico, tratamento, reabilitação e manutenção da saúde) aos indivíduos e famílias em todas as fases do desenvolvimento humano: infância, adolescência, idade adulta e terceira idade;
 - Realizar consultas clínicas e procedimentos na USF e, quando indicado ou necessário, no domicílio e/ou nos demais espaços comunitários (escolas, associações etc);
 - Realizar atividades de demanda espontânea e programada em clínica médica, pediatria, ginecoobstetrícia, cirurgias ambulatoriais, pequenas urgências clínico- cirúrgicas e procedimentos para fins de diagnósticos;
 - Encaminhar, quando necessário, usuários a serviços de média e alta complexidade, respeitando fluxos de referência e contra-referência locais, mantendo sua responsabilidade pelo acompanhamento do plano terapêutico do usuário, proposto pela referência;
 - Indicar a necessidade de internação hospitalar ou domiciliar, mantendo a responsabilização pelo acompanhamento do usuário;
 - Valorizar a relação médico-paciente e médico-família como parte de um processo terapêutico e de confiança;
 - Oportunizar os contatos com indivíduos sadios ou doentes, visando abordar os aspectos preventivos e de educação sanitária;
 - Empenhar-se em manter os usuários do sistema de saúde saudáveis e que venham as consultas;
 - Executar ações básicas de vigilância epidemiológica e sanitária;
 - Executar as ações de assistência nas áreas de atenção à criança, ao adolescente, à mulher, ao trabalhador, ao adulto e aos idosos, realizando também atendimentos de primeiros cuidados nas urgências e pequenas cirurgias ambulatoriais, entre outros;
 - Participar do processo de programação e planejamento das ações e da organização do
 - Processo de trabalho das unidades de saúde da família;
 - Realizar atendimento ambulatorial;
 - Participar dos programas de atendimento às populações atingidas por calamidades públicas;
 - Integrar-se com execução dos trabalhos de vacinação e saneamento;
 - Realizar estudos e inquéritos sobre os níveis de saúde das comunidades e sugerir medidas
 - Destinadas à solução dos problemas levantados;
 - Participar da elaboração e execução dos programas de erradicação e controle de endemias na área respectiva;
 - Participar das atividades de apoio médico-sanitário das unidades de saúde da secretaria da municipal de saúde;
 - Emitir laudos e pareceres, quando solicitado;
 - Participar de eventos que visem seu aprimoramento técnico-científico e que atendem os interesses da instituição;
 - Executar trabalhos relativos à regulação de encaminhamentos em geral;
 - Fornecer dados estatísticos de suas atividades;
 - Participar de treinamento para pessoal de nível auxiliar médio e superior, ACS, Auxiliares de Enfermagem, ACD e THD
 - Proceder a notificação das doenças compulsórias a autoridade sanitária local;
 - Prestar à clientela assistência médica especializada, através de:
 - Diagnóstico tratamento e prevenção de moléstias;
 - Educação sanitária;
 - Opinar a respeito da aquisição de aparelhos, equipamentos e materiais a serem utilizados no desenvolvimento de serviços relacionados a sua especialidade;
 - Dirigir veículos oficiais, desde que, para o desempenho das funções e atribuições principais do cargo;
- Desempenhar outras atividades afins;

NUTRICIONISTA:

- Conhecer e estimular a produção e o consumo dos alimentos saudáveis produzidos regionalmente;
- Promover a articulação intersetorial para viabilizar o cultivo de hortas e pomares comunitários;
- Capacitar Equipes ESF e participar de ações vinculadas aos programas de controle e prevenção dos distúrbios nutricionais como carência por nutrientes, sobrepeso, obesidade, doenças crônicas não transmissíveis e desnutrição;
- Elaborar em conjunto com as Equipes ESF, rotinas de atenção nutricional e atendimento para doenças relacionadas à alimentação e Nutrição, de acordo com protocolos de atenção básica, organizando a referência e a contra referência do atendimento;
- Desenvolver ações de promoção e proteção à saúde em conjunto com as Equipes ESF incluindo aspectos nutricionais da comunidade, como consciência e cuidados com a higiene e hábitos alimentares, com vistas ao autocuidado;
- Desenvolver ações conjuntas com as Equipes ESF visando ao acompanhamento das crianças que apresentam risco para alterações no desenvolvimento;
- Realizar, em conjunto com as Equipes ESF, discussões e condutas nutricionais conjuntas e complementares;
- Manter atualizado o prontuário de casos estudados;
- Participar, dentro de sua especialidade, de equipes multidisciplinares e programas de ação comunitária visando a construção de uma ação integrada;
- Zelar pela ordem e manutenção de boas condições higiênicas, observando e analisando o ambiente interno, orientando e supervisionando os funcionários e providenciando medidas adequadas para solucionar os problemas pertinentes, para oferecer alimentação sadia e o aproveitamento das sobras de alimento;
- Planejar e ministrar cursos de educação alimentar;

- Prescrever suplementos nutricionais necessários à complementação da dieta;
- Dirigir veículos oficiais, desde que, para o desempenho das funções e atribuições principais do cargo;
- Executar tarefas afins, inclusive as editadas no respectivo regulamento da profissão;
- Atender a solicitações, demandas e cronogramas estabelecidos, em sua área, pelo responsável hierárquico;
- Realizar atendimento clínico individualizado;
- Triagem hospitalar para encaminhamento específico;
- Atendimento hospitalar quando requisitado;
- Realizar visitas domiciliares para pacientes que fazem uso de sonda gastrointestinal orientando quanto a manipulação de dietas enterais.

ODONTÓLOGO – ESF:

- Executar rotinas técnicas de trabalho e procedimentos inerentes à atividade do cirurgião dentista; exames clínicos, radiológicos; diagnósticos e prognósticos; tratamento preventivo básico e ortodôntico; tratamento curativo; anamneses; prescrições de remédios; encaminhamentos e demais atividade correlatas à atribuição funcional;
 - Realizar os procedimentos clínicos definidos nas normas operacionais básicas do sistema único de saúde e demais normativas vigentes no que tange a esta atribuição funcional;
 - Realizar o tratamento integral, no âmbito da atenção básica para a população adstrita;
 - Encaminhar e orientar os usuários que apresentam problemas complexos a outros níveis de assistência, assegurando seu acompanhamento;
 - Realizar atendimentos de primeiros cuidados nas urgências;
 - Prescrever medicamentos e outras orientações na conformidade dos diagnósticos efetuados;
 - Emitir laudos, pareceres e atestados sobre assuntos de sua competência;
 - Executar rotinas administrativas de apoio; controle de material odontológico; controle de informações; orientação de pessoal auxiliar; conservação de bens e imóveis;
 - Propor e ou participar de ações dentro de princípios de odontologia integral, visando à proteção e recuperação do indivíduo no seu contexto social; através de participação em equipes multidisciplinares;
 - Desenvolvimento e participação ativa em programas e técnicas desenvolvidas no Município na área de odontologia;
 - Vigilância sanitária e epidemiológica em odontologia;
 - Executar as ações de assistência integral, aliado à atuação clínica à saúde coletiva, assistindo as famílias, indivíduos ou grupo específicos, de acordo com planejamento local;
 - Coordenar ações coletivas voltadas para promoção e prevenção em saúde bucal;
 - Programar e supervisionar o fornecimento de insumos para as ações coletivas;
 - Capacitar as equipes de saúde da família no que se refere às ações educativas e preventivas em saúde bucal;
 - Supervisionar o trabalho desenvolvido pelo THD e o ACD;
 - Atender a solicitações, demandas e cronogramas estabelecidos, em sua área, pelo responsável hierárquico;
 - Desenvolver ações educativas de promoção à saúde da equipe profissional e da comunidade em geral;
 - Requisitar ao órgão competente todo o material necessário;
 - Prestar assistência odontológica curativa, priorizando o grupo materno-infantil;
 - Prestar assistência odontológica nas Unidades de Ensino dentro da filosofia do sistema incremental;
 - Coordenar e participar da assistência prestada às comunidades em situações de emergência e calamidades;
 - Promover o incremento e atualização de outras medidas e métodos preventivos e de controle;
 - Propor e participar da definição e execução da política de desenvolvimento de recursos humanos;
 - Realizar e participar de estudos e pesquisas direcionadas à área de saúde bucal;
 - Apresentar propostas de modernização de procedimentos, objetivando maior dinamização dos trabalhos na sua área de atuação;
 - Dirigir veículos oficiais, desde que, para o desempenho das funções e atribuições principais do cargo.
- Cumprir e fazer cumprir as determinações dos entes governamentais no âmbito dos programas específicos;

PROFESSOR II – NÍVEL I (HISTÓRIA):

- Seguir as diretrizes educacionais do estabelecimento e da Secretaria Municipal de Educação, comprometendo-se não apenas a aceitá-las, mas também a integrar sua ação pedagógica na consecução dos fins e objetivos;
- Executar o trabalho diário de forma a se vivenciar um clima de respeito mútuo e de relações que conduzam à aprendizagem;
- Elaborar programas, planos de curso e planos de aula no que for de sua competência, de conformidade com as diretrizes metodológicas da Escola e com a legislação pertinente;
- Zelar pela aprendizagem e avaliar o desempenho dos alunos, atribuindo-lhes notas ou conceitos nos prazos fixados;
- Cooperar com os Serviços de Orientação Educacional e Supervisão Escolar, no que lhe competir;
- Promover experiências de ensino-aprendizagem diversificadas para atender diferenças individuais;
- Colaborar e comparecer pontualmente às aulas, festividades, reuniões pedagógicas, conselho de classe, atividades extraclasse, treinamentos, palestras e outras promoções;
- Zelar pela disciplina dentro e fora da sala de aula;
- Realizar com clareza, precisão e presteza, toda escrituração referente à execução da programação, frequência e aproveitamento dos alunos;
- Zelar pela conservação dos bens materiais e da integridade da Escola;
- Acompanhar o desenvolvimento dos alunos e comunicar as ocorrências à Direção ou ao Serviço de Orientação Educacional;
- Executar as normas estabelecidas no Regimento Escolar, nas diretrizes emanadas dos órgãos superiores e na legislação federal, estadual e municipal pertinente;
- Participar da elaboração da proposta pedagógica da escola;
- Estabelecer e implantar estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;
- Ministrando as aulas letivas e horas-aula estabelecidas;
- Participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;
- Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade;

- Desempenhar as demais tarefas indispensáveis ao atendimento dos fins educacionais da escola e ao processo de ensino-aprendizagem.
 - Atender a solicitações, demandas e cronogramas estabelecidos, em sua área, pelo responsável hierárquico;
- Dirigir veículos oficiais, desde que, para o desempenho das funções e atribuições principais do cargo.

TÉCNICO EM ENFERMAGEM ESF:

- Realizar os serviços técnicos de enfermagem e assegurar o atendimento da população, em conformidade com as regras que regulamentam o exercício de sua profissão, editadas pelo Conselho Regional e Federal de Enfermagem e demais normas vigentes;
 - Fazer curativos, aplicar injeções e outros medicamentos, de acordo com as orientações prescrição médica e de enfermagem médicas recebidas;
 - Verificar sinais vitais de pessoas e pacientes e registrá-los nos prontuários;
 - Efetuar a coleta de materiais para exames laboratoriais e intervenção cirúrgica;
 - Auxiliar as pessoas e pacientes em sua higiene pessoal, movimentação e alimentação;
 - Auxiliar nos cuidados "post mortem";
 - Registrar todas as ocorrências em relação a pacientes e doentes;
 - Prestar cuidados especiais aos pacientes em isolamento;
 - Preparar e esterilizar material, instrumental, equipamentos e ambientes de trabalho, obedecendo às prescrições médicas;
 - Zelar pela conservação e higiene de instrumental utilizado;
 - Ajudar no transporte de doentes;
 - Zelar pela higiene e evitar infecções ou contaminações;
 - Zelar pela segurança de pertences de pacientes, antes de encaminhamento de exames, deslocamentos, tratamentos e outros e zelar pela segurança e bem estar desses pacientes;
 - Envidar todos os esforços para amenizar sofrimentos e dores, sempre de acordo com as recomendações médicas;
 - Desenvolver atividades de apoio nos consultórios médicos, salas de cirurgia, quartos ou locais de tratamento de pacientes;
 - Participar das atividades de assistência básica realizando procedimentos regulamentados no exercício de sua profissão na USF e, quando indicado ou necessário, no domicílio e/ou nos demais espaços comunitários (escolas, associações etc);
 - Desenvolver trabalhos de conscientização e prevenção de doenças a participar de todos os eventos relacionados à saúde pública do Município;
 - Realizar ações de educação em saúde a grupos específicos e a famílias em situação de risco, conforme planejamento da equipe;
 - Auxiliar nos socorros de emergência;
 - Conferir o material cirúrgico e operar o equipamento de esterilização;
 - Fazer asseios nos pacientes e colher material para exame de laboratórios;
 - Administrar a medicação prescrita, fazer curativos e controlar os sinais vitais;
 - Executar tratamentos diversos como: lavagens, sondagens, nebulizações, aspirações etc;
 - Fazer anotações no prontuário das observações e cuidados prestados;
 - Atender ao público e cumprir normas em geral;
 - Auxiliar ao médico durante a realização de exames e tratamentos;
 - Auxiliar nas intervenções cirúrgicas e testar instrumentos cirúrgicos eletrônicos;
 - Retirar, lavar, secar, lubrificar todo material cirúrgico;
 - Executar outras tarefas de mesma natureza ou nível de complexidade associado à sua especialidade ou ambiente;
 - Preencher boletins, diários, fichas, prontuários e demais relatórios que visam o controle e acompanhamento do indivíduo sobre sua responsabilidade;
 - Realizar todos os demais trabalhos relacionados à sua profissão, de acordo com o regulamento dos Conselhos Regional e Federal de Enfermagem, com zelo e dedicação, visando a melhoria da saúde pública;
 - Atender a solicitações, demandas e cronogramas estabelecidos, em sua área, pelo responsável hierárquico;
 - Trabalhar em conformidade às boas práticas, normas e procedimentos de biossegurança;
 - Desenvolver, com os Agentes Comunitários de Saúde, atividades de identificação das famílias de risco;
 - Contribuir, quando solicitado, com o trabalho dos Agentes Comunitários de Saúde nas visitas domiciliares;
 - Acompanhar as consultas de enfermagem dos indivíduos expostos às situações de risco, visando garantir uma melhor monitoria de suas condições de saúde;
 - Executar, segundo sua qualificação profissional, os procedimentos de vigilância sanitária e epidemiológica nas áreas de atenção à criança, à mulher, ao adolescente, ao trabalhador e ao idoso, bem como no controle da tuberculose, hanseníase, doenças crônico-degenerativas e infectocontagiosas;
 - Participar da discussão e organização do processo de trabalho da unidade de saúde;
 - Participar do gerenciamento dos insumos necessários para o adequado funcionamento da USF;
 - Dirigir veículos oficiais, desde que, para o desempenho das funções e atribuições principais do cargo;
- Executar demais atividades correlatas.

AUXILIAR DE CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO ESF:

- Recepcionar as pessoas no consultório dentário, procurando identificá-las e averiguar suas necessidades, para prestar informações, receber recados ou encaminhá-las ao cirurgião dentista e executar tarefas auxiliares ao trabalho do cirurgião dentista, visando a agilização dos serviços;
- Efetuar o controle da agenda de consultas, verificando horários e disponibilidade dos profissionais;
- Receber os pacientes com horário previamente marcados, procurando identificá-los averiguando as necessidades e o histórico dos mesmos;
- Auxiliar o profissional, no atendimento aos pacientes, em tarefas tais como: segurar o sugador de saliva, fazer o afastamento lingual e alcançar materiais e instrumentos odontológicos;
- Fazer a manipulação de material provisório e definitivo usado para restauração dentária;
- Preparar o material anestésico, de sutura, polimento, bem como procede a troca de brocas;
- Preencher com dados necessários a ficha clínica do paciente, após o exame clínico ter sido realizado pelo dentista;

- Fazer a separação do material e instrumentos clínicos em bandejas para ser utilizado pelo profissional;
 - Zelar pela boa manutenção de equipamentos e peças;
 - Preparar, acondiciona e esteriliza materiais e equipamentos utilizados;
 - Colaborar com limpeza e organização do local de trabalho;
 - Executar outras atividades correlatas ao cargo e/ou determinadas pelo superior imediato.
 - Atender a solicitações, demandas e cronogramas estabelecidos, em sua área, pelo responsável hierárquico;
 - Cumprir os protocolos e determinações da ANVISA e da Vigilância Sanitária Estadual.
- Dirigir veículos oficiais, desde que, para o desempenho das funções e atribuições principais do cargo;

VIGILANTE SANITÁRIO E AMBIENTAL:

- Cumprir os protocolos e determinações da ANVISA e da Vigilância Sanitária Estadual;
 - Expansão do conhecimento sobre as questões de Saúde Ambiental, buscando o desenvolvimento no setor técnico e na população, uma consciência crítica e responsável sobre a gravidade e importância das relações homem/meio ambiente;
 - Participação intersetorial em discussões de projetos propostas e problemas relacionados às questões ambientais;
 - Avaliação, análise e coleta da Água para Consumo Humano (Água de Abastecimento Público: Análise laboratorial e Inspeções nas Estações de Tratamento de Água) e Água de Fontes Alternativas :poços, nascentes e caminhões transportadores de água potável;
 - Desenvolver atividades educativas e de orientação sobre saúde e meio ambiente junto aos munícipes, através do trabalho casa a casa em escolas, indústrias, comércio, centros comunitários, igrejas e outros;
 - Desenvolver atividades lúdicas e de comunicação como teatros, jogos, palestras, músicas, distribuição de material, afixação de cartazes e faixas, participação em eventos e outras atividades correlatas;
 - Ações de intervenção ao meio ambiente para minimizar o risco à saúde como: retirada e condicionamentos correto de material passível de ser criadouro de vetores, aplicação de produtos químicos, produtos biológicos e alternativos.
 - Preenchimento de planilhas, relatórios e digitação em sistemas relacionados à vigilância ambiental;
 - Pesquisa, inquéritos, investigação epidemiológica, participação em campanhas;
 - Apoio logístico: transporte, montagem e desmontagem de barracas, equipamentos e adequação e organização do espaço físico para eventos;
 - Vistoria e elaboração de relatórios;
 - Elaboração de mapas;
 - Preenchimento de notificações;
 - Auxiliar na preparação de eventos (cafés, limpeza, montagem de mesa e etc.);
 - Colaborar com limpeza e organização do local de trabalho;
 - Executar outras atividades correlatas ao cargo e/ou determinadas pelo superior imediato.
 - Atender a solicitações, demandas e cronogramas estabelecidos, em sua área, pelo responsável hierárquico;
 - Cumprir os protocolos e determinações da ANVISA e da Vigilância Sanitária Estadual.
- Dirigir veículos oficiais, desde que, para o desempenho das funções e atribuições principais do cargo;

FISCAL SANITÁRIO:

- Fiscalizar atividades relacionadas à controle e policiamento sanitário das atividades de particulares e órgãos públicos, estabelecimentos comerciais e industriais, controlando as condições de saneamento básico e vigilância sanitária, fazendo-o de acordo com a legislação vigente;
- Coordenar ou assegurar a inspeção de fábricas de laticínios, massas, conservas ou de outros tipos de produtos alimentícios, como armazéns, restaurantes, lanchonetes e estabelecimentos similares, verificando as condições sanitárias dos seus interiores, limpeza do equipamento, refrigeração, suprimento de água, instalações sanitárias e condições de asseio e saúde dos que manipulam alimentos, para assegurar as condições necessárias à produção e distribuição de alimentos sadios e de boa qualidade;
- Proceder à inspeção de imóveis novos ou reformados, antes de ser habitados, verificando as condições sanitárias dos seus interiores, a existência de dispositivos para escoamento das águas fluviáveis e o estado de conservação das paredes, telhados, portas e janelas, para opinar sobre habite-se;
- Coordenar as atividades de fiscalização sanitária do município;
- Realizar cursos de ensinamentos visando demonstrar a importância da fiscalização sanitária;
- Atuar na área de vigilância sanitária em geral, no cumprimento dos regulamentos municipais, estaduais e federais;
- Prestar assistência aos munícipes e estabelecimentos comerciais quanto as normas de vigilância e saúde ambiental;
- Executar todas as atividades inerentes ao cargo, no cumprimento dos preceitos legais;
- Preparar as amostras de alimento e água para análise;
- Auxiliar o bioquímico no encaminhamento e arquivo de laudos de análise de alimentos;
- Acompanhar e auxiliar o Veterinário em Inspeções nos Abatedouros.
- Monitorar as atividades de industrialização e comercialização de produtos alimentícios, a imóveis recém-construídos ou reformados visando proteger a saúde da coletividade;
- Identificar problemas na área sanitária, submetendo-os à análise técnica para posterior comunicação e integração com órgãos responsáveis pelas ações subsequentes;
- Verificar projetos e seu licenciamento de acordo com a legislação e especificações técnicas vigentes, notificando, embargando e autuando as irregularidades;
- Orientar a comunidade, técnica e legalmente, na execução de projetos de sistemas individuais de abastecimento de água, coleta de esgoto sanitário e de lixo, visando a adequação dos recursos à proteção ambiental e à melhoria dos padrões de saúde da população;
- Orientar a observação clínica de animais, anotando e coletando materiais para exames;
- Supervisionar e coletar amostras de água, alimentos e medicamentos de acordo com as normas ou rotinas preestabelecidas;
- Detectar irregularidades quanto à saúde ocupacional e outras que afetam a saúde;
- Participar de atividades que visem a saúde comunitária;
- Fiscalizar aterros, nascentes, drenagens e condução de líquidos percolados, drenagens para gases, compactação e cobertura de lixo com material argiloso, processos de reciclagem de lixo em usinas, incineração e operações de vala séptica controlada para o lixo hospitalar, objetivando o cumprimento das normas para defesa ambiental;

- Acompanhar e fiscalizar os serviços de limpeza urbana pública, serviços de valas, drenagem de águas pluviais, execução de aterros de ruas, verificando o sistema de nascentes, drenagem e águas;
 - Dirigir veículos leves e inspecionar estabelecimentos de ensino e órgãos públicos;
 - Efetuar comunicações, intimações e interdições decorrentes de seu trabalho;
 - Atender a solicitações, demandas e cronogramas estabelecidos, em sua área, pelo responsável hierárquico;
 - Cumprir os protocolos e determinações da ANVISA e da Vigilância Sanitária Estadual.
- Dirigir veículos oficiais, desde que, para o desempenho das funções e atribuições principais do cargo;

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE:

- Desenvolver e executar ações de prevenção e promoção da Saúde, por meio das ações educativas e coletivas, preferencialmente nos domicílios e na comunidade, sob supervisão competente, cumprindo as condicionalidades estabelecidas pelos programas dos entes federativos;
- Realizar mapeamento de sua área;
- Cadastrar as famílias e atualizar permanentemente esse cadastro;
- Preencher os relatórios indispensáveis de controle, de acordo com o exigido pelo Programa Estratégia Saúde da Família;
- Identificar indivíduos e famílias expostos a situações de risco e áreas de risco, comunicando às ESF;
- Orientar as famílias para utilização adequada dos serviços de saúde, encaminhando-as e até agendando consultas, exames e atendimento odontológico, quando necessário;
- Realizar ações e atividades, no nível de suas competências, na áreas prioritárias da Atenção Básicas de acordo com as políticas existentes e conforme orientação dos responsáveis da área;
- Realizar, por meio da visita domiciliar, acompanhamento mensal de todas as famílias sob sua responsabilidade;
- Estar sempre bem informado, e informar aos demais membros da equipe, sobre a situação das famílias acompanhadas, particularmente aquelas em situações de risco;
- Desenvolver ações de educação e vigilância à saúde, com ênfase na promoção da saúde e na prevenção de doenças;
- Promover a educação e a mobilização comunitária, visando desenvolver ações coletivas de saneamento e melhoria do meio ambiente, entre outras;
- Traduzir para a Secretaria de Saúde a dinâmica social da comunidade, suas necessidades, potencialidades e limites;
- Identificar parceiros e recursos existentes na comunidade que possam ser potencializados pela equipe;
- Atender a solicitações, demandas e cronogramas estabelecidos, em sua área, pelo responsável hierárquico;
- Trabalhar com o registro de famílias em base geográfica definida, a micro área;
- Acompanhar mensalmente, por meio de visita domiciliar, todas as famílias e indivíduos sob sua responsabilidade, de acordo com as necessidades definidas pela equipe;
- Participar no processo de programação e planejamento local das ações relativas ao território de abrangência da Unidade de Saúde da Família, com vistas a superação dos problemas identificados;
- Participar de ações Inter setoriais, com a vigilância sanitária, epidemiológica e ambiental a fim de desenvolver ações de saúde, prevenção e monitoramento;
- Dirigir veículos oficiais, desde que, para o desempenho das funções e atribuições principais do cargo;
- Executar demais atividades correlatas

Nota: É permitido ao ACS desenvolver atividades nas unidades básicas de saúde, desde que vinculadas às atribuições acima.

ORIENTADOR SOCIAL:

- Mediar os processos grupais do Serviço;
 - Participar de atividades de planejamento, sistematizar e avaliar o Serviço, juntamente com a equipe de trabalho responsável pela execução;
 - Atuar como referência para crianças/adolescentes e para os demais profissionais que desenvolvem atividades com o Grupo sob sua responsabilidade;
 - Registrar a frequência e as ações desenvolvidas, e encaminhar mensalmente as informações para o profissional de referência do CRAS;
 - Organizar e facilitar situações estruturadas de aprendizagem e de convívio social, explorando e desenvolvendo temas e conteúdo do Serviço;
 - Desenvolver oficinas esportivas, culturais e de lazer, em caso de habilidade para tal;
 - Identificar e encaminhar famílias para o técnico da equipe de referência do CRAS;
 - Participar de atividades de capacitação da equipe de trabalho responsável pela execução do Serviço;
 - Identificar o perfil dos usuários e acompanhar a sua evolução nas atividades desenvolvidas;
 - Informar ao técnico da equipe de referência a identificação de contextos familiares e informações quanto ao desenvolvimento dos usuários em seus múltiplos aspectos (emotivos, de atitudes etc.);
 - Coordenar o desenvolvimento das atividades realizadas com os usuários;
 - Manter arquivo físico da documentação do(s) Grupo(s), incluindo os formulários de registro das atividades e de acompanhamento dos usuários.
 - Atender a solicitações, demandas e cronogramas estabelecidos, em sua área, pelo responsável hierárquico;
 - Apresentar relatório de suas atividades;
 - Dirigir veículos oficiais, desde que, para o desempenho das funções e atribuições principais do cargo;
 - Representatividade nos conselhos que se fizer necessário;
- Desempenhar outras funções afins.

MECÂNICO:

- Manter e reparar máquinas e equipamentos de diferentes espécies.
- Fazer a conservação e instalação eletromecânica, inspecionar e reparar máquinas e equipamentos, automóveis, caminhões, ônibus, tratores, compressores, bombas.
- Inspecionar, ajustar, reparar, construir e substituir quando necessário, unidades e partes relacionadas com motores, válvulas, pistões,

mancais, sistemas de lubrificação de refrigeração de transmissão, diferenciais, embreagens, eixos dianteiros e traseiros, freio, carburadores, aceleradores, magnetos, geradores e distribuidores; ajustar anéis de segmento; desmontar e montar caixas de mudanças; recuperar e consertar hidrovácuos a óleo diesel, gasolina ou querosene;

- Socorrer veículos acidentados ou imobilizados por desarranjo mecânico, podendo usar em tais casos o carro guincho; tomar parte em experiências com carros consertados; executar serviços de chapeação e pintura de veículos;
 - Consertar peças de máquinas ou consertar acessórios para máquinas;
 - Efetuar soldas elétricas ou a oxigênio;
 - Converter ou adaptar peças;
 - Executar outras tarefas correlatas à atribuição funcional.
 - Identificar os defeitos mecânicos e orientar os reparos necessários;
 - Orientar e treinar mecânicos auxiliares quanto à técnica e processos de trabalho que necessitam de maior aperfeiçoamento;
 - Executar trabalhos de rotina, relacionados à montagem, reparo e ajustamento em motores de combustão e de baixa e alta compressão, movidos a gasolina, óleo diesel e outros conjuntos mecânicos de automóveis, caminhões, tratores, pás carregadeiras e outros;
 - Demonstrar, reparar, montar e ajustar cubos de roda, carburadores, mangas de eixo de transmissão, bombas de água, de gasolina, caixa de mudança, freio, rolamentos, embreagem, retentor, radiador, válvula diferencial, distribuição, direção, engrenagem, amortecedor, magnetos, maneiros, bielas e pistões;
 - Desmontar, reparar e montar distribuidores;
 - Desmontar, reparar, montar, justar, retificar e localizar defeitos ocasionais em motores a combustível;
 - Manter atualizada a sua carteira nacional de habilitação e a documentação da máquina, retificar cilindros, eixos, válvulas, relevos, comandos de válvula e buchas;
 - Trocar óleo de veículos, lavagem e lubrificação de máquinas;
 - Executar a retirada de vazamento do óleo, troca e recuperação de peças danificadas, etc;
 - Executar serviços de emergência no sistema elétrico tais como: troca de chave, reles, instalações de faróis, recuperação chicotes danificados por curto circuito;
 - Executar serviços de lubrificação, lavagem dos equipamentos, troca de óleo e limpeza de freios;
 - Manter organizado, limpo e conservado os materiais e equipamentos, devidamente acondicionados e nos seus respectivos lugares na oficina mecânica.
 - Executar demais serviços que exijam uma oficina mecânica de manutenção, menos retifica de motores e outros que exijam mão de obra mais especializados;
 - Atender a solicitações, demandas e cronogramas estabelecidos, em sua área, pelo responsável hierárquico;
- Dirigir veículos oficiais, desde que, para o desempenho das funções e atribuições principais do cargo;

ANEXO IV

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2017

REQUERIMENTO ISENÇÃO TAXA DE INSCRIÇÃO DOADORES DE SANGUE

Para:
Comissão Organizadora do CONCURSO PÚBLICO

Eu _____ portador(a) do documento de identidade sob nº _____, inscrição nº _____, venho solicitar isenção para taxa de inscrição ao Concurso Público, Edital nº 001/2017.

Declaro para os devidos fins que preencho os requisitos da Lei Estadual nº 10.567 datada de 07/11/1997 (doador de sangue).

Declaro, sob as penas previstas no artigo 299, do Decreto-Lei nº 2.848, de 07.12.1940 (Código Civil), que as informações constantes neste formulário expressam a verdade e por elas me responsabilizo.

Guaraciaba – SC, _____ de _____ de 2017.

Assinatura Candidato(a)

Documentos anexos:

- 1: _____
- 2: _____
- 3: _____

ANEXO V

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2017

REQUERIMENTO PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

Vaga para Deficiente físico e /ou Condição especial para REALIZAÇÃO de provas.

Eu, _____, portador do documento de identidade nº _____ expedido pelo _____ e CPF sob nº _____, residente e domiciliado na _____, nº _____, Bairro _____, cidade de _____, Estado _____, CEP nº _____, inscrito no Concurso Público regido pelo Edital nº 001/2017, do Poder Executivo Municipal de GUARACIABA, inscrição sob nº _____, para o cargo de _____, requeiro a Vossa Senhoria:

1 – () Vaga para portadores de deficiência física: _____ CID nº _____

Nome do Médico _____

2 – () Condição Especial para a realização da prova, sendo a deficiência:

2.1. () Prova com ampliação do tamanho da fonte:

Fonte _____ / Letra _____

2.2. () Sala Especial

Especificar: _____

2.3. () Leitura de Prova

2.4. () Amamentação

Nome do Acompanhante: _____

Horários de amamentação: _____

2.5 () Outra Necessidade Especificar: _____

Pede Deferimento.

_____ SC, _____ de _____ de 2017.

Assinatura Candidato(a)

ANEXO VI

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2017

REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO VIA POSTAL

(Somente para candidatos que fizer inscrições via postal)

Para:

Comissão Organizadora do CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2017

1) Eu _____, portador do documento de identidade nº _____, inscrito no CPF nº _____ residente e domiciliado a Rua _____, nº _____, Bairro _____, Cidade _____, Estado _____, CEP: _____, SOLICITO inscrição no Concurso Público Nº 001/2017, da Prefeitura Municipal de Guaraciaba, para o cargo de _____ (descrever exatamente conforme especificado no edital).

2) Informações para contato:

a) E-mail: _____

b) Telefone Residencial/Comercial: _____

c) Telefone Celular: _____

3) Informações adicionais:

a) Canhoto: () SIM () NÃO

b) Necessidades Especiais: () SIM () NÃO. Qual _____ CID _____

4) Condição Especial para realizar a prova, sendo a deficiência:

a) () Prova com ampliação do tamanho da fonte nº _____

b) () Sala Especial. Especificar: _____

c) () Leitura de Prova. Especificar: _____

d) () Amamentação. Nome do Acompanhante: _____

e) () Outra Necessidade: Especificar: _____

Nestes Termos.

Pede Deferimento.

..... /SC, _____ de _____ de 2017.

Assinatura do Requerente

ANEXO VII

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2017

FÓRMULÁRIO PARA RECURSOS

(Somente para os recursos encaminhados via postal)

Nome do Candidato: _____
Endereço: _____
Nº Inscrição _____
Cargo: _____

Tipo de Recurso:

- 1 – Contra o edital ()
2 – Contra indeferimento de inscrição ()
3 – Contra Inscrição ()
4 – Contra questão da prova ()
5 – Contra o Gabarito ()
6 – Contra a Pontuação Prova ()
7 - Contra a prova de títulos
8 – outros () Especificar: _____

Razões do Recurso: _____

Guaraciaba/SC, ____ de _____ de 2017.

Assinatura do Recorrente

ANEXO VIII

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2017
PORTARIA COMISSÃO ORGANIZADORA MUNICÍPIO DE GUARACIABA
PORTARIA Nº 025/2017
De 04 de janeiro de 2017

ROQUE LUIZ MENEHINI, prefeito municipal de Guaraciaba, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições legais e de conformidade com os dispositivos da Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar: Graciele Mara Maldaner, Talita Guerini, Andrio Dall Agnol, Felipe Brustolin, brasileiros(as), servidores públicos municipais, residentes e domiciliados no município, sob a presidência da primeira, para comporem a COMISSÃO MUNICIPAL DO CONCURSO PÚBLICO E TESTE SELETIVO, que terá por objetivo e finalidade o auxílio à Administração para organizar, coordenar, fiscalizar os atos do processo, instaurado através dos Editais nº 001/2017 e 002/2017.

Art. 2º - Compete a Comissão: avaliar as inscrições dos candidatos, verificar quanto a publicidade dos atos, acompanhar e fiscalizar a realização das provas executadas pelos candidatos, sempre de acordo com o contido no regulamento geral do Edital. A Comissão poderá ainda, requisitar recursos humanos, financeiros, materiais, equipamentos e instalações necessárias para a concretização do objetivo, mediante a autorização do chefe do Executivo Municipal.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução do presente Ato correrão à conta do orçamento municipal vigente.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Guaraciaba, 04 de janeiro de 2017.

ROQUE LUIZ MENEHINI
PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO IX

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2017
RESOLUÇÃO Nº 001/2017 - COMISSÃO ORGANIZADORA CONCURSOS DA AMEOSC
Dispõe sobre a nomeação de Comissão para acompanhamento de Concursos Públicos e Testes Seletivos realizados pela Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina – AMEOSC e dá outras providências.
CLÁUDIO JUNIOR WESCHENFELDER, Prefeito Municipal de Guarujá do Sul - SC e Presidente da AMEOSC, no uso das atribuições que lhe confere o Estatuto Social da entidade,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os funcionários JUSSARA SALETE REGINATTO, JACSON FELIX SONAGLIO, UDINARA VANUSA ZANCHETTIN e ÉDINA G. TREMEA SPIRONELLO para comporem a Comissão Organizadora da Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina – AMEOSC nos Concursos Públicos e Testes Seletivos executados pela entidade.

Art. 2º - Compete a Comissão Organizadora da AMEOSC a elaboração dos editais que regulamentarão os Concursos Públicos e Testes Seletivos executados pela entidade, mediante a supervisão e aquiescência do ente público que solicitou o certame, elaboração e aplicação das provas objetivas e práticas coordenando, fiscalizando e acompanhando as mesmas, correção dos cartões respostas, pontuação e classificação dos candidatos, receber e analisar eventuais recursos interpostos e emitir relação dos candidatos aprovados para homologação da autoridade competente.

Art. 3º - A Comissão Organizadora da Ameosc poderá requisitar, tanto para a Ameosc quanto ao ente público que realiza o processo de seleção, recursos humanos, financeiros, equipamentos, materiais e instalações necessárias para a regular realização dos certames.

Art. 4º - São impedidos de atuar como membros desta comissão cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, de candidato cuja inscrição haja sido deferida.

Parágrafo único: Verificando os membros da presente Comissão o deferimento de inscrição de candidato que seja seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, deverá solicitar seu desligamento da Comissão.

Art. 5º - Esta Resolução entre em vigor na data de sua publicação e vigorará até 31 de dezembro de 2017.

Art. 6º- Revogam-se as disposições em contrário.

São Miguel do Oeste – SC, 02 de janeiro de 2017.

CLÁUDIO JUNIOR WESCHENFELDER

Prefeito Municipal de Guarujá do Sul

Presidente da AMEOSC

EXTRATO CONCURSO PÚBLICO EDITAL 001.2017

EXTRATO DO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2017

ABRE INSCRIÇÕES E BAIXA NORMAS PARA O CONCURSO PÚBLICO DESTINADO PARA ADMISSÃO, DE SERVIDORES PARA O QUADRO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO MUNICÍPIO DE GUARACIABA.

O Prefeito de Guaraciaba, Estado de Santa Catarina, Sr. ROQUE LUIZ MENEHINI, no uso de suas atribuições legais e nos termos dos dispositivos da Lei Orgânica Municipal e em conformidade com as Leis municipais nº 1.940/06, nº 1.645/01, nº 2764/2014, nº 1890/2006, nº 2489/2012 e Lei Orgânica do Município e suas atualizações, TORNA PÚBLICO aos interessados, que se acham abertas as inscrições para o CONCURSO PÚBLICO destinado para admissão, de servidores sob os Regimes Estatutário e Celetista, de acordo com o disposto no art. 37, inciso IX, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 c/c o qual reger-se-á pelas instruções deste Edital e demais normas atinentes.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES, CARGOS, VAGAS E DADOS RELATIVOS

1.1. O Concurso Público será regido por este edital, supervisionado pela Comissão de Acompanhamento do Município de Guaraciaba - SC, e executado pela Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina - AMEOSC, com sede à Rua Padre Aurélio Canzi, nº 1628, São Miguel do Oeste - SC, fone-fax (49)3621-0795, endereço eletrônico www.ameosc.org.br

1.2. O presente Concurso Público é válido pelo prazo de 02 (dois) anos contado da data da homologação do resultado final, podendo ser prorrogado uma vez por até igual período.

1.3. As provas serão realizadas nas modalidades OBJETIVA.

1.4. As vagas destinam-se aos cargos abaixo delineados e deverão ser preenchidas por candidatos que disponham dos requisitos e escolaridade mínima informada no presente Edital, de acordo com o cargo a que pretendem concorrer, com as seguintes especificações:

Cargo	Nº Vagas	Vencimento R\$	Carga Horária	Habilitação	Tipo de Prova
Médico ESF (CLT)	*CR	R\$ 17.547,48	40hs/sem	Ensino Superior em Medicina com registro no órgão fiscalizador da categoria profissional.	Objetiva
Odontólogo ESF (CLT)	*CR	R\$ 3.790,10	40hs/sem	Ensino Superior em Odontologia com registro no órgão fiscalizador da categoria profissional.	Objetiva
Nutricionista (Estatutário)	*CR	R\$ 1.162,83	20hs/sem	Ensino Superior em Nutrição com registro no órgão fiscalizador da categoria profissional.	Objetiva
Professor II – Nível I (História) (Estatutário)	*CR	R\$ 1.478,36	20hs/sem	Formação Superior com Licenciatura Plena específica na área de atuação.	Objetiva

Vigilante Sanitário e Ambiental (CLT)	*CR	R\$ 1.196,33	40hs/sem	Ensino Médio Completo.	Objetiva
Fiscal Sanitário (Estatutário)	*CR	R\$ 1.290,00	40hs/sem	Ensino Médio Completo.	Objetiva
Auxiliar de Consultório Odontológico ESF (CLT)	*CR	R\$ 999,64	40hs/sem	Ensino Médio Completo.	Objetiva
Técnico em Enfermagem ESF (CLT)	*CR	R\$ 1.263,14	40hs/sem	Ensino Médio Completo e curso profissionalizante de técnico em enfermagem com registro no órgão fiscalizador da categoria profissional.	Objetiva
Orientador Social (CLT)	*CR	R\$1.899,47	40hs/sem	Frequentar graduação nos Cursos de Artes, Educação Física, Pedagogia ou Letras.	Objetiva
**Agente Comunitário de Saúde – ESF 02 – Micro área 14 (CLT)	*CR	R\$ 1.213,08	40hs/sem	Ensino Médio Completo; Domiciliado na área de atuação em que deseja atuar, desde a data da publicação do edital do Processo Seletivo.	Objetiva
Mecânico (Estatutário)	*CR	R\$ 1.668,79	40hs/sem	Ensino Fundamental Completo.	Objetiva

*CR. ☐ Cadastro de Reserva.

** Localidades compreendidas na Micro área 14: Linha São João, Linha Poca e Linha Guataparã Baixo.

2. DAS INSCRIÇÕES

2.1. As inscrições para o CONCURSO PÚBLICO poderão ser efetuadas pela INTERNET, VIA PRESENCIAL/ON LINE ou VIA POSTAL, no período das 08 horas do dia 10/01/2017 às 23h59min do dia 09/02/2017.

2.2. Para realizar o pagamento da taxa de inscrição, os candidatos deverão dirigir-se a uma agência do Banco do Brasil S.A. e EFETUAR UM DEPÓSITO IDENTIFICADO EM FAVOR DO MUNICÍPIO DE GUARACIABA – SC, CONSTANDO OBRIGATORIAMENTE O NOME DO CANDIDATO, Nº DO CPF E EM DINHEIRO, NO VALOR DA TAXA DE INSCRIÇÃO CORRESPONDE AO CARGO INSCRITO, NO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 10/01/2017 ATÉ 10/02/2017, na conta corrente da Prefeitura Municipal de Guaraciaba – SC qual seja:

Estabelecimento Bancário: Banco do Brasil S.A. Agência de Guaraciaba - SC

Agência: 1388-9

Conta Corrente: 15.795-3

Cód Banco: 001

Carteira: 18

Variação: 019

Convênio: 2671360

3. DAS PROVAS

3.1. A PROVA OBJETIVA será aplicada no dia 04/03/2017, com início às 09 horas, nas dependências da ESCOLA MUNICIPAL PADRE ALFREDO KASPER, sito na rua Reinoldo Ritter, no Município de Guaraciaba – SC. Em caso de alteração de local da prova este será publicado e divulgado no Mural Público Prefeitura Municipal de Guaraciaba - SC, e nos endereços eletrônicos: www.ameosc.org.br e www.guaraciaba.sc.gov.br.

sc.gov.br

3.2. A abertura dos portões para o ingresso dos candidatos será a partir das 08 horas.

3.3. O fechamento dos portões será às 08h40min sendo que a partir deste horário não será mais permitido a entrada de candidatos, sob qualquer alegação.

3.4. Após o fechamento dos portões o candidato deverá dirigir-se imediatamente a sala de realização de provas, não sendo permitida a permanência do mesmo nos corredores, sendo que a Instituição executora do certame e o Município de Guaraciaba – SC não se responsabilizarão por atrasos na entrada para as salas de aplicação de provas, a qual deverá ocorrer 10 minutos antes do início das provas para instruções necessárias que serão repassados pelos fiscais.

3.5. Não será permitido o ingresso na sala de aplicação de provas após às 08h50min, sendo que das 08h50min até às 09 horas, horário marcado para início das provas, serão repassadas as instruções ao candidatos pelos fiscais de sala e pela comissão organizadora do concurso.

3.6. A prova objetiva terá início às 09 horas e término às 12 horas.

4. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

4.1. A integral do edital estará disponível no mural público da Prefeitura Municipal de Guaraciaba – SC e nos sites: www.ameosc.org.br e www.guaraciaba.sc.gov.br

Guaraciaba – SC, 09 de janeiro de 2017.

Roque Luiz Meneghini

Prefeito

EXTRATO DE CONTRATOS PMGBA DE 15 E 16.2017.DOCX

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE GUARACIABA

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 15/2017

Contratante.: MUNICIPIO DE GUARACIABA

Contratada.: DNA GENETICA DO BRASIL COMERCIO LTDA - EPP

Valor : 20.330,00 (vinte mil trezentos e trinta reais)

Vigência : Início: 09/01/2017 Término: 31/12/2017

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 113/2016

Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE DOSES DE SEMEN BOVINO, QUE SERÁ DISTRIBUIDO AOS PECUARISTAS DO MUNICIPIO ATENDENDO AO PROGRAMA LEITE É VIDA, VISANDO O MELHORAMENTO GENÉTICO DO PLANTEL DE ANIMAIS.

Contrato Nº.: 16/2017

Contratante.: MUNICIPIO DE GUARACIABA

Contratada.: OURO DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS

AGROPECUARIOS EIREL

Valor : 39.750,00 (trinta e nove mil setecentos e cinquenta reais)

Vigência : Início: 09/01/2017 Término: 31/12/2017

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 113/2016

Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE DOSES DE SEMEN BOVINO, QUE SERÁ DISTRIBUIDO AOS PECUARISTAS DO MUNICIPIO ATENDENDO AO PROGRAMA LEITE É VIDA, VISANDO O MELHORAMENTO GENÉTICO DO PLANTEL DE ANIMAIS.

EXTRATO PROCESSO SELETIVO EDITAL 002.2017

EXTRATO DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 002/2017

ABRE INSCRIÇÕES E BAIXA NORMAS PARA O PROCESSO SELETIVO DESTINADO PARA ADMISSÃO, DE SERVIDORES PARA O QUADRO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO MUNICÍPIO DE GUARACIABA.

O Prefeito de Guaraciaba, Estado de Santa Catarina, Sr. ROQUE LUIZ MENEHINI, no uso de suas atribuições legais e nos termos dos dispositivos da Lei Orgânica Municipal e em conformidade com as Leis municipais nº 1.645/01, nº 1.651/02, nº 1.940/06, nº 2764/2014, nº 1890/2006, nº 2489/2012, 1940 e Lei Orgânica do Município e suas atualizações, TORNA PÚBLICO aos interessados, que se acham abertas as inscrições para o PROCESSO SELETIVO destinado para admissão, de servidores sob os Regimes Estatutário ou Celetista, de acordo com o disposto no art. 37, inciso IX, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 c/c o qual reger-se-á pelas instruções deste Edital e demais normas atinentes.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES, CARGOS, VAGAS E DADOS RELATIVOS

1.1. O Processo Seletivo será regido por este edital, supervisionado pela Comissão de Acompanhamento do Município de Guaraciaba - SC, e executado pela Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina - AMEOSC, com sede à Rua Padre Aurélio Canzi, nº 1628, São Miguel do Oeste - SC, fone-fax (49)3621-0795, endereço eletrônico www.ameosc.org.br

1.2. O presente Processo Seletivo é válido pelo prazo de 01 (um) ano contado da data da homologação do resultado final, podendo ser prorrogado uma vez por até igual período.

1.3. As provas serão realizadas nas modalidades OBJETIVA e PRÁTICA.

1.4. As vagas destinam-se aos cargos abaixo delineados e deverão ser preenchidas por candidatos que disponham dos requisitos e escolaridade mínima informada no presente Edital, de acordo com o cargo a que pretendem concorrer, com as seguintes especificações:

Cargo	Nº Vagas	Vencimento R\$	Carga Horária	Habilitação	Tipo de Prova
Médico ESF (CLT)	*CR	R\$ 17.547,48	40hs/sem	Ensino Superior em Medicina com registro no órgão fiscalizador da categoria profissional.	Objetiva
Odontólogo ESF (CLT)	*CR	R\$ 3.790,10	40hs/sem	Ensino Superior em Odontologia com registro no órgão fiscalizador da categoria profissional.	Objetiva
Enfermeiro ESF (CLT)	*CR	R\$ 3.049,92	40hs/sem	Ensino Superior em Enfermagem com registro no órgão fiscalizador da categoria profissional.	Objetiva
Veterinário (Estatutário)	*CR	R\$4.396,37	40hs/sem	Ensino Superior em Medicina Veterinária com registro no órgão fiscalizador da categoria profissional.	Objetiva
Professor II - N1 (Artes) (Estatutário)	CR*	R\$ 1.478,36	20h	Portador de Certificado de conclusão de curso superior específico na área de atuação.	Objetiva
Professor II - N1 (Inglês) (Estatutário)	CR*	R\$ 1.478,36	20h	Portador de Certificado de conclusão de curso superior específico na área de atuação.	Objetiva
Auxiliar de Consultório Odontológico ESF (CLT)	*CR	R\$ 999,64	40hs/sem	Ensino Médio Completo.	Objetiva
Agente Comunitário de Saúde – ESF 02 (Micro área 05**) (CLT)	*CR	R\$ 1.213,08	40hs/sem	Ensino Médio Completo; Domiciliado na área de atuação em que desejar atuar, desde a data da publicação do edital do Processo Seletivo.	Objetiva

Técnico em Enfermagem ESF (CLT)	*CR	R\$ 1.263,14	40hs/sem	Ensino Médio Completo e curso profissionalizante de técnico em enfermagem com registro no órgão fiscalizador da categoria profissional.	Objetiva
Orientador Social (CLT)	*CR	R\$1.899,47	40hs/sem	Frequentar graduação nos Cursos de Artes, Educação Física, Pedagogia ou Letras.	Objetiva
Motorista - Cat. "D". (Estatutário)	*CR	R\$ 1.306,56	40hs/sem	Ensino Fundamental Completo e Portador de Carteira de Habilitação categoria "D".	Objetiva e Prática

*CR. - Cadastro de Reserva.

2. DAS INSCRIÇÕES

2.1. As inscrições para o PROCESSO SELETIVO poderão ser efetuadas pela INTERNET, VIA PRESENCIAL/ON LINE ou VIA POSTAL, no período das 08 horas do dia 10/01/2017 às 23h59min do dia 09/02/2017.

2.2. Para realizar o pagamento da taxa de inscrição, os candidatos deverão dirigir-se a uma agência do Banco do Brasil S.A. e EFETUAR UM DEPÓSITO IDENTIFICADO EM FAVOR DO MUNICÍPIO DE GUARACIABA – SC, CONSTANDO OBRIGATORIAMENTE O NOME DO CANDIDATO, Nº DO CPF E EM DINHEIRO, NO VALOR DA TAXA DE INSCRIÇÃO CORRESPONDE AO CARGO INSCRITO, NO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 10/01/2017 ATÉ 10/02/2017, na conta corrente da Prefeitura Municipal de Guaraciaba – SC qual seja:

Estabelecimento Bancário: Banco do Brasil S.A. Agência de Guaraciaba - SC.

Agência: 1388-9

Conta Corrente: 15.795-3

Cód Banco: 001

Carteira: 18

Variação: 019

Convênio: 2671360

3. DAS PROVAS

3.1. A PROVA OBJETIVA será aplicada no dia 04/03/2017, com início às 09 horas, nas dependências da ESCOLA MUNICIPAL PADRE ALFREDO KASPER, sito na rua Reinoldo Ritter, no Município de Guaraciaba – SC. Em caso de alteração de local da prova este será publicado e divulgado no Mural Público Prefeitura Municipal de Guaraciaba - SC, e nos endereços eletrônicos: www.ameosc.org.br e www.guaraciaba.sc.gov.br

3.2. A abertura dos portões para o ingresso dos candidatos será a partir das 08 horas.

3.3. O fechamento dos portões será às 08h40min sendo que a partir deste horário não será mais permitido a entrada de candidatos, sob qualquer alegação.

3.4. Após o fechamento dos portões o candidato deverá dirigir-se imediatamente a sala de realização de provas, não sendo permitida a permanência do mesmo nos corredores, sendo que a Instituição executora do certame e o Município de Guaraciaba – SC não se responsabilizarão por atrasos na entrada para as salas de aplicação de provas, a qual deverá ocorrer 10 minutos antes do início das provas para instruções necessárias que serão repassados pelos fiscais.

3.5. Não será permitido o ingresso na sala de aplicação de provas após às 08h50min, sendo que das 08h50min até às 09 horas, horário marcado para início das provas, serão repassadas as instruções ao candidatos pelos fiscais de sala e pela comissão organizadora do concurso.

3.6. A prova objetiva terá início às 09 horas e término às 11h30min.

3.7. A prova prática será realizada no dia 04/03/2017, com início às 13 horas, tendo como local o Parque de Máquinas da Prefeitura Municipal, junto a Secretária de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, sito à Rua Padre Feijó, centro, nesta cidade de Guaraciaba – SC.

4. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

4.1. A íntegra do edital estará disponível no mural público da Prefeitura Municipal de Guaraciaba – SC e nos sites: www.ameosc.org.br e www.guaraciaba.sc.gov.br

Guaraciaba – SC, 09 de janeiro de 2017.

Roque Luiz Meneghini

Prefeito

HOMOLOGAÇÃO PROCESSO FMS Nº 41.2016 SEQUENCIA 2.DOCX

=====

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2016

PROCESSO Nº 41/2016 HOMOLOGAÇÃO: 02/01/2017 Sequência: 2

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARACIABA SC

OBJETO: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL (GASOLINA E ÓLEO DIESEL) PARA VEÍCULOS UTILIZADOS NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE PARA O ANO DE 2017.

CONTRATADO: COMERCIO DE COMBUSTIVEIS GUARACIABA LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 21.216,00 (vinte e um mil duzentos e dezesseis reais)

=====

=====

HOMOLOGAÇÃO PROCESSO PMGBA Nº138.2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 113/2016

PROCESSO Nº 138/2016 HOMOLOGAÇÃO: 09/01/2017

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARACIABA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE DOSES DE SEMEN BOVINO, QUE SERÁ DISTRIBUIDO AOS PECUARISTAS DO MUNICIPIO ATENDENDO AO PROGRAMA LEITE É VIDA, VISANDO O MELHORAMENTO GENÉTICO DO PLANTEL DE ANIMAIS.

CONTRATADO: OURO DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS AGROPECUARIOS EIREL

VALOR DA DESPESA: R\$ 39.750,00 (trinta e nove mil setecentos e cinquenta reais)

CONTRATADO: DNA GENETICA DO BRASIL COMERCIO LTDA - EPP

VALOR DA DESPESA: R\$ 20.330,00 (vinte mil trezentos e trinta reais)

=====

=====

MINUTA EDITAL DE CREDENCIAMENTO 01.17 SERVIÇOS MÉDICOS ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA .DOC

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2017

Processo Licitatório nº 06/2017 – Inexigibilidade de Licitação nº 05/2017

O Município de Guaraciaba, SC, através do Fundo Municipal de Saúde, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 11.355.924/0001-27, com sede a Rua Presidente Kennedy, nº 455, Centro, município de Guaraciaba, SC, representado neste ato pela sua Ordenadora, Srta Daiane Dorigon, com a autoridade que lhe é atribuída pela Lei 8.666/93, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar CREDENCIAMENTO para CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICO HOSPITALARES PARA REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS CIRURGICOS NA ÁREA DE ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA DESTINADO O ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE GUARACIABA/SC. Para tanto, estará recebendo até as 14h00min do dia 26 de janeiro de 2017, na Prefeitura Municipal de GUARACIABA, no Departamento de Compras e Licitações, sito a Rua Ademar de Barros, nº 85, Guaraciaba – SC, os requerimentos e documentos pertinentes ao credenciamento de acordo com o presente Edital. A análise da documentação para o referido credenciamento ocorrerá no dia 26 de janeiro de 2017, a partir das 14h00min, no mesmo local e endereço anteriormente citado e permanecerá aberto aos demais

interessados até 30/11/2017.

Guaraciaba 06 de janeiro de 2017.

Daiane Dorigon,

Ordenadora do FMS

MINUTA EDITAL DE PREGÃO 01.17 AQUISIÇÃO DE ALMOÇOS E MARMITAS.DOC

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA-SC/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº01/2017.

O Município de Guaraciaba, através do Fundo Municipal de Saúde, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520 de 17/07/02 promove Processo Licitatório nº 07/17, Edital de Pregão Nº 01/17, Objeto: Aquisição de Almoços e Marmitas; recebimento de propostas até às 08:00 horas do dia 26/01/17; a abertura do Edital será às 08:00 horas do dia 26/01/17, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademar de Barros 85, Guaraciaba – SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30 e no site www.guaraciaba.sc.gov.br Guaraciaba em 09 de janeiro de 2017.

Roque Luiz Meneghini,

Prefeito Municipal

MINUTA EDITAL DE PREGÃO 10.17 AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS CONserto DA TRANSMISSÃO MOTONIVELADORA VOLVO 710A.DOC

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA-SC, EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº10/2017.

O Município de Guaraciaba, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520 de 17/07/02 promove Processo Licitatório nº 14/17, Edital de Pregão Presencial Nº 10/17, Objeto: Aquisição de Peças e serviços para conserto do sistema de transmissão da motoniveladora VOLVO 710A; recebimento de propostas até às 09:00 horas do dia 26/01/17; a abertura do Edital será às 09:00 horas do dia 26/01/17, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademar de Barros 85, Guaraciaba – SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30 e no site www.guaraciaba.sc.gov.br Guaraciaba em 09 de janeiro de 2017.

Roque Luiz Meneghini,

Prefeito Municipal

EDITAL PROCESSO SELETIVO 002.2017***Estado de Santa Catarina***
Município de Guaraciaba**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 002/2017****ABRE INSCRIÇÕES E BAIXA NORMAS PARA O PROCESSO SELETIVO
DESTINADO PARA ADMISSÃO, DE SERVIDORES PARA O QUADRO DA
ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO MUNICÍPIO DE GUARACIABA.**

O Prefeito de Guaraciaba, Estado de Santa Catarina, Sr. **ROQUE LUIZ MENEHINI**, no uso de suas atribuições legais e nos termos dos dispositivos da Lei Orgânica Municipal e em conformidade com as Leis municipais nº 1.645/01, nº 1.651/02, nº 1.940/06, nº 2764/2014, nº 1890/2006, nº 2489/2012, 1940 e Lei Orgânica do Município e suas atualizações, TORNA PÚBLICO aos interessados, que se acham abertas as inscrições para o PROCESSO SELETIVO destinado para admissão, de servidores sob os Regimes Estatutário ou Celetista, de acordo com o disposto no art. 37, inciso IX, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 c/c o qual reger-se-á pelas instruções deste Edital e demais normas atinentes.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES, CARGOS, VAGAS E DADOS RELATIVOS**1.1. Disposições preliminares:**

1.1.1. O presente Edital do Processo Seletivo é disciplinado pelo art. 37, inciso IX, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e demais legislação vigente.

1.1.2. O Processo Seletivo será regido por este edital, supervisionado pela Comissão de Acompanhamento do Município de Guaraciaba - SC, e executado pela Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina - AMEOSC, com sede à Rua Padre Aurélio Canzi, nº 1628, São Miguel do Oeste - SC, fone-fax (49)3621-0795, endereço eletrônico www.ameosc.org.br

1.1.3. As respostas aos requerimentos, comunicados, resultados dos recursos, e demais publicações relativas ao Processo Seletivo serão publicadas em documento afixado no Mural Público da Prefeitura Municipal de Guaraciaba - SC e nos sites: www.ameosc.org.br e www.guaraciaba.sc.gov.br

1.1.4. A inscrição no Processo Seletivo implicará, desde logo, a ciência e aceitação pelo candidato das condições estabelecidas neste edital.

1.1.5. É de responsabilidade do candidato conhecer a legislação mencionada no subitem 1.1.1 do edital e demais determinações referentes ao Processo Seletivo para certificar-se de que possui todas as condições e pré-requisitos para prestar as provas e documentos necessários exigidos para o cargo por ocasião da nomeação se caso aprovado e convocado.

1.1.5.1 A legislação Municipal de que se refere o subitem 1.1.1 está à disposição dos candidatos no site: www.guaraciaba.sc.gov.br

Rua Ademar de Barros, 85 - Centro - Cep 89920-000 - Fone: (49) 3645-2000 - e-mail: rh@guaraciaba.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina

Município de Guaraciaba

1.1.6. O presente Processo Seletivo é válido pelo prazo de 01 (um) ano contado da data da homologação do resultado final, podendo ser prorrogado uma vez por até igual período.

1.1.7. São condições para participação no presente Processo Seletivo:

a) Ser brasileiro nato ou naturalizado ou cidadão português que tenha adquirido a igualdade de direitos e obrigações civis e gozo dos direitos políticos (Constituição Federal - § 1º do Art. 12, de 05.10.1988 e Emenda Constitucional nº 19, de 04.06.1998 - Art. 3º).

b) Estar quite com as obrigações resultantes da legislação eleitoral, e, quando do sexo masculino, estar quite também, com as obrigações do serviço militar.

c) Ter conhecimento e concordar com todas as exigências contidas neste edital.

d) Possuir o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo/função na data da admissão e provimento ao cargo;

e) Possuir aptidão física e mental.

f) Possuir obrigatoriamente carteira nacional habilitação (CNH) **Categoria "D"** para o cargo de **Motorista**.

1.1.8. O candidato deve comprovar a idade mínima de 18 anos e a escolaridade/habilitação exigida no edital no ato da investidura, sob pena de ser automaticamente eliminado do Processo Seletivo.

1.1.9. As provas serão realizadas nas modalidades **OBJETIVA e PRÁTICA**.

1.2. Cargo, vaga, carga horária, remuneração e habilitação:

1.2.1. As vagas destinam-se aos cargos abaixo delineados e deverão ser preenchidas por candidatos que disponham dos requisitos e escolaridade mínima informada no presente Edital, de acordo com o cargo a que pretendem concorrer, com as seguintes especificações:

Cargo	Nº Vagas	Vencimento R\$	Carga Horária	Habilitação	Tipo de Prova
Médico ESF (CLT)	*CR	R\$ 17.547,48	40hs/sem	Ensino Superior em Medicina com registro no órgão fiscalizador da categoria profissional.	Objetiva
Odontólogo ESF (CLT)	*CR	R\$ 3.790,10	40hs/sem	Ensino Superior em Odontologia com registro no órgão fiscalizador da categoria profissional.	Objetiva

Rua Ademar de Barros, 85 - Centro - Cep 89920-000 - Fone: (49) 3645-2000 - e-mail: rh@guaraciaba.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina

Município de Guaraciaba

Enfermeiro ESF (CLT)	*CR	R\$ 3.049,92	40hs/sem	Ensino Superior em Enfermagem com registro no órgão fiscalizador da categoria profissional.	Objetiva
Veterinário (Estatutário)	*CR	R\$4.396,37	40hs/sem	Ensino Superior em Medicina Veterinária com registro no órgão fiscalizador da categoria profissional.	Objetiva
Professor II - N1 (Artes) (Estatutário)	CR*	R\$ 1.478,36	20h	Portador de Certificado de conclusão de curso superior específico na área de atuação.	Objetiva
Professor II - N1 (Inglês) (Estatutário)	CR*	R\$ 1.478,36	20h	Portador de Certificado de conclusão de curso superior específico na área de atuação.	Objetiva
Auxiliar de Consultório Odontológico ESF (CLT)	*CR	R\$ 999,64	40hs/sem	Ensino Médio Completo.	Objetiva
Agente Comunitário de Saúde – ESF 02 (Micro área 05**) (CLT)	*CR	R\$ 1.213,08	40hs/sem	Ensino Médio Completo; Domiciliado na área de atuação em que desejar atuar, desde a data da publicação do edital do Processo Seletivo.	Objetiva
Técnico em Enfermagem ESF (CLT)	*CR	R\$ 1.263,14	40hs/sem	Ensino Médio Completo e curso profissionalizante de técnico em enfermagem com registro no órgão fiscalizador da categoria profissional.	Objetiva
Orientador Social (CLT)	*CR	R\$1.899,47	40hs/sem	Frequentar graduação nos Cursos de Artes, Educação Física, Pedagogia ou Letras.	Objetiva

Rua Ademar de Barros, 85 - Centro - Cep 89920-000 - Fone: (49) 3645-2000 - e-mail: rh@guaraciaba.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina

Município de Guaraciaba

Motorista - Cat. "D". (Estatutário)	*CR	R\$ 1.306,56	40hs/sem	Ensino Fundamental Completo e Portador de Carteira de Habilitação categoria "D".	Objetiva e Prática
---	-----	--------------	----------	---	-----------------------

*CR. → Cadastro de Reserva.

** Localidades compreendidas na **Micro área 05**: Bairro Novo Lar, Rua do Comercio, Rua Duque de Caxias, Rua Rui Barbosa, Rua Sete de Setembro, Rua Jorge Lacerda, Rua Nossa Senhora de Fátima, Rua Ademir Balbinot, Rua Padre Aurélio Canzi, Rua Alberto Pasqualin.

1.2.2. Conforme o **Art. 6º, incisos I, II e III, da Lei Federal nº 11.350, de 5 de outubro de 2006**, os candidatos ao cargo de **Agente Comunitário de Saúde** deverão residir na área da comunidade/área de atuação em que atuar, desde a data da publicação do edital do Processo Seletivo; haver concluído, com aproveitamento, curso introdutório de formação inicial e continuada (Obs.: o curso introdutório será disponibilizado pelo Município após o ingresso no cargo).

2. DAS INSCRIÇÕES

2.1. As inscrições para o **PROCESSO SELETIVO** poderão ser efetuadas pela **INTERNET, VIA PRESENCIAL/ON LINE** ou **VIA POSTAL**, no período das **08 horas do dia 10/01/2017 às 23h59min do dia 09/02/2017**.

2.1.1. DAS INSCRIÇÕES PELA INTERNET/ON-LINE:

2.1.1.2. Para a inscrição pela internet o candidato deverá acessar o site www.ameosc.org.br no período de inscrição, e seguir os seguintes procedimentos:

- acessar o endereço eletrônico: www.ameosc.org.br e clicar no *link* **Concursos**;
- fazer o cadastro do candidato se for primeiro acesso, caso este já seja cadastrado somente realizar o *login* para inscrição;
- preencher integralmente o Requerimento de Inscrição, conferir atentamente os dados informados e enviá-los via internet, seguindo as instruções;
- imprimir uma cópia do Requerimento de Inscrição;
- dirigir-se a uma agência do Banco do Brasil S.A. e **EFETUAR UM DEPÓSITO IDENTIFICADO EM FAVOR DO MUNICÍPIO DE GUARACIABA - SC, CONSTANDO OBRIGATORIAMENTE O NOME DO CANDIDATO, Nº DO CPF E EM DINHEIRO, NO VALOR DA TAXA DE INSCRIÇÃO CORRESPONDE AO CARGO INSCRITO, NO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 10/01/2017 ATÉ 10/02/2017**, na conta corrente da Prefeitura Municipal de Guaraciaba - SC qual seja:

Estabelecimento Bancário: Banco do Brasil S.A. Agência de Guaraciaba - SC.

Rua Ademar de Barros, 85 - Centro - Cep 89920-000 - Fone: (49) 3645-2000 - e-mail: rh@guaraciaba.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina

Município de Guaraciaba

Agência: 1388-9

Conta Corrente: 15.795-3

Cód Banco: 001

Carteira: 18

Varição: 019

Convênio: 2671360

2.1.1.3. Os candidatos que não dispuserem de acesso à **internet**, poderão realizar à sua inscrição Presencial *on line* sendo que para tanto deverão se dirigir a Biblioteca Pública Municipal, localizada junto ao Centro de Múltiplo Uso Armando Domingos Montagna ao lado da Prefeitura de Guaraciaba - SC, durante o período das inscrições, em horário de expediente, das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min.

2.1.1.4. Para a efetivação das inscrições Presencial *on line* o candidato deverá estar munido de todos os documentos e informações necessárias, sendo que o candidato será o único responsável pela exatidão e correção das informações prestadas e demais atos relativos a sua inscrição.

2.1.1.5. Na oportunidade de realização da inscrição Presencial *on line* o candidato é responsável pela impressão do comprovante de inscrição, bem como da realização do **DEPÓSITO IDENTIFICADO EM FAVOR DO MUNICÍPIO DE GUARACIABA - SC, CONSTANDO OBRIGATORIAMENTE O NOME DO CANDIDATO, Nº DO CPF E EM DINHEIRO, NO VALOR DA TAXA DE INSCRIÇÃO CORRESPONDE AO CARGO INSCRITO**. O pagamento/deposito é de inteira responsabilidade do candidato no período destinado para tanto, qual seja, até o dia **10/02/2017**.

2.1.1.6. Só serão efetivadas as inscrições *on line*/via presencial dos candidatos que se dirigirem a Biblioteca Pública Municipal, localizada junto ao Centro de Múltiplo Uso Armando Domingos Montagna ao lado da Prefeitura de Guaraciaba - SC, durante o período das inscrições, no horário compreendido entre as 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min até o último dia de inscrição.

2.1.1.7. A Prefeitura de Guaraciaba - SC e a Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina - AMEOSC não se responsabilizarão por solicitação de inscrição não recebida por falhas de comunicação, congestionamento de linhas telefônicas ou outros fatores de ordem técnica que impossibilitarem a transferência de dados, impressão de documentos ou pagamento da taxa de inscrição no prazo determinado.

2.1.1.8. O pagamento da inscrição só poderá ser feito mediante a realização de **DEPÓSITO IDENTIFICADO EM FAVOR DO MUNICÍPIO DE GUARACIABA - SC, CONSTANDO**

Rua Ademar de Barros, 85 - Centro - Cep 89920-000 - Fone: (49) 3645-2000 - e-mail: rh@guaraciaba.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina

Município de Guaraciaba

OBRIGATORIAMENTE O NOME DO CANDIDATO, N° DO CPF E EM DINHEIRO, NO VALOR DA TAXA DE INSCRIÇÃO CORRESPONDE AO CARGO INSCRITO, NO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 10/01/2017 ATÉ 10/02/2017, na conta corrente da Prefeitura Municipal de Guaraciaba – SC qual seja:

Estabelecimento Bancário: Banco do Brasil S.A. Agência de Guaraciaba - SC.

Agência: 1388-9

Conta Corrente: 15.795-3

Cód Banco: 001

Carteira: 18

Variação: 019

Convênio: 2671360

2.1.1.9. O agendamento do pagamento e o respectivo demonstrativo não se constituem documentos comprobatórios do pagamento da taxa de inscrição.

2.1.2 DAS INSCRIÇÕES VIA POSTAL:

2.1.2.1. Admitir-se-á inscrição via postal, registrada e com aviso de recebimento, postada via **SEDEX**, no período determinado para as inscrições, para o seguinte endereço: Prefeitura de Guaraciaba, sito à Rua Ademar de Barros, 85, centro, CEP 89920-000, Guaraciaba – SC. Encaminhado aos cuidados da Secretaria de Administração (Departamento de Recursos Humanos) da Prefeitura de Guaraciaba – SC.

2.1.2.2. É de responsabilidade do candidato, que desejar realizar a inscrição via postal imprimir o Requerimento de Inscrição (modelo anexo), preenchê-lo corretamente com todos os dados solicitados e assinar.

2.1.2.3. O candidato deverá realizar um **DEPÓSITO IDENTIFICADO EM FAVOR DO MUNICÍPIO DE GUARACIABA – SC, CONSTANDO OBRIGATORIAMENTE O NOME DO CANDIDATO, N° DO CPF E EM DINHEIRO, NO VALOR DA TAXA DE INSCRIÇÃO CORRESPONDE AO CARGO INSCRITO, NO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 10/01/2017 ATÉ 10/02/2017,** na conta corrente da Prefeitura Municipal de Guaraciaba – SC qual seja:

Estabelecimento Bancário: Banco do Brasil S.A. Agência de Guaraciaba - SC.

Agência: 1388-9

Conta Corrente: 15.795-3

Cód Banco: 001

Rua Ademar de Barros, 85 - Centro - Cep 89920-000 - Fone: (49) 3645-2000 - e-mail: rh@guaraciaba.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina

Município de Guaraciaba

Carteira: 18

Variação: 019

Convênio: 2671360

2.1.2.4. Providenciar cópia **AUTENTICADA** dos seguintes documentos:

- a. Documento de identidade (RG);
- b. Comprovante do CPF (Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda). Caso no documento de identidade conste o número do CPF fica dispensada a apresentação do comprovante.
- c. Comprovante do depósito identificado em dinheiro na conta do município de Guaraciaba –SC, realizado no Banco do Brasil.

2.1.2.5. Enviar pelo correio o Requerimento de Inscrição (devidamente preenchido com todos os dados solicitados e devidamente assinado) e as cópias autenticadas dos documentos exigidos, por correspondência com Aviso de Recebimento (AR), pelo Serviço de Remessa Expressa de Documentos e Mercadorias-SEDEX, para o endereço constante do item 2.1.2.1.

2.1.2.6. Só serão aceitos os pedidos de inscrição enviados via postal que forem entregues à Prefeitura Municipal de Guaraciaba – SC, até às 17 horas do último dia de inscrição, valendo para fins de direito a data e horário constantes do comprovante de entrega da correspondência.

2.1.2.7. O depósito em conta corrente da Prefeitura Municipal de Guaraciaba – SC, deve ser **OBRIGATORIAMENTE O DEPÓSITO IDENTIFICADO**, não tendo validade o depósito comum.

2.1.2.8. Os depósitos em conta corrente eventualmente feitos em desacordo com a norma do edital e ou com erro na identificação do candidato e ou intempestivamente, não poderão ser ressarcidos.

2.1.2.9. É vedada a inscrição condicional, não sendo admitida complementação documental fora do prazo fixado para inscrição, nem comprovante de agendamento de pagamento da taxa de inscrição.

2.1.2.10. A inscrição por via postal, se efetuada, será por conta e risco do candidato, não se responsabilizando o Município de Guaraciaba – SC por extravios, falta de documentação, atrasos ou outras ocorrências que impeçam a efetiva inscrição do candidato.

2.2. Será cancelada a inscrição e anulados os atos decorrentes, do candidato que prestar declarações falsas, inexatas ou que não atender a todas as condições estabelecidas neste edital, mesmo que o candidato tenha sido aprovado e que o fato seja constatado posteriormente.

2.3. Não será aceita inscrição condicional ou fora do prazo estabelecido.

Rua Ademar de Barros, 85 - Centro - Cep 89920-000 - Fone: (49) 3645-2000 - e-mail: rh@guaraciaba.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina

Município de Guaraciaba

2.4. Não serão aceitos pedidos de alterações de dados informados quando da inscrição, a não ser a comunicação de novo endereço que deverá ser feita junto ao Departamento de Pessoal da Prefeitura Municipal de Guaraciaba – SC, quando da classificação e/ou chamamento para assumir o cargo.

2.5. O candidato poderá inscrever-se **somente para 01 (uma) vaga** do cargo de que trata o presente Edital. Verificando-se mais de uma inscrição do mesmo candidato será considerada apenas a inscrição mais **recente**.

2.6. O valor da Taxa de Inscrição para o PROCESSO SELETIVO será de:

ESCOLARIDADE	Valor R\$
Cargos com exigência de nível superior	R\$ 100,00
Cargos com exigência de nível médio - 2º grau	R\$ 60,00
Cargos com exigência de 4ª série - 1º grau Fundamental	R\$ 40,00

2.7. O valor referente ao pagamento da inscrição não será restituído, salvo em caso de cancelamento do Processo Seletivo, qualquer que seja o motivo ensejado.

2.8. O candidato que necessitar de qualquer tipo de atendimento diferenciado para a realização das provas deverá solicitá-lo, por escrito, no ato de inscrição, indicando claramente no formulário eletrônico, quais os recursos especiais necessários (materiais, equipamentos, etc.).

2.9. A solicitação de recursos especiais será atendida obedecendo a critérios de viabilidade e de razoabilidade, desde que solicitados no ato da inscrição, no formulário eletrônico de inscrição.

2.10. Os candidatos que solicitarem condições especiais serão comunicados através de aviso publicado nos endereços eletrônicos: www.ameosc.org.br e www.guaraciaba.sc.gov.br do deferimento ou não do pedido.

2.11. A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas deverá chegar ao local das provas com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos e dirigir-se à Coordenação, com acompanhante, maior de idade, que ficará com a guarda e responsabilidade do lactente. Nos horários necessários a candidata será acompanhada por um fiscal até o local onde se encontra a criança, sendo que o tempo destinado à amamentação não será acrescido ao horário da prova da candidata.

2.12. DA ISENÇÃO DO PAGAMENTO DA TAXA DE INSCRIÇÃO PARA OS DOADORES DE SANGUE:

2.12.1. O candidato que preencher os requisitos da **Lei Estadual nº 10.567 datada de 07/11/1997 (doador de sangue)** poderá requerer a isenção do pagamento da taxa de inscrição neste Processo Seletivo.

Rua Ademar de Barros, 85 - Centro - Cep 89920-000 - Fone: (49) 3645-2000 - e-mail: rh@guaraciaba.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina

Município de Guaraciaba

2.12.1.1. Equipara-se a doador de sangue, a pessoa que integre a Associação de doadores e que contribua, comprovadamente para estimular de forma direta e indireta, à doação.

2.12.2. O **requerimento de isenção de pagamento da taxa de inscrição para os doadores de sangue** (modelo anexo) deverá ser encaminhado à Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo da Prefeitura Municipal de Guaraciaba, e entregue do dia **10/01/2017 a 30/01/2017**, no endereço da Prefeitura Municipal de Guaraciaba – SC, sito à Rua Ademar de Barros, 85, Centro – Guaraciaba – SC, juntamente com os seguintes documentos:

a) Cópia do requerimento de inscrição;

b) Comprovante expedido por entidade coletora, credenciada pela União, Estado ou pelo Município, de que o candidato é doador de sangue, relacionando o número e a data em que foram realizadas as doações, sendo que não poderá ser inferior a 03 (três) doações anuais. Para ter direito à isenção, o candidato deve comprovar que realizou, no mínimo, 03 (três) doações no período de um ano;

c) No caso o subitem 2.12.1.1, documento específico que comprove que o candidato integre a Associação de doadores de Sangue legalmente constituída e que contribua para estimular de forma direta e indireta a doação, relacionando, minuciosamente as atividades desenvolvidas pelo candidato.

c.1) A entrega dos documentos acima referidos também poderá ser feito por meio postal, através de Sedex a ser encaminhado para a Comissão de Acompanhamento do processo seletivo da Prefeitura Municipal de Guaraciaba - SC, sito à Rua Ademar de Barros, 85, Centro – CEP 89920-000, Guaraciaba - SC, através de cópia autenticada em cartório, sendo que os mesmos **devem estar na Prefeitura** Municipal de Guaraciaba – SC até no máximo dia **31/01/2017**.

2.12.3. A Comissão de Acompanhamento avaliará o pedido de isenção e publicará sua decisão no mural público da Prefeitura Municipal de Guaraciaba – SC e nos sites www.ameosc.org.br e www.guaraciaba.sc.gov.br até o dia **01/02/2017** não sendo encaminhada resposta individual ao candidato, salvo se solicitado.

2.12.4. Os candidatos que tiverem seus pedidos de isenção de pagamento da taxa de inscrição **INDEFERIDOS** poderão participar do presente Concurso Público desde que efetuem o pagamento da taxa de inscrição até às **23h59min do dia 10/02/2017**, como os demais candidatos, através de **DEPOSITO IDENTIFICADO**, conforme dados para depósito informados neste edital.

3. DAS VAGAS RESERVADAS A PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

3.1. O presente Processo Seletivo destina-se a cadastro de reserva e, dessa forma, não havendo número definido de vagas a serem preenchidas, são reservados 5% (cinco por cento) das vagas

Rua Ademar de Barros, 85 - Centro - Cep 89920-000 - Fone: (49) 3645-2000 - e-mail: rh@guaraciaba.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina

Município de Guaraciaba

para pessoas com necessidades especiais, desprezadas as frações, das vagas oferecidas no certame, até a extinção da validade do mesmo, de acordo com a Constituição Federal.

3.2. O candidato considerado pessoa com deficiência que desejar concorrer nesta condição deverá no ato da inscrição informar no campo específico ser portador de necessidades especiais.

3.2.1. Durante o prazo de inscrição, candidato inscrito na condição de portador de necessidades especiais, deverá encaminhar à Secretaria Municipal de Administração (Departamento de Recursos Humanos), sito à Rua Ademar de Barros, 85, Centro – Guaraciaba – SC em horário de expediente da Prefeitura, das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, juntamente com os documentos originais para conferência, (ficarão retidas na Secretaria Municipal de Administração - Departamento de Recursos Humanos - somente as cópias dos documentos, os originais serão devolvidos ao candidato após a conferência) laudo médico firmado por especialista na área, atestando a espécie e o grau de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, bem como a provável causa da deficiência, sendo que posteriormente, se aprovado no presente Processo Seletivo, deverá submeter-se à perícia médica promovida por equipe multiprofissional designada pelo Município de Guaraciaba – SC, que terá decisão terminativa sobre a sua qualificação como portador de necessidades especiais ou não e, sobre o grau de deficiência, que determinará estar ou não, o candidato, capacitado para o exercício do cargo.

3.2.2. A entrega dos documentos acima referidos também poderá ser feito por meio postal, através de Sedex a ser encaminhado para Secretaria Municipal de Administração (Departamento de Recursos Humanos), do Município de Guaraciaba, sito à Rua Ademar de Barros, 85, Centro – CEP 89920-000, Guaraciaba - SC, através de cópia autenticada em cartório, com data máxima de postagem o **último dia de inscrição**.

3.3. A não-observância do disposto nos subitens anteriores acarretará a perda do direito ao pleito da vaga reservada aos candidatos em tais condições.

3.4. As pessoas com deficiência participarão do Processo Seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos.

3.5. O candidato que no dia da prova necessitar de atendimento diferenciado em função de sua deficiência, deverá solicitar por escrito na data da inscrição.

4. DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

4.1. As inscrições que preencherem todas as condições deste Edital serão homologadas e deferidas pela autoridade competente após o encerramento das mesmas, conforme data estabelecida no anexo I (*cronograma*) do presente edital.

4.2. O ato de homologação das inscrições deferidas e a relação das inscrições indeferidas serão publicados em documento afixado no Mural Público Prefeitura Municipal de Guaraciaba – SC, e nos endereços eletrônicos: www.ameosc.org.br e www.guaraciaba.sc.gov.br

Rua Ademar de Barros, 85 - Centro - Cep 89920-000 - Fone: (49) 3645-2000 - e-mail: rh@guaraciaba.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina

Município de Guaraciaba

5. DAS PROVAS

5.1. Da Prova Objetiva

5.1.1. A prova objetiva será obrigatória a todos os candidatos independente do cargo que irão concorrer ou de qualquer outra condição.

5.1.2. A PROVA OBJETIVA será aplicada no dia **04/03/2017, com início às 09 horas, nas dependências da ESCOLA MUNICIPAL PADRE ALFREDO KASPER, sito na rua Reinoldo Ritter, no Município de Guaraciaba – SC.** Em caso de alteração de local da prova este será publicado e divulgado no Mural Público Prefeitura Municipal de Guaraciaba - SC, e nos endereços eletrônicos: www.ameosc.org.br e www.guaraciaba.sc.gov.br

5.1.2.1. A abertura dos portões para o ingresso dos candidatos será a partir das 08 horas.

5.1.2.2. O fechamento dos portões será às 08h40min sendo que a partir deste horário não será mais permitido a entrada de candidatos, sob qualquer alegação.

5.1.2.3. Após o fechamento dos portões o candidato deverá dirigir-se imediatamente a sala de realização de provas, não sendo permitida a permanência do mesmo nos corredores, sendo que a Instituição executora do certame e o Município de Guaraciaba – SC não se responsabilizarão por atrasos na entrada para as salas de aplicação de provas, a qual deverá ocorrer 10 minutos antes do início das provas para instruções necessárias que serão repassados pelos fiscais.

5.1.2.4. Não será permitido o ingresso na sala de aplicação de provas após às 08h50min, sendo que das 08h50min até às 09 horas, horário marcado para início das provas, serão repassadas as instruções ao candidatos pelos fiscais de sala e pela comissão organizadora do concurso.

5.1.2.5. A prova objetiva terá início às 09 horas e término às 11h30min.

5.1.3. A relação de ensalamento será publicada após a homologação das inscrições nos sites www.ameosc.org.br e www.guaraciaba.sc.gov.br

5.1.4. A prova objetiva será realizada em uma única etapa, terá a duração de **02h30min**, incluído o tempo para preenchimento do cartão-resposta e será composta de questões objetivas com quatro alternativas de resposta para cada uma delas, das quais somente 01 (UMA) será a correta e deverá ser assinalada conforme instruções que constarão no cartão resposta e na 1ª página do caderno de provas.

5.1.4.1. As questões da prova objetiva versarão sobre questões de *Conhecimentos Específicos, Língua Portuguesa e Matemática.*

5.1.4.2. A prova objetiva será composta de 20 (vinte) questões inéditas.

5.1.4.3. Os conteúdos programáticos sobre os quais versarão as questões da prova objetiva estão publicados no (Anexo II) do presente edital.

Rua Ademar de Barros, 85 - Centro - Cep 89920-000 - Fone: (49) 3645-2000 - e-mail: rh@guaraciaba.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina

Município de Guaraciaba

5.2. DA PROVA OBJETIVA (Modalidade A) – Serão aplicadas provas de *Conhecimentos Específicos, Língua Portuguesa e Matemática*, conforme quadro abaixo para os cargos de **Médico ESF, Enfermeiro ESF, Odontólogo ESF, Agente Comunitário de Saúde, Técnico em Enfermagem ESF, Auxiliar de Consultório Odontológico ESF, Professor de Artes, Professor de Inglês, Orientador Social e Veterinário**.

Provas	Nº Questões	Peso	Total de Pontos por Disciplina	Nota Mínima do Conjunto Provas 1, 2 e 3.
1 ► Conhecimentos Específicos	12	0,60	7,20	4,00
2 ► Língua Portuguesa	05	0,35	1,75	
3 ► Matemática	03	0,35	1,05	
TOTAL ➡	20	-	10,00	-

5.2.1. Serão considerados classificados os candidatos que obtiverem a nota mínima de **4,00 (quatro)**, no conjunto das provas **1, 2 e 3** (na soma das notas de Conhecimentos Específicos, Língua Portuguesa e Matemática), conforme quadro acima.

5.3. DA PROVA OBJETIVA e PRÁTICA (Modalidade B) - Serão aplicadas provas de *Conhecimentos Específicos, Língua Portuguesa, Matemática e Prova Prática*, conforme quadro abaixo para o cargo de **Motorista - CNH Categoria "D"**.

Prova Objetiva	Nº Questões	Peso	Total de Pontos por Disciplina	Nota Mínima do Conjunto Provas 1, 2 e 3.
1 ► Conhecimentos Específicos	12	0,19	2,28	1,00
2 ► Língua Portuguesa	05	0,09	0,45	
3 ► Matemática	03	0,09	0,27	
TOTAL ➡	20	-	3,00	-

Prova Prática	Total de Pontos (Nota)	Nota Mínima da Prova Prática
Prova Prática	7,00	3,00
TOTAL ➡	7,00	3,00

5.3.1. Para o cargo acima descrito, somente **serão considerados classificados** os candidatos que obtiverem nota mínima de **1,00** (um ponto) no conjunto das provas **1, 2 e 3** (na soma das



Estado de Santa Catarina

Município de Guaraciaba

notas de Conhecimentos Específicos, Língua Portuguesa e Matemática) e nota mínima de **3,00** (três pontos), na prova prática, conforme tabelas acima.

5.4. NORMAS PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA OBJETIVA:

5.4.1. Os candidatos deverão comparecer no local designado para a realização das provas objetivas no horário e data estabelecidos neste Edital, munidos de DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO ORIGINAL (COM FOTOGRAFIA), o não cumprimento deste item impedirá o acesso do candidato ao local de prova.

5.4.2. Será vedado o acesso ao portão de entrada do local de prova ao candidato que se apresentar após o horário determinado no item 5.1.2.2 (08h40min), mesmo que o início da prova tenha sido postergado por motivo de força maior.

5.4.3. Serão considerados documentos de identificação: carteira de identidade, carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (ordens, conselhos, etc.); passaporte; certificado de reservista; carteiras funcionais do Ministério Público; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal valham como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação.

5.4.3.1. Caso o candidato não apresente, no dia de realização das provas, documento de identificação original, por motivo de perda, furto ou roubo, deverá ser apresentado o documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, com data não superior a 30 dias da data da realização da prova do Processo Seletivo.

5.4.3.2. Só serão aceitos documentos no prazo de validade e em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato e sua assinatura.

5.4.4. Para a realização da prova objetiva o candidato receberá um **caderno de questões**, um **cartão resposta**.

5.4.4.1. O candidato deverá apor no **Cartão Resposta**, em local próprio, seu nome legível, nº do documento de identidade e assinatura, bem como as suas respostas por questão, preenchendo por completo o campo que se refere à questão correta, conforme a forma correta, exemplificada no próprio cartão resposta e na primeira folha do caderno de provas, para propiciar a correção com leitura ótica, o qual será lacrado em envelope no final da prova.

5.4.4.3. No **Cartão Resposta** do candidato constará as assinaturas dos fiscais e dos últimos três **(03) candidatos de cada sala**.

5.4.5. Antes de iniciar a resolução da prova o candidato deve conferir se o caderno de questões corresponde ao cargo em que se inscreveu e se está impresso sem falhas ou defeitos que possam comprometer a resolução da prova, bem como enumerada e o candidato deve ler as instruções relacionadas à marcação das respostas.

Rua Ademar de Barros, 85 - Centro - Cep 89920-000 - Fone: (49) 3645-2000 - e-mail: rh@guaraciaba.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina

Município de Guaraciaba

5.4.6. O candidato deverá assinalar no cartão resposta o tipo de prova correspondente que lhe foi entregue. As provas de cada cargo serão identificadas pelos números 1, 2, 3 e 4 e é de responsabilidade do candidato a marcação correta, sendo que a não marcação correta invalidará o cartão resposta.

5.4.6.1. Forma correta de preencher o **Tipo de Prova** e o **Cartão de Resposta (Gabarito)**: 

5.4.7. As respostas das questões da prova objetiva deverão ser transcritas para o cartão de respostas, conforme as instruções constantes na capa do caderno de provas, devendo o candidato utilizar apenas caneta esferográfica nas cores azul ou preta.

5.4.8. O cartão-resposta não será substituído por erro do candidato.

5.4.9. O preenchimento do Cartão-Resposta será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas neste Edital, não sendo permitido que as marcações sejam feitas por outras pessoas, salvo em caso de que o candidato tenha solicitado condição especial para esse fim, que no caso, o candidato será acompanhado por fiscal designado pela Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo.

5.4.10. Serão de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos advindos de marcações feitas incorretamente no Cartão-Resposta.

5.4.11. Serão consideradas marcações incorretas e atribuída nota 0,00 (zero) à questão da prova objetiva que estiver em desacordo com este Edital e com o cartão-resposta, tais como: cuja resposta não coincida com o gabarito oficial; contenha dupla marcação, marcação rasurada ou emendada, campo de marcação não-preenchido integralmente, ou não estiver assinalada no cartão resposta.

5.4.12 A prova será corrigida unicamente pela marcação feita no cartão-resposta e não terão validade quaisquer anotações feitas no caderno de prova.

5.4.13. Ao terminar a prova, o candidato, obrigatoriamente, entregará ao fiscal de sala o cartão-resposta e o cartão identificação.

5.4.14. Só será permitido ao candidato entregar sua prova objetiva após transcorrido, no mínimo, 30 (trinta) minutos do seu início.

5.4.15. O candidato somente poderá ausentar-se temporariamente da sala de provas, durante sua realização, acompanhado de um fiscal.

5.4.16. Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas em virtude de afastamento de candidato da sala de prova.

5.4.17. Os últimos 03 (três) candidatos juntamente com os fiscais de sala e pelo menos um membro da Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo deverão apor no local indicado dos cartões respostas suas assinaturas.

Rua Ademar de Barros, 85 - Centro - Cep 89920-000 - Fone: (49) 3645-2000 - e-mail: rh@guaraciaba.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina

Município de Guaraciaba

5.4.17.1. Os últimos 03 (três) candidatos juntamente com os fiscais de sala e pelo menos um membro da Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo deverão anotar no verso do cartão de respostas eventuais questões deixadas em branco, apondo suas assinaturas no local indicado.

5.4.17.2. Os últimos 03 (três) candidatos juntamente com os fiscais de sala e pelo menos um membro da Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo deverão invalidar o cartão resposta entregue em branco, apondo suas assinaturas no local indicado.

5.4.17.3. Posteriormente procederão ao preenchimento da Ata na qual constarão as ocorrências relativas à prova, tais como: candidatos faltantes, cartões respostas com questões deixadas em branco, cartões respostas deixados em branco e demais anotações que considerarem necessárias.

5.4.17.4. Após a realização das etapas anteriores, os fiscais de sala juntamente com os 03 (três) últimos candidatos e com pelo menos um membro da Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo, lacrarão os envelopes, nos quais estarão acondicionados os cartões resposta, bem como a assinatura destes envelopes, os quais serão deslacrados somente em sessão pública conforme data e horário descritos no cronograma.

5.4.18. No dia de realização das provas não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação das provas, informações referentes ao conteúdo das provas.

5.4.19. O caderno de provas e os gabaritos preliminares serão publicados a partir das 17 horas do primeiro dia útil posterior ao dia da realização das provas nos sites: www.ameosc.org.br e www.guaraciaba.sc.gov.br

5.4.20. O Município de Guaraciaba e a Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina - Ameosc, não assumem qualquer responsabilidade quanto ao transporte, alimentação e/ou alojamento dos candidatos, quando da realização das provas.

5.5. NORMAS PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA PRÁTICA:

5.5.1. A prova será aplicada aos candidatos à função de **MOTORISTA** CNH Categoria “D”.

5.5.2. A prova prática será realizada no dia **04/03/2017**, com início às **13 horas**, tendo como local o Parque de Máquinas da Prefeitura Municipal, junto a **Secretária de Transportes, Obras e Serviços Urbanos**, sito à **Rua Padre Feijó**, centro, nesta cidade de Guaraciaba – SC.

5.5.3. O candidato que não estiver presente no **dia e horário** determinado no item 5.4.2 para realização da prova prática será considerado desistente e, conseqüentemente, eliminado do PROCESSO SELETIVO, sendo que a partir das **13 horas** não será mais permitido o acesso de candidatos ao Parque de Máquinas, sob qualquer alegação. A Instituição executora do certame e o Município de Guaraciaba – SC não se responsabilizarão por atrasos.

Rua Ademar de Barros, 85 - Centro - Cep 89920-000 - Fone: (49) 3645-2000 - e-mail: rh@guaraciaba.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina

Município de Guaraciaba

5.5.4. Na prova prática, para a função de **MOTORISTA**, portadores da CNH Categoria “D”, o candidato será avaliado em 10 (dez) itens, tendo como critérios seu desempenho na condução da máquina ou veículo, sendo avaliados: habilidade/conhecimento (partida/paradas, equipamentos obrigatórios), postura, sinalização (regras de trânsito, de preferência, de mudança de direção, de percurso e de ultrapassagem), manobras (estacionar, frente e marcha a ré, na estrada), câmbio, aceleração, uso do freio (freio motor), retrovisor, direção defensiva, realização de tarefa solicitada. Os conceitos utilizados são: Ótimo (0,70 pontos), Muito Bom (0,60 pontos); Bom (0,50 pontos); Satisfatório (0,40 pontos), Regular (0,30 ponto) e Péssimo (0,00 ponto).

5.5.5. Para a função que se exigir o emprego de veículos, pertencentes ou sob a responsabilidade da Prefeitura Municipal de Guaraciaba – SC, poderá ser a critério da fiscalização, excluído o candidato que demonstrar não possuir a necessária capacidade de manejo.

5.5.6. À nota da prova prática será atribuída pontuação/nota escala **0 (zero) a 7,00 (sete)**.

5.5.7. Para efeitos de atribuição de notas, será eliminado o candidato que não obtiver, no mínimo **3,00 (três)** pontos no total da **prova prática** e também o que não atingir a nota mínima de **1,00 (um)** ponto na **prova objetiva**.

5.5.8. A média final será: Nota da Prova Objetiva somada com a Nota da Prova Prática.

5.5.9. Para a realização da **Prova Prática** o candidato deve apresentar, **obrigatoriamente**, os seguintes documentos:

- a) Documento de Identificação original;
- b) Carteira Nacional Habilitação para o cargo de **MOTORISTA**, portadores da CNH Categoria “D”.

5.5.10. O candidato que faltar, ou seja, não comparecer para realização da prova pratica no dia e local informado nos itens acima estará automaticamente desclassificado do certame.

5.5.11. A Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo reserva-se o direito de, por razões de ordem técnica ou condições meteorológicas alterar a data e o local das provas práticas. Ocorrendo qualquer alteração, os candidatos poderão ser avisados no dia da prova objetiva.

5.5.12. Em caso de impossibilidade de realização de todas as provas praticas na data prevista, a continuidade das mesmas fica automaticamente regulamentada para continuidade no dia seguinte, a partir das 07h30mim até o horário necessário para finalização das mesmas.

5.6. MATERIAIS PERMITIDOS NO LOCAL DE PROVA:

Rua Ademar de Barros, 85 - Centro - Cep 89920-000 - Fone: (49) 3645-2000 - e-mail: rh@guaraciaba.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina

Município de Guaraciaba

5.6.1. O candidato pode ter no local de prova, unicamente:

- a) Documento de identificação;
- b) Caneta esferográfica com tinta de cor azul ou preta, de material transparente;
- c) Lápis preto e borracha;
- d) Água acondicionada em vasilhame fabricado em material transparente sem qualquer etiqueta ou rótulo.

5.7.2. Recomenda-se ao candidato que não traga para o local de prova qualquer material não permitido. Se os trouxer, deve entregar todos os materiais, equipamentos e utensílios não autorizados aos fiscais da sala no momento de acesso a sala de provas.

5.6.3. O Município de Guaraciaba e a Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina - AMEOSC não assumem qualquer responsabilidade pelo extravio de qualquer material trazido ao local de prova.

5.7. É VEDADO DURANTE A REALIZAÇÃO DAS PROVAS:

- a) Ingerir qualquer tipo de alimentos, exceto água;
- b) Fumar;
- c) Comunicação entre os candidatos;
- d) Consulta a materiais (livros, revistas, apostilas, etc.);
- e) Portar ou usar qualquer equipamento eletrônico, como telefone celular, tablet, notebook, bip, calculadora, máquina fotográfica, etc.

5.8. PODERÁ SER EXCLUÍDO DO CERTAME O CANDIDATO QUE:

- a) apresentar-se após o horário estabelecido, não se admitindo qualquer tolerância;
- b) apresentar-se em local diferente da convocação oficial;
- c) não comparecer às provas, seja qual for o motivo alegado;
- d) não apresentar documento que bem o identifique;
- e) ausentar-se da sala de provas sem o acompanhamento do fiscal;
- f) ausentar-se do local de provas antes de decorridos 30 (trinta) minutos do início das provas;

Rua Ademar de Barros, 85 - Centro - Cep 89920-000 - Fone: (49) 3645-2000 - e-mail: rh@guaraciaba.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina

Município de Guaraciaba

g) ausentar-se da sala de provas levando Cartão Resposta e Cartão Identificação ou outros materiais não permitidos;

h) estiver portando armas, mesmo que possua o respectivo porte;

i) lançar mão de meios ilícitos para a execução das provas;

j) for surpreendido em comunicação com outras pessoas ou utilizando-se de livro, anotação, impresso, não permitido ou máquina calculadora ou similar;

k) estiver fazendo uso de qualquer tipo de aparelho eletrônico ou de comunicação (bip, telefone celular, relógios digitais, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, receptor, gravador, *smartphone* ou outros equipamentos similares), bem como protetores auriculares;

l) perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido.

5.8.1. Os aparelhos eletrônicos e pertences dos candidatos deverão ser acondicionados em sacos plásticos que serão lacrados pelos fiscais no momento do ingresso à sala de provas, e assim permanecer até a saída do candidato do local de prova.

6. DA SESSÃO PÚBLICA

6.1. A correção do cartão resposta do candidato será realizada através do processo de leitura digital, em SESSÃO PÚBLICA a ser realizada na Sede da AMEOSC – Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina, sito à Rua Padre Aurélio Canzi, n° 1628, Centro de São Miguel do Oeste - SC, às **09 horas do dia 07/03/2017**, com a projeção das notas em telão para que todos os presentes na sessão possam acompanhar a correção, bem como a identificação do candidato.

6.2. As notas apresentadas na sessão pública serão preliminares, sem os critérios de desempates constantes no item 7 do presente edital.

6.3. A publicação do resultado preliminar ocorre conforme data estabelecida no cronograma do edital. Nesta constará os critérios de desempate constantes no item 7 do presente edital e da nota da prova pratica do cargo de (motorista).

6.4. A sessão será filmada e acompanhada pelos membros da comissão organizadora do certame do município de São Miguel do Oeste e da comissão organizadora da Ameosc e por todos os candidatos e interessados que terão acesso no local devendo assinar lista de presença.

7. DO EMPATE NA NOTA FINAL

7.1. Ocorrendo empate no resultado final das provas, o desempate beneficiará, sucessivamente, o candidato que tiver:

Rua Ademar de Barros, 85 - Centro - Cep 89920-000 - Fone: (49) 3645-2000 - e-mail: rh@guaraciaba.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina

Município de Guaraciaba

7.2. Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, o mais velho até o último dia de inscrição neste Processo Seletivo na forma do dispositivo no parágrafo único de art. 27 da Lei Federal nº 10.741, de 01 de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso);

7.3. Maior número de acertos na prova de Conhecimentos Específicos;

7.4. Maior nota na prova Prática (Motorista);

7.5. Maior número de acertos na prova de Língua Portuguesa;

7.6. Maior número de acertos na prova de Matemática;

7.7. Maior Idade;

7.8. Sorteio Público.

8. DOS GABARITOS: PROVISÓRIOS E DEFINITIVOS

8.1. O gabarito preliminar será divulgado a partir das 17 horas do primeiro dia útil após a realização das provas nos sites: www.ameosc.org.br e www.guaraciaba.sc.gov.br

8.2. Da publicação do gabarito definitivo não caberá qualquer outro tipo de revisão ou recurso administrativo.

9. DOS RECURSOS

9.1. É admitido recurso quanto a divergências:

- a) a não homologação ou indeferimento da inscrição;
- b) na formulação das questões da prova objetiva e prova prática;
- c) no gabarito preliminar divulgado;
- d) ao resultado da divulgação da Classificação Preliminar do Processo Seletivo, para cada cargo.

9.2. Os recursos deverão ser interpostos conforme cronograma do edital (Anexo I).

9.3. Somente será apreciado o recurso expresso em termos convenientes e que apontar a(s) circunstância(s) que o justifique.

9.4. Os **RECURSOS** poderão ser interpostos **VIA ON LINE** – pelo sistema – ou **VIA POSTAL**.

9.4.1. Para a interposição de **RECURSO VIA ONLINE** o candidato deverá seguir os seguintes procedimentos:

a) Acessar o endereço eletrônico: www.ameosc.org.br e clicar no link Concursos.

Rua Ademar de Barros, 85 - Centro - Cep 89920-000 - Fone: (49) 3645-2000 - e-mail: rh@guaraciaba.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina

Município de Guaraciaba

b) Acessar a “Área do Candidato”.

c) Clicar em “recursos e requerimentos”.

d) Preencher *online* o formulário de recursos e enviá-lo via internet, seguindo as instruções nele contidas.

e) Os recursos interpostos a diferentes questões devem ser formulados em diferentes formulários, sendo, um formulário para cada questão. Caso o candidato apresentar recurso de mais de uma questão num mesmo formulário, será apreciado apenas o recurso da primeira questão apresentada no formulário.

9.4.1.1.. O recurso/requerimento interposto fora do respectivo prazo ou em branco não serão conhecidos e os inconsistentes não serão providos.

9.4.1.2. Se na análise dos recursos resultar anulação de questões, os pontos a ela correspondentes serão atribuídos a todos os candidatos do referido cargo, independente de terem recorrido.

9.4.2. Para a interposição de **RECURSO VIA POSTAL** o candidato deverá seguir os seguintes procedimentos:

a) Imprimir e preencher o Formulário de Recurso constante no (modelo anexo);

b) Encaminhar através de correspondência registrada e com aviso de recebimento, postada via SEDEX, no período determinado para os recursos, para o seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Guaraciaba – SC, sito à Rua Ademar de Barros, 85, Centro – CEP 89920-000, Guaraciaba – SC. Encaminhado ao cuidados da secretária de Administração (Departamento de Recursos Humanos) da Prefeitura Municipal de Guaraciaba – SC.

9.4.2.1. É de responsabilidade do candidato imprimir o Formulário de Recursos (modelo anexo), preenche-lo corretamente, assinar e encaminhar para o endereço e nas condições expostas no item anterior.

9.4.2.2. Deverá ser encaminhado apenas e tão somente o Formulário de Recurso contendo as razões do recorrente. Eventuais outros materiais encaminhados juntamente com o Formulário de Recursos serão desconsiderados.

9.4.2.3. Os recursos interpostos a diferentes questões devem ser formulados em diferentes formulários, sendo, um formulário para cada questão. Caso o candidato apresentar recurso de mais de uma questão num mesmo formulário, será apreciado apenas o recurso da primeira questão apresentada no formulário.

9.4.2.4. Poderá ser encaminhado mais de um Formulário de Recurso numa mesma correspondência, desde que cada recurso esteja devidamente identificado.

Rua Ademar de Barros, 85 - Centro - Cep 89920-000 - Fone: (49) 3645-2000 - e-mail: rh@guaraciaba.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina

Município de Guaraciaba

9.4.2.5. Só serão aceitos os recursos enviados via postal que forem entregues à Prefeitura Municipal de Guaraciaba – SC, até às 17 horas do último dia dos recursos, valendo para fins de direito a data e horário constantes do comprovante de entrega da correspondência.

9.4.2.6.. O recurso/requerimento interposto fora do respectivo prazo ou em branco não serão conhecidos e os inconsistentes não serão providos.

9.4.2.7. Se na análise dos recursos resultar anulação de questões, os pontos a ela correspondentes serão atribuídos a todos os candidatos do referido cargo, independente de terem recorrido.

9.5. Os recursos que dizem respeito às provas e aos resultados dela decorrentes serão analisados e dado o parecer pelos profissionais responsáveis pela elaboração da questão do Processo Seletivo.

9.5.1. Não serão aceitos pedidos ou recursos encaminhados de forma diferente dos procedimentos especificados no edital.

9.5.2. O resultado do julgamento dos recursos será publicado conforme o cronograma deste edital, nos sites: www.ameosc.org.br e www.guaraciaba.sc.gov.br

9.5.3. Se houver alteração do gabarito provisório, por força de impugnações ou recursos considerados procedentes, os gabaritos dos candidatos do referido cargo serão corrigidos de acordo com as alterações efetuadas pela Comissão Organizadora da AMEOSC.

9.5.4. Não serão aceitas sobreposições de recursos apresentados pelo mesmo candidato com finalidade de acrescentar ou modificar a redação, argumentação ou comprovação ao requerimento anterior, independente de vigência de prazo.

9.5.5. A decisão exarada nos recursos pela Comissão Organizadora da AMEOSC é irrecorrível na esfera administrativa.

9.5.6. Se do julgamento dos recursos resultar na alteração do resultado final e respectiva classificação, novo Decreto de resultado final será publicado.

10. DO PROVIMENTO DO CARGO

10.1. O provimento do cargo obedecerá rigorosamente à ordem de classificação dos candidatos aprovados.

10.2. Ficam advertidos os candidatos aprovados de que a nomeação e provimento no cargo só lhes serão deferidas no caso de exibirem:

a) cópia legível do Diploma ou Escolaridade exigida para a função;

Rua Ademar de Barros, 85 - Centro - Cep 89920-000 - Fone: (49) 3645-2000 - e-mail: rh@guaraciaba.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina

Município de Guaraciaba

- b) atestado de boa saúde física e mental, podendo, ainda, ser solicitados exames complementares, às expensas do candidato, a serem determinadas pelo serviço Médico do Município;
- c) alvará de folha corrida judicial, para efeitos criminais, fornecidos pelo Foro de residência do candidato;
- d) declaração negativa de não acumulação de empregos/funções no serviço público, vedados em lei;
- e) documento de Inscrição no órgão de Classe para os cargos de nível superior que assim exigir;
- f) demais documentos solicitados pela Divisão de Pessoal e Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Guaraciaba – SC, ou previsto em Legislação Municipal.

10.3. Os candidatos classificados e nomeados estarão regidos pelos Regimes Jurídicos Estatutário ou Celetista, de acordo com o cargo escolhido.

10.4. O candidato aprovado no certame obriga-se a manter atualizado seu endereço junto a Divisão de Pessoal e Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Guaraciaba – SC.

10.5. O presente Processo Seletivo é válido pelo prazo de 01 (um) ano contado da data da homologação do resultado final, podendo ser prorrogado uma vez por até igual período.

10.6. Caso o candidato não possa assumir o cargo quando convocado ficará automaticamente desclassificado.

11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. Em relação às vagas especificadas no item 1.2.1 em CADASTRO DE RESERVA a aprovação no Processo Seletivo não assegura ao candidato sua nomeação, mas apenas a expectativa de ser admitido segundo as vagas existentes ou necessidade futura, na ordem de classificação, ficando a nomeação condicionada às disposições pertinentes e à necessidade e conveniência da prefeitura municipal de Guaraciaba – SC.

11.2. As publicações sobre o Processo Seletivo serão afixadas no Mural Público da Prefeitura de Guaraciaba – SC e nos endereços eletrônicos: www.ameosc.org.br e www.guaraciaba.sc.gov.br

11.3. São impedidos de atuar como membros de quaisquer das comissões deste certame ou de ser responsáveis pela elaboração das provas, cônjuges, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, de candidato cuja inscrição haja sido deferida.

11.4. Os casos não previstos no presente Edital, no que tange ao Processo Seletivo em questão, serão resolvidos, conjuntamente, pela AMEOSC - Associação dos Municípios do Extremo Oeste, SC, e pela Prefeitura Municipal de Guaraciaba – SC, conforme a legislação vigente.

Rua Ademar de Barros, 85 - Centro - Cep 89920-000 - Fone: (49) 3645-2000 - e-mail: rh@guaraciaba.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina

Município de Guaraciaba

11.5. O Prefeito do Município de Guaraciaba – SC, poderá, antes da homologação, suspender, anular ou cancelar o Processo Seletivo mediante casos especiais e fortuitos, não assistindo aos candidatos nenhum direito a reclamações.

11.6. O Foro para dirimir qualquer questão relacionada com o Processo Seletivo é o da Comarca de São Miguel do Oeste – SC.

11.7. Integram o presente Edital para todos os fins e efeitos os seguintes anexos:

ANEXO I – Cronograma;

ANEXO II – Conteúdo Programático;

ANEXO III – Atribuições do Cargo;

ANEXO IV – Requerimento Isenção Taxa de Inscrição Doadores de Sangue;

ANEXO V – Requerimento Portadores de Necessidades Especiais;

ANEXO VI - Requerimento de Inscrição Via Postal; *(somente para candidatos que enviarem inscrição via correio);*

ANEXO VII – Formulário de Recurso Via Postal; *(somente para candidatos que enviarem recursos via correio);*

ANEXO VIII – Portaria, que nomeia a Comissão Organizadora Municipal;

ANEXO IX – Resolução que institui Comissão Organizadora de Concursos da AMEOSC.

ANEXO X – Decreto, que regulamenta a Prova Prática;

Guaraciaba – SC, 09 de janeiro de 2017.

Roque Luiz Meneghini

Prefeito

Vistado na Forma de Lei

Marina Guerini

OAB/SC 28.067

Assessora Jurídica Prefeitura de Guaraciaba



Estado de Santa Catarina

Município de Guaraciaba

ANEXO I

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N° 002/2017

CRONOGRAMA

CRONOGRAMA	DATA	OBSERVAÇÕES
Publicação do Edital	09/01/2017	Em caso de impugnação do edital deverá ser feita por escrito, endereçada ao Prefeito do Município de Guaraciaba – SC, protocolada em horário de expediente da Prefeitura Municipal de Guaraciaba – SC até o dia <u>30/01/2017</u> .
Inscrições	10/01/2017 a 09/02/2017	Pela internet no site: www.ameosc.org.br
Apresentação dos documentos para candidatos Portadores de Necessidades Especiais.	10/01/2017 a 09/02/2017	Durante o prazo de inscrição, encaminhar à Prefeitura Municipal de Guaraciaba – SC, sita à Rua Ademar de Barros, 85, Centro – CEP 89920-000, Guaraciaba – SC. Encaminhado aos cuidados do departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Guaraciaba – SC, durante o horário de expediente
Recebimento de Inscrições para Candidatos que requererem a isenção de taxa de inscrição (<i>Doador de Sangue</i>)	10/01/2017 a 30/01/2017	Pela internet no site: www.ameosc.org.br
Publicação da relação de isenção da taxa de inscrição (<i>Doador de Sangue</i>)	01/02/2017	Pela internet nos sites: www.ameosc.org.br e www.guaraciaba.sc.gov.br . A partir das 17 horas
Período de pagamento da taxa de inscrição para os candidatos que tiveram pedido de isenção de taxa INDEFERIDA . (<i>Doador de Sangue</i>)	02/02/2017 a 10/02/2017	O boleto para impressão em caso de indeferimento deverá ser acessado junto ao site www.ameosc.org.br
Publicação das inscrições Deferidas e Indeferidas	16/02/2017	Pela internet nos sites: www.ameosc.org.br e

Rua Ademar de Barros, 85 - Centro - Cep 89920-000 - Fone: (49) 3645-2000 - e-mail: rh@guaraciaba.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina

Município de Guaraciaba

		www.guaraciaba.sc.gov.br . A partir das 17 horas
Prazo de recursos das inscrições Indeferidas	17 a 20/02/2017	Pela internet no site: www.ameosc.org.br
Parecer dos recursos das inscrições indeferidas e Publicação da Homologação das inscrições	23/02/2017	Pela internet no site: www.ameosc.org.br . A partir das 17 horas
Publicação do Ensalamento	24/02/2017	Pela internet nos sites: www.ameosc.org.br e www.guaraciaba.sc.gov.br . A partir das 17 horas
Prova Objetiva	04/03/2017	<p>A prova objetiva será realizada na <u>Escola Municipal Padre Alfredo Kasper, sito na rua Reinoldo Ritter, no Município de Guaraciaba/sc.</u></p> <p>A abertura dos portões para o ingresso dos candidatos será a partir das 08h.</p> <p>O fechamento dos portões será às 08h40min, sendo que a partir deste horário não será mais permitido a entrada de candidatos, sob qualquer alegação.</p> <p>A prova terá início às 09h e término às 11h30min.</p>
Prova Prática	04/03/2017	<p>A prova prática do cargo de Motorista – CNH Categoria “D” terá início às 13horas.</p> <p>O local de aplicação da Prova Prática será o no Parque de Máquinas da Prefeitura Municipal, sito à Rua Padre Feijó (Secretária Municipal d Transportes, Obras e Serviços Urbanos).</p> <p>A partir das 13horas não será mais permitido o acesso de candidatos a Garagem de Máquinas da Secretária de Transportes e Obras, sob qualquer alegação. A Instituição executora do certame e o Município de Guaraciaba – SC não se responsabilizarão por</p>

Rua Ademar de Barros, 85 - Centro - Cep 89920-000 - Fone: (49) 3645-2000 - e-mail: rh@guaraciaba.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina

Município de Guaraciaba

		atrasos.
Divulgação do Gabarito Preliminar da prova objetiva	06/03/2017	A partir das 17 horas nos sites: www.ameosc.org.br e www.guaraciaba.sc.gov.br
Prazo de recursos do Gabarito Preliminar	07 e 08/03/2017	Pela internet no site: www.ameosc.org.br
Sessão Pública para correção dos cartões respostas e identificação dos candidatos por cargo.	07/03/2017	Às 09hrs, no Auditório da Ameosc, Rua Padre Aurélio Canzi, 1628, na cidade de São Miguel do Oeste – SC.
Publicação do Resultado Preliminar prova objetiva e nota da prova prática	07/03/2017	A relação da classificação preliminar por cargo será publicada nos sites: www.ameosc.org.br e www.guaraciaba.sc.gov.br também no Mural Público da Prefeitura Municipal de Guaraciaba – SC. A partir das 17 horas.
Prazo de recurso referente ao Resultado Preliminar (prova objetiva e prova prática)	08 e 09/03/2017	Pela internet no site: www.ameosc.org.br
Publicação do parecer dos recursos referente a classificação preliminar e Gabarito Preliminar	27/03/2017	Pela internet no site: www.ameosc.org.br e www.guaraciaba.sc.gov.br A partir das 17 horas
Divulgação do Gabarito Oficial /Final	28/03/2017	Pela internet no site: www.ameosc.org.br e www.guaraciaba.sc.gov.br . A partir das 17 horas
Publicação da Classificação/Resultado Final	29/03/2017	A relação da classificação final por cargo será publicada nos sites: www.ameosc.org.br e www.guaraciaba.sc.gov.br e também no Mural Público da Prefeitura Municipal de Guaraciaba – SC.

Rua Ademar de Barros, 85 - Centro - Cep 89920-000 - Fone: (49) 3645-2000 - e-mail: rh@guaraciaba.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina

Município de Guaraciaba

ANEXO II

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N° 002/2017

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO - NÍVEL SUPERIOR

I - LÍNGUA PORTUGUESA:

Compreensão e interpretação de frases, palavras ou textos; encontros vocálicos e consonantais; ortografia; acentuação gráfica; sinais de pontuação; emprego das classes de palavras; análise sintática; sinônimos; concordância nominal e verbal; regência nominal e verbal, crase; colocação pronominal; classificação dos termos da oração; período composto por coordenação; período composto por subordinação.

II - MATEMÁTICA:

Números fracionários e operações. Sistema de medidas decimais. Unidades de comprimento. Medidas de área. Medidas de Volume. Regra de três: simples e composta. Juros: simples e composto. Porcentagem. Equações de 1º e 2º Graus. Logaritmos. Probabilidade. Progressão aritmética. Progressão geométrica. Probabilidades. Análise combinatória. Funções lineares e quadráticas. Interpretação de gráficos. Geometria plana e espacial. Resolução de problemas. Raciocínio Lógico.

III - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

MÉDICO - ESF:

Doenças do Aparelho Cardiovascular. Doenças do Aparelho Respiratório. Pneumonias. Transfusões de sangue e derivados. Doenças do Tecido Conjuntivo e Musculoesqueléticas. Afecções Doenças do Aparelho Digestivo. Doenças Renais e do Trato Urinário. Doenças Endócrinas e do Metabolismo. Doenças Hematológicas e Oncológicas. Doenças Neurológicas. Doenças Psiquiátricas. Doenças Infecciosas. Doenças Dermatológicas. Doenças Oculares. Doenças do Nariz, Ouvido e Garganta. Ginecologia e Obstetrícia. Doenças Reumatológicas. Saúde Pública: Planejamento e Gestão em Saúde; Conceitos de saúde pública e saúde coletiva; Políticas Nacionais de Saúde e Reformas do Estado; Sistema Único de Saúde; Educação em saúde; Promoção de Saúde; Vigilância e prioridades em saúde; Humanização da Assistência à Saúde; Ações e programas de saúde. Ações de atenção à saúde da criança, escolar, adolescente, mulher, homem, idoso. DST/AIDS, mental, tuberculose, hanseníase. Doenças de notificação compulsória. Imunizações. Atenção Básica - Saúde da Família. Estratégia de Saúde da família. Assistência domiciliar. Consciência, educação e boas práticas ambientais no serviço público. Ética Profissional. Constituição da República Federativa do Brasil - Com as Emendas Constitucionais - Dos Princípios Fundamentais - Art. 1º a 4º. Dos Direitos e Garantias Fundamentais - Art. 5º a 17. Da Organização do Estado - Art. 29 a 41. Da Organização dos

Rua Ademar de Barros, 85 - Centro - Cep 89920-000 - Fone: (49) 3645-2000 - e-mail: rh@guaraciaba.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina

Município de Guaraciaba

Poderes - Art. 44 a 69. Da Ordem Social - Art. 193 a 204. Do Meio Ambiente - Art. 225. Da Família, da Criança, do Adolescente, do Jovem e do Idoso - 226 a 230. Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011. Regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 e alterações. Dispõe sobre as condições para a promoção e recuperação da saúde e dá outras providências. Código de Médico Clínico Geral Medicina Geral: Doenças do Aparelho Cardiovascular. Doenças do Aparelho Respiratório. Pneumonias. Transfusões de sangue e derivados. Doenças do Tecido Conjuntivo e Musculoesqueléticas. Afecções Doenças do Aparelho Digestivo. Doenças Renais e do Trato Urinário. Doenças Endócrinas e do Metabolismo. Doenças Hematológicas e Oncológicas. Doenças Neurológicas. Doenças Psiquiátricas. Doenças Infeciosas. Doenças Dermatológicas. Doenças Oculares. Doenças do Nariz, Ouvido e Garganta. Ginecologia e Obstetrícia. Doenças Reumatológicas. Saúde Pública: Planejamento e Gestão em Saúde; Conceitos de saúde pública e saúde coletiva; Políticas Nacionais de Saúde e Reformas do Estado; Sistema Único de Saúde; Educação em saúde; Promoção de Saúde; Vigilância e prioridades em saúde; Humanização da Assistência à Saúde; Ações e programas de saúde. Ações de atenção à saúde da criança, escolar, adolescente, mulher, homem, idoso. DST/AIDS, mental, tuberculose, hanseníase. Doenças de notificação compulsória. Imunizações. Consciência, educação e boas práticas Profissional. Constituição da República Federativa do Brasil - Com as Emendas Constitucionais - Dos Princípios Fundamentais - Art. 1º a 4º. Dos Direitos e Garantias Fundamentais - Art. 5º a 17. Da Organização do Estado - Art. 29 a 41. Da Organização dos Poderes - Art. 44 a 69. Da Ordem Social - Art. 193 a 204. Do Meio Ambiente - Art. 225. Da Família, da Criança, do Adolescente, do Jovem e do Idoso - 226 a 230. Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011. Regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 e alterações. Dispõe sobre as condições para a promoção e recuperação da saúde e dá outras providências. Código de Ética Profissional.

ENFERMEIRO - ESF

Processo de enfermagem: Sistematização da Assistência em Enfermagem; semiologia e semiotécnica em enfermagem; teorias da enfermagem. Biossegurança: conhecimento e medidas de biossegurança; prevenção em controle de riscos ocupacionais e de infecções hospitalares. Enfermagem na gestão em serviços de saúde: planejamento; tomada de decisão; gerenciamento de pessoal e liderança em enfermagem; relacionamento interpessoal; humanização da atenção em saúde; sistema de informação em saúde. Ética e bioética em enfermagem. Organização dos serviços de saúde no Brasil: Sistema Único de Saúde - princípios e diretrizes; controle social; indicadores de saúde; Sistema de notificação e de vigilância epidemiológica e sanitária; endemias/epidemias: situação atual, medidas de controle e tratamento; Norma Operacional Básica do SUS; Lei nº 8.080, de 19/09/1990; Lei nº 8.142, de 28/12/1990. Visita e consulta de enfermagem em domicílio: técnicas e abordagens; estratégias de abordagem a grupos sociais, especialmente à família, à mulher e ao neonato, a grupos em situações vulneráveis e

Rua Ademar de Barros, 85 - Centro - Cep 89920-000 - Fone: (49) 3645-2000 - e-mail: rh@guaraciaba.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina

Município de Guaraciaba

minoritários. Enfermagem em saúde da mulher: Sistematização da Assistência de Enfermagem à mulher; imunização; prevenção do câncer ginecológico e de mama. Climatério. Planejamento familiar: atenção ao casal infértil, atenção à contracepção (métodos reversíveis e irreversíveis) incluindo a contracepção de emergência. Atenção à mulher em abortamento; atenção à mulher vítima de violência doméstica. Enfermagem em saúde materno-neonatal: cuidado de enfermagem à mulher e ao neonato durante o período gravídico-puerperal; trabalho de parto e nascimento; sistematização da assistência de enfermagem à gestante, à parturiente, à puérpera e ao neonato; aleitamento materno. Educação em saúde: educação popular em saúde e sua aplicação na prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde de grupos específicos.

ODONTÓLOGO – ESE:

Conhecimentos básicos inerentes à área de atuação, do conjunto de atribuições do cargo, do serviço público e de servidores públicos municipais. Saúde, direito do cidadão e dever do Estado, na Constituição Federal, e na Lei Orgânica Municipal. SUS – Princípios, diretrizes e normatização (Leis 8.080 e 8.142/ 90). Cariologia. Doenças da polpa e dos tecidos periapicais. Distúrbios do desenvolvimento das estruturas bucais e parabucais. Tumores benignos e malignos da cavidade bucal. Tumores das glândulas salivares. Cistos e tumores de origem odontogênica. Alterações regressivas dos dentes. Infecções bacterianas, virais e micóticas. Disseminação das infecções bucais. Lesões físicas e químicas da cavidade bucal. Manifestações bucais das doenças metabólicas. Doenças do periodonto. Doenças dos nervos e músculos. Anestesiologia local e controle da dor. Técnicas de anestesia regional e local. Anatomia das regiões da cabeça e pescoço. Soluções anestésicas. Emergências no consultório. Flúor. Adesão aos tecidos dentários. Radiologia. Oclusão. Periodontia aplicada à dentística. Restaurações diretas e indiretas em dentes posteriores com resinas compostas. Restaurações diretas em dentes anteriores com resinas compostas. Lesões não cariosas. Restaurações adesivas diretas. Facetas diretas com resinas compostas. Restaurações cerâmicas do tipo Inlay/Onlay. Facetas de porcelana. Restaurações de dentes tratados endodonticamente. Restaurações em dentes fraturados. Materiais odontológicos. Biocompatibilidade dos materiais dentários. Materiais de moldagem. Gesso. Resinas para restauração. Amálgama dental. Cimentos odontológicos. Cerâmicas odontológicas. Materiais de acabamento e polimento. Diagnóstico e plano de tratamento em clínica odontológica infantil. Dor em Odontopediatria. Tratamento nas lesões cariosas em dentes decíduos. Terapia endodôntica em dentes decíduos. Desenvolvimento da oclusão. Cirurgia bucal pediátrica. Traumatismo em dentes anteriores. Selantes de fôssulas e fissuras. Doenças infecciosas de preocupação especial na Odontologia. Avaliação do paciente e proteção pessoal. Princípios de esterilização e desinfecção. AIDS e a prática odontológica. Controle da infecção cruzada na prática odontológica. Odontologia preventiva e social. Organização dos serviços de saúde no Brasil. Pacto pela Saúde. Planejamento, programação e Gestão em saúde. Política Nacional de Atenção Básica no SUS. Política Nacional de Humanização. Programa Brasil Sorridente e suas respectivas portarias. Promoção de Saúde. Sistema de referência e contra referência. Sistema Único de Saúde (Lei 8.080/1990, Lei 8.142/1990). Sistemas de informação em saúde. Plano de Gerenciamento de resíduos de serviços odontológicos. Prevenção e controle de riscos.

Rua Ademar de Barros, 85 - Centro - Cep 89920-000 - Fone: (49) 3645-2000 - e-mail: rh@guaraciaba.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina

Município de Guaraciaba

PROFESSOR II - N1 (INGLÊS):

Interpretação de textos e palavras em inglês. Aprendizagem: Leitura / Escrita. Didática: Métodos, Técnicas, Livro Didático, Recursos / Material Didático. Processo Ensino - Aprendizagem: Avaliação, Recuperação. Planejamento de Aula: Habilidade - Objetivos à avaliação. Métodos e Processos no Ensino da Leitura. Instrumentos / Atividade Pedagógicas. Tendências Pedagógicas. Literatura: Paulo Freire, Cagliari, Piaget, Vygotsky. Educação em âmbito global. Atualidades. Lei do Sistema Municipal de Ensino. Estatuto da Criança e do Adolescente. LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação). Metodologia de Ensino: Metodologia de Ensino: Inglês e conteúdo específico Relacionamento: Professor x Aluno. Função e Papel da Escola.

PROFESSOR II - N1 (ARTES):

Aprendizagem: Avaliação, Recuperação. Planejamento de Aula: Habilidade - Objetivos à avaliação. Tendências Pedagógicas. Literatura: Paulo Freire, Cagliari, Piaget, Vygotsky. Educação em âmbito global. Lei do Sistema Municipal de Ensino. Estatuto da Criança e do Adolescente. LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação). Metodologia de Ensino: Arte e conteúdo específico. O significado da Arte no processo de transformação do homem com os outros homens e com a natureza através do trabalho; Arte-educação como representação e organização do real; Educação Artística na formação da percepção e da sensibilidade do aluno. Pressupostos Metodológicos - Alfabetização Estética: leitura, conhecimento e trabalho artístico. Música: Elemento formal da expressão musical. Música: popular, erudita, folclórica. Teatro - O teatro na Educação. Elementos formais da representação cênica, texto, corpo e espaço cênico.

VETERINÁRIO:

Vigilância Sanitária. Epidemiologia Geral. Vigilância Epidemiológica. Vigilância Ambiental. Zoonoses e Saúde Pública. Higiene e proteção dos alimentos: cuidados higiênicos - sanitários na obtenção e beneficiamento de produto de origem animal, flora microbiana patogênica e alterações. Legislação (Federal e Estadual) no julgamento tecnológico e sanitário: Classificação e funcionamento dos estabelecimentos. Ética e Legislação Profissional. Fisiologia Veterinária - Funções vegetativas: sangue e coagulação; circulação sanguínea, respiração. Funções de relação: sistema nervoso central e sistema nervoso autônomo. Microbiologia Veterinária - Morfologia, citologia, fisiologia, genética e ecologia geral de bactérias, fungos e vírus. Parasitologia Veterinária - Relações entre os seres vivos. Âmbito da parasitologia. Conceitos empregados em parasitologia. Adaptação e ação dos parasitas. Origem do parasitismo. Fundamentos teóricos de Bem Estar Animal e de Bioética. Diretrizes gerais para a Erradicação e a Prevenção da Febre Aftosa. Zoonoses: Brucelose, Febre Amarela, Febre Maculosa, Gripe Aviária, Larva Migrans, Leishmaniose, Leptospirose, Raiva, Toxoplasmose e Tuberculose (agente, espécies acometidas, sintomas nos seres humanos, sinais clínicos nos animais, formas de transmissão, diagnóstico, notificação). Doenças infecciosas e parasitárias: aspectos clínicos, de vigilância epidemiológica e de controle (doenças de interesse para a Saúde Pública). Produtos veterinários: medidas e orientações para o uso responsável (antimicrobianos,

Rua Ademar de Barros, 85 - Centro - Cep 89920-000 - Fone: (49) 3645-2000 - e-mail: rh@guaraciaba.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina

Município de Guaraciaba

endectocidas e inseticidas para grandes e pequenos animais). Código de ética profissional e Regulamentação da profissão de Médico Veterinário. Higiene veterinária e inspeção sanitária de produtos de origem animal: condições de transporte, abate sanitário, tecnologia, processamento, inspeção, fiscalização e comercialização. As boas práticas de fabricação e o sistema APPCC na produção de alimentos. Vigilância sanitária no comércio de alimentos de origem animal: doenças transmitidas por alimentos de origem animal, controle físico-químico e microbiológico de alimentos de origem animal, fiscalização. Doenças de notificação obrigatória no MAPA. Bioclimatologia animal.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO - NÍVEL MÉDIO

I - LÍNGUA PORTUGUESA:

Compreensão e interpretação de texto; coerência e coesão textual; ortografia; pontuação; acentuação gráfica; emprego da norma culta; classes de palavras: substantivo, artigo, adjetivo, numeral, verbo, pronome, advérbio, preposição, conjunção, interjeição; concordância nominal e verbal; regência nominal e verbal, crase; análise sintática.

II - MATEMÁTICA:

Operações fundamentais. Frações e Operações com frações. Expressões algébricas - Fatoração. Produtos notáveis. Regra de três simples e composta. Juros simples. Razão e proporção. Porcentagem. Teoria dos conjuntos. Sistema métrico decimal. Geometria Plana e espacial. Relações trigonométricas do triângulo retângulo. Equações e Funções do 1º e do 2º graus. Sistemas de equações. Sequências Numéricas. Resolução de Problemas. Análise de gráficos. Raciocínio Lógico.

III - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS:

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE:

Lei Orgânica do Município. Sistema Único de Saúde. Lei Orgânica da Saúde – Lei nº 8.080/1990 que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Lei nº 8.142/1990 - Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Portaria nº 2.488/2011 – Revisão das Diretrizes e Normas para a Organização da Atenção Básica para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e Programa Agentes Comunitários de Saúde (PACS). Lei nº 11.350, de 5 de Outubro de 2006. Programa Estratégia Saúde da Família – ESF. Sistemas Nacionais de Informação (SINAN, SISVAN, SINASC, SIAB). Vigilância em saúde (vigilância sanitária, epidemiológica e ambiental). Política Nacional de Promoção Da Saúde. Calendário Básico de Vacinação da criança, adolescente, adultos e idoso. Aleitamento materno. Doenças transmissíveis: vetores, vias de transmissão, sintomas, cuidados

Rua Ademar de Barros, 85 - Centro - Cep 89920-000 - Fone: (49) 3645-2000 - e-mail: rh@guaraciaba.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina

Município de Guaraciaba

e tratamento. O Agente comunitário inserido nos Programas Ministeriais de Saúde: Tuberculose, Hipertensão, Diabetes, DST/AIDS. Atenção à saúde da mulher, da criança e do recém-nascido (RN), do adolescente, do homem e do idoso. Pré-Natal. Parto e Nascimento Humanizado, Puerpério. Aleitamento materno Normas de biossegurança. Humanização e ética na atenção à saúde. Doenças de notificação compulsória. Educação em saúde e acolhimento na Estratégia Saúde da Família. Competências e habilidades do Agente Comunitário de Saúde. Noções Básicas de informática.

TÉCNICO EM ENFERMAGEM ESF:

Código de Ética em Enfermagem. Lei no 7.498, de 25 de junho de 1986. Decreto no 94.406, de 8 de junho de 1987. Central de material e esterilização. Procedimentos de enfermagem. Verificação de sinais vitais, oxigenoterapia e curativos. Biossegurança, Prevenção e Controle de Infecção Hospitalar. Administração de medicamentos. Coleta de materiais para exames. Atuação do técnico de enfermagem em situações de choque, parada cardíaco-respiratória. Assistência de Enfermagem no pré e pós operatório. Enfermagem em saúde pública. Política Nacional de Imunização. Controle de doenças transmissíveis, não transmissíveis e sexualmente transmissíveis. Atendimento aos pacientes com hipertensão arterial, diabetes, doenças cardiovasculares, obesidade, doença renal crônica, hanseníase, tuberculose, dengue e doenças de notificações compulsórias. Programa de assistência integrada à saúde da criança, mulher, homem, adolescente e idoso. Conduta ética dos profissionais da área de saúde. Princípios gerais de segurança no trabalho. Prevenção e causas dos acidentes do trabalho. Princípios de ergonomia no trabalho. Códigos e símbolos específicos de Saúde e Segurança no Trabalho.

AUXILIAR DE CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO ESF:

Recepção do Paciente: ficha clínica e organização de arquivo; Odontologia preventiva; Higiene dentária. Anatomia da cavidade bucal. Anatomia dental. Atribuições da equipe de saúde bucal no programa de saúde da família. Atribuições de pessoal auxiliar em odontologia (Lei 11.889/2008). Biossegurança, controle de infecção, prevenção e controle de riscos. Cárie dentária/cariologia. Dentição humana. Dieta, nutrição, saúde bucal. Doenças periodontais. Doenças transmissíveis e não transmissíveis. Técnicas de escovação supervisionada. Epidemiologia. Equipamento, material e instrumental de uso odontológico. Ergonomia, riscos ocupacionais. Ética. Fluoretos. Identificação dos dentes. Ficha clínica. Imunidade, resistência, seres vivos. Lei Estadual, Municipal de SC referente à saúde bucal. Periodontia, doenças periodontais. Prevenção das doenças bucais. Radiologia odontológica, processamento filme radiográfico. Saúde Pública: História das Políticas de Saúde no Brasil. Educação em Saúde. Financiamento e participação social no SUS. Modelos de atenção e cuidados em saúde. Níveis de prevenção, de atenção e de aplicação. Organização dos serviços de saúde no Brasil. Pacto pela Saúde. Planejamento, programação e Gestão em saúde. Política Nacional de Atenção Básica no SUS. Política Nacional de Humanização. Programa Brasil Sorridente e suas respectivas portarias. Promoção de Saúde. Sistema de referência e contra referência. Sistema Único de Saúde (Lei 8.080/1990, Lei 8.142/1990). Sistemas de informação em saúde. Plano de Gerenciamento de resíduos de serviços odontológicos. Prevenção e controle de riscos.

Rua Ademar de Barros, 85 - Centro - Cep 89920-000 - Fone: (49) 3645-2000 - e-mail: rh@guaraciaba.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina

Município de Guaraciaba

ORIENTADOR SOCIAL:

Conceitos gerais: ética, redução de danos, democracia, rede social, direitos sociais, seguridade social, cidadania, Educação em saúde, Proteção Social, violência social. Noções Básicas sobre as Relações Humanas. Os conselhos de direito: da criança e do adolescente, da saúde, da educação e da assistência social. A importância da participação popular na garantia dos direitos sociais. Fundamentos éticos, legais, teóricos e metodológicos do trabalho com famílias. Dinâmica Familiar: noções básicas. A importância da família no convívio social e na proteção social da criança e do adolescente. Trabalho com grupos. A importância da rede socioassistencial, da busca ativa e trabalho em equipe. Legislação: Constituição Federal de 1988; Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS/1993; Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA/1990; Lei de Diretrizes e Bases da Educação; Política Nacional de Assistência Social - PNAS/2004; Política Nacional do Idoso - PNI/1994; Estatuto do Idoso; Política Nacional de Integração da Pessoa com Deficiência/ 1989; Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem: Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005, pela Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008 e o decreto nº 6.629, de 4 de novembro de 2008.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO - NÍVEL FUNDAMENTAL

I - LÍNGUA PORTUGUESA:

Compreensão e interpretação de texto; coerência e coesão textual; ortografia; pontuação; acentuação gráfica; emprego da norma culta; classes de palavras: substantivo, artigo, adjetivo, numeral, verbo, pronome, advérbio, preposição, conjunção, interjeição; concordância nominal e verbal; regência nominal e verbal, crase; análise sintática.

II - MATEMÁTICA:

Operações fundamentais. Frações e Operações com frações. Regra de três simples. Juros simples. Razão e proporção. Unidades de comprimento, área e volume. Porcentagem. Geometria Plana. Sistema de equações. Resolução de Problemas. Raciocínio Lógico.

III - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

MOTORISTA – CNH Categoria “D”:

Legislação e Sinalização de Trânsito: Código de Trânsito Brasileiro, seus anexos e atualizações. Decretos e demais normas do COTRAN. Normas gerais de circulação e conduta. Conceitos e definições sobre segurança no trânsito. Direção defensiva. Primeiros Socorros. Proteção ao Meio Ambiente. Cidadania. Noções de mecânica básica. Princípios de manutenção de veículos. Tipos de óleos lubrificantes. Sistema elétrico. Sistema de arrefecimento. Manobras. Conhecimentos sobre os instrumentos do painel de comando e manutenção do veículo. Manutenção e reparos no veículo. Avarias sistema de aquecimento, freios, combustão,

Rua Ademar de Barros, 85 - Centro - Cep 89920-000 - Fone: (49) 3645-2000 - e-mail: rh@guaraciaba.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina

Município de Guaraciaba

eletricidade. Controle quilometragem /combustíveis/lubrificantes. Conservação e limpeza do veículo. Condições adversas. Segurança. Instrumentos e Controle. Uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI's). Ética profissional. Regras de comportamento no ambiente de trabalho. Regras de hierarquias no serviço público. Regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho. Zelo pelo patrimônio público.

Rua Ademar de Barros, 85 - Centro - Cep 89920-000 - Fone: (49) 3645-2000 - e-mail: rh@guaraciaba.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina

Município de Guaraciaba

ANEXO III

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 002/2017

ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

MÉDICO - ESF:

- Prestar assistência integral aos indivíduos sob sua responsabilidade; realizar assistência integral (promoção e proteção da saúde, prevenção de agravos, diagnóstico, tratamento, reabilitação e manutenção da saúde) aos indivíduos e famílias em todas as fases do desenvolvimento humano: infância, adolescência, idade adulta e terceira idade;
- Realizar consultas clínicas e procedimentos na USF e, quando indicado ou necessário, no domicílio e/ou nos demais espaços comunitários (escolas, associações etc);
- Realizar atividades de demanda espontânea e programada em clínica médica, pediatria, ginecoobstetrícia, cirurgias ambulatoriais, pequenas urgências clínico- cirúrgicas e procedimentos para fins de diagnósticos;
- Encaminhar, quando necessário, usuários a serviços de média e alta complexidade, respeitando fluxos de referência e contra-referência locais, mantendo sua responsabilidade pelo acompanhamento do plano terapêutico do usuário, proposto pela referência;
- Indicar a necessidade de internação hospitalar ou domiciliar, mantendo a responsabilização pelo acompanhamento do usuário;
- Valorizar a relação médico-paciente e médico-família como parte de um processo terapêutico e de confiança;
- Oportunizar os contatos com indivíduos sadios ou doentes, visando abordar os aspectos preventivos e de educação sanitária;
- Empenhar-se em manter os usuários do sistema de saúde saudáveis e que venham as consultas;
- Executar ações básicas de vigilância epidemiológica e sanitária;
- Executar as ações de assistência nas áreas de atenção à criança, ao adolescente, à mulher, ao trabalhador, ao adulto e aos idosos, realizando também atendimentos de primeiros cuidados nas urgências e pequenas cirurgias ambulatoriais, entre outros;
- Participar do processo de programação e planejamento das ações e da organização do
- Processo de trabalho das unidades de saúde da família;
- Realizar atendimento ambulatorial;
- Participar dos programas de atendimento às populações atingidas por calamidades públicas;
- Integrar-se com execução dos trabalhos de vacinação e saneamento;
- Realizar estudos e inquéritos sobre os níveis de saúde das comunidades e sugerir medidas
- Destinadas à solução dos problemas levantados;
- Participar da elaboração e execução dos programas de erradicação e controle de endemias na área respectiva;

Rua Ademar de Barros, 85 - Centro - Cep 89920-000 - Fone: (49) 3645-2000 - e-mail: rh@guaraciaba.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina

Município de Guaraciaba

- Participar das atividades de apoio médico-sanitário das unidades de saúde da secretaria da municipal de saúde;
 - Emitir laudos e pareceres, quando solicitado;
 - Participar de eventos que visem seu aprimoramento técnico-científico e que atendem os interesses da instituição;
 - Executar trabalhos relativos à regulação de encaminhamentos em geral;
 - Fornecer dados estatísticos de suas atividades;
 - Participar de treinamento para pessoal de nível auxiliar médio e superior, ACS, Auxiliares de Enfermagem, ACD e THD
 - Proceder a notificação das doenças compulsórias a autoridade sanitária local;
 - Prestar à clientela assistência médica especializada, através de:
 - Diagnóstico tratamento e prevenção de moléstias;
 - Educação sanitária;
 - Opinar a respeito da aquisição de aparelhos, equipamentos e materiais a serem utilizados no desenvolvimento de serviços relacionados a sua especialidade;
 - Dirigir veículos oficiais, desde que, para o desempenho das funções e atribuições principais do cargo;
- Desempenhar outras atividades afins;

ODONTÓLOGO – ESF:

- Executar rotinas técnicas de trabalho e procedimentos inerentes à atividade do cirurgião dentista; exames clínicos, radiológicos; diagnósticos e prognósticos; tratamento preventivo básico e ortodôntico; tratamento curativo; anamneses; prescrições de remédios; encaminhamentos e demais atividade correlatas à atribuição funcional;
- Realizar os procedimentos clínicos definidos nas normas operacionais básicas do sistema único de saúde e demais normativas vigentes no que tange a esta atribuição funcional;
- Realizar o tratamento integral, no âmbito da atenção básica para a população adstrita;
- Encaminhar e orientar os usuários que apresentam problemas complexos a outros níveis de assistência, assegurando seu acompanhamento;
- Realizar atendimentos de primeiros cuidados nas urgências;
- Prescrever medicamentos e outras orientações na conformidade dos diagnósticos efetuados;
- Emitir laudos, pareceres e atestados sobre assuntos de sua competência;
- Executar rotinas administrativas de apoio; controle de material odontológico; controle de informações; orientação de pessoal auxiliar; conservação de bens e imóveis;
- Propor e ou participar de ações dentro de princípios de odontologia integral, visando à proteção e recuperação do indivíduo no seu contexto social; através de participação em equipes multidisciplinares;
- Desenvolvimento e participação ativa em programas e técnicas desenvolvidas no Município na área de odontologia;
- Vigilância sanitária e epidemiológica em odontologia;

Rua Ademar de Barros, 85 - Centro - Cep 89920-000 - Fone: (49) 3645-2000 - e-mail: rh@guaraciaba.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina

Município de Guaraciaba

- Executar as ações de assistência integral, aliado à atuação clínica à saúde coletiva, assistindo as famílias, indivíduos ou grupo específicos, de acordo com planejamento local;
- Coordenar ações coletivas voltadas para promoção e prevenção em saúde bucal;
- Programar e supervisionar o fornecimento de insumos para as ações coletivas;
- Capacitar as equipes de saúde da família no que se refere às ações educativas e preventivas em saúde bucal;
- Supervisionar o trabalho desenvolvido pelo THD e o ACD;
- Atender a solicitações, demandas e cronogramas estabelecidos, em sua área, pelo responsável hierárquico;
- Desenvolver ações educativas de promoção à saúde da equipe profissional e da comunidade em geral;
- Requisitar ao órgão competente todo o material necessário;
- Prestar assistência odontológica curativa, priorizando o grupo materno-infantil;
- Prestar assistência odontológica nas Unidades de Ensino dentro da filosofia do sistema incremental;
- Coordenar e participar da assistência prestada às comunidades em situações de emergência e calamidades;
- Promover o incremento e atualização de outras medidas e métodos preventivos e de controle;
- Propor e participar da definição e execução da política de desenvolvimento de recursos humanos;
- Realizar e participar de estudos e pesquisas direcionadas à área de saúde bucal;
- Apresentar propostas de modernização de procedimentos, objetivando maior dinamização dos trabalhos na sua área de atuação;
- Dirigir veículos oficiais, desde que, para o desempenho das funções e atribuições principais do cargo.

Cumprir e fazer cumprir as determinações dos entes governamentais no âmbito dos programas específicos;

ENFERMEIRO – ESE:

- Prestar assistência de enfermagem a nível individual e coletivo, examinando pacientes, orientando, fazendo educação em saúde, acompanhando a evolução, prescrevendo medicamentos conforme protocolos de rotina, registrando o atendimento em documento próprio e referenciando para outros níveis de assistência quando necessário, tudo de acordo com as normas legais vigentes a sua atribuição funcional;
- Supervisionar e coordenar o trabalho do pessoal de enfermagem, assistente administrativo e zeladores, conforme delegação, realizando educação em serviço e em período de adaptação, planejamento cronograma, orientando atividades, avaliando o desempenho técnico-administrativo, fornecendo parecer técnico sobre o aproveitamento do mesmo, visando a boa qualidade do serviço prestado na sua área de atuação;

Rua Ademar de Barros, 85 - Centro - Cep 89920-000 - Fone: (49) 3645-2000 - e-mail: rh@guaraciaba.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina

Município de Guaraciaba

- Participar de equipe multiprofissional na elaboração de diagnósticos de saúde da região, analisando os dados e propondo mecanismos de intervenção prioritários para a melhoria do nível de saúde da população;
- Participar na elaboração, execução, adequação e/ou coordenação de programas e projetos, visando a sistematização e melhoria da qualidade das ações de saúde;
- Promover a integração entre a Unidade Saúde, a comunidade e outros serviços locais, visando a promoção da saúde;
- Participar do planejamento, coordenação, execução e avaliação de campanhas de vacinação, auxiliando no estabelecimento de locais, metas, materiais, equipamentos, pessoal e outros itens necessários;
- Planejar necessidade, avaliar qualidade, controlar e dar pareceres técnicos sobre medicamentos, materiais de consumo, imunobiológicos e equipamentos, solicitando manutenção ou reparo quando necessário;
- Participar de montagem de unidade prestadoras de serviços de saúde, planejando necessidades de equipamentos, materiais e outros;
- Realizar cuidados diretos de enfermagem nas urgências e emergências clínicas, fazendo a indicação para a continuidade da assistência prestada;
- Realizar consulta de enfermagem, solicitar exames complementares, prescrever/transcrever medicações, conforme protocolos estabelecidos nos Programas do Ministério da Saúde e as disposições legais da profissão;
- Executar as ações de assistência integral em todas as fases do ciclo de vida: criança, adolescente, mulher, adulto, e idoso;
- No nível de suas competências, executar assistência básica e ações de vigilância epidemiológica e sanitária;
- Realizar ações de saúde em diferentes ambientes e, quando necessário, no domicílio;
- Realizar as atividades corretamente às áreas prioritárias de intervenção na Atenção Básica, definidas nas normas operacionais de assistência à saúde;
- Aliar a atuação clínica à prática da saúde coletiva;
- Ajudar no transporte de doentes;
- Organizar e coordenar a criação de grupos de patologias específicas, como de hipertensos, de diabéticos, de saúde mental;
- Supervisionar e coordenar ações para capacitação dos Agentes Comunitários de Saúde e equipe de enfermagem, com vistas ao desempenho de suas funções;
- Planejar, gerenciar, coordenar e avaliar as ações desenvolvidas pelos ACS;
- Atender a solicitações, demandas e cronogramas estabelecidos, em sua área;
- Participar no planejamento, execução e avaliação de planos e programas de saúde;
- Fazer consultoria, auditoria e emitir pareceres sobre a matéria de enfermagem;
- Desenvolver educação continuada de acordo com as necessidades identificadas;
- Promover a avaliação periódica da qualidade da assistência de enfermagem prestada;
- Participar do planejamento e prestar assistência em situação de emergência e calamidade pública, quando solicitado;

Rua Ademar de Barros, 85 - Centro - Cep 89920-000 - Fone: (49) 3645-2000 - e-mail: rh@guaraciaba.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina

Município de Guaraciaba

- Fazer curativos, aplicar injeções e outros medicamentos, de acordo com as orientações médicas recebidas;
- Verificar sinais vitais de pessoas e pacientes e registrá-los nos prontuários;
- Efetuar a coleta de materiais para exames laboratoriais e intervenção cirúrgica;
- Elaborar e executar uma política de formação de recursos humanos de enfermagem de acordo com a necessidade da instituição;
- Fazer notificação de doenças transmissíveis;
- Dar assistência de enfermagem no atendimento as necessidades básicas do indivíduo, família e da comunidade de acordo com os programas estabelecidos pela instituição;
- Promover e participar de atividades de pesquisas operacionais e estudos epidemiológicos;
- Elaborar informes técnicos para divulgação;
- Colaborar no desenvolvimento das atividades com a saúde ocupacional da instituição em todos os níveis de atuação;
- Discutir de forma permanente, junto a equipe de trabalho e comunidade, o conceito de cidadania, enfatizando os direitos de saúde e as bases legais que os legitimam;
- Dirigir veículos oficiais, desde que, para o desempenho das funções e atribuições principais do cargo.

Desempenhar outras funções afins;

PROFESSOR II – N1:

- Seguir as diretrizes educacionais do estabelecimento e da Secretaria Municipal de Educação, comprometendo-se não apenas a aceitá-las, mas também a integrar sua ação pedagógica na consecução dos fins e objetivos;
- Executar o trabalho diário de forma a se vivenciar um clima de respeito mútuo e de relações que conduzam à aprendizagem;
- Elaborar programas, planos de curso e planos de aula no que for de sua competência, de conformidade com as diretrizes metodológicas da Escola e com a legislação pertinente;
- Zelar pela aprendizagem e avaliar o desempenho dos alunos, atribuindo-lhes notas ou conceitos nos prazos fixados;
- Cooperar com os Serviços de Orientação Educacional e Supervisão Escolar, no que lhe competir;
- Promover experiências de ensino-aprendizagem diversificadas para atender diferenças individuais;
- Colaborar e comparecer pontualmente às aulas, festividades, reuniões pedagógicas, conselho de classe, atividades extraclasse, treinamentos, palestras e outras promoções;
- Zelar pela disciplina dentro e fora da sala de aula;
- Realizar com clareza, precisão e presteza, toda escrituração referente à execução da programação, frequência e aproveitamento dos alunos;
- Zelar pela conservação dos bens materiais e da integridade da Escola;
- Acompanhar o desenvolvimento dos alunos e comunicar as ocorrências à Direção ou ao Serviço de Orientação Educacional;

Rua Ademar de Barros, 85 - Centro - Cep 89920-000 - Fone: (49) 3645-2000 - e-mail: rh@guaraciaba.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina

Município de Guaraciaba

- Executar as normas estabelecidas no Regimento Escolar, nas diretrizes emanadas dos órgãos superiores e na legislação federal, estadual e municipal pertinente;
 - Participar da elaboração da proposta pedagógica da escola;
 - Estabelecer e implantar estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;
 - Ministras os dias letivos e horas-aula estabelecidos;
 - Participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;
 - Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade;
 - Desempenhar as demais tarefas indispensáveis ao atendimento dos fins educacionais da escola e ao processo de ensino-aprendizagem.
 - Atender a solicitações, demandas e cronogramas estabelecidos, em sua área, pelo responsável hierárquico;
- Dirigir veículos oficiais, desde que, para o desempenho das funções e atribuições principais do cargo.

VETENINÁRIO:

- Executar as atribuições funcionais competentes à medicina animal, visando a prevenção, erradicação e combate as doenças que afetam a produção pecuária e outras atividades correlatas;
- Prestar assistência técnica, prioritariamente, a grupo de produtores e, individual ou coletivamente, aos beneficiários;
- Inspeccionar e fiscalizar locais de produção, manipulação, armazenagem e comercialização de produtos de origem animal, visando à observância de medidas sanitárias, higiênicas e tecnológicas consideradas necessárias;
- Elaborar e coordenar projetos de produção animal, a nível municipal e em parceria com outras entidades;
- Participar e coordenar na realização de exposições, Feiras, Simpósios, Cursos;
- Promover e coordenar a busca de transferência de novas tecnologias que venham a beneficiar a pequena propriedade rural e produção em geral;
- Planejar, orientar e supervisionar a manutenção de linhagens e/ou famílias de animais;
- Promover o melhoramento das espécies animais e fixar caracteres adequados às atividades da entidade;
- Orientar os técnicos laboratoriais quanto à coleta, análise anatomopatológica, histopatológica, hematológica e imunológica;
- Realizar exames clínicos e diagnósticos fazendo uso de coleta de material, sacrifício animal, necropsia e exames de laboratório;
- Prescrever e efetuar tratamento dos animais e promover a profilaxia;
- Efetuar controle epidemiológico dos animais e de zoonoses;
- Auxiliar na saúde pública no controle e tratamento de animais domésticos;
- Exercer a prática clínica em todas as suas modalidades;
- Coordenar a assistência técnica e sanitária aos animais, sob qualquer forma;

Rua Ademar de Barros, 85 - Centro - Cep 89920-000 - Fone: (49) 3645-2000 - e-mail: rh@guaraciaba.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina

Município de Guaraciaba

- Exercer a direção técnica sanitária dos estabelecimentos industriais, comerciais, desportivos, recreativos ou de proteção, onde estejam, permanentemente em exposição, em serviço ou para qualquer outro fim animal, ou produtos de sua origem;
 - Desempenhar a peritagem sobre animais, identificação, defeitos vícios, doenças, acidentes e exames técnicos em questões judiciais;
 - Executar perícias, exames e pesquisas reveladoras de fraudes ou operação dolosa nos animais isentos nas exposições pecuárias;
 - Orientar o ensino, a direção, o controle e os serviços de inseminação artificial;
 - Participar de eventos destinados ao estudo de medicina veterinária;
 - Desenvolver estudos e aplicação de medidas de a saúde pública no tocante à doenças de animais, transmissíveis ao homem;
 - Proceder a padronização e à classificação dos produtos de origem animal;
 - Participar nos exames dos animais para efeito de inscrição nas sociedades de registro genealógico;
 - Realizar pesquisas e trabalhos ligados à biologia geral, à zoologia e à zootecnia bem como a Bromatologia animal em especial;
 - Proceder a defesa da fauna, especialmente, o controle da exploração das espécies de animais silvestres, bem como dos seus produtos;
 - Participar do planejamento e execução rural;
 - Apresentar relatórios periódicos;
 - Prestar assistência técnica gerencial nas propriedades rurais;
 - Prestar assistência técnica agropecuária, visando o bom desenvolvimento das atividades no meio rural;
 - Dirigir veículos oficiais, desde que, para o desempenho das funções e atribuições principais do cargo.
 - Atender a solicitações, demandas e cronogramas estabelecidos, em sua área, pelo responsável hierárquico;
- Realizar as atividades necessárias ao Serviço de Inspeção Municipal – SIM;

TÉCNICO EM ENFERMAGEM ESF:

- Realizar os serviços técnicos de enfermagem e assegurar o atendimento da população, em conformidade com as regras que regulamentam o exercício de sua profissão, editadas pelo Conselho Regional e Federal de Enfermagem e demais normas vigentes;
- Fazer curativos, aplicar injeções e outros medicamentos, de acordo com as orientações prescrição médica e de enfermagem médicas recebidas;
- Verificar sinais vitais de pessoas e pacientes e registrá-los nos prontuários;
- Efetuar a coleta de materiais para exames laboratoriais e intervenção cirúrgica;
- Auxiliar as pessoas e pacientes em sua higiene pessoal, movimentação e alimentação;
- Auxiliar nos cuidados “post mortem”;
- Registrar todas as ocorrências em relação a pacientes e doentes;
- Prestar cuidados especiais aos pacientes em isolamento;

Rua Ademar de Barros, 85 - Centro - Cep 89920-000 - Fone: (49) 3645-2000 - e-mail: rh@guaraciaba.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina

Município de Guaraciaba

- Preparar e esterilizar material, instrumental, equipamentos e ambientes de trabalho, obedecendo às prescrições médicas;
- Zelar pela conservação e higiene de instrumental utilizado;
- Ajudar no transporte de doentes;
- Zelar pela higiene e evitar infecções ou contaminações;
- Zelar pela segurança de pertences de pacientes, antes de encaminhamento de exames, deslocamentos, tratamentos e outros e zelar pela segurança e bem estar desses pacientes;
- Envidar todos os esforços para amenizar sofrimentos e dores, sempre de acordo com as recomendações médicas;
- Desenvolver atividades de apoio nos consultórios médicos, salas de cirurgia, quartos ou locais de tratamento de pacientes;
- Participar das atividades de assistência básica realizando procedimentos regulamentados no exercício de sua profissão na USF e, quando indicado ou necessário, no domicílio e/ou nos demais espaços comunitários (escolas, associações etc);
- Desenvolver trabalhos de conscientização e prevenção de doenças a participar de todos os eventos relacionados à saúde pública do Município;
- Realizar ações de educação em saúde a grupos específicos e a famílias em situação de risco, conforme planejamento da equipe;
- Auxiliar nos socorros de emergência;
- Conferir o material cirúrgico e operar o equipamento de esterilização;
- Fazer asseios nos pacientes e colher material para exame de laboratórios;
- Administrar a medicação prescrita, fazer curativos e controlar os sinais vitais;
- Executar tratamentos diversos como: lavagens, sondagens, nebulizações, aspirações etc;
- Fazer anotações no prontuário das observações e cuidados prestados;
- Atender ao público e cumprir normas em geral;
- Auxiliar ao médico durante a realização de exames e tratamentos;
- Auxiliar nas intervenções cirúrgicas e testar instrumentos cirúrgicos eletrônicos;
- Retirar, lavar, secar, lubrificar todo material cirúrgico;
- Executar outras tarefas de mesma natureza ou nível de complexidade associado à sua especialidade ou ambiente;
- Preencher boletins, diários, fichas, prontuários e demais relatórios que visam o controle e acompanhamento do indivíduo sobre sua responsabilidade;
- Realizar todos os demais trabalhos relacionados à sua profissão, de acordo com o regulamento dos Conselhos Regional e Federal de Enfermagem, com zelo e dedicação, visando a melhoria da saúde pública;
- Atender a solicitações, demandas e cronogramas estabelecidos, em sua área, pelo responsável hierárquico;
- Trabalhar em conformidade às boas práticas, normas e procedimentos de biossegurança;
- Desenvolver, com os Agentes Comunitários de Saúde, atividades de identificação das famílias de risco;

Rua Ademar de Barros, 85 - Centro - Cep 89920-000 - Fone: (49) 3645-2000 - e-mail: rh@guaraciaba.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina

Município de Guaraciaba

- Contribuir, quando solicitado, com o trabalho dos Agentes Comunitários de Saúde nas visitas domiciliares;
 - Acompanhar as consultas de enfermagem dos indivíduos expostos às situações de risco, visando garantir uma melhor monitoria de suas condições de saúde;
 - Executar, segundo sua qualificação profissional, os procedimentos de vigilância sanitária e epidemiológica nas áreas de atenção à criança, à mulher, ao adolescente, ao trabalhador e ao idoso, bem como no controle da tuberculose, hanseníase, doenças crônico-degenerativas e infectocontagiosas;
 - Participar da discussão e organização do processo de trabalho da unidade de saúde;
 - Participar do gerenciamento dos insumos necessários para o adequado funcionamento da USF;
 - Dirigir veículos oficiais, desde que, para o desempenho das funções e atribuições principais do cargo;
- Executar demais atividades correlatas.

AUXILIAR DE CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO ESF:

- Recepcionar as pessoas no consultório dentário, procurando identificá-las e averiguar suas necessidades, para prestar informações, receber recados ou encaminhá-las ao cirurgião dentista e executar tarefas auxiliares ao trabalho do cirurgião dentista, visando a agilização dos serviços;
- Efetuar o controle da agenda de consultas, verificando horários e disponibilidade dos profissionais;
- Receber os pacientes com horário previamente marcados, procurando identificá-los averiguando as necessidades e o histórico dos mesmos;
- Auxiliar o profissional, no atendimento aos pacientes, em tarefas tais como: segurar o sugador de saliva, fazer o afastamento lingual e alcançar materiais e instrumentos odontológicos;
- Fazer a manipulação de material provisório e definitivo usado para restauração dentária;
- Preparar o material anestésico, de sutura, polimento, bem como procede a troca de brocas;
- Preencher com dados necessários a ficha clínica do paciente, após o exame clínico ter sido realizado pelo dentista;
- Fazer a separação do material e instrumentos clínicos em bandejas para ser utilizado pelo profissional;
- Zelar pela boa manutenção de equipamentos e peças;
- Preparar, acondiciona e esteriliza materiais e equipamentos utilizados;
- Colaborar com limpeza e organização do local de trabalho;
- Executar outras atividades correlatas ao cargo e/ou determinadas pelo superior imediato.
- Atender a solicitações, demandas e cronogramas estabelecidos, em sua área, pelo responsável hierárquico;
- Cumprir os protocolos e determinações da ANVISA e da Vigilância Sanitária Estadual.

Rua Ademar de Barros, 85 - Centro - Cep 89920-000 - Fone: (49) 3645-2000 - e-mail: rh@guaraciaba.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina

Município de Guaraciaba

Dirigir veículos oficiais, desde que, para o desempenho das funções e atribuições principais do cargo;

ORIENTADOR SOCIAL:

- Mediar os processos grupais do Serviço;
 - Participar de atividades de planejamento, sistematizar e avaliar o Serviço, juntamente com a equipe de trabalho responsável pela execução;
 - Atuar como referência para crianças/adolescentes e para os demais profissionais que desenvolvem atividades com o Grupo sob sua responsabilidade;
 - Registrar a frequência e as ações desenvolvidas, e encaminhar mensalmente as informações para o profissional de referência do CRAS;
 - Organizar e facilitar situações estruturadas de aprendizagem e de convívio social, explorando e desenvolvendo temas e conteúdo do Serviço;
 - Desenvolver oficinas esportivas, culturais e de lazer, em caso de habilidade para tal;
 - Identificar e encaminhar famílias para o técnico da equipe de referência do CRAS;
 - Participar de atividades de capacitação da equipe de trabalho responsável pela execução do Serviço;
 - Identificar o perfil dos usuários e acompanhar a sua evolução nas atividades desenvolvidas;
 - Informar ao técnico da equipe de referência a identificação de contextos familiares e informações quanto ao desenvolvimento dos usuários em seus múltiplos aspectos (emotivos, de atitudes etc.);
 - Coordenar o desenvolvimento das atividades realizadas com os usuários;
 - Manter arquivo físico da documentação do(s) Grupo(s), incluindo os formulários de registro das atividades e de acompanhamento dos usuários.
 - Atender a solicitações, demandas e cronogramas estabelecidos, em sua área, pelo responsável hierárquico;
 - Apresentar relatório de suas atividades;
 - Dirigir veículos oficiais, desde que, para o desempenho das funções e atribuições principais do cargo;
 - Representatividade nos conselhos que se fizer necessário;
- Desempenhar outras funções afins.

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE:

- Desenvolver e executar ações de prevenção e promoção da Saúde, por meio das ações educativas e coletivas, preferencialmente nos domicílios e na comunidade, sob supervisão competente, cumprindo as condicionalidades estabelecidas pelos programas dos entes federativos;
- Realizar mapeamento de sua área;
- Cadastrar as famílias e atualizar permanentemente esse cadastro;
- Preencher os relatórios indispensáveis de controle, de acordo com o exigido pelo Programa Estratégia Saúde da Família;

Rua Ademar de Barros, 85 - Centro - Cep 89920-000 - Fone: (49) 3645-2000 - e-mail: rh@guaraciaba.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina

Município de Guaraciaba

- Identificar indivíduos e famílias expostos a situações de risco e áreas de risco, comunicando às ESF;
- Orientar as famílias para utilização adequada dos serviços de saúde, encaminhando-as e até agendando consultas, exames e atendimento odontológico, quando necessário;
- Realizar ações e atividades, no nível de suas competências, na áreas prioritárias da Atenção Básicas de acordo com as políticas existentes e conforme orientação dos responsáveis da área;
- Realizar, por meio da visita domiciliar, acompanhamento mensal de todas as famílias sob sua responsabilidade;
- Estar sempre bem informado, e informar aos demais membros da equipe, sobre a situação das famílias acompanhadas, particularmente aquelas em situações de risco;
- Desenvolver ações de educação e vigilância à saúde, com ênfase na promoção da saúde e na prevenção de doenças;
- Promover a educação e a mobilização comunitária, visando desenvolver ações coletivas de saneamento e melhoria do meio ambiente, entre outras;
- Traduzir para a Secretaria de Saúde a dinâmica social da comunidade, suas necessidades, potencialidades e limites;
- Identificar parceiros e recursos existentes na comunidade que possam ser potencializados pela equipe;
- Atender a solicitações, demandas e cronogramas estabelecidos, em sua área, pelo responsável hierárquico;
- Trabalhar com o registro de famílias em base geográfica definida, a micro área;
- Acompanhar mensalmente, por meio de visita domiciliar, todas as famílias e indivíduos sob sua responsabilidade, de acordo com as necessidades definidas pela equipe;
- Participar no processo de programação e planejamento local das ações relativas ao território de abrangência da Unidade de Saúde da Família, com vistas a superação dos problemas identificados;
- Participar de ações Inter setoriais, com a vigilância sanitária, epidemiológica e ambiental a fim de desenvolver ações de saúde, prevenção e monitoramento;
- Dirigir veículos oficiais, desde que, para o desempenho das funções e atribuições principais do cargo;
- Executar demais atividades correlatas

Nota: É permitido ao ACS desenvolver atividades nas unidades básicas de saúde, desde que vinculadas às atribuições acima.

MOTORISTA:

Atividade de natureza operacional, abrangendo condução e conservação de veículos motorizados no transporte oficial de passageiros e carga, e outras atividades correlatas, dentre as quais:

- Conduzir caminhões, ônibus, micro-ônibus, ambulância, motocicletas, veículos leves e outros veículos de pequeno e grande porte, para transporte de carga e de passageiros;

Rua Ademar de Barros, 85 - Centro - Cep 89920-000 - Fone: (49) 3645-2000 - e-mail: rh@guaraciaba.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina

Município de Guaraciaba

- Vistoriar os veículos, verificando o estado dos pneus, o nível de combustível, água e óleo do cárter, testar os freios, sistema elétrico, podendo ainda efetuar pequenos reparos nos veículos, equipamentos e implementos;
 - Zelar pelo andamento da viagem, adotando as medidas cabíveis na prevenção ou solução de qualquer anomalia para garantir a segurança dos passageiros, cargas, transeuntes e outros veículos que estão circulando;
 - Executar e acompanhar a manutenção preventiva e corretiva dos veículos, abastecendo-os, limpando e lubrificando seus componentes e executando outras operações necessárias ao seu funcionamento para conservá-los em condições de uso;
 - Registrar as operações realizadas anotando diariamente, em diário de bordo, os tipos e os períodos de trabalho e os processos utilizados;
 - Examinar as ordens de serviços, verificando o itinerário a ser seguido, os horários, o número de viagens e outras instruções normativas pertinentes;
 - Movimentar os veículos, manipulando seus comandos, e observando o fluxo do trânsito e a sinalização para realizar as operações necessárias a realização dos serviços, sempre observando as medidas de segurança necessárias;
 - Providenciar os serviços de manutenção do veículo, comunicando as falhas e solicitando reparos, para assegurar seu perfeito estado;
 - Recolher os veículos após a jornada de trabalho, conduzindo-a a garagem, para permitir a manutenção e abastecimento dos mesmos.
 - Manter atualizado o documento de Habilitação Profissional;
 - Obedecer na íntegra a legislação de trânsito vigente;
 - Carregar, remover e descarregar materiais como: terra, areia, brita, asfalto e outros materiais utilizando veículos automotores, carrinhos de mão e outros meios, destinados ao recapeamento e a recuperação do leito das rodovias e outras vias de uso coletivo;
 - Conduzir equipamentos em geral disponibilizados pelo município para o desenvolvimento de ações de interesse público;
 - Auxiliar os demais profissionais envolvidos na atividade inerente, oferecendo suporte e logística;
- Orientar e auxiliar na carga e descarga de materiais;
- Zelar pela limpeza e conservação do veículo sob sua responsabilidade;
 - Atender a solicitações, demandas e cronogramas estabelecidos, em sua área, pelo responsável hierárquico;
 - Desempenhar outras tarefas que, por suas características, se incluam na sua esfera de competência;
- Dirigir veículos oficiais, desde que, para o desempenho das funções e atribuições principais do cargo;

Rua Ademar de Barros, 85 - Centro - Cep 89920-000 - Fone: (49) 3645-2000 - e-mail: rh@guaraciaba.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina

Município de Guaraciaba

ANEXO IV

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 002/2017

REQUERIMENTO ISENÇÃO TAXA DE INSCRIÇÃO DOADORES DE SANGUE

Para:

Comissão Organizadora do PROCESSO SELETIVO

Eu _____ portador(a) do documento de identidade sob nº _____, inscrição nº _____, venho solicitar isenção para taxa de inscrição ao Processo Seletivo, Edital nº 002/2017.

Declaro para os devidos fins que preencho os requisitos da ***Lei Estadual nº 10.567 datada de 07/11/1997 (doador de sangue.***

Declaro, sob as penas previstas no artigo 299, do Decreto-Lei nº 2.848, de 07.12.1940 (Código Civil), que as informações constantes neste formulário expressam a verdade e por elas me responsabilizo.

Guaraciaba - SC, ____ de _____ de 2017.

Assinatura Candidato(a)

Documentos anexos:

- 1: _____
- 2: _____
3. _____

Rua Ademar de Barros, 85 - Centro - Cep 89920-000 - Fone: (49) 3645-2000 - e-mail: rh@guaraciaba.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina

Município de Guaraciaba

ANEXO V

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 002/2017

REQUERIMENTO PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

Vaga para Deficiente físico e /ou Condição especial para REALIZAÇÃO de provas.

Eu, _____, portador do documento de identidade nº _____ expedido pelo _____ e CPF sob nº _____, residente e domiciliado na _____, nº _____, Bairro _____, cidade de _____, Estado _____, CEP nº _____, inscrito no Processo Seletivo regido pelo Edital nº 002/2017, do Poder Executivo Municipal de GUARACIABA, inscrição sob nº _____, para o cargo de _____, requeiro a Vossa Senhoria:

1 - () Vaga para portadores de deficiência física: _____ CID nº _____
Nome do Médico _____

2 - () Condição Especial para a realização da prova, sendo a deficiência:

2.1. () Prova com ampliação do tamanho da fonte:

Fonte _____ / Letra _____

2.2. () Sala Especial

Especificar: _____

2.3. () Leitura de Prova

2.4. () Amamentação

Nome do Acompanhante: _____

Horários de amamentação: _____

2.5 () Outra Necessidade Especificar: _____

Pede Deferimento.

_____ SC, ____ de _____ de 2017.

Assinatura Candidato(a)

Rua Ademir de Barros, 85 - Centro - Cep 89920-000 - Fone: (49) 3645-2000 - e-mail: rh@guaraciaba.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina

Município de Guaraciaba

ANEXO VI

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 002/2017

REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO VIA POSTAL

(Somente para candidatos que fizer inscrições via postal)

Para:

Comissão Organizadora do PROCESSO SELETIVO Nº 002/2017

1) Eu _____, portador do documento de identidade nº _____, inscrito no CPF n.º _____ residente e domiciliado a Rua _____, nº _____, Bairro _____, Cidade _____, Estado _____, CEP: _____, SOLICITO inscrição no Processo Seletivo Nº 002/2017, da Prefeitura Municipal de Guaraciaba, para o cargo de _____ *(descrever exatamente conforme especificado no edital)*.

2) Informações para contato:

a) E-mail: _____

b) Telefone Residencial/Comercial: _____

c) Telefone Celular: _____

3) Informações adicionais:

a) Canhoto: () SIM () NÃO

b) Necessidades Especiais: () SIM () NÃO. Qual _____ CID _____

4) Condição Especial para realizar a prova, sendo a deficiência:

a) () Prova com ampliação do tamanho da fonte nº _____

b) () Sala Especial. Especificar: _____

c) () Leitura de Prova. Especificar: _____

d) () Amamentação. Nome do Acompanhante: _____

e) () Outra Necessidade: Especificar: _____

Nestes Termos.

Pede Deferimento.

...../SC, ____ de _____ de 2017.

Assinatura do Requerente

Rua Ademir de Barros, 85 - Centro - Cep 89920-000 - Fone: (49) 3645-2000 - e-mail: rh@guaraciaba.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina
Município de Guaraciaba

ANEXO VII

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 002/2017

FÓRMULÁRIO PARA RECURSOS

(Somente para os recursos encaminhados via postal)

Nome do Candidato: _____

Endereço: _____

Nº Inscrição _____

Cargo: _____

Tipo de Recurso:

- 1 – Contra o edital ()
 2 – Contra indeferimento de inscrição ()
 3 – Contra Inscrição ()
 4 – Contra questão da prova ()
 5 – Contra o Gabarito ()
 6 – Contra a Pontuação Prova ()
 7 - Contra a prova de títulos
 8 – outros () Especificar: _____

Razões do Recurso: _____

[illegible]

Guaraciaba/SC, ____ de _____ de 2017.

Assinatura do Recorrente

Rua Ademar de Barros, 85 - Centro - Cep 89920-000 - Fone: (49) 3645-2000 - e-mail: rh@guaraciaba.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina

Município de Guaraciaba

ANEXO VIII

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N° 002/2017

PORTARIA COMISSÃO ORGANIZADORA MUNICÍPIO DE GUARACIABA

PORTARIA N° 025/2017

De 04 de janeiro de 2017

ROQUE LUIZ MENEZHINI, prefeito municipal de Guaraciaba, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições legais e de conformidade com os dispositivos da Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar: **Graciele Mara Maldaner, Talita Guerini, Andrio Dall Agnol, Felipe Brustolin**, brasileiros(as), servidores públicos municipais, residentes e domiciliados no município, sob a presidência da primeira, para comporem a COMISSÃO MUNICIPAL DO CONCURSO PÚBLICO E TESTE SELETIVO, que terá por objetivo e finalidade o auxílio à Administração para organizar, coordenar, fiscalizar os atos do processo, instaurado através dos Editais nº 001/2017 e 002/2017.

Art. 2º - Compete a Comissão: avaliar as inscrições dos candidatos, verificar quanto a publicidade dos atos, acompanhar e fiscalizar a realização das provas executadas pelos candidatos, sempre de acordo com o contido no regulamento geral do Edital. A Comissão poderá ainda, requisitar recursos humanos, financeiros, materiais, equipamentos e instalações necessárias para a concretização do objetivo, mediante a autorização do chefe do Executivo Municipal.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução do presente Ato correrão à conta do orçamento municipal vigente.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Guaraciaba, 04 de janeiro de 2017.

ROQUE LUIZ MENEZHINI

PREFEITO MUNICIPAL



Estado de Santa Catarina

Município de Guaraciaba

ANEXO IX

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 002/2017

RESOLUÇÃO Nº 001/2017 - COMISSÃO ORGANIZADORA CONCURSOS DA AMEOSC

Dispõe sobre a nomeação de Comissão para acompanhamento de Concursos Públicos e Testes Seletivos realizados pela Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina – AMEOSC e dá outras providências.

CLÁUDIO JUNIOR WESCHENFELDER, Prefeito Municipal de Guarujá do Sul - SC e Presidente da AMEOSC, no uso das atribuições que lhe confere o Estatuto Social da entidade,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os funcionários **JUSSARA SALETE REGINATTO, JACSON FELIX SONAGLIO, UDINARA VANUSA ZANCHETTIN e ÉDINA G. TREMEA SPIRONELLO** para comporem a Comissão Organizadora da Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina – AMEOSC nos Concursos Públicos e Testes Seletivos executados pela entidade.

Art. 2º - Compete a Comissão Organizadora da AMEOSC a elaboração dos editais que regulamentarão os Concursos Públicos e Testes Seletivos executados pela entidade, mediante a supervisão e aquiescência do ente público que solicitou o certame, elaboração e aplicação das provas objetivas e práticas coordenando, fiscalizando e acompanhando as mesmas, correção dos cartões respostas, pontuação e classificação dos candidatos, receber e analisar eventuais recursos interpostos e emitir relação dos candidatos aprovados para homologação da autoridade competente.

Art. 3º - A Comissão Organizadora da Ameosc poderá requisitar, tanto para a Ameosc quanto ao ente público que realiza o processo de seleção, recursos humanos, financeiros, equipamentos, materiais e instalações necessárias para a regular realização dos certames.

Art. 4º - São impedidos de atuar como membros desta comissão cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, de candidato cuja inscrição haja sido deferida.

Parágrafo único: Verificando os membros da presente Comissão o deferimento de inscrição de candidato que seja seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, deverá solicitar seu desligamento da Comissão.

Art. 5º - Esta Resolução entre em vigor na data de sua publicação e vigorará até 31 de dezembro de 2017.

Art. 6º- Revogam-se as disposições em contrário.

São Miguel do Oeste – SC, 02 de janeiro de 2017.

CLÁUDIO JUNIOR WESCHENFELDER

Prefeito Municipal de Guarujá do Sul
Presidente da AMEOSC



Estado de Santa Catarina

Município de Guaraciaba

ANEXO X

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 002/2017

DECRETO QUE REGULAMENTA A PROVA PRÁTICA

Decreto nº 502/2017, de 04 de janeiro de 2017.

Regulamenta a prova prática para a função de Motorista-Categoria D, do Edital de TESTE SELETIVO 002/2017, para contratação de servidores para provimento temporário;

ROQUE LUIZ MENEHINI, Prefeito Municipal de Guaraciaba, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Guaraciaba,

DECRETA:

Art. 1º As provas práticas do TESTE SELETIVO Edital 002/2017 para a função de Motorista-Categoria "D", a que se refere o TESTE SELETIVO do Edital 002/2017 que serão aplicadas pela Ameosc, **no dia 04/03/2017, com início às 13 horas**, tendo como local de encontro o Parque de Máquinas da Prefeitura Municipal, junto a Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, sito a Rua Padre Feijó, parque de máquinas do Município de Guaraciaba (SC), para demonstração de habilidades práticas com equipamentos e ferramentas, quando proceder-se-á entre os candidatos classificados presentes.

I - **MOTORISTA – CNH Categoria "D"**, o candidato será avaliado em 10 (dez) itens, tendo como critérios seu desempenho na condução da máquina ou veículo, sendo avaliados: habilidade/conhecimento (partida/paradas, equipamentos obrigatórios), postura, sinalização (regras de trânsito, de preferência, de mudança de direção, de percurso e de ultrapassagem), manobras (estacionar, frente e marcha a ré, na estrada), câmbio, aceleração, uso do freio (freio motor), retrovisor, direção defensiva, realização de tarefa solicitada. Os conceitos utilizados são: Ótimo (0,70 pontos), Muito Bom (0,60 pontos); Bom (0,50 pontos); Satisfatório (0,40 pontos), Regular (0,30 ponto) e Péssimo (0,00 ponto), com a máquina, conforme segue:

Motorista – CNH D: **Caminhão VW 24280 6x2 ano/mod. 2013/2013, Placas MLL7961.**

Parágrafo único - Em caso de mau tempo que inviabilize a sua realização, as provas serão realizadas em outra data previamente marcada e comunicada aos candidatos através da imprensa rádio e nos endereços eletrônicos www.ameosc.org.br e www.guaraciaba.sc.gov.br.

Art. 2º Ficam convocados e designados os servidores públicos municipais Secretário de Transportes, Obras e Serviços Urbanos para fiscalizar, acompanhar e dar suporte aos ministradores na aplicação das provas práticas, no dia, hora e local fixados.

Rua Ademar de Barros, 85 - Centro - Cep 89920-000 - Fone: (49) 3645-2000 - e-mail: rh@guaraciaba.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina

Município de Guaraciaba

Art. 3º Somente os candidatos munidos de Carteira de Identificação, Ficha de Inscrição e Carteira Nacional de Habilitação correspondente ao solicitado para o cargo ao qual se inscreveu terão acesso à prova prática.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Guaraciaba, em 04 de janeiro de 2017.

ROQUE LUIZ MENEZHINI

Prefeito Municipal

Rua Ademar de Barros, 85 - Centro - Cep 89920-000 - Fone: (49) 3645-2000 - e-mail: rh@guaraciaba.sc.gov.br

Herval d'Oeste

PREFEITURA

CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2017

AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO DE FORNECEDORES
Nº 001/2017

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2017

OBJETO

O presente edital tem por objeto o recebimento das inscrições de novos fornecedores para o exercício de 2017 e promover a atualização de dados dos fornecedores já cadastrados no Cadastro de Fornecedores do Município de Herval d'Oeste, para fins de aquisição de materiais, objetos, equipamentos, prestações de serviços, habilitação em licitação ou para contratação

ENTREGA DOS ENVELOPES

A partir às 08:00 horas do dia 10/01/2016 até 31/12/2016

LOCAL DA ENTREGA

Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, situada na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), Setor de Compras e Licitações.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Artigo. 34 § 1º da. Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, e demais legislação vigente e pertinente à matéria.

EDITAL NA ÍNTEGRA

O Edital na íntegra e seus anexos estão disponíveis no site: www.hervaldoeste.sc.gov.br, sem custo adicional. Para aqueles que tiverem interesse o Edital e seus anexos estão à disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações, situado na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), ao custo de R\$ 20,35 (vinte reais e trinta e cinco centavos). Outras informações pelo fone (49) 3554 0922.

Herval d'Oeste, 09 de janeiro de 2017

AMÉRICO LORINI

Prefeito Municipal

INEXIGIBILIDADE Nº 001/2017

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2017

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2017

OBJETO

Contratação da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT - para prestação de serviços de atividades postais para coleta, transporte e entrega de documentos no âmbito nacional durante o exercício 2017

CONTRATADO

ECT- Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos

VALOR ESTIMADO

R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Artigo 25, inciso I da Lei Federal n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, atualizada.

Herval d'Oeste, 09 de janeiro de 2017.

AMÉRICO LORINI

Prefeito Municipal

INEXIGIBILIDADE Nº 002/2017

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2017

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 002/2017

OBJETO

Contratação do Fundo de Materiais e Impressos Oficiais SC para prestação de serviços de atividades publicação de matérias por meio do Diário Oficial do Estado de Santa Catarina – DOE/SC, durante o exercício 2017

CONTRATADO

Fundo de Materiais e Impressos Oficiais SC

VALOR ESTIMADO

R\$ 10.000,00 (dez mil reais)

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Artigo 25, inciso I da Lei Federal n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, atualizada.

Herval d'Oeste, 09 de janeiro de 2017.

AMÉRICO LORINI

Prefeito Municipal

INEXIGIBILIDADE Nº 003/2017

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2017

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 003/2017

OBJETO

Contratação da Imprensa Nacional para prestação de serviços de atividades publicação de matérias por meio do Diário Oficial da União – DOU, durante o exercício 2017.

CONTRATADO

IMPrensa NACIONAL

VALOR CONTRATO

R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Artigo 25, inciso I da Lei Federal n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, atualizada.

Herval d'Oeste, 09 de janeiro de 2017.

AMÉRICO LORINI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 057/2017

PORTARIA Nº 057/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, ao Servidor LUIZ ERNI BALESTRIN (Matr. 1693), ocupante do Cargo de Provisamento Efetivo de Motorista, Nível – 7, Referência "F", 40 horas semanais, Anexo V da LC Nº 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 13 de janeiro de 2015 e 12 de janeiro de 2016, para serem gozadas a partir de 09 de janeiro de 2017 a 07 de fevereiro de 2017, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 09 de Janeiro de 2017.

Américo Lorini
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 058/2017

PORTARIA Nº 058/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, ao Servidor AMARILDO NASCIMENTO (Matr. 589), ocupante do Cargo de Provisamento Efetivo de Motorista, Nível – 7, Referência "I", 40 horas semanais, Anexo V da LC Nº 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 07 de março de 2015 e 06 de março de 2016, para serem gozadas a partir de 09 de janeiro de 2017 a 07 de fevereiro de 2017, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 09 de Janeiro de 2017.

Américo Lorini
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 059/2017

PORTARIA Nº 059/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, à Servidora CIBELE TEREZINHA COPPI (Matr. 69), ocupante do Cargo de Provisamento Efetivo de Bioquímico, Nível – 10/2, Referência "I", 20 horas semanais, Anexo V da LC Nº 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 02 de fevereiro de 2015 e 01 de fevereiro de 2016, para serem gozadas a partir de 09 de janeiro de 2017 a 07 de

fevereiro de 2017, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 09 de Janeiro de 2017.

Américo Lorini
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 060/2017

PORTARIA Nº 060/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 19 (dezenove) dias de Férias não gozadas, conforme Portarias Nº. 1024/2015 e 841/2016, da Servidora EDIANE APARECIDA SOARES DA SILVA (Matr. 3615), ocupante do Cargo de Provisamento Efetivo de Assistente Social, Nível – 12/1, Referência "A", 30 horas semanais, Anexo V da LC Nº 281/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 10 de setembro de 2013 e 09 de setembro de 2015, para serem gozadas a partir de 09 de janeiro de 2017 a 27 de janeiro de 2017.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 09 de Janeiro de 2017.

Américo Lorini
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 061/2017

PORTARIA Nº 061/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

RETIFICAR E DAR NOVA REDAÇÃO às Portarias Nº 1331 e 1332/2016, do Servidor Público Municipal ANTONIO ALVES DA ROSA (matr. 387), onde se lê: "o qual exercia as funções inerentes ao cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais;" leia-se: "o qual exercia as funções inerentes ao cargo de provimento efetivo de Técnico de Edificações e Manutenção."

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Herval d' Oeste (SC), 09 de Janeiro de 2017.

AMÉRICO LORINI
Prefeito Municipal

TERMO DE AJUSTE Nº 001/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE
CNPJ/MF Nº 82.939.430/0001-38
Rua Nereu Ramos nº 389 – Centro
CONTRATANTE

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE
POSTO ESTRELA LTDA.
CNPJ/MF Nº 78.617.750/0001-02
Rua Santos Dumont, nº 594, Centro
CONTRATADA

TERMO de ajuste Nº 001/2017 DE 06 DE JANEIRO DE 2017

Pelo presente instrumento, a PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE, pessoa jurídica de direito público, estabelecida na Rua Nereu Ramos, nº 389 Centro, Município de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº 82.939.430/0001-38 neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor Américo Lorini, brasileiro, casado, portador do CPF nº 162.730.799-00, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa POSTO ESTRELA LTDA., Pessoa Jurídica de Direito Privado estabelecida na Rua Santos Dumont, nº 594, – Bairro Centro – Município de Herval d'Oeste - Estado do Santa Catarina inscrita no CNPJ sob nº 78.617.750/0001-02, neste ato representado por seu sócio administrador, Senhor Mauro Antonio Dall'Orsoletta, brasileiro, casado, portador do CPF nº 509.673.719-53, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Termo de ajuste a ata de Registro de Preços nº 004A/2016, que tem por objeto o eventual fornecimento de combustíveis para uso nos veículos, máquinas e equipamentos da Frota do município e do Corpo de Bombeiros de Herval d'Oeste pelo período de 12 meses, em decorrência do Processo Licitatório nº 020/2016, na Modalidade de Pregão Presencial nº 008/2016 e suas alterações posteriores, e as seguintes cláusulas:

Cláusula Primeira – Do Objeto

O Presente termo tem por objeto a repactuação dos valores contratados para o fornecimento de Combustíveis.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS VALORES

Considerando o acordo entre as partes, são repactuados os valores para o fornecimento de combustíveis, conforme tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MARCA	VALOR REGIS-TRADO	%	VALOR REPACTU-ADO
01	Gasolina comum	Litro	GP	3,99	- 6,01 %	3,75
02	Óleo diesel comum	Litro	GP	3,15	- 3,24 %	3,048

CLÁUSULA TERCEIRA – DA FORMA DE PAGAMENTO

Altera-se a forma de pagamento a Contratada que passa a constar com a seguinte redação:

§ 1º - Os pagamentos serão efetuados quinzenalmente para a gasolina e semanalmente para o óleo diesel, mediante apresentação da Nota Fiscal/faturas, devidamente atestada pela unidade competente, acompanhada das certidões negativa de débitos junto ao INSS (Federal) e regularidade de FGTS.

CLÁUSULA QUARTA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo aditivo é celebrado com base no artigo 65, inciso II, alíneas d da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e Legislação Complementar.

CLÁUSULA QUINTA – Das Disposições Finais

A publicação deste Termo de ajuste não supre a necessidade de emissão de autorização escrita, para o fornecimento dos itens previstos no instrumento contratual.

Todos os demais itens e cláusulas da ARP Nº 004A/2016, que não foram modificados por força deste Termo de Ajuste, permanecem em pleno vigor sendo o presente assinado pelas partes em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Herval d'Oeste, 06 de janeiro de 2017.

Américo Lorini	Mauro Antonio Dall'Orsoletta
Prefeito Municipal	Sócio Administrador
CPF: 162.730.799-00	CPF: 509.673.719-53

Testemunhas:

Rubens Antonio Correia	Vera Lucia da Silva Bilibio
CPF: 687.857.399-87	CPF: 600.730.049-87

IPREVI/HO**PRESTAÇÃO DE CONTAS MES DEZEMBRO/2016**

Betha Sistemas

Exercício de 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA**INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE HERVAL D'OESTE**

Relatório Prestação de Contas - Dezembro/2016

RECEITAS - ARRECADAÇÃO	R\$
CONTRIBUIÇÃO PATRONAL	260.941,79
RECUPERAÇÃO PASSIVO ATUARIAL	991,35
CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR	280.440,44
RENDIMENTOS DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS	725.256,09
COMPENSAÇÃO REGIMES DE PREVIDENCIA	90.157,90
OUTRAS RECEITAS	0,00
TOTAL DA RECEITA	1.357.787,57
RENTABILIDADE NEGATIVA NAS APLICAÇÕES	(5.304,93)

DESPESAS	R\$
FOLHA DE PAGAMENTOS	373.684,44
AUXÍLIO DOENÇA	65.899,12
SALÁRIO MATERNIDADE	14.798,20
PASEP	4.014,63
TARIFAS BANCÁRIAS	1.600,60
PROGRAMA FOLHA, COMPRAS E CONTABILIDADE	6.042,30
COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA (INSS)	0,00
MATERIAL DE CONSUMO	0,00
MATERIAL PERMANENTE	0,00
SERVIÇOS	7.596,58
TOTAL DA DESPESA	473.635,87

BANCOS/FUNDOS DE INVESTIMENTOS				TOTAL APLICADO
Código	Banco	Agência	Descrição	Saldo
40015	1	2103-2	421988-0 - BB Movimento Taxa De Administração	973,57
46094	1	2103-2	221988-3 - Banco do Brasil SA - Conta Movimento	67.194,26
46130	1	2103-2	12196-7 - BB PREV RF 100% TN IDKA 2	553.321,77
46132	1	2103-2	421988-0 - APLICAÇÃO FIN. BB RF 100 TN IRF-M1 - TX ADMIN	249.719,85
46133	1	2103-2	14894-4 - BB PREVI RF IMA-B COMPREV	1.338.656,45
46134	104	3833-4	3-1 - CAIXA FI AÇÕES BRASIL IBX-50	212.578,51
46136	33	371-3	45000048 - SANTANDER FIC FI MA-B TIT. PUBL.RF LP	1.717.255,70
46141	104	3833-4	3-1 - CEF FI BRASIL IDKA 2A RF LP	3.228.409,34
46142	104	3833-4	3-1 - CEF FI BRASIL REF DI LP	1.721.600,69
46143	104	3833-4	3-1 - CEF FI BRASIL IMA-B5 RF LP	1.474.035,28
46144	104	3833-4	3-1 - CEF FI BRASIL 2018 I TP RF	1.280.769,00
46145	1	2103-2	14895-4 - BB PREV RF FUNDO INV. PERFIL CDI COMPREV	958.700,80
46146	1	2103-2	221988-3 - BB PREVID.RF PERFIL CDI	6.553.855,35
46147	1	2103-2	13204-3 - MACROINVEST GESTÃO DE RECURSOS LTDA.	9.542,00
46148	237	362-0	44889-3 - BRADESCO RENDA FIXA IMA-B TIT PUBL.	1.782.083,82
46149	1	2103-2	12196-7 - BB PREV RF FUND INV. IPCA IV	635.399,57
46150	1	2103-2	221988-3 - BB PREV TP RF IPCA I	676.601,94
46151	1	2103-2	221988-3 - BB PREVID.RF TN IPCA II	486.672,27
46152	1	2103-2	221988-3 - BB PREVID.RF F INV. IPCA III	643.453,02
46153	1	2103-2	221988-3 - BB PREVID.RF TN IRF-M1	901.558,19
46154	104	3833-4	3-1 - CEF RIO BRAVO F.IMOBILIÁRIO RV NEGOC. BOLSA	510.000,00
46155	104	3833-4	3-1 - CEF BRASIL 2024 I TP RF	666.508,00
46156	104	3833-4	3-1 - CEF FI BRASIL IRF-M1 TP RF	8.474.529,23
46157	104	3833-4	3-1 - CEF FIC NOVO BRASIL IMA-B RF LP	1.827.871,63
46324	1	2103-2	12196-7 - BB Previd. Multimercado-	1.023.496,18
46337	1	2103-2	221988-3 - BB Prev.VII Tit.Pub.221988-3 - Aplicação Financeira	976.206,93

Betha Sistemas

Exercício de 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA**INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE HERVAL D'OESTE**

Relatório Prestação de Contas - Dezembro/2016

Código	Banco	Agência	Descrição	Saldo
46338	104	3833-4	3-1 - CAIXA FI BRASIL 2020 V TP RF	1.990.587,63
46339	1	2103-2	221988-3 - BB PREVIDENCIÁRIO RF TIT PÚBLICOS X FI	3.556.565,04
47460	1	2103-2	14895-4 - BB PREVIDENCIÁRIO RF TP X - COMPREV	1.050.572,62
47494	1	2103-2	191604 - BB PREVID IRF-M1 - DEFICIT ATUARIAL	87.639,75
47495	1	2103-2	121967 - BB PREVID TIT PÚBLICOS IMA-B	1.902.875,08
Total de Recursos Aplicados				46.559.233,47

Herval d'Oeste, 3 de Janeiro de 2017

Ibiam

PREFEITURA

PORTARIA Nº 011/2017

PORTARIA Nº 011, DE 03 DE JANEIRO DE 2017

"EXONERA SECRETÁRIO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ADMINISTRATIVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

IVANIR ZANIN, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e com amparo no art. 88, incisos VII, IX e XIII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar do cargo de Secretária Municipal de Planejamento e Gestão Administrativa – CC-3, a Sra. ILEUZA CARLA FELTRIN, nomeada através da Portaria nº 150, de 05 de julho de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente aquelas contidas nas Portarias nº 187, de 23 de agosto de 2016.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 03 DE JANEIRO DE 2017.

IVANIR ZANIN

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

ALCINDO PEROSA

Secretário da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 013/2017

PORTARIA Nº 013, DE 06 DE JANEIRO DE 2017

"NOMEIA O SR. RODILEI BUSATTA PARA O CARGO COMISSIONADO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ADMINISTRATIVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

IVANIR ZANIN, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. V, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal, e de conformidade com o art. 17, da Lei Municipal nº 044, de 21 de julho de 1997, bem como o art. 3º, da Lei n.º 496, de 12 de junho de 2012, RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o Sr. RODILEI BUSATTA, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Municipal de Planejamento e Gestão Administrativa – Nível CC-3, criado pela Lei Municipal nº 044, de 21.07.1997, com nova redação dada pela Lei Municipal nº 404, de 22.05.2009, com os subsídios fixados em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 04 de janeiro de 2017.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 06 DE JANEIRO DE 2017.

IVANIR ZANIN

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

ALCINDO PEROSA

Secretário da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 014/2017

PORTARIA Nº 014, DE 06 DE JANEIRO DE 2017

"DESIGNA SERVIDOR PARA EXERCER INTERINAMENTE O CARGO DE TESOUREIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

IVANIR ZANIN Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas no Art. 74, inciso VII, IX, da Lei Orgânica do Município;

Considerando, que no dia 02 de janeiro de 2017, o candidato aprovado em 1º lugar para o cargo de Tesoureiro – Concurso Público nº 001/2016, foi convocado via e-mail e via correio;

Considerando, que a posse do candidato ocorrerá no prazo de 30 (trinta) dias, contados do ato de convocação expressa do interessado, conforme artigo 21, da Lei Municipal nº 255/2014;

Considerando, que a requerimento do interessado, o prazo da posse poderá ser prorrogado por mais 30 (trinta) dias, conforme parágrafo único, do artigo 21,, da Lei Municipal nº 255/2014; RESOLVE:

Art. 1º. Designar a Sra. CARMELITA CHIESA TRAGANCIN, servidora efetiva, para exercer interinamente o cargo de Tesoureira da Prefeitura Municipal de Ibiam.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 06 DE JANEIRO DE 2017.

IVANIR ZANIN

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

ALCINDO PEROSA

Secretário da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 015/2017

PORTARIA Nº 015, DE 06 DE JANEIRO DE 2017

"NOMEIA SERVIDORES PARA MOVIMENTAREM CONTAS BANCÁRIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

IVANIR ZANIN Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas no Art. 74, inciso VII, IX, da Lei Orgânica do Município; RESOLVE:

Art. 1º. Ficam designados os Senhores CARMELITA CHIESA TRAGANCIN, Tesoureira, inscrita no CPF sob o nº 490.157.709-30 e o senhor IVANIR ZANIN, Prefeito Municipal, inscrito no CPF sob o nº 183.227.439-04, para efetuar movimentações das contas bancárias do CNPJ 01.612.745/0001-74, da Prefeitura Municipal de Ibiam.

Art. 2º. Os representantes do Município de Ibiam terão poderes para:

I. 026 solicitar saldos, extratos e comprovantes;

II. 027 requisitar talonários de cheques;

III. 031 autorizar debito em conta relativo a operações;

IV. 036 retirar cheques devolvidos;

V. 094 sustar/contrordenar cheques;
VI. 095 cancelar cheques;
VII. 096 baixar cheques;
VIII. 098 efetuar resgates/aplicações financeiras;
IX. 099 cadastrar, alterar e desbloquear senhas;
X. 100 efetuar saques - conta corrente;
XI. 104 efetuar pagamentos por meio eletrônico;
XII. 105 efetuar transferências por meio eletrônico;
XIII. 106 efetuar pagamentos, exceto por meio eletrônico;
XIV. 107 efetuar transferências, exceto por meio eletrônico;
XV. 119 liberar arquivos de pagamentos no gerenciador financeiro;
XVI. 124 solicitar saldos/extratos de investimentos;
XVII. 126 emitir comprovantes;
XVIII. 128 efetuar transferência p/ mesma titularidade- m
XIX. 137 consultar obrigações do débito direto autoriza.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.
Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 05 DE JANEIRO DE 2017.

IVANIR ZANIN
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

ALCINDO PEROSA
Secretário da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 016/2017

PORTARIA Nº 016, DE 09 DE JANEIRO DE 2017

“NOMEIA A SRA. SHIRLEY PÔSSERA DA SILVA PARA O CARGO COMISSIONADO DE ASSISTENTE DE GABINETE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

IVANIR ZANIN, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. V, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal, e de conformidade com o art. 15, da Lei Municipal nº 044, de 21 de julho de 1997, RESOLVE:

Art. 1º. Nomear para o cargo de provimento em comissão de Assistente de Gabinete – Nível CC-1 – Anexo 1, da Lei Municipal nº 044, de 21 de julho de 1997, a Sra. SHIRLEY PÔSSERA DA SILVA, com os vencimentos previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 09 DE JANEIRO DE 2017.

IVANIR ZANIN
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

ALCINDO PEROSA
Secretário da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 017/2017

PORTARIA Nº 017, DE 09 DE JANEIRO DE 2017

“NOMEIA O SR. MATHEUS ETHIERRY CERON ZANIN PARA O CARGO COMISSIONADO DE DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

IVANIR ZANIN, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. V, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal, e de conformidade com o art. 15, da Lei Municipal nº 044, de 21 de julho de 1997, RESOLVE:

Art. 1º. Nomear para o cargo de provimento em comissão de Diretor do Departamento de Administração e Finanças – Nível CC-2 – Anexo 1, da Lei Municipal nº 044, de 21 de julho de 1997, a Sra. MATHEUS ETHIERRY CERON ZANIN, com os vencimentos previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 09 DE JANEIRO DE 2017.
IVANIR ZANIN
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

ALCINDO PEROSA
Secretário da Adm. e da Fazenda

Ilhota

PREFEITURA

PORTARIA 013/2017

PORTARIA Nº 013/2017

Erico de Oliveira, Prefeito Municipal de Ilhota, no uso de suas atribuições legais, contidas no art. 72, II e XXV da lei orgânica municipal,

RESOLVE

Designar, O Sr. PAULO ROBERTO DRUN, secretário de Industria e Comércio como GESTOR DE CONVENIOS a partir de 02 de janeiro de 2017. O mesmo exercerá suas atividades sem ônus aos cofres Públicos do Município.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.

Em 02 de janeiro de 2017.

ERICO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

PORTARIA 014/2017

PORTARIA Nº 014/2017

Erico de Oliveira, Prefeito Municipal de Ilhota, no uso de suas atribuições legais, contidas no art. 72, II e XXV da lei orgânica municipal,

RESOLVE

Conceder 90 (noventa) dias de licença prêmio referente ao período aquisitivo de 03/04/2006 à 03/04/2016, à Sra. ANA TERESA ZWOLFER AMERICO, no cargo de ENFERMEIRA, a partir de 02 de janeiro de 2017.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.

Em 02 de janeiro de 2017.

ERICO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

PORTARIA 015/2017

PORTARIA Nº 015/2017

Erico de Oliveira, Prefeito Municipal de Ilhota, no uso de suas atribuições legais, contidas no art. 72, II e XXV da lei orgânica municipal,

RESOLVE

CONCEDER RETORNO, da licença sem vencimentos ao S.r. ADILSON SIEBERT, no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, à partir de 02 de Janeiro de 2017.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.

Em 02 de janeiro de 2017.

ERICO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

PORTARIA 016/2017

PORTARIA Nº 016/2017

Erico de Oliveira, Prefeito Municipal de Ilhota, no uso de suas atribuições legais, contidas no art. 72, II e XXV da lei orgânica municipal,

RESOLVE

Conceder 730 (setecentos e trinta) dias de Licença para tratar de assuntos particulares, à Sra. ANDREA ARIANNA HOSTINS, no cargo de PROFESSORA, a partir de 02 de janeiro de 2017.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.

Em 02 de janeiro de 2017.

ERICO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

PORTARIA 017/2017

PORTARIA Nº 017/2017

Erico de Oliveira, Prefeito Municipal de Ilhota, no uso de suas atribuições legais, contidas no art. 72, II e XXV da lei orgânica municipal,

RESOLVE

CONCEDER RETORNO, da licença sem vencimentos à Sra. ADRIANA CORDEIRO DALCASTAGNE no cargo de Professora, à partir de 02 de Janeiro de 2017.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.

Em 02 de janeiro de 2017.

ERICO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

PORTARIA 018/2017

PORTARIA Nº 18/2017, de 03 de janeiro de 2017.

NOMEIA AS PESSOAS ABAIXO RELACIONADAS, PARA COMPOREM A COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO NO ESTÁGIO PROBATÓRIO

O Prefeito Municipal de Ilhota, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no inciso V do artigo 72 da Lei Orgânica do Município, e do artigo 28 e seguintes da Lei Complementar nº 5/2002, e do Decreto nº 86 de 17 de agosto de 2015, resolve

Art. 1º. Nomear em substituição aqueles designados pela Portaria Nº 438 de 19 de agosto de 2015, a Comissão Permanente de Avaliação de Desempenho no Estágio Probatório, formada pelos seguintes servidores integrantes do quadro de servidores efetivos e

estáveis do Município, e sob a responsabilidade e gestão da Secretaria Municipal de Administração, que fica assim constituída:

I - Anderson Kniess - Presidente;

II - Susana Maria Zimmermann Vieira - Secretária;

III - Eliane Batista Simon - Membro.

Art. 2º. Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

ILHOTA, em 03 de janeiro de 2017.

ERICO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

PORTARIA 019/2017

PORTARIA N° 019/2017

DESIGNA MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ILHOTA.

O Prefeito Municipal de Ilhota, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais previstas no art. 72 da Lei Orgânica do Município e na forma do art. 51 da Lei nº 8.666/93, RESOLVE:

Art. 1º A Comissão Permanente de Licitação do município de Ilhota, fica assim constituída:

DIOGO WERNER	PRESIDENTE
ALVARILDA APARECIDA DE SOUZA	MEMBRO
ROSEVALDO FERREIRA DE BARROS	MEMBRO

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Portaria nº 515 de 07 de dezembro de 2015.

Ilhota, 06 de janeiro de 2017.

ERICO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Imbituba

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA CMI Nº 007/2017

PORTARIA CMI Nº 007/2017

“Nomeia Roberta Kelleter Borges Inhaia Ripoll para o Cargo em Comissão de Assessora Jurídica da Presidência”

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial aquelas conferidas pelo Art. 67 da Lei Orgânica do Município e pelo art. 35, XXIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal, resolve:

Art. 1º Nomear a Senhora Roberta Kelleter Borges Inhaia Ripoll, brasileira, casada, inscrita na OAB/SC com o nº 44.378, portadora do RG de nº 5.395.103 SSP/SC, inscrita no CPF sob o nº 087.094.079-10, para o Cargo em Comissão de Assessora Jurídica da Presidência.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 09 de janeiro de 2017.

Renato Carlos de Figueiredo

Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 09/01/2017.

PORTARIA CMI Nº 008/2017

PORTARIA CMI Nº 008/2017

“Nomeia Pricila Nunes Latrônico para o Cargo em Comissão de Assessora Parlamentar”

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial aquelas conferidas pelo Art. 67 da Lei Orgânica do Município e pelo art. 35, XXIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal, resolve:

Art. 1º Nomear a Senhora Pricila Nunes Latrônico, brasileira, casada, portadora do RG de nº 4.851.656 SSP/SC, inscrita no CPF sob o nº 056.494.579-05, para o Cargo em Comissão de Assessora Parlamentar.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 09 de janeiro de 2017.

Renato Carlos de Figueiredo

Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 09/01/2017.

Indaial

PREFEITURA

CONTRATO Nº 194/2016

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 194/2016

CONTRATADA: GTA PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA.

OBJETO DO CONTRATO: Constitui-se como objeto do presente contrato, a execução dos serviços de recuperação (tapa buraco) de pavimentação em paralelepípedos, lajotas, ladrilhos e piso cimentado, em área total de 20.700,00 m2.

VALOR: R\$530.203,00

PRAZO: 16 de dezembro de 2016 até 16 de dezembro de 2017.

DATA DA ASSINATURA: 16/12/2016.

PORTARIA Nº 1/17

PORTARIA Nº 1/17

De 06 de janeiro de 2017

DELEGA ATRIBUIÇÕES /

AETIUS TIMAR HENNINGS / CASA DA CIDADANIA.

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos II, VIII e XI da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor, RESOLVE,

Delegar atribuições ao Senhor Aetius Timar Hennings, ocupante da função de Coordenador Executivo do Procon para coordenar a gestão da Casa da Cidadania.

Gabinete do Prefeito, em 06 de janeiro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

MANOEL FELIPE BOAVENTURA

Chefe de Gabinete

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2017**ATA DE REGISTRO DE
PREÇOS Nº.1/2017****Processo Licitatório Nº 16/00000164****Pregão Nº 49/2016****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.1/2017**

Aos dois dias do mês de janeiro de dois mil e dezessete, de um lado o **MUNICÍPIO DE INDAIAL**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. **André Luiz Moser**, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 045.251.719-28 e Cédula de Identidade nº 4.365.137, residente e domiciliado à Rua dos Atiradores, nº 141, apartamento 604, Bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de **ÓRGÃO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS – OGRP**; e de outro lado, a(s) empresa(s) adjudicatária(s), doravante denominada simplesmente de **FORNECEDOR**, tem entre si justo e acordado a presente Ata, fundamentado na Lei Federal nº 8.666/93 e o Decreto Municipal nº 654/2014 e vinculada aos termos da proposta apresentada no Processo licitatório 16/00000164 - Pregão Nº 49/2016, observadas as condições do edital, as seguintes condições:

1. FORNECEDOR(ES) REGISTRADO(S):

- 1.1 RUDIPEL RUDNICK PETROLEO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 75.415.075/0002-13, estabelecida à RUA MARCIOLINO DOS SANTOS, nº 1.426 – Bairro CORTICEIRA, no município de Guaramirim – Santa Catarina.

2. DO OBJETO:

- 2.1. Aquisição de combustível óleo diesel S-10 com comodato de tanque de armazenamento.
2.2. Não é permitida, em hipótese alguma, a entrega de equipamentos ou quaisquer componentes refabricados ou recondicionados.

3. VALORES REGISTRADOS:

- 3.1. Estão registrados, através da presente ata, os seguintes valores para os respectivos itens, para cada FORNECEDOR:

3.1.1.

367524 - RUDIPEL RUDNICK PETROLEO LTDA						
Lote: -						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
1	Combustível Óleo Diesel S-10.	LITRO		250.000	R\$2,80	R\$700.000,00
Total Lote:						R\$700.000,00
Total Fornecedor:						R\$700.000,00
Total Homologação:						R\$700.000,00

**ATA DE REGISTRO DE
PREÇOS Nº.1/2017**

- 3.2. Nos preços unitários estão incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários ao perfeito fornecimento dos bens, inclusive as despesas com materiais e/ou equipamentos, mão-de-obra especializada ou não, fretes, mão-de-obra para carga e descarga, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da legislação social trabalhista e previdenciária, da infortunistica do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, bem como o lucro.

4. **REAJUSTE DE PREÇOS:**

- 4.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei Federal no 8.666/93.
- 4.2. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

5. **EXECUÇÃO DAS COMPRAS:**

- 5.1. As compras dos bens objeto do presente Registro de Preços serão realizadas pelo Departamento de Compras do OGRP, através da comunicação da ordem de compra.
- 5.1.1. A Ordem de Compra que conterá as informações básicas da discriminação básica e o número do item dos bens, a quantidade a ser adquirida, a unidade compradora, o fornecedor, condições de entrega e pagamento, e a assinatura do responsável.
- 5.1.2. O OGRP, sempre que achar conveniente, poderá substituir a Ordem de Compra por qualquer outro instrumento hábil para a realização das compras.
- 5.2. O OGRP realizará as compras parceladamente.
- 5.3. Fica entendido que o OGRP não terá qualquer obrigação de aquisição dos itens objeto do edital.

6. **FISCALIZAÇÃO:**

- 6.1. O exercício de fiscalização pelo preposto do OGRP não excluirá nem reduzirá as responsabilidades do FORNECEDOR.
- 6.2. À Fiscalização fica desde já assegurado o direito de:
- 6.2.2. Determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados;
- 6.2.3. 6.2.3. Rejeitar todo e qualquer bem entregue de má qualidade ou em desacordo com o especificado no edital e na proposta, exigindo sua substituição ou correção imediatas;
- 6.2.4. Impugnar todo e qualquer produto em desacordo com as especificações, normas regulamentares, legais e contratuais;
- 6.3. O OGRP, sem prejuízo de suas atribuições de acompanhamento, poderá contratar profissionais consultores ou empresas especializadas, os serviços relativos ao controle qualitativo e quantitativo dos materiais objeto do edital.

7. **PRAZO DE VALIDADE:**

**ATA DE REGISTRO DE
PREÇOS Nº.1/2017**

- 7.1. O prazo de validade da presente Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura.

8. OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR:

- 8.1. Assegurar o fornecimento do objeto conforme as especificações constantes no item 2 da presente ata, com entrega no prazo e no endereço constante no edital.
- 8.2. Providenciar a imediata correção de todas as deficiências detectadas pelo OGRP, quanto ao fornecimento do objeto;
- 8.3. Garantir o pagamento a todos os prestadores de serviço alocados, bem como despesas extraordinárias, quando for o caso;
- 8.4. Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos, materiais ou pessoais, decorrentes de culpa ou dolo, causados por seus empregados ou prepostos, em decorrência do fornecimento do objeto, assegurado o direito de defesa;
- 8.5. Prestar imediatamente quaisquer esclarecimentos solicitados pelo OGRP, respeitados os casos de complexidade para os quais se fixarão prazos específicos;
- 8.6. Comunicar imediatamente o OGRP, de forma detalhada, toda e qualquer ocorrência de acidentes verificada no curso da execução da ata.
- 8.7. Manter até o termo final desta Ata de Registro de Preços todas as obrigações com os órgãos públicos e fiscais, assim como encargos trabalhistas, previdenciários, securitários, tributários e comerciais, resultantes da execução, devidamente regularizados, segundo estabelecido no art. 71 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.
- 8.8. 8.8. Manter, durante toda a execução, as obrigações assumidas relativas a todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Processo Licitatório nº 164/2016 - Edital de Pregão nº 49/2016.

9. OBRIGAÇÕES DO OGRP:

- 9.1. Cumprir e fazer cumprir todas as determinações constantes nesta ata e a legislação vigente correlata à execução do mesmo.
- 9.2. Efetuar o pagamento devido ao FORNECEDOR, na data e forma estabelecida no edital.
- 9.3. Fiscalizar a entrega dos bens objeto da presente Ata, registrando as ocorrências, bem como atestar o recebimento dos mesmos em conformidade com os demais itens.
- 9.4. Recusar o recebimento dos bens em desacordo com as especificações do item 2 da presente Ata, quanto à sua natureza, quantidade ou qualidade, bem como documentos fiscais em desacordo com os bens adquiridos.

10. SANÇÕES:

- 10.1. Advertência, no caso de falta que não motive a aplicação de multa.
- 10.2. Multa, de acordo com os seguintes critérios:
- a) No valor de 0,5% (cinco décimos percentuais) do valor contratado, por dia de atraso injustificado na entrega dos materiais/produtos/equipamentos;

**ATA DE REGISTRO DE
PREÇOS Nº.1/2017**

- b) No valor de 2,0% (dois por cento) do valor contratado por inobservância do item 12.4 da presente Ata de Registro de Preços;
- c) No valor de 2,0% (dois por cento) do valor contratado por descumprimento das OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR, inseridos no item 8, desde que não previstos em outros itens;
- d) No valor de 3,0 % (três por cento) do valor contratado, por acumulação de 03 (três) advertências;
- e) Multa de 5% (cinco por cento) do valor contratado no caso de fornecimento de bens em desacordo com as especificações da presente Ata de Registro de Preços, desde que cause prejuízo ao OGRP;
- f) Multa de 10% (dez por cento) do valor contratado no caso de recusa da entrega dos bens, sem justificativa e aviso prévio ao OGRP;
- g) No valor de 10% (dez por cento) do valor contratado se der causa à Declaração de Inidoneidade.

10.3. Suspensão de Participação em licitações com o Município de Indaial, incluindo a administração direta e indireta, pelo prazo de 05 (cinco) anos, no caso das sanções previstas nas alíneas "e" à "g".

10.4. Declaração de Inidoneidade, nos seguintes casos:

- a) Se o valor acumulado das multas ultrapassarem o 10% (dez por cento) do valor contratado;
- b) Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- c) Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- d) Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

10.5. O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor contratado.

11. RESCISÃO DA ATA:

11.1. Constituem motivo para rescisão da Ata, além dos motivos previstos no art. 78 da Lei Federal no 8.666/93:

- a) descumprir as condições da ata de registro de preços;
- b) não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou,
- d) sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei Federal no 8.666/93, ou no art. 7º da Lei Federal no 10.520/02.

11.2. Será assegurado, a parte que tiver dado motivo à rescisão, o contraditório e a ampla defesa.

12. DISPOSIÇÕES GERAIS:

**ATA DE REGISTRO DE
PREÇOS Nº.1/2017**

- 12.1. Todos os prazos previstos na presente Ata de Registro de Preços são contados como dias corridos, salvo disposição em contrário, e terá seu critério de contagem em consonância com o art. 110 da Lei Federal nº 8.666/93.
- 12.2. Não serão aceitos, em hipótese alguma, acordos verbais entre as partes com a finalidade de alteração ou substituição da Ata de Registro de Preços, ou da Ordem de Compra, ou da Nota de Empenho.
- 12.3. A inadimplência do FORNECEDOR, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.
- 12.4. O FORNECEDOR está terminantemente proibida de efetuar a transferência à terceiros das obrigações do fornecimento dos bens objeto desta Ata de Registro de Preços.

13. FORO:

- 13.1. O foro competente para dirimir possíveis dúvidas, após se esgotarem todas as tentativas de composição amigável, e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação, independente de outro que por mais privilegiado seja, será o da Comarca de INDIAIAL/SC.

14. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:

- 14.1. Aplica-se à presente Ata, nas partes omissas, a seguinte legislação:
- a) Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
 - b) Lei Orgânica do Município de Indaial;
 - c) Lei Federal nº 8.666/93. Lei das Licitações e Contratos Administrativos;
 - d) Lei Federal nº 4.320/64. Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;
 - e) Lei Federal nº 8.078/90. Código de Defesa do Consumidor;
 - f) Lei Federal nº 10.406/02. Código Civil Brasileiro;
 - g) Decreto-Lei nº 3.689/41. Código de Processo Penal;
 - h) Lei Federal nº 7.210/84. Lei de Execução Penal;
 - i) Lei Complementar Federal nº 101/2000. Lei de Responsabilidade Fiscal; e,
 - j) Decreto Municipal no 654/2014.

15. AS PARTES:

- 15.1. Por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus efeitos administrativos.

Indaial/SC, em 2 de janeiro de 2017.

**ATA DE REGISTRO DE
PREÇOS Nº.1/2017**

MUNICÍPIO DE INDIAIAL

André Luiz Moser
Prefeito Municipal

RUDIPEL RUDNICK PETROLEO LTDA

ROLF BAYERL
Sócio Administrador

Testemunhas:

Assinatura: _____

Nome Legível: _____

CPF.: _____

Assinatura: _____

Nome Legível: _____

CPF.: _____

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 030/2016**ATA DE REGISTRO DE
PREÇOS Nº.30/2016****Processo Licitatório Nº 16/00000127****Pregão Nº 38/2016****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.30/2016**

Aos quatro dias do mês de novembro de dois mil e dezesseis, de um lado o **MUNICÍPIO DE INDIAIAL**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. **Sérgio Almir dos Santos**, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de **ÓRGÃO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS – OGRP**; e de outro lado, a(s) empresa(s) adjudicatária(s), doravante denominada simplesmente de **FORNECEDOR**, tem entre si justo e acordado a presente Ata, fundamentado na Lei Federal nº 8.666/93 e o Decreto Municipal nº 654/2014 e vinculada aos termos da proposta apresentada no Processo licitatório 16/00000127 - Pregão Nº 38/2016, observadas as condições do edital, as seguintes condições:

1. FORNECEDOR(ES) REGISTRADO(S):

- 1.1 TRATOR PECAS COM. DE PECAS P/ TRATOR, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 79.905.071/0001-93, estabelecida à RODOVIA BR 101 KM 205, nº 122 – Bairro BARREIROS, no município de São José – Santa Catarina.

2. DO OBJETO:

- 2.1. Aquisição de cerdas e cabos de aços para vassoura e capinadeira mecânicas, para uso em limpeza de vias públicas.
- 2.2. Não é permitida, em hipótese alguma, a entrega de equipamentos ou quaisquer componentes refabricados ou reconicionados.

3. VALORES REGISTRADOS:

- 3.1. Estão registrados, através da presente ata, os seguintes valores para os respectivos itens, para cada FORNECEDOR:

3.1.1.

17124 - TRATOR PECAS COM. DE PECAS P/ TRATOR						
Lote: -						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
1	Cerdas para vassoura mecânica. Jogo contendo 32 (trinta e duas) peças, sendo 22 (vinte e duas) peças em polipropileno, e 10 (dez) peças em aço. Cerdas com 165mm	JOGO		20	R\$600,00	R\$12.000,00

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.30/2016

	interno, 3mm tubular. Fixação em aro de aço. Utilização em limpeza de vias públicas.					
2	Cabos de aço para capinadeira mecânica. Jogo com 28 cabos. Cabo com 1" (uma polegada), 450mm de comprimento, trama externa e interna em aço, sem mistura de outros materiais. Com abraçadeira de fixação e pontilhado de solda para reforço. Utilização em limpeza de vias públicas.	JOGO		30	R\$600,00	R\$18.000,00
Total Lote:						R\$30.000,00
Total Fornecedor:						R\$30.000,00
Total Homologação:						R\$30.000,00

- 3.2. Nos preços unitários estão incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários ao perfeito fornecimento dos bens, inclusive as despesas com materiais e/ou equipamentos, mão-de-obra especializada ou não, fretes, mão-de-obra para carga e descarga, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da legislação social trabalhista e previdenciária, da infortúnica do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, bem como o lucro.

4. REAJUSTE DE PREÇOS:

- 4.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei Federal no 8.666/93.
- 4.2. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

5. EXECUÇÃO DAS COMPRAS:

- 5.1. As compras dos bens objeto do presente Registro de Preços serão realizadas pelo Departamento de Compras do OGRP, através da comunicação da ordem de compra.
- 5.1.1. A Ordem de Compra que conterá as informações básicas da discriminação básica e o número do item dos bens, a quantidade a ser adquirida, a unidade compradora, o fornecedor, condições de entrega e pagamento, e a assinatura do responsável.
- 5.1.2. O OGRP, sempre que achar conveniente, poderá substituir a Ordem de Compra por qualquer outro instrumento hábil para a realização das compras.
- 5.2. O OGRP realizará as compras parceladamente.
- 5.3. Fica entendido que o OGRP não terá qualquer obrigação de aquisição dos itens objeto do edital.

6. FISCALIZAÇÃO:

- 6.1. O exercício de fiscalização pelo preposto do OGRP não excluirá nem reduzirá as

**ATA DE REGISTRO DE
PREÇOS Nº.30/2016**

responsabilidades do FORNECEDOR.

- 6.2. À Fiscalização fica desde já assegurado o direito de:
- 6.2.2. Determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados;
- 6.2.3. 6.2.3. Rejeitar todo e qualquer bem entregue de má qualidade ou em desacordo com o especificado no edital e na proposta, exigindo sua substituição ou correção imediatas;
- 6.2.4. Impugnar todo e qualquer produto em desacordo com as especificações, normas regulamentares, legais e contratuais;
- 6.3. O OGRP, sem prejuízo de suas atribuições de acompanhamento, poderá contratar profissionais consultores ou empresas especializadas, os serviços relativos ao controle qualitativo e quantitativo dos materiais objeto do edital.

7. PRAZO DE VALIDADE:

- 7.1. O prazo de validade da presente Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura.

8. OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR:

- 8.1. Assegurar o fornecimento do objeto conforme as especificações constantes no item 2 da presente ata, com entrega no prazo e no endereço constante no edital.
- 8.2. Providenciar a imediata correção de todas as deficiências detectadas pelo OGRP, quanto ao fornecimento do objeto;
- 8.3. Garantir o pagamento a todos os prestadores de serviço alocados, bem como despesas extraordinárias, quando for o caso;
- 8.4. Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos, materiais ou pessoais, decorrentes de culpa ou dolo, causados por seus empregados ou prepostos, em decorrência do fornecimento do objeto, assegurado o direito de defesa;
- 8.5. Prestar imediatamente quaisquer esclarecimentos solicitados pelo OGRP, respeitados os casos de complexidade para os quais se fixarão prazos específicos;
- 8.6. Comunicar imediatamente o OGRP, de forma detalhada, toda e qualquer ocorrência de acidentes verificada no curso da execução da ata.
- 8.7. Manter até o termo final desta Ata de Registro de Preços todas as obrigações com os órgãos públicos e fiscais, assim como encargos trabalhistas, previdenciários, securitários, tributários e comerciais, resultantes da execução, devidamente regularizados, segundo estabelecido no art. 71 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.
- 8.8. 8.8. Manter, durante toda a execução, as obrigações assumidas relativas a todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Processo Licitatório nº 127/2016 - Edital de Pregão nº 38/2016.

9. OBRIGAÇÕES DO OGRP:

- 9.1. Cumprir e fazer cumprir todas as determinações constantes nesta ata e a legislação vigente correlata à execução do mesmo.
- 9.2. Efetuar o pagamento devido ao FORNECEDOR, na data e forma estabelecida no edital.

**ATA DE REGISTRO DE
PREÇOS Nº.30/2016**

9.3. Fiscalizar a entrega dos bens objeto da presente Ata, registrando as ocorrências, bem como atestar o recebimento dos mesmos em conformidade com os demais itens.

9.4. Recusar o recebimento dos bens em desacordo com as especificações do item 2 da presente Ata, quanto à sua natureza, quantidade ou qualidade, bem como documentos fiscais em desacordo com os bens adquiridos.

10. SANÇÕES:

10.1. Advertência, no caso de falta que não motive a aplicação de multa.

10.2. Multa, de acordo com os seguintes critérios:

- a) No valor de 0,5% (cinco décimos percentuais) do valor contratado, por dia de atraso injustificado na entrega dos materiais/produtos/equipamentos;
- b) No valor de 2,0% (dois por cento) do valor contratado por inobservância do item 12.4 da presente Ata de Registro de Preços;
- c) No valor de 2,0% (dois por cento) do valor contratado por descumprimento das OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR, inseridos no item 8, desde que não previstos em outros itens;
- d) No valor de 3,0 % (três por cento) do valor contratado, por acumulação de 03 (três) advertências;
- e) Multa de 5% (cinco por cento) do valor contratado no caso de fornecimento de bens em desacordo com as especificações da presente Ata de Registro de Preços, desde que cause prejuízo ao OGRP;
- f) Multa de 10% (dez por cento) do valor contratado no caso de recusa da entrega dos bens, sem justificativa e aviso prévio ao OGRP;
- g) No valor de 10% (dez por cento) do valor contratado se der causa à Declaração de Inidoneidade.

10.3. Suspensão de Participação em licitações com o Município de Indaial, incluindo a administração direta e indireta, pelo prazo de 05 (cinco) anos, no caso das sanções previstas nas alíneas "e" à "g".

10.4. Declaração de Inidoneidade, nos seguintes casos:

- a) Se o valor acumulado das multas ultrapassarem o 10% (dez por cento) do valor contratado;
- b) Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- c) Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- d) Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

10.5. O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor contratado.

11. RESCISÃO DA ATA:

**ATA DE REGISTRO DE
PREÇOS Nº.30/2016**

- 11.1. Constituem motivo para rescisão da Ata, além dos motivos previstos no art. 78 da Lei Federal no 8.666/93:
- a) descumprir as condições da ata de registro de preços;
 - b) não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
 - c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou,
 - d) sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei Federal no 8.666/93, ou no art. 7º da Lei Federal no 10.520/02.

11.2. Será assegurado, a parte que tiver dado motivo à rescisão, o contraditório e a ampla defesa.

12. DISPOSIÇÕES GERAIS:

- 12.1. Todos os prazos previstos na presente Ata de Registro de Preços são contados como dias corridos, salvo disposição em contrário, e terá seu critério de contagem em consonância com o art. 110 da Lei Federal nº 8.666/93.
- 12.2. Não serão aceitos, em hipótese alguma, acordos verbais entre as partes com a finalidade de alteração ou substituição da Ata de Registro de Preços, ou da Ordem de Compra, ou da Nota de Empenho.
- 12.3. A inadimplência do FORNECEDOR, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.
- 12.4. O FORNECEDOR está terminantemente proibida de efetuar a transferência à terceiros das obrigações do fornecimento dos bens objeto desta Ata de Registro de Preços.

13. FORO:

- 13.1. O foro competente para dirimir possíveis dúvidas, após se esgotarem todas as tentativas de composição amigável, e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação, independente de outro que por mais privilegiado seja, será o da Comarca de INDIAIAL/SC.

14. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:

- 14.1. Aplica-se à presente Ata, nas partes omissas, a seguinte legislação:
- a) Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
 - b) Lei Orgânica do Município de Indaial;
 - c) Lei Federal nº 8.666/93. Lei das Licitações e Contratos Administrativos;
 - d) Lei Federal nº 4.320/64. Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;
 - e) Lei Federal nº 8.078/90. Código de Defesa do Consumidor;
 - f) Lei Federal nº 10.406/02. Código Civil Brasileiro;
 - g) Decreto-Lei nº 3.689/41. Código de Processo Penal;

**ATA DE REGISTRO DE
PREÇOS Nº.30/2016**

- h) Lei Federal nº 7.210/84. Lei de Execução Penal;
- i) Lei Complementar Federal nº 101/2000. Lei de Responsabilidade Fiscal; e,
- j) Decreto Municipal no 654/2014.

15. AS PARTES:

- 15.1. Por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus efeitos administrativos.

Indaial/SC, em 4 de novembro de 2016.

MUNICÍPIO DE INDAIAL

Sérgio Almir dos Santos
Prefeito Municipal

TRATOR PECAS COM. DE PECAS P/ TRATOR

LOURIVAL NICOLETTI
Representante

Testemunhas:

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF.: _____

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF.: _____

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 031/2016**ATA DE REGISTRO DE
PREÇOS Nº.31/2016****Processo Licitatório Nº 16/00000133****Pregão Nº 42/2016****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.31/2016**

Aos um dias do mês de dezembro de dois mil e dezesseis, de um lado o **MUNICÍPIO DE INDAIAL**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. **Sérgio Almir dos Santos**, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de **ÓRGÃO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS – OGRP**; e de outro lado, a(s) empresa(s) adjudicatária(s), doravante denominada simplesmente de **FORNECEDOR**, tem entre si justo e acordado a presente Ata, fundamentado na Lei Federal nº 8.666/93 e o Decreto Municipal nº 654/2014 e vinculada aos termos da proposta apresentada no Processo licitatório 16/00000133 - Pregão Nº 42/2016, observadas as condições do edital, as seguintes condições:

1. FORNECEDOR(ES) REGISTRADO(S):

- 1.1 EMPREITEIRA KJ LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 15.004.025/0001-30, estabelecida à RUA HELENA SCOZ, nº 148 – Bairro CENTRO, no município de Rodeio – Santa Catarina.

2. DO OBJETO:

- 2.1. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ROÇADA E PODA DE ÁRVORE.
2.2. Não é permitida, em hipótese alguma, a entrega de equipamentos ou quaisquer componentes refabricados ou recondicionados.

3. VALORES REGISTRADOS:

- 3.1. Estão registrados, através da presente ata, os seguintes valores para os respectivos itens, para cada FORNECEDOR:

3.1.1.

762814 - EMPREITEIRA KJ LTDA EPP**Lote: -**

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
1	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ROÇADA E EVENTUAIS PODAS DE ÁRVORES, ATRAVÉS DE PROFISSIONAIS QUALIFICADOS PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO, PARA EXECUÇÃO EM	METRO QUADRADO		1.100.000	R\$0,15	R\$165.000,00

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.31/2016

VÁRIAS LOCALIDADES (ESTRADAS VICINAIS) DO MUNICÍPIO DE INDIAIAL, MEDIANTE NECESSIDADE DA SECRETARIA DE OBRAS, CONFORME DESCRIÇÃO, CARACTERÍSTICAS E DEMAIS INFORMAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO VI DESTE EDITAL.					
					Total Lote: R\$165.000,00
					Total Fornecedor: R\$165.000,00
					Total Homologação: R\$165.000,00

- 3.2. Nos preços unitários estão incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários ao perfeito fornecimento dos bens, inclusive as despesas com materiais e/ou equipamentos, mão-de-obra especializada ou não, fretes, mão-de-obra para carga e descarga, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da legislação social trabalhista e previdenciária, da infortúnica do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, bem como o lucro.

4. REAJUSTE DE PREÇOS:

- 4.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei Federal no 8.666/93.
- 4.2. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

5. EXECUÇÃO DAS COMPRAS:

- 5.1. As compras dos bens objeto do presente Registro de Preços serão realizadas pelo Departamento de Compras do OGRP, através da comunicação da ordem de compra.
- 5.1.1. A Ordem de Compra que conterá as informações básicas da discriminação básica e o número do item dos bens, a quantidade a ser adquirida, a unidade compradora, o fornecedor, condições de entrega e pagamento, e a assinatura do responsável.
- 5.1.2. O OGRP, sempre que achar conveniente, poderá substituir a Ordem de Compra por qualquer outro instrumento hábil para a realização das compras.
- 5.2. O OGRP realizará as compras parceladamente.
- 5.3. Fica entendido que o OGRP não terá qualquer obrigação de aquisição dos itens objeto do edital.

6. FISCALIZAÇÃO:

- 6.1. O exercício de fiscalização pelo preposto do OGRP não excluirá nem reduzirá as responsabilidades do FORNECEDOR.
- 6.2. À Fiscalização fica desde já assegurado o direito de:

**ATA DE REGISTRO DE
PREÇOS Nº.31/2016**

- 6.2.2. Determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados;
- 6.2.3. 6.2.3. Rejeitar todo e qualquer bem entregue de má qualidade ou em desacordo com o especificado no edital e na proposta, exigindo sua substituição ou correção imediatas;
- 6.2.4. Impugnar todo e qualquer produto em desacordo com as especificações, normas regulamentares, legais e contratuais;
- 6.3. O OGRP, sem prejuízo de suas atribuições de acompanhamento, poderá contratar profissionais consultores ou empresas especializadas, os serviços relativos ao controle qualitativo e quantitativo dos materiais objeto do edital.

7. PRAZO DE VALIDADE:

- 7.1. O prazo de validade da presente Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura.

8. OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR:

- 8.1. Assegurar o fornecimento do objeto conforme as especificações constantes no item 2 da presente ata, com entrega no prazo e no endereço constante no edital.
- 8.2. Providenciar a imediata correção de todas as deficiências detectadas pelo OGRP, quanto ao fornecimento do objeto;
- 8.3. Garantir o pagamento a todos os prestadores de serviço alocados, bem como despesas extraordinárias, quando for o caso;
- 8.4. Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos, materiais ou pessoais, decorrentes de culpa ou dolo, causados por seus empregados ou prepostos, em decorrência do fornecimento do objeto, assegurado o direito de defesa;
- 8.5. Prestar imediatamente quaisquer esclarecimentos solicitados pelo OGRP, respeitados os casos de complexidade para os quais se fixarão prazos específicos;
- 8.6. Comunicar imediatamente o OGRP, de forma detalhada, toda e qualquer ocorrência de acidentes verificada no curso da execução da ata.
- 8.7. Manter até o termo final desta Ata de Registro de Preços todas as obrigações com os órgãos públicos e fiscais, assim como encargos trabalhistas, previdenciários, securitários, tributários e comerciais, resultantes da execução, devidamente regularizados, segundo estabelecido no art. 71 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.
- 8.8. 8.8. Manter, durante toda a execução, as obrigações assumidas relativas a todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Processo Licitatório nº 133/2016 - Edital de Pregão nº 42/2016.

9. OBRIGAÇÕES DO OGRP:

- 9.1. Cumprir e fazer cumprir todas as determinações constantes nesta ata e a legislação vigente correlata à execução do mesmo.
- 9.2. Efetuar o pagamento devido ao FORNECEDOR, na data e forma estabelecida no edital.
- 9.3. Fiscalizar a entrega dos bens objeto da presente Ata, registrando as ocorrências, bem como atestar o recebimento dos mesmos em conformidade com os demais itens.

**ATA DE REGISTRO DE
PREÇOS Nº.31/2016**

- 9.4. Recusar o recebimento dos bens em desacordo com as especificações do item 2 da presente Ata, quanto à sua natureza, quantidade ou qualidade, bem como documentos fiscais em desacordo com os bens adquiridos.

10. SANÇÕES:

- 10.1. Advertência, no caso de falta que não motive a aplicação de multa.
- 10.2. Multa, de acordo com os seguintes critérios:
- a) No valor de 0,5% (cinco décimos percentuais) do valor contratado, por dia de atraso injustificado na entrega dos materiais/produtos/equipamentos;
 - b) No valor de 2,0% (dois por cento) do valor contratado por inobservância do item 12.4 da presente Ata de Registro de Preços;
 - c) No valor de 2,0% (dois por cento) do valor contratado por descumprimento das OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR, inseridos no item 8, desde que não previstos em outros itens;
 - d) No valor de 3,0 % (três por cento) do valor contratado, por acumulação de 03 (três) advertências;
 - e) Multa de 5% (cinco por cento) do valor contratado no caso de fornecimento de bens em desacordo com as especificações da presente Ata de Registro de Preços, desde que cause prejuízo ao OGRP;
 - f) Multa de 10% (dez por cento) do valor contratado no caso de recusa da entrega dos bens, sem justificativa e aviso prévio ao OGRP;
 - g) No valor de 10% (dez por cento) do valor contratado se der causa à Declaração de Inidoneidade.
- 10.3. Suspensão de Participação em licitações com o Município de Indaial, incluindo a administração direta e indireta, pelo prazo de 05 (cinco) anos, no caso das sanções previstas nas alíneas "e" à "g".
- 10.4. Declaração de Inidoneidade, nos seguintes casos:
- a) Se o valor acumulado das multas ultrapassarem o 10% (dez por cento) do valor contratado;
 - b) Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
 - c) Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
 - d) Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 10.5. O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor contratado.
- 11. RESCISÃO DA ATA:**
- 11.1. Constituem motivo para rescisão da Ata, além dos motivos previstos no art. 78 da Lei Federal no 8.666/93:
- a) descumprir as condições da ata de registro de preços;

**ATA DE REGISTRO DE
PREÇOS Nº.31/2016**

- b) não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou,
- d) sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei Federal no 8.666/93, ou no art. 7º da Lei Federal no 10.520/02.

11.2. Será assegurado, a parte que tiver dado motivo à rescisão, o contraditório e a ampla defesa.

12. DISPOSIÇÕES GERAIS:

12.1. Todos os prazos previstos na presente Ata de Registro de Preços são contados como dias corridos, salvo disposição em contrário, e terá seu critério de contagem em consonância com o art. 110 da Lei Federal nº 8.666/93.

12.2. Não serão aceitos, em hipótese alguma, acordos verbais entre as partes com a finalidade de alteração ou substituição da Ata de Registro de Preços, ou da Ordem de Compra, ou da Nota de Empenho.

12.3. A inadimplência do FORNECEDOR, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

12.4. O FORNECEDOR está terminantemente proibida de efetuar a transferência à terceiros das obrigações do fornecimento dos bens objeto desta Ata de Registro de Preços.

13. FORO:

13.1. O foro competente para dirimir possíveis dúvidas, após se esgotarem todas as tentativas de composição amigável, e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação, independente de outro que por mais privilegiado seja, será o da Comarca de INDIAIAL/SC.

14. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:

14.1. Aplica-se à presente Ata, nas partes omissas, a seguinte legislação:

- a) Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
- b) Lei Orgânica do Município de Indaial;
- c) Lei Federal nº 8.666/93. Lei das Licitações e Contratos Administrativos;
- d) Lei Federal nº 4.320/64. Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;
- e) Lei Federal nº 8.078/90. Código de Defesa do Consumidor;
- f) Lei Federal nº 10.406/02. Código Civil Brasileiro;
- g) Decreto-Lei nº 3.689/41. Código de Processo Penal;
- h) Lei Federal nº 7.210/84. Lei de Execução Penal;
- i) Lei Complementar Federal nº 101/2000. Lei de Responsabilidade Fiscal; e,

**ATA DE REGISTRO DE
PREÇOS Nº.31/2016**

j) Decreto Municipal no 654/2014.

15. AS PARTES:

15.1. Por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus efeitos administrativos.

Indaial/SC, em 1 de dezembro de 2016.

MUNICÍPIO DE INDAIAL

Sérgio Almir dos Santos
Prefeito Municipal

EMPREITEIRA KJ LTDA EPP

MARCELO JOSÉ BARNI
Representante

Testemunhas:

Assinatura: _____

Nome Legível: _____

CPF.: _____

Assinatura: _____

Nome Legível: _____

CPF.: _____

**ATA DE REGISTRO DE
PREÇOS Nº.31/2016****Processo Licitatório Nº 16/00000133****Pregão Nº 42/2016****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.31/2016**

Aos um dias do mês de dezembro de dois mil e dezesseis, de um lado o **MUNICÍPIO DE INDIAIAL**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. **Sérgio Almir dos Santos**, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de **ÓRGÃO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS – OGRP**; e de outro lado, a(s) empresa(s) adjudicatária(s), doravante denominada simplesmente de **FORNECEDOR**, tem entre si justo e acordado a presente Ata, fundamentado na Lei Federal nº 8.666/93 e o Decreto Municipal nº 654/2014 e vinculada aos termos da proposta apresentada no Processo licitatório 16/00000133 - Pregão Nº 42/2016, observadas as condições do edital, as seguintes condições:

1. FORNECEDOR(ES) REGISTRADO(S):

- 1.1 EMPREITEIRA KJ LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 15.004.025/0001-30, estabelecida à RUA HELENA SCOZ, nº 148 – Bairro CENTRO, no município de Rodeio – Santa Catarina.

2. DO OBJETO:

- 2.1. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ROÇADA E PODA DE ÁRVORE.
2.2. Não é permitida, em hipótese alguma, a entrega de equipamentos ou quaisquer componentes refabricados ou recondicionados.

3. VALORES REGISTRADOS:

- 3.1. Estão registrados, através da presente ata, os seguintes valores para os respectivos itens, para cada FORNECEDOR:

3.1.1.

762814 - EMPREITEIRA KJ LTDA EPP						
Lote: -						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
1	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ROÇADA E EVENTUAIS PODAS DE ÁRVORES, ATRAVÉS DE PROFISSIONAIS QUALIFICADOS PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO, PARA EXECUÇÃO EM	METRO QUADRADO		1.100.000	R\$0,15	R\$165.000,00

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.31/2016

VÁRIAS LOCALIDADES (ESTRADAS VICINAIS) DO MUNICÍPIO DE INDIAIAL, MEDIANTE NECESSIDADE DA SECRETARIA DE OBRAS, CONFORME DESCRIÇÃO, CARACTERÍSTICAS E DEMAIS INFORMAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO VI DESTE EDITAL.					
					Total Lote: R\$165.000,00
					Total Fornecedor: R\$165.000,00
					Total Homologação: R\$165.000,00

- 3.2. Nos preços unitários estão incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários ao perfeito fornecimento dos bens, inclusive as despesas com materiais e/ou equipamentos, mão-de-obra especializada ou não, fretes, mão-de-obra para carga e descarga, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da legislação social trabalhista e previdenciária, da infortúnica do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, bem como o lucro.

4. REAJUSTE DE PREÇOS:

- 4.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei Federal no 8.666/93.
- 4.2. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

5. EXECUÇÃO DAS COMPRAS:

- 5.1. As compras dos bens objeto do presente Registro de Preços serão realizadas pelo Departamento de Compras do OGRP, através da comunicação da ordem de compra.
- 5.1.1. A Ordem de Compra que conterá as informações básicas da discriminação básica e o número do item dos bens, a quantidade a ser adquirida, a unidade compradora, o fornecedor, condições de entrega e pagamento, e a assinatura do responsável.
- 5.1.2. O OGRP, sempre que achar conveniente, poderá substituir a Ordem de Compra por qualquer outro instrumento hábil para a realização das compras.
- 5.2. O OGRP realizará as compras parceladamente.
- 5.3. Fica entendido que o OGRP não terá qualquer obrigação de aquisição dos itens objeto do edital.

6. FISCALIZAÇÃO:

- 6.1. O exercício de fiscalização pelo preposto do OGRP não excluirá nem reduzirá as responsabilidades do FORNECEDOR.
- 6.2. À Fiscalização fica desde já assegurado o direito de:

**ATA DE REGISTRO DE
PREÇOS Nº.31/2016**

- 6.2.2. Determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados;
- 6.2.3. 6.2.3. Rejeitar todo e qualquer bem entregue de má qualidade ou em desacordo com o especificado no edital e na proposta, exigindo sua substituição ou correção imediatas;
- 6.2.4. Impugnar todo e qualquer produto em desacordo com as especificações, normas regulamentares, legais e contratuais;
- 6.3. O OGRP, sem prejuízo de suas atribuições de acompanhamento, poderá contratar profissionais consultores ou empresas especializadas, os serviços relativos ao controle qualitativo e quantitativo dos materiais objeto do edital.

7. PRAZO DE VALIDADE:

- 7.1. O prazo de validade da presente Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura.

8. OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR:

- 8.1. Assegurar o fornecimento do objeto conforme as especificações constantes no item 2 da presente ata, com entrega no prazo e no endereço constante no edital.
- 8.2. Providenciar a imediata correção de todas as deficiências detectadas pelo OGRP, quanto ao fornecimento do objeto;
- 8.3. Garantir o pagamento a todos os prestadores de serviço alocados, bem como despesas extraordinárias, quando for o caso;
- 8.4. Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos, materiais ou pessoais, decorrentes de culpa ou dolo, causados por seus empregados ou prepostos, em decorrência do fornecimento do objeto, assegurado o direito de defesa;
- 8.5. Prestar imediatamente quaisquer esclarecimentos solicitados pelo OGRP, respeitados os casos de complexidade para os quais se fixarão prazos específicos;
- 8.6. Comunicar imediatamente o OGRP, de forma detalhada, toda e qualquer ocorrência de acidentes verificada no curso da execução da ata.
- 8.7. Manter até o termo final desta Ata de Registro de Preços todas as obrigações com os órgãos públicos e fiscais, assim como encargos trabalhistas, previdenciários, securitários, tributários e comerciais, resultantes da execução, devidamente regularizados, segundo estabelecido no art. 71 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.
- 8.8. 8.8. Manter, durante toda a execução, as obrigações assumidas relativas a todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Processo Licitatório nº 133/2016 - Edital de Pregão nº 42/2016.

9. OBRIGAÇÕES DO OGRP:

- 9.1. Cumprir e fazer cumprir todas as determinações constantes nesta ata e a legislação vigente correlata à execução do mesmo.
- 9.2. Efetuar o pagamento devido ao FORNECEDOR, na data e forma estabelecida no edital.
- 9.3. Fiscalizar a entrega dos bens objeto da presente Ata, registrando as ocorrências, bem como atestar o recebimento dos mesmos em conformidade com os demais itens.

**ATA DE REGISTRO DE
PREÇOS Nº.31/2016**

- 9.4. Recusar o recebimento dos bens em desacordo com as especificações do item 2 da presente Ata, quanto à sua natureza, quantidade ou qualidade, bem como documentos fiscais em desacordo com os bens adquiridos.

10. SANÇÕES:

- 10.1. Advertência, no caso de falta que não motive a aplicação de multa.
- 10.2. Multa, de acordo com os seguintes critérios:
- a) No valor de 0,5% (cinco décimos percentuais) do valor contratado, por dia de atraso injustificado na entrega dos materiais/produtos/equipamentos;
 - b) No valor de 2,0% (dois por cento) do valor contratado por inobservância do item 12.4 da presente Ata de Registro de Preços;
 - c) No valor de 2,0% (dois por cento) do valor contratado por descumprimento das OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR, inseridos no item 8, desde que não previstos em outros itens;
 - d) No valor de 3,0 % (três por cento) do valor contratado, por acumulação de 03 (três) advertências;
 - e) Multa de 5% (cinco por cento) do valor contratado no caso de fornecimento de bens em desacordo com as especificações da presente Ata de Registro de Preços, desde que cause prejuízo ao OGRP;
 - f) Multa de 10% (dez por cento) do valor contratado no caso de recusa da entrega dos bens, sem justificativa e aviso prévio ao OGRP;
 - g) No valor de 10% (dez por cento) do valor contratado se der causa à Declaração de Inidoneidade.
- 10.3. Suspensão de Participação em licitações com o Município de Indaial, incluindo a administração direta e indireta, pelo prazo de 05 (cinco) anos, no caso das sanções previstas nas alíneas "e" à "g".
- 10.4. Declaração de Inidoneidade, nos seguintes casos:
- a) Se o valor acumulado das multas ultrapassarem o 10% (dez por cento) do valor contratado;
 - b) Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
 - c) Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
 - d) Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 10.5. O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor contratado.
- 11. RESCISÃO DA ATA:**
- 11.1. Constituem motivo para rescisão da Ata, além dos motivos previstos no art. 78 da Lei Federal no 8.666/93:
- a) descumprir as condições da ata de registro de preços;

**ATA DE REGISTRO DE
PREÇOS Nº.31/2016**

- b) não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou,
- d) sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei Federal no 8.666/93, ou no art. 7º da Lei Federal no 10.520/02.

11.2. Será assegurado, a parte que tiver dado motivo à rescisão, o contraditório e a ampla defesa.

12. DISPOSIÇÕES GERAIS:

12.1. Todos os prazos previstos na presente Ata de Registro de Preços são contados como dias corridos, salvo disposição em contrário, e terá seu critério de contagem em consonância com o art. 110 da Lei Federal nº 8.666/93.

12.2. Não serão aceitos, em hipótese alguma, acordos verbais entre as partes com a finalidade de alteração ou substituição da Ata de Registro de Preços, ou da Ordem de Compra, ou da Nota de Empenho.

12.3. A inadimplência do FORNECEDOR, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

12.4. O FORNECEDOR está terminantemente proibida de efetuar a transferência à terceiros das obrigações do fornecimento dos bens objeto desta Ata de Registro de Preços.

13. FORO:

13.1. O foro competente para dirimir possíveis dúvidas, após se esgotarem todas as tentativas de composição amigável, e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação, independente de outro que por mais privilegiado seja, será o da Comarca de INDIAIAL/SC.

14. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:

14.1. Aplica-se à presente Ata, nas partes omissas, a seguinte legislação:

- a) Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
- b) Lei Orgânica do Município de Indaial;
- c) Lei Federal nº 8.666/93. Lei das Licitações e Contratos Administrativos;
- d) Lei Federal nº 4.320/64. Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;
- e) Lei Federal nº 8.078/90. Código de Defesa do Consumidor;
- f) Lei Federal nº 10.406/02. Código Civil Brasileiro;
- g) Decreto-Lei nº 3.689/41. Código de Processo Penal;
- h) Lei Federal nº 7.210/84. Lei de Execução Penal;
- i) Lei Complementar Federal nº 101/2000. Lei de Responsabilidade Fiscal; e,

**ATA DE REGISTRO DE
PREÇOS Nº.31/2016**

j) Decreto Municipal no 654/2014.

15. AS PARTES:

15.1. Por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus efeitos administrativos.

Indaial/SC, em 1 de dezembro de 2016.

MUNICÍPIO DE INDAIAL

Sérgio Almir dos Santos
Prefeito Municipal

EMPREITEIRA KJ LTDA EPP

MARCELO JOSÉ BARNI
Representante

Testemunhas:

Assinatura:

Nome Legível:

CPF.:

Assinatura:

Nome Legível:

CPF.:

**ATA DE REGISTRO DE
PREÇOS Nº.31/2016****Processo Licitatório Nº 16/00000133****Pregão Nº 42/2016****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.31/2016**

Aos um dias do mês de dezembro de dois mil e dezesseis, de um lado o **MUNICÍPIO DE INDIAIAL**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. **Sérgio Almir dos Santos**, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de **ÓRGÃO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS – OGRP**; e de outro lado, a(s) empresa(s) adjudicatária(s), doravante denominada simplesmente de **FORNECEDOR**, tem entre si justo e acordado a presente Ata, fundamentado na Lei Federal nº 8.666/93 e o Decreto Municipal nº 654/2014 e vinculada aos termos da proposta apresentada no Processo licitatório 16/00000133 - Pregão Nº 42/2016, observadas as condições do edital, as seguintes condições:

1. FORNECEDOR(ES) REGISTRADO(S):

- 1.1 EMPREITEIRA KJ LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 15.004.025/0001-30, estabelecida à RUA HELENA SCOZ, nº 148 – Bairro CENTRO, no município de Rodeio – Santa Catarina.

2. DO OBJETO:

- 2.1. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ROÇADA E PODA DE ÁRVORE.
2.2. Não é permitida, em hipótese alguma, a entrega de equipamentos ou quaisquer componentes refabricados ou reconicionados.

3. VALORES REGISTRADOS:

- 3.1. Estão registrados, através da presente ata, os seguintes valores para os respectivos itens, para cada FORNECEDOR:

3.1.1.

762814 - EMPREITEIRA KJ LTDA EPP						
Lote: -						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
1	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ROÇADA E EVENTUAIS PODAS DE ÁRVORES, ATRAVÉS DE PROFISSIONAIS QUALIFICADOS PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO, PARA EXECUÇÃO EM	METRO QUADRADO		1.100.000	R\$0,15	R\$165.000,00

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.31/2016

VÁRIAS LOCALIDADES (ESTRADAS VICINAIS) DO MUNICÍPIO DE INDIAIAL, MEDIANTE NECESSIDADE DA SECRETARIA DE OBRAS, CONFORME DESCRIÇÃO, CARACTERÍSTICAS E DEMAIS INFORMAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO VI DESTE EDITAL.					
					Total Lote: R\$165.000,00
					Total Fornecedor: R\$165.000,00
					Total Homologação: R\$165.000,00

- 3.2. Nos preços unitários estão incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários ao perfeito fornecimento dos bens, inclusive as despesas com materiais e/ou equipamentos, mão-de-obra especializada ou não, fretes, mão-de-obra para carga e descarga, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da legislação social trabalhista e previdenciária, da infortúnica do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, bem como o lucro.

4. REAJUSTE DE PREÇOS:

- 4.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei Federal no 8.666/93.
- 4.2. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

5. EXECUÇÃO DAS COMPRAS:

- 5.1. As compras dos bens objeto do presente Registro de Preços serão realizadas pelo Departamento de Compras do OGRP, através da comunicação da ordem de compra.
- 5.1.1. A Ordem de Compra que conterá as informações básicas da discriminação básica e o número do item dos bens, a quantidade a ser adquirida, a unidade compradora, o fornecedor, condições de entrega e pagamento, e a assinatura do responsável.
- 5.1.2. O OGRP, sempre que achar conveniente, poderá substituir a Ordem de Compra por qualquer outro instrumento hábil para a realização das compras.
- 5.2. O OGRP realizará as compras parceladamente.
- 5.3. Fica entendido que o OGRP não terá qualquer obrigação de aquisição dos itens objeto do edital.

6. FISCALIZAÇÃO:

- 6.1. O exercício de fiscalização pelo preposto do OGRP não excluirá nem reduzirá as responsabilidades do FORNECEDOR.
- 6.2. À Fiscalização fica desde já assegurado o direito de:

**ATA DE REGISTRO DE
PREÇOS Nº.31/2016**

- 6.2.2. Determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados;
- 6.2.3. 6.2.3. Rejeitar todo e qualquer bem entregue de má qualidade ou em desacordo com o especificado no edital e na proposta, exigindo sua substituição ou correção imediatas;
- 6.2.4. Impugnar todo e qualquer produto em desacordo com as especificações, normas regulamentares, legais e contratuais;
- 6.3. O OGRP, sem prejuízo de suas atribuições de acompanhamento, poderá contratar profissionais consultores ou empresas especializadas, os serviços relativos ao controle qualitativo e quantitativo dos materiais objeto do edital.

7. PRAZO DE VALIDADE:

- 7.1. O prazo de validade da presente Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura.

8. OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR:

- 8.1. Assegurar o fornecimento do objeto conforme as especificações constantes no item 2 da presente ata, com entrega no prazo e no endereço constante no edital.
- 8.2. Providenciar a imediata correção de todas as deficiências detectadas pelo OGRP, quanto ao fornecimento do objeto;
- 8.3. Garantir o pagamento a todos os prestadores de serviço alocados, bem como despesas extraordinárias, quando for o caso;
- 8.4. Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos, materiais ou pessoais, decorrentes de culpa ou dolo, causados por seus empregados ou prepostos, em decorrência do fornecimento do objeto, assegurado o direito de defesa;
- 8.5. Prestar imediatamente quaisquer esclarecimentos solicitados pelo OGRP, respeitados os casos de complexidade para os quais se fixarão prazos específicos;
- 8.6. Comunicar imediatamente o OGRP, de forma detalhada, toda e qualquer ocorrência de acidentes verificada no curso da execução da ata.
- 8.7. Manter até o termo final desta Ata de Registro de Preços todas as obrigações com os órgãos públicos e fiscais, assim como encargos trabalhistas, previdenciários, securitários, tributários e comerciais, resultantes da execução, devidamente regularizados, segundo estabelecido no art. 71 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.
- 8.8. 8.8. Manter, durante toda a execução, as obrigações assumidas relativas a todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Processo Licitatório nº 133/2016 - Edital de Pregão nº 42/2016.

9. OBRIGAÇÕES DO OGRP:

- 9.1. Cumprir e fazer cumprir todas as determinações constantes nesta ata e a legislação vigente correlata à execução do mesmo.
- 9.2. Efetuar o pagamento devido ao FORNECEDOR, na data e forma estabelecida no edital.
- 9.3. Fiscalizar a entrega dos bens objeto da presente Ata, registrando as ocorrências, bem como atestar o recebimento dos mesmos em conformidade com os demais itens.

**ATA DE REGISTRO DE
PREÇOS Nº.31/2016**

- 9.4. Recusar o recebimento dos bens em desacordo com as especificações do item 2 da presente Ata, quanto à sua natureza, quantidade ou qualidade, bem como documentos fiscais em desacordo com os bens adquiridos.

10. SANÇÕES:

- 10.1. Advertência, no caso de falta que não motive a aplicação de multa.
- 10.2. Multa, de acordo com os seguintes critérios:
- a) No valor de 0,5% (cinco décimos percentuais) do valor contratado, por dia de atraso injustificado na entrega dos materiais/produtos/equipamentos;
 - b) No valor de 2,0% (dois por cento) do valor contratado por inobservância do item 12.4 da presente Ata de Registro de Preços;
 - c) No valor de 2,0% (dois por cento) do valor contratado por descumprimento das OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR, inseridos no item 8, desde que não previstos em outros itens;
 - d) No valor de 3,0 % (três por cento) do valor contratado, por acumulação de 03 (três) advertências;
 - e) Multa de 5% (cinco por cento) do valor contratado no caso de fornecimento de bens em desacordo com as especificações da presente Ata de Registro de Preços, desde que cause prejuízo ao OGRP;
 - f) Multa de 10% (dez por cento) do valor contratado no caso de recusa da entrega dos bens, sem justificativa e aviso prévio ao OGRP;
 - g) No valor de 10% (dez por cento) do valor contratado se der causa à Declaração de Inidoneidade.
- 10.3. Suspensão de Participação em licitações com o Município de Indaial, incluindo a administração direta e indireta, pelo prazo de 05 (cinco) anos, no caso das sanções previstas nas alíneas "e" à "g".
- 10.4. Declaração de Inidoneidade, nos seguintes casos:
- a) Se o valor acumulado das multas ultrapassarem o 10% (dez por cento) do valor contratado;
 - b) Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
 - c) Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
 - d) Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 10.5. O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor contratado.
- 11. RESCISÃO DA ATA:**
- 11.1. Constituem motivo para rescisão da Ata, além dos motivos previstos no art. 78 da Lei Federal no 8.666/93:
- a) descumprir as condições da ata de registro de preços;

**ATA DE REGISTRO DE
PREÇOS Nº.31/2016**

- b) não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou,
- d) sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei Federal no 8.666/93, ou no art. 7º da Lei Federal no 10.520/02.

11.2. Será assegurado, a parte que tiver dado motivo à rescisão, o contraditório e a ampla defesa.

12. DISPOSIÇÕES GERAIS:

12.1. Todos os prazos previstos na presente Ata de Registro de Preços são contados como dias corridos, salvo disposição em contrário, e terá seu critério de contagem em consonância com o art. 110 da Lei Federal nº 8.666/93.

12.2. Não serão aceitos, em hipótese alguma, acordos verbais entre as partes com a finalidade de alteração ou substituição da Ata de Registro de Preços, ou da Ordem de Compra, ou da Nota de Empenho.

12.3. A inadimplência do FORNECEDOR, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

12.4. O FORNECEDOR está terminantemente proibida de efetuar a transferência à terceiros das obrigações do fornecimento dos bens objeto desta Ata de Registro de Preços.

13. FORO:

13.1. O foro competente para dirimir possíveis dúvidas, após se esgotarem todas as tentativas de composição amigável, e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação, independente de outro que por mais privilegiado seja, será o da Comarca de INDIAIAL/SC.

14. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:

14.1. Aplica-se à presente Ata, nas partes omissas, a seguinte legislação:

- a) Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
- b) Lei Orgânica do Município de Indaial;
- c) Lei Federal nº 8.666/93. Lei das Licitações e Contratos Administrativos;
- d) Lei Federal nº 4.320/64. Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;
- e) Lei Federal nº 8.078/90. Código de Defesa do Consumidor;
- f) Lei Federal nº 10.406/02. Código Civil Brasileiro;
- g) Decreto-Lei nº 3.689/41. Código de Processo Penal;
- h) Lei Federal nº 7.210/84. Lei de Execução Penal;
- i) Lei Complementar Federal nº 101/2000. Lei de Responsabilidade Fiscal; e,

**ATA DE REGISTRO DE
PREÇOS Nº.31/2016**

j) Decreto Municipal no 654/2014.

15. AS PARTES:

15.1. Por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus efeitos administrativos.

Indaial/SC, em 1 de dezembro de 2016.

MUNICÍPIO DE INDAIAL

Sérgio Almir dos Santos
Prefeito Municipal

EMPREITEIRA KJ LTDA EPP

MARCELO JOSÉ BARNI
Representante

Testemunhas:

Assinatura: _____

Nome Legível: _____

CPF.: _____

Assinatura: _____

Nome Legível: _____

CPF.: _____

CÂMARA MUNICIPAL**ATA ELEIÇÃO MESA DIRETORA E COMISSÕES
PERMANENTES - BIÊNIO 2017/2018**

Ata da Reunião Para Eleição da Mesa Diretora e Comissões Técnicas Para o Período de 2017/2018 da Câmara Municipal de Indaial, Realizada no 1º Período Legislativo de 2017, da Primeira Sessão Legislativa.

Em 01 de Janeiro de 2017, às 19h, reuniu-se a Câmara de Vereadores do Município de Indaial para Eleição da Mesa Diretora e das Comissões Técnicas para o Período de 2017/2018. Inicialmente o Assessor Legislativo da Câmara, senhor Sidnei Vieira, fez a chamada nominal dos vereadores anteriormente empossados, sendo: Altair Brassiani; Ana Paula Reiter; Antônio Carlos Fink; Aurora Antunes Coelho; Caroline Laís Bertoldi; Diego Pandini; Fábio Fritz; Flávio Augusto Ferri Molinari; Jonas Luiz de Lima; Lindomar Lindner; Osvaldo Metzner; Sedenir Caetano, e Valentim Blasius. Presentes todos os vereadores. De acordo com a Lei Orgânica do Município de Indaial, em seu artigo 46, e Regimento Interno da Câmara, em seu artigo 11, o vereador Jonas Luiz de Lima, mais votado na última eleição, tomou assento para presidir a sessão, dando por aberta a mesma e comunicando que a eleição dos membros da Mesa Diretora, conforme determina o Regimento Interno

em seu artigo 17, inciso II, se dará através de maioria simples, ou seja, metade mais um – sete votos, observado ainda o disposto no artigo 17, inciso VI do mesmo Regimento, com as alterações do artigo 52, parágrafo 2º, da Lei Orgânica do Município, onde determinado que a votação será por voto aberto. Solicitou ainda que cada partido indicasse seu líder, conforme previsto no Regimento Interno da Câmara, artigo 17, inciso IV, ficando assim constituídas: PT – Líder: vereadora Aurora Antunes Coelho; PMDB – Líder: vereador Fábio Fritz; PSD – Líder: vereador Valentim Blasius; PP – Líder: vereador Altair Brassiani; e PSDB – Líder: Flavio Augusto Ferri Molinari. Ato contínuo, o Senhor Presidente solicitou que, conforme determina o Regimento Interno em seu artigo 17, inciso V, os líderes dos partidos encaminhassem à Mesa, para registro, as chapas completas ou as candidaturas avulsas, para eleição da Mesa Diretora, informando que a composição da chapa à Mesa Diretora deverá contemplar nomes para preencher os seguintes cargos: Presidente, Vice-Presidente, 1º Secretário e 2º Secretário. O vereador Osvaldo Metzner, em nome da bancada do PMDB, apresentou a seguinte chapa para composição da Mesa Diretora: Presidente: vereador Osvaldo Metzner; Vice-Presidente: vereador Jonas Luiz de Lima; 1º Secretário: vereador Antonio Carlos Fink; 2º Secretário: vereador Diego Pandini. O Senhor Presidente consultou

os demais líderes sobre o registro de outras chapas completas ou candidaturas avulsas, sendo informado do não interesse dos demais vereadores. Desta forma, pediu ao Assessor Legislativo, senhor Sidnei Vieira, que efetuasse a leitura e apresentação da chapa apresentada à Mesa Diretora, conforme descrito acima. De acordo com parágrafo 2º do artigo 52 da Lei Orgânica do Município, o Senhor Presidente iniciou votação nominal e aberta para manifestação a favor ou não da chapa apresentada. Manifestaram-se a favor da chapa os vereadores Ana Paula Reiter; Antônio Carlos Fink; Aurora Antunes Coelho; Caroline Laís Bertoldi; Diego Pandini; Fábio Fritz; Flávio Augusto Ferri Molinari; Jonas Luiz de Lima; Lindomar Lindner; Osvaldo Metzner; Sedenir Caetano, e Valentim Blasius. O vereador Altair Brassiani absteve-se da votação. Com este resultado o Senhor Presidente, homologou o resultado e declarou empossados e investidos nas respectivas funções, os membros da Mesa Diretora, para o Biênio 2017/2018: Presidente: vereador Osvaldo Metzner; Vice-Presidente: vereador Jonas Luiz de Lima; 1º Secretário: vereador Antonio Carlos Fink; 2º Secretário: vereador Diego Pandini. O vereador Osvaldo Metzner, presidente ora empossado, agradeceu o apoio de todos, comprometendo-se a dirigir os trabalhos e presidir o Legislativo Indaialense com ética e honestidade, defendendo os interesses populares. Agradeceu sua família, filhos, eleitores e colegas vereadores. Cumprimentou aos demais membros da Mesa Diretora. Encareceu aos vereadores trabalho conjunto em favor do município, elegendo Indaial como único partido. Prosseguindo, o Senhor Presidente, abriu espaço aos líderes de partidos para apresentação das chapas para composição das Comissões Técnicas Permanentes, conforme previsto no artigo 58 do Regimento Interno da Câmara, esclarecendo que as mesmas são compostas por três vereadores, cada uma, sendo: Presidente, Vice-Presidente e Membro. Conforme consta do artigo 53 do Regimento Interno, as Comissões Técnicas são as seguintes: Justiça e Redação; Finanças e Orçamento; Obras e Serviços Públicos; Educação, Saúde, Esportes e Assistência Social; Trânsito e Segurança Pública. O vereador Antonio Carlos Fink, pediu a suspensão dos trabalhos, por dez minutos, para reunião com os demais vereadores, sendo o tempo concedido pela presidência. Reabertos os trabalhos o vereador Antonio Carlos Fink, apresentou as seguintes chapas para composição das Comissões Técnicas, ressaltando que, em consenso, ficou decidido que cada comissão se reunirá no mês de janeiro para definir o cargo que cada membro das respectivas comissões irá ocupar:

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Membro	Vereadora Ana Paula Reiter
Membro	Vereadora Caroline Laís Bertoldi
Membro	Vereador Jonas Luiz de Lima

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Membro	Vereador Altair Brassiani
Membro	Vereador Antonio Carlos Fink
Membro	Vereador Fábio Fritz

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, SAÚDE, ESPORTE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Membro	Vereadora Aurora Antunes Coelho
Membro	Vereador Diego Pandini
Membro	Vereador Flávio Augusto Ferri Molinari

COMISSÃO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Membro	Vereador Flávio Augusto Ferri Molinari
Membro	Vereador Sedenir Caetano
Membro	Vereador Valentim Blasius

COMISSÃO DE TRÂNSITO E SEGURANÇA PÚBLICA

Membro	Vereador Diego Pandini
Membro	Vereador Fábio Fritz
Membro	Vereador Jonas Luiz de Lima

O Senhor Presidente consultou os demais líderes sobre o registro de outras chapas para as Comissões Técnicas, sendo informado do não interesse dos demais vereadores. Desta forma, pediu ao Assessor Legislativo, senhor Sidnei Vieira, que efetuasse a leitura e apresentação das chapas, individualmente por comissão. De acordo com parágrafo 2º do artigo 52 da Lei Orgânica do Município, o Senhor Presidente iniciou votação nominal e aberta para manifestação a favor ou não das chapas apresentadas. Manifestaram-se a favor das chapas os vereadores Altair Brassiani; Ana Paula Reiter; Antônio Carlos Fink; Aurora Antunes Coelho; Caroline Laís Bertoldi; Diego Pandini; Fábio Fritz; Flávio Augusto Ferri Molinari; Jonas Luiz de Lima; Lindomar Lindner; Osvaldo Metzner; Sedenir Caetano, e Valentim Blasius. Com este resultado o presidente, vereador Osvaldo Metzner, homologou o resultado da eleição das Comissões Técnicas, conforme descrito acima, para o Biênio 2017/2018, destacando que cada comissão se reunirá durante o mês de janeiro para escolha / eleição para os respectivos cargos, e declarou empossados e investidos nas respectivas funções, os membros das Comissões. O vereador presidente, Osvaldo Metzner, pediu que esta Casa proceda eleição de um vereador para Corregedor da Câmara, conforme determina o artigo 5º do Código de Ética e Decoro Parlamentar, indicada a vereadora Caroline Laís Bertoldi. O Senhor Presidente consultou os demais vereadores sobre a indicação, obtendo aprovação unânime para a mesma. Desta feita, a vereadora Caroline Laís Bertoldi, foi eleita Corregedora da Câmara. O vereador presidente Osvaldo Metzner, atendendo o que determina o Regimento Interno desta Casa, em seu artigo 57, solicitou aos líderes de bancada que indicassem três vereadores para compor a Comissão Representativa que atuará no recesso de janeiro de 2017, sendo escolhidos os vereadores: Ana Paula Reiter (PMDB); Flávio Augusto Ferri Molinari (PSDB) e Valentim Blasius. Ato contínuo, o Senhor Presidente, concedeu Palavra Livre. Fez uso desta a vereadora Ana Paula Reiter, que cumprimentou a todos, citando as dificuldades vividas pelo país e a descredito dos políticos, em razão dos escândalos na esfera federal. Reafirmou seu compromisso com Indaial e seu povo, destacando as atribuições dos vereadores e a importância destes para a democracia. Finalizando, agradeceu sua família, amigos e eleitores. Sedenir Caetano, agradeceu sua família, amigos e eleitores, afirmando que honrará a confiança de todos, colocando-se à disposição da comunidade. A vereadora Caroline Laís Bertoldi reafirmou seu compromisso com a comunidade indaialense, dizendo sentir-se confiante em exercer suas funções de vereadora. Agradeceu sua família, amigos, colaboradores e eleitores, desejando a todos um feliz e próspero ano novo. Valentim Blasius, também agradeceu a todos, citando as dificuldades do processo eleitoral, em razão do curto espaço para campanha, citando a renovação do legislativo indaialense, destacando ainda a importância da experiência daqueles que se reelegeram e/ou retornaram após um período de afastamento. Desejou sucesso aos colegas, principalmente aos membros da Mesa Diretora. Vereador Fábio Fritz cumprimentou os membros da nova Mesa Diretora e demais colegas edis, afirmando que pretende legislar em consonância com a população indaialense. Augurou votos de feliz ano novo a todos. Lindomar Lindner, cumprimentou a todos desejando-lhes sucesso. Informou que assumirá uma secretaria no Executivo, licenciando-se de suas funções como vereador, destacando, porém, que não deixará de cumprir com suas obrigações de atender bem a todos, indistintamente. Vereador Diego Pandini reafirmou seu compromisso de trabalhar em prol da população indaialense, agradecendo a confiança de seus eleitores, amigos e familiares. Desejou a todos um feliz e próspero 2017. Antonio Carlos Fink agradeceu aos seus familiares, amigos, eleitores e colaboradores, mencionando especialmente sua ex-assessora Vanusa. Cumprimentou o suplente de vereador, senhor Alex Frotscher, que assumirá uma cadeira nesta Casa, em razão da licença do vereador Lindomar, desejando sucesso a ambos. Finalizando, augurou votos de feliz ano novo. A vereadora Aurora Antunes Coelho cumprimentou os membros da nova Mesa Diretora e demais colegas edis, reivindicando ao presidente que as sessões da Câmara voltem a ser transmitidas

para que a comunidade acompanhe os trabalhos dos vereadores. Desejou um feliz e próspero 2017 a todos. O vereador presidente, Osvaldo Metzner, reafirmou seu compromisso em gerir a Casa seguindo a Lei Orgânica do Município, Regimento Interno e demais leis, proporcionando aos vereadores, sempre que possível, condições para que executem adequadamente suas funções. Elogiou os ex-vereadores que ora deixam de exercer seus cargos, cumprimentando ainda o ex-prefeito, presente na sessão, senhor Olímpio Tomio. O vereador Jonas Luiz de Lima também manifestou agradecimentos aos seus familiares, amigos e eleitores, discorrendo sobre sua trajetória profissional e na política indaialense. Conclamou aos colegas para unirem-se na obtenção de recursos que beneficiem à administração municipal e consequente execução de obras e serviços em prol da população. Reafirmou seu compromisso de exercer leal e legalmente suas atribuições como vereador, desejando, ao final, votos de feliz 2017 a todos. Vereador Altair Brassiani iniciou seu pronunciamento cumprimentando a todos, especialmente as vereadoras, nesta legislatura três, enaltecendo a importância da representativa feminina na política. Ressaltou que a partir deste momento o partido é o povo reafirmando seu compromisso em trabalhar em prol da população indaialense. Destacou a forma íntegra e correta com que os gestores da Câmara sempre geriram a Casa, primando pela lisura, transparência e economicidade. Augurou votos de feliz ano novo a todos. O vereador presidente, Osvaldo Metzner, teceu elogios aos servidores da Câmara pelo trabalho neste dia, lembrando ainda o assessor jurídico, Dr. Luiz Carlos, que mesmo ausente, orientou e conduziu o processo de forma ética e competente. Agradeceu sua família, filhos, namorada, noras, amigos, eleitores e colegas vereadores. Desejou um feliz ano novo a todos. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a presente reunião convocando a todos para o dia 01 de fevereiro de 2017, às 18:30h.

Sala das Sessões em 01 de janeiro de 2017.

ALTAIR BRASSIANI	
..... :	
ANA PAULA REITER	
..... :	
ANTÔNIO CARLOS FINK	
..... :	
AURORA ANTUNES COELHO	
..... :	
CAROLINE LAÍS BERTOLDI	
..... :	
DIEGO PANDINI	
..... :	
FÁBIO FRITZ	
..... :	
FLÁVIO AUGUSTO FERRI MOLINARI	
..... :	
JONAS LUIZ DE LIMA	
..... :	
LINDOMAR LINDNER	
..... :	
OSVALDO METZNER	
..... :	
SEDENIR CAETANO	
..... :	
VALENTIM BLASIUS	
..... :	

PORTARIA 05/2017

Portaria Nº 5/17

Dispõe sobre delegação de competência para movimentação de contas bancárias.

Vereador Osvaldo Metzner, Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Indaial, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, Regimento Interno da Câmara e demais dispositivos legais em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º - Delegar competência ao Tesoureiro, senhor Ivonei Marcos Pasqualini, CPF nº 449.268.559-68, e a Diretora da Escola do Legislativo, senhora Maria Helena Theiss, CPF nº 546.774.599-91, que ficam autorizados a movimentar as contas bancárias conjuntamente com o Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Indaial, senhor Osvaldo Metzner, CPF nº 217.876.469-04, junto à Caixa Econômica Federal e ao Banco do Brasil, para todas as contas da Câmara Municipal de Indaial – CNPJ: 83.497.560/0001-20.

Art. 2º - As combinações de assinaturas deverão ser sempre em número de duas, assim sendo:

- Osvaldo Metzner e Ivonei Marcos Pasqualini; ou,
- Osvaldo Metzner e Maria Helena Theiss.

Art. 3º - A competência abrange:

- Emitir cheques;
- Abrir contas de depósito;
- Autorizar cobrança;
- Utilizar o crédito aberto na forma e condições;
- Receber, passar recibo e dar quitação;
- Solicitar saldos, extratos e comprovantes;
- Requisitar talonários de cheques;
- Retirar cheques devolvidos;
- Endossar cheque;
- Sustar/contrordenar cheques;
- Cancelar cheques;
- Baixar cheques;
- Efetuar resgates/aplicações financeiras;
- Cadastrar, alterar e desbloquear senhas;
- Efetuar saques - conta corrente;
- Efetuar saques - poupança;
- Efetuar pagamentos por meio eletrônico;
- Efetuar transferências por meio eletrônico;
- Efetuar pagamentos, exceto por meio eletrônico;
- Efetuar transferências, exceto por meio eletrônico;
- Consultar contas/aplic. programas repasse recursos;
- Liberar arquivos de pagamentos no ger. Financeiro;
- Solicitar saldos/extratos, exceto investimentos;
- Emitir comprovantes;
- Efetuar transferência p/ mesma titularidade- meio eletrônico;
- Consultar obrigações do débito direto autoriza;
- Encerrar contas de depósito.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 2 de janeiro de 2017.

Indaial, 09 de Janeiro de 2017.

Osvaldo Metzner	
Presidente da Mesa	
Jonas Luiz de Lima	Antonio Carlos Fink
Vice-Presidente	1º Secretário
Diego Pandini	
2º Secretário	

Iomerê

PREFEITURA

DECRETO 1702/2017

DECRETO Nº 1702 DE 04 DE JANEIRO DE 2017.

Atualiza a Unidade Fiscal do Município – UFM

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERE, considerando o disposto no art. 3º, da Lei Complementar nº 12 de 26 de março de 2003 DECRETA:

Art. 1º. Fica atualizada a Unidade Fiscal do Município – UFM, nos termos do Parágrafo Único, do artigo 3º, da Lei Complementar nº 12 de 26 de março de 2003, cujo valor passa a ser de R\$ 4,90 (quatro reais e noventa centavos), servido como referencia financeira para cobrança de tributos e multas.

Parágrafo Único: O valor da correção utilizado para a atualização da Unidade Fiscal do Município equivale a 7,17% (sete vírgula dezessete por cento) correspondente ao Índice Geral de Preços de Mercado – IGP-M, apurado pela Fundação Getulio Vargas – FGV – acumulado no ano de 2016.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrario.

Iomerê, 04 de janeiro de 2017.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração nesta mesma data.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2017 MUNICÍPIO DE IOMERÊ

Edital de Pregão Presencial nº 04/2017

O Prefeito Municipal de Iomerê, SC, torna público a realização de Pregão Presencial nº 04/2017 para aquisição de pedras. A abertura das propostas se dará no dia 23/01/2017 às 09h na sede da Prefeitura Municipal.

Cópia do Edital ou mais informações podem ser adquiridos através do site www.iomere.sc.gov.br, ou pelo fone (49) 3539-6000.

Iomerê, 09 de janeiro de 2017.
Luciano Paganini
Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO CONVENIO Nº 02/2016

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IOMERÊ E A EMPRESA HOSPITAL SALVATORIANO DIVINO SALVADOR – CV14/001-A e TA-14CV/02 e TA15CV/01.

TA16CV/02

O MUNICÍPIO DE IOMERE, pessoa jurídica de direito público interno, através do Fundo Municipal de Saúde, CNPJ sob nº 10.423.190/0001-03, com sede administrativa na Av. Pedro Penso, nº 530, Centro, Iomerê SC., neste ato representado pelo Prefeito

Municipal, Luciano Paganini, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado à empresa HOSPITAL SALVATORIANO DIVINO SALVADOR, pessoa jurídica, de direito privado, situada na Rua Coronel Fagundes, nº 180, Centro, Videira, SC., inscrita no CNPJ sob o nº 86.552.809/0003-03, doravante denominada CONTRATADA, resolvem de comum acordo ADITAR o Convênio supra mencionado o que fazem nos seguintes termos:

Art. 1º - As partes, de comum acordo, em conformidade com a Lei 8.666/93 e alterações, conforme o disposto na cláusula terceira do contrato CV14/001-A, resolvem prorrogar o prazo de vigência do mesmo, passando a vigorar até 31 de dezembro de 2017.

Art. 2º - As partes, de comum acordo, reajustam o valor para R\$ 31.972,00 (trinta e um mil novecentos e setenta e dois reais) mensais, de acordo com a cláusula 4.2 do Convênio 14/001.

Art. 3º - Ficam mantidas as demais cláusulas contidas no contrato.

E, por estarem justos e acordados, firmam o presente termo aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produza os efeitos legais.

Iomerê(SC), 28 de dezembro de 2016.	
Município de Iomerê	Hospital Salvatoriano Divino Salvador
CONTRATANTE	CONTRATADO

Testemunhas:
Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

Paula Pasqual
OAB/SC 16164

Ipuaçu

PREFEITURA

PL PREF 02.2017 PP PREF 01.2017 AQUISIÇÃO DE CESTA BÁSICA - CRAS

EXTRATO DE EDITAL DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE IPUAÇU, Estado de Santa Catarina COMUNICA que estará recebendo proposta referente ao Processo Licitatório PREF n.02/2017, Tipo Pregão Presencial PREF n. 01/2017, (menor por item).

Entrega de envelopes: Até às 08h30min de 23 de janeiro de 2017.

Data de abertura: A partir das 08h45min de 23 de janeiro de 2017.

Objeto: aquisição para aquisição futura de cestas básicas e posterior disponibilização a pessoas carentes do município através da SAS/Ipuaçu, sendo licitadas 02 (tipos de cestas) a serem adquiridas conforme necessidade e, com retirada futura e de forma parcelada, informadas pela Secretaria de Assistência Social conforme descrições contidas no Anexo I – termo de referencias deste edital. Fundamento legal é a Lei Federal 10520/2002 e Lei 8.666 1993, consolidada e legislação aplicável. A integra do Edital e demais documentos poderão ser obtidos junto a sede do município com a Comissão de Licitação do Município, sito á Rua Zanella n. 818, na cidade de Ipuaçu –SC, telefone (49) 34490045. Ipuaçu - SC, em 09 de janeiro de 2017

CLORI PEROZA

Prefeita Municipal

PL PREF 03.2017 PP PREF 02.2017

EXTRATO DE EDITAL DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE IPUAÇU, Estado de Santa Catarina COMUNICA que estará recebendo proposta referente ao Processo Licitatório PREF n.03/2017, Tipo Pregão Presencial PREF n. 02/2017, (menor por item).

Entrega de envelopes: Até às 13h40min de 23 de janeiro de 2017.

Data de abertura: A partir das 14h00min de 23 de janeiro de 2017.

Objeto: aquisição futura e parcelada de marmitas para uso das secretarias e fundos da municipalidade e, refeições- almoços, pra uso da policia militar quando em serviço no município de Ipuaçu-SC.. Fundamento legal é a Lei Federal 10520/2002 e Lei 8.666 1993, consolidada e legislação aplicável. A integra do Edital e demais documentos poderão ser obtidos junto a sede do município com a Comissão de Licitação do Município, sito á Rua Zanella n. 818, na cidade de Ipuaçu –SC, telefone (49) 34490045. Ipuaçu - SC, em 09 de janeiro de 2017

CLORI PEROZA

Prefeita Municipal

Ipumirim

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 01-2017-CONVIVER RESIDÊNCIA INCLUSIVA LTDA/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 01/2017

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 1/2017, Processo de Licitação nº 1/2017, homologado em 03 de janeiro de 2017.

Objeto: O presente contrato tem por objeto contratação de pessoa jurídica para abrigamento/internação compulsória e tratamento especializado para os pacientes D.T. e L.T. para o exercício de 2017.

Valor: R\$ 138.912,00 (Cento e Trinta e Oito Mil Novecentos e Doze Reais)

Assinatura: 04/01/2017 Vigência: 31/12/2017

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM

Contratado: CONVIVER RESIDÊNCIA INCLUSIVA LTDA, situada na ESTRADA GERAL DE MORRO ALTO S/N, CAIXA P, BAIRRO: MORRO ALTO, CIDADE DE BALNEÁRIO PIÇARRAS-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.919.525/0001-28.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 01-2017-EQUAGRIL EQUIPAMENTOS AGRICOLAS LTDA/PM

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 01/2017

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/2016, Processo de Licitação nº 62/2016, homologado em 14 de dezembro de 2016.

Objeto: aquisição de minicargadeira e implementos agrícolas, através de recursos do MAPA, conforme contrato de repasse nº 1033762-06 e 1033058-78. e recursos do MDA contrato Nº 1031643-60.

Valor: R\$ 138.500,00 (Cento e Trinta e Oito Mil Quinhentos Reais)

Assinatura: 06/01/2017 Vigência: 06/01/2018

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: EQUAGRIL EQUIPAMENTOS AGRICOLAS LTDA, situada na RODOVIA DO XISTO BR 476 Nº 7500, BAIRRO, CIDADE DE ARAUCÁRIA-PR, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 77.310.589/0012-01.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 02-2017-AGROINDUSTRIAL FREITAS EIRELI-ME/PM

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 02/2017

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/2016, Processo de Licitação nº 62/2016, homologado em 14 de dezembro de 2016.

Objeto: aquisição de minicargadeira e implementos agrícolas, através de recursos do MAPA, conforme contrato de repasse nº 1033762-06 e 1033058-78. e recursos do MDA contrato Nº 1031643-60.

Valor: R\$ 12.800,00 (Doze Mil Oitocentos Reais)

Assinatura: 06/01/2017 Vigência: 06/01/2018

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: AGROINDUSTRIAL FREITAS EIRELI-ME, situada na AVENIDA MAURICIO CARDOSO Nº 1821, BAIRRO: CENTRO, CIDADE DE BOQUEIRÃO DO LEÃO-RS, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 21.344.856/0001-54.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 02-2017-GILBERTO DE OLIVEIRA NETO SS- ME/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 02/2017

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2016, Processo de Licitação nº 21/2016, homologado em 06 de janeiro de 2017.

Objeto: O presente contrato tem por objeto: contratação de serviços médicos na área de Clínico Geral, para atendimento na Unidade Básica de Saúde, conforme especificações anexas ao edital.

Valor: R\$ 111.600,00 (Cento e Onze Mil Seiscentos Reais)

Assinatura: 09/01/2017 Vigência: 09/01/2018

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM

Contratado: GILBERTO DE OLIVEIRA NETO S/S- ME, situada na RUA ROMANO ANSELMO FONTANA Nº 940, Bairro: JARDIM, CIDADE DE CONCÓRDIA-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 20.915.761/0001-80.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 03-2017-AMANDA GERHARDT/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 03/2017

Objeto: Contratação de pessoa física em substituição ao funcionária efetiva que encontra-se em período de gozo de férias, para prestação de serviço de Farmacêutica para atendimento na Farmácia da Unidade Básica de Saúde do Município.

Valor: R\$ 3.899,23 (Três Mil Oitocentos e Noventa e Nove Reais e Vinte e Três Centavos)

Assinatura: 09/01/2017 Vigência: 02/01/2017 Á 31/01/2017

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM

Contratado: AMANDA GERHARDT, situada na TRAVESSA NELSON JOSÉ HERMES, Nº 54, BAIRRO ITAIBA, CIDADE DE CONCÓRDIA-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 010.037.729-78.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 03-2017-NILO MEURER-EPP/PM

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 03/2017

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/2016, Processo de Licitação nº 62/2016, homologado em 14 de dezembro de 2016.

Objeto: aquisição de minicargadeira e implementos agrícolas, através de recursos do MAPA, conforme contrato de repasse nº 1033762-06 e 1033058-78. e recursos do MDA contrato Nº 1031643-60.

Valor: R\$ 56.200,00 (Cinquenta e Seis Mil Duzentos Reais)

Assinatura: 06/01/2017 Vigência: 06/01/2018

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: NILO MEURER-EPP, situada na RODOVIA SC 370, BAIRRO: CENTRO , CIDADE DE GRÃO PARÁ-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 24.735.598/0001-25.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 04-2017-COMERCIAL AGRICOLA CAPRI LTDA/PM

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 04/2017

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/2016, Processo de Licitação nº 62/2016, homologado em 14 de dezembro de 2016.

Objeto: aquisição de minicargadeira e implementos agrícolas, através de recursos do MAPA, conforme contrato de repasse nº 1033762-06 e 1033058-78. e recursos do MDA contrato Nº 1031643-60.

Valor: R\$ 85.000,00 (Oitenta e Cinco Mil Reais)

Assinatura: 06/01/2017 Vigência: 06/01/2018

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: COMERCIAL AGRICOLA CAPRI LTDA, situada na RUA XV DE NOVEMBRO Nº 1553, BAIRRO: SAO VICENTE, CIDADE DE ITAPIRA-SP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.797.417/0001-40.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 05-2017-COMERCIAL AGRICOLA CAPRI LTDA/PM

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 05/2017

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 37/2016, Processo de Licitação nº 71/2016, homologado em 23 de dezembro de 2016.

Objeto: aquisição de 1 (um) caminhão novo de no mínimo 150cv, com capacidade mínima de carga líquida de 8,5 toneladas, através de recursos do MAPA, conforme contrato de repasse nº 835651/2016 operação 1034478-80.

Valor: R\$ 149.900,00 (Cento e Quarenta e Nove Mil Novecentos Reais)

Assinatura: 06/01/2017 Vigência: 06/01/2018

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: CARBONI DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA, situada na RODOVIA SC 453 KM 55, BAIRRO DISTRITO INDUSTRIAL, CIDADE DE VIDEIRA-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.952.689/0001-80.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 06-2017-LEOCIR TELLES DA SILVA ME/PM

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 06/2017

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2014, Processo de Licitação nº 31/2014, homologado em 15 de maio de 2014.

Objeto: QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO PÚBLICO Nº 46/2014, QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE IPUMIRIM, ESTADO DE SANTA CATARINA E A EMPRESA LEOCIR TELES DA SILVA - ME, PARA O EXERCÍCIO DE 2017.

Valor: R\$ 2.059,00 (Dois Mil e Cinquenta e Nove Reais)

Assinatura: 06/01/2017 Vigência: 01/01/2017 À 31/12/2017

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL

Contratado: LEOCIR TELLES DA SILVA ME, situada na LINHA POÇO FUNDO, BAIRRO: INTERIOR, CIDADE DE IPUMIRIM-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 18.088.339/0001-57.

PORTARIA 43/2017 DE 09 DE JANEIRO DE 2017.

PUBLICA O RESULTADO PRELIMINAR DA ANÁLISE, PARA FINS DE HOMOLOGAÇÃO DOS REQUERIMENTOS PARA CONCURSO DE REMOÇÃO DOS PROFESSORES DO QUADRO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, Senhor Volnei Antonio Schmidt, no uso de suas atribuições, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados, a homologação dos requerimentos para remoção de professores do Quadro Magistério Público Municipal.

I - INSCRIÇÕES HOMOLOGADAS

NOME DO SERVIDOR	ÁREA	CARGA HORÁRIA/TURNO	ESCOLA PRETENDIDA
Caroline Biffi	Ciências	20h – Mat/Vesp.	NEM João Canton
Danieli Fernanda Bautitz	Geografia	10h – Mat/Vesp.	NEM João Canton
Edson Pedroso	Ed. Física	30h – Mat/Vesp.	NEM João Canton
Gidiomar Techio	História	20h – Mat/Vesp.	NEM João Canton
Janice Neis	Matemática	20h – Mat/Vesp.	NEM João Canton
Mariana Rissi Cason	História	10h – Mat/Vesp.	NEM João Canton

Patricia Moterle	Anos Iniciais 1º ao 5º Ano	20h – Vespertino	NEM Prefº Isidoro Giácomo Savaris
Rosalia T. dos Reis Techio	Língua Portuguesa	20h – Mat/Vesp.	NEM João Canton
Rosmeri Guerini Falabretti	Artes	20h – Mat/Vesp.	NEM João Canton
Sandra Anater	Língua Portuguesa	20h – Mat/Vesp.	NEM João Canton

Ipumirim/SC, 09 de janeiro de 2017.

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT

PREFEITO

PORTARIA Nº 1 DE 9 DE JANEIRO DE 2017-CMV

PORTARIA Nº 1 DE 9 DE JANEIRO DE 2017

Dispõe sobre a concessão de férias regulamentares a servidora ocupante de cargo de Provimento Efetivo, do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA DE VEREADORES DE IPUMIRIM, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes do Município que Ela promulga a seguinte:

PORTARIA

Art. 1º. Fica concedido período de férias regulamentares de 30 (trinta) dias, relativas ao período aquisitivo de 01/11/2015 a 31/10/2016 e período de gozo de 10 de janeiro até 8 de fevereiro de 2017, a Servidora Irene Siebeneichler Mosconi, nascida em 18/11/1974, portadora da RG nº 14/C 2.135.730, ocupante de Cargo de Provimento Efetivo, lotada na função de Agente de Serviços de Copa e Cozinha, do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Ipumirim – SC, 9 de janeiro de 2017

Kleber Toni Tecchio

Presidente

Ezequiel Canton

Vice Presidente

Mauro Antonio Gabardo

Primeiro Secretário

Gilson Conte

Segundo Secretário

Registra-se e publica-se
em 9 de janeiro de 2017

Edson Luiz Bogoni

Agente Legislativo

PORTARIA Nº. 033/2017 DE 09 DE JANEIRO DE 2017.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR EFETIVO A PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A LAUDECI FRANCIO matrícula 075, férias de 30 dias, relativas ao período aquisitivo de 2014 a 2015 e 2015 a 2016 e gozo de 09/01/2017 a 07/02/2017.

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 09/01/2017.

Ipumirim - SC, 09 de Janeiro de 2017.

Volnei Antonio Schmidt

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 036/2017 DE 09 DE JANEIRO DE 2017.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR EFETIVO A PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A RENATO DOS SANTOS matrícula 1686, férias de 30 dias, relativas ao período aquisitivo de 2014 A 2015 e gozo de 16/01/2017 a 14/02/2017.

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 16/01/2017.

Ipumirim - SC, 09 de Janeiro de 2017.

Volnei Antonio Schmidt

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 038/2017 DE 09 DE JANEIRO DE 2017.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR EFETIVO A PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A JULIANO BABINSKI matrícula 1720, férias de 30 dias, relativas ao período aquisitivo de 2014 a 2015 e 2015 a 2016 e gozo de 23/01/2017 a 21/02/2017.

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 23/01/2017.

Ipumirim - SC, 09 de Janeiro de 2017.

Volnei Antonio Schmidt

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 039/2017 DE 09 DE JANEIRO DE 2017.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR EFETIVO A PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A CLAUDINEI ZGANZERLA matrícula 544, férias de 30 dias, relativas ao período aquisitivo de 2014 a 2015 e gozo de 23/01/2017 a 21/02/2017.

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 23/01/2017.

Ipumirim - SC, 09 de Janeiro de 2017.

Volnei Antonio Schmidt

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 042/2017 DE 09 DE JANEIRO DE 2017.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR EFETIVO A PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A IVONE WAZLAVICK SIEBENEICHLER matrícula 1882, férias de 15 dias, relativas ao período aquisitivo de 2014 A 2015 e gozo de 25/01/2017 a 08/02/2017.

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 25/01/2017.

Ipumirim - SC, 09 de Janeiro de 2017.
Volnei Antonio Schmidt
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 044/2017 DE 09 DE JANEIRO DE 2017.

NOMEIA PARA O EXERCÍCIO DE CARGO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT, Prefeito Municipal de Ipumirim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do artigo 112 da Lei Complementar nº 018/2005 de 23 de dezembro de 2.005, que dispõe sobre a reorganização e modernização da Estrutura Administrativa da Prefeitura Municipal de Ipumirim, do quadro de pessoal e dá outras providências,

NOMEIA

GILMAR BIFFI, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Cidade e Município de Ipumirim - SC, portador da CI. 360.080 e CPF sob o nº. 295.273.929-34, para ocupar o cargo de Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, com vencimentos previstos na Lei Municipal nº. 1300/2004 e alterações posteriores, que fixa os subsídios dos secretários municipais do Município de Ipumirim - SC.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzira efeitos a partir de 09 de Janeiro de 2017.

Ipumirim - SC, 09 de Janeiro de 2.017.
VOLNEI ANTONIO SCHMIDT
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 045/2017 DE 09 DE JANEIRO DE 2017.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR EFETIVO A PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A JEAN BERTON matrícula 1674, férias de 30 dias, relativas ao período aquisitivo de 2015 a 2016 e gozo de 16/01/2017 a 14/02/2017.

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 16/01/2017.

Ipumirim - SC, 09 de Janeiro de 2017.
Volnei Antonio Schmidt
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 046/2017 DE 09 DE JANEIRO DE 2017.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR EFETIVO A PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A TALITHA Z. BERTON matrícula 1708, férias de 30 dias, relativas ao período aquisitivo de 2014 a 2015 e 2015 a 2016 e gozo de 16/01/2017 a 14/02/2017.

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 16/01/2017.

Ipumirim - SC, 09 de Janeiro de 2017.
Volnei Antonio Schmidt
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº.034/2017 DE 09 DE JANEIRO DE 2017.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR EFETIVO A PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A ADRIANA GIOMBELLI BORDINHON matrícula 316, férias de 20 dias, relativas ao período aquisitivo de 2015 A 2016 e gozo de 16/01/2017 a 04/02/2017.

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 16/01/2017.

Ipumirim - SC, 09 de Janeiro de 2017.

Volnei Antonio Schmidt

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº.035/2017 DE 09 DE JANEIRO DE 2017.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR EFETIVO A PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A FERNANDA PALUDO matrícula 1639, férias de 30 dias, relativas ao período aquisitivo de 2015 A 2016 e gozo de 16/01/2017 a 14/02/2017.

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 16/01/2017.

Ipumirim - SC, 09 de Janeiro de 2017.

Volnei Antonio Schmidt

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº.037/2017 DE 09 DE JANEIRO DE 2017.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR EFETIVO A PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A FLAVIANA FATIMA MANICA matrícula 2009, férias de 30 dias, relativas ao período aquisitivo de 2015 A 2016 e gozo de 16/01/2017 a 14/02/2017.

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 16/01/2017.

Ipumirim - SC, 09 de Janeiro de 2017.

Volnei Antonio Schmidt

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº.040/2017 DE 09 DE JANEIRO DE 2017.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR EFETIVO A PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A SUZANA GIOMBELLI matrícula 551, férias de 30 dias, relativas ao período aquisitivo de 2015 A 2016 e gozo de 23/01/2017 a 21/02/2017.

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 23/01/2017.

Ipumirim - SC, 09 de Janeiro de 2017.
Volnei Antonio Schmidt
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº.041/2017 DE 09 DE JANEIRO DE 2017.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR EFETIVO A PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A MARILEI FRIGERI CARPINELLI matrícula 087, férias de 30 dias, relativas ao período aquisitivo de 2015 A 2016 e gozo de 23/01/2017 a 21/02/2017.

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 23/01/2017.

Ipumirim - SC, 09 de Janeiro de 2017.
Volnei Antonio Schmidt
Prefeito Municipal

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 4/2017,PREGÃO PRESENCIAL Nº 3/2017/PM

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 3/2017

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 4/2017

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT - PREFEITO MUNICIPAL torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar, REGISTRO DE PREÇOS através de Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, na forma da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e 8.666/93 de 21 de junho de 199, com entrega dos envelopes fixada para às 08:45:00 horas do dia 20/01/2017, e abertura prevista para às 09:00:00 do dia 20/01/2017. Objeto da licitação: Aquisição de veículos novos, destinado a Secretaria Municipal de Administração e Secretaria Municipal de Educação, conforme características do anexo III do edital. O edital poderá ser obtido no endereço eletrônico www.ipumirim.sc.gov.br, (link: Governo -> licitações, clicando sobre a respectiva modalidade dessa licitação). Possíveis alterações, suspensão, revogação ou anulação do edital, serão disponibilizadas no mesmo endereço eletrônico, cabendo a licitante interessada acompanhar a situação da licitação. Demais esclarecimentos e informações, poderão ser obtidas junto ao setor de licitações e contratos, no prédio da Prefeitura Municipal, cidade e município de Ipumirim - SC, telefones (49) 3438-3422 ou (49) 3438.3429, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias considerados úteis.

Ipumirim - SC, 09/01/2017
VOLNEI ANTONIO SCHMIDT
PREFEITO MUNICIPAL

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 5/2017,DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 2/2017/PM

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 2/2017

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 5/2017

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT - PREFEITO MUNICIPAL torna público para conhecimento dos interessados que está realizando DISPENSA DE LICITAÇÃO, na forma da Lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, tendo por fundamento legal o inciso II, cujo objeto é: aquisição de cortinas, materiais e mão de obra, para instalação e montagens de cortinas no Nucleo Educacional Municipal João Canton. Esclarecimentos e informações, poderão ser obtidos junto a Secretaria de Administração e Finanças, no prédio da Prefeitura Municipal, cidade e município de Ipumirim - SC, telefones (49) 3438-3422 ou (49) 3438.3429, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias considerados úteis, mediante requerimento específico.

Ipumirim - SC, 09/01/2017
VOLNEI ANTONIO SCHMIDT
PREFEITO MUNICIPAL

VAGAS PARA A 1ª CHAMADA

DATA: 11/01/2017

HORÁRIO: 9 horas

LOCAL DA CHAMADA: Secretaria de Educação

ENDEREÇO: Rua Bento Gonçalves, nº 220, Bairro Centro – Ipumirim/SC

Cargo	Período de Contrato	Nº de Vagas
Auxiliar de Creche	17/01/2017 a 22/12/2017	11 (onze)
Auxiliar de Creche	17/01/2017 a 02/03/2017	01 (uma)

1. Só serão chamados para a escolha das vagas, os candidatos aprovados no teste de seleção.
2. A escolha de vagas deverá ser efetuada pelo próprio candidato obedecendo a ordem de classificação.
3. Para escolha de vagas e contratação será respeitado o Edital 048/2016 e as demais disposições vigentes.

Ipumirim/SC, 09 de janeiro de 2017.

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT

PREFEITO

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DO PL Nº 21, PP Nº 11-2016-FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 11/2016 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 21/2016 Data do Processo: 22/12/2016
	Folha: 1/2

OBJETO DA LICITAÇÃO:

contratação de serviços médicos na área de Clínico Geral, para atendimento na Unidade Básica de Saúde, conforme especificações anexas ao edital.

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 11/2016 (Sequência: 2)

Ao(s) 5 de Janeiro de 2017, às 09:00 horas, na sede da(o) FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto nº 1644/2009, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 21/2016, Licitação nº 11/2016 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: Aos cinco dias do mês de janeiro de 2017, às nove horas, reuniu-se o Pregoeiro Laudecir Francio e sua Equipe de Apoio, constituída pela servidora municipal Jucilene Goldoni Calari, designados pelo Decreto nº 2265/2016, com a finalidade de efetuar a abertura e o julgamento dos envelopes de Propostas Comerciais e Documentação de Habilitação, referente à Licitação em epígrafe. Apresentou-se para participar do certame a empresa: GILBERTO DE OLIVEIRA NETTO S/S - ME neste ato representado pelo sócio proprietário o sr Gilberto De Oliveira Netto. Aberta a sessão pública pelo Pregoeiro, o mesmo solicitou que o representante apresentasse a documentação comprobatória de posse de poderes para representar sua empresa e ofertar lances verbais, nos termos do item 3.2 e seus subitens, do Edital. Assim o fez o Srº Gilberto De Oliveira Netto sócio proprietário da empresa GILBERTO DE OLIVEIRA NETTO S/S - ME. Indagado pelo Pregoeiro sobre a opção de Microempresa a empresa acima citada se credencia como Microempresa. Na sequência, foi observado a apresentação da declaração de cumprimento do disposto no inciso VII do art. 4º da Lei 10.520/2002, ou seja, apresentar declaração verbal ou escrita de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, assim sendo a empresa apresentou a declaração na forma escrita. Ato contínuo foi aberto o envelope nº 1 - Proposta Comercial o qual foi rubricado pelo Pregoeiro, sua equipe de apoio e o representante da licitante Presente. Na análise da proposta constatou-se que a empresa apresentou a proposta conforme exigências do presente Edital, estando habilitada para as fases seguintes do certame. Por conseguinte, o Pregoeiro deu início à fase dos lances verbais, sendo que a licitante presente não manifestou interesse na redução dos preços mantendo os valores da proposta inicial e por estar dentro dos limites fixados no Edital, foi classificada. Ato contínuo procedeu-se à abertura do Envelope nº 2 - Documentação de Habilitação da licitante vencedora, sendo que os documentos neles contidos foram conferidos e rubricados pelo Pregoeiro, sua equipe de apoio e o representante da licitante. Na análise da documentação constatou-se que a empresa apresentou a documentação conforme exigências do presente Edital. Ante o exposto o representante legal da licitante renunciou expressamente ao direito de recorrer do julgamento das fases desta licitação. Deixada a palavra livre, ninguém mais fez uso da mesma, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, com a presente Ata aprovada e assinada pelo Pregoeiro, sua equipe de apoio e o representante da empresa presente ao final da sessão.

Participante: 7406 - GILBERTO DE OLIVEIRA NETO S/S- ME

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	Consulta médica- clínico geral que serão distribuídas na seguinte forma:	Cons	3.600,00		0,0000	31,00	111.600,00

as consultas serão realizadas na unidade básica de saúde, nos dias segunda e sexta feira na parte da manhã e tarde e nas quartas feiras somente na parte da tarde repassadas ao profissional pela Secretaria de Saúde, conforme demanda e no mínimo 300 (trezentas) consultas/mês que serão distribuídas em média de 30 (trinta) consultas diárias, caso haja necessidade num valor de R\$ 31,00 (e seis) reais á consulta.

Total do Participante —————> 111.600,00

Total Geral —————> 111.600,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM****CNPJ:** 82.814.575/0001-02
AV. DOM PEDRO II, 230
C.E.P: 89790-000 - Ipumirim - SC**PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 11/2016 - PR****Processo Administrativo:**
Processo de Licitação: 21/2016
Data do Processo: 22/12/2016

Folha: 2/2

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Ipumirim, 5 de Janeiro de 2017

COMISSÃO:

LAUDECIR FRANCIO - - Pregoeiro(a)
JUCILENE GOLDONI CALIARI - - MEMBRO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PL N° 21, PP N° 11-2016-FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 11/2016 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 21/2016 Data do Processo: 22/12/2016
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, VALDIR ZANELLA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 21/2016
b) Licitação Nr.: 11/2016-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 06/01/2017
e) Objeto da Licitação: contratação de serviços médicos na área de Clínico Geral, para atendimento na Unidade Básica de Saúde, conforme especificações anexas ao edital.

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

GILBERTO DE OLIVEIRA NETO S/S- ME (7406)

1 Consulta médica- clínico geral que serão distribuídas na seguinte forma: as consultas serão realizadas na unidade básica de saúde, nos dias segunda e sexta feira na parte da manhã e tarde e nas quartas feiras somente na parte da tarde repassadas ao profissional pela Secretaria de Saúde, conforme demanda e no mínimo 300 (trezentas) consultas/mês que serão distribuídas em média de 30 (trinta) consultas diária, caso haja necessidade num valor de R\$ 31,00 (e seis) reais á consulta.	Cons	3.600,00	0,0000	31,00	111.600,00
---	------	----------	--------	-------	------------

Total do Fornecedor: 111.600,00

Total Geral: 111.600,00

Ipumirim, 6 de Janeiro de 2017.

VALDIR ZANELLA
PREFEITO MUNICIPAL

Irineópolis

PREFEITURA

DECRETO Nº 3124/2016

Decreto nº 3.124/2016

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO E CONTÉM PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferido e autorizado pela Lei nº 1.887 de 16 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar no Orçamento da Prefeitura Municipal de Irineópolis, no exercício corrente, a dotação a seguir especificada.

Art. 2º - Suplementar o valor de R\$ 42.800,00 (Quarenta e dois mil e oitocentos reais), conforme discriminação seguinte:

03 – SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO		
2.002 – Manutenção da Secretaria as Administração		
3.1.90.00.00.00.00.00.0100 (4)	Aplicações Diretas	R\$ 42.800,00

Art. 3º - Para dar face ao crédito suplementar acima citado será anulada a seguinte dotação:

03 – SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO		
2.002 – Manutenção da Secretaria as Administração		
3.3.90.00.00.00.00.00.0100 (7)	Aplicações Diretas	R\$ 22.800,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0100 (9)	Aplicações Diretas	R\$ 20.000,00

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 13 de dezembro de 2016.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

PORTARIA N º 025/2017

PORTARIA N º. 028/2017.

“CONCEDE LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES A SERVIDOR EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Prefeito Municipal de Irineópolis em Exercício, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência e atribuições que lhe são conferidas pelo item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica e no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º 007/2001 de 15/10/2001 e em conformidade com o disposto no art. 114 da LC 01/97, de 30/12/1997,

RESOLVE:

Art 1st - Conceder Licença para Tratar de Assuntos Particulares (Licença não Remunerada), no período de 09/01/2017 a 08/01/2018, ao servidor efetivo REICHARDT WAGNER.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 05 de Janeiro de 2017.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

PORTARIA N º 029/2017

PORTARIA Nº. 029/2017.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em conformidade com a Lei Complementar nº 01/97, de 30/12/1997 e demais legislação pertinente,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias regulamentares a servidora abaixo relacionada:

Nº de Ordem	NOME	Período de Férias
1.	ROSE CASTRO	05/01/2017 a 03/02/2017

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis (SC), 05 de Janeiro de 2017.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

PORTARIA N º 030/2017

PORTARIA N º 030/2017.

PRORROGA PRAZO DE VALIDADE DO TESTE SELETIVO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS, EDITAL N º 003/2014/PMI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item VII, do artigo 65 I e amparado no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art 1st - PRORROGAR até a data de 31/12/2017, o prazo de validade do Teste Seletivo da Prefeitura Municipal de Irineópolis, Edital n º 003/2014, homologado em 17/11/2014.

Art 2nd - Ficam convalidadas as contratações realizadas no exercício de 2016, através do Teste Seletivo em referência.

Art 3rd - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 05 de Janeiro de 2017.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2017 - PM

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 01/2017

PREGÃO PRESENCIAL N.º 01/2017 – REGISTRO DE PREÇOS

O Município de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 25 de janeiro de 2017, às 09:00 horas, Processo Licitatório na Modalidade Pregão Presencial para Registro de Preços, com critério de adjudicação MENOR PREÇO POR ITEM de acordo com a Lei n.º 10.520/02, visando a "AQUISIÇÃO DE LUBRIFICANTES, PARA VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DA FROTA MUNICIPAL, PARA O PERÍODO DE 12(DOZE) MESES, COM ENTREGA PARCELADA". O Edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Licitações, no horário das 08:30 às 11:30 e das 13:00 as 15:00, sita a Rua Paraná, n.º 200, Centro – Irineópolis – SC, Fone (47) 3625-1111, e no site www.irineopolis.sc.gov.br. Irineópolis, 09 de janeiro de 2017.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 03/2017

Portaria Nº 3/2017

"CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

SERGIO ROBERTO BINDER Presidente da Câmara Municipal de Irineópolis, Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pelo Regimento Interno desta Casa e de conformidade com o artigo 41, inciso II da Lei Orgânica Municipal.

Conceder ao Servidor, LÚCIO LUIZ COLOMBO, Assessor de Imprensa, o gozo das férias pelo período de 09/01/2017 à 07/02/2017, de acordo com o artigo 101 da Lei Complementar nº 001/97, retornando as atividades normais em 08/02/2017.

Referente ao período aquisitivo de 06/01/2016 à 05/01/2017.

Gabinete da Presidência, em 04 de Janeiro de 2017.

SERGIO ROBERTO BINDER

Presidente da Mesa

RELATÓRIOS

MUNICÍPIO DE IRINEOPOLIS - SC - PODER LEGISLATIVO
CAMARA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2016 A DEZEMBRO/2016

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	891.776,40	0,00
Pessoal Ativo	891.776,40	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	891.776,40	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	27.939.734,52	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	891.776,40	3,19
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	1.676.384,07	6,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	1.592.564,87	5,70
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	1.508.745,66	5,40

FONTE:

IRINEOPOLIS, 09/01/2017

SANDRA RENATE PIEKARZEWICZ MAYDL
Presidente da Camara

Elenice Izaura Neppel Waismann
Contadora CRC 1SC 023441/O-3

RELATÓRIOS

MUNICÍPIO DE IRINEOPOLIS - SC - PODER LEGISLATIVO
CAMARA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Até o 3º Quadrimestre de 2016

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 6

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE	
Receita Corrente líquida	27.939.734,52	
DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	891.776,40	3,19
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	1.676.384,07	6,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	1.592.564,87	5,70
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	0,00	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	6.146.741,59	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	4.470.357,52	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	1.955.781,42	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	0,00	0,00

FONTE:

IRINEOPOLIS, 09/01/2017

SANDRA RENATE PIEKARZEWICZ MAYDL
Presidente da Câmara

Elenice Izaura Neppel Waismann
Contadora CRC 1SC 023441/O-3

RELATÓRIOS

MUNICÍPIO DE IRINEOPOLIS - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2016

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (I)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL				
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%	0,00	0,00	0,00	0,00

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (V)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)	0,00	0,00	0,00	0,00

MEDIDAS CORRETIVAS:

FONTE:

IRINEOPOLIS, 09/01/2017

SANDRA RENATE PIEKARZEWICZ MAYDL
 Presidente da Câmara

Elenice Izaura Neppel Waismann
 Contadora CRC 1SC 023441/O-3

RELATÓRIOS

MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	—	36.907,21	30.431,43	—
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	108.865,17	31.139,43	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	0,00	71.957,96	708,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	0,00	-36.907,21	-30.431,43	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	0,00	0,00	0,00	0,00
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]				
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]				0,00%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	0,00	0,00	0,00	0,00

DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	0,00	10.372,00	0,00	0,00
RP NÃO PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	240,00	0,00
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO				
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.

IRINEÓPOLIS, 09/01/2017

SANDRA RENATE PIEKARZEWICZ MAYDL
Presidente da Câmara

Elenice Izaura Neppel Waismann
Contadora CRC 15C 023441/O-3

FONTE:

RELATÓRIOS

MUNICÍPIO DE IRINEOPOLIS - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de referência	Até o Quadrimestre de referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00	0,00
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	0,00	—
OPERAÇÕES VEDADAS	0,00	0,00
DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)	0,00	
DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA	0,00	
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	0,00	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%	0,00	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	0,00	0,00

FONTE:

IRINEOPOLIS, 09/01/2017

SANDRA RENATE PIEKARZEWICZ MAYDL
Presidente da Câmara

Elenice Izaura Neppel Waismann
Contadora CRC 1SC 023441/O-3

Itaiópolis

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PR Nº 1/2017

Pregão Presencial nº 1/2017 – Objeto: aquisição parcelada de combustíveis para os veículos da Prefeitura, Fundos e equipamentos (roçadeiras, motosserras e máquinas de cortar grama). LOCAL/DATA E HORÁRIO PARA ENTREGA DOS ENVELOPES: Avenida Getúlio Vargas, 308, 3º Piso, Centro, Itaiópolis – SC, no Departamento de Compras e Licitações, junto a Prefeitura Municipal, no dia 24 de Janeiro de 2017, até às 09h15min. ABERTURA DOS ENVELOPES: no dia 24 de Janeiro de 2017, às 09hs30min. O Edital estará à disposição dos interessados, no endereço acima mencionado ou pelo Site www.itaioplis.sc.gov.br. Itaiópolis, 06 de Janeiro de 2017. REGINALDO JOSÉ FERNANDES LUIZ Prefeito Municipal

EDITAL DE CHAMAMENTO DE INTERESSADOS PARA INSCRIÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO CADASTRO DE FORNECEDORES

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAIÓPOLIS/Departamento de Compras e Licitações, torna público para conhecimento de todos os interessados e, de acordo com a Lei Federal nº 8666/93 e suas alterações posteriores, que estará recebendo inscrições para novos fornecedores e atualização dos cadastros já existentes. Maiores informações poderão ser obtidas de 2ª a 6ª feira, no horário das 08:00 as 12:00 e das 13:30 as 17:00 horas, no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal, sita a Avenida Getúlio Vargas, 308, 3º Piso, Centro, CEP 89340-000, Itaiópolis – SC, através do E-mail licitacao@itaioplis.sc.gov.br ou pelo fone/fax 47 652 2211, ramal 203. Itaiópolis, 09 de janeiro de 2017. REGINALDO JOSÉ FERNANDES LUIZ Prefeito Municipal

Itapiranga

PREFEITURA

DECRETO Nº 011 DE 06 DE JANEIRO DE 2016

DECRETO Nº 011, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

Delega atribuições ao Diretor de Águas e Esgoto e dá outras providências.

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 59 c/c a alínea f do inciso I do art. 74 da Lei Orgânica Municipal;

D e c r e t a:

Art.1º Ficam pelo presente Decreto delegadas atribuições ao Diretor de Águas e Esgoto, Gilmar Luis Lauxen, matrícula nº 15259/01, para efetuar despachos em requerimentos relativos aos serviços previstos na Lei Municipal nº 3006, de 15 de dezembro de 2015, que dispõe sobre a prestação do Serviço Municipal de Água e Esgoto - SMAE.

Parágrafo único. A delegação prevista no caput deste artigo não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 104, de 15 de julho de 2016.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de 06 de janeiro de 2017.

Itapiranga - SC, 06 de janeiro de 2017.

Jorge Welter
Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM.

Lauro Schlickmann
Secretario Municipal de Administração, Obras e Serviços Urbanos.

DECRETO Nº 013 DE 06 DE JANEIRO DE 2016

DECRETO Nº 013 DE 09 DE JANEIRO DE 2017.

Altera o Decreto nº 193 de 04 de novembro de 2016 que regulamenta a modalidade Pregão para aquisição de bens e serviços comuns e dá outras providências.

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais pela Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal nº 2.834, de 30 de abril de 2013;

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o inciso I do art. 13 do Decreto nº 193, que passa a ter a seguinte redação:

I. a convocação dos interessados por meio de publicação de aviso se dará pelo DOM – Diário Oficial dos Municípios e por meio eletrônico na internet, no site do Município, independente do valor do pregão;

Art. 2º Os demais itens e artigos ficam inalterados.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga - SC, 09 de janeiro de 2017.

Jorge Welter
Prefeito

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Lauro Schlickmann
Secretario Municipal de Administração.

Itapoá

PREFEITURA

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 01/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 01/2017

Contratante: Município de Itapoá/SC.

Contratada: BLUMEDICA PRODUTOS MÉDICOS E CIRURGICOS LTDA com sede à Rua Colibri, nº 425, Bloco 02, Bairro: Salto Weisbach, na cidade de Blumenau/SC, CEP: 89.032-235, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 01.470.743/0001-98, e Inscrição Estadual nº 253.369.010, representada neste ato por procurador, Sr. MARCOS ANTONIO LOBO, portador do CNPF/MF nº 043.585.139-05, e do CI.RG nº 4262945.

Licitação: PREGÃO Nº61/2016 - REGISTRO DE PREÇOS Nº 32/2016 - PROCESSO Nº 79/2016.

Objeto: Aquisição de material de procedimento para uso nas Unidades Básicas de Saúde (PSF), Pronto Atendimento 24 Horas e Centro de Reabilitação, conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos.

VALOR R\$: 141.276,253

DATA DA ASSINATURA: 04/01/2016

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 01 (um) ano, a partir da sua publicação.

BASE LEGAL: Lei 8.666/93.

Itapoá, 04 de janeiro de 2016.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

15. Declaração de não ter sofrido processo disciplinar (prefeitura fornece);

16. Declaração de dependentes para Imposto de Renda (Prefeitura fornece);

17. Tipagem sanguínea;

18. Laudo médico;

19. Nº Conta corrente na Caixa Econômica Federal Itapoá.

Itapoá, 06 de Janeiro de 2017.

Elisiane de Souza Martins

Secretária Municipal da Assistência Social

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 03/2017 DO EDITAL Nº 028/2016

TERMO DE CONVOCAÇÃO 003/2017 DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

EDITAL Nº 028/2016

Elisiane de Souza Martins, com base do item 1.2. do Edital nº 028/2016 e no uso de suas atribuições legais CONVOCA o candidato Lindomar Silva de Jesus para comparecer ao Departamento de Recursos Humanos, na sede da Prefeitura, no prazo de 05 (cinco) dias contados da publicação, a fim de manifestar interesse pela nomeação mediante a apresentação dos documentos abaixo relacionados:

1. Cédula de Identidade (RG);
2. Cadastro de Pessoa Física (CPF);
3. Título de Eleitor;
4. Certidão de Quitação Eleitoral (internet);
5. Certidão de nascimento ou casamento;
6. Carteira de Trabalho com Inscrição de Pis/Pasep;
7. Uma foto ¾ recente;
8. Comprovante de residência;
9. Comprovante de Escolaridade exigido no edital para o cargo;
10. Certidão de Antecedentes Criminais (emitido pelo Fórum de Itapoá/SC);
11. Certidão de Nascimento dos Filhos;
12. Certidão de Regularização do CPF (internet);
13. Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de acumulação pela constituição. (prefeitura fornece);
14. Declaração de bens e ou IRRF (prefeitura fornece);

Ituporanga

PREFEITURA

DECRETO Nº 002, de 03 de janeiro de 2017

DECRETO Nº 002, de 03 de janeiro de 2017.

"Declara Revogado os Decretos de Comissões Especiais de Trabalho do Município de Ituporanga".

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS, Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo Inciso VII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Ituporanga-SC e de conformidade da Lei nº.2.627, de 20 de julho de 2015;

[
DECRETA:

Art. 1º- Ficam REVOGADOS os Decretos de Comissões Especiais de Trabalho conforme especificados:

- a) Decreto nº. 285, de 14 de julho de 2014, que constituiu de forma permanente, Comissão Processo Disciplinar;
 - b) Decreto nº563, de 07 de julho de 2016, que Instituiu Comissão para coordenar, organizar e convocar os aprovados no Concurso Público, do Município de Ituporanga;
 - c) Decreto nº 578, de 15 de junho de 2016, que Constituiu Comissão Permanente de Licitação e Nomeia Pregoeiro e Equipe de Apoio para os Processos Licitatórios na modalidade Pregão, realizados pelo Município de Ituporanga.
- Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 03 de janeiro de 2017.

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS

Prefeito do Município

BRUNA RUDOLFO

Secretária da Administração

DECRETO nº 004 de 05 de janeiro de 2017.

DECRETO nº 004 de 05 de janeiro de 2017.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL OU JUDICIAL, EM CARÁTER DE URGÊNCIA, ÁREA DE TERRA LOCALIZADA NESTE MUNICÍPIO, DE PROPRIEDADE DE ERICA JASPER EISELER, E EMPRESA ÁGUAS NEGRAS PASTA E PAPELÃO LTDA OU A QUEM DE DIREITO FOR.

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS, Prefeito Municipal de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Ituporanga e com fundamento no disposto pelo art. 6º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e considerando o disposto no art. 5º, Inciso XXIV, da Constituição Federal, combinado com a legislação pertinente.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam declarados de utilidade pública, os imóveis abaixo relacionados, descritos e caracterizados conforme planta topográfica e memorial descritivo, anexos, para fins de desapropriação por utilidade pública, amigável ou judicial, em caráter de urgência, tendo como objetivo interesse social.

I – EE-01 - Área com 186,40m2 destinada à instalação de Estação Elevatória, de propriedade de Empresa Águas Negras Pasta e papelão Ltda, situada na Rua Presidente Juscelino, s/nº neste Município de Ituporanga, Comarca do mesmo nome, Estado de

Santa Catarina, com as seguintes medidas e confrontações: Poligonal fechada tem início no Vértice VT-01 - Coordenadas (UTM N: 6.968.027,611 e E: 637.546,350). segue por linha reta com distância de 12,00m até o Vértice VT-02 (UTM N: 6.968.038,222 e E: 637.551,954 formando assim o lado (Leste-Frente) que estrema com a Rua Presidente Juscelino; do Vértice 02 segue por linha reta com distância de 15,41m até o Vértice VT- 03 (UTM N: 6.968.046,039 e E: 637.538,670), formando o lado (Norte-Lateral-Esquerda) que estrema com área remanescente da matrícula nº3.I 15 de propriedade de Águas Negras Pasta e Papelão Ltda: do Vértice VT-03 segue por linha reta com distância de 12,55m até o Vértice VT-04 (UTM 6.968.034,761 c E: 637.533,164) formando o lado (Oeste-Fundos) que estrema com terras de Águas Negras Pasta e Papelão Ltda: do Vértice VT-04 segue por linha reta com distância de 15,00m até o Vértice VT-01 - Coordenadas (UTM N: 6.968.027,611 e E: 637.546,350), onde iniciou a poligonal da área formando o lado (Sul -Lateral-Direita) que estrema com terras de Ferramentas Santa Catarina Ltda. fechando a poligonal com área de 186,40m2.

II – ETE - Área com 27.919,10m² destinada à instalação de Estação Tratamento de Esgoto, de propriedade de Erica Jasper Eiseler, localizada na Rodovia SC 350, s/nº neste Município de Ituporanga, Comarca do mesmo nome, Estado de Santa Catarina, com as seguintes medidas e confrontações: Poligonal fechada, tem início no ponto P-01 (coordenadas UTM – N:6969228.673m e E:638131.743m); deste segue por uma linha seca com distância de 200.00m até o ponto P-02 (coordenadas UTM – N:6969232.738m e E:638331.701m), formando ao Norte que estrema com o terreno de ARNO ENDER; deste segue por linha seca com distância de 136.16m até o ponto P-03 (coordenadas UTM – N:6969098.849m e E:638356.451m), formando ao Leste que estrema com o terreno ERICA JASPER EISELER; deste segue por linha seca com distância de 200.00m até o ponto P-04 (coordenadas UTM – N:6969084.790m e E:638156.946m), formando o lado Sul e que estrema com o terreno de ERICA JASPER EISELER; deste segue por linha seca com distância de 130.70m até o ponto P-05 (coordenadas UTM – N:6969213.638m e E:638135.053m), formando o lado Oeste e que estrema com a RODOVIA SC-350; deste segue por linha seca com distância de 15.40m até o ponto P-01 (coordenadas UTM – N:6969228.673m e E:638131.743m), formando o lado Oeste e que estrema com a RODOVIA SC-350; fechando a poligonal da área com 27.919,10 m².

Art. 2º - As áreas referidas nos parágrafos anteriores destinam-se a implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário, no município de Ituporanga - SC.

Art. 3º - Fica a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN autorizada a tomar as providências decorrentes das ações administrativas e judiciais para fazer valer a execução deste decreto, correndo às suas expensas todas as despesas decorrentes das presentes medidas que se fizerem necessárias para a aquisição da citada área.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigência na data de sua publicação.

Art. 5º - Fica revogado o Decreto nº 373, de 15 de março de 2015, e demais disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 05 de janeiro de 2017.

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS

PREFEITO MUNICIPAL

BRUNA RUDOLFO

Secretária da Administração

EDITAL Nº 04/2016 – CONVOCAÇÃO, DATA, HORA E LOCAL DE REALIZAÇÃO DA PROVA TEÓRICO-OBJETIVA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ITUPORANGA / SC

PROCESSO SELETIVO Nº 01/2016

EDITAL Nº 04/2016 – CONVOCAÇÃO, DATA, HORA E LOCAL DE REALIZAÇÃO DA PROVA TEÓRICO-OBJETIVA

ADRIANO COELHO, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Ituporanga/SC, mediante contrato celebrado com a empresa Legalle Concursos e Soluções Integradas Ltda., TORNA PÚBLICA a convocação, data, hora e local de realização da prova teórico-objetiva e comunica o que segue:

1. DATA, HORÁRIO E LOCAL DE REALIZAÇÃO DA PROVA TEÓRICO-OBJETIVA

CONVOCAM-SE todos os candidatos homologados, de acordo com o Anexo Único deste edital, para prestar prova teórico-objetiva que será realizada no município de Ituporanga/SC, no SÁBADO, dia 14/01/2017, no seguinte local e horário matutino:

E. E. F. Mont' Alverne, à Rua Frei Manoel, nº 120, Centro – Ituporanga/SC.

Horário de abertura dos portões de acesso: 8h20min

Horário de fechamento dos portões de acesso: 8h45min

Horário de início das provas: 9h

Ituporanga/SC, 03 de janeiro de 2017.

ADRIANO COELHO

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Ituporanga/SC

Registre-se e Publique-se.

Anexo Único – Divulgação dos Locais de Prova.

Agente de Serviços Gerais

Nº INSC	CANDIDATO	Endereço	Turno	Sala
500069	Gislaini Alves	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 15
502838	Jorllan De Castro	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 15
507603	Jucara Fridriche	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 15
508143	Julio Cesar Ferreira	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 15
500302	Luciene Cinezio Da Silva	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 15
507420	Maiky May	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 15
501958	Marcia Marian	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 15
501768	Maria Goreti Do Nascimento Farias	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 15
504393	Ricardo Carlos Silva	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 15
501589	Sandra Herbst	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 15
507524	Solange Feitosa Araujo Rague	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 15
508158	Vinicius Marcondes	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 15

Assessor Jurídico

Nº INSC	CANDIDATO	Endereço	Turno	Sala
502019	Adalberto Wiliczinski Junior	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 1
507713	Alberto Lunardelli Caldeira	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 1
507100	Alexandra Rafaela Bohn Lohmann	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 1
499565	Alexandre Luis Schuhmacher	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 1
506612	Alice Assing	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 1
501680	Aline De Souza Weirich	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 1
507670	Ana Gabriela Zimmermann	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 1
507916	Ananda Laura Matas Aranda	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 1
508161	Anderson Eli Rodrigues	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 1
507463	Anna Caroline Klamas De Lucas	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 1
507833	Aridio Neto	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 1
505235	Barbara Strube Lima Velho	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 1
507097	Bruna Caroline Busarello	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 1
507717	Camila Chmiel	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 1

508208	Camila Regina Coelho	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 1
500203	Camila Rodeghero Dal Piaz	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 1
507375	Camila Vieira De Almeida Garcia	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 1
498886	Carlos Henrique Hancke	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 1
498073	Carlos Renato Dos Santos	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 1
499160	Caroline Fernandes Da Trindade	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 1
507931	Cintia Andreia Nardelli	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 1
507844	Cintia Libanio Da Silva	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 1
507764	Cintia Maria Da Silva De Almeida	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 1
507582	Claudia Kelly Dos Santos	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 1
501670	Cristiane Rosieni Cavichioli	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 1
507543	Daiana De Farias Da Maia	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 1
497987	Daniela Kratz	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 1
503520	Daniela Franca Guimaraes	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 1
505930	Daniely Becker Probst	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 1
507945	Darlan Rossetto Stasiak	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 1
505955	Elisangela Wernke	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 2
507361	Elizabeth Vilela De Moraes	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 2
500532	Emerson De Figueredo	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 2
506222	Ernani Grossklags	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 2
506425	Eugenia Schlichting De Martin	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 2
499745	Fabio Antunes Lorengo	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 2
507273	Fabio Luiz Silva	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 2
500672	Felipe Gabriel Adaime	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 2
508170	Felipe Ludvig	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 2
508141	Fernando Arndt	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 2
506240	Fernando Becker	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 2
507812	Gabriel Pedroza Bezerra Ribeiro	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 2
504896	Gabriella Regina Vieira	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 2
503802	Giseli Schmidt Decker	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 2
503974	Guilherme Hoffmann Rosar	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 2
507962	Guilherme Paes Schulz	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 2
503976	Gustavo Bertoldi	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 2
508219	Gustavo Dal Toe Novelli	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 2
504569	Gustavo Faccin	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 2
505809	Henrique Moritz Neto	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 2
502589	Ina Carini Zapelini Zanella	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 2
506762	Isabela Cristina Hadlich	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 2
507462	Ivan Carlos Schlupp	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 2
503154	Jessica Da Silva	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 2
507888	Julia Gabriela Warmling Pereira	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 2
501830	Juliana Bachle Montibeller	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 2
508137	Larissa Schuhmacher Espindola	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 2
507821	Larissa Regina Juttel Thiesen	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 2
502551	Leticia Helena Zendron Range	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 2
502940	Liceia Terezinha Knabben Garcia	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 2
498979	Lillian Pflieger	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 3
507499	Loinara Scoppel	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 3
499066	Luana Bueri	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 3
507891	Marcelo De Freitas Antunes	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 3
507886	Marcelo Giordani	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 3
508029	Marcia Ester De Miranda Arcanjo	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 3
508114	Marcia Helena Nunes	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 3

508007	Marcio Luiz Perronio Santiago	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 3
508150	Marcos Alencar Wiggers	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 3
507301	Maria Angelica Victorino De Moura	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 3
501226	Mariana do Nascimento Miguel	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 3
499925	Marilia Grasieli Hillesheim	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 3
499189	Marina Somavilla Feversani	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 3
498528	Michael Sullivan Cipriani	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 3
507726	Michele Mendes	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 3
504269	Micheli Luci Tillmann	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 3
505722	Milena Aggio	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 3
507700	Moises Camilo Dias Goncalves	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 3
499732	Monica Heloisa Fagundes	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 3
505163	Morgana Milan	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 3
503210	Natali Cristine De Souza Portes Ferreira	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 3
507950	Nathalia Araujo Lage E Oliveira	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 3
503324	Paulo Ricardo Moretto	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 3
507470	Paulo Victor Koziura Romero Magri	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 3
508079	Rafael Correa	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 3
504748	Rafael Pedro Mariotto	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 3
507952	Rafael Theodoro Kuyavski Rangni	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 3
504231	Rafaela Schneider Da Silva	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 3
508064	Renan Lopes Araujo	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 3
502197	Roberson Pereira Da Silva	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 3
499653	Ronaldo Pflieger	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 3
508179	Roumayne Catanio Nehring	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 3
503687	Samir Leonardo Hallack Mokdisse	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 4
500728	Sandra Mara Porto Brandt	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 4
504500	Schaiane Luckmann Correa	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 4
503882	Soraia Santos Cruz	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 4
507810	Tarcila Teles De Campos	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 4
507688	Tarcisio Oecksler	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 4
507444	Thais Bozz	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 4
499530	Thiago Moura Furtado	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 4
508147	Valter Altemar Ortiz Dos Santos	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 4
504557	Vinicius Schütz Bennert	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 4
505918	Vinicius Wiggers	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 4
507711	Vinicius Zwirtes	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 4
507558	Vitor Franzoi Plotegher	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 4

Assistente Legislativo

Nº INSC	CANDIDATO	Endereço	Turno	Sala
505383	Adelino Lanser	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 5
508216	Aguinaldo Kloppel	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 5
502533	Alan Patrick Stadnick	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 5
505073	Alana Marques Capristano	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 5
506479	Alessandra Ribeiro Oliveira Pedrosa	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 5
508077	Alessandro Quevedo Goncalves	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 5
508025	Alexandre Eger	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 5
507947	Alexandre Luis Fernandes	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 5
498923	Aline Lourenco	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 5
507502	Aline Polini	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 5
506552	Aline Rosa	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 5
507894	Amanda Caroline Sborz	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 5

507900	Amanda Farias	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 6
499815	Amanda Freiburger	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 6
507389	Amanda Weirich	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 6
504505	Amauri Sens	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 6
504105	Ana Claudia Lichtenfels Walzburger	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 6
507180	Ana Julia Müller	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 6
498992	Ana Paula Mendonca	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 6
506672	André Luiz Stuepp	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 6
507985	Andre Paulo Nascimento	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 6
504594	Andrei Stock	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 6
507166	Andreia Cassiani Lopes	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 6
507928	Andreia De Oliveira Willemann	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 6
502521	Andreia Marques	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 6
502737	Andrey Ricardo Monteiro	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 6
501515	Ariani Leise Martins	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 6
506378	Ariete Lückmann	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 6
508148	Barbara Castagna Lovato	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 6
499913	Beatriz Eger	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 6
507690	Bianca Hinckel	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 6
502498	Bianca Maiara Amado	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 6
499738	Bruna Sebold Luckmann	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 6
505079	Bruna Jordana Hasse	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 6
501855	Bruna Schug	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 6
506915	Bruna Venturi	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 6
506784	Bruna Wollinger Dorow	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 6
508074	Caio Klauberg	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 6
498131	Carla Eduarda Sebold	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 6
503594	Carla Nienkotter	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 6
500315	Carla Roling	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 6
506435	Cassia Beppler	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 6
504028	Charles Robson Rosa	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 7
500191	Claudia Ferreira Mendes	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 7
499975	Claudine Horstmann	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 7
507584	Claudir Jose Dos Santos	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 7
506522	Daiani Prochnow	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 7
505185	Daniel Bertoldi Vivan	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 7
506052	Daniela Batista	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 7
507625	Daniela Hinckel	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 7
500538	Daniela Sborz	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 7
503172	Daniele Massoco Cechet	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 7
501468	Danieli Hedler	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 7
506727	Danielle Christine Erkmann Nascimento	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 7
507681	David Almeida	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 7
505830	Dayana Gunther	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 7
507511	Diogo Carlos Sens	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 7
498730	Diogo De Oliveira Brod	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 7
502236	Djulia Moretti	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 7
507185	Douglas Regis	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 7
507689	Eder Laurindo	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 7
499908	Edinei Hammes	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 7
507254	Eduarda Aparecida Batistella	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 7
504516	Eduardo Eifler	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 7
507423	Eduardo Luiz Formagi	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 7

508088	Elaine Sebold	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 7
501344	Elizandra Leonir Xavier	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 7
502016	Ellen Fernanda Santos	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 7
507694	Emanoella Carolina Rocha	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 7
506735	Everson Cilos Vargas	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 7
499674	Fabio Vandresen Philippi	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 7
499549	Fabricio Ferreira Pinto	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 7
504281	Felipe Staloch	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 8
506613	Felipe Gustavo Schaefer De Araujo	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 8
505780	Fernanda Rubia Selhorst	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 8
505826	Flavia Sebold Rode	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 8
504445	Franciele Aparecida Lisboa De Moura	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 8
508095	Francine De Conto	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 8
499271	Gabriel Augusto Schiestl	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 8
500323	Gabriel Becker	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 8
504353	Gabriela Carolina Da Silva	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 8
499314	Gabriela Cristina Vieira	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 8
507771	Gelio Vargas De Almeida	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 8
502752	Genival Brambila	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 8
507971	Givago Capistrano	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 8
505805	Glauca Regina Luckmann	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 8
508106	Glauco Rodrigo Capistrano	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 8
507845	Graciano Schlemper	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 8
501632	Graciela Moreira Paz	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 8
498928	Gracieli Popenga	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 8
507880	Guilherme Huntemann	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 8
499128	Guilherme Mees	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 8
503618	Guilherme Neuhaus	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 8
508058	Gustavo Berns Dos Santos	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 8
504164	Gustavo Regis Avila	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 8
507555	Gustavo Vinicius Hoegen	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 8
508001	Hamilton Alves Proenca Neto	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 8
508135	Helcio Laurindo Junior	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 8
508153	Helen Cristini Madeira	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 8
499373	Hildebrando dos Santos Filho	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 8
506247	Hugo Cesar Fornerolli Junior	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 8
502936	Humberto Fernandes	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 8
500186	Ianae Katiucia Candido Da Silva	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 9
504261	Igor Carvalho	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 9
507718	Ines Klaumann	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 9
506006	Isabella Vieira	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 9
504890	Itamara Machado	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 9
507466	Jacyara Huntemann	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 9
504576	Jaison De Mello	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 9
507393	Jaison De Souza	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 9
500219	Janaina Pereira De Jesus	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 9
500107	Janaina Silva	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 9
504499	Janini De Souza	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 9
507400	Jaqueline Sawicki	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 9
499349	Jaqueline Xavier	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 9
499260	Jeniffer Rudolf Figueiredo	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 9
502905	Jessica Jeremias	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 9
501192	Jeziel Luiz Manrich	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 9

506997	Jhon Lucas Silva De Oliveira	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 9
504065	Joana Marilia Machado	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 9
507753	Joanes Montibeller	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 9
508129	Joao Olivio Dos Santos Cavalheiro	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 9
504470	João Batista Caetano Neto	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 9
503492	Jociel Quintino	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 9
507839	Joelma Vieira Philippi	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 9
501279	Jonas Andre	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 9
505901	Jonas Klaumann	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 9
504452	Jorge Alex De Oliveira Trindade	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 9
507851	Jorge Aparicio	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 9
506385	Jose Emanuel Pedroso	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 9
502506	Juliano Back	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 9
505536	Juliano Jardel Da Silva	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 9
501268	Kamila Knaul	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 10
506135	Ladir Ribeiro Da Silva Junior	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 10
500205	Larissa Ludvig	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 10
507465	Larita Mees	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 10
500173	Leandro Huntemann	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 10
504802	Leandro Schvetcher	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 10
507865	Leila Mees	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 10
499775	Leonardo Porto	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 10
500249	Leticia Carla Bilk	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 10
502967	Leticia Frankenberger De Souza	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 10
504729	Louise Loch Gauterio	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 10
507565	Lucas Antonio Grison	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 10
500171	Lucas Augusto Martins	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 10
508142	Lucas Cristiano Schuhmacher	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 10
503470	Lucas Guedes Da Costa	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 10
504695	Lucas Santos Laurentino	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 10
508010	Luciane Joana Quipers	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 10
502629	Luciane Teixeira Stanck	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 10
500277	Lucimar Correa	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 10
500204	Luiz Carlos Mendonca Mendonca	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 10
507984	Luiz Cesar Paul	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 10
503905	Luiz Gustavo Nardelli	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 10
508133	Luiza Schuhmacher Espindola	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 10
498210	Lumara Santos Willemann	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 10
508093	Maiara Goncalves	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 10
507114	Maicon Zemke	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 10
501774	Maikon Fronza	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 10
504616	Marcio Jose Furtado Pereira	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 10
507991	Marcos Antonio Madalena	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 10
501376	Mariane Campos Hemkemaier	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 10
507929	Marianna Luckmann Zoz	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 11
507874	Marileia Aparecida Bridarolli	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 11
502910	Mario Quirino Do Nascimento	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 11
498334	Mateus Rocha Homercher	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 11
502843	Mateus Wiggers Mattos	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 11
500195	Matheus Felipe Dos Santos	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 11
498343	Matheus Gehrke	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 11
506175	Matheus Giacomelli Dos Santos	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 11
500780	Mônica Joélma Rezini	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 11

499708	Michele Knaul Johse	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 11
500276	Milena Aparecida Bilck	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 11
507977	Miriam Dumes	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 11
505058	Moacir Cordeiro	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 11
505810	Moacir Dordetti Nazario	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 11
507255	Monique Junckes Ventura	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 11
500426	Morgana Staroscky	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 11
507116	Naiara Steinheuser	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 11
501291	Natanael William Junglos	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 11
507607	Nathalia Andersen Goedert	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 11
507376	Nathalia Von Helden Schunemann	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 11
505862	Nayane Kormann	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 11
498824	Nirlandia Hiansdt Coelho	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 11
499103	Paloma Lourenco	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 11
504823	Paloma Schappo	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 11
505505	Pamela Beatriz Melo	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 11
507698	Pamela Probst Stock	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 11
507412	Patricia Da Silva	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 11
507834	Paulo Roberto Ribeiro	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 11
508151	Paulo Tarso Vanderlinde	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 11
507239	Pâmela Regina Schlemper Almeida Santos	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 11
506094	Pollyanna Cristina Nienkotter	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 12
506508	Priscila Gabriela Moretto	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 12
508178	Rafael Barth Hausmann	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 12
501424	Rafael De Agostinho	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 12
500101	Rafael Mattei Fontana	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 12
500580	Rafael Pflieger	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 12
507926	Reginaldo Garcia	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 12
507140	Renahn Maeberg	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 12
507133	Roberta Sandrin Higashikawa	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 12
507854	Robson Arndt	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 12
503851	Rodrigo Nagel	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 12
507368	Rodrigo Rodrigues Leandro	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 12
507965	Rodrigo Schlickmann	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 12
501507	Roger Vieira	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 12
501092	Romulo Leonardo Dük	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 12
506920	Rosemari Da Silva De Paula E Silva	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 12
508086	Rosiani De Cassia Leonardo	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 12
503381	Rubiana Marian	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 12
508223	Samara Deschamps Gelsleichter	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 12
507954	Sandra Regina Orlando	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 12
508057	Shaiane Da Luz Rodrigues	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 12
503775	Sheila Maria Pivato	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 12
507159	Silmara Sarai Da Silva	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 12
506231	Simone Lins De Souza	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 12
501614	Simoni Klaumann	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 12
506643	Sirleia Cristina Lopes Sebold	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 12
504854	Suzana De Souza Pinto	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 12
507562	Tainara Machado De Oliveira Malkowski	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 12
507515	Tatiana Arruda Correia	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 12
500359	Taynara Gabriela Damann	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 12
501761	Thais Caroline Klauberg	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 13
499166	Thaise Nayara Sens	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 13

506181	Thalita Trindade E Silva	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 13
500439	Thamires Sens	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 13
508192	Tiago Reif	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 13
507377	Tony Kraus Sebold	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 13
502437	Vanessa Chibante Seemann	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 13
507800	Vanessa Correa Marcolino	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 13
507980	Vanilce Juliana De Lima Steffen Lima Steffen	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 13
507814	Vinicius Carvalho Beber	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 13
506507	Vitor Franca	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 13
507362	Weliton Lisboa	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 13
498287	Wesley Jose Tenfen	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 13
506505	William Alexandre Nunes Figenio	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 13
501959	William Wagner	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 13

Contador

Nº INSC	CANDIDATO	Endereço	Turno	Sala
503395	Adriano Jose Vanderlinde	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 4
507924	Adriano Velho	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 4
508008	Alini De Pinho	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 4
508120	Ana Paula Back Bonatti	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 4
500180	Ana Paula Jasper Da Silva	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 4
500018	Antonio Costa	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 4
507795	Benicio Cotardo Robaina Junior	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 4
508066	Celita Gediana Beulke	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 4
506850	Cristiane Marcelino	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 4
506571	Cristiano Rengel	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 4
507598	Dabila Passig Da Silva	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 4
506001	Daniela Batista	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 4
505756	Danieli Becker	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 4
507628	Diego Hübler	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 4
507411	Elaine Cristina Pflieger	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 4
501579	Eliete Vargas	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 4
507879	Everton Jose Da Rocha	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 4
501523	Fernanda Kammers	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 5
507547	Gerson Pich	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 5
508159	Jader Colombo	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 5
508169	Janaina Dos Santos	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 5
502421	Jardel Pandini	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 5
507546	Jociani Rode	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 5
508174	Josiani Da Rocha	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 5
508117	Luana Luchtemberg	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 5
505669	Michel Alves Da Conceicao	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 5
508173	Naiana Laryssa Laue	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 5
507742	Paulo Henrique Andrade	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 5
508213	Rodrigo Rengel	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 5
506574	Rubens Dias	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 5
503045	Sergio Schwambach	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 5
508198	Sezar Zeferino	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 5
504950	Vanessa Batista	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 5
500846	Vivian Rejane De Souza	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 5
499897	Wilian Schmitt	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 5

Recepcionista

Nº INSC	CANDIDATO	Endereço	Turno	Sala
---------	-----------	----------	-------	------

505594	Adria Adriani De Souza	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 13
501099	Alessandra Gorges	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 13
506223	Amanda Bilk	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 13
500165	Amanda Goulart	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 13
507010	Ana Beatriz Guimaraes	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 13
506739	Ana Claudia Martendal	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 13
507903	Ana Vivian	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 13
502345	Andressa Barth Pereira	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 13
507890	Camila Suelen Cerutti	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 13
501444	Carlos Caprestano Ferreira	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 13
498212	Caroline Klaumann	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 13
503610	Catia Zanluca	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 13
506622	Chaiane Cristine Costa	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 13
506087	Clarice Martendal Bel	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 13
503426	Daiana Hamm	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 13
501506	Daiane Silva De Souza	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 14
500294	Duane Tamires Coelho	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 14
507243	Edinei Almeida Santos	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 14
504637	Felipe Dos Santos	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 14
500388	Gabriela Berndt Borgonovo	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 14
507297	Gabriela Costa	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 14
498754	Gabriela Francener	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 14
502441	Gilmar Martendal	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 14
508172	Gustavo De Jesus	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 14
503971	Izabel Bilk Assing	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 14
507132	Jaqueline Staloch	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 14
501708	Jéssica Luzia Hillesheim	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 14
504472	Jean Ricardo Alves Sens	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 14
499986	Jessica De Souza Da Silva	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 14
507355	Julia Mariane Vieira	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 14
506537	Julia Polini	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 14
507835	Juliana Correa	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 14
500558	Juliana Huntemann	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 14
507373	Juliana Kempner	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 14
500835	Juliete Amaral	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 14
508024	Jussara Marcelino	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 14
507876	Lais Schlemper	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 14
506972	Larissa Dutra	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 14
507693	Leticia Huntemann	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 14
507818	Luana Bett	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 14
504891	Mari Alice De Oliveira Santos	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 14
506837	Maria Eduarda Da Silva	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 14
505821	Maria Carolina Madeira Da Silva	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 14
500915	Maria Caroline Melcher De Brito	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 14
504203	Maristela Vieira Goncalves	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 14
507112	Micaeli Bennert	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 14
498088	Milene Ramos	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 15
508056	Misael Mikalixen	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 15
504391	Odete Alves De Alencar	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 15
507745	Pamella Francisca De Freitas	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 15
504422	Patricia Silva Natel	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 15
507495	Patricia Zemke	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 15
507956	Rafael Silva Garcia	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 15

500067	Rafael Bruda	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 15
504690	Rayane Philippi Dias De Macedo	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 15
500062	Regiane Becher Floriani	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 15
503515	Renata Gesser	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 15
500207	Rosimeri Mendonca Martini	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 15
508014	Silvia Kuster Paul	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 15
502191	Simone Kuster	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 15
500427	Tatiana Gertrudes Pereira	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 15
502776	Thaynara Gabrielly Gardolin	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 15
507303	Vanessa Correa	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 15
507517	Vanice Rech Da Silva Maeberg	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 15
498267	Vaniele de Abreu	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 15
500131	Yeda Schneider	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 15
507571	Zayla Polini	Escola de Ensino Fund. Mont' Alverne	Manhã	Sala 15

Jacinto Machado

PREFEITURA

EDITAL 01_2017 DL (2)

Estado de Santa Catarina
Município de Jacinto Machado/SC
Fundo Municipal de Assistência Social

Termo de Dispensa de Licitação
Processo Licitatório nº 01/2017 - Dispensa de Licitação

Do Objeto: Aquisição de combustível, tipo GASOLINA COMUM, para consumo emergencial nos veículos do Fundo Municipal de Assistência Social do município de Jacinto Machado, pelo período de 60 (sessenta) dias.

Do Fornecedor: COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL COOPERJA, com sede na Rua Irmãos Trevisol, 1019, no centro do município de Jacinto Machado/SC, inscrita no CNPJ sob nº 85.667.947/0019-32.

Do Valor: O valor dos produtos é de: R\$ 11.097,00 (onze mil, noventa e sete reais), global estimado.

Da justificativa da Dispensa: Trata-se de início de Governo em que o Governo anterior não procedeu a abertura de processo administrativo de licitação para contratação regular do fornecimento dos bens e/ou serviços previstos neste termo.

A dispensa de licitação se justifica para atender necessidade emergencial caracterizada pela urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, tais como: os serviços de Assistência Social e outros cuja continuidade não possa ser interrompida.

O prazo da contratação direta é o suficiente para a realização do devido processo de licitação, estimado em 60 (sessenta) dias.

Da justificativa da escolha do Fornecedor e do Preço: Por serem os preços os mais baixos conforme pesquisa de preços anexa e serem os mesmos compatíveis com os preços de mercado praticados na região.

Do Fundamento Legal: Artigo 24, inciso IV da Lei nº 8.666/93. Jacinto Machado/SC, 05 de Janeiro de 2017.

Ana Arleth Belletini Citadin Klock
Secretária de Administração, Planejamento e Finanças

EDITAL 01_2017 DL_FMS

Município de Jacinto Machado
Fundo Municipal de Saúde

Termo de Dispensa de Licitação
Processo Licitatório Nº 01/2017 - Dispensa de Licitação

Do Objeto: Aquisição de combustível, do tipo, GASOLINA COMUM, para consumo emergencial em veículos do Fundo Municipal de Saúde do Município de Jacinto Machado, pelo período de 60 (sessenta) dias.

Do Fornecedor: COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL COOPERJA, com sede na Rua Irmãos Trevisol, 1019, no centro do município de Jacinto Machado/SC, inscrita no CNPJ sob nº 85.667.947/0019-32.

Do Valor: O valor dos produtos é de: R\$ 36.990,00 (trinta e seis mil, novecentos e noventa reais), global estimado.

Da justificativa da Dispensa: Trata-se de início de Governo em que o Governo anterior não procedeu a abertura de processo administrativo de licitação para contratação regular do fornecimento dos bens e/ou serviços previstos neste termo.

A dispensa de licitação se justifica para atender necessidade emergencial caracterizada pela urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de

pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, tais como os serviços de Saúde e outros cuja continuidade não possa ser interrompida.

O prazo da contratação direta é o suficiente para a realização do devido processo de licitação, estimado em 60 (sessenta) dias.

Da justificativa da escolha do Fornecedor e do Preço: Por serem os preços os mais baixos conforme pesquisa de preços anexa e serem os mesmos compatíveis com os preços de mercado praticados na região.

Do Fundamento Legal: Artigo 24, inciso IV da Lei nº 8.666/93.

Jacinto Machado/SC, 05 de Janeiro de 2017.

Varcilei Recco

Chefe da Divisão de Saúde

EDITAL 02_2017 DL

Estado de Santa Catarina
Município de Jacinto Machado/SC

Termo de Dispensa de Licitação
Processo Licitatório nº 02/2017 - Dispensa de Licitação

Do Objeto: Aquisição de combustível, tipo GASOLINA COMUM, para consumo emergencial em veículos, máquinas e equipamentos da Prefeitura Municipal de Jacinto Machado, pelo período de 60 (sessenta) dias.

Do Fornecedor: COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL COOPERJA, com sede na Rua Irmãos Trevisol, 1019, no centro do município de Jacinto Machado/SC, inscrita no CNPJ sob nº 85.667.947/0019-32.

Do Valor: O valor dos produtos é de: R\$ 29.592,00 (vinte e nove mil, quinhentos e noventa e dois reais), global estimado.

Da justificativa da Dispensa: Trata-se de início de Governo em que o Governo anterior não procedeu a abertura de processo administrativo de licitação para contratação regular do fornecimento dos bens e/ou serviços previstos neste termo.

A dispensa de licitação se justifica para atender necessidade emergencial caracterizada pela urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, tais como: os serviços de Saúde, Educação, em especial a infantil, serviços de coleta de lixo e outros cuja continuidade não possa ser interrompida.

O prazo da contratação direta é o suficiente para a realização do devido processo de licitação, estimado em 60 (sessenta) dias.

Da justificativa da escolha do Fornecedor e do Preço: Por serem os preços os mais baixos conforme pesquisa de preços anexa e serem os mesmos compatíveis com os preços de mercado praticados na região.

Do Fundamento Legal: Artigo 24, inciso IV da Lei nº 8.666/93.

Jacinto Machado/SC, 05 de Janeiro de 2017.

Ana Arleth Belletini Citadin Klock

Secretária de Administração, Planejamento e Finanças

EDITAL 02_2017 DL_FMS

Município de Jacinto Machado
Fundo Municipal de Saúde

Termo de Dispensa de Licitação
Processo Licitatório Nº 02/2017 - Dispensa de Licitação

Do Objeto: Aquisição de combustível, do tipo, ÓLEO DIESEL, para consumo emergencial em veículos do Fundo Municipal de Saúde do Município de Jacinto Machado, pelo período de 60 (sessenta) dias. Do Fornecedor: POSTO GÁVEA LTDA, com sede na Rua Nereu Ramos, 467, no centro do município de Jacinto Machado/SC, inscrita no CNPJ sob nº 83.820.506/0002-55.

Do Valor: O valor dos produtos é de: R\$ 17.314,00 (dezesete mil, trezentos e quatorze reais) global estimado.

Da justificativa da Dispensa: Trata-se de início de Governo em que o Governo anterior não procedeu a abertura de processo administrativo de licitação para contratação regular do fornecimento dos bens e/ou serviços previstos neste termo.

A dispensa de licitação se justifica para atender necessidade emergencial caracterizada pela urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, tais como os serviços de Saúde e outros cuja continuidade não possa ser interrompida.

O prazo da contratação direta é o suficiente para a realização do devido processo de licitação, estimado em 60 (sessenta) dias.

Da justificativa da escolha do Fornecedor e do Preço: Por serem os preços os mais baixos conforme pesquisa de preços anexa e serem os mesmos compatíveis com os preços de mercado praticados na região.

Do Fundamento Legal: Artigo 24, inciso IV da Lei nº 8.666/93.

Jacinto Machado/SC, 05 de Janeiro de 2017.

Varcilei Recco

Chefe da Divisão de Saúde

preços os mais baixos conforme pesquisa de preços anexa e serem os mesmos compatíveis com os preços de mercado praticados na região.

Do Fundamento Legal: Artigo 24, inciso IV da Lei nº 8.666/93.

Jacinto Machado/SC, 05 de Janeiro de 2017.

Ana Arleth Belletini Citadin Klock

Secretária de Administração, Planejamento e Finanças

EDITAL 03_2017 DL

Estado de Santa Catarina
Município de Jacinto Machado/SC

Termo de Dispensa de Licitação
Processo Licitatório nº 03/2017 - Dispensa de Licitação

Do Objeto: Aquisição de combustível, tipo ÓLEO DIESEL, para consumo emergencial em veículos, máquinas e equipamentos da Prefeitura Municipal de Jacinto Machado, pelo período de 60 (sessenta) dias.

Do Fornecedor: POSTO GÁVEA LTDA, com sede na Rua Nereu Ramos, 467, no centro do município de Jacinto Machado/SC, inscrita no CNPJ sob nº 83.820.506/0002-55

Do Valor: O valor dos produtos é de: R\$ 57.380,00 (cinquenta e sete mil, trezentos e oitenta reais, global estimado.

Da justificativa da Dispensa: Trata-se de início de Governo em que o Governo anterior não procedeu a abertura de processo administrativo de licitação para contratação regular do fornecimento dos bens e/ou serviços previstos neste termo.

A dispensa de licitação se justifica para atender necessidade emergencial caracterizada pela urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, tais como: os serviços de Saúde, Educação, em especial a infantil, serviços de coleta de lixo e outros cuja continuidade não possa ser interrompida.

O prazo da contratação direta é o suficiente para a realização do devido processo de licitação, estimado em 60 (sessenta) dias.

Da justificativa da escolha do Fornecedor e do Preço: Por serem os

Jaraguá do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 11.181/2017

D E C R E T O Nº 11.181/2017

Abre Crédito Especial no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.299/2016, de 09/12/2016, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base na Lei Municipal Nº 7.334/2017, de 09 de janeiro de 2017,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito especial, no valor de R\$ 27.599.998,00 (Vinte e sete milhões, quinhentos e noventa e nove mil, novecentos e noventa e oito reais), para inclusão de dotações orçamentárias no Orçamento vigente do Gabinete do Prefeito; da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo; da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação; da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio, Serviços e Turismo; e da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer, a saber:

02 - GABINETE DO PREFEITO

02.03 - DEFESA CIVIL

02.03.06.182.07011.600 - Executar Projeto de Prevenção Estrutural

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

02.03.385 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 100,00

4.4.00 - INVESTIMENTOS

02.03.386 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 100,00

02.03.06.122.03002.600 - Manutenção das Ações da Defesa Civil

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

02.03.381 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

4.4.00 - INVESTIMENTOS

02.03.382 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

02.03.06.122.03002.601 - Manutenção Patrimonial - Defesa Civil

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

02.03.383 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

4.4.00 - INVESTIMENTOS

02.03.384 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 100,00

02.03.06.182.07012.604 - Estruturar a Secretaria da Defesa Civil

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

02.03.387 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 100,00

4.4.00 - INVESTIMENTOS

02.03.388 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 100,00

02.03.06.182.07012.605 - Aperfeiçoar Sistema de Monitoramento e Comunicação

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

02.03.389 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 100,00

4.4.00 - INVESTIMENTOS

02.03.390 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 100,00

02.03.06.182.07012.606 - Atender Emergências em Operações Especiais

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

02.03.391 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

4.4.00 - INVESTIMENTOS

02.03.392 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 4.000,00

33 - SECRETARIA MUNICIPAL DO URBANISMO

33.05 - DIRETORIA DO INSTITUTO JOURDAN

33.05.15.122.03004.202 - Manutenção das Atividades do Ipplan

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

33.05.425 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

4.4.00 - INVESTIMENTOS

33.05.426 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 100,00

33.05.15.122.03004.203 - Manutenção Patrimonial - Ipplan

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

33.05.427 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

4.4.00 - INVESTIMENTOS

33.05.428 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 500,00

33.05.04.127.12014.207 - Regulamentação do Plano Diretor e Implementação

dos Instrumentos do Estatuto das Cidades

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

33.05.424 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

33.05.15.122.12034.209 - Manutenção das Atividades do Comércio

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

33.05.430 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

33.05.15.122.03004.215 - Pagamento de Despesas Fixas-Inst. Jourdan (água,

energia elétrica, telefone, aluguel, seguro, etc.)

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

33.05.429 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

37 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

37.01 - ASSISTÊNCIA SOCIAL

37.01.08.122.08501.800 - Investimentos em Infraestrutura

4.4.00 - INVESTIMENTOS

37.01.318 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

37.01.317 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 28.854,00

37.01.08.122.03002.800 - Manutenção das Atividades Administrativas - Social

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

37.01.319 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 7.000,00

37.01.320 3.3.91 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos R\$ 100,00

4.4.00 - INVESTIMENTOS

37.01.321 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 500,00

37.01.08.122.03002.801 - Manutenção Patrimonial - Social

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

37.01.322 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

4.4.00 - INVESTIMENTOS

37.01.323 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 500,00

37.01.08.122.03002.802 - Pagamento de Despesas Fixas - Social (água,

energia elétrica, telefone, aluguel, seguro, etc.)

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

37.01.324 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 266.860,00

37.01.325 3.3.91 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos R\$ 30.340,00

37.01.08.122.03012.820 - Pagamento dos Servidores da Assistência Social

3.1.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

37.01.326 3.1.90 - Aplicações Diretas R\$ 12.591.523,00

37.01.327 3.1.91 - Aplicações Diretas - Operações Intra-Orçamentárias R\$ 2.189.500,00

37.01.08.122.03012.820 - Pagamento dos Servidores da Assistência Social

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

37.01.328 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 931.482,00

37.02 - FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO

37.02.08.241.08511.801 - Realização de Diagnóstico Técnico/científico

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

37.02.331 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

37.02.08.122.08512.803 - Manutenção das Ações Previstas na Lei que Instituiu o

Fundo Municipal dos Direitos do Idoso

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

37.02.329 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 189.000,00

4.4.00 - INVESTIMENTOS

37.02.330 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 69.400,00

37.03 - HABITAÇÃO

37.03.16.122.03000.500 - Transferência Recursos Financeiros ao Conselho

Comunitário Penitenciário, Referente ao Trabalho dos Apenados

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

37.03.332 3.3.50 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos R\$ 50.000,00

37.03.16.122.03002.500 - Manutenção das Atividades Administrativas da Habitação

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

37.03.333 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

4.4.00 - INVESTIMENTOS

37.03.334 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 500,00

37.03.16.122.03002.501 - Pagamento de Despesas Fixas-Habitação (água,

energia elétrica, telefone, aluguel, seguro, etc.)

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

37.03.335 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 3.000,00

37.03.336 3.3.91 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos R\$ 1.500,00

37.03.16.122.03002.502 - Manutenção Patrimonial - Habitação

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

37.03.337 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 3.000,00

4.4.00 - INVESTIMENTOS

37.03.338 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 100,00

37.03.16.122.03012.514 - Pagamento dos Servidores da Habitação

3.1.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

37.03.339 3.1.90 - Aplicações Diretas R\$ 1.084.485,00

37.03.340 3.1.91 - Aplicações Diretas - Operações Intra-Orçamentárias R\$ 194.707,00

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

37.03.341 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 70.003,00

38 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO, SERVIÇOS E TURISMO

38.01 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

38.01.22.122.03004.200 - Manutenção das Atividades Administrativas do

Desenvolvimento Econômico

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

38.01.417 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 4.500,00

4.4.00 - INVESTIMENTOS

38.01.418 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 500,00

38.01.22.122.03014.214 - Pagamento dos Servidores do Desenvolvimento Econômico

3.1.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

38.01.421 3.1.90 - Aplicações Diretas R\$ 500.000,00

38.01.422 3.1.91 - Aplicações Diretas - Operações Intra-Orçamentárias R\$ 60.000,00

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

38.01.423 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

38.02 - TURISMO

38.02.23.122.03004.050 - Manutenção das Atividades Administrativas - Turismo

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

38.02.393 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

4.4.00 - INVESTIMENTOS

38.02.394 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

38.02.23.122.03004.051 - Manutenção Patrimonial - Turismo

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

38.02.395 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 3.000,00

4.4.00 - INVESTIMENTOS

38.02.396 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 100,00

38.02.23.695.10514.058 - Segmentação Turística

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

38.02.397 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 25.000,00

38.02.23.695.10534.062 - Comercialização do Produto Turístico

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

38.02.398 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 6.000,00

39 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E LAZER

39.01 - CULTURA

39.01.13.122.03004.100 - Manutenção das Atividades da Fundação Cultural

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

39.01.342 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 80.000,00

39.01.343 3.3.91 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos R\$ 500,00

4.4.00 - INVESTIMENTOS

39.01.344 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 100,00

39.01.13.122.03004.101 - Pagamento de Despesas Fixas - Cultura (água,

energia elétrica, telefone, aluguel, seguro, etc.)

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

39.01.345 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 133.236,00

39.01.346 3.3.91 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos R\$ 12.764,00

39.01.13.122.03004.102 - Manutenção Patrimonial - Fundação Cultural

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

39.01.347 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 6.000,00

4.4.00 - INVESTIMENTOS

39.01.348 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 100,00

39.01.13.392.11004.103 - Realização e Apoio as Iniciativas Culturais, Festivais, Feiras

e Festas Culturais

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

39.01.362 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 5.500,00

39.01.361 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

4.4.00 - INVESTIMENTOS

39.01.363 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 100,00

39.01.13.391.11004.104 - Gestão, Divulgação e Manutenção do Arquivo Histórico

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

39.01.352 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 13.000,00

4.4.00 - INVESTIMENTOS

39.01.353 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 100,00

39.01.13.391.11004.105 - Gestão, Divulgação e Manutenção da Biblioteca

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

39.01.355 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 10.800,00

39.01.354 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 500,00

4.4.00 - INVESTIMENTOS

39.01.356 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 100,00

39.01.357 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

39.01.13.391.11004.106 - Gestão, Divulgação e Manutenção dos Museus

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

39.01.358 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 3.000,00

4.4.00 - INVESTIMENTOS

39.01.359 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 100,00

39.01.13.391.11004.107 - Gestão, Divulgação e Manutenção do Patrimônio Histórico

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

39.01.360 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

39.01.13.392.11004.108 - Incentivar talentos

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

39.01.364 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

39.01.13.392.11004.115 - Realização da Festa do Atirador - Schützenfest

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

39.01.366 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 350.500,00

39.01.365 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

39.01.367 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 101.000,00

39.01.13.122.03014.116 - Pagamento dos Servidores da Fundação Cultural

3.1.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

39.01.349 3.1.90 - Aplicações Diretas R\$ 2.553.868,00

39.01.350 3.1.91 - Aplicações Diretas - Operações Intra-Orçamentárias R\$ 482.839,00

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

39.01.351 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 165.413,00

39.01.13.392.11004.120 - Gestão das Atividades do Coral Municipal

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

39.01.368 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 9.000,00

4.4.00 - INVESTIMENTOS

39.01.369 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

39.02 - FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA

39.02.13.392.11030.105 - Incentivar, Estimular, Fomentar e Viabilizar Projeto Artístico Cultural do Município (70% do Fundo)

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

39.02.373 3.3.50 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos R\$ 10.000,00

39.02.374 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 1.184.789,90

4.4.00 - INVESTIMENTOS

39.02.375 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 500,00

39.02.13.392.11034.112 - Projeto de Fomento e Capacitação nas Diversas Áreas Culturais, Executados pela Fundação Cultural (30%)

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

39.02.376 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 507.767,10

39.02.13.122.11034.117 - Manutenção das Atividades do Conselho Municipal de Cultura

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

39.02.370 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 3.000,00

4.4.00 - INVESTIMENTOS

39.02.371 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

39.02.13.392.11034.118 - Realização de Estudos, Avaliações e Pesquisas de Desenvolvimento Cultural

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

39.02.377 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

39.02.13.128.11034.119 - Capacitação e Aperfeiçoamento dos Membros do Conselho Municipal de Cultura

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

39.02.372 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

39.03 - FUNDO MUNICIPAL DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARQUITETÔNICO, CULTURAL, ARQUEOLÓGICO, ARTÍSTICO E NATURAL - FUMPHAAN

39.03.13.391.11044.113 - Fomentar e Preservar o Patrimônio Histórico Material e Imaterial

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

39.03.378 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

39.03.13.391.11044.114 - Apoio ao Tombamento dos Núcleos Rurais de Testo Alto e Rio da Luz

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

39.03.379 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 79.000,00

4.4.00 - INVESTIMENTOS

39.03.380 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

39.04 - ESPORTE E LAZER

39.04.27.122.03004.000 - Manutenção das Atividades Administrativas - Desporto e Lazer

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

39.04.399 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

39.04.400 3.3.91 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos R\$ 500,00

4.4.00 - INVESTIMENTOS

39.04.401 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 500,00

39.04.27.122.03004.001 - Manutenção Patrimonial - Desporto e

Lazer

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

39.04.402 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

39.04.403 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 43.000,00

4.4.00 - INVESTIMENTOS

39.04.404 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 100,00

39.04.405 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 8.000,00

39.04.27.122.03004.002 - Pagamento de Despesas Fixas-Desporto e Lazer (água, energia elétrica, telefone, aluguel, seguro, etc.)

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

39.04.406 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 223.675,00

39.04.407 3.3.91 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos R\$ 32.285,00

39.04.27.813.10004.004 - Manutenção de Espaços nos Bairros para Convivência, Atividades de Esporte e Lazer

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

39.04.419 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 100,00

39.04.27.812.10014.005 - Realização de Campeonatos Escolares e Comunitários

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

39.04.416 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

39.04.27.811.10024.006 - Suporte as Modalidades de Rendimento

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

39.04.413 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 150.000,00

4.4.00 - INVESTIMENTOS

39.04.414 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 100,00

39.04.27.811.10024.007 - Auxílio Bolsa Atleta

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

39.04.415 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

39.04.27.122.03014.008 - Pagamento dos Servidores da Fundação Municipal de Esportes

3.1.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

39.04.410 3.1.90 - Aplicações Diretas R\$ 1.732.049,00

39.04.411 3.1.91 - Aplicações Diretas - Operações Intra-Orçamentárias R\$ 503.476,00

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

39.04.412 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 253.782,00

39.04.27.122.03004.009 - Gestão dos Complexos Esportivos

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

39.04.408 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

4.4.00 - INVESTIMENTOS

39.04.409 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

39.04.27.813.10005.600 - Implantação de Espaços nos Bairros para Convivência, Atividades de Esporte e Lazer

4.4.00 - INVESTIMENTOS

39.04.420 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 100,00

TOTAL R\$ 27.599.998,00

Art.2º As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correm por conta da anulação parcial e/ou total das dotações orçamentárias dos programas e verbas abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente das Secretarias Municipais da Assistência Social, Criança e Adolescente; da Habitação e Regularização Fundiária; e da Defesa Civil; da Fundação Municipal de Esportes e Turismo; da Fundação Cultural de Jaraguá do Sul; e da Fundação Instituto Jourdán de Pesquisa e Planejamento para o Desenvolvimento Urbano e Econômico Sustentável de Jaraguá do Sul, a saber:

10 - SECRETARIA MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, CRIANÇA E ADOLESCENTE

10.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, CRIANÇA E ADOLESCENTE

10.01.08.122.08501.800 - Investimentos em Infraestrutura

4.4.00 - INVESTIMENTOS

10.01.212 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

10.01.213 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 28.854,00

10.01.08.122.03002.800 - Manutenção das Atividades Administrativas - Social
 3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
 10.01.202 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 7.000,00
 10.01.203 3.3.91 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos R\$ 100,00
 4.4.00 - INVESTIMENTOS
 10.01.204 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 500,00
 10.01.08.122.03002.801 - Manutenção Patrimonial - Social
 3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
 10.01.205 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 2.000,00
 4.4.00 - INVESTIMENTOS
 10.01.206 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 500,00
 10.01.08.122.03002.802 - Pagamento de Despesas Fixas - Social (água, energia elétrica, telefone, aluguel, seguro, etc.)
 3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
 10.01.207 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 266.860,00
 10.01.208 3.3.91 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos R\$ 30.340,00
 10.01.08.122.03012.820 - Pagamento dos Servidores da Assistência Social
 3.1.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
 10.01.209 3.1.90 - Aplicações Diretas R\$ 12.591.523,00
 10.01.210 3.1.91 - Aplicações Diretas - Operações Intra-Orçamentárias R\$ 2.189.500,00
 3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
 10.01.211 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 931.482,00
 10.02 - FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO
 10.02.08.241.08511.801 - Realização de Diagnóstico Técnico/científico
 3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
 10.02.216 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00
 10.02.08.122.08512.803 - Manutenção das Ações Previstas na Lei que Instituiu o Fundo Municipal dos Direitos do Idoso
 3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
 10.02.214 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 189.000,00
 4.4.00 - INVESTIMENTOS
 10.02.215 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 69.400,00
 26 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E TURISMO
 26.01 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E TURISMO
 26.01.27.122.03004.000 - Manutenção das Atividades Administrativas - Desporto e Lazer
 3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
 26.01.7 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00
 26.01.8 3.3.91 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos R\$ 500,00
 4.4.00 - INVESTIMENTOS
 26.01.9 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 500,00
 26.01.27.122.03004.001 - Manutenção Patrimonial - Desporto e Lazer
 3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
 26.01.10 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00
 26.01.11 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 43.000,00
 4.4.00 - INVESTIMENTOS
 26.01.12 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 100,00
 26.01.13 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 8.000,00
 26.01.27.122.03004.002 - Pagamento de Despesas Fixas-Desporto e Lazer (água, energia elétrica, telefone, aluguel, seguro, etc.)
 3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
 26.01.14 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 223.675,00
 26.01.15 3.3.91 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos R\$ 32.285,00
 26.01.27.813.10004.004 - Manutenção de Espaços nos Bairros para Convivência, Atividades de Esporte e Lazer
 3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

26.01.25 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 100,00
 26.01.27.812.10014.005 - Realização de Campeonatos Escolares e Comunitários
 3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
 26.01.24 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00
 26.01.27.811.10024.006 - Suporte as Modalidades de Rendimento
 3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
 26.01.21 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 150.000,00
 4.4.00 - INVESTIMENTOS
 26.01.22 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 100,00
 26.01.27.811.10024.007 - Auxílio Bolsa Atleta
 3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
 26.01.23 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00
 26.01.27.122.03014.008 - Pagamento dos Servidores da Fundação Municipal de Esportes
 3.1.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
 26.01.18 3.1.90 - Aplicações Diretas R\$ 1.732.049,00
 26.01.19 3.1.91 - Aplicações Diretas - Operações Intra-Orçamentárias R\$ 503.476,00
 3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
 26.01.20 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 253.782,00
 26.01.27.122.03004.009 - Gestão dos Complexos Esportivos
 3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
 26.01.16 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 40.000,00
 4.4.00 - INVESTIMENTOS
 26.01.17 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
 26.01.23.122.03004.050 - Manutenção das Atividades Administrativas - Turismo
 3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
 26.01.1 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
 4.4.00 - INVESTIMENTOS
 26.01.2 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00
 26.01.23.122.03004.051 - Manutenção Patrimonial - Turismo
 3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
 26.01.3 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 3.000,00
 4.4.00 - INVESTIMENTOS
 26.01.4 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 100,00
 26.01.23.695.10514.058 - Segmentação Turística
 3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
 26.01.5 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 25.000,00
 26.01.23.695.10534.062 - Comercialização do Produto Turístico
 3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
 26.01.6 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 6.000,00
 26.01.27.813.10005.600 - Implantação de Espaços nos Bairros para Convivência, Atividades de Esporte e Lazer
 4.4.00 - INVESTIMENTOS
 26.01.26 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 100,00
 27 - FUNDAÇÃO CULTURAL DE JARAGUÁ DO SUL
 27.01 - FUNDAÇÃO CULTURAL DE JARAGUÁ DO SUL
 27.01.13.122.03004.100 - Manutenção das Atividades da Fundação Cultural
 3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
 27.01.1 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 80.000,00
 27.01.2 3.3.91 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos R\$ 500,00
 4.4.00 - INVESTIMENTOS
 27.01.3 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 100,00
 27.01.13.122.03004.101 - Pagamento de Despesas Fixas - Cultura (água, energia elétrica, telefone, aluguel, seguro, etc.)
 3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
 27.01.4 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 133.236,00
 27.01.5 3.3.91 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos R\$ 12.764,00
 27.01.13.122.03004.102 - Manutenção Patrimonial - Fundação Cultural
 3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
 27.01.6 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 6.000,00

4.4.00 - INVESTIMENTOS

27.01.7 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 100,00

27.01.13.392.11004.103 - Realização e Apoio as Iniciativas Culturais, Festivais,

Feiras e Festas Culturais

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

27.01.21 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 5.500,00

27.01.20 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

4.4.00 - INVESTIMENTOS

27.01.22 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 100,00

27.01.13.391.11004.104 - Gestão, Divulgação e Manutenção do Arquivo Histórico

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

27.01.11 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 13.000,00

4.4.00 - INVESTIMENTOS

27.01.12 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 100,00

27.01.13.391.11004.105 - Gestão, Divulgação e Manutenção da Biblioteca

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

27.01.13 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 500,00

27.01.14 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 10.800,00

4.4.00 - INVESTIMENTOS

27.01.15 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 100,00

27.01.16 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

27.01.13.391.11004.106 - Gestão, Divulgação e Manutenção dos Museus

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

27.01.17 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 3.000,00

4.4.00 - INVESTIMENTOS

27.01.18 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 100,00

27.01.13.391.11004.107 - Gestão, Divulgação e Manutenção do Patrimônio Histórico

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

27.01.19 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

27.01.13.392.11004.108 - Incentivar Talentos

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

27.01.23 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

27.01.13.392.11004.115 - Realização da Festa do Atirador - Schützenfest

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

27.01.24 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

27.01.25 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 350.500,00

27.01.26 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 101.000,00

27.01.13.122.03014.116 - Pagamento dos Servidores da Fundação Cultural

3.1.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

27.01.8 3.1.90 - Aplicações Diretas R\$ 2.553.868,00

27.01.9 3.1.91 - Aplicações Diretas - Operações Intra-Orçamentárias R\$ 482.839,00

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

27.01.10 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 165.413,00

27.01.13.392.11004.120 - Gestão das Atividades do Coral Municipal

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

27.01.27 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 9.000,00

4.4.00 - INVESTIMENTOS

27.01.28 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

27.02 - FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA

27.02.13.392.11030.105 - Incentivar, Estimular, Fomentar e Viabilizar Projeto Artístico Cultural do Município (70% do Fundo)

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

27.02.32 3.3.50 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos R\$ 10.000,00

27.02.33 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 1.184.789,90

4.4.00 - INVESTIMENTOS

27.02.34 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 500,00

27.02.13.392.11034.112 - Projeto de Fomento e Capacitação nas Diversas Áreas

Culturais Executados pela Fundação Cultural (30%)

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

27.02.35 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 507.767,10

27.02.13.122.11034.117 - Manutenção das Atividades do Conselho Municipal de Cultura

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

27.02.29 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 3.000,00

4.4.00 - INVESTIMENTOS

27.02.30 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

27.02.13.392.11034.118 - Realização de Estudos, Avaliações e Pesquisas de

Desenvolvimento Cultural

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

27.02.36 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

27.02.13.128.11034.119 - Capacitação e Aperfeiçoamento dos Membros do Conselho

Municipal de Cultura

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

27.02.31 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

27.03 - FUNDO MUNICIPAL DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARQUITETÔNICO, CULTURAL, ARQUEOLÓGICO, ARTÍSTICO E NATURAL - FUMPHAAN

27.03.13.391.11044.113 - Fomentar e Preservar o Patrimônio Histórico Material e Imaterial

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

27.03.37 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

27.03.13.391.11044.114 - Apoio ao Tombamento dos Núcleos Rurais de Testo Alto e

Rio da Luz

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

27.03.38 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 79.000,00

4.4.00 - INVESTIMENTOS

27.03.39 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

30 - SECRETARIA MUNICIPAL DA HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

30.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

30.01.16.122.03000.500 - Transferência Recursos Financeiros ao Conselho

Comunitário Penitenciário, Referente ao Trabalho dos Apenados

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

30.01.236 3.3.50 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos R\$ 50.000,00

30.01.16.122.03002.500 - Manutenção das Atividades Administrativas da Habitação

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

30.01.237 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

4.4.00 - INVESTIMENTOS

30.01.238 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 500,00

30.01.16.122.03002.501 - Pagamento de Despesas Fixas-Habitação (água, energia elétrica, telefone, aluguel, seguro, etc.)

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

30.01.239 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 3.000,00

30.01.240 3.3.91 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos R\$ 1.500,00

30.01.16.122.03002.502 - Manutenção Patrimonial - Habitação

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

30.01.241 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 3.000,00

4.4.00 - INVESTIMENTOS

30.01.242 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 100,00

30.01.16.122.03012.514 - Pagamento dos Servidores da Habitação

3.1.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

30.01.243 3.1.90 - Aplicações Diretas R\$ 1.084.485,00

30.01.244 3.1.91 - Aplicações Diretas - Operações Intra-Orçamentárias R\$ 194.707,00

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

30.01.245 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 70.003,00

32 - SECRETARIA MUNICIPAL DA DEFESA CIVIL

32.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA DEFESA CIVIL

32.01.06.182.07011.600 - Executar Projeto de Prevenção Estrutural
3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
32.01.253 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 100,00
4.4.00 - INVESTIMENTOS
32.01.254 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 100,00
32.01.06.122.03002.600 - Manutenção das Ações da Defesa Civil
3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
32.01.246 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00
4.4.00 - INVESTIMENTOS
32.01.247 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00
32.01.06.122.03002.601 - Manutenção Patrimonial - Defesa Civil
3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
32.01.248 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
4.4.00 - INVESTIMENTOS
32.01.249 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 100,00
32.01.06.182.07012.604 - Estruturar a Secretaria da Defesa Civil
3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
32.01.255 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 100,00
4.4.00 - INVESTIMENTOS
32.01.256 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 100,00
32.01.06.182.07012.605 - Aperfeiçoar Sistema de Monitoramento e Comunicação
3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
32.01.257 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 100,00
4.4.00 - INVESTIMENTOS
32.01.258 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 100,00
32.01.06.182.07012.606 - Atender Emergências em Operações Especiais
3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
32.01.259 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00
4.4.00 - INVESTIMENTOS
32.01.260 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 4.000,00
35 - FUNDAÇÃO INSTITUTO JOURDAN DE PESQUISA E PLANEJAMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO URBANO E ECONÔMICO SUSTENTÁVEL DE JARAGUÁ DO SUL
35.01 - FUNDAÇÃO INSTITUTO JOURDAN DE PESQUISA E PLANEJAMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO URBANO E ECONÔMICO SUSTENTÁVEL DE JARAGUÁ DO SUL
35.01.15.122.03004.202 - Manutenção das Atividades do Ipplan
3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
35.01.3 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00
4.4.00 - INVESTIMENTOS
35.01.4 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 100,00
35.01.15.122.03004.203 - Manutenção Patrimonial - Ipplan
3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
35.01.5 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00
4.4.00 - INVESTIMENTOS
35.01.6 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 500,00
35.01.04.127.12014.207 - Regulamentação do Plano Diretor e Implementação dos Instrumentos do Estatuto das Cidades
3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
35.01.1 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
35.01.15.122.12034.209 - Manutenção das Atividades do Comci-dade
3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
35.01.2 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00
35.01.15.122.03014.213 - Pagamento dos Servidores do Ipplan
3.1.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
35.01.8 3.1.90 - Aplicações Diretas R\$ 500.000,00
35.01.9 3.1.91 - Aplicações Diretas - Operações Intra-Orçamentárias R\$ 60.000,00
3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
35.01.10 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 45.000,00
35.01.15.122.03004.215 - Pagamento de Despesas Fixas-Inst. Jourdan (água, energia elétrica, telefone, aluguel, seguro, etc.)
3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

35.01.7 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 40.000,00
TOTAL R\$ 27.599.998,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 09 de janeiro de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

MÁRCIO ERDMANN

Secretário Municipal da Fazenda

LEI Nº 7.327/2016

LEI Nº 7.327/2016

Institui a Semana de Letras e Artes da Cidade de Jaraguá do Sul.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas,

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º Fica instituída, no Município de Jaraguá do Sul - SC, a Semana Municipal de Letras e Artes.

§1º O evento realizar-se-á sempre no mês de outubro, concomitantemente às atividades da Semana Nacional do Livro e da Biblioteca, instituída pelo Decreto Federal Nº 84.631, de 09 de abril de 1980.

§2º Caberá à Fundação Cultural do Município e Secretaria de Educação Municipal, com a colaboração de entidades municipais vinculadas ao Poder Público Municipal e à sociedade em geral, a coordenação das atividades, com a finalidade de promover o estímulo à construção do conhecimento, difundir o livro e divulgar o papel da biblioteca como instrumento de democratização, bem como promover a informação e o acesso a diversas formas de manifestações artísticas e culturais.

Art.2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 26 de dezembro de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

LEI Nº 7.328/2016

LEI Nº 7.328/2016

Institui a Semana Municipal das Associações de Pais e Professores no Município de Jaraguá do Sul.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas,

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º Fica instituída, no Município de Jaraguá do Sul - SC, a Semana Municipal das Associações de Pais e Professores.

§1º O evento realizar-se-á sempre no mês de abril, concomitantemente às atividades do Dia Nacional da Família na Escola, instituída pelo Ministério da Educação.

§2º Caberá à Secretaria de Educação do Município, com a colaboração de entidades municipais vinculadas ao Poder Público Municipal, às Associações de Pais e Professores e à sociedade em geral, a coordenação das atividades, com a finalidade de promover

o estímulo à participação popular nas escolas municipais, promover capacitação jurídica e organizacional aos interessados e difundir a importância e a necessidade das associações de pais e professores junto às escolas.

Art.2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 26 de dezembro de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

LEI Nº 7.329/2016

LEI Nº 7.329/2016

Estabelece a Isenção da Taxa de Inscrição em Concursos Públicos Promovidos pelo Município de Jaraguá do Sul para os Doadores de Medula Óssea.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas,

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º O Doador de Medula Óssea fica isento da taxa de inscrição para concursos públicos realizados pelo Município de Jaraguá do Sul.

Parágrafo único. A comprovação de que o candidato é doador universal de Medula Óssea será feita através de apresentação de sua inscrição no Registro Nacional de Doadores de Medula Óssea (RE-DOME), disponibilizada pelo Centro de Coleta do Centro de Hematologia e Hemoterapia de Santa Catarina (HEMOSC), acrescido da declaração atualizada de endereço.

Art.2º A isenção de que trata o caput do artigo 1º deverá ser amplamente divulgada em estabelecimentos escolares, universidades, hospitais, laboratórios, consultórios médicos e afins, bem como na página oficial da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul.

Art.3º O Poder Executivo Municipal regulamentará a presente proposição, no que couber, no prazo de 60 (sessenta) dias a partir da data de sua publicação.

Art.4º Esta Lei entra em vigor em 1º de janeiro de 2017.

Jaraguá do Sul, 26 de dezembro de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

LEI Nº 7330/2017

LEI Nº 7.330/2017

Altera Dispositivos da Lei Municipal Nº 4.845/2007, de 14 de Dezembro de 2007, Alterada pelas Leis Municipais Nºs 5.045/2008, de 05 de Setembro de 2008, 5.293/2009, de 19 de Agosto de 2009, e 6.002/2011, de 16 de Junho de 2011, que Dispõem Sobre o Fundo Municipal de Cultura no Município de Jaraguá do Sul.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas, em especial a Lei Complementar Municipal Nº 186/2016, nos seus artigos 50 e 51, FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º O artigo 1º, caput, da Lei Municipal Nº 4.845/2007, de 14/12/2007, alterada pelas Leis Municipais Nºs 5.045/2008, de 05/09/2008, 5.293/2009, de 19/08/2009, e 6.002/2011, de 16/06/2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.1º Fica instituído, no âmbito do Município de Jaraguá do Sul, o FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA, de natureza financeira, na forma de Fundo Especial, nos termos dos artigos 71 e 72, da Lei Nº 4.320/64, vinculado à Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer, com a finalidade de canalizar recursos, financiar total ou parcialmente projetos, programas, espetáculos e serviços, de modo a:

..."

Art.2º A alínea "a", do artigo 4º, da Lei Municipal Nº 4.845/2007, de 14/12/2007, alterada pelas Leis Municipais Nºs 5.045/2008, de 05/09/2008, 5.293/2009, de 19/08/2009, e 6.002/2011, de 16/06/2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.4º ...

a) 02 (dois) representantes da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer;

..."

Art.3º O §1º, do artigo 5º, da Lei Municipal Nº 4.845/2007, de 14/12/2007, alterada pelas Leis Municipais Nºs 5.045/2008, de 05/09/2008, 5.293/2009, de 19/08/2009, e 6.002/2011, de 16/06/2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.5º ...

...

§1º Ao dar entrada na Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer os projetos serão recebidos pela Comissão de Análise, protocolados, e ainda, em envelopes lacrados, encaminhados para as Comissões de Avaliação Técnica.

..."

Art.4º A alínea "a", e o parágrafo único, do artigo 7º, da Lei Municipal Nº 4.845/2007, de 14/12/2007, alterada pelas Leis Municipais Nºs 5.045/2008, de 05/09/2008, 5.293/2009, de 19/08/2009, e 6.002/2011, de 16/06/2011, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art.7º ...

a) o titular da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer;

...

Parágrafo único. A Presidência da Comissão de Administração será exercida pelo titular da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer."

Art.5º O parágrafo único, do artigo 10, da Lei Municipal Nº 4.845/2007, de 14/12/2007, alterada pelas Leis Municipais Nºs 5.045/2008, de 05/09/2008, 5.293/2009, de 19/08/2009, e 6.002/2011, de 16/06/2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.10. ...

Parágrafo único. A Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer homologará os projetos aprovados através de Portaria."

Art.6º O artigo 11, da Lei Municipal Nº 4.845/2007, de 14/12/2007, alterada pelas Leis Municipais Nºs 5.045/2008, de 05/09/2008, 5.293/2009, de 19/08/2009, e 6.002/2011, de 16/06/2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.11. Ficará sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer a publicação dos editais convocatórios contendo: os prazos, a tramitação interna, a padronização de apreciação dos projetos, os formulários necessários para apresentá-los, a documentação exigida, além dos valores máximos e mínimos atribuíveis, individualmente, por Projeto."

Art.7º O artigo 12, da Lei Municipal Nº 4.845/2007, de 14/12/2007, alterada pelas Leis Municipais Nºs 5.045/2008, de 05/09/2008, 5.293/2009, de 19/08/2009, e 6.002/2011, de 16/06/2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.12. Os interessados na obtenção de apoio financeiro deverão apresentar seus projetos à Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer em 03 (três) vias, mediante protocolo, os quais serão encaminhados à Comissão de Análise."

Art.8º O artigo 15, da Lei Municipal Nº 4.845/2007, de 14/12/2007, alterada pelas Leis Municipais Nºs 5.045/2008, de 05/09/2008, 5.293/2009, de 19/08/2009, e 6.002/2011, de 16/06/2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.15. O proponente deverá comprovar junto à Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer a aplicação dos recursos até 60 (sessenta) dias após a conclusão da etapa que se refere à parcela do benefício recebido, conforme o cronograma físico-financeiro aprovado."

Art.9º O parágrafo único, do artigo 16-A, da Lei Municipal Nº 4.845/2007, de 14/12/2007, alterada pelas Leis Municipais Nºs 5.045/2008, de 05/09/2008, 5.293/2009, de 19/08/2009, e 6.002/2011, de 16/06/2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.16-A. ...

...

Parágrafo único. Até 30% dos recursos do Fundo poderão ser utilizados para projetos de fomento e capacitação nas diversas áreas culturais, a serem apresentados e aprovados pelo Conselho Municipal de Cultura e executados pela Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer."

Art.10. O parágrafo único, do artigo 17, da Lei Municipal Nº 4.845/2007, de 14/12/2007, alterada pelas Leis Municipais Nºs 5.045/2008, de 05/09/2008, 5.293/2009, de 19/08/2009, e 6.002/2011, de 16/06/2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.17. ...

Parágrafo único. O Orçamento do Fundo Municipal de Cultura integrará o Orçamento do Município, através da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer, em obediência ao princípio da unidade."

Art.11. O inciso I, e o parágrafo único, do artigo 24, da Lei Municipal Nº 4.845/2007, de 14/12/2007, alterada pelas Leis Municipais Nºs 5.045/2008, de 05/09/2008, 5.293/2009, de 19/08/2009, e 6.002/2011, de 16/06/2011, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art.24. ...

I - por ato unilateral e escrito da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer, nos casos enumerados nos incisos I a XI do artigo anterior;

...

Parágrafo único. A hipótese de que trata o inciso II deste artigo

dar-se-á mediante prévia autorização do Conselho Municipal de Cultura e da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer."

Art.12. O artigo 26, da Lei Municipal Nº 4.845/2007, de 14/12/2007, alterada pelas Leis Municipais Nºs 5.045/2008, de 05/09/2008, 5.293/2009, de 19/08/2009, e 6.002/2011, de 16/06/2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.26. As ações resultantes dos projetos culturais beneficiados pelo Fundo Municipal de Cultura serão apresentadas, prioritariamente, no âmbito territorial do Município de Jaraguá do Sul, devendo constar a divulgação do apoio institucional da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer e do Conselho Municipal de Cultura."

Art.13. O artigo 27, da Lei Municipal Nº 4.845/2007, de 14/12/2007, alterada pelas Leis Municipais Nºs 5.045/2008, de 05/09/2008, 5.293/2009, de 19/08/2009, e 6.002/2011, de 16/06/2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.27. Competirá à Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer a fiscalização do exato cumprimento das obrigações assumidas pelos proponentes dos projetos culturais beneficiados, nos termos desta Lei.

Parágrafo único. A Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer nomeará uma Comissão de Fiscalização, constituída de 03 (três) membros: 01 membro do Conselho Municipal de Cultura (Sociedade Civil); 01 servidor da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer; e 01 servidor da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul."

Art.14. O artigo 28, da Lei Municipal Nº 4.845/2007, de 14/12/2007, alterada pelas Leis Municipais Nºs 5.045/2008, de 05/09/2008, 5.293/2009, de 19/08/2009, e 6.002/2011, de 16/06/2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.28. Competirá à Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer proceder a análise dos documentos e decidir sobre a prestação de contas."

Art.15. O artigo 29, da Lei Municipal Nº 4.845/2007, de 14/12/2007, alterada pelas Leis Municipais Nºs 5.045/2008, de 05/09/2008, 5.293/2009, de 19/08/2009, e 6.002/2011, de 16/06/2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.29. Caberá à Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer a aplicação das penalidades previstas, bem como representar à Procuradoria-Geral do Município quanto à aplicação das sanções penais cabíveis."

Art.16. O artigo 30, da Lei Municipal Nº 4.845/2007, de 14/12/2007, alterada pelas Leis Municipais Nºs 5.045/2008, de 05/09/2008, 5.293/2009, de 19/08/2009, e 6.002/2011, de 16/06/2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.30. É vedada a apresentação de projetos individuais para recebimento de subvenção do Fundo Municipal de Cultura pelos membros do Conselho Municipal de Cultura, servidores da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer."

Art.17. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 09 de janeiro de 2017.
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

LEI Nº 7331/2017

LEI Nº 7.331/2017

Altera Dispositivos da Lei Municipal Nº 7.170/2015, de 16 de Dezembro de 2015, que Criou o Fundo Municipal do Coral Municipal de Jaraguá do Sul.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas, em especial a Lei Complementar Municipal Nº 186/2016, nos seus artigos 50 e 51, FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º O artigo 1º, caput, da Lei Municipal Nº 7.170/2015, de 16/12/2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art.1º Fica instituído o Fundo Municipal do Coral Municipal de Jaraguá do Sul, de natureza financeira, na forma de Fundo Especial, nos termos dos artigos 71 e 72, da Lei Federal Nº 4.320/1964, sem personalidade jurídica e de duração indeterminada, vinculado à Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer, com a finalidade de canalizar recursos, financiar total ou parcialmente projetos, programas e espetáculos do Coral Municipal de Jaraguá do Sul, tendo como objetivos:

...”

Art.2º Os incisos I e III, do artigo 2º, da Lei Municipal Nº 7.170/2015, de 16/12/2015, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art.2º ...

I - titular da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer;

...

III - responsável pela Gerência Administrativa e Financeira da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer;

...”

Art.3º O inciso I, e os §§ 1º e 2º, do artigo 4º, da Lei Municipal Nº 7.170/2015, de 16/12/2015, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art.4º ...

I - abrir, controlar, movimentar e encerrar, em conjunto com o titular da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer, contas bancárias do Fundo Municipal do Coral Municipal de Jaraguá do Sul;

...

§1º Em caso de impossibilidade por ausência ou outro impedimento dos responsáveis identificados no inciso I, as atribuições citadas poderão ser executadas pelo Vice-Presidente do Coral Municipal de Jaraguá do Sul (conforme inciso II, do artigo 5º, da Lei Municipal Nº 7.169/2015, de 16/12/2015, de instituição do Coral Municipal), e o Gerente Administrativo e Financeiro, da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer, respectivamente.

§2º Em caso de impossibilidade por ausência ou outro impedimento do Presidente da Comissão de Administração do Fundo Municipal do Coral Municipal de Jaraguá do Sul, as atribuições citadas no inciso II poderão ser executadas pelo titular da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer.”

Art.4º O inciso IV, do artigo 5º, da Lei Municipal Nº 7.170/2015, de 16/12/2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art.5º ...

...

IV - encaminhar documentos de comprovação de débitos e créditos bancários de transações efetuadas para o responsável pela Gerência Administrativa e Financeira, da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer.

...”

Art.5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 09 de janeiro de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

LEI Nº 7332/2017

LEI Nº 7.332/2017

Altera Dispositivos da Lei Municipal Nº 6.001/2011, de 16 de Junho de 2011, que Criou o Fundo Municipal da Biblioteca Pública Municipal Rui Barbosa.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas, em especial a Lei Complementar Municipal Nº 186/2016, nos seus artigos 50 e 51,

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º O artigo 1º, caput, da Lei Municipal Nº 6.001/2011, de 16/06/2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art.1º Fica instituído, no âmbito do Município de Jaraguá do Sul, o Fundo Municipal da Biblioteca Pública Municipal Rui Barbosa, de natureza financeira, na forma de Fundo Especial, nos termos dos artigos 71 e 72, da Lei Federal Nº 4.320/1964, sem personalidade jurídica e de duração indeterminada, vinculado à Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer, com a finalidade de financiar, especificamente, a administração, o gerenciamento, a formação, a organização e a manutenção da Biblioteca Pública Municipal Rui Barbosa, bem como de seus equipamentos, coleções, acervos, projetos e programas de difusão cultural, de modo a:

...”

Art.2º Os incisos I, II e III, do artigo 3º, da Lei Municipal Nº 6.001/2011, de 16/06/2011, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art.3º ...

I - titular da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer;

II - responsável pela Chefia de Biblioteca Pública Municipal, da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer;

III - responsável pela Gerência Administrativa e Financeira, da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer;

...”

Art.3º O inciso II, do artigo 4º, da Lei Municipal Nº 6.001/2011, de 16/06/2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art.4º ...

...

II - submeter, anualmente, à apreciação do titular da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer, relatório das atividades

desenvolvidas pelo Fundo;

..."

Art.4º O inciso I, do artigo 5º, da Lei Municipal Nº 6.001/2011, de 16/06/2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.5º ...

I - abrir, controlar, movimentar e encerrar contas bancárias do Fundo, juntamente com o titular da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer;

..."

Art.5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 09 de janeiro de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

LEI Nº 7333/2017

LEI Nº 7.333/2017

Altera Dispositivos da Lei Municipal Nº 5.419/2009, de 27 de Novembro de 2009, que Dispõe Sobre o Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Arquitetônico, Cultural, Arqueológico, Artístico e Natural (Fumphaan).

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas, em especial a Lei Complementar Municipal Nº 186/2016, nos seus artigos 50 e 51, FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º O artigo 2º, da Lei Municipal Nº 5.419/2009, de 27/11/2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.2º Fica instituído, no âmbito do Município de Jaraguá do Sul, na forma de Fundo Especial, o Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Arquitetônico, Cultural, Arqueológico, Artístico e Natural (Fumphaan), vinculado à Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer, com o objetivo de possibilitar a captação e a destinação de recursos financeiros para a preservação, restauração, revitalização e reconstrução de bens de valor histórico cultural do Município, representativos da cultura jaraguaense em suas diversas manifestações, contextos e épocas."

Art.2º O artigo 3º, da Lei Municipal Nº 5.419/2009, de 27/11/2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.3º O Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Arquitetônico, Cultural, Arqueológico, Artístico e Natural (Fumphaan) é o órgão captador de recursos, tendo como gestora a Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer, que aplicará os recursos conforme diretrizes e deliberações do Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Cultural, Arqueológico, Artístico e Natural (Comphaan)."

Art.3º O artigo 4º, da Lei Municipal Nº 5.419/2009, de 27/11/2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.4º Os recursos financeiros do Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Arquitetônico, Cultural, Arqueológico, Artístico e Natural (Fumphaan) serão movimentados, em conjunto, pelo titular da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer, e por 01 (um) servidor público, a ser designado por Decreto."

Art.4º O artigo 5º, caput, da Lei Municipal Nº 5.419/2009, de 27/11/2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.5º Compete à Gerência Administrativa e Financeira, da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer:

..."

Art.5º O inciso I, e o parágrafo único, do artigo 9º, da Lei Municipal Nº 5.419/2009, de 27/11/2009, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art.9º ...

I - o titular da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer;

...

Parágrafo único. A Presidência da Comissão de Administração será exercida pelo titular da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer."

Art.6º O inciso I, do artigo 14, da Lei Municipal Nº 5.419/2009, de 27/11/2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.14. ...

I - 02 (dois) representantes técnicos da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer;

..."

Art.7º O artigo 22, da Lei Municipal Nº 5.419/2009, de 27/11/2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.22. Ficará sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer a publicação dos editais convocatórios contendo os prazos, a tramitação interna, a padronização de apreciação dos projetos, os formulários necessários para apresentá-los, a documentação exigida, além dos valores máximos e mínimos atribuíveis, individualmente, por Projeto."

Art.8º O artigo 23, caput, da Lei Municipal Nº 5.419/2009, de 27/11/2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.23. Os interessados na obtenção de apoio financeiro deverão apresentar seus projetos à Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer em 02 (duas) vias, mediante protocolo, os quais serão encaminhados à Comissão de Análise."

..."

Art.9º O artigo 24, da Lei Municipal Nº 5.419/2009, de 27/11/2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.24. O proponente deverá comprovar, junto à Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer, a aplicação dos recursos até 30 (trinta) dias após a conclusão da etapa que se refere à parcela do benefício recebido, conforme o cronograma físico-financeiro aprovado."

Art.10. O artigo 26, da Lei Municipal Nº 5.419/2009, de 27/11/2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.26. As ações resultantes dos projetos beneficiados pelo Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Arquitetônico, Cultural, Arqueológico, Artístico e Natural (Fumphaan) serão apresentadas, devendo constar a divulgação do apoio institucional da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, através da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer, e do Conselho Municipal do

Patrimônio Histórico, Cultural, Arqueológico, Artístico e Natural (Comphaan).”

Art.11. O artigo 27, da Lei Municipal Nº 5.419/2009, de 27/11/2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art.27. Competirá à Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer a fiscalização do exato cumprimento das obrigações assumidas pelos proponentes dos projetos beneficiados, nos termos desta Lei.”

Art.12. O artigo 28, da Lei Municipal Nº 5.419/2009, de 27/11/2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art.28. Competirá à Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer proceder a análise dos documentos e decidir sobre a prestação de contas.”

Art.13. O artigo 29, da Lei Municipal Nº 5.419/2009, de 27/11/2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art.29. Caberá à Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer a aplicação das penalidades previstas, bem como representar à Procuradoria-Geral do Município quanto à aplicação das sanções penais cabíveis.”

Art.14. O artigo 30, da Lei Municipal Nº 5.419/2009, de 27/11/2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art.30. É vedada a apresentação de projetos para recebimento de subvenção do Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Arquitetônico, Cultural, Arqueológico, Artístico e Natural (Fumphaan) para imóveis de propriedade dos membros do Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Cultural, Arqueológico, Artístico e Natural (Comphaan), servidores da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer.”

Art.15. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 09 de janeiro de 2017.
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

LEI Nº 7334/2017

LEI Nº 7.334/2017

Autoriza a Abertura e Reforço de Crédito Especial no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.299/2016, de 09/12/2016, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas,
FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito especial, mediante Decreto, no valor de R\$ 27.599.998,00 (Vinte e sete milhões, quinhentos e noventa e nove mil, novecentos e noventa e oito reais), para inclusão de dotações orçamentárias no Orçamento vigente do Gabinete do Prefeito; da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo; da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação; da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio, Serviços e Turismo; e da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer, a saber:

02 - GABINETE DO PREFEITO
02.03 - DEFESA CIVIL
02.03.06.182.07011.600 - Executar Projeto de Prevenção Estrutural
3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

02.03.385 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 100,00
4.4.00 - INVESTIMENTOS
02.03.386 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 100,00
02.03.06.122.03002.600 - Manutenção das Ações da Defesa Civil
3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
02.03.381 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00
4.4.00 - INVESTIMENTOS
02.03.382 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00
02.03.06.122.03002.601 - Manutenção Patrimonial - Defesa Civil
3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
02.03.383 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
4.4.00 - INVESTIMENTOS
02.03.384 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 100,00
02.03.06.182.07012.604 - Estruturar a Secretaria da Defesa Civil
3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
02.03.387 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 100,00
4.4.00 - INVESTIMENTOS
02.03.388 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 100,00
02.03.06.182.07012.605 - Aperfeiçoar Sistema de Monitoramento e Comunicação
3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
02.03.389 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 100,00
4.4.00 - INVESTIMENTOS
02.03.390 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 100,00
02.03.06.182.07012.606 - Atender Emergências em Operações Especiais
3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
02.03.391 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00
4.4.00 - INVESTIMENTOS
02.03.392 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 4.000,00
33 - SECRETARIA MUNICIPAL DO URBANISMO
33.05 - DIRETORIA DO INSTITUTO JOURDAN
33.05.15.122.03004.202 - Manutenção das Atividades do Ipplan
3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
33.05.425 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00
4.4.00 - INVESTIMENTOS
33.05.426 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 100,00
33.05.15.122.03004.203 - Manutenção Patrimonial - Ipplan
3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
33.05.427 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00
4.4.00 - INVESTIMENTOS
33.05.428 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 500,00
33.05.04.127.12014.207 - Regulamentação do Plano Diretor e Implementação dos Instrumentos do Estatuto das Cidades
3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
33.05.424 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
33.05.15.122.12034.209 - Manutenção das Atividades do Comci-dade
3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
33.05.430 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00
33.05.15.122.03004.215 - Pagamento de Despesas Fixas-Inst. Jourdan (água, energia elétrica, telefone, aluguel, seguro, etc.)
3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
33.05.429 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 40.000,00
37 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO
37.01 - ASSISTÊNCIA SOCIAL
37.01.08.122.08501.800 - Investimentos em Infraestrutura
4.4.00 - INVESTIMENTOS
37.01.318 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00
37.01.317 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 28.854,00
37.01.08.122.03002.800 - Manutenção das Atividades Administrativas - Social
3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
37.01.319 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 7.000,00
37.01.320 3.3.91 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos R\$ 100,00

4.4.00 - INVESTIMENTOS

37.01.321 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 500,00
 37.01.08.122.03002.801 - Manutenção Patrimonial - Social
3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
 37.01.322 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 2.000,00
4.4.00 - INVESTIMENTOS
 37.01.323 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 500,00
 37.01.08.122.03002.802 - Pagamento de Despesas Fixas - Social (água, energia elétrica, telefone, aluguel, seguro, etc.)
3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
 37.01.324 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 266.860,00
 37.01.325 3.3.91 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos R\$ 30.340,00
 37.01.08.122.03012.820 - Pagamento dos Servidores da Assistência Social
3.1.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
 37.01.326 3.1.90 - Aplicações Diretas R\$ 12.591.523,00
 37.01.327 3.1.91 - Aplicações Diretas - Operações Intra-Orçamentárias R\$ 2.189.500,00
 37.01.08.122.03012.820 - Pagamento dos Servidores da Assistência Social
3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
 37.01.328 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 931.482,00
37.02 - FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO
 37.02.08.241.08511.801 - Realização de Diagnóstico Técnico/científico
3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
 37.02.331 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00
 37.02.08.122.08512.803 - Manutenção das Ações Previstas na Lei que Instituiu o Fundo Municipal dos Direitos do Idoso
3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
 37.02.329 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 189.000,00
4.4.00 - INVESTIMENTOS
 37.02.330 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 69.400,00
37.03 - HABITAÇÃO
 37.03.16.122.03000.500 - Transferência Recursos Financeiros ao Conselho Comunitário Penitenciário, Referente ao Trabalho dos Apenados
3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
 37.03.332 3.3.50 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos R\$ 50.000,00
 37.03.16.122.03002.500 - Manutenção das Atividades Administrativas da Habitação
3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
 37.03.333 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 2.000,00
4.4.00 - INVESTIMENTOS
 37.03.334 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 500,00
 37.03.16.122.03002.501 - Pagamento de Despesas Fixas-Habitação (água, energia elétrica, telefone, aluguel, seguro, etc.)
3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
 37.03.335 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 3.000,00
 37.03.336 3.3.91 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos R\$ 1.500,00
 37.03.16.122.03002.502 - Manutenção Patrimonial - Habitação
3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
 37.03.337 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 3.000,00
4.4.00 - INVESTIMENTOS
 37.03.338 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 100,00
 37.03.16.122.03012.514 - Pagamento dos Servidores da Habitação
3.1.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
 37.03.339 3.1.90 - Aplicações Diretas R\$ 1.084.485,00
 37.03.340 3.1.91 - Aplicações Diretas - Operações Intra-Orçamentárias R\$ 194.707,00
3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
 37.03.341 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 70.003,00
38 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO,

INDÚSTRIA, COMÉRCIO, SERVIÇOS E TURISMO

38.01 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS
 38.01.22.122.03004.200 - Manutenção das atividades administrativas do Desenvolvimento Econômico
3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
 38.01.417 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 4.500,00
4.4.00 - INVESTIMENTOS
 38.01.418 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 500,00
 38.01.22.122.03014.214 - Pagamento dos Servidores do Desenvolvimento Econômico
3.1.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
 38.01.421 3.1.90 - Aplicações Diretas R\$ 500.000,00
 38.01.422 3.1.91 - Aplicações Diretas - Operações Intra-Orçamentárias R\$ 60.000,00
3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
 38.01.423 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 40.000,00
38.02 - TURISMO
 38.02.23.122.03004.050 - Manutenção das Atividades Administrativas - Turismo
3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
 38.02.393 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
4.4.00 - INVESTIMENTOS
 38.02.394 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00
 38.02.23.122.03004.051 - Manutenção Patrimonial - Turismo
3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
 38.02.395 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 3.000,00
4.4.00 - INVESTIMENTOS
 38.02.396 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 100,00
 38.02.23.695.10514.058 - Segmentação Turística
3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
 38.02.397 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 25.000,00
 38.02.23.695.10534.062 - Comercialização do Produto Turístico
3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
 38.02.398 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 6.000,00
39 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E LAZER
39.01 - CULTURA
 39.01.13.122.03004.100 - Manutenção das Atividades da Fundação Cultural
3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
 39.01.342 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 80.000,00
 39.01.343 3.3.91 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos R\$ 500,00
4.4.00 - INVESTIMENTOS
 39.01.344 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 100,00
 39.01.13.122.03004.101 - Pagamento de Despesas Fixas - Cultura (água, energia elétrica, telefone, aluguel, seguro, etc.)
3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
 39.01.345 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 133.236,00
 39.01.346 3.3.91 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos R\$ 12.764,00
 39.01.13.122.03004.102 - Manutenção Patrimonial - Fundação Cultural
3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
 39.01.347 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 6.000,00
4.4.00 - INVESTIMENTOS
 39.01.348 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 100,00
 39.01.13.392.11004.103 - Realização e Apoio as Iniciativas Culturais, Festivais, Feiras e Festas Culturais
3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
 39.01.362 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 5.500,00
 39.01.361 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00
4.4.00 - INVESTIMENTOS
 39.01.363 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 100,00
 39.01.13.391.11004.104 - Gestão, Divulgação e Manutenção do Arquivo Histórico

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
 39.01.352 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 13.000,00
 4.4.00 - INVESTIMENTOS
 39.01.353 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 100,00
 39.01.13.391.11004.105 - Gestão, Divulgação e Manutenção da Biblioteca
 3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
 39.01.355 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 10.800,00
 39.01.354 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 500,00
 4.4.00 - INVESTIMENTOS
 39.01.356 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 100,00
 39.01.357 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00
 39.01.13.391.11004.106 - Gestão, Divulgação e Manutenção dos Museus
 3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
 39.01.358 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 3.000,00
 4.4.00 - INVESTIMENTOS
 39.01.359 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 100,00
 39.01.13.391.11004.107 - Gestão, Divulgação e Manutenção do Patrimônio Histórico
 3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
 39.01.360 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00
 39.01.13.392.11004.108 - Incentivar Talentos
 3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
 39.01.364 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00
 39.01.13.392.11004.115 - Realização da Festa do Atirador - Schützenfest
 3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
 39.01.366 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 350.500,00
 39.01.365 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00
 39.01.367 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 101.000,00
 39.01.13.122.03014.116 - Pagamento dos Servidores da Fundação Cultural
 3.1.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
 39.01.349 3.1.90 - Aplicações Diretas R\$ 2.553.868,00
 39.01.350 3.1.91 - Aplicações Diretas - Operações Intra-Orçamentárias R\$ 482.839,00
 3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
 39.01.351 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 165.413,00
 39.01.13.392.11004.120 - Gestão das Atividades do Coral Municipal
 3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
 39.01.368 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 9.000,00
 4.4.00 - INVESTIMENTOS
 39.01.369 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00
 39.02 - FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA
 39.02.13.392.11030.105 - Incentivar, Estimular, Fomentar e Viabilizar Projeto Artístico Cultural do Município (70% do Fundo)
 3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
 39.02.373 3.3.50 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos R\$ 10.000,00
 39.02.374 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 1.184.789,90
 4.4.00 - INVESTIMENTOS
 39.02.375 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 500,00
 39.02.13.392.11034.112 - Projeto de Fomento e Capacitação nas Diversas Áreas Culturais, Executados pela Fundação Cultural (30%)
 3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
 39.02.376 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 507.767,10
 39.02.13.122.11034.117 - Manutenção das Atividades do Conselho Municipal de Cultura
 3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
 39.02.370 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 3.000,00
 4.4.00 - INVESTIMENTOS
 39.02.371 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00
 39.02.13.392.11034.118 - Realização de Estudos, Avaliações e Pesquisas de Desenvolvimento Cultural

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
 39.02.377 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
 39.02.13.128.11034.119 - Capacitação e Aperfeiçoamento dos Membros do Conselho Municipal de Cultura
 3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
 39.02.372 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00
 39.03 - FUNDO MUNICIPAL DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARQUITETÔNICO, CULTURAL, ARQUEOLÓGICO, ARTÍSTICO E NATURAL – FUMPHAAN
 39.03.13.391.11044.113 - Fomentar e preservar o patrimônio histórico material e imaterial
 3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
 39.03.378 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00
 39.03.13.391.11044.114 - Apoio ao tombamento dos núcleos rurais de Testo Alto e Rio da Luz
 3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
 39.03.379 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 79.000,00
 4.4.00 - INVESTIMENTOS
 39.03.380 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00
 39.04 - ESPORTE E LAZER
 39.04.27.122.03004.000 - Manutenção das Atividades Administrativas - Desporto e Lazer
 3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
 39.04.399 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00
 39.04.400 3.3.91 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos R\$ 500,00
 4.4.00 - INVESTIMENTOS
 39.04.401 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 500,00
 39.04.27.122.03004.001 - Manutenção Patrimonial - Desporto e Lazer
 3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
 39.04.402 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00
 39.04.403 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 43.000,00
 4.4.00 - INVESTIMENTOS
 39.04.404 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 100,00
 39.04.405 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 8.000,00
 39.04.27.122.03004.002 - Pagamento de Despesas Fixas-Desporto e Lazer (água, energia elétrica, telefone, aluguel, seguro, etc.)
 3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
 39.04.406 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 223.675,00
 39.04.407 3.3.91 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos R\$ 32.285,00
 39.04.27.813.10004.004 - Manutenção de Espaços nos Bairros para Convivência, Atividades de Esporte e Lazer
 3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
 39.04.419 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 100,00
 39.04.27.812.10014.005 - Realização de Campeonatos Escolares e Comunitários
 3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
 39.04.416 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00
 39.04.27.811.10024.006 - Suporte as Modalidades de Rendimento
 3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
 39.04.413 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 150.000,00
 4.4.00 - INVESTIMENTOS
 39.04.414 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 100,00
 39.04.27.811.10024.007 - Auxílio Bolsa Atleta
 3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
 39.04.415 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00
 39.04.27.122.03014.008 - Pagamento dos Servidores da Fundação Municipal de Esportes
 3.1.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
 39.04.410 3.1.90 - Aplicações Diretas R\$ 1.732.049,00
 39.04.411 3.1.91 - Aplicações Diretas - Operações Intra-Orçamentárias R\$ 503.476,00

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
 39.04.412 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 253.782,00
 39.04.27.122.03004.009 - Gestão dos Complexos Esportivos
 3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
 39.04.408 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 40.000,00
 4.4.00 - INVESTIMENTOS
 39.04.409 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
 39.04.27.813.10005.600 - Implantação de Espaços nos Bairros para Convivência, Atividades de Esporte e Lazer.
 4.4.00 - INVESTIMENTOS
 39.04.420 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 100,00
 TOTAL R\$ 27.599.998,00

Art.2º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correm por conta da anulação parcial e/ou total das dotações orçamentárias dos programas e verbas abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente das Secretarias Municipais da Assistência Social, Criança e Adolescente; da Habitação e Regularização Fundiária; e, da Defesa Civil; da Fundação Municipal de Esportes e Turismo; da Fundação Cultural de Jaraguá do Sul; e da Fundação Instituto Jourdan de Pesquisa e Planejamento para o Desenvolvimento Urbano e Econômico Sustentável de Jaraguá do Sul, a saber:

10 - SECRETARIA MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, CRIANÇA E ADOLESCENTE

10.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, CRIANÇA E ADOLESCENTE

10.01.08.122.08501.800 - Investimentos em Infraestrutura

4.4.00 - INVESTIMENTOS

10.01.212 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

10.01.213 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 28.854,00

10.01.08.122.03002.800 - Manutenção das Atividades Administrativas - Social

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

10.01.202 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 7.000,00

10.01.203 3.3.91 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos R\$ 100,00

4.4.00 - INVESTIMENTOS

10.01.204 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 500,00

10.01.08.122.03002.801 - Manutenção Patrimonial - Social

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

10.01.205 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

4.4.00 - INVESTIMENTOS

10.01.206 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 500,00

10.01.08.122.03002.802 - Pagamento de Despesas Fixas - Social (água, energia elétrica, telefone, aluguel, seguro, etc.)

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

10.01.207 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 266.860,00

10.01.208 3.3.91 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos R\$ 30.340,00

10.01.08.122.03012.820 - Pagamento dos Servidores da Assistência Social

3.1.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

10.01.209 3.1.90 - Aplicações Diretas R\$ 12.591.523,00

10.01.210 3.1.91 - Aplicações Diretas - Operações Intra-Orçamentárias R\$ 2.189.500,00

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

10.01.211 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 931.482,00

10.02 - FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO

10.02.08.241.08511.801 - Realização de Diagnóstico Técnico/científico

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

10.02.216 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

10.02.08.122.08512.803 - Manutenção das Ações Previstas na Lei que Instituiu o

Fundo Municipal dos Direitos do Idoso

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

10.02.214 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 189.000,00

4.4.00 - INVESTIMENTOS

10.02.215 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 69.400,00

26 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E TURISMO

26.01 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E TURISMO

26.01.27.122.03004.000 - Manutenção das Atividades Administrativas - Desporto e Lazer

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

26.01.7 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

26.01.8 3.3.91 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos R\$ 500,00

4.4.00 - INVESTIMENTOS

26.01.9 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 500,00

26.01.27.122.03004.001 - Manutenção Patrimonial - Desporto e Lazer

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

26.01.10 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

26.01.11 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 43.000,00

4.4.00 - INVESTIMENTOS

26.01.12 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 100,00

26.01.13 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 8.000,00

26.01.27.122.03004.002 - Pagamento de Despesas Fixas-Desporto e Lazer (água, energia elétrica, telefone, aluguel, seguro, etc.)

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

26.01.14 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 223.675,00

26.01.15 3.3.91 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos R\$ 32.285,00

26.01.27.813.10004.004 - Manutenção de Espaços nos Bairros para Convivência,

Atividades de Esporte e Lazer

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

26.01.25 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 100,00

26.01.27.812.10014.005 - Realização de Campeonatos Escolares e Comunitários

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

26.01.24 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

26.01.27.811.10024.006 - Suporte as Modalidades de Rendimento

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

26.01.21 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 150.000,00

4.4.00 - INVESTIMENTOS

26.01.22 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 100,00

26.01.27.811.10024.007 - Auxílio Bolsa Atleta

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

26.01.23 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

26.01.27.122.03014.008 - Pagamento dos Servidores da Fundação Municipal de Esportes

3.1.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

26.01.18 3.1.90 - Aplicações Diretas R\$ 1.732.049,00

26.01.19 3.1.91 - Aplicações Diretas - Operações Intra-Orçamentárias R\$ 503.476,00

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

26.01.20 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 253.782,00

26.01.27.122.03004.009 - Gestão dos Complexos Esportivos

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

26.01.16 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

4.4.00 - INVESTIMENTOS

26.01.17 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

26.01.23.122.03004.050 - Manutenção das Atividades Administrativas - Turismo

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

26.01.1 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

4.4.00 - INVESTIMENTOS

26.01.2 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

26.01.23.122.03004.051 - Manutenção Patrimonial - Turismo

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

26.01.3 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 3.000,00

4.4.00 - INVESTIMENTOS

26.01.4 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 100,00

26.01.23.695.10514.058 - Segmentação Turística

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
 26.01.5 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 25.000,00
 26.01.23.695.10534.062 - Comercialização do Produto Turístico
 3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
 26.01.6 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 6.000,00
 26.01.27.813.10005.600 - Implantação de Espaços nos Bairros para Convivência,
 Atividades de Esporte e Lazer
 4.4.00 - INVESTIMENTOS
 26.01.26 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 100,00
 27 - FUNDAÇÃO CULTURAL DE JARAGUÁ DO SUL
 27.01 - FUNDAÇÃO CULTURAL DE JARAGUÁ DO SUL
 27.01.13.122.03004.100 - Manutenção das Atividades da Fundação Cultural
 3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
 27.01.1 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 80.000,00
 27.01.2 3.3.91 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos R\$ 500,00
 4.4.00 - INVESTIMENTOS
 27.01.3 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 100,00
 27.01.13.122.03004.101 - Pagamento de Despesas Fixas - Cultura (água, energia elétrica, telefone, aluguel, seguro, etc.)
 3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
 27.01.4 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 133.236,00
 27.01.5 3.3.91 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos R\$ 12.764,00
 27.01.13.122.03004.102 - Manutenção Patrimonial - Fundação Cultural
 3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
 27.01.6 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 6.000,00
 4.4.00 - INVESTIMENTOS
 27.01.7 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 100,00
 27.01.13.392.11004.103 - Realização e Apoio as Iniciativas Culturais, Festivals, Feiras e Festas Culturais
 3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
 27.01.21 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 5.500,00
 27.01.20 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00
 4.4.00 - INVESTIMENTOS
 27.01.22 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 100,00
 27.01.13.391.11004.104 - Gestão, Divulgação e Manutenção do Arquivo Histórico
 3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
 27.01.11 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 13.000,00
 4.4.00 - INVESTIMENTOS
 27.01.12 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 100,00
 27.01.13.391.11004.105 - Gestão, Divulgação e Manutenção da Biblioteca
 3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
 27.01.13 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 500,00
 27.01.14 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 10.800,00
 4.4.00 - INVESTIMENTOS
 27.01.15 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 100,00
 27.01.16 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00
 27.01.13.391.11004.106 - Gestão, Divulgação e Manutenção dos Museus
 3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
 27.01.17 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 3.000,00
 4.4.00 - INVESTIMENTOS
 27.01.18 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 100,00
 27.01.13.391.11004.107 - Gestão, Divulgação e Manutenção do Patrimônio Histórico
 3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
 27.01.19 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00
 27.01.13.392.11004.108 - Incentivar Talentos
 3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
 27.01.23 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00
 27.01.13.392.11004.115 - Realização da Festa do Atirador

- Schützenfest
 3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
 27.01.24 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00
 27.01.25 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 350.500,00
 27.01.26 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 101.000,00
 27.01.13.122.03014.116 - Pagamento dos Servidores da Fundação Cultural
 3.1.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
 27.01.8 3.1.90 - Aplicações Diretas R\$ 2.553.868,00
 27.01.9 3.1.91 - Aplicações Diretas - Operações Intra-Orçamentárias R\$ 482.839,00
 3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
 27.01.10 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 165.413,00
 27.01.13.392.11004.120 - Gestão das Atividades do Coral Municipal
 3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
 27.01.27 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 9.000,00
 4.4.00 - INVESTIMENTOS
 27.01.28 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00
 27.02 - FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA
 27.02.13.392.11030.105 - Incentivar, Estimular, Fomentar e Viabilizar Projeto Artístico Cultural do Município (70% do Fundo)
 3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
 27.02.32 3.3.50 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos R\$ 10.000,00
 27.02.33 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 1.184.789,90
 4.4.00 - INVESTIMENTOS
 27.02.34 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 500,00
 27.02.13.392.11034.112 - Projeto de Fomento e Capacitação nas Diversas Áreas Culturais Executados pela Fundação Cultural (30%)
 3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
 27.02.35 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 507.767,10
 27.02.13.122.11034.117 - Manutenção das Atividades do Conselho Municipal de Cultura
 3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
 27.02.29 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 3.000,00
 4.4.00 - INVESTIMENTOS
 27.02.30 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00
 27.02.13.392.11034.118 - Realização de Estudos, Avaliações e Pesquisas de Desenvolvimento Cultural
 3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
 27.02.36 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
 27.02.13.128.11034.119 - Capacitação e Aperfeiçoamento dos Membros do Conselho Municipal de Cultura
 3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
 27.02.31 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00
 27.03 - FUNDO MUNICIPAL DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARQUITETÔNICO, CULTURAL, ARQUEOLÓGICO, ARTÍSTICO E NATURAL - FUMPHAAN
 27.03.13.391.11044.113 - Fomentar e Preservar o Patrimônio Histórico Material e Imaterial
 3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
 27.03.37 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00
 27.03.13.391.11044.114 - Apoio ao Tombamento dos Núcleos Rurais de Testo Alto e Rio da Luz
 3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
 27.03.38 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 79.000,00
 4.4.00 - INVESTIMENTOS
 27.03.39 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00
 30 - SECRETARIA MUNICIPAL DA HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
 30.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
 30.01.16.122.03000.500 - Transferência Recursos Financeiros ao Conselho

Comunitário Penitenciário, Referente ao Trabalho dos Apenados
3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
30.01.236 3.3.50 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos R\$ 50.000,00
30.01.16.122.03002.500 - Manutenção das Atividades Administrativas da Habitação
3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
30.01.237 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 2.000,00
4.4.00 - INVESTIMENTOS
30.01.238 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 500,00
30.01.16.122.03002.501 - Pagamento de Despesas Fixas-Habitação (água, energia elétrica, telefone, aluguel, seguro, etc.)
3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
30.01.239 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 3.000,00
30.01.240 3.3.91 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos R\$ 1.500,00
30.01.16.122.03002.502 - Manutenção Patrimonial - Habitação
3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
30.01.241 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 3.000,00
4.4.00 - INVESTIMENTOS
30.01.242 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 100,00
30.01.16.122.03012.514 - Pagamento dos Servidores da Habitação
3.1.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
30.01.243 3.1.90 - Aplicações Diretas R\$ 1.084.485,00
30.01.244 3.1.91 - Aplicações Diretas - Operações Intra-Orçamentárias R\$ 194.707,00
3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
30.01.245 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 70.003,00
32 - SECRETARIA MUNICIPAL DA DEFESA CIVIL
32.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA DEFESA CIVIL
32.01.06.182.07011.600 - Executar Projeto de Prevenção Estrutural
3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
32.01.253 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 100,00
4.4.00 - INVESTIMENTOS
32.01.254 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 100,00
32.01.06.122.03002.600 - Manutenção das Ações da Defesa Civil
3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
32.01.246 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00
4.4.00 - INVESTIMENTOS
32.01.247 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00
32.01.06.122.03002.601 - Manutenção Patrimonial - Defesa Civil
3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
32.01.248 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
4.4.00 - INVESTIMENTOS
32.01.249 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 100,00
32.01.06.182.07012.604 - Estruturar a Secretaria da Defesa Civil
3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
32.01.255 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 100,00
4.4.00 - INVESTIMENTOS
32.01.256 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 100,00
32.01.06.182.07012.605 - Aperfeiçoar Sistema de Monitoramento e Comunicação
3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
32.01.257 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 100,00
4.4.00 - INVESTIMENTOS
32.01.258 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 100,00
32.01.06.182.07012.606 - Atender Emergências em Operações Especiais
3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
32.01.259 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00
4.4.00 - INVESTIMENTOS
32.01.260 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 4.000,00
35 - FUNDAÇÃO INSTITUTO JOURDAN DE PESQUISA E PLANEJAMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO URBANO E ECONÔMICO SUSTENTÁVEL DE JARAGUÁ DO SUL
35.01 - FUNDAÇÃO INSTITUTO JOURDAN DE PESQUISA E PLANEJAMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO URBANO E ECONÔMICO

SUSTENTÁVEL DE JARAGUÁ DO SUL

35.01.15.122.03004.202 - Manutenção das Atividades do Iplan
3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
35.01.3 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00
4.4.00 - INVESTIMENTOS
35.01.4 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 100,00
35.01.15.122.03004.203 - Manutenção Patrimonial - Iplan
3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
35.01.5 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00
4.4.00 - INVESTIMENTOS
35.01.6 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 500,00
35.01.04.127.12014.207 - Regulamentação do Plano Diretor e Implementação dos Instrumentos do Estatuto das Cidades
3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
35.01.1 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
35.01.15.122.12034.209 - Manutenção das Atividades do Comci-dade
3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
35.01.2 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00
35.01.15.122.03014.213 - Pagamento dos Servidores do Iplan
3.1.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
35.01.8 3.1.90 - Aplicações Diretas R\$ 500.000,00
35.01.9 3.1.91 - Aplicações Diretas - Operações Intra-Orçamentárias R\$ 60.000,00
3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
35.01.10 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 45.000,00
35.01.15.122.03004.215 - Pagamento de Despesas Fixas-Inst. Jourdan (água, energia elétrica, telefone, aluguel, seguro, etc.)
3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
35.01.7 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 40.000,00
TOTAL R\$ 27.599.998,00

Art.3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 09 de janeiro de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

MÁRCIO ERDMANN

Secretário Municipal da Fazenda

LEI Nº 7335/2017

LEI Nº 7.335/2017

Aprova as Alterações do Anexo Formulário 1 - Identificação de Programa, do Plano Plurianual 2014/2017, Instituído pela Lei Municipal Nº 6.785/2013, de 05/12/2013, e Alterações.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas,

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º Ficam alterados, no Anexo Formulário 1 - Identificação de Programa, do Plano Plurianual 2014/2017, instituído pela Lei Municipal Nº 6.785/2013, de 05/12/2013, e alterações, os Programas 0300 - Gestão Administrativa; 0301 - Remuneração dos Servidores; 0701 - Preparação para Respostas aos Desastres; 0850 - Gestão da Política do Sistema Único de Assistência Social - SUAS; 0851 - Proteção Social Básica; 1000 - Lazer nos Bairros; 1001 - Eventos Escolares e Comunitários; 1002 - Modalidades Esportivas; 1051 - Estrutura do Destino Turístico; 1053 - Promoção dos Produtos Turísticos; 1100 - Difusão Cultural; 1103 - Fundo Municipal de Cultura; 1104 - Fundo Patrimônio Material e Imaterial - Fumphaan; 1201 - Jaraguá Ativa - Ambiente Sustentável - Estrutura Urbana; e 1203 - Jaraguá Ativa - Cidade Inteligente - Cenários da Cidade,

conforme descrito em anexo na presente Lei.

Art.2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 09 de janeiro de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

MÁRCIO ERDMANN

Secretário Municipal da Fazenda

PORTARIA Nº 010/2017

PORTARIANº 010/2017

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto nos artigos 46 a 48, da Lei Complementar Municipal Nº 186/2016, de 26/12/2016,

RESOLVE :

Art.1º NOMEAR, a partir de 02/01/2017, HIDERALDO COLLE para exercer o cargo de provimento em comissão de DIRETOR DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, da Chefia de Gabinete, do Gabinete do Prefeito, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02/01/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 04 de janeiro de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

PORTARIA Nº 011/2017

PORTARIANº 011/2017

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto nos artigos 46 a 48, da Lei Complementar Municipal Nº 186/2016, de 26/12/2016,

RESOLVE :

Art.1º NOMEAR, a partir de 04/01/2017, DENILSON WEISS para exercer o cargo de provimento em comissão de DIRETOR DE ORÇAMENTO E GESTÃO, da Secretaria Municipal da Fazenda, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 04/01/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 04 de janeiro de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

PORTARIA Nº 012/2017

PORTARIANº 012/2017

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto nos artigos 46 a 48, da Lei Complementar Municipal Nº 186/2016, de 26/12/2016,

RESOLVE :

Art.1º NOMEAR, a partir de 03/01/2017, IRIO RIEGEL para exercer o cargo de provimento em comissão de DIRETOR DE TRÂNSITO E TRANSPORTE, da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 03/01/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 04 de janeiro de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

PORTARIA Nº 013/2017

PORTARIANº 013/2017

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto nos artigos 46 a 48, da Lei Complementar Municipal Nº 186/2016, de 26/12/2016,

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR, a partir de 02/01/2017, DALTON FERNANDO FISCHER, matrícula 8233, ocupante do cargo efetivo de Psicólogo, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, para exercer o cargo de provimento em comissão de DIRETOR DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE, da Secretaria Municipal de Saúde, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02/01/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 04 de janeiro de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

PORTARIA Nº 014/2017

PORTARIANº 014/2017

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto nos artigos 46 a 48, da Lei Complementar Municipal Nº 186/2016, de 26/12/2016,

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR, a partir de 02/01/2017, IVAN ANDREIAS WOLTER, matrícula 8920, ocupante do cargo efetivo de Engenheiro, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo, para exercer o cargo de provimento em comissão de DIRETOR DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS, da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02/01/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 04 de janeiro de 2017.
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

PORTARIA Nº 015/2017

PORTARIANº 015/2017

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto nos artigos 46 a 48, da Lei Complementar Municipal Nº 186/2016, de 26/12/2016,

RESOLVE :

Art.1º NOMEAR, a partir de 02/01/2017, LUCIANE JANAINA DALPIAZ para exercer o cargo de provimento em comissão de ASSESSORA DE GABINETE, do Gabinete do Vice-Prefeito, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02/01/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 04 de janeiro de 2017.
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

PORTARIA Nº 016/2017

PORTARIANº 016/2017

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto nos artigos 46 a 48, da Lei Complementar Municipal Nº 186/2016, de 26/12/2016,

RESOLVE :

Art.1º NOMEAR, a partir de 03/01/2017, ALESSANDRO BUOZI MARTINS para exercer o cargo de provimento em comissão de DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS, da Secretaria Municipal da Administração, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 03/01/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 04 de janeiro de 2017.
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

PORTARIA Nº 017/2017

PORTARIANº 017/2017

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto nos artigos 46 a 48, da Lei Complementar Municipal Nº 186/2016, de 26/12/2016,

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR, a partir de 02/01/2017, EUCI CRISTOFOLINI, matrícula 8071, ocupante do cargo efetivo de Assistente Social, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, para exercer o cargo de provimento em comissão de DIRETORA ADMINISTRATIVA E TÉCNICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02/01/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 04 de janeiro de 2017.
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

PORTARIA Nº 018/2017

PORTARIANº 018/2017

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições,

RESOLVE :

Art.1º RETIFICAR o nome constante no artigo 6º, da Portaria Nº 001/2017, de 02/01/2017, de Ivaldo Kucskowski para IVALDO KUCZKOWSKI.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 05 de janeiro de 2017.
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

PORTARIA Nº 019/2017

PORTARIANº 019/2017

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de conformidade com o disposto no artigo 127, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03 de novembro de 2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20 de outubro de 2015; e

CONSIDERANDO os termos do Processo Nº 37823/2016;

RESOLVE :

Art.1º CONCEDER LICENÇA, sem remuneração, para tratar de interesses particulares, à servidora pública municipal ROSANA MARA DA SILVA, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, no período de 02/01/2017 a 1º/01/2019, podendo ser prorrogado por igual período, vedada sua renovação antes de 02 (dois) anos de eventual prorrogação.

Art.2º A licença poderá ser interrompida, a qualquer tempo, a pedido da servidora ou no interesse do serviço.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02/01/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 06 de janeiro de 2017.
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

PORTARIA Nº 020/2017

PORTARIANº 020/2017

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto nos artigos 46 a 48, da Lei Complementar Municipal Nº 186/2016, de 26/12/2016,

RESOLVE :

Art.1º NOMEAR, a partir de 02/01/2017, GIOVANE MAZZINI para exercer o cargo de provimento em comissão de DIRETOR DE COMUNICAÇÃO E JORNALISMO, da Chefia de Gabinete, do Gabinete do Prefeito, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02/01/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 06 de janeiro de 2017.
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

SAMAE - AVISO DE LICITAÇÃO Nº 001/2017

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE

JARAGUÁ DO SUL – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

LICITAÇÃO Nº: 001/2017

TIPO: MENOR PREÇO

MODALIDADE: PREGÃO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PUBLICAÇÃO DE ATOS LEGAIS EM JORNAL DE CIRCULAÇÃO NO ESTADO DE SANTA CATARINA

RETIRADA DO EDITAL: A partir do dia 10/01/2017, das 8:00 h às 12:00 h e das 13:00 às 16:00 h

DATA DA ABERTURA: 20/01/2017 às 14 horas

O Edital encontra-se à disposição dos interessados no escritório do SAMAE, na Rua Erwino Menegotti, nº 478 – Jaraguá do Sul – SC-

Site: www.samaejs.com.br

Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através do telefone 047– 2106-9100

Ademir Izidoro

Diretor Presidente

SEMSA- PORTARIA Nº 001/2017

PORTARIANº 001/2017/Semsa

Designa responsáveis por assinar e proceder movimentações financeiras do Fundo Municipal de Saúde – FMS.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA SAÚDE de Jaraguá do Sul, no uso das atribuições que lhe foram conferidas;

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR os profissionais relacionados a seguir para assinar e proceder as movimentações financeiras do Fundo Municipal de Saúde – FMS:

- Dalton Fernando Fischer – Psicólogo;
- Mirian Miranda Feder – Agente Administrativa.

Parágrafo Único: As contas do Fundo Municipal da Saúde – FMS do município de Jaraguá do Sul, serão movimentadas sempre em conjunto de duas assinaturas, simultaneamente, preferencialmente com o Secretário Municipal da Saúde.

Art.2º Em consequência, fica revogada a Portaria Nº 115/2016/ Sems, de 1º de dezembro de 2016.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de janeiro de 2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 03 de janeiro de 2017.

JONAS GERMANO SCHMIDT
Secretário Municipal da Saúde

Joaçaba

PREFEITURA

DECRETO Nº 5.061 DE 09 DE JANEIRO DE 2017.

DECRETO Nº 5.061 DE 09 DE JANEIRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, AUTORIZADO PELO ARTIGO 15 DA LEI MUNICIPAL 5.045 DE 25/11/16 (LOA) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar na importância de até R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), destinados à suplementação das dotações abaixo descritas pertencentes ao Orçamento Municipal vigente, por conta do superávit financeiro do exercício anterior dos recursos da entidade PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS - PLASS:

ÓRGÃO: 15 - PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS - PLASS
UNIDADE: 01 - PLANO DE SAÚDE E ASSIST. SOCIAL DOS SERV PÚBL.-PLASS
Proj./Ativ.: 2.008 - ADMINISTRAÇÃO DO PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DO SERVIDOR
Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0301.0 (9)
Valor: R\$ 200.000,00

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba (SC), 09 de janeiro de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI
Prefeito

DECRETO Nº 5.058 DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

DECRETO Nº 5.058 de 06 de JANEIRO de 2017.

"SUBSTITUI MEMBROS DO COMITÊ EXECUTIVO PARA COORDENAÇÃO DOS TRABALHOS DE ELABORAÇÃO DO DIAGNÓSTICO SÓCIO AMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, QUE ESPECIFICA."

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º Ficam substituídos os seguintes membros, nomeado pelo Decreto nº 4.993/2016, para compor o COMITÊ EXECUTIVO - DIAGNÓSTICO SÓCIO AMBIENTAL - MUNICÍPIO DE JOAÇABA, passando a seguinte composição:

JAISON STRAPASSOLA - Secretaria de Infraestrutura;
MARCELO MANTOVANI - Gerência de Meio Ambiente;
LIGIA ADRIANE DAROLD DA SILVA - Secretaria de Educação;
TAILISE CRISTINA KOPP - Secretaria de Saúde;
NATHALIA COSTENARO MASCARELLO - Secretaria de Ação Social;
LEILA ANGELICA PAULI BAUERMANN - Vigilância Epidemiológica;
JOÃO CARLOS TOLEDO SAMPAIO - Coordenadoria de Planejamento.

Art. 2º Os demais dispositivos permanecem inalterados.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA (SC), em 06 de janeiro de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI
Prefeito

DECRETO Nº 5.060 DE 09 DE JANEIRO DE 2017.

DECRETO Nº 5.060 DE 09 DE JANEIRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, AUTORIZADO PELO ARTIGO 15 DA LEI MUNICIPAL 5.045 DE 25/11/2016 (LOA) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições que são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar na importância de R\$ 302.715,78 (Trezentos e dois mil, setecentos e quinze reais e setenta e oito centavos), destinados à suplementação da dotação abaixo descrita pertencente ao Orçamento Municipal vigente, por conta do superávit financeiro do exercício anterior dos recursos do Fundo Municipal de Saúde:

Órgão: 18 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Proj./Atividade: 2.121 – BLGES: BLOCO DE GETÃO DO SUS (39) Modalidade Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00.03.0002
Valor: R\$ 6.000,00 Recurso próprio

Órgão: 18 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Proj./Atividade: 2.125 – BLAFB: BLOCO ASSISTENCIA FARMACEUTICA – COMPONENTE BASICO
(37) Modalidade Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00.03.0002
Valor: R\$ 3.000,00

Órgão: 18 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Proj./Atividade: 2.125 – BLAFB: BLOCO ASSISTENCIA FARMACEUTICA – COMPONENTE BASICO
(36) Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0619
Valor: R\$ 25.527,06

Órgão: 18 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Proj./Atividade: 2.125 – BLAFB: BLOCO ASSISTENCIA FARMACEUTICA – COMPONENTE BASICO
(38) Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.03.620
Valor: R\$ 100.688,72

Órgão: 18 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Proj./Atividade: 2.124 – BLMAC: BLOCO ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE
(40) Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0619
Valor: R\$ 26.500,00

Órgão: 18 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Proj./Atividade: 2.124 – BLMAC: BLOCO ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE
(45) Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0002

Valor: R\$ 5.000,00

Órgão: 18 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Proj./Atividade: 2.124 – BLMAC: BLOCO ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

(41) Modalidade Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00.03.0619

Valor: R\$ 7.000,00

Órgão: 18 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Proj./Atividade: 2.122 – BLATB: BLOCO ATENÇÃO BÁSICA

(42) Modalidade Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00.03.0619

Valor: R\$ 34.000,00

Órgão: 18 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Proj./Atividade: 2.122 – BLATB: BLOCO ATENÇÃO BÁSICA

(43) Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0620

Valor: R\$ 91.000,00

Órgão: 18 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Proj./Atividade: 2.123 – BLVGS: BLOCO DE VIGILANCIA EM SAUDE

(44) Modalidade Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00.03.000

Valor: R\$ 4.000,00

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba (SC), 09 de janeiro de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

Prefeito

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 01/17 AO CONTRATO Nº 04/2015-IMPRES

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 01/17 AO CONTRATO Nº 04/2015-IMPRES

CONTRATANTE: Instituto Previdência Social Serv. Púb. Joaçaba
CONTRATADA: BETHA SISTEMAS LTDA

OBJETO: O FORNECIMENTO PELA CONTRATADA DE LICENÇAS DE USO, NÃO EXCLUSIVA, MEDIANTE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LICENCIAMENTO DO DIREITO DE USO DO APLICATIVO DE SERVIDOR PÚBLICO, COM ACESSOS ILIMITADOS, EM AMBIENTE WEB

ONDE SE ADITA A CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E A CLÁUSULA TERCEIRA – DOS VALORES E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

O PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONVÊNIO FICA PRORROGADO POR 12 (DOZE) MESES, A CONTAR 01 DE JANEIRO DE 2017.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS VALORES E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O REAJUSTE DO PRESENTE CONTRATO SE DARÁ EM DATA DE 18 DE AGOSTO DE 2017, CONFORME CONTRATO ORIGINAL.

JOAÇABA-SC, 31 DE DEZEMBRO DE 2016.

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI
DIRETORA PRESIDENTE IMPRES

DANIELA RAMOS SILVA
BETHA SISTEMAS LTDA

ERNESTO MUNIZ DE SOUZA JR.
BETHA SISTEMAS LTDA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 02/17 - CONTRATO Nº 31/2014-IMPRES

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 02/17 - CONTRATO Nº 31/2014-IMPRES

CONTRATANTE: Instituto Previdência Social Serv. Púb. Joaçaba
CONTRATADA: BETHA SISTEMAS LTDA

OBJETO: PRESTAÇÃO PELA CONTRATADA DE SERVIÇO ESPECIALIZADO NA ÁREA DE INFORMÁTICA, PARA LOCAÇÃO DE SISTEMAS DE GESTÃO PÚBLICA, INTEGRADOS, NÃO EXCLUSIVOS, COM ACESSO SIMULTÂNEO DE USUÁRIOS.

ONDE SE ADITA A CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

O PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONVÊNIO FICA PRORROGADO POR 12 (DOZE) MESES, A CONTAR 01 DE JANEIRO DE 2017.

JOAÇABA-SC, 31 DE DEZEMBRO DE 2016.

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI
DIRETORA PRESIDENTE IMPRES

DANIELA RAMOS SILVA
BETHA SISTEMAS LTDA

ERNESTO MUNIZ DE SOUZA JR.
BETHA SISTEMAS LTDA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 03/17 - CONTRATO Nº 01/2015-IMPRES

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 03/17 - CONTRATO Nº 01/2015-IMPRES

CONTRATANTE: Instituto Previdência Social Serv. Púb. Joaçaba
CONTRATADA: SMI PRIME – CONSULTORIA DE INVESTIMENTOS LTDA

OBJETO: CUJO OBJETO É A PRESTAÇÃO PELA CONTRATADA DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA RELATIVA AO MERCADO FINANCEIRO, DESTINADA AO SUPORTE ÀS DECISÕES DA DIRETORIA EXECUTIVA E DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO IMPRES.

ONDE SE ADITA A CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

O PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONVÊNIO FICA PRORROGADO POR 12 (DOZE) MESES, A CONTAR 01 DE JANEIRO DE 2017.

JOAÇABA-SC, 31 DE DEZEMBRO DE 2016.

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI
DIRETORA PRESIDENTE IMPRES

WILSON DA SILVA SOUZA
SMI PRIME CONSULTORIA DE INVESTIMENTOS LTDA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 04/17 - CONTRATO Nº 02/2015 - IMPRES

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 04/17 - CONTRATO Nº 02/2015 - IMPRES

CONTRATANTE: Instituto Previdência Social Serv. Púb. Joaçaba
CONTRATADA: AMETTRA ASSES. E CONS. EM SEG. NO TRABALHO LTDA-ME

OBJETO: REALIZAÇÃO, PELA CONTRATADA DE PERÍCIAS/JUNTAS MÉDICAS EM SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC), PARA AVALIAÇÃO DE POSSÍVEL APOSENTADORIA POR INVALIDEZ, DE REVISÃO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ OU DE DEPENDENTE INVÁLIDO.

ONDE SE ADITA A CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO.. O PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONVÊNIO FICA PRORROGADO POR 12 (DOZE) MESES, A CONTAR 01 DE JANEIRO DE 2017.

JOAÇABA-SC, 31 DE DEZEMBRO DE 2016.

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI
DIRETORA PRESIDENTE IMPRES

IANDRA CASSUBA
AMETTRA ASSES. E CONS. EM SEG. NO TRABALHO LTDA-ME

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 08/2017 DE 09 DE JANEIRO DE 2017.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 08/2017 DE 09 DE JANEIRO DE 2017.

Estabelece o procedimento oficial de publicação de atos do Poder Executivo Municipal que produzam efeitos externos conforme a Emenda a Constituição Estadual nº 73, publicada no Diário Oficial do Estado em 21 de Dezembro de 2016.

Art. 1º Em obediência ao artigo 111 e seus parágrafos da Constituição do Estado de Santa Catarina e considerando a Lei Ordinária Municipal nº 4003 de 2010 fica determinado que a publicação de atos que produzam efeitos externos devem obrigatoriamente ter sua publicação no Diário Oficial do Município.

Art. 2º. Esta Instrução Normativa entra em vigor a partir de 5 (cinco) dias da data de sua publicação.

Joaçaba, 09 de Janeiro de 2016.

Dioclésio Ragnini
Prefeito

Augusto Zagonel
Coordenador do Controle Interno

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JOAÇABA PROCESSO SELETIVO N.º 14/2016

Publicação de Anexo Especial - Remuneração dos Cargos

Com o intuito de maximizar o acesso às informações relativas ao certame em tela, adiciona-se ao Edital de Processo Seletivo n.º 14/2016, o valor da remuneração relativa aos cargos oferecidos:

Cargo

Carga Horária Semanal

Remuneração Mensal

Professores

40h

R\$ 2.285,02

Auxiliar de Serviço

40h

R\$ 999,25

Os professores eventualmente contratados para carga horária menor terão vencimentos proporcionais às horas trabalhadas.

Joaçaba/SC, 09 de Janeiro de 2017.

Banca Técnica

NBS Serviços Especializados Eireli

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JOAÇABA PROCESSO SELETIVO N.º 14/2016

Edital de Análise de Requerimentos de Isenções

P R O V I S Ó R I O

Apresentando requerimento de forma tempestiva, os(as) candidatos(as) abaixo tiveram seus requerimentos analisados pela comissão.

Protocolo

Inscrição

Candidato

Cargo

Tipo de Isenção

Parecer

001

515761

RUBIA SIBELIS CHIAMULERA
DUARTE

Professor de Educação Infantil
- HABILITADO

Doador de Sangue

Deferido

002

515616

MAIELI DA SILVA AMORA

Professor de Ensino
Fundamental - Educação Física
- HABILITADO

Doador de Sangue

Deferido

003

521063

NILZA BLOTZ

Professor de Matemática
(Ensino Fundamental do 6º ao
9º ano) - HABILITADO

Doador de Sangue

Deferido

004

522978

NEUSA DE FATIMA GERVASIO

Professor de Educação Infantil
- HABILITADO

Doador de Sangue

Deferido

005

515709

ROSANGELA RIBEIRO BEHERNS
PINTRO

Professor de Educação Infantil
- HABILITADO

Doador de Sangue

Deferido

Fica(m) estabelecido(s) o(s) dia(s) 10/01/2017, para contestação ao indeferimento do pedido de isenção da taxa de inscrição, remetendo os seus argumentos, com o preenchimento do formulário de recurso previsto em edital (Anexo V), e realizar o protocolo deste, por um dos meios previstos no Item 11 do Edital.

Joaçaba/SC, 09 de Janeiro de 2017.

Banca Técnica

NBS Serviços Especializados Eireli

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA 001.17 - PROGRESSÃO JEAN

PORTARIA Nº 001/2017 DE 06 DE JANEIRO DE 2017

"CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL, QUE ESPECIFICA."

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 34, incisos II e XXXIII do Regimento Interno, resolve:

Art. 1º - CONCEDER PROGRESSÃO HORIZONTAL ao Servidor Sr. JEAN CARLOS DA SILVA, de Recepcionista/Secretário – Classe B-IV para Recepcionista/Secretário - Nível B-V, de acordo o art. 26 da Lei Complementar nº 321/2016, bem como processo de avaliação funcional.

Art.2º - Esta Resolução entrará em vigor a partir da publicação, produzindo efeitos retroativos a 1º de janeiro de 2017.

Joaçaba, 06 de janeiro de 2017.
FRANCISCO MOREIRA LOPES
Presidente

CAMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA 002.17 - PROGRESSÃO ADRIANA

PORTARIA Nº 002/2017 DE 06 DE JANEIRO DE 2017

"CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL, QUE ESPECIFICA."

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 34, incisos II e XXXIII do Regimento Interno, resolve:

Art. 1º - CONCEDER PROGRESSÃO HORIZONTAL a Servidora Sra. ADRIANA PANIZZI, Jornalista – Classe B-IV para Jornalista - Classe B-V, de acordo o art. 26 da Lei Complementar nº 321/2016, bem como processo de avaliação funcional.

Art.2º - Esta Resolução entrará em vigor a partir da publicação, produzindo efeitos retroativos a 1º de janeiro de 2017.

Joaçaba, 06 de janeiro de 2017.
FRANCISCO MOREIRA LOPES
Presidente

CAMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA 003.17 - PROGRESSÃO BRUNO

PORTARIA Nº 003/2017 DE 06 DE JANEIRO DE 2017

"CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL, QUE ESPECIFICA."

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 34, incisos II e XXXIII do Regimento Interno, resolve:

Art. 1º - CONCEDER PROGRESSÃO HORIZONTAL o Servidor Sr. BRUNO CIELLO PADILHA, Técnico em Informática – Classe A-II para Técnico em Informática - Classe A-III, de acordo o art. 26 da Lei Complementar nº 321/2016, bem como processo de avaliação funcional.

Art.2º - Esta Resolução entrará em vigor a partir da publicação, produzindo efeitos retroativos a 1º de janeiro de 2017.

Joaçaba, 06 de janeiro de 2017.

FRANCISCO MOREIRA LOPES

Presidente

CAMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

321/2016, bem como processo de avaliação funcional.

Art.2º - Esta Resolução entrará em vigor a partir da publicação, produzindo efeitos retroativos a 1º de janeiro de 2017.

Joaçaba, 06 de janeiro de 2017.

FRANCISCO MOREIRA LOPES

Presidente

CAMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA 004.17 - PROGRESSÃO CRISTIANE

PORTARIA Nº 004/2017 DE 06 DE JANEIRO DE 2017

"CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL, QUE ESPECIFICA."

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 34, incisos II e XXXIII do Regimento Interno, resolve:

Art. 1º - CONCEDER PROGRESSÃO HORIZONTAL a Servidora Sra. CRISTIANE MARIA DENARDI, de Analista de Compras e Licitações – Classe B-IV para Analista de Compras e Licitações - Classe B-V, de acordo o art. 26 da Lei Complementar nº 321/2016, bem como processo de avaliação funcional.

Art.2º - Esta Resolução entrará em vigor a partir da publicação, produzindo efeitos retroativos a 1º de janeiro de 2017.

Joaçaba, 06 de janeiro de 2017.

FRANCISCO MOREIRA LOPES

Presidente

CAMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA 005.17 - PROGRESSÃO MARCIO

PORTARIA Nº 005/2017 DE 06 DE JANEIRO DE 2017

"CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL, QUE ESPECIFICA."

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 34, incisos II e XXXIII do Regimento Interno, resolve:

Art. 1º - CONCEDER PROGRESSÃO HORIZONTAL ao Servidor Sr. MÁRCIO ROBERTO PICCOLI, de Contador – Classe C-V para Contador - Classe C-VI, de acordo o art. 26 da Lei Complementar nº

Laguna

PREFEITURA

PORTARIA Nº 034/2017

PORTARIA RH Nº 034/2017

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014;

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, aos Servidores abaixo relacionados, do dia 02.01.17 a 31.01.2017.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO
Fabiano Silveira	2015/2016
Luis Otávio Pereira	2011/2012

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 02 de Janeiro de 2017.

SILVÂNIA CAPPUA BARBOSA

Secretário Municipal

PORTARIA Nº 038/2017

PORTARIA RH Nº 038/2017

O SECRETÁRIO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014;

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, aos Servidores abaixo relacionados, do dia 02.01.17 a 31.01.2017.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO
Eloisa Piazza Branco	2015/2016
Juliana Birolo Teixeira Fretta	2013/2014

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 02 de Janeiro de 2017.

VALÉRIA OLIVIER ALVES

Secretário Municipal

PORTARIA Nº 039/2017

PORTARIA RH Nº 039/2017

O SECRETÁRIO DE TRANSPORTES, OBRAS, PESCA, DESENVOLVIMENTO RURAL E AQUICULTURA DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014;

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, FERNANDO LOPES JOAQUIM Auxiliar de Serviços Gerais, do dia 02.01.2017 a 31.01.2017, referente ao período aquisitivo 2014/2015.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 02 de Janeiro de 2017.

JONATAN DO NASCIMENTO OVIDIO

Secretário Municipal

PORTARIA Nº030/2017

PORTARIA RH Nº 030/2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

NOMEAR, ARLETE DE SOUZA MARQUES, para exercer o cargo em comissão de Assessor de Gabinete II, AS 4, com lotação no Gabinete do Prefeito, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 02 de Janeiro de 2017.

MAURO VARGAS CANDEMIL

Prefeito Municipal

Lauro Muller

PREFEITURA

DECRETO Nº 021/2017

DECRETO Nº 021/2017.

CONVOCA CANDIDATO APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO REALIZADO PELO MUNICÍPIO

E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a homologação do resultado final do Concurso Público e Processo Seletivo nº 001, 002, 03 e 004, publicado no dia 08 de Junho de 2016 no Diário Oficial dos Municípios;

CONSIDERANDO a necessidade do provimento dos Cargos Públicos Efetivos;

CONSIDERANDO que o ente público dispõe do prazo de 02 (dois) anos para convocação dos candidatos aprovados no certame,

DECRETA:

Art. 1º - Fica CONVOCADO o candidato aprovado no Concurso Público – Edital nº 004/2016, citados abaixo, para comparecer pessoalmente ou por procurador, munido do instrumento de Procuração Pública no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, localizado na Rua Walter Veterlli, nº 239 – Centro, Lauro Müller/SC, a partir da data da publicação pelo período de até 30 (trinta) dias, no horário de 07h00min às 13h00min:

· Cargo: SOLDADOR
- Jailson Padilha dos Santos

Art. 2º - O candidato que não comparecer no dia, hora e local de acordo com a presente convocação, será reclassificado como último candidato da relação homologada dos candidatos classificados, sendo que o candidato será convocado somente por 2 (duas) oportunidades.

Art. 3º - Após a apresentação de toda a documentação, o candidato considerado apto será nomeado e empossado no cargo respectivo através de Portaria, devendo o servidor empossado no cargo público entrar em efetivo exercício na data da nomeação.

Art. 4º - Se o candidato não tomar posse no cargo, a Portaria de Nomeação será revogada, ficando caracterizada a desistência do candidato.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 09 DE JANEIRO DE 2017.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO

Sec. Administração, Fin. e Planej.

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 003/PMLM/2017 - 002/FMS/2017 – 002/HMHL/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE LAURO MULLER

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 003/PMLM/2017 - 002/FMS/2017 – 002/HMHL/2017

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM.

Data e horário da sessão de abertura: 23/01/2016 às 9h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Lauro Muller/SC, situado na Rua Walter Veterlli, 369, Centro, do Município de Lauro Muller - SC.

Objeto: Contratação de empresas do ramo pertinente para fornecimento de forma parcelada, de aditivos e combustíveis, para manter a frota de veículos, máquinas e equipamentos pertencente à Prefeitura Municipal de Lauro Muller, Fundo Municipal de Saúde (Secretarias Municipais) e Hospital Municipal Henrique Lage, durante o exercício de 2017.

Edital: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras e Licitações de Lauro Muller, no horário das 07:00 as 13:00 horas, ou pelos telefones (**48) 3464.3122, ou através do endereço eletrônico compraslicitacaopmlm@gmail.com

Lauro Muller, 09 de Janeiro de 2017.

Pregoeiro

Genivaldo da Silva

Lebon Régis

PREFEITURA

PORTARIA Nº 012 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 012 DE 05 DE JANEIRO DE 2017
CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) ADELITA APARECIDA DA SILVA, Servidor(a) Público(a) Municipal, ocupante do cargo de Professor, com lotação na Secretária de Educação, Cultura e Desporto, FÉRIAS COLETIVAS, no período de 02/01/2017 á 31/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 05 de janeiro de 2017.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

Publicada em 05 de janeiro de 2017 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

MAURICIO PASSOS PINHEIRO

Secretário de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 013 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 013 DE 05 DE JANEIRO DE 2017
CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) ADENILTON CARLIN RIBEIRO, Servidor(a) Público(a) Municipal, ocupante do cargo de Professor, com lotação na Secretária de Educação, Cultura e Desporto, FÉRIAS COLETIVAS, no período de 02/01/2017 á 31/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 05 de janeiro de 2017.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

Publicada em 05 de janeiro de 2017 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

MAURICIO PASSOS PINHEIRO

Secretário de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 014 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 014 DE 05 DE JANEIRO DE 2017
CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012

(Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) ADRIANE DIAS DE ASSUNÇÃO, Servidor(a) Público(a) Municipal, ocupante do cargo de Professor, com lotação na Secretária de Educação, Cultura e Desporto, FÉRIAS COLETIVAS, no período de 02/01/2017 á 31/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 05 de janeiro de 2017.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

Publicada em 05 de janeiro de 2017 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

MAURICIO PASSOS PINHEIRO

Secretário de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 015 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 015 DE 05 DE JANEIRO DE 2017
CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) JAKELINE RIBEIRO MELLO, Servidor(a) Público(a) Municipal, ocupante do cargo de Professor, com lotação na Secretária de Educação, Cultura e Desporto, FÉRIAS COLETIVAS, no período de 02/01/2017 á 31/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 05 de janeiro de 2017.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

Publicada em 05 de janeiro de 2017 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

MAURICIO PASSOS PINHEIRO

Secretário de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 016 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 016 DE 05 DE JANEIRO DE 2017
CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) ANGELA SALETE KOCH, Servidor(a) Público(a) Municipal, ocupante do cargo de Professor, com lotação na Secretária de Educação, Cultura e Desporto,

FÉRIAS COLETIVAS, no período de 02/01/2017 á 31/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 05 de janeiro de 2017.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

Publicada em 05 de janeiro de 2017 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

MAURICIO PASSOS PINHEIRO

Secretário de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 017 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 017 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) ARIANE AVILA DE LIMA SOUZA, Servidor(a) Público(a) Municipal, ocupante do cargo de Professor, com lotação na Secretária de Educação, Cultura e Desporto, FÉRIAS COLETIVAS, no período de 02/01/2017 á 31/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 05 de janeiro de 2017.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

Publicada em 05 de janeiro de 2017 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

MAURICIO PASSOS PINHEIRO

Secretário de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 018 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 018 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) ARLINDA SILMARIA VIEIRA, Servidor(a) Público(a) Municipal, ocupante do cargo de Professor, com lotação na Secretária de Educação, Cultura e Desporto, FÉRIAS COLETIVAS, no período de 02/01/2017 á 31/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 05 de janeiro de 2017.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

Publicada em 05 de janeiro de 2017 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

MAURICIO PASSOS PINHEIRO

Secretário de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 019 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 019 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) CARLA SIMONE CARLIN DO PRADO LIMA, Servidor(a) Público(a) Municipal, ocupante do cargo de Professor, com lotação na Secretária de Educação, Cultura e Desporto, FÉRIAS COLETIVAS, no período de 02/01/2017 á 31/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 05 de janeiro de 2017.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

Publicada em 05 de janeiro de 2017 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

MAURICIO PASSOS PINHEIRO

Secretário de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 020 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 020 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) CLAUDETE APARECIDA DE OLIVEIRA, Servidor(a) Público(a) Municipal, ocupante do cargo de Professor, com lotação na Secretária de Educação, Cultura e Desporto, FÉRIAS COLETIVAS, no período de 02/01/2017 á 31/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 05 de janeiro de 2017.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

Publicada em 05 de janeiro de 2017 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

MAURICIO PASSOS PINHEIRO

Secretário de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 021 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 021 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012

(Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) CRISTIAN PASSOS PINHEIRO, Servidor(a) Público(a) Municipal, ocupante do cargo de Professor, com lotação na Secretária de Educação, Cultura e Desporto, FÉRIAS COLETIVAS, no período de 02/01/2017 á 31/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 05 de janeiro de 2017.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

Publicada em 05 de janeiro de 2017 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

MAURICIO PASSOS PINHEIRO

Secretário de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 022 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 022 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) DIOGO CONSTANTINO, Servidor(a) Público(a) Municipal, ocupante do cargo de Professor, com lotação na Secretária de Educação, Cultura e Desporto, FÉRIAS COLETIVAS, no período de 02/01/2017 á 31/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 05 de janeiro de 2017.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

Publicada em 05 de janeiro de 2017 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

MAURICIO PASSOS PINHEIRO

Secretário de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 023 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 023 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) DONIRIA BORGES PADILHA, Servidor(a) Público(a) Municipal, ocupante do cargo de Professor, com lotação na Secretária de Educação, Cultura e Desporto, FÉRIAS COLETIVAS, no período de 02/01/2017 á 31/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 05 de janeiro de 2017.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

Publicada em 05 de janeiro de 2017 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

MAURICIO PASSOS PINHEIRO

Secretário de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 024 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 024 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) EDENIR FURTADO DER MARAFIGO, Servidor(a) Público(a) Municipal, ocupante do cargo de Professor, com lotação na Secretária de Educação, Cultura e Desporto, FÉRIAS COLETIVAS, no período de 02/01/2017 á 31/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 05 de janeiro de 2017.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

Publicada em 05 de janeiro de 2017 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

MAURICIO PASSOS PINHEIRO

Secretário de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 025 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 025 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) EDINA PIRES DE MORAES MOREIRA, Servidor(a) Público(a) Municipal, ocupante do cargo de Professor, com lotação na Secretária de Educação, Cultura e Desporto, FÉRIAS COLETIVAS, no período de 02/01/2017 á 31/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 05 de janeiro de 2017.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

Publicada em 05 de janeiro de 2017 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

MAURICIO PASSOS PINHEIRO

Secretário de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 026 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 026 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) EDUILDA BORGES PEREIRA, Servidor(a) Público(a) Municipal, ocupante do cargo de Professor, com lotação na Secretária de Educação, Cultura e Desporto, FÉRIAS COLETIVAS, no período de 02/01/2017 á 31/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 05 de janeiro de 2017.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

Publicada em 05 de janeiro de 2017 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

MAURICIO PASSOS PINHEIRO

Secretário de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 027 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 027 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) ELENICE RIBEIRO DA SILVA, Servidor(a) Público(a) Municipal, ocupante do cargo de Professor, com lotação na Secretária de Educação, Cultura e Desporto, FÉRIAS COLETIVAS, no período de 02/01/2017 á 31/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 05 de janeiro de 2017.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

Publicada em 05 de janeiro de 2017 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

MAURICIO PASSOS PINHEIRO

Secretário de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 028 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 028 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) ELIANE SCHEFFMACHER FELIPUS, Servidor(a) Público(a) Municipal, ocupante do cargo de Professor, com lotação na Secretária de Educação, Cultura e Desporto,

FÉRIAS COLETIVAS, no período de 02/01/2017 á 31/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 05 de janeiro de 2017.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

Publicada em 05 de janeiro de 2017 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

MAURICIO PASSOS PINHEIRO

Secretário de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 029 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 029 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) ELIS DENIZE VIDAL, Servidor(a) Público(a) Municipal, ocupante do cargo de Professor, com lotação na Secretária de Educação, Cultura e Desporto, FÉRIAS COLETIVAS, no período de 02/01/2017 á 31/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 05 de janeiro de 2017.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

Publicada em 05 de janeiro de 2017 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

MAURICIO PASSOS PINHEIRO

Secretário de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 030 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 030 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) ELIZABETE DE OLIVEIRA LIMA, Servidor(a) Público(a) Municipal, ocupante do cargo de Professor, com lotação na Secretária de Educação, Cultura e Desporto, FÉRIAS COLETIVAS, no período de 02/01/2017 á 31/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 05 de janeiro de 2017.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

Publicada em 05 de janeiro de 2017 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

MAURICIO PASSOS PINHEIRO
Secretário de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 031 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 031 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) ELIZETE DOS SANTOS RODRIGUES DE MORAES, Servidor(a) Público(a) Municipal, ocupante do cargo de Professor, com lotação na Secretária de Educação, Cultura e Desporto, FÉRIAS COLETIVAS, no período de 02/01/2017 á 31/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 05 de janeiro de 2017.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

Publicada em 05 de janeiro de 2017 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

MAURICIO PASSOS PINHEIRO
Secretário de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 032 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 032 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) ENY APARECIDA TRAMONTINA COFERRI, Servidor(a) Público(a) Municipal, ocupante do cargo de Professor, com lotação na Secretária de Educação, Cultura e Desporto, FÉRIAS COLETIVAS, no período de 02/01/2017 á 31/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 05 de janeiro de 2017.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

Publicada em 05 de janeiro de 2017 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

MAURICIO PASSOS PINHEIRO
Secretário de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 033 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 033 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012

(Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) FRANCIELLE CARNEIRO DE SOUZA, Servidor(a) Público(a) Municipal, ocupante do cargo de Professor, com lotação na Secretária de Educação, Cultura e Desporto, FÉRIAS COLETIVAS, no período de 02/01/2017 á 31/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 05 de janeiro de 2017.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

Publicada em 05 de janeiro de 2017 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

MAURICIO PASSOS PINHEIRO
Secretário de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 034 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 034 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) GEOVANE MACIEL, Servidor(a) Público(a) Municipal, ocupante do cargo de Professor, com lotação na Secretária de Educação, Cultura e Desporto, FÉRIAS COLETIVAS, no período de 02/01/2017 á 31/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 05 de janeiro de 2017.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

Publicada em 05 de janeiro de 2017 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

MAURICIO PASSOS PINHEIRO
Secretário de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 035 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 035 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) GILCEMARA APARECIDA BATISTA SOUZA, Servidor(a) Público(a) Municipal, ocupante do cargo de Professor, com lotação na Secretária de Educação, Cultura e Desporto, FÉRIAS COLETIVAS, no período de 02/01/2017 á 31/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 05 de janeiro de 2017.
DOUGLAS FERNANDO DE MELLO
Prefeito Municipal

Publicada em 05 de janeiro de 2017 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

MAURICIO PASSOS PINHEIRO
Secretário de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 036 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 036 DE 05 DE JANEIRO DE 2017
CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) GILVANE APARECIDA DO PRADO GOETTEN, Servidor(a) Público(a) Municipal, ocupante do cargo de Professor, com lotação na Secretária de Educação, Cultura e Desporto, FÉRIAS COLETIVAS, no período de 02/01/2017 á 31/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 05 de janeiro de 2017.
DOUGLAS FERNANDO DE MELLO
Prefeito Municipal

Publicada em 05 de janeiro de 2017 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

MAURICIO PASSOS PINHEIRO
Secretário de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 037 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 037 DE 05 DE JANEIRO DE 2017
CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) GILVANIA REGINA CAVALHERI, Servidor(a) Público(a) Municipal, ocupante do cargo de Professor, com lotação na Secretária de Educação, Cultura e Desporto, FÉRIAS COLETIVAS, no período de 02/01/2017 á 31/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 05 de janeiro de 2017.
DOUGLAS FERNANDO DE MELLO
Prefeito Municipal

Publicada em 05 de janeiro de 2017 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

MAURICIO PASSOS PINHEIRO
Secretário de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 038 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 038 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) GRACENIR PADILHA DE MARAFIGO, Servidor(a) Público(a) Municipal, ocupante do cargo de Professor, com lotação na Secretária de Educação, Cultura e Desporto, FÉRIAS COLETIVAS, no período de 02/01/2017 á 31/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 05 de janeiro de 2017.
DOUGLAS FERNANDO DE MELLO
Prefeito Municipal

Publicada em 05 de janeiro de 2017 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

MAURICIO PASSOS PINHEIRO
Secretário de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 039 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 039 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) IARA DE FATIMA MOURA, Servidor(a) Público(a) Municipal, ocupante do cargo de Professor, com lotação na Secretária de Educação, Cultura e Desporto, FÉRIAS COLETIVAS, no período de 02/01/2017 á 31/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 05 de janeiro de 2017.
DOUGLAS FERNANDO DE MELLO
Prefeito Municipal

Publicada em 05 de janeiro de 2017 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

MAURICIO PASSOS PINHEIRO
Secretário de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 040 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 040 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) IDILENA APARECIDA GUEDES, Servidor(a) Público(a) Municipal, ocupante do cargo de

Professor, com lotação na Secretária de Educação, Cultura e Desporto, FÉRIAS COLETIVAS, no período de 02/01/2017 á 31/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Lebon Régis, 05 de janeiro de 2017.
DOUGLAS FERNANDO DE MELLO
Prefeito Municipal

Publicada em 05 de janeiro de 2017 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

MAURICIO PASSOS PINHEIRO
Secretário de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 041 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 041 DE 05 DE JANEIRO DE 2017
CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) IVANI TERESINHA MELO XAVIER, Servidor(a) Publico(a) Municipal, ocupante do cargo de Professor, com lotação na Secretária de Educação, Cultura e Desporto, FÉRIAS COLETIVAS, no período de 02/01/2017 á 31/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Lebon Régis, 05 de janeiro de 2017.
DOUGLAS FERNANDO DE MELLO
Prefeito Municipal

Publicada em 05 de janeiro de 2017 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

MAURICIO PASSOS PINHEIRO
Secretário de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 042 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 042 DE 05 DE JANEIRO DE 2017
CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) IVONE CORREIA DOS SANTOS ALVES, Servidor(a) Publico(a) Municipal, ocupante do cargo de Professor, com lotação na Secretária de Educação, Cultura e Desporto, FÉRIAS COLETIVAS, no período de 02/01/2017 á 31/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Lebon Régis, 05 de janeiro de 2017.
DOUGLAS FERNANDO DE MELLO
Prefeito Municipal

Publicada em 05 de janeiro de 2017 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

MAURICIO PASSOS PINHEIRO
Secretário de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 043 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 043 DE 05 DE JANEIRO DE 2017
CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) IVONETE APARECIDA ALVES MOREIRA, Servidor(a) Publico(a) Municipal, ocupante do cargo de Professor, com lotação na Secretária de Educação, Cultura e Desporto, FÉRIAS COLETIVAS, no período de 02/01/2017 á 31/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Lebon Régis, 05 de janeiro de 2017.
DOUGLAS FERNANDO DE MELLO
Prefeito Municipal

Publicada em 05 de janeiro de 2017 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

MAURICIO PASSOS PINHEIRO
Secretário de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 044 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 044 DE 05 DE JANEIRO DE 2017
CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) JACKSON FERNANDO FERREIRA DE ARAUJO, Servidor(a) Publico(a) Municipal, ocupante do cargo de Professor, com lotação na Secretária de Educação, Cultura e Desporto, FÉRIAS COLETIVAS, no período de 02/01/2017 á 31/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Lebon Régis, 05 de janeiro de 2017.
DOUGLAS FERNANDO DE MELLO
Prefeito Municipal

Publicada em 05 de janeiro de 2017 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

MAURICIO PASSOS PINHEIRO
Secretário de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 045 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 045 DE 05 DE JANEIRO DE 2017
CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012

(Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) JANE ROSE KERN MELLO, Servidor(a) Público(a) Municipal, ocupante do cargo de Professor, com lotação na Secretária de Educação, Cultura e Desporto, FÉRIAS COLETIVAS, no período de 02/01/2017 á 31/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 05 de janeiro de 2017.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

Publicada em 05 de janeiro de 2017 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

MAURICIO PASSOS PINHEIRO

Secretário de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 046 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 046 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) JANETE TEREZINHA DE MELLO, Servidor(a) Público(a) Municipal, ocupante do cargo de Professor, com lotação na Secretária de Educação, Cultura e Desporto, FÉRIAS COLETIVAS, no período de 02/01/2017 á 31/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 05 de janeiro de 2017.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

Publicada em 05 de janeiro de 2017 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

MAURICIO PASSOS PINHEIRO

Secretário de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 047 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 047 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) JANETE TOSCANINI BINELLO, Servidor(a) Público(a) Municipal, ocupante do cargo de Professor, com lotação na Secretária de Educação, Cultura e Desporto, FÉRIAS COLETIVAS, no período de 02/01/2017 á 31/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 05 de janeiro de 2017.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

Publicada em 05 de janeiro de 2017 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

MAURICIO PASSOS PINHEIRO

Secretário de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 048 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 048 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) JAQUELINA APARECIDA CAVALHERI BEHRENS, Servidor(a) Público(a) Municipal, ocupante do cargo de Professor, com lotação na Secretária de Educação, Cultura e Desporto, FÉRIAS COLETIVAS, no período de 02/01/2017 á 31/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 05 de janeiro de 2017.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

Publicada em 05 de janeiro de 2017 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

MAURICIO PASSOS PINHEIRO

Secretário de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 049 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 049 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) JEAN CARLOS SILVEIRA, Servidor(a) Público(a) Municipal, ocupante do cargo de Professor, com lotação na Secretária de Educação, Cultura e Desporto, FÉRIAS COLETIVAS, no período de 02/01/2017 á 31/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 05 de janeiro de 2017.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

Publicada em 05 de janeiro de 2017 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

MAURICIO PASSOS PINHEIRO

Secretário de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 050 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 050 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) JOCELI CORDEIRO ALONSO, Servidor(a) Público(a) Municipal, ocupante do cargo de Professor, com lotação na Secretária de Educação, Cultura e Desporto, FÉRIAS COLETIVAS, no período de 02/01/2017 á 31/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 05 de janeiro de 2017.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

Publicada em 05 de janeiro de 2017 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

MAURICIO PASSOS PINHEIRO

Secretário de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 051 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 051 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) JOZIELLY DE SOUZA RIZZO, Servidor(a) Público(a) Municipal, ocupante do cargo de Professor, com lotação na Secretária de Educação, Cultura e Desporto, FÉRIAS COLETIVAS, no período de 02/01/2017 á 31/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 05 de janeiro de 2017.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

Publicada em 05 de janeiro de 2017 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

MAURICIO PASSOS PINHEIRO

Secretário de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 052 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 052 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) JULICE APARECIDA DA SILVA RIZZO, Servidor(a) Público(a) Municipal, ocupante do cargo de Professor, com lotação na Secretária de Educação,

Cultura e Desporto, FÉRIAS COLETIVAS, no período de 02/01/2017 á 31/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 05 de janeiro de 2017.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

Publicada em 05 de janeiro de 2017 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

MAURICIO PASSOS PINHEIRO

Secretário de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 053 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 053 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) KARLA IVANA ZANOTTO, Servidor(a) Público(a) Municipal, ocupante do cargo de Professor, com lotação na Secretária de Educação, Cultura e Desporto, FÉRIAS COLETIVAS, no período de 02/01/2017 á 31/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 05 de janeiro de 2017.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

Publicada em 05 de janeiro de 2017 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

MAURICIO PASSOS PINHEIRO

Secretário de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 054 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 054 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) KATIA DE SOUZA SPAUTZ, Servidor(a) Público(a) Municipal, ocupante do cargo de Professor, com lotação na Secretária de Educação, Cultura e Desporto, FÉRIAS COLETIVAS, no período de 02/01/2017 á 31/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 05 de janeiro de 2017.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

Publicada em 05 de janeiro de 2017 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

MAURICIO PASSOS PINHEIRO
Secretário de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 055 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 055 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) KELI CRISTINA DALPIAZ, Servidor(a) Público(a) Municipal, ocupante do cargo de Professor, com lotação na Secretária de Educação, Cultura e Desporto, FÉRIAS COLETIVAS, no período de 02/01/2017 á 31/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 05 de janeiro de 2017.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

Publicada em 05 de janeiro de 2017 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

MAURICIO PASSOS PINHEIRO
Secretário de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 056 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 056 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) LEILA CARLIN MACHADO, Servidor(a) Público(a) Municipal, ocupante do cargo de Professor, com lotação na Secretária de Educação, Cultura e Desporto, FÉRIAS COLETIVAS, no período de 02/01/2017 á 31/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 05 de janeiro de 2017.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

Publicada em 05 de janeiro de 2017 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

MAURICIO PASSOS PINHEIRO
Secretário de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 057 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 057 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) LEOCIR GEOVANI PERETTI, Servidor(a) Público(a) Municipal, ocupante do cargo de Professor, com lotação na Secretária de Educação, Cultura e Desporto, FÉRIAS COLETIVAS, no período de 02/01/2017 á 31/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 05 de janeiro de 2017.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

Publicada em 05 de janeiro de 2017 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

MAURICIO PASSOS PINHEIRO
Secretário de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 058 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 058 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) LEONIRA RIBEIRO, Servidor(a) Público(a) Municipal, ocupante do cargo de Professor, com lotação na Secretária de Educação, Cultura e Desporto, FÉRIAS COLETIVAS, no período de 02/01/2017 á 31/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 05 de janeiro de 2017.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

Publicada em 05 de janeiro de 2017 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

MAURICIO PASSOS PINHEIRO
Secretário de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 059 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 059 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) LILI FELISBINO COSTA, Servidor(a) Público(a) Municipal, ocupante do cargo de Professor, com lotação na Secretária de Educação, Cultura e Desporto, FÉRIAS COLETIVAS, no período de 02/01/2017 á 31/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 05 de janeiro de 2017.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

Publicada em 05 de janeiro de 2017 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

MAURICIO PASSOS PINHEIRO
Secretário de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 060 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 060 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) MAIRA ZULEICA MACIEL, Servidor(a) Público(a) Municipal, ocupante do cargo de Professor, com lotação na Secretária de Educação, Cultura e Desporto, FÉRIAS COLETIVAS, no período de 02/01/2017 á 31/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 05 de janeiro de 2017.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

Publicada em 05 de janeiro de 2017 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

MAURICIO PASSOS PINHEIRO
Secretário de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 061 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 061 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) MARGARETE GRANEMANN GUESSER, Servidor(a) Público(a) Municipal, ocupante do cargo de Professor, com lotação na Secretária de Educação, Cultura e Desporto, FÉRIAS COLETIVAS, no período de 02/01/2017 á 31/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 05 de janeiro de 2017.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

Publicada em 05 de janeiro de 2017 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

MAURICIO PASSOS PINHEIRO
Secretário de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 062 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 062 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) MARIA APARECIDA FURTADO, Servidor(a) Público(a) Municipal, ocupante do cargo de Professor, com lotação na Secretária de Educação, Cultura e Desporto, FÉRIAS COLETIVAS, no período de 02/01/2017 á 31/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 05 de janeiro de 2017.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

Publicada em 05 de janeiro de 2017 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

MAURICIO PASSOS PINHEIRO
Secretário de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 063 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 063 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) MARIA VATRIN DOS SANTOS, Servidor(a) Público(a) Municipal, ocupante do cargo de Professor, com lotação na Secretária de Educação, Cultura e Desporto, FÉRIAS COLETIVAS, no período de 02/01/2017 á 31/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 05 de janeiro de 2017.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

Publicada em 05 de janeiro de 2017 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

MAURICIO PASSOS PINHEIRO
Secretário de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 064 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 064 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) MARIZA ALVES DE BAIRRO, Servidor(a) Público(a) Municipal, ocupante do cargo de Professor, com lotação na Secretária de Educação, Cultura e Desporto,

FÉRIAS COLETIVAS, no período de 02/01/2017 á 31/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 05 de janeiro de 2017.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

Publicada em 05 de janeiro de 2017 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

MAURICIO PASSOS PINHEIRO

Secretário de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 065 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 065 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) MARLI GROBE BEZ, Servidor(a) Público(a) Municipal, ocupante do cargo de Professor, com lotação na Secretária de Educação, Cultura e Desporto, FÉRIAS COLETIVAS, no período de 02/01/2017 á 31/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 05 de janeiro de 2017.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

Publicada em 05 de janeiro de 2017 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

MAURICIO PASSOS PINHEIRO

Secretário de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 066 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 066 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) MAURITA APARECIDA ABRAO DA SILVA, Servidor(a) Público(a) Municipal, ocupante do cargo de Professor, com lotação na Secretária de Educação, Cultura e Desporto, FÉRIAS COLETIVAS, no período de 02/01/2017 á 31/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 05 de janeiro de 2017.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

Publicada em 05 de janeiro de 2017 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

MAURICIO PASSOS PINHEIRO

Secretário de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 067 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 067 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) NEIDE ALVES DE SOUZA, Servidor(a) Público(a) Municipal, ocupante do cargo de Professor, com lotação na Secretária de Educação, Cultura e Desporto, FÉRIAS COLETIVAS, no período de 02/01/2017 á 31/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 05 de janeiro de 2017.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

Publicada em 05 de janeiro de 2017 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

MAURICIO PASSOS PINHEIRO

Secretário de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 068 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 068 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) NEUSA MARIA BARBOSA DE OLIVEIRA MARINS, Servidor(a) Público(a) Municipal, ocupante do cargo de Professor, com lotação na Secretária de Educação, Cultura e Desporto, FÉRIAS COLETIVAS, no período de 02/01/2017 á 31/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 05 de janeiro de 2017.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

Publicada em 05 de janeiro de 2017 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

MAURICIO PASSOS PINHEIRO

Secretário de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 069 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 069 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) NEUSA DE FATIMA DIAS, Servidor(a) Público(a) Municipal, ocupante do cargo de Professor, com lotação na Secretária de Educação, Cultura e Desporto, FÉRIAS COLETIVAS, no período de 02/01/2017 á 31/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 05 de janeiro de 2017.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

Publicada em 05 de janeiro de 2017 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

MAURICIO PASSOS PINHEIRO

Secretário de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 070 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 070 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) RAQUEL PETRENKO, Servidor(a) Público(a) Municipal, ocupante do cargo de Professor, com lotação na Secretária de Educação, Cultura e Desporto, FÉRIAS COLETIVAS, no período de 02/01/2017 á 31/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 05 de janeiro de 2017.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

Publicada em 05 de janeiro de 2017 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

MAURICIO PASSOS PINHEIRO

Secretário de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 071 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 071 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) RODRIGO JOSÉ DIAS, Servidor(a) Público(a) Municipal, ocupante do cargo de Professor, com lotação na Secretária de Educação, Cultura e Desporto, FÉRIAS COLETIVAS, no período de 02/01/2017 á 31/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 05 de janeiro de 2017.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

Publicada em 05 de janeiro de 2017 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

MAURICIO PASSOS PINHEIRO

Secretário de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 072 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 072 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) RODRIGO MACHADO SORDI, Servidor(a) Público(a) Municipal, ocupante do cargo de Professor, com lotação na Secretária de Educação, Cultura e Desporto, FÉRIAS COLETIVAS, no período de 02/01/2017 á 31/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 05 de janeiro de 2017.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

Publicada em 05 de janeiro de 2017 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

MAURICIO PASSOS PINHEIRO

Secretário de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 073 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 073 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) RODRIGO PIRES DE OLIVEIRA, Servidor(a) Público(a) Municipal, ocupante do cargo de Professor, com lotação na Secretária de Educação, Cultura e Desporto, FÉRIAS COLETIVAS, no período de 02/01/2017 á 31/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 05 de janeiro de 2017.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

Publicada em 05 de janeiro de 2017 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

MAURICIO PASSOS PINHEIRO

Secretário de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 074 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 074 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) RONIEVON WEBBER DE MORAES, Servidor(a) Público(a) Municipal, ocupante do cargo de Professor, com lotação na Secretária de Educação, Cultura e Desporto, FÉRIAS COLETIVAS, no período de 02/01/2017 á 31/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 05 de janeiro de 2017.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

Publicada em 05 de janeiro de 2017 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

MAURICIO PASSOS PINHEIRO

Secretário de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 075 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 075 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) ROSANA MARIA MACHADO DO PRADO ALONSO, Servidor(a) Público(a) Municipal, ocupante do cargo de Professor, com lotação na Secretária de Educação, Cultura e Desporto, FÉRIAS COLETIVAS, no período de 02/01/2017 á 31/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 05 de janeiro de 2017.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

Publicada em 05 de janeiro de 2017 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

MAURICIO PASSOS PINHEIRO

Secretário de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 076 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 076 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) ROSANGELA DA SILVA CORREA SANTOS, Servidor(a) Público(a) Municipal, ocupante do

cargo de Professor, com lotação na Secretária de Educação, Cultura e Desporto, FÉRIAS COLETIVAS, no período de 02/01/2017 á 31/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 05 de janeiro de 2017.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

Publicada em 05 de janeiro de 2017 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

MAURICIO PASSOS PINHEIRO

Secretário de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 077 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 077 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) ROSELI APARECIDA DE LIMA, Servidor(a) Público(a) Municipal, ocupante do cargo de Professor, com lotação na Secretária de Educação, Cultura e Desporto, FÉRIAS COLETIVAS, no período de 02/01/2017 á 31/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 05 de janeiro de 2017.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

Publicada em 05 de janeiro de 2017 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

MAURICIO PASSOS PINHEIRO

Secretário de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 078 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 078 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) ROSELI DE MELLO, Servidor(a) Público(a) Municipal, ocupante do cargo de Professor, com lotação na Secretária de Educação, Cultura e Desporto, FÉRIAS COLETIVAS, no período de 02/01/2017 á 31/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 05 de janeiro de 2017.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

Publicada em 05 de janeiro de 2017 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

MAURICIO PASSOS PINHEIRO
Secretário de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 079 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 079 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) ROSENEL TEREZINHA GRANEMANN DIAS, Servidor(a) Público(a) Municipal, ocupante do cargo de Professor, com lotação na Secretária de Educação, Cultura e Desporto, FÉRIAS COLETIVAS, no período de 02/01/2017 á 31/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 05 de janeiro de 2017.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

Publicada em 05 de janeiro de 2017 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

MAURICIO PASSOS PINHEIRO
Secretário de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 080 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 080 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) ROSENIR RIBEIRO SCHEFFMACHER, Servidor(a) Público(a) Municipal, ocupante do cargo de Professor, com lotação na Secretária de Educação, Cultura e Desporto, FÉRIAS COLETIVAS, no período de 02/01/2017 á 31/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 05 de janeiro de 2017.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

Publicada em 05 de janeiro de 2017 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

MAURICIO PASSOS PINHEIRO
Secretário de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 081 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 081 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) SALETE APARECIDA DIAS, Servidor(a) Público(a) Municipal, ocupante do cargo de Professor, com lotação na Secretária de Educação, Cultura e Desporto, FÉRIAS COLETIVAS, no período de 02/01/2017 á 31/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 05 de janeiro de 2017.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

Publicada em 05 de janeiro de 2017 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

MAURICIO PASSOS PINHEIRO
Secretário de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 082 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 082 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) SANDRA IARA VIDAL, Servidor(a) Público(a) Municipal, ocupante do cargo de Professor, com lotação na Secretária de Educação, Cultura e Desporto, FÉRIAS COLETIVAS, no período de 02/01/2017 á 31/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 05 de janeiro de 2017.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

Publicada em 05 de janeiro de 2017 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

MAURICIO PASSOS PINHEIRO
Secretário de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 083 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 083 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) SELMA BELLI OLIVEIRA FARIAS, Servidor(a) Público(a) Municipal, ocupante do cargo de Professor, com lotação na Secretária de Educação, Cultura e Desporto, FÉRIAS COLETIVAS, no período de 02/01/2017 á 31/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 05 de janeiro de 2017.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

Publicada em 05 de janeiro de 2017 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

MAURICIO PASSOS PINHEIRO
Secretário de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 084 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 084 DE 05 DE JANEIRO DE 2017
CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) SILVANA SCHEFFMACHER CARNEIRO OLIVEIRA, Servidor(a) Público(a) Municipal, ocupante do cargo de Professor, com lotação na Secretária de Educação, Cultura e Desporto, FÉRIAS COLETIVAS, no período de 02/01/2017 á 31/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Lebon Régis, 05 de janeiro de 2017.
DOUGLAS FERNANDO DE MELLO
Prefeito Municipal

Publicada em 05 de janeiro de 2017 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

MAURICIO PASSOS PINHEIRO
Secretário de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 085 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 085 DE 05 DE JANEIRO DE 2017
CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) SIMONE CARLIN TIBES, Servidor(a) Público(a) Municipal, ocupante do cargo de Professor, com lotação na Secretária de Educação, Cultura e Desporto, FÉRIAS COLETIVAS, no período de 02/01/2017 á 31/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Lebon Régis, 05 de janeiro de 2017.
DOUGLAS FERNANDO DE MELLO
Prefeito Municipal

Publicada em 05 de janeiro de 2017 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

MAURICIO PASSOS PINHEIRO
Secretário de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 086 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 086 DE 05 DE JANEIRO DE 2017
CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições

que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) SIMONE DE FATIMA COLAÇO, Servidor(a) Público(a) Municipal, ocupante do cargo de Professor, com lotação na Secretária de Educação, Cultura e Desporto, FÉRIAS COLETIVAS, no período de 02/01/2017 á 31/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Lebon Régis, 05 de janeiro de 2017.
DOUGLAS FERNANDO DE MELLO
Prefeito Municipal

Publicada em 05 de janeiro de 2017 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

MAURICIO PASSOS PINHEIRO
Secretário de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 087 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 087 DE 05 DE JANEIRO DE 2017
CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) SIRLEI PIRES DE MORAES, Servidor(a) Público(a) Municipal, ocupante do cargo de Professor, com lotação na Secretária de Educação, Cultura e Desporto, FÉRIAS COLETIVAS, no período de 02/01/2017 á 31/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Lebon Régis, 05 de janeiro de 2017.
DOUGLAS FERNANDO DE MELLO
Prefeito Municipal

Publicada em 05 de janeiro de 2017 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

MAURICIO PASSOS PINHEIRO
Secretário de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 088 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 088 DE 05 DE JANEIRO DE 2017
CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) SIRLENY DE FATIMA DIAS SAMPAIO, Servidor(a) Público(a) Municipal, ocupante do cargo de Professor, com lotação na Secretária de Educação, Cultura e Desporto, FÉRIAS COLETIVAS, no período de 02/01/2017 á 31/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Lebon Régis, 05 de janeiro de 2017.
DOUGLAS FERNANDO DE MELLO
Prefeito Municipal

Publicada em 05 de janeiro de 2017 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

MAURICIO PASSOS PINHEIRO
Secretário de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 089 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 089 DE 05 DE JANEIRO DE 2017
CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) SUELI VERONEZI THIVES PEPES, Servidor(a) Público(a) Municipal, ocupante do cargo de Professor, com lotação na Secretária de Educação, Cultura e Desporto, FÉRIAS COLETIVAS, no período de 02/01/2017 á 31/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Lebon Régis, 05 de janeiro de 2017.
DOUGLAS FERNANDO DE MELLO
Prefeito Municipal

Publicada em 05 de janeiro de 2017 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

MAURICIO PASSOS PINHEIRO
Secretário de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 090 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 090 DE 05 DE JANEIRO DE 2017
CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) SUELY CAMARGO DA SILVA WEBBER, Servidor(a) Público(a) Municipal, ocupante do cargo de Professor, com lotação na Secretária de Educação, Cultura e Desporto, FÉRIAS COLETIVAS, no período de 02/01/2017 á 31/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Lebon Régis, 05 de janeiro de 2017.
DOUGLAS FERNANDO DE MELLO
Prefeito Municipal

Publicada em 05 de janeiro de 2017 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

MAURICIO PASSOS PINHEIRO
Secretário de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 091 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 091 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) TALITA CIRENE DE MORAES, Servidor(a) Público(a) Municipal, ocupante do cargo de Professor, com lotação na Secretária de Educação, Cultura e Desporto, FÉRIAS COLETIVAS, no período de 02/01/2017 á 31/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Lebon Régis, 05 de janeiro de 2017.
DOUGLAS FERNANDO DE MELLO
Prefeito Municipal

Publicada em 05 de janeiro de 2017 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

MAURICIO PASSOS PINHEIRO
Secretário de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 092 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 092 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) TANIA DE FATIMA MOREIRA, Servidor(a) Público(a) Municipal, ocupante do cargo de Professor, com lotação na Secretária de Educação, Cultura e Desporto, FÉRIAS COLETIVAS, no período de 02/01/2017 á 31/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Lebon Régis, 05 de janeiro de 2017.
DOUGLAS FERNANDO DE MELLO
Prefeito Municipal

Publicada em 05 de janeiro de 2017 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

MAURICIO PASSOS PINHEIRO
Secretário de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 093 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 093 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) TATIANE RAMOS, Servidor(a) Público(a) Municipal, ocupante do cargo de Professor, com lotação na Secretária de Educação, Cultura e Desporto, FÉRIAS

COLETIVAS, no período de 02/01/2017 á 31/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 05 de janeiro de 2017.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

Publicada em 05 de janeiro de 2017 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

MAURICIO PASSOS PINHEIRO

Secretário de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 094 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 094 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) VERA IONE TRIZOTTO ANTUNES, Servidor(a) Público(a) Municipal, ocupante do cargo de Professor, com lotação na Secretária de Educação, Cultura e Desporto, FÉRIAS COLETIVAS, no período de 02/01/2017 á 31/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 05 de janeiro de 2017.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

Publicada em 05 de janeiro de 2017 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

MAURICIO PASSOS PINHEIRO

Secretário de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 095 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 095 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) VERA LUCIA SCHEREGELE NOGUEIRA, Servidor(a) Público(a) Municipal, ocupante do cargo de Professor, com lotação na Secretária de Educação, Cultura e Desporto, FÉRIAS COLETIVAS, no período de 02/01/2017 á 31/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 05 de janeiro de 2017.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

Publicada em 05 de janeiro de 2017 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

MAURICIO PASSOS PINHEIRO

Secretário de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 096 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 096 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) VERALUCI OLIVEIRA RAMOS DE LIMA, Servidor(a) Público(a) Municipal, ocupante do cargo de Professor, com lotação na Secretária de Educação, Cultura e Desporto, FÉRIAS COLETIVAS, no período de 02/01/2017 á 31/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 05 de janeiro de 2017.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

Publicada em 05 de janeiro de 2017 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

MAURICIO PASSOS PINHEIRO

Secretário de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 097 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 097 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) ZENEIDE CARLIN TIBES FARIAS, Servidor(a) Público(a) Municipal, ocupante do cargo de Professor, com lotação na Secretária de Educação, Cultura e Desporto, FÉRIAS COLETIVAS, no período de 02/01/2017 á 31/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 05 de janeiro de 2017.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

Publicada em 05 de janeiro de 2017 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

MAURICIO PASSOS PINHEIRO

Secretário de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 098 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 098 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) ZENILDA DAS GRAÇAS WILLIMANN RIBEIRO, Servidor(a) Público(a) Municipal, ocupante do cargo de Professor, com lotação na Secretária de Educação, Cultura e Desporto, FÉRIAS COLETIVAS, no período de 02/01/2017 á 31/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 05 de janeiro de 2017.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

Publicada em 05 de janeiro de 2017 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

MAURICIO PASSOS PINHEIRO

Secretário de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 099 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 099 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) ZENITA ALVES DOS SANTOS, Servidor(a) Público(a) Municipal, ocupante do cargo de Professor, com lotação na Secretária de Educação, Cultura e Desporto, FÉRIAS COLETIVAS, no período de 02/01/2017 á 31/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 05 de janeiro de 2017.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

Publicada em 05 de janeiro de 2017 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

MAURICIO PASSOS PINHEIRO

Secretário de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 100 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 100 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) ZILA DA SILVA CAVALHEIRO MOHR, Servidor(a) Público(a) Municipal, ocupante do cargo de Professor, com lotação na Secretária de Educação, Cultura e Desporto, FÉRIAS COLETIVAS, no período de 02/01/2017 á 31/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 05 de janeiro de 2017.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

Publicada em 05 de janeiro de 2017 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

MAURICIO PASSOS PINHEIRO

Secretário de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 101 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 101 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) ZINITA GONÇALVES DA SILVA, Servidor(a) Público(a) Municipal, ocupante do cargo de Professor, com lotação na Secretária de Educação, Cultura e Desporto, FÉRIAS COLETIVAS, no período de 02/01/2017 á 31/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 05 de janeiro de 2017.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

Publicada em 05 de janeiro de 2017 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

MAURICIO PASSOS PINHEIRO

Secretário de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 102 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 102 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) ANA LUCIA DA SILVA CÉSAR, Servidor(a) Público(a) Municipal, ocupante do cargo de Servente de Serviços Internos, com lotação na Secretária de Educação, Cultura e Desporto, FÉRIAS COLETIVAS, no período de 02/01/2017 á 31/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 05 de janeiro de 2017.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

Publicada em 05 de janeiro de 2017 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

MAURICIO PASSOS PINHEIRO

Secretário de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 103 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 103 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) BERENICE DE SOUZA, Servidor(a) Público(a) Municipal, ocupante do cargo de Servente de Serviços Internos, com lotação na Secretária de Educação, Cultura e Desporto, FÉRIAS COLETIVAS, no período de 02/01/2017 à 31/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 05 de janeiro de 2017.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

Publicada em 05 de janeiro de 2017 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

MAURICIO PASSOS PINHEIRO

Secretário de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 104 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 104 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) IRACIMERI PRESTES PEPES, Servidor(a) Público(a) Municipal, ocupante do cargo de Servente de Serviços Internos, com lotação na Secretária de Educação, Cultura e Desporto, FÉRIAS COLETIVAS, no período de 02/01/2017 à 31/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 05 de janeiro de 2017.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

Publicada em 05 de janeiro de 2017 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

MAURICIO PASSOS PINHEIRO

Secretário de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 105 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 105 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) IRES PEREIRA DE

MARAFIGO, Servidor(a) Público(a) Municipal, ocupante do cargo de Servente de Serviços Internos, com lotação na Secretária de Educação, Cultura e Desporto, FÉRIAS COLETIVAS, no período de 02/01/2017 à 31/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 05 de janeiro de 2017.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

Publicada em 05 de janeiro de 2017 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

MAURICIO PASSOS PINHEIRO

Secretário de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 106 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 106 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) JUCILEI BINELLO, Servidor(a) Público(a) Municipal, ocupante do cargo de Servente de Serviços Internos, com lotação na Secretária de Educação, Cultura e Desporto, FÉRIAS COLETIVAS, no período de 02/01/2017 à 31/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 05 de janeiro de 2017.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

Publicada em 05 de janeiro de 2017 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

MAURICIO PASSOS PINHEIRO

Secretário de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 107 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 107 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) LUCIMARI APARECIDA KREPEL MELO, Servidor(a) Público(a) Municipal, ocupante do cargo de Servente de Serviços Internos, com lotação na Secretária de Educação, Cultura e Desporto, FÉRIAS COLETIVAS, no período de 02/01/2017 à 31/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 05 de janeiro de 2017.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

Publicada em 05 de janeiro de 2017 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

MAURICIO PASSOS PINHEIRO
Secretário de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 108 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 108 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) MARCIA APARECIDA RIBEIRO, Servidor(a) Público(a) Municipal, ocupante do cargo de Servente de Serviços Internos, com lotação na Secretária de Educação, Cultura e Desporto, FÉRIAS COLETIVAS, no período de 02/01/2017 á 31/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 05 de janeiro de 2017.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

Publicada em 05 de janeiro de 2017 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

MAURICIO PASSOS PINHEIRO
Secretário de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 109 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 109 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) MARELI PIRES DE MORAES ROCHA, Servidor(a) Público(a) Municipal, ocupante do cargo de Servente de Serviços Internos, com lotação na Secretária de Educação, Cultura e Desporto, FÉRIAS COLETIVAS, no período de 02/01/2017 á 31/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 05 de janeiro de 2017.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

Publicada em 05 de janeiro de 2017 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

MAURICIO PASSOS PINHEIRO
Secretário de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 110 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 110 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) MARGARIDA DIAS DE SOUZA, Servidor(a) Público(a) Municipal, ocupante do cargo de Servente de Serviços Internos, com lotação na Secretária de Educação, Cultura e Desporto, FÉRIAS COLETIVAS, no período de 02/01/2017 á 31/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 05 de janeiro de 2017.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

Publicada em 05 de janeiro de 2017 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

MAURICIO PASSOS PINHEIRO
Secretário de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 111 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 111 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) MARIA RITA DANIEL, Servidor(a) Público(a) Municipal, ocupante do cargo de Servente de Serviços Internos, com lotação na Secretária de Educação, Cultura e Desporto, FÉRIAS COLETIVAS, no período de 02/01/2017 á 31/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 05 de janeiro de 2017.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

Publicada em 05 de janeiro de 2017 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

MAURICIO PASSOS PINHEIRO
Secretário de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 112 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 112 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) MARLENA MARIA KLUG,

Servidor(a) Público(a) Municipal, ocupante do cargo de Servente de Serviços Internos, com lotação na Secretária de Educação, Cultura e Desporto, FÉRIAS COLETIVAS, no período de 02/01/2017 à 31/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Lebon Régis, 05 de janeiro de 2017.
DOUGLAS FERNANDO DE MELLO
Prefeito Municipal

Publicada em 05 de janeiro de 2017 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

MAURICIO PASSOS PINHEIRO
Secretário de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 113 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 113 DE 05 DE JANEIRO DE 2017
CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS A FUNCIONÁRIO
O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) ROSANA THIBES PERETTI, Servidor(a) Público(a) Municipal, ocupante do cargo de Servente de Serviços Internos, com lotação na Secretária de Educação, Cultura e Desporto, FÉRIAS COLETIVAS, no período de 02/01/2017 à 31/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Lebon Régis, 05 de janeiro de 2017.
DOUGLAS FERNANDO DE MELLO
Prefeito Municipal

Publicada em 05 de janeiro de 2017 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

MAURICIO PASSOS PINHEIRO
Secretário de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 114 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 114 DE 05 DE JANEIRO DE 2017
CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS A FUNCIONÁRIO
O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) ZILDA APARECIDA ALVES DE OLIVEIRA MAIBERG, Servidor(a) Público(a) Municipal, ocupante do cargo de Servente de Serviços Internos, com lotação na Secretária de Educação, Cultura e Desporto, FÉRIAS COLETIVAS, no período de 02/01/2017 à 31/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Lebon Régis, 05 de janeiro de 2017.
DOUGLAS FERNANDO DE MELLO
Prefeito Municipal

Publicada em 05 de janeiro de 2017 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

MAURICIO PASSOS PINHEIRO
Secretário de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 115 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 115 DE 05 DE JANEIRO DE 2017
CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS A FUNCIONÁRIO
O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) CLAUDIA ROSANE FERNANDES, Servidor(a) Público(a) Municipal, ocupante do cargo de Escriturário, com lotação na Secretária de Educação, Cultura e Desporto, FÉRIAS COLETIVAS, no período de 02/01/2017 à 31/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Lebon Régis, 05 de janeiro de 2017.
DOUGLAS FERNANDO DE MELLO
Prefeito Municipal

Publicada em 05 de janeiro de 2017 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

MAURICIO PASSOS PINHEIRO
Secretário de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 116 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 116 DE 05 DE JANEIRO DE 2017
CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS A FUNCIONÁRIO
O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) ELIANE BORGES DOS SANTOS, Servidor(a) Público(a) Municipal, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, com lotação na Secretária de Educação, Cultura e Desporto, FÉRIAS COLETIVAS, no período de 02/01/2017 à 31/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Lebon Régis, 05 de janeiro de 2017.
DOUGLAS FERNANDO DE MELLO
Prefeito Municipal

Publicada em 05 de janeiro de 2017 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

MAURICIO PASSOS PINHEIRO
Secretário de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 117 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 117 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) INAMIR RIBEIRO PEREIRA, Servidor(a) Público(a) Municipal, ocupante do cargo de Assistente de Creche, com lotação na Secretária de Educação, Cultura e Desporto, FÉRIAS COLETIVAS, no período de 02/01/2017 à 31/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 05 de janeiro de 2017.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

Publicada em 05 de janeiro de 2017 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

MAURICIO PASSOS PINHEIRO

Secretário de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 118 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 118 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) TEREZINHA FATIMA SCHMIDT, Servidor(a) Público(a) Municipal, ocupante do cargo de Assistente de Creche, com lotação na Secretária de Educação, Cultura e Desporto, FÉRIAS COLETIVAS, no período de 02/01/2017 à 31/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 05 de janeiro de 2017.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

Publicada em 05 de janeiro de 2017 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

MAURICIO PASSOS PINHEIRO

Secretário de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 119 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 119 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) ADRIANO MORAES DA

SILVA, Servidor(a) Público(a) Municipal, ocupante do cargo de Motorista de Veículo Escolar, com lotação na Secretária de Educação, Cultura e Desporto, FÉRIAS COLETIVAS, no período de 02/01/2017 à 31/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 05 de janeiro de 2017.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

Publicada em 05 de janeiro de 2017 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

MAURICIO PASSOS PINHEIRO

Secretário de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 120 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 120 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) JOSE ADEMIR CORREA SUBTIL, Servidor(a) Público(a) Municipal, ocupante do cargo de Motorista de Veículo Escolar, com lotação na Secretária de Educação, Cultura e Desporto, FÉRIAS COLETIVAS, no período de 02/01/2017 à 31/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 05 de janeiro de 2017.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

Publicada em 05 de janeiro de 2017 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

MAURICIO PASSOS PINHEIRO

Secretário de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 121 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 121 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) LUIZ ANTONIO FERREIRA, Servidor(a) Público(a) Municipal, ocupante do cargo de Motorista de Veículo Escolar, com lotação na Secretária de Educação, Cultura e Desporto, FÉRIAS COLETIVAS, no período de 02/01/2017 à 31/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 05 de janeiro de 2017.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

Publicada em 05 de janeiro de 2017 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

MAURICIO PASSOS PINHEIRO
Secretário de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 122 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 122 DE 05 DE JANEIRO DE 2017
CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) NILTON ALVES DOS SANTOS, Servidor(a) Público(a) Municipal, ocupante do cargo de Motorista de Veículo Escolar, com lotação na Secretária de Educação, Cultura e Desporto, FÉRIAS COLETIVAS, no período de 02/01/2017 à 31/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Lebon Régis, 05 de janeiro de 2017.
DOUGLAS FERNANDO DE MELLO
Prefeito Municipal

Publicada em 05 de janeiro de 2017 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

MAURICIO PASSOS PINHEIRO
Secretário de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 123 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 123 DE 05 DE JANEIRO DE 2017
CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) ODAIR JOSE SOARES TERCENIO, Servidor(a) Público(a) Municipal, ocupante do cargo de Motorista de Veículo Escolar, com lotação na Secretária de Educação, Cultura e Desporto, FÉRIAS COLETIVAS, no período de 02/01/2017 à 31/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Lebon Régis, 05 de janeiro de 2017.
DOUGLAS FERNANDO DE MELLO
Prefeito Municipal

Publicada em 05 de janeiro de 2017 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

MAURICIO PASSOS PINHEIRO
Secretário de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 124 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 124 DE 05 DE JANEIRO DE 2017
CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) RENI ANTONIO MAFIOLETE, Servidor(a) Público(a) Municipal, ocupante do cargo de Motorista de Veículo Escolar, com lotação na Secretária de Educação, Cultura e Desporto, FÉRIAS COLETIVAS, no período de 02/01/2017 à 31/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Lebon Régis, 05 de janeiro de 2017.
DOUGLAS FERNANDO DE MELLO
Prefeito Municipal

Publicada em 05 de janeiro de 2017 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

MAURICIO PASSOS PINHEIRO
Secretário de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 125 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 125 DE 05 DE JANEIRO DE 2017
CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) WILSON GRANEMANN DE MELLO, Servidor(a) Público(a) Municipal, ocupante do cargo de Motorista de Veículo Escolar, com lotação na Secretária de Educação, Cultura e Desporto, FÉRIAS COLETIVAS, no período de 02/01/2017 à 31/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Lebon Régis, 05 de janeiro de 2017.
DOUGLAS FERNANDO DE MELLO
Prefeito Municipal

Publicada em 05 de janeiro de 2017 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

MAURICIO PASSOS PINHEIRO
Secretário de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 126 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 126 DE 05 DE JANEIRO DE 2017
CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) SIDNEI DE SOUZA FARIAS,

Servidor(a) Público(a) Municipal, ocupante do cargo de Motorista, com lotação na Secretária de Educação, Cultura e Desporto, FÉRIAS COLETIVAS, no período de 02/01/2017 á 31/01/2017.

Publicada em 05 de janeiro de 2017 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

MAURICIO PASSOS PINHEIRO
Secretário de Adm. E Finanças

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Lebon Régis, 05 de janeiro de 2017.
DOUGLAS FERNANDO DE MELLO
Prefeito Municipal

Publicada em 05 de janeiro de 2017 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

MAURICIO PASSOS PINHEIRO
Secretário de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 127 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 127 DE 05 DE JANEIRO DE 2017
CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) MARIZETE FERREIRA, Servidor(a) Público(a) Municipal, ocupante do cargo de Servente de Serviços Internos, com lotação na Secretária de Educação, Cultura e Desporto, FÉRIAS COLETIVAS, no período de 02/01/2017 á 31/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Lebon Régis, 05 de janeiro de 2017.
DOUGLAS FERNANDO DE MELLO
Prefeito Municipal

Publicada em 05 de janeiro de 2017 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

MAURICIO PASSOS PINHEIRO
Secretário de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 128 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 128 DE 05 DE JANEIRO DE 2017
CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) VERACI CATARINA BRITO, Servidor(a) Público(a) Municipal, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, com lotação na Secretária de Educação, Cultura e Desporto, FÉRIAS COLETIVAS, no período de 02/01/2017 á 31/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Lebon Régis, 05 de janeiro de 2017.
DOUGLAS FERNANDO DE MELLO
Prefeito Municipal

Leoberto Leal

PREFEITURA

CONTRATO Nº 001/2017 - FMS

CONTRATO Nº 001/2017 - FMS

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE ÓLEO DIESEL COMUM E ÓLEO DIESEL S10, QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LEOBERTO LEAL/SC E A EMPRESA RUDIPEL RUDNICK PETRÓLEO LTDA.

O MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LEOBERTO LEAL - SC, pessoa jurídica de direito público, sito na Rua Mainolvo Lehmkuhl, nº 20, Bairro Centro, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob o nº 82.924.390/0001-50, neste ato representado pela Secretária Municipal da Saúde Senhorita Roberta Otto, a seguir denominado CONTRATANTE, e a Empresa RUDIPEL RUDNICK PETRÓLEO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, sito na Rua Marcionilo dos Santos, nº 1426, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº 75.415.075/0002-13, neste ato representada pelo Senhor Aguinaldo Moraes Tavares, a seguir denominada CONTRATADA, acordam e ajustam firmar o presente CONTRATO, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações e legislações pertinentes, assim como pelas condições no Edital de Pregão Presencial nº 018/2016, e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO.

1 - Aquisição parcelada de até 25.000 (vinte e cinco mil) litros de óleo diesel comum, e até 15.000 (quinze mil) litros de óleo diesel S10, conforme as necessidades, mediante entrega na garagem da Prefeitura do Lote 01 – óleo diesel comum e óleo diesel S10. A Empresa vencedora que entregar o combustível na Garagem (óleo diesel comum e óleo diesel S10), deverá instalar, por sua conta, um Tanque bipartido com Reservatório com capacidade máxima total de 13.000 litros, com os compartimentos de 8.000 litros e de 5.000 litros, bomba, filtro e bacia de contenção, providenciando as devidas regularizações junto aos órgãos competentes, bem como a manutenção destes equipamentos durante a vigência do contrato.

1.1 - A Contratada declara possuir condições de executar e concluir o objeto deste Contrato dentro das normas técnicas, com qualidade e segurança.

Parágrafo Único: Integra e completa o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições expressas no Edital de Pregão Presencial nº 018/2016, juntamente com seus anexos e a proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA – VALOR CONTRATUAL.

Pela execução do objeto ora contratado, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor de até R\$ 112.700,00 (cento e doze mil e setecentos reais).

CLÁUSULA TERCEIRA – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO.

Os pagamentos serão realizados em até 30 (trinta) dias após recebimento do produto, mediante a apresentação da Nota Fiscal do período, devidamente certificada pelo Setor de Licitações e Compras.

CLÁUSULA QUARTA – RECURSO FINANCEIRO.

As despesas decorrentes do presente Contrato serão efetuadas à conta do seguinte recurso financeiro:

Núcleo de Apoio à Saúde da Família – NASF Estado – 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0064.000076 - Atenção Básica

Núcleo de Apoio à Saúde da Família – NASF União – 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0064.000043 - Atenção Básica

Vigilância em Saúde – Comp. Vigil. Sanitária - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0066.000039 - Vigilância em Saúde

Vigilância em Saúde – Comp. Vigil. Epid. e Amb. em Saúde - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0066.000031 - Vigilância em Saúde

CLÁUSULA QUINTA – REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO.

Os contratantes têm direito ao equilíbrio econômico financeiro do contratado procedendo-se a revisão do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra variação de preços do combustível determinado pela Petrobrás ou órgão regulador, que seja imprevisível ou previsível, porém com conseqüências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

§ 1º A contratada, quando for o caso, deverá formular à Administração requerimento para revisão do contratado, comprovando a ocorrência de aumento de preços;

I- A comprovação será feita através de documentos, tais como lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas,

de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão do contrato;

II- Junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilhas de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão do contrato, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado;

III- A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, procederá à revisão do Contrato, de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

§ 2º Independente da solicitação, a Administração poderá convocar a contratada para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços do combustível no mercado.

§ 3º As alterações decorrentes da revisão dos preços serão formalizadas através de Aditivos ao Contrato.

CLÁUSULA SEXTA – PRAZO.

O prazo para a execução do contrato será a partir de 02 de janeiro de 2017, pelo período de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA SÉTIMA – DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES.

Constituem direitos do CONTRATANTE, receber o objeto desse Contrato nas condições avençadas e da CONTRATADA perceber o valor ajustado na forma e no prazo convencionados.

Parágrafo Primeiro – constituem obrigações do CONTRATANTE:

- a) efetuar o pagamento ajustado e,
- b) dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do Contrato.

Parágrafo Segundo – Constituem obrigações da CONTRATADA:

- a) executar o objeto do contrato na forma ajustada;
- b) atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do presente Contrato;
- c) manter durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- d) apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do Contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;
- e) responsabilizar-se por danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do presente Contrato;
- f) A fornecedora do item óleo diesel deverá manter apólice de seguros dando cobertura a eventuais danos ao Meio Ambiente por derrame de Óleo Diesel no transporte e no armazenamento. O seguro deve cobrir, entre outros danos: limpeza, remoção e reconstituição da área contaminada, destinação final do resíduo e contratação de empresas especializadas na recuperação dos danos ambientais.

CLÁUSULA OITAVA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO CONTRATUAL.

Em caso de atraso injustificado no cumprimento do objeto do contrato, será aplicada à CONTRATADA multa moratória de valor equivalente a 0,33% sobre o valor total em atraso, por dia útil excedente ao respectivo prazo, limitada a 20% do valor total da etapa em atraso.

Parágrafo Primeiro – Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as sanções previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93; sendo que em caso de multa esta corresponderá a 20% sobre o valor total do Contrato.

CLÁUSULA NONA – RESCISÃO.

O presente Contrato poderá ser rescindido caso ocorram quaisquer dos fatos elencados no art. 78 e seguintes da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.

O presente Instrumento Contratual rege-se pelas disposições expressas na Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e pelos preceitos de direito público, aplicando-se supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA – CASOS OMISSOS.

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 8.666/93, e dos princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA – FORO.

Fica eleito o foro da Comarca de Ituporanga para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente contrato.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – PUBLICAÇÃO - Este Contrato entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à

publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 02 de janeiro de 2017.

ROBERTA OTTO
Secretária Municipal da Saúde
Contratante

AGUINALDO MORAES TAVARES
RUDIPEL RUDNICK PETRÓLEO LTDA
Contratada

Testemunhas:

SILVÂNIA CAPISTRANO LOPES
CPF/MF nº 017.410.949-09

JAQUELINE R. GUCHERT HOFFMANN
CPF/MF nº 005.166.179-90

CONTRATO Nº 002/2017 - FMS

CONTRATO Nº 002/2017 – FMS

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GASOLINA COMUM, QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LEOBERTO LEAL/SC E A EMPRESA AUTO POSTO CAMILO LTDA.

O MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LEOBERTO LEAL - SC, pessoa jurídica de direito público, sito na Rua Mainolvo Lehmkuhl, nº 20, Bairro Centro, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob o nº 82.924.390/0001-50, neste ato representado pela Secretária Municipal da Saúde Senhorita Roberta Otto, a seguir denominado CONTRATANTE, e a Empresa AUTO POSTO CAMILO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, sita na Rua Ângelo Silva, nº 317, Município de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº 05.385.866/0001-81, neste ato representada pelo Senhor Abelardo Camilo da Cunha, a seguir denominada CONTRATADA, acordam e ajustam firmar o presente CONTRATO, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações e legislações pertinentes, assim como pelas condições no Edital de Pregão Presencial nº 018/2016, e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO.

1 - Aquisição parcelada de até 40.000 (quarenta mil) litros de gasolina comum, conforme as necessidades. Lote 02 – gasolina comum - deverá ser fornecida diretamente da bomba registradora do fornecedor.

1.1 - A Contratada declara possuir condições de executar e concluir o objeto deste Contrato dentro das normas técnicas, com qualidade e segurança.

Parágrafo Único: Integra e completa o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições expressas no Edital de Pregão Presencial nº 018/2016, juntamente com seus anexos e a proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA – VALOR CONTRATUAL.

Pela execução do objeto ora contratado, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor de até R\$ 142.000,00 (cento e quarenta e dois mil reais).

CLÁUSULA TERCEIRA – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO.

Os pagamentos serão realizados em até 30 (trinta) dias após recebimento do produto, mediante a apresentação da Nota Fiscal do período, devidamente certificada pelo Setor de Licitações e Compras.

CLÁUSULA QUARTA – RECURSO FINANCEIRO.

As despesas decorrentes do presente Contrato serão efetuadas à conta do seguinte recurso financeiro:

Núcleo de Apoio à Saúde da Família – NASF Estado – 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0064.000076 - Atenção Básica

Núcleo de Apoio à Saúde da Família – NASF União – 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0064.000043 - Atenção Básica

Vigilância em Saúde – Comp. Vigil. Sanitária - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0066.000039 - Vigilância em Saúde

Vigilância em Saúde – Comp. Vigil. Epid. e Amb. em Saúde - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0066.000031 - Vigilância em Saúde

CLÁUSULA QUINTA – REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO.

Os contratantes têm direito ao equilíbrio econômico financeiro do contratado procedendo-se a revisão do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra variação de preços do combustível determinado pela Petrobrás ou órgão regulador, que seja imprevisível ou previsível, porém

com conseqüências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

§ 1º A contratada, quando for o caso, deverá formular à Administração requerimento para revisão do contratado, comprovando a ocorrência de aumento de preços;

I- A comprovação será feita através de documentos, tais como lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão do contrato;

II- Junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilhas de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão do contrato, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado;

III- A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, procederá à revisão do Contrato, de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

§ 2º Independente da solicitação, a Administração poderá convocar a contratada para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços do combustível no mercado.

§ 3º As alterações decorrentes da revisão dos preços serão formalizadas através de Aditivos ao Contrato.

CLÁUSULA SEXTA – PRAZO.

O prazo para a execução do contrato será a partir de 02 de janeiro de 2017, pelo período de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA SÉTIMA – DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES.

Constituem direitos do CONTRATANTE, receber o objeto desse Contrato nas condições avençadas e da CONTRATADA perceber o valor ajustado na forma e no prazo convencionados.

Parágrafo Primeiro – constituem obrigações do CONTRATANTE:

- a) efetuar o pagamento ajustado e,
- b) dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do Contrato.

Parágrafo Segundo – Constituem obrigações da CONTRATADA:

- a) executar o objeto do contrato na forma ajustada;
- b) atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do presente Contrato;
- c) manter durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- d) apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do Contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;
- e) responsabilizar-se por danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do presente Contrato;
- f) A fornecedora do item óleo diesel deverá manter apólice de seguros dando cobertura a eventuais danos ao Meio Ambiente por derrame de Óleo Diesel no transporte e no armazenamento. O seguro deve cobrir, entre outros danos: limpeza, remoção e reconstituição da área contaminada, destinação final do resíduo e contratação de empresas especializadas na recuperação dos danos ambientais.

CLÁUSULA OITAVA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO CONTRATUAL.

Em caso de atraso injustificado no cumprimento do objeto do contrato, será aplicada à CONTRATADA multa moratória de valor equivalente a 0,33% sobre o valor total em atraso, por dia útil excedente ao respectivo prazo, limitada a 20% do valor total da etapa em atraso.

Parágrafo Primeiro – Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as sanções previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93; sendo que em caso de multa esta corresponderá a 20% sobre o valor total do Contrato.

CLÁUSULA NONA – RESCISÃO.

O presente Contrato poderá ser rescindido caso ocorram quaisquer dos fatos elencados no art. 78 e seguintes da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.

O presente Instrumento Contratual rege-se pelas disposições expressas na Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e pelos preceitos de direito público, aplicando-se supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA – CASOS OMISSOS.

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 8.666/93, e dos princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA – FORO.

Fica eleito o foro da Comarca de Ituporanga para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente contrato.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – PUBLICAÇÃO - Este Contrato entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 02 de janeiro de 2017.

ROBERTA OTTO Secretária Municipal da Saúde Contratante	ABELARDO CAMILO DA CUNHA AUTO POSTO CAMILO LTDA Contratada
--	--

Testemunhas:

SILVÂNIA CAPISTRANO LOPES CPF/MF nº 017.410.949-09	JAQUELINE R. GUCHERT HOFFMANN CPF/MF nº 005.166.179-90
---	---

CONTRATO Nº 003/2017 - FMS

CONTRATO Nº 003/2017

Contrato de Prestação de Serviços de Telecomunicações para a Unidade Básica de Saúde Santa Paulina.

O MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, Estado de Santa Catarina, com endereço na Rua Mainolvo Lehmkuhl, nº 20, inscrito no CNPJ sob o nº 82.924.390/0001-50, neste ato representado pela Secretária Municipal da Saúde, a Senhorita Roberta Otto, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e a Empresa CDI TELECOM LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua Leoberto Leal, nº 69, Bairro Centro, Município de Angelina, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº 08.584.873/0001-09, neste ato representada por sua sócia a Senhora Valéria Clarice Braun Otto, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei nº 8.666, de 21/06/93 e às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO. O presente contrato tem por objeto, a Prestação de Serviços de Telecomunicações para a Unidade Básica de Saúde Santa Paulina no Centro do Município, que serão executados os seguintes serviços:

I – Instalação dos equipamentos necessários para fruição dos serviços de internet e voip;

II – Disponibilização e manutenção da transmissão de dados, Plano 2 (dois) Mega, com velocidade de downloads/uploads de 1000 (mil) kbps.

Parágrafo único. A instalação dos equipamentos será realizada em até 5 (cinco) dias, contados da assinatura deste contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS. Fica sob responsabilidade da CONTRATADA:

I – Executar os serviços ao fiel cumprimento do objeto proposto neste contrato;

II – Executar os serviços com zelo e esmero, dentro das normas e condições aqui prescritas;

III - Corrigir possíveis erros de funcionamento dos serviços disponibilizados na transmissão dos dados;

IV – Prestar atendimento, sem ônus para a CONTRATANTE, desde que em dias úteis e no horário comercial, para dirimir dúvidas ou solucionar problemas quanto falhas na transmissão que impossibilitem sua utilização;

V – Dar garantia dos equipamentos e outros dispositivos instalados no período mínimo de 6 (seis) meses;

Parágrafo único. As visitas de assistência técnica ou manutenção técnica em computadores não estão previstas neste contrato. Caso seja necessário deverão ser previamente consultado com a CONTRATADA sob a cobrança adicional dos serviços.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO. Este contrato terá início na data de sua assinatura e término em 31/12/2017. Podendo ser prorrogado de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93.

Parágrafo único. O descumprimento de quaisquer cláusulas implica na rescisão imediata do mesmo.

CLÁUSULA QUARTA – DA RESCISÃO CONTRATUAL. O presente contrato pode ser encerrado:

I - a qualquer momento, por acordo entre as partes;

II - por qualquer das partes contratantes, independentemente de qualquer notificação, desde que se verifique:

a) o não cumprimento, pela outra parte, das obrigações aqui assumidas;

b) a falência, pedido de concordata ou liquidação da outra parte.

III - por qualquer das partes contratantes, desde que regularmente notificada a outra com antecedência de 60 (sessenta) dias e desde que não existam, por ocasião do encerramento, pendência de pagamento por parte do MUNICÍPIO;

IV - por determinação judicial.

§ 1º. Em encerramento contratual ocasionado pelas circunstâncias dispostas no inciso II da cláusula anterior fica a parte responsável obrigada, desde já, a reparar os prejuízos e indenizar as perdas e danos e os lucros cessantes que a outra parte vier a sofrer.

§ 2º. Não constituem causa de rescisão contratual o não cumprimento das obrigações aqui assumidas em decorrência de fatos que independam da vontade das partes, tais como os que configuram o caso fortuito e a força maior, previstos no art. 1.058 do Código Civil Brasileiro.

CLÁUSULA QUINTA – DAS RESPONSABILIDADES DO MUNICÍPIO. Obriga-se o MUNICÍPIO:

I – Fiscalizar e acompanhar a prestação dos serviços;

II – Fornecer a CONTRATADA endereço para instalação dos equipamentos e disponibilização do serviço;

II – Realizar mensalmente o pagamento dos valores, conforme valores propostos neste contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DOS VALORES E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO. Pela Prestação de Serviços de Telecomunicações será pago o valor de R\$ 128,00 (cento e vinte e oito reais) mensais, totalizando R\$ 1.536,00 (um mil quinhentos e trinta e seis reais) referente a mensalidade da Internet e o dispositivo de voip para disponibilização da transmissão de dados conforme previsto na Cláusula Primeira. Créditos adicionais solicitados não estão previsto nestes valores, estes devem ser pagos pela CONTRATANTE de forma separada.

§ 1º. O pagamento será realizado mediante boleto bancário, entregue por via postal, e será pago até o dia 10 (dez) do mês subsequente.

§ 2º. A falta de pagamento de qualquer das parcelas implica na automática suspensão dos serviços da CONTRATADA até a regularização do mesmo, não podendo o MUNICÍPIO, na forma da legislação civil (artigo 1.092), enquanto estiver inadimplente, receber nenhum dos serviços contratados através do presente instrumento.

§ 3º. Na falta de recebimento da cobrança bancária, o pagamento deverá ser realizado através de depósito bancário, até a data do vencimento, em conta determinada pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE. O valor estabelecido na Cláusula Sexta, não sofrerá reajuste até o término de vigência deste instrumento de contrato.

CLÁUSULA OITAVA – RECURSO FINANCEIRO. As despesas decorrentes do presente Contrato serão efetuadas à conta do seguinte recurso financeiro:

05.01.10.301.0006.2.047.3.3.90.39.11.00.00.00.01.64.008 (16) PAB FIXO

CLÁUSULA NONA – DA CLÁUSULA PENAL. O descumprimento por qualquer das partes, das obrigações que lhes são impostas por este contrato, facultará à outra rescindir o presente contrato.

§ 1º. Se, para promover a defesa dos seus direitos decorrentes do presente contrato ou para haver a satisfação do quanto lhe seja devido, tiver a parte prejudicada que recorrer a meios administrativos ou judiciais terá o direito de receber, além dos valores previstos e multa incidente, 10% (dez por cento) a título de despesas e encargos diversos e 20% (vinte por cento) do total do débito a título de honorários advocatícios.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO. Fica eleito o Foro da Comarca de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, como o competente para dirimir questões decorrentes do cumprimento deste Instrumento de Contrato, renunciando, ambas as partes, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS. Aplicam-se à execução deste Contrato de Prestação de Serviços, e aos casos omissos, as disposições normativas da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93, os preceitos de Direito Administrativo Público, os Princípios da Teoria Geral dos Contratos e, no que couber, as disposições de Direito Privado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA. O presente Contrato obriga as partes, por si, seus herdeiros ou sucessores, o qual se firma em 02 (duas) vias de mesmo teor para que surta seus legais efeitos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – PUBLICAÇÃO. Este contrato entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 02 de janeiro de 2017.

ROBERTA OTTO Secretária Municipal da Saúde Contratante	VALÉRIA CLARICE BRAUN OTTO CDI TELECOM LTDA EPP Contratada
--	--

TESTEMUNHAS:

MAYARA CARLA GUCHERT CPF/MF nº 059.319.499-33	JAQUELINE R. GUCHERT HOFFMANN CPF/MF nº 005.166.179-90

CONTRATO Nº 004/2017 - FMS

CONTRATO Nº 004/2017

Contrato de Prestação de Serviços de Telecomunicações para a Unidade Básica de Saúde Nossa Senhora Aparecida.

O MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, Estado de Santa Catarina, com endereço na Rua Mainolvo Lehmkuhl, nº 20, inscrito no CNPJ sob o nº 82.924.390/0001-50, neste ato representado pela Secretária Municipal da Saúde, a Senhorita Roberta Otto, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e a Empresa CDI TELECOM LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua Leoberto Leal, nº 69, Bairro Centro, Município de Angelina, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº 08.584.873/0001-09, neste ato representada por sua sócia a Senhora Valéria Clarice Braun Otto, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei nº 8.666, de 21/06/93 e às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO. O presente contrato tem por objeto, a Prestação de Serviços de Telecomunicações para a Unidade Básica de Saúde Nossa Senhora Aparecida na localidade de Rio das Pedras, que serão executados os seguintes serviços:

I – Instalação dos equipamentos necessários para fruição dos serviços de internet e telefone voip;

II – Disponibilização e manutenção da transmissão de dados, Plano 1 (um) Mega, com velocidade de downloads 1000 (mil) kbps/uploads de 200 (duzentos) Kbps.

Parágrafo único. A instalação dos equipamentos será realizada em até 5 (cinco) dias, contados da assinatura deste contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS. Fica sob responsabilidade da CONTRATADA:

I – Executar os serviços ao fiel cumprimento do objeto proposto neste contrato;

II – Executar os serviços com zelo e esmero, dentro das normas e condições aqui prescritas;

III - Corrigir possíveis erros de funcionamento dos serviços disponibilizados na transmissão dos dados;

IV – Prestar atendimento, sem ônus para a CONTRATANTE, desde que em dias úteis e no horário comercial, para dirimir dúvidas ou solucionar problemas quanto falhas na transmissão que impossibilitem sua utilização;

V – Dar garantia dos equipamentos e outros dispositivos instalados no período mínimo de 6 (seis) meses.

Parágrafo único. As visitas de assistência técnica ou manutenção técnica em computadores não estão previstas neste contrato. Caso seja necessário deverão ser previamente consultado com a CONTRATADA sob a cobrança adicional dos serviços.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO. Este contrato terá início na data de sua assinatura e término em 31/12/2017. Podendo ser prorrogado de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93.

Parágrafo único. O descumprimento de quaisquer cláusulas implica na rescisão imediata do mesmo.

CLÁUSULA QUARTA – DA RESCISÃO CONTRATUAL. O presente contrato pode ser encerrado:

I - a qualquer momento, por acordo entre as partes;

II - por qualquer das partes contratantes, independentemente de qualquer notificação, desde que se verifique:

a) o não cumprimento, pela outra parte, das obrigações aqui assumidas;

b) a falência, pedido de concordata ou liquidação da outra parte.

III - por qualquer das partes contratantes, desde que regularmente notificada a outra com antecedência de 60 (sessenta) dias e desde que não existam, por ocasião do encerramento, pendência de pagamento por parte do MUNICÍPIO;

IV - por determinação judicial.

§ 1º. Em encerramento contratual ocasionado pelas circunstâncias dispostas no inciso II da cláusula anterior fica a parte responsável obrigada, desde já, a reparar os prejuízos e indenizar as perdas e danos e os lucros cessantes que a outra parte vier a sofrer.

§ 2º. Não constituem causa de rescisão contratual o não cumprimento das obrigações aqui assumidas em decorrência de fatos que independam da vontade das partes, tais como os que configuram o caso fortuito e a força maior, previstos no art. 1.058 do Código Civil Brasileiro.

CLÁUSULA QUINTA – DAS RESPONSABILIDADES DO MUNICÍPIO. Obriga-se o MUNICÍPIO:

I – Fiscalizar e acompanhar a prestação dos serviços;

II – Fornecer a CONTRATADA endereço para instalação dos equipamentos e disponibilização do serviço;

II – Realizar mensalmente o pagamento dos valores, conforme valores propostos neste contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DOS VALORES E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO. Pela Prestação de Serviços de Telecomunicações será pago o valor de R\$ 98,00 (noventa e oito reais) mensais, totalizando R\$ 1.176,00 (um mil cento e setenta e seis reais), referente a mensalidade da Internet e o dispositivo de voip para disponibilização da transmissão de dados conforme previsto na Cláusula Primeira. Créditos adicionais solicitados não estão previsto nestes valores, estes devem ser pagos pela CONTRATANTE de forma separada.

§ 1º. O pagamento será realizado mediante boleto bancário, entregue por via postal, e será pago até o dia 10 (dez) do mês subsequente.

§ 2º. A falta de pagamento de qualquer das parcelas implica na automática suspensão dos serviços da CONTRATADA até a regularização do mesmo, não podendo o MUNICÍPIO, na forma da legislação civil (artigo 1.092), enquanto estiver inadimplente, receber nenhum dos serviços contratados através do presente instrumento.

§ 3º. Na falta de recebimento da cobrança bancária, o pagamento deverá ser realizado através de depósito bancário, até a data de vencimento, em conta determinada pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE. O valor estabelecido na Cláusula Sexta, não sofrerá reajuste até o término de vigência deste instrumento de contrato.

CLÁUSULA OITAVA – RECURSO FINANCEIRO. As despesas decorrentes do presente Contrato serão efetuadas à conta do seguinte recurso financeiro:

05.01.10.301.0006.2.047.3.3.90.39.11.00.00.00.01.64.008 (16) PAB FIXO

CLÁUSULA NONA – DA CLÁUSULA PENAL. O descumprimento por qualquer das partes, das obrigações que lhes são impostas por este contrato, facultará à outra rescindir o presente contrato.

§ 1º. Se, para promover a defesa dos seus direitos decorrentes do presente contrato ou para haver a satisfação do quanto lhe seja devido, tiver a parte prejudicada que recorrer a meios administrativos ou judiciais terá o direito de receber, além dos valores previstos e multa incidente, 10% (dez por cento) a título de despesas e encargos diversos e 20% (vinte por cento) do total do débito a título de honorários advocatícios.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO. Fica eleito o Foro da Comarca de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, como o competente para dirimir questões decorrentes do cumprimento deste Instrumento de Contrato, renunciando, ambas as partes, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS. Aplicam-se à execução deste Contrato de Prestação de Serviços, e aos casos omissos, as disposições normativas da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93, os preceitos de Direito Administrativo Público, os Princípios da Teoria Geral dos Contratos e, no que couber, as disposições de Direito Privado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA. O presente Contrato obriga as partes, por si, seus herdeiros ou sucessores, o qual se firma em 02 (duas) vias de mesmo teor para que surta seus legais efeitos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – PUBLICAÇÃO. Este contrato entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à

publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 02 de janeiro de 2017.

ROBERTA OTTO Secretária Municipal da Saúde Contratante	VALÉRIA CLARICE BRAUN OTTO CDI TELECOM LTDA EPP Contratada
--	--

TESTEMUNHAS:

MAYARA CARLA GUCHERT CPF/MF nº 059.319.499-33	JAQUELINE R. GUCHERT HOFFMANN CPF/MF nº 005.166.179-90
--	---

CONTRATO Nº 004/2017 - PMLL

CONTRATO Nº 004/2017 - PMLL

Contrato de Locação que entre si firmam o Município de Leoberto Leal e a Senhora Josiane Knaul.

O MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 82.924.390/0001-50, cujo Paço Municipal localiza-se à Rua Mainolvo Lehmkuhl, nº 20, Centro, Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Senhor Vitor Norberto Alves, e a Senhora Josiane Knaul, pessoa física, portadora do CPF nº 009.593.019-17, residente e domiciliada na Rua Leonardo Franzen, nº 201, Centro, Leoberto Leal/SC, doravante denominada LOCADORA, ajustam o presente CONTRATO DE LOCAÇÃO, na forma das cláusulas que seguem:

Considerando, a CI nº 001/2017, de 02 de janeiro de 2017, da Secretaria Municipal de Administração, Contabilidade e Finanças, a qual solicita a locação do terreno da proprietária Josiane Knaul, localizado na Rua Leonardo Franzen, Centro, Município de Leoberto Leal, com área 357,50 m² (trezentos e cinquenta e sete metros e cinquenta centímetros quadrados), na qual está instalada a Academia ao Ar livre; Considerando que, o terreno onde está instalada a Academia encontra-se no centro da cidade, em um local de fácil acesso para crianças, jovens e idosos que venham a utilizar os equipamentos, estando ainda próximo à Praça Silvéria Ferreira de Campos, ficando centralizada a área de lazer e de prática de exercícios físicos.

CLÁUSULA PRIMEIRA – Objetiva este contrato a locação pelo Município de Leoberto Leal, o imóvel urbano sem benfeitorias, sito a Rua Leonardo Franzen, Município de Leoberto Leal, medindo 357,50 m² (trezentos e cinquenta e sete metros e cinquenta centímetros quadrados) encravado em uma área maior de 5.573,81 m² (cinco mil quinhentos e setenta e três metros e oitenta e um centímetros quadrados), com as seguintes confrontações: Frente com a Rua Leonardo Franzen; Fundos com Enézio Knaul; Lado Direito com Enézio Knaul e Lado Esquerdo com a Rua Paulo Guckert, devidamente registrado no Cartório de Registro e Imóveis da Comarca de Ituporanga sob o nº R-2-14.151.

CLÁUSULA SEGUNDA – O Município usará o imóvel acima descrito para a Academia ao Ar Livre.

CLÁUSULA TERCEIRA – O prazo dessa locação tem início em 02/01/2017 e término em 31/12/2017, podendo ser prorrogado por acordo entre as partes e conforme a Lei 8.666/93, mediante termo aditivo ao contrato, conforme a necessidade da administração pública, sendo reajustado de acordo com a variação do IGPM ou por livre negociação devidamente justificado e respeitados os valores praticados no mercado.

CLÁUSULA QUARTA – O valor mensal é de R\$ 281,10 (duzentos e oitenta e um reais e dez centavos), totalizando R\$ 3.373,20 (três mil trezentos e setenta e três reais e vinte centavos), que deverá ser pago até o dia 05 (cinco) do mês subsequente.

CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS. As despesas decorrentes do presente contrato serão efetuadas à conta da seguinte dotação:

06.01.15.452.0010.2.029.3.3.90.00.00.00.00.01.0000 (82) Manutenção e Revitalização de Áreas Urbanas - STOSU.

CLÁUSULA SEXTA – Fica expressamente convencionado que o imóvel locado será utilizado pelo MUNICÍPIO, exclusivamente para o previsto na Cláusula Segunda, sendo vedada à alteração desta finalidade, sem prévio consentimento expresso dos LOCADORES.

CLÁUSULA SÉTIMA – A cessão deste Contrato não poderá ser feita sem a expressa anuência dos LOCADORES na forma da lei.

CLÁUSULA OITAVA – Fica pactuado que, se houver algum impedimento legal, oposto por autoridade competente, para a ocupação pelo MUNICÍPIO do imóvel ora locado, o presente contrato rescindir-se-á de pleno direito, sem qualquer indenização ou multa contratual, bastando para tanto a apresentação do documento expedido por aquela autoridade, indicando o impedimento.

CLÁUSULA NONA – Os LOCADORES poderão, a qualquer tempo, inclusive durante o prazo de vigência deste contrato, alienar o imóvel locado e conseqüentemente, ceder os direitos decorrentes deste instrumento.

§ 1º - Na forma da lei, ficará assegurado ao MUNICÍPIO o direito de preferência para a aquisição do imóvel, nas mesmas condições oferecidas a terceiro, devendo para tanto dar sua resposta dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados da notificação da venda enviada pelo locador por Cartório de Títulos e Documentos.

§ 2º - Ficará rescindido o presente contrato se ocorrer à venda judicial do imóvel, objeto da presente locação.

CLÁUSULA DÉCIMA – O MUNICÍPIO ficará expressamente autorizado a colocar cartazes ou letreiros, nas partes externas do imóvel, de modo a demonstrar sua existência no local e a atividade ali exercida desde que não o danifique.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – O presente Contrato obriga as partes, por si, seus herdeiros ou sucessores, os quais assinam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma para que possa surtir os seus devidos efeitos legais.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – PUBLICAÇÃO - Este Contrato entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 02 de janeiro de 2017.

VITOR NORBERTO ALVES Prefeito Municipal	JOSIANE KNAUL Locadora
--	---------------------------

Testemunhas:

MAYARA CARLA GUCHERT CPF/MF nº 059.319.499-33	JAQUELINE R. GUCHERT HOFFMANN CPF/MF nº 005.166.179-90
--	---

CONTRATO Nº 005/2017 - FMS

CONTRATO Nº 005/2017

Contrato de Prestação de Serviços de Telecomunicações para a Unidade Básica de Saúde Santa Edwiges.

O MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, Estado de Santa Catarina, com endereço na Rua Mainolvo Lehmkuhl, nº 20, inscrito no CNPJ sob o nº 82.924.390/0001-50, neste ato representado pela Secretária Municipal da Saúde, a Senhorita Roberta Otto, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e a Empresa CDI TELECOM LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua Leoberto Leal, nº 69, Bairro Centro, Município de Angelina, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº 08.584.873/0001-09, neste ato representada por sua sócia a Senhora Valéria Clarice Braun Otto, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei nº 8.666, de 21/06/93 e às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO. O presente contrato tem por objeto, a Prestação de Serviços de Telecomunicações para a Unidade Básica de Saúde Santa Edwiges na localidade de Vargem dos Bugres, que serão executados os seguintes serviços:

I – Instalação dos equipamentos necessários para fruição dos serviços de internet e voip;

II – Disponibilização e manutenção da transmissão de dados, Plano 1 (um) Mega, com velocidade de downloads/uploads de 1000 (mil) kbps.

Parágrafo único. A instalação dos equipamentos será realizada em até 5 (cinco) dias, contados da assinatura deste contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS. Fica sob responsabilidade da CONTRATADA:

I – Executar os serviços ao fiel cumprimento do objeto proposto neste contrato;

II – Executar os serviços com zelo e esmero, dentro das normas e condições aqui prescritas;

III - Corrigir possíveis erros de funcionamento dos serviços disponibilizados na transmissão dos dados;

IV – Prestar atendimento, sem ônus para a CONTRATANTE, desde que em dias úteis e no horário comercial, para dirimir dúvidas ou solucionar problemas quanto falhas na transmissão que impossibilitem sua utilização;

V – Dar garantia dos equipamentos e outros dispositivos instalados no período mínimo de 6 (seis) meses;

Parágrafo único. As visitas de assistência técnica ou manutenção técnica em computadores não estão previstas neste contrato. Caso seja necessário deverão ser previamente consultado com a CONTRATADA sob a cobrança adicional dos serviços.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO. Este contrato terá início na data de sua assinatura e término em 31/12/2017.

Podendo ser prorrogado de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93.

Parágrafo único. O descumprimento de quaisquer cláusulas implica na rescisão imediata do mesmo.

CLÁUSULA QUARTA – DA RESCISÃO CONTRATUAL. O presente contrato pode ser encerrado:

I - a qualquer momento, por acordo entre as partes;

II - por qualquer das partes contratantes, independentemente de qualquer notificação, desde que se verifique:

a) o não cumprimento, pela outra parte, das obrigações aqui assumidas;

b) a falência, pedido de concordata ou liquidação da outra parte.

III - por qualquer das partes contratantes, desde que regularmente notificada a outra com antecedência de 60 (sessenta) dias e desde que não existam, por ocasião do encerramento, pendência de pagamento por parte do MUNICÍPIO;

IV - por determinação judicial.

§ 1º. Em encerramento contratual ocasionado pelas circunstâncias dispostas no inciso II da cláusula anterior fica a parte responsável obrigada, desde já, a reparar os prejuízos e indenizar as perdas e danos e os lucros cessantes que a outra parte vier a sofrer.

§ 2º. Não constituem causa de rescisão contratual o não cumprimento das obrigações aqui assumidas em decorrência de fatos que independam da vontade das partes, tais como os que configuram o caso fortuito e a força maior, previstos no art. 1.058 do Código Civil Brasileiro.

CLÁUSULA QUINTA – DAS RESPONSABILIDADES DO MUNICÍPIO. Obriga-se

o MUNICÍPIO:

I – Fiscalizar e acompanhar a prestação dos serviços;

II – Fornecer a CONTRATADA endereço para instalação dos equipamentos e disponibilização do serviço;

II – Realizar mensalmente o pagamento dos valores, conforme valores propostos neste contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DOS VALORES E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO. Pela Prestação de Serviços de Telecomunicações será pago o valor de R\$ 98,00 (noventa e oito reais) mensais, totalizando R\$ 1.176,00 (um mil cento e setenta e seis reais) referente a mensalidade da Internet e o dispositivo de voip para disponibilização da transmissão de dados conforme previsto na Cláusula Primeira. Créditos adicionais solicitados não estão previsto nestes valores, estes devem ser pagos pela CONTRATANTE de forma separada.

§ 1º. O pagamento será realizado mediante boleto bancário, entregue por via postal, e será pago até o dia 10 (dez) do mês subsequente.

§ 2º. A falta de pagamento de qualquer das parcelas implica na automática suspensão dos serviços da CONTRATADA até a regularização do mesmo, não podendo o MUNICÍPIO, na forma da legislação civil (artigo 1.092), enquanto estiver inadimplente, receber nenhum dos serviços contratados através do presente instrumento.

§ 3º. Na falta de recebimento da cobrança bancária, o pagamento deverá ser realizado através de depósito bancário, até a data do vencimento, em conta determinada pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE. O valor estabelecido na Cláusula Sexta, não sofrerá reajuste até o término de vigência deste instrumento de contrato.

CLÁUSULA OITAVA – RECURSO FINANCEIRO. As despesas decorrentes do presente Contrato serão efetuadas à conta do seguinte recurso financeiro:

05.01.10.301.0006.2.047.3.3.90.39.11.00.00.00.01.64.008 (16) PAB FIXO

CLÁUSULA NONA – DA CLÁUSULA PENAL. O descumprimento por qualquer das partes, das obrigações que lhes são impostas por este contrato, facultará à outra rescindir o presente contrato.

§ 1º. Se, para promover a defesa dos seus direitos decorrentes do presente contrato ou para haver a satisfação do quanto lhe seja devido, tiver a parte prejudicada que recorrer a meios administrativos ou judiciais terá o direito de receber, além dos valores previstos e multa incidente, 10% (dez por cento) a título de despesas e encargos diversos e 20% (vinte por cento) do total do débito a título de honorários advocatícios.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO. Fica eleito o Foro da Comarca de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, como o competente para dirimir questões decorrentes do cumprimento deste Instrumento de Contrato, renunciando, ambas as partes, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS. Aplicam-se à execução deste Contrato de Prestação de Serviços, e aos casos omissos, as disposições normativas da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93, os preceitos de Direito Administrativo Público, os Princípios da Teoria Geral dos Contratos e, no que couber, as disposições de Direito Privado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA. O presente Contrato obriga as partes, por si, seus herdeiros ou sucessores, o qual se firma em 02 (duas) vias de mesmo teor para que surta seus legais efeitos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – PUBLICAÇÃO. Este contrato entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 02 de janeiro de 2017.

ROBERTA OTTO Secretária Municipal da Saúde Contratante	VALÉRIA CLARICE BRAUN OTTO CDI TELECOM LTDA EPP Contratada
--	--

TESTEMUNHAS:

MAYARA CARLA GUCHERT CPF/MF nº 059.319.499-33	JAQUELINE R. GUCHERT HOFFMANN CPF/MF nº 005.166.179-90
--	---

CONTRATO Nº 005/2017 - PMLL

CONTRATO Nº 005/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LICENÇA DE USO DO SISTEMA DE GERENCIAMENTO ESCOLAR PARA O ANO DE 2017.

O MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 82.924.390/0001-50, cujo Paço Municipal localiza-se à Rua Mainolvo Lehmkuhl, nº 20, Bairro Centro, Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Senhor Vitor Norberto Alves, e a Empresa INTELLIBR SISTEMAS LTDA ME, estabelecida à Rua Juvenal Pereira, nº 53, Bairro Kobrasol, Município de São José, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº 08.982.125/0001-76, neste ato representado pelo Senhor Cesar Murilo Muller de Jesus, brasileiro, portador do CPF nº 667.742.259-34, a seguir denominada CONTRATADA, acordam e ajustam firmar o presente CONTRATO, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações e legislações pertinentes, onde ajustam o presente CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, na forma das cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO – Objetiva-se a prestação de serviços de licença de uso do sistema de gerenciamento escolar, manutenção, suporte e fornecimento de licenças para o ano de 2017.

§ 1º - Este contrato não inclui qualquer outro tipo de serviço, que não sejam os previstos no Caput da Cláusula Primeira.

§ 2º- Serviços outros, que o MUNICÍPIO tenha interesse junto a CONTRATADA, deverão ser acordados entre ambas as partes, fora dos termos aqui estipulados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO – Fica através deste instrumento pactuado que o objeto deste contrato será executado até 31/12/2017, podendo ser prorrogado por períodos iguais e sucessivos até 60 (sessenta) meses, conforme preconiza a Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR E PAGAMENTO – Pelo objeto deste contrato, será pago a CONTRATADA, o valor total de R\$ 3.500,40 (três mil e quinhentos reais e quarenta centavos), pagos em 12 (doze) parcelas de R\$ 291,70 (duzentos e noventa e um reais e setenta centavos). Deve-se, ainda, observar o seguinte:

I - O pagamento será efetuado diretamente pela Prefeitura Municipal de Leoberto Leal, em até 10 (dez) dias úteis posteriores a apresentação da Nota Fiscal, através de depósito em conta bancária do fornecedor.

II – As faturas que apresentem incorreções, serão devolvidas ao emitente e seu vencimento ocorrerá em até 05 (cinco) dias após a data de sua reapresentação.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES - Ambas as partes, por conta deste instrumento, contraem obrigações as quais não cumpridas, importarão na rescisão pleno jure do presente pacto, a saber:

I – A CONTRATADA, nesta relação contratual, se obriga a:

- 1) Executar os serviços ao fiel cumprimento do objeto proposto neste Contrato;
- 2) Executar os serviços com zelo e esmero, dentro das normas e condições aqui prescritas;
- 3) Por quaisquer danos materiais ou pessoais que ocorrerem no decorrer da execução dos serviços, inclusive para com e perante terceiros;
- 4) Pelo pessoal empregado nos serviços de que trata este contrato, observando-se a legislação pertinente, especialmente das obrigações

trabalhistas;

- 5) Pelo pagamento de seguros, impostos, taxas e leis sociais, encargos sociais, transporte e manutenção geral;
- 6) Pelas despesas de viagem, deslocamento, hospedagem e alimentação de seus funcionários envolvidos na execução dos serviços objeto deste contrato;
- 7) Em fornecer a CONTRATANTE, sempre que solicitado, amplos esclarecimentos sobre o andamento dos serviços;
- 8) Em executar os serviços objeto deste contrato de acordo com as melhores técnicas e com pessoal qualificado;
- 9) Por não ceder ou transferir, inteira ou parcialmente, os direitos e obrigações deste Contrato, sem prévia e formal anuência do CONTRATANTE;
- 10) Em zelar, no que lhe compete, pelo correto encaminhamento dos documentos fiscais e outros relativos ao presente Contrato, de forma a evitar extravios que possam implicar em morosidade no cumprimento das obrigações por parte da CONTRATANTE;
- 11) Por manter completo sigilo sobre as informações que lhe forem confiadas, não podendo cedê-las a terceiros, sob nenhum pretexto, comprometendo-se por seus empregados e prepostos a tê-las sob sua guarda.

II – O MUNICÍPIO, nesta relação contratual, se obriga a:

- 1) Fiscalizar e acompanhar a execução dos serviços;
- 2) Realizar com pontualidade os pagamentos de acordo com a Cláusula Terceira;
- 3) Disponibilizar em tempo hábil, todas as instalações, equipamentos e suprimentos, informações e documentos necessários à perfeita execução dos serviços;
- 4) Facilitar o acesso dos técnicos da Contratada às áreas de trabalho, registros, documentação necessária ao bom andamento dos trabalhos;
- 5) Responsabilizar-se pela supervisão, gerência e controle de utilização do sistema licenciado;
- 6) Manter a configuração adequada da máquina para a instalação do sistema;
- 7) Manter “back-ups” adequados para satisfazer as necessidades de segurança, bem como de recuperação de informações, no caso de falha de máquina;
- 8) Manter sigilo absoluto sobre as informações técnicas do sistema contratado, não podendo reproduzir ou fornecer cópias ou modelos do sistema, por meio algum, responsabilizando-se por seus servidores e prepostos.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO – Haverá rescisão contratual, de pleno jure, se qualquer das cláusulas aqui pactuadas forem inobservadas ou desobedecidas, devendo a parte culpada ressarcir os prejuízos causados.

PARÁGRAFO ÚNICO - O presente contrato poderá ser rescindido unilateralmente pelo MUNICÍPIO, ou bilateralmente pelas partes desde que seja de comum acordo, e por escrito.

CLÁUSULA SEXTA – DA MULTA – Estipular-se-á multa equivalente 10% (dez por cento) do valor deste Contrato na qual incorrerá a parte que infringir qualquer das cláusulas contratuais, devida sempre por inteiro, seja qual for o tempo decorrido, ressalvado à parte inocente o direito de considerar simultaneamente rescindido o presente, independentemente de qualquer aviso ou notificação judicial ou extrajudicial.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE - O valor estabelecido na Cláusula Terceira, não sofrerá reajuste até o término de vigência deste instrumento de contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DA HABILITAÇÃO – A CONTRATADA declara estar devidamente autorizada a executar os serviços aqui avençados e rigorosamente regular quanto ao seu funcionamento junto a todos os órgãos competentes, tais como: Caixa Econômica Federal no que toca ao FGTS, Fazenda Municipal, Fazenda Estadual e Fazenda Federal, Falência, Concordata e Recuperação Judicial, bem como a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

CLÁUSULA NONA – DO FORO – Fica eleito o Foro da Comarca de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, como o competente para dirimir questões decorrentes do cumprimento deste Instrumento de Contrato, renunciando, ambas as partes, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS - Aplica-se à execução deste Contrato de Prestação de Serviços, e aos casos omissos, as disposições normativas dos preceitos de Direito Administrativo Público, os Princípios da Teoria Geral dos Contratos e, no que couberem, as disposições de Direito Privado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – O presente Contrato obriga as partes, por si, seus herdeiros ou sucessores, o qual se firma em 02 (duas) vias de mesmo teor para que surta seus efeitos legais.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – PUBLICAÇÃO - Este Contrato entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 02 de janeiro de 2017.

VITOR NORBERTO ALVES Prefeito Municipal Contratante	CESAR MURILO MULLER DE JESUS INTELLIBR SISTEMAS LTDA ME Contratada
---	--

Testemunhas:

MAYARA CARLA GUCHERT
CPF/MF nº 059.319.499-33

JAQUELINE R. GUCHERT HOFFMANN
CPF/MF nº 005.166.179-90

CONTRATO Nº 006/2017 - FMS

CONTRATO Nº 006/2017

Contrato de Prestação de Serviços para Manutenção dos Equipamentos da Contratante relacionados no Anexo I, que faz parte integrante deste Contrato em conformidade com as instruções contidas nos Manuais de Serviço dos Fabricantes.

O MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público, sito na Rua Mainolvo Lehmkuhl, nº 20, Bairro Centro, Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob o nº 82.924.390/0001-50, neste ato representado pela Secretária Municipal da Saúde Senhorita Roberta Otto, a seguir denominado CONTRATANTE, e a Empresa Medicalblu Equipamentos Médicos e Hospitalares LTDA, pessoa jurídica de direito privado, sito na Rua Raul Deeke, nº 89, Bairro da Velha, CEP: 89.040-010, Município de Blumenau, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº 10.944.321/0001-06, neste ato representada por seu Diretor o Senhor Michel Campos de Castro, portador do CPF 033.730.939-61 a seguir denominada CONTRATADA, acordam e ajustam firmar o presente CONTRATO, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações e legislações pertinentes, ajustam o presente CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, na forma das cláusulas que seguem:

Cláusula Primeira – DO OBJETO.

1.1 A contratada prestará serviço de Manutenção nos equipamentos da Contratante relacionados no Anexo I, parte integrante deste Contrato, de conformidade com as instruções contidas nos Manuais de Serviço dos fabricantes;

1.2 A contratada se obriga a desenvolver, implementar e manter um sistema de registro das manutenções corretivas e preventivas e de qualquer ocorrência para com os equipamentos, objeto deste Contrato.

Parágrafo Único: Para os efeitos deste Contrato, considera-se:

Cláusula Segunda – DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATANTE.

A fim de possibilitar a execução dos serviços, objeto deste Contrato, caberá à CONTRATANTE:

2.1 Identificar uma pessoa na sua Organização, a quem a CONTRATADA deverá se reportar, objetivando a implementação das ações resultantes do presente Contrato;

2.2 Assegurar às pessoas credenciadas pela CONTRATADA, livre acesso aos equipamentos;

2.3 Manter as condições estabelecidas pelo fabricante para o bom funcionamento do equipamento;

2.4 Permitir a execução dos serviços em suas dependências, caso necessário;

2.5 Informar à CONTRATADA todas e quaisquer anormalidades ocorridas com o equipamento quando em funcionamento;

2.6 Adquirir partes e peças dos equipamentos ou de seus representantes legais;

2.7 Custear quaisquer outros tipos de serviços cujos não estão estabelecidos por esse contrato;

2.8 Devolver o Equipamento de Backup enviado pela CONTRATADA com o prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, após a data de envio pela mesma, sob penalidade de multa de R\$ 300,00 (trezentos reais) caso ultrapasse esta data limite, exceto se o atraso for por caso fortuito ou força maior;

2.9 Em caso de extravio do Equipamento de Backup enviado pela CONTRATADA, a CONTRATANTE deverá ressarcir o valor do equipamento para a CONTRATADA no montante de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais);

2.10 Estar ciente que não estão inclusos gastos referente a deslocamento, estadia e refeição.

Cláusula Terceira – DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA.

São responsabilidades da CONTRATADA:

3.1 Manter os equipamentos dentro de suas características originais de fabricação;

3.2 Informar ao CONTRATANTE os defeitos, causas prováveis e os procedimentos adotados para corrigi-los;

3.3 De comum acordo com a CONTRATANTE, otimizar os horários de atendimento técnico objetivando a menor interferência ao serviço e a agenda de exames;

3.4 Desenvolver, implementar e manter atualizado o sistema de Ordem de Serviços que deverá conter todos os procedimentos e detalhes

tomados nas manutenções preventivas e corretivas em uma pasta em poder da CONTRATANTE.

3.5 Tomar providência objetivando corrigir as não conformidades detectadas;

3.6 Dar cumprimento aos Cronogramas de Manutenção Preventiva a ser instituído em comum acordo com a CONTRATANTE, considerando-se as características de cada equipamento;

3.7 Prestar os serviços ora contratados através de seus técnicos que não terão nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE, em nenhuma hipótese.

3.8 Entregar Notas Fiscais e Faturas referentes ao presente Contrato com o prazo de 05 (cinco) dias antes do vencimento.

Cláusula Quarta – DA MODALIDADE CONTRATADA E COBERTURA DE SERVIÇOS.

A modalidade contratada é a OURO e tem como cobertura de serviços pela CONTRATADA:

4.1 Análises do estado geral de funcionamento e de segurança dos equipamentos;

4.2 Calibrações do equipamento com simulador homologado pelo Inmetro e RBC;

4.3 Enviar um equipamento de backup durante o tempo manutenção; (Cabo Paciente, Eletrocardiógrafo Wincardio);

4.4 Substituições de peças e partes do eletrocardiógrafo wincardio e cabo paciente;

4.5 Mãos de obra para execução dos serviços;

4.6 Manutenções a distância via ponto remoto, em caso de perda de configuração;

4.7 Não há cobertura para Serviços ou Manutenção de Acessórios do Eletrocardiógrafo (pêras de sucção, cardioclipes, eletrodos reutilizáveis);

4.8 Não há cobertura para Manutenções decorrentes de imperícias, negligência, imprudência do operador, incêndios, inundações, sobrecarga da rede elétrica, sabotagens, acidentes da natureza e outros resultantes de caso fortuito ou de força maior;

4.9 Não há cobertura para Serviços de transporte de equipamentos e acessórios, substituições dos equipamentos, bem como para colocação ou adaptação de peças e/ou componentes fornecidos por terceiros não autorizados.

Cláusula Quinta – DA TRANSFERÊNCIA DO CONTRATO.

É vedada a cessão ou transferência, total ou parcial, de quaisquer direitos e/ou obrigações inerentes ao presente Contrato por qualquer das partes sem prévia e expressa autorização da outra.

Cláusula Sexta – DO HORÁRIO DE ATENDIMENTO.

As visitas aos setores da CONTRATANTE, quando necessárias, serão realizadas no horário comercial, de segunda-feira à sexta-feira, das 08:00 horas às 17:00 horas, com agendamento prévio.

Cláusula Sétima – DA TRANSFERÊNCIA DOS EQUIPAMENTOS.

A CONTRATANTE poderá, a qualquer tempo, transferir os equipamentos dos locais onde se encontram atualmente instalados, devendo, entretanto, comunicar sua intenção à CONTRATADA.

Cláusula Oitava – DA AMPLIAÇÃO, REDUÇÃO E SUBSTITUIÇÃO DE EQUIPAMENTOS.

Fica reservado à CONTRATANTE o direito de as suas expensas ampliarem, reduzir, substituir parcialmente ou modificar os equipamentos, devendo, entretanto, acordar com a CONTRATADA, preliminarmente, através de Termo Aditivo, às novas bases deste Contrato.

Cláusula Nona – DAS MODIFICAÇÕES E ACRÉSCIMOS.

Todas e quaisquer modificações ou acréscimos nas disposições deste Contrato, terão que ser formalizadas através de Termo Aditivo e de comum acordo.

Cláusula Décima – DO PREÇO.

Pelos serviços, objeto deste contrato, a CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, a importância de R\$ 257,80 (duzentos e cinquenta e sete reais e oitenta centavos) mensais, sendo este o valor bruto, com vencimento todo dia 05 (cinco) de cada mês. Sendo o valor total do contrato R\$ 3.093,60 (três mil e noventa e três reais e sessenta centavos). O não pagamento até o vencimento incidirá em multa de R\$ 2,00 (dois reais) e juros diários de R\$ 1,00 (um real).

Parágrafo único: No valor mencionado na Cláusula anterior, estão incluídas todas as taxas e impostos que incidem sobre os valores dos

serviços contratados, de acordo com a legislação vigente.

Cláusula Décima Primeira – DOTAÇÃO.

A despesa com a execução do presente contrato correrá do Orçamento do Município de Leoberto Leal, para o exercício de 2017, as dotações utilizadas são as seguintes:

05.01.10.301.0006.2.047.3.3.90.39.17.00.00.00.01.64.008 (16) PAB FIXO

Cláusula Décima Segunda – DO REAJUSTE.

Após o término de cada período de 01 (um) ano, a CONTRATADA, de comum acordo com a CONTRATANTE, poderá rever os preços declarados neste contrato, baseando no índice IGPM, oficial do governo para este fim.

Cláusula Décima Terceira – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO.

O presente contrato terá vigência até 31 de dezembro de 2017, a contar de sua assinatura, sendo prorrogado por períodos de 12 (doze) meses sucessivamente, de acordo com a Lei nº 8.666/93.

Cláusula Décima Quarta – DA RESCISÃO DO CONTRATO.

A contratante poderá rescindir antecipadamente o presente Contrato, mediante comunicação expressa com 30 (trinta) dias de antecedência, e se comprovada qualquer irregularidade na prestação de serviços da contratada.

Parágrafo Primeiro: No caso de rescisão do contrato por parte da contratante, ficará assegurado a contratada, cobrar da contratante o ressarcimento de eventuais créditos/despesas em aberto com seus clientes/fornecedores, desde que devidamente comprovadas.

Parágrafo Segundo: A contratada poderá rescindir antecipadamente o presente Contrato, mediante comunicação expressa com 30 (trinta) dias de antecedência, quando não houver mais interesse na prestação de serviços.

Parágrafo Terceiro: O não cumprimento da comunicação expressa acima, no prazo estipulado, acarretará na multa equivalente a 12 (doze) salários mínimos da época, como forma de compensar/inibir este acontecimento/prejuízo.

Cláusula Décima Quinta – DO FORO.

Para todas as questões oriundas do presente Contrato, será competente o FORO da Comarca de Ituporanga, Estado de Santa Catarina.

E, por estar em justas e contratadas, assinam as partes em 02 (duas) vias de igual teor.

Cláusula Décima Sexta – PUBLICAÇÃO.

Este Contrato entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 02 de janeiro de 2017.

ROBERTA OTTO Secretária Municipal da Saúde Contratante	MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA ME MICHEL CAMPOS DE CASTRO Contratada
--	---

Testemunhas:

MAYARA CARLA GUCHERT CPF/MF nº 059.319.499-33	JAQUELINE R. GUCHERT HOFFMANN CPF/MF nº 005.166.179-90
--	---

ANEXO I

Relação de Equipamentos:

Item	Descrição	Nº de Série	Localização
5	Cabo Paciente Wincardio REF: 111	0612200	Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal
79	Wincardio USB REF: 106	0611954	Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal
163	Contrato de Manutenção FMS		Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal

Leoberto Leal/SC, 02 de janeiro de 2017.

ROBERTA OTTO Secretária Municipal da Saúde Contratante	MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA ME MICHEL CAMPOS DE CASTRO Contratada
--	---

CONTRATO Nº 006/2017 - PMLL

CONTRATO Nº 006/2017 - PMLL

Contrato de Prestação de Serviços de Telecomunicações para o Centro da Juventude.

O MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL, pessoa jurídica de direito público, sito na Rua Mainolvo Lehmkuhl, nº 20, Bairro Centro, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob o nº 82.924.390/0001-50, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Senhor Vitor Norberto Alves, a seguir denominado CONTRATANTE, e a Empresa SAMUEL DIMORVÃ HOFFMANN 08236369927, pessoa jurídica de direito privado, sito na Rua Leonardo Franzen, nº 119, Bairro Centro, Município de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº 13.585.793/0001-08, neste ato representado pelo Senhor Samuel Dimorvã Hoffmann, doravante denominado simplesmente de CONTRATADA, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei nº 8.666, de 21/06/93 e às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO. O presente contrato tem por objeto, a Prestação de Serviços de Telecomunicações para o Centro da Juventude, que serão executados os seguintes serviços:

I – Instalação do equipamento roteador para funcionamento da internet;

II – Disponibilização e manutenção da transmissão de dados, Plano 10 (dez) Mega, com velocidade de downloads 1000 (mil) kbps/uploads de 200 (duzentos) Kbps.

Parágrafo único. A instalação dos equipamentos será realizada em até 5 (cinco) dias, contados da assinatura deste contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS. Fica sob responsabilidade da CONTRATADA:

I – Executar os serviços ao fiel cumprimento do objeto proposto neste contrato;

II – Executar os serviços com zelo e esmero, dentro das normas e condições aqui prescritas;

III - Corrigir possíveis erros de funcionamento dos serviços disponibilizados na transmissão dos dados;

IV – Prestar atendimento, sem ônus para a CONTRATANTE, desde que em dias úteis e no horário comercial, para dirimir dúvidas ou solucionar problemas quanto falhas na transmissão que impossibilitem sua utilização;

V – Dar garantia dos equipamentos e outros dispositivos instalados no período mínimo de 06 (seis) meses;

Parágrafo único. As visitas de assistência técnica ou manutenção técnica em computadores não estão previstas neste contrato. Caso seja necessário deverão ser previamente consultado com a CONTRATADA sob a cobrança adicional dos serviços.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO. Este contrato terá início na data de sua assinatura e término em 31/12/2017. Podendo ser prorrogado de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93.

Parágrafo único. O descumprimento de quaisquer cláusulas implica na rescisão imediata do mesmo.

CLÁUSULA QUARTA – DA RESCISÃO CONTRATUAL. O presente contrato pode ser encerrado:

I - A qualquer momento, por acordo entre as partes;

II - Por qualquer das partes contratantes, independentemente de qualquer notificação, desde que se verifique:

a) o não cumprimento, pela outra parte, das obrigações aqui assumidas;

b) a falência, pedido de concordata ou liquidação da outra parte.

III - Por qualquer das partes contratantes, desde que regularmente notificada à outra com antecedência de 60 (sessenta) dias e desde que não exista, por ocasião do encerramento, pendência de pagamento por parte do MUNICÍPIO;

IV - Por determinação judicial.

§ 1º. Em encerramento contratual ocasionado pelas circunstâncias dispostas no inciso II da cláusula anterior fica a parte responsável obrigada, desde já, a reparar os prejuízos e indenizar as perdas e danos e os lucros cessantes que a outra parte vier a sofrer.

§ 2º. Não constituem causa de rescisão contratual o não cumprimento das obrigações aqui assumidas em decorrência de fatos que independam da vontade das partes, tais como os que configuram o caso fortuito e a força maior, previstos no art. 1.058 do Código Civil Brasileiro.

CLÁUSULA QUINTA – DAS RESPONSABILIDADES DO MUNICÍPIO. Obriga-se o MUNICÍPIO:

I – Fiscalizar e acompanhar a prestação dos serviços;

II – Fornecer a CONTRATADA endereço para instalação dos equipamentos e disponibilização do serviço;

II – Realizar mensalmente o pagamento dos valores, conforme valores propostos neste contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DOS VALORES E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO.

Pela Prestação de Serviços de Telecomunicações será pago o valor de R\$ 70,00 (setenta reais) mensais, totalizando R\$ 840,00 (oitocentos e quarenta reais), referente a mensalidade da Internet e instalação do equipamento roteador para disponibilização da transmissão de dados conforme previsto na Cláusula Primeira. Créditos adicionais solicitados não estão previsto nestes valores, estes devem ser pagos pela CONTRATANTE de forma separada.

§ 1º. O pagamento será efetuado mensalmente pela Prefeitura Municipal de Leoberto Leal, até o dia 05 (cinco) do mês subsequente, após a EFETIVA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO, através de depósito em conta bancária do Contratado, mediante a apresentação de Nota Fiscal, em via original, devidamente preenchida, descrevendo todos os serviços prestados.

§ 2º. As faturas que apresentem incorreções, serão devolvidas ao emitente e seu vencimento ocorrerá em até 05 (cinco) dias após a data de sua reapresentação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE. O valor estabelecido na Cláusula Sexta, não sofrerá reajuste até o término de vigência deste instrumento de contrato.

CLÁUSULA OITAVA – RECURSO FINANCEIRO. As despesas decorrentes do presente Contrato serão efetuadas à conta do seguinte recurso financeiro:

04.01.12.361.0004.2.004.3.3.90.39.11.00.00.00.01.0001 (29) – Funcionamento e Manutenção da Secretaria da Educação, Cultura e Desporto – Ensino Fundamental
--

CLÁUSULA NONA – DA CLÁUSULA PENAL. O descumprimento por qualquer das partes, das obrigações que lhes são impostas por este contrato, facultará à outra rescindir o presente contrato.

§ 1º. Se, para promover a defesa dos seus direitos decorrentes do presente contrato ou para haver a satisfação do quanto lhe seja devido, tiver a parte prejudicada que recorrer a meios administrativos ou judiciais terá o direito de receber, além dos valores previstos e multa incidente, 10% (dez por cento) a título de despesas e encargos diversos e 20% (vinte por cento) do total do débito a título de honorários advocatícios.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO. Fica eleito o Foro da Comarca de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, como o competente para dirimir questões decorrentes do cumprimento deste Instrumento de Contrato, renunciando, ambas as partes, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS. Aplicam-se à execução deste Contrato de Prestação de Serviços, e aos casos omissos, as disposições normativas da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93, os preceitos de Direito Administrativo Público, os Princípios da Teoria Geral dos Contratos e, no que couber, as disposições de Direito Privado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA. O presente Contrato obriga as partes, por si, seus herdeiros ou sucessores, o qual se firma em 02 (duas) vias de mesmo teor para que surta seus legais efeitos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – PUBLICAÇÃO. Este contrato entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 02 de janeiro de 2017.

VITOR NORBERTO ALVES Prefeito Municipal Contratante	SAMUEL DIMORVÃ HOFFMANN 08236369927 SAMUEL DIMORVÃ HOFFMANN Contratada
---	--

Testemunhas:

MAYARA CARLA GUCHERT CPF/MF nº 059.319.499-33	JAQUELINE R. GUCHERT HOFFMANN CPF/MF nº 005.166.179-90

CONTRATO Nº 007/2017 - FMS

CONTRATO Nº 007/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM A EMPRESA MEIRE KARIANE AMARAL ME E O MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público, sito na Rua Mainolvo Lehmkuhl, nº 20, Bairro Centro, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob o nº 82.924.390/0001-50, neste ato representado pela Secretária Municipal da Saúde Senhorita Roberta Otto, a seguir denominado CONTRATANTE, e a Empresa MEIRE KARIANE AMARAL ME, pessoa jurídica de direito privado, sito na Rodovia João Gualberto Soares, nº 9067, Bairro: São João do Rio Vermelho, CEP: 88.060-000, Município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº 17.981.360/0001-14, neste ato representada pela Senhorita MEIRE KARIANE AMARAL, a seguir denominada CONTRATADA, acordam e ajustam firmar o presente CONTRATO, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações e legislações pertinente, na forma das cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO - O presente Contrato tem por objeto a prestação de serviços visando o suporte de Gestão em Saúde Municipal, com vistas ao planejamento, processos de tomada de decisão, implantação, adequação e manutenção de sistemas de informação em saúde, gerenciamento da rede de prestadores de serviços, auditoria de processos, regulação de serviços de saúde e implantação de programas de saúde e prevenção de doenças, conforme descrição das atividades relacionadas no Anexo I deste contrato.

§ 1º - Este contrato não inclui qualquer outro tipo de serviço, que não sejam os previstos no Caput da Cláusula Primeira.

§ 2º- Serviços, que o MUNICÍPIO tenha interesse junto a CONTRATADA, deverão ser acordados entre ambas as partes, fora dos termos aqui estipulados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO – Fica através deste instrumento pactuado que o objeto deste contrato será executado até 31/12/2017, podendo ser prorrogado nos termos do art. 57 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR E PAGAMENTO – Pelo objeto descrito na cláusula primeira deste Contrato, o CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, o valor de R\$ 630,00 (seiscentos e trinta reais) mensais, totalizando R\$ 7.560,00 (sete mil quinhentos e sessenta reais), sendo o pagamento realizado em 12 (doze) parcelas.

I – Valor hora presencial R\$ 110,00 (cento e dez reais), conforme solicitado pela Secretária Municipal da Saúde;

II - O pagamento será efetuado de acordo com a apresentação das Notas Fiscais, até o dia 05 (cinco) do mês subsequente, após prestação dos serviços, através de depósito em conta bancária do fornecedor, mediante a apresentação de Nota Fiscal;

III – As faturas que apresentem incorreções, serão devolvidas ao emitente e seu vencimento ocorrerá em até 10 (dez) dias após a data de sua reapresentação;

IV - O pagamento poderá ser susado pelo CONTRATANTE, quando os serviços não estiverem de acordo com o estipulado, ou por inadimplimento de qualquer Cláusula deste Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – RECURSOS PARA ATENDER AS DESPESAS - As despesas provenientes da execução do objeto deste Contrato correrão por conta de Dotação Orçamentária do Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal, e recursos alocados no orçamento:

05.01.10.301.0006.2.034.3.3.90.00.00.00.00.0.1.0064.72 (12) – Cofinanciamento da Atenção Básica - Estado

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES - Ambas as partes, por conta deste instrumento, contraem obrigações as quais não cumpridas, importarão na rescisão pleno jure do presente pacto, a saber:

I – A CONTRATADA, nesta relação contratual, se obriga a:

- 1) Executar os serviços ao fiel cumprimento do objeto proposto neste Contrato;
- 2) Executar os serviços com zelo e esmero, dentro das normas e condições aqui prescritas;
- 3) Refazer os serviços caso não ocorra à aprovação da remessa dos dados;
- 4) Comparecer in-loco a Secretaria Municipal da Saúde, quando solicitado pela Secretária Municipal da Saúde;
- 5) Realizar atendimento remoto, no período matutino e vespertino, das 07:00 horas às 21:00 horas, de segunda-feira a domingo, via telefone, email, mensageiros instantâneos, acesso remoto aos computadores e outras formas de comunicações possíveis;
- 6) Executar o objeto diretamente, sendo vedada a subcontratação.

II – O MUNICÍPIO, nesta relação contratual, se obriga a:

- 1) Fiscalizar e acompanhar a prestação dos serviços;
- 2) Realizar o pagamento na forma estipulada neste Contrato;
- 3) Notificar a CONTRATADA por escrito, sobre quaisquer irregularidades que venham a ocorrer em função da execução deste contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DA RESCISÃO – Haverá rescisão contratual, de pleno jure, se qualquer das cláusulas aqui pactuadas for inobservadas

ou desobedecidas, devendo a parte culpada ressarcir os prejuízos causados.

PARÁGRAFO ÚNICO - O presente contrato poderá ser rescindido unilateralmente pelo MUNICÍPIO, ou bilateralmente pelas partes desde que seja de comum acordo, e por escrito.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA MULTA – Estipular-se-á multa equivalente a 10% (dez por cento) do valor deste Contrato na qual incorrerá a parte que infringir qualquer das cláusulas contratuais, devida sempre por inteiro, seja qual for o tempo decorrido, ressalvado à parte inocente o direito de considerar simultaneamente rescindido o presente, independentemente de qualquer aviso ou notificação judicial ou extrajudicial.

CLÁUSULA OITAVA – DO REAJUSTE - O valor estabelecido na Cláusula Terceira, não sofrerá reajuste até o término de vigência deste instrumento de contrato.

CLÁUSULA NONA – DA HABILITAÇÃO – A CONTRATADA declara estar devidamente autorizada a prestar os serviços aqui avençados e rigorosamente regular quanto ao seu funcionamento junto a todos os órgãos competentes, tais como: Caixa Econômica Federal no que toca ao FGTS, Fazenda Municipal, Fazenda Estadual e Fazenda Federal, Falência, Concordata e Recuperação Judicial, bem como a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO – Fica eleito o Foro da Comarca de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, como o competente para dirimir questões decorrentes do cumprimento deste Instrumento de Contrato, renunciando, ambas as partes, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS - Aplicam-se à execução deste Contrato de Prestação de Serviços, e aos casos omissos, as disposições normativas da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93, os preceitos de Direito Administrativo Público, os Princípios da Teoria Geral dos Contratos e, no que couber, as disposições de Direito Privado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – O presente Contrato obriga as partes, por si, seus herdeiros ou sucessores, o qual se firma em 02 (duas) vias de mesmo teor para que surta seus efeitos legais.

Leoberto Leal/SC, 02 de janeiro de 2017.

ROBERTA OTTO Secretária Municipal da Saúde Contratante	MEIRE KARIANE AMARAL ME Meire Kariane Amaral Contratada
--	---

Testemunhas:

MAYARA CARLA GUCHERT CPF/MF nº 059.319.499-33	JAQUELINE R. GUCHERT HOFFMANN CPF/MF nº 005.166.179-90
--	---

ANEXO I

Descrição das atividades para o Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal:

- Serviço remoto de manutenção, configuração e demais tarefas que possam surgir referentes aos sistemas SIA (produção ambulatorial enviada ao Ministério da Saúde), SCNES (cadastros dos profissionais de saúde junto ao Ministério da Saúde), BPAMAG (registros de procedimentos), SISCAN (sistemas de câncer de colo de útero e mama), HIPERDIA (sistema de hipertensos), SISPRENATAL (sistema para acompanhamento do pré-natal), FPO (orçamento), APAC (registro de procedimentos de alta complexidade), RAAS (registro de procedimentos na área Psicossocial), SISRCAA (captação de informação), TABWIN (tabulador de informações), SIAB (sistema da atenção básica de saúde), TELESÁUDE (diagnóstico médico via internet), PMAQ (Programa de Melhoria da Atenção Básica), SISMOB (Programa de proposta de construção de novas unidades), FNS FUNDO.
- FUNDO (Propostas gerais ao Ministério da Saúde), SARGSUS (Sistema de Relatório anual de gestão) e outros que possam ser solicitados pela municipalidade;
- Serviço remoto de manutenção, configuração e demais tarefas que possam surgir referentes ao sistema de nacional de regulação - SIS-REG. Com capacitação de usuários do referido sistema em cada unidade de saúde do município, trazendo para o gestor uma proposta de planejamento com educação permanente, visando a melhor utilização do software e consequentemente trazendo resultados melhores nas buscas por acessos a consultas e exames de média e alta complexidade;
- Serviço remoto de manutenção, configuração e demais tarefas que possam surgir referentes ao sistema E-SUS da Atenção Básica. Com atuação tanto no CDS (Cadastro de Dados Simplificado), quanto no PEC (Prontuário Eletrônico do Cidadão);
- Avaliação mensal sobre o quadro da Maxppi e Sisppi, apontando para o gestor municipal de saúde possíveis soluções para aumento do recurso financeiro mensal do município, além da viabilização de aumento da oferta de vagas em consultas e exames de média e alta complexidade;
- Adequação da estrutura municipal para implantação do sistema SISRCA, apontando necessidades estruturais que irão impactar no cumprimento das exigências impostas pelo Ministério da Saúde;
- Serviço remoto de manutenção, configuração e demais tarefas que possam surgir referentes aos sistemas de Prontuários Eletrônicos existentes no município, com sugestões de implantação dos mesmos, e elaboração de planos operativos que tornem eficazes as ferramentas sejam sistemas vindos de órgãos públicos ou privados.

Leoberto Leal/SC, 02 de janeiro de 2017.

ROBERTA OTTO
Secretária Municipal da Saúde
Contratante

MEIRE KARIANE AMARAL
Meire Kariane Amaral
Contratada

Testemunhas:

MAYARA CARLA GUCHERT
CPF/MF nº 059.319.499-33

JAQUELINE R. GUCHERT HOFFMANN
CPF/MF nº 005.166.179-90

CONTRATO Nº 007/2017 - PMLL
CONTRATO Nº 007/2017

Contrato de Prestação de Serviços de Telecomunicações para a Escola de Ensino Fundamental Vargem dos Bugres.

O MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL, pessoa jurídica de direito público, sito na Rua Mainolvo Lehmkuhl, nº 20, Bairro Centro, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob o nº 82.924.390/0001-50, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Senhor Vitor Norberto Alves, a seguir denominado CONTRATANTE, e a Empresa CDI TELECOM LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, sito na Rua Leoberto Leal, nº 69, Bairro Centro, Município de Angelina, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº 08.584.873/0001-09, neste ato representada pela Senhora Valéria Clarice Braun Otto, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei nº 8.666, de 21/06/93 e às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO. O presente contrato tem por objeto, a Prestação de Serviços de Telecomunicações para a Escola de Ensino Fundamental Vargem dos Bugres na Localidade de Vargem dos Bugres, que serão executados os seguintes serviços:

I – Instalação dos equipamentos necessários para fruição dos serviços de internet e telefone voip;

II – Disponibilização e manutenção da transmissão de dados, Plano 1 (um) Mega, com velocidade de downloads 1000 (mil) kbps/uploads de 200 (duzentos) Kbps.

Parágrafo único. A instalação dos equipamentos será realizada em até 5 (cinco) dias, contados da assinatura deste contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS. Fica sob responsabilidade da CONTRATADA:

I – Executar os serviços ao fiel cumprimento do objeto proposto neste contrato;

II – Executar os serviços com zelo e esmero, dentro das normas e condições aqui prescritas;

III - Corrigir possíveis erros de funcionamento dos serviços disponibilizados na transmissão dos dados;

IV – Prestar atendimento, sem ônus para a CONTRATANTE, desde que em dias úteis e no horário comercial, para dirimir dúvidas ou solucionar problemas quanto falhas na transmissão que impossibilitem sua utilização;

V – Dar garantia dos equipamentos e outros dispositivos instalados no período mínimo de 06 (seis) meses;

Parágrafo único. As visitas de assistência técnica ou manutenção técnica em computadores não estão previstas neste contrato. Caso seja necessário deverão ser previamente consultado com a CONTRATADA sob a cobrança adicional dos serviços.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO. Este contrato terá início na data de sua assinatura e término em 31/12/2017. Podendo ser prorrogado de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93.

Parágrafo único. O descumprimento de quaisquer cláusulas implica na rescisão imediata do mesmo.

CLÁUSULA QUARTA – DA RESCISÃO CONTRATUAL. O presente contrato pode ser encerrado:

I - A qualquer momento, por acordo entre as partes;

II - Por qualquer das partes contratantes, independentemente de qualquer notificação, desde que se verifique:

a) o não cumprimento, pela outra parte, das obrigações aqui assumidas;

b) a falência, pedido de concordata ou liquidação da outra parte.

III - Por qualquer das partes contratantes, desde que regularmente notificada a outra com antecedência de 60 (sessenta) dias e desde que não existam, por ocasião do encerramento, pendência de pagamento por parte do MUNICÍPIO;

IV - Por determinação judicial.

§ 1º. Em encerramento contratual ocasionado pelas circunstâncias dispostas no inciso II da cláusula anterior fica a parte responsável obrigada, desde já, a reparar os prejuízos e indenizar as perdas e danos e os lucros cessantes que a outra parte vier a sofrer.

§ 2º. Não constituem causa de rescisão contratual o não cumprimento das obrigações aqui assumidas em decorrência de fatos que independam da vontade das partes, tais como os que configuram o caso fortuito e a força maior, previstos no art. 1.058 do Código Civil Brasileiro.

CLÁUSULA QUINTA – DAS RESPONSABILIDADES DO MUNICÍPIO. Obriga-se o MUNICÍPIO:

I – Fiscalizar e acompanhar a prestação dos serviços;

II – Fornecer a CONTRATADA endereço para instalação dos equipamentos e disponibilização do serviço;

II – Realizar mensalmente o pagamento dos valores, conforme valores propostos neste contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DOS VALORES E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO.

Pela Prestação de Serviços de Telecomunicações será pago o valor de R\$ 98,00 (noventa e oito reais) mensais, totalizando R\$ 1.176,00 (um mil cento e setenta e seis reais), referente a mensalidade da Internet e o dispositivo de voip para disponibilização da transmissão de dados conforme previsto na Cláusula Primeira. Créditos adicionais solicitados não estão previsto nestes valores, estes devem ser pagos pela CONTRATANTE de forma separada.

§ 1º. O pagamento será realizado mediante boleto bancário, entregue por via postal, e será pago até o dia 10 (dez) do mês subsequente.

§ 2º. A falta de pagamento de qualquer das parcelas implica na automática suspensão dos serviços da CONTRATADA até a regularização do mesmo, não podendo o MUNICÍPIO, na forma da legislação civil (artigo 1.092), enquanto estiver inadimplente, receber nenhum dos serviços contratados através do presente instrumento.

§ 3º. Na falta de recebimento da cobrança bancária, o pagamento deverá ser realizado através de depósito bancário, até a data de vencimento, em conta determinada pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE. O valor estabelecido na Cláusula Sexta, não sofrerá reajuste até o término de vigência deste instrumento de contrato.

CLÁUSULA OITAVA – RECURSO FINANCEIRO. As despesas decorrentes do presente Contrato serão efetuadas à conta do seguinte recurso financeiro:

04.01.12.361.0004.2.004.3.3.90.39.11.00.00.00.01.0001 (29) – Funcionamento e Manutenção da Secretaria da Educação, Cultura e Desporto – Ensino Fundamental
--

CLÁUSULA NONA – DA CLÁUSULA PENAL. O descumprimento por qualquer das partes, das obrigações que lhes são impostas por este contrato, facultará à outra rescindir o presente contrato.

§ 1º. Se, para promover a defesa dos seus direitos decorrentes do presente contrato ou para haver a satisfação do quanto lhe seja devido, tiver a parte prejudicada que recorrer a meios administrativos ou judiciais terá o direito de receber, além dos valores previstos e multa incidente, 10% (dez por cento) a título de despesas e encargos diversos e 20% (vinte por cento) do total do débito a título de honorários advocatícios.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO. Fica eleito o Foro da Comarca de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, como o competente para dirimir questões decorrentes do cumprimento deste Instrumento de Contrato, renunciando, ambas as partes, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS. Aplicam-se à execução deste Contrato de Prestação de Serviços, e aos casos omissos, as disposições normativas da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93, os preceitos de Direito Administrativo Público, os Princípios da Teoria Geral dos Contratos e, no que couber, as disposições de Direito Privado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA. O presente Contrato obriga as partes, por si, seus herdeiros ou sucessores, o qual se firma em 02 (duas) vias de mesmo teor para que surta seus legais efeitos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – PUBLICAÇÃO. Este contrato entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 02 de janeiro de 2017.

VITOR NORBERTO ALVES Prefeito Municipal Contratante	VALÉRIA CLARICE BRAUN OTTO CDI TELECOM LTDA EPP Contratada

Testemunhas:

MAYARA CARLA GUCHERT CPF/MF nº 059.319.499-33	JAQUELINE R. GUCHERT HOFFMANN CPF/MF nº 005.166.179-90
---	---

CONTRATO Nº 008/2017 - FMS

CONTRATO Nº 008/2017 - FMS

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Nº 002/2017 – Aditivo de Preço.

Contrato que entre si celebram o MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, Estado de Santa Catarina, com endereço na Rua Mainolvo Lehmkuhl, nº 20, inscrita no CNPJ sob o nº 82.924.390/0001-50, neste ato representado pela Secretária Municipal da Saúde Senhorita Roberta Otto, doravante denominado CONTRATANTE e a Empresa AUTO POSTO CAMILO LTDA EPP, com sede na Rua Ângelo Silva, nº 317, Centro, Município de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, registrada no CNPJ sob o nº 05.385.866/0001-81, neste ato representada por seu representante legal, o Senhor Abelardo Camilo da Cunha, brasileiro, divorciado, comerciante, residente e domiciliado à Rua Ângelo Silva, nº 317, Centro, Município de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, portador do CPF nº 289.080.079-20, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, Resolvem as partes de comum acordo, celebrar o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 002/2017, na forma das Cláusulas que seguem:

Considerando, o Ofício nº 003/2016, de 27 de dezembro de 2016, da Empresa Auto Posto Camilo Ltda EPP, que analisou as condições econômicas extraordinárias ocorridas no preço da gasolina perante a economia nacional em que solicita o reajuste do preço do litro da gasolina comum de R\$ 3,55 (três reais e cinquenta e cinco centavos), para R\$ 3,79 (três reais e setenta e nove centavos), com base na nota nº 000.173.831 de 17/11/2016, nota nº 000.174.383 de 25/11/2016 e nota nº 000.176.815 de 27/12/2016, apresentadas pela empresa;

Considerando, que a empresa vencedora do certame licitatório cumpriu com suas obrigações constantes no Contrato nº 002/2017, não constando nada que desabone sua conduta;

Considerando, os competentes pareceres do Assessor Jurídico e do Controle Interno do Município, sobre o Reequilíbrio Econômico e Financeiro, aprovando o reajuste no preço da gasolina comum em relação ao Contrato nº 002/2017;

Resolvem, as partes, de comum acordo, em decorrência do Processo de Licitação nº 019/2016, celebrar o Primeiro Termo Aditivo de Preço ao Contrato nº 002/2017, com fulcro no art. 65, da Lei nº 8.666 de 21/06/93, mediante sujeição mútua às normas constantes da mesma, ao Pregão Presencial nº 018/2016, à proposta, e às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA - A Cláusula Segunda do Contrato nº 002/2017, passa a vigorar com o acréscimo do inciso I com a seguinte redação:

“CLÁUSULA SEGUNDA – VALOR CONTRATUAL”.

I – “O Aditivo de Contrato nº 008/2017, tem por objeto o reajuste no preço da gasolina comum, conforme preconiza o § 6º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, passando a vigorar a partir desta data, o valor unitário por litro de gasolina comum a R\$ 3,79 (três reais e setenta e nove centavos).”

CLÁUSULA SEGUNDA - Este Termo Aditivo de Preço vincula as partes ao Contrato nº 002/2017, do Processo de Licitação nº 019/2016, modalidade Pregão Presencial nº 018/2016.

CLÁUSULA TERCEIRA - As partes elegem o foro da Comarca de Ituporanga para dirimir qualquer questão oriunda deste Termo Aditivo de Preço Contratual, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado.

CLÁUSULA QUARTA - Ficam mantidas as demais cláusulas contratuais do Contrato nº 002/2017.

CLÁUSULA QUINTA - Assim acordadas e ajustadas, Município e Contratada assinam este Termo Aditivo ao Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas.

CLÁUSULA SEXTA – PUBLICAÇÃO - Este Contrato entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 02 de janeiro de 2017.

ROBERTA OTTO Secretária Municipal da Saúde Contratante	ABELARDO CAMILO DA CUNHA AUTO POSTO CAMILO LTDA EPP Contratada
--	--

Testemunhas:

MAYARA CARLA GUCHERT CPF/MF nº 059.319.499-33	JAQUELINE R. GUCHERT HOFFMANN CPF/MF nº 005.166.179-90

CONTRATO Nº 008/2017 - PMLL

CONTRATO Nº 008/2017 - PMLL

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Nº 002/2017 – Aditivo de Preço.

Contrato que entre si celebram o MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL, Estado de Santa Catarina, com endereço na Rua Mainolvo Lehmkuhl, nº 20, inscrita no CNPJ sob o nº 82.924.390/0001-50, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Senhor Vitor Norberto Alves, doravante denominado CONTRATANTE e a Empresa AUTO POSTO CAMILO LTDA EPP, com sede na Rua Ângelo Silva, nº 317, Centro, Município de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, registrada no CNPJ sob o nº 05.385.866/0001-81, neste ato representada por seu representante legal, o Senhor Abelardo Camilo Da Cunha, brasileiro, divorciado, comerciante, residente e domiciliado à Rua Ângelo Silva, nº 317, Centro, Município de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, portador do CPF nº 289.080.079-20, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, Resolvem as partes de comum acordo, celebrar o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 002/2017, na forma das Cláusulas que seguem:

Considerando, o Ofício nº 003/2016, de 27 de dezembro de 2016, da Empresa Auto Posto Camilo Ltda EPP, que analisou as condições econômicas extraordinárias ocorridas no preço da gasolina perante a economia nacional em que solicita o reajuste do preço do litro da gasolina comum de R\$ 3,55 (três reais e cinquenta e cinco centavos), para R\$ 3,79 (três reais e setenta e nove centavos), com base na nota nº 000.173.831 de 17/11/2016, nota nº 000.174.383 de 25/11/2016 e nota nº 000.176.815 de 27/12/2016, apresentadas pela empresa;

Considerando, que a empresa vencedora do certame licitatório cumpriu com suas obrigações constantes no Contrato nº 002/2017, não constando nada que desabone sua conduta;

Considerando, os competentes pareceres do Assessor Jurídico e do Controle Interno do Município, sobre o Reequilíbrio Econômico e Financeiro, aprovando o reajuste no preço da gasolina comum em relação ao Contrato nº 002/2017.

Resolvem, as partes, de comum acordo, em decorrência do Processo de Licitação nº 055/2016, celebrar o Primeiro Termo Aditivo de Preço ao Contrato nº 002/2017, com fulcro no art. 65, da Lei nº 8.666 de 21/06/93, mediante sujeição mútua às normas constantes da mesma, ao Pregão Presencial nº 040/2016, à proposta, e às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA - A Cláusula Segunda do Contrato nº 002/2017, passa a vigorar com o acréscimo do inciso I com a seguinte redação:

“CLAUSULA SEGUNDA – VALOR CONTRATUAL”.

I – “O Aditivo de Contrato nº 008/2017, tem por objeto o reajuste no preço da gasolina comum, conforme preconiza o § 6º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, passando a vigorar a partir desta data, o valor unitário por litro de gasolina comum a R\$ 3,79 (três reais e setenta e nove centavos).”

CLÁUSULA SEGUNDA - Este Termo Aditivo de Preço vincula as partes ao Contrato nº 002/2017, do Processo de Licitação nº 055/2016, modalidade Pregão Presencial nº 040/2016.

CLÁUSULA TERCEIRA - As partes elegem o foro da Comarca de Ituporanga para dirimir qualquer questão oriunda deste Termo Aditivo de Preço contratual, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado.

CLÁUSULA QUARTA - Ficam mantidas as demais cláusulas contratuais do Contrato nº 002/2017.

CLÁUSULA QUINTA - Assim acordadas e ajustadas, Município e Contratada assinam este Termo Aditivo ao Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas.

CLÁUSULA SEXTA – PUBLICAÇÃO - Este Contrato entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 02 de janeiro de 2017.

VITOR NORBERTO ALVES
Prefeito Municipal
Contratante

ABELARDO CAMILO DA CUNHA
AUTO POSTO CAMILO LTDA EPP
Contratada

Testemunhas:

MAYARA CARLA GUCHERT
CPF/MF nº 059.319.499-33

JAQUELINE R. GUCHERT HOFFMANN
CPF/MF nº 005.166.179-90

DECRETO N.º 150/2016

DECRETO Nº 150, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

“ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL”

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 8º, inciso II da Lei nº 1.200 de 10 de dezembro de 2015.

DECRETA:

Art.1º Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento da Câmara Municipal, no valor de R\$ 0,62 de acordo com as especificações abaixo:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	01	CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	0,62
Unidade Orçamentária	01	CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	0,62
Função	01	Legislativa	0,62
Sub-função	31	Ação Legislativa	0,62
Programa	01	Processo Legislativo	0,62
Atividade	2.001	Funcionamento e Manutenção da Câmara de Vereadores	0,62
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	0,62
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	0,62
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	0,62
Fonte de Recursos	0.1.0000	Recursos Ordinários	0,62
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO			0,62

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior correrão por conta da anulação de dotação no valor R\$ 0,62 de acordo com as especificações abaixo:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	01	CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	0,62
Unidade Orçamentária	01	CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	0,62
Função	01	Legislativa	0,62
Sub-função	31	Ação Legislativa	0,62
Programa	01	Processo Legislativo	0,62
Atividade	2.001	Funcionamento e Manutenção da Câmara de Vereadores	0,62
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	0,62
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	0,62
Modalidade Aplicação	91	Aplicações Diretas Decorrentes de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social	0,62
Fonte de Recursos	0.1.0000	Recursos Ordinários	0,62
TOTAL DA ANULAÇÃO			0,62

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 30 de dezembro de 2016.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 112/2016

Portaria nº 112, de 01 de dezembro de 2016.

Concede incorporação, nos termos do art. 2º, da Lei nº 781/2010, a servidora TATIANE DE OLIVEIRA, e dá outras providências.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso II da Lei Orgânica do Município e a lei Municipal nº 781 de 20 de dezembro de 2010, e suas alterações.

RESOLVE:

Art.1º Conceder nos termos do art. 2º, da Lei nº 781/2010, a servidora TATEANE DE OLIVEIRA, inscrita sob a matrícula funcional nº 1277, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnica em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde a incorporação no seu vencimento do valor de R\$ 281,07 (duzentos e oitenta e um reais e sete centavos), correspondente a 05 (cinco) anos de recebimento da Gratificação da Lei nº 781, de 20 de dezembro 2010, e suas alterações.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 01 de dezembro de 2016.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.
DEBORA VENTURIN
Secretaria de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 113/2016

Portaria nº 113, de 01 de dezembro de 2016.

Concede incorporação, nos termos do art. 2º, da Lei nº 781/2010, a servidora MARILDA OTTO ALVES, e dá outras providências.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso II da Lei Orgânica do Município e a lei Municipal nº 781 de 20 de dezembro de 2010, e suas alterações.

RESOLVE:

Art.1º Conceder nos termos do art. 2º, da Lei nº 781/2010, a servidora MARILDA OTTO ALVES, inscrita sob a matrícula funcional nº 607, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnica em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde a incorporação no seu vencimento do valor de R\$ 281,07 (duzentos e oitenta e um reais e sete centavos), correspondente a 05 (cinco) anos de recebimento da Gratificação da Lei nº 781, de 20 de dezembro 2010, e suas alterações.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 01 de dezembro de 2016.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.
DEBORA VENTURIN
Secretaria de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 114/2016

Portaria nº 114, de 01 de dezembro de 2016.

Concede incorporação, nos termos do art. 2º, da Lei nº 781/2010, a servidora FABRICIA KNAUL, e dá outras providências.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso II da Lei Orgânica do Município e a lei Municipal nº 781 de 20 de dezembro de 2010, e suas alterações.

RESOLVE:

Art.1º Conceder nos termos do art. 2º, da Lei nº 781/2010, a servidora MARILDA OTTO ALVES, inscrita sob a matrícula funcional nº 607, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnica em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde a incorporação no seu vencimento do valor de R\$ 398,50 (trezentos e noventa e oito reais e quinhenta centavos), correspondente a 05 (cinco) anos de recebimento da Gratificação da Lei nº 781, de 20 de dezembro 2010, e suas alterações.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 01 de dezembro de 2016.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.
DEBORA VENTURIN
Secretaria de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 115/2016

Portaria n.º 115, de 01 de dezembro de 2016.

“Nomeia Analista de Patrimônio e dá Outras Providências”

SERGIO CLASEN, Prefeito Municipal de Leoberto Leal em exercício, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e atenção a Lei 269 de 27 de junho de 2002, e suas alterações;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear JEAN CARLOS TRUPPEL, portador do CPF nº 046.752.629-02 e RG nº 4.097.137, aprovado no concurso nº 001/2014, para o cargo efetivo de Analista de Patrimônio, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, para executar seus serviços, a partir de 1º de dezembro de 2016, assegurando - lhe o prazo de 30 (trinta) dias, para tomar posse, nos termos do Artigo 13 § 1º, da Lei 418/90, (Estatuto dos Servidores Municipais), oportunidade em que deverão já ter sido apresentados os seguintes documentos:

- 1 – Comprovante de conclusão de Ensino Médio;
- 2 – Prova de Aptidão física e mental para o exercício do cargo, mediante atestado fornecido por médico oficial;
- 3 – Declaração de bens que constituem seu patrimônio;
- 4 – Declaração de que a posse do cargo não implica em acumulação proibida de cargos, emprego ou função pública;
- 5 – Cópias dos seguintes Documentos de identificação pessoal, necessários ao registro funcional no serviço público municipal:
 - Prova de Identidade, CPF e Serviço Militar;
 - Declaração de ter sofrido ou não, no exercício de função pública penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável;
 - Comprovação de quitação com as obrigações eleitorais;
 - Comprovante de endereço.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionado sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 01 de dezembro de 2016.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

SERGIO CLASEN
Prefeito Municipal e.e
Registre-se, Publique-se.

DEBORA VENTURIN
Secretaria de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 116/2016

Portaria n.º 116, de 01 de dezembro de 2016.

“Revoga a Portaria nº 144/2014, e dá outras providências”

SERGIO CLASEN, Prefeito Municipal de Leoberto Leal em exercício, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º Fica revogada a Portaria nº 144 de 01 de dezembro de 2014, que nomeia a servidora efetiva senhora DÉBORA VENTURIN, para o cargo de Secretaria Municipal de Administração, Contabilidade e Finanças.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.	
---	--

Leoberto Leal, 01 de dezembro de 2016.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

SERGIO CLASEN
Prefeito Municipal e.e

PORTARIA Nº 117/2016

Portaria n.º 117, de 01 de dezembro de 2016.

“Contrata Operador de Trator de Pneu e dá outras providências”

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e com base nas Leis Municipais nº 269/2002, e suas alterações e Lei nº 1.036, de 12 de fevereiro de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º Contratar em caráter temporário o senhor MAURICIO MOTTA portador do CPF nº 099.548.699-99 e RG nº 6.050.876, aprovado no Processo Seletivo nº 001, de 18 de março 2016, homologado em 13 de maio de 2016, para desempenhar as funções de Operador de Trator de Pneu, com lotação na Secretaria Municipal de Agricultura, Turismo e Meio Ambiente, para executar os seus serviços conforme Contrato de Trabalho para Atender a Necessidade Temporária de Excepcional Interesse Público nº 030, de 01 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionado sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 01 de dezembro de 2016.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 118/2016

Portaria n.º 118, de 21 de dezembro de 2016.

“Contrata Médico Plantonista e dá Outras Providências”

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município, e suas alterações e Lei nº 1.036, de 12 de fevereiro de 2014;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar em caráter temporário a senhorita AMABILEY FERNANDA GESSER LONGEN, portadora do CPF nº 067.601.669-30 e RG nº 5.071.378, para desempenhar as funções de Médica Plantonista, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, para executar os seus serviços, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços Médicos Em Caráter Temporário nº 031/2016, de 21 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 21 de dezembro de 2016.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 119/2016

Portaria n.º 118, de 09 de dezembro de 2016.

“Exonera servidores Municipais e dá outras Providências”

SERGIO CLASEN, Prefeito Municipal de Leoberto Leal – SC em exercício, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso II da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Exonera os servidores municipais da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal/SC, conforme relação abaixo:

Ordem	Mat.	Nome	Cargo	Exoneração
01	1750	Aliandre Luzia Lohn	Professora	09.12.2016
02	1751	Bruna Maria da Cunha	Professora	09.12.2016
03	1740	Camila Coelho	Professora	09.12.2016
04	1735	Claudia Becker da Cunha	Professora	09.12.2016
05	1743	Daniela Vermohlen	Professora	09.12.2016
06	1753	Drielle Jaciara Back	Professora	09.12.2016
07	1754	Elis Regina Schovinder Machado	Professora	09.12.2016
08	1734	Eliza Leal	Professora	09.12.2016
09	1747	Geise Hugen	Professora	09.12.2016
10	1748	Iana Martina Knaul	Professora	09.12.2016
11	1749	Inadri Hilleshein	Professora	09.12.2016
12	1742	Irivaldo Jesus Knis	Professor	09.12.2016
13	1746	Joel Leal	Professor	09.12.2016
14	1752	Luciane Maria Franzen	Professora	09.12.2016
15	1738	Maria Albertina Hoffmann	Professora	09.12.2016
16	1741	Patrícia Aparecida Krauze	Professora	09.12.2016
17	1761	Rosilene Krauze	Professora	09.12.2016
18	1739	Vinicius Guchert	Professor	09.12.2016

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 09 de dezembro de 2016.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

SERGIO CLASEN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 119/2016

Portaria nº 119, de 21 de dezembro de 2016.

“Concede Gratificações de Produtividade aos Servidores Público Municipal e dá Outras Providências”

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e em atenção a Lei 269, de 27 de Junho de 2002:

Considerando, as chuvas torrenciais que abateram sobre o município que motivaram a emissão do Decreto nº 97/16, que decretou situação de emergência;

Considerando, a decretação de recesso, horário de verão e o encerramento do exercício do mandato, e

Considerando, que os beneficiados efetivamente, trabalharam e solucionaram os problemas existentes no município:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Gratificação de Produtividade, na forma da Lei Complementar nº 269, de 27 de junho de 2002, na forma que segue abaixo:

Ordem	Mat.	Nome	Cargo	Valor em R\$
01	75	Airton Abreu	Braçal	R\$ 500,00
02	1358	Atalvio Burg	Cantoneiro	R\$ 420,00
03	16	Celso J. Pfeiger	Operador de Equipamentos I	R\$ 870,00

04	1330	Daci F. Henkel	Pedreiro/Carpinteiro	R\$ 736,00
05	374	Dauri Pedro Meira	Mecânico	R\$ 1.000,00
06	67	Edislon Heerdt	Motorista	R\$ 750,00
07	375	Edson Bambila	Borracheiro	R\$ 700,00
08	1263	Fernando Lopes	Operador de Trator de Pneu	R\$ 1.200,00
09	69	Marcio Lopes	Assistente Administrativo	R\$ 2.315,83
10	1050	Narcio Hoffmann	Motorista	R\$ 600,00
11	1269	Osair Conaco	Braçal	R\$ 420,00
12	694	Osni Becker	Braçal	R\$ 544,80
13	583	Silvania C. Lopes	Assistente Administrativo	R\$ 1.501,48

Art. 2º A produtividade no trabalho será mensurada através de avaliação, analisada a assiduidade, pontualidade, disposição para o trabalho, presteza e respeito às ordens e determinações, bem como zelo pelo trabalho e equipamentos utilizados, em conformidade com Art. 39, da Lei Complementar nº 269, de 27 de Junho de 2002.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Leoberto Leal 21 de dezembro de 2016.
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 120/2016

Portaria nº 120, de 21 de dezembro de 2016.

Concede incorporação, nos termos do art. 71, II, da Lei nº 418/1990, ao servidor FERNANDO LOPES, e dá outras providencias.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso II da Lei Orgânica do Município,

Considerando, que o servidor Fernando Lopes, ocupante do cargo em efetivo exercício de Operador de Trator de Pneu, inscrito sob a matrícula nº 1263, foi Secretario Municipal de Agricultura, Turismo e Meio Ambiente do Município de Leoberto Leal – SC, no período de 03 de junho de 2013 a 14 de outubro de 2016, conforme matrícula nº 1263;

RESOLVE:

Art.1º Conceder incorporação nos termos do art. 71, II, da Lei nº 418/1990, ao servidor FERNANDO LOPES, portador do CPF nº 480.017.839-87, detentor da matrícula funcional nº 1263, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Trator de Pneu, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura, Turismo e Meio Ambiente.

Art. 2º Autorizar a incorporação no vencimento do valor de R\$ 448,00 (quatrocentos e quarenta e oito reais), que corresponde 02 (dois) anos de efetivo exercício nas funções de Secretario Municipal de Agricultura Turismo e meio Ambiente, da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal/SC.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, retroagindo os seus efeitos de outubro de 2016, condicionando a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.
Leoberto Leal, 21 de dezembro de 2016.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 121/2016

Portaria nº 121, de 21 de dezembro de 2016.

Concede incorporação, nos termos do art. 71, II, da Lei nº 418/1990, a servidora DEBORA VENTURIN, e dá outras providencias.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso II da Lei Orgânica do Município,

Considerando, que a servidora Débora Venturin, ocupante do cargo em efetivo exercício de Oficial Contábil, inscrita sob a matrícula nº 1668, foi Secretaria Municipal de Administração, Contabilidade e Finanças do Município de Leoberto Leal – SC, no período de 01 de dezembro de 2014 a 01 de dezembro de 2016, conforme matrícula nº 1668;

RESOLVE:

Art.1º Conceder incorporação nos termos do art. 71, II, da Lei nº 418/1990, a servidora DÉBORA VENTURIN, portadora do CPF nº 025.969.929-22, detentora da matrícula funcional nº 1668, ocupante do cargo de provimento efetivo de Oficial Contábil, lotada na Secretaria Municipal de Administração, Contabilidade e Finanças.

Art. 2º Autorizar a incorporação no vencimento do valor de R\$ 448,50 (quatrocentos e quarenta e oito reais e cinqüenta), que corresponde 02 (dois) anos de efetivo exercício nas funções de Secretaria Administração, Contabilidade e Finanças, da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal/SC.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 21 de dezembro de 2016.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 123/2016

Portaria n.º 123, de 30 de dezembro de 2016.

“Nomeia Agente Ambiental e de Defesa Civil e dá
Outras Providências”

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e atenção a Lei 269 de 27 de junho de 2002, e suas alterações;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear ÉLCIO CARLOS GUCHERT, portador do CPF nº 613.058.399-00 e RG nº 2.254.836, aprovado no concurso nº 001/2014, para o cargo efetivo de AGENTE AMBIENTAL E DE DEFESA CIVIL, com lotação na Secretaria Municipal de Agricultura, Turismo e Meio Ambiente, para executar seus serviços, a partir de 30 de dezembro de 2016, assegurando - lhe o prazo de 30 (trinta) dias, para tomar posse, nos termos do Artigo 13 § 1º, da Lei 418/90, (Estatuto dos Servidores Municipais), oportunidade em que deverão já ter sido apresentados os seguintes documentos:

- 1 – Diploma de conclusão nível superior em Ecologia, Biologia, Gestão Ambiental ou outros relacionados com Meio Ambiente ou com Defesa Civil e o devido registro no órgão profissional competente;
- 2 – Prova de Aptidão física e mental para o exercício do cargo, mediante atestado fornecido por médico oficial;
- 3 – Declaração de bens que constituem seu patrimônio;
- 4 – Declaração de que a posse do cargo não implica em acumulação proibida de cargos, emprego ou função pública;
- 5 – Cópias dos seguintes Documentos de identificação pessoal, necessários ao registro funcional no serviço público municipal:
 - Prova de Identidade, CPF e Serviço Militar;
 - Declaração de ter sofrido ou não, no exercício de função pública penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável;
 - Comprovação de quitação com as obrigações eleitorais;
 - Comprovante de endereço.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionado sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 30 de dezembro de 2016.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 124/2016

Portaria n.º 124, de 31 de dezembro de 2016.

“Revoga a Portaria nº 155/2015, e dá outras providências”

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º Fica revogada a Portaria nº 155 de 31 de dezembro de 2015, que nomeia a servidora efetiva senhora IRENE MARIA DA CUNHA OTTO, para o cargo de Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.	
---	--

Leoberto Leal, 31 de dezembro de 2016.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 125/2016

Portaria n.º 125, de 31 de dezembro de 2016.

“Exonera servidores Municipais e dá outras Providências”

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso II da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Exonera os servidores Municipais da Prefeitura de Leoberto Leal/SC, conforme segue abaixo:

Ordem	Mat.	Nome	Cargo	Exoneração
01	1258	Anderson Hoffmann	Fiscal de Obras e Transportes	31.12.2016
02	1765	Mauricio Motta	Operador de Trator de Pneu	31.12.2016

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionado sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 31 de dezembro de 2016.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeito Municipal

Lindóia do Sul

PREFEITURA

2017 EXTRATO DE CADASTRAMENTO DE FORNECEDORES

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE CHAMAMENTO PARA INSCRIÇÃO E ATUALIZAÇÃO NO CADASTRO MUNICIPAL DE FORNECEDORES PARA 2017

GENIR LOLI – Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, Estado de Santa Catarina, torna público para conhecimento dos interessados que, de acordo com o § 1º do artigo 34 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, se encontra aberta à possibilidade geral e irrestrita, para proceder ao Registro e Atualização Cadastral, dos Fornecedores da Administração Pública do Município para o ano de 2017. O local e horário para retirada do Edital e para esclarecimentos e informações aos interessados, poderá ser obtido junto ao setor de Compras, no Prédio da Prefeitura Municipal, situado na Rua Tamandaré, 98, Município de Lindóia do Sul - SC, ou pelo site www.lindoiadosul.sc.gov.br, ou pelo telefone (0xx49) 3446.11.77, das 8:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas, em dias considerados úteis.

Lindóia do Sul-SC, 09 de Janeiro de 2.017.

Genir Loli

Prefeito Municipal

local, no horário de expediente, ou pelo site www.lindoiadosul.sc.gov.br, poderá ser obtido a íntegra do edital, assim como, demais informações pelo telefone (0xx49) 3446.11.77.

Lindóia do Sul - SC, 09 de janeiro de 2017.

Genir Loli - Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2.883/2017, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

DECRETO Nº 2.883/2017, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

REVOGA O DECRETO Nº 2.786/2016, DE 17 DE MAIO DE 2016, QUE ESTABELECE AS FUNÇÕES DE CONFIANÇA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GENIR LOLI, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 91, III,

DECRETA

Art. 1º Fica revogado o decreto municipal que estabelece gratificações de função de confiança de servidores públicos municipais, elencadas no Decreto nº 2.786/2016, de 17 de Maio de 2016.

Art. 2º Por consequência deste ato fica revogado o Decreto nº 2.786/2016, de 17 de Maio de 2016.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de Janeiro de 2017.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul - SC.

GENIR LOLI

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em, 06 de Janeiro de 2017

Sandra Regina Zuanazzi

Analista Administrativo RH

DECRETO Nº 2.884/2017, DE 09 DE JANEIRO DE 2017.

DECRETO Nº 2.884/2017, DE 09 DE JANEIRO DE 2017.

NOMEIA DIRETOR DE NÚCLEO DE EDUCAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GENIR LOLI, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 91, VI, c/c Lei Complementar nº 122/2009, de 02 de fevereiro de 2009,

DECRETA

Art. 1º - Nomear JULIANA KEL, para exercer o cargo de Diretor de Núcleo de Educação, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo – Cargo em Comissão, percebendo subsídios próprios do cargo, a partir de 09 de Janeiro de 2017, passando a assinar e responder

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL 02/2017

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2017

Genir Loli – Prefeito Municipal, de Lindóia do Sul, SC, torna público que fará realizar, Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, sistema de registro de preços, na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, para a possível aquisição de materiais de construções, no dia 23 de janeiro de 2017, as 14:00 horas, com recebimento dos envelopes de documentos e propostas até as 13:45 horas do mesmo dia, no setor de licitações, situada na Rua Tamandaré, 98, junto ao Prédio da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul, SC. Neste mesmo local, no horário de expediente, ou pelo site www.lindoiadosul.sc.gov.br, poderá ser obtido a íntegra do edital, assim como, demais informações pelo telefone (0xx49) 3446.11.77.

Lindóia do Sul - SC, 09 de janeiro de 2017.

Genir Loli - Prefeito Municipal.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 01/2017 PMLS

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2017

Genir Loli – Prefeito Municipal, de Lindóia do Sul, SC, torna público que fará realizar, Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL na forma da Lei nº 10.520/02, para aquisição de forma parcelada de gêneros alimentícios, para a composição da cesta básicas, as 08:30 horas do dia 23 de janeiro de 2017, com recebimento dos envelopes de documentos e propostas até as 08:15 do mesmo dia, no setor de licitações, situada na Rua Tamandaré, 98, junto ao Prédio da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul, SC. Neste mesmo

pelo cargo nomeado.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC.

GENIR LOLI
Prefeito Municipal

Publica-se e Registra-se
Em, 09 de Janeiro de 2017.

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo RH

PORTARIA Nº 010/2017, DE 06 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 010/2017, de 06 de Janeiro de 2017

INTERROMPE FÉRIAS CONCEDIDAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

GENIR LOLI - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 135, da Lei Complementar nº 050/2003, de 10 de janeiro de 2003 e;

Considerando a excepcional necessidade de retorno ao serviço, para que não haja interrupção da continuidade dos trabalhos desempenhados pela Servidora;

RESOLVE:

Interromper, a partir de 09 de Janeiro de 2017, as férias concedidas, na forma da Portaria nº 408/2016, de 23 de Dezembro de 2016, a Servidora Pública Municipal Maria de Lourdes Gonçalves Biondo, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Educação, vinculada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, pelo período de 16 (dezesesseis) dias, compreendidos entre os dias 09 a 24 de Janeiro de 2017, sendo que os dias trabalhados serão gozados oportunamente, de acordo com entendimento entre as partes.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,
Em 06 de Janeiro de 2017.

GENIR LOLI
Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo RH

PORTARIA Nº 011/2017, DE 06 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 011/2017, de 06 de Janeiro de 2017

INTERROMPE FÉRIAS CONCEDIDAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

GENIR LOLI - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 135, da Lei Complementar nº 050/2003, de 10 de janeiro de 2003 e;

Considerando a excepcional necessidade de retorno ao serviço, para que não haja interrupção da continuidade dos trabalhos desempenhados pela Servidora;

RESOLVE:

Interromper, a partir de 09 de Janeiro de 2017, as férias concedidas, na forma da Portaria nº 383/2016, de 21 de Dezembro de 2016, a Servidora Pública Municipal Elisangela Balbinoto Vicente, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Gestor Escolar, vinculada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, pelo período de 16 (dezesesseis) dias, compreendidos entre os dias 09 a 24 de Janeiro de 2017, sendo que os dias trabalhados serão gozados oportunamente, de acordo com entendimento entre as partes.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,
Em 06 de Janeiro de 2017.

GENIR LOLI
Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo RH

PORTARIA Nº 012/2017, DE 06 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 012/2017, de 06 de Janeiro de 2017

INTERROMPE FÉRIAS CONCEDIDAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

GENIR LOLI - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 135, da Lei Complementar nº 050/2003, de 10 de janeiro de 2003 e;

Considerando a excepcional necessidade de retorno ao serviço, para que não haja interrupção da continuidade dos trabalhos desempenhados pelo Servidor;

RESOLVE:

Interromper, no dia 09 de Janeiro de 2017, as férias concedidas, na forma da Portaria nº 372/2016, de 19 de Dezembro de 2016, ao Servidor Público Municipal Cristiano Biondo, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Motorista, vinculado na Secretaria Municipal de Infra-Estrutura e Transportes, sendo que este dia trabalhado será gozado oportunamente, de acordo com entendimento entre as partes.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,
Em 06 de Janeiro de 2017.

GENIR LOLI
Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo RH

PORTARIA Nº 013/2017, DE 06 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 013/2017, de 06 de Janeiro de 2017.

CONCEDE LICENÇA SAÚDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, PARA TRATAMENTO DE SAÚDE.

GENIR LOLI- Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, usando da competência e atribuições, que lhe são conferidas pelo Artigo 100, da Lei Complementar nº 050/2. 003, de 10 de janeiro de 2003.

RESOLVE:

I - Conceder Licença saúde, a Servidora Pública Municipal Vera Inês Pomblum, ocupante do cargo de provimento efetivo de Enfermeira do ESF, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social, 05 (cinco) dias conforme atestado médico em anexo.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retro-agindo seus efeitos a partir de 02 de Janeiro de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,
Em 06 de Janeiro de 2017.

GENIR LOLI
Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se.

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo RH

RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO - 01/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL – SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2017

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, SC, torna público que ratificou o ato da Secretária de Educação Cultura e Esportes, que dispensou a licitação, nos termos do artigo 24, inc. X c/c inc. II, da Lei Federal nº 8.666/93, para locação de um espaço de 100m² (cem metros quadrados), sem benfeitorias, que se destinará a instalação de uma torre de ferro com até 18 metros de altura, para a captação de sinal de radiofrequência de televisão, na cidade de Lindóia do Sul.

LOCADORES: Ari Francisco Rossetto, Mauri Antônio Rossetto e sua esposa Neli Seghetto Rossetto

VALOR TOTAL: R\$ 1.775,00 (um mil setecentos e setenta e cinco reais)

VIGÊNCIA: 31 de Dezembro de 2017

Lindóia do Sul, SC, 05 de janeiro de 2017.

GENIR LOLI
Prefeito Municipal

Luzerna

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇO PML Nº 001.17

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 001/2017

PROCESSO LICITATÓRIO PML Nº 114/2016

PREGÃO PRESENCIAL PML Nº 080/2016

Ao 03 (terceiro) dia do mês de janeiro do ano de 2017, presentes de um lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA/SC, órgão gestor, representado neste ato por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pela empresa:

1 – REDE PORTAL DE COMBUSTÍVEIS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Vigário Frei João, sala 01, 689, Centro, no Município de Luzerna(SC), inscrita no CNPJ sob o nº 05.610.041/0001-13, neste ato representada por seu sócio administrador JOÃO AN-RAIN, brasileiro, empresário, inscrito no CPF/MF sob o nº 503.570.349-53, portador da cédula de identidade nº 1.30.867-SSP/SC, doravante denominado FORNECEDOR 1;

Classificadas para fornecimento dos objetos constantes do Processo Licitatório nº PML 114/2016 Pregão Presencial nº PML 080/2016, observando-se fielmente as disposições daquele certame, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de registro, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO, PREÇO E FORMA DE EXECUÇÃO

0.1. A presente Ata tem como objeto é a contratação de empresa para o fornecimento parcelado de combustíveis e serviços de lavagem destinada a frota oficial do Município de Luzerna/SC e Fundos Especiais, durante o exercício de 2017, constantes do Edital e de sua proposta comercial, conforme tabela abaixo:

Item	Quantidade	Unid.	Descrição	Preço Unit.	Preço Total
1	75.000,00	LT	DIESEL S10	3,15	236.250,00
2	40.000,00	LT	GASOLINA COMUM	3,54	141.600,00
3	100.000,00	LT	OLEO DIESEL	2,79	279.000,00
4	10.000,00	LT	ALCOOL HIDRATADO	3,50	35.000,00
5	300,00	UN	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVAGEM PARA CATEGORIA DE VEÍCULO CONSTANTES DO LOTE 1- VEICULOS LEVES.	24,00	7.200,00
6	100,00	UN	PRESTACAO DE SERVICOS DE LAVAGEM PARA CATEGORIA DE VEICULOS DO LOTE 2- MICRO ONIBUS	82,00	8.200,00
7	100,00	UN	PRESTACAO DE SERVICOS DE LAVAGEM PARA CATEGORIA DE VEICULOS DO LOTE 3- VANS E KOMBIS	50,00	5.000,00
8	60,00	UN	PRESTACAO DE SERVICOS DE LAVAGEM PARA CATEGORIA DE VEICULOS CONSTANTES DO LOTE 4 – CAMINHÕES	205,00	12.300,00
9	60,00	UN	PRESTACAO DE SERVICOS DE LAVAGEM PARA CATEGORIA DE VEICULOS CONSTANTES DO LOTE 5 – MAQUINAS PESADAS	270,00	16.200,00

1.2. O FORNECEDOR 1 - REDE PORTAL DE COMBUSTÍVEIS LTDA responsável pelo fornecimento dos itens descritos na tabela acima receberá o valor global estimado R\$ 740.750,00 (setecentos e quarenta mil setecentos e cinquenta reais).

1.2.1. O abastecimento e/ou as lavagens serão contínuos e fracionados de acordo com as necessidades da Município de Luzerna;

1.2.1.1. O FORNECEDOR se obrigará a manter posto credenciado e em operação, até a distância máxima viária de 6 (seis) quilômetros da sede da Prefeitura de Luzerna, localizada na Avenida 16 de Fevereiro, 151, Centro, Luzerna (SC).

1.2.2. O FORNECEDOR se obrigará a realizar o abastecimento com os combustíveis em quantidades solicitadas, após a requisição emitida pelo Setor de Frotas do Município, devendo estar apta a fornecer o produto imediatamente após a assinatura do Contrato.

1.2.3. Os matérias deverão ser originais e corresponder à bandeira da companhia representada pelo FORNECEDOR.

1.2.3.1. Em caso de bandeira branca haverá vinculação da marca mencionada na proposta de preços apresentada.

1.2.4. Os veículos SOMENTE poderão ser abastecidos com a Ordem de Abastecimento fornecida pelo Setor Responsável da Prefeitura e com o cartão de identificação do veículo, com o consequente preenchimento dos seguintes dados: data, número do veículo, placa, odômetro ou horímetro do veículo, nome do condutor, combustível a ser abastecido e assinatura do responsável. Essa ordem deverá ser anexada à nota fiscal eletrônica emitida pela contratada no ato do abastecimento, constando data, hora, placa do veículo, combustível, quantidade, valor, número da Ordem de Abastecimento e assinatura do condutor.

1.2.5. O FORNECEDOR deverá fazer o abastecimento da frota municipal diretamente no tanque de cada veículo.

1.2.6. A prestação de serviços para abastecimento da frota municipal será por conta e risco do FORNECEDOR, mediante as normas da Agência Nacional de Petróleo - ANP.

1.2.7. Caberá ao FORNECEDOR obedecer ao objeto do presente edital e as disposições legais contratuais, prestando-os dentro dos padrões

de qualidade, continuidade e regularidade.

1.2.8. O fornecimento dos produtos somente poderá ser efetuado pelo FORNECEDOR, vedada, portanto, a sublocação do mesmo.

1.2.9. Todos os itens deverão ser de 1ª qualidade e estar de acordo com as normas e legislação pertinente para cada um.

1.2.10. Por ocasião do recebimento dos materiais, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se ao direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações do objeto licitado, obrigando-se o FORNECEDOR a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

1.2.10.1. Deverá ainda, sempre que aplicável ao objeto, entregar produtos que possuam selo INMETRO e tenham sido fabricados dentro dos padrões ABNT, ANVISA, ANATEL ou de acordo com as determinações de outros órgãos, agências ou congêneres que regulamentem, padronizem e/ou fiscalizem-nos.

1.2.12. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca dos materiais enviada, quando na ocasião do recebimento, for constatado que a mesma encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, sem prejuízo da incidência de multa diária por atraso na entrega, à contar da data efetiva do pedido.

1.2.13. O aceite dos materiais não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos materiais, ou por desacordo com as especificações estabelecidas neste Edital, verificadas posteriormente, e por danos deles decorrentes.

1.2.14. Caso a mercadoria seja recusada ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

1.2.15. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.2.15.1. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a

1.3. Do preço:

1.3.1. O preço da gasolina, diesel e álcool hidratado praticado pelo FORNECEDOR não poderá ser superior ao praticado no "preço bomba" a vista;

1.3.2. Entende-se por "preço bomba" aquele praticado na bomba de combustível do FORNECEDOR, divulgado no estabelecimento, a todos os clientes que desejam reabastecer seus veículos.

1.3.3. Na hipótese de aumento de preços dos combustíveis por influência da ANP - Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - o FORNECEDOR poderá requerer, devidamente fundamentado, realinhamento de preços, o qual será submetido a análise e julgamento da Administração Pública Municipal sobre a viabilidade do aditivo de valor.

1.4.4. Na hipótese de redução de preços, por influência da ANP ou do mercado de combustíveis, a Administração Pública poderá requerer o realinhamento de preços, ficando sempre submetida ao teto de pagamento estabelecido no item 1.3.1. supra.

CLÁUSULA SEGUNDA

DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93;

2.2. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da LLC, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP);

2.3. Caberá ao FORNECEDOR beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas;

2.4. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

2.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o FORNECEDOR, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, d, da Lei nº 8.666/93;

2.6. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;

2.7. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

2.8. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;

2.9. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

CLÁUSULA TERCEIRA

DOS PAGAMENTOS E DO PREÇO

3.1. O pagamento será realizado em até 15 (quinze) dias após o recebimento da mercadoria, importando os valores conforme os registrados na Ata de Registro de Preços, por item fornecido, de acordo com o quantitativo solicitado e efetivamente entregue, mediante apresentação do documento fiscal, atestado por servidor competente;

3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação;

3.3. O FORNECEDOR deverá enviar FAX ou email do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone/Fax: (049) 3551-4700) – email: compras@luzerna.sc.gov.br

3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o MUNICÍPIO do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR;

3.5. Os preços não serão reajustados;

3.6. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR.

- 3.7. O preço da gasolina, diesel S10 e álcool hidratado praticado pelo FORNECEDOR não poderá ser superior ao praticado no "preço bomba".
- 3.8. Entende-se por "preço bomba" aquele praticado na bomba de combustível do FORNECEDOR, divulgado no estabelecimento, a todos os clientes que desejam reabastecer seus veículos.
- 3.9. Na hipótese de aumento de preços dos combustíveis por influência da ANP - Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - o FORNECEDOR poderá requerer, devidamente fundamentado, realinhamento de preços, o qual será submetido a análise e julgamento da Administração Pública Municipal.
- 3.10. Na hipótese de redução de preços, por influência da ANP ou do mercado de combustíveis, a Administração Pública poderá requerer o realinhamento de preços, ficando sempre submetida ao teto de pagamento estabelecido.

CLÁUSULA QUARTA DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

- 4.1. Executar o objeto de acordo com o estipulado na Cláusula Primeira desta Ata e de acordo com os prazos do Edital;
- 4.2. Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas no Edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas;
- 4.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;
- 4.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato;
- 4.5. Facilitar todas as atividades de fiscalização da execução do contrato;
- 4.6. Exigir do Município a emissão da Ordem de Serviço, para que proceda ao início da execução do objeto;
- 4.7. Submeter-se à fiscalização do Município, durante toda a vigência do contrato;
- 4.8. Não ceder ou subcontratar, inteira ou parcialmente, os direitos e obrigações do contrato ou os dele resultantes, sem prévia e formal anuência do Município.
- 4.9. Fornecer os combustíveis de acordo com os padrões de qualidade exigidos pela Agência Nacional do Petróleo - ANP;
- 4.10. Fornecer produtos originais.

CLÁUSULA QUINTA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:
- 5.1.1. Advertência;
- 5.1.2. Multa;
- 5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;
- 5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.
- 5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.
- 5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.
- 5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.
- 5.4. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.
- 5.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:
- 5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- 5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;
- 5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.
- 5.6. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:
- 5.6.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR a da ordem de serviços.
- 5.6.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.
- 5.7. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:
- 5.7.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.
- 5.7.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA SEXTA DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1.A Ata de Registro de Preços somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letra "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo.

CLÁUSULA SÉTIMA

DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

- a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;
- b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;
- c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art.78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;
- d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;
- e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

- a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;
- b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

CLÁUSULA OITAVA

DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas provenientes da execução do Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos da Unidade Gestora Central – Prefeitura de Luzerna ou dos Fundos Especiais, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço, nos termos que segue, de acordo com o Parecer Contábil:

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Modalidade de Aplicação – Outras Despesas Correntes

Categoria Economia – 3.3.90.00.00 – Outras Despesas Correntes

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

02 - GABINETE DO PREFEITO

Atividade 0201. 04.122.0004.2002 – Funcionamento e Manutenção do Gabinete do Prefeito

06 - SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

Atividade 0601.04.122.0007.2006 – Manutenção do Departamento de Administração

Atividade 0601.06.181.0010.2010 – Manutenção do Convenio da Radio Patrulha

07- SECRETARIA DA SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL

Atividade 0701.08.243.0022.2081 – Manutenção do Conselho Tutelar

08-SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Atividade 0801.12.361.0031.2030 - Manutenção da Educação Básica Fundamental

Atividade 0801.12.361.0031.2031 – Manutenção do Transporte Escolar

09- SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Atividade 0901.20.606.0052.2042 – Manutenção da Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente

11- SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS

Atividade 1101.15.452.0061.2052 – Manutenção dos Serviços Urbanos

Atividade 1101.26.782.0067.2060 – Manutenção e Conservação das Estradas Vicinais do Município

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA

Atividade 1301.10.301.0016.2017 – Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal dessaúde

Atividade1301.10.304.0016.2018 – Manutenção dos Serviços de Vigilância Sanitária

Atividade1301.10.305.0016.2019 – Manutenção dos Serviços de Vigilância Epidemiológica

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LUZERNA

Atividade 1201.08.244.0025.2026 - Manutenção da Assistência Social Geral

Atividade 1201.08.244.0025.2084 - Manutenção do CRAS CLÁUSULA NONA

DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO

9.1.A presente Ata de Registro de Preços terá vigência até 31 de dezembro de 2017;

9.2.A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA DÉCIMA**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

10.1. As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

10.2. Vícios, erros e/ou omissões, que não impliquem em prejuízo para o Município, serão desconsiderados pela Pregoeira, como meramente formais, cabendo a este agir em conformidade com os princípios que regem a Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA**DO FORO**

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 03 de janeiro de 2017.

MOISÉS DIERSMANN

PREFEITO DE LUZERNA

CONTRATANTE

REDE PORTAL DE COMBUSTÍVEIS LTDA

JOÃO ANRAIN

FORNECEDOR 1

TESTEMUNHAS:

1.

Ass.

Nome:

CPF:

2.

Ass.

Nome:

CPF:

DECRETO 2306

DECRETO Nº 2306 de 06 de janeiro de 2017.

“NOMEIA O CONSELHO MUNICIPAL DE AGRICULTURA/CMA DE LUZERNA(SC) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de atribuições que lhe confere a Lei nº 041 de 08/05/1997, alterada pelas Leis nºs 738 de 16/08/2007 e 1176 de 19/11/2013 e 1465 de 23/08/2016,

DECRETA:

Art.1º- Ficam nomeados os membros do CONSELHO MUNICIPAL DE AGRICULTURA DE LUZERNA(SC) na forma do art.6º e 7º da Lei nº 041 de 08/05/1997, alterada pelas Leis nºs 738 de 16/08/2007, 1176 de 19/11/2013 e 1465 de 23/08/2016, ficando assim constituído:

a)Representante da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente:

Titular : RÉGIS VALTER WEISER

Suplente: DOUGLAS RICARDO TRIQUES

b)Representante da Associação de Desenvolvimento Rural:

Titular : VANDERLEI CRUBER

Suplente: NEILOR MOTTA

c)Representante da Associação das Mulheres Agricultoras:

Titular : ANA NEFF ARENHART

Suplente: NAIR MOTTA
d)Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais:

Titular : ALTAIR FIORIN

Suplente: ARI ALLAN BALLER

e)Representante da EPAGRI:

Titular : JAIME TURRA

Suplente: FERNANDO NAVA

f)Representante das Localidades de:

- Linha Barra do Estreito:

Titular : LUCINDO SCHILL

Suplente: ALBINO TEDESCO

- Linha Leãozinho/São Bento:

Titular : ILÁRIO SPIER

Suplente: MARCOS LAMB

- Linha Roça Grande/Passo da Invernada:

Titular : NERI TURRA

Suplente: SILVESTRE SALVADOR

- Linha Grafunda Alta/Baixa e Linha Alto Rochedo:

Titular : IVONE DAHMER

Suplente: DANIEL FRANCISQUETI

- Vila Kennedy/Linha Dois Irmãos:

Titular : VOLNEY ANTÔNIO VENCATO

Suplente: DELCINDO LAMB

- Linha Nogueira/Germano:

Titular : CLAUDIR SBRUZZI

Suplente: JOÃO OLDEMBURG

- Linha do Salto/Limeira:

Titular : LEOZIR STOFFEL

Suplente: JAIR HECKLER

Art.2º- As atividades exercidas pelos membros titulares e suplentes do Conselho não serão remuneradas em razão de sua relevância social.

Art. 3º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 06 de janeiro de 2017.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

EDITAL DE CHAMAMENTO DE FORNECEDORES Nº 001/17

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA

EDITAL DE CHAMAMENTO DE FORNECEDORES nº 001/17

O MUNICÍPIO DE LUZERNA, Estado de Santa Catarina torna público aos interessados que, de acordo com o art. 34 da Lei nº 8666/93 e alterações posteriores, encontra-se aberta a possibilidade geral e irrestrita para proceder a atualização dos registros cadastrais de fornecedores e para o ingresso de novos interessados, diariamente das 07h45min às 11h45min e das 13h30min às 17h30min, no Setor de Compras e Licitações do Município, sito a Av. 16 de Fevereiro, 151, em Luzerna(SC).

Ao requerer inscrição no cadastro, ou atualização deste, a qualquer tempo, o interessado deverá fornecer os elementos necessários à satisfação das exigências do artigo 27 da Lei 8.666/93 e alterações.

Informações pelo telefone (49) 3551-4700 ou pelo e-mail debora@luzerna.sc.gov.br.

Luzerna (SC), 09 de janeiro de 2017.

Moisés Diersmann

Prefeito Municipal

PL 003/2017 - PP 003/2017 - MÓVEIS ESCOLARES FNDE - PML

MUNICIPIO DE LUZERNA

EXTRATO DE EDITAL

Processo Licitatório nº 003/2017 - PML

Pregão Presencial nº 003/2017 – PML

O MUNICÍPIO DE LUZERNA (SC), por intermédio do Prefeito Municipal, MOISES DIERSMANN, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

OBJETO: A presente Licitação tem por objeto o Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de móveis escolares, destinados à Escola Municipal São Francisco de Luzerna/SC, conforme especificações contidas no Anexo I do presente Edital.

REGIMENTO: Lei nº 10.520 de 17/07/2002 e Decreto Municipal nº 708 de 06/01/06, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 de 21/06/1993 e alterações posteriores.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 09 horas do dia 19 de janeiro de 2017.

ABERTURA DAS PROPOSTAS, CREDECIMENTO E SESSÃO DE LANCES: às 09h10min do dia 19 de janeiro de 2017.

OBTENÇÃO DO EDITAL: pelo site www.luzerna.sc.gov.br

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo fone/fax: (049) 3551-4700.

Macieira

PREFEITURA

PORTARIA 3588

PORTARIA N.3588, de 03 de janeiro de 2017.

“INSTITUI COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E AVALIAÇÕES, PARA O EXERCÍCIO DE 2017, NOMEIA SEUS MEMBROS, DESIGNA O PREGOEIRO OFICIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ZELIR CITADIN, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 58, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal c/c Artigo 51, da Lei Federal n. 8.666/93 e suas posteriores alterações, e, de conformidade com a Lei 10.520/02, de 17 de julho de 2002.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica instituída Comissão Permanente de Licitações, Contratos e Avaliações, para o exercício de 2017, composta pelos seguintes membros:

I —REJANE SPANHOLO ABRAÃO Presidente

II – SEVERINO DE OLIVEIRA Secretário

III – GILBERTO CERRY Membro

Parágrafo único – A investidura na Comissão ora instituída não poderá exceder a 31/12/2017, vedada a recondução da totalidade de seus membros no período subsequente.

Art. 2º. Compete à Comissão Municipal Permanente de Licitações, Contratos e Avaliações:

I – Processar, julgar e aprovar o registro cadastral de fornecedores do município, bem como fornecer Certificado de Registro Cadastral;

II – Publicar edital de chamamento para atualização e registro de novos fornecedores, no mínimo uma vez por ano;

III – Processar e julgar os processos licitatórios em todas suas modalidades;

IV – Avaliar, sempre que convocada, os bens móveis e imóveis que compõem o patrimônio público municipal;

V – Avaliar, sempre que convocada, os bens móveis e imóveis de terceiros, desde que haja interesse do município;

VI – Processar e julgar, todos os processos e avaliações necessárias para o cumprimento da Lei n. 8.666/93 e suas posteriores alterações;

Parágrafo Único – Das sessões, a Comissão deverá lavrar ata circunstanciada para cada caso, expondo o objeto do julgamento e as considerações pertinentes.

Art. 3º. Para fins de processar e julgar as Licitações da Modalidade Convite, nos termos do § 1º, art. 51, da Lei 8.666/93, a Comissão ora nomeada, excepcionalmente, poderá ser substituída pela Servidora Rejane Spanholo Abraão.

Art. 4º. Os membros da presente Comissão responderão solidariamente por todos os atos praticados no exercício das atribuições que ora lhe são conferidas.

Art. 5º. Fica, ainda, designado, para desempenhar as funções de Pregoeiro Oficial, a Servidora Rejane Spanholo Abraão com as atribuições previstas na Lei 10.520/02, de 17 de julho de 2002, tendo como equipe de apoio os demais membros da Comissão Municipal de Licitações.

Art. 6º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Macieira, SC, 03 de janeiro de 2017.

ZELIR CITADIN

Prefeito Municipal

RELATÓRIO COMPRAS MÊS 12/2016 - PREF

Página: 1/15

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRARelação das Compras Efetuadas no Mês de: **Dezembro/2016**
(Artigo 16 da Lei Nº. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
AGÊNCIA DE PUBLICIDADE SENID LTDA	Serviço de gravação e produção de áudio	2092	1,000	3,727,5000	3,727,50
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Bocal	2094	12,000	9,5000	114,00
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Dentes de corrente	2013	30,000	1,8000	54,00
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Espuma expansível 500 ml	1937	1,000	19,0000	19,00
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	FECHADURA	202071	2,000	45,0000	90,00
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	FECHADURA	2094	3,000	38,5000	115,50
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Fio 2 x 2,5	202071	30,000	1,7500	52,50
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Fio 2 x 2,5	2094	50,000	2,2500	112,50
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	FIO DE NAILON	2094	300,000	1,2500	375,00
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	LAMPADA	202071	4,000	18,9000	75,60
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Lampada Led 10 W	2094	12,000	28,5000	342,00
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Lona preta	2094	50,000	9,5000	475,00
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Luva de toque	2082	5,000	79,0000	395,00
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Martelo	202071	1,000	39,0000	39,00
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Pincel Grande	1937	1,000	9,9000	9,90
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Pincel médio	1937	1,000	6,0000	6,00
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Pincel Pequeno	1937	1,000	3,5000	3,50
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Solvente	1937	2,000	11,0000	22,00
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Spray Dourado	1937	3,000	19,0000	57,00
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	TINTA BRANCA	1937	1,000	60,0000	60,00
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Tinta Preta	1937	1,000	27,0000	27,00
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Tinta Vermelha	1937	1,000	60,0000	60,00
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Tomada	202071	10,000	8,5000	85,00
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	WD-40	202071	2,000	28,5000	57,00
ARES GRAFICAS & EDITORA LTDA ME	Faixa	2084	7,000	21,4300	150,00
AUTO VIDROS LOMBADA LTDA	Jogo de patilhas	2090	1,000	100,0000	100,00
CAIO CESAR MENEGHEL 06465856905	Impermeabilizante	2044	1,000	1,480,0000	1,480,00
CASA DOS PARAFUSOS CACADOR LTDA	Arruela	2139	1,000	2,8200	2,82
CASA DOS PARAFUSOS CACADOR LTDA	Correia	2139	2,000	10,2000	20,40
CASA DOS PARAFUSOS CACADOR LTDA	Jogo de chave Allen 1,5 a 10	2139	2,000	47,9500	95,90
CASA DOS PARAFUSOS CACADOR LTDA	PARAFUSO	2139	1,000	6,7200	6,72
CASA DOS PARAFUSOS CACADOR LTDA	Parafuso 01" X 5,5 c/ Porca Travante	2139	2,000	13,1500	26,30
COMERCIAL KARPINSKI LTDA- ME	Pão de cachorro quente, características: 50 gramas, tamanho uniforme, fabricado no dia da entrega e conforme descrições do anexo I do Edital.	1975	5,000	8,9000	44,50
COMERCIAL KARPINSKI LTDA- ME	Pão francês com 50 g. tamanho uniforme, fabricado no dia da entrega.		25,000		217,50
COMERCIAL KARPINSKI LTDA- ME	Embalagem plástica, estéril e descartável contendo o número de pães conforme cronograma por escola fornecido pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.				
COOPERATIVA DE ARTESÃOS DE ARROIO TRINT	Bolacha de tubá - E.M.P.C.Zucatti	1976	4,000	15,3300	61,32
COOPERATIVA DE ARTESÃOS DE ARROIO TRINT	Bolacha caseira - E.M.P.C.Zucatti	1976	2,500	17,0000	42,50
COOPERATIVA DE ARTESÃOS DE ARROIO TRINT	Bolacha de tubá - E.M.P. Brilhantes	1976	4,000	15,3300	61,32
COOPERATIVA DE ARTESÃOS DE ARROIO TRINT	Came suína picada, emb. de 01 kg. Dentro dos padrões de qualidade, inspecionada, picada sem gordura.	1976	7,500	13,3500	100,13

Página: 2/15

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Dezembro/2016**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
COOPERATIVA DE ARTESÃOS DE ARROIO TRINTI	Leite UHT integral embalagem tetra pak contendo 1 litro e conforme descrições do anexo I do Edital.	1976	48,000	2,8500	136,80
COOPERATIVA DE ARTESÃOS DE ARROIO TRINTI	Mandioca descascada e picada, em embalagens de 1 kg, bem vedada, o produto deve estar congelado, sem sujeiradas, livre de mofos ou contaminação	1976	3,000	5,9900	17,97
COOPERATIVA DE ARTESÃOS DE ARROIO TRINTI	Mandioca descascada e picada, em embalagens de 1 kg, bem vedada, o produto deve estar congelado, sem sujeiradas, livre de mofos ou contaminação	1976	4,000	5,9900	23,96
DE MARCO & SIMIONI COM. DE VEICULOS LTDA	Arnela	1936	1,000	271,0000	271,00
DE MARCO & SIMIONI COM. DE VEICULOS LTDA	Cartão Oxidantização do Civic	1936	1,000	14,3200	14,32
DE MARCO & SIMIONI COM. DE VEICULOS LTDA	Desengripante	1936	1,000	2,0300	2,03
DE MARCO & SIMIONI COM. DE VEICULOS LTDA	Filtro Combustível	1936	1,000	56,4800	56,48
DE MARCO & SIMIONI COM. DE VEICULOS LTDA	Filtro óleo	1936	1,000	14,6000	14,60
DE MARCO & SIMIONI COM. DE VEICULOS LTDA	Graxa	1936	1,000	34,3100	34,31
DE MARCO & SIMIONI COM. DE VEICULOS LTDA	Limpa Parabrisa	1936	1,000	35,8600	35,86
DE MARCO & SIMIONI COM. DE VEICULOS LTDA	Óleo	1936	1,000	13,7200	13,72
DE MARCO & SIMIONI COM. DE VEICULOS LTDA	PARAFUSO	1936	1,000	9,3500	9,35
DE MARCO & SIMIONI COM. DE VEICULOS LTDA	Porca Roda	1936	4,000	40,0000	160,00
DEBORTOLI COM. DE MATERIAIS DE CONSTRUÇ	abraçadeira	1936	2,000	17,0000	34,00
DEBORTOLI COM. DE MATERIAIS DE CONSTRUÇ	AREIA	1936	3,000	33,0000	99,00
DEBORTOLI COM. DE MATERIAIS DE CONSTRUÇ	Broca 4m	2048	31,000	2,7400	84,94
DEBORTOLI COM. DE MATERIAIS DE CONSTRUÇ	Broca 5,5mm	2048	1,000	113,0100	113,01
DEBORTOLI COM. DE MATERIAIS DE CONSTRUÇ	Cabo de pvc	2048	3,000	32,0000	96,00
DEBORTOLI COM. DE MATERIAIS DE CONSTRUÇ	Cano 100m	2048	2,000	10,0000	20,00
DEBORTOLI COM. DE MATERIAIS DE CONSTRUÇ	FECHADURA	2048	6,000	22,0000	132,00
DEBORTOLI COM. DE MATERIAIS DE CONSTRUÇ	fio 1,5mm	2048	3,000	69,0000	207,00
DEBORTOLI COM. DE MATERIAIS DE CONSTRUÇ	Joelho 100	2048	4,000	35,0000	140,00
DEBORTOLI COM. DE MATERIAIS DE CONSTRUÇ	Lamp. mista 400w	2048	54,000	2,2500	121,50
DEBORTOLI COM. DE MATERIAIS DE CONSTRUÇ	Lâmpada Fluor 40 w	2048	8,000	8,0000	64,00
DEBORTOLI COM. DE MATERIAIS DE CONSTRUÇ	PARAFUSO	2048	20,000	18,9000	378,00
DEBORTOLI COM. DE MATERIAIS DE CONSTRUÇ	Rebite	2048	15,000	8,5000	127,50
DEBORTOLI COM. DE MATERIAIS DE CONSTRUÇ	Saco de cimento	2048	65,000	3,1900	207,35
DEBORTOLI COM. DE MATERIAIS DE CONSTRUÇ	Tomada	2048	80,000	0,4000	32,00
DEBORTOLI COM. DE MATERIAIS DE CONSTRUÇ	Varão	2048	4,000	32,0000	128,00
Diego zamboni	Conserto de Camara de Ar	2048	9,000	12,0000	108,00
Diego zamboni	CONCERTO DE PNEU	2048	4,000	39,5000	158,00
Diego zamboni	Montagem e Desmontagem de pneu	2006	3,000	10,0000	30,00
Diego zamboni	Troca de Pneu	2006	2,000	20,0000	40,00
ELETRICISTA ABATI	LAMPADA	2006	4,000	26,7500	107,00
ELETRICISTA ABATI	Lampada a vapor 400w de mercúrio	2006	4,000	19,0000	76,00
ELETRICISTA ABATI	Lampadas Led 15 W	2104	4,000	18,0000	72,00
		2104	5,000	42,0000	210,00
		2104	1,000	38,0000	38,00

Página: 3/15

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Dezembro/2016**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ELETRICISTA ABATI	Mão de Obra Parte Elétrica	2104	2,000	1,175,0000	2,350,00
ELETRICISTA ABATI	Reator 2 X 40	2104	1,000	75,0000	75,00
ELETRICISTA ABATI	Reator Sodio 150 W	2104	6,000	87,0000	522,00
ELETRO MECANICA FARENZENSA LTDA ME	abraceadeira	1939	1,000	68,0000	68,00
ELETRO MECANICA FARENZENSA LTDA ME	Abraçadeira plastica media	1939	2,000	1,5000	3,00
ELETRO MECANICA FARENZENSA LTDA ME	ADITIVO RADIADOR	1939	1,000	0,2500	0,25
ELETRO MECANICA FARENZENSA LTDA ME	filtro lubrificante	1939	1,000	35,0000	35,00
ELETRO MECANICA FARENZENSA LTDA ME	Lampada Pingão 12 V 5W	1939	1,000	50,0000	50,00
ELETRO MECANICA FARENZENSA LTDA ME	Lampadas H1 12V PH	1939	1,000	2,0000	2,00
ELETRO MECANICA FARENZENSA LTDA ME	Mangueira de Injeção	1939	1,000	18,0000	18,00
ELETRO MECANICA FARENZENSA LTDA ME	Mão de obra colocação de peças	1939	1,000	26,0000	26,00
ELETRO MECANICA FARENZENSA LTDA ME	Óleo ATHF II	1939	1,000	482,0000	482,00
ELETRO MECANICA FARENZENSA LTDA ME	RADIADOR	1939	0,100	25,0000	2,50
IND. DE MOVEIS ABANES LTDA	Prestação de Serviço em montagem de Placa de marmore	1939	1,000	611,0000	611,00
IRIO TASCA ME	Tubo 40	2140	3,000	100,0000	300,00
IRMAOS WOSNIAK LTDA	Conserto de Roçadeira	2009	12,000	35,0000	420,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Abacaxi Pérola. . Características: boa qualidade e livre de defeitos. Acondicionadas em caixas vazadas plásticas e não de madeira.	2012	3,000	53,3400	160,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Acelga. Características: boa qualidade e tamanho médio. Embalados em plástico de polietileno transparente.	1104	3,000	7,3000	21,90
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Açúcar 5kg	1973	8,000	4,8000	38,40
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Açúcar 5kg	1994	1,000	13,9000	13,90
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Açúcar 5kg	1999	3,000	13,9000	41,70
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Açúcar 5kg	292	2,000	13,9000	27,80
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Açúcar 5kg	304	1,000	13,9000	13,90
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Água mineral embalagem de 20 litros	1970	2,000	10,2000	20,40
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Água mineral embalagem de 20 litros	1102	2,000	10,2000	20,40
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Água mineral embalagem de 20 litros	303	2,000	10,2000	20,40
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Banana Caturra tamanho médio em processo de amadurecimento. Acondicionados em caixas vazadas	1973	35,000	2,4000	84,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Beterabá. Características: firme, tenra, razoavelmente macia, redondas de cor vermelho-vivo e com pele lisa. Embalados em plástico de polietileno transparente.	1973	4,000	4,0000	16,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Biscoito doce sabor chocolate, Pacotes de 300g. O produto deve apresentar-se íntegro, crocante, com sabor e odor agradável. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto, prazo de validade de 1 ano, informação nutricional e ingredientes.	304	6,000	5,3000	31,80
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Biscoito salgado, tipo água e sal - pacotes de 400g. O produto deve apresentar-se íntegro, crocante, com sabor e odor agradável. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 01 mês da data de entrega do produto, prazo de validade de 08 meses, informação nutricional e ingredientes.	304	6,000	4,3000	25,80
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Bules grande de alumínio	2002	1,000	32,0000	32,00

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Dezembro/2016**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 4/15

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Café torrado moído tradicional. De boa qualidade, com selo de pureza ABIC. Embalagens de 500 g, devendo estar intacta, bem vedada e constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto e prazo de validade de 12 meses.	1994	2,000	8,5000	17,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Café torrado moído tradicional. De boa qualidade, com selo de pureza ABIC. Embalagens de 500 g, devendo estar intacta, bem vedada e constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto e prazo de validade de 12 meses.	1999	10,000	8,5000	85,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Café torrado moído tradicional. De boa qualidade, com selo de pureza ABIC. Embalagens de 500 g, devendo estar intacta, bem vedada e constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto e prazo de validade de 12 meses.	1104	10,000	8,5000	85,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Caixa de Bombom Lada	1938	100,000	9,5700	957,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Carne bovina moída de primeira categoria (acém, músculo, ponta de agulha), fresca (moída na hora), isenta de cartilagem e nervo, deve apresentar odor característico, cor variando de vermelho cereja a vermelho escuro, acondicionado em embalagem de 1kg, íntegra, adequada e resistente, com rotulagem especificando o peso, tipo de carne, data de fabricação, data de validade, e com registro de inspeção animal. A quantidade embalada deverá ser de acordo com a solicitação da Secretaria de Educação.	1973	14,000	17,9000	250,60
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Carne bovina picada ou em iscas, isenta de cartilagem e nervo, deve apresentar odor característico, cor variando de vermelho cereja a vermelho escuro, acondicionado em embalagem de 1kg, íntegra, adequada e resistente, com rotulagem especificando o peso, tipo de carne, data de fabricação, data de validade, e com registro de inspeção animal. A quantidade embalada deverá ser de acordo com a solicitação da Secretaria de Educação.	1973	9,000	19,4000	174,60
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Carne bovina picada ou em iscas, isenta de cartilagem e nervo, deve apresentar odor característico, cor variando de vermelho cereja a vermelho escuro, acondicionado em embalagem de 1kg, íntegra, adequada e resistente, com rotulagem especificando o peso, tipo de carne, data de fabricação, data de validade, e com registro de inspeção animal. A quantidade embalada deverá ser de acordo com a solicitação da Secretaria de Educação.	292	4,000	19,4000	77,60
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Chá de cidreira, acondicionado em caixas contendo 15 saquinhos. O produto não deverá apresentar resíduos, bolor ou cheiro não característico. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto e prazo de validade.	1994	3,000	3,9500	11,85
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Chá de maçã acondicionado em caixas contendo 15 saquinhos e conforme descrições do anexo I do Edital.	1994	3,000	4,9500	14,85
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Chaleira de alumínio grande	304	3,000	4,9500	14,85
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Coco ralado; polpa de coco parcialmente desidratada.	2002	1,000	32,0000	32,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Produto acondicionado em embalagens de no mínimo 100 g. O produto deve estar seco, livre de unidades. A embalagem deve estar bem fechada, intacta, e conter data de fabricação e validade do produto	1973	2,000	4,7000	9,40
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Desertupidor de banheiro, composto com soda	1102	2,000	17,4000	34,80
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Desertupidor de banheiro, composto com soda	303	1,000	17,4000	17,40
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Erva mate pacote de 1 kg	1960	1,000	8,6500	8,65
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Erva mate pacote de 1 kg	1970	2,000	8,6500	17,30
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Erva mate pacote de 1 kg	1991	5,000	8,6500	43,25
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Erva mate pacote de 1 kg	1102	5,000	8,6500	43,25
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Erva mate pacote de 1 kg	303	5,000	8,6500	43,25

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Dezembro/2016**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 5/15

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Extrato de tomate, embalagem com 340 gramas, de boa qualidade e bom rendimento. A embalagem não deverá estar estufada, com espuma ou vazamento e deverá conter: data de fabricação de no máximo 01 mês da data de entrega do produto, prazo de validade, informação nutricional e ingredientes.	1973	3,000	2,4500	7,35
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Filtro p/ bomba de churrasco c/ 2 unid	1960	1,000	2,4000	2,40
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Filtro p/ bomba de churrasco c/ 2 unid	1991	2,000	2,4000	4,80
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Filtro p/ bomba de churrasco c/ 2 unid	1996	3,000	2,4000	7,20
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Filtro p/ café nº. 103 c/ 40 unidades	1960	2,000	2,3000	4,60
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Filtro p/ café nº. 103 c/ 40 unidades	1991	4,000	2,3000	9,20
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Filtro p/ café nº. 103 c/ 40 unidades	1996	2,000	2,3000	4,60
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Filtro p/ café nº. 103 c/ 40 unidades	1102	3,000	2,3000	6,90
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Lampada incandescente de no mínimo 25W, com garantia de 01 ano.	1960	2,000	13,6000	27,20
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Laranja Pera. Características: casca íntegra e de cor alaranjada, odor agradável e doce. Embalados em plástico de polietileno transparente ou caixas vazadas plásticas e não de madeira.	1973	60,000	2,8000	168,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Leite UHT integral longa vida. Embalagem tetra pak contendo 1 litro. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto, informação nutricional e registro no Ministério da Agricultura e apresentar Laudo Bromatológico.	1973	32,000	2,9000	92,80
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Limão galego, casca íntegra cor verde, odor agradável. Embalados em plástico de polietileno transparente ou caixas vazadas plásticas.	1973	11,500	5,9500	68,43
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Lixeira plástico c/ tampa 30 litros	1102	1,000	36,6000	36,60
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Macaráo co ovos tipo parafuso. Pacotes de 1 Kg e conforme descrições do anexo I do Edital.	1973	18,000	3,6000	64,80
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Manga. Características: casca íntegra, sem manchas, batidas e amassados. Embalados em plástico de polietileno transparente ou caixas vazadas plásticas e não de madeira.	1973	18,640	5,3000	98,79
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Multi inseticida, com no mínimo 300 ml, não contendo clorofluorcarbono.	1970	2,000	12,4000	24,80
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Pano de prato pronto.	1960	4,000	2,5000	10,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Pano de prato pronto.	303	10,000	2,5000	25,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Papel toalha rolo, c/ 02 unidades	1960	3,000	2,3000	6,90
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Papel toalha rolo, c/ 02 unidades	1970	4,000	2,3000	9,20
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Papel toalha rolo, c/ 02 unidades	1996	4,000	2,3000	9,20
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Papel toalha rolo, c/ 02 unidades	1102	1,000	2,3000	2,30
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Pedra p/ vaso sanitário.	1960	5,000	0,8500	4,25
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Pedra p/ vaso sanitário.	1970	15,000	0,8500	12,75
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Pedra p/ vaso sanitário.	1996	4,000	0,8500	3,40
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Pedra p/ vaso sanitário.	303	10,000	0,8500	8,50
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Pedra p/ vaso sanitário.	1973	10,000	10,8000	108,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Peito de frango congelado. A embalagem deve estar íntegra e deve constar: data de fabricação, prazo de validade, peso e registro de inspeção animal. A quantidade embalada deverá ser de acordo com a solicitação da Secretaria de Educação	1973	11,000	3,6000	39,60
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Pepino. Características: aparência fresca, tenra, sem defeitos e de cor verde. Embalados em plástico de polietileno transparente.	292	20,000	3,7000	74,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Ponkan ou vergamota. Características: casca íntegra, sem manchas e amassados. Embalados em plástico de polietileno transparente ou caixas vazadas.				

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Dezembro/2016**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 6/15

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Prendedor de roupas de madeira c/ 12 unidades	1991	2,000	1,4000	2,80
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Repolho branco. Características: aparência fresca, tenro, firme, sem batidas e de tamanho médio. Embalados em plástico de polietileno transparente.	1973	4,000	2,9000	11,60
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Rodo de borracha com no mínimo 60 cm, com cabo	1970	2,000	11,0000	22,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Rodo de borracha com no mínimo 60 cm, com cabo	1102	2,000	11,0000	22,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Rodo de borracha com no mínimo 60 cm, com cabo	303	2,000	11,0000	22,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Saco plástico transparente 28X40 c/ 100 unidades	303	3,000	6,5000	19,50
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Sagu, classe pérola, tipo 1. Embalagens de 500g do produto. O produto deve apresentar-se limpo, seco e isento de odores estranhos. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto e prazo de validade.	1973	14,000	3,8000	53,20
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Tapete tipo capacho 1,50 mt x 0,60 mt	1991	1,000	23,8000	23,80
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Tapete tipo capacho 1,50 mt x 0,60 mt	1996	2,000	23,8000	47,60
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Tapete tipo capacho 1,50 mt x 0,60 mt	1102	2,000	23,8000	47,60
IVANIR ZILIO		2086	30,000	0,6000	18,00
IVANIR ZILIO	Bolinhas de Natal	2086	1,000	13,8000	13,80
IVANIR ZILIO	Enfeites Natalinos	2086	2,000	7,0000	14,00
IVANIR ZILIO	Estrela led	2086	2,000	5,7500	11,50
IVANIR ZILIO	Galhos Flor	2086	3,000	9,0000	27,00
IVANIR ZILIO	KIT FOTOCOCONDUTOR PARA IM PRESSORA BROTHER	202070	1,000	196,0000	196,00
IVANIR ZILIO	Papai Noel brinquedo	2086	1,000	28,0000	28,00
IVANIR ZILIO	Pinheiro de Natal	2085	2,000	184,0000	368,00
IVANIR ZILIO	Prestação de Serviço de Filiação	2034	1,000	920,0000	920,00
IVANIR ZILIO	Roteador Wireless Tp-link	202070	1,000	149,0000	149,00
IVANIR ZILIO	Saco de Papai Noel	2086	1,000	30,0000	30,00
IVORLEI RODRIGUES ME	Marmitas	2033	33,000	15,5000	511,50
JACY CAMARGO	CONSERTO DE PNEU	1930	2,000	30,0000	60,00
JACY CAMARGO	CONSERTO DE PNEU	1931	1,000	30,0000	30,00
JACY CAMARGO	CONSERTO DE PNEU	2015	2,000	30,0000	60,00
JACY CAMARGO	Troca de Pneu	1931	1,000	25,0000	25,00
Jair Antonio Miryglod	CONSERTO DE PNEU	1928	1,000	40,0000	40,00
Jair Antonio Miryglod	CONSERTO DE PNEU	1932	2,000	15,0000	30,00
Jair Antonio Miryglod	CONSERTO DE PNEU	1933	1,000	40,0000	40,00
Jair Antonio Miryglod	CONSERTO DE PNEU	2040	1,000	40,0000	40,00
Jair Antonio Miryglod	CONSERTO DE PNEU	2041	1,000	40,0000	40,00
Jair Antonio Miryglod	Lavação Completa	202072	1,000	30,0000	30,00
JANDIR ELIZEU PIRAN ME	Serviços de trator de esteiras D50 (horímetro) com operador qualificado, conforme especificações do Edital e Decreto nº 1574, de 23/05/2016, destinado ao incentivo e apoio ao produtor rural.	202074	364,000	84,0000	30.576,00
JS PNEUS LTDA	abração de esteira	2075	1,000	15,0000	15,00
JS PNEUS LTDA	Amortecedor	2075	2,000	150,0000	300,00
JS PNEUS LTDA	Bateria 160 amperes	2031	1,000	300,0000	300,00
JS PNEUS LTDA	Bateria 170 amperes	2032	1,000	450,0000	450,00
JS PNEUS LTDA	Bateria 180 AP	2043	1,000	524,0000	524,00

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Dezembro/2016**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 7/15

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
JS PNEUS LTDA	Bucha	2075	4,000	25,7500	103,00
JS PNEUS LTDA	COXIM	2075	2,000	70,0000	140,00
JS PNEUS LTDA	Disco de freio	2075	2,000	80,0000	160,00
JS PNEUS LTDA	Fluido de freio classificação DOT4/ABNT NBR 9292 EBI 55/1991 tipo 4.	2075	4,000	25,0000	100,00
JS PNEUS LTDA	Kit Amortecedor	2075	2,000	110,0000	220,00
JS PNEUS LTDA	Mangueira	2075	3,000	5,4000	16,20
JS PNEUS LTDA	MÃO DE OBRA	2075	1,000	260,0000	260,00
JS PNEUS LTDA	Montre Amortecedor	2075	2,000	150,0000	300,00
JS PNEUS LTDA	Óleo 15w40	2075	3,800	30,0000	114,00
JS PNEUS LTDA	Óleo Mobil	2075	1,000	30,0000	30,00
JS PNEUS LTDA	Pivo	2075	2,000	90,0000	180,00
JS PNEUS LTDA	Sil Tras gol	2075	1,000	140,0000	140,00
JS PNEUS LTDA	Strock A/G amortecedor	2075	2,000	180,0000	360,00
JS PNEUS LTDA	Terminal	2075	2,000	90,0000	180,00
Leontir Luiz Tiecker	CONCERTO DE PNEU	2014	1,000	15,0000	15,00
MACICOM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	Pedra brita nº 01	2098	2,000	80,0000	160,00
MACICOM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	abraçadeira	1959	1,000	1,0000	1,00
MACICOM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	abraçadeira	2098	1,000	13,9000	13,90
MACICOM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	Alicate 6x6	2098	1,000	18,0000	18,00
MACICOM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	AREIA	2098	2,500	120,0000	300,00
MACICOM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	ARGAMASSA	1959	2,000	29,0000	58,00
MACICOM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	Barra de Ferro	2098	8,000	20,7500	166,00
MACICOM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	Barra de ferro 10 mm 3/8 B12 CA 50	1927	40,000	28,0000	1,120,00
MACICOM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	Barra de ferro 4.2	1927	25,000	6,0000	150,00
MACICOM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	BLOCOS DE CONCRETO	1927	900,000	2,6500	2,385,00
MACICOM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	Brita	1959	1,000	80,0000	80,00
MACICOM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	Bucha	2095	2,000	1,8000	3,60
MACICOM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	Cadeado S35	1959	3,000	11,0000	33,00
MACICOM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	Caixa Provisoria	2095	1,000	36,3000	36,30
MACICOM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	Calhas de chuva	1927	150,000	2,2500	337,50
MACICOM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	Caneleta	1959	2,500	4,2000	10,50
MACICOM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	Cano 100m	1959	3,000	10,0000	30,00
MACICOM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	Cano 150	1959	0,500	25,0000	12,50
MACICOM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	Chapa 2,13 X 5	1959	4,000	40,0000	160,00
MACICOM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	Chave de boca 20mm	1959	1,000	4,5000	4,50
MACICOM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	Cimento 20 Kg	2098	12,000	31,0000	372,00
MACICOM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	Curvas 180° de I	2095	2,000	1,5000	3,00
MACICOM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	Dijuntor 30 Hmperes	2098	3,000	10,0000	30,00
MACICOM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	Eletroldo 21.03p 4.00	2095	1,000	6,8000	6,80
MACICOM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	Extensão	1959	1,000	13,0000	13,00
MACICOM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	FECHADURA	1959	2,000	33,0000	66,00

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Dezembro/2016**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 8/15

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
MACICOM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	Fio	2098	117,000	0,8000	93,60
MACICOM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	fio 1,5mm	2098	37,000	3,3000	122,10
MACICOM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	Fio 10mm preto e azul	2098	35,000	4,3000	150,50
MACICOM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	Fio 2 x 2,5	2098	148,000	1,2000	177,60
MACICOM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	Fio 2/4	1959	2,000	1,8000	3,60
MACICOM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	Fio Paralelo 2 X 1,5	2095	10,000	1,8000	18,00
MACICOM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	FITA CREPE	1959	1,000	10,8000	10,80
MACICOM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	Fita isolante	1959	2,000	2,5000	5,00
MACICOM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	Fita isolante	2095	1,000	2,0000	2,00
MACICOM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	Fita isolante	2098	1,000	5,0000	5,00
MACICOM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	Flexível	1959	4,000	6,8000	27,20
MACICOM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	Ganho com bucha	1959	3,000	0,7500	2,25
MACICOM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	Goivo	1959	2,000	28,0000	56,00
MACICOM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	Interruptor Simples	2098	3,000	6,0000	18,00
MACICOM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	Joelho 25mm	1959	1,000	6,0000	6,00
MACICOM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	LAMPADA	1959	10,000	15,0000	150,00
MACICOM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	LAMPADA	1959	6,000	16,0000	96,00
MACICOM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	Lâmpadas de 100 Watts	1959	2,000	22,0000	44,00
MACICOM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	Luminárias Longa	1959	1,000	45,0000	45,00
MACICOM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	PARAFUSO	1959	99,000	0,1700	16,83
MACICOM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	Parafuso com bucha	1959	60,000	1,5000	90,00
MACICOM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	Parafuso com bucha	2095	8,000	0,2000	1,60
MACICOM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	Rebite	1959	41,000	0,2000	8,20
MACICOM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	Redução	1959	2,000	6,0000	12,00
MACICOM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	Roldana	2098	20,000	0,2500	5,00
MACICOM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	Rolo de Arrame	1927	2,000	7,0000	14,00
MACICOM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	Rolo de pintura	1959	3,000	5,5000	16,50
MACICOM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	Saco de cimento	1927	25,000	30,0000	750,00
MACICOM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	Sifão	1959	2,000	6,0000	12,00
MACICOM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	Tampa Ralo	1959	1,000	7,0000	7,00
MACICOM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	TE	1959	1,000	50,0000	50,00
MACICOM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	Tomada	1959	2,000	6,0000	12,00
MACICOM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	Tomada	2095	3,000	7,0000	21,00
MACICOM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	Tomada	2098	1,000	9,8000	9,80
MACICOM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	Tomada	2098	5,000	6,5000	32,50
MACICOM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	Tomadeira	1959	5,000	8,3200	41,60
MACICOM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	Trena	1959	1,000	14,5000	14,50
MACICOM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	VASO SANITARIO	1959	1,000	150,0000	150,00
MACICOM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	Veda rosca	1959	1,000	2,7000	2,70
MACICOM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	Vidro Liso 3 MM 90 cm x 42 cm	1959	2,150	68,0000	146,20
MACICOM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	Óleo lubrificante a base semi sintética SAE 15W40	296	8,000	22,0000	176,00
MACICOM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	abraçadeira	2046	8,000	0,5000	4,00

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Dezembro/2016**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 9/15

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
MECANICA FARENZENA LTDA	abraceira	2055	4,000	0,5000	2,00
MECANICA FARENZENA LTDA	Balanceamento	1929	2,000	10,0000	20,00
MECANICA FARENZENA LTDA	Chicote completo	2053	1,000	12,0000	12,00
MECANICA FARENZENA LTDA	Conserto do Painel	2055	1,000	350,0000	350,00
MECANICA FARENZENA LTDA	Fio	2046	5,000	3,0000	15,00
MECANICA FARENZENA LTDA	Fio	2053	1,000	20,0000	20,00
MECANICA FARENZENA LTDA	Fusivel	2049	3,000	1,0000	3,00
MECANICA FARENZENA LTDA	Fusivel lamina	2051	10,000	1,0000	10,00
MECANICA FARENZENA LTDA	Geometria	1929	1,000	45,0000	45,00
MECANICA FARENZENA LTDA	LAMPADA	2049	1,000	38,0000	38,00
MECANICA FARENZENA LTDA	Lampada 12v	2051	2,000	2,5000	5,00
MECANICA FARENZENA LTDA	Lampada 1630	2003	1,000	3,0000	3,00
MECANICA FARENZENA LTDA	Lampada H4 24v 75/70W MLJA 5641	2049	4,000	3,0000	12,00
MECANICA FARENZENA LTDA	Lampada Laranja 12v Pino	2051	1,000	8,0000	8,00
MECANICA FARENZENA LTDA	Lampada Laranja 12v Pino	2053	1,000	23,0000	23,00
MECANICA FARENZENA LTDA	Lampada Led 10 W	2051	1,000	24,0000	24,00
MECANICA FARENZENA LTDA	Lampada Pingão 12 V 5W	2053	1,000	30,0000	30,00
MECANICA FARENZENA LTDA	Lâmpada pingo d'água 24v	2046	2,000	3,5000	7,00
MECANICA FARENZENA LTDA	Lâmpada pingo d'água 24v	2053	1,000	3,5000	3,50
MECANICA FARENZENA LTDA	Lâmpada pingo d'água 24v	2055	4,000	3,5000	14,00
MECANICA FARENZENA LTDA	Lâmpadas	2003	3,000	5,0000	15,00
MECANICA FARENZENA LTDA	Lanterna Completa	2053	1,000	13,0000	13,00
MECANICA FARENZENA LTDA	Luminárias Longa	2051	1,000	20,0000	20,00
MECANICA FARENZENA LTDA	MÃO DE OBRA	2053	1,000	631,2500	631,25
MECANICA FARENZENA LTDA	MÃO DE OBRA	2055	1,000	862,5000	862,50
MECANICA FARENZENA LTDA	Mão de obra colocação de peças	2046	1,000	788,7500	788,75
MECANICA FARENZENA LTDA	Mão de obra colocação de peças	2049	1,000	778,7500	778,75
MECANICA FARENZENA LTDA	MÃO DE OBRA INSTALAÇÃO DE MATERIAL ELETRICO	2051	1,000	610,0000	610,00
MECANICA FARENZENA LTDA	MONTAGEM DE PNEU	1929	2,000	12,0000	24,00
MECANICA FARENZENA LTDA	PARAFUSO	2055	3,000	1,0000	3,00
MECANICA FARENZENA LTDA	PORTA ESCOVA	2049	1,000	62,0000	62,00
MECANICA FARENZENA LTDA	Porta Fusivel C/ Fusivel	2049	2,000	5,0000	10,00
MECANICA FARENZENA LTDA	Porta Fusivel Lampada	2049	1,000	25,0000	25,00
MECANICA FARENZENA LTDA	Rebite	2049	3,000	1,0000	3,00
MECANICA FARENZENA LTDA	Regulador	2053	1,000	145,0000	145,00
MECANICA FARENZENA LTDA	Rele	2049	1,000	20,0000	20,00
MECANICA FARENZENA LTDA	ROLAMENTO	2053	1,000	20,0000	20,00
MECANICA FARENZENA LTDA	Sinaleiras	2003	1,000	60,0000	60,00
MECANICA FARENZENA LTDA	Solda	2046	1,000	33,0000	33,00
MECANICA FARENZENA LTDA	Solda estanho	2051	1,000	10,0000	10,00
MECANICA FARENZENA LTDA	Solda estanho	2053	1,000	45,0000	45,00
MECANICA FARENZENA LTDA	Soquete	2046	2,000	10,0000	20,00

Página: 10/15

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Dezembro/2016**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
MECANICA FARENZENA LTDA	Terminal	2046	1,000	10,0000	10,00
MECANICA ZAGO SBLTDA - EPP	Recuperação de Caminhão Volvo 330 placas QHD 4145, ano e modelo 2014, conforme descrição detalhada de peças e serviços do Anexo I do Edital..	2027	1,000	7,050,0000	7,050,00
MEPITA MECANICA PESADA LTDA	Deslocamento	2057	180,000	2,0000	360,00
MEPITA MECANICA PESADA LTDA	Recuperação de motoniveladora Huber Warco 165S, conforme relação de peças e serviços descritos no Anexo I do edital.	202073	1,000	10,886,0500	10,886,05
MEPITA MECANICA PESADA LTDA	Sensor Sistema Alimentação	2057	2,000	289,8500	579,70
MEPITA MECANICA PESADA LTDA	serviço de Verificação Sistema Alimentação e Injeção	2057	1,000	480,0000	480,00
MEPITA MECANICA PESADA LTDA	Serviço Reset modulo de injeção e Alimentação com Scanner	2057	1,000	1,258,0000	1,258,00
MICHEL LEOBET ME	Medalha	2083	40,000	6,0000	240,00
MICHEL LEOBET ME	Troféu	2083	3,000	196,0000	588,00
ML SOM LTDA	Prestação de Serviço e manutenção de som e trava de Vidro	2102	1,000	715,0000	715,00
NITROGEN EQUIPAMENTOS AGROPECUARIOS L	Nitrogênio líquido	2030	199,200	5,0000	996,00
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	Água sanitária - 5 litro	1962	1,000	7,9000	7,90
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	Água sanitária - 5 litro	1993	1,000	7,9000	7,90
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	Copo plástico pequeno café com 100 unidades	1993	2,000	1,1500	2,30
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	Copo plástico pequeno café com 100 unidades	1998	10,000	1,1500	11,50
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	Desinfetante -5 litros	1962	1,000	7,4500	7,45
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	Desinfetante -5 litros		6,000	7,4500	44,70
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	Desinfetante -5 litros	1993	2,000	7,4500	14,90
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	Desinfetante -5 litros	1998	2,000	7,4500	14,90
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	Desodorizador de ambiente spray	1962	1,000	6,7000	6,70
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	Detergente - 500 ml	1962	5,000	1,2800	6,40
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	Detergente - 500 ml		6,000	1,2800	7,68
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	Detergente - 500 ml	1993	2,000	1,2800	2,56
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	Detergente - 500 ml	1998	10,000	1,2800	12,80
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	Espanja de aço 100% ecológica pct com 8 unidades	1962	5,000	1,3000	6,50
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	Espanja de aço 100% ecológica pct com 8 unidades	1993	1,000	1,3000	1,30
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	Espanja de espuma e manta abrasiva de alta qualidade possui adesiva a base d'água e não contém solvente orgânico.	1962	6,000	0,4500	2,70
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	Espanja de espuma e manta abrasiva de alta qualidade possui adesiva a base d'água e não contém solvente orgânico.	1993	2,000	0,4500	0,90
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	Limpa vidros 500 ml.	1962	1,000	2,8500	2,85
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	Limpa vidros 500 ml.		2,000	2,8500	5,70
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	Limpa vidros 500 ml.	1993	1,000	2,8500	2,85
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	Luvas látex PIM/G (p/ limpeza) antiderrapante	1962	1,000	3,9500	3,95
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	Luvas látex PIM/G (p/ limpeza) antiderrapante	1993	2,000	3,9500	7,90
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	Multiuso composto álcool benzeno sulfonato de sódio, álcool, etoxilado, coadjuvantes, sequestrante, fragância e água- 5 litros	1962	1,000	10,8500	10,85
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	Multiuso composto álcool benzeno sulfonato de sódio, álcool, etoxilado, coadjuvantes, sequestrante, fragância e água- 5 litros		2,000	10,8500	21,70
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	Multiuso composto álcool benzeno sulfonato de sódio, álcool, etoxilado, coadjuvantes, sequestrante, fragância e água- 5 litros	1993	2,000	10,8500	21,70

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Dezembro/2016**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 11/15

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	Multiso limpa pesada, composto de dodecil benzeno sulfonato de sódio, tenso ativos não iônicos, coadjuvantes, solubilizantes, sequestrante, éter glicílico, álcool, corante, água, perfume e conservantes -500 ml	1962	3,000	11,7500	35,25
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	Rodo de espuma 30 cm.				
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	Sabão em barra c/ 5 unidades totalizando 1 kg	1993	4,000	6,7500	27,00
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	Saco p/ lixo 100 l, pacote c/ 5 unidades		1,000	4,7500	4,75
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	Saco p/ lixo 50 l, pacote c/ 10 unidades		20,000	2,0000	40,00
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	Saponáceo líquido		5,000	2,0000	10,00
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	Saponáceo líquido	1962	3,000	2,6500	7,95
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	Saponáceo líquido		5,000	2,6500	13,25
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	Saponáceo líquido	1993	2,000	5,30	5,30
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	Saponáceo líquido	1998	10,000	2,6500	26,50
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	Saponáceo pó 300 gs	1962	2,000	1,9900	3,98
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	Saponáceo pó 300 gs		10,000	1,9900	19,90
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	Toalha de banho.		3,000	4,4000	13,20
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	Toalha de banho.	1993	2,000	4,4000	8,80
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	Toalha de papel fardo c/ 1.000 folhas cor creme		4,000	5,7400	22,96
OFICINA MECANICA IRMAOS LOCATELLI LTDA	Serviço de Guincho	2008	1,000	150,0000	150,00
PAULO CEZAR CIVIDINI ME	Lâmpada a vapor 400w de mercúrio	2035	8,000	65,0000	520,00
PAULO CEZAR CIVIDINI ME	Lâmpada de mercúrio 250w	2035	3,000	45,0000	135,00
PAULO CEZAR CIVIDINI ME	Mangueira	2007	1,000	93,0000	93,00
PAULO CEZAR CIVIDINI ME	Mão de Obra Eletricista	2035	1,000	400,0000	400,00
PAULO CEZAR CIVIDINI ME	Reator vapor mercúrio 250w	2035	3,000	96,0000	288,00
PEDREIRA TREZE TIJAS LTDA EPP	Pedra brita nº 01		60,000	50,2242	3,013,45
PEDREIRA TREZE TIJAS LTDA EPP	Pedra Brita nº2		90,000	49,7758	4,479,82
PEDREIRA TREZE TIJAS LTDA EPP	Pedra britada tipo 01 m³		50,000	50,2200	2,511,00
PEDREIRA TREZE TIJAS LTDA EPP	Pedrisco	2028	50,000	69,0000	3,450,00
PEDREIRA TREZE TIJAS LTDA EPP	Transporte e entrega pedra brita nº 01	2028	50,000	9,5000	475,00
PEDREIRA TREZE TIJAS LTDA EPP	Transporte e entrega pedrisco	2028	50,000	9,5000	475,00
POSTO SERIBA LTDA	Óleo lubrificante	2042	1,000	285,0000	285,00
R.N. LOGÍSTICAS & SOLUÇÕES TRANSPORTES F	Prestação de serviços de escavadeira hidráulica(horimetro), com peso mínimo de 17.000 kg, com operador qualificado para manuseio da máquina, conforme especificações do edital.	1969	101,000	189,0000	19,089,00
RADIO CACANJURE LTDA	Divulgação de notas de interesse Público Retrospectiva 2016				
RECAUCHUTADORA RODA LTDA EPP	Recaptação de pneus 18 - 4 x 30	2088	1,000	1,600,0000	1,600,00
Santian Comercio de Peças E Serviços Mecânicos L	Arnela	2099	2,000	1,748,0000	3,496,00
Santian Comercio de Peças E Serviços Mecânicos L	Bucha	2099	1,000	147,0000	147,00
Santian Comercio de Peças E Serviços Mecânicos L	Bucha	2099	3,000	3,0000	9,00
Santian Comercio de Peças E Serviços Mecânicos L	Bucha bandeja	2099	2,000	31,0000	62,00
Santian Comercio de Peças E Serviços Mecânicos L	COXIM	2099	1,000	157,0000	157,00
Santian Comercio de Peças E Serviços Mecânicos L	Filtro Ar	2099	2,000	50,0000	100,00
Santian Comercio de Peças E Serviços Mecânicos L	Filtro Combustível	2099	2,000	105,0000	210,00
Santian Comercio de Peças E Serviços Mecânicos L	Filtro óleo	2099	1,000	29,0000	29,00
Santian Comercio de Peças E Serviços Mecânicos L		2099	1,000	27,0000	27,00
Santian Comercio de Peças E Serviços Mecânicos L		2099	1,000	25,0000	25,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Dezembro/2016**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 12/15

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
Santian Comercio de Peças E Serviços Mecanicos L	Geometria	2099	1,000	60,0000	60,00
Santian Comercio de Peças E Serviços Mecanicos L	Jogo de Cabo de Velas	2099	1,000	65,0000	65,00
Santian Comercio de Peças E Serviços Mecanicos L	Jogo de Palhetas Dianteiro	2099	1,000	56,0000	56,00
Santian Comercio de Peças E Serviços Mecanicos L	Kit Coffa 1554	2099	2,000	28,0000	56,00
Santian Comercio de Peças E Serviços Mecanicos L	MÃO DE OBRA	2099	3,600	64,0000	230,40
Santian Comercio de Peças E Serviços Mecanicos L	Óleo motor	2099	3,800	29,0000	110,20
Santian Comercio de Peças E Serviços Mecanicos L	Pivo	2099	1,000	72,0000	72,00
Santian Comercio de Peças E Serviços Mecanicos L	ROLAMENTO	2099	1,000	120,0000	120,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Abóbora moranga : firme, tenra, de boa qualidade, livre de batidas e manchas.	1995	30,000	3,8000	114,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Achocolatado em pó instantaneo, 400 gramas, ingredientes: açúcar, cacau em pó, maltodextrina, minerais (calcio e ferro) vitaminas (A, B1, B2, niacina, B6, B12 e acido pantotênico/biotina), emulsificante lecitina de soja, aromatizante e antioxidante acido ascórbico. O produto deverá possuir 75 kcal em cada 20g. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e constar: prazo de validade de no mínimo 05 meses apartir da entrega.	1974	5,000	6,3500	31,75
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Álcool 01 litro 46°, para limpeza.	1961	3,000	4,5000	13,50
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Álcool 01 litro 46°, para limpeza.	1971	3,000	4,5000	13,50
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Álcool 01 litro 46°, para limpeza.	1992	2,000	4,5000	9,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Álcool 01 litro 46°, para limpeza.	1997	4,000	4,5000	18,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Amaciante de roupas- embalagens de 5 litros	1103	2,000	7,7500	15,50
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Anies estrelado pacote c/ 20 gr	1961	2,000	3,8500	7,70
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Arroz parboilizado tipo 1, longo fino.Pacotes de 5 Kg. O produto deve ser de boa qualidade, safra corrente, isento de mofo, odores estranhos e substâncias nocivas. Não deve apresentar grãos distoridos (grãos queimados, pedras, cascas e carunchos). A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar prazo de validade de no mínimo 6 meses.	1992	2,000	3,8500	7,70
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Arroz parboilizado tipo 1, longo fino.Pacotes de 5 Kg. O produto deve ser de boa qualidade, safra corrente, isento de mofo, odores estranhos e substâncias nocivas. Não deve apresentar grãos distoridos (grãos queimados, pedras, cascas e carunchos). A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar prazo de validade de no mínimo 6 meses.	1995	7,000	11,7500	82,25
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Balde - 20 l.	1961	2,000	15,5000	31,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Balde - 20 l.	301	2,000	15,5000	31,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Balde - 20 l.	1103	2,000	15,5000	31,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Bebida láctea diversos sabores, emb. de no mínimo 900 ml.	1995	64,000	3,8500	246,40
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Biscoito doce tipo maria, Pacotes de 740g. O produto deve apresentar-se íntegro, crocante, com sabor e odor agradável. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto, prazo de validade de 1 ano, informação nutricional e ingredientes	1995	20,000	4,7000	94,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Biscoito rosquinha de coco, Pacotes de 300g. O produto deve apresentar-se íntegro, crocante, com sabor e odor agradável. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto, prazo de validade de 1 ano, informação nutricional e ingredientes	1974	8,000	4,2500	34,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Biscoito rosquinha de coco, Pacotes de 300g. O produto deve apresentar-se íntegro, crocante, com sabor e odor agradável. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto, prazo de validade de 1 ano, informação nutricional e ingredientes	1995	10,000	4,2500	42,50
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Biscoito rosquinha de coco, Pacotes de 300g. O produto deve apresentar-se íntegro, crocante, com sabor e odor agradável. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto, prazo de validade de 1 ano, informação nutricional e ingredientes	2016	1,000	23,1000	23,10

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Dezembro/2016**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 13/15

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Canjiquita ou quíjira, de acordo com a Portaria no 109 de 24/02/1989. Pacotes de 01 kg. Não deverá apresentar resíduos de impurezas, bolor ou cheiro não característico. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 (um) mês da data de entrega do produto e prazo de validade de no mínimo 6 meses.	1974	3,000	3,8500	11,55
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Carga de gás - 13 kg	301	1,000	56,8000	56,80
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Carga de gás - 13 kg	1103	2,000	56,8000	113,60
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Carga de gás - 13 kg	2091	1,000	56,8000	56,80
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Cebola branca. Características: de primeira qualidade, livre de defeitos, fresca e tamanho médio. Embalados em plástico de polietileno transparente.	1974	2,000	5,1500	10,30
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Cenoura. Características: tenra, firme, sem manchas e batidas na casca. Embalados em plástico de polietileno transparente.	1995	2,000	4,7000	9,40
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Cera líquida - 750 ml	1971	4,000	2,9000	11,60
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Cera líquida - 750 ml	1992	2,000	2,9000	5,80
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Cereal matinal de milho com açúcar., enriquecido com vitaminas e minerais. Embalagem plástica contendo 1 kg do produto. Não deverá apresentar resíduos de impurezas, bolor ou cheiro não característico. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto e prazo de validade.	301	20,000	2,9000	58,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Copo plástico tamanho c/ 100/u 180 ml	1995	18,000	5,2000	93,60
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Copo plástico tamanho c/ 100/u 180 ml	1971	2,000	2,3000	4,60
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Copo plástico tamanho c/ 100/u 180 ml	1992	1,000	2,3000	2,30
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Copo plástico tamanho c/ 100/u 180 ml	301	4,000	2,3000	9,20
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Copo plástico tamanho c/ 100/u 180 ml	1103	10,000	2,3000	23,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Couve Flor, Características: boa qualidade e livre de defeitos. Embalados em plástico de polietileno transparente.	1995	16,000	4,7500	76,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Cuia média para chimarrão	1971	1,000	23,4000	23,40
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Cuia média para chimarrão	2016	1,000	23,4000	23,40
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Cuia média para chimarrão	2024	2,000	23,4000	46,80
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Espanja aço	1961	3,000	1,2500	3,75
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Espanja aço	1971	4,000	1,2500	5,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Feijão preto, tipo 1, selecionado, da última safra, constando no mínimo 90% de grãos na cor característica, variedade correspondente de tamanho e formatos naturais, maduros, limpos e secos. Será permitido o limite de 2 de impurezas e materiais estranhos, obedecendo a Portaria 161 de 24/07/87 - M.A.	1974	2,000	5,3500	10,70
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Embalagem de 1 Kg. devendo estar intacta, bem vedada e constar data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto.				
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Garrafa térmica 2 litros	1997	2,000	111,5000	223,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Garrafa térmica 2 litros	2016	1,000	111,5000	111,50
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	LEITE CONDENSADO	1974	1,000	3,5500	3,55
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Leite em pó integral. Lata de 400g e conforme descrições do anexo I do Edital.	2000	10,000	11,7500	117,50
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Maça Fuji. Características: casca íntegra, sem manchas, batidas e amassados. Embalados em plástico de polietileno transparente ou caixas vazadas plásticas e não de madeira.	1974	41,600	7,3500	305,76
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Maça Fuji. Características: casca íntegra, sem manchas, batidas e amassados. Embalados em plástico de polietileno transparente ou caixas vazadas plásticas e não de madeira.	302	34,000	7,3500	249,90

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Dezembro/2016**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 14/15

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Macaráo com ovos, tipo espaguete reto., Pacotes de 1 kg. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto, prazo de validade de no mínimo 12 meses, informação nutricional, ingredientes.	1995	8,000	3,7500	30,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Mamão. Características: casca fina, lisa, amarela, sem manchas e amassados, polpa macia. Embalados em plástico de polietileno transparente ou caixas vazadas plásticas e não de madeira.	1974	35,000	5,6500	197,75
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Margarina com sal, embalagem de 500 gramas, de boa procedência e qualidade. A embalagem deve estar íntacta bem vedada e deve constar: data de fabricação, prazo de validade, informação nutricional, ingredientes e carimbo do Serviço de Inspeção Federal (SIF).	1974	1,000	3,9000	3,90
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Melancia. Características: casca íntegra, sem manchas e amassados. Acondicionadas em caixas vazadas plásticas e não de madeira.	1995	68,000	1,7500	119,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Milho verde enlatado, embalagem tetra pak ou lata, contendo 200g de peso drenado, não devendo estar amassada, enferrujada ou estufada, com espuma ou vazamento. Na embalagem deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto, prazo de validade, informação nutricional e ingredientes.	1995	1,000	1,9500	1,95
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Ovo de galinha. Características: fresco, casca livre de rachaduras e sujidades. Embalagens contendo 1 dúzia cada, devendo estar intacta e constar prazo de validade.	1995	20,000	6,1000	122,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Papel Higiénico branco - fardo c/ 64 rolos de 6 mt	1961	1,000	40,0000	40,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Papel Higiénico branco - fardo c/ 64 rolos de 6 mt	1971	2,000	40,0000	80,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Papel Higiénico branco - fardo c/ 64 rolos de 6 mt	1992	1,000	40,0000	40,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Papel Higiénico branco - fardo c/ 64 rolos de 6 mt	301	1,000	40,0000	40,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Papel Higiénico branco - fardo c/ 64 rolos de 6 mt	1103	2,000	40,0000	80,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Pó para preparo de gelatina. (sabores diversos). Embalagem contendo 1 kg do produto. Na embalagem deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto, prazo de validade de no mínimo 10 meses a partir da data da entrega, informação nutricional e ingredientes. Apresentar laudo bromatológico de laboratório oficial e ficha técnica assinada pelo técnico responsável.	1974	3,000	15,9000	47,70
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Repolho roxo. Características: aparência fresca, tenro, firme, sem batidas e de tamanho médio. Embalados em plástico de polietileno transparente.	1995	8,000	5,1500	41,20
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Sabão em pó- 1 kg contendo tensoativos biodegradáveis com efeito biodegradável com multi-ação e partículas extra de limpeza.	1961	3,000	4,7500	14,25
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Sabão em pó- 1 kg contendo tensoativos biodegradáveis com efeito biodegradável com multi-ação e partículas extra de limpeza.	1971	7,000	4,7500	33,25
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Sabão em pó- 1 kg contendo tensoativos biodegradáveis com efeito biodegradável com multi-ação e partículas extra de limpeza.	1992	1,000	4,7500	4,75
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Saco p/ lixo 15 l, pacote c/ 10 unidades	1992	2,000	1,7000	3,40
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Saco p/ lixo 15 l, pacote c/ 10 unidades	301	10,000	1,7000	17,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Saco p/ lixo 30 l, pacote c/ 10 unidades	1961	6,000	1,7000	10,20
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Saco p/ lixo 30 l, pacote c/ 10 unidades	1992	2,000	1,7000	3,40
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Saco p/ lixo 30 l, pacote c/ 10 unidades	301	10,000	1,7000	17,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Saco p/ lixo 30 l, pacote c/ 10 unidades	1103	5,000	1,7000	8,50
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Sal refinado e iodado pacotes de até 1 Kg e conforme descrições do anexo I do Edital.	1995	10,000	1,8500	18,50
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Tempero verde (salsinha e cebolinha). Características: aparência fresca, boa qualidade e livre de defeitos. Embalados em plástico de polietileno transparente.	1995	4,000	2,9000	11,60

Página: 15/15

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Dezembro/2016**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Toalha de rosto. Características: Tamanho: 50 cm x 80 cm; Composição: 100% Algodão.	1971	6,000	5,3500	32,10
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Tomate.Características: bem formados, lisos, livre de defeitos, cor vermelho-vivo (maduro) e ligeiramente mole. Embalados em plástico de polietileno transparente.	1995	15,000	5,4500	81,75
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Vassoura de nylon composta de material sintético pigmento e cabo de metal, com proteção plástica que protege o encaixe do cabo na vassoura.	1961	1,000	7,5000	7,50
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Vassoura de nylon composta de material sintético pigmento e cabo de metal, com proteção plástica que protege o encaixe do cabo na vassoura.	1971	3,000	7,5000	22,50
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Vassoura de nylon composta de material sintético pigmento e cabo de metal, com proteção plástica que protege o encaixe do cabo na vassoura.	301	2,000	7,5000	15,00
ZAPELINI SERVICOS DE MAQUINAS LTDA	Transporte de Maquinas dentro do Município	2096	1,000	2,000,0000	2.000,00
ZAPELINI SERVICOS DE MAQUINAS LTDA	Transporte de Maquinas dentro do Município	2097	1,000	2,000,0000	2.000,00
Total Geral do Mês ---->					144.577,97

RELATÓRIO COMPRAS MÊS 12/2016 FMS

Página: 1/4

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MACIEIRA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Dezembro/2016**
 (Artigo 16 da Lei Nº. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Cola de cano 75g	1130	3,000	11,9000	35,70
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Desengripante	1130	4,000	8,5000	34,00
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Fio 2 x 2,5	1130	12,000	1,7500	21,00
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Goivo	1130	2,000	29,5000	59,00
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Lampada Led 10 W	1130	9,000	18,9000	170,10
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Luva Média	1130	6,000	5,0000	30,00
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	massa	1130	2,000	24,9000	49,80
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Massa corrida Suvinil	1130	2,000	34,0000	68,00
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Tinta Spray	1130	3,000	15,0000	45,00
AMADEU MENDES KARPINSKI 13471155953	BATERIAS PARA SONAR GINECOLOGISTA	1151	8,000	14,0000	112,00
AMADEU MENDES KARPINSKI 13471155953	Bules grande de alumínio	1151	1,000	29,9000	29,90
AMADEU MENDES KARPINSKI 13471155953	Chadeira grande	1151	1,000	49,9000	49,90
AMADEU MENDES KARPINSKI 13471155953	Jogo de Lençol com Elástico. Descrição: Utilizado para Revestir Macas, Promove Conforto ao Paciente. Características: Jogo com 3 unidades; Composição: percal 180 fios. Com elástico; Tamanho 0,90 m x 2,10 m; 3 Peças. Cor Branco.	1151	3,000	79,9000	239,70
AMADEU MENDES KARPINSKI 13471155953	Pilhas	1151	10,000	5,0000	50,00
AMADEU MENDES KARPINSKI 13471155953	PISTOLA DE COLA QUENTE PEQUENA	1151	2,000	29,9000	59,80
AMADEU MENDES KARPINSKI 13471155953	Quadro para Alvara	1151	2,000	11,5000	23,00
AMADEU MENDES KARPINSKI 13471155953	Travesseiro Clínico. Descrição: Indicado para conforto do paciente durante os procedimentos, em hospitais, clínicas, consultórios, entre outros. Características: Estrutura ergonômica; Tamanho: grande; Altura: 0,16 m; Comprimento: 0,53 m; Largura: 0,33 m; Peso máximo suportado: 135 kg; Composição: Espuma em flocos de alta qualidade; Revestido com courovin; Cor Azul.	1151	4,000	39,9000	159,60
CAMUZZATO & CAMUZZATO LTDA ME	Mamitas	1091	7,000	15,5000	108,50
FARMÁCIA GEREMIAS LTDA	Forma de Remedio	1172	7,000	122,0900	854,63
FARMÁCIA GEREMIAS LTDA ME	Caixa de Acidovor	1170	2,000	241,2400	482,48
FARMÁCIA GEREMIAS LTDA ME	Caixa de Citoneurin	1170	1,000	13,6400	13,64
FARMÁCIA GEREMIAS LTDA ME	Caixa de Codalem	1170	2,000	68,6100	137,22
FARMÁCIA GEREMIAS LTDA ME	Caixa de Daraprimin	1170	2,000	55,5600	111,12
FARMÁCIA GEREMIAS LTDA ME	Caixa de Magstres	1170	1,000	229,2200	229,22
FARMÁCIA GEREMIAS LTDA ME	Caixa de paraxetina	1170	2,000	47,8100	95,62
FARMÁCIA GEREMIAS LTDA ME	Caixa de Pyloripac	1170	1,000	141,2200	141,22
FARMÁCIA GEREMIAS LTDA ME	Caixa de Xarelto	1170	2,000	232,4300	464,86
FARMÁCIA GEREMIAS LTDA ME	DEFLAZACORT	1170	2,000	37,1100	74,22
GALINA PEÇAS E SERVIÇOS	LAMPADA	1076	1,000	35,0000	35,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Balas sortidas - pacotes com 700 gr	1131	8,000	6,9900	55,92
IVANIR ZILJO	Nobreak 600 W	1079	1,000	641,5000	641,50
IVORLEI RODRIGUES ME	Mamitas	1138	15,000	15,9000	238,50
Jair Antonio Miryglod	CONCERTO DE PNEU	1142	1,000	15,0000	15,00

Página: 2/4

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MACIEIRA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Dezembro/2016**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
JS PNEUS LTDA		1082	1,000	135,0000	135,00
JS PNEUS LTDA		1089	1,000	150,0000	150,00
JS PNEUS LTDA	Balanceamento	1080	4,000	13,0000	52,00
JS PNEUS LTDA	Balanceamento	1084	4,000	14,0000	56,00
JS PNEUS LTDA	Balanceamento	1086	4,000	14,0000	56,00
JS PNEUS LTDA	Balanceamento		4,000	14,0000	56,00
JS PNEUS LTDA	Balanceamento	1089	4,000	28,0000	112,00
JS PNEUS LTDA	Balanceamento	1139	4,000	14,0000	56,00
JS PNEUS LTDA	Cambagem	1080	1,000	25,0000	25,00
JS PNEUS LTDA	Cambagem	1084	1,000	25,0000	25,00
JS PNEUS LTDA	Cambagem	1089	1,000	50,0000	50,00
JS PNEUS LTDA	Cambagem	1139	2,000	35,0000	70,00
JS PNEUS LTDA	CONCERTO DE PNEU	1086	1,000	30,0000	30,00
JS PNEUS LTDA	COXIM	1136	2,000	13,0000	26,00
JS PNEUS LTDA	Escapamento Completo remover	1136	1,000	260,0000	260,00
JS PNEUS LTDA	ESPELHO		1,000	30,0000	30,00
JS PNEUS LTDA	ESPELHO	1089	1,000	45,0000	45,00
JS PNEUS LTDA	Filtro Ar	1084	1,000	35,0000	35,00
JS PNEUS LTDA	Filtro Ar	1086	1,000	35,0000	35,00
JS PNEUS LTDA	Filtro Ar		1,000	35,0000	35,00
JS PNEUS LTDA	Filtro Ar	1089	1,000	40,0000	40,00
JS PNEUS LTDA	Filtro Ar Condicionado		1,000	30,0000	30,00
JS PNEUS LTDA	Filtro Ar Condicionado	1089	1,000	35,0000	35,00
JS PNEUS LTDA	Filtro Combustível	1084	1,000	35,0000	35,00
JS PNEUS LTDA	Filtro Combustível	1086	1,000	35,0000	35,00
JS PNEUS LTDA	Filtro Combustível		1,000	28,0000	28,00
JS PNEUS LTDA	Filtro Combustível	1089	1,000	30,0000	30,00
JS PNEUS LTDA	Filtro óleo	1086	1,000	35,0000	35,00
JS PNEUS LTDA	Filtro óleo		1,000	20,0000	20,00
JS PNEUS LTDA	Geometria	1080	1,000	50,0000	50,00
JS PNEUS LTDA	Geometria	1084	1,000	54,0000	54,00
JS PNEUS LTDA	Geometria		1,000	100,0000	100,00
JS PNEUS LTDA	Geometria	1089	1,000	100,0000	100,00
JS PNEUS LTDA	Geometria	1139	1,000	60,0000	60,00
JS PNEUS LTDA	Geometria / Cambagem	1086	1,000	100,0000	100,00
JS PNEUS LTDA	LAMPADA	1086	2,000	35,0000	70,00
JS PNEUS LTDA	LAMPADA	1136	2,000	20,0000	40,00
JS PNEUS LTDA	Limpeza de Ar Condicionado		1,000	56,0000	56,00
JS PNEUS LTDA	Limpeza de Ar Condicionado	1084	1,000	35,0000	35,00

Página: 3/4

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MACIEIRA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Dezembro/2016**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
JS PNEUS LTDA	Limpeza de Ar Condicionado	1089	1,000	70,0000	70,00
JS PNEUS LTDA	Lona de freio	1089	1,000	140,0000	140,00
JS PNEUS LTDA	MÃO DE OBRA	1136	1,000	20,0000	20,00
JS PNEUS LTDA	MÃO DE OBRA	1139	1,000	70,0000	70,00
JS PNEUS LTDA	Mão de obra colocação de peças	1082	1,000	25,0000	25,00
JS PNEUS LTDA	Mão de obra colocação de peças		1,000	30,0000	30,00
JS PNEUS LTDA	MONTAGEM DE PNEU	1084	2,000	14,0000	28,00
JS PNEUS LTDA	MONTAGEM DE PNEU	1086	4,000	14,0000	56,00
JS PNEUS LTDA	MONTAGEM DE PNEU	1089	4,000	14,0000	56,00
JS PNEUS LTDA	Palheta	1080	1,000	26,0000	26,00
JS PNEUS LTDA	Palheta	1084	1,000	20,0000	20,00
JS PNEUS LTDA	Palheta	1086	1,000	39,0000	39,00
JS PNEUS LTDA	Palheta	1089	2,000	35,0000	70,00
JS PNEUS LTDA	PARAFUSO		8,000	5,0000	40,00
JS PNEUS LTDA	PARAFUSO	1089	2,000	30,0000	60,00
JS PNEUS LTDA	spray antiferugem		1,000	20,0000	20,00
JS PNEUS LTDA	Troca de Pneu	1080	2,000	15,0000	30,00
JS PNEUS LTDA	Troca de Pneu	1084	2,000	14,0000	28,00
JS PNEUS LTDA	Troca de Pneu		2,000	20,0000	40,00
JS PNEUS LTDA	Troca de Pneu	1089	4,000	14,0000	56,00
MACI FARMA LTDA ME	Deflacao corte 6mg	1075	2,000	30,0000	60,00
MACICOM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	Cadeado S35	1144	1,000	12,5000	12,50
MACICOM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	FECHADURA	1144	1,000	15,0000	15,00
MACICOM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	Gancho	1144	7,000	0,3000	2,10
MACICOM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	LAMPADA	1144	2,000	19,5000	39,00
MACICOM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	Sifão	1144	1,000	6,8000	6,80
MACICOM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	Spot	1144	1,000	21,0000	21,00
MACICOM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	Tampa	1144	2,000	1,0000	2,00
MACICOM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	Torneira	1144	1,000	7,0000	7,00
MECANICA FARENZENA LTDA	Amortecedor	1149	1,000	262,0000	262,00
MECANICA FARENZENA LTDA	Balancamento	1077	1,000	20,0000	20,00
MECANICA FARENZENA LTDA	Bomba d' agua	1132	1,000	160,0000	160,00
MECANICA FARENZENA LTDA	Correia	1132	1,000	60,0000	60,00
MECANICA FARENZENA LTDA	Geometria	1077	1,000	45,0000	45,00
MECANICA FARENZENA LTDA	Jogo de Pastilha de Freio	1073	1,000	150,0000	150,00
MECANICA FARENZENA LTDA	Kit Batente Coifa	1149	1,000	25,0000	25,00
MECANICA FARENZENA LTDA	LAMPADA	1073	1,000	48,0000	48,00
MECANICA FARENZENA LTDA	MÃO DE OBRA	1132	1,000	150,0000	150,00
MECANICA FARENZENA LTDA	MÃO DE OBRA	1149	1,000	124,0000	124,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MACIEIRA**

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Dezembro/2016**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 4/4

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
MECANICA FARENZENA LTDA	Mão de obra colocação de peças	1073	1,000	50,0000	50,00
MECANICA FARENZENA LTDA	MONTAGEM DE PNEU	1149	4,000	12,0000	48,00
MECANICA FARENZENA LTDA	Montagem e Desmontagem de pneu	1077	1,000	24,0000	24,00
MECANICA FARENZENA LTDA	ROLAMENTO	1149	1,000	230,0000	230,00
PAULO CEZAR CIVIDINI ME	Conserto ar condicionado	1143	1,000	150,0000	150,00
ROBERTA APARECIDA CAPPELLETTO EIRELI-ME	Prestação de Serviço Conserto do Telefone	1078	1,000	250,0000	250,00
Total Geral do Mês -->					10.106,55

RELATÓRIO DE COMPRAS MÊS 12.2016 FMAS

Página: 1/3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE MACIEIRA
 Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Dezembro/2016**
 (Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ADAILTON ABRAÃO TRANSPORTES LTDA ME	Transporte de Mulher	288	238,000	2,7100	644,98
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	abraçadeira	294	1,000	2,0000	2,00
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Adaptador	294	1,000	5,0000	5,00
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Adubo Hidro 20 kg	294	8,000	2,0000	16,00
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Barbante grosso 6 fios	294	16,000	15,0000	240,00
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Caneletas 20 x 10	294	1,000	8,5000	8,50
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Cano 25mm	294	3,090	25,0000	77,25
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Cola de cano 75g	294	2,000	5,0000	10,00
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Corda	294	15,000	1,0000	15,00
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Curva com rosca 25mm	294	6,000	1,5000	9,00
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Emenda 3/4	294	1,000	3,5000	3,50
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Ferro 4/2	294	0,390	6,5000	2,54
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Fita Zebrada	294	1,000	13,5000	13,50
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	folha de lixa	294	3,000	10,0000	30,00
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Gancho com bucha	294	12,000	0,5000	6,00
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Joelho 20mm	294	3,000	1,0000	3,00
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Lona 6x4, com argolas	294	4,000	10,0000	40,00
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Luva 20mm	294	2,000	1,5000	3,00
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Mangueira	294	6,000	2,5000	15,00
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	MANTA	294	1,000	12,0000	12,00
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	PARAFUSO	294	2,000	0,5000	1,00
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Rolo de lã 1000 mts	294	1,000	19,5000	19,50
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Tampa cano	294	1,000	4,0000	4,00
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	TEE 25mm	294	3,000	2,5000	7,50
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Tinta acrílex	294	1,000	41,7500	41,75
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Tinta acrílica sem brilho 3,6 litros	294	1,000	75,0000	75,00
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Tomeira para jardim	294	1,000	4,5000	4,50
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Trena	294	1,000	12,0000	12,00
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	UNIÃO 25 MM TIGRE	294	6,000	1,0000	6,00
BELI CONFECÇÕES LTDA	Chapeu Grande	295	7,000	11,0000	77,00
BELI CONFECÇÕES LTDA	Chapeu Medio	295	7,000	9,0000	63,00
BELI CONFECÇÕES LTDA	MEADA	295	19,000	3,5000	66,50
ITACIR ANTONIO SERINGHELLI - ME	Caixa de Bombom Lacta	285	200,000	9,5700	1.914,00
IVANIR ZILIO	Arranjo de Flores	296	10,000	2,8000	28,00
IVANIR ZILIO	FILMAGEM DA FESTA 3ª IDADE	306	1,000	960,0000	960,00
IVANIR ZILIO	FILMAGENS	305	1,000	640,0000	640,00
IVANIR ZILIO	HD 2 Tb 3,5 pl Computador	307	1,000	389,0000	389,00
IVANIR ZILIO	Pen drive	296	1,000	44,0000	44,00
IVANIR ZILIO	Vaso de Flor de Natal	296	2,000	66,5000	133,00

Página: 2/3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE MACIEIRA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Dezembro/2016**
(Artigo 16 da Lei Nº. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
KL LANCHONETE E PANIFICADORA	Bolo	299	15,100	18,0000	271,80
KL LANCHONETE E PANIFICADORA	Bolo com cobertura. Nos sabores: coco, laranja, cenoura, baunilha e flocos de milho. Características: tamanho uniforme, fabricado no dia da entrega. Embalagem plástica, esteril e descartável. O transporte deverá ser feito em caixas plásticas apropriadas e não em caixas de madeira ou papelão.	297	36,000	18,0000	648,00
KL LANCHONETE E PANIFICADORA	Cake	299	4,000	16,5000	66,00
KL LANCHONETE E PANIFICADORA	Cuca caseira com fôrnia, com cor e aroma característicos, bem cozida, livre de contaminantes, sem danos físicos oriundos de manuseio e transporte.	299	10,000	6,0000	60,00
KL LANCHONETE E PANIFICADORA	Acondicionados em sacos plásticos apropriados.				
KL LANCHONETE E PANIFICADORA	Pão de Queijo	299	2,100	24,5000	51,45
KL LANCHONETE E PANIFICADORA	Pizza Grande	299	5,000	48,0000	240,00
KL LANCHONETE E PANIFICADORA	Pizza pequena	299	1,000	26,0000	26,00
KL LANCHONETE E PANIFICADORA	Rosquinhas caseiras	299	80,000	0,5000	40,00
Leonir Luiz Tiecker	Serviço de Ornamentação com Flores, Tecidos, Tapetes móveis	298	2,000	340,0000	680,00
MACICOM MATERIASI DE CONSTRUÇÃO	Arela fina	293	0,500	110,0000	55,00
MACICOM MATERIASI DE CONSTRUÇÃO	ARGAMASSA	293	1,000	30,0000	30,00
MACICOM MATERIASI DE CONSTRUÇÃO	ASSENTO PARA VASO SANITÁRIO	293	1,000	25,0000	25,00
MACICOM MATERIASI DE CONSTRUÇÃO	Bucha	293	6,000	0,1500	0,90
MACICOM MATERIASI DE CONSTRUÇÃO	CAL FINO	293	1,000	8,5000	8,50
MACICOM MATERIASI DE CONSTRUÇÃO	Ceramica Simples	293	2,000	16,0000	32,00
MACICOM MATERIASI DE CONSTRUÇÃO	CIMENTO 50 KG	293	2,000	28,5000	57,00
MACICOM MATERIASI DE CONSTRUÇÃO	Corda	293	5,000	1,0000	5,00
MACICOM MATERIASI DE CONSTRUÇÃO	Enrolador de Mangueira	293	1,000	46,0000	46,00
MACICOM MATERIASI DE CONSTRUÇÃO	Ferro 4/2	293	1,000	7,0000	7,00
MACICOM MATERIASI DE CONSTRUÇÃO	LAMPADA	293	3,000	18,0000	54,00
MACICOM MATERIASI DE CONSTRUÇÃO	LUVAS	293	2,000	3,8000	7,60
MACICOM MATERIASI DE CONSTRUÇÃO	Palanque de concreto 10 x 10 (2,5 m)	293	8,000	20,0000	160,00
MACICOM MATERIASI DE CONSTRUÇÃO	Rejunte	293	2,000	3,5000	7,00
MACICOM MATERIASI DE CONSTRUÇÃO	Tijolo c/ 6 furos	293	40,000	0,7500	30,00
MARCELO ANSILIERO ME	Copo plástico 180 ml - médio, pds com 100 unidades	289	5,000	7,5000	37,50
MARCELO ANSILIERO ME	Coca-cola	289	40,000	6,0000	240,00
MARCELO ANSILIERO ME	Guarana	289	54,000	5,5000	297,00
SANTINA MARIA GRITTI MEI	ALGODÃO DOCE	290	1,000	150,0000	150,00
SANTINA MARIA GRITTI MEI	CAMA ELASTICA	290	2,000	150,0000	300,00
SANTINA MARIA GRITTI MEI	Monitor	290	6,000	70,0000	420,00
SANTINA MARIA GRITTI MEI	Pisina de Bolinha Media	290	1,000	160,0000	160,00
SANTINA MARIA GRITTI MEI	Tobogã Pula Pula	290	1,000	300,0000	300,00
SANTINA MARIA GRITTI MEI	Tombo Lrgal	290	1,000	200,0000	200,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	BALAS PECCIN 600G	291	10,000	3,9900	39,90
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Buião de água (casco)	291	1,000	130,0000	130,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Garfinho p/ Bolo descartavel	291	5,000	4,7800	23,90

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE MACIEIRA
 Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Dezembro/2016**
 (Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 3/3

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Guardanapo pacote com 50	291	4,000	2,6100	10,44
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Pratinhos p/ bolo descartavel	291	12,000	4,2500	51,00
Total Geral do Mês -->					10.610,01

Mafra

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 01/2017

PORTARIA Nº 01/2017, de 09 de janeiro de 2017.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORA OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA.

O Vereador EDER GIELGEN, Presidente da Câmara Municipal de Mafra, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Orgânica do Município e, no Regimento Interno,

RESOLVE:

Art. 1º Concede férias à servidora BRUNA RAFAELA WESTARB, ocupante de cargo de auxiliar de serviços administrativos, do quadro de provimento efetivo da Câmara Municipal de Mafra.

Parágrafo Único As férias refere-se ao período aquisitivo de abril de 2015 à abril de 2016, que será usufruída nos seguintes períodos: 11 de janeiro de 2017 à 20 de janeiro de 2017, e de 01 de fevereiro de 2017 à 10 de fevereiro de 2017.

Art. 2º A Câmara Municipal converteu 10 (dez) dias de férias, em abono pecuniário, conforme solicitação feita através de requerimento, devidamente protocolado junto a Presidência da Câmara Municipal e com base no art. 80, § 6º da Lei Complementar nº 16 de 28 de dezembro de 2005 – Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município de Mafra, das Autarquias e Fundações Municipais.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Mafra, 09 de janeiro de 2017.

VER. EDER GIELGEN

Presidente

TERMO DE POSSE MESA DIRETORA EXERCÍCIO 2017

TERMO DE POSSE

MESA DIRETORA

Ao Primeiro dia do mês de Janeiro de Dois Mil e Dezessete, no Cineplus Emacite, sito à Rua Cel. Vitorino Bacelar, nº 63, Centro, após a eleição realizada nesta data, foram eleitos e empossados os membros para compor a Mesa Diretora do 1º Exercício da 18ª Legislatura a partir desta data até o dia 31 de dezembro de 2017, ficando assim constituída:

PRESIDENTE : Ver. Eder Gielgen

VICE-PRESIDENTE : Ver. Adilson Sabatke

1ª SECRETÁRIA : Ver.ª Cláudia Maria Bus

2º SECRETÁRIO : Ver. Valdir Sokolski

Mafra, 1º de janeiro de 2017.

Ver. Eder Gielgen

Ver. Adilson Sabatke

Presidente

Vice-Presidente

Ver. Cláudia Maria Bus

Ver. Valdir Sokolski

1ª Secretária

2º Secretário

TERMO DE POSSE PREFEITO DE VICE GESTÃO 2017-2020

TERMO DE POSSE

PREFEITO MUNICIPAL E

VICE-PREFEITO

Em Primeiro de Janeiro de Dois Mil e Dezessete, às Dezoito horas, no Cineplus Emacite, sito à Rua Cel. Vitorino Bacelar, nº 63, Centro, em Sessão Solene, sob a Presidência do Vereador José Marcos Witt, tomaram posse, respectivamente para o cargo de Prefeito Municipal, o Excelentíssimo Senhor Wellington Roberto Bielecki, e no cargo de Vice-Prefeito, o Excelentíssimo Senhor Vicente de Paulo Bezerra Saliba, para um mandato de 04 (quatro) anos, compreendido entre 1º de Janeiro de 2017 à 31 de Dezembro de 2020.

Após a conferência dos Diplomas expedidos pelo Tribunal Eleitoral, bem como das Declarações de bens entregues pelos eleitos, e procedido o Juramento, o Presidente Vereador José Marcos Witt, declarou empossados o Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e o Excelentíssimo Senhor Vice-Prefeito Municipal, sendo que assinam o presente Termo, para que surta os jurídicos e legais efeitos.

Mafra, 1º de Janeiro de 2017.

Wellington Roberto Bielecki

Prefeito Municipal

Vicente de Paulo Bezerra Saliba

Vice-Prefeito

TERMO DE POSSE VEREADORES 18ª LEGISLATURA

TERMO DE POSSE

18ª LEGISLATURA

Em Primeiro de Janeiro de Dois Mil e Dezessete, às Dezoito horas, nas dependências do Cineplus Emacite, sito à Rua Cel. Vitorino Bacelar, nº 63, Centro, em Sessão Solene da Câmara Municipal de Mafra, sob a Presidência do Vereador José Marcos Witt, e em obediência ao que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu artigo 13, e o Regimento Interno desta Casa, em seu artigo 2º, tomaram posse no cargo de Vereador, para um mandato de 04 (quatro) anos, compreendido entre 1º de Janeiro de 2017 à 31 de Dezembro de 2020.

Após a conferência dos Diplomas expedidos pelo Tribunal Eleitoral, bem como das Declarações de bens entregues pelos eleitos, e procedido o Juramento, o Presidente Vereador José Marcos Witt, declarou empossados os nobres Vereadores, sendo que assinam o presente Termo, para que surta os jurídicos e legais efeitos.

Mafra, 1º de Janeiro de 2017.

Vereador Abel Bicheski

Vereador Adilson Sabatke

Vereador Cirineu Corrêa Cardoso

Vereadora Cláudia Maria Buss

Vereador Dimas Humenhuk

Vereador Ednilson Schelbauer

Vereador Eder Gielgen

Vereador Elcion José Peters

Vereador João Carlos Reiser

Vereador José Marcos Witt

Vereadora Marise Valério Bráz De Oliveira

Vereador Valdir Sokolski

Vereador Vanderlei Peters

Maracajá

PREFEITURA

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2017

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2017

ARLINDO ROCHA, Prefeito do Município de Maracajá, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO a todos os interessados, que de acordo com os Artigos 34 ao 37, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações e demais normas vigentes, à possibilidade geral e irrestrita para proceder ao REGISTRO CADASTRAL, para a atualização ou ingresso de novos fornecedores para a Administração Pública Municipal de Maracajá – SC, conforme segue:

I - DO CADASTRO DE FORNECEDORES:

As pessoas jurídicas que tenham interesse em fornecer ao MUNICÍPIO DE MARACAJÁ – SC, materiais e bens de consumo, de manutenção e de investimento, duráveis ou não, execução de obras e serviços, inclusive de publicidade, deverão REQUERER, junto ao Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal, no horário de expediente a partir da publicação do presente, sua inscrição no CADASTRO MUNICIPAL DE FORNECEDORES.

II - DA HABILITAÇÃO E INSCRIÇÃO:

O Interessado deverá protocolar seu requerimento (conforme modelo em anexo), no setor de protocolo da Prefeitura Municipal, sito à Av. Getúlio Vargas, nº 530, Centro, Maracajá – SC, no horário de atendimento ao público, que deverá estar acompanhado dos seguintes documentos, em via original ou cópia autenticada, conforme o caso:

Ø Pessoas Jurídicas:

Fotocópia do Cartão do CNPJ/MF - (internet).
Fotocópia do Contrato Social da empresa e alterações ou consolidado - (autenticados).
Certidão Negativa de Débitos Municipal - (original).
Certidão Negativa de Débitos com a Receita Federal - (internet).
Certidão Negativa de Débitos com a União (tributos federais) - (internet).
Certidão Negativa de Débitos Estadual - (internet).
Certidão Negativa de Débitos junto ao INSS - (internet).
Certidão Negativa de Débitos junto ao FGTS - (internet).
Dados Bancários (Banco, conta, agência, etc.) - (digitado).
Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

III - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

Os documentos exigidos na forma dos itens anteriores, que tenham data de validade, deverão ser substituídos até o vencimento, para o interessado poder participar de qualquer licitação, ou, no prazo máximo de 30 (trinta) dias de seu vencimento, somente para manter atualizado o cadastro, sob pena do cancelamento do respectivo registro.

Havendo alteração dos atos constitutivos, o fornecedor deverá providenciar a sua juntada e imediata substituição.

Para efeito de cadastro, a proponente deverá fornecer todas as certidões atualizadas e não vencidas e as que não constam prazo de validade, devem ser emitidas pelo órgão competente após a data deste Edital.

Para efeito de participação em Licitações, todas as certidões devem

ser atualizadas e não vencidas e as que não constam prazo de validade, deverão ser emitidas pelo órgão competente após a data do respectivo Edital de que trata a Licitação.

A partir da publicação do presente Edital, na forma da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, o Município de Maracajá, prioritariamente admitirá como fornecedor os devidamente cadastrados, ou para os demais Processos Licitatórios, os que atenderem, até o primeiro dia anterior à data da abertura da licitação, todos os documentos exigidos para cadastro acima numerado, sem prejuízo dos exigidos pelo respectivo Edital.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Maracajá – SC, pelo fone (48) 3523.1111.

Prefeitura Municipal de Maracajá/SC, em 05 de janeiro de 2017.
ARLINDO ROCHA
Prefeito Municipal

Anexo I
(Modelo de Requerimento)

Ao:
Município de Maracajá – SC.
Secretaria de Administração
Comissão Permanente de Licitações

R E Q U E R I M E N T O

Prezados senhores,

A (descrever a Razão Social), empresa sediada na (endereço completo), inscrita no CNPJ/MF (número do CNPJ/MF), e Inscrição Estadual (número da Inscrição Estadual), Telefone, Fax, e-mail, ramo de atividade (descrever a atividade resumida), representada por (descrever o nome, CPF e RG do responsável pela Empresa), vem pelo presente requerer a inscrição do seu cadastro de fornecedor junto à este órgão.

Nestes Termos,

Pede Deferimento

Maracajá/SC, em ____ de _____ de 2017.

CARIMBO CONTENDO A RAZÃO
SOCIAL – ENDEREÇO E CNPJ/MF
DA EMPRESA
Assinatura do Responsável Pela Empresa

Meleiro

PREFEITURA

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL Nº 001-2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MELEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N.º 001/2017

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MELEIRO torna público para conhecimento dos interessados que no dia 23/01/2017, às 08:30 horas estará realizando a reunião de recebimento das propostas do PREGÃO PRESENCIAL N.º 001/2017, objetivando a AQUISIÇÃO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR PARA MANTER ATIVIDADES DOS POSTOS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO NO EXERCÍCIO DE 2017. A íntegra do Edital e maiores informações poderá ser obtido na Prefeitura Municipal de Meleiro, sito a Rua Sete de Setembro, nº 371 – Meleiro/SC, no horário das 7:00 às 13:00 horas de Segunda a Sexta-Feira pelo fone 048-3537-8400 ou através da disponibilização do edital na íntegra no site do município www.meleiro.sc.gov.br.

Meleiro/SC, 09 de janeiro de 2016.
EDER MATTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº016-2017

PORTARIA n.º 016/2017

TRATA DA PRORROGAÇÃO DE LICENÇA MATERNIDADE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município e Lei nº 809/2000, de 03 de abril de 2000 e suas alterações, e Lei nº 1443/2010 de 08 de setembro de 2010, resolve:

PRORROGAR

Art. 1.º A licença maternidade da servidora ANGELA MARIA VALNIER DE LUCA, ocupante do cargo de Professora Efetiva, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, por mais 60 (sessenta) dias, conforme Lei nº 1443/2010.

Art. 2.º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 09 de Janeiro de 2017.
EDER MATTOS
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

Modelo

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 010-2017 EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 001-2017 VEÍCULO APAE

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE MODELO

Aviso de Licitação

Processo nº: 010/2017

Modalidade: Pregão Presencial nº 001/2017

Tipo: Menor preço - Unitário por Item

Objeto: Aquisição de veículo automotor zero quilômetro, van adaptada/transformada em veículo misto de passageiros e cadeirante destinada para a APAE de Modelo/SC. Conforme convênio nº 827936/2016 com o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário e recursos próprios do Município, objetivando a Estruturação de Rede de Serviços de Proteção Social Especial.

Entrega dos Envelopes: 08:30 horas do dia 24 de janeiro de 2017

Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 24 de janeiro de 2017.

Informações e edital na íntegra podem ser retirados no Departamento de Compras e Licitações do Município de Modelo, sito à Rua do Comércio 1304, Centro, Modelo/SC, das 08h:00min às 12h:00min, e das 13h:30min às 17h:30min, ou a qualquer horário pelo site www.modelo.sc.gov.br

Modelo/SC 09 de janeiro de 2017.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 004-2017 - 02.01.2017 - FIORELO TURMINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 004/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

MUNICÍPIO DE MODELO, Estado de Santa Catarina, com sede administrativa na Rua do Comércio nº 1304, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 83.021.832/001-11, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor RICARDO LUIS MALDANER, brasileiro, casado, portador da carteira de identidade nº 2.996.527 e do CPF/MF nº 987.238.989-68, residente e domiciliado na Rua do Comércio, 1488, apto 401, Edifício Civitta, Centro, na Cidade de Modelo, Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e de outro lado:

FIORELO TURMINA, brasileiro, casado, aposentado, portador da carteira de identidade nº 1.381.395 e do CPF/MF nº 182.092.389-49, residente e domiciliado na Rua Josefina Schmitz, lote 12, da quadra 63, Bairro Alvorada, na Cidade de Modelo - SC, doravante somente denominado de CONTRATADO, de comum acordo e com amparo legal na Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, resolvem contratar o objeto do presente contrato pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objetivo, a Contratação de Serviços autônomos de manutenção, limpeza e conservação da fossa do Bairro Alvorada, na Cidade de Modelo, ficando responsável pela limpeza e manutenção.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

A CONTRATANTE pagará ao contratado o valor de R\$ 390,00 (trezentos e noventa reais) mensais, no período de 01 (um) mês, totalizando o valor de R\$ 390,00 (trezentos e noventa reais) pela prestação dos serviços do objeto do contrato e nas condições estabelecidas neste contrato.

CLAUSULA TERCEIRA – DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado em moeda corrente nacional, a vista, mensalmente, conforme a realização do serviço, até o dia 10 do mês subsequente, mediante depósito na conta corrente nº 3982-9, do Banco Sicoob/Creditaipu, agência 3036 e nome do Contratado. Nenhum pagamento será efetuado antecipadamente, a da prestação de serviço.

CLAUSULA QUARTA – DO PRAZO DE ENTREGA DO OBJETO

O serviço prestado deverá ser de primeira qualidade, prestado no período de nove meses, a iniciar no dia 02 de janeiro de 2017 e terminar no dia 31 de janeiro de 2017.

CLAUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

O CONTRATANTE obrigar-se-á:

Cumprir as condições de pagamento, sendo que o pagamento ficará condicionado a prestação do serviço;

Transmitir por escrito determinações sobre possíveis modificações nos objetos fornecidos.

Esclarecer dúvidas que lhe forem apresentadas.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

O CONTRATADO obriga – se – á:

Entregar objeto no prazo estabelecido, obedecendo rigorosamente os critérios estabelecidos neste contrato;

Permitir que os prepostos do Município inspecionem e fiscalizem a qualquer tempo e hora o andamento e as especificações dos serviços prestados.

Responsabilizar-se por todas as despesas relativas ao objeto, bem como os respectivos custos diretos e indiretos, tributos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, seguros, despesas fiscais comerciais, assim como despesas com transporte e deslocamento e quaisquer outras necessárias na prestação dos serviços contratados. Nenhuma reivindicação adicional de pagamento ou reajustamento de preços será considerada.

É do CONTRATADO a obrigação do pagamento de tributos que incidirem sobre os serviços, em qualquer esfera.

Assumir as despesas decorrentes de transporte ferramentas e equipamentos, necessários a entrega do objeto licitado até o município. O Contratado deverá preencher uma planilha de trabalho com as atividades realizadas com dia e hora da prestação dos serviços.

CLAUSULA SETIMA – DA INADIMPLÊNCIA

Em caso de inexecução contratual prevista no artigo 78 da Lei Federal 8.666/93, por culpa da contratado, fica estabelecida a multa de 10 % (dez por cento) sobre o valor do objeto contratado, atualizado pelos índices oficiais.

CLAUSULA OITAVA – DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido por mútuo acordo ou conveniência administrativa, não lhe sendo devido nenhum outro valor a título de indenização ou qualquer outro título, presente ou futuramente, sob qualquer alegação ou fundamento.

CLAUSULA NONA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Será utilizado para o objeto do presente contrato a dotação orçamentária do orçamento vigente.

CLAUSULA DÉCIMA – DO FORO

Para dirimir as questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Modelo, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser, exceto o que dispõe o inciso VIII do art. 29 da constituição Federal.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Nenhuma modificação poderá ser introduzida no contrato sem o consentimento prévio do município, mediante acordo escrito, obedecendo os limites legais permitidos.

Quaisquer comunicações entre as partes com relação a assuntos relacionados a este contrato, serão formalizados por escrito, por carta ou ofício, em duas vias de igual teor e forma, uma das quais visadas pelo destinatário, o que constituirá prova de efetiva entrega.

Os recebimentos decorrentes do fornecimento objeto deste contrato deverão ser feitos diretamente ao representante legal do CONTRATADO.

Os casos omissos a este contrato reger-se-ão pela legislação pertinente a matéria, as Leis Federais 8.666/93 de 21 de junho de 1.993 e 8.883/94.

E por estarem assim justos e contratados, firmam o presente contrato de fornecimento, juntamente com duas testemunhas, em duas vias de igual teor e forma, sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Modelo (SC), aos 02 de janeiro de 2017.

Município de Modelo Ricardo Luís Maldaner Prefeito Municipal – Contratante	Fiorelo Turmina Contratado
--	-------------------------------

Testemunhas:

Nome:	Nome:
-------	-------

Visto:

GILNEI ROBERTO VOGEL OAB/SC Nº 11.283-Assessor Jurídico	
---	--

DECRETO Nº 010/2017

DECRETO Nº 010/2017 DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE O EXPEDIENTE INTERNO E DE ATENDIMENTO AO PÚBLICO NA PREFEITURA MUNICIPAL DE MODELO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal do Município de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, em especial as de conformidade com o disposto no artigo 41, inciso VII da Lei Orgânica Municipal e demais normas legais pertinentes. Considerando as providências e a disponibilidade aos servidores da área administrativa e financeira, para execução dos trabalhos de Prestação de Contas do Exercício de 2016 e abertura das atividades do ano de 2017, Considerando em especial o encerramento do exercício e da gestão 2013-2016,

DECRETA:

Art. 1º - Fica prorrogado até 13 de janeiro de 2017, o expediente especial de atendimento ao público e serviços internos, dos setores

com funcionamento na Sede da Prefeitura Municipal, da seguinte forma:

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA (SEDE DA PREFEITURA):

I – das 08:00 às 12:00 horas – expediente aberto ao público em geral

II – das 13:30 às 17:30 horas – expediente interno (Não haverá atendimento ao público no turno Vespertino)

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),
aos 06 de janeiro de 2017.

RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI
Assessora de Departamento

DECRETO Nº 011/2017

DECRETO Nº 011/2017 DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL GILNEI ROBERTO VOGEL, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 2.253/2016, Lei Orgânica Municipal e demais normas legais que dispõem sobre a matéria,

Considerando o requerimento de exoneração apresentado pelo Servidor,

DECRETA:

Art.1º - Fica exonerado a pedido, a partir de 07.01.2017, o Servidor GILNEI ROBERTO VOGEL, do cargo comissionado de Assessor Jurídico, do Município de Modelo/SC, de conformidade com as disposições legais.

Parágrafo Único: O servidor manterá suas atividades laborais até esta data, afastando-se a partir de 07 de janeiro de 2017.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir desta data.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),
aos 06 de janeiro de 2017.

RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

GILNEI ROBERTO VOGEL

Registrado e Publicado na Data Supra:

FRANCIELI PAVALICINI
Assessora de Departamento

DECRETO Nº 012/2017

DECRETO Nº 012/2017 DE 09 DE JANEIRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE GILNEI ROBERTO VOGEL PARA CARGO EM COMISSÃO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 2.253/2016, Lei Orgânica Municipal e demais normas legais que dispõem sobre a matéria,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado nesta data, o Sr. GILNEI ROBERTO VOGEL, portador do CPF nº 743.300.639-72, RG nº 2.163.043, para desempenho do cargo de ASSESSOR JURÍDICO, do Município de Modelo – SC, de conformidade com as disposições legais.

Art. 2º - O servidor nomeado através deste decreto, perceberá a remuneração do cargo, nível CC-09 do quadro Cargos em Comissão, do Município de Modelo SC, com dedicação semi-integral.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo,
aos 09 de janeiro de 2017.

RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI
Assessora de Departamento

TERMO DE POSSE 002/2017

REFERENTE NOMEAÇÃO CONFORME DECRETO 012/2017

CARGO: ASSESSOR JURÍDICO

Aos nove dias do mês de Janeiro de dois mil e dezessete, no Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo – SC, compareceu o Senhor GILNEI ROBERTO VOGEL, portador do CPF nº 743.300.639-7, RG nº 2.163.043 a fim de tomar posse no cargo de Assessor Jurídico do Município de Modelo SC, conforme Decreto de nomeação nº 012/2017, com lotação no Gabinete do Prefeito do Município de Modelo/SC.

Nesta oportunidade apresentou a declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio, declarou ainda, a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo.

Apresentou laudo medico expedido por profissional autorizado pelo município onde foi julgada apta física e mentalmente para o exercício do referido cargo e, em seguida, satisfeitos os requisitos, foi lhe dado posse.

Comprometeu-se em desempenhar suas atribuições de acordo com as prescrições do Estatuto dos Serviços Públicos Municipais, em especial do magistério publico municipal e demais normas pertinentes, cumprindo com eficiência funcional seus deveres e responsabilidades de acordo com os princípios de dignidade, disciplina, impessoalidade e moralidade, prestando o seguinte depoimento: "Por minha honra e pela pátria, juro cumprir com exatidão, disciplina, honradez, dignidade e escrúpulos, os deveres inerentes ao cargo em provimento efetivo, aceitando as atribuições do cargo para o qual fui nomeado e sua respectiva lotação, prometendo cumpri-lo com dedicação e zelo, em respeito à Lei, a bem do Município e dos meus concidadãos".

Nada mais a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse que vai assinado pelas partes.

Modelo - SC, aos 09 de janeiro de 2017.

GILNEI ROBERTO VOGEL
SERVIDOR

RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 014/2017

DECRETO Nº 014/2017 DE 09 DE JANEIRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL DIANDRA ALEXANDRA COSTA DA ROSA, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 2.253/2016, Lei Orgânica Municipal e demais normas legais que dispõem sobre a matéria,

DECRETA:

Art.1º - Fica exonerada a partir de 10 de janeiro de 2017, a Servidora DIANDRA ALEXANDRA COSTA DA ROSA, do cargo comissionado de Coordenadora de Programas/Atividades Municipais, do Município de Modelo/SC, de conformidade com as disposições legais.

Parágrafo Único: A servidora manterá suas atividades laborais no cargo até esta data, afastando-se a partir de 10 de janeiro de 2017.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),
aos 09 de janeiro de 2017.

RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

DIANDRA ALEXANDRA COSTA DA ROSA

Registrado e Publicado na Data Supra:

FRANCIELI PAVALICINI
Assessora de Departamento

DECRETO Nº 015/2017

DECRETO Nº 015/2017 DE 09 DE JANEIRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE DIANDRA ALEXANDRA COSTA DA ROSA PARA CARGO EM COMISSÃO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 2.253/2016, Lei Orgânica Municipal e demais disposições legais sobre a matéria,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a partir de 10 de janeiro de 2017, a Sra. DIANDRA ALEXANDRA COSTA DA ROSA, portadora do CPF nº 020.698.880-02, RG nº 4107434856, para desempenho do cargo em comissão de ASSESSORA ADMINISTRATIVA, no assessoramento das atividades do Gabinete do Prefeito de Modelo – SC, e demais funções pertinentes ao cargo, de conformidade com as disposições legais.

Art. 2º - A servidora nomeada através deste Decreto, perceberá a remuneração do cargo, nível CC-03, do quadro de servidores Cargos em Comissão, do Município de Modelo - SC, com dedicação integral.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo,
aos 09 de janeiro de 2017.
RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI
Assessora de Departamento

TERMO DE POSSE 003/2017
REFERENTE NOMEAÇÃO CONFORME DECRETO 015/2017
Cargo em Comissão: Assessora Administrativa

Aos dez dias do mês de janeiro de dois mil e dezessete, no Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo - SC, compareceu a Senhora DIANDRA ALEXANDRA COSTA DA ROSA, portadora do CPF nº 020.698.880-02, RG nº 4107434856, a fim de tomar posse no cargo de Assessora Administrativa do município de Modelo - SC, conforme nomeação de que dispõe o Decreto nº 015/2017, com lotação no Departamento Municipal de Administração e Fazenda do município de Modelo - SC.

Nesta oportunidade apresentou a declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio, declarou ainda, a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo.

Apresentou laudo médico expedido por profissional autorizado pelo município onde foi julgada apta física e mentalmente para o exercício do referido cargo e, em seguida, satisfeitos os requisitos, foi-lhe dado posse.

Comprometeu-se em desempenhar suas atribuições de acordo com as prescrições do Estatuto dos Serviços Públicos Municipais e demais normas pertinentes, cumprindo com eficiência funcional seus deveres e responsabilidades de acordo com os princípios de dignidade, disciplina, impessoalidade e moralidade, prestando o seguinte depoimento:

"Por minha honra e pela pátria, juro cumprir com exatidão, disciplina, honradez, dignidade e escrúpulos, os deveres inerentes ao cargo, aceitando as atribuições do cargo para o qual fui nomeada e sua respectiva lotação, prometendo cumpri-lo com dedicação e zelo, em respeito à Lei, a bem do Município e dos meus concidadãos".

Nada mais a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse que vai assinado pelas partes.

Modelo - SC, aos 10 de janeiro de 2017.

DIANDRA ALEXANDRA COSTA DA ROSA
Servidora

RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 010-2017 LAVAGEM E CONSERTO DE PNEUS

Extrato de Contrato nº 010/2017
ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MODELO
Processo Licitatório nº 268/2016
Pregão nº 021/2016
Contratada: JOSÉ EDGAR UTZIG
Valor: R\$ 28.164,93

O Prefeito de Modelo/SC, RICARDO LUIS MALDANER, torna público que realizou contrato com a empresa vencedora do Processo Licitatório supracitado, objetivando a aquisição de SERVIÇOS DE BORRACHARIA, SENDO: CONSERTO, REMENDO, MONTAGEM, DESMONTAGEM E TROCA DE PNEUS, E LAVAGEM DE VEÍCULOS PERTENCENTES À PREFEITURA MUNICIPAL DE MODELO PARA O ANO DE 2017.

Modelo/SC, 09 de janeiro de 2017.
RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 012-2017 LAVAGEM E CONSERTO DE PNEUS-FMS

Extrato de Contrato nº 012/2017-FMS
ESTADO DE SANTA CATARINA – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MODELO
Processo Licitatório nº 270/2016
Pregão nº 022/2016
Contratada: JACOBY E JACOBY LTDA
Valor: R\$ 3.796,75

O Gestor do FMS de Modelo/SC, ERNO MICHIELIN, torna público que realizou contrato com a empresa vencedora do Processo Licitatório supracitado, objetivando a aquisição de SERVIÇOS DE BORRACHARIA, SENDO: CONSERTO, REMENDO, MONTAGEM, DESMONTAGEM E TROCA DE PNEUS, E LAVAGEM DE VEÍCULOS PERTENCENTES À PREFEITURA MUNICIPAL DE MODELO PARA O ANO DE 2017.

Modelo/SC, 06 de janeiro de 2017.
ERNO MICHIELIN
Gestor do FMS

PORTARIA Nº 008/2017

PORTARIA Nº 008/2017 DE 09 DE JANEIRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE A LOTAÇÃO E ATRIBUIÇÃO DE EXERCÍCIO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ADRIANA ANGELICA SCHULZ, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, de conformidade com as Leis Municipais nºs 971/90, 1.513/2002, 1.960/2010, 2.253/2016 e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica atribuído à Servidora Pública Municipal ADRIANA ANGELICA SCHULZ, nomeada pelo Decreto nº 0246/2016, o exercício das funções do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais Internos, na Sede do Conselho Tutelar do Município de Modelo/SC, nos horários estabelecidos no Anexo I, e nos demais setores de conformidade com o disposto no Anexo II, integrantes desta Portaria, no período de 09.01.2017 a 31.01.2017.

Art. 2º - A Servidora desempenhará suas atribuições de conformidade com as atribuições do cargo, das solicitações e encaminhamentos dos responsáveis dos respectivos setores, em cumprimento da jornada de trabalho de 40 horas semanais, com lotação no Departamento Municipal de Educação, sendo apropriadas as despesas, observada a jornada de cada setor.

Parágrafo Único: O controle de frequência do Conselho Tutelar será através de ficha ponto manual, e no CRAS e Departamento Municipal de Educação através de relógio ponto digital.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),
aos 09 de janeiro de 2017.

RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI
Assessora de Departamento

ANEXO I – Horário do Conselho Tutelar

	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	
MAT		07:30 - 09:30 Conselho Tutelar		07:30 - 09:30 Conselho Tutelar		
VESP						

Ciente e de acordo:

ANTONIO DOS SANTOS
Presidente do Conselho Tutelar

ANEXO II – Horários demais Setores

	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	
MAT	07:30 – 11:30 CEI Pequeno Lar	07:30 - 09:30 Conselho Tutelar	07:30 - 09:30 Cras	07:30 - 09:30 Conselho Tutelar	07:30 - 11:30 CEI Pequeno Lar	
		09:30 – 11:30 CEI Pequeno Lar	09:30 – 11:30 CEI Pequeno Lar	09:30 – 11:30 CEI Pequeno Lar		
VESP	14:30 – 18:30 CEI Pequeno Lar	14:30 – 18:30 CEI Pequeno Lar	14:30 – 18:30 CEI Pequeno Lar	14:30 – 18:30 CEI Pequeno Lar	14:30 – 18:30 CEI Pequeno Lar	

Composição da jornada:

Conselho Tutelar: 04 h/s

CRAS: 02 h/s

CEI Pequeno Lar/Educação: 34 h/s

Total: 40 h/s

Mondaí

PREFEITURA

DECRETO Nº 4.921 DE 06/01/2017

ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETO Nº. 4.921, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia os membros titulares e suplentes do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MONDAÍ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que estão conferidas no artigo 56, inciso IV, da Lei Orgânica do Município de Mondaí, de 05 de abril de 1990,

CONSIDERANDO, o cumprimento dos dispositivos contidos na Lei Municipal nº 3.606 de 22 de dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os abaixo relacionados para compor o Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, para o mandato de 02 (dois) anos, sendo:

I – Representantes do Governo Municipal:

a) Secretaria Municipal de Assistência Social:

Titular: Susane Inês Spezzatto

Suplente: Juliano Rigo

b) Secretaria Municipal de Educação:

Titular: Rejane Alberti Markoski

Suplente: Vânia Sackmann Miotto

c) Secretaria Municipal da Saúde:

Titular: Caren Rodrigues

Suplente: Rafaela Slavieiro

d) Secretaria Municipal da Administração:

Titular: Militão Knapp

Suplente: Ivalino de Oliveira

e) Secretaria Municipal da Agricultura:

Titular: Catiane dos Santos

Suplente: Gilberto Dammann

II- Representantes da Sociedade Civil:

a) Organização de Usuários:

Titular: Lori Laura Krein

Suplente: Darcila Lazzari Disegna

b) Entidades e Organizações de Assistência Social, devidamente inscritas no CMAS:

Titular: Vanessa Selke Toebe - APAE

Suplente: Janes Paula Ody - APAE

Titular: Michele Fank – Terra Nova

Suplente: Nei Fabio Dal Pias – Terra Nova

c) Representantes e Entidades de Trabalhadores do Setor:

Titular: Eloir Faria Migoski - CRAS

Suplente: Angélica Eikhoff - CRAS

Titular: Rogério Costa – Terra Nova

Suplente: Luciane Francieli Goergen - APAE

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando na sua íntegra o Decreto Municipal nº 4.863 de 10 de Agosto de 2016.

Prefeitura Municipal de Mondaí, 06 de janeiro de 2017.

VALDIR RUBERT

Prefeito Municipal

MILITÃO KNAPP

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA Nº 042/2017

ATOS DO PODER EXECUTIVO

PORTARIA Nº. 042 DE 03 DE JANEIRO DE 2017.

=====

Convoca Servidor Afastado.

O PREFEITO MUNICIPAL de Mondaí em Exercício, VALDIR RUBERT, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no Art. 160, inciso II da Lei Municipal 3.195 de 22 de dezembro de 2006, resolve:

CONVOCAR o servidor LUIZ CARLOS STANG, brasileiro, casado, residente e domiciliado no Município de Mondaí, Estado de Santa Catarina, portador da Cédula de Identidade nº 6.299.086-4, inscrito no CPF sob nº 911.690.469-91, matrícula 2117, servidor desta Municipalidade lotado no cargo de provimento efetivo de Advogado, afastado desde 16.04.2015, atualmente no exercício de cargo comissionado na Assessoria Jurídica na Câmara Municipal de Arapoti/PR, para no prazo de 30 (trinta) dias da ciência deste, assumir as atribuições do cargo de ADVOGADO junto a este Município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições constantes na Portaria 186/2015 de 13 de abril de 2015.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Mondaí, 03 de janeiro de 2017.

VALDIR RUBERT

Prefeito Municipal de Mondaí

MILITÃO KNAPP

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA Nº 043/2017

ATOS DO PODER EXECUTIVO

PORTARIA Nº. 043 DE 03 DE JANEIRO DE 2017.

NOMEIA DIRETOR GERAL

O PREFEITO MUNICIPAL de Mondaí Estado de Santa Catarina, VALDIR RUBERT, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas na Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 018 de 28 de novembro de 2006, Lei Complementar nº 048 de 03 de setembro de 2013, e Lei Municipal 3.195 de 22 de dezembro de 2006, resolve:

NOMEAR SIDNEI RODRIGUES, brasileiro, casado, residente e domiciliado neste Município, portador da Cédula de Identidade nº 3.492.156, inscrito no CPF sob nº 022.902.709-11, matrícula 3516, para exercer a função de DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DA MERENDA ESCOLAR. Enquadrado no Regime Jurídico Estatutário, contribuinte ao RGPS – Regime Geral de Previdência Social, percebendo os vencimentos conforme enquadramento da função no quadro de pessoal comissionado do Município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Mondaí, 03 de janeiro de 2017.

VALDIR RUBERT

Prefeito Municipal de Mondaí

MILITÃO KNAPP

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA Nº 044/2017

ATOS DO PODER EXECUTIVO

PORTARIA Nº. 044 DE 03 DE JANEIRO DE 2017.

NOMEIA ASSESSOR ESPECIAL

O PREFEITO MUNICIPAL de Mondaí Estado de Santa Catarina, VALDIR RUBERT, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas na Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 018 de 28 de novembro de 2006 e Lei Municipal 3.195 de 22 de dezembro de 2006, resolve:

NOMEAR, KARINA ZULEICA GIEHL, brasileira, residente e domiciliada neste Município, portadora da Cédula de Identidade nº 5.567.243, inscrita no CPF sob nº 071.213.879-05, matrícula 3517, para exercer a função de ASSESSOR ESPECIAL na Secretaria Municipal da Educação. Enquadrada no Regime Jurídico Estatutário, contribuinte ao RGPS – Regime Geral de Previdência Social, percebendo os vencimentos conforme enquadramento da função no quadro de pessoal comissionado do Município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Mondaí, 03 de janeiro de 2017.

VALDIR RUBERT

Prefeito Municipal de Mondaí

MILITÃO KNAPP

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA Nº 045/2017

ATOS DO PODER EXECUTIVO

PORTARIA Nº. 045 DE 03 DE JANEIRO DE 2017.

NOMEIA ASSESSOR ESPECIAL

O PREFEITO MUNICIPAL de Mondaí Estado de Santa Catarina, VALDIR RUBERT, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas na Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 018 de 28 de novembro de 2006 e Lei Municipal 3.195 de 22 de dezembro de 2006, resolve:

NOMEAR, LILIA NARDI, brasileira, residente e domiciliada neste Município, portadora da Cédula de Identidade nº 3.431.320, inscrita no CPF sob nº 029.901.959-47, matrícula 3518, para exercer a função de ASSESSOR ESPECIAL na Secretaria Municipal da Educação. Enquadrada no Regime Jurídico Estatutário, contribuinte ao RGPS – Regime Geral de Previdência Social, percebendo os vencimentos conforme enquadramento da função no quadro de pessoal

comissionado do Município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Mondaí, 03 de janeiro de 2017.

VALDIR RUBERT

Prefeito Municipal de Mondaí

MILITÃO KNAPP

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Morro da Fumaça

PREFEITURA

DECRETO Nº 017/2016

DECRETO Nº 017/2016, de 06 de Janeiro de 2017.

“DESIGNA PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO PARA REALIZAÇÃO DOS PREGÕES DO MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O senhor AGENOR CORAL, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 69, XII, da Lei Orgânica Municipal, e de conformidade com o artigo 3º, inciso IV da Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto nº 2.249/2005, de 09 de novembro de 2005; DECRETA:

Art. 1º Fica designado como Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Morro da Fumaça, do Fundo Municipal de Saúde, do Fundo Municipal de Assistência Social, Fundo Municipal da Infância e Adolescência - FIA, Fundo Municipal de Esportes e Turismo e da Fundação Municipal de Meio Ambiente: DIEGO ELIAS ESTEVAM, matrícula nº 3801, para atuar nos Pregões destinados à aquisição de bens e serviços comuns, com as seguintes atribuições:

- a) credenciar os participantes;
- b) receber as propostas;
- c) analisar a aceitabilidade das propostas;
- d) classificar as propostas;
- e) receber os lances;
- f) analisar a aceitabilidade dos lances;
- g) classificar os licitantes segundo o critério de menor preço;
- h) verificar os documentos de habilitação do licitante que apresentou a melhor proposta;
- i) declarar vencedor o licitante que atender as exigências fixadas no edital;
- j) adjudicar o objeto do certame ao licitante declarado vencedor;

Art. 2º Fica designada a Equipe de Apoio composta pelos seguintes servidores, ocupantes de cargo na Prefeitura Municipal:

- a) ROBSON FRANCISCONI - Apoio / Matrícula nº 5130;
- b) JOSETE NIEHUES - Apoio / Matrícula nº 3649.

Parágrafo único. A Equipe de Apoio cabe auxiliar o Pregoeiro em todas as suas atribuições.

Art. 4º. Conforme o disposto na Lei Orgânica Municipal, art. 69, Parágrafo único, passa a ser atribuição do Secretário do Sistema Econômico: a autorização de abertura de processos de Pregão, a expedição dos respectivos editais, a certificação de suas publicações em mural público e a homologação dos respectivos processos.

Art. 65º Os trabalhos do Pregoeiro e da Equipe de Apoio encerrar-se-ão em 31.12.2017.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na presente data.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 06 de Janeiro de 2017.

AGENOR CORAL

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se:

DALVANIA CARDOSO

Secretária do Sistema Econômico

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

DECRETO Nº 018/2017

DECRETO Nº 018/2017, de 06 de Janeiro de 2017.

“DESIGNA OS NOVOS MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O senhor AGENOR CORAL, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 69, XII, da Lei Orgânica Municipal, e de conformidade com a lei nº. 8.666/93;

DECRETA:

Art. 1º Ficam designados os membros da Comissão Permanente de Licitações da Prefeitura Municipal de Morro da Fumaça, do Fundo Municipal de Saúde, do Fundo Municipal de Assistência Social, Fundo Municipal da Infância e Adolescência, Fundo Municipal de Esportes e Fundação Municipal do Meio Ambiente, composta dos seguintes membros.

1. ROBSON FRANCISCONI - Presidente / Matrícula nº 5130;
2. JOSETE NIEHUES – Membro/Matrícula 3649
3. DIEGO ELIAS ESTEVAM - Secretário / Matrícula nº 3801

Parágrafo único. Conforme o disposto na Lei Orgânica Municipal, art. 69, Parágrafo único, passa a ser atribuição do Secretário do Sistema Econômico: a autorização de abertura de processos licitatórios, a expedição dos respectivos editais, a certificação de suas publicações em mural público e a homologação dos processos licitatórios.

Art. 2º Os trabalhos da Comissão Permanente de Licitação encerrar-se-ão em 31.12.2017.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na presente data.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 06 de Janeiro de 2017.

AGENOR CORAL

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se:

DALVANIA CARDOSO

Secretária do Sistema Econômico

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

DECRETO Nº 019/2017

DECRETO Nº 019/2017, em 06 de Janeiro de 2017.

NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL-COMPDEC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O senhor AGENOR CORAL, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 69, XII, da Lei Orgânica Municipal e pela Lei Municipal n. 1557, de 11 de Setembro de 2013 e Lei Federal n. 12608, de 10 de Abril de 2012;

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os membros da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil (COMDEC), a saber:

I- Coordenadoria Municipal de Defesa Civil (COMDEC):

1. Edmar Backman- Coordenador;
2. Fabrício Recco- Secretário

3. Humberto Geremias- Setor Técnico;
4. Michel Tavares Ferreira – Setor Operativo.

Art. 2º Ficam nomeados, os membros do Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil-COMPDEC, a seguir denominados:

I- Conselho Comunitário:

1. Greicy Salvador Zaccaron- Secretária do Sistema de Educação, Esportes, Cultura e Turismo do Município de Morro da Fumaça;
2. Sônia Silveira Rocha da Silva- Secretária do Sistema de Saúde e Desenvolvimento Social;
3. Elaine Cristina Bortolatto Serafin- Coordenadora de Desenvolvimento Social de Morro da Fumaça;
4. Robson Francisconi – Representante do Gabinete do Prefeito;
5. Ricardo Pacagnan da Rocha- Representante da Secretaria do Sistema Econômico;
6. Eduardo Guollo- Vice-prefeito municipal;
7. Valdete Guollo Salvan- Representante do Lions Clube de Morro da Fumaça;
8. Maria Bortolin- Representante das Pastorais Comunitárias de Morro da Fumaça;
9. Paulinho Bortolon- Representante do SINDICER – Sindicato da Indústria da Cerâmica Vermelha.

II- A Presidência da Comissão de Defesa Civil será exercida pelo Servidor do Setor Operativo, Sr. Michel Tavares Ferreira.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor nesta data ficando revogada toda e qualquer disposição em contrário, em especial o Decreto n. 082/2015.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 06 de Janeiro de 2017.
AGENOR CORAL
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

DALVANIA CARDOSO
Secretária do Sistema Econômico

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

CONTRATOS DEZ/2016 FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNIC. DE ASSIST. SOCIAL DE MORRO DA FUMACA

Folha: 1/3

CNPJ: 01.456.013/0001-32
RUA 20 DE MAIO, 100
C.E.P.: 88830-000 - Morro da Fumaça - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Dezembro/2016.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** DEIVID THOMAZ LUIZ**C.P.F.:** 064.591.249-22**Modalidade:****Número da Licitação:****Número do Processo:****Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 1-2/2016**Fundamento Legal:****Objeto:** O Locador coloca a disposição do Locatário, um imóvel (casa) sito Rua Reinaldo Guollo, nº s/n. Bairro: Matilde Recco, Morro da Fumaça/SC, para abrigar família desalojada em virtude de desmoronamentos de encosta no ano de 2011.**Data da Assinatura:** 16/12/2016**Data da Publicação no Diário Oficial:** 10/01/2017**Vigência:** 16/12/2016 a 31/01/2017**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** FUNDO MUNIC. DE ASSIST. SOCIAL DE MORRO DA FUMACA / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:****Contratado:** JAQUELINE TUAN**C.P.F.:** 039.485.209-50**Modalidade:****Número da Licitação:****Número do Processo:****Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 1-3/2016**Fundamento Legal:****Objeto:** O Locador coloca a disposição do Locatário, um imóvel (casa) sito rua Idalina Maccari Biff, Nº77 Bairro: Capelinha em Morro da Fumaça/SC, para abrigar família desalojada em virtude de desmoronamentos de encosta no ano de 2011.**Data da Assinatura:** 16/12/2016**Data da Publicação no Diário Oficial:** 10/01/2017**Vigência:** 16/12/2016 a 31/01/2017**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** FUNDO MUNIC. DE ASSIST. SOCIAL DE MORRO DA FUMACA / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:**

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNIC. DE ASSIST. SOCIAL DE MORRO DA FUMACA

Folha: 2/3

CNPJ: 01.456.013/0001-32
RUA 20 DE MAIO, 100
C.E.P.: 88830-000 - Morro da Fumaça - SC**Mês/Ano da Assinatura:**
Dezembro/2016.**Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** ANDERSON FRASSON**C.P.F.:** 056.760.059-98**Modalidade:****Número da Licitação:****Número do Processo:****Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 1-5/2016**Fundamento Legal:****Objeto:** O Locador coloca a disposição do Locatário, um imóvel (casa) sito Bairro Lot. Matilde Recco, em Morro da Fumaça/SC, para abrigar família desalojada em virtude de desmoronamentos de encosta no ano de 2011.**Data da Assinatura:** 16/12/2016**Data da Publicação no Diário Oficial:** 10/01/2017**Vigência:** 16/12/2016 a 31/01/2017**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** FUNDO MUNIC. DE ASSIST. SOCIAL DE MORRO DA FUMACA / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** SINDICATO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS D**CNPJ:** 82.849.027/0001-18**Modalidade:** Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 1/2016**Número do Processo:** 1/2016**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 1-6/2016**Fundamento Legal:****Objeto:** O Locador coloca a disposição do Locatário, um imóvel sito na Rua: 20 de Maio, nº 379, centro, Morro da Fumaça, SC, para funcionamento do Telecentro Comunitário - Programa de Inclusão Digital.**Data da Assinatura:** 16/12/2016**Data da Publicação no Diário Oficial:** 10/01/2017**Vigência:** 16/12/2016 a 31/01/2017**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** FUNDO MUNIC. DE ASSIST. SOCIAL DE MORRO DA FUMACA / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:**

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNIC. DE ASSIST. SOCIAL DE MORRO DA FUMACA

Folha: 3/3

CNPJ: 01.456.013/0001-32
RUA 20 DE MAIO, 100
C.E.P.: 88830-000 - Morro da Fumaça - SC**Mês/Ano da Assinatura:**
Dezembro/2016.**Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**

Contratado: SINDICATO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS D
CNPJ: 82.849.027/0001-18
Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços
Número da Licitação: 2/2016 **Número do Processo:** 2/2016 **Outra Entidade:** Não
Número do Contrato ou Aditivo: 1-7/2016
Fundamento Legal:
Objeto: O Locador coloca a disposição do Locatário, um imóvel sito na Rua: Pedro Frasson, nº 79, centro, Morro da Fumaça, SC, para funcionamento do PRONATEC

Data da Assinatura: 16/12/2016
Data da Publicação no Diário Oficial: 10/01/2017
Vigência: 16/12/2016 a 31/01/2017
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora / Número: FUNDO MUNIC. DE ASSIST. SOCIAL DE MORRO DA FUMACA / Nr.:
Gestão / Número:
Número do Empenho:
Valor: 0,00 **Forma de Pagamento:** À Vista

Contratado: MARLENE PACAGNAN ZOMER
C.P.F.: 981.115.159-87
Modalidade:
Número da Licitação: **Número do Processo:** **Outra Entidade:** Não
Número do Contrato ou Aditivo: 1-13/2016
Fundamento Legal:
Objeto: O objeto do presente Contrato é a Locação de uma Casa com 89m² (oitenta e nove metros quadrados) a qual o Locador coloca a disposição do Locatário, sita a Rua Padre Francisco Comer - 481, Bairro Jussara em Morro da Fumaça/SC, para abrigar família desalojada em virtude de desmoronamentos de encosta no ano de 2011.

Data da Assinatura: 16/12/2016
Data da Publicação no Diário Oficial: 10/01/2017
Vigência: 16/12/2016 a 31/01/2017
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora / Número: FUNDO MUNIC. DE ASSIST. SOCIAL DE MORRO DA FUMACA / Nr.:
Gestão / Número:
Número do Empenho:
Valor: 0,00 **Forma de Pagamento:**

CONTRATOS DEZ/2016 FMS**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MORRO DA FUMACA**

Folha: 1/3

CNPJ: 10.598.648/0001-65

RUA 20 DE MAIO, 100

C.E.P.: 88830-000 - Morro da Fumaça - SC

Mês/Ano da Assinatura:**Dezembro/2016.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** CAMPOS E ROCHA INFORMÁTICA E INFORMAÇÃO LTDA ME**CNPJ:** 09.524.859/0001-74**Modalidade:** Convite p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 18/2016**Número do Processo:** 18/2016**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 1-10/2016**Fundamento Legal:****Objeto:** CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS PARA LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÕES TÉCNICAS REFERENTES AO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA VIGILANCIA SANITÁRIA, BEM COMO A MANUTENÇÃO PERIODICA DO SISTEMA DE CONTROLE DO ALVARA SANITARIO, IMPLEMENTAÇÃO DE ROTINAS PARA EFICIENCIA NA COBRANÇA DA TAXA DO ALVARA SANITÁRIO**Data da Assinatura:** 05/12/2016**Data da Publicação no Diário Oficial:** 10/01/2017**Vigência:** 05/12/2016 a 31/12/2016**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MORRO DA FUMACA / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 1.700,00**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** RENALDO CASAGRANDE**C.P.F.:** 641.516.549-68**Modalidade:****Número da Licitação:****Número do Processo:****Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 1-1/2016**Fundamento Legal:****Objeto:** Após o término do presente contrato, o Locatário compromete-se a devolver o imóvel ora locado, nas mesmas condições em que o recebeu. A permanência do locatário no imóvel após o término do presente contrato somente será possível por um outro contrato inteiramente novo e totalmente desvinculado deste. Quando do interesse do locatário na permanência do imóvel, deve o mesmo se manifestar por escrito, no mínimo 60 dias antes do término do mesmo, para que sejam negociadas as novas bases contratuais,**Data da Assinatura:** 16/12/2016**Data da Publicação no Diário Oficial:** 10/01/2017**Vigência:** 16/12/2016 a 31/01/2017**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MORRO DA FUMACA / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:**

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MORRO DA FUMACA**

Folha: 2/3

CNPJ: 10.598.648/0001-65
RUA 20 DE MAIO, 100
C.E.P.: 88830-000 - Morro da Fumaça - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Dezembro/2016.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** HILARIO EMILIO CASAGRANDE**C.P.F.:** 245.037.209-10**Modalidade:** Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 6/2016**Número do Processo:** 6/2016**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 1-4/2016**Fundamento Legal:****Objeto:** O Locador coloca a disposição do Locatário, um imóvel para abrigo sito a Rua Genovefa Guglielmi Bortolatto, s/n, Centro, no Município de Morro da Fumaça/SC, para o almoxarifado do Fundo Municipal de Saúde.**Data da Assinatura:** 16/12/2016**Data da Publicação no Diário Oficial:** 10/01/2017**Vigência:** 16/12/2016 a 31/01/2017**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MORRO DA FUMACA / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:****Contratado:** DIVINO DAMIAN DE PIERI**C.P.F.:** 582.844.949-49**Modalidade:** Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 14/2016**Número do Processo:** 14/2016**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 1-6/2016**Fundamento Legal:****Objeto:** O Locador coloca a disposição do Locatário, 01 (um) imóvel neste Município de Morro da Fumaça/SC, para funcionamento do CAPS(Centro de Atendimento Psíquico Social).**Data da Assinatura:** 16/12/2016**Data da Publicação no Diário Oficial:** 10/01/2017**Vigência:** 16/12/2016 a 31/01/2017**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MORRO DA FUMACA / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:**

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MORRO DA FUMACA**

Folha: 3/3

CNPJ: 10.598.648/0001-65
RUA 20 DE MAIO, 100
C.E.P.: 88830-000 - Morro da Fumaça - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Dezembro/2016.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos

Contratado: DANIEL LUIZ CARDOSO MACCARI
C.P.F.: 867.657.289-53
Modalidade: Outras Modalidades
Número da Licitação: 2/2016 **Número do Processo:** 2/2016 **Outra Entidade:** Não
Número do Contrato ou Aditivo: 1-29/2016
Fundamento Legal:
Objeto: CREDENCIAMENTO DE MÉDICOS ESPECIALISTAS conforme anexo.

Data da Assinatura: 29/12/2016
Data da Publicação no Diário Oficial: 10/01/2017
Vigência: 29/12/2016 a 31/12/2017
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora / Número: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MORRO DA FUMACA / Nr.:
Gestão / Número:
Número do Empenho:
Valor: 0,00 **Forma de Pagamento:**

Contratado: DR. ALEXANDER HELUANY
C.P.F.: 918.094.526-00
Modalidade: Outras Modalidades
Número da Licitação: 27/2016 **Número do Processo:** 27/2016 **Outra Entidade:** Não
Número do Contrato ou Aditivo: 1-22/2016
Fundamento Legal:
Objeto: CREDENCIAMENTO MEDICO CIRURGIAO GERAL

Data da Assinatura: 29/12/2016
Data da Publicação no Diário Oficial: 10/01/2017
Vigência: 29/12/2016 a 31/12/2017
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora / Número: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MORRO DA FUMACA / Nr.:
Gestão / Número:
Número do Empenho:
Valor: 0,00 **Forma de Pagamento:**

CONTRATOS DEZ/2016 PMMF

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA

Folha: 1/17

CNPJ: 83.000.323/0001-02
RUA 20 DE MAIO, 100
C.E.P.: 88830-000 - Morro da Fumaça - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Dezembro/2016.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos

Contratado: CAMPOS E ROCHA INFORMÁTICA E INFORMAÇÃO LTDA ME

CNPJ: 09.524.859/0001-74

Modalidade: Convite p/ Compras e Serviços

Número da Licitação: 30/2016

Número do Processo: 30/2016

Outra Entidade: Não

Número do Contrato ou Aditivo: 1-22/2016

Fundamento Legal:

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS PARA LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÕES TÉCNICAS JUNTO A SECRETÁRIA DE FINANÇAS, SETOR DE TRIBUTOS (RECEITAS PRÓPRIAS DO MUNICÍPIO).

Data da Assinatura: 05/12/2016

Data da Publicação no Diário Oficial: 10/01/2017

Vigência: 05/12/2016 a 31/12/2016

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora / Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA / Nr.:

Gestão / Número:

Número do Empenho:

Valor: 3.600,00

Forma de Pagamento: À Vista

Contratado: BAGGIO SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM

CNPJ: 02.336.601/0001-03

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 65/2016

Número do Processo: 65/2016

Outra Entidade: Não

Número do Contrato ou Aditivo: 1-59/2016

Fundamento Legal:

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA: MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS, SERVIÇOS DE MÁQUINAS PARA O DESASSOREAMENTO DE RIOS, CÓRREGOS E CANAIS, conforme anexo.

Data da Assinatura: 12/12/2016

Data da Publicação no Diário Oficial: 10/01/2017

Vigência: 12/12/2016 a 31/12/2017

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora / Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA / Nr.:

Gestão / Número:

Número do Empenho:

Valor: 0,00

Forma de Pagamento:

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA**

Folha: 2/17

CNPJ: 83.000.323/0001-02
RUA 20 DE MAIO, 100
C.E.P.: 88830-000 - Morro da Fumaça - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Dezembro/2016.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** TERRAPLANAGEM JULIMAR LTDA - ME**CNPJ:** 10.674.540/0001-04**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 65/2016**Número do Processo:** 65/2016**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 1-58/2016**Fundamento Legal:****Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA: MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS, SERVIÇOS DE MÁQUINAS PARA O DESASSOREAMENTO DE RIOS, Córregos e Canais, conforme anexo.**Data da Assinatura:** 12/12/2016**Data da Publicação no Diário Oficial:** 10/01/2017**Vigência:** 12/12/2016 a 31/12/2017**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:****Contratado:** CONSTRUSIZE CONSTRUÇOES LTDA - EPP**CNPJ:** 09.611.404/0001-96**Modalidade:** Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 52/2015**Número do Processo:** 52/2015**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 3-61/2015**Fundamento Legal:****Objeto:** CONSTRUÇÃO DA PRAÇA DE ESPORTES RODOVIA TRANQUILO SARTOR, CONFORME ANEXO.**Data da Assinatura:** 12/12/2016**Data da Publicação no Diário Oficial:** 10/01/2017**Vigência:** 12/12/2016 a 31/12/2016**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:**

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA

Folha: 3/17

CNPJ: 83.000.323/0001-02
RUA 20 DE MAIO, 100
C.E.P.: 88830-000 - Morro da Fumaça - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Dezembro/2016.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos

Contratado: CONSTRUSIZE CONSTRUÇOES LTDA - EPP
CNPJ: 09.611.404/0001-96
Modalidade: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia
Número da Licitação: 52/2015 **Número do Processo:** 52/2015 **Outra Entidade:** Não
Número do Contrato ou Aditivo: 2-61/2015
Fundamento Legal:
Objeto: CONSTRUÇÃO DA PRAÇA DE ESPORTES RODOVIA TRANQUILO SARTOR, CONFORME ANEXO.

Data da Assinatura: 12/12/2016
Data da Publicação no Diário Oficial: 10/01/2017
Vigência: 12/12/2016 a 31/12/2016
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora / Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA / Nr.:
Gestão / Número:
Número do Empenho:
Valor: 0,00 **Forma de Pagamento:**

Contratado: BCL EMPREENDIMENTOS LTDA
CNPJ: 12.218.083/0001-79
Modalidade: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia
Número da Licitação: 41/2016 **Número do Processo:** 41/2016 **Outra Entidade:** Não
Número do Contrato ou Aditivo: 1-41/2016
Fundamento Legal:
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA DA ESTRADA MUNICIPAL TRANQUILO SARTOR conforme anexo

Data da Assinatura: 12/12/2016
Data da Publicação no Diário Oficial: 10/01/2017
Vigência: 12/12/2016 a 31/12/2017
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora / Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA / Nr.:
Gestão / Número:
Número do Empenho:
Valor: 0,00 **Forma de Pagamento:**

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA**

Folha: 4/17

CNPJ: 83.000.323/0001-02
RUA 20 DE MAIO, 100
C.E.P.: 88830-000 - Morro da Fumaça - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Dezembro/2016.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos

Contratado: SIDEK SERVIÇOS DE ATERRO E ESCAVAÇÃO LTDA
CNPJ: 95.865.788/0001-05
Modalidade: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia
Número da Licitação: 46/2016 **Número do Processo:** 46/2016 **Outra Entidade:** Não
Número do Contrato ou Aditivo: 1-40/2016
Fundamento Legal:
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA DRENAGEM PLUVIAL NO BAIRRO GRAZIELA NAS RUAS BEPE BERTAN, PLASCIDO PIVA, JOSÉ GOULART E RUA PROJETADA conforme anexo.

Data da Assinatura: 12/12/2016
Data da Publicação no Diário Oficial: 10/01/2017
Vigência: 12/12/2016 a 31/12/2017
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora / Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA / Nr.:
Gestão / Número:
Número do Empenho:
Valor: 0,00 **Forma de Pagamento:**

Contratado: JAZIDA AGUAS CLARAS LTDA ME
CNPJ: 15.238.155/0001-38
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 44/2016 **Número do Processo:** 44/2016 **Outra Entidade:** Não
Número do Contrato ou Aditivo: 1-38/2016
Fundamento Legal:
Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE HORAS-MÁQUINAS, MATERIAL SAIBRO PARA AS ESTRADAS VICINAIS E TUBOS DE DRENOS, conforme anexo

Data da Assinatura: 12/12/2016
Data da Publicação no Diário Oficial: 10/01/2017
Vigência: 12/12/2016 a 31/12/2017
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora / Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA / Nr.:
Gestão / Número:
Número do Empenho:
Valor: 0,00 **Forma de Pagamento:**

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA**

Folha: 5/17

CNPJ: 83.000.323/0001-02
RUA 20 DE MAIO, 100
C.E.P.: 88830-000 - Morro da Fumaça - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Dezembro/2016.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos

Contratado: HELIO RECCO ME
CNPJ: 07.964.343/0001-15
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 65/2016 **Número do Processo:** 65/2016 **Outra Entidade:** Não
Número do Contrato ou Aditivo: 1-57/2016
Fundamento Legal:
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA: MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS, SERVIÇOS DE MÁQUINAS PARA O DESASSOREAMENTO DE RIOS, Córregos e Canais, conforme anexo.

Data da Assinatura: 12/12/2016
Data da Publicação no Diário Oficial: 10/01/2017
Vigência: 12/12/2016 a 31/12/2017
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora / Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA / Nr.:
Gestão / Número:
Número do Empenho:
Valor: 0,00 **Forma de Pagamento:**

Contratado: HELIO RECCO ME
CNPJ: 07.964.343/0001-15
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 44/2016 **Número do Processo:** 44/2016 **Outra Entidade:** Não
Número do Contrato ou Aditivo: 1-37/2016
Fundamento Legal:
Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE HORAS-MÁQUINAS, MATERIAL SAIBRO PARA AS ESTRADAS VICINAIS E TUBOS DE DRENOS, conforme anexo

Data da Assinatura: 12/12/2016
Data da Publicação no Diário Oficial: 10/01/2017
Vigência: 12/12/2016 a 31/12/2017
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora / Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA / Nr.:
Gestão / Número:
Número do Empenho:
Valor: 0,00 **Forma de Pagamento:**

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA**

Folha: 6/17

CNPJ: 83.000.323/0001-02
RUA 20 DE MAIO, 100
C.E.P.: 88830-000 - Morro da Fumaça - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Dezembro/2016.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos

Contratado: RTM RINCAO TERRAPLANAGEM E MAO DE OBRA EIRELI - ME
CNPJ: 19.858.793/0001-02
Modalidade: Tomada de Preço p/ Compras e Serviços
Número da Licitação: 69/2016 **Número do Processo:** 69/2016 **Outra Entidade:** Não
Número do Contrato ou Aditivo: 1-69/2016
Fundamento Legal:
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTA SEXTAVADA DA RUA LUIZ CASAGRANDE CONFORME ANEXOS.

Data da Assinatura: 12/12/2016
Data da Publicação no Diário Oficial: 10/01/2017
Vigência: 12/12/2016 a 31/12/2017
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora / Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA / Nr.:
Gestão / Número:
Número do Empenho:
Valor: 0,00 **Forma de Pagamento:**

Contratado: JAZIDA AGUAS CLARAS LTDA ME
CNPJ: 15.238.155/0001-38
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 87/2016 **Número do Processo:** 87/2016 **Outra Entidade:** Não
Número do Contrato ou Aditivo: 1-75/2016
Fundamento Legal:
Objeto: CONTRATAÇÃO DE HORAS/MÁQUINAS PARA DESASSOREAMENTO DE RIOS CÓRREGOS E CANAIS, conforme projeto.

Data da Assinatura: 12/12/2016
Data da Publicação no Diário Oficial: 10/01/2017
Vigência: 12/12/2016 a 31/12/2017
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora / Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA / Nr.:
Gestão / Número:
Número do Empenho:
Valor: 0,00 **Forma de Pagamento:**

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA**

Folha: 7/17

CNPJ: 83.000.323/0001-02
RUA 20 DE MAIO, 100
C.E.P.: 88830-000 - Morro da Fumaça - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Dezembro/2016.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos

Contratado: BRANCO PEDRAS ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA - EPP
CNPJ: 04.834.318/0001-29
Modalidade: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia
Número da Licitação: 57/2016 **Número do Processo:** 57/2016 **Outra Entidade:** Não
Número do Contrato ou Aditivo: 1-49/2016
Fundamento Legal:
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS DAS RUAS JOÃO DE BONA E VITORIO CASAGRANDE, conforme anexo.

Data da Assinatura: 12/12/2016
Data da Publicação no Diário Oficial: 10/01/2017
Vigência: 12/12/2016 a 31/12/2017
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora / Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA / Nr.:
Gestão / Número:
Número do Empenho:
Valor: 0,00 **Forma de Pagamento:**

Contratado: BRANCO PEDRAS ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA - EPP
CNPJ: 04.834.318/0001-29
Modalidade: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia
Número da Licitação: 83/2016 **Número do Processo:** 83/2016 **Outra Entidade:** Não
Número do Contrato ou Aditivo: 1-74/2016
Fundamento Legal:
Objeto: CONTRATAÇÃO ATRAVÉS DE EMPREITADA GLOBAL PARA PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS SEXTAVADAS DA RUA HUMBERTO SALVAN, CONFORME PROJETO.

Data da Assinatura: 12/12/2016
Data da Publicação no Diário Oficial: 10/01/2017
Vigência: 12/12/2016 a 31/12/2016
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora / Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA / Nr.:
Gestão / Número:
Número do Empenho:
Valor: 0,00 **Forma de Pagamento:**

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA

Folha: 8/17

CNPJ: 83.000.323/0001-02
RUA 20 DE MAIO, 100
C.E.P.: 88830-000 - Morro da Fumaça - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Dezembro/2016.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** LASERTEC - TONERS E CARTUCHOS LTDA**CNPJ:** 09.028.165/0001-46**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 14/2015**Número do Processo:** 14/2015**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 1-18/2016**Fundamento Legal:****Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DAS IMPRESSORAS DO MUNICIPIO, conforme anexo.**Data da Assinatura:** 12/12/2016**Data da Publicação no Diário Oficial:** 10/01/2017**Vigência:** 12/12/2016 a 31/12/2017**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:****Contratado:** EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUARIA E EXTENSAO RURAL**CNPJ:** 83.052.191/0001-62**Modalidade:** Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 26/2016**Número do Processo:** 26/2016**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 1-19/2016**Fundamento Legal:****Objeto:** Prestação de serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural pela CONTRATADA para a CONTRATANTE, contendo as ações descritas no Plano anual de trabalho - PAT.**Data da Assinatura:** 12/12/2016**Data da Publicação no Diário Oficial:** 10/01/2017**Vigência:** 12/12/2016 a 31/12/2017**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:**

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA**

Folha: 9/17

CNPJ: 83.000.323/0001-02
RUA 20 DE MAIO, 100
C.E.P.: 88830-000 - Morro da Fumaça - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Dezembro/2016.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos

Contratado: FORMULA TOPOGRAFIA LTDA - ME
CNPJ: 23.155.389/0001-40
Modalidade: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia
Número da Licitação: 40/2016 **Número do Processo:** 40/2016 **Outra Entidade:** Não
Número do Contrato ou Aditivo: 2-42/2016
Fundamento Legal:
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PAVIMENTAÇÃO DA RUA VALENTIM MARAGNO E DA RUA DONA EMILIA DA SILVA COM LAJOTAS SEXTAVADA DE CONCRETO conforme anexo.

Data da Assinatura: 12/12/2016
Data da Publicação no Diário Oficial: 10/01/2017
Vigência: 12/12/2016 a 31/12/2017
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora / Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA / Nr.:
Gestão / Número:
Número do Empenho:
Valor: 0,00 **Forma de Pagamento:**

Contratado: FORMULA TOPOGRAFIA LTDA - ME
CNPJ: 23.155.389/0001-40
Modalidade: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia
Número da Licitação: 50/2016 **Número do Processo:** 50/2016 **Outra Entidade:** Não
Número do Contrato ou Aditivo: 2-43/2016
Fundamento Legal:
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTA SEXTAVADA NAS RUAS CÔNEGO DOMINONI E EMA CESCA DE SOUZA

Data da Assinatura: 12/12/2016
Data da Publicação no Diário Oficial: 10/01/2017
Vigência: 12/12/2016 a 31/12/2017
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora / Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA / Nr.:
Gestão / Número:
Número do Empenho:
Valor: 0,00 **Forma de Pagamento:**

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA**

Folha: 10/17

CNPJ: 83.000.323/0001-02
RUA 20 DE MAIO, 100
C.E.P.: 88830-000 - Morro da Fumaça - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Dezembro/2016.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** CLONIX INFORMATICA ME**CNPJ:** 04.588.693/0001-36**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 36/2015**Número do Processo:** 36/2015**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 1-2/2016**Fundamento Legal:****Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INTERNET conforme anexo.**Data da Assinatura:** 12/12/2016**Data da Publicação no Diário Oficial:** 10/01/2017**Vigência:** 12/12/2016 a 31/12/2017**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:****Contratado:** FORMULA TOPOGRAFIA LTDA - ME**CNPJ:** 23.155.389/0001-40**Modalidade:** Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 54/2016**Número do Processo:** 54/2016**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 1-50/2016**Fundamento Legal:****Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁTICA DA RUA JOSÉ GUGLIELMI, conforme anexo.**Data da Assinatura:** 12/12/2016**Data da Publicação no Diário Oficial:** 10/01/2017**Vigência:** 12/12/2016 a 31/12/2017**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:**

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA**

Folha: 11/17

CNPJ: 83.000.323/0001-02
RUA 20 DE MAIO, 100
C.E.P.: 88830-000 - Morro da Fumaça - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Dezembro/2016.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos

Contratado: FORMULA TOPOGRAFIA LTDA - ME
CNPJ: 23.155.389/0001-40
Modalidade: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia
Número da Licitação: 64/2016 **Número do Processo:** 64/2016 **Outra Entidade:** Não
Número do Contrato ou Aditivo: 1-63/2016
Fundamento Legal:
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTA SEXTAVADA DA RUA FRANCISCO MROCZKOSKI conforme anexo.

Data da Assinatura: 12/12/2016
Data da Publicação no Diário Oficial: 10/01/2017
Vigência: 12/12/2016 a 31/12/2017
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora / Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA / Nr.:
Gestão / Número:
Número do Empenho:
Valor: 0,00 **Forma de Pagamento:**

Contratado: BRANCO PEDRAS ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA - EPP
CNPJ: 04.834.318/0001-29
Modalidade: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia
Número da Licitação: 52/2016 **Número do Processo:** 52/2016 **Outra Entidade:** Não
Número do Contrato ou Aditivo: 1-45/2016
Fundamento Legal:
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REVITALIZAÇÃO DA RUA VINTE DE MAIO

Data da Assinatura: 12/12/2016
Data da Publicação no Diário Oficial: 10/01/2017
Vigência: 12/12/2016 a 31/12/2017
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora / Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA / Nr.:
Gestão / Número:
Número do Empenho:
Valor: 0,00 **Forma de Pagamento:**

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA**

Folha: 12/17

CNPJ: 83.000.323/0001-02
RUA 20 DE MAIO, 100
C.E.P.: 88830-000 - Morro da Fumaça - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Dezembro/2016.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos

Contratado: FORMULA TOPOGRAFIA LTDA - ME
CNPJ: 23.155.389/0001-40
Modalidade: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia
Número da Licitação: 53/2016 **Número do Processo:** 53/2016 **Outra Entidade:** Não
Número do Contrato ou Aditivo: 1-46/2016
Fundamento Legal:
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE CALÇADA NA AVENIDA CELESTE RECCO.

Data da Assinatura: 12/12/2016
Data da Publicação no Diário Oficial: 10/01/2017
Vigência: 12/12/2016 a 31/12/2017
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora / Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA / Nr.:
Gestão / Número:
Número do Empenho:
Valor: 0,00 **Forma de Pagamento:**

Contratado: BETHA SISTEMAS LTDA.
CNPJ: 00.456.865/0001-67
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 79/2013 **Número do Processo:** 79/2013 **Outra Entidade:** Não
Número do Contrato ou Aditivo: 6-10/2014
Fundamento Legal:
Objeto: AQUISIÇÃO DE SOFTWARES PARA FUNCIONAMENTO DE TODA A PREFEITURA conforme anexo.

Data da Assinatura: 13/12/2016
Data da Publicação no Diário Oficial: 10/01/2017
Vigência: 13/12/2016 a 31/12/2017
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora / Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA / Nr.:
Gestão / Número:
Número do Empenho:
Valor: 0,00 **Forma de Pagamento:**

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA**

Folha: 13/17

CNPJ: 83.000.323/0001-02
RUA 20 DE MAIO, 100
C.E.P.: 88830-000 - Morro da Fumaça - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Dezembro/2016.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** JORGE MARTIGNAGO**C.P.F.:** 018.318.369-04**Modalidade:** Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 5/2016**Número do Processo:** 5/2016**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 1-6/2016**Fundamento Legal:**

Objeto: O Locador coloca a disposição do Locatário, dois imóveis comerciais (salas) sito a Rua Cônego João Dominoni, nº 13, Centro, no Município de Morro da Fumaça/SC, para uso da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente e uso da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A.-Epagri.

Data da Assinatura: 16/12/2016**Data da Publicação no Diário Oficial:** 10/01/2017**Vigência:** 16/12/2016 a 31/01/2017**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:****Contratado:** JOÃO NIERO**C.P.F.:** 455.502.559-87**Modalidade:** Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 6/2016**Número do Processo:** 6/2016**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 1-8/2016**Fundamento Legal:**

Objeto: O Locador coloca a disposição do Locatário, um imóvel comercial (sala) sito a Travessa Zeferino Cesca, nº 10, no Distrito de Estação Cocal, no Município de Morro da Fumaça/SC, para uso da agência de correios comunitária

Data da Assinatura: 16/12/2016**Data da Publicação no Diário Oficial:** 10/01/2017**Vigência:** 16/12/2016 a 31/01/2017**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:**

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA**

Folha: 14/17

CNPJ: 83.000.323/0001-02
RUA 20 DE MAIO, 100
C.E.P.: 88830-000 - Morro da Fumaça - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Dezembro/2016.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** NÓRIO VALENTIN BERTAN**C.P.F.:** 029.270.399-68**Modalidade:** Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 3/2016**Número do Processo:** 3/2016**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 1-9/2016**Fundamento Legal:****Objeto:** O Locador coloca a disposição do Locatário, 02 (duas) salas comerciais(Nº 25, 27) no Centro Comercial San Valentin, sito a Avenida Inocente Pagnan, nº 21, centro, neste Município de Morro da Fumaça/SC, funcionamento do SINE - Sistema Nacional de Empregos.**Data da Assinatura:** 16/12/2016**Data da Publicação no Diário Oficial:** 10/01/2017**Vigência:** 16/12/2016 a 31/01/2017**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:****Contratado:** HILARIO EMILIO CASAGRANDE**C.P.F.:** 245.037.209-10**Modalidade:** Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 7/2016**Número do Processo:** 7/2016**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 1-11/2016**Fundamento Legal:****Objeto:** O Locador coloca a disposição do Locatário, um imóvel para abrigo de maquinas pesadas e veículos, sito a Rua Genoveva Guglielmi Bortolatto, s/n, Centro, no Município de Morro da Fumaça/SC, para uso da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.**Data da Assinatura:** 16/12/2016**Data da Publicação no Diário Oficial:** 10/01/2017**Vigência:** 16/12/2016 a 31/01/2017**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:**

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA**

Folha: 15/17

CNPJ: 83.000.323/0001-02
RUA 20 DE MAIO, 100
C.E.P.: 88830-000 - Morro da Fumaça - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Dezembro/2016.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** BALTAZAR PELLEGRIN**C.P.F.:** 246.102.169-49**Modalidade:** Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 34/2016**Número do Processo:** 34/2016**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 1-24/2016**Fundamento Legal:**

Objeto: O Locador coloca a disposição do Locatário, imóveis para A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, Centro, no Município de Morro da Fumaça/SC com as seguintes Matrículas: Nº 21.773 Livro Nº2 Fls 1 ano 2003 e Nº 21.772 Livro Nº2 Fls 001 ano 2003

Data da Assinatura: 16/12/2016**Data da Publicação no Diário Oficial:** 10/01/2017**Vigência:** 16/12/2016 a 31/01/2017**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** EPBAZI CONSULTORIA LTDA - ME**CNPJ:** 22.479.831/0001-20**Modalidade:** Convite p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 8/2016**Número do Processo:** 8/2016**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 1-4/2016**Fundamento Legal:**

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de apoio administrativo para a Secretaria de Administração no Setor de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Morro da Fumaça e seus Fundos, conforme especificações constantes do anexo I - Termo de Referência.

Data da Assinatura: 28/12/2016**Data da Publicação no Diário Oficial:** 06/01/2017**Vigência:** 28/12/2016 a 31/12/2016**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 19.734,00**Forma de Pagamento:** À Vista

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA**

Folha: 16/17

CNPJ: 83.000.323/0001-02
RUA 20 DE MAIO, 100
C.E.P.: 88830-000 - Morro da Fumaça - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Dezembro/2016.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** SZS ASSESSORIA E CONSULTORIA EM GESTAO PUBLICA E P**CNPJ:** 18.362.328/0001-13**Modalidade:** Convite p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 9/2016**Número do Processo:** 9/2016**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 1-5/2016**Fundamento Legal:**

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA TÉCNICA ESPECIALIZADA EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL, COMPREENDENDO: ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL; DIAGNÓSTICO, PLANEJAMENTO E ASSESSORAMENTO NA EXECUÇÃO DA REESTRUTURAÇÃO ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO; DIAGNÓSTICO, PLANEJAMENTO E ASSESSORAMENTO NA EXECUÇÃO DA IMPLANTAÇÃO DAS DIRETRIZES ESTABELECIDAS PELA LEI FEDERAL 12.305/2010; REVISÃO DE TODA A LEGISLAÇÃO MUNICIPAL; ANÁLISE E RECOMENDAÇÃO DO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE DA L

Data da Assinatura: 28/12/2016**Data da Publicação no Diário Oficial:** 06/01/2017**Vigência:** 28/12/2016 a 31/12/2016**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 15.400,00**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** MAICON FRASSON ACESSORIOS ME**CNPJ:** 08.184.703/0001-29**Modalidade:** Convite p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 99/2016**Número do Processo:** 99/2016**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 79/2016**Fundamento Legal:****Objeto:** AQUISIÇÃO DE PEÇA E SERVIÇOS PARA REFORMA DA FH150**Data da Assinatura:** 28/12/2016**Data da Publicação no Diário Oficial:** 06/01/2017**Vigência:** 28/12/2016 a 31/12/2016**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 22.423,00**Forma de Pagamento:** À Vista

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA**

Folha: 17/17

CNPJ: 83.000.323/0001-02
RUA 20 DE MAIO, 100
C.E.P.: 88830-000 - Morro da Fumaça - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Dezembro/2016.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** J LEAL CONSULTORIA E PROJETOS LTDA.**CNPJ:** 05.908.609/0001-87**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 10/2016**Número do Processo:** 10/2016**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 1-77/2016**Fundamento Legal:****Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS NAS ÁREAS DE CONSULTORIA, ASSESSORIA TÉCNICA, LEVANTAMENTOS, CARTAS CONSULTAS PREVIAS, CADASTRO, ANTEPROJETOS, PROJETOS BÁSICOS, ORÇAMENTOS, MEMÓRIAS DESCRITIVOS, PARECERES TÉCNICOS, ACOMPANHAMENTO DE PROCESSOS JUNTO AO GOVERNO FEDERAL, ESTADUAL E AUTARQUIAS**Data da Assinatura:** 29/12/2016**Data da Publicação no Diário Oficial:** 10/01/2017**Vigência:** 29/12/2016 a 31/12/2017**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:****Contratado:** FABULARE ASSESSORIA EM CONTABILIDADE PÚBLICA**CNPJ:** 05.905.338/0001-06**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 50/2015**Número do Processo:** 50/2015**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 1-48/2016**Fundamento Legal:****Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ASSESSORIA CONTÁBIL, DESTINADO A ALIMENTAÇÃO DOS DADOS ORÇAMENTÁRIOS NO SISTEMA E-SFING, conforme anexo**Data da Assinatura:** 29/12/2016**Data da Publicação no Diário Oficial:** 10/01/2017**Vigência:** 29/12/2016 a 31/12/2017**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:**

Navegantes

PREFEITURA

ATA CONCORRÊNCIA Nº 09/2016 FME.

ATA CONCORRÊNCIA Nº 09/2016 FME.

Aberto o certame no dia 04 de Janeiro de 2017, as 09h: 00min, com a participação da empresa CK Construções e Empreendimentos (ausente). Após as considerações iniciais, a comissão procedeu à abertura do envelope de habilitação.

A empresa foi habilitada passando assim para a próxima fase do certame. Foi aberto o envelope de proposta de preço. A empresa ofertou o item 03 no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais) e o item 04 no valor de R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais), valor total da proposta de R\$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais).

A ata será publicada no site da prefeitura e no diário oficial dos municípios. Momento em que encerra a sessão.

Nº 221/2014.

Navegantes, 27 de dezembro de 2016.

EXTRATO DA ATA Nº 124/2016 PMN - RETIFICADO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 124/2016 PMN

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços nº 124/2016, relativa ao Pregão Presencial nº 124/2016 PMN - contendo os preços registrados pela empresa abaixo:

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DE TELEFONIA FIXA, PROGRAMAÇÃO, ORIENTAÇÃO, INFRAESTRUTURA DE DADOS E AFINS, PARA ATENDIMENTO À SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES/SC. Conforme Pregão Presencial nº 124/2016 PMN.

Fornecedor: Everaldo Aparicio de Castro - ME

Valor: R\$ 184.176,00

Vigência: 02/01/2018

A ata está disponível no Departamento de Licitações.

Informações: tel.: (47) 3342-9500.

Navegantes, 02 de janeiro de 2017.

EXTRATO CONTRATUAL Nº 256/2016.

Extrato Contratual PMN Nº 256/2016

Contrato Nº.: 256/2016.

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada...: SIM COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.

CNPJ: 08.160.936/0001-91.

Valor Total: R\$ 1.767.560,43* (um milhão setecentos e sessenta e sete mil quinhentos e sessenta reais e quarenta e três centavos).

Vigência : Início: 01/01/2017 Término:..30/04/2017.

Licitação : CC113/2014.

Recursos : Dotação: 2.115.3.3.90.00.00.00.00.00

Objeto : Segundo Termo Aditivo visando a prorrogação/re-novação do Contrato nº 002/2015, referente à CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS OPERACIONAIS E MANUTENÇÃO, AMPLIAÇÃO, OPERAÇÃO DA REDE DE AGUA TRATADA, SERVIÇOS DE CORTES, RELIGAÇÃO, LIGAÇÃO DE AGUA, INSTALAÇÃO, SUBSTITUIÇÃO E AFERIÇÃO DE HIDROMETROS, GEOFONAMENTO, RECUPERAÇÃO DE VIAS, INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE HIDRANTES E MANUTENÇÃO ELETROMECANICA, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BASICO DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC, conforme Concorrência nº 113/2014.

*valor global Contrato Principal.

Navegantes, 19 de dezembro de 2016.

EXTRATO DA ATA Nº 43/2016 FMS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 43/2016 FMS

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços nº 43/2016, relativa ao Pregão Presencial nº 43/2016 FMS - contendo os preços registrados pela empresa abaixo:

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM MANUTENÇÃO (INSTALAÇÃO E DESINSTALAÇÃO) DE ACESSÓRIOS DE OXIGENOTERAPIA COM DISPONIBILIZAÇÃO DE ACESSÓRIOS EM COMODATO (INCLUSIVE CILINDRO DE OXIGÊNIO) E FORNECIMENTO DE OXIGENIO MEDICINAL, PARA OS PACIENTES CADASTRADOS (EM TRATAMENTO DOMICILIAR), UNIDADES BASICAS DE SAÚDE, CENTROS DE REFERENCIA, SAMU E BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES/SC. Conforme Pregão Presencial nº 43/2016 FMS.

Fornecedor: Bruox Comércio de Gases Industriais

Valor: R\$ 53.880,00

Vigência: 05/01/2018

A ata está disponível no Departamento de Licitações.

Informações: tel.: (47) 3342-9500.

Navegantes, 05 de janeiro de 2017.

EXTRATO CONTRATUAL Nº 273/2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato Nº.: 273/2016.

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada...: MINISTER SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA LTDA.

CNPJ: 05.913.862/0001-29.

Vigência : Início: 01/01/2017 Término: 30/04/2017.

Licitação : Pregão Presencial nº 221/2014.

Recursos : 2.015 3.3.90.00.00.00. / 2.037 3.3.90.00 / 2.054 3.3.90.00/ 2.094 3.3.90..00.

Objeto : SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 132/2015, REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SISTEMA DE MONITORAMENTO ELETRÔNICO OSTENSIVO 24 (VINTE E QUATRO) HORAS EM PRÉDIOS DO PATRIMÔNIO E ESPAÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO, ESTANDO INCLUSO INSTALAÇÕES, LOCAÇÕES DE CENTRAIS DE ALARMES, SENSORES, TECLADOS, SIRENES E CANETA PONTO UTILIZADOS PELAS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS DE NAVEGANTES/SC, CONFORME PREGÃO PRESENCIAL

Nova Trento

PREFEITURA

DECRETO Nº 323/2016

DECRETO Nº 323, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016.

Concede pensão por morte, em face do óbito do servidor inativo PAULO ANTONIO SGROTT, em caráter integral, nos termos do inciso I do §7º do art. 40, da Constituição da República, observada a redação da Emenda Constitucional nº 41/03 e nos artigos 34 a 41 da Lei nº 1.671/2000, à dependente presumida NAIR LIBARDO SGROTT, com efeitos a partir de 03/12/2016, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições;

DECRETA:

Art. 1º Conceder, pensão por morte, em face do óbito do servidor inativo PAULO ANTONIO SGROTT, brasileiro, casado, ex-portador do CPF nº 519.867.958-53, em caráter integral, nos termos do inciso I do §7º do art. 40, da Constituição da República, observada a redação da Emenda Constitucional nº 41/03 e dos artigos 34 a 41 da Lei nº 1.671/2000, à dependente presumida NAIR LIBARDO SGROTT (esposa).

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de pensão por morte em caráter integral, nos termos do inciso I do §7º do art. 40 da Constituição da República, observada a redação que lhe foi dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, perfazendo o montante bruto total de R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais) que serão pagos mensalmente pelo IPREVENT.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação e estabelece seus efeitos a partir de 03/12/2016 – data do óbito do servidor inativo.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 20 de dezembro de 2016.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Orleans

PREFEITURA

CONTRATO 2/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 2/2017

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Contratada...: INTELLIBR SISTEMAS LTDA

Valor : 7.923,26 (sete mil novecentos e vinte e três reais e vinte e seis centavos)

Vigência : Início: 06/01/2017 Término: 31/12/2017

Recursos : Dotação: 2.013.3.3.90.00.00.00.00 (70) Saldo: 1.099.836,94

Objeto : Contratação de serviço especializado na área de informática, para licença de uso de softwares para gestão escolar integrado, compreendendo sistemas de: cadastro de unidades escolar; matriz curricular; fórmulas de avaliação; calendário escolar; ensino infantil; ensino regular; gestão de recursos humanos; consulta, estatístico e gerencial (web); e portal do aluno (web), bem como serviços de implantação e treinamento nos referidos sistemas, conforme características técnicas e descrições definidas n"

Orleans, 6 de Janeiro de 2017

JORGE LUIZ KOCH - PREFEITO MUNICIPAL

Otacílio Costa

PREFEITURA

PREGÃO 001/2017 - SAÚDE

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACÍLIO COSTA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EDITAL PREGÃO Nº 001/2017

Luiz Carlos Xavier, Prefeito Municipal de Otacílio Costa, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados, que fará licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, visando à aquisição de gêneros alimentícios para as unidades de saúde, Programa Ser Mãe, Secretaria de Saúde e SAMU. O credenciamento e o recebimento dos envelopes será feito até às 14:00 hs. do dia 23/01/2017 e abertura da sessão será às 14:15 hs. do mesmo dia. A íntegra do Edital pode ser obtido no horário de expediente da Prefeitura, Setor de Licitações ou pelo site www.licitacao@otaciliocosta.sc.gov.br. Informações pelo fone: 0xx49- 3221-8014.

Otacílio Costa, 09/01/2016

Luiz Carlos Xavier – Prefeito Municipal

Palhoça

PREFEITURA

LEI Nº 4.470, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

LEI Nº 4.470, de 22 de dezembro de 2016.

IPPA. Altera o caput do art. 32 da Lei Municipal nº 1.320/2001 e dá outra providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O caput do art. 32 da Lei Municipal nº 1.320, de 12 de novembro de 2001 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 32. O segurado aposentado por invalidez está obrigado, sob pena de suspensão do benefício, a submeter-se a exame médico, pelo menos uma vez a cada cinco anos, a critério e a cargo do IPPA." (N.R.)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Palhoça, 22 de dezembro de 2016.

Camilo Nazareno Pagani Martins

Prefeito Municipal

Palma Sola

PREFEITURA

AVISO DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL Nº. 01/2017 - AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMA SOLA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação, conforme descrição abaixo:

Modalidade: Pregão Presencial nº. 01/2017.

Tipo: Menor Preço Por Item

Objeto: Aquisição de Medicamentos e Med. Controlados

Regimento: Lei 10.520 de 17/07/2002 e, subsidiariamente, pela Lei Federal n. 8.666, de 21.06.93 e, Decreto Municipal nº 026 de 05/09/2002

Entrega dos envelopes/Credenciamento: das 07:00 h até às 13:00 h do dia 19/01/2017.

Abertura dos envelopes: às 08:00 h do dia 20/01/2017.

Retirada do Edital: O Edital poderá ser consultado e obtido junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal, sito a Rua Francisco Zanotto, 600, de Segunda a Sexta feira no horário normal de Expediente e/ou no site www.palmasola.sc.gov.br.

Informações e esclarecimentos no endereço acima ou pelo fone/ fax: (0xx) 49 3652 – 3200.

Palma Sola, 09 de janeiro de 2017.

Cleomar José Mantelli

Prefeito Municipal

DECRETO 003/2017

Decreto nº 003, de 03 de janeiro de 2017.

NOMEIA COMISSÃO DE JULGAMENTO DE CADASTROS DE FORNECEDORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMA SOLA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLEOMAR JOSE MANTELLI, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e nos termos da Lei 8.666/93 e alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados, os membros da Comissão de Julgamento de Cadastros dos Fornecedores da Prefeitura do Município de Palma Sola, para atuação durante o exercício de 2017, integrada pelos senhores abaixo nominados:

- Marínes Fátima Sansigolo.
- Getúlio Cesar Kuhn.
- Selito Pedro Três.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, SC em 03 de janeiro de 2017.

CLEOMAR JOSE MANTELLI

Prefeito Municipal.

Registrado e Publicado nesta data

Elizete T. Vissoto

Secretária de Planejamento

Palmitos

PREFEITURA

Decreto nº 001/2017

DECRETO Nº 001/2017.
De 02 de janeiro de 2017.

DISPÕE SOBRE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA DOS TRIBUTOS, PLANTA GENÉRICA DE VALORES E DÉBITOS FISCAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Dair Jocely Enge, Prefeito de Palmitos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e que lhe são conferidas por Lei.

DECRETA

Art. 1º Fica, pelo presente Decreto, fixada a atualização monetária dos tributos, planta genérica de valores e débitos fiscais em 7,19% com base no IGP-M divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, a qual incidirá sobre os valores expressos em 31 de dezembro de 2016, bem como ficam fixados os preços e serviços públicos realizados por máquinas e equipamentos do Município, conforme anexos I, II e III.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 01 de janeiro de 2017.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 001/2016, de 04 de janeiro de 2016.

Município de Palmitos/SC, em 2 de janeiro de 2017.

DAIR JOCELY ENGE
Prefeito de Palmitos

Registrado e Publicado em local de costume

OBERDAN FRANCISCO FERRARI
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento.

ANEXO I - DECRETO Nº 001/2017

TABELA I

Base de cálculo para cobrança do ITBI

LOCALIZAÇÃO/TIPO DO IMÓVEL	VALOR P/M²
TERRENOS	
Zona Comercial 1	27,90
Zona Comercial 2	20,74
Zona Residencial 1	10,41
Zona Residencial 2	7,17
Zona Residencial 3	4,14
Zona de Uso Diversificado	1,04
Ilha Redonda	0,41
Santa Lucia	7,18
CONSTRUÇÕES	
Alvenaria	357,36
Mista	231,71
Madeira	134,49
Galpão de Alvenaria	108,27
Galpão de Madeira	65,80
Chiqueiro de Alvenaria	108,26
Chiqueiro de Madeira	65,80
Galinheiro de Madeira	65,80
Apartamentos	430,80
Alinhamento Predial (muro frontal)	3,08
Alvará para Construção	3,08

LOTES RURAIS	
Lotes Rurais	0,30
Chácaras	0,41

ANEXO II - DECRETO N° 001/2017

TABELA II

Taxas de Expediente e Outras

SERVIÇOS	VALORES R\$
Atestados, Certidões, Declarações	36,12
Cadastramentos de Bens	36,12
Atualização de cadastro mobiliário e imobiliário	36,12
Fornecimento de Alvarás	36,12
Emissão de Guias e Talões	36,12
Emissão de 2º vias de documentos	36,12
Transf. Concessão e Perm. Táxi, Ônibus	497,07
Editais	12,37
Atestado de Averbações e Demolições	64,29
Elaboração de Contratos	64,29
Taxa de Medição de Terrenos	68,48
Croqui de Localização	68,48
Taxa de Reavaliação de Bailes	135,22
Taxa de Reavaliação de Bailes não integrante no calendário de eventos	440,60
Taxa de reavaliação de Festas	48,41
Taxa de Reavaliação de Festas não integrante no calendário de eventos	293,73
Alvará de Habite-se	36,12
Alvará Demolição - Alvenaria	96,42
Alvará Demolição - mista	79,64
Alvará Demolição - Madeira	64,29
Cópia Autenticada	2,42
Venda Ambulante - Diária	108,88
Xerox/Folha	0,47

ANEXO III - DECRETO N° 001/2017

TABELA III

EQUIPAMENTOS	VALORES R\$
Carga de Terra ou Cascalho	36,70
Carga de Pedra	44,05
Trator de esteira	176,22
Motoniveladora	176,22
Retroescavadeira	117,48
Pá Carregadeira	117,48
Trator pneumático	88,12
Carga de Água	36,70
Recolhimento de Entulhos	36,70
Rolo Compactador	88,12
Carga Caçamba - Truque	97,21
Carga Caçamba - Toco	71,29
Carga - Britão	49,25
Escavadeira Hidráulica-PC 120	168,51
Escavadeira Hidráulica-PC 150	200,92

Decreto nº 002/17

DECRETO Nº 002/2017.
De 02 de janeiro de 2017.

DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DO ANEXO ÚNICO DA LEI Nº 3.124/2007 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Dair Jocely Enge, Prefeito de Palmitos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e que lhe são conferidas por Lei.

DECRETA

Art. 1º Fica pelo presente Decreto alterado o Anexo Único da Lei nº 3.124, de 06 de setembro de 2007, atualizado pelo IGPM, os valores da cobrança de taxa de licença para o exercício do comércio eventual e ambulante, em todo o território do Município de Palmitos/SC.

Parágrafo único. O valor a ser cobrado para expedição da taxa de licença passa a ter os seguintes reajustes:

FEIRAS COMERCIAIS E EXPOSIÇÕES	R\$ 6.092,88
COMÉRCIO AMBULANTE SEM AUXÍLIO DE VEÍCULOS ESTABELECIMENTO OU LOCALIZAÇÃO FIXA	R\$ 135,38
COMÉRCIO EM BALCÕES, BARRACAS, MESAS, TABULEIROS E SEMELHANTES	R\$ 328,77
COMÉRCIO EM VEÍCULOS DE PASSEIO	R\$ 290,11
COMÉRCIO EM VEÍCULOS UTILITÁRIOS COM CAPACIDADE ATÉ 2 (DUAS) TONELADAS	R\$ 368,79
COMÉRCIO EM VEÍCULOS ATÉ 4 (QUATRO) TONELADAS	R\$ 676,99
COMÉRCIO EM VEÍCULOS ACIMA DE 4 (QUATRO) TONELADAS	R\$ 967,09

DECRETO Nº 002/2017.
De 04 de janeiro de 2017.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão à conta do Orçamento Municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 01 de janeiro de 2017.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário em especial o art. 1º, parágrafo único do Decreto nº 002/2016, de 04 de janeiro de 2016.

Município de Palmitos/SC, em 2 de janeiro de 2017.
DAIR JOCELY ENGE
Prefeito de Palmitos

Registrado e Publicado em local de costume

OBERDAN FRANCISCO FERRARI
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento

PROCESSO 02/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

pREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS

Processo Licitatório nº 02/2017. Modalidade: Pregão Presencial 02/2017. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS. Data da entrega dos envelopes: 23/01/2017 até as 08:30 horas. Data da abertura: 23/01/2017 até às 09:00 horas. Edital disponível no Setor de Licitações da Prefeitura. Palmitos, 09 de Janeiro de 2017. Dair Jocely Enge – Prefeito Municipal.

Papanduva

PREFEITURA

DECRETO Nº 2680, DE 09 DE JANEIRO DE 2017 - DISPÕE SOBRE A ADOÇÃO DE MEDIDAS ADMINISTRATIVAS PARA CONTENÇÃO DE DESPESAS NO MUNICÍPIO DE PAPANDUVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

DECRETO Nº 2680, DE 09 DE JANEIRO DE 2017.

Dispõe sobre a adoção de medidas administrativas para contenção de despesas no Município de Papanduva e dá outras providências.

Luiz Henrique Saliba, Prefeito Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelos incisos VI e XV do artigo 59 da Lei Orgânica do Município e, para efeitos da Lei Complementar Federal n. 101, de 04 de maio de 2000, combinado com o artigo 48 da Lei Federal n. 4.320, de 17 de março de 1964; e

Considerando que a Lei Complementar Federal n. 101, de 04 de maio de 2000, estabelece o princípio de equilíbrio das contas públicas;

Considerando a necessidade de adequar as despesas do Município à Programação Financeira de Ingresso de Receitas para o corrente exercício;

Considerando imperativo estabelecer medidas visando a redução do custo administrativo, assegurando, o funcionamento contínuo dos serviços essenciais;

Considerando imperioso preservar os empregos, bem como assegurar a regularidade dos pagamentos à fornecedores e servidores públicos municipais;

Considerando o atraso e a queda significativa nos repasses referentes à distribuição de valores pelos Governos Federal e Estadual; Considerando a Crise Nacional que começou com as Indústrias, passando pelo Varejo e atingindo os Poderes Públicos, em especial os Poderes Públicos Municipais;

Considerando finalmente a necessidade do Executivo Municipal obter informações concretas das contas públicas;

DECRETA

Art. 1º. Ficam adotadas as seguintes medidas de Contenção de Despesas pelo período de 60 dias, a contar desta data:

I - Proibição de aquisição de bens e materiais que possam contrair obrigação de despesas, exceto para eventuais excepcionalidades e que sejam devidamente autorizadas pelo Chefe do Poder Executivo;

II – Suspensão de pagamentos a fornecedores;

III – Suspensão de realização de serviços públicos como transporte de terras, cascalho e outros similares;

IV – Suspensão de nomeação de cargos em comissão, estagiários e agentes políticos, exceto àqueles indispensáveis e já nomeados até a presente data;

V – Proibição da realização de horas extras pelos servidores públicos municipais sem a devida programação prévia e justificativa do Secretário Municipal de cada pasta.

§ 1º. A programação e justificativas devem ser previamente documentadas, controladas e autorizadas pelo Secretário de cada pasta, devendo encaminhar ao Departamento de Recursos Humanos até o dia 20 de cada mês, quando do fechamento da folha.

§ 2º. As justificativas que não atenderem as necessidades da realização de horas extras serão indeferidas pela Secretaria da Fazenda e Secretaria de Administração.

§ 3º. Aos servidores que tiveram sua jornada reduzida em função da fixação do expediente em regime especial, não serão consideradas horas extras aquelas realizadas até a quadragésima hora

semanal, sem direito a compensação de horas.

§ 4º. Havendo necessidade da prestação de serviços além da quadragésima hora semanal ou aos sábados, domingos e feriados, respeitado o repouso semanal remunerado, o servidor poderá ser convocado com direito ao recebimento dos serviços extraordinários, desde que atendidos o determinado nos parágrafos anteriores, deste inciso.

§ 5º. Qualquer hora extra desempenhada em desacordo com o disposto neste inciso, será considerada não trabalhada, para todos os efeitos.

§ 6º. Todas as horas extras autorizadas pelo Secretário e/ou Diretor que estiver respondendo pela Secretaria, deverão ser registradas pelo sistema de ponto eletrônico/biométrico e onde não exista este sistema, será controlado por uma planilha específica assinada pelo responsável da pasta.

VI - proibição da realização de diárias, exceto para serviços essenciais;

VII – proibição da realização de cursos que tenham custos para o ente, exceto àqueles indispensáveis.

VIII - retirada de circulação de 50% (cinquenta por cento) da frota de automóveis oficiais, exceto os de uso de emergência;

IX – limitação em até 50 litros/mês o abastecimento nos automóveis em circulação, exceto da Secretaria da Saúde, Conselho Tutelar e CRAS, cuja autorização de abastecimento será fornecida exclusivamente pela Secretaria da Administração e/ou Secretaria da Fazenda.

X – Redução de auxílios em geral, exceto na área da saúde em casos de estado de vulnerabilidade social comprovada;

XI – redução da jornada de trabalho, conforme segue:

§ 1º. Secretaria de Infraestrutura: De segunda a sexta-feira das 07:30 às 12:00 e das 13:30 às 17:00.

§ 2º. Prefeitura Municipal - Secretarias da Administração, Desenvolvimento Econômico, Fazenda e Educação:

a) Somente Expediente Interno: De Segunda a Sexta-Feira das 8:00 às 12:00, a contar de 09/01/2017 à 31/01/2017.

b) Em caso de necessidade da prestação de serviços do servidor com horário reduzido, o Chefe de cada Departamento ou Secretário Municipal poderá requisitá-lo para o horário vespertino sem que o mesmo tenha direito a horas extras ou compensação de horas.

§ 3º. As demais Secretarias e Departamentos permanecem com os horários normais de atendimento, sendo: Das 8:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00.

§ 4º. Essencialmente, os Departamentos de Tributos, SINE e SALA DO MICROEMPREENDEDOR - MEI, o atendimento será ao público das 8:00 às 12:00.

Art. 2º. A transgressão de qualquer das limitações previstas neste Decreto, serão de responsabilidade dos Secretários Municipais e/ou Servidores Municipais, no âmbito de cada pasta, ficando os mesmos responsáveis pelo pagamento de despesas não autorizadas.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Papanduva, 09 de janeiro de 2017.

Luiz Henrique Saliba

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado na Secretaria da Administração e publicado no átrio – mural de publicações desta prefeitura municipal, na mesma data supra.

Bernadete Wiliczinski

Secretária da Administração

Passo de Torres

PREFEITURA

TERMO DE POSSE

Termo de Posse

Às dezoito horas do dia primeiro de janeiro do ano de dois mil e dezessete, nas dependências do Ginásio de Esportes do Colégio Estadual Ildo Meneghetti, reuniram-se os cidadãos: Altemir Catel Cardoso, Amilton Lopes Roldão, Andre Cardoso, Andre Porto Silveira, Emerson Cardoso Kjillim, Fabiano Ramos Lopes, Jaci Anacleto Eziquiel, Moacir Mello da Rosa, Sálvio Bitencourt da Silva. Todos os vereadores eleitos no pleito municipal de dois de outubro do ano de dois mil e dezesseis para tomar posse no mandato de vereador. Ato contínuo, assumiu a presidência da sessão como vereador mais idoso conforme determina o Regime Interno da Câmara Municipal de Vereadores o cidadão Altemir Catel Cardoso, que convidou para secretaria-lo o vereador Amilton Lopes Roldão. Em seguida, o presidente convidou todos os presentes para de pé ouvirem a execução do hino nacional. O presidente solicitou ao secretário que fizesse a leitura do compromisso de posse dos senhores vereadores, dizendo: "Prometo manter, defender e cumprir a Constituição da Republica Federativa do Brasil, a deste Estado, a Lei Orgânica deste município, as demais leis, promovendo o bem coletivo, exercendo, as funções sob a inspiração das tradições de lealdade e civismo da gente de Passo de Torres/SC". Ao final, os empossando responderam: "Assim Prometo". Com este ato, o presidente declarou empossados no mandato de vereador: Altemir Catel Cardoso, Amilton Lopes Roldão, Andre Cardoso, Emerson Cardoso Kjillim, Fabiano Ramos Lopes, Jaci Anacleto Eziquiel, Moacir Mello da Rosa, Sálvio Bitencourt da Silva. Continuando, o presidente convidou os cidadãos Jonas Gomes de Souza e Áureo Andre Henrique, Prefeito e Vice Prefeito eleitos em dois de outubro de dois mil e dezesseis respectivamente, para porem-se de pé e com a mão estendida em direção a Bandeira, procederam o seguinte juramento de Posse: " Por minha honra e pela Pátria, prometo solenemente, manter, defender, cumprir e fazer cumprir a constituição do Estado de Santa Catarina e a Lei Orgânica do município, observar as leis e promover o bem geral do município". Feito isso, ao final os empossados pronunciaram: "Assim Prometo". Em ato contínuo, o presidente falou aos vereadores, Prefeito e Vice-Prefeito empossados que teriam que apresentar a mesa os diplomas emitidos pela justiça eleitoral, bem como na secretaria administrativa da Câmara as respectivas declarações de bens. Nada mais havendo a tratar, o presidente convocou sessão preparatória para as vinte horas de hoje, nas dependências da Câmara Municipal de Vereadores para eleição da mesa diretora, que dirigira os trabalhos legislativos no exercício de dois mil e dezessete e encerrou a sessão, e nos trabalhos eu, Amilton Lopes Roldão, secretário, lavrei o presente termo de posse que lido e achado conforme será assinado pelos empossados presentes. Passo de Torres em primeiro de Janeiro de dois mil e dezessete. Andre Cardoso, Andre Porto Silveira, Emerson Cardoso Kjillim, Fabiano Ramos Lopes, Jaci Anacleto Ezequiel, Moacir Mello da Rosa, Sálvio Bitencourt da Silva, Altemir Catel Cardoso, Amilton Lopes Roldão, Áureo Andre Henrique, Jonas Gomes de Souza.

Passos Maia

PREFEITURA

PROCESSO 004/2017

MUNICIPIO DE PASSOS MAIA
PROCESSO LICITATÓRIO N. 0004/2017
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 0001/2017

O Município de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Leomar Roberto Listoni, justifica a Dispensa de Licitação para contratação de empresa especializada na elaboração e realização de processo seletivo.

Valor: R\$ 7.300,00

Amparo Legal: Art.24, inciso II e XIII, da Lei 8.666/93 e suas alterações e demais normas vigentes.

Passos Maia, 09 de janeiro de 2017.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

PREFEITO MUNICIPAL

PROCESSO ADMINISTRATIVO 0003/2017

MUNICIPIO DE PASSOS MAIA
PROCESSO LICITATÓRIO N. 0003/2017
PREGÃO PRESENCIAL N. 0003/2017
REGISTRO DE PREÇO

O MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA, Estado de Santa Catarina, com sede à Avenida Padre João Botero, n. 485, Centro, torna público, nos termos da Lei Federal n. 8.666/93 e suas posteriores alterações, que se encontra aberto o Processo Licitatório n. 0003/2017, Modalidade de Pregão Presencial n. 0003/2017 – Objeto: A presente licitação tem por objeto a aquisição de óleo lubrificante para a frota de veículos e máquinas do Município de Passos Maia - SC, conforme especificações no anexo I do edital. Os envelopes contendo a documentação e propostas serão recebidas até às 08:45 horas do dia 27 de janeiro de 2017, iniciando-se a Sessão Pública às 09:00 horas, do mesmo dia e local. Retirada do Edital junto ao Departamento Municipal de Compras e Licitações das 08:00hs às 17:00hs. Maiores Informações pelo telefone (49) 3437-0010.

Passos Maia, 10 de Janeiro de 2017.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal.

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA 003/2017

PORTARIA Nº 003/2017

“NOMEIA CONTADOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

OSVALDIR ALVES, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

RESOLVE:

Nomear o Sr. FLAVIO ROBERTO ROSSI, brasileiro, casado, contador inscrito no CRC/SC nº 020309/O-7, inscrito no CPF nº 625.630.689-91, RG 1786.284, residente e domiciliado na Rua Madre Maria Theodoro, 530, Bairro Quatro Irmãos, no Município de Ponte Serrada/SC, para exercer serviços de Contabilidade, nos termos do art. 15, da Resolução nº 004/2010, de 27 de setembro de 2010.

CUMPRASE,

Passos Maia/SC, em 04 de janeiro de 2017.

OSVALDIR ALVES

Presidente

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A, da Lei Orgânica Municipal.

ALVANIR ANTONIO TIRELLI

Secretário Executivo

Paulo Lopes

PREFEITURA

PORTARIA Nº 049/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 049/2017

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

CONCEDER LICENÇA SEM VENCIMENTO, ao Servidor Público Municipal, efetivo e estável, Adilson Pereira, brasileiro, portador do CPF nº 665.467.029-91, matrícula nº. 324, ocupante do Cargo de Animador Cultural, com lotação na Secretaria Municipal de Cultura, no período de 09/01/2017 a 09/01/2018, conforme requerimento em anexo.

Município de Paulo Lopes - SC, 09 de Janeiro de 2017.
Nadir Carlos Rodrigues
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009

José Antônio Rogério
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 050/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 050/2017

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

AMPLIAR LICENÇA TRATAMENTO DE SAÚDE, a Servidora Pública Municipal, efetiva, Priscila Tzelikis Duarte, brasileira, portadora do CPF nº 053.898.709-05, matrícula nº 11200, ocupante do Cargo de Fisioterapeuta, à disposição da Secretaria Municipal de Saúde, até 06/02/2017, conforme benefício nº 6169303771.

Município de Paulo Lopes - SC, 09 de Janeiro de 2017.
Nadir Carlos Rodrigues
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009

José Antônio Rogério
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 051/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 051/2017

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

NOMEAR EM COMISSÃO, Fabio Bertoglio Maruggi, brasileiro, portador do CPF nº 648.849.530-53, matrícula nº 11300, para ocupar o Cargo em Comissão de Procurador do Município, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Município de Paulo Lopes - SC, 03 de Janeiro de 2017.
Nadir Carlos Rodrigues
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009

José Antônio Rogério
Secretário Municipal de Administração

Penha

PREFEITURA

1º TERMO ADITIVO 142/2016-FMS

1º TERMO ADITIVO Nº 142/2016 FMS
AO CONTRATO Nº 114/2016 FMS

LICITAÇÃO: Processo Licitatório nº. 26/2016 -FMS, modalidade Pregão Presencial nº. 11/2016 -FMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA PARA USO NAS UNIDADES DE SAÚDE PA 24 HORAS, CEP, NAM, CEFIR E NASF DO MUNICÍPIO DE PENHA/SC.

Pelo presente instrumento de 1º Termo aditivo nº 142/2016-FMS ao Contrato Administrativo nº 114/2016-FMS, a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, por meio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº 10.479.670/0001-96, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Evandro Eredes dos Navegantes, casado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Empresa L&E COMÉRCIO VAREJISTA LTDA EPP, com sede na cidade de Balneário Camboriú/SC, Rua Edgar Linhares, 121, Bairro Nova Esperança, CEP: 06.915.456/0001-68, telefone: 47 – 3360-8485; 47 – 3366-6413, inscrita no CNPJ sob o nº 14.320.137/0001-38, neste ato representada por Arilson José Alves, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustado, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A vigência presente na cláusula quarta do contrato administrativo nº 115/2014 FMS fica prorrogada até o dia 18/10/2017, a contar de 01/01/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

E, por estarem assim de acordo, firmam o presente contrato, juntamente com as testemunhas abaixo.

Penha/SC, 30 de Dezembro de 2016.

PREFEITURA

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

DE ACORDO:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

1º TERMO ADITIVO 143/201-FMS

1º TERMO ADITIVO Nº 143/2016 FMS
AO CONTRATO Nº 113/2016 FMS

LICITAÇÃO: Processo Licitatório nº. 26/2016 -FMS, modalidade Pregão Presencial nº. 11/2016 -FMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA PARA USO NAS UNIDADES DE SAÚDE PA 24 HORAS, CEP, NAM, CEFIR E NASF DO MUNICÍPIO DE PENHA/SC.

Pelo presente instrumento de 1º Termo aditivo nº 143/2016-FMS ao Contrato Administrativo nº 113/2016-FMS, para aquisição de materiais de limpeza, a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, por meio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº 10.479.670/0001-96, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Evandro Eredes dos Navegantes, casado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Empresa NEW WAY COMÉRCIO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS LTDA, com sede na cidade de Camboriú/SC, Rua Treze de Maio, nº 176, Bairro Centro, CEP: 88.340-539, telefone: 47 – 3367-2363, inscrita no CNPJ sob o nº 14.320.137/0001-38, neste ato representada por Marcos Antonio Bandeira, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustado, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A vigência do Contrato Administrativo nº 115/2014 FMS fica prorrogada até o dia 18/10/2017, a contar de 01/01/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

E, por estarem assim de acordo, firmam o presente contrato, juntamente com as testemunhas abaixo.

Penha/SC, 30 de Dezembro de 2016.

PREFEITURA

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

DE ACORDO:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

1º TERMO ADITIVO 143/2016-FMS

1º TERMO ADITIVO Nº 143/2016 FMS
AO CONTRATO Nº 113/2016 FMS

LICITAÇÃO: Processo Licitatório nº. 26/2016 -FMS, modalidade Pregão Presencial nº. 11/2016 -FMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA PARA USO NAS UNIDADES DE SAÚDE PA 24 HORAS, CEP, NAM, CEFIR E NASF DO MUNICÍPIO DE PENHA/SC.

Pelo presente instrumento de 1º Termo aditivo nº 143/2016-FMS ao Contrato Administrativo nº 113/2016-FMS, para aquisição de materiais de limpeza, a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, por meio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito

público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº 10.479.670/0001-96, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Evandro Eredes dos Navegantes, casado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Empresa NEW WAY COMÉRCIO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS LTDA, com sede na cidade de Camboriú/SC, Rua Treze de Maio, nº 176, Bairro Centro, CEP: 88.340-539, telefone: 47 – 3367-2363, inscrita no CNPJ sob o nº 14.320.137/0001-38, neste ato representada por Marcos Antonio Bandeira, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustado, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A vigência do Contrato Administrativo nº 115/2014 FMS fica prorrogada até o dia 18/10/2017, a contar de 01/01/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

E, por estarem assim de acordo, firmam o presente contrato, juntamente com as testemunhas abaixo.

Penha/SC, 30 de Dezembro de 2016.

PREFEITURA

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

DE ACORDO:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

1º TERMO ADITIVO 144/2016-FMS

1º TERMO ADITIVO Nº 144/2016 FMS
AO CONTRATO Nº 112/2016 FMS

LICITAÇÃO: Processo Licitatório nº. 26/2016 -FMS, modalidade Pregão Presencial nº. 11/2016 -FMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA PARA USO NAS UNIDADES DE SAÚDE PA 24 HORAS, CEP, NAM, CEFIR E NASF DO MUNICÍPIO DE PENHA/SC.

Pelo presente instrumento de 1º Termo aditivo nº 144/2016-FMS ao Contrato Administrativo nº 112/2016-FMS, a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, por meio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº 10.479.670/0001-96, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Evandro Eredes dos Navegantes, casado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Empresa J.P DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA, com sede na cidade de Jaraguá do Sul/SC, Rua Treze de Maio, nº 400, Bairro Czerniewicz, CEP: 89.255-400, telefone: 47 – 3370-6869; 47 – 3370-1838; 47 – 3371-2130, inscrita no CNPJ sob o nº 05.785.417/0001-20, neste ato representada por Juliano dos Santos, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustado, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A vigência do Contrato Administrativo nº 112/2014 FMS fica prorrogada até o dia 18/10/2017, a contar de 01/01/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

E, por estarem assim de acordo, firmam o presente contrato, juntamente com as testemunhas abaixo.

Penha/SC, 30 de Dezembro de 2016.

PREFEITURA

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

DE ACORDO:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

1º TERMO ADITIVO 145/2016-FMS

1º TERMO ADITIVO Nº 145/2016 FMS
AO CONTRATO Nº 111/2016 FMS

LICITAÇÃO: Processo Licitatório nº. 26/2016 -FMS, modalidade Pregão Presencial nº. 11/2016 -FMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA PARA USO NAS UNIDADES DE SAÚDE PA 24 HORAS, CEP, NAM, CEFIR E NASF DO MUNICÍPIO DE PENHA/SC.

Pelo presente instrumento de 1º Termo aditivo nº 145/2016-FMS ao Contrato Administrativo nº 111/2016-FMS para aquisição de materiais de limpeza, a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, por meio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº 10.479.670/0001-96, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Evandro Eredes dos Navegantes, casado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Empresa PJ SERVIÇOS E COMÉRCIO EIRELI ME, com sede na cidade de Navegantes/SC, Avenida Prefeito João Sacavem, nº 85, sala 06, Bairro Centro, CEP: 88.375-000, telefone: 47 – 3342-1231, inscrita no CNPJ sob o nº 13.060.647/0001-50, neste ato representada Izabel Cristina Meurer de Souza, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustado, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A vigência do Contrato Administrativo nº 111/2014 FMS fica prorrogada até o dia 18/10/2017, a contar de 01/01/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

E, por estarem assim de acordo, firmam o presente contrato, juntamente com as testemunhas abaixo.

Penha/SC, 30 de Dezembro de 2016.

PREFEITURA

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

DE ACORDO:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

1º TERMO ADITIVO 146/2016-FMS

1º TERMO ADITIVO Nº 146/2016 FMS
AO CONTRATO Nº 91/2016 FMS

OBJETO: Aquisições de computadores e hardwares para suprir as necessidades das Unidades Básicas de Saúde, CEFIR, PA 24 Horas, NASF, NAM e Secretaria Municipal da Saúde do Município de Penha/SC

LICITAÇÃO: Processo Licitatório nº. 20/2016 -FMS, modalidade Pregão Eletrônico nº. 01/2016 -FMS

Pelo presente instrumento do 1º Termo Aditivo nº 146/2016 FMS, ao Contrato Administrativo nº 91/2016 FMS, para fornecimento de filmes para fornecimento de computadores, a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº 10.479.670/0001-96, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Evandro Eredes dos Navegantes, brasileiro, casado, doravante denominado simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Empresa LUIZ FERNANDO CUNHA GRENIER ME, com sede na cidade de Curitiba/PR, Rua camões, n.º: 971-conj.302, Bairro Hugo Lange, CEP: 80040-180, Telefone: (41) 3042-5012, E-mail: comercial@flautec.com.br, inscrita no CNPJ sob o nº12.162.386/0001-17, neste ato representada Luiz Fernando Cunha Grenier, RG: 6.850.989-0-PR, CPF: 027.727.119-35, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustado o fornecimento de computadores e hardwares, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

Cláusula Primeira

A vigência do contrato administrativo nº 92/2016- FMS fica prorrogada até o dia 19.08.2017, a contar de 01.01.2017.

Cláusula Segunda

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha/SC, 30 de Dezembro de 2016.

PREFEITURA

CONTRATADA

TESTEMUNHA:

DE ACORDO:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

1º TERMO ADITIVO 147/2016-FMS

1º TERMO ADITIVO Nº 147/2016 FMS
AO CONTRATO Nº 87/2016 FMS

OBJETO: Aquisições de computadores e hardwares para suprir as necessidades das Unidades Básicas de Saúde, CEFIR, PA 24 Horas, NASF, NAM e Secretaria Municipal da Saúde do Município de Penha/SC

LICITAÇÃO: Processo Licitatório nº. 20/2016 -FMS, modalidade Pregão Eletrônico nº. 01/2016 -FMS

Pelo presente instrumento do 1º Termo Aditivo nº 147/2016 FMS, ao Contrato Administrativo nº 87/2016 FMS, para fornecimento de filmes para fornecimento de computadores, a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº 10.479.670/0001-96, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Evandro Eredes dos Navegantes, brasileiro, casado, doravante denominado simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Empresa SANDRO VILMAR PIRES ME, com sede na cidade de Bom Retiro/SC, Rua João Teófilo Deucher, nº 29, Bairro Centro, Telefone: (49) – 3277.0767, E-mail: comercial@deutel.com.br, inscrita no CNPJ sob o nº 09.253.952/0001-91, neste ato representado Sandro Vilmar Pires, CPF n.º: 584.080.379-00, RG nº: 1.961.326, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustado o fornecimento de computadores e hardwares, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

Cláusula Primeira

A vigência do contrato administrativo nº 87/2016- FMS fica prorrogada até o dia 19.08.2017, a contar de 01.01.2017.

Cláusula Segunda

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha/SC, 30 de Dezembro de 2016.

PREFEITURA

CONTRATADA

TESTEMUNHA:

DE ACORDO:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

1º TERMO ADITIVO 240/2016-PMP

1º TERMO ADITIVO Nº 240/2016-PMP
AO CONTRATO Nº 73/2016- PMP

LICITAÇÃO: Processo Licitatório nº 22/2015 – PMP, modalidade Pregão Presencial nº 12/2015 – PMP

OBJETO: AQUISIÇÃO DE, AREIA MÉDIA, PARA MANUTENÇÃO DE VIAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DE PENHA/SC.

Pelo presente instrumento de 1º Termo Aditivo nº. 240/2016-PMP ao Contrato Administrativo 73/2016-PMP, a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, por meio do PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº

83.102.327/0001-00, neste ato representada por seu Prefeito Municipal Evandro Eredes dos Navegantes, brasileiro, casado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a BALNEARIO MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA M-E, com sede na cidade de Itajaí/SC, Rodovia Antônio Heil Sn, Km 20, Bairro Brilhante I, CEP: 88.340-000, telefone (47) –3365-2323 ou (47) -8808-1671, E-mail: ernandes@areiaana.com.br, inscrita no CNPJ sob o nº 00.874.055/0001-20, neste ato representada pelo Sr. Hernandes Augusto Bendini, CPF: 040.782.159-71 e RG: 02.004.715997, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustado, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas

CLÁUSULA PRIMEIRA

O prazo de vigência previsto no Contrato administrativo nº 73/2016-PMP, fica prorrogado até dia 24.06.2017, a contar do dia 01.01.2017.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha/SC, 29 de Dezembro de 2016.

PREFEITURA

CONTRATADA

TESTEMUNHA:

DE ACORDO:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

1º TERMO ADITIVO 241/2016-PMP

1º TERMO ADITIVO Nº 241/2016 PMP
AO CONTRATO Nº 55/2016 PMP

LICITAÇÃO: CHAMAMENTO PÚBLICO nº 01/2016 PMP

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, PARA ALUNOS DA REDE DE EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA, VERBA FNDE/PNAE, ANO DE 2016.

Pelo presente instrumento do 1º Termo aditivo nº 241/2016-PMP ao Contrato Administrativo nº 55/2016-PMP, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA/SC, pessoa jurídica de direito público, com sede administrativa na Avenida Nereu Ramos, 190 inscrita no CNPJ/MF sob nº 83.102.327/0001-00, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, brasileiro, casado, doravante denominado CONTRATANTE e COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA DE JARAGUA DO SUL-COPAJAS, pessoa jurídica/física de direito privado, com sede no Município de Jaraguá, na Rua: Emilio Stein, nº357, Bairro: Centro, CEP: 89252-020, Telefone: (47) – 3373-6434, E-mail: copajas@copajas.com.br, inscrita no CNPJ sob nº 06.171.996/0001-84, neste ato representado por seu representante legal Sr.(a) Ivonete de Souza Schulz, CPF nº: 015.766.929-73, doravante denominado CONTRATADO, fundamentados nas disposições da Lei nº 11.947/2009 e da Lei nº 8.666/93, e tendo em vista o que consta na Chamada Pública nº 01/2016-PMP, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A vigência do contrato administrativo nº 54/2016-PMP fica prorrogada até o dia 12.05.2017, a contar de 01.01.2017.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

E, por estarem assim de acordo, firmam o presente contrato, juntamente com as testemunhas abaixo.

Penha/SC, 30 de Dezembro de 2016.

PREFEITURA

CONTRATADA

TESTEMUNHA:

DE ACORDO:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

1º TERMO ADITIVO 242/2016-PMP

1º TERMO ADITIVO Nº 242/2016 PMP
AO CONTRATO Nº 51/2016 PMP

LICITAÇÃO: Processo Licitatório nº 24/2014 – PMP, modalidade Carta Convite nº 02/2016 – PMP

OBJETO: Prestação de serviço de trator esteira com lâmina, peso mínimo de 9 (nove) toneladas, com fornecimento de óleo diesel, transporte e operador, conforme estabelecido neste Edital e no Anexo I.

Pelo presente instrumento de 1º Termo aditivo nº 242/2016-PMP ao Contrato Administrativo nº 51/2016-PMP, para Prestação de Serviços de Trator Esteira com Lâmina, peso mínimo de 9 (nove) toneladas, com fornecimento de óleo diesel, transporte e operador, e a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, na Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.327/0001-00, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Sr. Evandro Eredes dos Navegantes, brasileiro, casado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Firma ETER TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA, com sede na cidade de Penha/SC, Bairro: Centro, CEP: 88385-000, Rua João Carlos Alves, nº 355, Telefone: (47) – 3345-9009, inscrita no CNPJ sob o nº 05.572.543/0001-05, neste ato representada pelo Sr. Renato Cesário Pereira Junior, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustada a prestação de serviços, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A vigência presente na cláusula terceira do contrato administrativo nº 185/2014 PMP, fica prorrogada até o dia 11.05.2017, a contar de 01.01.2017.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

E, por estarem assim de acordo, firmam o presente contrato, juntamente com as testemunhas abaixo.

Penha/SC, 30 de dezembro de 2016.

PREFEITURA

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

DE ACORDO:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

1º TERMO ADITIVO 245/2016-PMP

1º TERMO ADITIVO Nº 245/2016 PMP
AO CONTRATO Nº 117/2016 PMP

LICITAÇÃO: Processo Licitatório nº 39/2015 – PMP, modalidade
Pregão Presencial nº 25/2015 – PMP

OBJETO: Aquisição de meio fio, grelha e tubos de concreto para
serem utilizados no município de Penha/SC.

Pelo presente instrumento de 1º Termo aditivo nº 245/2015-PMP
ao Contrato Administrativo nº 117/2016-PMP, para fornecimento
de materiais, a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa ju-
rídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida
Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.327/0001-
00, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Evandro
Eredes dos Navegantes, brasileiro, casado, doravante denominada
simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a VIBRON ARTE-
FATOS DE CONCRETO LTDA-EPP, com sede na cidade de Balneário
Piçarras/SC, Rua Alexandre Guilherme Figueredo, nº 547, Bairro:
Centro, Telefone: (47) – 3345-1047, E-mail: Vibron@terra.com.br,
inscrita no CNPJ sob o nº 00.639.726/0001-79, neste ato repre-
sentada pelo Sr Luiz Antonio Silvestre, doravante denominada sim-
plesmente de CONTRATADA, têm entre si ajustada a execução de
obras de infraestrutura, mediante às cláusulas e condições abaixo
especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A vigência presente na clausula terceira do contrato administrativo
nº 185/2014 PMP, fica prorrogada até o dia 15.07.2017, a contar
de 01.01.2017.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

E, por estarem assim de acordo, firmam o presente contrato, jun-
tamente com as testemunhas abaixo.

Penha/SC, 30 de dezembro de 2016.

PREFEITURA CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

DE ACORDO:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

1º TERMO ADITIVO 249/2016-PMP

1º TERMO ADITIVO Nº 249/2016 PMP
AO CONTRATO Nº 121/2016 PMP

LICITAÇÃO: Processo Licitatório nº 47/2016 – PMP, modalidade
Carta Convite nº 04/2016 – PMP

OBJETO: Aquisição de carga de barro com 12m³ que deverá ser
transportada e espalhada no local, conforme estabelecido neste
Edital e no Anexo I.

Pelo presente instrumento de 1º Termo aditivo nº 249/2015-PMP
ao Contrato Administrativo nº 121/2016-PMP, para Aquisição de
carga de barro com 12m³ que deverá ser transportada e espalhada
no local, e a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa jurí-
dica de direito público interno, com sede nesta Cidade, na Avenida
Nereu Ramos, n 190, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.327/0001-
00, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Sr. Evan-
dro Eredes dos Navegantes, brasileiro, casado, doravante deno-
minada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Firma
ETER TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA, com sede na cidade de
Penha/SC, Bairro: Centro, CEP: 88385-000, Rua João Carlos Al-
ves, nº 355, Telefone: (47) – 3345-9009, inscrita no CNPJ sob o
nº 05.572.543/0001-05, neste ato representada pelo Sr. Renato
Cesário Pereira Junior doravante denominada simplesmente CON-
TRATADA, têm entre si ajustada a prestação de serviços, mediante
às cláusulas e condições abaixo especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A vigência presente na clausula terceira do contrato administrativo
nº 185/2014 PMP, fica prorrogada até o dia 21.07.2017, a contar
de 01.01.2017.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

E, por estarem assim de acordo, firmam o presente contrato, jun-
tamente com as testemunhas abaixo.

Penha/SC, 30 de dezembro de 2016.

PREFEITURA CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

DE ACORDO:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

1º TERMO ADITIVO 250/2016-PMP

1º TERMO DE ADITIVO Nº 250/2016-PMP
AO CONTRATO 88/2016- PMP

Licitação: Processo Licitatório nº. 37/2016 – PMP, modalidade Pre-
gão Presencial nº. 23/2016 – PMP.

Objeto: AQUISIÇÃO DE TRATOR, ENXADA ROTATIVA, ROÇADEI-
RA, ARADO, GRADE HIDRÁULICA E CARRETA BASCULANTE PARA
ATENDER DEMANDA DOS PESCADORES ARTESANAIS DO MUNICÍ-
PIO DE PENHA/SC.

Pelo presente instrumento de 1º Termo Aditivo Nº. 250/2016-
PMP ao Contrato Administrativo 88/2016-PMP, a PREFEITURA
MUNICIPAL DE PENHA, por meio do PREFEITURA MUNICIPAL DE

PENHA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.327/0001-00, neste ato representada por seu Prefeito Municipal Evandro Eredes dos Navegantes, brasileiro, casado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Empresa AGROWERNER COMERCIO DE MAQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS LTDA, com sede na cidade de Guarimir/SC, Rua Luiz Balistiere, nº. s/n, CEP nº. 89.270-000, Bairro Imigrantes, Telefone: (47) – 3373-0811, e-mail: banco@agrowerner.com.br, comercial.gua@agrowerner.com.br, inscrita no CNPJ sob o nº 86.430.576/0004-57, neste ato representada Edson Carlos Werner, CPF nº. 215.698.789-00 RG nº. 269.901, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustado, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A vigência presente na cláusula quarta do contrato administrativo nº 90/2012 PMP fica prorrogada até o dia 30.06.2017, a contar de 01.01.2017.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha/SC, 30 de Dezembro de 2016.

PREFEITURA

CONTRATADA

TESTEMUNHA:

DE ACORDO:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

1º TERMO ADITIVO 251/2016-PMP

1º TERMO ADITIVO Nº 251/2016 PMP
AO CONTRATO Nº 05/2015 PMP

LICITAÇÃO: Processo Licitatório nº 103/2013 – PMP, modalidade Pregão Presencial nº 51/2013 – PMP

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO QUE SERÁ UTILIZADO EM PROJETO PILOTO PARA INFORMATIZAÇÃO DO ENSINO.

Pelo presente instrumento de 1º Termo aditivo nº 251/2016-PMP ao Contrato Administrativo nº 05/2015-PMP, a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, por meio da PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.327/0001-00, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Evandro Eredes dos Navegantes, brasileiro, divorciado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Empresa AIOX DO BRASIL EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA S.A, com sede na cidade de Caçadori/SC, na Rodovia SC 302 KM 07 - B, bairro Castelhanos, Cep89.500-000, telefone 49-3561-1500, inscrita no CNPJ sob o nº 10.258.165/0001-11, neste ato representada Jovelci Domingos Gomes, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustado, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A vigência presente na cláusula terceira do contrato administrativo nº 185/2014 PMP, fica prorrogada até o dia 30.12.2017, a contar

de 01.01.2017.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

E, por estarem assim de acordo, firmam o presente contrato, juntamente com as testemunhas abaixo.

Penha/SC, 30 de dezembro de 2016.

PREFEITURA

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

DE ACORDO:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

1º TERMO ADITIVO 252/2016-PMP

2º Termo aditivo nº 252/2016- PMP
Ao Contrato nº 34/2016- PMP

Licitação: Processo Licitatório nº. 07/2016 - PMP, modalidade Pregão Presencial nº. 05/2016 -PMP

Objeto: AQUISIÇÃO DE CARGAS DE BARRO PARA SER UTILIZADA NO TERRENO ONDE SERÁ CONSTRUÍDO UM CAMPO DE FUTEBOL NO BAIRRO DO GRAVATÁ NO MUNICÍPIO DE PENHA/SC.

Pelo presente instrumento do 1º Termo Aditivo nº 252/2016-PMP ao Contrato Administrativo nº 34/2016-PMP a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.327/0001-00, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Evandro Eredes dos Navegantes, Brasileiro, casado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Empresa ETER TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA, com sede na cidade de Penha/SC, Bairro Armação, CEP: 88385-000, Rua João Carlos Alves, nº 355, Telefone: (47) – 3345-9009, inscrita no CNPJ sob o nº 05.572.543/0001-05, neste ato representada pelo Sr. Renato Cesário Pereira Junior, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustado, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A vigência do Contrato Administrativo nº. 34/2016-PMP fica prorrogada até 30/04/2016, a contar de 01/01/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

E, por estarem assim de acordo, firmam o presente contrato, juntamente com as testemunhas abaixo.

Penha/SC, 30 de Dezembro de 2016.

PREFEITURA

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

NOME :GUSTAVO JOÃO DA SILVA

DE ACORDO:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

1º TERMO ADITIVO 253/2016-PMP

1º TERMO ADITIVO Nº 253/2016 PMP
AO CONTRATO Nº 79/2016 PMP

LICITAÇÃO: Processo Licitatório nº 34/2016 – PMP, modalidade
Pregão Presencial nº 21/2016 – PMP

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MACADAME GNAISSE, AREIA MÉDIA, LAJOTAS SEXTAVADAS, TUBOS E EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE RECUPERAÇÃO ASFÁLTICA PARA MANUTENÇÃO DE VIAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DE PENHA/SC.

Pelo presente instrumento de 1º Termo aditivo nº 253/2016-PMP ao Contrato Administrativo nº 79/2016-PMP, a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, por meio do PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.327/0001-00, neste ato representada por seu Prefeito Municipal Evandro Eredes dos Navegantes, brasileiro, casado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Empresa T.E.S TECNOLOGIA DE SOLOS LTDA, com sede na cidade de Joinville/SC, na Rua Afonso Penna, nº 275, no Bairro: Bucarein, no CEP nº 89202-420, telefone (47) – 3422-6479, no e-mail: tes@terra.com.br, inscrita no CNPJ nº 01.967.685/0001-02 neste ato representada S.r. Miguel Angel Danielle, CPF nº: 004.428.079-37, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustado, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A vigência presente na cláusula terceira do contrato administrativo nº 185/2014 PMP, fica prorrogada até o dia 27.06.2017, a contar de 01.01.2017.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

E, por estarem assim de acordo, firmam o presente contrato, juntamente com as testemunhas abaixo.

Penha/SC, 30 de dezembro de 2016.

PREFEITURA CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

DE ACORDO:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

1º TERMO ADITIVO 254/2016-PMP

1º TERMO ADITIVO Nº 254/2016-PMP
AO CONTRATO Nº 20/2016- PMP

LICITAÇÃO: Processo Licitatório nº 02/2016 – PMP, modalidade
Pregão Presencial nº 02/2016 – PMP

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PLACAS DE SINALIZAÇÃO PARA SEREM

INSTALADAS NO MUNICÍPIO DE PENHA/SC.

Pelo presente instrumento de 1º Termo Aditivo nº. 254/2016-PMP ao Contrato Administrativo 20/2016-PMP para aquisição de materiais, a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.327/0001-00, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Evandro Eredes dos Navegantes, brasileiro, casado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Empresa ALEXSANDRO STELMACH THUROW-ME, com sede na cidade de Penha/SC, Bairro: Praia Alegre, Rua: Cecílio P. De Oliveira, nº 13, CEP: 88385-000, Telefone: (47) – 3347-0111, inscrita no CNPJ sob o nº 02.156.953/0001-79, neste ato representada Sr. Alessandro Stelmach Trurow, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustado, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O prazo previsto na cláusula quarta do Contrato administrativo nº 155/2016-PMP, fica prorrogado até dia 08.03.2017, a contar do dia 01.01.2017.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha/SC, 30 de Dezembro de 2016.

PREFEITURA

CONTRATADA

TESTEMUNHA:

DE ACORDO:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

2º TERMO ADITIVO 140/2016-FMS

2º TERMO ADITIVO Nº 140/2016-FMS
AO CONTRATO Nº 102/2016- FMS

LICITAÇÃO: Processo Licitatório nº 25/2016 - FMS, modalidade
Carta Convite nº 03/2016 - FMS

OBJETO: Prestação de serviço de engenharia com fornecimento de material e mão de obra para reforma do telhado e pintura da Unidade Básica de Saúde Central, conforme projetos, memorial descritivo e cronograma físico e financeiro em anexo.

Pelo presente instrumento de 1º Termo aditivo nº 140/2016-FMS, ao Contrato Administrativo nº 102/2016-FMS, para Execução de Obra e/ou Serviço Público, a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta cidade, na Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Sr. Evandro Eredes dos Navegantes, brasileiro, casado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a empresa TUBLOCOS ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA.ME, com sede na cidade de Penha/SC, Rua Osório Domingos Correa, nº 62, no Bairro: Nossa Senhora de Fátima, CEP: 88385000, inscrita no CNPJ sob o nº 10.594.845/0001-06 neste ato representada pelo Sr. Claudio Daniel Moser, portador do CPF: 072.925.449-67, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, têm entre si ajustada a execução de obra e/ou serviço público, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A vigência do Contrato Administrativo nº 102/2016- FMS fica prorrogada até o dia 19/09/2017, a contar de 31/12/2016.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

E, por estarem assim de acordo, firmam o presente contrato, juntamente com as testemunhas abaixo.

Penha-SC, 30 de Dezembro de 2016.

PREFEITURA CONTRATADA

TESTEMUNHAS

DE ACORDO:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

2º TERMO ADITIVO 244/2016-PMP

1º TERMO ADITIVO Nº 244/2016-PMP
AO CONTRATO Nº 02/2015- PMP

LICITAÇÃO: Compra direta de objeto nº 27, conforme requisição nº 21/2014.

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PENHA E A EMPRESA TELEFÔNICA BRASIL S/A., PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA MÓVEL DIGITAL PÓS-PAGO

Pelo presente instrumento de 1º Termo aditivo nº 244/2016-PMP, ao Contrato Administrativo nº 02/2015-PMP, para prestação de serviços, O MUNICÍPIO DE PENHA com sede na Av Nereu Ramos, 80, Centro, Penha – SC, inscrita no CNPJ nº 83.102.327/0001-00, doravante designada simplesmente CONTRATANTE, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Evandro Eredes dos Navegantes, brasileiro, casado, e a empresa TELEFÔNICA BRASIL S.A., com Sede na Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 1376 na cidade de São Paulo/SP, CNPJ 02.558.157/0001-62, a seguir denominada simplesmente CONTRATADA, neste ato representada por seus Procuradores, Srs. CLEBER PINHEIRO LIMA, CPF nº 652.051.030-00, e JOSÉ OSCAR AZEVEDO JUNIOR, CPF nº 032.860.479-88, tem entre si justos e contratados os serviços em epígrafe, mediante as cláusulas e condições a seguir estipuladas, sob o regime instituído pela Lei nº 8.666/93, com todas as suas alterações posteriores e demais legislações específicas e pertinentes à matéria e estabelecidas pela ANATEL, e demais normas que regem a espécie, bem como as cláusulas abaixo discriminadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A vigência presente na cláusula décima do contrato administrativo nº 02/2015-PMP fica prorrogada até o dia 30.12.2017, a contar de 01.01.2017.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha-SC, 30 de dezembro de 2016.

MUNICÍPIO DE PENHA

Evandro Eredes dos Navegantes
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE PENHA

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

TELEFÔNICA BRASIL S/A.

CLEBER PINHEIRO LIMA
CONTRATADA

TELEFÔNICA BRASIL S/A.

JOSÉ OSCAR AZEVEDO JUNIOR
CONTRATADA

TESTEMUNHA

3º TERMO ADITIVO 141/2016-FMS

3º TERMO ADITIVO Nº 141/2016 FMS
AO CONTRATO Nº 115/2014 FMS

LICITAÇÃO: Processo Licitatório nº. 35/2014 -FMS, modalidade Pregão Presencial nº. 22/2014 -FMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS-HOSPITALARES, INSTRUMENTO CIRÚRGICOS E CORRELATOS PARA A SECRETARIA E UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PENHA/SC.

Pelo presente instrumento de 3º Termo aditivo nº 141/2016-FMS ao Contrato Administrativo nº 115/2014, para fornecimento de eletrodomésticos e eletrônicos, a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, por meio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº 10.479.670/0001-96, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Evandro Eredes dos Navegantes, brasileiro, casado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a EmpresaBIOMEDI MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, com sede na cidade de Jaraguá do Sul/SC, Rua Maria Umbelina da Silva, nº 680, sala 02, 03, telefone 47-3370-4643, inscrita no CNPJ sob o nº 13.365.644/0001-25, neste ato representada Eliane Aparecida Pedrotti, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustado, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A vigência presente na cláusula quarta do contrato administrativo nº 115/2014 FMS fica prorrogada até o dia 23.09.2017, a contar de 31.12.2016.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

E, por estarem assim de acordo, firmam o presente contrato, juntamente com as testemunhas abaixo.

Penha/SC, 30 de Dezembro de 2016.

PREFEITURA

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

DE ACORDO:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE

SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

3º TERMO ADITIVO 247/2016-PMP

3º TERMO ADITIVO Nº 247/2016-PMP
AO CONTRATO Nº 179/2015- PMP

LICITAÇÃO: Processo Licitatório nº 54/2015 - PMP, modalidade
Convite nº 06/2015 - PMP

OBJETO: Prestação de serviço de engenharia com fornecimento de material para remoção, regularização, compactação e pavimentação com paver da Rua Armin Souza

Pelo presente instrumento de 3º Termo aditivo nº 247/2016-PMP, ao Contrato Administrativo nº 179/2015-PMP, para Serviço Público, a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta cidade, na Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Sr. Evandro Eredes dos Navegantes, brasileiro, casado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a empresa J.J.D.LTDA-ME, com sede na cidade de Penha/SC, Rua Nilo anastacio Vieira, nº 822, Bairro: Centro, CEP: 88385-000, Telefone (47) – 3347-0247, inscrita no CNPJ sob o nº 11.419.390/0001-55, neste ato representada pelo Sr Dirson André Lauschner, RG: 2.432.650 ssp-sc, CPF: 827.809.439-04, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, têm entre si ajustada a execução de obra e/ou serviço público, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O prazo previsto na cláusula oitava do contrato administrativo nº 179/2015-PMP, fica prorrogado até 09/10/2017, a contar do dia 31/12/2016.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.
Penha-SC, 30 de Dezembro de 2016.

PREFEITURA	CONTRATADA
------------	------------

TESTEMUNHAS

DE ACORDO:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

4º TERMO ADITIVO 246/2016-PMP

4º TERMO ADITIVO Nº 246/2016 PMP
AO CONTRATO Nº 05/2016 PMP

LICITAÇÃO Processo Licitatório nº 66/15 – PMP, modalidade Tomada de Preços nº 12/15 – PMP

OBJETO:

Prestação de serviço de engenharia, com fornecimento de material, para pavimentação em lajota sextavada de concreto, drenagem pluvial e sinalização das Ruas Silvério Gonçalves, Rua Anita Garibaldi e Rua Curitiba, bairro Centro, Penha/SC, em estrita observância aos memoriais, planilha orçamentária, cronograma físico financeiro e projetos em anexo.

Lote 3: Rua Curitiba: Área: 1.106,18 m² - Total: R\$ 345.290,43

Pelo presente instrumento do 4º Termo aditivo nº 246/2016-PMP ao Contrato Administrativo nº 05/2016-PMP, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa jurídica de direito

público interno, com sede nesta Cidade, na Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.327/0001-00, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Evandro Eredes dos Navegantes, brasileiro, casado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Empresa: VIBRON ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA-EPP, com sede na cidade de Balneário Piçarras/SC, Rua Alexandre Guilherme Figueredo, nº 547, Bairro: Centro, Telefone: (47) – 3345-1047, E-mail: Vibron@terra.com.br, inscrita no CNPJ sob o nº 00.639.726/0001-79, neste ato representada pelo Sr Luiz Antonio Silvestre, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, têm entre si ajustada a pavimentação em lajota sextava de concreto, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A vigência do Contrato Administrativo 05/2016-PMP fica prorrogada até 30/12/2017 a contar de 01/01/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

E, por estarem assim de acordo, firmam o presente contrato, juntamente com as testemunhas abaixo.

Penha/SC, 30 de dezembro de 2016.

PREFEITURA CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

DE ACORDO:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

5º TERMO ADITIVO 239/2016-PMP

5º TERMO ADITIVO Nº 239/2016 PMP
AO CONTRATO Nº 199/2014 PMP

LICITAÇÃO: Processo Licitatório nº. 106/2014 -PMP, modalidade Pregão Presencial nº. 60/2014 -PMP

OBJETO: AQUISIÇÃO DE ROLO DE LONA PRETA PARA SER UTILIZADO PELA SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS DO MUNICÍPIO DE PENHA/SC.

Pelo presente instrumento de 4º Termo aditivo nº 99/2016-PMP ao Contrato Administrativo nº 199/201-PMP, para aquisição de materiais, a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº83.102.327/0001-00, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Evandro Eredes dos Navegantes, brasileiro, casado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Empresa PJ SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA ME, com sede na cidade de Navegantes/SC, Av. João Sacavém, nº 85, sala 06, Centro, Cep 88375-000, telefone 47-91739920, inscrita no CNPJ sob o nº 13.060.647/0001-50, neste ato representada Izabel Cristina Meurer de Souza, CPF 572.768.209-63, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustado, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A vigência presente na clausula quarta do contrato administrativo

nº 199/2014 PMP, fica prorrogada até o dia 06/12/2017, a contar de 31.12.2016.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

E, por estarem assim de acordo, firmam o presente contrato, juntamente com as testemunhas abaixo.

Penha/SC, 30 de dezembro de 2016.

PREFEITURA CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

DE ACORDO:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

5º TERMO ADITIVO 243/2016-PMP

5º TERMO ADITIVO Nº 243/2016 PMP
AO CONTRATO Nº 203/2015 PMP

LICITAÇÃO: PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 68/2015 - PMP, TOMADA DE PREÇOS Nº 14/2015 - PMP

OBJETO: Prestação de serviço de mão de obra com fornecimento de material para revitalização da praça da Praia Alegre, incluindo pavimentação asfáltica da servidão localizada entre a rua José Abraão Francisco e Antônio Joaquim Simão situada à Avenida Nereu Ramos, Centro, Penha/SC, conforme projetos, memorial descritivo e cronograma físico e financeiro em anexo.

Pelo presente instrumento do 5º Termo aditivo nº 243/2016-PMP ao Contrato Administrativo nº 203/2015-PMP, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, na Avenida Nereu Ramos, n 190, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.327/0001-00, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Evandro Eredes dos Navegantes, brasileiro, casado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Empresa TUBLOCOS ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA ME, com sede na cidade de Penha/SC, Rua Osório Domingos Correa, nº 62, no Bairro: Nossa Senhora de Fátima, CEP:88385000, inscrita no CNPJ sob o nº 10.594.845/0001-06 neste ato representada pelo Sr.Claudio Daniel Moser, portador do CPF: 072.925.449-67, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, têm entre si ajustado, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A vigência presente no contrato administrativo nº 203/2015-PMP fica prorrogada até o dia 14.12.2017, a contar de 31.12.2016.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

E, por estarem assim de acordo, firmam o presente contrato, juntamente com as testemunhas abaixo.

Penha/SC, 30 de dezembro de 2016.

PREFEITURA CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

DE ACORDO:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

5º TERMO ADITIVO 248/2016-PMP

5º TERMO ADITIVO Nº 248/2016 -PMP
AO CONTRATO Nº 104/2014 PMP

LICITAÇÃO:Processo Licitatório nº 43/14 – PMP, modalidade Tomada de Preços nº 09/14 – PMP

OBJETO:Prestação de serviço de engenharia, com fornecimento de material, para pavimentação em lajota sextavada de concreto, drenagem pluvial e sinalização da Rua Antônio João Pinto, Bairro Armação, totalizando 5.656,20m² de área a pavimentar.

Pelo presente instrumento do 5º Termo aditivo nº 248/2016-PMP ao Contrato Administrativo nº 104/2014-PMP, a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.327/0001-00, neste ato representada por seu, Prefeito Municipal, S.r. Evandro Eredes dos Navegantes, Brasileiro, casado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Empresa VIBRON – ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA - EPP, com sede na cidade de Balneário Piçarras/SC, Rua Alexandre Guilherme Figueredo, nº 547, Centro, e-mail vibron@terra.com.br, telefone 47- 33451047, inscrita no CNPJ sob o nº 00.639.726/0001-79, neste ato representada pelo Sr. Luiz Antônio Silvestre, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, têm entre si ajustada a pavimentação com lajota de concreto, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A vigência presente do contrato administrativo nº 104/2014-PMP fica prorrogada até o dia 30.05.2017, a contar de 31.12.2016.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

E, por estarem assim de acordo, firmam o presente contrato, juntamente com as testemunhas abaixo.

Penha/SC, 30de Dezembro de 2016.

PREFEITURA CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

DE ACORDO:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

5º TERMO ADITIVO 255/2016-PMP

5º TERMO ADITIVO Nº 255/2016-PMP

AO CONTRATO Nº 101/2014 PMP

LICITAÇÃO: Processo Licitatório nº. 40/2014 -PMP, modalidade Pregão Presencial nº. 16/2014 -PMP

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA SER UTILIZADO PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PENHA/SC NA REFORMA DA ESCOLA HORACINA SOARES FRANCISCO.

Pelo presente instrumento do 5º Termo aditivo nº 255/2016-PMP ao Contrato Administrativo nº 101/2014-PMP, para fornecimento de materiais a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, por meio do SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190 inscrita CNPJ sob nº 83.102.327/0001-00, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Evandro Eredes dos Navegantes, brasileiro, casado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Empresa KL MATERIAIS DE CONSTRUÇÕES LTDA, com sede na cidade de Jaraguá do Sul/SC, Rua Carlos Hardt, 1120, sala 02, bairro Água Verde, CEP: 89254-580, telefone 47-3372-3457, inscrita no CNPJ sob o nº 15.843.503/0001-04, neste ato representada Martinho José Lehnert, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustado, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A vigência presente do contrato administrativo nº 101/2014 PMP fica prorrogada até o dia 27.05.2017, a contar de 31.12.2016.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

E, por estarem assim de acordo, firmam o presente contrato, juntamente com as testemunhas abaixo.

Penha/SC, 30 de Dezembro de 2016.

PREFEITURA CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

DE ACORDO:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

DECRETO 3121/2017

DECRETO Nº 3121/2017

ESTABELECE A PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA E O CRONOGRAMA MENSAL DE DESEMBOLSO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER, Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA

Art. 1º - De acordo com a Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2017 – LOA nº 2.847/16, de 20 de dezembro de 2016 e em cumprimento aos artigos 8º e 13 da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, e o artigo 7º e seus parágrafos da Lei

Municipal 2.842/16 de 14 de outubro de 2016 – Lei de diretrizes orçamentárias para o exercício de 2017 - LDO, são elaborados os Quadros da Programação das Metas bimestrais de Arrecadação e Cronograma Mensal de Desembolso para o exercício financeiro de 2017, anexos I e II respectivamente, sendo os mesmos parte integrante deste Decreto.

Art. 2º - A programação Financeira e o Cronograma de Desembolso de que tratam o artigo anterior poderão ser revistos no decorrer do exercício financeiro a que se referirem, conforme os resultados apurados em função da Execução Orçamentária e a Realização da Receita.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Penha/SC, 06 de janeiro de 2017.

Aquiles José Schneider da Costa

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração, aos dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezessete.

Leandro de Lima Borba

Secretário da Administração

PORTARIA 01/2017

PORTARIA N.º 01/2017

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeado o Sr. JANILTO DOMINGOS RAULINO, para ocupar o cargo em comissão de PROCURADOR GERAL, a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 03 de Janeiro de 2017.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 02/2017

PORTARIA N.º 02/2017

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeada a Srª. SUSANA PERINOTTI DE BORBA, para ocupar o cargo em comissão de CONTROLADORA INTERNA, a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 03 de Janeiro de 2017.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA

PREFEITO MUNICIPAL

JANILTO DOMINGOS RAULINO

Procurador Jurídico

PORTARIA 03/2017

PORTARIA N.º 03/2017

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeado o Sr. LEANDRO DE LIMA BORBA, para ocupar o cargo em comissão de SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO, a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 03 de Janeiro de 2017.
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos três dias do mês de Janeiro do ano de dois mil e dezessete.

JANILTO DOMINGOS RAULINO
Procurador Jurídico

PORTARIA 04/2017

PORTARIA N.º 04/2017

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeado o Sr. LEANDRO DE LIMA BORBA, como responsável pelo expediente da SECRETARIA DA FAZENDA, a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 03 de Janeiro de 2017.
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos três dias do mês de Janeiro do ano de dois mil e dezessete.

JANILTO DOMINGOS RAULINO
Procurador Jurídico

PORTARIA 05/2017

PORTARIA N.º 05/2017

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeado o Sr. SERGIO DE MELLO, para ocupar o cargo em comissão de SECRETÁRIO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 03 de Janeiro de 2017.
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos três dias do mês de Janeiro do ano de dois mil e dezessete.

LEADRO DE LIMA BORBA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA 06/2017

PORTARIA N.º 06/2017

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeada a Sra. GRAZZIELE MORATELLI VOLPI, para ocupar o cargo em comissão de PROCURADORA ADJUNTA, a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 03 de Janeiro de 2017.
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos três dias do mês de Janeiro do ano de dois mil e dezessete.

LEADRO DE LIMA BORBA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA 07/2017

PORTARIA N.º 07/2017

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeado o Sr. ELTON CANTENOR TEIXEIRA, para ocupar o cargo em comissão de COORDENADOR DE CONCILIAÇÃO, da PROCURADORIA JURÍDICA, a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 03 de Janeiro de 2017.
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos três dias do mês de Janeiro do ano de dois mil e dezessete.

LEADRO DE LIMA BORBA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA 08/2017

PORTARIA N.º 08/2017

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeado o Sr. ARÃO JOÃO DA SILVA, para ocupar o cargo em comissão de COORDENADOR DO PROCON, da PROCURADORIA JURÍDICA, a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 03 de Janeiro de 2017.
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos três dias do mês de Janeiro do ano de dois mil e dezessete.

LEADRO DE LIMA BORBA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA 09/2017

PORTARIA N.º 09/2017

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeado o Sr. HÉDER JULIANO MAFRA, para ocupar o cargo em comissão de COORDENADOR DE ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO, da SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 03 de Janeiro de 2017.
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos três dias do mês de Janeiro do ano de dois mil e dezessete.

LEADRO DE LIMA BORBA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA 10/2017

PORTARIA N.º 10/2017

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeada a Sra. VIVIANE NARSIRA SOARES LEITE,

para ocupar o cargo em comissão de COORDENADORA DE PROMOÇÃO SOCIAL I, da SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 03 de Janeiro de 2017.
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos três dias do mês de Janeiro do ano de dois mil e dezessete.

LEADRO DE LIMA BORBA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA 11/2017

PORTARIA N.º 11/2017

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeada a Sra. VALÉRIA MONT´SERRAT MARTINS, para ocupar o cargo em comissão de COORDENADORA DE PROMOÇÃO SOCIAL II, da SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 03 de Janeiro de 2017.
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos três dias do mês de Janeiro do ano de dois mil e dezessete.

LEADRO DE LIMA BORBA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA 12/2017

PORTARIA N.º 12/2017

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeado o Sr. PAULO ROBERTO DE SOUZA, para ocupar o cargo em comissão de COORDENADOR DE PESCA, da SECRETARIA MUNICIPAL DE PESCA E AGRICULTURA a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 03 de Janeiro de 2017.
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos três dias do mês de Janeiro do ano de dois mil e dezessete.

LEADRO DE LIMA BORBA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA 13/2017

PORTARIA N.º 13/2017

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeado o Sr. JOÃO BATISTA PORTO, para ocupar o cargo em comissão de SECRETÁRIO DE SERVIÇOS URBANOS, a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 03 de Janeiro de 2017.
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos três dias do mês de Janeiro do ano de dois mil e dezessete.

LEADRO DE LIMA BORBA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA 14/2017

PORTARIA N.º 14/2017

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeado o Sr. FABIANO NUNES, para ocupar o cargo em comissão de SECRETÁRIO ADJUNTO DA SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS, a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 03 de Janeiro de 2017.
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos três dias do mês de Janeiro do ano de dois mil e dezessete.

LEADRO DE LIMA BORBA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA 15/2017

PORTARIA N.º 15/2017

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeado o Sr. PAULO ROBERTO DA SILVA, para ocupar o cargo em comissão de COORDENADOR DE FROTAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO, a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 03 de Janeiro de 2017.
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos três dias do mês de Janeiro do ano de dois mil e dezessete.

LEADRO DE LIMA BORBA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA 16/2017

PORTARIA N.º 16/2017

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeado o Sr. ARNALDO DIAS, para ocupar o cargo em comissão de SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TURISMO, a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 03 de Janeiro de 2017.
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos três dias do mês de Janeiro do ano de dois mil e dezessete.

LEADRO DE LIMA BORBA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA 17/2017

PORTARIA N.º 17/2017

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeado o Sr. FLAMARION DIAS, para ocupar o cargo em comissão de DIRETOR ADMINISTRATIVO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 03 de Janeiro de 2017.
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos três dias do mês de Janeiro do ano de dois mil e dezessete.

LEADRO DE LIMA BORBA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA 18/2017
PORTARIA N.º 18/2017

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeado o Sr. LAÉRCIO JOAQUIM FLORIANO JUNIOR, para ocupar o cargo em comissão de COORDENADOR ADMINISTRATIVO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 03 de Janeiro de 2017.
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos três dias do mês de Janeiro do ano de dois mil e dezessete.

LEADRO DE LIMA BORBA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA 19/2017
PORTARIA N.º 19/2017

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeada a Sra. CLAUDIA BALDOCCHI PEIXOTE DE CASTRO, para ocupar o cargo em comissão de COORDENADORA DE MARKETING E EVENTOS, da SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 03 de Janeiro de 2017.
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos três dias do mês de Janeiro do ano de dois mil e dezessete.

LEADRO DE LIMA BORBA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA 20/2017
PORTARIA N.º 20/2017

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeado o Sr. CRISTIANO VALDIR FERREIRA, para ocupar o cargo em comissão de COORDENADOR DE FISCALIZAÇÃO da SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 03 de Janeiro de 2017.
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos três dias do mês de Janeiro do ano de dois mil e dezessete.

LEADRO DE LIMA BORBA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA 21/2017
PORTARIA N.º 21/2017

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeado o Sr. ÉDPO CRISTIANO BENTO, para ocupar o cargo em comissão de GESTOR DE ÁGUAS E SANEAMENTO da SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 03 de Janeiro de 2017.
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos três dias do mês de Janeiro do ano de dois mil e dezessete.

LEADRO DE LIMA BORBA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA 22/2017
PORTARIA N.º 22/2017

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeado o Sr. ROMÁRIO JÚLIO BITTENCOURT, para

ocupar o cargo em comissão de COORDENADOR DA DEFESA CIVIL da SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 03 de Janeiro de 2017.
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos três dias do mês de Janeiro do ano de dois mil e dezessete.

LEADRO DE LIMA BORBA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA 23/2017

PORTARIA N.º 23/2017

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeado o Sr. CARLOS CESAR DE SOUZA, para ocupar o cargo em comissão de DIRETOR ADMINISTRATIVO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES, a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 03 de Janeiro de 2017.
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos três dias do mês de Janeiro do ano de dois mil e dezessete.

LEADRO DE LIMA BORBA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA 24/2017

PORTARIA N.º 24/2017

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeado o Sr. ADEMIR ANTONIO SOARES, para ocupar o cargo em comissão de COORDENADOR DE ESPORTES da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES, a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 03 de Janeiro de 2017.
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos três dias do mês de Janeiro do ano de dois mil e dezessete.

LEADRO DE LIMA BORBA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA 25/2017

PORTARIA N.º 25/2017

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeado o Sr. EDILÉSIO ANTONIO CORDEIRO, para ocupar o cargo em comissão de COORDENADOR DE FROTAS da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 03 de Janeiro de 2017.
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos três dias do mês de Janeiro do ano de dois mil e dezessete.

LEADRO DE LIMA BORBA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA 26/2017

PORTARIA N.º 26/2017

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeada a Sra. MERCI TERESINHA DO NASCIMENTO, para ocupar o cargo em comissão de DIRETORA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS, da SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 03 de Janeiro de 2017.
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos três dias do mês de Janeiro do ano de dois mil e dezessete.

LEADRO DE LIMA BORBA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA 27/2017

PORTARIA N.º 27/2017

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeada a Sra. MAIARA CELISTA, para ocupar o cargo em comissão de CHEFE DE SETOR ADMINISTRATIVO I, da SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 03 de Janeiro de 2017.
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos três dias do mês de Janeiro do ano de dois mil e dezessete.

LEADRO DE LIMA BORBA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA 28/2017

PORTARIA N.º 28/2017

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeada a Sra. JANE SANTANA MACIEL LUGOSO, para ocupar o cargo em comissão de COORDENADORA DO NAM, SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 03 de Janeiro de 2017.
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos três dias do mês de Janeiro do ano de dois mil e dezessete.

LEADRO DE LIMA BORBA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA 29/2017

PORTARIA N.º 29/2017

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeado o Sr. JORGE LUIZ DE FRANÇA, para ocupar o cargo em comissão de DIRETOR DO DETRANPEN, da SECRETARIA DE PLANEJAMENTO a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 03 de Janeiro de 2017.
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos três dias do mês de Janeiro do ano de dois mil e dezessete.

LEADRO DE LIMA BORBA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA 30/2017

PORTARIA N.º 30/2017

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeado o Sr. FABRÍCIO DE LIZ, para ocupar o cargo em comissão de DIRETOR ADMINISTRATIVO, da SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 03 de Janeiro de 2017.
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos três dias do mês de Janeiro do ano de dois mil e dezessete.

LEADRO DE LIMA BORBA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA 31/2016

PORTARIA N.º 31/2017

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeado o Sr. MAURÍLIO ANTONIO DUARTE, para ocupar o cargo em comissão de DIRETOR DE TRIBUTAÇÃO E CADASTRO, da SECRETARIA DA FAZENDA a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 03 de Janeiro de 2017.
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos três dias do mês de Janeiro do ano de dois mil e dezessete.

LEANDRO DE LIMA BORBA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

Petrolândia

PREFEITURA

CONTRATO 01 2017 - INFO DIGITALE

MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 01/2017

Contrato que entre si celebram o Município de Petrolândia, através de sua Prefeitura Municipal e a empresa INFO DIGITALE SOLUÇÕES TÉCNICAS PARA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL, inscrita no CNPJ: 86.731.494/0001-08. Objeto: LOCAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMÁTICA GEDOC, DESTINADO AO GERENCIAMENTO ELETRÔNICO DE DOCUMENTOS ADMINISTRATIVOS (LEIS MUNICIPAIS, DECRETOS, PORTARIAS, CORRESPONDÊNCIAS, CONTRATOS, REQUERIMENTOS, PARECERES JURÍDICOS, EDITAIS, MEDIDAS PROVISÓRIAS, LEI ORGÂNICA E OUTROS) COM O DEVIDO ACOMPANHAMENTO DE TODAS AS SUAS FASES PROCESSUAIS, DE FORMA ORDENADA, POSSIBILITANDO A PESQUISA E A VISUALIZAÇÃO DE TODAS AS PEÇAS E O SEU ARMAZENAMENTO DIGITAL. Data: 02/01/2017. Valor dos Serviços: R\$ 4.127,45. Petrolândia, 10 de janeiro de 2017. Joel Longen – Prefeito Municipal.

PREGÃO PRESENCIAL 01 2017 - CONSRTO DE PNEUS FMA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

FUNDO MUNICIPAL DE AGRICULTURA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2017 – REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeitura Municipal de Petrolândia faz saber aos interessados que se encontra aberto o edital de LICITAÇÃO Nº 01/2017 na modalidade PREGÃO PRESENCIAL – REGISTRO DE PREÇOS, tendo por objetivo o REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPAGEM, DUPLAGEM E VULCANIZO DE PNEUS PARA VIATURAS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA DE PETROLÂNDIA. O envelope contendo os documentos de habilitação, bem como o outro contendo a proposta de fornecimento, deverão ser entregues na Prefeitura Municipal às 08:30h do dia 02/02/2017, ocasião em que será iniciada a sessão de credenciamento dos interessados e respectiva oferta de lances. A cópia do edital, bem como outros esclarecimentos necessários poderão ser obtidos junto ao Departamento de Compras da Prefeitura Municipal, em horário de expediente pelo telefone (47) 3536-1151 ou pelo e-mail licita@petrolandia.sc.gov.br. Petrolândia, 10 de janeiro de 2017. JOEL LONGEN – Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL 07 2017 - CONSRTO DE PNEUS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2017 – REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeitura Municipal de Petrolândia faz saber aos interessados que se encontra aberto o edital de LICITAÇÃO Nº 07/2017 na modalidade PREGÃO PRESENCIAL – REGISTRO DE PREÇOS, tendo por objetivo o REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPAGEM, DUPLAGEM E VULCANIZO DE PNEUS PARA VIATURAS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS E SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. O envelope contendo os documentos de habilitação, bem como o outro contendo a proposta de fornecimento, deverão ser entregues na Prefeitura Municipal às 08:30h do dia 01/02/2017, ocasião em que será iniciada a sessão de credenciamento dos interessados e respectiva oferta de lances. A cópia do edital, bem como outros esclarecimentos necessários poderão ser obtidos junto ao Departamento de Compras da Prefeitura Municipal, em horário de expediente pelo telefone (47) 3536-1151 ou pelo e-mail licita@petrolandia.sc.gov.br. Petrolândia, 10 de janeiro de 2017. JOEL LONGEN – Prefeito Municipal

Pinheiro Preto

CÂMARA MUNICIPAL

ATO DELEGATÓRIO DE PODER

ATO DELEGATÓRIO DE PODER

ESTE ATO DECLARATÓRIO REFERE-SE A CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES PINHEIRO PRETO – CNPJ 08.484.593/0001-10

=> Responsáveis pela movimentação de contas:

CARGO NOME CPF

PRESIDENTE KELVIN BROCARDI 063.310.309-80

TESOUREIRO ODAIR VAILATTI 950.761.589-04

=> Forma de movimentação da conta:

GERENCIADOR FINANCEIRO E CHEQUES;

=> RELAÇÃO DE CONTA CORRENTE:

Banco 001 Agência: 5327-9 Conta-Corrente: 52.141-8

=> Relação dos Poderes de conta corrente a serem cadastrados em conformidade com poderes no Módulo "Poderes/Instrumentos de Mandato":

EMITIR CHEQUES

ABRIR CONTAS DE DEPOSITO

AUTORIZAR COBRANCA

RECEBER, PASSAR RECIBO E DAR QUITACAO

SOLICITAR SALDOS, EXTRATOS E COMPROVANTES

REQUISITAR TALONARIOS DE CHEQUES

RETIRAR CHEQUES DEVOLVIDOS

ENDOSSAR CHEQUE

REQUISITAR CARTAO ELETRONICO

SUSTAR/CONTRA-ORDENAR CHEQUES

CANCELAR CHEQUES

BAIXAR CHEQUES

EFETUAR RESGATES/APLICACOES FINANCEIRAS

CADASTRAR, ALTERAR E DESBLOQUEAR SENHAS

EFETUAR SAQUES - CONTA CORRENTE

EFETUAR SAQUES - POUPANCA

EFETUAR PAGAMENTOS POR MEIO ELETRONICO

EFETUAR TRANSFERENCIAS POR MEIO ELETRONICO

EFETUAR MOVIMENTACAO FINANCEIRA NO RPG

CONSULTAR CONTAS/APLIC.PROGRAMAS REPASSE

LIBERAR ARQUIVOS DE PAGAMENTOS NO GER. FINANC EIRO

SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS DE INVESTIMENTOS

EMITIR COMPROVANTES

EFETUAR TRANSFERENCIA P/ MESMA TITULARIDADE

ENCERRAR CONTAS DE DEPOSITO

CONSULTAR OBRIGACOES DO DEBITO DIRETO AUTORIZ ADO

ASSINAR INSTRUMENTO DE CONVENIO E CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Pinheiro Preto, 06 de Janeiro de 2017.

Presidente da Mesa Diretora

Kelvin Brocardi

Tesoureiro

Odair Vailatti

Pomerode

PREFEITURA

1.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 017 / 2015 – 34FP - FUNDAÇÃO CULTURAL DE POMERODE

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
FUNDAÇÃO CULTURAL DE POMERODE

1.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 017 / 2015 – 34FP PRORROGAÇÃO

Processo Administrativo n.º 005 / 2015.

Convite p/ Compras e Serviços n.º 004 / 2015.

Contratante: FUNDAÇÃO CULTURAL DE POMERODE.

Contratado: BLUMEN LANDHAUS EVENTOS E PROMOÇÕES LTDA ME.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DECORAÇÃO DO PARQUE MUNICIPAL DE EVENTOS E ADJACÊNCIAS, PÓRTICOS DO MUNICÍPIO, PRAÇAS E O PRÉDIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE, BEM COMO A DECORAÇÃO DOS VEÍCULOS, CARROÇAS, REBOQUES, ENTRE OUTROS PARA A EDIÇÃO DA 34ª FESTA POMERANA, A REALIZAR-SE DE 12 A 22 DE JANEIRO DE 2017, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.

Valor Total Contratado – R\$10.000,00 (dez mil reais).

Justificativa: Prorrogação de execução contratual em conformidade com a Cláusula Sexta do Contrato Administrativo n.º 017/2015 e Lei Federal n.º 8.666/93, com redução do valor inicialmente contratado para a edição da 34ª Festa Pomerana, a ser realizada no período de 12 a 22 de Janeiro de 2017, em virtude da reutilização de materiais em estoque.

Pomerode / SC, 09 de Janeiro de 2017.

DARLI BAHR BERNADINO

Presidente da FUNDAÇÃO CULTURAL DE POMERODE

DECISÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO PREGÃO PRESENCIAL N.º 002 / 2016 - FUNDAÇÃO CULTURAL DE POMERODE

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
FUNDAÇÃO CULTURAL DE POMERODE
34ª FESTA POMERANA

DECISÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 003 / 2016.

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL N.º 002 / 2016.

TIPO MENOR PREÇO / POR ITEM

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE VIGILÂNCIA DESARMADA E SERVIÇOS DE BRIGADISTAS PARA A 34ª FESTA POMERANA – EDIÇÃO 2017, A REALIZAR-SE DE 12 A 22 DE JANEIRO DE 2017, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.

RECORRENTES: MINISTER SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA LTDA
MINISTER SERVIÇOS EIRELI EPP

CONTRARRAZÕES: WEBER SEGURANÇA LTDA ME
OBSERVES SERVIÇOS EIRELI ME

A Presidente da Fundação Cultural de Pomerode vem por intermédio deste, comunicar a seguinte decisão acerca dos RECURSOS ADMINISTRATIVOS apresentados pelas Empresas MINISTER SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA LTDA e MINISTER SERVIÇOS EIRELI EPP e CONTRARRAZÕES RECURSAIS apresentadas pelas Empresas WEBER SEGURANÇA LTDA ME e OBSERVES SERVIÇOS EIRELI ME na licitação sob modalidade Pregão Presencial n.º 002/2016.

Recurso - MINISTER SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA LTDA
Contrarrrazões recursais – WEBER SEGURANÇA LTDA ME

Trata-se de recurso administrativo interposto pela Empresa MINISTER SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA LTDA, alegando em síntese que a Empresa

WEBER SEGURANÇA LTDA – ME, declarada vencedora do certame pelo Pregoeiro, não apresentou o contrato social, sendo este documento obrigatório, conforme exigência do item 3.2.1 e 3.2.1.1 do edital.

Requer ao final o provimento do recurso para declarar INABILITADA no certame a Empresa WEBER SEGURANÇA LTDA – ME.

Em sede de contrarrazões, a Empresa WEBER SEGURANÇA LTDA – ME afirma que apresentou todos os documentos de credenciamento e habilitação exigidos no edital de licitação, estando assim, correta a decisão do Pregoeiro, no sentido de habilitar e declarar a empresa vencedora do certame.

Por fim, requer o indeferimento do Recurso Administrativo apresentado e que seja mantida a decisão do Pregoeiro, mantendo vencedora do certame a Empresa WEBER SEGURANÇA LTDA – ME.

Analisando os autos do processo licitatório, a folhas 132 a 134 encontra-se o devido contrato social atualizado da Empresa WEBER SEGURANÇA LTDA – ME, conforme registro na JUCESC sob n.º 20123220963 em 13/11/2012.

Desta forma, não existe qualquer irregularidade nos documentos apresentados pela Empresa WEBER SEGURANÇA LTDA – ME, estando estes em conformidade com o disposto nos itens 3.2.1 e 3.2.1.1 do edital de licitação, afigurando-se correta a decisão proferida pelo Pregoeiro em 20/12/2016 em estrito cumprimento ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

Ante todo o exposto, indefiro o Recurso apresentado pela Empresa MINISTER SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA LTDA e fica HABILITADA e DECLARADA VENCEDORA no CERTAME (Item 01 – serviços de vigilância desarmada) a Empresa WEBER SEGURANÇA LTDA – ME.

Recurso – MINISTER SERVIÇOS EIRELI EPP

Contrarrazões recursais – OBSERVES SERVIÇOS EIRELI ME

Do mesmo modo, foi interposto recurso administrativo pela Empresa MINISTER SERVIÇOS EIRELI EPP, diante da sua inabilitação no certame, haja vista que, conforme consta na Ata de fls. 218 a 220, as atividades constantes no objeto social da empresa não correspondem ao serviço licitado.

A recorrente sustenta que possui atestados de capacidade técnica compatíveis e semelhantes ao serviço que está sendo licitado. Além disso, afirma a Recorrente que não se trata de uma função propriamente especializada, de uma atividade regulamentada e restrita, de forma que, enquadra-se como modalidade de serviços gerais, podendo ser prestada por qualquer empresa que detenha similitude de objeto social, com as funções a serem desempenhadas e descritas no edital.

Afirma ainda que havendo compatibilidade do objeto social, detendo a empresa capacidade técnica devidamente comprovada por atestados compatíveis com a função licitada, deverá a Comissão julgar pela habilitação da Empresa no item 02 (serviços de brigadista), estando apta a executar o objeto licitado.

Requer ao final o provimento do recurso para reconhecer a sua capacidade técnica e jurídica e admitir sua habilitação para o item 02 (serviços de brigadista).

Em sede de contrarrazões, a Empresa OBSERVES SERVIÇOS EIRELI ME concordou com a decisão do pregoeiro, no sentido de que a licitante MINISTER SERVIÇOS EIRELI não está devidamente constituída na forma da lei para os fins do objeto pleiteado. Requer o provimento das contrarrazões no sentido de manter a inabilitação da recorrente, considerando somente a Empresa OBSERVES SERVIÇOS EIRELI ME como única empresa habilitada para o item 02 do edital.

Prefacialmente, em relação às condições de participação no certame, importante destacar o exposto nos itens 2.3 e 2.3.5 do edital, onde:

“2.3 – Não poderão participar deste PREGÃO:

2.3.5 – Empresa cujo objeto social não esteja pertinente e compatível com o objeto deste PREGÃO.”

Sobre a necessidade de compatibilidade entre o objeto social da empresa e o objeto licitado, colacionamos abaixo o recente entendimento do Tribunal de Contas da União – TCU, que no Acórdão n.º 642/2014 – Plenário, decidiu no seguinte sentido:

“REPRESENTAÇÃO SOBRE EVENTUAIS IRREGULARIDADES EM PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. CONHECIMENTO. PROCEDÊNCIA. DETERMINAÇÕES.

1. Para fins de habilitação jurídica nas licitações, faz-se necessária a compatibilidade entre o objeto do certame e as atividades previstas no contrato social das empresas licitantes.

2. Para fins de habilitação técnica nas licitações, os atestados apresentados devem não apenas demonstrar uma situação de fato, mas, necessariamente, demonstrar uma situação fática que tenha ocorrido em conformidade com a lei e com o contrato social das empresas licitantes.” (grifamos).

Ainda sobre o posicionamento do TCU no Acórdão n.º 642/2014 - Plenário, destacamos abaixo trecho da manifestação do relator:

“31. Ocorre que o art. 28, inciso III, da Lei 8.666/1993 inclui o contrato social, devidamente registrado, entre os documentos exigíveis para fins de comprovação da habilitação jurídica. Tal exigência visa justamente à comprovação de que a licitante tem a atividade comercial compatível com o objeto licitado.

32. O objeto social da empresa delineado no contrato social devidamente registrado comprova não apenas o exercício da atividade empresarial requerida na licitação, mas também que a empresa o faz de forma regular. E nesse ponto ressalto que a Administração deve sempre prestigiar a legalidade. Não basta que a licitante detenha a capacidade comercial de fato, faz-se necessário que ela esteja em conformidade com a lei.

(...)

37. De modo específico, destaco que o art. 967 do Código estabelece ser obrigatória a inscrição do empresário, contendo seu objeto (art. 968), antes do início de sua atividade. Como corolário, resta claro que, se a empresa decidir mudar de atividade empresarial, possui o dever legal de promover a alteração de seu objeto social e do respectivo registro antes de iniciar a prática dessas novas atividades.

39. Assim, ao exercer atividades em desconformidade com seu objeto social, devidamente registrado, a empresa também está agindo de forma contrária à lei, expondo a riscos todos os atores que com ela se relacionam.”

Plenamente evidente, portanto, a necessidade de compatibilidade do objeto social da empresa com o objeto licitado, por tratar-se de exigência legal e editalícia. Além disso, conforme bem asseverado pelo relator Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti no trecho do acórdão acima transcrito, qualquer mudança na atividade da empresa, deve ser precedida da alteração de seu objeto social e do respectivo registro.

Compulsando a documentação apresentada pela Empresa MINISTER SERVIÇOS EIRELI EPP, constatou-se que em momento algum o seu objeto social apresentou atividade compatível com o objeto licitado, vez que no comprovante de inscrição e de situação cadastral (Cartão

CNPJ) de fls. 213, consta o seguinte:

Código e descrição da atividade econômica principal:

81.21-4-00 – Limpeza em prédios e em domicílios

Código e descrição das atividades econômicas secundárias:

77.32-2-01 – Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes

77.39-0-99 – Aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador

77.39-0-03 – Aluguel de palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário, exceto andaimes

80.20-0-01 – Atividades de monitoramento de sistemas de segurança eletrônico

80.11-1-01 – Atividades de vigilância e segurança privada

81.30-3-00 – Atividades paisagísticas

46.49-4-08 – Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar

47.89-0-05 – Comércio varejista de produtos saneantes domissanitários

43.21-5-00 – Instalação e manutenção elétrica

43.22-3-01 – Instalações hidráulicas, sanitárias e de gás

77.11-0-00 – Locação de automóveis sem condutor

43.99-1-02 – Montagem e desmontagem de andaimes e outras estruturas temporárias

42.11-1-02 – Pintura para sinalização em pistas rodoviárias e aeroportos

49.30-2-02 – Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional

No mesmo sentido é a Certidão Simplificada da JUCESC (fls. 206), onde consta como objeto social da empresa: "Serviços e administração de conservação e limpeza de estabelecimentos públicos e privados e de áreas urbanas públicas e privadas; manutenção, conservação e benfeitorias de prédios urbanos e públicos e privados e industriais; instalação e manutenção elétrica e hidráulica em prédios públicos e privados; instalação e manutenção de sinalização de trânsito, tais como a instalação e manutenção de lacas e semáforos e a pintura de sinais rodoviários; paisagismo e ajardinamento; serviços especializados de vigilância eletrônica, locação de equipamentos para eventos como palcos e tendas, equipamentos de som e de iluminação e efeitos (luzes); projeto e execução de palcos e tendas para eventos, equipamentos de som e de iluminação; montagem e desmontagem de palcos e tendas para eventos, equipamentos de som e de iluminação; locação de veículos automotores e de máquinas e de equipamentos para construção civil; transporte rodoviários de malotes e documentos e de cargas em geral, intermunicipal, interestadual e internacional; e de comércio varejista e atacadista de equipamentos de monitoramento de sistemas de segurança e material de limpeza". Não apresentando, desta forma, nenhuma compatibilidade com os serviços a serem contratados. Desta forma, é insuficiente a afirmação de que possui experiência no ramo e que possui funções idênticas as descritas no edital, visto que o objeto social da Empresa Recorrente não se coaduna com aquele relacionado ao intuito do certame.

Para derruir todas as possibilidades jurídicas da Recorrente, foi consultado no site oficial do IBGE a Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE, na qual verificou-se que a atividade correta para a execução destes serviços possui a seguinte classificação: 82.99-7-99 – Outras atividades de serviços prestados principalmente às empresas não especificadas anteriormente. Segue abaixo a respectiva e correta classificação extraída de site oficial:

Fonte: http://cnae.ibge.gov.br/busca-online_cnae.html?option=com_cnae&view=atividades&Itemid=6160&tipo=cnae&chave=brigada&versao_classe=7.0.0&versao_subclasse=9.1.0

Esta atividade consta nos atos constitutivos da Empresa OBSERVES SERVIÇOS EIRELI – ME e não nos atos constitutivos da Empresa MINISTER SERVIÇOS EIRELI EPP, razão pela qual, está correta a decisão do Pregoeiro Oficial desta Fundação.

Ante todo o exposto, permanece INABILITADA no CERTAME a Empresa MINISTER SERVIÇOS EIRELI EPP e VENCEDORA DO CERTAME no item 02 (serviços de brigadista) a Empresa OBSERVES SERVIÇOS EIRELI - ME.

DECISÃO

Ante todo o exposto e atendendo ao princípio da legalidade e vinculação ao instrumento convocatório, considerando os fatos apresentados e demais fundamentos, conheço os recursos e contrarrazões apresentados tempestivamente, negando provimento aos pedidos formulados nos Recursos das Empresas MINISTER SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA LTDA e MINISTER SERVIÇOS EIRELI EPP, mantendo inalterada decisão proferida pelo Pregoeiro, com a consequente inabilitação da Empresa MINISTER SERVIÇOS EIRELI EPP e declarando vencedores do certame, as Empresas WEBER SEGURANÇA LTDA ME (Item 01) e OBSERVES SERVIÇOS EIRELI ME (Item 02).

Pomerode / SC, 06 Janeiro de 2016.

DARLI BAHR BERNADINO

Presidente da Fundação Cultural de Pomerode

DECRETO Nº 3165/2017

DECRETO Nº 3165/2017

De 06/01/2017

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA UNIDADE PREFEITURA MUNICIPAL UTILIZANDO O SUPERÁVIT FINANCEIRO APURADO NO EXERCÍCIO DE 2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ÉRCIO KRIEK, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica, e de acordo com o Art. 9º, III da Lei nº 2.880/2016 de 10/11/2016:

DECRETA

Art. 1º - Ficam suplementados no orçamento vigente da unidade Prefeitura Municipal, o valor de R\$379.753,56 (Trezentos e setenta e nove

mil, setecentos e cinquenta e três reais e cinquenta e seis centavos) as seguintes classificações orçamentárias:

07	Secretaria de Educação e Formação Empreendedora	
001	Secretaria de Educação e Formação Empreendedora	
012.0361.0040.2010	Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental	
3.0.00.00.00.00.00.00	Despesas Correntes	
3.1.00.00.00.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	
031.80000	Transf. FUNDEB – Aplicação Profissional	171.872,59
030.10000	Rec. de Imp. e Transf. de Impostos – Educ.	114.734,46
012.0365.0040.2015	Manutenção de Atividades Educação Infantil	
3.0.00.00.00.00.00.00	Despesas Correntes	
3.1.00.00.00.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	
031.80000	Transf. FUNDEB – Aplicação Profissional	93.146,51
	TOTAL	379.753,56

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pomerode, em 06 de Janeiro de 2017.

ÉRCIO KRIEK

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 3164/2017

DECRETO Nº 3164/2017

De 06/01/2017

ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA UNIDADE FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE UTILIZANDO O SUPÉRÁVIT FINANCEIRO APURADO NO EXERCÍCIO DE 2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ÉRCIO KRIEK, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica, e de acordo com o Art. 9º, III da Lei nº 2.880/2016 de 10/11/2016:

DECRETA

Art. 1º - Ficam suplementados, no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, o valor de R\$101.182,97 (Cento e um mil, cento e oitenta e dois reais e noventa e sete centavos), as seguintes classificações orçamentárias:

19	Fundo Municipal de Saúde	
001	Fundo Municipal de Saúde	
010.0301.0060.2042	Manutenção da Secretaria de Saúde	
3000000000000000	Despesas de Correntes	
3100000000000000	Pessoal e Encargos Sociais	
3190000000000000	Aplicações Diretas	
30.200	Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Saúde	72.190,38
010.0301.0060.2043	Manutenção da Secretaria de Saúde – Recursos SUS	
3000000000000000	Despesas de Correntes	
3100000000000000	Pessoal e Encargos Sociais	
3190000000000000	Aplicações Diretas	
33.80204	PACS	8.319,84
33.80206	PSF - ODONTOLÓGICO	8.580,95
33.80205	PSF	4.102,79
33.80207	Núcleo Apoio a Saúde da Família	3.777,29
33.80401	Programa de Vigilância Epidemiológica	4.211,72
	TOTAL	101.182,97

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pomerode, em 06 de Janeiro de 2017.

ÉRCIO KRIEK

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 002 / 2017 – 34FP - FUNDAÇÃO CULTURAL DE POMERODE

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
FUNDAÇÃO CULTURAL DE POMERODE
34ª FESTA POMERANA

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 002 / 2017 – 34FP

Processo Administrativo n.º 001 / 2017.

Inexigibilidade de Licitação n.º 001 / 2017.

Contratante: FUNDAÇÃO CULTURAL DE POMERODE.

Contratada: ASSOCIAÇÃO DOS MÚSICOS PROFISSIONAIS DE POMERODE - AMUSPE.

Objeto: CONTRATAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS MÚSICOS PROFISSIONAIS DE POMERODE – AMUSPE, REPRESENTANTE DE DIVERSOS GRUPOS ARTÍSTICOS QUE SE APRESENTARÃO ENTRE OS DIAS 12 E 22 DE JANEIRO DE 2017, NA EDIÇÃO DA 34ª FESTA POMERANA, INCLUINDO OS SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO.

Valor Total contratado – R\$278.000,00 (duzentos e setenta e oito mil reais).

Prazo de vigência: 30 dias – Apresentações musicais ocorrerão durante a edição da 34ª Festa Pomerana – 12 a 22/01/2017.

Ass. Darli Bahr Bernadino – Presidente da Fundação Cultural – Contratante; Vendelino Konell – Associação dos Músicos Profissionais de Pomerode - AMUSPE – Contratada.

Pomerode / SC, 09 de Janeiro de 2017.

DARLI BAHR BERNADINO

Presidente da Fundação Cultural

Porto Belo

PREFEITURA

DECRETO Nº 1.487-2017

DECRETO Nº 1.487/2017, DE 5 DE JANEIRO DE 2017

"Altera os membros dos Representantes Governamentais do Conselho Municipal de Saúde e dá outras providências".

O Prefeito do Município de Porto Belo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 1.422/2005, DECRETA:

Art. 1º Ficam alterados os membros dos Representantes Governamentais do Conselho Municipal de Saúde, item III do Decreto nº 1.114, de 26 de julho de 2013, passando a ter a seguinte composição:

[...]

III - REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS:

a) Secretaria de Saúde:

Titular: Jainara Soares Nordio

Suplente: Graciele Rejane Ledur

Titular: Elaine Lucidir Krause

Suplente: Karim Canez Fernandes

Titular: Else Mari de Novaes dos Santos

Suplente: Adriana Roseli Rocha Marques

b) Secretaria de Assistência Social:

Titular: Magno Rafael de Borba Munôz

Suplente: Giovana Nunes de Souza

Art. 2º Os demais itens do Decreto nº 1.114, de 26 de julho de 2013, e do Decreto nº 1.359, de 20 de julho de 2015, permanecem inalterados.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 5 de janeiro de 2017.

EMERSON LUCIANO STEIN

PREFEITO

Exercício de 2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

Metas Bimestrais de Arrecadação - Programado/Orçado (L.R.F., Artigo 13) - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Município: PORTO BELO

[illegible]

Exercício de 2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

Metas Bimestrais de Arrecadação - Programado/Orcado (L.R.F., Artigo 13) - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Município: PORTO BELO

Código	Especificação	Bimestre 1 Previsto	Bimestre 2 Previsto	Bimestre 3 Previsto	Bimestre 4 Previsto	Bimestre 5 Previsto	Bimestre 6 Previsto	Total Previsto
4.1.1.2.1.00.00.00.00.00	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	269.500,02	269.500,02	269.500,02	269.500,02	269.500,02	269.499,90	1.617.000,00
4.1.1.2.1.17.00.00.00.00	Taxa de Fiscalização de Vigilância Sani	41.666,66	41.666,66	41.666,66	41.666,66	41.666,66	41.666,70	250.000,00
4.1.1.2.1.21.00.00.00.00	Taxa de Controle e Fiscalização Ambier	8.666,68	8.666,68	8.666,68	8.666,68	8.666,68	8.666,60	52.000,00
4.1.1.2.1.21.00.01.00.00	Taxa de Licença Ambiental Prévia - I	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	12.000,00
4.1.1.2.1.21.00.02.00.00	Taxa de Licença Ambiental Instalaçã	3.333,34	3.333,34	3.333,34	3.333,34	3.333,34	3.333,30	20.000,00
4.1.1.2.1.21.00.03.00.00	Taxa de Licença Ambiental Operaçã	3.333,34	3.333,34	3.333,34	3.333,34	3.333,34	3.333,30	20.000,00
4.1.1.2.1.25.00.00.00.00	Tx de Funcionamento Estab Comer/Ind	105.000,00	105.000,00	105.000,00	105.000,00	105.000,00	105.000,00	630.000,00
4.1.1.2.1.26.00.00.00.00	Taxa de Publicidade Comercial	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	15.000,00
4.1.1.2.1.29.00.00.00.00	Taxa de Licença para Execução de Obr	83.333,34	83.333,34	83.333,34	83.333,34	83.333,34	83.333,30	500.000,00
4.1.1.2.1.99.00.00.00.00	Outras Taxas pelo Exercício do Poder d	28.333,34	28.333,34	28.333,34	28.333,34	28.333,34	28.333,30	170.000,00
4.1.1.2.1.99.02.00.00.00	Taxa Segurança e Combate a Incêndi	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	150.000,00
4.1.1.2.1.99.03.00.00.00	Taxa de Ambulantes	3.333,34	3.333,34	3.333,34	3.333,34	3.333,34	3.333,30	20.000,00
4.1.1.2.2.00.00.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços	283.583,34	283.583,34	283.583,34	283.583,34	283.583,34	283.583,30	1.701.500,00
4.1.1.2.2.12.00.00.00.00	Emolumentos e Custas Processuais Ad	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	30.000,00
4.1.1.2.2.12.01.00.00.00	Emolumentos e Custas de Apreç de A	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	30.000,00
4.1.1.2.2.99.00.00.00.00	Outras Taxas pela Prestação de Serviç	278.583,34	278.583,34	278.583,34	278.583,34	278.583,34	278.583,30	1.671.500,00
4.1.1.2.2.99.01.00.00.00	Tx de Coleta de Lixo	233.333,34	233.333,34	233.333,34	233.333,34	233.333,34	233.333,30	1.400.000,00
4.1.1.2.2.99.03.00.00.00	Tx de Ancoragem de Navios	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	240.000,00
4.1.1.2.2.99.06.00.00.00	Tx de Serviços Ambientais	5.250,00	5.250,00	5.250,00	5.250,00	5.250,00	5.250,00	31.500,00
4.1.1.2.2.99.06.01.00.00	Tx de Serv. Ambientais - Consulta de	833,34	833,34	833,34	833,34	833,34	833,30	5.000,00
4.1.1.2.2.99.06.02.00.00	Tx de Serv. Ambientais - Certificado /	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,70	25.000,00
4.1.1.2.2.99.06.03.00.00	Tx de Serv. Ambientais - Declarações	83,34	83,34	83,34	83,34	83,34	83,30	500,00
4.1.1.2.2.99.06.04.00.00	Tx de Serv. Ambientais - Cortes de V	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,70	1.000,00
4.1.1.3.0.0.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,70	10.000,00
4.1.1.3.0.04.00.00.00.00	Contrib p/ Pavimentação e Obras Com	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,70	10.000,00
4.1.2.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	508.333,34	508.333,34	508.333,34	508.333,34	508.333,34	508.333,30	3.050.000,00
4.1.2.1.0.00.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	225.000,00	225.000,00	225.000,00	225.000,00	225.000,00	225.000,00	1.350.000,00
4.1.2.1.0.29.00.00.00.00	Contrib Previd. do Regime Próprio	225.000,00	225.000,00	225.000,00	225.000,00	225.000,00	225.000,00	1.350.000,00
4.1.2.1.0.29.07.00.00.00	Contrib de Servidor Ativo para o RPP	225.000,00	225.000,00	225.000,00	225.000,00	225.000,00	225.000,00	1.350.000,00
4.1.2.3.0.00.00.00.00.00	CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE	283.333,34	283.333,34	283.333,34	283.333,34	283.333,34	283.333,30	1.700.000,00
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	288.899,94	288.899,94	288.899,94	288.899,94	288.899,94	288.900,30	1.733.400,00
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	288.899,94	288.899,94	288.899,94	288.899,94	288.899,94	288.900,30	1.733.400,00
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	107.899,94	107.899,94	107.899,94	107.899,94	107.899,94	107.900,30	647.400,00
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00	Rec Remun Dep Banc Rec Vinculados	25.983,28	25.983,28	25.983,28	25.983,28	25.983,28	25.983,60	155.900,00
4.1.3.2.5.01.02.00.00.00	Rec Rem Dep Banc Vinc - FUNDEB	4.000,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00	24.000,00

Exercício de 2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO
 Metas Bimestrais de Arrecadação - Programado/Orçado (L.R.F., Artigo 13) - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Município: PORTO BELO

Código	Especificação	Bimestre 1 Previsto	Bimestre 2 Previsto	Bimestre 3 Previsto	Bimestre 4 Previsto	Bimestre 5 Previsto	Bimestre 6 Previsto	Total Previsto
4.1.3.2.5.01.02.01.00.00	Rec Rem Dep Banc Vinc - FUNDEB	3.333,34	3.333,34	3.333,34	3.333,34	3.333,34	3.333,30	20.000,00
4.1.3.2.5.01.02.02.00.00	Rec Rem Dep Banc Vinc - FUNDEB	666,66	666,66	666,66	666,66	666,66	666,70	4.000,00
4.1.3.2.5.01.03.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	6.416,68	6.416,68	6.416,68	6.416,68	6.416,68	6.416,60	38.500,00
4.1.3.2.5.01.03.01.00.00	Rec. Remun Dep Banc Rec Vinc - P/	3.333,34	3.333,34	3.333,34	3.333,34	3.333,34	3.333,30	20.000,00
4.1.3.2.5.01.03.02.00.00	Rec. Remun Dep Banc Rec Vinc - Fê	83,34	83,34	83,34	83,34	83,34	83,30	500,00
4.1.3.2.5.01.03.03.00.00	Rec. Remun Dep Banc Rec Vinc - Vi	833,34	833,34	833,34	833,34	833,34	833,30	5.000,00
4.1.3.2.5.01.03.04.00.00	Rec. Remun Dep Banc Rec Vinc - Cr	833,34	833,34	833,34	833,34	833,34	833,30	5.000,00
4.1.3.2.5.01.03.05.00.00	Rec. Remun Dep Banc Rec Vinc - Fa	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,70	1.000,00
4.1.3.2.5.01.03.06.00.00	Rec. Remun Dep Banc Rec Vinc - V	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,70	1.000,00
4.1.3.2.5.01.03.08.00.00	Rec. Remun Dep Banc Rec Vinc - N	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,70	1.000,00
4.1.3.2.5.01.03.10.00.00	Rec. Remun Dep Banc Rec Vinc - M	833,34	833,34	833,34	833,34	833,34	833,30	5.000,00
4.1.3.2.5.01.05.00.00.00	Rec Rem Dep Banc Vinculados - MDE	4.033,32	4.033,32	4.033,32	4.033,32	4.033,32	4.033,40	24.200,00
4.1.3.2.5.01.05.02.00.00	Rec Rem Dep Banc Vinc - Transport	333,34	333,34	333,34	333,34	333,34	333,30	2.000,00
4.1.3.2.5.01.05.03.00.00	Rec Rem Dep Banc Vinc - Salário Ec	3.333,34	3.333,34	3.333,34	3.333,34	3.333,34	3.333,30	20.000,00
4.1.3.2.5.01.05.04.00.00	Rec Rem Dep Vinc - PNAE	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,70	1.000,00
4.1.3.2.5.01.05.05.00.00	Rec Rem Dep Vinc - PNATE	16,66	16,66	16,66	16,66	16,66	16,70	100,00
4.1.3.2.5.01.05.07.00.00	Rec Rem Dep Banc Vinc - PDDE	16,66	16,66	16,66	16,66	16,66	16,70	100,00
4.1.3.2.5.01.05.09.00.00	Rec Rem Dep Banc Vinc - Apoio as (166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,70	1.000,00
4.1.3.2.5.01.06.00.00.00	Rec. Rem. Dep. Banc. Recursos Vinc	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	3.000,00
4.1.3.2.5.01.09.00.00.00	Receita de Remuneração Depósitos E	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,70	1.000,00
4.1.3.2.5.01.10.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	700,00	700,00	700,00	700,00	700,00	700,00	4.200,00
4.1.3.2.5.01.10.07.00.00	Rec Rem Dep Vinc - PBF - Piso Bási	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,70	1.000,00
4.1.3.2.5.01.10.08.00.00	Rec Rem Dep Vinc - FIMASPFMC III	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,70	1.000,00
4.1.3.2.5.01.10.10.00.00	Rec Rem Dep Vinc - Bolsa Família	83,34	83,34	83,34	83,34	83,34	83,30	500,00
4.1.3.2.5.01.10.11.00.00	Rec Rem Dep Vinc - IGD- SUAS	33,34	33,34	33,34	33,34	33,34	33,30	200,00
4.1.3.2.5.01.10.12.00.00	Rec Rem Dep Rec Vinc - ACESSUA	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,70	1.000,00
4.1.3.2.5.01.10.13.00.00	Rec Rem Dep Vinc - FNAS SCFV	83,34	83,34	83,34	83,34	83,34	83,30	500,00
4.1.3.2.5.01.99.00.00.00	Receita de Remuneração de Outros D	10.166,62	10.166,62	10.166,62	10.166,62	10.166,62	10.166,90	61.000,00
4.1.3.2.5.01.99.01.00.00	Rec Remun Dep Banc Vin - Polícia M	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,70	1.000,00
4.1.3.2.5.01.99.02.00.00	Rec Remun Dep Banc Rec Vinc - Po	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,70	1.000,00
4.1.3.2.5.01.99.03.00.00	Rec Remun Dep Banc Rec Vinc - Co	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	3.000,00
4.1.3.2.5.01.99.04.00.00	Rec Remun Dep Banc Rec Vinc - OC	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	30.000,00
4.1.3.2.5.01.99.12.00.00	Rec Remun de Outros Dep Banc Re	1.833,32	1.833,32	1.833,32	1.833,32	1.833,32	1.833,40	11.000,00
4.1.3.2.5.01.99.14.00.00	Rec Remun. Dep Banc Rec Vinc - Fi	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,70	1.000,00
4.1.3.2.5.01.99.15.00.00	Rec Remun. Dep Banc Rec Vinc - FI	666,66	666,66	666,66	666,66	666,66	666,70	4.000,00

Exercício de 2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO
 Metas Bimestrais de Arrecadação - Programado/Orçado (L.R.F., Artigo 13) - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Município: PORTO BELO

Código	Especificação	Bimestre 1 Previsto	Bimestre 2 Previsto	Bimestre 3 Previsto	Bimestre 4 Previsto	Bimestre 5 Previsto	Bimestre 6 Previsto	Total Previsto
4.1.3.2.5.01.99.16.00.00	Rec Rem Rec Vinc - Tx Ancoragem f	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,70	10.000,00
4.1.3.2.5.02.00.00.00.00	Receita de Remuneração de Depósitos	81.916,66	81.916,66	81.916,66	81.916,66	81.916,66	81.916,70	491.500,00
4.1.3.2.5.02.99.00.00.00	Remuneração de Outros Dep Recurs	81.916,66	81.916,66	81.916,66	81.916,66	81.916,66	81.916,70	491.500,00
4.1.3.2.8.00.00.00.00.00	Remuneração dos Investimentos do RPF	181.000,00	181.000,00	181.000,00	181.000,00	181.000,00	181.000,00	1.086.000,00
4.1.3.2.8.10.00.00.00.00	Remuneração dos Investimentos em Ri	181.000,00	181.000,00	181.000,00	181.000,00	181.000,00	181.000,00	1.086.000,00
4.1.3.2.8.10.01.00.00.00	Remuneração dos Invest. do RPPS Ri	180.000,00	180.000,00	180.000,00	180.000,00	180.000,00	180.000,00	1.080.000,00
4.1.3.2.8.10.02.00.00.00	Remuneração dos Invest. do RPPS Ri	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	6.000,00
4.1.6.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS	1.333,34	1.333,34	1.333,34	1.333,34	1.333,34	1.333,30	8.000,00
4.1.6.0.0.13.00.00.00.00	Serviços Administrativos	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,70	1.000,00
4.1.6.0.0.13.01.00.00.00	Serviços de Inscrição em Concursos F	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,70	1.000,00
4.1.6.0.0.19.00.00.00.00	Serviços Recreativos e Culturais	833,34	833,34	833,34	833,34	833,34	833,30	5.000,00
4.1.6.0.0.45.00.00.00.00	Serv. de Preparação da Terra em Propr	333,34	333,34	333,34	333,34	333,34	333,30	2.000,00
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	6.104.246,66	6.104.246,66	6.104.246,66	6.104.246,66	6.104.246,66	6.104.246,70	36.625.480,00
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMEN	6.102.413,32	6.102.413,32	6.102.413,32	6.102.413,32	6.102.413,32	6.102.413,40	36.614.480,00
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	2.802.913,30	2.802.913,30	2.802.913,30	2.802.913,30	2.802.913,30	2.802.913,50	16.817.480,00
4.1.7.2.1.01.00.00.00.00	Participação na Receita da União	1.893.133,32	1.893.133,32	1.893.133,32	1.893.133,32	1.893.133,32	1.893.133,40	11.358.800,00
4.1.7.2.1.01.02.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação U	1.733.333,34	1.733.333,34	1.733.333,34	1.733.333,34	1.733.333,34	1.733.333,30	10.400.000,00
4.1.7.2.1.01.02.01.00.00	Cota-Parte FPM - Cota Mensal Outrc	1.105.000,00	1.105.000,00	1.105.000,00	1.105.000,00	1.105.000,00	1.105.000,00	6.630.000,00
4.1.7.2.1.01.02.02.00.00	Cota-Parte FPM - Cota Mensal Educ	628.333,34	628.333,34	628.333,34	628.333,34	628.333,34	628.333,30	3.770.000,00
9.1.7.2.1.01.02.02.00.00	Dedução Cota-Parte do FPM p/ Fom	-433.333,34	-433.333,34	-433.333,34	-433.333,34	-433.333,34	-433.333,30	-2.600.000,00
4.1.7.2.1.01.02.03.00.00	Cota-Parte FPM - Cota Mensal Saúd	433.333,34	433.333,34	433.333,34	433.333,34	433.333,34	433.333,30	2.600.000,00
4.1.7.2.1.01.03.00.00.00	Cota-Parte Fundo Partic. Munic. - 1%	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	600.000,00
4.1.7.2.1.01.03.01.00.00	Cota-Parte do FPM 1% Cota entregu	71.000,00	71.000,00	71.000,00	71.000,00	71.000,00	71.000,00	426.000,00
4.1.7.2.1.01.03.02.00.00	Cota-Parte do FPM 1% Cota entregu	29.000,00	29.000,00	29.000,00	29.000,00	29.000,00	29.000,00	174.000,00
4.1.7.2.1.01.04.00.00.00	Cota-Parte Fundo Partic. Munic. - 1%	58.333,32	58.333,32	58.333,32	58.333,32	58.333,32	58.333,40	350.000,00
4.1.7.2.1.01.04.01.00.00	Cota-Parte do FPM 1% Cota entregu	41.416,66	41.416,66	41.416,66	41.416,66	41.416,66	41.416,70	248.500,00
4.1.7.2.1.01.04.02.00.00	Cota-Parte do FPM 1% Cota entregu	16.916,66	16.916,66	16.916,66	16.916,66	16.916,66	16.916,70	101.500,00
4.1.7.2.1.01.05.00.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territóri	1.466,66	1.466,66	1.466,66	1.466,66	1.466,66	1.466,70	8.800,00
4.1.7.2.1.01.05.01.00.00	Cota-Parte ITR - Outros	935,00	935,00	935,00	935,00	935,00	935,00	5.610,00
4.1.7.2.1.01.05.02.00.00	Cota-Parte ITR - Educação	531,66	531,66	531,66	531,66	531,66	531,70	3.190,00
9.1.7.2.1.01.05.02.00.00	Dedução Cota-Parte ITR p/ Formaça	-366,66	-366,66	-366,66	-366,66	-366,66	-366,70	-2.200,00
4.1.7.2.1.01.05.03.00.00	Cota-Parte ITR - Saúde	366,66	366,66	366,66	366,66	366,66	366,70	2.200,00
4.1.7.2.1.22.00.00.00.00	Transf. da Compem. Finan. pela Explore	17.166,66	17.166,66	17.166,66	17.166,66	17.166,66	17.166,70	103.000,00
4.1.7.2.1.22.20.00.00.00	Cota-Parte da Compem. Finan. de Rec	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	3.000,00
4.1.7.2.1.22.70.00.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petr	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,70	100.000,00

Exercício de 2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO
 Metas Bimestrais de Arrecadação - Programado/Orcado (L.R.F., Artigo 13) - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Município: PORTO BELO

Código	Especificação	Bimestre 1 Previsto	Bimestre 2 Previsto	Bimestre 3 Previsto	Bimestre 4 Previsto	Bimestre 5 Previsto	Bimestre 6 Previsto	Total Previsto
4.1.7.2.1.33.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único	385.000,00	385.000,00	385.000,00	385.000,00	385.000,00	385.000,00	2.310.000,00
4.1.7.2.1.33.11.00.00.00	Atenção Básica	295.000,00	295.000,00	295.000,00	295.000,00	295.000,00	295.000,00	1.770.000,00
4.1.7.2.1.33.11.10.00.00	Piso de Atenção Básica Fixo (PAB Fi	66.666,66	66.666,66	66.666,66	66.666,66	66.666,66	66.666,70	400.000,00
4.1.7.2.1.33.11.31.00.00	Saúde da Família	78.333,34	78.333,34	78.333,34	78.333,34	78.333,34	78.333,30	470.000,00
4.1.7.2.1.33.11.32.00.00	Agentes Comunitários de Saúde	78.333,34	78.333,34	78.333,34	78.333,34	78.333,34	78.333,30	470.000,00
4.1.7.2.1.33.11.33.00.00	Saúde Bucal	31.666,66	31.666,66	31.666,66	31.666,66	31.666,66	31.666,70	190.000,00
4.1.7.2.1.33.11.38.00.00	NASF - Núcleo de Apoio a Saúde da	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	240.000,00
4.1.7.2.1.33.12.00.00.00	Atenção de MAC Ambulatorial e Hospi	65.000,00	65.000,00	65.000,00	65.000,00	65.000,00	65.000,00	390.000,00
4.1.7.2.1.33.12.11.00.00	Teto Financeiro MAC	65.000,00	65.000,00	65.000,00	65.000,00	65.000,00	65.000,00	390.000,00
4.1.7.2.1.33.13.00.00.00	Vigilância em Saúde	11.666,66	11.666,66	11.666,66	11.666,66	11.666,66	11.666,70	70.000,00
4.1.7.2.1.33.13.10.00.00	Vigilância Epidemiológica e Ambiental	6.666,66	6.666,66	6.666,66	6.666,66	6.666,66	6.666,70	40.000,00
4.1.7.2.1.33.13.20.00.00	Vigilância Sanitária	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	30.000,00
4.1.7.2.1.33.14.00.00.00	Assistência Farmacêutica	13.333,34	13.333,34	13.333,34	13.333,34	13.333,34	13.333,30	80.000,00
4.1.7.2.1.33.14.10.00.00	Componente Básico da Assistência F	13.333,34	13.333,34	13.333,34	13.333,34	13.333,34	13.333,30	80.000,00
4.1.7.2.1.34.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund. Nac. As.:	37.480,00	37.480,00	37.480,00	37.480,00	37.480,00	37.480,00	224.880,00
4.1.7.2.1.34.04.00.00.00	PTMC - Deficientes	1.580,00	1.580,00	1.580,00	1.580,00	1.580,00	1.580,00	9.480,00
4.1.7.2.1.34.07.00.00.00	IGDBF - Bolsa Família	2.166,66	2.166,66	2.166,66	2.166,66	2.166,66	2.166,70	13.000,00
4.1.7.2.1.34.09.00.00.00	PBF - Piso Básico Fixo	12.000,00	12.000,00	12.000,00	12.000,00	12.000,00	12.000,00	72.000,00
4.1.7.2.1.34.10.00.00.00	Piso Fixo Média Complexidade III	17.400,00	17.400,00	17.400,00	17.400,00	17.400,00	17.400,00	104.400,00
4.1.7.2.1.34.11.00.00.00	IGD- SUAS	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	6.000,00
4.1.7.2.1.34.13.00.00.00	Serviço de Conv e Fortalecimento de	3.333,34	3.333,34	3.333,34	3.333,34	3.333,34	3.333,30	20.000,00
4.1.7.2.1.35.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.I	262.799,98	262.799,98	262.799,98	262.799,98	262.799,98	262.800,10	1.576.800,00
4.1.7.2.1.35.01.00.00.00	Transferências do Salário-Educação	208.333,34	208.333,34	208.333,34	208.333,34	208.333,34	208.333,30	1.250.000,00
4.1.7.2.1.35.02.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE refer	216,66	216,66	216,66	216,66	216,66	216,70	1.300,00
4.1.7.2.1.35.03.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE refer	53.833,32	53.833,32	53.833,32	53.833,32	53.833,32	53.833,40	323.000,00
4.1.7.2.1.35.03.01.00.00	PNAE - Ensino Fundamental	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	150.000,00
4.1.7.2.1.35.03.02.00.00	PNAE - Quilombolas	133,34	133,34	133,34	133,34	133,34	133,30	800,00
4.1.7.2.1.35.03.04.00.00	PNAE - Pré Escola	7.350,00	7.350,00	7.350,00	7.350,00	7.350,00	7.350,00	44.100,00
4.1.7.2.1.35.03.05.00.00	PNAE - Creches	20.166,66	20.166,66	20.166,66	20.166,66	20.166,66	20.166,70	121.000,00
4.1.7.2.1.35.03.06.00.00	PNAE - EJA	666,66	666,66	666,66	666,66	666,66	666,70	4.000,00
4.1.7.2.1.35.03.07.00.00	PNAE - AEE	516,66	516,66	516,66	516,66	516,66	516,70	3.100,00
4.1.7.2.1.35.04.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE refer	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,70	2.500,00
4.1.7.2.1.35.04.02.00.00	PNATE - Educação Infantil	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,70	2.500,00
4.1.7.2.1.36.00.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. N	4.000,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00	24.000,00
4.1.7.2.1.36.01.00.00.00	Cota-Parte ICMS Deson. LC87/96 - Or	2.550,00	2.550,00	2.550,00	2.550,00	2.550,00	2.550,00	15.300,00

Exercício de 2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO
 Metas Bimestrais de Arrecadação - Programado/Orçado (L.R.F., Artigo 13) - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Município: PORTO BELO

Código	Especificação	Bimestre 1 Previsto	Bimestre 2 Previsto	Bimestre 3 Previsto	Bimestre 4 Previsto	Bimestre 5 Previsto	Bimestre 6 Previsto	Total Previsto
4.1.7.2.1.36.02.00.00.00	Cota-Parte ICMS Deson. LC87/96 - E	1.450,00	1.450,00	1.450,00	1.450,00	1.450,00	1.450,00	8.700,00
9.1.7.2.1.36.02.00.00.00	Dedução Cota-Parte LC 87/96 p/ Fom	-1.000,00	-1.000,00	-1.000,00	-1.000,00	-1.000,00	-1.000,00	-6.000,00
4.1.7.2.1.36.03.00.00.00	Cota-Parte ICMS Deson. LC87/96 - S	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	6.000,00
4.1.7.2.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências da União	203.333,34	203.333,34	203.333,34	203.333,34	203.333,34	203.333,30	1.220.000,00
4.1.7.2.1.99.01.00.00.00	FEX - Auxílio Financeiro para Foment	3.333,34	3.333,34	3.333,34	3.333,34	3.333,34	3.333,30	20.000,00
4.1.7.2.1.99.03.00.00.00	Transf Lei 13.240/2015 - Tx Ocupaçã	200.000,00	200.000,00	200.000,00	200.000,00	200.000,00	200.000,00	1.200.000,00
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	1.466.166,70	1.466.166,70	1.466.166,70	1.466.166,70	1.466.166,70	1.466.166,50	8.797.000,00
4.1.7.2.2.01.00.00.00.00	Participação na Receita dos Estados	1.353.666,68	1.353.666,68	1.353.666,68	1.353.666,68	1.353.666,68	1.353.666,60	8.122.000,00
4.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Cota-Parte do ICMS	1.300.000,00	1.300.000,00	1.300.000,00	1.300.000,00	1.300.000,00	1.300.000,00	7.800.000,00
4.1.7.2.2.01.01.01.00.00	Cota-Parte do ICMS - Outros	663.000,00	663.000,00	663.000,00	663.000,00	663.000,00	663.000,00	3.978.000,00
4.1.7.2.2.01.01.02.00.00	Cota-Parte do ICMS - Educação	377.000,00	377.000,00	377.000,00	377.000,00	377.000,00	377.000,00	2.262.000,00
4.1.7.2.2.01.01.03.00.00	Cota-Parte do ICMS - Saúde	260.000,00	260.000,00	260.000,00	260.000,00	260.000,00	260.000,00	1.560.000,00
9.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Dedução do ICMS para Formação do	-260.000,00	-260.000,00	-260.000,00	-260.000,00	-260.000,00	-260.000,00	-1.560.000,00
4.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Cota-Parte do IPVA	366.666,68	366.666,68	366.666,68	366.666,68	366.666,68	366.666,60	2.200.000,00
4.1.7.2.2.01.02.01.00.00	Cota-Parte do IPVA - Outros	187.000,00	187.000,00	187.000,00	187.000,00	187.000,00	187.000,00	1.122.000,00
4.1.7.2.2.01.02.02.00.00	Cota-Parte do IPVA - Educação	106.333,34	106.333,34	106.333,34	106.333,34	106.333,34	106.333,30	638.000,00
4.1.7.2.2.01.02.03.00.00	Cota-Parte do IPVA - Saúde	73.333,34	73.333,34	73.333,34	73.333,34	73.333,34	73.333,30	440.000,00
9.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Dedução de Receita para Formação d	-73.333,34	-73.333,34	-73.333,34	-73.333,34	-73.333,34	-73.333,30	-440.000,00
4.1.7.2.2.01.04.00.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	19.166,68	19.166,68	19.166,68	19.166,68	19.166,68	19.166,60	115.000,00
4.1.7.2.2.01.04.01.00.00	Cota-Parte do IPI - Outros	9.775,00	9.775,00	9.775,00	9.775,00	9.775,00	9.775,00	58.650,00
4.1.7.2.2.01.04.02.00.00	Cota-Parte do IPI - Educação	5.558,34	5.558,34	5.558,34	5.558,34	5.558,34	5.558,30	33.350,00
4.1.7.2.2.01.04.03.00.00	Cota-Parte do IPI - Saúde	3.833,34	3.833,34	3.833,34	3.833,34	3.833,34	3.833,30	23.000,00
9.1.7.2.2.01.04.00.00.00	Ded Cota Parte IPI-Exp p/ Formação	-3.833,34	-3.833,34	-3.833,34	-3.833,34	-3.833,34	-3.833,30	-23.000,00
4.1.7.2.2.01.23.00.00.00	Transf. de Recursos do Estado p/ Progi	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	30.000,00
4.1.7.2.2.33.00.00.00.00	Co-financiamento de Atenção Básica e	43.333,34	43.333,34	43.333,34	43.333,34	43.333,34	43.333,30	260.000,00
4.1.7.2.2.33.01.00.00.00	Farmácia Básica Estadual	33.333,34	33.333,34	33.333,34	33.333,34	33.333,34	33.333,30	200.000,00
4.1.7.2.2.33.03.00.00.00	MAC - Incentivo Estadual 030 Port 47.	8.333,34	8.333,34	8.333,34	8.333,34	8.333,34	8.333,30	50.000,00
4.1.7.2.2.33.06.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,70	10.000,00
4.1.7.2.2.99.00.00.00.00	Outras Transf Estado FEAS	69.166,68	69.166,68	69.166,68	69.166,68	69.166,68	69.166,60	415.000,00
4.1.7.2.2.99.00.01.00.00	Outras Transf Estado FEAS - Beni	10.833,34	10.833,34	10.833,34	10.833,34	10.833,34	10.833,30	65.000,00
4.1.7.2.2.99.00.01.01.00	Outras Transf Estado FEAS - Basic	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	3.000,00
4.1.7.2.2.99.00.01.02.00	Outras Transf Estado FEAS - Média	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	15.000,00
4.1.7.2.2.99.00.01.03.00	Outras Transferências dos Estados	7.833,34	7.833,34	7.833,34	7.833,34	7.833,34	7.833,30	47.000,00
4.1.7.2.2.99.99.00.00.00	Transporte Escolar Estadual	58.333,34	58.333,34	58.333,34	58.333,34	58.333,34	58.333,30	350.000,00
4.1.7.2.2.99.99.01.00.00		58.333,34	58.333,34	58.333,34	58.333,34	58.333,34	58.333,30	350.000,00

Exercício de 2017

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

Metas Bimestrais de Arrecadação - Programado/Orçado (L.R.F., Artigo 13) - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Município: PORTO BELO

Código	Especificação	Bimestre 1 Previsto	Bimestre 2 Previsto	Bimestre 3 Previsto	Bimestre 4 Previsto	Bimestre 5 Previsto	Bimestre 6 Previsto	Total Previsto
4.1.7.2.4.00.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAM	1.833.333,32	1.833.333,32	1.833.333,32	1.833.333,32	1.833.333,32	1.833.333,40	11.000.000,00
4.1.7.2.4.01.00.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	1.833.333,32	1.833.333,32	1.833.333,32	1.833.333,32	1.833.333,32	1.833.333,40	11.000.000,00
4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB 60%	1.466.666,66	1.466.666,66	1.466.666,66	1.466.666,66	1.466.666,66	1.466.666,70	8.800.000,00
4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB 40%	366.666,66	366.666,66	366.666,66	366.666,66	366.666,66	366.666,70	2.200.000,00
4.1.7.3.0.00.00.00.00.00	Transferências de Instituições Privadas	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	6.000,00
4.1.7.5.0.00.00.00.00.00	Transf. de Pessoas	833,34	833,34	833,34	833,34	833,34	833,30	5.000,00
4.1.7.5.0.02.00.00.00.00	Transferências de Pessoas - FIA Dema	833,34	833,34	833,34	833,34	833,34	833,30	5.000,00
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	366.133,32	366.133,32	366.133,32	366.133,32	366.133,32	366.133,40	2.196.800,00
4.1.9.1.0.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora	192.033,34	192.033,34	192.033,34	192.033,34	192.033,34	192.033,30	1.152.200,00
4.1.9.1.1.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora dos Tributos	17.533,32	17.533,32	17.533,32	17.533,32	17.533,32	17.533,40	105.200,00
4.1.9.1.1.38.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU	7.500,00	7.500,00	7.500,00	7.500,00	7.500,00	7.500,00	45.000,00
4.1.9.1.1.38.01.00.00.00	Multa/Juro IPTU - Outros	3.825,00	3.825,00	3.825,00	3.825,00	3.825,00	3.825,00	22.950,00
4.1.9.1.1.38.02.00.00.00	Multa/Juro IPTU - Educação	2.175,00	2.175,00	2.175,00	2.175,00	2.175,00	2.175,00	13.050,00
4.1.9.1.1.38.03.00.00.00	Multa/Juro IPTU - Saúde	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	9.000,00
4.1.9.1.1.39.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ITBI	33,32	33,32	33,32	33,32	33,32	33,40	200,00
4.1.9.1.1.39.01.00.00.00	Multa/Juros ITBI- Outros	17,00	17,00	17,00	17,00	17,00	17,00	102,00
4.1.9.1.1.39.02.00.00.00	Multa/Juro ITBI- Educação	9,66	9,66	9,66	9,66	9,66	9,70	58,00
4.1.9.1.1.39.03.00.00.00	Multa/Juros ITBI- Saúde	6,66	6,66	6,66	6,66	6,66	6,70	40,00
4.1.9.1.1.40.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	15.000,00
4.1.9.1.1.40.01.00.00.00	Multa/Juros ISS- Outros	1.275,00	1.275,00	1.275,00	1.275,00	1.275,00	1.275,00	7.650,00
4.1.9.1.1.40.02.00.00.00	Multa/Juros ISS- Educação	725,00	725,00	725,00	725,00	725,00	725,00	4.350,00
4.1.9.1.1.40.03.00.00.00	Multa/Juros ISS- Saúde	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	3.000,00
4.1.9.1.1.99.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outros Tribu	7.500,00	7.500,00	7.500,00	7.500,00	7.500,00	7.500,00	45.000,00
4.1.9.1.1.99.01.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outros Trib	7.500,00	7.500,00	7.500,00	7.500,00	7.500,00	7.500,00	45.000,00
4.1.9.1.3.00.00.00.00.00	Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa de	100.333,34	100.333,34	100.333,34	100.333,34	100.333,34	100.333,30	602.000,00
4.1.9.1.3.11.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU	83.333,32	83.333,32	83.333,32	83.333,32	83.333,32	83.333,40	500.000,00
4.1.9.1.3.11.01.00.00.00	Multa/Juros D.A. IPTU - Outros	42.500,00	42.500,00	42.500,00	42.500,00	42.500,00	42.500,00	255.000,00
4.1.9.1.3.11.02.00.00.00	Multa/Juros D.A. IPTU - Educação	24.166,66	24.166,66	24.166,66	24.166,66	24.166,66	24.166,70	145.000,00
4.1.9.1.3.11.03.00.00.00	Multa/Juros D.A. IPTU - Saúde	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,70	100.000,00
4.1.9.1.3.13.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS	1.666,68	1.666,68	1.666,68	1.666,68	1.666,68	1.666,60	10.000,00
4.1.9.1.3.13.01.00.00.00	Multa/Juros D.A. ISS - Outros	850,00	850,00	850,00	850,00	850,00	850,00	5.100,00
4.1.9.1.3.13.02.00.00.00	Multa/Juros D.A. ISS - Educação	483,34	483,34	483,34	483,34	483,34	483,30	2.900,00
4.1.9.1.3.13.03.00.00.00	Multa/Juros D.A. ISS - Saúde	333,34	333,34	333,34	333,34	333,34	333,30	2.000,00
4.1.9.1.3.35.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Tx Fisc.	333,34	333,34	333,34	333,34	333,34	333,30	2.000,00
4.1.9.1.3.99.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Outros 1	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	90.000,00

Exercício de 2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

Metas Bimestrais de Arrecadação - Programado/Orçado (L.R.F., Artigo 13) - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Município: PORTO BELO

Código	Especificação	Bimestre 1 Previsto	Bimestre 2 Previsto	Bimestre 3 Previsto	Bimestre 4 Previsto	Bimestre 5 Previsto	Bimestre 6 Previsto	Total Previsto
4.1.9.1.9.00.00.00.00.00	Multas de Outras Origens	74.166,68	74.166,68	74.166,68	74.166,68	74.166,68	74.166,68	445.000,00
4.1.9.1.9.15.00.00.00.00	Multas Previstas na Legislação de Trânsito	70.000,00	70.000,00	70.000,00	70.000,00	70.000,00	70.000,00	420.000,00
4.1.9.1.9.15.01.00.00.00	Convenio Transito - Militar	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	90.000,00
4.1.9.1.9.15.02.00.00.00	Convenio Transito - Civil	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	90.000,00
4.1.9.1.9.15.03.00.00.00	Convenio Transito - Prefeitura	36.666,66	36.666,66	36.666,66	36.666,66	36.666,66	36.666,66	220.000,00
4.1.9.1.9.15.04.00.00.00	Convenio Transito - RENAINF	3.333,34	3.333,34	3.333,34	3.333,34	3.333,34	3.333,34	20.000,00
4.1.9.1.9.35.00.00.00.00	Multas por Danos ao Meio Ambiente	1.666,68	1.666,68	1.666,68	1.666,68	1.666,68	1.666,68	10.000,00
4.1.9.1.9.35.10.00.00.00	Multas por ADM por Danos ao Meio Ar	833,34	833,34	833,34	833,34	833,34	833,34	5.000,00
4.1.9.1.9.35.20.00.00.00	Multas Judiciais por Danos ao Meio Ar	833,34	833,34	833,34	833,34	833,34	833,34	5.000,00
4.1.9.1.9.99.00.00.00.00	Outras Multas	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	15.000,00
4.1.9.1.9.99.02.00.00.00	Multa regularização de obras	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	15.000,00
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	333,32	333,32	333,32	333,32	333,32	333,32	2.000,00
4.1.9.2.1.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	1.000,00
4.1.9.2.1.99.00.00.00.00	Outras Indenizações	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	1.000,00
4.1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	1.000,00
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituições	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	1.000,00
4.1.9.3.0.00.00.00.00.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	164.583,32	164.583,32	164.583,32	164.583,32	164.583,32	164.583,32	987.500,00
4.1.9.3.1.00.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa Tributária	164.583,32	164.583,32	164.583,32	164.583,32	164.583,32	164.583,32	987.500,00
4.1.9.3.1.11.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU	133.333,32	133.333,32	133.333,32	133.333,32	133.333,32	133.333,32	800.000,00
4.1.9.3.1.11.01.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU - Outros	68.000,00	68.000,00	68.000,00	68.000,00	68.000,00	68.000,00	408.000,00
4.1.9.3.1.11.02.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU - Educação	38.666,66	38.666,66	38.666,66	38.666,66	38.666,66	38.666,66	232.000,00
4.1.9.3.1.11.03.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU - Saúde	26.666,66	26.666,66	26.666,66	26.666,66	26.666,66	26.666,66	160.000,00
4.1.9.3.1.13.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	30.000,00
4.1.9.3.1.13.01.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS - Outros	2.550,00	2.550,00	2.550,00	2.550,00	2.550,00	2.550,00	15.300,00
4.1.9.3.1.13.02.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS - Educação	1.450,00	1.450,00	1.450,00	1.450,00	1.450,00	1.450,00	8.700,00
4.1.9.3.1.13.03.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS - Saúde	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	6.000,00
4.1.9.3.1.35.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Tx de Fiscaliz. e Vigil. Sa	833,34	833,34	833,34	833,34	833,34	833,34	5.000,00
4.1.9.3.1.98.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. das Contrib. de Melhoria	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	1.000,00
4.1.9.3.1.99.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa de Outros Tribu	25.250,00	25.250,00	25.250,00	25.250,00	25.250,00	25.250,00	151.500,00
4.1.9.3.1.99.01.00.00.00	Receita da Dívida Ativa de Outros Trib	25.250,00	25.250,00	25.250,00	25.250,00	25.250,00	25.250,00	151.500,00
4.1.9.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS	9.183,34	9.183,34	9.183,34	9.183,34	9.183,34	9.183,34	55.100,00
4.1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	9.183,34	9.183,34	9.183,34	9.183,34	9.183,34	9.183,34	55.100,00
4.1.9.9.0.99.01.00.00.00	Outras Receitas Prefeitura	16,66	16,66	16,66	16,66	16,66	16,66	100,00
4.1.9.9.0.99.02.00.00.00	Receita LC 42/2012 - Outorga Oneros	8.333,34	8.333,34	8.333,34	8.333,34	8.333,34	8.333,34	50.000,00
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	3.366.666,68	3.366.666,68	3.366.666,68	3.366.666,68	3.366.666,68	3.366.666,68	20.200.000,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

Código	Especificação	Bimestre 1 Previsto	Bimestre 2 Previsto	Bimestre 3 Previsto	Bimestre 4 Previsto	Bimestre 5 Previsto	Bimestre 6 Previsto	Total Previsto
4.2.1.0.0.00.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	83.333,34	83.333,34	83.333,34	83.333,34	83.333,34	83.333,30	500.000,00
4.2.1.1.0.0.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	83.333,34	83.333,34	83.333,34	83.333,34	83.333,34	83.333,30	500.000,00
4.2.1.1.4.0.00.00.00.00	Operações de Crédito Internas - Contrati	83.333,34	83.333,34	83.333,34	83.333,34	83.333,34	83.333,30	500.000,00
4.2.1.1.4.05.00.00.00.00	Oper de Créd. Internas p/ Prog. de Moc	83.333,34	83.333,34	83.333,34	83.333,34	83.333,34	83.333,30	500.000,00
4.2.4.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	3.283.333,34	3.283.333,34	3.283.333,34	3.283.333,34	3.283.333,34	3.283.333,30	19.700.000,00
4.2.4.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMEN	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	150.000,00
4.2.4.2.1.0.00.00.00.00	Transferências da União	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,70	100.000,00
4.2.4.2.1.01.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Sist. Único de C	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,70	100.000,00
4.2.4.2.1.01.01.00.00.00	Bloco Investimentos na rede Serviços c	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,70	100.000,00
4.2.4.2.1.01.01.01.00.00	Construção e Ampliação de Unidade:	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,70	100.000,00
4.2.4.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	8.333,34	8.333,34	8.333,34	8.333,34	8.333,34	8.333,30	50.000,00
4.2.4.2.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	8.333,34	8.333,34	8.333,34	8.333,34	8.333,34	8.333,30	50.000,00
4.2.4.2.2.99.01.00.00.00	Transf Estado - FNAS Média Investim	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	30.000,00
4.2.4.2.2.99.02.00.00.00	Transf Estado - FNAS Básica Investi	3.333,34	3.333,34	3.333,34	3.333,34	3.333,34	3.333,30	20.000,00
4.2.4.7.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	3.258.333,34	3.258.333,34	3.258.333,34	3.258.333,34	3.258.333,34	3.258.333,30	19.550.000,00
4.2.4.7.1.00.00.00.00.00	Transf. Convênios da União e de suas Ei	3.108.333,34	3.108.333,34	3.108.333,34	3.108.333,34	3.108.333,34	3.108.333,30	18.650.000,00
4.2.4.7.1.02.00.00.00.00	Transf. Convênios da União Destin. Prc	691.666,68	691.666,68	691.666,68	691.666,68	691.666,68	691.666,60	4.150.000,00
4.2.4.7.1.02.01.00.00.00	Conv. Educação - Constr. Ampl.e Refc	525.000,00	525.000,00	525.000,00	525.000,00	525.000,00	525.000,00	3.150.000,00
4.2.4.7.1.02.02.00.00.00	Conv. Educação - Construção e Refon	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	300.000,00
4.2.4.7.1.02.03.00.00.00	Conv. Educação - Aquisição de Veicul	33.333,34	33.333,34	33.333,34	33.333,34	33.333,34	33.333,30	200.000,00
4.2.4.7.1.02.05.00.00.00	Convênio Educação - Educação Infani	83.333,34	83.333,34	83.333,34	83.333,34	83.333,34	83.333,30	500.000,00
4.2.4.7.1.03.00.00.00.00	Transf. Convênios da União Destin. Prc	166.666,66	166.666,66	166.666,66	166.666,66	166.666,66	166.666,70	1.000.000,00
4.2.4.7.1.03.02.00.00.00	Transf. Conv. - Const Molhe e Dren Ri	166.666,66	166.666,66	166.666,66	166.666,66	166.666,66	166.666,70	1.000.000,00
4.2.4.7.1.05.00.00.00.00	Transf. Conv União Dest.Prog. Infra-Es	2.000.000,00	2.000.000,00	2.000.000,00	2.000.000,00	2.000.000,00	2.000.000,00	12.000.000,00
4.2.4.7.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênios de	250.000,00	250.000,00	250.000,00	250.000,00	250.000,00	250.000,00	1.500.000,00
4.2.4.7.1.99.00.00.00.01	Outras Transferências de Convêni	250.000,00	250.000,00	250.000,00	250.000,00	250.000,00	250.000,00	1.500.000,00
4.2.4.7.2.00.00.00.00.00	Transf. Conv. dos Estados, Distr.Fed.e si	150.000,00	150.000,00	150.000,00	15			

Exercício de 2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO
 Metas Bimestrais de Arrecadação - Programado/Orçado (L.R.F., Artigo 13) - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Município: PORTO BELO

Código	Especificação	Bimestre 1 Previsto	Bimestre 2 Previsto	Bimestre 3 Previsto	Bimestre 4 Previsto	Bimestre 5 Previsto	Bimestre 6 Previsto	Total Previsto
4.7.9.4.0.00.00.00.00.00	Rec Decor de Aportes Períod. p/ Amort Dé	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	240.000,00
TOTAL GERAL PREVISTO:		14.424.696,66	14.424.696,66	14.424.696,66	14.424.696,66	14.424.696,66	14.424.696,70	86.548.180,00

PORTO BELO, 09/01/2017

BIANCA MEDEIROS DIRETORA - CRC/SC 039.889/O - 0	CLARICE LOURDES DORFSCHMIDT CONTADORA - CRC/SC 029510/O-0	EMERSON LUCIANO STEIN PREFEITO MUNICIPAL
--	--	---

0002/2017 - CRONOGRAMA BIMESTRAIS DE DESEMBOLSO

Exercício de 2017

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO**

Cronograma Bimestral de Desembolso por Elementos (L.R.F., Artigo 8) - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Código	Especificação	1º Bimestre		2º Bimestre		3º Bimestre		4º Bimestre		5º Bimestre		6º Bimestre		Total	
		Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	9.402.401,98		9.402.401,98		9.402.401,98		9.402.401,98		9.402.401,98		9.402.401,98		56.414.420,00	
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.972.999,56		5.972.999,56		5.972.999,56		5.972.999,56		5.972.999,56		5.972.999,56		35.838.000,00	
3.1.71.00.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos	7.500,00		7.500,00		7.500,00		7.500,00		7.500,00		7.500,00		45.000,00	
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	5.602.832,98		5.602.832,98		5.602.832,98		5.602.832,98		5.602.832,98		5.602.832,98		33.617.000,00	
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	362.666,58		362.666,58		362.666,58		362.666,58		362.666,58		362.666,58		2.176.000,00	
3.2.00.00.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	66.666,66		66.666,66		66.666,66		66.666,66		66.666,66		66.666,66		400.000,00	
3.2.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	66.666,66		66.666,66		66.666,66		66.666,66		66.666,66		66.666,66		400.000,00	
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.362.735,76		3.362.735,76		3.362.735,76		3.362.735,76		3.362.735,76		3.362.735,76		20.176.420,00	
3.3.30.00.00.00.00.00	Transferências a Estados e ao Distrito Federal	15.000,00		15.000,00		15.000,00		15.000,00		15.000,00		15.000,00		90.000,00	
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lu	115.413,28		115.413,28		115.413,28		115.413,28		115.413,28		115.413,28		692.480,00	
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	9.333,32		9.333,32		9.333,32		9.333,32		9.333,32		9.333,32		56.000,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	3.163.989,18		3.163.989,18		3.163.989,18		3.163.989,18		3.163.989,18		3.163.989,18		18.983.940,00	
3.3.91.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos	40.000,00		40.000,00		40.000,00		40.000,00		40.000,00		40.000,00		240.000,00	
3.3.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos	18.999,98		18.999,98		18.999,98		18.999,98		18.999,98		18.999,98		114.000,00	
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	4.210.625,90		4.210.625,90		4.210.625,90		4.210.625,90		4.210.625,90		4.210.625,90		25.263.760,00	
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	3.993.959,24		3.993.959,24		3.993.959,24		3.993.959,24		3.993.959,24		3.993.959,24		23.963.760,00	
4.4.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	149,98		149,98		149,98		149,98		149,98		149,98		900,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	3.993.809,26		3.993.809,26		3.993.809,26		3.993.809,26		3.993.809,26		3.993.809,26		23.962.860,00	
4.6.00.00.00.00.00.00	AMORTIZACAO DA DÍVIDA	216.666,66		216.666,66		216.666,66		216.666,66		216.666,66		216.666,66		1.300.000,00	
4.6.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	216.666,66		216.666,66		216.666,66		216.666,66		216.666,66		216.666,66		1.300.000,00	
9.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	522.499,98		522.499,98		522.499,98		522.499,98		522.499,98		522.499,98		3.135.000,00	
9.9.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	522.499,98		522.499,98		522.499,98		522.499,98		522.499,98		522.499,98		3.135.000,00	
9.9.90.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	522.499,98		522.499,98		522.499,98		522.499,98		522.499,98		522.499,98		3.135.000,00	
Total Geral		14.135.527,86		14.135.527,86		14.135.527,86		14.135.527,86		14.135.527,86		14.135.527,86		84.813.180,00	

PORTO BELO, 09/01/2017

BIANCA MEDEIROS
DIRETORA - CRC/SC 039.889/O - 0

CLARICE LOURDES DORFSCHMIDT
CONTADORA - CRC/SC 029510/O-0

EMERSON LUCIANO STEIN
PREFEITO MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL**RESOLUÇÃO Nº 001/2017**

RESOLUÇÃO Nº 001/2017

“NOMEIA ASSESSOR JURIDICO DA CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE PORTO BELO”.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE PORTO BELO, no uso de suas atribuições asseguradas por lei, com o disposto no artigo 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal e o artigo 11, inciso VIII do Regimento Interno, resolve:

ART. 1º - Nomear Carlos Roberto de Souza, advogado inscrito na OAB/SC sob o nº 28.759, da Categoria Funcional de Diretor Jurídico, pertencente ao grupo de Assessoramento Técnico Comissionado com vencimentos estabelecidos na Lei Complementar nº 053/14.

ART. 2º - As despesas decorrentes da presente resolução, correrão por conta de dotação específica do Orçamento vigente.

ART. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 01 (primeiro) de janeiro de 2017, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, aos 09 dias do mês de janeiro de 2017.

Ver. Joel Orlando Lucinda
Presidente

Ver. Bento Sebastião Voltolini
Vice-Presidente

Ver. Altino Torquato dos Santos Junior
1º Secretário

Ver. Diogo dos Santos
2º Secretário

Paço Legislativo Vereador Amadeu Serafim Raulino
“ Porto Belo Capital Catarinense dos Transatlânticos”

Porto União

PREFEITURA

DECRETO Nº 021/2017

DECRETO Nº 021, de 09 de janeiro de 2017.

Altera o Artigo 4º do Decreto nº 825, de 14 de dezembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o Art. 4º do Decreto nº 825, de 14 de dezembro de 2015, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º A Comissão será composta pelos seguintes membros:

I- Presidente: Marcelo Daniel Storck;

II- Membros: José Lirio;

Aldair Wengerkiewicz Muncinelli;

Elieser Lourenzetti;

Aluizio Witiuk;

Odilon Muncinelli.”

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 09 de janeiro de 2017.

ELISEU MIBACH

Prefeito Municipal

MIGUEL CHOKAILO NETO

Secretário Municipal de Administração e Esporte

EXTRATO DE CONTRATO ADITIVO 086/2016 - EDUCAÇÃO

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato Aditivo 086/2016 - Educação

Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços 114/2014 - Educação.

Partes: Município de Porto União e Bitur Transportadora Turística Ltda.

CLÁUSULA QUARTA – RECURSO FINANCEIRO

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta dos Recursos das Dotações Orçamentárias nº:

Unidade 1701 – Fundo Municipal de Educação

Atividade 2012 – Transporte Escolar

Modalidade 3390-104 – Aplicações diretas

Cód. 24

Modalidade 3390-164 – Aplicações diretas

Cód. 27

Modalidade 3390-108 – Aplicações diretas

Cód. 25

Modalidade 3390-110 – Aplicações diretas

Cód. 26

Atividade 2014 – Manutenção Ensino Fundamental

Modalidade 3390-108 – Aplicações diretas

Cód. 21

Complemento 33903301 – Passagens para o país

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA

A vigência do presente contrato será prorrogada por mais 24 (vinte e quatro) meses, a contar de 31/12/2016.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.

Porto União SC, 27 de dezembro de 2016.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 008/2017 - RH

PORTARIA Nº 550, de 01 de setembro de 2016.

Conceder função gratificada, como Responsável Técnico pela Emissão de Laudos Sociais

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

Art. 1º CONCEDER FUNÇÃO GRATIFICADA, como Responsável Técnico pela Emissão de Laudos Sociais de 30% (trinta por cento), a servidora efetiva GISELE MUNHOZ PIRES BATISTA, conforme Capítulo VI e Anexo V, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de setembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 010/2017 - RH

PORTARIA Nº 010, de 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre Conceder Função Gratificada.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

Art. 1º CONCEDER FUNÇÃO GRATIFICADA, como Responsável pela Contabilidade de 30% (trinta por cento), ao servidor efetivo ANDRIÉLI MARINA GIACOMINI, conforme Capítulo VI e Anexo V, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011.

Art. 2º REVOGAR a Portaria nº 017, de 26 de janeiro de 2015.

Art 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 02 de janeiro de 2017.

ELISEU MIBACH

Prefeito Municipal

MIGUEL CHOKAILO NETO

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Presidente Nereu

PREFEITURA

DECRETO 05/2017

DECRETO Nº 05/2017 DE 09 DE JANEIRO DE 2017

ESTABELECE LUTO OFICIAL NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS, NA FORMA QUE ESPECIFICA.

ISAMAR DE MELO, Prefeito Municipal de Presidente Nereu – SC, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º – Fica estabelecido Luto Oficial de 03 (três) dias nas Repartições Públicas Municipais, tendo em vista o falecimento da Servidora BERENICE GILI, ocorrido em 09 de Janeiro do corrente.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Presidente Nereu, 09 de Janeiro de 2017.

ISAMAR DE MELO

Prefeito Municipal

DECRETO 06/2017

DECRETO Nº 06/2017 de 09 de Janeiro de 2017.

NOMEIA A SENHORA IDEMARA VENTURA VOLTOLINI, SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL COMO GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL.

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor e, de acordo com o inciso III do artigo 9º da Lei Federal nº 8.080/90 e o inciso VII do artigo 3º da Lei Municipal nº 760/93;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a Sr.ª IDEMARA VENTURA VOLTOLINI, Secretária Municipal de Assistência Social, deste município, como GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Presidente Nereu em, 09 de Janeiro de 2017.

ISAMAR DE MELO

Prefeito Municipal

EDITAL PREGÃO 02/2017 - MATERIAL ESCOLAR E DE EXPEDIENTE

MUNICIPIO DE PRESIDENTE NEREU- SC

Departamento de Licitações e Compras

PREGÃO PRESENCIAL 02/2017

O Município de Presidente Nereu, torna público que fará realizar do dia 20/01/2017 as 09:00 horas, na sala de licitações da Prefeitura, PREGÃO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR E MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA O MUNICIPIO E FUNDOS PARA O EXERCÍCIO DE 2017/2018. O Edital que está amparado na Lei de Licitações encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal, localizada na Praça Leão Dehon, 50, Centro de Presidente Nereu/SC, de segunda a sexta-feira das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 18:00 horas. Maiores Informações: pelo fone/fax (47) 3362-1108, com Departamento de Compras e Licitação da Prefeitura Municipal ou site www.presidentenereu.sc.gov.br, no link licitações.

Presidente Nereu, 09 de janeiro de 2017.

ISAMAR DE MELO

Prefeito Municipal

EDITAL Pregão Nº2/2017 de Participação EXCLUSIVA de Micro Pequenas e EPPs

CONFORME LEI COMPLEMENTAR 147/2014

A pregoeira da Prefeitura Municipal de Presidente Nereu, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, designada pela Portaria nº 120/2017 de 04/01/2017 torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do Pregão nº 2/2017, do tipo menor preço por item, sob a forma de fornecimento parcelado, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº 3.784 de 06/04/01, Lei nº 8.666 de 21/06/93, Decreto nº 7.892 de 23/01/2013 com suas alterações e Lei Complementar 147/2014 de 07 de agosto de 2014, Decreto Municipal nº 38/2016 e demais exigências deste

Edital.

1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente certame. AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR E MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA O MUNICÍPIO E FUNDOS PARA O EXERCÍCIO DE 2017/2018

1.2. Os envelopes nº. 01 - Proposta Comercial, nº. 02 – Documentação, bem como os documentos necessários para o Credenciamento e para Habilitação, deverão ser entregues até a data e horário abaixo determinados, a saber:

- a) Data: 20 de janeiro de 2017.
- b) Local: Prefeitura Municipal de Presidente Nereu (SC).
- c) Setor de Licitações, localizado a Sede da Prefeitura Municipal, sito à Praça Leão Dehon, 50. Presidente Nereu -SC
- d) Credenciamento e entrega dos envelopes até: às 09:00 horas
- e) Abertura do processo: dia 20/01/2017 às 09:15 horas.

II - DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E HABILITAÇÃO:

1. III

2.1 No dia, hora e local designado neste Edital, item 1.2 letras a, b, c e d, na presença das licitantes e demais pessoas presentes à Sessão Pública, a Pregoeira, inicialmente, receberá os envelopes contendo as propostas comerciais e os documentos exigidos para a habilitação, em envelopes distintos, fechados, contendo na parte externa, a seguinte identificação:

A) NOME DA EMPRESA (PARTICIPANTE) E CNPJ
PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 02/2017
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU- SC
ENVELOPE Nº. 01 - P R O P O S T A C O M E R C I A L

B) NOME DA EMPRESA (PARTICIPANTE) E CNPJ
PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 02/2017
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU - SC
ENVELOPE Nº. 02 - D O C U M E N T A Ç Ã O

2.1.1 A não comprovação de que o interessado ou seu representante legal possui poderes específicos para atuar no certame, impedirá a licitante apenas de ofertar lances verbais, o que não desclassifica a sua Proposta Comercial, lavrando-se, em ata, o ocorrido.

2.1.2 Em nenhuma hipótese serão recebidas propostas e documentação fora do prazo estabelecido neste Edital.

2.2.1 O recebimento dos envelopes da documentação, proposta comercial e credenciamentos acontecerão até dia 20 de janeiro de 2017 às 9:00 horas, devendo os mesmos serem protocolados, diretamente no Setor no Licitações, conforme item 1.2-c.

III - DO CREDENCIAMENTO:

2. IV

3.1 Para participação do representante da empresa proponente, no ato da abertura, o mesmo deverá apresentar (lado externo dos envelopes):

- 3.1.1 Procuração ou credenciamento modelo em anexo, ambos com firma reconhecida;
- 3.1.2 Contrato Social, Ato constitutivo ou Estatuto com todas as alterações, devidamente registrado no órgão devido, que poderá ser substituído por documento consolidado das alterações, desde que devidamente comprovado o último registro no órgão próprio.
- 3.1.2.1 Os documentos descritos no item 4.1.2 supra poderão ser apresentados em fotocópia, desde que a mesma esteja devidamente autenticada em Cartório ou por servidor da Administração Municipal.
- 3.1.3 Declaração de habilitação modelo em anexo;
- 3.1.4 Declaração de Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte (deve ser apresentado no momento do credenciamento, sob pena de ser desconsiderada tal condição).

3.1 A não comprovação de que o interessado ou seu representante legal possui poderes específicos para atuar no certame, impedirá a licitante de ofertar lances verbais, lavrando-se, em ata, o preço orçado na proposta.

3.2 Em nenhuma hipótese serão recebidas propostas e documentação fora do prazo estabelecido neste Edital.

IV – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.

4.1 Poderão participar da presente licitação todas as pessoas jurídicas legalmente autorizadas a atuarem do ramo pertinente ao objeto desta licitação, que atenderem a todas as exigências contidas neste Edital.

4.2 Não poderão participar, direta e indiretamente, da presente licitação as empresas que:

- 4.2.1 Se encontrem sob falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, dissolução, liquidação ou empresas estrangeiras que não funcionam no país;
- 4.2.2 Forem declaradas suspensas de contratar junto a qualquer órgão da Administração Pública;
- 4.2.3 Forem declaradas inidôneas para licitar junto a qualquer órgão da administração direta ou indireta Federal, Estadual ou Municipal;
- 4.2.4 O autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica;
- 4.2.5 Servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

4.3 O Licitante arcará integralmente com todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta, independente do resultado do procedimento licitatório.

4.4 Se a empresa não se enquadrar na categoria de Micro empresa, Pequena Empresa de Pequeno Porte.

Parágrafo Único: Não será aplicado os benefícios quando não houver três licitantes com propostas válidas, quando não for vantajoso para a Administração Pública ou quando representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado (art. 47 c/c 48, I e III, da Lei Complementar nº 123/06) (lei complementar 147/2014).

V - DA PROPOSTA COMERCIAL:

I

5.1 A Proposta Comercial contida no Envelope nº. 01 deverá ser apresentada na forma e requisitos indicados nos subitens a seguir:

Emitida por computador ou datilografada, redigida com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada e assinada pelo responsável pela empresa.

5.1.1. Conter razão social completa e CNPJ da licitante, sendo este último, obrigatoriamente, o mesmo da Nota de Empenho e da Nota Fiscal, caso seja vencedora do certame.

5.1.2. Descrição geral quanto ao objeto a ser fornecido, de acordo com as especificações constantes no item 1 - DO OBJETO e Anexo TERMO DE REFERÊNCIA, constando os valores unitários e totais, em moeda corrente nacional, em algarismos arábicos, com no máximo três casas decimais.

5.1.2.1. Em caso de divergência entre os preços, serão levados em consideração os últimos, e entre o preço unitário e total prevalecerá o primeiro.

5.1.2.2. No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

5.1.2.3 As despesas com transportes, cargas e descargas, seguros, impostos e outras correrão sempre por conta e risco do fornecedor, devendo, portanto, estar incluídas no preço das mercadorias cotadas.

Não serão admitidos preços diferenciados para o mesmo item do objeto.

5.1.3 Conter prazo de validade da proposta de, no mínimo (90) noventa dias, contados da data-limite para a entrega dos envelopes.

5.1.4 Se o prazo de validade for omitido na proposta, esta será considerada válida até 31 de dezembro de 2017 e não será motivo para desclassificação da proposta.

5.1.5 Conter a identificação do representante da empresa e a respectiva assinatura.

Parágrafo único – Preferencialmente para facilitar o julgamento por parte da Pregoeira, solicita-se às empresas que apresentem suas propostas conforme o modelo constante do ANEXO III, do presente edital.

OBSERVAÇÃO: A EMPRESA VENCEDORA DEVERÁ APRESENTAR AMOSTRAS NA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DESTE MUNICÍPIO, DOS PRODUTOS POR ELA VENCIDOS EM UM PRAZO DE 02 (DOIS) DIAS ÚTEIS CONTADOS A PARTIR DA DATA DE ABERTURA DESTE PREGÃO, SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO.

VI - DA HABILITAÇÃO

VII

6.1 Os interessados para poderem concorrer ao objeto do presente Edital deverão apresentar no envelope nº.02 - Documentação, os seguintes documentos:

6.1.1 Prova de regularidade relativa à Seguridade Social - INSS;

6.1.2 Prova de regularidade de débitos relativos a Tributos Federais e à dívida ativa da União (Negativa ou com efeitos de Negativa), podendo ser apresentada em conjunta ou individual;

6.1.3 Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, da sede da proponente;

6.1.4 Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, da sede da proponente;

6.1.5 Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;

6.1.6 Prova de Regularidade da Justiça do Trabalho;

6.1.7 Declaração da proponente, de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal (conforme modelo constante do Anexo, do presente edital);

6.1.8 Declaração de Idoneidade conforme modelo no ANEXO;

6.1.9 Declaração de Comprometimento conforme modelo no ANEXO;

6.1.10 Contrato Social, Ato constitutivo ou Estatuto com todas as alterações, devidamente registrado, que poderá ser substituído por documento consolidado das alterações devidamente comprovado o último registro no órgão próprio. (Dispensado quando apresentado no ato do Credenciamento).

6.1.11 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), emitida via internet, com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).

6.1.12 Certidão de negativa de FALÊNCIA E CONCORDATA.

6.2 Todos os dados devem estar sem rasuras ou emendas.

6.3 O envelope deverá estar lacrado com cola evitando assim sua violação.

6.4 Os documentos de habilitação deverão ser apresentados em original ou por fotocópia previamente autenticada em Cartório ou por servidor da Administração no Setor de Tributação da Prefeitura Municipal, e estar dentro de seus prazos de validade na data prevista para a entrega e abertura dos envelopes.

6.5 Quando se tratar de cópia de documento obtido através da Internet, este não precisa ser autenticado, uma vez que terá sua validade confirmada pela mesma via pela pregoeira, caso necessário.

6.6 Caso a validade não conste dos respectivos documentos, estes serão considerados válidos por um período de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de sua emissão.

6.7 Para participação de representante da empresa proponente, no ato da abertura desta licitação, o mesmo deverá realizar o CREDENCIAMENTO, conforme item 4.1.

6.8 Se a licitante for matriz, todos os documentos deverão estar em seu nome, e da mesma forma se for filial;

6.9 No caso de licitante filial, serão dispensados aqueles documentos que pela própria natureza jurídica ou em razão de centralização de recolhimento, não puderem ser emitidos em seu nome; deverão os mesmos, entretanto, nesse caso, serem emitidos em nome da matriz, sob pena da inabilitação da licitante;

VII – DA PARTICIPAÇÃO DE MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE:

4. II

7.1 Se a participante do certame for empresa de pequeno porte ou microempresa, devidamente comprovada, deverá apresentar declaração conforme Anexo - Declaração de Porte Empresarial, para ser beneficiado pelo que estabelece a Lei Complementar nº. 123/2006, no seu art. 43.

7.2 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, deverá a empresa apresentar declaração conforme Anexo – Declaração de Comprometimento será assegurado, as mesmas, o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

7.3 A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 8.1, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

7.4 Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

7.5 Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5%(cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

7.6 Para efeito do disposto no art. 44 da Lei Complementar acima mencionada, em caso de empate, haverá adjudicação do item a empresa qualificada como ME ou EPP:

7.6.1 Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I do caput do artigo 44, da Lei Complementar nº. 123/06, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos §§ 1º e 2º do art. 44 da referida Lei Complementar, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

7.6.2 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos §§ 1º e 2º do art. 44 da Lei Complementar nº. 123/06, será realizado sorteio entre elas para que se identifique àquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.6.3 Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no caput do artigo 44, da Lei Complementar nº. 123/06, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

7.6.4 O disposto no artigo 44 da Lei Complementar nº. 123/06 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

Lei Complementar nº 147/2014, ao alterar a Lei Complementar nº 126/2006, e as seguintes novas regras quanto à participação da pequenas empresas, compreendidas aquelas enquadradas no Estatuto, nos termos de seu art. 3º:

1) Ampliação do prazo para regularização fiscal da empresa vencedora da licitação, sendo agora de 5 dias úteis, prorrogável por igual período (art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/06);

2) Participação exclusiva de pequenas empresas na disputa de itens cujo valor seja inferior a R\$ 80 mil, inclusive nas compras por dispensa em razão do valor do contrato, nos termos do art. 24, I e II da Lei nº 8.666/93 (art. 47 c/c 48, I, e 49, IV, da Lei Complementar nº 123/06);

3) Nas licitações de itens com valor superior a R\$ 80 mil, desde que o objeto corresponda a bem divisível (não se aplica a serviços), é obrigatória a reserva de até 25% da aquisição desses bens para disputa exclusiva entre pequenas empresas (art. 47 c/c 48, III, da Lei Complementar nº 123/06);

4) Faculdade de a Administração exigir que parte do objeto contratado com empresas não albergadas pelo Estatuto seja obrigatoriamente subcontratado com pequenas empresas, caso em que os empenhos e pagamentos a estas poderão ser realizados diretamente pela Administração Pública (art. 47 c/c 48, II, § 2º, da Lei Complementar nº 123/06);

5) Faculdade de aplicar margem de preferência de até 10% sobre o melhor preço, priorizando-se, justificadamente, a contratação de pequenas empresas sediadas local ou regionalmente (art. 47 c/c 48, § 3º, da Lei Complementar nº 123/06);

6) Não aplicação dos benefícios quando não houver três licitantes com propostas válidas, quando não for vantajoso para a Administração Pública ou quando representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado (art. 47 c/c 48, I e III, da Lei Complementar nº 123/06).

VIII - DOS PROCEDIMENTOS DE JULGAMENTO:

5. IX

8.1 Juntamente com o envelope 01 - PROPOSTA, os interessados apresentarão DECLARAÇÃO (Anexo VI) dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação;

8.2 Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as Propostas Comerciais, que deverão estar em conformidade com as exigências do presente edital, ocasião em que se paralisará o processo para digitação das propostas apresentadas, o qual se classificará a proposta de MENOR PREÇO POR ITEM e aquelas que apresentem valores sucessivos e superiores até o limite de 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço.

8.3 Não havendo pelos menos três ofertas nas condições definidas no item anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de três, poderão oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

8.4 No curso da Sessão, os autores das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores, devidamente credenciados, serão convidados individualmente, a apresentarem novos lances verbais e sucessivos, a partir do autor da proposta classificada de maior preço, até a proclamação do vencedor.

8.5 Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

8.6 A oferta dos lances deverá ser efetuada, no momento em que for conferida a palavra à licitante, na ordem decrescente dos preços.

8.7 É vedada a oferta de lance com vista ao empate.

8.8 Dos lances ofertados não caberá retratação.

8.9 A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pela pregoeira, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.

8.10 Caso os licitantes não apresentem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita MENOR PREÇO POR ITEM e o valor estimado para a contratação, podendo, a pregoeira, negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

8.11 O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocados pela Pregoeira, as licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

8.12 Encerrada a etapa competitiva e ordenadas às ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, a Pregoeira verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo comparando-o com os valores consignados em Planilha de Custos, decidindo, motivadamente, a respeito.

8.13 Sendo considerada aceitável a proposta comercial da licitante que apresentou o menor preço, a Pregoeira procederá à abertura de seu envelope nº. 02 - DOCUMENTAÇÃO, para verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas no item "7" deste Edital.

8.14 Constatada a conformidade da documentação com as exigências impostas pelo edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto.

8.15 Em caso de a licitante desatender às exigências habilitatórias, a Pregoeira a inabilitará e examinará as ofertas subsequentes e a qualificação das licitantes, na ordem de classificação e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora.

8.16 Se a oferta não for aceitável por apresentar preço excessivo, a Pregoeira poderá negociar com a licitante vencedora, com vistas a obter preço melhor.

8.17 Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, a pregoeira declarará o vencedor, proporcionando, a seguir, a oportunidade às licitantes para que manifestem a intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta desta manifestação, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recurso por parte da licitante, registrando na ata da Sessão a síntese das razões de recurso apresentadas, bem como o registro de que todos os demais licitantes ficaram intimados para, querendo, se manifestar sobre as razões do recurso no prazo de 03 (três) dias, após o término do prazo do recorrente, proporcionando-se, a todos, vista imediata do processo.

8.18 A ausência do licitante ou sua saída antes do término da Sessão Pública caracterizar-se-á como renúncia ao direito de recorrer.

8.19 Da Sessão Pública do Pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para a habilitação e dos recursos interpostos, estes, em conformidade com as disposições do item acima.

8.20 A Ata Circunstanciada deverá ser assinada pela Pregoeira e por todos os licitantes presentes.

8.21 Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para a continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, os licitantes presentes.

IX - DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO:

6. X

9.1 No julgamento das propostas, serão consideradas vencedoras as de MENOR PREÇO POR ITEM, desde que atendidas as especificações constantes deste Edital.

9.2 A adjudicação do objeto deste PREGÃO será MENOR PREÇO POR ITEM, às licitantes cujas propostas sejam consideradas vencedoras.

X - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS: XI

7. XI

10.1 Tendo a licitante manifestado a intenção de recorrer na Sessão Pública do Pregão, terá ela o prazo de 03 (três) dias consecutivos para apresentação das razões de recurso.

10.2 As demais licitantes, já intimadas na Sessão Pública acima referida, terão o prazo de 03 (três) dias consecutivos para apresentarem as contra-razões, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

10.3 A manifestação na Sessão Pública e a motivação, no caso de recurso, são pressupostos de admissibilidade dos recursos.

10.4 O (s) recurso (s) será (ao) dirigido (s) à Prefeitura Municipal de Presidente Nereu (SC), e, por intermédio da Pregoeira, será (ao) encaminhado (s) ao Prefeito Municipal, devidamente informado, para apreciação e decisão, no prazo de 05 (cinco) dias.

XI - DO REGISTRO DOS PREÇOS E DA HOMOLOGAÇÃO

11.1. Inexistindo manifestação recursal, a Pregoeira registrará os preços ofertados pela licitante vencedora para o objeto desta licitação, com a posterior homologação do resultado e do procedimento licitatório pela Autoridade Competente.

11.2. Decididos os recursos porventura interpostos, e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a Autoridade Competente homologará o procedimento licitatório e registrará os preços ofertados pela licitante vencedora para o objeto desta licitação.

XII - DO REGISTRO DE PREÇOS

12.1. Homologado o resultado da licitação, a Prefeitura Municipal, Órgão Gerenciador do Registro de Preços, respeitada a ordem de classificação, convocará os interessados para assinatura da Ata de Registro de Preços no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data do recebimento da convocação e, depois de cumpridos os requisitos de publicidade, o compromisso de fornecimento terá efeito nas condições estabelecidas no contrato.

12.1.1. As licitantes classificadas, se desejarem, poderão registrar os seus preços no contrato, desde que aceitem fornecer nas mesmas condições e preço da licitante vencedora do certame.

12.1.2. O contrato de Registro de Preços será assinado pelo Prefeito Municipal e pela licitante cujos preços forem registrados.

12.2. A proposta da licitante poderá ser desclassificada até a assinatura da Ata de Registro de Preços, se tiver a Prefeitura Municipal de Presidente Nereu conhecimento de fato ou circunstância superveniente que desabone sua regularidade fiscal, jurídica, qualificação técnica e/ou econômico-financeira. Neste caso, poderá ser procedida nova classificação, efetuando-se a convocação das licitantes remanescentes, em ordem crescente de preços.

12.3. O contrato de Registro de Preços não obriga a Administração Municipal a adquirir os produtos nela registrados nem firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo realizar licitações específicas para aquisição de um ou mais itens, obedecida à legislação pertinente, hipótese que, em igualdade de condições, os beneficiários do registro terão preferência.

12.3.1. O direito de preferência de que trata o item anterior poderá ser exercido pelo beneficiário do registro, quando a administração Municipal optar pela aquisição do objeto cujo preço está registrado, por outro meio legalmente permitido, que não o contrato de Registro de Preços, e o preço cotado neste for igual ou superior ao registrado.

12.4. Durante a vigência do Registro de Preços, os órgãos participantes convocarão os detentores do preço registrado, obedecida obrigatoriamente a ordem de classificação, a cumprir as obrigações decorrentes da presente licitação e do contrato de Registro de Preços.

12.5. A Prefeitura Municipal de Presidente Nereu avaliará o mercado constantemente, promoverá as negociações necessárias ao ajustamento do preço e publicará trimestralmente eventuais variações nos preços registrados.

12.5.1. Os preços decorrentes da revisão não poderão ultrapassar os praticados no mercado, apurados trimestralmente pela Administração Municipal, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro, com vistas a manter o mesmo equilíbrio econômico-financeiro.

12.5.2. As alterações de preços oriundas da revisão dos mesmos, no caso de desequilíbrio econômico-financeiro, serão publicadas no jornal Diário Oficial do Estado, Diário Oficial dos Municípios, na internet página do município portal da transparência no link licitações e disponibilizado na íntegra na PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU - SC.

12.6. Se o preço inicialmente registrado tornar-se superior ao praticado no mercado, a Administração Municipal negociará com o fornecedor sua redução.

12.6.1. Caso seja frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.

12.7. Se o preço de mercado se tornar superior ao registrado, uma vez frustrada a negociação, o fornecedor, antes de ser convocado a assinar o contrato ou receber a autorização de fornecimento ou a Nota de Empenho, poderá requerer, por escrito, o cancelamento do registro, devendo anexar ao requerimento comprovantes, tais como notas fiscais de aquisição de matérias-primas, lista de preços de fabricantes, entre outros, com vistas a justificar a impossibilidade de cumprir as exigências do contrato de Registro de Preços.

12.8. Ocorrendo o cancelamento previsto nas cláusulas 11.6.1 e 11.7, o fornecedor ficará exonerado da aplicação da penalidade.

12.9. Cancelados os registros, nos termos previstos nos itens 11.6.1 e 11.7, a Administração Municipal poderá convocar os demais fornecedores, na ordem de classificação, visando a igual oportunidade de negociação.

12.10. Não havendo êxito nas negociações, a Prefeitura Municipal de PRESIDENTE NEREU procederá à revogação do contrato de Registro de Preços.

12.11. Da Ata constarão, também, as obrigações da Prefeitura Municipal de PRESIDENTE NEREU e do Fornecedor.

12.12. Os preços registrados vigorarão por 12 (doze) meses, contados a partir da data da assinatura do contrato.

12.13. As despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação correrão à conta dos recursos consignados no orçamento da Administração Municipal para os exercícios alcançados pelo prazo de validade do contrato de Registro de Preços, a cargo da contratante, cujos programas de trabalho e elementos de despesas específicos constarão da respectiva Nota de Empenho.

XIII - DA CONTRATAÇÃO:XII

8. XII

13.1 Após a homologação do resultado, a licitante vencedora será intimada para assinatura do contrato, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

13.2 Caso a licitante vencedora recuse-se, injustificadamente, a assinar o contrato, no prazo e condições estabelecidas, a licitante subsequente na ordem de classificação, será notificada para fazê-lo nas condições por ela propostas, ocasião em que será realizada nova Sessão Pública, retomando-se a fase de habilitação, sem prejuízo de que a pregoeira negocie, diretamente, com o proponente para que seja obtido preço melhor.

13.3 O Contratado é responsável por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social e tributária, bem como pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar à Prefeitura Municipal de Presidente Nereu e/ou a terceiros, em decorrência do objeto desta licitação, respondendo por si e seus sucessores.

XIV - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:XIII

14 XIII

14.1. Os recursos financeiros serão atendidos pela dotação do orçamento vigente, classificada sob nº.

00083
05
001
0012
0361
1501
2010
33903014000000
01010000
00083
05
001
0012
0361
1501
2018
33903014000000
01360000

XV - DO PAGAMENTO:

15 XIV

15.1. O pagamento será efetuado através da Secretaria Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças da Prefeitura Municipal de PRESIDENTE NEREU, a crédito do beneficiário no prazo de até 15 (quinze) dias corridos da data de aceitação do bem, pela CONTRATANTE, acompanhado dos documentos fiscais.

15.2. Em caso de devolução de documentação fiscal para correção, o prazo para pagamento fluirá a partir de sua reapresentação.

XVI - DO REAJUSTE:

16 XV

16.1. O objeto licitado poderá sofrer revisão após expirado o prazo de 90 dias contados da homologação, desde que atendidos os prerrogativas da lei e mediante a efetiva comprovação do aumento por parte do fornecedor e aprovação da administração, devendo ser utilizado o mesmo percentual.

XVII - DAS PENALIDADES:XVI

17 XVI

17.1. Ressalvados os motivos de força maior devidamente comprovados e a critério do MUNICÍPIO, se a licitante vencedora não cumprir com as obrigações assumidas ou preceitos legais, serão aplicadas as penalidades nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

XVIII - DA RESCISÃO:XVII

18 XVII

18.1. A rescisão do presente poderá ser:

18.1.1 Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores;

18.1.2 A inexecução total ou parcial do presente enseja sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas no item 17.1 deste Edital;

18.1.3 Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;

18.1.4 Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, sem que haja culpa da proponente vencedora, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

XIX - DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA:XVIII

19 II

19.1. A empresa vencedora obriga-se a:

19.1.1 Aceitar acréscimos ou supressões que o MUNICÍPIO solicitar, até o limite permitido pelo parágrafo 1º do artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores;

19.1.2 Responder por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social e tributária, bem como pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar à Prefeitura Municipal de Presidente Nereu e/ou a terceiros, em decorrência do objeto desta licitação, respondendo por si e seus sucessores.

19.1.3 Executar os objetos licitados de forma parcelada, conforme necessidade da CONTRATANTE, rigorosamente dentro do prazo de no máximo 24 (vinte e quatro) horas após solicitação através de ordem de serviço, na Prefeitura Municipal de Presidente Nereu., localizada no seguinte endereço: Praça Leão Dehon, 50, Município de Presidente Nereu, de segunda a sexta feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas, devendo ser expedida a nota fiscal.

19.1.4 Responder por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social e tributária, bem como pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar à Prefeitura Municipal de Presidente Nereu e/ou a terceiros, em decorrência do objeto desta licitação, respondendo por si e seus sucessores.

19.1.5 Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, sem prévia anuência da Prefeitura Municipal de Presidente Nereu;

19.1.6 Reparar, corrigir, remover ou substituir às suas expensas, no todo ou em parte, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer material (is) em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da fabricação, sem acarretar ônus para a CONTRATANTE;

19.1.7 Será recusado o material, imprestável, defeituoso, que não atender as especificações constantes neste edital e/ou que não estejam adequados para o uso;

19.1.8 Arcar com quaisquer despesas com frete para transporte do objeto licitado até o endereço da CONTRATANTE;

19.1.9 A contratada deverá fornecer a Municipalidade a garantia do objeto licitado.

19.1.10 Os materiais entregues com características diferentes da especificação técnica, ou em excesso ao encomendado, serão devolvidos, correndo os tributos, fretes e demais despesas decorrentes da devolução por conta da fornecedora.

19.1.11 Atender rigorosamente, as quantidades que lhe forem solicitadas, independente de valores para faturamento;

19.1.12 A empresa vencedora deverá entregar o objeto licitado rigorosamente de acordo com o Anexo III – Termo Referência

19.1.13 Os serviços ora contratados deverão ser realizados no Perímetro Urbano do Município de Presidente Nereu (SC).

XX - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

XIX

20 XIX

20.1 Reservar-se ao direito de rejeitar as propostas que julgar contrárias aos seus interesses, anular ou revogar em todo ou em parte a presente licitação.

20.2 Efetuar os pagamentos de acordo com o especificado no item "16" deste edital.

20.3 Exigir que a CONTRATADA cumpra com o exposto neste edital.

XXI - DA VIGÊNCIA:XX

21 XX

21.1 O objeto da licitação tem vigência de 12 (doze) meses, a contar da assinatura do termo contratual ou rescindindo-se automaticamente na entrega do objeto licitado.

21.2 Findo o prazo previsto para o término do presente termo, e havendo valor remanescente, fica ressalvado à PREFEITURA, a não obrigatoriedade de retirar todo o produto licitado, em virtude da desnecessidade.

XXII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

22 XXI

22.1 Recomenda-se às licitantes que estejam no local marcado, com antecedência de 15 (quinze) minutos do horário previsto;

22.2 Para agilização dos trabalhos, não interferindo no julgamento das propostas, as licitantes farão constar em sua documentação endereço, número de fax e telefone, bem como o nome da pessoa indicada para contatos.

22.3 Os casos omissos serão resolvidos conforme disposições da Lei 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

22.4 A Pregoeira e sua Equipe de Apoio, no interesse público, poderão releva omissoes puramente formais, desde que não reste infringido o princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

22.5 No interesse da Prefeitura Municipal, e sem que caiba às participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser:

22.4.1 Adiada a abertura da licitação;

22.4.2 Alteradas as condições do Edital, obedecido ao disposto no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93.

22.6 Quaisquer pedidos de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente Edital deverão ser dirigidas à Prefeitura Municipal no endereço anteriormente citado, pelo telefone (47) 3362-1108 ou ainda pelo e-mail compras@presidentenereu.sc.gov.br.

22.7 Ao receberem cópia deste Edital, os interessados deverão deixar registrados na Prefeitura o endereço, telefone e fax, para qualquer comunicação.

22.8 As licitantes deverão apresentar documentos autenticados ou a serem autenticados pela Comissão permanente de Licitação, podendo esta se assim entender necessário, a qualquer tempo exigir os respectivos originais para conferência.

E para que ninguém alegue desconhecimento do presente edital, é o mesmo publicado em resumo no Diário Oficial do Estado, Diário Oficial dos Municípios, na internet página do município no link licitações e disponibilizado na íntegra na PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU - SC.

PRESIDENTE NEREU-SC, 09 de janeiro de 2017.

ISAMAR DE MELO

Prefeito Municipal

ANEXO I

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº./20....

DECLARAÇÃO DE RETIRADA DE EDITAL

Nome da empresa: _____

Endereço: _____

Telefone: (____) _____ Fax: (____) _____ e-mail: _____

Pessoa de contato: _____

CNPJ da empresa: _____

Nome completo de quem retirou o edital: _____

CPF: _____

DECLARAMOS QUE RECEBEMOS CÓPIA DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº./20... E SEUS ANEXOS.

..... (SC), _____ de _____ de 20....

Assinatura

CPF nº. _____

ANEXO II

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº./20....

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº/20

PREGÃO PRESENCIAL Nº/20....



PROCESSO N°/20

INTERESSADO: PREFEITURA MUNICIPAL DE

Aos ____ dias do mês de _____ do ano de 20____, na cidade de _____, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na praça Leão Dehon nº 50, Centro, deste município, devidamente representado e assistido, e a empresa _____, por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº/20.... e, do edital do Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para Prefeitura Municipal, conforme os itens abaixo discriminados:

LOTE

1º COLOCADO:

Fornecedor:

Preço cotado para o item: R\$

2º COLOCADO:

Fornecedor:

Preço cotado para o item: R\$

3º COLOCADO:

Fornecedor:

Preço cotado para o item: R\$

DETALHAMENTO DE CADA ITEM PREÇO UNITÁRIO

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Constitui o objeto da presente licitação, AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR E MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA O MUNICIPIO E FUNDOS PARA O EXERCÍCIO DE 2017/2018

CLÁUSULA SEGUNDA: DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros para pagamento de que trata este Edital, serão provenientes do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

19.2. Os recursos financeiros serão atendidos pela dotação do orçamento vigente, classificada sob nº.

00083
05
001
0012
0361
1501
2010
33903014000000
01010000
00083
05
001
0012
0361
1501
2018
33903014000000
01360000

CLAUSULA QUARTA: DO PREÇO E DOS PAGAMENTOS

I - O valor global do presente instrumento contratual é de R\$

II - O(s) pagamento(s) devido(s) à(s) adjudicada(s) será efetuado em até PAGAMENTO A VISTA CONFORME APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO FISCAL

CLÁUSULA QUINTA: DO REAJUSTE

Os valores contratados não serão reajustados.

CLÁUSULA SEXTA: VIGÊNCIA

A contagem do prazo deste contrato terá início no dia da assinatura e término previsto para 12 (doze), ou quando a quantidade do objeto

terminar, o que expirar primeiro.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

- a) A CONTRATADA deverá cumprir rigorosamente o estabelecido objeto deste edital e seus adendos.
- b) Fornecer ao Município, sempre que solicitado quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre o objeto do presente contrato.
- c) Formar o quadro de pessoal necessário à execução dos serviços contratados, sendo de sua responsabilidade as obrigações trabalhistas decorrentes da execução do presente contrato, inclusas as sociais, bem como todas as tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do contrato.
- d) O presente contrato não será de nenhuma forma fundamento para a constituição de vínculo trabalhista para o Município, com empregado funcionário, preposto ou terceiros que a contratada colocar a serviço.
- e) A contratada obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.
- f) A contratada deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei nº 9854, de 27 de outubro de 1999.
- g) Cumprir todas as demais obrigações constantes do Ato de Licitação que gerou o presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA: DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

I - A alteração do contrato dar-se-á nos termos do Art. 65, seus incisos e parágrafos da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada.

CLÁUSULA NONA: DA ENTREGA DOS MATERIAIS E PRODUTOS

- a) Executar os objetos licitados de forma parcelada, conforme necessidade da CONTRATANTE, rigorosamente dentro do prazo de no máximo 24 (vinte e quatro) horas após solicitação através de ordem de serviço, na Prefeitura Municipal de Presidente Nereu, localizada no seguinte endereço: Praça Leão Dehon, 50, Município de Presidente Nereu, de segunda a sexta feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas, sem ônus para Prefeitura Municipal, devendo ser expedida a nota fiscal.
- b) O presente contrato de Registro de Preços não obriga a Administração Municipal a adquirir os produtos nela registrados nem firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo realizar licitações específicas para aquisição de um ou mais itens, obedecida à legislação pertinente, hipótese que, em igualdade de condições, os beneficiários do registro terão preferência.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

A inexecução e a rescisão do contrato serão reguladas pelo Art. 58, § II e Art. 77 à 80 da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS PENALIDADES

Ao contratado total ou parcialmente inadimplente serão aplicadas as sanções legais, conforme segue:

- a) advertência;
 - b) multa administrativa graduável conforme a gravidade da infração, não excedendo, em seu total, o equivalente a 10% (dez por cento) do valor contratado, cumulável com as demais sanções;
 - c) suspensão temporária de participar em licitações e impedimento de contratar com a administração por prazo não superior a 2 (dois) anos;
 - d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- *As inadimplências supra, bem como as penalidades consequentes, serão julgadas e propostas pela Comissão Permanente de Licitações, ao Chefe do Poder Executivo, que as aplicará através de Decreto.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA VINCULAÇÃO

Este contrato está vinculado ao Edital de Pregão nº 2/2017, bem como à proposta apresentada ao mesmo pelo contratado e aos termos da lei nº 8.666/93-consolidada, especialmente nos casos omissos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

Quaisquer modificações entre as partes, com relação aos assuntos relacionados a este contrato, serão formalizadas por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário, e que constituirá prova de sua efetiva entrega.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO FORO

Para questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
E, por estarem justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em três vias de igual teor, e forma sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos efeitos.

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, § 4º, da Lei nº 8.666, de 1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa para a administração.

A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdades de condições.

A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, de acordo com o art. 12 do Decreto Federal nº 3.931, de 19 de setembro de 2001, Decreto nº 7.892 de 23/01/2013 com suas alterações e demais exigências deste Edital, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

....., ____ de de 20....

Assinatura:

Prefeito Municipal Pregoeira

Assinaturas fornecedores

ANEXO II - MINUTA DE CONTRATO

Que entre si fazem o Município de PRESIDENTE NEREU -SC, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ 83.102.699/0001-28, com sede na PRACA LEAO DEHON, em PRESIDENTE NEREU -SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI, brasileiro, casado, no exercício de cargo de Prefeito, residente e domiciliado na rua José Teodoro de Melo, nº36 neste município, inscrito no CPF 767.132.029-34 de ora em diante denominada de contratante, e de outro lado a empresa, com sede pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob N.º com sede Neste ato representado pelo Sr. residente e domiciliado em inscrita no CPF sob N.º de ora em diante denominada de Contratada, tem entre si as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Constitui o objeto da presente licitação, AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR E MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA O MUNICIPIO E FUNDOS PARA O EXERCÍCIO DE 2017/2018

CLÁUSULA SEGUNDA: DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros para pagamento de que trata este Edital, serão provenientes do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta do orçamentário:

00083
05
001
0012
0361
1501
2010
33903014000000
01010000
00083
05
001
0012
0361
1501
2018
33903014000000
01360000

CLAUSULA QUARTA: DO PREÇO E DOS PAGAMENTOS

I - O valor global do presente instrumento contratual é de R\$

II - O(s) pagamento(s) devido(s) à(s) adjudicada(s) será efetuado em até PAGAMENTO A VISTA CONFORME APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO FISCAL

CLÁUSULA QUINTA: DO REAJUSTE

Os valores contratados não serão reajustados.

CLÁUSULA SEXTA: VIGÊNCIA

A contagem do prazo deste contrato terá início no dia da assinatura e término previsto para 12 (doze), ou quando a quantidade do objeto terminar, o que expirar primeiro.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

- a) A CONTRATADA deverá cumprir rigorosamente o estabelecido objeto deste edital e seus adendos.
- b) Fornecer ao Município, sempre que solicitado quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre o objeto do presente contrato.
- c) Formar o quadro de pessoal necessário à execução dos serviços contratados, sendo de sua responsabilidade as obrigações trabalhistas decorrentes da execução do presente contrato, inclusas as sociais, bem como todas as tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do contrato.
- d) O presente contrato não será de nenhuma forma fundamento para a constituição de vínculo trabalhista para o Município, com empregado funcionário, preposto ou terceiros que a contratada colocar a serviço.
- e) A contratada obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.
- f) A contratada deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei nº 9854, de 27 de outubro de 1999.
- g) Cumprir todas as demais obrigações constantes do Ato de Licitação que gerou o presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA: DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

I - A alteração do contrato dar-se-á nos termos do Art. 65, seus incisos e parágrafos da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada.

CLÁUSULA NONA: DA ENTREGA DOS MATERIAIS E PRODUTOS

- a) Executar os objetos licitados de forma parcelada, conforme necessidade da CONTRATANTE, rigorosamente dentro do prazo de no máximo 24 (vinte e quatro) horas após solicitação através de ordem de serviço, na Prefeitura Municipal de Presidente Nereu, localizada no seguinte endereço: Praça Leão Dehon, 50, Município de Presidente Nereu, de segunda a sexta feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, devendo ser expedida a nota fiscal.
- b) O presente contrato de Registro de Preços não obriga a Administração Municipal a adquirir os produtos nela registrados nem firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo realizar licitações específicas para aquisição de um ou mais itens, obedecida à legislação pertinente, hipótese que, em igualdade de condições, os beneficiários do registro terão preferência.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

A inexecução e a rescisão do contrato serão reguladas pelo Art. 58, § II e Art. 77 à 80 da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS PENALIDADES

Ao contratado total ou parcialmente inadimplente serão aplicadas as sanções legais, conforme segue:

- a) advertência;
 - b) multa administrativa graduável conforme a gravidade da infração, não excedendo, em seu total, o equivalente a 10% (dez por cento) do valor contratado, cumulável com as demais sanções;
 - c) suspensão temporária de participar em licitações e impedimento de contratar com a administração por prazo não superior a 2 (dois) anos;
 - d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- *As inadimplências supra, bem como as penalidades consequentes, serão julgadas e propostas pela Comissão Permanente de Licitações, ao Chefe do Poder Executivo, que as aplicará através de Decreto.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA VINCULAÇÃO

Este contrato está vinculado ao Edital de Pregão nº 2/2017, bem como à proposta apresentada ao mesmo pelo contratado e aos termos da lei nº 8.666/93-consolidada, especialmente nos casos omissos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

Quaisquer modificações entre as partes, com relação aos assuntos relacionados a este contrato, serão formalizadas por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário, e que constituirá prova de sua efetiva entrega.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO FORO

Para questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina,

com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em três vias de igual teor, e forma sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos efeitos.

PRESIDENTE NEREU-SC, de de 0000

Visto e aprovado pela Assessoria Jurídica

Assessor Jurídico
OAB/SC

ANEXO III

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20....

TERMO DE REFERÊNCIA

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR E MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA O MUNICIPIO E FUNDOS PARA O EXERCÍCIO DE 2017/2018

ITENS QTDADDE UNID DESCRIÇÃO DO ITEM COT. MÁX

1	200,00	UN	CD VIRGEM GRAVAVEL	290,0000
2	50,00	CX	CLIPS PARA PAPEIS TAM. 03, CX COM 500 GR	645,0000
3	500,00	UN	CADERNO PEQUENO CAPA DURA COM MOTIVOS INFANTIS, COM 48 FOLHAS	1.600,0000
4	1.200,00	UN	CADERNO GRANDE CAPA DURA COM MOTIVOS INFANTIS, COM 48 FOLHAS	8.640,0000
5	20,00	CX	CANETA MARCA TEXTO CX C 12 UNID	520,0000
6	60,00	CX	CANETA HIDROCORES PONTA FINA, A BASE DE AGUA, NAO TOXICA, CORES VIVAS 12 UNIDADES	834,0000
7	90,00	CX	COLA GLITER, LAVAVEL, NAO TOXICA, CAIXA COM 06 UNIDADES, NAS CORES PRATA, DOURADA, VERDE, AZUL, VERMELHO E ROSA	1.341,0000
8	45,00	UN	GRAMPEADOR MEDIO PARA GRAMPO 26/6, CAPACIDADE PARA 20 FOLHAS	987,7500
9	600,00	PCT	BALAO DIVERSAS CORES, PACOTE COM 50 UNIDADES, COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A MARCA SAO ROQUE	4.740,0000
10	75,00	UN	CORRETIVO LIQUIDO 18ML	172,5000
11	20,00	UN	PERCEVEJO LATONADO CAIXAS C 100 UNIDADES	70,0000
12	40,00	UN	DVD VIRGEM GRAVAVEL	68,0000
13	45,00	UN	TESOURA GRANDE DE ACO INOX COM PONTA, CABO DE PLASTICO AMBORRACHADO, FORMATO ANATOMICO	627,7500
14	30,00	CX	TRANSPARENCIA PARA RETROPROJETOR, CAIXA COM 100 UNIDADES PARA IMPRESSORA A LASER	3.300,0000
15	450,00	UN	CARTOLINA BRANCA	270,0000
16	240,00	UN	CARTOLINA TAMANHO PADRAO - NAS CORES DIVERSAS	156,0000
17	90,00	CX	COLA BRANCA A BASE DE PVA NAO TOXICA LAVAVEL COM 40 GR, CAIXA COM 12 UNIDADES	1.317,6000
18	300,00	CX	GIZ DE CERA CAIXA COM 12 UNIDADES TAM GRANDE GROSSO (GIZAO)	1.185,0000
19	30,00	PCT	GRAMPO PLASTICO, BRANCO, COM 50 UNIDADES.	447,0000
20	30,00	CX	GRAMPO PARA GRAMPEADOR 26 6 CX 5000	148,5000
21	450,00	UN	GUACHE POTE DE 250GR NAS CORES DIVERSAS.	2.790,0000
22	15,00	CX	LAPIS PRETO REDONDO NUMERO 02 - CAIXA COM 144 UND.DE QUALIDADE SEMELHANTE OU SUPERIOR A FABER CASTEL	1.470,0000
23	9,00	CX	BOBINA DE PAPEL DOBRADURA, NAS CORES DIVERSAS, CAIXA COM 100 UNIDADES	324,0000
24	4.500,00	UN	FOLHA DE EVEA LISO CORES DIVERSAS	9.900,0000
25	240,00	UN	PAPEL OFICIO A4, CAIXAS COM 10 RESMAS.	45.360,0000
26	240,00	UN	PINCEL PARA GUACHE INFANTIL, Nº 8 CHATO	933,6000
27	240,00	UN	PINCEL PARA GUACHE, INFANTIL, Nº 10 CHATO	984,0000
28	240,00	UN	PINCEL PARA GUACHE INFANTIL, Nº 12 CHATO	1.020,0000
29	90,00	UN	PINCEL PARA GUACHE INFANTIL, Nº 14 CHATO	394,2000
30	300,00	UN	PAPEL CARTAO EM DIVERSAS CORES	294,0000
31	150,00	UN	PAPEL SEDA EM DIVERSAS CORES	37,5000
32	300,00	UN	PAPEL DUPLEX EM DIVERSAS CORES	285,0000
33	6,00	UN	PAPEL PARDO BUBINA 40 KG COM 1,20 MT DE LARGURA	1.920,0000
34	30,00	CX	PAPEL VERGE ESPECIAL, IDEAL PARA CONVITES, CARTOES E CERTIFICADOS, TAMANHO A4, CAIXA COM 50 UNIDADES, NA COR BRANCO	447,0000
35	30,00	CX	PAPEL VERGE ESPECIAL, IDEAL PARA CONVITES, CARTOES E CERTIFICADOS, TAMANHO A4, CAIXA COM 50 UNIDADES, NAS CORES DIVERSAS	447,0000
36	240,00	UN	PASTA PLASTICA GRANDE C ELASTICO 24,5CM X 33,5CM X 3CM	840,0000
37	900,00	UN	PASTA PLASTICA FINA COM ELASTICO	2.790,0000

38	300,00	MAÇO	REFIL DE SILICONE FINO PARA PISTOLA COLA QUENTE MAÇO COM 6 PASTILHAS	1.170,0000
39	300,00	MAÇO	REFIL DE SILICONE GROSSO PARA PISTOLA DE COLA QUENTE, MACO COM 6 REFIS.	1.620,0000
40	750,00	UN	TESOURA ESCOLAR PEQUENA SEM PONTA	2.212,5000
41	20,00	CX	CLIPS PARA PAPEIS, TAM Nº 8/0, CX COM 180 UNIDADES	238,0000
42	20,00	CX	CLIPS PARA PAPEIS, TAMANHO Nº3 NIQUELADO, 24CM, CX COM 100 UNIDADES	90,0000
43	150,00	PCT	PAPEL A4 DIVERSAS CORES PCT C 100	1.035,0000
44	240,00	UN	TINTA RELEVO DIMENCIONAL, 25ML, CORES VIVAS E VARIADAS	912,0000
45	900,00	CX	MASSINHA DE MODELAR, CX COM 12 UNID, NÃO TOXICA	3.780,0000
46	30,00	UN	FITA ADESIVA PVC TRANSPARENTE, 45MMX30M, COM QUALIDADE SEMELHANTE OU SUPERIOR A 3M	135,0000
47	150,00	UN	FITA ADESIVA KRAFT, 36 X 50, 780 LISA	2.235,0000
48	30,00	CX	BORRACHA BRANCA - TAMANHO 40 , CAIXA COM 40 UNID.	360,0000
49	450,00	UN	PASTA GRAMPO TRILHO DE PAPEL CARTAO	1.575,0000
50	10,00	CX	ENVELOPE PARA CARTA 114 X 229, S/ RPC, COM 100 UNIDADES	140,0000
51	240,00	UN	PO DE BRILHO GLITTER- PURPURINA, POTE COM 3 GRAMAS	672,0000
52	150,00	UN	LANTEJOUHAS, POTE COM 3 GRAMAS	292,5000
53	3,00	CX	ENVELOPES PLASTICOS, COM 4 FUROS, 240 MM X 330 MM, COM 1000 UNIDADES FINO.	285,0000
54	45,00	UN	PISTOLA DE COLA QUANTE PARA REFIL FINO QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A MAR-CA TILIBRA	1.035,0000
55	40,00	CX	MARCADOR PARA RETROPROJETOR, CAIXA COM 12 UNIDADES, CORES VARIADAS, PONTA FINA DE 1MM	1.536,0000
56	150,00	UN	COLA TIPO BASTAO, LAVAVEL, NAO TOXICA DE 36 GRAMAS	690,0000
57	150,00	PCT	PAPEL CREPOM COMUM, PACOTE COM 10 UNIDADES, CORES DIVERSAS	1.425,0000
58	60,00	UN	TUBO DE COLA BRANCA 01 KG	894,0000
59	3,00	CX	APONTADOR DE LAPIS, DE QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A FABER-CASTELL, CX COM 50 UNIDADES	180,0000
60	40,00	PCT	ESPIRAL PARA ENCADERNACAO, 7MM PLASTICA PRETO, PACOTE COM 50 UNIDDAES	116,0000
61	40,00	PCT	ESPIRAL PARA ENCADERNACAO, 9MM PLASTICO PRETO, PACOTE COM 50 UNIDADES	184,0000
62	180,00	UN	CADERNO UNIVERSITARIO, CAPA DURA, 10 MATERIAS COM 200 FOLHAS.	2.682,0000
63	600,00	UN	FOLHA DUPLA COM PAUTA	96,0000
64	300,00	UN	FITA CORRETIVA TIPO ROLLER COMPOSIÇÃO PLASTICO 4MM POR 10M.	2.670,0000
65	90,00	UN	ROLO DE TNT COM 50 MT CORES VARIADAS	7.560,0000
66	300,00	UN	ARQUIVO MORTO EM POLIONDA PARA PAPEL A4	1.485,0000
67	30,00	UN	PEN DRIVE 8 GB	966,0000
68	150,00	CX	LAPIS DE COR COM 12 UNIDADES GRANDE, QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A FABER CASTELL	1.485,0000
69	60,00	UN	PISTOLA COLA QUENTE GROSSA	2.334,0000
70	120,00	UN	PAPEL COLORIDO PARA RECORTAR, COLAR E MONTAR, FOLHA A4 75G/M2², 210MM X 297MM COLORIDAS, PACOTE COM 45 FOLHAS	1.674,0000
71	500,00	UN	REGUA PLASTICA CRISTAL, 30 CM	645,0000
72	50,00	UN	CANETA CORRETIVA 8 ML	475,0000
73	100,00	UN	PEGADOR DE PAPEL 51 MM	230,0000
74	100,00	UN	PEGADOR DE PAPEL 32MM	99,0000

VALOR TOTAL DA PROPOSTA: _____

Atesto como verdadeira e assumo qualquer responsabilidade, referente a proposta acima demonstrada, retirando-me o direito de reclamar sobre qualquer valor nela relacionado.

Obs.: No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL: _____ (conforme subitem 5.1.4 do edital).

LOCAL E DATA:

NOME E ASSINATURA DO
REPRESENTANTE E CARIMBO DA EMPRESA

ANEXO IV

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20...

DECLARAÇÃO

(Razão Social da Empresa) -----, inscrita no CNPJ nº. -----, por intermédio de seu representante legal Sr. (a): -----, portador (a) da Carteira de Identidade nº. ----- CPF nº. ----- DECLARA, para fins do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei 8.666/93, acrescido pela Lei 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva:

Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ()
(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).

.....
DATA

.....
ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
CARIMBO DA EMPRESA

ANEXO V

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20...

CREDENCIAMENTO

Através da presente, credenciamos o (a) Sr. (a) -----, portador (a) da Cédula de Identidade nº. ----- e CPF sob nº. -----, a participar da licitação instaurada pela Prefeitura Municipal de ----- (SC), na modalidade PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO nº./20..., na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa -----, bem como formular propostas verbais, recorrer e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

_____, em _____ de _____ 20

Carimbo da Empresa e Assinatura do Credenciante

ANEXO VI

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20...

DECLARAÇÃO PARA HABILITAÇÃO

DECLARAMOS para fins de participação no procedimento licitatório – PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº./20..., que esta empresa atende plenamente os requisitos necessários à habilitação, possuindo toda a documentação comprobatória exigida na Cláusula V, do edital convocatório.

_____, em _____ de _____ 20....

Carimbo da Empresa identificando a Razão Social, CNPJ
e Assinatura do Representante Legal.

ANEXO VII

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20....

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº./20..., instaurado pela Prefeitura Municipal de Presidente Nereu, que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas.

Por expressão da verdade, firmamos a presente.

-----, de ----- de 20

Carimbo da Empresa identificando a Razão Social, CNPJ.
e Assinatura do Representante Legal.

ANEXO VIII

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20....

DECLARAÇÃO DE PORTE EMPRESARIAL

A empresa (Colocar razão social conforme cartão CNPJ), CNPJ n.º, declara, sob as penas da lei, para fins de obtenção do tratamento simplificado e diferenciado de que trata a Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, que se enquadra nas condições estabelecidas em seu art. 43º, e que não apresenta nenhum dos impedimentos previstos no §4º desse mesmo artigo.

Sem mais para o momento, enviamos nossos protestos de estima e consideração.

-----, ---- de ----- de 20

Carimbo da Empresa identificando a Razão Social, CNPJ.
e Assinatura do Representante Legal.

ANEXO IX

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20

DECLARAÇÃO DE COMPROMETIMENTO

A empresa , CNPJ n.º, declara, sob as penas da lei, possuir restrição nos documentos de comprovação da regularidade fiscal, conforme faculdade prevista na Lei Complementar Federal nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, e se compromete a adotar todas as medidas necessárias, em razão do prazo concedido para este fim, para tentar promover sua regularização fiscal, caso venha a formular o lance vencedor, cumprindo plenamente os demais requisitos de habilitação para o Pregão Presencial Registro de Preço nº. .../20....

Sem mais para o momento, enviamos nossos protestos de estima e consideração.

-----, ---- de ----- de 20

Carimbo da Empresa identificando a Razão Social, CNPJ
e Assinatura do Representante Legal.

ANEXO X

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20...

PROPOSTA COMERCIAL

(de preferência em papel timbrado da Proponente)

NOME DE EMPRESA: _____

CNPJ: _____ INSCRIÇÃO ESTADUAL _____

ENDEREÇO COMPLETO: _____

RUA: _____ Nº. _____ BAIRRO: _____

CEP: _____ CIDADE: _____ UF: _____ FONE: (_____) _____

Apresentamos nossa proposta para visando REGISTRO DE PREÇO para AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR E MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA O MUNICÍPIO E FUNDOS PARA O EXERCÍCIO DE 2017/2018 da Prefeitura Municipal de Presidente Nereu (SC), ao longo de 12 meses, em conformidade com o estabelecido no Edital de Pregão Registro de Preço nº./20, acatando todas as estipulações consignadas no Edital.

ITENS QTDAD E UNID DESCRIÇÃO DO ITEM MARCA VL. UNIT.VL. TOTAL

1	200,00	UN	CD VIRGEM GRAVAVEL			
2	50,00	CX	CLIPS PARA PAPEIS TAM. 03, CX COM 500 GR			
3	500,00	UN	CADERNO PEQUENO CAPA DURA COM MOTIVOS INFANTIS, COM 48 FOLHAS			
4	1.200,00	UN	CADERNO GRANDE CAPA DURA COM MOTIVOS INFANTIS, COM 48 FOLHAS			
5	20,00	CX	CANETA MARCA TEXTO CX C 12 UNID			
6	60,00	CX	CANETA HIDROCORES PONTA FINA, A BASE DE AGUA, NAO TOXICA, CORES VIVAS 12 UNIDADES			
7	90,00	CX	COLA GLITER, LAVAVEL, NAO TOXICA, CAIXA COM 06 UNIDADES, NAS CORES PRATA, DOURADA, VERDE, AZUL, VERMELHO E ROSA			
8	45,00	UN	GRAMPEADOR MEDIO PARA GRAMPO 26/6, CAPACIDADE PARA 20 FOLHAS			
9	600,00	PCT	BALAO DIVERSAS CORES, PACOTE COM 50 UNIDADES, COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A MARCA SAO ROQUE			
10	75,00	UN	CORRETIVO LIQUIDO 18ML			
11	20,00	UN	PERCEVEJO LATONADO CAIXAS C 100 UNIDADES			
12	40,00	UN	DVD VIRGEM GRAVAVEL			

13	45,00	UN	TESOURA GRANDE DE ACO INOX COM PONTA, CABO DE PLASTICO AMBORRACHADO, FORMATO ANATOMICO			
14	30,00	CX	TRANSPARENCIA PARA RETROPROJETOR, CAIXA COM 100 UNIDADES PARA IMPRESSORA A LASER			
15	450,00	UN	CARTOLINA BRANCA			
16	240,00	UN	CARTOLINA TAMANHO PADRAO - NAS CORES DIVERSAS			
17	90,00	CX	COLA BRANCA A BASE DE PVA NAO TOXICA LAVAVEL COM 40 GR, CAIXA COM 12 UNIDADES			
18	300,00	CX	GIZ DE CERA CAIXA COM 12 UNIDADES TAM GRANDE GROSSO (GIZAO)			
19	30,00	PCT	GRAMPO PLASTICO, BRANCO, COM 50 UNIDADES.			
20	30,00	CX	GRAMPO PARA GRAMPEADOR 26 6 CX 5000			
21	450,00	UN	GUACHE POTE DE 250GR NAS CORES DIVERSAS.			
22	15,00	CX	LAPIS PRETO REDONDO NUMERO 02 - CAIXA COM 144 UND.DE QUALIDADE SEMELHANTE OU SUPERIOR A FABER CASTEL			
23	9,00	CX	BOBINA DE PAPEL DOBRADURA, NAS CORES DIVERSAS, CAIXA COM 100 UNIDADES			
24	4.500,00	UN	FOLHA DE EVEA LISO CORES DIVERSAS			
25	240,00	UN	PAPEL OFICIO A4, CAIXAS COM 10 RESMAS.			
26	240,00	UN	PINCEL PARA GUACHE INFANTIL, Nº 8 CHATO			
27	240,00	UN	PINCEL PARA GUACHE, INFANTIL, Nº 10 CHATO			
28	240,00	UN	PINCEL PARA GUACHE INFANTIL, Nº 12 CHATO			
29	90,00	UN	PINCEL PARA GUACHE INFANTIL, Nº 14 CHATO			
30	300,00	UN	PAPEL CARTAO EM DIVERSAS CORES			
31	150,00	UN	PAPEL SEDA EM DIVERSAS CORES			
32	300,00	UN	PAPEL DUPLEX EM DIVERSAS CORES			
33	6,00	UN	PAPEL PARDO BUBINA 40 KG COM 1,20 MT DE LARGURA			
34	30,00	CX	PAPEL VERGE ESPECIAL, IDEAL PARA CONVITES, CARTOES E CERTIFICADOS, TAMANHO A4, CAIXA COM 50 UNIDADES, NA COR BRANCO			
35	30,00	CX	PAPEL VERGE ESPECIAL, IDEAL PARA CONVITES, CARTOES E CERTIFICADOS, TAMANHO A4, CAIXA COM 50 UNIDADES, NAS CORES DIVERSAS			
36	240,00	UN	PASTA PLASTICA GRANDE C ELASTICO 24,5CM X 33,5CM X 3CM			
37	900,00	UN	PASTA PLASTICA FINA COM ELASTICO			
38	300,00	MAÇO	REFIL DE SILICONE FINO PARA PISTOLA COLA QUENTE MAÇO COM 6 PASTILHAS			
39	300,00	MAÇO	REFIL DE SILICONE GROSSO PARA PISTOLA DE COLA QUENTE, MACO COM 6 REFIS.			
40	750,00	UN	TESOURA ESCOLAR PEQUENA SEM PONTA			
41	20,00	CX	CLIPS PARA PAPEIS, TAM Nº 8/0, CX COM 180 UNIDADES			
42	20,00	CX	CLIPS PARA PAPEIS, TAMANHO Nº3 NIQUELADO, 24CM, CX COM 100 UNIDADES			
43	150,00	PCT	PAPEL A4 DIVERSAS CORES PCT C 100			
44	240,00	UN	TINTA RELEVO DIMENCIONAL, 25ML, CORES VIVAS E VARIADAS			
45	900,00	CX	MASSINHA DE MODELAR, CX COM 12 UNID, NÃO TOXICA			
46	30,00	UN	FITA ADESIVA PVC TRANSPARENTE, 45MMX30M, COM QUALIDADE SEMELHANTE OU SUPERIOR A 3M			
47	150,00	UN	FITA ADESIVA KRAFT, 36 X 50, 780 LISA			
48	30,00	CX	BORRACHA BRANCA - TAMANHO 40 , CAIXA COM 40 UNID.			
49	450,00	UN	PASTA GRAMPO TRILHO DE PAPEL CARTAO			
50	10,00	CX	ENVELOPE PARA CARTA 114 X 229, S/ RPC, COM 100 UNIDADES			
51	240,00	UN	PO DE BRILHO GLITTER- PURPURINA, POTE COM 3 GRAMAS			
52	150,00	UN	LANTEJOUHAS, POTE COM 3 GRAMAS			
53	3,00	CX	ENVELOPES PLASTICOS, COM 4 FUIROS, 240 MM X 330 MM, COM 1000 UNIDADES FINO.			
54	45,00	UN	PISTOLA DE COLA QUANTE PARA REFIL FINO QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A MARCA TILIBRA			
55	40,00	CX	MARCADOR PARA RETROPROJETOR, CAIXA COM 12 UNIDADES, CORES VARIADAS, PONTA FINA DE 1MM			
56	150,00	UN	COLA TIPO BASTAO, LAVAVEL, NAO TOXICA DE 36 GRAMAS			

57	150,00	PCT	PAPEL CREPOM COMUM, PACOTE COM 10 UNIDADES, CORES DIVERSAS			
58	60,00	UN	TUBO DE COLA BRANCA 01 KG			
59	3,00	CX	APONTADOR DE LAPIS, DE QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A FABER-CASTELL, CX COM 50 UNIDADES			
60	40,00	PCT	ESPIRAL PARA ENCADERNACAO, 7MM PLASTICA PRETO, PACOTE COM 50 UNIDDAES			
61	40,00	PCT	ESPIRAL PARA ENCADERNACAO, 9MM PLASTICO PRETO, PACOTE COM 50 UNIDADES			
62	180,00	UN	CADERNO UNIVERSITARIO, CAPA DURA, 10 MATERIAS COM 200 FOLHAS.			
63	600,00	UN	FOLHA DUPLA COM PAUTA			
64	300,00	UN	FITA CORRETIVA TIPO ROLLER COMPOSIÇÃO PLASTICO 4MM POR 10M.			
65	90,00	UN	ROLO DE TNT COM 50 MT CORES VARIADAS			
66	300,00	UN	ARQUIVO MORTO EM POLIONDA PARA PAPEL A4			
67	30,00	UN	PEN DRIVE 8 GB			
68	150,00	CX	LAPIS DE COR COM 12 UNIDADES GRANDE, QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A FABER CASTELL			
69	60,00	UN	PISTOLA COLA QUENTE GROSSA			
70	120,00	UN	PAPEL COLORIDO PARA RECORTAR, COLAR E MONTAR, FOLHA A4 75G/M2², 210MM X 297MM COLORIDAS, PACOTE COM 45 FOLHAS			
71	500,00	UN	REGUA PLASTICA CRISTAL, 30 CM			
72	50,00	UN	CANETA CORRETIVA 8 ML			
73	100,00	UN	PEGADOR DE PAPEL 51 MM			
74	100,00	UN	PEGADOR DE PAPEL 32MM			

VALOR TOTAL DA PROPOSTA: _____

Atesto como verdadeira e assumo qualquer responsabilidade, referente a proposta acima demonstrada, retirando-me o direito de reclamar sobre qualquer valor nela relacionado.

Obs.: No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL: _____ (conforme subitem 5.1.4 do edital).

LOCAL E DATA:

NOME E ASSINATURA DO
REPRESENTANTE E CARIMBO DA EMPRESA

Princesa

PREFEITURA

DECRETO 009 DE 09.01.2017

DECRETO Nº. 009, DE 09 DE JANEIRO DE 2017.

“NOMEIA COMISSÃO ESPECIAL PARA AVALIAÇÃO DE BENS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente as contidas no inciso IX e XXIX, do artigo 69 da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeada Comissão Especial, encarregada de avaliar os bens adquiridos através do Processo Licitatório nº 17/2015, especialmente aquelas decorrentes do Contrato nº 25/2015 PM, de 26 de Março de 2015 (Aquisição de Colhedoras de Forragens), considerando os reclamos dos grupos de agricultores a qual fora cedido, ficando assim constituída, presidida pelo primeiro.

I – Rudi Kober

II – Valtair José Epping

III – Claudemir Nós

§ 1º. Cabe à comissão emitir laudo detalhado e com fotografias das condições dos respectivos equipamentos.

§ 2º. A comissão terá prazo de no máximo 15 (quinze) dias para a avaliação e emissão do respectivo laudo.

§ 3º. Os serviços prestados pela comissão são considerados de excepcional interesse público, não gerando, por isso, ônus a nenhuma das partes.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa (SC),

em 9 de janeiro de 2017.

Edilson Miguel Volkweis

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 01.2017 - CIGA

Extrato de Publicação de Contrato

Contratada: CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL – CIGA

Contrato: 01/2017-PM

Processo Licitatório:

Pregão Presencial:

Fundamento Legal: Aplicam-se a este Contrato as disposições do artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal n.º 11.107/05; do artigo 18 do Decreto Federal n.º 6.017/07; do artigo 24, inciso XIII, primeira parte, e inciso XVI, segunda parte, da Lei Federal n.º 8.666/93, da Lei Municipal n.º 718, de 19/11/2013, e da Lei Municipal 820, de 27/04/2016

Objeto: “Contrato de Prestação de Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação, com disponibilização dos serviços: Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC, Gestão Tributária – Gestão do Simples Nacional e Gestão Tributária- Registro Mercantil Integrado - REGIN”.

Data da Assinatura: 05/01/2017

Data da Publicação: 10/01/2017

Vigência: de 01/01/2017 a 31/12/2017

O valor total do Contrato está dividido da seguinte forma:

Qtde	Unidade	Descrição	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
12	Mês	Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC (...)	350,00	4.200,00
12	Mês	Gestão Tributária – Gestão do Simples Nacional (...)	140,00	1.680,00
12	Mês	Gestão Tributária – Registro Mercantil Integrado – REGIN (...)	140,00	1.680,00
			TOTAL (R\$)	7.560,00

Valor Mensal do Contrato: R\$ 630,00 (seiscentos e trinta reais)

Valor Total do contrato: R\$ 7.560,00 (sete mil e quinhentos e sessenta reais).

Forma de Pagamento: até o 10º dia útil do mês subsequente ao da prestação do serviço.

PORTARIA Nº 23, DE 10.01.2017

PORTARIA Nº. 23, DE 10 DE JANEIRO DE 2017.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos IX e X, do artigo 69 da Lei Orgânica do Município; combinado com o Capítulo IV, Art.110 da Lei Complementar nº. 022, de 30 de Dezembro de 2014.

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER, 90 (noventa) dias de férias a servidora, conforme períodos aquisitivos e períodos de gozo abaixo relacionado:

Funcionária	Cargo	Período aquisitivo	Período de gozo
SIMONE M. L. PINHEIRO	AGENTE ADMINISTRATIVO	01/10/2013 a 30/09/2014	25/01/2017 a 23/02/2017.
SIMONE M. L. PINHEIRO	AGENTE ADMINISTRATIVO	01/10/2014 a 30/09/2015	24/02/2017 a 25/03/2017
SIMONE M. L. PINHEIRO	AGENTE ADMINISTRATIVO	01/10/2015 a 30/09/2016	26/03/2017 a 24/04/2017

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação desta Portaria correrão a conta do orçamento municipal.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir da data de 25.01.2017.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa (SC),
em 10 de Janeiro de 2017.

Edilson Miguel Volkweis
Prefeito Municipal

Rio do Sul

PREFEITURA

ANA PAULA DE ARAUJO - 13º TERMO ADITIVO

13º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 274/2013, firmado em 10/07/2013, com término previsto para 17/01/2017.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ANA PAULA DE ARAUJO, portador(a) do CPF nº 037.190.429-36, na qualidade de Contratado(a), celebram o 13º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 274/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 274/2013, iniciando-se a prorrogação em 18/01/2017 e encerrando-se em 17/07/2017." Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 09/01/2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário de Administração

ANA PAULA DE ARAUJO
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

ANTONIELA CRISTINA FERREIRA - 10º TERMO ADITIVO

10º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 310/2014, firmado em 07/05/2014, com término previsto para 17/01/2017.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ANTONIELA CRISTINA FERREIRA, portador(a) do CPF nº 047.649.159-28, na qualidade de Contratado(a), celebram o 10º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 310/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 310/2014, iniciando-se a prorrogação em 18/01/2017 e encerrando-se em 17/07/2017." Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 09/01/2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário de Administração

ANTONIELA CRISTINA FERREIRA
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

DECRETO NOMEAÇÃO N.º 5828 - JANARA APARECIDA MAFRA

DECRETO N° 5828, 09 de janeiro de 2017.

"NOMEIA JANARA APARECIDA MAFRA"

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída nas Leis Complementares nº 309 de 01/12/2015 e 208 de 28/10/2010,

DECRETA:

Art.1º - Nomear JANARA APARECIDA MAFRA, para a partir de 02/01/2017, exercer o cargo em comissão – Secretário Municipal de Educação, nos termos do Art. 54, § 6º, da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015 e do Art. 11, da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010, supracitadas.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

09 de janeiro de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

DJENIFFER VIEIRA DA SILVA - 9º TERMO ADITIVO

9º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 324/2014, firmado em 27/06/2014, com término previsto para 17/01/2017.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) DJENIFFER VIEIRA DA SILVA, portador(a) do CPF nº 054.460.999-90, na qualidade de Contratado(a), celebram o 9º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 324/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 324/2014, iniciando-se a prorrogação em 18/01/2017 e encerrando-se em 17/02/2017." Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 09/01/2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário de Administração

DJENIFFER VIEIRA DA SILVA
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 01/2017

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO 01/2017

PELO PRESENTE EDITAL, FICAM OS CONTRIBUINTES ABAIXO RELACIONADOS DEVIDAMENTE CIENTIFICADOS, NOS TERMOS DO ARTIGO 119, § 6º, DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL, LEI COMPLEMENTAR Nº 110/2003 DE 17/12/2003, DO LANÇAMENTO EM SEU DESFAVOR DE TRIBUTOS, PENALIDADES E NOTIFICAÇÕES DE IRREGULARIDADES, CONFORME RESPECTIVA NOTIFICAÇÃO.

FICAM TAMBÉM OS CONTRIBUINTES, CIENTIFICADOS DE QUE DISPÕEM DO PRAZO PREVISTO NO ARTIGO 147, § 1º (TRINTA DIAS), A CONTAR DA DATA MENCIONADA NO INCISO III, DO § 2º, DO ARTIGO 187, PARA IMPETRAR RECLAMAÇÃO CONTRA O LANÇAMENTO, NOS MOLDES DO ARTIGO 175, § 1º, TODOS DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL, LEI COMPLEMENTAR Nº 110/2003 DE 17/12/2003.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº	DATA	CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ
8/2017	05/01/17	ALESSANDRA FABIULA MACHADO ALVES 73791997068	18.981.940/0001-74



7/2017	05/01/17	CLAUS FERNANDES NAIGLES 68105754053	22.212.866/0001-07
267/2016	21/10/16	FRANCISCO PELLIZZETTI	920.671.909-20
6/2017	05/01/17	KJ NEGRI PRESENTES E DECORAÇÕES LTDA ME	03.712.065/0001-58
293/2016	02/12/16	LEVANTI PROJETOS CIVIS LTDA	14.452.215/0001-58
294/2016	02/12/16	LEVANTI PROJETOS CIVIS LTDA	14.452.215/0001-58
9/2017	05/01/17	LORITA KRUGER 27238946068	20.050.402/0001-08
283/2016	29/11/16	LVA TERRAPLANAGEM E TRANSPORTES RODOVIARIO LTDA ME	18.068.383/0001-03
284/2016	29/11/16	LVA TERRAPLANAGEM E TRANSPORTES RODOVIARIO LTDA ME	18.068.383/0001-03
285/2016	29/11/16	LVA TERRAPLANAGEM E TRANSPORTES RODOVIARIO LTDA ME	18.068.383/0001-03
287/2016	30/11/16	OLIVEIRA MACHADO EMPREENDIMENTOS E REPRESENTAÇÕES LTDA	12.967.035/0001-83
288/2016	30/11/16	OLIVEIRA MACHADO EMPREENDIMENTOS E REPRESENTAÇÕES LTDA	12.967.035/0001-83
300/2016	07/12/16	PERFORMANN CONFECÇÕES LTDA ME	11.210.444/0001-78
302/2016	12/12/16	SA REGULADORA LTDA ME	19.063.145/0001-60
303/2016	12/12/16	SUPER ATIVA ASSESSORIA EDUCACIONAL LTDA ME	09.011.870/0001-30
304/2016	13/12/16	V8 SOLUÇÕES LTDA ME	09.535.795/0001-07
NOTIFICAÇÃO DE IRREGULARIDADE CADASTRAL	DATA	CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ
	09/11/16	ANGELO SOLANO CATTONI	006.217.199-27
	31/10/16	ART INDÚSTRIA DE CONFECÇÕES LTDA ME	15.047.508/0001-12
	09/11/16	ASSOCIAÇÃO LAR ACOLHEDOR ALA	13.369.868/0001-05
	26/10/16	CABOVISÃO TELECOMUNICAÇÕES LTDA	82.706.177/0001-72
	08/11/16	CLEANE CRISTINA KNECHT 06281358902	13.379.873/0001-07
	05/12/16	CONFECÇÕES 2M LTDA ME	02.137.033/0002-94
	31/10/16	MARIA CHIQUINHO COMERCIO DE ROUPAS LTDA ME	16.581.752/0001-23
		Rio do Sul, 09 de janeiro de 2017.	

Alexandre Matos Pereira
Secretário Municipal da Fazenda Interino
Pref. Mun. de Rio do Sul

José Luiz do Nascimento
Fiscal de Tributos
Pref. Mun. de Rio do Sul

FABRICIO MINATTI - 16º TERMO ADITIVO

16º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 312/2011, firmado em 22/08/2011, com término previsto para 17/01/2017.
--

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) FABRICIO MINATTI, portador(a) do CPF nº 891.719.859-72, na qualidade de Contratado(a), celebram o 16º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 312/2011, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 312/2011, iniciando-se a prorrogação em 18/01/2017 e encerrando-se em 17/07/2017." Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 09/01/2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA Secretário de Administração	FABRICIO MINATTI Contratado(a)
--	-----------------------------------

Testemunhas:

Nome: CPF:	Nome: CPF:
---------------	---------------

MACILDA REICH BONI - 20º TERMO ADITIVO

20º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 205/2011, firmado em 21/02/2011, com término previsto para 17/01/2017.
--

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) MACILDA REICH BONI, portador(a) do CPF nº 951.442.699-15, na qualidade de Contratado(a), celebram o 20º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 205/2011, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 205/2011, iniciando-se a prorrogação em 18/01/2017 e encerrando-se em 17/07/2017." Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 09/01/2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA Secretário de Administração	MACILDA REICH BONI Contratado(a)
--	-------------------------------------

Testemunhas:

Nome: CPF:	Nome: CPF:
---------------	---------------

MARIA ROSALINA LEITE - 9º TERMO ADITIVO

9º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 30/2015, firmado em 27/01/2015, com término previsto para 17/01/2017.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) MARIA ROSALINA LEITE, portador(a) do CPF nº 792.117.049-87, na qualidade de Contratado(a), celebram o 9º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 30/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 30/2015, iniciando-se a prorrogação em 18/01/2017 e encerrando-se em 17/07/2017." Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 09/01/2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário de Administração

MARIA ROSALINA LEITE
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

MARIA ROSANE DA SILVA FIGUEIREDO - 10º TERMO ADITIVO

10º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 251/2015, firmado em 04/03/2015, com término previsto para 17/01/2017.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) MARIA ROSANE DA SILVA FIGUEIREDO, portador(a) do CPF nº 907.126.760-15, na qualidade de Contratado(a), celebram o 10º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 251/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 251/2015, iniciando-se a prorrogação em 18/01/2017 e encerrando-se em 17/07/2017." Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 09/01/2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário de Administração

MARIA ROSANE DA SILVA FIGUEIREDO
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

NILZA BELLA CRUZ - 17º TERMO ADITIVO

17º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 290/2011, firmado em 28/07/2011, com término previsto para 17/01/2017.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) NILZA BELLA CRUZ, portador(a) do CPF nº 501.139.929-04, na qualidade de Contratado(a), celebram o 17º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 290/2011, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 290/2011, iniciando-se a prorrogação em 18/01/2017 e encerrando-se em 17/07/2017." Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 09/01/2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário de Administração

NILZA BELLA CRUZ
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

NILZA PORTO - 17º TERMO ADITIVO

17º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 255/2011, firmado em 05/05/2011, com término previsto para 17/01/2017.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) NILZA PORTO, portador(a) do CPF nº 379.330.789-15, na qualidade de Contratado(a), celebram o 17º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 255/2011, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 255/2011, iniciando-se a prorrogação em 18/01/2017 e encerrando-se em 17/07/2017." Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 09/01/2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário de Administração

NILZA PORTO
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

ORANDINA RUAS - 8º TERMO ADITIVO

8º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 255/2015, firmado em 06/03/2015, com término previsto para 17/01/2017.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ORANDINA RUAS, portador(a) do CPF nº 400.748.709-04, na qualidade de Contratado(a), celebram o 8º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 255/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 255/2015, iniciando-se a prorrogação em 18/01/2017 e encerrando-se em 17/07/2017." Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 09/01/2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário de Administração

ORANDINA RUAS
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

OSMARINA BASTOS SCHROEDER - 25º TERMO ADITIVO

25º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 22/2007, firmado em 15/01/2007, com término previsto para 17/01/2017.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) OSMARINA BASTOS SCHROEDER, portador(a) do CPF nº 311.160.949-91, na qualidade de Contratado(a), celebram o 25º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 22/2007, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 22/2007, iniciando-se a prorrogação em 18/01/2017 e encerrando-se em 17/07/2017." Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 09/01/2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário de Administração

OSMARINA BASTOS SCHROEDER
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

PORTARIA N. 0045/RH

PORTARIA Nº. 0045/RH

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder auxílio-natalidade, de acordo com o Art. 254, da Lei Complementar n.º 309 de 01/12/2015, ao servidor SILVIO KLET-TENBERG, ocupante do cargo de provimento efetivo de GUARDA MUNICIPAL, conforme certidão de nascimento n.º 105262 01 55 2016



1 00111 135 0047428 86 do cartório de registro civil do município e comarca de Rio do Sul, onde encontra-se o assento de HELENA ÍSIS KLETTENBERG.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 09 de janeiro de 2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração
Vfb

PORTARIA Nº. 0046/RH

PORTARIA Nº. 0046/RH

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Designar, de acordo com Art. 46 da Lei Complementar n.º 309 de 01/12/2015, as servidoras respectivamente relacionadas no Anexo I da presente portaria, ocupantes do cargo de provimento efetivo Professor, para substituírem os (as) Diretores (as) dos Centros Educacionais, durante o impedimento dos titulares por motivo de férias e impedimento de função, no período de 04/01/2016 a 02/02/2016 conforme constante no Anexo I.

Parágrafo Único – Integra esta portaria o Anexo I.

Art. 2º. E pelo exercício da função, faz jus além da remuneração de seu cargo efetivo, a uma gratificação mensal no percentual, respectivamente relacionado no Anexo I, sobre o seu vencimento base, em cumprimento ao Art. 4º da Lei Complementar Nº 194/2009.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 09 de janeiro de 2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração
Vfb

Anexo I

Centro Educacional	Titular	Substituta no período	Gratificação	Período
CEI FAVINHO DE MEL II	NEUSA RASSWEILER	JULIANA DA SILVA RODRIGUES	30%	02/01/2017 a 31/01/2017
CEI TITIO KARAN	EDOLAR PAVANELLO	PRISCILA PAULA SCHNEIDER MACHADO DA SILVA	30%	02/01/2017 a 31/01/2017
CEI ILSE SOLDATELLI	LUCIANE CAVILHA MENDES	IRIA RITA MONTAGNA	45%	02/01/2017 a 31/01/2017
CEI CANTA GALO	SIMONE ROSIRES BARBETA THIEDE	ANA CAROLINE MEES	45%	02/01/2017 a 31/01/2017
CE RICARDO MARCHI	GREICE APARECIDA DA CONCEIÇÃO	KATIUSCA CUSTÓDIO DA CONCEIÇÃO	60%	02/01/2017 a 31/01/2017
CEI TIA BEA	ELISABETH APARECIDA BERNARDO FRONZA	LUCIANA MARA BARBOSA	30%	02/01/2017 a 31/01/2017
CEI DR. ROMÃO TRAUZYNSKI	ELIANE CITADINI	CLEIDE APARECIDA ABREU LOPES	30%	02/01/2017 a 31/01/2017
CE PREF. MATHEUS ALVES CONCEIÇÃO	GISLENE LUZIA GOETTEN ZELINDRO	SUELEM FERNANDA CONZATTI	30%	02/01/2017 a 31/01/2017

CEI RAO DE LUZ	JUCELIA CORREIA DE SANTANA	CINEIDE MARILEIA MOSER SCHMIDT	30%	02/01/2017 a 31/01/2017
CEI RUTH SCHROEDER OHF	MARILSE ELIANE MATOS POMPÍLIO	SINTIA LUCIANO RUCKERT	45%	02/01/2017 a 31/01/2017

PORTARIA Nº. 0047/RH

PORTARIA N. 0047/RH

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a pedido, a partir de 02/01/2017, a servidora NATALIA DE FATIMA DE MOURA VILOTTI, ocupante do cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, nos termos do Art. 39, da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 09 de janeiro de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração

Vfb

RESUMO DO ADITIVO 124/2016

2º TERMO ADITIVO Nº 124/2016 – DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL NR. 014/2016, REFERENTE EXECUÇÃO DE 34 ABRIGOS DE PASSAGEIROS EM DIVERSOS LOCAIS EM RIO DO SUL, ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL E A EMPRESA APOIO SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA.

Aos vinte e um (21) dias do mês de novembro (11) do ano de dois mil e dezesseis (2016), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01, neste ato representado pelo Prefeito de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa APOIO SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA - ME., estabelecida na rua Hermógenes Prazeres, 208, Sala 01, Centro, no município de Biguaçu/SC, CEP 88.160-152, inscrita no CNPJ sob o nº 10.353.776/0001-49, ora denominada CONTRATADA, representada pelo seu representante o Sr. Alexandre Giordani, resolvem os termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pelo Edital de Tomada de Preços nº 014/2016, o contrato original de serviços e fornecimento de material nº 043, datado de 18 de abril de 2016, de acordo com parecer exarado pela Procuradoria Geral do Município, o qual faz parte como anexo ao presente, celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se do § 1º do Artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA SUPRESSÃO

Fica suprimido ao valor contratual assumido constante da Cláusula Segunda do contrato original celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, no valor de R\$ 3.044,73 (três mil e quarenta e quatro reais e setenta e três centavos), conforme memorando nº 077/2016.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REGULARIDADE FISCAL

A Contratada no ato da assinatura do presente termo, deverá apresentar prova de regularidade fiscal da Fazenda Municipal, Estadual, Federal, INSS e FGTS

CLÁUSULA QUARTA – DAS RATIFICAÇÕES

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e seus termos aditivos, não colidentes com o presente Termo. E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul
Contratante

APOIO SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA
Sr. Alexandre Giordani
Contratada

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

VALDONI FAUSTINO - 17º TERMO ADITIVO

17º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 268/2011, firmado em 17/05/2011, com término previsto para 17/01/2017.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) VALDONI FAUSTINO, portador(a) do CPF nº 379.454.759-49, na qualidade de Contratado(a), celebram o 17º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 268/2011, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 268/2011, iniciando-se a prorrogação em 18/01/2017 e encerrando-se em 17/07/2017." Cláusula Segunda - Da Ratificação Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 09/01/2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário de Administração

VALDONI FAUSTINO
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

Rio Fortuna

PREFEITURA

EDITAL 002/2017 CESTAS BÁSICAS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO FORTUNA
Processo de Licitação 002/2017
Edital de Pregão Presencial 002/2017

A Comissão Permanente de Licitações de Rio Fortuna torna público para conhecimento dos interessados, que realizará às 8 h, do dia 25 de janeiro de 2017, nas dependências da Prefeitura Municipal de Rio Fortuna – Setor de Licitação, situado na Avenida Sete de Setembro, 1.175, Centro, PREGÃO PRESENCIAL visando à AQUISIÇÃO DE 250 (DUZENTOS E CINQUENTA) CESTAS BÁSICAS PARA FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE RIO FORTUNA ATÉ 31/12/2017. Os interessados em participar poderão retirar o Edital Completo e demais informações complementares no Setor de Licitações da Prefeitura de Rio Fortuna, no endereço acima, de segunda à sexta-feira, das 07 (sete) às 13 (treze) horas, ou pelo telefone: (48) 3653-1122.

Rio Fortuna/SC, 09 de janeiro de 2017.

LINDOMAR BALLMANN

Prefeito Municipal

EDITAL LICITAÇÃO 002/2017 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE RIO FORTUNA/SC
Processo de Licitação 002/2017
Edital de Pregão Presencial 002/2017

A Comissão Permanente de Licitações de Rio Fortuna torna público para conhecimento dos interessados, que realizará às 8 h, do dia 24 de janeiro de 2017, nas dependências da Prefeitura Municipal de Rio Fortuna – Setor de Licitação, situado na Avenida Sete de Setembro, 1.175, Centro, PREGÃO PRESENCIAL visando à CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS DE USO EMERGENCIAL PARA PACIENTES DO MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA, CONFORME "GUIA DA FARMÁCIA", DE PUBLICAÇÃO OFICIAL DA ABCFARMA (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE COMÉRCIO FARMACÊUTICO).

Os interessados em participar poderão retirar o Edital Completo e demais informações complementares no Setor de Licitações da Prefeitura de Rio Fortuna, no endereço acima, de segunda à sexta-feira, das 07 (sete) às 13 (treze) horas, no site: prefeitura@riofortuna.sc.gov.br ou pelo telefone: (48) 3653-1122.

Rio Fortuna/ SC, 06 de janeiro de 2017.

LINDOMAR BALLMANN

Prefeito Municipal

Romelândia

PREFEITURA

PORTARIA 8.272/2017

PORTARIA Nº 8272/2017

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Conceder férias à Servidora Pública Municipal LUCIANE PIRES HENGTES, referente ao período aquisitivo de 19 de março de 2015 à 18 de março de 2016, para serem gozadas de 05 de janeiro de 2017 à 03 de fevereiro de 2017.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 09 de janeiro de 2017.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lucia Dassoler Pereira

Agente de Recursos Humanos

PORTARIA 8.273/2017

PORTARIA Nº 8273/2017

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Conceder férias à Servidora Pública Municipal TEREZINHA MARIA FELIPE, referente ao período aquisitivo de 05 de março de 2015 à 04 de março de 2016, para serem gozadas de 06 de janeiro de 2017 à 04 de fevereiro de 2017.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 09 de janeiro de 2017.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lucia Dassoler Pereira

Agente de Recursos Humanos

PORTARIA 8.274/2017

PORTARIA Nº 8274/2017

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Conceder férias à Servidora Pública Municipal MARIVANE BARBOSA, referente ao período aquisitivo de 02 de outubro 2014 à 01 de outubro de 2015, para serem gozadas de 06 de janeiro de 2017 à 04 de fevereiro de 2017.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 09 de janeiro de 2017.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lucia Dassoler Pereira

Agente de Recursos Humanos

PORTARIA 8.275/2017

PORTARIA Nº 8275/2017

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Conceder férias à Servidora Pública Municipal NILCE KOHLS, referente ao período aquisitivo de 02 de setembro 2015 à 01 de setembro de 2015, para serem gozadas de 06 de janeiro de 2017 à 04 de fevereiro de 2017.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 09 de janeiro de 2017.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lucia Dassoler Pereira

Agente de Recursos Humanos

PORTARIA 8.276/2017

PORTARIA Nº 8276/2017

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Conceder férias à Servidora Pública Municipal SIMONE CECHELEIRO, referente ao período aquisitivo de 05 de julho 2015 à 04 de julho de 2016, para serem gozadas de 06 de janeiro de 2017 à 04 de fevereiro de 2017.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Revogam-se as disposições em contrário.
Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 09 de janeiro de 2017.
Valdir Bugs
Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lucia Dassoler Pereira
Agente de Recursos Humanos

PORTARIA 8.277/2017

PORTARIA Nº 8277/2017
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Conceder férias ao Servidor Público Municipal LUCIMAR LUIZ FERREIRA, referente ao período aquisitivo de 02 de fevereiro de 2014 à 01 de fevereiro de 2015, para serem gozadas de 09 de janeiro de 2017 à 07 de fevereiro de 2017.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Revogam-se as disposições em contrário.
Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 09 de janeiro de 2017.
Valdir Bugs
Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lucia Dassoler Pereira
Agente de Recursos Humanos

Santa Cecilia

PREFEITURA

EXTRATO EDITAL 04/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2017 – REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeita Municipal de Santa Cecília, Alessandra Aparecida Garcia, torna público aos interessados, que realizará Licitação Pública, na modalidade de Pregão Presencial no sistema Registro de Preços, no dia 20 de Janeiro de 2017 às 09h00min, com objetivo de receber proposta de pessoa jurídica, para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios a serem utilizados nos estabelecimentos escolares da Rede Municipal de ensino para o ano de 2017, através do programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), conforme anexos I. Melhores informações e cópia do presente edital na íntegra, poderão ser obtidas junto ao departamento de licitações da Prefeitura Municipal de Santa Cecília das 08h30min às 12h00min e das 13h30min às 17h30min, ou pelo Telefone (49) 3244-2032. E-mail: licitacoes@santacecilia.sc.gov.br. Santa Cecília, 06 de janeiro de 2017.

Alessandra Aparecida Garcia

Prefeita Municipal

Santa Rosa de Lima

PREFEITURA

LICITAÇÃO 01/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DE LIMA
ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2017

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2017

OBJETO: AQUISIÇÃO DE LUBRIFICANTES E COMBUSTÍVEL PARA A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DE LIMA DURANTE O EXERCÍCIO DE 2017.

Data, Horário e Local de Abertura: 24 de janeiro de 2017, às 08:00 horas na sede da Prefeitura Municipal, situada na Rua 10 de Maio, nº 80, Centro, Santa Rosa de Lima. A íntegra do Edital e demais informações poderão ser obtidas no horário de expediente, de segunda a sexta-feira das 7:00 às 13:00 horas no Prédio Sede da Prefeitura Municipal. Para esclarecimentos de dúvidas fica a disposição dos interessados o telefone (48) 3654-3000.

Santa Rosa de Lima, 10 de janeiro de 2017.

SALESIO WIEMES

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO 03/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DE LIMA
ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 03/2017

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2017

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS DE USO EMERGENCIAL PARA PACIENTES DO MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DE LIMA, conforme "Guia da Farmácia", de publicação oficial da ABCFARMA (Associação Brasileira de Comércio Farmacêutico), constantes no site <http://www.abcfarma.org.br>

Data, Horário e Local de Abertura: 26 de janeiro de 2016, às 08:00 horas na sede da Prefeitura Municipal, situada na Rua 10 de Maio, nº 80, Centro, Santa Rosa de Lima. A íntegra do Edital e demais informações poderão ser obtidas no horário de expediente, de segunda a sexta-feira das 7:00 às 13:00 horas no Prédio Sede da Prefeitura Municipal. Para esclarecimentos de dúvidas fica a disposição dos interessados o telefone (48) 3654-3000.

Santa Rosa de Lima, 10 de janeiro de 2017.

SALESIO WIEMES

Prefeito Municipal

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA

DECRETO 019/2017

DECRETO Nº019/2017

DISPÕE SOBRE A RETIFICAÇÃO DO DECRETO Nº014/2017 SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PARA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art.41, incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal e o disposto na Lei Complementar nº10 de 16 de Dezembro de 2009.

DECRETA

Art.1º. Fica retificado o artigo 1ºdo Decreto nº014/2017, por falha na identificação do cargo, passando a ter a seguinte redação:

NOME: RODRIGO ALEXANDRE PEROSSO

CARGO: DIRETOR DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

NIVEL: CC-02

CODIGO: 1045

LOTAÇÃO: Secretaria de Agricultura.

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 02 de janeiro de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC,
em 03 de Janeiro de 2017.

DERLI FURTADO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

FRANCIELI FRANÇA MEIRELES KEIL

Gerente do P. e Serviço

Matricula: 13034/01

DISPENSA POR JUSTIFICATIVA Nº. 01/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO

DISPENSA POR JUSTIFICATIVA Nº. 01/2017

O Município de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, por seu Prefeito Sr. Derli Furtado, torna publico, para o conhecimento dos interessados que realizou Processo Licitatório, na modalidade de Dispensa por Justificativa, tendo com objeto a Contratação emergencial de Clínico Geral para atendimento a população junto a UBS (unidade básica de saúde) com 40 horas semanais para o mês de Janeiro de 2017.

O processo será regido pela Lei Federal nº. 8.666/93, e suas alterações posteriores e em especial ao contido no edital.

A integra do edital e demais informações poderão ser obtidas em horário de expediente, junto à comissão de Licitações da Prefeitura Municipal, sita a Av. Tancredo Neves, 337, na cidade de Santa Terezinha do Progresso – SC, Fone: 049-3657-0001 e-mail: prefeitura@staterezinhaprogresso.sc.gov.br ou pelo site:www.staterezinhaprogresso.com.br.

Santa Terezinha do Progresso, 04 de Janeiro de 2016.

Derli Furtado

Prefeito Municipal

DISPENSA POR JUSTIFICATIVA Nº. 02/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO

DISPENSA POR JUSTIFICATIVA Nº. 02/2017

O Município de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, por seu Prefeito Sr. Derli Furtado, torna publico, para o conhecimento dos interessados que realizou Processo Licitatório, na modalidade de Dispensa por Justificativa, tendo com objeto a Contratação emergencial de empresa para prestação de plantão médico - hospitalar, com corpo clínico especializado para Janeiro de 2017.

O processo será regido pela Lei Federal nº. 8.666/93, e suas alterações posteriores e em especial ao contido no edital.

A integra do edital e demais informações poderão ser obtidas em horário de expediente, junto à comissão de Licitações da Prefeitura Municipal, sita a Av. Tancredo Neves, 337, na cidade de Santa Terezinha do Progresso – SC, Fone: 049-3657-0001 e-mail: prefeitura@staterezinhaprogresso.sc.gov.br ou pelo site:www.staterezinhaprogresso.com.br.

Santa Terezinha do Progresso, 04 de Janeiro de 2016.

Derli Furtado

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 30/2017

PORTARIA Nº 030/2017

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Ficam concedidas férias regulamentares, ao servidor público municipal, senhor Ademir Pedro Costa, matr. 752/01 lotado na secretaria de Infraestrutura. Período aquisitivo de 05/01/2014 a 04/01/2015, período de gozo de férias de 09/01/2017 a 07/02/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 06 de Janeiro de 2017.

DERLI FURTADO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

FRANCIELI FRANÇA MEIRELES KEIL

GERENTE DE P.E SERVIÇO

MATRICULA 13034/01

PORTARIA Nº. 31/2017

PORTARIA Nº 031/2017

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Ficam concedidas férias regulamentares, ao servidor público municipal, senhor Idelir Sebastião Secchi, matr. 841/01 lotado na secretaria de agricultura. Período aquisitivo de 01/04/2015 a 31/03/2016, período de gozo de férias de 09/01/2017 a 07/02/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 06 de Janeiro de 2017.

DERLI FURTADO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

FRANCIELI FRANÇA MEIRELES KEIL

GERENTE DE P.E SERVIÇO

MATRICULA 13034/01

São Bento do Sul

PREFEITURA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 100/2016 - FMS

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 100/2016 - FMS

OBJETO: LOCAÇÃO DE UMA SALA COMERCIAL COM AREA DE 110M², SITUADA NO EDIFÍCIO LEO FRANTZ, NA RUA HENRIQUE SCHWARTZ Nº 61, PARA ABRIGAR A CENTRAL DE MEDICAMENTOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

CONTRATADO: ADMINISTRADORA DE BENS DONA LUIZA LTDA.

Valor Total: R\$ 17.747,58

SÃO BENTO DO SUL, 20 de dezembro de 2016.

DEODATO RAUL HRUSCHKA – PRESIDENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EDITAL Nº 001/2017

Considerando que ocorreu alteração na numeração dos itens quando da publicação do EDITAL Nº 001/2017, no DOM de 02/01/2017, ainda que no site www.saobentodosul.sc.gov.br e no mural da sede da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul foi publicado de forma correta, para evitar dúvidas, procede-se sua republicação.

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 01/2017

O Município de SÃO BENTO DO SUL, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, torna público que fará Processo Seletivo Simplificado para a formação de Cadastro de Reserva admitidos em caráter temporário, conforme dispõe o Art. 37, Inciso IX da Constituição Federal de 1988, Lei Orgânica do Município, Art. 61 Inciso VII, Lei nº 2.397 de 09 de Setembro de 2009 e demais normas em vigor, bem como de acordo com as instruções deste Edital.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O Processo Seletivo será realizado sob a responsabilidade da empresa NBS SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EIRELI - NBS PROVAS, localizada na Rua Timbó, 301 - Sala 601, Bairro Victor Konder em Blumenau/SC, endereço eletrônico <http://www.nbsprovas.com.br> e e-mail: sbs@nbsprovas.com.br, sob a supervisão da Comissão Municipal do Seletivo Público.

1.2. O Processo Seletivo terá caráter classificatório e eliminatório, envolverá prova escrita objetiva, diferenciadas por cargo.

1.3. Os cargos, habilitação profissional, carga horária, vagas, e vagas para portadores de necessidades especiais e vencimento, seguem dispostos nos quadros abaixo:

1.3.1. Cargos de Nível Superior, com aplicação de prova objetiva, de caráter eliminatório e classificatório:

Item	Cargo(s) e/ou Emprego(s) Público(s)	Requisitos/Habilitação Profissional	Vencimento Inicial	Carga Horária Semanal	Vagas	Vagas PNE
01	Professor de Anos Iniciais	HABILITADO: Licenciatura Plena em Pedagogia ou Normal Superior com habilitação na área de atuação.	R\$ 2.546,43	20/40 horas	Cad. Reserva	-
		NÃO HABILITADO: Certidão de frequência, a partir da 2ª FASE, em Curso de Graduação em Licenciatura Plena Pedagogia.	R\$ 1.981,96	20/40 horas		
02	Professor de Educação Especial	HABILITADO: Licenciatura Plena em Pedagogia com habilitação em Educação Especial, OU Licenciatura Plena em Pedagogia, com Pós-Graduação em Educação Especial.	R\$ 2.546,43	10/20/30/40 horas	Cad. Reserva	-
		NÃO HABILITADO: Certidão de frequência a partir da 2ª FASE em Curso de Graduação em Licenciatura Plena em Pedagogia com habilitação em Educação Especial, OU Certidão de frequência a partir da 2ª FASE em Curso de graduação em Licenciatura Plena em Educação Especial, OU Habilitação em Pedagogia cursando Pós-Graduação em Educação Especial, OU Habilitação em Pedagogia com curso de capacitação na área de Educação Especial com no mínimo 120 horas.	R\$ 1.981,96	10/20/30/40 horas		
03	Professor de Educação Especial - Intérprete de Libras	HABILITADO: Certificado de Conclusão do Curso de Licenciatura Plena Letras/LIBRAS ou Diploma e Histórico Escolar de Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia - em Educação Especial, com habilitação em Deficiência Auditiva com Comprovante de Proficiência em Interpretação em LIBRAS ou Certificado de Formação Continuada em LIBRAS, mínimo de 120 (cento e vinte horas)/ Licenciatura Plena em Pedagogia c/ Pós em LIBRAS.	R\$ 2.546,43	10/20/30/40 horas	Cad. Reserva	-
		NÃO HABILITADO: Certidão de Frequência a partir da 2ª FASE em Curso de Licenciatura Plena de LIBRAS /ou Certificado de Conclusão de Curso de Ensino Médio com Comprovante de no mínimo de 120h (cento e vinte horas) de curso em LIBRAS, ou Habilitação em Pedagogia cursando Pós-Graduação em LIBRAS.	R\$ 1.981,96	10/20/30/40 horas		

04	Professor de Educação Infantil	HABILITADO: Licenciatura Plena em Pedagogia ou Normal Superior com habilitação em Educação Infantil.	R\$ 2.546,43	10/20/30/40 horas	Cad. Reserva	-
		NÃO HABILITADO: Certidão de frequência, a partir da 2ª FASE, em Curso de Graduação em Licenciatura Plena Pedagogia com habilitação em Educação Infantil.	R\$ 1.981,96	10/20/30/40 horas		
05	Professor de Língua Portuguesa	HABILITADO: Licenciatura Plena na área de atuação.	R\$ 2.546,43	10/20/30/40 horas	Cad. Reserva	-
		NÃO HABILITADO: Certidão de frequência, a partir da 2ª FASE, em Curso de Graduação em Licenciatura Plena na área de atuação.	R\$ 1.981,96	10/20/30/40 horas		
06	Professor de Matemática	HABILITADO: Licenciatura Plena na área de atuação.	R\$ 2.546,43	10/20/30/40 horas	Cad. Reserva	-
		NÃO HABILITADO: Certidão de frequência, a partir da 2ª FASE, em Curso de Graduação em Licenciatura Plena na área de atuação.	R\$ 1.981,96	10/20/30/40 horas		
07	Professor de Geografia	HABILITADO: Licenciatura Plena na área de atuação.	R\$ 2.546,43	10/20/30/40 horas	Cad. Reserva	-
		NÃO HABILITADO: Certidão de frequência, a partir da 2ª FASE, em Curso de Graduação em Licenciatura Plena na área de atuação.	R\$ 1.981,96	10/20/30/40 horas		
08	Professor de História	HABILITADO: Licenciatura Plena na área de atuação.	R\$ 2.546,43	10/20/30/40 horas	Cad. Reserva	-
		NÃO HABILITADO: Certidão de frequência, a partir da 2ª FASE, em Curso de Graduação em Licenciatura Plena na área de atuação.	R\$ 1.981,96	10/20/30/40 horas		
09	Professor de Ciências	HABILITADO: Licenciatura Plena na área de atuação.	R\$ 2.546,43	10/20/30/40 horas	Cad. Reserva	-
		NÃO HABILITADO: Certidão de frequência, a partir da 2ª FASE, em Curso de Graduação em Licenciatura Plena na área de atuação.	R\$ 1.981,96	10/20/30/40 horas		
10	Professor de Inglês	HABILITADO: Licenciatura Plena na área de atuação.	R\$ 2.546,43	10/20/30/40 horas	Cad. Reserva	-
		NÃO HABILITADO: Certidão de frequência, a partir da 2ª FASE, em Curso de Graduação em Licenciatura Plena na área de atuação.	R\$ 1.981,96	10/20/30/40 horas		
11	Professor de Artes	HABILITADO: Licenciatura Plena na área de atuação.	R\$ 2.546,43	10/20/30/40 horas	Cad. Reserva	-
		NÃO HABILITADO: Certidão de frequência, a partir da 2ª FASE, em Curso de Graduação em Licenciatura Plena na área de atuação.	R\$ 1.981,96	10/20/30/40 horas		
12	Professor de Educação Física	HABILITADO: Licenciatura Plena na área de atuação com Registro no Conselho da Classe da Região.	R\$ 2.546,43	10/20/30/40 horas	Cad. Reserva	-
		NÃO HABILITADO: Certidão de frequência, a partir da 2ª FASE, em Curso de Graduação em Licenciatura Plena na área de atuação.	R\$ 1.981,96	10/20/30/40 horas		
13	Professor de Anos Iniciais - EMEJA	HABILITADO: Licenciatura Plena em Pedagogia ou Normal Superior com habilitação na área de atuação.	R\$ 2.546,43	20/40 horas	Cad. Reserva	-
14	Professor de Língua Portuguesa - EMEJA	HABILITADO: Licenciatura Plena na área de atuação.	R\$ 2.546,43	10/20/30/40 horas	Cad. Reserva	-
		NÃO HABILITADO: Certidão de frequência, a partir da 2ª FASE, em Curso de Graduação em Licenciatura Plena na área de atuação.	R\$ 1.981,96	10/20/30/40 horas		
15	Professor de Matemática - EMEJA	HABILITADO: Licenciatura Plena na área de atuação.	R\$ 2.546,43	10/20/30/40 horas	Cad. Reserva	-
		NÃO HABILITADO: Certidão de frequência, a partir da 2ª FASE, em Curso de Graduação em Licenciatura Plena na área de atuação.	R\$ 1.981,96	10/20/30/40 horas		
16	Professor de Geografia - EMEJA	HABILITADO: Licenciatura Plena na área de atuação.	R\$ 2.546,43	10/20/30/40 horas	Cad. Reserva	-
		NÃO HABILITADO: Certidão de frequência, a partir da 2ª FASE, em Curso de Graduação em Licenciatura Plena na área de atuação.	R\$ 1.981,96	10/20/30/40 horas		
17	Professor de História - EMEJA	HABILITADO: Licenciatura Plena na área de atuação.	R\$ 2.546,43	10/20/30/40 horas	Cad. Reserva	-
		NÃO HABILITADO: Certidão de frequência, a partir da 2ª FASE, em Curso de Graduação em Licenciatura Plena na área de atuação.	R\$ 1.981,96	10/20/30/40 horas		
18	Professor de Ciências - EMEJA	HABILITADO: Licenciatura Plena na área de atuação.	R\$ 2.546,43	10/20/30/40 horas	Cad. Reserva	-
		NÃO HABILITADO: Certidão de frequência, a partir da 2ª FASE, em Curso de Graduação em Licenciatura Plena na área de atuação.	R\$ 1.981,96	10/20/30/40 horas		

19	Professor de Inglês - EMEJA	HABILITADO: Licenciatura Plena na área de atuação.	R\$ 2.546,43	10/20/30/40 horas	Cad. Reserva	-
		NÃO HABILITADO: Certidão de frequência, a partir da 2ª FASE, em Curso de Graduação em Licenciatura Plena na área de atuação.	R\$ 1.981,96	10/20/30/40 horas		
20	Professor de Artes - EMEJA	HABILITADO: Licenciatura Plena na área de atuação.	R\$ 2.546,43	10/20/30/40 horas	Cad. Reserva	-
		NÃO HABILITADO: Certidão de frequência, a partir da 2ª FASE, em Curso de Graduação em Licenciatura Plena na área de atuação.	R\$ 1.981,96	10/20/30/40 horas		
21	Professor de Educação Física - EMEJA	HABILITADO: Licenciatura Plena na área de atuação com Registro no Conselho da Classe da Região.	R\$ 2.546,43	10/20/30/40 horas	Cad. Reserva	-
		NÃO HABILITADO: Certidão de frequência, a partir da 2ª FASE, em Curso de Graduação em Licenciatura Plena na área de atuação.	R\$ 1.981,96	10/20/30/40 horas		
22	Professor de Oficina Aprendizagem e Projetos	HABILITADO: Licenciatura Plena em Pedagogia ou Normal Superior com Habilitação na área de atuação.	R\$ 2.546,43	10/20/30/40 horas	Cad. Reserva	-
		NÃO HABILITADO: Certidão de frequência, a partir da 2ª FASE, em Curso de Graduação em Licenciatura Plena em Pedagogia.	R\$ 1.981,96	10/20/30/40 horas		
23	Professor de Oficina Esportes / Recreação / Jogos de Mesa / Tabuleiro	HABILITADO: Licenciatura Plena em Educação Física com Registro no Conselho da Classe da Região.	R\$ 2.546,43	10/20/30/40 horas	Cad. Reserva	-
		NÃO HABILITADO: Certidão de frequência, a partir da 2ª FASE, em Curso de Graduação em Licenciatura Plena na área de atuação.	R\$ 1.981,96	10/20/30/40 horas		
24	Professor de Oficina Musicalização / Canto e Coral	HABILITADO: Licenciatura Plena em Música ou áreas afins.	R\$ 2.546,43	10/20/30/40 horas	Cad. Reserva	-
		NÃO HABILITADO: Certidão de frequência, a partir da 2ª FASE, em Curso de Graduação em Licenciatura Plena na área de atuação ou ensino médio completo com curso na área específica.	R\$ 1.981,96	10/20/30/40 horas		
25	Professor de Oficina Banda	HABILITADO: Licenciatura Plena em Música ou áreas afins.	R\$ 2.546,43	10/20/30/40 horas	Cad. Reserva	-
		NÃO HABILITADO: Certidão de frequência, a partir da 2ª FASE, em Curso de Graduação em Licenciatura Plena na área de atuação ou ensino médio completo com curso na área específica.	R\$ 1.981,96	10/20/30/40 horas		
26	Professor de Oficina Artes Cênicas	HABILITADO: Licenciatura Plena em Artes Cênicas, Artes Visuais ou Música.	R\$ 2.546,43	10/20/30/40 horas	Cad. Reserva	-
		NÃO HABILITADO: Certidão de frequência, a partir da 2ª FASE, em Curso de Graduação em Licenciatura Plena na área de atuação ou ensino médio completo com curso na área específica.	R\$ 1.981,96	10/20/30/40 horas		
27	Professor de Oficina Dança	HABILITADO: Licenciatura Plena em Educação Física com Registro no Conselho da Classe da Região.	R\$ 2.546,43	10/20/30/40 horas	Cad. Reserva	-
		NÃO HABILITADO: Certidão de frequência, a partir da 2ª FASE, em Curso de Graduação em Licenciatura Plena na área de atuação ou ensino médio completo com curso na área específica.	R\$ 1.981,96	10/20/30/40 horas		
28	Professor de Oficina Cultura Digital	HABILITADO: Licenciatura Plena em Ciências da Computação ou áreas afins.	R\$ 2.546,43	10/20/30/40 horas	Cad. Reserva	-
		NÃO HABILITADO: Certidão de frequência, a partir da 2ª FASE, em Curso de Graduação em Licenciatura Plena na área de atuação ou Ensino Médio/Magistério completo com curso no mínimo de 120 horas na área específica.	R\$ 1.981,96	10/20/30/40 horas		
29	Professor de Oficina Desporto Escolar	HABILITADO: Licenciatura Plena em Educação Física com Registro no Conselho da Classe da Região. Taekwondo - Certificado de Faixa Preta (filiado a Federação Catarinense de Taekwondo)	R\$ 2.546,43	10/20/30/40 horas	Cad. Reserva	-
		Judô - Certificado de Faixa Marrom, Roxa ou preta (credenciamento anual na Federação Catarinense de Judô).				
		NÃO HABILITADO: Certidão de frequência, a partir da 2ª FASE, em Curso de Graduação em Licenciatura Plena na área de atuação. Taekwondo - Certificado de Faixa Preta (filiado a Federação Catarinense de Taekwondo) Judô - Certificado de Faixa Marrom, Roxa ou preta (credenciamento anual na Federação Catarinense de Judô).	R\$ 1.981,96	10/20/30/40 horas		

30	Professor Especialista em Assuntos Educacionais	HABILITADO: Licenciatura plena em pedagogia.	R\$ 2.801,08	40 horas	Cad. Reserva	-
----	---	--	--------------	----------	--------------	---

1.3.2. Cargos de Nível Médio e de Nível Médio Técnico, com aplicação de prova objetiva, de caráter eliminatório e classificatório:

Item	Cargo(s) e/ou Emprego(s) Público(s)	Requisitos/Habilitação Profissional	Vencimento Inicial	Carga Horária Semanal	Vagas	Vagas PNE
31	Secretária(o) de Escola	Ensino médio completo ou magistério, com conhecimento em informática.	R\$ 2.117,20	40 horas	Cad. Reserva	-
32	Instrutor de Informática	Ensino de Nível Médio Técnico em Informática.	R\$ 2.117,20	40 horas	Cad. Reserva	-
33	Atendente Educativo	Ensino Médio Completo ou Magistério.	R\$ 1.096,54	30 horas	Cad. Reserva	-
34	Atendente Educativo Especial	Ensino Médio Completo ou Magistério.	R\$ 1.096,54	30 horas	Cad. Reserva	-
35	Auxiliar de Biblioteca	Ensino médio completo ou magistério com conhecimento em informática.	R\$ 1.529,82	40 horas	Cad. Reserva	-

1.3.3. Cargos de Nível Fundamental, com aplicação de prova objetiva, de caráter eliminatório e classificatório:

Item	Cargo(s) e/ou Emprego(s) Público(s)	Requisitos/Habilitação Profissional	Vencimento Inicial	Carga Horária Semanal	Vagas	Vagas PNE
36	Auxiliar de Serviços	Ensino Fundamental Incompleto.	R\$ 963,10	40 horas	Cad. Reserva	-

Legenda:

* Inscrições para candidatos com deficiência observar o item 9 deste edital.

* A carga horária prevista de 10/20/30/40 horas será comunicada ao candidato no momento e sua convocação, de acordo com a necessidade da Secretaria Municipal de Educação.

* A remuneração para os casos de 10/20/30/40 horas será proporcional a carga horária.

1.4. As atribuições e funções inerentes a cada cargo estão previstas em Lei Municipal, disponível no sítio oficial do Município de São Bento do Sul/SC e listadas no Anexo VII.

1.5. O candidato aprovado e contratado deverá prestar serviços dentro do horário estabelecido pela Prefeitura Municipal de São Bento do Sul, podendo ser diurno e/ou noturno, escala de revezamento em dias de semana, sábados, domingos ou feriados, obedecida a carga horária semanal de trabalho.

1.6. Os valores para inscrição no Processo Seletivo nº 01/2017, obedecerão aos seguintes valores:

* R\$ 40,00 (quarenta reais) para os cargos de Nível Superior;

* R\$ 30,00 (trinta reais) para os cargos de Nível Médio e Médio Técnico;

* R\$ 20,00 (vinte reais) para os cargos de Nível Fundamental;

2. DA DIVULGAÇÃO

2.1. A divulgação oficial do Edital de Processo Seletivo nº 01/2017 será efetuada através de publicação nos seguintes locais: Todas as convocações, avisos e resultados referentes à realização deste Processo Seletivo serão divulgados no mural da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul, nos sites www.nbsprovas.com.br e www.saobentodosul.sc.gov.br e no Diário Oficial dos Municípios na internet www.diariomunicipal.sc.gov.br, sendo de inteira responsabilidade do candidato o seu acompanhamento, não podendo ser alegada qualquer espécie de desconhecimento.

2.1.1. Todas as convocações, avisos e resultados referentes à realização deste Processo Seletivo serão divulgados no mural da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul, nos sites www.nbsprovas.com.br e www.saobentodosul.sc.gov.br e no Diário Oficial dos Municípios na internet www.diariomunicipal.sc.gov.br, sendo de inteira responsabilidade do candidato o seu acompanhamento, não podendo ser alegada qualquer espécie de desconhecimento.

2.1.2. A partir da homologação deste evento, todos os atos inerentes às convocações serão efetuadas sob responsabilidade exclusiva do Município de São Bento do Sul, observados os trâmites internos de contratação e legislação pertinente.

3. DA INSCRIÇÃO

3.1. Para participar do Processo Seletivo Nº 01/2017 o candidato deverá inscrever-se e seguir estritamente as normas deste Edital que declara conhecer e concordar com todos os requisitos necessários a habilitação no cargo, bem como se compromete a acompanhar e tomar conhecimento de quaisquer outros avisos, erratas ou comunicados publicados nos meios definidos no Item 2 deste Edital, dos quais não poderá alegar desconhecimento.

3.2. O candidato que se inscrever em cargo para o qual não cumpra os requisitos de habilitação, no momento de sua convocação, independente de seu desempenho nas provas realizadas, estará automaticamente desclassificado, não cabendo direito adquirido, tampouco se vier a obtê-los em prazos posteriores a sua convocação.

3.3. As inscrições serão realizadas somente no período definido no Anexo III.

3.4. As inscrições serão efetuadas pelos seguintes meios:

3.4.1. VIA INTERNET: através do site www.nbsprovas.com.br. Para inscrever-se, o candidato deverá:

3.4.1.1. Acessar o site www.nbsprovas.com.br durante o período de inscrição, descrito no item 3.3 deste edital;

3.4.1.2. Localizar, no site, o "link" correlato ao Processo Seletivo do Município de São Bento do Sul;

3.4.1.3. Ler completamente o edital, preencher total e corretamente a ficha, e fazer a opção pelo cargo para o qual pretende concorrer, tendo certeza que cumpre todos os requisitos de habilitação, sob pena de desclassificação;

3.4.1.4. Imprimir o boleto bancário e o comprovante provisório de inscrição;

3.4.2. PRESENCIAL: O candidato que não tiver acesso à internet ou tenha dificuldade para realizar sua inscrição, terá a seu dispor terminal com internet junto ao Paço Municipal, situado na Rua Jorge Lacerda, nº 75, Centro, São Bento do Sul/SC, no horário das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 16h30min.

3.5. Cada candidato poderá inscrever-se para até 2 (dois) cargos diferentes do presente Processo Seletivo, desde que preencha os requisitos de habilitação necessários aos cargos.

3.5.1. Os cargos de Atendente Educativo (cargo 33) e Atendente Educativo Especial (cargo 34) não permitem inscrição simultânea, devendo o candidato optar por um ou outro cargo e, caso desejar, efetuar uma segunda inscrição, para outro cargo ao qual cumpra os requisitos de habilitação.

3.6. Cada inscrição gera uma taxa. Para confirmar as duas inscrições, ambas as taxas devem ser quitadas até o vencimento previsto no Anexo III deste Edital.

3.7. O candidato que se inscrever em mais de duas áreas, terá a(s) inscrição(ões) que efetuou o pagamento da taxa confirmada, cancelando a(s) outra(s) inscrição(ões) mais antigas. Efetuando o pagamento de mais de duas inscrições, serão deferidas apenas as suas últimas inscrições.

3.8. O candidato que se inscrever nos dois cargos anteriormente previstos, receberá uma prova adicional, com as 10 (dez) questões específicas do cargo selecionado, totalizando 35 (trinta e cinco) questões distintas, sendo consideradas as questões de conhecimentos gerais/atualidades, matemática e língua portuguesa, replicadas para os dois cargos.

3.8.1. No caso de inscrições em dois cargos distintos, de nível distinto (superior, médio/técnico ou fundamental), o candidato receberá, além das questões específicas ao cargo, as questões de conhecimentos gerais, equivalentes a cada nível, totalizando duas provas completas, de diferentes níveis.

3.9. Apesar das questões de conhecimentos gerais/atualidades, matemática e língua portuguesa serem iguais para os dois cargos escolhidos, ressalvado a disposição do item 3.8.1, o candidato deverá preencher dois gabaritos, um para cada cargo, sendo validada a informação preenchida para cada cargo, para as questões comuns, independente das respostas serem distintas nos dois gabaritos.

3.10. São de inteira responsabilidade do candidato os dados informados no ato da sua inscrição, bem como o correto preenchimento do Requerimento de Inscrição, do Anexo VI de habilitação ao cargo e demais formulários exigidos para a participação no presente Processo Seletivo.

3.11. Para confirmar a sua inscrição o candidato deverá:

3.11.1. Efetuar o pagamento da inscrição através do boleto bancário, quitando-o em qualquer agência da rede bancária no valor da taxa de inscrição, até a data estabelecida no Anexo III. Para o pagamento da taxa de inscrição deverá ser utilizado o boleto bancário gerado na inscrição, não sendo admitidos depósitos em conta, mesmo que identificados. Atentar ao horário de expediente bancário.

3.12. Será cancelada a inscrição do candidato que:

3.12.1. Não efetuar o pagamento da taxa de inscrição na forma e prazos previstos neste edital.

3.12.2. Prestar declarações falsas, inexatas, adulterar qualquer documento informado ou apresentado ou que não satisfizer as condições estabelecidas neste Edital.

3.12.3. No caso de cancelamento da inscrição serão anulados todos os atos dela decorrentes, a qualquer tempo, mesmo que o candidato tenha sido classificado e que o fato seja constatado posteriormente.

3.12.4. Ao se inscrever o candidato concorda com o acesso por terceiros, por qualquer meio, dos seus dados de identificação, resultados das avaliações a que for submetido e classificação no presente Seletivo, inclusive com a publicação de dados na rede mundial de computadores, relativos às etapas deste certame.

3.12.5. As inscrições poderão ser prorrogadas por necessidade de ordem técnica e/ou operacional o que poderá ser feito sem prévio aviso bastando, para todos os efeitos legais, a comunicação de prorrogação feita no site www.nbsprovas.com.br.

3.13. O simples pagamento da taxa de inscrição não garante ao candidato a realização da prova, devendo este acompanhar a sua homologação, mediante a publicação da "homologação provisória das inscrições", prevista no Anexo III deste Edital, onde sua inscrição deve constar no rol dos "homologados".

3.14. Para a realização da prova, o candidato deverá emitir a "Ficha de Inscrição", disponibilizada no site www.nbsprovas.com.br a partir da data prevista no Anexo III para a publicação da "homologação provisória das inscrições", emitida a partir da "Área do Candidato", disponível neste site, que irá conter todos os dados necessários para a realização da prova.

3.14.1. Os dados informados na inscrição não poderão ser complementados ou alterados, salvo o endereço do candidato, cuja mudança deve ser realizada diretamente na "Área do Candidato", no site www.nbsprovas.com.br ou ainda via protocolo por um dos meios previstos no Item 11.

3.15. Antes do recolhimento do valor da inscrição, o candidato deverá certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos para admissão, se aprovado, pois o valor, uma vez recolhido, não será restituído em hipótese alguma.

3.16. A NBS Serviços Especializados Eireli e o Município de São Bento do Sul não se responsabilizam por solicitações de inscrições não efetivadas por falhas de comunicação, congestionamento de linhas de comunicação ou outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência dos dados ou a impressão dos documentos solicitados.

3.17. A adulteração de qualquer documento ou a não veracidade de qualquer informação apresentada, verificada a qualquer tempo, implicará no cancelamento da inscrição do candidato e na anulação de todos os atos que tenha praticado, além da denúncia aos órgãos de justiça que se faz cabível.

3.18. O candidato que necessitar de qualquer tipo de atendimento diferenciado para a realização das provas deverá solicitá-lo, por escrito no ato de inscrição, com o preenchimento do Anexo II, efetuando o seu protocolo por um dos meios previstos no Item 11 deste Edital.

3.19. A solicitação de recursos especiais será atendida obedecendo aos critérios de viabilidade e de razoabilidade.

3.20. Do mesmo modo a candidata lactante que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas deverá solicitar por escrito, com o preenchimento do Anexo II indicando o acompanhante que irá permanecer em sala reservada para essa finalidade. Este requerimento deve ser protocolado por um dos meios previstos no Item 11 deste Edital.

3.21. Não haverá compensação de tempo em favor de amamentação.

3.22. As inscrições que preencherem todas as condições deste Edital serão deferidas e homologadas pela autoridade competente.

3.23. O ato de homologação e a lista das inscrições não homologadas serão divulgados conforme cronograma do Anexo III, pelos meios previstos no Item 2 deste Edital, com os nomes dos candidatos habilitados a fazer a prova escrita, em ordem alfabética.

3.24. O candidato que tiver sua inscrição indeferida terá prazo para interpor recurso, definido no Anexo III, após a publicação, que se dará

por meio de recurso, previsto no Item 10 deste Edital, que deverá ser protocolado por um dos meios previstos no Item 11 deste Edital.

3.25. O Município, por intermédio da empresa organizadora, quando for o caso, procederá à correção e divulgará o resultado no site do Município e da empresa organizadora, no prazo estabelecido no Anexo III.

3.26. É de única e exclusiva responsabilidade do candidato acompanhar todos os atos oficiais deste Processo Seletivo através de veiculação prevista no Item 2 deste Edital.

4. DAS ISENÇÕES

4.1. Ficam isentos do pagamento de taxas de inscrição no Processo Seletivo nº 01/2017 do Município de São Bento do Sul os candidatos doadores de medula óssea e sangue (Lei nº 3502/2015), atendidas as condições estabelecidas nos itens seguintes.

4.2. O candidato que requerer o benefício deverá inscrever-se normalmente no Processo Seletivo, entretanto, se deferida a isenção não precisará pagar o boleto bancário.

4.3. Para requerer a isenção por doação de sangue o candidato deverá:

4.3.1. Efetuar o preenchimento completo do requerimento de isenção (Anexo VI), assinalando a opção "Doador de Sangue" e anexar ao requerimento o documento expedido pela entidade coletora.

4.3.2. O documento previsto no subitem anterior, deverá discriminar o número e a data em que foram realizadas as doações, não podendo ser inferiores a duas (02) vezes nos doze (12) meses imediatamente anteriores à abertura do edital deste Certame.

4.3.3. Considera-se, para enquadramento ao benefício previsto neste item, somente a doação de sangue promovida a órgão oficial ou a entidade credenciada pela União, pelo Estado ou por Município.

4.4. Para requerer a isenção por doação de medula óssea o candidato deverá:

4.4.1. Efetuar o preenchimento completo do requerimento de isenção (Anexo VI), assinalando a opção "Doador de Medula Óssea" e anexar ao requerimento Comprovadamente de inscrição no REDOME - Registro Nacional de Doadores de Medula Óssea.

4.5. O requerimento de isenção deverá ser protocolado por um dos meios previstos no Item 11 deste Edital, até no prazo final estabelecido para este fim no Anexo III deste Edital.

4.6. A relação das isenções deferidas serão divulgadas no endereço eletrônico www.nbsprovas.com.br, devendo o candidato verificar o deferimento ou não, na data prevista no Anexo III.

4.7. O Candidato que tiver a sua solicitação de isenção da Taxa de Inscrição INDEFERIDA, poderá impetrar recurso contra o Indeferimento da Isenção, seguindo as disposições do Item 10 deste Edital, que deverá ser protocolado no prazo previsto no Anexo III, por um dos meios previstos no Item 11 deste Edital.

4.8. A NBS Serviços Especializados Eireli apreciará o recurso e emitirá o seu parecer até a data prevista no Anexo III, republicando a lista de candidatos isentos nesta mesma data.

4.9. Caso o Candidato tenha seu recurso indeferido, ele deverá acessar o endereço eletrônico www.nbsprovas.com.br, imprimir a 2ª via do Boleto Bancário até o último dia das inscrições, para efetuar o pagamento da sua inscrição, observando o horário bancário.

4.10. A constatação de falsidade do comprovante de renda ou da declaração referidos no item anterior, além das sanções penais cabíveis, importará na exclusão do candidato do presente processo, sem prejuízo da obrigatoriedade de arcar com o pagamento da taxa devida.

5. DAS DATAS E CONDIÇÕES DE REALIZAÇÃO DAS PROVAS

5.1. As provas para os cargos que trata este edital serão realizadas na data prevista no Anexo III, em local a ser definido e publicado, com ampla divulgação nos meios especificados no item 2.1.

5.2. O candidato deverá comparecer, com antecedência mínima de 30 minutos do horário fixado, munido de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, de corpo transparente, seu documento oficial de identificação com foto e seu comprovante de inscrição.

5.3. Ao terminar a prova o candidato entregará, obrigatoriamente, sua folha de respostas assinada e o caderno de provas.

5.4. O caderno de questões de cada cargo, estará disponível no dia seguinte ao da realização da prova, na área restrita do candidato, permitindo assim que o candidato possa interpor recursos contra as questões da prova.

5.5. As provas objetivas terão a duração conjunta de 3 (três) horas, incluindo o tempo de marcação na folha de respostas.

5.6. O candidato somente poderá deixar o local da prova 30 (trinta) minutos após o seu início.

5.7. Em hipótese alguma será permitido ao candidato:

a) Prestar a prova sem que esteja portando um documento oficial de identidade que contenha, no mínimo, retrato, filiação e assinatura.

b) Prestar prova sem que seu pedido de inscrição esteja previamente confirmado.

c) Ingressar no estabelecimento de exame, após o horário estipulado.

d) Prestar provas fora do horário ou espaço físico predeterminados.

5.8. Não será permitido o ingresso ou a permanência de pessoa estranha ao certame, em qualquer local de prova.

5.9. Não haverá segunda chamada para a prova objetiva, sendo está em etapa única, conforme horário estabelecido neste edital; o candidato ausente, por qualquer motivo, será eliminado do Processo Seletivo.

5.10. Após ser identificado e instalado em seu local de prova, o candidato não poderá consultar ou manusear qualquer material de estudo ou leitura, enquanto aguarda o início das provas.

5.11. Durante a realização da prova escrita objetiva, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação da mesma e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao conteúdo da prova e/ou critérios de avaliação/classificação.

5.12. Durante as provas não serão permitidas quaisquer espécies de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou anotações, calculadoras, relógios digitais, agendas eletrônicas, pagers, telefones celulares, BIP, Walkman, gravador ou qualquer outro equipamento eletrônico ou similar.

5.13. Também é proibido fumar, consumir alimentos, usar medicamentos e usar óculos escuros (salvo por prescrição medica apresentada a um fiscal de sala antes do início da prova). Não é permitido o uso de chapéus, bonés, toucas ou qualquer outro tipo de cobertura.

5.14. Os telefones celulares, pagers e quaisquer outros aparelhos de comunicação deverão permanecer desligados durante todo o tempo de realização das provas e lacrados pelo fiscal de sala, no momento da entrada do candidato, do contrário o candidato que infringir esta determinação será automaticamente eliminado do Processo Seletivo.

5.15. A NBS Serviços Especializados Eireli, objetivando garantir a lisura, a autenticidade e a idoneidade do certame poderá solicitar a impressão digital do candidato no cartão resposta, não substituindo a obrigatoriedade do candidato assinar o cartão, submeter os candidatos à revista pessoal e ou de seus pertences, inclusive com varredura eletrônica, bem como proceder a qualquer momento a sua identificação datiloscópica ou dele fazer imagem fotográfica ou vídeo. As verificações podem ser feitas a qualquer momento do certame, inclusive, quando do uso de sanitários.

5.16. A simples posse, mesmo que desligado, ou uso de qualquer material, objeto ou equipamento não permitido, no local da prova,

corredor ou banheiros, configura tentativa de fraude e implicarão na exclusão do candidato do certame, sendo atribuída nota zero às provas já realizadas.

5.17. Os candidatos deverão evitar ao máximo trazer objetos pessoais não essenciais a realização da prova. No caso do candidato trazer objetos pessoais, estes serão lacrados pelo fiscal de sala, quando possível ou mantidos em local onde o candidato não tenha acesso durante a execução de sua prova. A NBS Serviços Especializados Eireli e o Município de São Bento do Sul não assumem qualquer responsabilidade por acidentes pessoais e ou avaria, perda ou desaparecimento dos materiais, objetos, equipamentos, mesmo que tenham sido entregues aos fiscais de sala, veículos ou qualquer outro bem trazido pelos candidatos para o local de prova ou qualquer tipo de dano que vierem a sofrer.

5.18. Será também, eliminado do Processo Seletivo o candidato que incorrer nas seguintes situações:

- Deixar o local de realização da prova sem a devida autorização.
- Tratar com falta de urbanidade examinadores, auxiliares, fiscais ou autoridades presentes.
- Proceder de forma a tumultuar a realização das provas.
- Estabelecer comunicação com outros candidatos ou com pessoas estranhas, por qualquer meio.
- Usar de meios ilícitos para obter vantagem para si ou para outros.
- Deixar de atender às normas contidas no caderno de provas e às demais orientações cedidas.

5.19. Em nenhuma hipótese haverá substituição de folha de respostas, por erro do candidato.

5.20. Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala de prova, só poderão deixar a sala de forma simultânea, devendo assinar o verso de todos os cartões resposta, de todos os candidatos da sala de prova, inclusive de candidatos ausentes e deverão acompanhar o fechamento do envelope de provas, apondo sua assinatura em seus lacres. O candidato que negar-se a aguardar os demais candidatos finalistas, ou ainda, recusar-se a efetuar os procedimentos de encerramento, será atestado como desistente pelo fiscal de sala, devidamente atestado pelos demais candidatos, sendo eliminado do certame.

6. DAS PROVAS

6.1. Serão considerados aprovados, os candidatos que não zerarem a prova escrita objetiva.

6.2. Para os cargos de que trata este edital, a avaliação deste Processo Seletivo constará de prova escrita objetiva de caráter eliminatório, variando de acordo com os cargos ofertados.

6.3. A prova escrita objetiva terá 25 (vinte e cinco) questões, de múltipla escolha, com alternativas de "A" a "D", sendo 15 (quinze) de Conhecimentos Gerais (Gerais, Atualidades, Matemática e Língua Portuguesa) e 10 (dez) de Conhecimentos Específicos do cargo, avaliados conforme tabela abaixo:

PROVA ESCRITA E OBJETIVA			
Matéria	Número de questões	Valor por questão	Valor total
Conhecimentos Específicos	10	0,55	5,50
Português	05	0,30	1,50
Matemática	05	0,30	1,50
Conhecimentos Gerais e Atualidades	05	0,30	1,50
Valor total da prova escrita:			10,00

6.4. Os conteúdos programáticos das provas escritas compreendem todas as atividades inerentes ao cargo, além do exposto no Anexo I deste Edital.

6.5. No preenchimento do cartão de respostas, será atribuída a nota 0 (zero) à(s) questão(ões) da prova objetiva que:

- Contenha assinalada opção diferente daquela informada no gabarito oficial;
- Contenha(m) emenda(s) e/ou rasura(s), ainda que legível(is);
- Contenha(m) mais de uma opção de resposta assinalada;
- Não estiver(em) assinalada(s) a(s) resposta(s);
- For(em) preenchida(s) fora das especificações contidas no mesmo ou nas instruções da prova.

6.6. Serão considerados sem validade, sendo atribuída a nota 0 (zero) a todas as questões, quando o cartão resposta for rasurado, ou seja, utilizado como "rascunho", utilizado para apor respostas discursivas, independente da motivação ou ainda qualquer outro preenchimento em desacordo com as instruções de preenchimento, que ocasionem a impossibilidade da correção eletrônica da prova.

6.7. Igualmente sem validade, serão considerados os cartões resposta sem a assinatura do candidato ou com a assinatura fora do local indicado, sendo igualmente atribuída a nota 0 (zero) a todas as questões.

6.8. O gabarito provisório da prova escrita objetiva será divulgado no 1º dia útil posterior ao da aplicação da prova, através dos meios de divulgação previstos no Item 2 deste Edital.

6.9. Em relação ao gabarito provisório divulgado, caberá pedido de recurso, interposto de conformidade com o estabelecido no Item 10 deste Edital, no prazo previsto no Anexo III deste Edital, devendo ser protocolado por um dos meios previstos no Item 11 deste Edital.

7. DOS RESULTADOS

7.1. A relação com a classificação dos candidatos aprovados será publicada até a data prevista no Anexo III deste Edital, através dos meios de divulgação previstos no Item 2 deste Edital, não sendo fornecida a classificação por telefone.

7.2. Obtendo os candidatos idêntica pontuação final, serão utilizados os seguintes critérios de desempate para fins de classificação:

7.2.1. Ocorrendo empate na classificação, aplicar-se-á para o desempate, o disposto no parágrafo único do Artigo 27 da Lei Federal Nº 10.741/03, sendo os candidatos enquadrados na condição de idoso nos termos do artigo 1º da mencionada lei (possuírem 60 anos completos ou mais).

7.2.2. Os candidatos que não estão amparados no Item anterior, o desempate beneficiará, sucessivamente, o candidato que obtiver, quando houver:

- Maior número de acertos na prova de Conhecimentos Específicos.
- Maior número de acertos na prova de Língua Portuguesa.
- Maior número de acertos na prova de Matemática.
- Maior número de acertos na prova de Conhecimentos Gerais.
- Maior idade.

7.2.3. Para efeito da aplicação das normas do presente Edital será considerada a idade do candidato no dia da aplicação da prova escrita, de acordo com o cargo para o qual se candidatou.

7.2.4. Persistindo o empate entre os candidatos, depois de aplicados todos os critérios acima, o desempate se dará por meio de sorteio público.

7.3. Em relação à classificação provisória divulgada, caberá pedido de recurso, interposto e conformidade com o estabelecido no Item 10 deste Edital, no prazo previsto no Anexo III deste Edital, devendo ser protocolado por um dos meios previstos no Item 11 deste Edital.

7.4. Após análise dos recursos será publicado o resultado oficial, através dos meios de divulgação previstos no Item 2 deste Edital.

8. DOS CARGOS E DAS VAGAS

8.1. O candidato concorrerá às vagas dos cargos constantes no item 1.3 deste Edital.

8.2. O candidato aprovado deverá manter seu endereço atualizado no Departamento de Recursos Humanos do Município de São Bento do Sul durante todo o período de validade do Processo Seletivo, sob pena de perda de sua classificação.

8.3. O candidato aprovado perderá o direito a admissão nos seguintes casos:

- a) Não comparecendo no prazo estipulado para assumir o cargo;
- b) Não apresentar quaisquer dos documentos exigidos no item 12.3.4;
- c) Desistir formalmente da vaga.

8.3.1. As vagas serão preenchidas de acordo com a necessidade do Município de São Bento do Sul, obedecendo a ordem de classificação.

8.4. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar pela internet, por meio do site www.saobentodosul.sc.gov.br e www.nbsprovas.com.br ou qualquer outro meio de divulgação definido pela Comissão do Processo Seletivo a publicação de todos os atos e editais relativos ao Processo Seletivo, inclusive alterações que porventura ocorram durante o Processo Seletivo.

8.5. Não será permitida troca de vagas entre os candidatos.

9. DAS DISPOSIÇÕES PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

9.1. Às pessoas com deficiência, é assegurado o direito de inscrição no presente Processo Seletivo, para os cargos cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadores, num percentual de 5% (cinco por cento) do total das vagas oferecidas para cada cargo, de acordo com o art. 37, inciso VIII da Constituição Federal e Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999.

9.2. Caso a aplicação do percentual de que trata o item 9.1 deste Edital resultar em número fracionado, igual ou superior a 0,5% (meio ponto percentual), este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente.

9.3. Os cargos contemplados e o número de vagas reservadas a portadores de necessidades especiais, estão listados no Item 1.3 deste Edital;

9.4. Os cargos não contemplados com vaga reservada para portadores de necessidades especiais, em função do número de vagas, o primeiro candidato classificado no Processo Seletivo na lista especial dos candidatos inscritos para as vagas reservadas, será convocado para ocupar a 20ª (vigésima) vaga aberta. O segundo classificado no Processo Seletivo na listagem especial ocupará a 40ª (quadragésima) vaga aberta e assim sucessivamente, obedecida a ordem de classificação na listagem especial e no prazo de validade do Processo Seletivo.

9.5. O candidato portador de necessidades especiais concorrerá a todas as vagas oferecidas no cargo escolhido, utilizando-se da vaga reservada somente quando, tendo sido aprovado, não puder ser nomeado através de sua classificação na lista geral.

9.6. Considera-se pessoa portadora de necessidades especiais aquela enquadrada nas categorias previstas no art. 4º do Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 e alteração.

9.7. Ao inscrever-se nessa condição, o candidato deverá escolher o cargo a que concorre e marcar a opção "Pessoas com Deficiência", efetuando o preenchimento do requerimento de solicitação de vaga especial (Anexo II) junto com o documento abaixo, até o último dia previsto para as inscrições, definido no Anexo III, devendo ser protocolado por um dos meios previstos no Item 11:

a) laudo médico (original ou cópia legível e autenticada), emitido há menos de um ano, atestando a espécie e o grau de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença - CID, bem como da provável causa da deficiência.

9.8. Os pedidos devem ser formalizados por escrito no próprio anexo e serão examinados para verificação das possibilidades operacionais de atendimento, obedecendo a critérios de viabilidade e de razoabilidade.

9.9. O candidato portador de necessidades especiais participará da seleção em igualdade de condições dos demais candidatos no que se refere ao conteúdo, avaliação, duração, data, horário e local de realização das provas, obedecidos aos procedimentos neste Edital.

9.10. Para solicitar qualquer tipo de atendimento diferenciado durante a realização da Prova, deve ser efetuado o procedimento descrito no Item 3.18 deste edital.

9.11. Será considerada pessoa portadora de necessidades especiais a que se enquadra nas seguintes categorias, segundo o artigo 4º da Lei Estadual nº 12.870, de 12 de janeiro de 2004:

I. Deficiência Física: alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, membro com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções;

II. Deficiência Auditiva: perda parcial ou total das possibilidades auditivas sonoras, variando de graus e níveis na forma seguinte:

- a) De 25 a 40 decibéis - db - surdez leve;
- b) De 41 a 55 - db - surdez moderada;
- c) De 56 a 70 - db - surdez acentuada;
- d) De 71 a 90 - db - surdez severa;
- e) Acima de 91 - db - surdez profunda; e
- f) Anacusia;

III. Deficiência Visual: acuidade visual igual ou menor que 20/200 no melhor olho, após a melhor correção, ou campo visual inferior a 20º (tabela de Snellen), ou ocorrência simultânea de ambas as situações;

IV. Deficiência Mental: funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como:

- a) comunicação;
- b) cuidado pessoal;
- c) habilidades sociais;
- d) utilização da comunidade;
- e) saúde e segurança;
- f) habilidades acadêmicas;
- g) lazer; e

h) trabalho;

i) deficiência múltipla - associação de duas ou mais deficiências.

9.12. Os candidatos inscritos para as vagas reservadas aos portadores de necessidades especiais que deixarem de atender, no prazo e condições determinados pelo Edital, em especial as relacionadas aos documentos comprobatórios de sua deficiência, terão sua inscrição como portador de necessidades especiais indeferida, integrando a lista única de candidatos.

9.13. Tendo sido aprovados no Processo Seletivo os portadores de necessidades especiais serão submetidos a Perícia Médica Oficial para comprovação da deficiência informada pelo candidato no ato de seu exame admissional e de sua compatibilidade com o exercício das atribuições do cargo.

9.14. Será eliminado da lista de candidatos que concorrem às vagas reservadas aos portadores de necessidades especiais, o candidato cuja deficiência assinalada no ato da inscrição não seja constatada ou não seja compatível com o exercício das atribuições do cargo, passando a compor apenas a lista de classificação geral final.

9.15. Na falta de candidatos aprovados para as vagas reservadas, estas serão preenchidas pelos demais candidatos com estrita observância da ordem classificatória.

10. DOS RECURSOS

10.1. Com o intuito de garantir o princípio constitucional da ampla defesa, neste certame serão admitidos recursos em relação:

- a) Às disposições deste Edital;
- b) Ao indeferimento do Requerimento de Condições Especiais para a Realização da Prova;
- c) Ao indeferimento do Requerimento de Vaga Especial;
- d) Ao indeferimento do Requerimento de Isenção;
- e) Ao Gabarito Provisório e Questões de Prova;
- f) Ao Resultado da Classificação Provisória;

10.2. Para a interposição dos recursos previstos no Item anterior, com exceção ao recurso previsto na alínea "e", deverá ser efetuado o preenchimento completo do formulário de recurso, indicando a opção correta, disposto no Anexo IV.

10.3. Para a interposição de recurso em relação ao gabarito provisório e questões de prova divulgados, recurso previsto na alínea "e" do Item 10.1, deverá ser efetuado o preenchimento completo do formulário de recurso disposto no Anexo V deste Edital, devendo conter:

- 1) Nome do candidato;
- 2) Número de inscrição;
- 3) Número do documento de identidade;
- 4) Cargo para o qual se inscreveu;
- 5) A questão objeto de controvérsia, de forma individualizada;
- 6) A fundamentação ou o embasamento, com as devidas razões do recurso;
- 7) Preenchimento completo do formulário de recurso - Anexo VI do Edital;
- 8) As referências utilizadas no embasamento, seguindo o padrão da ABNT (NBR 6023).

10.3.1. Os recursos previstos neste Item 10.3 somente serão apreciados se apresentados tempestivamente e com o atendimento completo aos requisitos deste item.

10.3.2. Os recursos apresentados intempestivamente ou ainda sem o preenchimento dos requisitos recursais previstos no Item 10.3, serão indeferidos, sem julgamento de mérito.

10.3.3. Quanto aos recursos contra questões da prova e gabarito preliminar, deverá ser elaborado um recurso para cada questão, sob pena de sua desconsideração, e os mesmos deverão conter indicação do número da questão, da prova e anexar cópia da bibliografia mencionada e também as referências, no padrão citado no Item 10.3, também sob pena de sua desconsideração.

10.3.4. A Banca Examinadora constitui última instância na esfera administrativa para conhecer de recursos relativos a alínea "e" do Item 10.1, não cabendo recurso a outra autoridade nem recurso adicional pelo mesmo motivo.

10.3.5. Se da análise do recurso resultar anulação da (s) questão (ões), o (s) pontos referente(s) à (s) mesma (s) será (ao) atribuído (s) a todos os candidatos.

10.4. O recurso deverá ser protocolado por um dos meios previstos no Item 11 deste Edital, no prazo previsto no Anexo III deste Edital, ou no prazo citado nas disposições relativas ao recurso.

10.5. Inexistindo algum prazo previamente previsto para a interposição de algum dos recursos previstos neste Item 10, deverá ser obedecido o prazo definido na publicação do evento, divulgado pelos meios estabelecidos no Item 2 deste Edital, em prazo nunca inferior a 2 (dois) dias úteis.

10.6. Deverá ser elaborado um recurso por candidato de forma individual para cada tipo de recurso previsto no Item 10.1.

10.7. As respostas dos recursos poderão ser publicadas no site da empresa, ou direcionadas diretamente ao candidato por e-mail ou ainda disponibilizados na área restrita.

10.8. Recursos que não atendam a todas as disposições previstas neste Item 10 deste Edital ou interpostos fora do prazo serão indeferidos sem julgamento de mérito.

10.9. A Comissão Municipal Coordenadora do Processo Seletivo constitui-se em última instância para recurso ou revisão, sendo soberana em suas decisões. Não caberão, recursos ou revisões adicionais.

11. DOS PROTOCOLOS

11.1. Com o intuito de formalizar todos os pleitos inerentes a este certame, deverão ser protocolados:

- a) O Requerimento de Solicitação de Condição Especial para a Realização de Provas;
- b) O Requerimento de Solicitação de Vaga Especial;
- c) O Requerimento de Isenção;
- d) O Requerimento de Atualização de Endereço e Dados de Contato;
- e) Todos os Recursos definidos no Item 10 deste Edital;

11.2. Os requerimentos, previstos nas alíneas "a" a "d" do item anterior devem ser protocolados por meio postal, através do serviço de Sedex, até o último dia previsto para o requerimento, enviando os formulários e documentação com as especificações exigidas para cada item ao endereço:

NBS SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EIRELI

Processo Seletivo do Município de São Bento do Sul

Rua Timbó, n.º 301 - Sala 601

Bairro Victor Konder
Blumenau/SC
CEP: 89012-180.

11.2.1. Todos os documentos que não são apresentados em original ou que não podem ter sua autenticidade verificada via internet, devem ser apresentados com CÓPIAS AUTENTICADAS em Serviço Notarial e de Registros (Cartório de Notas).

11.3. Os recursos, previstos na alínea "e" do Item 11.1 deste Edital, devem ser protocolados por uma das formas abaixo dispostas:

11.3.1. Diretamente no site www.nbsprovas.com.br, através da área do inscrito, em ambiente restrito, na opção "Recursos", preenchendo de maneira completa o formulário disponível;

11.3.2. Via postal, através do serviço de Sedex, até o último dia previsto para o recurso, enviando os formulários e documentação com as especificações exigidas para cada item ao endereço:

NBS SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EIRELI

Processo Seletivo do Município de São Bento do Sul

Rua Timbó, n.º 301 - Sala 601

Bairro Victor Konder

Blumenau/SC

CEP: 89012-180.

11.4. Para todos os casos que envolvem a remessa de documentos para a empresa organizadora, será considerado, para efeitos de protocolo, a data de postagem do objeto.

11.5. As despesas relativas à remessa postal de documentos ou ainda em relação às cópias de documentos exigidos correrão a expensas do próprio candidato.

11.6. É de responsabilidade exclusiva do candidato o preenchimento correto dos meios de protocolo, seja do e-mail, seja do endereço de envio postal, sendo que a NBS Serviços Especializados Eireli e o Município de São Bento do Sul não se responsabilizam por equívocos cometidos pelo candidato.

11.7. Os prazos e condições de protocolo são estabelecidos, de maneira individual, nos itens relativos a cada pleito passível de protocolização.

11.8. Não serão reconhecidos os protocolos efetuados de maneira diversa à estabelecida no item 11 deste Edital, ou ainda, realizados de maneira intempestiva.

12. DOS REQUISITOS PARA CONTRATAÇÃO E CHAMAMENTO

12.1. Os candidatos de Nível Superior (Item 1.3.1) serão classificados em duas listas distintas, com profissionais habilitados e profissionais não habilitados, exceto os candidatos ao cargo de Professor Especialista em Assuntos Educacionais e ao cargo de Professor Anos Iniciais EMEJA (onde é destinado somente aos candidatos habilitados), conforme requisitos de habilitação de cada cargo.

12.2. O chamamento será realizado partindo da classificação dos profissionais habilitados e ao findar esta lista, será iniciado o chamamento dos profissionais não habilitados, sempre respeitando a ordem de classificação, dentro de cada lista.

12.3. Para a contratação no cargo, o candidato aprovado deverá, obrigatoriamente, preencher os requisitos a seguir:

12.3.1. Ser brasileiro conforme rege a Constituição Federal;

12.3.2. Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos;

12.3.3. Ter aptidão física e mental, demonstrada por atestado médico de saúde, fornecido por médico do Município ou indicado por esta municipalidade;

12.3.4. Para fins de admissão serão exigidos dos candidatos os seguintes documentos:

a) ABERTURA DE CONTA CORRENTE no Banco CAIXA ECONÔMICA - SBS (PAB da Prefeitura);

b) Documentos necessários para Abertura da conta corrente: Identidade, CPF, Comprovante de Residência (mês atual) e Comprovante de Renda (Expedido pelo Departamento de Recursos Humanos da PMSBS)

c) 01 Foto 3x4 recente

d) Laudo de inspeção de saúde procedido por órgão médico oficial;

e) Declaração de não acumulação ilegal de cargo, função, emprego público ou percepção de proventos. No caso de acumulação legal de cargos, função, emprego público, ou percepção de proventos, informar o cargo, o órgão ao qual pertence, a carga horária, e o horário de trabalho;

f) Declaração quanto a receber, ou não, Aposentadoria ou Benefício proveniente de Regime Próprio de Previdência Social, e ou, do Regime Geral de Previdência Social, relativo a cargo ou emprego público. Em caso de recebimento de benefícios, informar detalhes: Instituto de Previdência de que recebe o benefício, data de início, cargo e órgão em que se deu a concessão do benefício;

g) Declaração de ter sofrido, ou não, no exercício de função pública, as penalidades previstas no art.151 da Lei 228/2001;

h) Declaração de Bens que constituem o seu Patrimônio;

i) AS DECLARAÇÕES DEVEM SER FEITAS SEPARADAMENTE, SENDO UMA EM CADA FOLHA.

j) Certidões Negativas expedidas pelos cartórios CÍVEL e CRIMINAL da Comarca de São Bento do Sul - Disponível no Site www.tjsc.jus.br ; Fotocópias (xerox):

k) Cédula de Identidade;

l) C.P.F.;

m) Título de Eleitor

n) Comprovante de votação da última Eleição OU certidão de QUITAÇÃO da Justiça Eleitoral; disponível no site: <http://www.tse.jus.br>

o) Certidão de Nascimento ou Casamento;

p) Certidão de Nascimento/Adoção e Carteira de vacinação (VACINA E DADOS PESSOAIS) dos filhos até 14 anos;

q) Atestado de Frequência Escolar dos filhos entre 06 e 14 anos;

r) Certificado de Dispensa de Incorporação ou Certificado de Reservista, quando for o caso ;

s) Declaração de Residência (fornecida no Departamento de RH), corretamente preenchida, datada, assinada e sem rasuras);

t) Diplomas de Escolaridade (conforme exigência do cargo) autenticado em cartório

u) Diploma do Curso Específico (na área em que irá atuar) autenticado em cartório

v) Registro no Conselho de Classe, quando for o caso - autenticado em cartório

w) Comprovação da Regularidade com o Conselho da Classe - autenticado em cartório

x) Carteira de vacina contra Rubéola (homens e mulheres até 39 anos) Conforme Lei 10.196 de 24 de julho de 1996.

y) Número do PIS/PASEP e data de cadastro

z) Carteira de Trabalho onde constam foto e os Dados Pessoais.

* Trazer Carteira de Trabalho para fazer o registro.

12.3.5. A falta de comprovação de qualquer um dos requisitos especificados no item acima impedirá a admissão do candidato e o mesmo será eliminado do Processo Seletivo.

12.3.6. Os candidatos que forem considerados inaptos quando da realização do exame médico pré-admissional, ou que não se sujeitarem à realização do mesmo, serão eliminados do Processo Seletivo.

12.3.7. O candidato que, convocado para a admissão, recusar, deixar de assumir a vaga ou não atender qualquer pré-requisito deste Edital será considerado desclassificado do Processo Seletivo.

12.4. Caso o candidato convocado para assumir o cargo não preencha os requisitos para a admissão, ou por qualquer motivo, venha a desistir do mesmo, a Administração do Município de São Bento do Sul/SC convocará o próximo candidato classificado, seguindo a ordem final de classificação para o respectivo cargo.

12.5. O candidato convocado que não se apresentar no dia e horários determinados para a escolha de vaga, bem como aquele que não aceitar nenhuma das vagas oferecidas estará, automaticamente, desistindo de sua colocação e será considerado desclassificado deste Processo Seletivo.

12.6. Na hipótese de desistência do candidato, notificado para admissão no cargo, o mesmo deverá assinar declaração desistindo da vaga. O candidato não se manifestando no prazo de 48 (quarenta e oito) horas da convocação, considerar-se-á desistência tácita, sendo convocado o próximo classificado.

12.7. Os candidatos classificados deverão aguardar a convocação, a qual será feita via ligação telefônica, e-mail ou, notificação via Correios (AR), em caso de não se obter contato via ligação telefônica.

12.8. O candidato convocado terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data de assinatura da notificação para entregar a documentação exigida no Depto. de Recursos Humanos e assumir o cargo.

12.9. A não apresentação da documentação acima, por ocasião da contratação, implicará a impossibilidade de aproveitamento do candidato aprovado, anulando-se todos os atos e efeitos decorrentes da inscrição no Processo Seletivo.

13. DA VALIDADE DO PROCESSO SELETIVO

13.1. Este Processo Seletivo terá validade durante todo o ano letivo de 2017, podendo ser prorrogado por um ano.

13.2. O presente Processo Seletivo Simplificado destina-se ao provimento de vagas do quadro de servidores da Prefeitura do Município de São Bento do Sul/SC, de acordo com a Tabela 1.3 deste Edital e, ainda, das que surgirem no decorrer do prazo de validade do Processo Seletivo, que será de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período, a contar da data de homologação do certame, a critério da Administração da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul/SC.

13.3. Este Processo Seletivo Simplificado destina-se a formação de CADASTRO DE RESERVA, mediante contratação temporária pelo período de 06 (seis) meses, podendo ser prorrogado por até 02 (dois) anos, a critério da Administração.

13.4. Nos termos da Lei Municipal 2397/2009 aplica-se ao pessoal contratado por meio deste Processo Seletivo Simplificado o disposto na Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aplicando-se supletivamente os deveres e proibições previstos no Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais de São Bento do Sul.

13.5. A aprovação neste Processo Seletivo não caracterizará direito à contratação, a qual, no prazo de validade, será efetuada conforme a necessidade da Administração, respeitada a classificação obtida.

13.6. A convocação dos candidatos aprovados dentro do número de vagas deste certame, atenderá aos dispositivos da RE/598.099/STF, de acordo com a necessidade da Prefeitura Municipal, respeitada a ordem de classificação, podendo ser convocados mais candidatos aprovados, se houver necessidade para o serviço público.

14. DA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA

14.1. Delega-se competência à NBS Serviços Especializados Eireli, como banca executora deste Processo Seletivo, para:

a) Receber e processar as inscrições;

b) Emitir os documentos de homologação das inscrições;

c) Aplicar, julgar e corrigir as provas escritas/objetivas;

d) Apreciar todos os recursos previstos neste edital;

e) Emitir relatórios de classificação dos candidatos;

f) Prestar informações sobre o Processo Seletivo dentro de sua competência;

g) Atuar em conformidade com as disposições deste edital;

h) Responder, em conjunto com o Município de São Bento do Sul eventuais questionamentos de ordem judicial e/ou recomendação ministerial.

14.2. A fiscalização e supervisão do certame está a cargo da Comissão Municipal de Processo Seletivo, devidamente nomeada para esse fim.

14.3. As providências e atos necessários para a convocação e admissão dos candidatos aprovados/classificados e habilitados são de competência e responsabilidade da Administração do Município de São Bento do Sul.

15. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. O candidato classificado durante a vigência deste Edital deverá manter seu endereço e número telefônico atualizados.

15.2. Após homologação do resultado final deste certame, ocorrendo alteração nos dados cadastrais do candidato (endereço e telefone de contato), o mesmo deverá protocolar requerimento de atualização cadastral no Setor de Protocolo junto ao Paço Municipal, situado na Rua Jorge Lacerda, nº 75, Centro, São Bento do Sul/SC.

15.3. As despesas relativas à participação do candidato no Processo Seletivo e à apresentação para admissão correrão a expensas do próprio candidato.

15.4. O Processo Seletivo ficará sob responsabilidade da Empresa contratada, com posterior divulgação nos meios previstos no Item 2 deste Edital, até a homologação do evento.

15.5. Fica assegurada a fiscalização do processo, em todas as suas fases, pelas entidades interessadas.

15.6. Itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos, circunstâncias que serão mencionadas em adendo ou aviso a ser publicado.

15.7. Os casos omissos e os casos duvidosos serão resolvidos conjuntamente, em caráter irrecorrível, pela Comissão do Processo Seletivo do Município de São Bento do Sul e da NBS Serviços Especializados Eireli, de acordo com a legislação vigente.

15.8. O Município de São Bento do Sul e a NBS Serviços Especializados Eireli não se responsabilizam por quaisquer cursos, textos, apostilas, divulgações e outras publicações referentes a este Processo Seletivo sejam na imprensa ou em outros sítios eletrônicos, que não seja aquelas divulgadas no site oficial www.nbsprovas.com.br.

15.9. Junto com a homologação final das inscrições, será divulgado o "Manual do Candidato", contendo as instruções e orientações relacionados aos eventos de prova, complementando este Edital. Em caso de eventual informação conflitante entre o "Manual do Candidato", prevalecerão as disposições deste Edital.

15.10. Para fins de suporte técnico ao presente certame fica estabelecido o e-mail de contato: sbs@nbsprovas.com.br criado exclusivamente para este certame. Este e-mail será desativado após a homologação deste Processo Seletivo.

15.11. Será excluído do Processo Seletivo o candidato que:

- a) Tornar-se culpado de incorreções ou descortesias com qualquer membro da equipe encarregada da realização das provas;
- b) Ofender ou ser descortês, em qualquer momento do certame, seja de forma pessoal, física ou eletrônica, com qualquer membro da comissão organizadora do ente que promove o evento ou a empresa organizadora, mediante processo administrativo, assegurada a ampla defesa;
- c) For surpreendido, durante a aplicação das provas, em comunicação com outro candidato, verbalmente, por escrito ou por qualquer outra forma;
- d) For apanhado em flagrante, utilizando-se de qualquer meio, na tentativa de burlar a prova, ou for responsável por falsa identificação pessoal;
- e) Ausentar-se da sala de prova, em descumprimento ao disposto no presente Edital;

15.12. O candidato que possuir outra função ou emprego em órgão da Administração Direta ou Indireta, Autarquias, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista e Fundações mantidas pelo Poder Público, deverá adequar-se ao disposto no art. 37, XVI e XVII da Constituição Federal, antes de assumir sua função no Município.

15.13. O Cônjuge, companheiro(a) ou parente - consanguíneos (em linha reta ou colateral, até o quarto grau) ou por afinidade (em linha reta até o terceiro grau, ou em linha colateral até o segundo grau) - de qualquer candidato não poderá servir:

- a) Na banca elaboradora de prova para o cargo no qual estiver inscrita a pessoa que deu causa ao impedimento;
- b) Como fiscal, na sala ou em ala em que estiver realizando a prova.

15.14. Decorridos 180 (cento e oitenta) dias da homologação do Processo Seletivo, e não se caracterizando óbice administrativo, legal ou judicial, é facultada a incineração das provas e demais registros escritos, mantendo-se, entretanto, pelo período de validade do Processo Seletivo os registros eletrônicos a ele referentes.

15.15. Fica eleito, para dirimir qualquer questão relacionada com o Processo Seletivo previsto neste Edital o Foro da Comarca de São Bento do Sul/SC.

15.16. São partes integrantes deste Edital os seguintes anexos:

- a) Anexo I - Conteúdos Programáticos das Provas Escritas.
- b) Anexo II - Requerimento de Vaga Especial ou de Condição Especial para Realização de prova.
- c) Anexo III - Cronograma do Processo Seletivo.
- d) Anexo IV - Formulário de Recurso de Questão (Gabarito).
- e) Anexo V - Formulário de Recursos Diversos.
- f) Anexo VI - Requerimento de Isenção da Taxa de Inscrição.
- g) Anexo VII - Atribuições Inerentes aos Cargos/Empregos Públicos.

15.17. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul/SC, 02 de janeiro de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito do Município de São Bento do Sul

ROSEMARI IVANE STRACK CANDIDO

Secretária Municipal da Educação

ANEXO I - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

CONHECIMENTOS GERAIS (COMUM A TODOS OS CARGOS)

Assuntos de interesse geral nas esferas: Municipal, Estadual e Nacional, Internacional, amplamente veiculados na imprensa escrita e/ou falada (jornais, revistas, rádio, televisão e/ou sites na internet). Notícias locais, nacionais e internacionais veiculadas nos seguintes meios de comunicação: Revistas: Veja, Época, Exame. Jornais: Jornal de Santa Catarina, A Notícia, Diário Catarinense, Jornal Nacional. Internet: site das revistas e dos jornais citados anteriormente e de atualidades (UOL, Terra, Globo e similares). História do Município de São Bento do Sul, www.saobentodosul.sc.gov.br, História do Brasil e História de Santa Catarina. Lei Orgânica do Município. Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

PORTUGUÊS (COMUM AOS CARGOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL)

Ortografia a nível fundamental; Gramática a nível Fundamental; Leitura e interpretação de textos; Ortoépia, prosódia; Ortografia (atualizada conforme as regras do novo Acordo Ortográfico); Pontuação; Divisão silábica; Acentuação tônica e gráfica (atualizada conforme as regras do novo Acordo Ortográfico); Semântica: denotação e conotação; sinônimos, antônimos, parônimos e homônimos; ambiguidade; Classes de palavras: identificação e flexões; Sintaxe: termos das orações; orações coordenadas e subordinadas; Concordância verbal e nominal; Regência verbal e nominal; Crase; Colocação pronominal; Verbos; Conjugação verbal; Figuras de Linguagem; Correspondência de segmentos falados com os segmentos escritos da Língua Portuguesa; Textos separando as palavras; Divisão de texto escrito em frases, usando letras maiúsculas e sinais de pontuação adequadamente; Conhecimento sobre as regularidades ortográficas e as irregularidades das palavras;

PORTUGUÊS (COMUM AOS CARGOS DE NÍVEL MÉDIO E SUPERIOR)

Ortografia; Gramática; Leitura e interpretação de texto. Variações linguísticas. Funções da linguagem. Tipos e gêneros de texto. Coesão e coerência textuais. Ortografia (atualizada conforme as regras do novo Acordo Ortográfico): emprego de letras; uso de maiúsculas e minúsculas; acentuação tônica e gráfica; pontuação. Fonologia/ fonética: letra/fonema; encontros vocálicos, consonantais e dígrafos. Morfologia: elementos mórficos e processos de formação de palavras; classes de palavras. Sintaxe: termos das orações; orações coordenadas e

subordinadas; concordância nominal e verbal; regência nominal e verbal; crase. Semântica: denotação, conotação; sinonímia, antonímia, homonímia e parônima; polissemia e ambiguidade. Figuras de linguagem. Incorpora também todo o conteúdo programático definido ao nível fundamental. A Comunicação: linguagem, texto e discurso; o texto, contexto e a construção dos sentidos; Coesão e coerência textuais; Intertextualidade e polifonia; A Língua: norma culta e variedades linguísticas; dialetos e registros, gíria; Língua padrão: ortografia, acentuação e pontuação; Semântica: denotação e conotação; figuras de linguagem; sinonímia, antonímia, homonímia, parônima; polissemia e ambiguidade; Morfologia: estrutura e processos de formação de palavras; classes de palavras: flexões, emprego e valores semânticos, com ênfase em verbos, pronomes, conjunções e preposições; Sintaxe: Termos e Orações coordenadas e subordinadas; concordância nominal e verbal; regência nominal e verbal; crase; sintaxe de colocação. Sentido denotativo e conotativo (figurado). Vícios de linguagem.

MATEMÁTICA (COMUM AOS CARGOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL)

Operações: adição, subtração, multiplicação, divisão. Medidas de tempo, de comprimento, de capacidade, de área e de volume. Sistema monetário brasileiro e uso no comércio no dia-a-dia. Porcentagem.

MATEMÁTICA (COMUM AOS CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR)

Conjuntos: Determinação de conjuntos. Relações de pertinência e inclusão. Igualdade de conjuntos. Partição de conjuntos. Operações com conjuntos (união, interseção, diferença e complementar). Sistemas de Numeração. Números Naturais: Conceito. Operações com números naturais (adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e raiz quadrada). Problemas de contagem. Expressões numéricas com números naturais. Múltiplos e Divisores (Sequências, divisor ou fator, fatoraço, critérios de divisibilidade, fatoraço completa.). Números primos. Decomposição em fatores primos. MDC E MMC. Problemas envolvendo números naturais. Números Inteiros: Conceito. Ordenação. Comparação. Módulo. Operações com números inteiros (adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e raiz quadrada). Expressões numéricas com números inteiros. Problemas envolvendo números inteiros. Números Racionais: Conceito. Frações e números decimais. Dízimas periódicas simples e compostas. Equivalência. Ordenação. Comparação. Operações (adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e raiz quadrada). Expressões numéricas com números racionais. Problemas envolvendo números racionais. Números Irracionais. Números Reais: Conceito. Representações na reta. Operações (adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e raiz quadrada). Expressões numéricas com números reais. Problemas envolvendo números reais. Potências de 10 e Notação Científica. Razões e Proporções. Porcentagem. Juros. Noções de estatísticas e probabilidade. Gráficos e tabelas para tratamento da informação. Possibilidades e chances. Lógica: Quantificadores. Sentenças e Proposições. Equivalência de proposições. Proposições condicionais e bicondicionais. O uso dos conectivos, a negação, a conjunção e a disjunção. Grandezas e Medidas: Comprimento, área, volume, capacidade, massa e tempo. Equações de 1º e 2º graus: Resoluções de equações. Resoluções de problemas envolvendo equações. Sistemas de equações e inequações. Funções: A noção de função. A função como relação entre dois conjuntos. Domínio e imagem de uma função. Função de 1º e 2º graus: Conceito. Gráficos. Zeros ou raízes. Análise dos gráficos. Domínio e Imagem. Cálculo Algébrico: Fatoraço. Expressões algébricas. Valor numérico. Produtos Notáveis. Simplificação de frações algébricas. MMC e MDC. Polinômios e suas operações. Geometria Plana: Noções Fundamentais. Ângulos. Polígonos. Perímetro. Áreas das principais figuras planas. Congruência. Semelhança. Relações Métricas e Razões Trigonométricas de um Triângulo Retângulo. Círculo e Circunferência (comprimento da circunferência e de arcos. Área de círculo), Raciocínio lógico.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS (REFERENTE A CADA CARGO)

00 – Conteúdo Específico (comum a todos os cargos de nível superior)

Legislação e Políticas Públicas: Lei 9394/96 na íntegra e suas resoluções. Propostas curriculares para o ensino fundamental (Nacional, Estadual e Municipal). Projeto Político Pedagógico: princípios e finalidades. ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8069/90). Constituição Federal capítulo referente à Educação. Políticas Públicas para a Educação Especial: Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Especificidades da escola pública. Dinâmica da Sala de Aula. Conhecimento da realidade e alternativas de ensino. Didática e Teorias da Aprendizagem: Concepções inatistas, ambientalistas e interacionistas. Abordagens comportamentais, gestálticas, humanistas, cognitivas e sistêmicas. Teorias clássicas de desenvolvimento cognitivo- Métodos, teorias e/ou sistemas educacionais: Freinet, Montessori, Waldorf, Libaneo, Gardner, Ruben Alves, Freire, Decroly, Piaget, Wallon, Vygotsky, Morin, Perrenoud e etc. Teoria da Aprendizagem Social de Albert Bandura. Teoria de Ensino de Jerome Bruner. Teoria da Aprendizagem Significativa de Carl Rogers. Teoria de Aprendizagem Significativa de David Ausubel. Teoria da Atividade (Vygotsky, Leontiev, Davydov). Possibilidades de ensino e aprendizagem através de mídias eletrônicas. Pressupostos e Características da Didática. A relação pedagógica como decorrência do estar no mundo. A prática pedagógica sistemática socialmente promovida. A relação discurso-fundamento-ação. Contexto da Prática Pedagógica. Interesses e objetivos: o consensual e o conflitante. A Construção de uma Proposta de Ensino-Aprendizagem. Planejamento da ação: metas e objetivos, o significado dos conteúdos, a propriedade dos procedimentos didáticos, o sentido da avaliação. Planejamento, avaliação e currículo. Interdisciplinaridade, plano de aula, mediação professor/aluno.

Informática Básica: Conhecimentos sobre princípios básicos de informática, incluindo hardware, impressoras, scanners e multifuncionais. Conhecimento básico sobre Segurança da Informação. Sistemas Operacionais Microsoft Windows XP e Windows 7 e Windows 8. Teclas de Atalho do Windows e de seus aplicativos. Aplicativos do Microsoft Office 2007 e superiores. Navegador Internet Explorer 9 e superiores. Navegador Google Chrome versão 43 ou superior. Navegador Mozilla Firefox versão 38 ou superior. Noções de segurança na internet. Noções sobre correio eletrônico. História da Informática.

01 - Professor de Anos Iniciais

13 - Professor de Anos Iniciais - EMEJA

Ensino fundamental de nove anos. Interdisciplinaridade. Teorias de aprendizagem e desenvolvimento infantil. Avaliação no ensino fundamental. Planejamento docente: dinâmica e processos. Currículo e didática: histórico, teorias e tendências atuais. Projeto Político Pedagógico: princípios e finalidades. Tendências e concepções pedagógicas da educação brasileira. Alfabetização e letramento: características e pressupostos. Projetos de trabalho: concepção e perspectiva. O professor de ensino fundamental. Conceito de Ensino e Aprendizagem. Noções da Proposta Construtivista. Noções de Educação, Escola, Docente e Discente. Noções de Planejamento de Ensino: Objetivos, Conteúdos, Estratégias, Recursos e Avaliação. Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), todo teor. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, todo teor. Tipos de Plano de Ensino. Didática e Metodologia do Ensino em Anos Iniciais. Alfabetização e letramento. Linguagem oral e escrita. Produção de textos. Precusores e seguidores da Literatura Infantil no Brasil. Questões relativas às atividades inerentes a função.

02 - Professor de Educação Especial

03 - Professor de Educação Especial - Intérprete de Libras

Marcos Políticos-legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva; Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva - MEC/2008; Decreto Nº. 6571/2008 - Dispõe sobre o Atendimento Educacional Especializado; Convenção sobre os Direitos das Pessoas com deficiência/ ONU - Ratificada pelo Decreto Nº. 6949/2009; Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica - Modalidade Educação Especial Resolução - Nº CNE/CEB 2009; Fundamentos e princípios da Educação

Inclusiva; História da Educação Especial no Brasil e a legislação vigente; Atendimento Educacional Especializado - Deficiência visual (baixa visão e cegueira), alunos com surdez, deficiência intelectual, deficiência múltipla, surdo cegueira, altas habilidades/superdotação, transtornos globais do desenvolvimento, deficiência física; Sala de Recursos Multifuncionais - legislação, atribuições e Atendimento Educacional Especializado; Tecnologia assistiva e suas modalidades, com ênfase na comunicação alternativa; Desenho universal. Questões relativas às atividades inerentes a função.

04 - Professor de Educação Infantil

A criança e a educação infantil: história, concepções. Teorias de aprendizagem e desenvolvimento infantil. Planejamento na educação infantil: dinâmica e processos. Eixos do trabalho pedagógico na educação infantil: o cuidar e o educar. Componentes curriculares da educação infantil: o brincar, o movimento e o conhecimento de si e do outro. Avaliação na educação infantil. O cotidiano na creche/escola: espaço, rotina, afetividade, alimentação, higiene, cuidados essenciais. O professor de educação infantil. Família e instituição. Noções de informática básica escolar. Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento. Sistema de escrita alfabético ortográfica: compreensão e valorização da cultura escrita, apropriação do sistema de escrita, leitura, produção de textos escritos, desenvolvimento da oralidade. Conceitos: língua e ensino da língua, alfabetização, letramento. A infância e sua singularidade na educação básica. Articulação dos conceitos: infância, brincadeira, ludicidade, desenvolvimento e aprendizagem. Avaliação do/no processo de alfabetização e letramento. Gêneros textuais orais e escritos. Conceitos: movimento, tempo, cultura, fontes históricas, espaços, paisagem, sociedade, trabalho, natureza e representação, ambiente, relação entre ser humano e ambiente. Os campos conceituais da Matemática: numéricos, algébricos, geométricos e tratamento da informação. Processo de ensinar e aprender. Pedagogia da Infância, as diferentes dimensões humanas, direitos da infância. Didática e Metodologia do Ensino em Anos Iniciais. Alfabetização e letramento. Linguagem oral e escrita. Produção de textos. Precursores e seguidores da Literatura Infantil no Brasil. Questões relativas às atividades inerentes a função.

05 - Professor de Língua Portuguesa

14 - Professor de Língua Portuguesa - EMEJA

Fonética e Fonologia: Fonema e Sílabas; Encontro Vocálicos e Consonantais e Dígrafo; Ortografia; Acentuação. Morfologia: Estrutura das Palavras; Formação das Palavras; Classificação e Flexão das Palavras; Classe de Palavras. Sintaxe: Frase, Oração, Período; Termos Essenciais da Oração; Termos Integrantes da Oração; Termos Acessórios da Oração; Período; Sinais de Pontuação; As Palavras □Que□ e □Se□; Uso dos porquês; Sintaxe de Concordância; Sintaxe de Regência; Sintaxe de Colocação; Crase; Uso do hífen; Problemas Gerais da Língua Culta; Significação das Palavras. Estilística: Figuras de Linguagem; Vícios de linguagem. Redação: Tipos de Composição: Descrição, Narração, Dissertação; Tipos de Discurso; Análise e Interpretação de Textos; As qualidades e defeitos de um texto. Literatura: Literatura Brasileira. Questões relativas às atividades inerentes a função.

06 - Professor de Matemática

15 - Professor de Matemática - EMEJA

Aritmética e Conjuntos: Os conjuntos numéricos (naturais, inteiros, racionais, irracionais e reais); operações básicas, propriedades, divisibilidade, contagem e princípio multiplicativo. Proporcionalidade. Álgebra: Equações de 1º e 2º graus; funções elementares, suas representações gráficas e aplicações: lineares, quadráticas, exponenciais, logarítmicas e trigonométricas; progressões aritméticas e geométricas; polinômios; números complexos; matrizes, sistemas lineares e aplicações na informática; fundamentos de matemática financeira. Espaço e Forma: Geometria plana, plantas e mapas; geometria espacial; geometria métrica; geometria analítica. Tratamento de Dados: Fundamentos de estatística; análise combinatória e probabilidade; análise e interpretação de informações expressas em gráficos e tabelas. Questões relativas às atividades inerentes a função.

07 - Professor de Geografia

16 - Professor de Geografia – EMEJA

Noções básicas de Geografia: Noções de Espaço: Conceitos e espaço em transformação; Orientação: Rosa dos Ventos e Coordenadas geográficas; Fusos horários: Fusos do Brasil, Horários de verão; Cartografia: Projeções, Escalas, Legendas, Sensoriamento remoto; Noções de Astronomia, Origem do Universo; O Sistema Solar; Movimentos da Terra; Estações do ano; Fases da Lua. Geografia do Brasil e Regional: A organização do espaço geográfico brasileiro; Posição geográfica do Brasil: localização e limites; Regionalização; O Brasil no contexto Mundial; Aspectos físicos: relevo, clima, vegetação e hidrografia; Aspectos humanos: formação e cultura da população, crescimento, distribuição, estrutura (etária, sexual, atividades setoriais e indicadores socioeconômicos), urbanização e suas consequências; Aspectos econômicos: atividade agropecuária (evolução, sistemas e áreas de produção, mão de obra e questão agrária), extrativismo vegetal e mineral, as fontes de energia, as atividades industriais, os meios de transportes e circulação de mercadorias; Os principais problemas ambientais rurais e urbanos. Geografia Geral e Geopolítica: Organização do espaço mundial; Divisão geográfica dos continentes; A produção do espaço nos países desenvolvidos e subdesenvolvidos; Aspectos físicos dos continentes: relevo, clima, vegetação, hidrografia e dinâmica interna e externa da Terra; Aspectos humanos mundiais: teorias demográficas e crescimento, distribuição, estrutura, indicadores socioeconômicos. Aspectos econômicos: atividade agropecuária (modos, sistemas e áreas de produção) extrativismo vegetal e mineral, as fontes de energia, as atividades industriais (tipos de indústrias, áreas industriais e sistemas de produção); A Geopolítica Mundial: da Guerra Fria e a Nova Ordem Mundial; O processo de globalização e suas implicações; Os blocos econômicos e suas áreas de influências: (MERCOSUL, União Europeia, NAFTA, APEC e outros); Os fluxos comerciais, de transportes e comunicações; A economia mundial: G-8, G-20, Rodada Doha, China, Tigres Asiáticos, transformações do leste europeu, nacionalismo e áreas de conflitos e guerrilhas; A questão ambiental; Os desafios da conservação ambiental: As interações entre sociedade e natureza. Questões relativas às atividades inerentes a função.

08 - Professor de História

17 - Professor de História - EMEJA

Brasil Colonial: Pacto Colonial: Empresa açucareira, Mineração; Brasil Independente: 1º Reinado, 2º Reinado, Regência; Brasil Republicano: Queda do Império - República da Espada - Encilhamento (Rui Barbosa) - Revolução de 30 Estado Novo - Governos Militares; Oriente Antigo: Egito - Mesopotâmia - Palestina - Pérsia; Antiguidade Clássica: Grécia e Roma; Feudalismo; Renascimento Cultural; Reformas religiosas; Revolução Industrial; Revolução Francesa; Independência dos Estados Unidos e América Latina; Fazer e construir a História; A América encontrada pelos europeus; Colonização: Dominação, submissão e resistência; A crise do Sistema Colonial; O Brasil constituindo-se em Estado; O Brasil parece ser o café e o café não é o Brasil; Anos 20 / As tensões sociais transformadas em conflitos; O Brasil contemporâneo: O movimento da História - permanência e mudanças; Estados Nacionais, Imperialismo e Revoluções; Industrialização e urbanização; A cidade e o campo. Questões relativas às atividades inerentes a função.

09 - Professor de Ciências

18 - Professor de Ciências - EMEJA

Ecologia: populações comunidades e ecossistemas; energia nos ecossistemas; cadeias e teias alimentares; pirâmides ecológicas; relações

ecológicas, ciclos dos nutrientes; formações fitogeográficas do Brasil. Seres vivos: classificação dos seres vivos; evolução; principais grupos de animais e plantas, sua classificação, morfologia e fisiologia; características gerais dos reinos fungi; protista e monera; Citologia e genética: Tipos de células; estrutura da célula; membrana plasmática; citoplasma e organelas celulares; o núcleo celular e o material genético; herança mendeliana; grupos sanguíneos; Mecânica: grandezas físicas, MRU (movimento retilíneo uniforme) e MRUV (movimento retilíneo uniformemente variado); forças; peso, massa e gravidade; pressão; astronomia. Óptica, ondulatória e termologia: a luz; lentes e espelhos; refração e reflexão; o som, propagação do som; características das ondas sonoras; calor e temperatura; transferência de calor; isolantes térmicos; dilatação dos corpos; Eletricidade e magnetismo: cargas elétricas; eletrização dos corpos; tensão, corrente, potência e resistividade elétrica; circuitos elétricos; associação de resistores; ímãs e bobinas. Química: matéria; conservação da matéria; fenômenos físicos e fenômenos químicos; substância pura e mistura; substâncias simples e compostas; teorias atômicas; tabela periódica; elementos químicos; isótopos, isóbaros e isótonos; reações químicas; funções inorgânicas; Ensino de ciências: porque ensinar ciências?; construtivismo e ensino de ciências; modelo de mudança conceitual; história e filosofia da ciência; temas transversais; relações ciência-tecnologia-sociedade-ambiente (CTSA). Questões relativas às atividades inerentes a função.

10 - Professor de Inglês

19 - Professor de Inglês - EMEJA

A língua como forma de interação; Gêneros textuais orais e escritos e ensino; Oralidade, escrita e ensino; Fala e leitura, escrita e ensino; Leitura e produção textual; Metodologias e abordagens do ensino da Língua Inglesa no Brasil. Compreensão de textos escritos contemporâneos, literários e não literários. Conhecimento de aspectos linguístico-estruturais e gramática funcional. Estrutura da sentença Frase nominal Substantivo Genitivo Adjetivo (graus comparativo e superlativo) - Locuções adjetivas. Artigos Numerais. Pronomes. Frase verbal. Verbo (modo, forma, tempo). Auxiliares Modais Locuções verbais. Verbos irregulares. Voz ativa/passiva. Advérbios. Locuções Adverbiais. Preposições. Conjunções. Processos de formação de palavras. Discurso indireto. Interpretação de Textos. Prova mista em língua portuguesa e língua inglesa. Questões relativas às atividades inerentes a função.

11 - Professor de Artes

20 - Professor de Artes – EMEJA

22 - Professor de Oficina Aprendizagem e Projetos

26 - Professor de Oficina Artes Cênicas

A História da Arte Geral. A História da Arte no Brasil. A História da Arte Arquitetônica. A Educação Musical na Escola. O Teatro. O Jogo dramático teatral na escola. Harmonia de cores. Geometria. Projeções Geométricas. Elementos básicos das composições artísticas (coreografias, teatrais, musicais, visuais, audiovisuais) e suas gramáticas articuladoras. O Ensino da Educação Artística no Ensino Fundamental: a metodologia do ensino da arte; o desenvolvimento expressivo nas diferentes áreas artísticas e suas relações com o desenvolvimento biológico, afetivo, cognitivo e sócio cultural do ser humano. As diferentes linguagens artísticas e a educação. Dança como: linguagem que permite exteriorizar sentimentos e emoções, expressão da própria vida. Tipos de dança e a cultura da dança na história. História da música no Brasil. Influências da música africana e indígena na música nacional. Origem da música. Expressão musical aplicada a educação. Oficinas de expressão musical. Fontes sonoras. Construção de instrumentos musicais e objetos sonoros. Tipos de repertórios. Música da cultura infantil. Aspectos teóricos da música (som, partituras, timbre, voz, notas musicais). Construção de projetos e oficinas através de musicalização. Tipos de instrumentos musicais. A história do teatro, conceitos, teorias, principais produtores, diretores, peças premiadas. O ensino de teatro no contexto atual. Processo de construção do conhecimento em teatro: interações com texto, o espaço, o contexto e os personagens. Artes, história e cultura afro-brasileira, africana e indígena. Pedagogias teatrais: contexto e gênese. O teatro na educação: fundamentos. Noções de artes técnicas no teatro: Figurino: o que é?, sua função, espaço e tempo. Elementos e adereços de cenário e de cena. Cenografia: história, riscos, simplicidade. Iluminação: intensidade, cor, distribuição, movimento e luz. Sonoplastia e sonorização: histórico, efeitos especiais, tipos de equipamentos, montagens, consertos, instalação elétrica e eletrônica. Questões relativas às atividades inerentes a função.

12 - Professor de Educação Física

21 - Professor de Educação Física - EMEJA

23 - Professor de Oficina Esportes / Recreação / Jogos de Mesa / Tabuleiro

29 - Professor de Oficina Desporto Escolar

Corpo, sociedade e a construção da cultura corporal de movimento; Nutrição e atividade física; Socorros de urgência aplicados à Educação Física; Educação Física no currículo da Educação Básica: significados e possibilidades; As diferentes tendências pedagógicas da Educação Física na escola; Educação Física escolar e cidadania; Os objetivos, conteúdos, metodologia e avaliação na Educação Física Escolar; Esporte e jogos na escola: competição, cooperação e transformação didático-pedagógica; Crescimento e desenvolvimento motor; Concepções de Educação e Escola; Ética no trabalho docente; Organização da escola centrada no processo de desenvolvimento do educando; Desenvolvimento das capacidades inerentes ao rendimento esportivo; Abordagens da educação física escolar; Motricidade humana; Biodinâmica da atividade humana; Atividade física e qualidade de vida; Histórico da educação física no Brasil; Condicionamento físico e performance humana; Esportes, lutas e danças - histórico e regras; Anatomia Humana. Questões relativas às atividades inerentes a função.

24 - Professor de Oficina Musicalização / Canto e Coral

25 - Professor de Oficina Banda

Tipos de Bandas e Fanfarras. Os Instrumentos. Toques. Cadências. Marchas. Composição dos instrumentos de banda e de fanfarras. Compassos. Ordem Unida. Percussão. Sopros: Instrumentos permitidos. As liras. Concursos de bandas e de fanfarras – regulamento. Ritmo. Música: elementos constitutivos: melodia, ritmo, harmonia. Notação musical. Ligadura. Ponto de aumento. Compassos: simples e composto. Tons e semitons: escala diatônica, sua formação e seus graus. Sinais de alterações. Semiton cromático e diatônico. Síncopa e contratempo. Intervalos. Modos da escala: maior e menor. Tons vizinhos e tons afastados. Escalas cromáticas do modo maior e menor. Modulação. Acordes e sua formação em geral. Andamentos. Vozes: classificação das vozes, masculinas e femininas. Tessitura ou diapasão. Questões relativas às atividades inerentes a função.

27 - Professor de Oficina Dança

Consciência Corporal: sensibilização, alongamento e postura. Qualidades e componentes do movimento em dança. - A evolução técnica e artística da dança: as concepções, as técnicas e seus expoentes (história da dança ocidental). - Concepções básicas do ballet clássico. - A dança moderna e contemporânea: técnicas e movimento. Abordagem metodológica do ballet clássico (fundamentos técnicos e práticos). Abordagem metodológica da dança moderna e contemporânea (fundamentos técnicos e práticos). - As manifestações da dança folclórica no Brasil. A produção e fruição das companhias brasileiras de dança (história da dança brasileira). Características do Processo de Composição Coreográfica. Questões relativas às atividades inerentes a função.

28 - Professor de Oficina Cultura Digital

Pacote Office 2003 e versões superiores; Navegadores de Internet (versões atuais); Conceitos em Hardware; conectividade e configuração de ambiente de usuário; Sistemas Operacionais Windows versão 7 e superiores: Instalação e configuração; Sistemas de Arquivos; Serviços de rede em ambiente Windows IIS, DNS, WINS, DHCP, Grupos de Usuários e Unidades Organizacionais, Domínios, Sites, Diretivas de Grupo, Backup; Jogos educativos, aplicação e acompanhamento do aluno em softwares educacionais construtivistas e instrucionistas. O uso do computador na Escola, as novas tecnologias, Tecnologias da Informação e Comunicação na Educação e a formação docente, o papel do Professor na era digital e a utilização da tecnologia como meio de pesquisa e ferramenta no processo de ensino aprendizagem; Sistema Operacional Linux (conceitos); Ambientes Virtuais de Aprendizagem, Portais de Informação, Bibliotecas Virtuais; Sistemas Multimídia, Linguagem, Multimídia, Hipertexto e Hipermídia.. Questões relativas às atividades inerentes a função.

30 - Professor Especialista em Assuntos Educacionais

Concepção de Currículo. Projeto Político Pedagógico: elaboração, organização e estrutura. Tendências pedagógicas contemporâneas. Fundamentos da Educação. História da educação brasileira. Políticas educacionais brasileiras contemporâneas. Tendências pedagógicas contemporâneas. Concepções de aprendizagem. Concepções de avaliação. Questões relativas às atividades inerentes a função.

31 - Secretária(o) de Escola

Comunicação Oral e Escrita: atendimento ao público, relações humanas, comunicação, comunicações organizacionais, eficácia nas comunicações administrativas, correspondência oficial - documentos e/ou modelos utilizados, mensagens eletrônicas, atendimento telefônico, formulários, cartas comerciais, serviços da empresa brasileira de telégrafos, fraseologia adequada, redação oficial, abreviações, formas de tratamento. Documentação e Arquivo: pesquisa, documentação, arquivo, sistemas e métodos de arquivamento. Cronograma de atividades do serviço de secretaria. Serviço de pessoal, conceito, competência, atribuições. Ergonomia: postura e movimento, fatores ambientais, organização e higiene do/no local de trabalho, informação e operação. Questões relativas às atividades inerentes a função.

32 - Instrutor de Informática

Sistemas operacionais Windows e Linux: sistema de arquivos; utilização dos principais recursos, aplicativos e ferramentas. Microsoft Office e BR Office: criação, edição, formatação, visualização e impressão de textos, planilhas e apresentações; uso de fórmulas, tabelas, imagens e gráficos. Internet e Intranet; navegação e busca na Web; correio eletrônico. Segurança: softwares maliciosos; procedimentos e aplicativos de segurança; realização de cópias de segurança. Banco de Dados: Conhecimentos básicos. Questões relativas às atividades inerentes a função.

33 - Atendente Educativo

34 - Atendente Educativo Especial

Princípios constitucionais da educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e legislação complementar. Financiamento da educação. Fundamentos históricos, filosóficos e políticos da educação. Psicologia e educação. História da educação brasileira. Proposta pedagógica e autonomia da escola. Avaliação do processo educativo. Prática pedagógica: métodos e princípios. Educação especial. Parâmetros curriculares nacionais. Referenciais Curriculares Nacionais para Educação Infantil. Organização do tempo e espaço nas instituições de educação infantil. Conhecimentos básicos de higiene, saúde e nutrição infantil. Questões relativas às atividades inerentes a função.

35 - Auxiliar de Biblioteca

Noções básicas de Biblioteca, tipos de Biblioteca, organização funcional. Acervo, noções básicas de seleção/aquisição e tratamento técnico, guarda e preservação do acervo; tipos de catálogos; registro de obras (tombamento); preparo físico do material; obras de referência; bases de dados bibliográficas. Atendimento ao usuário; conhecimentos básicos de circulação e empréstimo; levantamentos bibliográficos; orientação a consulta e pesquisa; serviços de referência; sistema de classificação. Normatização de documentos conforme ABNT. Questões relativas às atividades inerentes a função.

36 - Auxiliar de Serviços

Atividades específicas teóricas inerentes ao emprego. Boas Maneiras. Comportamento no ambiente de trabalho. Organização do local de trabalho. Carregamento e descarregamento de mercadorias de veículos em geral. Serviços de capina em geral. Produtos de limpeza, sua utilidade e aplicação. Instrumentos e materiais utilizados na realização de limpezas em geral. Serviços de limpeza de: móveis, paredes, janelas, portas, vidros, espelhos, persianas, equipamentos, escadas, pisos, passadeiras, tapetes e utensílios. Coleta de lixo e tipos de recipientes. Guarda e conservação de alimentos. Controle de estoque de materiais de limpeza e de cozinha. Higiene pessoal e com todo o material mantido sobre a sua responsabilidade. Noções de segurança no trabalho. Noções de primeiros socorros. Noções básicas sobre segurança no trabalho. Ética profissional. Questões relativas às atividades inerentes a função.

ANEXO II - REQUERIMENTO DE CONDIÇÕES ESPECIAIS

REQUERIMENTO DE VAGA ESPECIAL OU DE CONDIÇÃO ESPECIAL PARA REALIZAÇÃO DE PROVAS

_____, inscrito (a) no Processo Seletivo N.º 01/2017 do Município de São Bento do Sul, inscrição n.º _____, concorrendo ao cargo de _____, CPF n.º _____, portador do documento de identidade n.º _____, residente e domiciliado na _____, - _____ n.º _____, Bairro _____, Cidade _____, Estado _____, CEP: _____, requer a Vossa: (Assinale a sua opção)

() Vaga para Portadores de Necessidades Especiais

Deficiência: _____

CID n.º: _____

Médico: _____ CRM: _____

() Condição Especial para a Realização de Provas

a) () Prova Ampliada

Fonte n.º _____ / Letra _____

b) () Sala Especial

Especificar: _____

c) () Leitura de Prova

Especificar: _____

d) () Amamentação

Nome do Acompanhante: _____

e) () Outra Necessidade

Especificar: _____

Nestes Termos.

Pede Deferimento.

São Bento do Sul/SC, ____ de _____ de 2017.

Assinatura do (a) Candidato (a)

ANEXO III - CRONOGRAMA PROCESSO SELETIVO Nº 01/2017

1.1. A realização do certame seguirá as datas e prazos previstos de acordo com o seguinte cronograma:

DATA PREVISTA	ATO
02/01/2017	Publicação do Edital.
03/01/2017	Prazo para contestação do Edital
04/01/2017	Publicação do Edital revisado, se for o caso.
02/01/2017 à 17/01/2017	Período das inscrições.
18/01/2017	Prazo final para o pagamento da taxa de inscrição.
02/01/2017 à 17/01/2017	Prazo para solicitação para condição especial para realização da prova
13/01/2017	Data final para requerimento de isenção (Item 4 do Edital).
16/01/2017	Publicação do Rol de Inscrições Isentas.
16/01/2017 a 17/01/2017	Prazo de Recurso contra o Indeferimento do Pedido de Isenção
18/01/2017	Publicação do extrato de recursos de Indeferimento do Pedido de Isenção e disponibilização de boleto bancário aos indeferidos.
20/01/2017	Homologação provisória das inscrições.
20/01/2017 a 23/01/2017	Prazo para recurso contra não homologação da inscrição.
24/01/2017	Homologação final das inscrições e Divulgação dos Locais de Prova com a listagem de Candidatos/Sala.
29/01/2017	Data da Prova Escrita
30/01/2017	Publicação do gabarito provisório e caderno de provas.
30/01/2017 - 08h00min à 31/01/2017 - 17h00min	Prazo para recurso contra as questões da prova escrita e gabarito provisório.
06/02/2017	Publicação do extrato de recursos, publicação do gabarito oficial e publicação da classificação provisória.
06/02/2017 - 08h00min à 07/02/2017 - 17h00min	Prazo para recurso contra a classificação provisória.
09/02/2017	Homologação do resultado final do Processo Seletivo n.º 01/2017.

1.2. O cronograma é uma previsão e poderá sofrer alterações, dependendo do número de inscritos, de recursos, intempéries e por decisão da Comissão Especial do Processo Seletivo e da Comissão da NBS Serviços Especializados Eireli, sendo de total responsabilidade do candidato, acompanhar suas alterações nos meios de divulgação do certame, previstos no Item 2 deste Edital.

ANEXO IV - FORMULÁRIO DE RECURSO DE QUESTÃO (GABARITO)

À

Comissão do Processo Seletivo n.º 01/2017

SÃO BENTO DO SUL/SC

Nome do Candidato: _____ .

Nº do CPF: _____ Nº da Inscrição: _____.

Cargo: _____.

Número da Questão: _____ .

Transcrição completa da questão, inclusive com as alternativas A à D:

Fundamentação e Fonte(s) que embasa(m) a argumentação do Candidato:

Data: ____/____/____.

ANEXO V - FORMULÁRIO DE RECURSOS DIVERSOS

SÃO BENTO DO SUL/SC

Nome do Candidato: _____

Nº do CPF: _____ Nº da Inscrição: _____.

Cargo: _____

Tipo de Recurso:

	Cancelamento de Inscrição
	Indeferimento de Isenção da Taxa de Inscrição
	Classificação Provisória
	Indeferimento ao pedido de Vaga Especial
	Ítems do Edital
	Outros (especificar):

Fundamentação e Fonte(s) que embasa(m) a argumentação do Candidato:

[illegible]

Data: ____/____/____.

(assinatura do candidato)

ANEXO VI - REQUERIMENTO DE ISENÇÃO DE TAXA DE INSCRIÇÃO

REQUERIMENTO DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

inscrito (a) no Processo Seletivo n.º 01/2017 do Município de São Bento do Sul, inscrição n.º _____, concorrendo ao cargo de _____, CPF n.º _____ portador do documento de identidade n.º _____, residente e domiciliado na _____, n.º _____, Bairro _____, Cidade _____, Estado _____.

CEP: _____, requer a Vossa Senhoria isenção da Taxa de Inscrição, conforme Item 4 deste Edital:

(Assinale a sua opção)

1) () DOADOR DE SANGUE

Anexar: Identificação de Doador (Cartão) e comprovante de no mínimo 2 (duas) doações nos últimos 12 meses.

2) () DOADOR DE MEDULA ÓSSEA

Anexar: Comprovadamente inscrição no REDOME - Registro Nacional de Doadores de Medula Óssea.

Nestes Termos.

Pede Deferimento.

São Bento do Sul/SC, _____ de _____ de 2017.

Assinatura do (a) Candidato (a)

ANEXO VII – ATRIBUIÇÕES INERENTE ÀS FUNÇÕES

Atribuições do Cargo de Atendente Educativo Especial

É responsável pelo suporte ao Professor na execução de atividades pedagógicas junto a criança, bem como na coordenação de atividades básicas como: alimentação, higiene, lazer e segurança dos educandos, de modo a colaborar no cumprimento dos objetivos dos diversos programas desenvolvidos.

Atribuições do Cargo de Atendente Educativo

É responsável pelo suporte ao Professor na execução de atividades pedagógicas junto a criança, bem como na coordenação de atividades básicas como: alimentação, higiene, lazer e segurança dos educandos, de modo a colaborar no cumprimento dos objetivos dos diversos programas desenvolvidos.

Atribuições do Cargo de Auxiliar de Biblioteca

É responsável pelo registro, controle e atualização do acervo bibliográfico da escola, bem como pela leitura de histórias infantis para alunos do ensino fundamental, orientação em pesquisas, exposição de obras literárias, controle do empréstimo de livros, bem como atender o público em geral, responsabilizando-se em deixar a biblioteca em perfeito estado de organização, propiciando assim meios para que a comunidade escolar crie hábitos, pesquisa e gosto pela leitura.

Atribuições do Cargo de Auxiliar de Serviços

É responsável pela realização de todos os serviços de limpeza e organização da unidade escolar, bem como também no preparo e auxílio da alimentação dos educandos da rede municipal de ensino.

Atribuições do Cargo de Instrutor de Informática

O instrutor de Sala Informatizada é responsável em articular as TIC - Tecnologias de Informação e Comunicação nas Unidades Educacionais, seja em Sala Informatizada ou em outros ambientes da Unidade Escolar.

Atribuições do Cargo de Secretária(o) de Escola

Manter em dia a escrituração escolar, correspondências, protocolo e arquivo. Executar a escrituração efetuando matrículas, transferências, imprimindo diários de classe, boletins e históricos. Redigir e expedir a correspondência da unidade escolar, submetendo-a a assinatura do diretor. Manter atualizado os dados dos alunos, professores e funcionários do sistema Escola Via Net. Responder e encaminhar anualmente o censo escolar. Organizar e manter atualizados regulamentos, leis, circulares e despachos que interessem para a unidade escolar. Encaminhar documentos solicitados com exatidão, sem rasuras e nos prazos solicitados. Expedir certificados e guias de transferências cumprindo as formalidades legais. Cumprir e agilizar os serviços de seu setor em colaboração com as chefias. Zelar pela guarda de matérias e equipamentos de trabalho e executar outras atividades compatíveis com a função.

Atribuições do Cargo de Professor Especialista em Assuntos Educacionais (Habilitado)

É responsável pelo suporte pedagógico e administrativo da escola, subsidiados por todos os setores que envolvem o universo escolar. Assumir postura ética e respeitosa com alunos, pais, funcionários e demais profissionais, participar das discussões educativas/pedagógicas propostas pela escola e Secretaria Municipal de Educação, desenvolver atividades que estejam de acordo com o Projeto Pedagógico da escola. Executar outras atividades compatíveis com a função.

Atribuições do Cargo de Professor Anos Iniciais (Habilitado)

É responsável pela preparação e aplicação de aulas para turmas dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, da rede municipal de ensino, socializando conteúdos pertinentes de comunicação e expressão, desenvolvimento do raciocínio lógico, cálculos, geografia e história e iniciação às ciências, e acompanhando o desempenho, de modo a possibilitar construção do conhecimento.

Atribuições do Cargo de Professor Anos Iniciais (Não Habilitado)

É responsável pela preparação e aplicação de aulas para turmas dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, da rede municipal de ensino, socializando conteúdos pertinentes de comunicação e expressão, desenvolvimento do raciocínio lógico, cálculos, geografia e história e iniciação às ciências, e acompanhando o desempenho, de modo a possibilitar construção do conhecimento.

Atribuições do Cargo de Professor de Artes (Habilitado)

É responsável pela preparação e aplicação de aulas, para turmas dos Anos Finais do Ensino Fundamental, da rede municipal de ensino, possibilitando conteúdos pertinentes a disciplina ministrada, constantes no currículo escolar, e acompanhando o desempenho, de modo a promover construção do conhecimento.

Atribuições do Cargo de Professor de Artes (Não Habilitado)

É responsável pela preparação e aplicação de aulas, para turmas dos Anos Finais do Ensino Fundamental, da rede municipal de ensino, possibilitando conteúdos pertinentes a disciplina ministrada, constantes no currículo escolar, e acompanhando o desempenho, de modo a promover construção do conhecimento.

Atribuições do Cargo de Professor de Ciências (Habilitado)

É responsável pela preparação e aplicação de aulas, para turmas dos Anos Finais do Ensino Fundamental, da rede municipal de ensino, possibilitando conteúdos pertinentes a disciplina ministrada, constantes no currículo escolar, e acompanhando o desempenho, de modo a promover construção do conhecimento.

Atribuições do Cargo de Professor de Ciências (Não Habilitado)

É responsável pela preparação e aplicação de aulas, para turmas dos Anos Finais do Ensino Fundamental, da rede municipal de ensino, possibilitando conteúdos pertinentes a disciplina ministrada, constantes no currículo escolar, e acompanhando o desempenho, de modo a promover construção do conhecimento.

Atribuições do Cargo de Professor de Educação Especial (Habilitado)

É responsável pela preparação e aplicação de aulas para turmas de Educação Especial, da rede municipal de ensino, socializando conteúdos pertinentes de comunicação e expressão, desenvolvimento do raciocínio lógico, cálculos, geografia e história e iniciação às ciências, e acompanhando o desempenho, de modo a possibilitar construção do conhecimento.

Atribuições do Cargo de Professor de Educação Especial (Não Habilitado)

É responsável pela preparação e aplicação de aulas para turmas de Educação Especial, da rede municipal de ensino, socializando conteúdos pertinentes de comunicação e expressão, desenvolvimento do raciocínio lógico, cálculos, geografia e história e iniciação às ciências, e acompanhando o desempenho, de modo a possibilitar construção do conhecimento.

Atribuições do Cargo de Professor de Educação Especial Intérprete de Libras (Habilitado)

É responsável pela preparação e aplicação de conteúdo para alunos do Ensino Fundamental com deficiência, da rede municipal de ensino, possibilitando aprendizagens pertinentes, acompanhando o desempenho, de modo a promover o avanço em seu conhecimento.

Atribuições do Cargo de Professor de Educação Especial Intérprete de Libras (Não Habilitado)

É responsável pela preparação e aplicação de conteúdo para alunos do Ensino Fundamental com deficiência, da rede municipal de ensino,

possibilitando aprendizagens pertinentes, acompanhando o desempenho, de modo a promover o avanço em seu conhecimento.

Atribuições do Cargo de Professor de Educação Física (Habilitado)

É responsável pela preparação e aplicação de aulas, para turmas dos Anos Finais do Ensino Fundamental, da rede municipal de ensino, possibilitando conteúdos pertinentes a disciplina ministrada, constantes no currículo escolar, e acompanhando o desempenho, de modo a promover construção do conhecimento.

Atribuições do Cargo de Professor de Educação Física (Não Habilitado)

É responsável pela preparação e aplicação de aulas, para turmas dos Anos Finais do Ensino Fundamental, da rede municipal de ensino, possibilitando conteúdos pertinentes a disciplina ministrada, constantes no currículo escolar, e acompanhando o desempenho, de modo a promover construção do conhecimento.

Atribuições do Cargo de Professor Infantil (Habilitado)

É responsável pela preparação e aplicação de temas para turmas de Educação Infantil, da rede municipal de ensino, socializando conteúdos pertinentes de comunicação e expressão, natureza e sociedade, desenvolvimento do raciocínio lógico e acompanhando o desempenho, de modo a possibilitar construção do conhecimento.

Atribuições do Cargo de Professor de Infantil (Não Habilitado)

É responsável pela preparação e aplicação de temas para turmas de Educação Infantil, da rede municipal de ensino, socializando conteúdos pertinentes de comunicação e expressão, natureza e sociedade, desenvolvimento do raciocínio lógico e acompanhando o desempenho, de modo a possibilitar construção do conhecimento.

Atribuições do Cargo de Professor de Geografia (Habilitado)

É responsável pela preparação e aplicação de aulas, para turmas dos Anos Finais do Ensino Fundamental, da rede municipal de ensino, possibilitando conteúdos pertinentes a disciplina ministrada, constantes no currículo escolar, e acompanhando o desempenho, de modo a promover construção do conhecimento.

Atribuições do Cargo de Professor de Geografia (Não Habilitado)

É responsável pela preparação e aplicação de aulas, para turmas dos Anos Finais do Ensino Fundamental, da rede municipal de ensino, possibilitando conteúdos pertinentes a disciplina ministrada, constantes no currículo escolar, e acompanhando o desempenho, de modo a promover construção do conhecimento.

Atribuições do Cargo de Professor de História (Habilitado)

É responsável pela preparação e aplicação de aulas, para turmas dos Anos Finais do Ensino Fundamental, da rede municipal de ensino, possibilitando conteúdos pertinentes a disciplina ministrada, constantes no currículo escolar, e acompanhando o desempenho, de modo a promover construção do conhecimento.

Atribuições do Cargo de Professor de História (Não Habilitado)

É responsável pela preparação e aplicação de aulas, para turmas dos Anos Finais do Ensino Fundamental, da rede municipal de ensino, possibilitando conteúdos pertinentes a disciplina ministrada, constantes no currículo escolar, e acompanhando o desempenho, de modo a promover construção do conhecimento.

Atribuições do Cargo de Professor de Inglês (Habilitado)

É responsável pela preparação e aplicação de aulas, para turmas dos Anos Finais do Ensino Fundamental, da rede municipal de ensino, possibilitando conteúdos pertinentes a disciplina ministrada, constantes no currículo escolar, e acompanhando o desempenho, de modo a promover construção do conhecimento.

Atribuições do Cargo de Professor de Inglês (Não Habilitado)

É responsável pela preparação e aplicação de aulas, para turmas dos Anos Finais do Ensino Fundamental, da rede municipal de ensino, possibilitando conteúdos pertinentes a disciplina ministrada, constantes no currículo escolar, e acompanhando o desempenho, de modo a promover construção do conhecimento.

Atribuições do Cargo de Professor de Língua Portuguesa (Habilitado)

É responsável pela preparação e aplicação de aulas, para turmas dos Anos Finais do Ensino Fundamental, da rede municipal de ensino, possibilitando conteúdos pertinentes a disciplina ministrada, constantes no currículo escolar, e acompanhando o desempenho, de modo a promover construção do conhecimento.

Atribuições do Cargo de Professor de Língua Portuguesa (Não Habilitado)

É responsável pela preparação e aplicação de aulas, para turmas dos Anos Finais do Ensino Fundamental, da rede municipal de ensino, possibilitando conteúdos pertinentes a disciplina ministrada, constantes no currículo escolar, e acompanhando o desempenho, de modo a promover construção do conhecimento.

Atribuições do Cargo de Professor de Matemática (Habilitado)

É responsável pela preparação e aplicação de aulas, para turmas dos Anos Finais do Ensino Fundamental, da rede municipal de ensino, possibilitando conteúdos pertinentes a disciplina ministrada, constantes no currículo escolar, e acompanhando o desempenho, de modo a promover construção do conhecimento.

Atribuições do Cargo de Professor de Matemática (Não Habilitado)

É responsável pela preparação e aplicação de aulas, para turmas dos Anos Finais do Ensino Fundamental, da rede municipal de ensino, possibilitando conteúdos pertinentes a disciplina ministrada, constantes no currículo escolar, e acompanhando o desempenho, de modo a promover construção do conhecimento.

Atribuições do Cargo de Professor de Oficina de Banda (Habilitado)

É responsável pela preparação e aplicação das aulas para alunos das Oficinas Pedagógicas ou período integral na rede municipal, da organização dos conteúdos curriculares anuais através da modalidade de ensino de projetos, assim como dos registros em diário de classe da frequência, conteúdos ministrados e anotações de acompanhamento do processo ensino aprendizagem, efetiva participação no Conselho de Classe e realizar avaliação conforme Resoluções nº 032/2009 (Programa Período Integral) e nº034/2009 (Projeto Oficinas Pedagógicas) do Conselho Municipal de Educação.

Atribuições do Cargo de Professor de Oficina de Banda (Não Habilitado)

É responsável pela preparação e aplicação das aulas para alunos das Oficinas Pedagógicas ou período integral na rede municipal, da organização dos conteúdos curriculares anuais através da modalidade de ensino de projetos, assim como dos registros em diário de classe da frequência, conteúdos ministrados e anotações de acompanhamento do processo ensino aprendizagem, efetiva participação no Conselho de Classe e realizar avaliação conforme Resoluções nº 032/2009 (Programa Período Integral) e nº034/2009 (Projeto Oficinas Pedagógicas) do Conselho Municipal de Educação.

frequência, conteúdos ministrados e anotações de acompanhamento do processo ensino aprendizagem, efetiva participação no Conselho de Classe e realizar avaliação conforme Resoluções nº 032/2009 (Programa Período Integral) e nº034/2009 (Projeto Oficinas Pedagógicas) do Conselho Municipal de Educação.

Atribuições do Cargo de Professor de Oficina de Artes e Cênicas (Habilitado)

É responsável pela preparação e aplicação das aulas para alunos das Oficinas Pedagógicas ou período integral na rede municipal, da organização dos conteúdos curriculares anuais através da modalidade de ensino de projetos, assim como dos registros em diário de classe da frequência, conteúdos ministrados e anotações de acompanhamento do processo ensino aprendizagem, efetiva participação no Conselho de Classe e realizar avaliação conforme Resoluções nº 032/2009 (Programa Período Integral) e nº034/2009 (Projeto Oficinas Pedagógicas) do Conselho Municipal de Educação.

Atribuições do Cargo de Professor de Oficina de Artes e Cênicas (Não Habilitado)

É responsável pela preparação e aplicação das aulas para alunos das Oficinas Pedagógicas ou período integral na rede municipal, da organização dos conteúdos curriculares anuais através da modalidade de ensino de projetos, assim como dos registros em diário de classe da frequência, conteúdos ministrados e anotações de acompanhamento do processo ensino aprendizagem, efetiva participação no Conselho de Classe e realizar avaliação conforme Resoluções nº 032/2009 (Programa Período Integral) e nº034/2009 (Projeto Oficinas Pedagógicas) do Conselho Municipal de Educação.

Atribuições do Cargo de Professor de Anos Iniciais - EMEJA (Habilitado)

É responsável pela preparação e aplicação de aulas para turmas dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, da rede municipal de ensino, socializando conteúdos pertinentes de comunicação e expressão, desenvolvimento do raciocínio lógico, cálculos, geografia e história e iniciação às ciências, e acompanhando o desempenho, de modo a possibilitar construção do conhecimento.

Atribuições do Cargo de Professor de Artes - EMEJA (Habilitado)

É responsável pela preparação e aplicação de aulas, para turmas dos Anos Finais do Ensino Fundamental, da rede municipal de ensino, possibilitando conteúdos pertinentes a disciplina ministrada, constantes no currículo escolar, e acompanhando o desempenho, de modo a promover construção do conhecimento.

Atribuições do Cargo de Professor de Artes - EMEJA (Não Habilitado)

É responsável pela preparação e aplicação de aulas, para turmas dos Anos Finais do Ensino Fundamental, da rede municipal de ensino, possibilitando conteúdos pertinentes a disciplina ministrada, constantes no currículo escolar, e acompanhando o desempenho, de modo a promover construção do conhecimento.

Atribuições do Cargo de Professor de Ciências - EMEJA (Habilitado)

É responsável pela preparação e aplicação de aulas, para turmas dos Anos Finais do Ensino Fundamental, da rede municipal de ensino, possibilitando conteúdos pertinentes a disciplina ministrada, constantes no currículo escolar, e acompanhando o desempenho, de modo a promover construção do conhecimento.

Atribuições do Cargo de Professor de Ciências - EMEJA (Não Habilitado)

É responsável pela preparação e aplicação de aulas, para turmas dos Anos Finais do Ensino Fundamental, da rede municipal de ensino, possibilitando conteúdos pertinentes a disciplina ministrada, constantes no currículo escolar, e acompanhando o desempenho, de modo a promover construção do conhecimento.

Atribuições do Cargo de Professor de Educação Física - EMEJA (Habilitado)

É responsável pela preparação e aplicação de aulas, para turmas dos Anos Finais do Ensino Fundamental, da rede municipal de ensino, possibilitando conteúdos pertinentes a disciplina ministrada, constantes no currículo escolar, e acompanhando o desempenho, de modo a promover construção do conhecimento.

Atribuições do Cargo de Professor de Educação Física - EMEJA (Não Habilitado)

É responsável pela preparação e aplicação de aulas, para turmas dos Anos Finais do Ensino Fundamental, da rede municipal de ensino, possibilitando conteúdos pertinentes a disciplina ministrada, constantes no currículo escolar, e acompanhando o desempenho, de modo a promover construção do conhecimento.

Atribuições do Cargo de Professor de Geografia - EMEJA (Habilitado)

É responsável pela preparação e aplicação de aulas, para turmas dos Anos Finais do Ensino Fundamental, da rede municipal de ensino, possibilitando conteúdos pertinentes a disciplina ministrada, constantes no currículo escolar, e acompanhando o desempenho, de modo a promover construção do conhecimento.

Atribuições do Cargo de Professor de Geografia - EMEJA (Não Habilitado)

É responsável pela preparação e aplicação de aulas, para turmas dos Anos Finais do Ensino Fundamental, da rede municipal de ensino, possibilitando conteúdos pertinentes a disciplina ministrada, constantes no currículo escolar, e acompanhando o desempenho, de modo a promover construção do conhecimento.

Atribuições do Cargo de Professor de História - EMEJA (Habilitado)

É responsável pela preparação e aplicação de aulas, para turmas dos Anos Finais do Ensino Fundamental, da rede municipal de ensino, possibilitando conteúdos pertinentes a disciplina ministrada, constantes no currículo escolar, e acompanhando o desempenho, de modo a promover construção do conhecimento.

Atribuições do Cargo de Professor de História - EMEJA (Não Habilitado)

É responsável pela preparação e aplicação de aulas, para turmas dos Anos Finais do Ensino Fundamental, da rede municipal de ensino, possibilitando conteúdos pertinentes a disciplina ministrada, constantes no currículo escolar, e acompanhando o desempenho, de modo a promover construção do conhecimento.

Atribuições do Cargo de Professor de Inglês - EMEJA (Habilitado)

É responsável pela preparação e aplicação de aulas, para turmas dos Anos Finais do Ensino Fundamental, da rede municipal de ensino, possibilitando conteúdos pertinentes a disciplina ministrada, constantes no currículo escolar, e acompanhando o desempenho, de modo a promover construção do conhecimento.

Atribuições do Cargo de Professor de Inglês - EMEJA (Não Habilitado)

É responsável pela preparação e aplicação de aulas, para turmas dos Anos Finais do Ensino Fundamental, da rede municipal de ensino, possibilitando conteúdos pertinentes a disciplina ministrada, constantes no currículo escolar, e acompanhando o desempenho, de modo a promover construção do conhecimento.

Atribuições do Cargo de Professor de Língua Portuguesa - EMEJA (Habilitado)

É responsável pela preparação e aplicação de aulas, para turmas dos Anos Finais do Ensino Fundamental, da rede municipal de ensino,

possibilitando conteúdos pertinentes a disciplina ministrada, constantes no currículo escolar, e acompanhando o desempenho, de modo a promover construção do conhecimento.

Atribuições do Cargo de Professor de Língua Portuguesa - EMEJA (Não Habilitado)

É responsável pela preparação e aplicação de aulas, para turmas dos Anos Finais do Ensino Fundamental, da rede municipal de ensino, possibilitando conteúdos pertinentes a disciplina ministrada, constantes no currículo escolar, e acompanhando o desempenho, de modo a promover construção do conhecimento.

Atribuições do Cargo de Professor de Matemática - EMEJA (Habilitado)

É responsável pela preparação e aplicação de aulas, para turmas dos Anos Finais do Ensino Fundamental, da rede municipal de ensino, possibilitando conteúdos pertinentes a disciplina ministrada, constantes no currículo escolar, e acompanhando o desempenho, de modo a promover construção do conhecimento.

Atribuições do Cargo de Professor de Matemática - EMEJA (Não Habilitado)

É responsável pela preparação e aplicação de aulas, para turmas dos Anos Finais do Ensino Fundamental, da rede municipal de ensino, possibilitando conteúdos pertinentes a disciplina ministrada, constantes no currículo escolar, e acompanhando o desempenho, de modo a promover construção do conhecimento.

JUSTIFICATIVA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 100/2016 FMS

JUSTIFICATIVA

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 26 da Lei 8.666/93 como antecedente necessário à contratação com dispensa de licitação.

I – Objeto: LOCAÇÃO DE UMA SALA COMERCIAL TÉRREA COM ÁREA DE 110 M2, SITUADA NO EDIFÍCIO LEO FRANTZ, NA RUA HENRIQUE SCHWARTZ Nº 61, PARA ABRIGAR CENTRAL DE MEDICAMENTOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, PELO PERÍODO DE 06 (SEIS) MESES.

II – Contratado: ADMINISTRADORA DE BENS DONA LUIZA LTDA

III - Caracterização da Situação que justifica a Dispensa de Licitação: a Dispensa de Licitação para a referida locação se funda no inciso X do art 24 da Lei 8.666/93, e se justifica pelos seguintes motivos: O imóvel locado é dotado das características necessárias para o funcionamento da Central de Medicamentos inclusive e principalmente pela localização (no Bairro Centro), e do espaço físico necessário.

IV – Razão da Escolha do Fornecedor: O proprietário do imóvel Administradora de Bens Dona Luiza Ltda. foi quem ofereceu um dos melhores imóveis, e melhor localizado para abrigar a Central de Medicamentos, e ainda o que melhor se adequou às necessidades, pelos motivos acima elencados.

V - Justificativa do Preço: R\$ 17.747,58 (Dezessete mil, setecentos e quarenta e sete reais e cinquenta e oito centavos), o preço contratado para a locação é o praticado no mercado, conforme avaliação prévia do imóvel.

Assim, ratifico a presente justificativa e determino a publicação na imprensa oficial para os fins do art. 26 da Lei 8.666/93.

DEODATO RAUL HRUSCHKA

PRESIDENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PORTARIA Nº 42/2017

PORTARIA Nº 0042, DE 9 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia Assessora

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 62/2001,

RESOLVE:

Nomear, a partir de 2 de janeiro de 2017, MICHELLY JUCIMARA SPERANDIO HILGENSTIELER, no cargo de Assessora Executiva de Apoio Operacional ao Gabinete, no Gabinete do Prefeito.

São Bento do Sul, 9 de janeiro de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 43/2017

PORTARIA Nº 0043, DE 9 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia Assessor

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 62/2001,

RESOLVE:

Nomear, a partir de 2 de janeiro de 2017, JOBERTH KRAUSE, no cargo de Assessor de Divulgação e Cerimonial, no Gabinete do Prefeito.

São Bento do Sul, 9 de janeiro de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 44/2017

PORTARIA Nº 0044, DE 9 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia Assessor

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 62/2001,

RESOLVE:

Nomear, a partir de 2 de janeiro de 2017, MARCIO FABIANO STIZ, no cargo de Assessor de Gabinete, no Gabinete do Prefeito.

São Bento do Sul, 9 de janeiro de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 45/2017

PORTARIA Nº 0045, DE 9 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia Diretora

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 62/2001,

RESOLVE:

Nomear, a partir de 2 de janeiro de 2017, ADRIANA PIEKARSKI, no cargo de Diretora do Departamento de Ensino, na Secretaria Municipal de Educação.

São Bento do Sul, 9 de janeiro de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 46/2017

PORTARIA Nº 0046, DE 9 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia Diretora

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 62/2001,

RESOLVE:

Nomear, a partir de 2 de janeiro de 2017, NOELI REGINA NÓVAK DOS SANTOS, no cargo de Diretora do Departamento de Administração, na Secretaria Municipal de Educação.

São Bento do Sul, 9 de janeiro de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 47/2017

PORTARIA Nº 0047, DE 9 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia Chefe de Divisão

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 62/2001,

RESOLVE:

Nomear, a partir de 2 de janeiro de 2017, NOELI RENNER DUVOISIN, no cargo de Chefe de Divisão de Creches, na Secretaria Municipal de Educação.

São Bento do Sul, 9 de janeiro de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 48/2017

PORTARIA Nº 0048, DE 9 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia Chefe de Divisão

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 62/2001,

RESOLVE:

Nomear, a partir de 2 de janeiro de 2017, DANIELLE DIENIS ALBERTUNI, no cargo de Chefe de Divisão de Pré-Escola, na Secretaria Municipal de Educação.

São Bento do Sul, 9 de janeiro de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 49/2017

PORTARIA Nº 0049, DE 9 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia Chefe de Divisão

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 62/2001,

RESOLVE:

Nomear, a partir de 2 de janeiro de 2017, CLEIDE MARTINS DALLMANN, no cargo de Chefe de Divisão de Pessoal, na Secretaria Municipal de Educação.

São Bento do Sul, 9 de janeiro de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 50/2017

PORTARIA Nº 0050, DE 9 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia Diretora

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 62/2001,

RESOLVE:

Nomear, a partir de 2 de janeiro de 2017, JOSIANE CAETANO DE SOUZA ALVES DAS NEVES, no cargo de Diretora do Departamento de Receita, na Secretaria Municipal de Finanças.

São Bento do Sul, 9 de janeiro de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 51/2017

PORTARIA Nº 0051, DE 9 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia Diretora

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 62/2001,

RESOLVE:

Nomear, a partir de 2 de janeiro de 2017, ETIANE PLOSAI LINZMEYER, no cargo de Diretora do Departamento de Atenção de Saúde, na Secretaria Municipal de Saúde.

São Bento do Sul, 9 de janeiro de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 52/2017

PORTARIA Nº 0052, DE 9 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia Diretor

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 62/2001,

RESOLVE:

Nomear, a partir de 2 de janeiro de 2017, NILSO AGOSTINHO CABRAL, no cargo de Diretor do Departamento de Gestão Administrativa, na Secretaria Municipal de Saúde.

São Bento do Sul, 9 de janeiro de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 53/2017

PORTARIA Nº 0053, DE 9 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia Chefe de Divisão

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 62/2001,

RESOLVE:

Nomear, a partir de 2 de janeiro de 2017, SANDRO DOS SANTOS, no cargo de Chefe de Divisão de Apoio Operacional, na Secretaria Municipal de Saúde.

São Bento do Sul, 9 de janeiro de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 54/2017

PORTARIA Nº 0054, DE 9 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia Chefe de Divisão

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 62/2001,

RESOLVE:

Nomear, a partir de 2 de janeiro de 2017, GISELE LINZMEYER, no cargo de Chefe de Divisão de Tratamento de Saúde Fora do Domicílio, na Secretaria Municipal de Saúde.

São Bento do Sul, 9 de janeiro de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 55/2017

PORTARIA Nº 0055, DE 9 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia Chefe de Setor

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 62/2001,

RESOLVE:

Nomear, a partir de 4 de janeiro de 2017, JONAS RENATO KIÉSKI, no cargo de Chefe de Setor de Suprimento e Almoxarifado, na Secretaria Municipal de Saúde.

São Bento do Sul, 9 de janeiro de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 56/2017

PORTARIA Nº 0056, DE 9 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia Diretor

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 62/2001,

RESOLVE:

Nomear, a partir de 2 de janeiro de 2017, PAULO ROBERTO UHLIG, no cargo de Diretor do Departamento de Tecnologia da Informação, na Secretaria Municipal de Administração.

São Bento do Sul, 9 de janeiro de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 57/2017

PORTARIA Nº 0057, DE 9 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia Diretor

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 62/2001,

RESOLVE:

Nomear, a partir de 2 de janeiro de 2017, TIAGO MARTINHUK, no cargo de Diretor do Departamento de Suprimento e Patrimônio, na Secretaria Municipal de Administração.

São Bento do Sul, 9 de janeiro de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 58/2017

PORTARIA Nº 0058, DE 9 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia Diretora

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 62/2001,

RESOLVE:

Nomear, a partir de 2 de janeiro de 2017, FABIA ALESSANDRA MENGARDA BELARMINO, no cargo de Diretora do Departamento de Recursos Humanos, na Secretaria Municipal de Administração.

São Bento do Sul, 9 de janeiro de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 59/2017

PORTARIA Nº 0059, DE 9 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia Chefe de Divisão

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 62/2001,

RESOLVE:

Nomear, a partir de 2 de janeiro de 2017, JOCEMARI TELMA TEIXEIRA, no cargo de Chefe de Divisão de Compras, na Secretaria Municipal de Administração.

São Bento do Sul, 9 de janeiro de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 60/2017

PORTARIA Nº 0060, DE 9 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia Chefe de Divisão

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 62/2001,

RESOLVE:

Nomear, a partir de 2 de janeiro de 2017, ELSIO ANTONIO GOTTARDO, no cargo de Chefe de Divisão de Vigilância Patrimonial, na Secretaria Municipal de Administração.

São Bento do Sul, 9 de janeiro de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 61/2017

PORTARIA Nº 0061, DE 9 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia Assessor Jurídico

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 62/2001,

RESOLVE:

Nomear, a partir de 2 de janeiro de 2017, MIGUEL BAPTISTA, no cargo de Assessor Jurídico, na Procuradoria.

São Bento do Sul, 9 de janeiro de 2017.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 62/2017

PORTARIA Nº 0062, DE 9 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia Assessora Jurídica

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 62/2001,

RESOLVE:

Nomear, a partir de 2 de janeiro de 2017, SHEILA BUSCOSKI VARELLA, no cargo de Assessora Jurídica, na Procuradoria.

São Bento do Sul, 9 de janeiro de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 63/2017

PORTARIA Nº 0063, DE 9 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia Assessor Jurídico

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 62/2001,

RESOLVE:

Nomear, a partir de 2 de janeiro de 2017, ALEXANDRE VINICIUS WEISS, no cargo de Assessor Jurídico, na Procuradoria.

São Bento do Sul, 9 de janeiro de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 65/2017

PORTARIA Nº 0065, DE 9 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia Diretor

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 62/2001,

RESOLVE:

Nomear, a partir de 2 de janeiro de 2017, CZESLAW KOSCIARZ, no cargo de Diretor do Departamento de Proteção ao Consumidor - PROCON, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo.

São Bento do Sul, 9 de janeiro de 2017.
MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 66/2017

PORTARIA Nº 0066, DE 9 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia Chefe de Divisão

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 62/2001,

RESOLVE:

Nomear, a partir de 2 de janeiro de 2017, LUIZA DA SILVA, no cargo de Chefe de Divisão de Turismo, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo.

São Bento do Sul, 9 de janeiro de 2017.
MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 67/2017

PORTARIA Nº 0067, DE 9 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia Chefe de Divisão

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 474/2002,

RESOLVE:

Nomear, a partir de 2 de janeiro de 2017, RODRIGO VARGAS, no cargo de Chefe de Divisão de Desporto Comunitário, na Fundação Municipal de Desportos.

São Bento do Sul, 9 de janeiro de 2017.
MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 68/2017

PORTARIA Nº 0068, DE 9 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia Assessor

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 474/2002,

RESOLVE:

Nomear, a partir de 9 de janeiro de 2017, LUIS CLAUDIO RAMALHO, no cargo de Assessor de Gabinete, na Fundação Municipal de Desportos.

São Bento do Sul, 9 de janeiro de 2017.
MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 69/2017

PORTARIA Nº 0069, DE 9 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia Diretora

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 1718/2006,

RESOLVE:

Nomear, a partir de 2 de janeiro de 2017, ROBERTA LINZMEIER, no cargo de Diretora de Benefícios, no Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS.

São Bento do Sul, 9 de janeiro de 2017.
MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 70/2017

PORTARIA Nº 0070, DE 9 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia Diretora

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 1718/2006,

RESOLVE:

Nomear, a partir de 2 de janeiro de 2017, LUCILENE ZELIA DOS SANTOS HAIDAR BARBOSA, no cargo de Diretora Financeira, no Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS.

São Bento do Sul, 9 de janeiro de 2017.
MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 71/2017

PORTARIA Nº 0071, DE 9 DE JANEIRO DE 2017.

Chefe de Setor

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas

atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 1718/2006,

RESOLVE:

Nomear, a partir de 2 de janeiro de 2017, CAMILA DE OLIVEIRA PAULI, no cargo de Chefe de Setor de Administração, no Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS.

São Bento do Sul, 9 de janeiro de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 72/2017

PORTARIA Nº 0072, DE 9 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia Assessora Jurídica

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 1718/2006,

RESOLVE:

Nomear, a partir de 2 de janeiro de 2017, MAYARA ROCHA, no cargo de Assessora Jurídica, no Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS.

São Bento do Sul, 9 de janeiro de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 73/2017

PORTARIA Nº 0073, DE 9 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia Chefe de Divisão

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 62/2001,

RESOLVE:

Nomear, a partir de 2 de janeiro de 2017, SIDNEI DA SILVA, no cargo de Chefe de Divisão de Defesa Civil, no Gabinete do Prefeito.

São Bento do Sul, 9 de janeiro de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 74/2017

PORTARIA Nº 0074, DE 9 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia Assessora

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 62/2001,

RESOLVE:

Nomear, a partir de 2 de janeiro de 2017, VIVIANE ANGELA DE VARGAS MIRANDA, no cargo de Assessora de Imprensa e Relacionamento com a Mídia, no Gabinete do Prefeito.

São Bento do Sul, 9 de janeiro de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 75/2017

PORTARIA Nº 0075, DE 9 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia Diretora

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 62/2001,

RESOLVE:

Nomear, a partir de 2 de janeiro de 2017, MARIA HERCILIA DE SOUZA MEIRA, no cargo de Diretora do Departamento de Vigilância à Saúde, na Secretaria Municipal de Saúde.

São Bento do Sul, 9 de janeiro de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 76/2017

PORTARIA Nº 0076, DE 9 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia Chefe de Divisão

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 62/2001,

RESOLVE:

Nomear, a partir de 2 de janeiro de 2017, REJANE MICHELLI PS-CHEIDT FOITTE, no cargo de Chefe de Divisão de Vigilância Sanitária, na Secretaria Municipal de Saúde.

São Bento do Sul, 9 de janeiro de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 77/2017

PORTARIA Nº 0077, DE 9 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia Chefe de Setor

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 62/2001,

RESOLVE:

Nomear, a partir de 2 de janeiro de 2017, MARCELO LUIS QUOST, no cargo de Chefe de Setor de Terminal Rodoviário, na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

São Bento do Sul, 9 de janeiro de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 78/2017

PORTARIA Nº 0078, DE 9 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia Diretor

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 62/2001,

RESOLVE:

Nomear, a partir de 2 de janeiro de 2017, ALISSON ANTONIO HASTREITER, no cargo de Diretor do Departamento de Agricultura e Pecuária, na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

São Bento do Sul, 9 de janeiro de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 79/2017

PORTARIA Nº 0079, DE 9 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia Chefe de Setor

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 62/2001,

RESOLVE:

Nomear, a partir de 2 de janeiro de 2017, IVAN CÉSAR HAMILTON FORMIGARI, no cargo de Chefe de Setor de Controladoria Contábil, na Secretaria Municipal de Finanças.

São Bento do Sul, 9 de janeiro de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 80/2017

PORTARIA Nº 0080, DE 9 DE JANEIRO DE 2017.

Designa para responder

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da lei,

RESOLVE:

Designar, AMARILDO DE JESUS, ocupante do cargo de Diretor do Departamento de Trânsito Urbano, para responder, interinamente, pelo cargo de Diretor do Departamento de Defesa Civil, a partir de 3 de janeiro de 2017.

São Bento do Sul, 9 de janeiro de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 81/2017

PORTARIA Nº 0081, DE 9 DE JANEIRO DE 2017.

AUTORIZA DIRIGIR VEÍCULO OFICIAL

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar PAULO ZWIEFKA, ocupante do cargo de Diretor do Departamento de Obras e Manutenção, na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, a dirigir, eventualmente e quando necessário, os veículos abaixo relacionados:

- Ford/Courier, placa MDS 2627
- Ford/Ranger, placa MBX 9437
- GM/Corsa, placa MLO 1104
- Peugeot/Hoggar, placa MIO 9267
- Fiat/Uno, placa MIK 3335

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 9 de janeiro de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS DE SÃO BENTO DO SUL**TERMO ADITIVO Nº 032/2016 - FMD**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 032/2016

DA ESPÉCIE: Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços Bancários de Nº 001/2014, firmado entre a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL E A INSTITUIÇÃO BANCÁRIA BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A., conforme Tomada de Preço nº 011/2013, de 28 de novembro de 2013.

Considerando o objeto do Contrato nº 001/2014 que consiste na prestação de serviços de implantação de sistema de emissão e cobrança de boleto bancário, referente à matrícula e mensalidade dos alunos da Piscina Pública Municipal.

Considerando a continuidade e a essencialidade dos serviços e o término da vigência do Contrato nº 001/2014 e Termo Aditivo nº 045/2015 no dia 07 de janeiro de 2017, faz-se necessário prorrogar a vigência do Contrato com base no Art. 57, inciso II da Lei 8.666/93 e na Cláusula Quinta – Da Vigência do referido Contrato, nos seguintes termos:

1º - Fica prorrogada a vigência do Contrato por 12 (doze) meses, a contar de 08 de janeiro de 2017 e com término em 07 de janeiro de 2018.

2º - Permanece o valor único de R\$ 1,40 (um real e quarenta centavos) por boleto bancário, independentemente do local do pagamento escolhido pelo sacado, totalizando o valor em R\$ 15.400,00 (quinze mil e quatrocentos reais), referente ao período prorrogado para pagamento de acordo com o Contrato original.

3º - As despesas decorrentes deste Termo Aditivo correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

15.01.2.057.3.3.90.39.81.00.00.00.0200 – Manutenção das Atividades da Fundação Municipal de Desportos.

Parágrafo Único: Para o exercício 2017, a despesa está prevista na Lei Orçamentária Anual.

4º - As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo firmado em 08 de janeiro de 2014, Termo Aditivo nº 027/2014 de 08 de dezembro de 2014 e Termo Aditivo nº 045/2015 de 07 de dezembro de 2015 permanecem inalteradas.

Nada mais havendo, assinam as partes em 02 (duas) vias de igual forma e idêntico teor, na presença das testemunhas.

São Bento do Sul, 12 de dezembro de 2016.

ASS: LUIZ NERI PEREIRA, pela Fundação.
BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A., como Contratada.

São Domingos

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO PREFE 001/2017

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - SC

Processo Licitatório PREFE n. 003/2017

Pregão Presencial PREFE n. 002/2017

A Pregoeira Oficial do Município de São Domingos, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO que até as 08:30 horas do dia 20 de janeiro de 2017, estará recebendo as propostas dos interessados para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DA REDE PÚBLICA (MUNICIPAL E ESTADUAL) DE ENSINO, RESIDENTES NA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS, conforme especificado em seu Edital, e em conformidade com a Lei n. 8.666/93, Lei n. 10.520/02 e demais normas pertinentes. Informações e esclarecimentos deste Edital serão fornecidos pelo fone (049) 3443-0281 e e-mail: licitacao@saodomingos.sc.gov.br. São Domingos, SC, 05 de janeiro de 2017.

Paula Natana Comachio - Pregoeira Oficial do Município.

São João Batista

PREFEITURA

CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CADASTRO DE FORNECEDORES

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA

CHAMAMENTO PÚBLICO PARA A ATUALIZAÇÃO DOS REGISTROS EXISTENTES E PARA O INGRESSO DE NOVOS INTERESSADOS

O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA (SC), inscrito sob o CNPJ nº 82.925.652/0001-00, com Prefeitura à Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89, Centro, São João Batista, SC, CEP: 88.240-000, através de Fundos e Autarquias, de conformidade com a Lei 8.666/93, por determinação do Senhor DANIEL NETTO CÂNDIDO, PREFEITO MUNICIPAL, torna público o chamamento para atualização dos registros cadastrais aos interessados existentes e para o ingresso de novos interessados, conforme prevê o art. 34, § 1º, da Lei 8666/93. Os esclarecimentos poderão ser obtidos no endereço supracitado, pelo fone: (48) 3265-0195 ou pelos e-mails: licita@sjbatista.sc.gov.br ou licita01@sjbatista.sc.gov.br. São João Batista, 09 de janeiro de 2017. Daniel Netto Cândido – Prefeito Municipal

e) RILDO VARGAS, suplente;

f) MARCELO SARTORI, suplente;

g) LETÍCIA DEMONTI ROVER, suplente.

Parágrafo único. Os membros poderão se reunir em sistema de rodízio, com o número mínimo de três, para a execução das atividades de acordo com o dia e horário a ser designado.

Art. 2º A Comissão Permanente de Licitação atuará em todos os certames licitatórios no âmbito da Administração Direta e Indireta do Município de São João Batista.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2017, revogadas as disposições em contrário.

São João Batista, 06 de janeiro de 2017.

Daniel Netto Candido

Prefeito Municipal

[[[

DECRETO 3069/2017

DECRETO 3069/2017

Altera o Decreto Municipal nº 3.044 de 15 de Dezembro de 2016. O Prefeito Municipal de São João Batista, no exercício da competência que lhe é outorgada pelo artigo 67, incisos IX e XII, da Lei Orgânica do Município, decreta:

Art. 1º O Decreto Municipal nº 3.044 de 15 de Dezembro de 2016, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 1º - A. Fica suspenso o atendimento geral externo nas repartições públicas municipais, no período de 02 de janeiro de 2017 a 08 de janeiro de 2016, ressalvados os outros serviços essenciais anteriormente descritos no Art. 1º.”

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São João Batista, 02 de Janeiro de 2017.

Daniel Netto Cândido

Prefeito Municipal

DECRETO 3071/2017

DECRETO 3071/2017

Nomeia os membros da Comissão Permanente de Licitação.

O Prefeito Municipal de São João Batista, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o artigo 67, incisos II, IX e XIII, da Lei Orgânica Municipal, e na forma do artigo 51 da Lei Federal 8.666/93, decreta:

Art. 1º São nomeados para a função de membros da Comissão Permanente de Licitações, com investidura que se estenderá até o dia 31/12/2017, os seguintes servidores:

- DIEGO VINÍCIOS DE SOUZA, presidente;
- DANIELA SCHLEMPER MUNIZ, secretária;
- VENESIO FAGUNDES, membro;
- ANDRÉ LUIZ FERNANDO SCHWEITZER, membro;

DECRETO 3072/2017

DECRETO 3072/2017

Designa pregoeiro e constitui equipe de apoio técnico para reger os pregões municipais.

O Prefeito do Município de São João Batista, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o artigo 67, incisos II, IX e XIII, da Lei Orgânica Municipal, e na forma do artigo 3º, IV, da Lei Federal 10.520/2002, decreta:

Art. 1º Fica designada como pregoeiro o servidor público AUGUSTO CORREIA JUNIOR, tendo como suplente os servidores públicos DANIELA SCHULEMPER MUNIZ.

Parágrafo Único. Fica constituída a equipe de apoio que será composta pelas servidoras RILDO VARGAS, JOÃO FELIPE DUARTE, ALUÍSIO VENANCIO DA SILVA, LETÍCIA DEMONTI ROVER, ALINE FERNANDA LEAL MOTA, MARCELO SARTORI, CARLOS GONZAGA SILVEIRA e ANDRÉ LUIZ FERNANDO SCHWEINTZER.

Art. 2º É atribuição do pregoeiro e da equipe de apoio, o recebimento das propostas e lances dos pregões, a análise de sua aceitabilidade e sua classificação, bem como a habilitação e a adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor, dentre outras funções necessárias para desenvolver e encerrar as atividades.

Art. 3º O pregoeiro e a equipe de apoio atuarão em todos os certames licitatórios no âmbito da Administração Direta e Indireta do Município de São João Batista.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São João Batista, 06 de janeiro de 2017.

Daniel Netto Cândido

Prefeito Municipal

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 003/SISAM/2016

Extrato do primeiro termo aditivo ao Contrato nº 003/SISAM/2016
Contratante: Serviços de Infraestrutura, Saneamento e Abastecimento de Água Municipal de São João Batista - SISAM; Contratada: Projesan Saneamento Ambiental LTDA – CNPJ nº 80.696.479/0001-81. Processo Licitatório Pregão Presencial 026/SISAM/2015; Objeto: O presente instrumento tem por objetivo alterar a cláusula quinta, item 5.3 e cláusula terceira, do Contrato nº 003/SISAM/2016, diante da alteração dos valores pela ocorrência de acréscimo de materiais no valor R\$ 25.211,25 (vinte e cinco mil duzentos e onze reais e vinte e cinco centavos), que passa a ter a seguinte redação: "O valor total deste Contrato para efeitos financeiros, fiscais e orçamentários é de R\$ 126.056,25 (cento e vinte e seis mil cinquenta e seis reais e vinte e cinco centavos), sendo vencedora do item: 03; "5.3 O prazo de vigência do objeto fica prorrogado por mais 90 (noventa) dias, com término em 03 de abril de 2017"; Data da assinatura: 04/01/2017.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 005/SISAM/2016

Extrato do primeiro termo aditivo ao Contrato nº 005/SISAM/2016
Contratante: Serviços de Infraestrutura, Saneamento e Abastecimento de Água Municipal de São João Batista - SISAM; Contratada: Vidalimp Locação de Equipamentos LTDA – CNPJ nº 15.050.621/0001-57. Processo Licitatório Convite 017/SISAM/2015; Objeto: O prazo contratual fica prorrogado por mais 06 (seis) meses, com término em 03 de julho de 2017"; Data da assinatura: 04/01/2017.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 006/SISAM/2016

Extrato do primeiro termo aditivo ao Contrato nº 006/SISAM/2016
Contratante: Serviços de Infraestrutura, Saneamento e Abastecimento de Água Municipal de São João Batista - SISAM; Contratada: Vidalimp Locação de Equipamentos LTDA – CNPJ nº 15.050.621/0001-57. Processo Licitatório Convite 018/SISAM/2015; Objeto: O prazo contratual fica prorrogado por mais 06 (seis) meses, com término em 03 de julho de 2017"; Data da assinatura: 04/01/2017.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 007/SISAM/2016

Extrato do primeiro termo aditivo ao Contrato nº 007/SISAM/2016
Contratante: Serviços de Infraestrutura, Saneamento e Abastecimento de Água Municipal de São João Batista - SISAM; Contratada: Paviserv Infra-Estrutura Urbana LTDA ME – CNPJ nº 20.778.009/0001-35. Processo Licitatório Pregão Presencial 016/SISAM/2015; Objeto: O prazo contratual fica prorrogado por mais 06 (seis) meses, com término em 03 de julho de 2017"; Data da assinatura: 04/01/2017.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 008/SISAM/2016

Extrato do primeiro termo aditivo ao Contrato nº 008/SISAM/2016
Contratante: Serviços de Infraestrutura, Saneamento e Abastecimento de Água Municipal de São João Batista - SISAM; Contratada: Laske & Feyh S/S de Advocacia – CNPJ nº 00.532.330/0001-28. Processo Licitatório Convite 028/SISAM/2015; Objeto: O prazo contratual fica prorrogado por mais 02 (dois) meses, com término em 03 de março de 2017"; Os valores contratados serão reajustados pelo índice INPC (IBGE) dos últimos 12 meses, Cláusula IV do contrato original, de dezembro/2015 a novembro/2016, correspondente a 7,38%, passando o valor mensal de R\$ 2.350,00 (dois mil trezentos e cinquenta reais) para R\$ 2.523,43 (dois mil quinhentos e vinte e três reais e quarenta e três centavos); Data da assinatura: 04/01/2017.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 014/SISAM/2016

Extrato do primeiro termo aditivo ao Contrato nº 014/SISAM/2016
Contratante: Serviços de Infraestrutura, Saneamento e Abastecimento de Água Municipal de São João Batista - SISAM; Contratada: Super Comércio de Alimentos LTDA ME – CNPJ nº 12.970.750/0001-75. Processo Licitatório Convite 023/SISAM/2015; Objeto: O presente instrumento tem por objetivo alterar a Cláusula Quinta, item 5.1, do Contrato nº 014/SISAM/2016, que passa a ter a seguinte redação: "5.1 O prazo de vigência do objeto fica prorrogado por mais 06 (seis) meses, com término em 03 de julho de 2017"; Data da assinatura: 04/01/2017.

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 002/SISAM/2016

Extrato do segundo termo aditivo ao Contrato nº 002/SISAM/2016
Contratante: Serviços de Infraestrutura, Saneamento e Abastecimento de Água Municipal de São João Batista - SISAM; Contratada: Buschle & Lepper S.A – CNPJ nº 84.684.471/0001-56. Processo Licitatório Pregão Presencial 026/SISAM/2015; Objeto: O presente instrumento tem por objetivo alterar a Cláusula Quinta, item 5.3, do Contrato nº 002/SISAM/2016, que passa a ter a seguinte redação: "5.3 O prazo de vigência do objeto fica prorrogado por mais 90 (noventa) dias, com término em 03 de abril de 2017"; Data da assinatura: 04/01/2017.

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 022/SISAM/2015

Extrato do primeiro termo aditivo ao Contrato nº 022/SISAM/2015
Contratante: Serviços de Infraestrutura, Saneamento e Abastecimento de Água Municipal de São João Batista - SISAM; Contratada: Reciclagem NMJW LTDA ME – CNPJ nº 07.291.761/0001-99. Processo Licitatório Pregão Presencial 013/SISAM/2015; Objeto: O prazo contratual fica prorrogado por mais 08 (oito) meses, com término em 05/09/2017"; Data da assinatura: 06/01/2017.

São João do Oeste

PREFEITURA

EXTRATO DA DISPENSA Nº 03/2017 E DO CONTRATO Nº 009/2017

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DA DISPENSA Nº 03/2017 E DO CONTRATO Nº 009/2017

Partes: Município de São João do Oeste e CIEE- SC CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA DO ESTADO DE -SC

ORIGEM: DISPENSA 03/2017

OBJETO: "Realização de serviços de operacionalização de vagas/ contratação de empresa que atue como agente de integração para operacionalização de programa de estágio de estudantes".

VALOR: R\$ 246.875,40

PRAZO: 05.01.2017 até 31.12.2017

São João do Oeste – 05 de Janeiro de 2017

Fernando Bisigo– Prefeito Municipal

INEX 02/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 02.2017. Proc. Licit. 09/2017. Edital de Chamamento Público para Credenciamento.

Credenciamento: a partir do dia 10 de janeiro de 2017 até 09 de fevereiro de 2017.

OBJETO: O objeto da presente Chamada Pública é a de aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE.

Vigência: até 30.04.2017 – contados a partir do credenciamento.

Maiores informações e cópia do edital junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à Rua Encantado, 66, centro – São João do Oeste e ou pelo fone (49) 3195.2000 no horário de expediente. São João do Oeste, SC, 09 de janeiro de 2017.

FERNANDO BISIGO – PREFEITO MUNICIPAL.

PP 02.17 FMS MEDICAMENTOS SJO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 005/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2017

O Município de São João do Oeste torna público e para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, conforme descrito a seguir:

OBJETO: Aquisição de medicamentos e materiais para atendimento dos pacientes do SUS, encaminhados pela Secretaria da Saúde.

Tipo: menor preço por item.

Entrega dos envelopes até as 10:00 horas do dia 20 de janeiro de 2017 e abertura no mesmo dia e horário, no setor de compras e licitações da Prefeitura Municipal. Maiores informações e cópia do edital junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à Rua Encantado, 66, centro – São João do Oeste, pelo fone (49) 3195.2000 no horário de expediente ou pelo e-mail compras@saojoao.sc.gov.br. São João do Oeste, SC, 09 de janeiro de 2017.

FERNANDO BISIGO – PREFEITO MUNICIPAL.

PP 01/17 FMS CONSULTORIA

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2017

O Município de São João do Oeste torna público e para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, conforme descrito a seguir:

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestar serviços de assessoria junto ao Fundo Municipal da Saúde.

Tipo: menor preço por item.

Entrega dos envelopes até as 08:00 horas do dia 20 de janeiro de 2017 e abertura no mesmo dia e horário, no setor de compras e licitações da Prefeitura Municipal. Maiores informações e cópia do edital junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à Rua Encantado, 66, centro – São João do Oeste, pelo fone (49) 3195.2000 no horário de expediente ou pelo e-mail compras@saojoao.sc.gov.br. São João do Oeste, SC, 09 de janeiro de 2017.

FERNANDO BISIGO – PREFEITO MUNICIPAL.

São João do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº. 002 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

DECRETO Nº. 002 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

Dispõe sobre a Comissão Permanente de Licitação do Município de São João do Sul, e dá outras providências

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 6º, XVI, da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993:

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os membros para comporem a Comissão Permanente de Licitação, que apreciará as licitações do Município de São João do Sul, e seus órgãos de Administração descentralizada, cujos nomes e cargos seguem:

- a) SAMUEL DA SILVA BIANCHIN – Presidente
- b) CACIMAR DE OLIVEIRA – Secretário
- c) DIEGO DE MELO HERR – Membro
- d) TAISE DOS SANTOS ALVES – Suplente

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se os efeitos do Decreto Municipal nº. 001, de 04 de janeiro de 2016, e as demais disposições contrárias.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
em 02 de janeiro de 2017.
MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos dois dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezessete.

TAISE DOS SANTOS ALVES
Secretário Municipal de Administração e finanças

DECRETO Nº. 003 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

DECRETO Nº. 003 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

Designa o Pregoeiro e os componentes da Equipe de Apoio para atuarem nas Licitações na Modalidade Pregão, e dá outras providências.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto Art. 3º, IV, da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados o Pregoeiro, e os componentes da Equipe de Apoio, para atuarem nas Licitações, na modalidade Pregão, cujos nomes e cargos seguem:

- a) CACIMAR DE OLIVEIRA – Pregoeiro;
- b) SAMUEL DA SILVA BIANCHIN - Equipe de Apoio;
- c) CARINA MATOS MAGNUS - Equipe de Apoio;
- d) CARLA LUÍSA TEIXEIRA BARCELLOS- Equipe de Apoio

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se os efeitos do Decreto Municipal nº. 003, de 02 de janeiro de 2015, e as demais disposições contrárias.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
em 02 de janeiro de 2017.
MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos dois dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezessete.

TAISE DOS SANTOS ALVES
Secretário Municipal de Administração e Finanças

DISPENSA PROCESSO 001/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2017
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2017

OBJETO: Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de organização, planejamento e realização de Processo Seletivo para preenchimento de vagas em caráter temporário, com a elaboração, impressão e aplicação de provas para os cargos do quadro de pessoal nas diversas Secretarias da Prefeitura Municipal de São João do Sul, incluindo profissionais na área de saúde.

CONTRATADO: FUNDAÇÃO DE APOIO À EDUCAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UNISUL – FAEPESUL.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL

VIGÊNCIA: 02/01/2017 À 30/06/2017

VALOR DO OBJETO: Não haverá desembolso por parte desta municipalidade, ficando o pagamento da contratada restrito ao valor arrecadado a título de inscrições

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, Inciso XIII, da lei 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

São João do Sul- SC, em 02 de janeiro de 2017.

Moacir Francisco Teixeira
Prefeito Municipal

São Joaquim

PREFEITURA

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001-2016 – RETIFICADO

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2016 – RETIFICADO

HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI, Prefeito do MUNICÍPIO DE SÃO JOAQUIM - SC, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 37, da Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal, TORNA PÚBLICO que realizará PROCESSO SELETIVO para formação de cadastro de reserva para preenchimento de vagas temporárias de categorias funcionais para o ano de 2017, constantes nos Quadros de Pessoal da Administração Pública Municipal, com a execução técnico-administrativa da empresa ACESSE CONCURSOS LTDA, o qual reger-se-á pelas instruções especiais contidas neste Edital e Leis Municipais legais vigentes.

1. DO CRONOGRAMA DESTE CERTAME

DATA	ATO
28/12/2016	Publicação do Edital
28/12/2016 até às 23h59min do dia 12/01/2016 Alterado pela retificação 02/2017 28/12/2016 até às 23h59min do dia 12/01/2017	Período de Inscrições
28/12/2016 a 13/01/2017	Prazo para pagamento da taxa de inscrição
16/01/2017	Publicação do ROL DOS INSCRITOS E DIVULGAÇÃO DO LOCAL DAS PROVAS OBJETIVAS, PRÁTICAS E DE TÍTULOS
17 e 18/01/2017	Prazo para recursos do não deferimento do pedido de inscrição
20/01/2017	Homologação das Inscrições
22/01/2017	Realização das provas escritas objetivas, Práticas e de Títulos
22/01/2017	Publicação do gabarito provisório (após as 18 horas)
23 e 24/01/2017	Prazo para recursos da formulação das questões e discordância com o gabarito da prova objetiva
27/01/2016	Publicação do julgamento dos recursos contra formulação de questões e discordância com o gabarito
27/01/2016	Publicação do gabarito definitivo, nota da prova objetiva, Nota da Prova Prática, Nota da Prova de Títulos e classificação provisória.
28 e 29/01/2017	Prazo para recurso contra nota da prova objetiva, Nota da Prova Prática, Nota da Prova de Títulos e classificação provisória
31/01/2017	Publicação do julgamento dos recursos contra nota da prova objetiva, Nota da Prova Prática, Nota da Prova de Títulos e classificação provisória.
01/02/2017	Publicação do resultado final para Homologação

1.1. O cronograma é uma previsão e poderá sofrer alterações, dependendo do número de inscritos e de recursos, intempéries e por decisão da Comissão de Coordenação e Fiscalização do Processo Seletivo e/ou da Comissão Executora, sendo de responsabilidade do candidato acompanhar suas alterações nos meios de divulgação do certame.

2. DOS CARGOS E DAS VAGAS

2.1. O candidato concorrerá às vagas dos cargos constantes no Anexo I deste Edital, com função/ área de atuação, carga horária semanal, formação/escolaridade/qualificação/ habilitação descritos no mesmo.

2.2. Os candidatos que integrarem a lista de aprovados deverão manter seus endereços atualizados no setor de Recursos Humanos da prefeitura durante todo o período de validade do Processo Seletivo sob pena de perda da classificação.

2.3. As vagas serão preenchidas de acordo com a ordem de classificação disposta no Anexo I.

2.4. É de inteira responsabilidade, do candidato, acompanhar pela internet, através dos sites www.acesseconcursossc.com.br e www.saojoaquim.sc.gov.br e www.saojoaquimonline.com.br as publicações de todos os atos e Editais relativos ao Processo Seletivo, inclusive alterações que porventura ocorram durante a realização do mesmo até sua homologação final.

3. DAS VAGAS PARA PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

3.1. Às pessoas com deficiência é assegurado o direito de inscrição no presente Processo Seletivo para os cargos cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadores, num percentual de 10% (dez por cento) do total das vagas oferecidas para cada cargo, de acordo com o art. 37, inciso VIII da Constituição Federal e Lei nº 2.907, de 17 de março de 2009.

3.2. Ao inscrever-se nessa condição, o candidato deverá escolher o cargo a que concorre e marcar a opção "Pessoas com Deficiência", bem

como deverá encaminhar, via postal, por SEDEX até o 1º dia útil após o encerramento das inscrições, para a empresa ACESSE CONCURSOS LTDA, com sede na Rua Pará, 162, bairro Estados, Timbó/SC, CEP 89120-000 os seguintes documentos:

- a) laudo médico (original ou cópia legível e autenticada), emitido há menos de um ano, atestando a espécie e o grau de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença - CID, bem como da provável causa da deficiência..
- b) requerimento solicitando vaga especial, constando: b1) o tipo de deficiência; b2) a necessidade de condição especial, prova especial e/ou tempo adicional, se for o caso (conforme modelo do Anexo III deste Edital). Os pedidos devem ser formalizados por escrito no próprio anexo e serão examinados para verificação das possibilidades operacionais de atendimento, obedecendo a critérios de viabilidade e de razoabilidade;
- c) parecer original emitido por especialista da área de sua deficiência, atestando a necessidade de tempo adicional, somente para o caso de pedido de tempo adicional, conforme Lei Federal nº 7. 853, de 24 de outubro de 1989 e alterações. Caso não seja apresentado o parecer, o candidato não terá deferida a sua solicitação.
- d) Anexo III deste Edital, preenchido e assinado, o qual contém: Declaração de que a necessidade especial não o impossibilita de exercer as atribuições do cargo; Declaração de que fica impedido de usufruir da condição de portador de necessidades especiais para, posteriormente, requerer readaptação ou aposentadoria;

3.3. Caso o candidato não encaminhe o laudo médico e o respectivo requerimento até o prazo determinado, não será considerado como pessoa com deficiência para concorrer às vagas reservadas, não tendo direito à vaga especial, seja qual for o motivo alegado, mesmo que tenha assinalado tal opção na ficha de inscrição.

3.4. Não serão considerados como deficiência os distúrbios de acuidade visual passíveis de correção simples do tipo miopia, astigmatismo, estrabismo e congêneres.

3.5. Os candidatos inscritos nessa condição participarão do Processo Seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere às provas aplicadas, ao conteúdo das mesmas, à avaliação, aos critérios de aprovação, ao horário e local de aplicação das provas e à nota mínima exigida para todos os demais candidatos, resguardadas as condições especiais previstas na legislação própria.

3.6. Os candidatos aprovados no Processo Seletivo serão submetidos a exames médicos e complementares, que irão avaliar a sua condição física e mental.

3.7. Na falta de candidatos aprovados para as vagas reservadas, estas serão preenchidas pelos demais candidatos com estrita observância da ordem classificatória.

3.8. O candidato portador de necessidades especiais que não apresentar o atestado médico e/ou não preencher as condições descritas no art. 4º do Decreto Federal nº 3.298/1999, será considerado não portador de necessidades especiais, passando para a listagem geral dos candidatos, sem direito à reserva de vaga.

3.9. Caso a aplicação do percentual de 10% resultar em número fracionado, igual ou superior a 0,5% (meio ponto percentual), este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente.

4. DAS INSCRIÇÕES

4.1. O candidato deverá acessar o site www.acesseconcursossc.com.br onde terá acesso ao Edital e seus Anexos, à ficha de inscrição e aos procedimentos necessários à efetivação da inscrição, que estará disponível no período de 28/12/2016 a 13/01/2017.

ISENÇÃO PARA DOADORES DE SANGUE

Conforme a Lei Estadual nº 10.567, de 07 de dezembro de 1997, ficam isentos do pagamento da taxa de inscrição neste Processo Seletivo, realizado no âmbito municipal, os candidatos doador de sangue fidelizado e pessoa que integre a Associação de doadores e que contribua, comprovadamente para estimular de forma direta e indireta, a doação.

Considera-se para enquadramento ao benefício previsto por esta Lei somente a doação de sangue promovida a órgão oficial, ou a entidade credenciada pela União, pelo Estado ou por Município.

A comprovação da qualidade de doador de sangue será efetuada através da apresentação de documento expedido pela entidade coletora, que deverá ser juntado no ato de inscrição. O documento previsto por este item deverá discriminar o número e a data em que foram realizadas as doações, não podendo ser inferior a 03 (três) vezes anuais.

A comprovação da pessoa que integre a Associação de doadores e que contribua, comprovadamente para estimular de forma direta e indireta, a doação, será efetuada mediante documento específico firmado por entidade coletora oficial ou credenciada, que deverá relacionar minuciosamente as atividades desenvolvidas pelo interessado, declarando que o mesmo enquadra-se como beneficiário da Lei Estadual nº 10.567, de 07 de dezembro de 1997. O candidato deve enviar os documentos acima citados até o último dia de inscrição, para o e-mail contato@acesseconcursossc.com.br que posteriormente irá deferir a inscrição do candidato.

A constatação de falsidade dos documentos exigidos, além das sanções penais cabíveis importará na exclusão da inscrição do candidato neste Processo Seletivo.

4.1.1. Antes de efetuar a inscrição o candidato deverá certificar-se de que possui todas as condições e pré-requisitos para inscrição.

4.2. O candidato deverá preencher integralmente o requerimento de inscrição e confirmá-lo via internet, imprimir e pagar o boleto no valor da inscrição até a data limite constante no respectivo boleto.

4.2.1. O agendamento do pagamento e o respectivo demonstrativo não se constituem documentos comprobatórios do pagamento da taxa de inscrição.

4.2.2. Em caso de feriado ou evento que acarrete o fechamento de agências bancárias na localidade em que se encontra o candidato, o boleto deverá ser pago antecipadamente.

4.2.3. Para evitar ônus desnecessário, o candidato deverá orientar-se no sentido de recolher o valor de inscrição somente após tomar conhecimento de todos os requisitos e condições exigidos para assumir o cargo, bem como das regras constantes neste edital acompanhando as publicações e suas possíveis alterações.

4.2.4. A inscrição só será aceita quando o Banco onde foi paga a taxa de inscrição confirmar o respectivo pagamento.

4.2.5. Não serão aceitas as inscrições pagas fora do prazo de vencimento ou com cheques sem provisão.

4.2.6. O candidato, após efetuar o pagamento da inscrição não poderá, sob qualquer pretexto, pleitear a troca de cargo e/ou a devolução da importância recolhida, uma vez que o valor da inscrição somente será restituído em caso de anulação plena do Processo Seletivo.

4.2.7. Não será aceita inscrição com falta de documentos, via postal, por telex ou via fax, e-mail, extemporânea e/ou condicional, ou ainda fora do prazo estabelecido.

4.3. O candidato deverá acompanhar este Edital, bem como a publicação da relação de candidatos inscritos (rol de Inscritos) para confirmar o processamento de sua inscrição; caso sua inscrição não tenha sido processada, o mesmo não poderá prestar provas, podendo impetrar pedido de recurso, conforme determinado neste Edital.

4.4. A inscrição do candidato implicará a tácita aceitação das condições estabelecidas neste Edital, bem como em eventuais aditamentos, comunicações, instruções e convocações relativas ao certame, que passarão a fazer parte do instrumento convocatório como se nele estivessem transcritos e das quais não poderá alegar desconhecimento.

4.4.1. Ao se inscrever o candidato concorda com o acesso por terceiros, por qualquer meio, dos seus dados de identificação, títulos apresentados, resultados das avaliações a que for submetido e classificação no presente Processo Seletivo.

4.4.2. Quaisquer dúvidas referentes a este Processo Seletivo poderão ser sanadas através do e-mail contato@acesseconcursossc.com.br.

4.5. A Prefeitura Municipal de São Joaquim e a Empresa Acesse Concursos LTDA não se responsabilizarão por solicitações de inscrição, via internet, não efetivadas por motivos de ordem técnica, falhas de comunicação, congestionamento de linhas de comunicação ou outros fatores que impossibilitem a transferência dos dados ou a impressão do documento relacionado neste Edital.

4.6. As informações prestadas no requerimento de inscrição são de total responsabilidade do candidato e, se falsas ou inexatas, determinarão o cancelamento da inscrição e a anulação de todos os atos dela decorrentes mesmo que o candidato tenha sido aprovado e/ou que o fato seja constatado posteriormente.

4.7. Os candidatos poderão se inscrever em apenas um cargo.

4.8. O candidato que necessitar de qualquer tipo de atendimento diferenciado para a realização das provas deverá solicitá-lo, no e-mail contato@acesseconcursossc.com.br no ato de inscrição, indicando claramente quais os recursos especiais necessários (materiais, equipamentos, etc.) até o último dia de inscrição.

4.8.1. As solicitações de condições especiais, bem como de recursos especiais, serão atendidas obedecendo a critérios de viabilidade e de razoabilidade.

4.8.1.1. Caso o candidato não envie o pedido exigido no item anterior, não terá preparado o tratamento diferenciado para realização de provas.

4.8.2. A candidata lactante que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas deverá solicitar por escrito, no ato da inscrição, e levar acompanhante maior de idade, que permanecerá em sala reservada para essa finalidade.

4.8.2.1. O acompanhante e a criança devem permanecer na sala reservada para amamentação desde o horário descrito no item 7.1.

4.8.2.2. Não haverá compensação de tempo em favor de amamentação.

5. DO VALOR DA INSCRIÇÃO

PARA CARGOS DE FORMAÇÃO MÍNIMA DE NÍVEL FUNDAMENTAL/ALFABETIZADO	R\$ 40,00
PARA CARGOS DE FORMAÇÃO MÍNIMA DE NÍVEL MÉDIO/TÉCNICO	R\$ 50,00
PARA CARGOS DE FORMAÇÃO MÍNIMA DE NÍVEL SUPERIOR	R\$ 60,00

6. DAS PROVAS

6.1. DAS PROVAS, DAS NOTAS E DA CLASSIFICAÇÃO

6.2. Os candidatos submeter-se-ão aos testes de que dispõe o programa das provas no item 7 deste Edital, que avaliarão as aptidões e o desempenho na função que pretendem exercer.

6.3. Prova Objetiva (PO) de múltipla escolha, com 1 (uma) única alternativa correta, de caráter eliminatório e classificatório, a ser aplicada para todos os candidatos.

6.3.1. Serão considerados aprovados todos os candidatos que não zerarem na nota da prova objetiva.

6.3.2. A prova objetiva terá pontuação de 0,00 (zero) a 10,0 (dez), utilizando-se 02 (duas) casas decimais após a vírgula, cuja nota será obtida mediante ao cômputo de acertos, tendo em vista que cada questão valerá o disposto no item 7.2.2.

6.4. Prova de Títulos (PT) para os cargos de Professores, técnico em enfermagem – SAMU, fiscal de tributos de caráter exclusivamente

classificatório para todos os candidatos aprovados na prova objetiva, ou seja, que não zerarem. Podendo totalizar no máximo 10 (dez) pontos conforme anexo IV.

6.4.1. Prova Prática (PP) para todos os candidatos aos cargos de operador de máquinas e equipamentos, agente de serviços gerais braçal – servente/merendeira/faxineira, motorista educação e demais secretarias, orientador de música, orientador artesanato, porém somente será computada a nota da prova prática para os candidatos aprovados na prova objetiva, conforme o item 6.3.1. As norma para realização da prova prática estão no anexo IV.

6.5. Em nenhuma hipótese haverá segunda chamada destas provas.

6.6. Para os cargos de professores técnico em enfermagem – SAMU, fiscal de tributos a nota final será $PO = 70\% + PT = 30\%$, onde a fórmula final será $PO \times 0,7 + PT \times 0,3 = NF$.

6.6.1. Para os cargos de operador de máquinas e equipamentos, agente de serviços gerais braçal – servente/merendeira/faxineira, motorista educação e demais secretarias, orientador de música, orientador artesanato, a nota final será:

$PO = 50\%$.

$PP = 50\%$

$NF = PO \times 0,5 + PP \times 0,5 = NF$

6.6.1.1. A classificação dos candidatos aos cargos de Professor, será separada por HABILITADOS NÍVEL SUPERIOR, NÃO HABILITADOS CURSANDO APARTIR DO 4º PERÍODO E NÍVEL TÉCNICO MAGISTÉRIO. Para contratação, primeiro será utilizada a lista dos HABILITADOS NÍVEL SUPERIOR. Esgotadas as opções, passa-se a chamar os candidatos da lista dos NÃO HABILITADOS e posteriormente os nível médio MAGISTÉRIO (alterado pela retificação 01/2016)

6.6.2. Para os demais cargos a Nota Final será: $PO = 100\%$.

Entenda-se:

PO = Prova Objetiva

PT = Prova de Títulos

PP = Prova Prática

NF = Nota Final

6.7 Os candidatos que não entregarem os comprovantes de títulos serão automaticamente classificados como NÃO HABILITADOS.

6.8. A classificação para os demais cargos seguirá apenas uma lista.

7. DA REALIZAÇÃO DAS PROVAS E DA DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS

7.1. A PROVA OBJETIVA PARA TODOS OS CARGOS SERÁ REALIZADA NO DIA 22 DE JANEIRO DE 2017, COM INÍCIO ÀS 9H30MIN E TÉRMINO ÀS 11H30MIN, SENDO RECOMENDADA A CHEGADA DOS CANDIDATOS COM 30 (TRINTA) MINUTOS DE ANTECEDÊNCIA, MUNIDOS DE DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO OFICIAL COM FOTO, LEVANDO EM CONSIDERAÇÃO QUE O ACESSO AO LOCAL DA PROVA SERÁ FECHADO ÀS 9H25MIN.

7.1.1. Será vedado o acesso ao local da prova objetiva para todos os candidatos que se apresentarem após as 9 h e 25 minutos, sob qualquer alegação.

7.1.2. O LOCAL DAS PROVAS OBJETIVAS, PRÁTICAS E DE TÍTULOS SERÁ DIVULGADO JUNTAMENTE COM O ROL DE INSCRITOS.

7.2. Na realização da prova objetiva, o candidato deverá observar os seguintes aspectos, sob pena de desclassificação do certame:

7.2.1. Comparecer no local da prova com antecedência mínima recomendada de 30 (trinta) minutos do início da mesma, portando, obrigatoriamente, documento de identidade e caneta esferográfica com tinta azul ou preta;

7.2.1.1. São considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (Ordens, Conselhos, etc.); passaporte brasileiro, certificado de reservista, carteiras funcionais do Ministério Público; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por Lei Federal, valham como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação (somente o modelo aprovado pelo artigo 159 da Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997);

7.2.1.2. Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento, títulos eleitorais, carteiras de motorista (modelo antigo), carteiras de estudante, carteiras funcionais, CPF, ou qualquer outro documento sem valor de identidade, bem como documentos ilegíveis ou não identificáveis.

7.2.1.3. O candidato deverá permanecer em sala por um período mínimo de 30 minutos sob pena de desclassificação.

7.2.2. A prova objetiva terá 25 questões, distribuídas da forma abaixo:

PARA TODOS OS CARGOS

CONTEÚDOS	NÚMERO DE QUESTÕES	ORDEM DAS QUESTÕES NA PROVA	VALOR DE CADA QUESTÃO
Conhecimentos Gerais (Língua Portuguesa, Matemática e Conhecimentos Gerais e Atualidades)	15	1 a 5 – Língua Portuguesa 6 a 10 – Matemática 11 a 15 – Conhecimentos Gerais	0,30
Conhecimentos Específicos	10	16 a 25	0,55

7.2.2.1. Os programas da prova objetiva estão descritos no Anexo II do presente Edital.

7.2.3. Durante a realização da prova não será permitido ao candidato, sob pena de ser excluído do Processo Seletivo:

7.2.3.1. Comunicar-se com os demais candidatos ou pessoas estranhas ao Processo Seletivo, bem como consultar livros ou apontamentos;

7.2.3.2. Ausentar-se do recinto, a não ser momentaneamente, em casos especiais e na presença de fiscal;

7.2.3.3. Fazer uso de telefone celular ou qualquer outro equipamento eletrônico ou de comunicação;

7.2.3.4. Os pertences do candidato, inclusive aparelhos eletrônicos (desligados) deverão ser depositados na sala de provas, em local indicado pelo fiscal;

7.2.3.5. O uso de qualquer material, objeto ou equipamento não permitido no local da prova, corredores ou banheiros, implicará na exclusão do candidato do Processo Seletivo, sendo atribuída nota zero à prova objetiva.

7.2.3.6. Ter comportamento agressivo e descortês com qualquer pessoa envolvida na aplicação das provas.

7.2.3.7. O candidato que tumultuar, interromper ou prejudicar de alguma forma a aplicação da prova será desclassificado do Processo Seletivo.

7.2.3.8. O candidato poderá, para atender às normas de segurança, ser filmado, fotografado e/ou submetido à revista pessoal e/ou de seus pertences, à varredura eletrônica e/ou identificação datiloscópica.

7.2.4. Em hipótese alguma haverá segunda chamada após o horário de início da prova, nem a realização de prova fora do horário e local marcado para todos os candidatos;

7.2.5. Os envelopes contendo as provas serão abertos por 3 (três) candidatos, que comprovarão os respectivos lacres e assinarão, juntamente com o fiscal, o termo de abertura dos mesmos;

7.2.6. O candidato receberá, para realizar a prova, um caderno de questões e um cartão-resposta para cada cargo inscrito, sendo responsável pela conferência dos dados e pela verificação se o caderno de questões está completo, sem falhas de impressão e se corresponde ao cargo para o qual se inscreveu.

7.2.6.1. O caderno de questões é o espaço no qual o candidato poderá desenvolver todas as técnicas para chegar à resposta adequada, permitindo-se o rabisco e a rasura em qualquer folha, EXCETO no CARTÃO RESPOSTA.

7.2.7. A ocorrência de qualquer divergência deve ser comunicada imediatamente ao fiscal de sala;

7.2.8. Não serão substituídos os cartões por erro do candidato, tendo em vista sua codificação, nem atribuídos pontos às questões não assinaladas, ou marcadas com mais de uma alternativa, emendas ou rasuras, a lápis ou com caneta esferográfica de tinta com cor diversa das estabelecidas ou em desacordo com as instruções contidas no caderno de provas e ou cartão resposta;

7.2.8.1. A correção das provas será feita por meio eletrônico - leitura ótica, sendo o CARTÃO-RESPOSTA o único documento válido e utilizado para esta correção. Este deve ser preenchido com bastante atenção. O candidato é o único responsável pela entrega do mesmo devidamente preenchido e assinado. A não entrega do cartão de respostas implicará a automática eliminação do candidato do certame.

7.2.8.2. Serão considerados sem efeito os cartões-respostas entregues sem a assinatura do candidato.

7.2.9. AO TERMINAR A PROVA, O CANDIDATO ENTREGARÁ AO FISCAL DE SALA O CARTÃO-RESPOSTA DEVIDAMENTE PREENCHIDO E ASSINADO.

7.2.10. Após a realização da prova, o candidato deverá afastar-se imediatamente do local sob pena de desclassificação. O candidato que não concluiu a prova não poderá comunicar-se com os candidatos que já a efetuaram;

7.2.11. No local da prova, os 3 (três) últimos candidatos permanecerão até o último concluir, os quais assinarão o termo de encerramento, juntamente com os fiscais, e efetuarão a conferência dos cartões respostas, cujas irregularidades serão apontadas no referido termo;

7.3. Na hipótese de ocorrer anulação de questões, as mesmas serão consideradas como respondidas corretamente por todos os candidatos;

7.3.1. Os envelopes contendo os cartões-respostas serão entregues, pelos fiscais, à Comissão Executiva do Processo Seletivo.

7.4. Ocorrendo empate na classificação final, dar-se-á preferência, pela ordem, ao candidato:

7.4.1. Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, completados até o último dia da inscrição neste Processo Seletivo, de acordo com o previsto no parágrafo único do art. 27 da Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 e alterações – Estatuto do Idoso;

Para os demais candidatos será:

a) Que obtiver melhor nota na prova de Língua Portuguesa;

b) Que obtiver melhor nota na prova de Conhecimentos Específicos;

c) Que tiver maior idade.

7.5. Persistindo o empate entre os candidatos, depois de aplicados os critérios acima, o desempate se dará através do sistema de sorteio pela Loteria Federal, conforme segue:

7.5.1. Os candidatos empatados serão ordenados de acordo com seu número de inscrição, de forma crescente ou decrescente, conforme o resultado do primeiro prêmio da extração da loteria federal imediatamente anterior ao dia da efetiva realização da prova objetiva, segundo os critérios a seguir:

a) Se a soma dos algarismos do número sorteado no primeiro prêmio da Loteria Federal for par, a ordem será crescente;

b) Se a soma dos algarismos da loteria federal for ímpar, a ordem será decrescente.

7.6. O não comparecimento do candidato, na forma disposta no item 7.1, implicará sua desclassificação do Processo Seletivo.

8. DOS RECURSOS

8.1. Serão admitidos os seguintes recursos:

- 8.1.1. Da impugnação do presente Edital;
- 8.1.2. Do não deferimento do pedido de inscrição;
- 8.1.3. Da formulação das questões e da discordância com o gabarito da prova;
- 8.1.4. Da nota da prova objetiva, prática e de títulos;
- 8.1.5. Da classificação Provisória.

8.2. A impugnação a este Edital poderá ser efetuada por qualquer cidadão, no prazo de 02 (dois) dias úteis, após a sua publicação, mediante requerimento junto à Secretaria de Administração, no Município de São Joaquim.

8.3. Os demais recursos deverão ser feitos exclusivamente através do sítio da empresa Acesse Concursos LTDA– www.acesseconcursossc.com.br no campo RECURSOS, disposto na área referente a este processo seletivo. Não serão aceitos recursos via postal, via correio eletrônico, via fax ou fora do prazo preestabelecido.

8.4. Somente serão aceitos, analisados e julgados recursos fundamentados, com argumentação lógica e consistente, com apresentação de bibliografia no caso de recurso contra questões.

8.5. A Banca Examinadora da Entidade Executora do presente Processo Seletivo constitui-se em última instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais.

9. DOS REQUISITOS PARA NOMEAÇÃO

9.1. Para a investidura no cargo, o candidato aprovado deverá, obrigatoriamente, preencher os requisitos a seguir:

- 9.1.1 - Ter nacionalidade brasileira ou equivalente;
- 9.1.2 - Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos;
- 9.1.3 - Ter aptidão física e mental, demonstrada por atestado médico e dos demais documentos de que trata este Edital, os quais são de responsabilidade do candidato;
- 9.1.4 - Comprovar habilitação mínima exigida pelo Edital;
- 9.1.5 - Carteira de Identidade;
- 9.1.6 - Cadastro de Pessoa Física – CPF;
- 9.1.7 - Título de Eleitor e comprovante de quitação eleitoral;
- 9.1.8 - Carteira de Reservista ou equivalente (somente para os candidatos do sexo masculino);
- 9.1.9 - Comprovante de escolaridade e da formação exigida para o cargo;
- 9.1.10 - Certidão de nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- 9.1.11 - Certidão de nascimento e carteirinha de vacinação dos filhos menores de 14 anos;
- 9.1.12 - Certidão de casamento ou união estável;
- 9.1.13 - 01 foto 3x4
- 9.1.14 - PIS/PASEP (frente e verso);
- 9.1.15 - Número da conta corrente;
- 9.1.16 - Declaração de bens ou cópia da declaração do Imposto de Renda
- 9.1.17 - Declaração de não possuir acúmulo de cargo ou função pública, exceto os previstos em Lei;
- 9.1.18 - Cópia da Carteira de Trabalho;
- 9.1.19 - Comprovante de endereço;
- 9.1.20 - Registro no Conselho de Classe, quando for o caso.

9.2 A admissão dos candidatos aprovados no Processo Seletivo dar-se-á conforme a Legislação vigente na instituição na data da admissão.

10. DA VALIDADE DO PROCESSO SELETIVO E DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Este Processo Seletivo terá validade de 1 (um) ano, a contar de sua homologação final.

10.2 A aprovação no Processo Seletivo não assegura ao candidato a nomeação imediata, mas apenas a expectativa de ser nomeado de acordo com as necessidades da Administração Municipal, respeitada a ordem de classificação.

11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. A lista de inscritos, o gabarito da prova objetiva, a lista de classificados e decisões resultantes de recursos e demais atos provenientes deste Edital de Processo Seletivo, serão publicados no quadro de publicações oficiais do Município de São Joaquim e nos sítios www.acesseconcursossc.com.br e www.saojoaquim.sc.gov.br e www.saojoaquimonline.com.br

11.2 - A homologação do Processo Seletivo far-se-á em lista separada para os portadores de deficiência, constando em ambas a nota final de aprovação e classificação ordinal em cada uma das listas.

11.3. Itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos, circunstâncias que serão mencionadas em Editais devidamente publicados.

11.4. Os casos omissos serão resolvidos pelas Comissões do Processo Seletivo, sendo a Comissão Executora competente também para julgar, em decisão irrecurável e soberana, quaisquer que sejam os recursos interpostos pelos candidatos.

11.5. Integram o presente Edital os seguintes Anexos:

- 11.5.1. Anexo I – Quadro de cargos, vagas, vencimentos, carga horária e habilitação mínima exigida;
 11.5.2. Anexo II – Conteúdo Programático da Prova Objetiva;
 11.5.3. Anexo III – Declaração para candidatos portadores de necessidades especiais;
 11.5.4. Anexo IV – Normas para realização das provas práticas;
 11.5.5. Anexo V – Normas para realização da prova de títulos.
 11.5.6. Anexo VI – Atribuições dos Cargos.

Prefeitura Municipal de São Joaquim, 28 de dezembro de 2016.

HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI

Prefeito Municipal

FABIANO PADILHA

Presidente da Comissão

ANEXO I

QUADRO DE CARGOS, VAGAS, VENCIMENTOS, CARGA HORÁRIA E HABILITAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA PARA CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR

CARGOS	VAGAS	CARGA HORÁRIA SEMANAL	HABILITAÇÃO MÍNIMA	VALOR SALÁRIOS	TIPO DE PROVAS
Operador de Máquinas e Equipamentos (Todos os tipos de Máquinas das Secretarias)	CR	40	Ensino Fundamental Completo; Prática em operação de máquinas; Carteira CNH "D".	R\$: 1.867,53	OBJETIVA PRÁTICA
Agente de Serviços Gerais Braçal	CR	40	Ensino Fundamental Completo;	R\$: 880,00 Salário Mínimo	OBJETIVA PRÁTICA
Agente de Serviços Gerais - servente/faxineira/Merendeira	CR	40	Ensino Fundamental Completo; com capacidade para leitura e interpretação de texto; experiência na confecção de alimentos e limpeza em geral.	R\$: 880,00 Salário Mínimo	OBJETIVA PRÁTICA
Motorista da Educação	CR	40	Ensino Fundamental Completo com comprovada capacidade de escrita e compreensão de texto; CNH "D"; curso de qualificação para transporte escolar;	R\$: 1.258,54	OBJETIVA PRÁTICA
Motoristas demais Secretarias	CR	40	Ensino Fundamental Completo com comprovada capacidade de escrita e compreensão de texto; CNH "D";	R\$: 1.542,87	OBJETIVA PRÁTICA
Professor de Educação Infantil Alterado pela retificação 01/2016	CR	20	Certificado de Conclusão de Licenciatura Plena com habilitação em Pedagogia e Educação Infantil, cursando a 4ª fase ou nível médio MAGISTÉRIO (habilitação em educação infantil)	HABILITADO R\$: 1.275,43 NÃO HABILITADO e MAGISTÉRIO R\$: 1.067,82	OBJETIVA TÍTULOS
Professor de Educação Infantil Alterado pela retificação 01/2016	CR	30	Certificado de Conclusão de Licenciatura Plena com habilitação em Pedagogia e Educação Infantil, cursando a 4ª fase ou nível médio MAGISTÉRIO (habilitação em educação infantil)	HABILITADO R\$: 1.913,13 NÃO HABILITADO e MAGISTÉRIO R\$: 1.601,73	OBJETIVA TÍTULOS
Professor Pré – Escolar Alterado pela retificação 01/2016	CR	20	Certificado de Conclusão de Licenciatura Plena com habilitação em Pedagogia e Educação Infantil, cursando a 4ª fase ou nível médio MAGISTÉRIO (habilitação em educação infantil)	HABILITADO R\$: 1.275,43 NÃO HABILITADO e MAGISTÉRIO R\$: 1.067,82	OBJETIVA TÍTULOS
Professor Anos Iniciais Alterado pela retificação 01/2016	CR	20	Certificado de Conclusão de Licenciatura Plena em Pedagogia, cursando a 4ª fase ou nível médio MAGISTÉRIO	HABILITADO R\$: 1.275,43 NÃO HABILITADO e MAGISTÉRIO R\$: 1.067,82	OBJETIVA TÍTULOS

Professor de Língua Portuguesa	CR	20	Certificado de Conclusão de Licenciatura Plena com habilitação na área ou cursando a 4ª fase.	HABILITADO R\$: 1.275,43 NÃO HABILITADO R\$: 1.067,82	OBJETIVA TÍTULOS
Professor de Língua Portuguesa	CR	10	Certificado de Conclusão de Licenciatura Plena com habilitação na área ou cursando a 4ª fase.	HABILITADO R\$: 637,69 NÃO HABILITADO R\$: 533,91	OBJETIVA TÍTULOS
Professor de Matemática	CR	20	Certificado de Conclusão de Licenciatura Plena com habilitação na área ou cursando a 4ª fase.	HABILITADO R\$: 1.275,43 NÃO HABILITADO R\$: 1.067,82	OBJETIVA TÍTULOS
Professor de Matemática	CR	10	Certificado de Conclusão de Licenciatura Plena com habilitação na área ou cursando a 4ª fase.	HABILITADO R\$: 637,69 NÃO HABILITADO R\$: 533,91	OBJETIVA TÍTULOS
Professor de História	CR	20	Certificado de Conclusão de Licenciatura Plena com habilitação na área ou cursando a 4ª fase.	HABILITADO R\$: 1.275,43 NÃO HABILITADO R\$: 1.067,82	OBJETIVA TÍTULOS
Professor de Geografia	CR	20	Certificado de Conclusão de Licenciatura Plena com habilitação na área ou cursando a 4ª fase.	HABILITADO R\$: 1.275,43 NÃO HABILITADO R\$: 1.067,82	OBJETIVA TÍTULOS
Professor de Ciências	CR	20	Certificado de Conclusão de Licenciatura Plena com habilitação na área ou cursando a 4ª fase.	HABILITADO R\$: 1.275,43 NÃO HABILITADO R\$: 1.067,82	OBJETIVA TÍTULOS
Professor de Educação Física	CR	20	Certificado de Conclusão de Licenciatura Plena com habilitação na área ou cursando a 4ª fase.	HABILITADO R\$: 1.275,43 NÃO HABILITADO R\$: 1.067,82	OBJETIVA TÍTULOS
Professor de Educação Física	CR	10	Certificado de Conclusão de Licenciatura Plena com habilitação na área ou cursando a 4ª fase.	HABILITADO R\$: 637,69 NÃO HABILITADO R\$: 533,91	OBJETIVA TÍTULOS
Professor de Arte	CR	10	Certificado de Conclusão de Licenciatura Plena com habilitação na área ou cursando a 4ª fase.	HABILITADO R\$: 637,69 NÃO HABILITADO R\$: 533,91	OBJETIVA TÍTULOS
Professor de Arte	CR	20	Certificado de Conclusão de Licenciatura Plena com habilitação na área ou cursando a 4ª fase.	HABILITADO R\$: 1.275,43 NÃO HABILITADO R\$: 1.067,82	OBJETIVA TÍTULOS
Professor de Língua Inglesa	CR	20	Certificado de Conclusão de Licenciatura Plena com habilitação na área ou cursando a 4ª fase.	HABILITADO R\$: 1.275,43 NÃO HABILITADO R\$: 1.067,82	OBJETIVA TÍTULOS
2º Professor	CR	20	Certificado de Conclusão de Licenciatura Plena em Educação Especial ou cursando a 6ª fase.	HABILITADO R\$: 1.275,43 NÃO HABILITADO R\$: 1.067,82	OBJETIVA TÍTULOS

Professor do AEE	CR	20	Certificado de conclusão de Licenciatura Plena em Educação Especial ou cursando a 6ª fase..	HABILITADO R\$: 1.275,43 NÃO HABILITADO R\$: 1.067,82	OBJETIVA TÍTULOS
Professor de Música	CR	40	Licenciatura em Música ou 2º grau completo e habilitação específica na área, com qualificação em instrumentos de cordas (violino, viola, cello e contrabaixo); metais (trompa, trompete, trombone e tuba); e madeiras (flauta, oboé, clarinete, sax-alto e sax- tenor).	HABILITADO R\$: 2.550,92 NÃO HABILITADO R\$: 1.067,82	OBJETIVA TÍTULOS
Professor de Projetos Educacionais Ginásio.	CR	20	Bacharel em Educação Física com registro no órgão fiscalizador da profissão ou cursando a 4ª fase.	HABILITADO R\$: 1.275,43 NÃO HABILITADO R\$: 1.067,82	OBJETIVA TÍTULOS
Professor de Projetos Educacionais Ginásio.	CR	30	Bacharel em Educação Física com registro no órgão fiscalizador da profissão ou cursando a 4ª fase.	HABILITADO R\$: 1.913,13 NÃO HABILITADO R\$: 1.601,73	OBJETIVA TÍTULOS
Professor de Projetos Educacionais Ginásio.	CR	40	Bacharel em Educação Física com registro no órgão fiscalizador da profissão ou cursando a 4ª fase.	HABILITADO R\$: 2.550,92 NÃO HABILITADO R\$: 2.135,64	OBJETIVA TÍTULOS
Orientador de Música	CR	20	Certificado de conclusão do Ensino Médio; cursos profissionalizantes ou experiência comprovada de atuação na área.	HABILITADO R\$: 994,96	OBJETIVA PRÁTICA
Orientador de Artesanato	CR	20	Certificado de conclusão do Ensino Médio; cursos profissionalizantes ou experiência comprovada de atuação na área.	HABILITADO R\$: 994,96	OBJETIVA PRÁTICA
Orientador de Dança	CR	20	Certificado de conclusão do Ensino Médio; cursos profissionalizantes ou experiência comprovada de atuação na área.	HABILITADO R\$: 994,96	OBJETIVA
Técnico em Enfermagem SAMU	CR	40	- Ensino Médio Completo; - Curso Técnico em Enfermagem; - Registro Ativo no Conselho de Classe de Santa Catarina; - Experiência mínima de 06 meses comprovada em Atendimento de Urgência e Emergência Adulto e/ou Pediátrico, sendo válidos os seguintes locais: UPA (Unidade de Pronto Atendimento), Pronto Socorro, Ambulâncias de Suporte Básico de Vida, UTI (Unidade de Terapia Intensiva), Unidade Hospitalar Semi Intensiva. Escala de 12 x 36 Horas em Regime de Plantão.	R\$: 1.596,17	OBJETIVA TÍTULOS

Motorista Socorrista SAMU	CR	40	- Ensino Médio Completo; - Carteira Nacional de Habilitação Válida no ato da Contratação (CNH mínima categoria D); - Certificado do Curso de Condutor de Veículos de Emergência Homologado pelo Detran de Santa Catarina que contemple direção defensiva e noções de primeiros socorros; - Certidão Negativa de Multas de Trânsito (original); - Ter idade mínima de 18 anos completos; - Experiência mínima de 06 meses comprovada no cargo de Motorista Socorrista ou Condutor de veículo de emergência em atendimento pré-hospitalar. Escala de 12 x 36 Horas em Regime de Plantão.	R\$: 1.258,54	OBJETIVA
Fiscal de Tributos	CR	40	Ensino Médio Completo experiência comprovada na área de atuação com declaração.	R\$: 2.179,19	OBJETIVA TÍTULOS
Auxiliar de Saúde Bucal	CR	40	Certificado de conclusão do 2º grau e experiência comprovada na área (declaração) ou curso preparatório para a função.	R\$: 1.048,64	OBJETIVA

CR = CADASTRO RESERVA

ANEXO II CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

CONTEÚDO COMUM AOS CARGOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL E ALFABETIZADO

LÍNGUA PORTUGUESA: Interpretação de texto; Conhecimento de língua: ortografia, acentuação gráfica, pontuação, sinônimos e antônimos, encontros consonantais, vocálicos e dígrafos, alfabeto (ordem alfabética; reconhecimentos de vogais e de consoantes), separação e classificação de sílabas. Emprego, flexão e substituição de substantivos, adjetivos, artigos, pronomes e advérbios. Concordância verbal e nominal.

MATEMÁTICA: Sistema de numeração decimal; Operações de adição, subtração, multiplicação e divisão; Números decimais, operações envolvendo números decimais (adição, subtração, multiplicação e divisão); Medidas de comprimento, medidas de tempo, medidas de massa, medidas de capacidade, medidas de temperatura, raciocínio lógico e problemas matemáticos;

CONHECIMENTOS GERAIS: Domínio de tópicos de diversas áreas, tais como: política, economia, sociedade, geografia, educação, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável, segurança, em nível municipal, regional, nacional e internacional.

CONTEÚDO COMUM AOS CARGOS DE NÍVEL MÉDIO/TÉCNICO E SUPERIOR

LÍNGUA PORTUGUESA: Interpretação de texto. Conhecimento de língua: ortografia/acentuação gráfica; classes de palavras: substantivo: classificação, flexão e grau; adjetivo: classificação, flexão e grau; advérbio: classificação, locução adverbial e grau; pronome: classificação, emprego e colocação dos pronomes oblíquos átonos; verbo: classificação, conjugação, emprego de tempos e modos; preposição e conjunção: classificação e emprego; estrutura das palavras e seus processos de formação; estrutura da oração e do período; concordância verbal e nominal; regência verbal e nominal, crase. Pontuação; figuras de linguagem (principais); variação linguística: as diversas modalidades do uso da língua.

MATEMÁTICA: Números: naturais, inteiros, racionais, irracionais, reais, complexos; Álgebra: sequências, conceitos, operações com expressões algébricas; Equações e Inequações; Relações e funções; Geometria: elementos básicos, conceitos primitivos, representação geométrica no plano; Sistema de medidas: comprimento, superfície, volume, capacidade, ângulo, tempo, massa, peso, velocidade e temperatura; Estatísticas: noções básicas, razão, proporção, interpretação e construção de tabelas e gráficos; Matrizes; Progressão Aritmética / Geométrica; Noções de probabilidade.

CONHECIMENTOS GERAIS: Domínio de tópicos de diversas áreas, tais como: política, economia, sociedade, geografia, educação, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável, segurança, em nível municipal, regional, nacional e internacional.

CONTEÚDO ESPECÍFICO POR CARGO

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL:

Direitos de Aprendizagem do aluno; Relacionamento Professor x Aluno, Função e papel da escola, Problemas de aprendizagem, Fatores físicos, psíquicos e sociais; Educação no mundo atual, Recreação: Atividades recreativas, Aprendizagem: Leitura/Escrita, Didática: métodos, técnicas, recursos/material didático, Processo Ensino-aprendizagem: avaliação, Planejamento de aula: habilidade objetivos à avaliação, Desenvolvimento da linguagem oral, escrita, audição e leitura, métodos, técnicas e habilidades, Instrumentos/Atividades Pedagógicas, Métodos de Alfabetização Tendências Pedagógicas, Papel do Professor, Decroly, Maria Montessori, Freinet, Rousseau, Vygotsky, Piaget, Paulo Freire, Psicologia da Educação. Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento; Didática Geral. Direitos de Aprendizagem do aluno, Importância dos gêneros textuais e do lúdico no ciclo de alfabetização, Currículo e articulação das áreas do conhecimento, Avaliação no ciclo de alfabetização e retenção do aluno, planejamento do professor (rotina, sequência didática, projeto didático), Legislação da educação básica; Lei nº 9.394/96 LDB; Lei nº 10.639 de 09 de Janeiro de 2003 – Educação das Relações Étnico-raciais (histórias e culturas africanas, afro-brasileiras e indígenas). Constituição Federal, na parte referente à Educação; e ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente); - Proposta Curricular de Santa Catarina, Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, DIDÁTICA GERAL. Lei Orgânica do Município. Conhecimentos inerentes à função observando-se a prática do dia-a-dia.

PROFESSOR PRÉ-ESCOLA:

Conhecimentos Específicos para a área de atuação: Políticas Públicas para a Educação Infantil; Organização do trabalho pedagógico da Educação Infantil; Projetos pedagógicos para o trabalho em Educação Infantil; Registros, planejamento e avaliações na Educação Infantil; Pressupostos teóricos e metodológicos da Educação Infantil; Educação, cultura e infância; Formação do professor de Educação Infantil; Teorias Educacionais que fundamentam a Educação Infantil; LDB, PCN de educação infantil .ECA ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE e Plano de Cargos e Salários Lei Complementar Nº4.183/2013. Lei Orgânica do Município de São Joaquim – SC.

PROFESSOR SÉRIES INICIAIS:

Educação no mundo atual, Relacionamento Professor x Aluno, Função e papel da escola. Problemas de aprendizagem. Fatores físicos, psíquicos e sociais. Aprendizagem: Leitura/Escrita. Didática: métodos, técnicas, livro didático, recursos/material didático. Processo Ensino-aprendizagem: avaliação, recuperação. Planejamento de aula: habilidade, objetivos à avaliação. Métodos e processos no ensino da leitura. Desenvolvimento da linguagem oral, escrita e leitura. Instrumentos/Atividades Pedagógicas. Lei de Diretrizes e Bases - LDB, Métodos de Alfabetização, Tendências Pedagógicas, Papel do Professor, Decroly, Maria Montessori, Freinet, Rousseau, Vygotsky, Piaget, Psicologia da Educação. Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento; Didática Geral. Novas diretrizes curriculares para o ensino fundamental. Estatuto da criança e do adolescente. Plano Nacional da Educação – Lei 13.005 de 25 de junho de 2014.

PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA:

Metodologia de ensino de Língua Portuguesa; Compreensão e interpretação de textos; Tipologia textual; Níveis de linguagem; Funções da linguagem; Coesão e coerência; Intertextualidade; Semântica; Sintaxe de regência, colocação e concordância; Análise sintática: período simples e período composto; Metodologia de produção de textos. Localização de informações explícitas e implícitas no texto. Depreensão do significado de vocábulos e expressões em função do contexto. Identificação de relações de sentido entre orações e segmentos do texto. Reconhecimento do uso significativo dos diferentes recursos gramaticais no texto. Estrutura e formação de palavras; emprego das diferentes classes de palavras. Valor semântico de elementos mórficos. Uso e função do artigo, dos pronomes e numerais. Valor substantivo, adjetivo e adverbial dos vocábulos portugueses. Emprego de preposições e conjunções que conferem coesão e coerência ao texto escrito. Denotação e conotação – figuras de linguagem. Variação linguística e adequação no uso da língua às situações de comunicação. Ortografia. Emprego de letras. Acentuação gráfica (conforme o atual Acordo Ortográfico). Flexão verbal – valor semântico de tempos e modos. Correlação entre tempos verbais. Concordância verbal. Concordância nominal. 8. Regência nominal e verbal – o fenômeno da crase. Uso e função dos sinais de pontuação.

PROFESSOR DE MATEMÁTICA:

Metodologia de ensino de Matemática; Conjuntos Numéricos e Sistemas de Numeração: Números naturais; Números inteiros; Números racionais; Números irracionais; Números reais; Potenciação nos números reais; Radiciação nos números reais; Sistema de numeração decimal; Sistema de numeração binário; Sistema de numeração romano; Grandezas e Medidas: Sistema métrico decimal; Sistema sexagesimal de medidas (medidas de ângulos e medidas de tempo); Proporções (proporcionalidade entre números, proporcionalidade entre grandezas); Porcentagem; Tratamento da Informação: Gráficos estatísticos; Frequências e amostras; Medidas de tendência central (médias); Geometria Plana: Perímetros de figuras planas; Áreas de figuras planas; Número de diagonais de um polígono convexo; Soma das medidas dos ângulos internos de um polígono convexo; Soma das medidas dos ângulos externos de um polígono convexo; Semelhança de figuras planas (ampliações e reduções); Segmentos proporcionais (Teorema de Tales); O teorema de Pitágoras; Tópicos de Trigonometria: Razões trigonométricas no triângulo retângulo; Razões trigonométricas em triângulos quaisquer (lei dos senos e lei dos cossenos); Geometria Não Plana: Poliedros; Prismas retos (cálculo de áreas e volumes); Cilindros retos (cálculo de áreas e volumes); Pirâmides (cálculo de áreas e volumes); Cones (cálculo de áreas e volumes); Esferas (cálculo de áreas e volumes); Tópicos de Álgebra: Equações do 1º grau com uma incógnita; Sistemas de equações do 1º grau com duas incógnitas; Equações do 2º grau com uma incógnita; Expressões algébricas (produtos notáveis e fatoração); Função afim; Função quadrática.

PROFESSOR DE HISTÓRIA:

Metodologia de ensino de História; História e Antiguidade – Pré-História; Origem do Homem; Desenvolvimento da civilização (classes sociais, Estado e divisão social do trabalho); Antiguidade Oriental: Mesopotâmia, Egito, Hebreus, Fenícia e Pérsia (características geográficas, aspectos políticos, sociais, econômicos e culturais); Civilização Grega: características geográficas; civilização cretense; períodos da história grega; civilização helenística; cultura grega; Civilização Romana: características geográficas; monarquia; república; império; cultura romana; Idade Média; Civilização Bizantina: características geográficas; aspectos políticos, sociais, econômicos e culturais; Civilização Islâmica: origens e doutrina muçulmana; expansão islâmica; aspectos culturais; Idade Média Ocidental: invasões bárbaras; formação dos reinos germânicos; o reino dos francos; sistema feudal (aspectos econômicos, políticos, sociais); a Igreja na Idade Média; cavalaria; cruzadas; cultura medieval; A Crise do Feudalismo: renascimento comercial; renascimento urbano; feiras; corporações de ofício; ascensão da burguesia; revoltas camponesas; Idade Moderna; Transição do Feudalismo ao Capitalismo: Estados nacionais e absolutismo; expansão marítima europeia; mercantilismo; Renascimento cultural; Reforma religiosa e Contra reforma; Antigo Sistema Colonial: conquista da América; sistema colonial espanhol; colonização inglesa na América do Norte; colonização portuguesa no Brasil (expedição colonizadora, Capitânias Hereditárias, Governo Geral, economia e sociedade açucareira, domínio espanhol, bandeirantismo, economia e sociedade do ouro); Revoluções Burguesas e Crise do Antigo Sistema Colonial: Revolução Inglesa do século XVII; Revolução Industrial; Iluminismo e pensamento liberal; Revolução Francesa; independência dos EUA; independências na América espanhola; crise do Antigo Sistema Colonial no Brasil (movimentos nativistas, Inconfidência mineira e baiana, vinda da Família Real portuguesa para o Brasil, Independência); Idade Contemporânea; Consolidação e Expansão do Capitalismo: movimentos operários do século XIX; socialismo, comunismo e anarquismo; Imperialismo; unificação italiana e alemã; EUA no século XIX; Brasil Império (1º reinado, regências, 2º reinado, economia cafeeira, Guerra do Paraguai, imigração, campanha abolicionista); proclamação da República no Brasil; Contradições e Crises do Capitalismo e Alternativa Socialista: 1ª Guerra Mundial; Revolução Russa de 1917; crise de 1929; nazi-fascismo; 2ª Guerra Mundial; Brasil na República Velha (Revolução Federativa, política dos governadores, coronelismo, café, industrialização, movimento operário; Revolta da Vacina, guerra de Canudos, guerra do Contestado, movimento tenentista, Revolução de 1930, período Vargas, Estado Novo); Mundo Contemporâneo: Guerra Fria; descolonização; expansão do bloco socialista; revolução e reação na América Latina; conflitos no Oriente Médio; problemas atuais do Continente Africano; desestruturação do bloco soviético; Brasil contemporâneo (período populista 1945-1964, regime militar, redemocratização, Brasil atual); História do Paraná: Principais acontecimentos históricos.

PROFESSOR DE GEOGRAFIA:

Conhecimentos Específicos para a área de atuação: Concepções de Geografia; A importância da ciência de Geografia; Objetos e objetivos da ciência geográfica. Conceitos de lugar, espaço, paisagem, região e território; Correntes geográficas; O espaço geográfico; Organização sócio espacial do mundo, do Brasil e de Santa Catarina; LDB, PCN de geografia. Plano de Cargos e Salários Lei Complementar Nº4.183/2013. Lei Orgânica do Município de São Joaquim – SC.

PROFESSOR DE CIÊNCIAS:

Metodologia de ensino de Ciências; Biologia. Meio Ambiente: estudo do ar; da água; do solo; da ecologia; Seres Vivos; vírus; Estudo dos reinos Monera, dos Fungos e Protozoários; Reino Vegetal (classificação, organologia, fisiologia); Reino Animal (características gerais e classificação). Corpo Humano: noções do corpo humano, anatomia, fisiologia; Noções Básicas de Saúde: viroses, bacterioses, protozoonoses, verminoses e sua profilaxia; Química. Matéria: conceitos fundamentais; propriedades gerais e específicas; transformações (fenômenos físicos e químicos); estados físicos e suas mudanças; Substâncias Puras e Misturas: conceito; classificação; fracionamento. Estudo do Átomo: teoria atômico-molecular; estrutura atômica; número atômico e massa atômica; semelhanças atômicas; distribuição eletrônica por camadas ou níveis; Elementos Químicos: nomenclatura e símbolos; classificação periódica; substâncias químicas; fórmulas químicas; noções de eletro negatividade e eletro positividade; ligações químicas; Noções Químicas: ácidos; bases; sais e óxidos. Reações Químicas: conceitos; tipos (análise, síntese, simples troca e dupla troca); equilíbrio das equações químicas e leis ponderais: lei Lavoisier e Proust; Física. Noções de Estática: definição da força; unidades e sistemas de forças; equilíbrio de um corpo; máquinas simples. Dinâmica: leis da dinâmica (1ª, 2ª e 3ª Leis de Newton e Gravitação Universal, atrito); energia cinética e potencial; trabalho; potência. Noções de Hidrostática: mecânica dos fluidos; densidade absoluta/massa específica; pressão e empuxo. Termologia: calor e temperatura; propagação de calor; escalas termométricas; calorimetria; dilatação. Ótica: fundamentos básicos, espelhos planos e curvos; lentes; o olho humano e suas anomalias. Acústica: fundamentos, fontes sonoras, propagação do som, qualidades fisiológicas e propriedades das ondas sonoras. Eletricidade: eletrostática (formas de eletrização, condutor e isolantes); eletrodinâmica (corrente elétrica, intensidade de corrente elétrica, instrumentos de medida elétrica); magnetismo.

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA:

Metodologia de ensino de Educação Física: Ação – vivência corporal; reflexão – significação social; nova ação – elaboração; (re)significação do conhecimento. Os conteúdos de Educação Física: Ginástica – prática corporal que possibilita a descoberta das possibilidades de movimento (Ginástica Geral, Ginástica Olímpica, Ginástica Rítmica Desportiva); Dança – forma de linguagem que expressa sentimentos, retratos de épocas, costumes, tradições (brincadeiras cantadas; danças folclóricas, populares, de salão, urbanas, eruditas, criativas); Jogo – representação simbólica da realidade, caracterizada pela flexibilidade de regras (jogos tradicionais, cooperativos, pré-esportivos). Esporte – fenômeno cultural, caracterizado pela existência de regras oficializadas que regulamentam a atuação amadora e a profissional (Voleibol, Futebol, Handebol, Atletismo e Basquetebol).

PROFESSOR DE ARTE:

Metodologia de ensino de Artes; A paisagem artística sob a ótica do teatro, da música, das artes visuais e da dança – suas particularidades e diferenças em relação ao tempo e espaço; A paisagem artística a partir da diversidade cultural; Aspectos formais do teatro, música, artes visuais e dança. Estudo da arte e de sua manifestação nas diferentes poéticas: visuais, cênicas e musicais; Poéticas, meios e substâncias expressivas; Composição, estrutura e organização da expressão; Técnicas, modos e procedimentos criativos; Modalidades expressivas visuais, cênicas e musicais.

PROFESSOR DE LÍNGUA INGLESA:

Metodologia de ensino de Língua Inglesa; Leitura e interpretação de textos autênticos da língua inglesa; Estrutura e formação de palavras: processos de derivação e composição de vocábulos; Antônimos, sinônimos, falsos cognatos; Aspectos morfo-sintáticos; Substantivos (caso, número, gênero, concordância); Pronomes (classificação, uso, concordância); Adjetivos (classificação, concordância, posição, flexão); Advérbios (classificação, uso, posição na sentença); Conjunções (classificação, uso); Verbos (modo, aspecto, tempos, vozes); Preposições (uso, classificação, combinações nominais e verbais); Discurso direto e indireto; Sintaxe da sentença simples e complexa.

PROFESSOR DE MÚSICA:

História da Música no Brasil; Alguns dados sobre o som; As notas musicais; O pentagrama Exercícios de automatismo das notas musicais; Linhas Suplementares; A pulsação; Como funcionam os grupos musicais; As propriedades do som; Atividades para debater; As propriedades do som e a partitura; Duração, Longo e Curto; Gráficos e simbologias rítmicas Notação musical–Ritmo; Notas ligadas e pontuadas; Grafia do ritmo; Compassos Indicação numérica dos compassos; A tabela de simbologias rítmicas; Fórmula de compasso e figuras rítmicas (A história da família real); Tom e semitom; Soma de tons e semitons; Digitação básica para instrumentos de cordas, sopros e teclados de percussão; Escala diatônica; Como se designam as notas de uma escala (Tônica, s, m, s, d, s, sen). Educação no mundo atual, Relacionamento Professor x Aluno, Função e papel da escola.

PROFESSOR DO AEE:

Fundamentos e princípios da Educação Inclusiva; O Atendimento Educacional Especializado; Legislação Educacional; A caminhada legislativa na educação especial e a legislação vigente; Tecnologia Assistiva e suas Modalidades; Desenho Universal Inclusão escolar de alunos com deficiência; atendimento educacional especializado; amparo legal, legislação vigente; fundamentos e princípios da educação inclusiva; política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva; legislação, políticas e programas de educação especial e inclusão escolar em Santa Catarina; Alfabetização com letramento; Conceitos de deficiência. Legislação nacional, políticas públicas e documentos internacionais a respeito de pessoas com necessidades educacionais especiais. História da educação de alunos com necessidades educacionais especiais no Brasil. O conceito de necessidades educacionais especiais. A família e o indivíduo com necessidades educacionais especiais. Representações sociais a respeito de pessoas com necessidades educacionais especiais. A Formação de professores. Processos de ensino e aprendizagem e o aluno com necessidades educacionais especiais. A educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Adaptações curriculares e acessibilidade. Sistemas de apoio ao aluno com necessidades educacionais especiais no ensino regular. Lei nº 9.394/96 LDB; Lei nº 10.639 de 09 de Janeiro de 2003 – Educação das Relações Étnico-raciais. Constituição Federal, na parte referente à Educação; e ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente); - Proposta Curricular de Santa Catarina, PCN'S. Atualidades relativas à profissão. Conhecimentos inerentes à função observando-se a prática do dia-a-dia.

PROFESSOR DE PROJETOS EDUCACIONAIS:

Direitos de Aprendizagem do aluno; Relacionamento Professor x Aluno, Função e papel da escola, Problemas de aprendizagem, Fatores físicos, psíquicos e sociais; Educação no mundo atual, Recreação: Atividades recreativas, Aprendizagem: Leitura/Escrita, Didática: métodos, técnicas, recursos/material didático, Processo Ensino-aprendizagem: avaliação, Planejamento de aula: habilidade objetivos à avaliação, Desenvolvimento da linguagem oral, escrita, audição e leitura, métodos, técnicas e habilidades, Instrumentos/Atividades Pedagógicas. Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento; Didática Geral. Direitos de Aprendizagem do aluno. Currículo e articulação das áreas do conhecimento, Avaliação no ciclo de alfabetização e retenção do aluno, planejamento do professor (rotina, sequência didática, projeto didático), Legislação da educação básica; Lei nº 9.394/96 LDB; Lei nº 10.639 de 09 de Janeiro de 2003 – Educação das Relações Étnico-raciais (histórias e culturas africanas, afro-brasileiras e indígenas). Constituição Federal, na parte referente à Educação; e ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente); - Proposta Curricular de Santa Catarina, Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, DIDÁTICA GERAL. Lei Orgânica do Município. Conhecimentos inerentes à função observando-se a prática do dia-a-dia.

ORIENTADOR DE DANÇA:

Concepções de ensino e aprendizagem, currículo, desenvolvimento e conhecimento; Corporeidade/movimento humano; Finalidade da educação escolar; Educação física e qualidade de vida; A importância de trabalhar jogos Cooperativos, conhecimento de práticas desportivas. Dança e movimento; A dimensão estética da dança; Dança e sociedade; Dança e diversidade cultural; Pressupostos metodológicos do ensino da dança. Educação integral na formação do sujeito. Recreação e Lazer como qualidade de vida. Desenvolvimento Físico, Cognitivo e Psicossocial na Meia Idade e Terceira Idade. Dança popular, folclórica e tradicional. Expressão corporal. Dança clássica. Dança contemporânea. Estilos de dança na atualidade. Conhecimentos teóricos para preparação básica de um grupo de dança. Alongamento e Flexibilidade. Ritmo: classificação, valores, composição. Movimentos: classificação, postura, posições, passagens, deslocamentos. Coreografias. Dança: história, classificação, linhas coreográficas, técnica de transmissão. Expressão e comunicação artística. Didática Geral. Planejamento educacional; projeto político-pedagógico; sistema de ensino; sistema de avaliação do rendimento para a progressão escolar do educando. Lei nº 9.394/96 LDB; Lei nº 10.639 de 09 de Janeiro de 2003 – Educação das Relações Étnico-raciais. Constituição Federal, na parte referente à Educação; e ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente); - Proposta Curricular de Santa Catarina, PCN'S.

ORIENTADOR DE ARTESANATO:

Noções básica da prática de Artes e Pintura, materiais utilizados durante o trabalho, princípios de organização no trabalho. Técnicas de artesanatos; Técnicas de conservação e embalagem; Técnicas pedagógicas: plano de curso, plano de aula. Processo de criação. Percepção. Cor, disco cromático, espectro. Criatividade: conceito, originalidade, criatividade e desenvolvimento, inibição, processo e produto. Percepção: o visual, o tátil. Aspectos formais da arte/artesanato: linha, forma, superfície, volume, espaço, tempo, movimento. Integração através do trabalho artesanal. Recursos materiais. Técnicas e manuseio de materiais diversos, para confecção de produtos artesanais. Confecção de peças artesanais decorativas. Didática Geral. Planejamento educacional; projeto político-pedagógico; sistema de ensino; sistema de avaliação do rendimento para a progressão escolar do educando. Lei nº 9.394/96 LDB; Lei nº 10.639 de 09 de Janeiro de 2003 – Educação das Relações Étnico-raciais. Constituição Federal, na parte referente à Educação; e ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente); - Proposta Curricular de Santa Catarina, PCN'S.

TÉCNICO EM ENFERMAGEM SAMU:

Conhecimento de anatomia e fisiologia humana; microbiologia; parasitologia; farmacologia, higiene e profilaxia; saneamento básico; nutrição e dietética; psicologia aplicada à saúde e saúde mental; Prevenção e controle das infecções relacionadas aos serviços de saúde e infecções hospitalares. Acidentes de trabalho com material biológico. Emprego de precauções por via de transmissão de doenças e medidas de biossegurança. Boas práticas para o processamento de produtos para saúde (classificação de produtos para saúde e superfícies hospitalares, desinfecção, limpeza, esterilização de material). Ética Profissional; Legislação do Exercício Profissional. Processos fundamentais da execução do trabalho (habilidade manual, técnica e científica) através da fundamentação teórico-prática: colheita de material para exames; reconhecimento e descrição de sinais e sintomas, terminologia científica; preparo e administração de medicamentos; administração de hemoderivados; realização de controles (hídrico, sinais vitais e diurese); prevenção e tratamento de feridas e diferentes tipos de curativos; oxigenoterapia; inaloterapia; enemas; aplicação de frio e calor; cuidados com cateteres urinários; cuidados de higiene, conforto e segurança; limpeza e preparo da unidade do paciente; preparo de pacientes para exames/procedimentos e consultas; cuidados na alimentação oral e por sondas; realizar registros de enfermagem; cateterismo vascular; Assistência de enfermagem a clientes/pacientes em tratamento clínico (portadores de afecção gastrointestinais, cardiovascular, respiratória, renal, endócrina, neurológica, imunológica e hematológica); Assistência de enfermagem a clientes/pacientes em tratamento cirúrgico (submetidos às cirurgias de cabeça e pescoço, tórax, de abdome, de membros e vascular) nos períodos pré, trans e pós-operatórios; Centro cirúrgico e aspectos fundamentais para a enfermagem; Cirurgia Segura; Assistência de enfermagem materno-infantil: à gestante, à parturiente, à puérpera, ao recém-nascido e à criança; Assistência de enfermagem em situações de urgência e emergência (suporte básico e avançado de vida em situações clínicas e traumáticas); Assistência de enfermagem a clientes/pacientes pediátricos em estado grave; Assistência de enfermagem a clientes/pacientes adultos em estado grave; Organização do processo de trabalho em enfermagem (Administração em Enfermagem); Assistência de enfermagem na área de saúde pública/saúde coletiva/atenção primária e secundária a saúde: administração e conservação de imunobiológicos (vacinas e soros e suas indicações); doenças transmissíveis e notificação de doenças, agravos e eventos em saúde pública; vigilância epidemiológica e investigação de casos; atuação do técnico de enfermagem nos programas do Ministério da Saúde (mulher, homem, criança, adolescente, família, saúde do trabalhador, doenças crônico-degenerativas e transmissíveis, idosos e vigilância epidemiológica); educação em saúde; Programa Nacional de Segurança do Paciente, Políticas Públicas de Saúde no Brasil. Legislação do Sistema Único de Saúde – SUS: Constituição da República Federativa do Brasil (Com as Emendas Constitucionais): Art.196 a 200; Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 e alterações - Dispõe sobre as condições para a promoção e recuperação da saúde e dá outras providências; Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011; Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990 e alterações – Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do SUS e dá outras providências; PORTARIA MS/GM Nº 2.048 DE 03/09/2009 - Aprova o regulamento do Sistema Único de Saúde (SUS). Portaria Nº 2.488, de 21 de Outubro de 2011, que aprova a Política Nacional de Atenção Básica.

MOTORISTA SOCORRISTA SAMU:

Legislação de Trânsito em geral e Código de Trânsito Brasileiro. Noções do funcionamento do veículo. Respeito ao Meio Ambiente. Velocidade Máxima Permitida. Parada obrigatória. Cuidados gerais ao volante. Direção defensiva, Convívio Social no Trânsito. Ética profissional. Portaria GM nº. 2.048, de 5 Novembro de 2002. Primeiros Socorros. Conhecimento da malha viária do território do território de abrangência do SAMU local e Regional. Noções de ética e comportamento. Relações humanas e comunicação interpessoal.

FISCAL DE TRIBUTOS:

O Sistema Tributário Brasileiro. Os princípios constitucionais tributários. Limitações ao poder de tributar. A repartição das receitas tributárias. O Código Tributário Nacional. Tributos e suas espécies. Características. Normas gerais de Direito Tributário. Vigência e aplicação da legislação tributária. Interpretação e integração da legislação tributária. Obrigação tributária. Fato gerador, sujeito ativo e sujeito passivo. Solidariedade e capacidade tributária. Domicílio tributário. Responsabilidade tributária. Crédito tributário. Lançamento. Suspensão, extinção e exclusão do crédito tributário. Renúncia fiscal. Garantias e privilégios. Administração tributária. Fiscalização, dívida ativa e penalidades tributárias. Código Tributário Municipal de São Joaquim - SC. Normas Gerais. Características dos tributos municipais. Administração tributária municipal. (Alterado pela retificação 02/2016)

AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL:

Noções básicas da função; Procedimentos; Instrumental dentário; Esterilização; Formas de esterilização; Higiene – asseio; Funções do Auxiliar de Consultório Dentário; Instrumentais Odontológicos: características e finalidades de uso; Materiais Dentários: características, formas de apresentação, finalidades, técnicas de manipulação e métodos de uso; Equipamentos Odontológicos: características e finalidades. Lei Orgânica do Município de São Joaquim – SC.

ORIENTADOR DE MÚSICA:

Práticas educativas relacionadas ao ensino de Música: noções elementares sobre o ensino de música; pedagogos musicais – suas propostas e metodologias. Linguagem e Teoria Musical: conhecimentos sobre os elementos da linguagem e das formas musicais; função destes elementos para a decodificação e entendimento do discurso musical. História da Música, noções básicas sobre os períodos e estilos da história da música; compreensão de suas principais características.

SEGUNDO PROFESSOR DE TURMA: Políticas Públicas para a Educação Especial: Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva; Política de Educação Especial de Santa Catarina e Programa Pedagógico da Política de Educação Especial de Santa Catarina; Atribuições do segundo professor de turma; Alfabetização com letramento; Adequações curriculares; Conceitos de deficiência, Condutas típicas e altas habilidades; Tecnologias assistivas. Orientações aos sistemas de ensino visando ao cumprimento do artigo 7º da Lei nº 12764/2012 regulamentada pelo Decreto nº 8368/2014; O projeto político pedagógico na perspectiva da inclusão. (incluído pela retificação 01/2017)

MOTORISTA EDUCAÇÃO E DEMAIS SECRETARIAS: Noções de trânsito; noções básicas de mecânica diesel e gasolina; operação e direção de veículos; serviços básicos de manutenção; equipamentos de proteção; leis e sinais de trânsito; Segurança no transporte de crianças; Manual de Formação de Condutores Veicular. Lei 9.503 de 23/09/1997 que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro. Proteção ao meio ambiente: Utilização de materiais, conservação, descarte e impactos ambientais. Lei Orgânica do Município de São Joaquim – SC. (incluído pela retificação 01/2017)

AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS BRAÇAL: Varrição de superfícies diversas; - Conhecimento e uso de ferramentas: enxada, foice, pé de cabra, pá, lima, vassoura, escovão, outros; - Carregamento e descarregamento de terra, areia e entulhos em caminhões; - Conservação de ferramentas diversas; - Carregamento e empilhamento de tijolos, blocos, telhas; - Uso de carriolas e similares; - Abertura de valas com utilização de ferramentas manuais (incluído pela retificação 01/2017)

AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS FAXINEIRA/MERENDEIRA/SERVENTE: Conhecimentos específicos na área de atuação: Noções básicas de

conservação, manutenção, higiene e limpeza e conservação de móveis e instalações. Noções básicas de limpeza pública: equipamentos, utensílios e ferramentas utilizados na função. Coleta, remoção e reciclagem de lixo e detritos; tipos de lixo e reciclagem. Noções básicas sobre a utilização, guarda e armazenagem de materiais, utensílios e equipamentos de limpeza. Noções básicas sobre sequência correta das operações; uniformidade da limpeza; uso correto e manutenção dos utensílios e equipamentos; dosagem dos produtos e ingredientes destinados a limpeza, conservação e manutenção do patrimônio. Noções básicas de segurança e higiene do trabalho e uso de Equipamentos de Proteção – EPIs inerente às atividades a serem desenvolvidas. Noções básicas de relacionamento humano no trabalho. Prevenção de acidentes. (incluído pela retificação 01/2017)

OPERADOR DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS: Regras de comportamento no ambiente de trabalho, regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho. Higiene pessoal: lavagem das mãos, asseio corporal, importância no ambiente de trabalho. Prevenção de doenças: alimentação saudável, prática de atividades físicas, vacinações e exames preventivos que devemos e podemos fazer na Rede Pública de Saúde. Medidas para prevenção de acidentes de trabalho. Roupas adequadas para o trabalho. Destinação correta do lixo; manuseio e uso correto de ferramentas, equipamentos e utensílios. EPIs- Equipamentos de proteção individual, quais são, importância, quando devem ser usados. Cuidados no manuseio de energia elétrica; Legislação de trânsito: Código de Trânsito Brasileiro (Lei Federal nº 9.503 de 23/9/1997) e legislação complementar atualizada. Conceitos, definições e diretrizes. Sistema Nacional de Trânsito: disposições gerais, composição e competências. Normas gerais de circulação e conduta. Educação para o trânsito: conceito, propostas, responsabilidade dos órgãos competentes. Sinalização: objetivos, classificação, ordem de prevalência. Operação e fiscalização de trânsito. (incluído pela retificação 01/2017)

ANEXO III

DECLARAÇÃO PARA CANDIDATOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO	
NOME DO CANDIDATO:	
CPF:	
RG:	
CARGO PRETENDIDO:	

DECLARAÇÃO

Declaro, para os devidos fins, conforme item 3.2 "d" do Edital nº _____ do município _____ para que surta os efeitos legais que:

- 1 - A necessidade especial que possuo não me impossibilita de exercer as atribuições do cargo acima mencionado;
- 2 - Fico impedido de usufruir da condição de portador de necessidades especiais para, posteriormente, requerer readaptação ou aposentadoria.

Informo, ainda, as condições de que necessito para realização das provas:

_____, _____ de _____ de 20____.

Assinatura do Candidato

ANEXO IV

NORMAS PARA REALIZAÇÃO DAS PROVAS PRÁTICAS

OPERADOR DE MÁQUINAS

A prova prática será realizada no dia 22 de janeiro de 2017 e constituir-se-á na execução de tarefas a serem realizadas individualmente pelo candidato, designados pela Banca Examinadora, com a avaliação através de planilhas, tomando-se por base as atribuições do cargo, com tempo máximo de 15 (quinze) minutos para a execução da prova.

Caso o candidato demonstre conhecimento insuficiente e/ou insegurança, oferecendo qualquer tipo de risco na operação, o mesmo será impedido de realizar o referido teste prático e será considerado desclassificado e eliminado do Processo Seletivo. Será desclassificado também, o candidato que não conseguir colocar a máquina em funcionamento em até três tentativas.

A avaliação será feita pelo desempenho do candidato no trabalho que irá executar, dentro das normas técnicas e legais, levando-se em consideração o uso e aproveitamento do equipamento/máquina utilizada, avaliando sua habilidade ao operar o (a) mesmo (a), seu aproveitamento, técnica e produtividade.

Para a obtenção da nota mínima para que o candidato seja declarado apto ao cargo, dar-se-á da seguinte forma:

- a) O candidato iniciará a prova prática com 10 (dez) pontos, e no decorrer do trajeto serão apontadas as faltas cometidas, sendo descontados pontos conforme quadro a seguir:

Categoria da Falta Pontos a serem descontados
Faltas Graves 1,00 Faltas
Médias 0,50 Faltas
Leves 0,25

b) A categoria de faltas previstas no item anterior, constarão do formulário de avaliação com a seguinte descrição:

FALTAS GRAVES: APROVEITAMENTO DO EQUIPAMENTO, PRODUTIVIDADE, TÉCNICA, APTIDÃO E EFICIÊNCIA

- NÃO Liberou equipamentos de segurança dos comandos para iniciar a tarefa
- NÃO utilizou da melhor forma possível a máquina para o serviço com eficácia e qualidade.
- NÃO concluiu por completo a tarefa proposta.
- NÃO estacionou a máquina baixando acessórios ao solo e/ou não engatou o freio para parar a máquina, ao estacionar após o término da tarefa.

FALTAS MÉDIAS: HABILIDADES DO OPERADOR

- NÃO Executou com eficiência o início da operação, partida e arrancada.
- NÃO executou com eficiência movimentos de marcha à frente e à ré.
- NÃO respeitou a velocidade durante a avaliação, promovendo manobra não autorizada, como demonstração desnecessária de habilidade.
- NÃO Controlou o veículo provocando nele movimento irregular (com a máquina, lança, concha)
- NÃO respeitou a capacidade operacional e técnica da máquina.
- NÃO desligou a máquina ao estacionar após término da tarefa.
- NÃO apresentou calma e serenidade nas operações.

FALTAS LEVES: VERIFICAÇÃO DO EQUIPAMENTO

- NÃO usou roupas e calçados adequados
- NÃO usou equipamento de proteção auricular ou não usou cinto de segurança
- NÃO subiu corretamente no equipamento usando os três pontos de apoio
- NÃO fez os ajustes necessários antes da movimentação da máquina como, bancos e espelhos retrovisores.
- NÃO esperou a leitura e/ou não conferiu os instrumentos do painel como medidores de pressão, luzes indicadoras, horímetro.
- NÃO conferiu nível de combustíveis e nível de óleo."

O candidato realizará a prova em uma retroescavadeira.

Para realizar a prova prática os candidatos aos cargos de Operador de Máquinas, deverão apresentar carteira de habilitação categoria mínima "D", a qual deverá ter sido obtida ou renovada até a data da realização da Prova Prática, sem a qual não poderá realizar a prova.

O candidato que deixar de apresentar carteira de habilitação será automaticamente eliminado.

Não serão aceitos certificados de autoescola, comprovantes de encaminhamento, boletim de extravio ou furto, ou outro documento que não seja a carteira de habilitação.

No caso de eventual pane mecânica não causada pelo candidato, que implique na troca do veículo, a prova será retomada a partir do momento em que foi interrompida, permanecendo válida a pontuação até o momento da interrupção.

MOTORISTA EDUCAÇÃO E DEMAIS SECRETARIAS

A prova prática será realizada no dia 22 de janeiro de 2017 e constituir-se-á na execução de tarefas a serem realizadas individualmente pelo candidato, designados pela Banca Examinadora, com a avaliação através de planilhas, tomando-se por base as atribuições do cargo, com tempo máximo de 15 (quinze) minutos para a execução da prova.

Caso o candidato demonstre conhecimento insuficiente e/ou insegurança, oferecendo qualquer tipo de risco na operação, o mesmo será impedido de realizar o referido teste prático e será considerado desclassificado e eliminado do Processo Seletivo. Será desclassificado também, o candidato que não conseguir colocar a máquina em funcionamento em até três tentativas.

A avaliação será feita pelo desempenho do candidato no trabalho que irá executar, dentro das normas técnicas e legais, levando-se em consideração o uso e aproveitamento do equipamento/máquina utilizada, avaliando sua habilidade ao operar o (a) mesmo (a), seu aproveitamento, técnica e produtividade.

Para a obtenção da nota mínima para que o candidato seja declarado apto ao cargo, dar-se-á da seguinte forma:

a) O candidato iniciará a prova prática com 10 (dez) pontos, e no decorrer do trajeto serão apontadas as faltas cometidas, sendo descontados pontos conforme quadro a seguir:

Categoria da Falta	Pontos a serem descontados	Quantidade de Faltas avaliadas em cada categoria
Faltas Graves	1,00	12
Faltas Médias	0,50	11
Faltas Leves	0,25	06

b) A categoria de faltas previstas no item anterior constarão do formulário de avaliação com a seguinte descrição:

Faltas Graves:

- descontrolar-se no plano, no aclave ou declive.
- entrar na via preferencial sem o devido cuidado.
- utilizar a contramão de direção.
- subir na calçada destinada ao trânsito do pedestre.
- deixar de observar a sinalização da via. Sinais de regulamentação.
- deixar de observar as regras de ultrapassagem de preferência da via ou mudança de direção.
- Trafegar em velocidade inadequada para as condições da via ou exceder a velocidade permitida.

- deixar de observar a preferência do pedestre quando estiver ele atravessando a via transversal na qual o veículo vai entrar ou ainda quando o pedestre não tiver cuidado na travessia inclusive na mudança de sinal.
- deixar a porta do veículo aberta ou semi-aberta durante o percurso da prova ou parte dela.
- fazer incorretamente a sinalização devida ou deixar de fazê-la no percurso da prova ou parte dela.
- deixar de usar o cinto de segurança.

Faltas Médias:

- Executar o percurso da prova ou parte dela, sem estar o freio de mão inteiramente livre.
- Interromper o funcionamento do motor sem justa razão, após o início da prova.
- Fazer conversão com imperfeição.
- Usar buzina sem necessidade ou em local proibido.
- Desengrenar o veículo nos declives.
- Colocar o veículo em movimento sem observar as cautelas necessárias.
- Avançar sobre o balizamento demarcado quando na colocação do veículo na vaga.
- Usar o pedal da embreagem antes de usar o pedal do freio nas frenagens.
- Utilizar incorretamente os freios – Frear bruscamente.
- Não colocar o veículo na área balizada com o máximo de 3 (três) tentativas.
- Engrenar as marchas de maneira incorreta.
- Não apresentou calma e serenidade na prática de direção.
- Não ligou sinal de alerta ao dar marcha à ré ou na parada para embarque e desembarque.
- Não acionou o freio estacionário ao terminar o balizamento ou na parada para embarque e desembarque.

Faltas Leves:

- Negligenciar o controle do veículo provocando nele movimento irregular.
- Não ajustar devidamente os espelhos e retrovisores ou ajustar incorretamente o banco do veículo destinado ao condutor.
- Apoiar o pé no pedal de embreagem com o veículo engrenado e em movimento.
- Interpretar com insegurança as condições dos instrumentos do painel ou deixar de observar as informações do painel antes da partida do motor.
- Não usou roupas ou calçados adequados para a prática de direção.

Os veículos utilizados para as avaliações serão de acordo com a habilitação mínima exigida e legislação de trânsito vigente.

Para realizar a prova prática os candidatos aos cargos de Motoristas, deverão apresentar carteira de habilitação categoria mínima "D" a qual deverá ter sido obtida ou renovada até a data da realização da Prova Prática, sem a qual não poderá realizar a prova.

O candidato que deixar de apresentar carteira de habilitação será automaticamente eliminado.

Não serão aceitos certificados de autoescola, comprovantes de encaminhamento, boletim de extravio ou furto, ou outro documento que não seja a carteira de habilitação.

No caso de eventual pane mecânica não causada pelo candidato, que implique na troca do veículo, a prova será retomada a partir do momento em que foi interrompida, permanecendo válida a pontuação até o momento da interrupção.

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS BRAÇAL – SERVENTE/FAXINEIRA/MERENDEIRA

A prova prática será realizada no dia 22 de janeiro de 2017 e constituir-se-á na execução de tarefas a serem realizadas individualmente pelo candidato, designados pela Banca Examinadora, com a avaliação através de planilhas, tomando-se por base as atribuições do cargo, com tempo máximo de 15 (quinze) minutos para a execução da prova.

Caso o candidato demonstre conhecimento insuficiente e/ou insegurança, oferecendo qualquer tipo de risco na operação, o mesmo será impedido de realizar o referido teste prático e será considerado desclassificado e eliminado do Processo Seletivo. Será desclassificado também, o candidato que não conseguir colocar a máquina em funcionamento em até três tentativas.

A avaliação será feita pelo desempenho do candidato no trabalho que irá executar, dentro das normas técnicas e legais, levando-se em consideração o uso e aproveitamento do equipamento/máquina utilizada, avaliando sua habilidade ao operar o (a) mesmo (a), seu aproveitamento, técnica e produtividade.

Para a obtenção da nota mínima para que o candidato seja declarado apto ao cargo, dar-se-á da seguinte forma:

a) O candidato iniciará a prova prática com 10 (dez) pontos, e no decorrer do trajeto serão apontadas as faltas cometidas, sendo descontados pontos conforme quadro a seguir:

Apresentação (asseio, higiene pessoal e uso de EPI's) Cabelos Presos e/ou curtos (-0,25)

Unhas curtas e aparadas (-0,25)

Roupas e Calçados adequados (-0,25)

Usou Equipamentos proteção. (-0,25)

Organização do trabalho Aguardou a ordem de início e fim, percebendo a tarefa a ser executada (-0,50)

Organizou o local antes de iniciar a tarefa (-0,50)

Soube trabalhar em equipe (-0,50)

Organizou o local e guardou os equipamentos/materiais/ferramentas após terminar a tarefa (-1,00) Uso correto dos equipamentos e materiais de trabalho Correto manuseio dos equipamentos/materiais/ferramentas (-1,00)

Cuidados com os equipamentos e outras pessoas (-0,50)

Execução da tarefa proposta. Postura corporal durante a execução da tarefa (-1,00)

Organizou correta e adequadamente os equipamentos/materiais/ferramentas (-1,00)

Realizou separação e estocagem correta do lixo (-1,00)

Executou a tarefa adequadamente (-1,00)

Terminou a tarefa no tempo estipulado. (-1,00)

ORIENTADOR DE MÚSICA

A prova prática será realizada no dia 22 de janeiro de 2017 e constituir-se-á na execução de tarefas a serem realizadas coletivamente e individualmente pelo candidato, designados pela Banca Examinadora, tomando-se por base as atribuições do cargo, com tempo máximo para a execução da prova, conforme segue:

A prova prática será dividida em dois tempos, sendo:

Primeiro tempo coletivo (máximo de 30 minutos):

Elaborar um plano de aula contendo no mínimo os itens: objetivos, metodologia, recursos e critérios de avaliação (5 pontos).

Segundo tempo individual: (máximo de 15 minutos)

Simulação de uma aula mediante o plano apresentado (5 pontos).

Os materiais e/ou equipamentos necessários para a realização da prova prática deverá ser providenciado pelo (a) candidato (a) e será de responsabilidade do (a) candidato (a).

ORIENTADOR DE ARTESANATO

A prova prática será realizada no dia 22 de janeiro de 2017 e constituir-se-á na execução de tarefas a serem realizadas coletivamente e individualmente pelo candidato, designados pela Banca Examinadora, tomando-se por base as atribuições do cargo, com tempo máximo para a execução da prova, conforme segue:

A prova prática será dividida em dois tempos, sendo:

Primeiro tempo coletivo (máximo de 30 minutos):

Elaborar um plano de aula contendo no mínimo os itens: objetivos, metodologia, recursos e critérios de avaliação (5 pontos).

Segundo tempo individual: (máximo de 15 minutos)

Simulação de uma aula mediante o plano apresentado (5 pontos).

Os materiais e/ou equipamentos necessários para a realização da prova prática deverá ser providenciado pelo (a) candidato (a) e será de responsabilidade do (a) candidato (a).

ANEXO V

NORMAS PARA REALIZAÇÃO DA PROVA DE TÍTULOS

I – Os documentos para prova de títulos serão recebidos no dia 22/01/2017 em horário e local a ser divulgado juntamente com o ROL DE INSCRITOS, os títulos dever ser entregues em cópia simples em envelope lacrado, contendo os seguintes dizeres na parte exterior do envelope: NOME, CARGO E NÚMERO DE INSCRIÇÃO.

II. Os títulos deverão ter relação com as atribuições do cargo correspondente à respectiva inscrição ou não serão computados.

III. Não serão aceitos como títulos, certificados que não apresentarem a respectiva carga horária no mesmo.

IV. Os documentos apresentados não serão devolvidos, seja qual for o motivo alegado pelo candidato.

V. Não haverá em hipótese alguma outro período para entrega dos documentos para prova de títulos.

VI. A não apresentação dos títulos não elimina o candidato do certame, sendo a este computado pontuação zero na prova de títulos para o cálculo da pontuação final.

VII. Será aceito para comprovação dos títulos atestados ou declarações de conclusão de cursos, desde que possuam a respectiva carga horária, disciplinas, aproveitamento, assinatura e carimbo do responsável pela emissão.

VIII. O candidato que possuir alteração de nome (casamento, separação, etc.) deverá anexar cópia do documento comprobatório da alteração sob pena de não ter pontuados títulos com nome diferente da inscrição e/ou identidade.

IX. Comprovada em qualquer tempo, irregularidade ou ilegalidade na obtenção dos títulos do candidato, bem como encaminhamento de um mesmo título em duplicidade, com o fim de obter dupla pontuação, o candidato terá anulada a totalidade de pontos desta prova. Comprovada a culpa do candidato este será excluído do Processo Seletivo.

X. Uma vez efetuada a entrega dos títulos não serão aceitos pedidos de inclusão de novos documentos, sob qualquer hipótese ou alegação.

XI. Os pontos das linhas "a", "b" e "c" da tabela a seguir não são acumulativos, será validada apenas a pontuação do maior título apresentada pelo (a) candidato (a).

XII. Somente será computado o título dos candidatos aprovados na prova objetiva.

PARA A PROVA DE TÍTULOS PARA PROFESSORES HABILITADOS SERÁ COMPUTADO NOTA DOS TÍTULOS CONFORME TABELA ABAIXO:

TÍTULOS	PONTUAÇÃO		
Certificado de conclusão de Pós-graduação, Mestrado ou Doutorado.	Especialização	3 pontos	a
	Mestrado	5 pontos	b
	Doutorado	8 pontos	c
Certificado de conclusão de Cursos de capacitação na Área de Atuação realizados a partir de Janeiro de 2016.	0,1 (um décimo) ponto para cada 01 hora completa de curso. Totalizando no Máximo 200 (duzentas) horas ou 2 pontos.		d

PARA A PROVA DE TÍTULOS PARA PROFESSORES NÃO HABILITADOS SERÁ COMPUTADO NOTA DOS TÍTULOS CONFORME TABELA ABAIXO:

TÍTULOS	PONTUAÇÃO
Declaração ou atestado de frequência da fase ou período em que está matriculado (a).	1,00 para cada fase ou período cursado, totalizando no máximo 8,00 pontos
Certificado de conclusão de Cursos de capacitação na Área de Atuação realizados a partir de Janeiro de 2016.	0,1 (um décimo) ponto para cada 01 hora completa de curso. Totalizando no Máximo 200 (duzentas) horas ou 2 pontos.

ANEXO VI ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

CARGO	DESCRIÇÃO DA FUNÇÃO
Agente de Serviços Gerais - Merendeira	Preparar e cozinhar alimentos, utilizando técnicas adequadas de culinária, com reaproveitamento e preservação de alimentos; controlar o estoque de gêneros alimentícios e insumos; zelar e manter a limpeza e organização de copa, cozinha, despensa, máquinas e equipamentos; Servir lanches e refeições.
Agente de Serviços Gerais – Servente/Faxineira	Serviços de limpeza, faxina, zeladoria e copa e outras atividades correlatas.
Motorista	Dirigir veículos de transporte de passageiro e de carga, inclusive operar caçamba; fazer manutenção preventiva e pequenos reparos nos veículos do município; comunicar ao chefe imediato irregularidades nos veículos; Manter atualizada sua Carteira Nacional de Habilitação e a documentação do veículo; Implementar práticas de direção defensiva; Respeitar a legislação de trânsito; Relatar as anormalidades verificadas no seu turno de trabalho; Manter o "diário de bordo" em dia; Participar de cursos e treinamentos patrocinados pelo empregador; Executar outras atividades compatíveis com o cargo e similares às atribuições.
Professor de Educação Infantil	Promover a educação e a relação ensino-aprendizagem de crianças, planejar a prática educacional, avaliar as práticas pedagógicas, organizar as atividades, pesquisar, interagir com as famílias e a comunidade; Apoiar e participar das atividades organizadas pela escola e/ou Secretaria Municipal de Educação; Cumprir com suas obrigações profissionais em termos de assiduidade, pontualidade, ética e profissionalismo; Pode coordenar atividades administrativas, pedagógicas e educacionais e executar outras atividades correlatas, compatíveis com o cargo.
Professor Pré Escolar	Promover a educação e a relação ensino-aprendizagem de crianças, planejar a prática educacional, avaliar as práticas pedagógicas, organizar as atividades, pesquisar, interagir com as famílias e a comunidade; Apoiar e participar das atividades organizadas pela escola e/ou Secretaria Municipal de Educação; Cumprir com suas obrigações profissionais em termos de assiduidade, pontualidade, ética e profissionalismo; Pode coordenar atividades administrativas, pedagógicas e educacionais e executar outras atividades correlatas, compatíveis com o cargo.
Professor de Anos Iniciais	Promover a educação e a relação ensino-aprendizagem de crianças, planejar a prática educacional, avaliar as práticas pedagógicas, organizar as atividades, pesquisar, interagir com as famílias e a comunidade; Apoiar e participar das atividades organizadas pela escola e/ou Secretaria Municipal de Educação; Cumprir com suas obrigações profissionais em termos de assiduidade, pontualidade, ética e profissionalismo; Pode coordenar atividades administrativas, pedagógicas e educacionais e executar outras atividades correlatas, compatíveis com o cargo.
Professor de Língua Portuguesa	Promover a educação e a relação ensino-aprendizagem de crianças, planejar a prática educacional, avaliar as práticas pedagógicas, organizar as atividades, pesquisar, interagir com as famílias e a comunidade; Apoiar e participar das atividades organizadas pela escola e/ou Secretaria Municipal de Educação; Cumprir com suas obrigações profissionais em termos de assiduidade, pontualidade, ética e profissionalismo; Pode coordenar atividades administrativas, pedagógicas e educacionais e executar outras atividades correlatas, compatíveis com o cargo.
Professor de Matemática	Promover a educação e a relação ensino-aprendizagem de crianças, planejar a prática educacional, avaliar as práticas pedagógicas, organizar as atividades, pesquisar, interagir com as famílias e a comunidade; Apoiar e participar das atividades organizadas pela escola e/ou Secretaria Municipal de Educação; Cumprir com suas obrigações profissionais em termos de assiduidade, pontualidade, ética e profissionalismo; Pode coordenar atividades administrativas, pedagógicas e educacionais e executar outras atividades correlatas, compatíveis com o cargo.
Professor de História	Promover a educação e a relação ensino-aprendizagem de crianças, planejar a prática educacional, avaliar as práticas pedagógicas, organizar as atividades, pesquisar, interagir com as famílias e a comunidade; Apoiar e participar das atividades organizadas pela escola e/ou Secretaria Municipal de Educação; Cumprir com suas obrigações profissionais em termos de assiduidade, pontualidade, ética e profissionalismo; Pode coordenar atividades administrativas, pedagógicas e educacionais e executar outras atividades correlatas, compatíveis com o cargo.
Professor de Geografia	Promover a educação e a relação ensino-aprendizagem de crianças, planejar a prática educacional, avaliar as práticas pedagógicas, organizar as atividades, pesquisar, interagir com as famílias e a comunidade; Apoiar e participar das atividades organizadas pela escola e/ou Secretaria Municipal de Educação; Cumprir com suas obrigações profissionais em termos de assiduidade, pontualidade, ética e profissionalismo; Pode coordenar atividades administrativas, pedagógicas e educacionais e executar outras atividades correlatas, compatíveis com o cargo.

Professor de Ciências	Promover a educação e a relação ensino-aprendizagem de crianças, planejar a prática educacional, avaliar as práticas pedagógicas, organizar as atividades, pesquisar, interagir com as famílias e a comunidade; Apoiar e participar das atividades organizadas pela escola e/ou Secretaria Municipal de Educação; Cumprir com suas obrigações profissionais em termos de assiduidade, pontualidade, ética e profissionalismo; Pode coordenar atividades administrativas, pedagógicas e educacionais e executar outras atividades correlatas, compatíveis com o cargo.
Professor de Educação Física	Promover a educação e a relação ensino-aprendizagem de crianças, planejar a prática educacional, avaliar as práticas pedagógicas, organizar as atividades, pesquisar, interagir com as famílias e a comunidade; Apoiar e participar das atividades organizadas pela escola e/ou Secretaria Municipal de Educação; Cumprir com suas obrigações profissionais em termos de assiduidade, pontualidade, ética e profissionalismo; Pode coordenar atividades administrativas, pedagógicas e educacionais e executar outras atividades correlatas, compatíveis com o cargo.
Professor de Artes	Promover a educação e a relação ensino-aprendizagem de crianças, planejar a prática educacional, avaliar as práticas pedagógicas, organizar as atividades, pesquisar, interagir com as famílias e a comunidade; Apoiar e participar das atividades organizadas pela escola e/ou Secretaria Municipal de Educação; Cumprir com suas obrigações profissionais em termos de assiduidade, pontualidade, ética e profissionalismo; Pode coordenar atividades administrativas, pedagógicas e educacionais e executar outras atividades correlatas, compatíveis com o cargo.
Professor de Língua Inglesa	Promover a educação e a relação ensino-aprendizagem de crianças, planejar a prática educacional, avaliar as práticas pedagógicas, organizar as atividades, pesquisar, interagir com as famílias e a comunidade; Apoiar e participar das atividades organizadas pela escola e/ou Secretaria Municipal de Educação; Cumprir com suas obrigações profissionais em termos de assiduidade, pontualidade, ética e profissionalismo; Pode coordenar atividades administrativas, pedagógicas e educacionais e executar outras atividades correlatas, compatíveis com o cargo.
2º Professor	Promover a educação e a relação ensino-aprendizagem de crianças, planejar a prática educacional, avaliar as práticas pedagógicas, organizar as atividades, pesquisar, interagir com as famílias e a comunidade; Apoiar e participar das atividades organizadas pela escola e/ou Secretaria Municipal de Educação; Cumprir com suas obrigações profissionais em termos de assiduidade, pontualidade, ética e profissionalismo; Pode coordenar atividades administrativas, pedagógicas e educacionais e executar outras atividades correlatas, compatíveis com o cargo.
Professor de AEE	Promover a educação e a relação ensino-aprendizagem de crianças, planejar a prática educacional, avaliar as práticas pedagógicas, organizar as atividades, pesquisar, interagir com as famílias e a comunidade; Apoiar e participar das atividades organizadas pela escola e/ou Secretaria Municipal de Educação; Cumprir com suas obrigações profissionais em termos de assiduidade, pontualidade, ética e profissionalismo; Pode coordenar atividades administrativas, pedagógicas e educacionais e executar outras atividades correlatas, compatíveis com o cargo.
Professor de Musica	Planejar e ministrar aulas em disciplinas do currículo do Pré ao 9º ano do Ensino Fundamental, ou no instrumento/modalidade para a área de música. Promover a educação dos alunos aplicando técnicas de música, elaborando o plano de ensino de acordo com as leis de diretrizes e bases e parâmetros curriculares; planejar as aulas, preparar o material; ministrar aulas teóricas e práticas de e avaliar o aprendizado dos alunos. - Promover a educação dos alunos aplicando técnicas de ensino da música, técnicas de ensino de cordas em grupo, técnicas específicas dos instrumentos de cordas (violino, viola, violoncelo)
Professor de Projetos Educacionais Ginásio	Orientar alunos para desenvolvimento de habilidades de expressão corporal nas práticas esportivas; coordenar, promover e participar de eventos para apresentação das atividades realizadas; acompanhar o aprendizado dos alunos; manter em ordem e conservados os materiais e equipamentos sob sua responsabilidade; outras atividades correlatas.
Orientador em Música	Orientar alunos para desenvolvimento de habilidades de expressão corporal; coordenar, promover e participar de feiras e eventos para apresentação das atividades realizadas; acompanhar o aprendizado dos alunos; manter em ordem e conservados os materiais e equipamentos sob sua responsabilidade; outras atividades correlatas.
Orientador de Artesanato	Orientar alunos para desenvolvimento de habilidades de expressão corporal; coordenar, promover e participar de feiras e eventos para apresentação das atividades realizadas; acompanhar o aprendizado dos alunos; manter em ordem e conservados os materiais e equipamentos sob sua responsabilidade; outras atividades correlatas.
Orientador de Dança	Orientar alunos para desenvolvimento de habilidades de expressão corporal; ensino de danças; coordenar, promover e participar de eventos para apresentação das atividades realizadas; acompanhar o aprendizado dos alunos; manter em ordem e conservados os materiais e equipamentos sob sua responsabilidade; outras atividades correlatas.

Técnico em Enfermagem SAMU	<ul style="list-style-type: none"> -Conhecer integralmente todos os equipamentos, materiais e medicamentos disponíveis na ambulância e realizar manutenção básica dos mesmos; -Executar prescrições médicas por telemedicina; -Realizar check-list diário dos materiais, equipamentos e medicamentos da unidade móvel, seguindo os padrões estabelecidos e mantendo a unidade e Mochilas de Atendimento em perfeito estado de conservação e assepsia; -Estabelecer contato radiofônico (ou telefônico) com a central de regulação médica e seguir suas orientações; -Conhecer a estrutura de saúde local; -Conhecer a localização de todos os estabelecimentos de saúde integrados ao sistema assistencial local; -Auxiliar a equipe de saúde nos gestos básicos de suporte à vida; -Auxiliar a equipe nas imobilizações e transporte de vítimas; -Realizar medidas de reanimação cardiopulmonar básica; -Identificar todos os tipos de materiais existentes nos veículos de socorro e sua utilidade, a fim de auxiliar a equipe de saúde;
Motorista Socorrista SAMU	<ul style="list-style-type: none"> -Conduzir veículo terrestre de urgência destinado ao atendimento e transporte de pacientes; -Conhecer integralmente o veículo e realizar manutenção básica do mesmo; -Estabelecer contato radiofônico (ou telefônico) com a central de regulação médica e seguir suas orientações; -Conhecer a malha viária local; -Conhecer a localização de todos os estabelecimentos de saúde integrados ao sistema assistencial local; -Auxiliar a equipe de saúde nos gestos básicos de suporte à vida; -Auxiliar a equipe nas imobilizações e transporte de vítimas; -Realizar medidas de reanimação cardiopulmonar básica; -Identificar todos os tipos de materiais existentes nos veículos de socorro e sua utilidade, a fim de auxiliar a equipe de saúde; -Manter-se atualizado, frequentando os cursos de educação permanente e congressos da área, assim como dominar o conhecimento necessário para o uso adequado dos equipamentos da Unidade Móvel.
Fiscal de Tributos	Executar atividades de fiscalização tributária fazendária; controlar tarefas relativas à tributação, fiscalização e arrecadação; examinar e analisar livros fiscais e contábeis, notas fiscais, faturas, balanços e outros documentos dos contribuintes; expedir notificação, autos de infração e lançamentos previstos em leis, regulamentos e no código tributário municipal; instruir processos tributários, efetuando levantamentos físicos e diligências; orientar e fiscalizar o cumprimento das leis, regulamentos e normas concernentes às obras públicas e particulares e às posturas municipais; colaborar com as cobranças da Secretaria de Fazenda, em razão de obras públicas executadas; visitar estabelecimentos comerciais, industriais e prestadores de serviços com a finalidade de fiscalização do pagamento das taxas e impostos municipais; manter atualizado o cadastro econômico de contribuintes municipais; verificar a legislação fazendo uso nas situações pertinentes; emitir guias para o recolhimento das contribuições, junto ao órgão municipal ou instituições financeiras; elaborar relatório de vistoria; executar trabalhos de fiscalização no campo da higiene pública e sanitária; observar e cumprir as normas de higiene e segurança do trabalho; executar outras tarefas correlatas.
Auxiliar de Saúde Bucal	Agendar consultas; agilizar o atendimento odontológico; organizar arquivo e fichário; ensinar técnicas de higiene bucal; preparar modelos em gesso; selecionar as moldeiras; manipular materiais de uso odontológico; instrumentar o odontólogo; revelar radiografias e outras tarefas afins.

RETIFICAÇÃO 02/2017 AO EDITAL 001/2016

RETIFICAÇÃO 02/2017 AO EDITAL 001/2016

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2016

GIOVANI NUNES, Prefeito do MUNICÍPIO DE SÃO JOAQUIM - SC, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 37, da Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal, TORNA PÚBLICO A RETIFICAÇÃO 02/2017 AO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO 001/2016 CONFORME SEGUE:

ONDE SE LÊ:

PERÍODO DE INSCRIÇÕES

28/12/2016 até às 23h59min do dia 12/01/2016

LEIA-SÊ:

PERÍODO DE INSCRIÇÕES

28/12/2016 até às 23h59min do dia 12/01/2017

Os demais itens permanecessem inalterados.

Prefeitura de São Joaquim, 09 de janeiro de 2017

GIOVANI NUNES

Prefeito Municipal

FABIANO PADILHA

Presidente da Comissão

São José do Cedro

PREFEITURA

PORTARIA Nº 019/2017

PORTARIA Nº 019/2017.

JOSE DE CONTO, Prefeito em exercício de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IX do Artigo 69 da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o Artigo 67 da Lei Municipal 2.020/93, de 28 de abril de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 14 (quatorze) dias de GOZO de férias a Servidora Pública Municipal, Letícia Priori, ocupante do cargo efetivo de Fisioterapeuta, grupo ANS, nível 12, matrícula 2397, no período de 09 a 22 de janeiro de 2017, interrompidas pelo Decreto n.º 5.840/2016, de 04 de julho de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 09 de janeiro de 2017.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José do Cedro,
em 09 de janeiro de 2017.

JOSE DE CONTO,
Prefeito em exercício.

FERNANDO JULIO WILL
Secretário Municipal da Saúde

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 020/2017

PORTARIA Nº 020/2017.

JOSE DE CONTO, Prefeito em exercício de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IX do Artigo 69 da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o Artigo 67 da Lei Municipal 2.020/93, de 28 de abril de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 10 (dez) dias de GOZO de férias a Servidora Pública Municipal, Neusa Ducatti Kuhn, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo, matrícula 1967, no período de 09 a 18 de janeiro de 2017, interrompidas pelo Decreto n.º 5.536/2015, de 03 de fevereiro de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 09 de janeiro de 2017.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José do Cedro,
em 09 de janeiro de 2017.

JOSE DE CONTO,
Prefeito em exercício.

ALINE WARTHA
Secretária Municipal da Fazenda

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 021/2017

PORTARIA Nº 021/2017.

JOSE DE CONTO, Prefeito em exercício de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IX do Artigo 69 da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o Artigo 67 da Lei Municipal 2.020/93, de 28 de abril de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 07 (sete) dias de GOZO de férias a Servidora Pública Municipal, Josiana Braz Pereira, ocupante do cargo efetivo de Medico ESF, matrícula 3211, no período de 09 a 15 de janeiro de 2017, interrompidas pelo Decreto n.º 5.837/2016, de 01 de julho de 2016 e Decreto n.º 5.862/2016, de 26 de julho de 2016, restando 13 (treze) dias para serem gozados posteriormente.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 09 de janeiro de 2017.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José do Cedro,
em 09 de janeiro de 2017.

JOSE DE CONTO,
Prefeito em exercício.

FERNANDO JULIO WILL
Secretário Municipal da Saúde

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 022/2017

PORTARIA Nº 022/2017.

JOSE DE CONTO, Prefeito em exercício de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IX do Artigo 69 da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o Artigo 67 da Lei Municipal 2.020/93, de 28 de abril de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 20 (vinte) dias de férias ao Servidor Público Municipal, Maurício Piacentini, ocupante do cargo efetivo de Médico ESF, matrícula 3125, referente ao período aquisitivo de 02/02/2015 a 01/02/2016, para serem gozados no período de 09 a 28 de janeiro de 2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 09 de janeiro de 2017.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José do Cedro,
em 09 de janeiro de 2017.

JOSE DE CONTO,
Prefeito em exercício.

FERNANDO JULIO WILL,
Secretário Municipal da Saúde.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento Pessoal.

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

PORTARIA Nº 119, DE 06 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 119, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, a servidora pública MARLICE ELY, ocupante do cargo efetivo de AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE E COMBATE AS ENDEMIAS, matrícula nº 3317/01, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 1º de fevereiro 02 de março de 2017, referente ao período aquisitivo 2015/2016.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste- SC, 06 de janeiro de 2017.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2017.

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 002.1/2017

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 002.1/2017

Retifica o Edital de Processo Seletivo nº 002/2017, de 04 de janeiro de 2017, para seleção de Educador Social I, II, III, V e VI e Instrutor Social I para atuação no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - CRAS, Programa Mulher de Valor e Programa de Atenção aos Idosos.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o previsto na Lei Complementar Municipal nº 123, de 19 de novembro de 2010 e art. 219, inciso V, §§ 1º e 2º, da Lei Complementar Municipal nº 118, de 23 de junho de 2010 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais), RESOLVE RETIFICAR o Edital de Processo Seletivo nº 002/2017, de 04 de janeiro de 2017, destinado à realização de Processo Seletivo de Títulos e Prova Prática para admissão, em caráter temporário, de EDUCADORES e INSTRUTORES SOCIAIS, para que passe a vigorar com as seguintes alterações:

1. O quadro de vagas, constante no item 1.1, do Edital de Processo Seletivo nº 002/2017, de 04 de janeiro de 2017, passa a vigorar com a seguinte alteração:

VAGAS	CARGO	HABILITAÇÃO	C. H. Semanal	Vencimento
.....
.....
02	Instrutor Social I	Ensino Médio Completo e Carteira Nacional de Habilitação Categoria "B" com habilidades práticas em artesanato e costura	40	R\$ 1.355,09

(NR)

2. O item nº 2.1 do Edital de Processo Seletivo nº 002/2017, de 04 de janeiro de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

"2.1. As inscrições estarão abertas no período de 10 a 18 de janeiro de 2017, das 14 horas às 17 horas, no Centro Administrativo Municipal, junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, situada à Rua Duque de Caxias, nº 789, centro de São Lourenço do Oeste/SC". (NR)

3. O item nº 3.1.1. do Edital de Processo Seletivo nº 002/2017, de 04 de janeiro de 2017, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"3.1.1.
.....

f) Carteira Nacional de Habilitação Categoria "B" para o cargo de Instrutor Social I". (NR)

4. O item nº 8.1 do Edital de Processo Seletivo nº 002/2017, de 04 de janeiro de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

"8.1. O candidato terá o prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a partir da data da divulgação, para entrar com pedido de reconsideração,

exclusivamente para sua classificação, junto à Comissão de Processo Seletivo, através de requerimento, cuja resposta será dada através de comunicação oficial". (NR)

5. As demais disposições do Edital nº 002/2017, de 04 de janeiro de 2017, permanecem inalteradas.

São Lourenço do Oeste - SC, 10 de janeiro de 2017.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

ERRATA DA PORTARIA Nº 067, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

ERRATA DA PORTARIA Nº 067, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, através do Sr. Prefeito Municipal, TORNA PÚBLICA a retificação da data de edição da Portaria nº 067, de 06 de janeiro de 2017, publicada em 09 de janeiro de 2017, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, página 484, edição nº 2164, nos seguintes termos:

Fica retificada a data de edição da Portaria nº 067, de 06 de janeiro de 2017, publicada em 09 de janeiro de 2017, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, página 484, edição nº 2164, passando a constar com a seguinte redação:

"PORTARIA Nº 067, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

.....
.....
São Lourenço do Oeste - SC, 06 de janeiro de 2017." (NR)

São Lourenço do Oeste - SC, 09 de janeiro de 2017.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 080, DE 06 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 080, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, a servidora pública municipal LISSANDRA DE MENEZES, ocupante do cargo efetivo de ODONTOLOGO, matrícula nº 3001/83, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 16 a 30 de janeiro de 2017, referente ao período aquisitivo 2014/2015, e de 31 de janeiro a 14 de fevereiro referente ao período aquisitivo 2015/2016.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste- SC, 06 de janeiro de 2017.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:

____ / ____ / 2017.

PORTARIA Nº 081, DE 06 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 081, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, a servidora pública LOURDES MELANIA ERBES, ocupante do cargo efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO, matrícula nº 3000/34, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 16 a 30 de janeiro de 2017, referente ao período aquisitivo 2014/2015.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste- SC, 06 de janeiro de 2017.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2017.

PORTARIA Nº 083, DE 06 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 083, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, a servidora pública NEUZA CIVIDINI LAZARETTI, ocupante do cargo efetivo de AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE E COMBATE AS ENDEMIAS, matrícula nº 2003/01, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 09 a 23 de janeiro de 2017, referente ao período aquisitivo 2015/2016.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste- SC, 06 de janeiro de 2017.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2017.

PORTARIA Nº 084, DE 06 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 084, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, a servidora pública PAULA RAFAELA DANIELLI, ocupante do cargo efetivo de ENFERMEIRO, matrícula nº 3008/01, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 11 a 25 de janeiro de 2017, referente ao período aquisitivo 2015/2016.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste- SC, 06 de janeiro de 2017.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2017.

PORTARIA Nº 085, DE 06 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 085, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, ao servidor público municipal RAFAEL RODRIGO CEREZOLLI, ocupante do cargo efetivo de AGENTE DE OPERAÇÃO DE VEICULOS E EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS, matrícula nº 3215/01, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 16

a 30 de janeiro de 2017, referente ao período aquisitivo 2015/2016.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste- SC, 06 de janeiro de 2017.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
____ / ____ /2017.

PORTARIA Nº 086, DE 06 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 086, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, ao servidor público municipal ROGER LUFT, ocupante do cargo efetivo de ODONTOLOGO, matrícula nº 3241/01, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 16 a 30 de janeiro de 2017, referente ao período aquisitivo 2015/2016.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste- SC, 06 de janeiro de 2017.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
____ / ____ /2017.

PORTARIA Nº 087, DE 06 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 087, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, a servidora pública municipal ROZELI SALLETE RITER RANZAN, ocupante do cargo efetivo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, matrícula nº 3000/37, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 09 a 23 de janeiro de 2017, referente ao período aquisitivo 2014/2015.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste- SC, 06 de janeiro de 2017.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
____ / ____ /2017.

PORTARIA Nº 088, DE 06 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 088, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, a servidora pública municipal SIMONE STRADA FIEL, ocupante do cargo efetivo de ASSISTENTE SOCIAL, matrícula nº 1738/01, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 09 a 23 de janeiro 2017, referente ao período aquisitivo 2014/2015.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste- SC, 06 de janeiro de 2017.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2017.

PORTARIA Nº 089, DE 06 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 089, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, a servidora pública municipal TATIANE BABINSKI, ocupante do cargo efetivo de ENFERMEIRO, matrícula nº 3000/91, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 16 a 30 de janeiro de 2017, referente ao período aquisitivo 2014/2015, e de 31 de janeiro a 14 de fevereiro referente ao período aquisitivo 2015/2016.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste- SC, 06 de janeiro de 2017.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2017.

PORTARIA Nº 090, DE 06 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 090, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem os incisos VII e IX do artigo 55 da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o disposto no artigo 103, inciso III, combinado com o artigo 110, ambos da Lei Complementar nº 118, de 23 de junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder, Licença Maternidade à servidora pública municipal GISLAINE ALVES BORGES CORREA, ocupante do cargo de Professora Habilitada - ACT, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, matrícula nº 176/09, no período de 19 de janeiro a 18 de maio de 2017, sem prejuízo da remuneração do seu cargo.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 06 de janeiro de 2017.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2017.

PORTARIA Nº 091, DE 06 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 091, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, a servidora pública ADRIANE MEZOMO VIAN, ocupante do cargo efetivo de AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE E COMBATE AS ENDEMIAS, matrícula nº 3290/01, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 09 a 23 de janeiro de 2017, referente ao período aquisitivo 2015/2016.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste- SC, 06 de janeiro de 2017.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2017.

PORTARIA Nº 092, DE 06 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 092, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, a servidora pública ALICE LAZARETTI DOS SANTOS, ocupante do cargo efetivo de AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE E COMBATE AS ENDEMIAS, matrícula nº 2009/01, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 09 a 23 de janeiro de 2017, referente ao período aquisitivo 2015/2016.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste- SC, 06 de janeiro de 2017.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2017.

PORTARIA Nº 093, DE 06 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 093, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, a servidora pública CLARICE DE QUADROS, ocupante do cargo efetivo de AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE E COMBATE AS ENDEMIAS, matrícula nº 1997/01, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 16 a 30 de janeiro de 2017,

referente ao período aquisitivo 2015/2016.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste- SC, 06 de janeiro de 2017.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
____ / ____ /2017.

PORTARIA Nº 094, DE 06 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 094, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, a servidora pública DANIELE COSTA PEREIRA, ocupante do cargo efetivo de AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE E COMBATE AS ENDEMIAS, matrícula nº 3291/01, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 09 a 23 de janeiro de 2017, referente ao período aquisitivo 2015/2016.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste- SC, 06 de janeiro de 2017.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
____ / ____ /2017.

PORTARIA Nº 095, DE 06 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 095, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, a servidora pública EDIANE ECKER, ocupante do cargo efetivo de AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE E COMBATE AS ENDEMIAS, matrícula nº 2007/01, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 09 a 23 de janeiro de 2017, referente ao período aquisitivo 2014/2015.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste- SC, 06 de janeiro de 2017.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
____ / ____ /2017.

PORTARIA Nº 096, DE 06 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 096, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, a servidora pública ELAINE MARIA RANZAN LASAROTTO, ocupante do cargo efetivo de AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE E COMBATE AS ENDEMIAS, matrícula nº 3026/01, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 16 a 30 de janeiro de 2017, referente ao período aquisitivo 2015/2016.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste- SC, 06 de janeiro de 2017.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2017.

PORTARIA Nº 097, DE 06 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 097, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, a servidora pública INDIAMARA FRANCIELI MORAIS, ocupante do cargo efetivo de AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE E COMBATE AS ENDEMIAS, matrícula nº 3286/01, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 09 a 23 de janeiro de 2017, referente ao período aquisitivo 2015/2016.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste- SC, 06 de janeiro de 2017.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2017.

PORTARIA Nº 098, DE 06 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 098, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, a servidora pública MARCIA GIROTTO

MAFFESSIONI, ocupante do cargo efetivo de AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE E COMBATE AS ENDEMIAS, matrícula nº 3096/01, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 23 de janeiro a 06 de fevereiro de 2017, referente ao período aquisitivo 2015/2016.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste- SC, 06 de janeiro de 2017.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2017.

PORTARIA Nº 099, DE 06 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 099, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, a servidora pública MARENI XAVIER DA SILVA, ocupante do cargo efetivo de AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE E COMBATE AS ENDEMIAS, matrícula nº 3226/01, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 09 a 23 de janeiro de 2017, referente ao período aquisitivo 2015/2016.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste- SC, 06 de janeiro de 2017.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2017.

PORTARIA Nº 100, DE 06 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 100, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, ao servidor público municipal VALDEMAR RAMOS DE SOUZA, ocupante do cargo efetivo de MOTORISTA DE CARGA PESADA, matrícula nº 144/01, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 09 a 23 de janeiro de 2017, referente ao período aquisitivo 2014/2015, e de 24 de janeiro de 2017 a 07 de fevereiro de 2017, referente ao período aquisitivo 2015/2016

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste- SC, 06 de janeiro de 2017.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2017.

PORTARIA Nº 101, DE 06 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 101, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, a servidora pública municipal ALVINA DA CONCEIÇÃO DE CAMARGO, ocupante do cargo efetivo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, matrícula nº 3000/57, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 13 a 27 de fevereiro de 2017, referente ao período aquisitivo 2015/2016.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste- SC, 06 de janeiro de 2017.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2017.

PORTARIA Nº 102, DE 06 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 102, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, a servidora pública municipal ATRIMELIA PICHLER TONELLO, ocupante do cargo efetivo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, matrícula nº 3000/68, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 02 de fevereiro de 03 de março 2017, referente ao período aquisitivo 2014/2015.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste- SC, 06 de janeiro de 2017.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2017.

PORTARIA Nº 103, DE 06 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 103, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, a servidora pública municipal CAMILA LAZARIN GALLINA, ocupante do cargo efetivo de FISIOTERAPEUTA, matrícula nº 3338/01, carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no período de 13 a 27 de fevereiro 2017, referente ao período aquisitivo 2016/2017.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste- SC, 06 de janeiro de 2017.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2017.

PORTARIA Nº 104, DE 06 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 104, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, a servidora pública municipal CARMEM DE APARECIDA DE OLIVEIRA DE JESUS, ocupante do cargo efetivo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, matrícula nº 3001/41, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 14 de fevereiro de 15 de março 2017, referente ao período aquisitivo 2015/2016.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste- SC, 06 de janeiro de 2017.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2017.

PORTARIA Nº 105, DE 06 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 105, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, a servidora pública municipal CELOIR

PEDRINHA POGERE, ocupante do cargo efetivo de AGENTE DE APOIO OPERACIONAL, matrícula nº 3001/33, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 06 a 20 de fevereiro 2017, referente ao período aquisitivo 2014/2015.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste- SC, 06 de janeiro de 2017.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2017.

PORTARIA Nº 106, DE 06 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 106, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, a servidora pública municipal CLAUDIA APARECIDA RAULINO DEON, ocupante do cargo efetivo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, matrícula nº 3001/26, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 20 de fevereiro de 21 de março 2017, referente ao período aquisitivo 2015/2016.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste- SC, 06 de janeiro de 2017.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2017.

PORTARIA Nº 107, DE 06 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 107, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, a servidora pública municipal DEBORA CRISTINA CALEFFI DE ALMEIDA PIOVESAN, ocupante do cargo efetivo de ANALISTA ADMINISTRATIVO, matrícula nº 3207/01, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 13 a 27 de fevereiro de 2017, referente ao período aquisitivo 2014/2015, e de 28 de fevereiro a 14 de março de 2017, referente ao período aquisitivo 2015/2016.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste- SC, 06 de janeiro de 2017.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2017.

PORTARIA Nº 108, DE 06 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 108, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, a servidora pública municipal FRANCIELLI LIGIA GRACIOLLI, ocupante do cargo efetivo de ENFERMEIRO, matrícula nº 3000/16, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 15 de fevereiro de 16 de março 2017, referente ao período aquisitivo 2015/2016.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste- SC, 06 de janeiro de 2017.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2017.

PORTARIA Nº 109, DE 06 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 109, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, a servidora pública municipal GLAUCIA VERONICA CADORE PERAZOLI, ocupante do cargo efetivo de FISIOTERAPEUTA, matrícula nº 3001/90, carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no período de 15 de fevereiro a 1º de março de 2017, referente ao período aquisitivo 2014/2015 e de 02 a 16 de março de 2017, referente ao período aquisitivo 2015/2016.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste- SC, 06 de janeiro de 2017.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2017.

PORTARIA Nº 110, DE 06 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 110, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, a servidora pública municipal LUCIA GOIZ GOBI, ocupante do cargo efetivo de AGENTE DE APOIO OPERACIONAL, matrícula nº 1573/03, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 13 a 27 de fevereiro de 2017, referente ao período aquisitivo 2015/2016 e de 28 de fevereiro a 14 de março de 2017, referente ao período aquisitivo 2016/2017.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste- SC, 06 de janeiro de 2017.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2017.

PORTARIA Nº 111, DE 06 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 111, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, a servidora pública municipal MARCIO MOTTA CENTURION, ocupante do cargo efetivo de ODONTOLOGO ESPECIALISTA, matrícula nº 3001/99, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 09 a 23 de fevereiro de 2017, referente ao período aquisitivo 2015/2016.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste- SC, 06 de janeiro de 2017.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2017.

PORTARIA Nº 112, DE 06 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 112, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, a servidora pública municipal MARIA LUIZA MENESES, ocupante do cargo efetivo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, matrícula nº 3000/15, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 1º de fevereiro de 02 de março 2017, referente ao período aquisitivo 2015/2016.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste- SC, 06 de janeiro de 2017.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2017.

PORTARIA Nº 113, DE 06 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 113, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, a servidora pública municipal MARLETE DE FATIMA BANDEIRA, ocupante do cargo efetivo de TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL, matrícula nº 3000/94, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 20 de fevereiro de 06 de março 2017, referente ao período aquisitivo 2015/2016.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste- SC, 06 de janeiro de 2017.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2017.

PORTARIA Nº 114, DE 06 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 114, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, a servidora pública municipal ROSA VERÔNICA LAZZAROTTO DAL PUPPO, ocupante do cargo efetivo de TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL, matrícula nº 3237/01, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 20 de fevereiro de 21 de março 2017, referente ao período aquisitivo 2015/2016.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste- SC, 06 de janeiro de 2017.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2017.

PORTARIA Nº 115, DE 06 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 115, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, a servidora pública DENISE SALETE CALEGARI NUNES, ocupante do cargo efetivo de AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE E COMBATE AS ENDEMIAS, matrícula nº 3314/01, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 1º a 15 de fevereiro de 2017, referente ao período aquisitivo 2015/2016.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste- SC, 06 de janeiro de 2017.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2017.

PORTARIA Nº 116, DE 06 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 116, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, ao servidor público GILSON FERNANDES DE JESUS, ocupante do cargo efetivo de AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE E COMBATE AS ENDEMIAS, matrícula nº 3296/01, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 20 de fevereiro a 06 de março de 2017, referente ao período aquisitivo 2015/2016.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste- SC, 06 de janeiro de 2017.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2017.

PORTARIA Nº 117, DE 06 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 117, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, a servidora pública JANETE CONCI MELLA, ocupante do cargo efetivo de AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE E COMBATE AS ENDEMIAS, matrícula nº 2011/01, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 1º de fevereiro 02 de março de 2017, referente ao período aquisitivo 2013/2015.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste- SC, 06 de janeiro de 2017.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2017.

PORTARIA Nº 118, DE 06 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 118, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, a servidora pública MARIA EMILIA BERNARDI, ocupante do cargo efetivo de AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE E COMBATE AS ENDEMIAS, matrícula nº 2008/01, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 06 a 20 de fevereiro de 2017, referente ao período aquisitivo 2014/2015.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste- SC, 06 de janeiro de 2017.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2017.

PORTARIA Nº 120, DE 06 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 120, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, a servidora pública NEIVA DE LOURDES

GAVA DE CAMARGO, ocupante do cargo efetivo de AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE E COMBATE AS ENDEMIAS, matrícula nº 3115/01, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 06 a 20 de fevereiro de 2017, referente ao período aquisitivo 2014/2015.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste- SC, 06 de janeiro de 2017.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2017.

PORTARIA Nº 121, DE 06 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 121, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, a servidora pública ROBERTA BURATTO BOTTEGA, ocupante do cargo efetivo de AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE E COMBATE AS ENDEMIAS, matrícula nº 1984/01, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 1º a 15 de fevereiro de 2017, referente ao período aquisitivo 2014/2015.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste- SC, 06 de janeiro de 2017.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2017.

PORTARIA Nº 122, DE 06 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 122, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, a servidora pública ROSANGELA SOARES DOS SANTOS, ocupante do cargo efetivo de AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE E COMBATE AS ENDEMIAS, matrícula nº 1983/01, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 06 a 20 de fevereiro de 2017, referente ao período aquisitivo 2014/2015.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste- SC, 06 de janeiro de 2017.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2017.

PORTARIA Nº 123, DE 06 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 123, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, a servidora pública ROSECLEIA CHAVES BONET, ocupante do cargo efetivo de AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE E COMBATE AS ENDEMIAS, matrícula nº 3289/01, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 1º de fevereiro 02 de março de 2017, referente ao período aquisitivo 2015/2016.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste- SC, 06 de janeiro de 2017.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2017.

PORTARIA Nº 124, DE 06 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 124, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, a servidora pública SILVANA CESARIO MELLO, ocupante do cargo efetivo de AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE E COMBATE AS ENDEMIAS, matrícula nº 2000/01, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 1º a 15 de fevereiro de 2017, referente ao período aquisitivo 2015/2016.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste- SC, 06 de janeiro de 2017.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2017.

PORTARIA Nº 125, DE 06 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 125, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, ao servidor público FABIO QUADROS MARTINS, ocupante do cargo efetivo de TECNICO DE APOIO ADMINISTRATIVO, matrícula nº 1785/02, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 30 de janeiro a 28 de fevereiro de 2017, referente ao período aquisitivo 2015/2016.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste- SC, 06 de janeiro de 2017.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2017.

PORTARIA Nº 126, DE 06 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 126, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos V e IX, da Lei Orgânica do Município, com base no artigo 58 da Lei Complementar nº 118, de 23 de junho de 2010, combinado com o artigo 119 da Lei Complementar nº 154, de 09 de setembro de 2013;

RESOLVE:

Art.1º Atribuir, a partir de 09 de Janeiro, o Adicional de Responsabilidade Nível 5 (AR-5), ao servidor público municipal PAULO SERGIO ZANETTE, ocupante do cargo efetivo de Agente de Construção e Manutenção de Obras Públicas, matrícula nº 3240/01, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, por exercer atividade com qualificação diferenciada, além das previstas para o exercício do cargo de que é titular.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em execução.

Art.3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 06 de janeiro de 2017.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no Mural em:
_____/_____/2017

PORTARIA Nº 127, DE 09 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 127, DE 09 DE JANEIRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, ao servidor público municipal NIVO EDE MALLMANN, ocupante do cargo efetivo de ASSISTENTE SOCIAL, matrícula nº 1921/01, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 06 a 20 de fevereiro de 2017, referente ao período aquisitivo 2014/2015.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste- SC, 09 de janeiro de 2017.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2017.

PORTARIA Nº 128, DE 09 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 128, DE 09 DE JANEIRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e com base no inciso V do Art. 55, e ao inciso II, letra "a", do Art. 75, da Lei Orgânica do Município e da Lei Complementar nº 154, de 09 de setembro de 2013,

RESOLVE:

Art.1º NOMEAR, a partir de 10 de Janeiro de 2017, o senhor ANDRE LUIZ RECH, para exercer o Cargo em Comissão de DIRETOR DE RELACIONAMENTO E HUMANIZAÇÃO DA SAÚDE, Nível AGD-1, em conformidade com a Lei Complementar nº 154, de 09 de setembro de 2013.

Parágrafo único: Pelo exercício da função o servidor receberá Adicional de Responsabilidade nível 2 (AR-2).

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste- SC, 09 de janeiro de 2017.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2017.

PORTARIA Nº 129, DE 09 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 129, DE 09 DE JANEIRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem os incisos V e IX do artigo 55 da Lei Orgânica do Município e de acordo com o Art. 61-A da Lei Municipal nº 1.827, de 25 de setembro de 2009, dispositivo com redação determinada pela Lei nº 2.009, de 23 de maio de 2012,

RESOLVE:

Art.1º Conceder "Licença sem Remuneração para Tratamento de Assuntos Particulares" ao Senhor ANIRTO PEREIRA APOLINÁRIO, ocupante do cargo eletivo de Conselheiro Tutelar, matrícula nº 3333/01, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 10 de janeiro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste- SC, 09 de janeiro de 2017.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2017.

PORTARIA Nº 130, DE 09 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 130, DE 09 DE JANEIRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e com base no inciso V do Art. 55, e ao inciso II, letra "a", do Art. 75, da Lei Orgânica do Município e da Lei Complementar nº 154, de 09 de setembro de 2013,

RESOLVE:

Art 1º Nomear a partir de 11 de Janeiro de 2017, o Senhor ANIRTO PEREIRA APOLINÁRIO, para exercer o Cargo em Comissão de GERENTE DE PROTEÇÃO SOCIAL, Nível AGA-1, em conformidade com a Lei em conformidade com a Lei Complementar nº 154, de 09 de setembro de 2013.

Parágrafo único: Pelo exercício da função o servidor receberá Adicional de Responsabilidade 3 (AR-3).

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 09 de janeiro de 2017.
RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2017.

PORTARIA Nº 131, DE 09 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 131, DE 09 DE JANEIRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e com base no inciso V do Art. 55, e ao inciso II, letra "a", do Art. 75, da Lei Orgânica do Município e da Lei Complementar nº 154, de 09 de setembro de 2013,

RESOLVE:

Art 1º Nomear a partir de 10 de Janeiro de 2017, a Senhora DAIA-NE APARECIDA MAGRI, para exercer o Cargo em Comissão de GERENTE DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA, Nível AGA-1, em conformidade com a Lei Complementar nº 154, de 09 de setembro de 2013.

Parágrafo único: Pelo exercício da função o servidor receberá Adicional de Responsabilidade 3 (AR-3).

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 09 de janeiro de 2017.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2017.

PORTARIA Nº 132, DE 09 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 132, DE 09 DE JANEIRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos V e IX, da Lei Orgânica do Município, com base no artigo 58 da Lei Complementar nº 118, de 23 de junho de 2010, combinado com o artigo 119 da Lei Complementar nº 154, de 09 de setembro de 2013;

RESOLVE:

Art. 1º Atribuir, a partir de 02 de Janeiro de 2017, a servidora pública municipal TATIANE LUSSANI DAL PONT, ocupante do cargo efetivo de Analista Administrativo, matrícula nº 3011/02, o Adicional de Responsabilidade nível 4(AR-4), por exercer a Função de Presidente da Comissão Permanente de Licitações, com qualificação diferenciada, além das previstas para o exercício do cargo de que é titular". (NR)

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em execução.

Art.3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 09 de janeiro de 2017.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2017.

PORTARIA Nº 133, DE 09 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 133, DE 09 DE JANEIRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos V e IX, da Lei Orgânica do Município, com base no artigo 58 da Lei Complementar nº 118, de 23 de junho de 2010, combinado com o artigo 119 da Lei Complementar nº 154, de 09 de Setembro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Atribuir, a partir de 02 de janeiro de 2017, ao servidor público municipal JAKSON ALEX KICHEL, ocupante do cargo efetivo de

Técnico de Apoio Administrativo, matrícula nº 1919/01, o Adicional de Responsabilidade nível 4 - AR-4, por exercer a Função de Secretário da Comissão Permanente de Licitações, com qualificação diferenciada, além das previstas para o exercício do cargo de que é titular". (NR)

Art. 2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art.3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 09 de janeiro de 2017.
RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2017.

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 236/2017

PORTARIA Nº 236, DE 03 DE JANEIRO DE 2017.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto no art. 19, II, "a" da Resolução nº 160/2006, em conformidade com o artigo 13, I, da Lei Complementar nº 118, de 23 de junho de 2010, combinado com a Lei Complementar nº 130, de 18 de julho de 2011.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o Senhor Rafael Caleffi, RG nº 299.960-96/SSP-SC, aprovado no Concurso Público nº 001/2016, para ocupar o cargo de Procurador, carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com lotação na Câmara Municipal de Vereadores.

Parágrafo único. A remuneração do respectivo cargo corresponderá ao nível 06 do anexo II da Lei Complementar nº 130, de 18 de julho de 2011, alterado pela Lei Complementar nº 185, de 07 de março de 2016.

Art. 2º A posse e a entrada em exercício serão efetuadas de acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 3º As despesas decorrentes desta nomeação correrão por conta do Orçamento da Câmara Municipal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 03 de janeiro de 2017.
Vereador Agustinho Assis Menegatti
PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES

PORTARIA Nº 237/2017

PORTARIA Nº 237, DE 03 DE JANEIRO DE 2017.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto no art. 19, II, "a" da Resolução nº 160/2006, em conformidade com o artigo 13, I, da Lei Complementar nº 118, de 23 de junho de 2010, combinado com a Lei Complementar nº 130, de 18 de julho de 2011.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o Senhor Rafael Bonatto Buffon, RG nº 710.487.391-9/IGP-RS, aprovado no Concurso Público nº 001/2016, para ocupar o cargo de Agente de Comunicação, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com lotação na Câmara Municipal de Vereadores. Parágrafo único. A remuneração do respectivo cargo corresponderá ao nível 07 do anexo II da Lei Complementar nº 130, de 18 de julho de 2011, alterado pela Lei Complementar nº 185, de 07 de março de 2016.

Art. 2º A posse e a entrada em exercício serão efetuadas de acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 3º As despesas decorrentes desta nomeação correrão por conta do Orçamento da Câmara Municipal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 03 de janeiro de 2017.
Vereador Agustinho Assis Menegatti
PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES

PORTARIA Nº 238/2017

PORTARIA Nº 238, DE 04 DE JANEIRO DE 2017.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto no art. 19, II, "a" da Resolução nº 160/2006, em conformidade com o artigo 13, I, da Lei Complementar nº 118, de 23 de junho de 2010, combinado com a Lei Complementar nº 130, de 18 de julho de 2011.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o Senhor Vanderley José Bolfe, RG nº 975.072-44/SSP-PR, aprovado no Concurso Público nº 001/2016, para ocupar o cargo de Procurador, carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com lotação na Câmara Municipal de Vereadores.

Parágrafo único. A remuneração do respectivo cargo corresponderá ao nível 06 do anexo II da Lei Complementar nº 130, de 18 de julho de 2011, alterado pela Lei Complementar nº 185, de 07 de março de 2016.

Art. 2º A posse e a entrada em exercício serão efetuadas de acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 3º As despesas decorrentes desta nomeação correrão por conta do Orçamento da Câmara Municipal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 04 de janeiro de 2017.
Vereador Agustinho Assis Menegatti
PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES

PORTARIA Nº 239/2017

PORTARIA Nº 239, DE 04 DE JANEIRO DE 2017.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto no art. 19, II, "a" da Resolução nº 160/2006, em conformidade com o artigo 13, I, da Lei Complementar nº 118, de 23 de junho de 2010, combinado com a Lei Complementar nº 130, de 18 de julho de 2011.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a Senhora Elisa Tania Frigo, RG nº 1.027.238-0/SSP-PR, aprovada no Concurso Público nº 001/2016, para ocupar o cargo de Agente de Comunicação, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com lotação na Câmara Municipal de Vereadores. Parágrafo único. A remuneração do respectivo cargo corresponderá ao nível 07 do anexo II da Lei Complementar nº 130, de 18 de julho de 2011, alterado pela Lei Complementar nº 185, de 07 de março de 2016.

Art. 2º A posse e a entrada em exercício serão efetuadas de acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 3º As despesas decorrentes desta nomeação correrão por conta do Orçamento da Câmara Municipal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 04 de janeiro de 2017.

Vereador Agustinho Assis Menegatti

PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES

São Miguel do Oeste

PREFEITURA

DECRETO 8.799-EXPEDIENTE INTERNO

DECRETO Nº 8.799/2017

ESTABELECE EXPEDIENTE INTERNO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS NO DIA 02 DE JANEIRO DE 2017.

O Prefeito Municipal de São Miguel do Estado de Santa Catarina, usando a competência que lhe confere no art. 72, incisos VII e XLII, Lei Orgânica Municipal, promulgada em 5 de abril de 1990, e,

CONSIDERANDO que há necessidade efetuar algumas adequações nos serviços públicos municipais, ante a posse dos novos mandatórios ocorrida nesta data.

DECRETA :

Art. 1º Fica estabelecido expediente interno no Centro Administrativo, a Secretária Municipal de Obras, a Secretaria Municipal de Educação, o órgão administrativo da Secretaria Municipal de Saúde, no dia 02 de janeiro de 2017, terão somente expediente interno, retornando o expediente ao público no dia 03 de janeiro de 2017.

Art. 2º Este decreto entra em vigor nesta data.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SC,
Em, 1º de janeiro de 2017.

WILSON TREVISAN
Prefeito Municipal

DECRETO 8.800/2017-ESTABELECE HORÁRIO NORMAL DE EXPEDIENTE

DECRETO Nº 8.800/2017

ESTABELECE O RETORNO AO HORÁRIO NORMAL DE EXPEDIENTE NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelos incisos VII e XLII, do art. 72, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º A partir do dia 03 de janeiro de 2017, fica determinado, no âmbito da Administração Pública Municipal de São Miguel do Oeste, o retorno ao horário normal de expediente, que passa a ser de segundas às sextas-feiras, das 8h00 às 11h45, no período matutino, e das 13h30 às 17h45, no período vespertino.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SC,
Em 02 de janeiro de 2017.

WILSON TREVISAN
Prefeito Municipal

ALFREDO SPIER

Secretário de Administração

Este Decreto foi publicado no
Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA
Técnico Administrativo

DECRETO 8.802/2017-SUSPENSÃO PROVISÓRIA PROGRESSÃO FUNCIONAL

DECRETO Nº 8.802/2017

DISPÕE SOBRE A SUSPENSÃO PROVISÓRIA DA CONCESSÃO DE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO AOS SERVIDORES E MEMBROS DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, usando a competência que lhe conferem o art. 72, VII, da Lei Orgânica Municipal, promulgada em 5 de abril de 1990, c/c art. 55, da LCM n. 025/2013 e art. 63 da LCM n. 026/2013, e,

Considerando que diante da redução dos recursos financeiros oriundos das transferências constitucionais obrigatórias (FPM).

Considerando que o Município atingiu o limite prudencial de gasto com pessoal, estabelecido na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Considerando que há necessidade de se adequar os gastos de pessoal com os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Considerando que o Poder Público tem o dever de regular suas atividade visando a eficiência no serviço público.

DECRETA:

Art. 1º Ficam suspensos durante o exercício financeiro de 2017, as concessões de progressão por merecimento aos servidores públicos municipais e do magistério público municipal.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SC

Em, 03 de janeiro de 2017.

WILSON TREVISAN
Prefeito

ALFREDO SPIER
Secretário de Administração

Este Decreto foi publicado no
Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Mônica Spiess
Técnico Administrativo

DECRETO 8.803/2017-DELEGA SECRETÁRIOS MUNICIPAIS

DECRETO Nº 8.803/2017

DELEGA AOS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS COMPETÊNCIAS ADMINISTRATIVAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Art. 72, Parágrafo único da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990, e,

Considerando que a Administração Municipal tem o poder/dever de prestar serviços públicos com eficiência e racionalidade nos recursos públicos.

Considerando que a Administração Municipal deve ser descentralizada na busca de eficiência no préstimo do serviço público.

RESOLVE:

Art. 1º Ficam delegadas aos Secretários Municipais as seguintes atribuições competências do art. 72, da Lei Orgânica Municipal:

I - Secretaria de Administração as competências e atribuições constantes nos incisos VIII, X, XIII, XVI, XIX, XX, XXV, XXVII, XXXIV e XXXV, do art. 72, LOM;

II - Secretaria de Fazenda as competências e atribuições constantes nos incisos VIII, X, XIII, XVII, XIX, XX, XXV, XXVII, XXXIV e XXXV, do art. 72, LOM;

III - Secretaria de Planejamento as competências e atribuições constantes nos incisos XIII, XVI, XIX, XX, XXV, XXX e XXXIV, do art. 72, LOM;

IV - Secretaria de Desenvolvimento Urbano as competências e atribuições constantes nos incisos XIII, XVI, XIX, XX, XXI, XXIII, XXV, XXX e XXXIV, do art. 72, LOM;

V - Secretaria de Saúde as competências e atribuições constantes nos incisos XIII, XVI, XIX, XX, XXV, XXX e XXXIV, do art. 72, LOM;

VI - Secretaria de Educação as competências e atribuições constantes nos incisos XIII, XVI, XX, XXV, XXXII e XXXIV, do art. 72, LOM;

VII - Secretaria da Assistência Social as competências e atribuições constantes nos incisos XIII, XVI, XX, XXV e XXXIV, do art. 72, LOM;

VIII - Secretaria de Obras as competências e atribuições constantes nos incisos XIII, XVI, XX, XX, XXV, XXX e XXXIV, do art. 72, LOM;

IX - Secretaria de Desenvolvimento Econômico Sustentável as competências e atribuições constantes nos incisos XIII, XVI, XX, XXV e XXXIV, do art. 72, LOM;

X - Secretaria da Agricultura, Pecuária e Piscicultura as competências e atribuições constantes nos incisos XIII, XVI, XX, XXV e XXXIV, do art. 72, LOM;

Art. 2º Além dessas competências delegadas, cada secretário deverá cumprir as competências e atribuições constantes na LCM n. 024/2013, que dispõe sobre a organização administrativa do Poder Executivo Municipal.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SC
Em, 03 de janeiro de 2017.

WILSON TREVISAN
Prefeito

ALFREDO SPIER
Secretário de Administração

Este Decreto foi publicado no
Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Mônica Spiess
Técnico Administrativo

DECRETO 8.804/2017-CRIA COMITÊ MUNICIPAL DE GESTÃO E CONTROLE FINANCEIRO

DECRETO Nº 8.804/2017

CRIA O COMITÊ MUNICIPAL DE GESTÃO E CONTROLE FINANCEIRO, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, no uso da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica criado o Comitê Municipal de Gestão e Controle Financeiro, diretamente vinculado ao Gabinete do Prefeito Municipal.

Art. 2º O Comitê Municipal de Gestão e Controle Financeiro fica incumbido de coordenar ações voltadas à modernização e desburocratização da gestão pública, bem como à racionalização de procedimentos administrativos, o controle de gastos, incremento de receitas e potencialização de investimentos.

Art. 3º O Comitê Municipal de Gestão e Controle Financeiro será composto pelo Advogado Assessor Geral, pelo Chefe de Gabinete, pelo Controlador Interno, pelo Diretor de Compras, Licitações e Contratos e pelo Diretor de Gestão da Secretaria de Administração.

Art. 4º Cabe ao Comitê Municipal de Gestão e Controle Financeiro, no âmbito de toda a Administração Municipal, Direta e Indireta, previamente analisar, deliberar e autorizar:

I - toda e qualquer contratação direta que se pretenda realizar através de dispensa ou inexigibilidade de processo licitatório;

II - aquisições, contratações, alterações e prorrogações de contratos e instrumentos congêneres de materiais, serviços e obras, cuja despesa seja igual ou superior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais);

III - realização de aditivos contratuais que tenham por objeto a prorrogação de prazos ou majoração de valores contratados;

IV - realização de concurso público para provimento de cargos públicos municipais e de processos seletivos para contratação de servidores temporários;

V - convocação dos aprovados em concurso público ou processo seletivo;

VI - contratação de serviços "terceirizados";

VII - repasses de recursos financeiros e subvenções a entidades públicas;

VIII - a concessão de horas extraordinárias de trabalho a servidores públicos municipais e contratados;

IX - a concessão de todo e qualquer benefício remuneratório aos servidores públicos municipais;

X - realização de operações de crédito junto às instituições financeiras e de fomento;

XI - realização de viagens no país e no exterior, para participação de servidores efetivos, ocupantes de cargos comissionados e agentes políticos, a feiras, missões oficiais, cursos, palestras, conferências, reuniões de trabalho e demais eventos;

XII - assinatura de termos de compromisso ou ajustamento de conduta de qualquer natureza;

XIII - demais atos administrativos a serem definidos em ato próprio.

Parágrafo Único. Questões emergenciais e pleitos que digam respeito a serviços públicos essenciais terão tratamento especial e prioritário por parte do Comitê Municipal de Gestão e Controle Financeiro.

Art. 5º O Comitê Municipal de Gestão e Controle Financeiro somente receberá requerimentos, solicitações e consultas encaminhados e firmados pelos Secretários Municipais e Procurador Geral do Município.

Parágrafo Único. As solicitações a serem encaminhadas ao Comitê Municipal de Gestão e Controle Financeiro deverão ser acompanhadas de exposição de motivos e, se for o caso, pareceres técnicos, justificativa de preços com pesquisa de mercado ou tabela de referência e justificativa de contratação do fornecedor.

Art. 6º Serão atendidas com prioridade, por todas as secretarias municipais e demais órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta, as requisições de informações e documentos realizados pelo Comitê Gestor de Governo, que fixará prazo para cumprimento das demandas.

Art. 7º O Comitê Municipal de Gestão e Controle Financeiro poderá requisitar servidores para auxiliar no assessoramento e execução de suas atividades e deliberações.

Art. 8º O Comitê Municipal de Gestão e Controle Financeiro desempenhará também outras atribuições e tarefas designadas pelo Prefeito Municipal.

Art. 9º Dúvidas a respeito da interpretação deste Decreto serão dirimidas em Resolução pelo próprio Comitê Municipal de Gestão e Controle Financeiro.

Art. 10. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SC

Em, 04 de janeiro de 2017.

WILSON TREVISAN
Prefeito

ALFREDO SPIER
Secretário de Administração

Este Decreto foi publicado no
Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Mônica Spiess
Técnico Administrativo

PROCESSO N. 01/2017 - AÇÃO SOCIAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PROCESSO DE LICITAÇÃO N. 01/2017

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N. 01/2017

OBJETO: Contratação de prestação de serviços de fornecimento de energia elétrica, segundo previsão de gastos do município de São Miguel do Oeste – SC, em conformidade com o disposto na Lei Federal nº 8.666/93, para o exercício de 2017. VALOR R\$ 112.000,00. CONTRATADO: CELESC DISTRIBUIDORA S.A.. Licitação regida pela Lei Federal n. 8.666/93 e alterações vigentes.

São Miguel do Oeste – SC, 09 de janeiro de 2017.

MARTA REGINA SOTILLI

GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PROCESSO N. 02/2017 - AÇÃO SOCIAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PROCESSO DE LICITAÇÃO N. 02/2017

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N. 02/2017

OBJETO: Contratação de prestação de serviços de fornecimento de telefonia fixa, segundo previsão de gastos do município de São Miguel do Oeste – SC, em conformidade com o disposto na Lei Federal nº 8.666/93, para o exercício de 2017. VALOR R\$ 47.000,00. CONTRATADO: OI S.A.. Licitação regida pela Lei Federal n. 8.666/93 e alterações vigentes.

São Miguel do Oeste – SC, 09 de janeiro de 2017.

MARTA REGINA SOTILLI

GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PROCESSO N. 03/2017 - AÇÃO SOCIAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PROCESSO DE LICITAÇÃO N. 03/2017

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N. 03/2017

OBJETO: Contratação de prestação de serviços de fornecimento de água potável encanada, segundo previsão de gastos do município de São Miguel do Oeste – SC, em conformidade com o disposto na Lei Federal nº 8.666/93, para o exercício de 2017. VALOR R\$ 25.100,00. CONTRATADO: COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUA E SANEAMENTO – CASAN. Licitação regida pela Lei Federal n. 8.666/93 e alterações vigentes.

São Miguel do Oeste – SC, 09 de janeiro de 2017.

MARTA REGINA SOTILLI

GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

CONTRATO N.º 015/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – 88125-000 www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE
TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATO n.º 015/2017

O Fundo Municipal de Saúde de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 08.971.900/0001-98, cuja Sede se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro – São Pedro de Alcântara/SC – Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STAHELIN, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 342.317.499-49, residente e domiciliado a Rua Cecília Schappo, nº 115, Boa Parada, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado o Senhor EDUARDO PATRICK BELTRAN MONASTERIO, boliviano, casado, inscrito no CPF sob nº 744.945.891-87, residente e domiciliado a Rua das Orquideas, nº. 283 – Pedra Branca – Palhoça/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 001/2016, conforme as disposições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

1.1- Este contrato vincula o MUNICÍPIO e o CONTRATADO ao regime constante dos arts. 209 a 211 da Lei Complementar Municipal n.º 05/1997, e suas alterações.

1.2- A contratação, nos termos da Lei Complementar Municipal n.º 05/1997, não confere direito nem expectativa de direito à efetivação no serviço público Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1- O presente contrato tem por objeto a execução, pelo CONTRATADO, das atribuições do cargo de MÉDICO CLÍNICO GERAL, descritas no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara/SC.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

3.1- O CONTRATADO, durante a vigência deste contrato, fará jus à remuneração mensal relativa ao cargo descrito na cláusula segunda supra.

3.2- O pagamento do vencimento dar-se-á juntamente com o dos servidores efetivos e se sujeita aos mesmos reajustes a que aqueles for de direito.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

4.1- Este contrato, que se dá nos termos de CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, tem sua vigência a partir 09/01/2017, findando no dia 07/07/2017, dia este em que cessa a necessidade temporária da contratação.

4.2- Nos termos do § 2.º, do art. 209, da Lei Municipal n.º 05/1997, poderá haver prorrogação deste contrato, cuja duração máxima nunca poderá exceder a um (01) ano.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

5.1- Constituem motivos para rescisão do contrato:

5.1.1- Acordo entre as partes;

5.1.2- Iniciativa do MUNICÍPIO, sem prévio aviso, quando:

5.1.2.1- O CONTRATADO violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal que rege a função por ele exercida;

5.1.2.2- Por motivo de conveniência e oportunidade, devidamente justificados pelo Secretário da pasta a qual se vincula o CONTRATADO;

5.1.3- Por iniciativa do CONTRATADO, mediante prévio aviso escrito, de no mínimo trinta (30) dias;

5.2- Considera-se falta grave para rescisão do contrato pela administração, sem prévio aviso:

5.2.1- O cometimento de qualquer Infração Disciplinar descrita no Capítulo IV da Lei Municipal n.º 05/1997 (arts. 166 a 178);

5.2.2- O cometimento das seguintes infrações:

5.2.2.1- Ato de improbidade;

5.2.2.2- Incontinência de conduta ou mau procedimento;

5.2.2.3- Negociação habitual por conta própria ou alheia sem permissão do empregador;

5.2.2.4- Condenação criminal do CONTRATADO, passada em julgado, caso não tenha havido suspensão da execução da pena;

5.2.2.5- Desídia no desempenho das respectivas funções;

5.2.2.6- Embriaguez habitual ou em serviço;

5.2.2.7- Violação de segredo funcional;

5.2.2.8- Ato de indisciplina ou de insubordinação;

5.2.2.9- Abandono de emprego;

5.2.2.10- Ato lesivo da honra ou da boa fama praticado no serviço contra qualquer pessoa, ou ofensas físicas, nas mesmas condições, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

5.2.2.11- Ato lesivo da honra ou da boa fama ou ofensas físicas praticadas contra o empregador e superiores hierárquicos, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

5.2.2.12- Prática constante de jogos de azar;

5.2.2.13- A prática, devidamente comprovada em inquérito administrativo, de atos atentatórios à segurança nacional.

5.3- Aplica-se a este contrato, especialmente no que diz respeito a sua rescisão, o disposto nos arts. 179 a 208 da Lei Municipal n.º 05/1997.

CLÁUSULA SEXTA – DA ASSISTÊNCIA PREVIDENCIÁRIA

6.1- O MUNICÍPIO, durante a vigência contratual, assegurará ao CONTRATADO assistência médico-hospitalar, vinculando-o ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

7.1- As responsabilidades e obrigações do CONTRATADO são as previstas no Estatuto dos Servidores Municipais – Lei Municipal n.º 05/1997, devendo especificamente, prestar com zelo, cordialidade e eficiência os serviços para o qual fora contratado temporariamente.

CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS DO CONTRATADO

8.1- Os direitos do CONTRATADO são aqueles previstos na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, e subsidiariamente os previstos no Estatuto dos Servidores Municipais – Lei Municipal 05/1997 e suas alterações, excetuados os específicos do servidor municipal efetivo.

8.2- Assegura-se ao CONTRATADO o pagamento das seguintes verbas rescisórias, quando da rescisão contratual:

8.2.1- 13.º salário proporcional ao tempo do contrato;

8.2.2- Férias proporcionais ao tempo do contrato, acrescidas do terço constitucional.

8.3- O CONTRATADO não gozará do benefício de licença, com ou sem remuneração, sendo que seu afastamento do serviço, por mais de vinte e quatro (24) horas, sem prévia justificativa, será considerado como pedido unilateral de rescisão do presente contrato de trabalho.

CLÁUSULA NONA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

9.1- O CONTRATADO cumprirá a jornada de trabalho de vinte (20) horas semanais, cumpridas de segunda à sexta-feira, obedecendo ao início, intervalo e término fixados aos servidores efetivos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

10.1- Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São José/SC, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

11.1- Os casos omissos serão supridos pelas regras estabelecidas na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e, subsidiariamente, na Lei Complementar Municipal n.º 05/1997 e suas alterações, bem como aos princípios gerais do CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO e aos princípios gerais do Direito.

Assim, justos e contratados na forma que ficou expressa, MUNICÍPIO e CONTRATADO firmam este instrumento em duas (02) vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas para que produza todos os seus efeitos.

São Pedro de Alcântara/SC, 09 de janeiro de 2017.

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA/SC
ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal

EDUARDO PATRICK BELTRAN MONASTERIO
CONTRATADO
Testemunhas:

PORTARIA N.º 026/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –
Fone: 48-32770122 – R.222
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 026/2017

Admite em Caráter Temporário EDUARDO PATRICK BELTRAN MONASTERIO para o cargo de Médico Clínico Geral.

ERNEI JOSÉ STAHELIN Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Admitir em caráter temporário por excepcional interesse público, EDUARDO PATRICK BELTRAN MONASTERIO para o cargo de Médico Clínico Geral, contrato de trabalho nº. 015/2017.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 09 de janeiro de 2017.
ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal.

Registrado e Publicado em ____/____/2017.

PORTARIA N.º 027/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –
Fone: 48-32770122 – R.222
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 027/2017

Concede Gratificação ao servidor EDUARDO PATRICK BELTRAN MONASTERIO.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto na Lei nº. 556/2010,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder ao servidor EDUARDO PATRICK BELTRAN MONASTERIO, ocupante do cargo de Médico Clínico Geral, gratificação específica por ser responsável pela Autorização de Internação Hospitalar – AIH e Autorização de Procedimentos Ambulatórios de Alta Complexidade – APAC.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 09 de janeiro de 2017.
ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2017.

Schroeder

PREFEITURA

DECRETO Nº 4.003/2016 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016

DECRETO Nº 4.003/2016 de 30 de dezembro de 2016
ABRE CRÉDITO ADICIONAL – SUPLEMENTAR – ORIGINÁRIO DO
ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.148/2015 de 2 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 54.942,58 (cinquenta e quatro mil novecentos e quarenta e dois reais e cinquenta e oito centavos) para a(s) seguinte (s) dotação (ões) orçamentária (s):

06 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
06.02 – UNIDADES DE SERVIÇOS URBANOS
06.02.25.752.3003.2.310 - Manutenção da Iluminação Pública
3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0008 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica R\$ 54.942,58

A r t . 2 º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 30 de dezembro de 2016.
OSVALDO JURCK ELMER SANDRO QUADROS
Prefeito Municipal Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

FERNANDO RODRIGO DA ROSA
Procurador Municipal

DECRETO Nº 4.004/2016 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016

DECRETO Nº 4.004/2016 de 30 de dezembro de 2016
ABRE CRÉDITO ADICIONAL – SUPLEMENTAR – ORIGINÁRIO DO
ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.148/2015 de 2 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 57,61 (cinquenta e sete reais e sessenta e um centavos) para a(s) seguinte (s) dotação (ões) orçamentária (s):

06 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
06.02 – UNIDADES DE SERVIÇOS URBANOS
06.02.25.752.3003.2.310 - Manutenção da Iluminação Pública
3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0008 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa JurídicaR\$ 57,61

Art 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte (s) dotação (ões) orçamentária (s):

06 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
06.02 – UNIDADES DE SERVIÇOS URBANOS
06.02.25.752.3003.2.310 - Manutenção da Iluminação Pública
3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.01.0008 – Material de Consumo
..... R\$ 57,61

A r t . 3 º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 29 de dezembro de 2016.
OSVALDO JURCK ELMER SANDRO QUADROS
Prefeito Municipal Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

FERNANDO RODRIGO DA ROSA
Procurador Municipal

PORTARIA Nº 6.882/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 6.882/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER o afastamento por Licença Maternidade para a servidora, Sra. Ana Paula da Silva, com efeitos retroativos a partir de 27 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 02 de janeiro de 2017.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicada por:

FERNANDO RODRIGO DA ROSA
Procurador Municipal

PORTARIA Nº 6.883/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 6.883/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER o afastamento por Licença Maternidade para a

servidora, Sra. Andreia Richter Wermeier, a partir desta data.

Art. 2o Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 02 de janeiro de 2017.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Publicada por:

FERNANDO RODRIGO DA ROSA

Procurador Municipal

PORTARIA Nº 6.884/2017, DE 09 DE JANEIRO 2017

PORTARIA Nº 6.884/2017, DE 09 de janeiro 2017.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, o Sr. Paulo Roberto Ferreira, para exercer o Cargo Comissionado de Controlador Municipal, percebendo o nível salarial nº 003 Comissionados (Nível 180), com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir desta data.

Art. 2o Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 09 de janeiro de 2017.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Publicada por:

FERNANDO RODRIGO DA ROSA

Procurador Municipal

PORTARIA Nº 6.885/2017, DE 09 DE JANEIRO 2017

PORTARIA Nº 6.885/2017, DE 09 de janeiro 2017.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, o Sr. Valério de Oliveira Onofre, para exercer o Cargo Comissionado de Assessor de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo, percebendo o nível salarial nº 001 Comissionados (Nível 178), com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir desta data.

Art. 2o Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 09 de janeiro de 2017.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Publicada por:

FERNANDO RODRIGO DA ROSA

Procurador Municipal

PORTARIA Nº 6.886/2017, DE 09 DE JANEIRO 2017

PORTARIA Nº 6.886/2017, DE 09 de janeiro 2017.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, a Sra. Nivea Maske Holderried, para exercer o Cargo Comissionado de Assessora de Saúde, percebendo o nível salarial nº 001 Comissionados (Nível 178), com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir desta data.

Art. 2o Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 09 de janeiro de 2017.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Publicada por:

FERNANDO RODRIGO DA ROSA

Procurador Municipal

PORTARIA Nº 6.887/2017, DE 09 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 6.887/2017, DE 09 DE JANEIRO DE 2017.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando a sanção da Lei Municipal nº 1.805/2010, de 09 de julho de 2010;

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR a Licença Maternidade por 60 (sessenta) dias para a servidora, Sra. Jessica Jacobi, a partir de 07 de janeiro de 2017, conforme art.1º da Lei Municipal nº 1.805/2010.

Art. 2o Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 09 de janeiro de 2017.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Publicada por:

FERNANDO RODRIGO DA ROSA
Procurador Municipal

PORTARIA Nº 6.888/2017, DE 09 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 6.888/2017, DE 09 DE JANEIRO DE 2017.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR, o Sr. Edelman Kempka Santiago, para exercer a Função Gratificada de Assessor de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo, com carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, com efeitos retroativos a partir de 02 de janeiro de 2017.

Art. 2º Pelo desempenho da função acima especificada, fica autorizada Gratificação Salarial de nível FG-1-C, conforme Anexo II da LC nº 062/2008, e alterações.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 09 de janeiro de 2017.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicada por:

FERNANDO RODRIGO DA ROSA
Procurador Municipal

Seara

PREFEITURA

PORTARIAS Nº 042/2017 A 044/2017

Portaria nº. 042/2017. O Prefeito Municipal de Seara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a lei complementar nº 18/2003, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Seara, das Fundações Municipais e dá outras providências, combinado com a lei complementar nº 021/2003, que institui o plano de cargos, vencimentos e carreira dos profissionais do magistério público do município de Seara, Estado de Santa Catarina e dá outras providências, e considerando à homologação do resultado do Edital de Concurso Público nº. 001/2015 através do Decreto nº. 1033, de 10 de março de 2016, resolve,

Nomear por Concurso Público, Franciele Levandovski Sinnott Silva, para o cargo de provimento efetivo de Professor, constante no anexo I, da lei complementar nº. 21/2003, categoria Ensino Superior - nível inicial, do Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, lei complementar nº. 21/2003, com vencimentos conforme o estabelecido no anexo IV da mesma lei, na Educação Infantil, lotada no Centro de Educação Infantil Chapeuzinho Vermelho, com carga horária de 20 horas semanais, a partir de 09 de janeiro de 2017.

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Seara, SC., 09 de janeiro de 2017.

Edemilson Canale

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 09 de janeiro de 2017

Neri Cosmann

Secretário da Administração

mesma Lei, a partir de 10 de janeiro de 2017.

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Seara - SC, em 09 de janeiro de 2017.

Edemilson Canale

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 09 de janeiro de 2017

Neri Cosmann

Secretário da Administração

Portaria nº 043/2017. O Prefeito Municipal de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do artigo 118 da Lei Complementar nº 024/2006 de 10 de março de 2006, que dispõe sobre a reorganização e modernização da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Seara e dá outras providências,

Nomeia, Ilaine Maria Biondo, para o exercício do cargo de Provisão em Comissão de Coordenador de Projetos - COOR, da Secretaria Municipal da Fazenda, Nível CC-040, Anexo I-D, Lei Complementar nº 024/2006 de 10 de março de 2006, com vencimentos previstos no Anexo II, e atribuições estabelecidas no artigo 41 da mesma Lei, a partir de 09 de janeiro de 2017.

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Seara - SC, em 09 de janeiro de 2017.

Edemilson Canale

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 09 de janeiro de 2017

Neri Cosmann

Secretário da Administração

Portaria nº 044/2017. O Prefeito Municipal de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do artigo 118 da Lei Complementar nº 024/2006 de 10 de março de 2006, que dispõe sobre a reorganização e modernização da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Seara e dá outras providências,

Nomeia, Carlos Alberto Paludo, para o exercício do cargo de Provisão em Comissão de Gerente - GERE da Secretaria Municipal da Agricultura e do Meio Ambiente, Nível CC-060, Anexo I-G, Lei Complementar nº 024/2006 de 10 de março de 2006, com vencimentos previstos no Anexo II, e atribuições estabelecidas no artigo 41 da

Serra Alta

PREFEITURA

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SERRA ALTA/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO:

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2017

Tipo: Menor Preço por Item.

OBJETO: Aquisição pelo Município de Serra Alta/SC, através de suas unidades gestoras, de combustíveis do tipo: Gasolina, Diesel S-10 e S-500, para uso nos veículos, máquinas e equipamentos rodoviários dos departamentos, Secretarias e do Fundo Municipal de Saúde do Município de Serra Alta/SC, objetivando a manutenção de suas atividades no decorrer do ano de 2017.

Entrega dos Envelopes: 08:30 horas do dia 23 de janeiro de 2017.

Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 23 de janeiro de 2017.

O Edital encontra-se disponível no site do Município www.serraalta.sc.gov.br e maiores informações no seguinte endereço e horário: Av.Dom Pedro II, nº 830, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas.

SERRA ALTA/SC, 10 de janeiro de 2017.

DARCI CERIZOLLI

PREFEITO MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA 004/2017

PORTARIA Nº 004/2017

NOMEIA OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores do Município de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, Sr. Jaci Marin, no uso de suas atribuições legais, estatutárias e regimentais que lhe são conferidas, e em conformidade com a Lei Complementar nº 008/2012 e Regimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores de Serra Alta- SC,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR VERONIKA ALICE RUDIGER ZANCHETT, brasileira, casada, inscrita no CPF nº 542.973.549-34, RG nº 13871560, para o cargo de ASSESSORA JURÍDICA da Câmara, com carga horária de 20 horas e remuneração de acordo com a tabela remuneratória do Anexo IV da Lei Complementar nº 008/2012.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria tem seus efeitos a partir da publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Serra Alta SC, 09 de janeiro de 2017

JACI MARIN

Presidente da Câmara de Vereadores de Serra Alta

Sombrio

PREFEITURA

DISPENSA DE LICITAÇÃO 001/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

LICITAÇÃO Nº. 001/2017

Modalidade – Dispensa nº. 001/2017

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, inciso VIII, da Lei 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS E REALIZAÇÃO DE EXAMES, DESTINADOS AO ATENDIMENTO A SAÚDE BÁSICA NO MUNICÍPIO DE SOMBRIO, ATRAVÉS DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - AMESC.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE – AMESC.

VIGÊNCIA: 03/01/2017 a 31/12/2017

VALOR DO OBJETO: R\$ 270.000,00

JUSTIFICATIVA: A Dispensa de Licitação para realização de exames e consultas médicas especializadas se faz necessária, por ser através do Consórcio Intermunicipal de Saúde, uma entidade sem fins lucrativos, entre os municípios que compõem a região da AMESC, com o fim de fornecer serviços e produtos da área da saúde aos municípios consorciados, com preços notoriamente abaixo dos praticados no mercado.

Sombrio - SC, em 03 de Janeiro de 2017.

Gislane Dias da Cunha

Presidente do Fundo Municipal de Saúde

DISPENSA DE LICITAÇÃO 002/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

LICITAÇÃO Nº. 002/2017

Modalidade – Dispensa nº. 002/2017

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, inciso VIII, da Lei 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

OBJETO: Aquisição parcelada de medicamentos para distribuição gratuita, destinados ao atendimento básico a população do município de Sombrio, através do Consórcio Intermunicipal de Saúde – AMESC, conforme listagem anexa.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE –AMESC.

VIGÊNCIA: 03/01/2017 a 30/06/2017

VALOR DO OBJETO: R\$ 150.000,00

JUSTIFICATIVA: Justifica-se a Dispensa de Licitação para aquisição dos medicamentos acima citados, considerando-se a necessidade de não interromper o atendimento básico de saúde à população, e por ser o Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMESC uma entidade sem fins lucrativos e que pratica preços notoriamente abaixo do preço de mercado.

Sombrio - SC, em 03 de Janeiro de 2017.

Gislaine Dias da Cunha

Presidente do Fundo Municipal de Saúde

Sul Brasil

PREFEITURA

PORTARIA 001/2017 CAMARA

PORTARIA Nº 001, DE 10 JANEIRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICO MARILEI ALBANI WEITZEMANN

MOACIR GOTZ, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e de conformidade com a Lei 384. 2001, Lei 1.074/2005

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias a Servidora Público MARILEI ALBANI WEITZEMANN, ocupante do cargo de ASSESSORA DO LEGISLATIVO com lotação na Câmara dos vereadores, de 20 dias de férias, relativas ao ano 2016 a serem gozadas no período de 11.01.2017 a 30.01.2017.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação Vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Sul Brasil, (SC) 10 de janeiro de 2017.

MOACIR GOTZ

Presidente da Câmara de Vereadores

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA:

CÉLIO ROBERTO SIGNOR

Secretário

Tigrinhos

PREFEITURA

DECRETO 006/2017

DECRETO Nº 006/17 DE 09 DE JANEIRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VALIDADE DO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2015.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito do Município de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o disposto no item 1.8 do Edital de Processo Seletivo nº 001/2015,

DECRETA:

Art. 1º. Fica prorrogado por um ano, o prazo de validade do Processo Seletivo nº 001/2015, cuja homologação do resultado ocorreu através do Decreto nº 005/2016 de 21 de janeiro de 2016.

Art. 2º. Este Decreto tem vigência a partir de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do município de Tigrinhos/SC, em 09 de janeiro de 2017.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA

Prefeito

Tigrinhos/SC, 09 de janeiro de 2017.

EXTRATO DE CONTRATO 005-2017 FMS

EXTRATO DE CONTRATO

MUNICIPIO DE TIGRINHOS

O MUNICIPIO DE TIGRINHOS – torna público, para conhecimento dos interessados, que foi celebrado contrato nº. 005/2017 com o Senhor IVO ARI WACHHOLZ – CPF: 807.668.389-00, no valor total de R\$ 400,00 (quatrocentos reais) mensais, para Locação de Imóvel de 30m², para administração de medicina alternativa a população do Município de Tigrinhos.

TIGRINHOS/SC, em 09 de Janeiro de 2017.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

CONTAS PUBLICAS 2016 RREO E RGF RETIF

Município de TIGRINHOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

RECEITAS		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				R\$ 1,00
				No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)		10.359.632,56	10.359.632,56	3.014.764,29	29,10	12.404.240,66	119,74	-2.044.608,10
RECEITAS CORRENTES		10.139.632,56	10.139.632,56	2.881.839,29	28,42	11.319.841,02	111,64	-1.180.208,46
RECEITA TRIBUTÁRIA		377.992,39	377.992,39	116.244,97	30,75	516.426,65	136,62	-138.434,26
IMPOSTOS		334.688,29	334.688,29	112.528,86	33,62	477.590,09	142,69	-142.891,80
TAXAS		36.434,70	36.434,70	3.716,11	10,20	38.846,56	106,62	-2.411,86
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA		6.869,40	6.869,40	0,00	0,00	0,00	0,00	6.869,40
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES		20.608,20	20.608,20	3.954,00	19,19	24.123,00	117,06	-3.514,80
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO		20.608,20	20.608,20	3.954,00	19,19	24.123,00	117,06	-3.514,80
RECEITA PATRIMONIAL		43.846,83	43.846,83	32.501,28	74,12	181.694,95	414,39	-137.848,12
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS		43.846,83	43.846,83	32.501,28	74,12	181.694,95	414,39	-137.848,12
RECEITA AGROPECUÁRIA		4.579,60	4.579,60	148,00	3,23	1.623,30	35,45	2.956,30
OUTRAS RECEITAS AGROPECUÁRIAS		4.579,60	4.579,60	148,00	3,23	1.623,30	35,45	2.956,30
RECEITA DE SERVIÇOS		10.876,55	10.876,55	0,00	0,00	0,00	0,00	10.876,55
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		9.661.021,09	9.661.021,09	2.722.466,53	28,18	10.544.322,52	109,14	-883.301,43
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		9.611.907,09	9.611.907,09	2.706.523,65	28,16	10.469.418,72	108,92	-857.511,63
TRANSF. DE CONV.		49.114,00	49.114,00	15.942,88	32,46	74.903,80	152,51	-25.789,80
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		20.707,90	20.707,90	6.524,51	31,51	51.650,60	249,42	-30.942,70
MULTAS E JUROS DE MORA		7.885,02	7.885,02	3.905,29	49,53	22.284,41	282,62	-14.399,39
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		1.144,90	1.144,90	0,00	0,00	3.116,26	272,19	-1.971,36
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA		1.373,88	1.373,88	1.198,93	87,27	9.572,33	696,74	-8.198,45
RECEITAS DIVERSAS		10.304,10	10.304,10	1.420,29	13,78	16.677,60	161,85	-6.373,50
RECEITAS DE CAPITAL		220.000,00	220.000,00	132.925,00	60,42	1.084.399,64	492,91	-864.399,64
ALIENAÇÃO DE BENS		30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	91.170,00	303,90	-61.170,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS		30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	91.170,00	303,90	-61.170,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		190.000,00	190.000,00	132.925,00	69,96	993.229,64	522,75	-803.229,64
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		90.000,00	90.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	90.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS		100.000,00	100.000,00	132.925,00	132,93	993.229,64	993,23	-893.229,64
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)		—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)		10.359.632,56	10.359.632,56	3.014.764,29	29,10	12.404.240,66	119,74	-2.044.608,10
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Continúa 2/3

Continuação 3/3

Município de TIGRINHOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS ² (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	10.359.632,56	13.598.753,60	1.894.942,90	12.278.528,73	1.320.224,87	2.563.377,66	10.865.544,22	2.733.209,38	10.864.021,46	1.412.984,51
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	1.538.696,44	—	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	10.359.632,56	13.598.753,60	1.894.942,90	12.278.528,73	—	2.563.377,66	12.404.240,66	—	10.864.021,46	1.412.984,51

FONTE:

TIGRINHOS, 31/12/2016

RUDIMAR FRANCISCO GUTH PREFEITO MUNICIPAL	LILIAN SANTIN CONTADORA CRC/SC 24.662/O-9	LUCIANE PISSATTO CONTROLE INTERNO
--	--	--------------------------------------

MUNICÍPIO DE TIGRINHOS - SC - PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIGRINHOS
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2016 A DEZEMBRO/2016

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	5.400.275,75	0,00
Pessoal Ativo	5.126.744,07	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	273.531,68	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	45.874,75	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	45.874,75	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	5.354.401,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	11.319.841,02	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	5.354.401,00	47,30
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	6.112.714,15	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	5.807.078,44	51,30
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	5.501.442,74	48,60

FONTE:

TIGRINHOS, 31/12/2016

 RUDIMAR FRANCISCO GUTH
 PREFEITO MUNICIPAL

 LILIAN SANTIN
 CONTADORA CRC/SC 24.662/O-9

 LUCIANE PISSATTO
 CONTROLE INTERNO

MUNICÍPIO DE TIGRINHOS - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2016 A DEZEMBRO/2016

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	5.895.834,09	0,00
Pessoal Ativo	5.620.322,41	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	275.511,68	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	45.874,75	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	45.874,75	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	5.849.959,34	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	11.319.841,02	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	5.849.959,34	51,68
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	6.791.904,61	60,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	6.452.309,38	57,00
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	6.112.714,15	54,00

FONTE:

TIGRINHOS, 31/12/2016

RUDIMAR FRANCISCO GUTH
PREFEITO MUNICIPAL

LILIAN SANTIN
CONTADORA CRC/SC 24.662/O-9

LUCIANE PISSATTO
CONTROLE INTERNO

Município de TIGRINHOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2015 a 2089

RREO—ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)				R\$ 1,00
EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = "d" exercício anterior + (c)
2015	0,00	0,00	0,00	0,00
2016	0,00	0,00	0,00	0,00
2017	0,00	0,00	0,00	0,00
2018	0,00	0,00	0,00	0,00
2019	0,00	0,00	0,00	0,00
2020	0,00	0,00	0,00	0,00
2021	0,00	0,00	0,00	0,00
2022	0,00	0,00	0,00	0,00
2023	0,00	0,00	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00
2073	0,00	0,00	0,00	0,00
2074	0,00	0,00	0,00	0,00
2075	0,00	0,00	0,00	0,00
2076	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00
2088	0,00	0,00	0,00	0,00
2089	0,00	0,00	0,00	0,00

Projeção atuarial elaborada em 31/12/2016 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE:

TIGRINHOS, 31/12/2016

RUDIMAR FRANCISCO GUTH
PREFEITO MUNICIPAL

LILIAN SANTIN
CONTADORA CRC/SC 24.662/O-9

LUCIANE PISSATTO
CONTROLE INTERNO

Município de TIGRINHOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

PREÇO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)							R\$ 1,00
RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)				SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)	
RECEITA DE CAPITAL							
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	30.000,00				91.170,00	-61.170,00	
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00				0,00	0,00	
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	30.000,00				91.170,00	-61.170,00	
TOTAL	30.000,00				91.170,00	-61.170,00	
DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (e)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (f)	SALDO APAGAR (g)=(d-e)
Despesas de Capital	45.049,43	14.476,00	14.476,00	14.476,00	0,00	0,00	30.573,43
Investimentos	45.049,43	14.476,00	14.476,00	14.476,00	0,00	0,00	30.573,43
TOTAL	45.049,43	14.476,00	14.476,00	14.476,00	0,00	0,00	30.573,43
SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2015 (h)	Em 2016 (i) = (b) - (e+f)				SALDO ATUAL (j) = (h+i)	
	0,00	76.694,00				76.694,00	
FONTE:							

TIGRINHOS, 31/12/2016

RUDIMAR FRANCISCO GUTH
PREFEITO MUNICIPALLILIAN SANTIN
CONTADORA CRC/SC 24.662/O-9LUCIANE PISSATTO
CONTROLE INTERNO

Município de TIGRINHOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100	
RECETA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	341.361,21	341.361,21	522.684,62	153,12	
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	80.000,00	80.000,00	105.398,80	131,75	
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	25.000,00	25.000,00	113.406,51	453,63	
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	101.896,10	101.896,10	116.129,03	113,97	
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	130.000,00	130.000,00	169.329,04	130,25	
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	2.862,25	2.862,25	1.966,48	68,70	
Dívida Ativa dos Impostos	686,94	686,94	8.053,76	1.172,41	
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	915,92	915,92	8.401,00	917,22	
RECETA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	9.136.572,76	9.136.572,76	9.963.463,84	109,05	
Cota-Parte FPM	5.953.480,00	5.953.480,00	6.739.239,45	113,20	
Cota-Parte ITR	1.602,86	1.602,86	2.078,36	129,67	
Cota-Parte IPVA	107.500,00	107.500,00	119.939,94	111,57	
Cota-Parte ICMS	3.015.600,00	3.015.600,00	3.046.523,99	101,03	
Cota-Parte IPI-Exportação	44.651,10	44.651,10	43.530,30	97,49	
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	13.738,80	13.738,80	12.151,80	88,45	
Desoneração ICMS (LC 87/96)	13.738,80	13.738,80	12.151,80	88,45	
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	9.477.933,97	9.477.933,97	10.486.148,46	110,64	
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE					
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS Provenientes da União Provenientes dos Estados RECETAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100	
	687.190,26	687.190,26	715.998,08	104,19	
	565.118,72	565.118,72	644.090,87	113,97	
	122.071,54	122.071,54	71.907,21	58,91	
	0,00	0,00	0,00	0,00	
3.068,69	3.068,69	7.478,01	243,69		
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	690.258,95	690.258,95	723.476,09	104,81	
DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	
DESPESAS CORRENTES Pessoal e Encargos Sociais Outras Despesas Correntes	2.140.887,91 1.571.000,00 569.887,91	2.625.685,43 1.633.000,00 992.685,43	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100	97,79 99,34 95,24
			2.568.540,78	97,82	
			1.622.203,50	99,34	
			946.337,28	95,33	
			2.567.640,78	97,79	900,00
			1.622.203,50	99,34	0,00
			945.437,28	95,24	900,00

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de TIGRINHOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100	
DESPESAS DE CAPITAL	146.560,00	240.480,62	213.620,61	88,83	213.620,61	88,83	0,00
Investimentos	146.560,00	240.480,62	213.620,61	88,83	213.620,61	88,83	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	2.287.447,91	2.866.166,05	2.782.161,39	97,07	2.781.261,39	97,04	900,00
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			Até o Bimestre (h)	% (h/V)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/Vg)*100	
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE	687.190,26	840.345,88	788.655,09	28,35	788.655,09	28,36	0,00
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	687.190,26	840.345,88	788.655,09	28,35	788.655,09	28,36	0,00
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ¹	-	-	0,00	0,00	-	-	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS ²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES ³	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM NÃO COMPUTADAS (V)	687.190,26	840.345,88	788.655,09	28,35	788.655,09	28,36	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV + V)	1.600.257,65	2.025.820,17	1.993.506,30	71,65	1.992.606,30	71,64	900,00
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS							
(VII%) = (Vi / VIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% ⁴			19,01				
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [(Vi) - (15 x VIIb)/100]			420.584,03				

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de TIGRINHOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA		INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º						
		RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS			SALDO FINAL (NÃO APLICADO)	
		SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (i)			
		0,00		0,00		0,00
TOTAL (VIII)		0,00		0,00		0,00
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26						
		LIMITE NÃO CUMPRIDO			SALDO FINAL (NÃO APLICADO)	
		SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)			
		-		-		-
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)						
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (l)	% (j/Total i) *100	Até o Bimestre (m)	% (n/Total m) *100 PROCESSADOS
Atenção Básica	2.195.800,06	2.691.013,08	2.628.160,00	94,35	2.628.160,00	94,38
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	75.593,16	147.953,90	134.127,25	4,82	133.227,25	4,78
Vigilância Sanitária	30.114,49	33.558,87	23.163,34	0,83	23.163,34	0,83
TOTAL	2.301.507,71	2.872.525,85	2.785.450,59	100,00	2.784.550,59	100,00

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

FONTE:

⁴ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

² O valor apresentado na interressão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

³ O valor apresentado na interressão com a coluna "j" ou com a coluna "h+j" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando c

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de TIGRINHOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

TIGRINHOS, 31/12/2016

RUDIMAR FRANCISCO GUTH PREFEITO MUNICIPAL	LILIAN SANTIN CONTADORA CRC/SC 24.662/O-9	LUCIANE PISSATTO CONTROLE INTERNO
--	--	--------------------------------------

Município de TIGRINHOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREQ - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2016		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

TIGRINHOS, 31/12/2016

RUDIMAR FRANCISCO GUTH
PREFEITO MUNICIPAL

LILIAN SANTIN
CONTADORA CRC/SC 24.662/O-9

LUCIANE PISSATTO
CONTROLE INTERNO

Município de TIGRINHOS - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre	
RECEITAS			
Previsão Inicial		10.359.632,56	
Previsão Atualizada		10.359.632,56	
Receitas Realizadas		12.404.240,66	
Déficit Orçamentário		0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		686.646,05	
DESPESAS			
Dotação Inicial		10.359.632,56	
Créditos Adicionais		3.239.121,04	
Dotação Atualizada		13.598.753,60	
Despesas Empenhadas		12.278.528,73	
Despesas Liquidadas		10.865.544,22	
Despesas pagas		10.864.021,46	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		1.412.984,51	
Superavit Orçamentário		1.538.696,44	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		12.278.528,73	
Liquidadas		10.865.544,22	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		1.412.984,51	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida		11.319.841,02	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			
Receitas Previdenciárias Realizadas (IV)		0,00	
Despesas Previdenciárias Empenhadas (V)		0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)
Resultado Nominal		550.000,00	-1.613.682,55
Resultado Primário		37.697,13	186.972,14
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	275.325,17	3.613,08	269.952,09
EXECUTIVO	275.325,17	3.613,08	269.952,09
TOTAL:	275.325,17	3.613,08	269.952,09
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais
			% Mínimo a Aplicar no Exercício
			% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		2.749.064,45	25%
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		765.062,73	60%
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito		0,00	
Despesa de Capital Líquida		3.050.736,60	532.579,13

Continua 1/2

Município de TIGRINHOS - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		2016	2024	2034	2049
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores					
Receitas Previdenciárias (IV)		0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)		0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)		0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS					
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos				91.170,00	-61.170,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos				14.476,00	30.573,43
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE			Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
				% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos			1.993.506,30	15,00	19,01
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP			Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)					0,00

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

TIGRINHOS, 31/12/2016

RUDIMAR FRANCISCO GUTH
PREFEITO MUNICIPAL

LILIAN SANTIN
CONTADORA CRC/SC 24.662/O-9

LUCIANE PISSATTO
CONTROLE INTERNO

MUNICÍPIO DE TIGRINHOS - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	663.764,97	550.368,82	439.578,79	329.684,07
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	663.764,97	550.368,82	439.578,79	329.684,07
Interna	663.764,97	550.368,82	439.578,79	329.684,07
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não P.	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	1.020.469,36	1.451.761,50	1.989.024,76	2.300.071,01
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.020.469,36	1.548.335,74	2.112.241,73	2.301.593,77
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	0,00	96.574,24	123.216,97	1.522,76
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-356.704,39	-901.392,68	-1.549.445,97	-1.970.386,94
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	9.896.892,77	9.944.223,05	10.200.910,80	11.319.841,02
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	6,71%	5,53%	4,31%	2,91%
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	-3,60%	-9,06%	-15,19%	-17,41%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	11.876.271,32	11.933.067,66	12.241.092,96	13.583.809,22
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	10.688.644,19	10.739.760,89	11.016.983,66	12.225.428,30

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	663.764,97	550.368,82	439.578,79	329.684,07
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	4.396,74	895,31	0,00	0,00
De Tributos	4.396,74	895,31	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	659.368,23	549.473,51	439.578,79	329.684,07

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	2.931,97	8.293,56	13.498,81	13.789,27
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	275.325,17	1.915.263,34	2.093.261,94	1.414.744,51

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE TIGRINHOS - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016

Continuação 2/2

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00
REGIME PREVIDENCIÁRIO				
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00	0,00
OBIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.

TIGRINHOS, 31/12/2016

RUDIMAR FRANCISCO GUTH
PREFEITO MUNICIPAL

LILIAN SANTIN
CONTADORA CRC/SC 24.662/O-9

LUCIANE PISSATTO
CONTROLE INTERNO

VILSON WILDNER
ASSESSOR CONTÁBIL

FONTE:

Município de TIGRINHOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (d-f)	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	No Bimestre	Até o Bimestre (d)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (f)	10.359.632,56	13.598.753,60	1.894.942,90	12.278.528,73	100,00	2.563.377,66	10.865.544,22	2.733.209,38	1.412.984,51
Legislativa	659.188,22	659.188,22	129.135,44	607.518,43	4,95	139.234,18	607.518,43	51.669,79	0,00
Ação Legislativa	659.188,22	659.188,22	129.135,44	607.518,43	4,95	139.234,18	607.518,43	51.669,79	0,00
Administração	1.833.329,17	1.845.691,26	338.615,98	1.803.465,29	14,69	422.225,97	1.798.546,63	47.144,63	4.918,66
Planejamento e Orçamento	604.569,50	604.569,50	137.445,95	591.909,30	4,82	12.660,20	141.815,37	12.660,20	0,00
Administração Geral	1.069.622,50	1.067.884,59	159.204,92	1.039.669,76	8,47	28.214,83	267.865,04	33.133,49	4.918,66
Administração Financeira	153.737,17	173.237,17	41.965,11	171.886,23	1,40	45.334,23	171.886,23	1.350,94	0,00
Segurança Pública	16.028,60	45.956,29	6.708,87	23.108,82	0,19	8.113,85	23.108,82	22.847,47	0,00
Policiaamento	16.028,60	45.956,29	6.708,87	23.108,82	0,19	8.113,85	23.108,82	22.847,47	0,00
Assistência Social	665.656,23	1.160.465,34	161.805,62	830.671,49	6,71	329.733,85	651.661,31	508.804,03	179.010,18
Assistência ao Idoso	25.000,00	248.968,44	7.462,26	222.974,64	1,82	22.984,73	43.964,46	25.033,96	179.010,18
Assistência à Criança e ao Adolescente	97.753,00	141.964,80	28.408,51	116.703,01	0,95	34.073,28	116.703,01	25.261,79	0,00
Assistência Comunitária	542.903,23	769.502,10	175.934,85	490.993,84	4,00	157.593,44	490.993,84	278.508,26	0,00
Saúde	2.301.507,71	2.872.525,85	388.567,86	2.785.450,59	22,69	549.251,27	2.784.550,59	87.975,26	900,00
Atenção Básica	2.195.800,06	2.691.015,08	394.233,58	2.626.160,00	21,40	519.231,26	2.626.160,00	62.863,06	0,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	75.593,16	147.565,90	-6.818,46	134.127,25	1,09	28.367,27	133.227,25	14.726,65	900,00
Vigilância Sanitária	30.114,49	33.558,87	1.152,74	23.163,34	0,19	10.395,53	23.163,34	10.395,53	0,00
Educação	2.049.601,65	2.201.759,87	473.671,20	2.026.759,36	16,51	436.570,09	1.891.722,50	310.037,37	135.036,86
Alimentação e Nutrição	90.442,89	132.739,20	-8.771,89	120.735,25	0,98	17.100,21	120.735,25	12.003,95	0,00
E Ensino Fundamental	1.476.652,68	1.518.604,10	331.511,78	1.384.563,50	11,28	254.600,24	1.249.516,64	289.087,46	135.036,86
E Ensino Médio	240.78,72	21.458,72	-129,57	19.762,15	0,16	916,06	19.762,15	1.696,57	0,00
E Ensino Profissional	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
E Ensino Superior	35.000,00	40.000,00	4.660,00	38.540,00	0,31	9.520,00	38.540,00	1.460,00	0,00
Educação Infantil	418.427,36	488.957,85	146.400,88	463.168,46	3,77	154.433,58	463.168,46	25.789,39	0,00
Cultura	11.000,00	6.000,00	0,00	4.000,00	0,03	500,00	4.000,00	2.000,00	0,00
Distúso Cultural	11.000,00	6.000,00	0,00	4.000,00	0,03	500,00	4.000,00	2.000,00	0,00
Urbanismo	377.306,72	1.717.436,23	46.579,76	1.438.925,27	11,72	199.641,08	911.888,69	805.547,54	527.036,58
Infra-Estrutura Urbana	250.572,45	1.567.310,91	42.445,71	1.294.374,37	10,54	180.253,10	767.337,79	799.973,12	527.036,58
Serviços Urbanos	126.734,27	150.125,32	4.134,05	144.550,90	1,18	19.387,98	144.550,90	5.574,42	0,00
Gestão Ambiental	10.000,00	47.200,00	23.580,00	47.180,00	0,38	47.180,00	47.180,00	20,00	0,00
Recuperação de Áreas Degradadas	10.000,00	47.200,00	23.580,00	47.180,00	0,38	47.180,00	47.180,00	20,00	0,00
Agricultura	1.028.397,00	1.204.233,28	221.044,35	1.050.833,72	8,56	294.689,26	1.050.833,72	153.399,56	0,00
Administração Geral	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recuperação de Áreas Degradadas	847.000,00	944.233,28	78.144,35	907.933,72	7,39	151.789,26	907.933,72	36.299,56	0,00
Abastecimento	3.499,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Extensão Rural	105.000,00	260.000,00	142.900,00	142.900,00	1,16	142.900,00	142.900,00	117.100,00	0,00
Promoção da Produção Agropecuária	22.898,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indústria	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção Industrial	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comunicações	0,00	446.595,00	0,00	446.500,00	3,64	0,00	0,00	446.595,00	446.500,00
Telecomunicações	0,00	446.595,00	0,00	446.500,00	3,64	0,00	0,00	446.595,00	446.500,00
Transporte	824.409,53	689.748,72	25.874,31	571.052,91	4,65	118.535,54	571.052,91	118.695,81	0,00
Transporte Rodoviário	824.409,53	689.748,72	25.874,31	571.052,91	4,65	118.535,54	571.052,91	118.695,81	0,00
Desporto e Lazer	96.347,00	188.757,45	6.817,38	181.857,63	1,48	25.516,83	62.275,40	126.482,05	119.582,23
Desporto Comunitário	96.347,00	188.757,45	6.817,38	181.857,63	1,48	25.516,83	62.275,40	126.482,05	119.582,23

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de TIGRINHOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (e-d)	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	10.359.632,56	13.598.753,60	1.894.942,90	12.278.528,73	100,00	2.563.377,66	10.865.544,22	2.733.209,38	1.412.984,51
Encargos Especiais	429.860,73	463.195,09	72.542,13	461.205,22	3,76	74.489,47	461.205,22	1.990,87	0,00
Ação Judiciária	15.000,00	7.000,00	0,00	6.314,36	0,05	0,00	6.314,36	685,64	0,00
Formação de Recursos Humanos	103.170,93	122.070,93	17.594,77	120.765,70	0,98	19.542,11	120.765,70	1.305,23	0,00
Serviço de Divida Interna	311.689,80	334.125,16	54.947,36	334.125,16	2,72	54.947,36	334.125,16	0,00	0,00
Reserva de Contingência	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00
Reserva de Contingência	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	10.359.632,56	13.598.753,60	1.894.942,90	12.278.528,73	100,00	2.563.377,66	10.865.544,22	2.733.209,38	1.412.984,51

FONTE:

TIGRINHOS, 31/12/2016

RUDIMAR FRANCISCO GUTH PREFEITO MUNICIPAL	LILIAN SANTIN CONTADORA ORC/SC 24.662/O-9	LUCIANE PISSATTO CONTROLE INTERNO
--	--	--------------------------------------

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de TIGRINHOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2016 A DEZEMBRO/2016

RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)		EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2016	
		ESPECIFICAÇÃO												TOTAL (ULT. 12 MES.)	
Jan/2016	Fev/2016	Mar/2016	Abr/2016	Mai/2016	Jun/2016	Jul/2016	Agô/2016	Sep/2016	Out/2016	Nov/2016	Dez/2016				
RECEITAS CORRENTES (I)															
RECEITA TRIBUTÁRIA															
1.046.690,81	1.142.073,45	841.697,72	986.484,06	1.117.110,49	975.777,99	1.052.812,37	917.991,91	860.957,53	1.005.387,35	1.420.760,08	1.944.043,48	13.311.757,24	11.778.053,21		
17.154,01	42.734,67	42.521,97	99.243,44	41.833,74	38.406,11	26.265,94	24.950,40	33.953,29	33.058,11	44.883,51	71.351,46	516.426,65	377.992,39		
0,00	0,00	0,00	57.595,98	8.181,60	2.714,53	617,80	85,52	166,40	0,00	663,14	8.691,48	78.716,45	77.792,19		
9.896,88	8.512,38	10.602,30	10.928,20	11.807,96	13.198,34	13.877,65	16.046,08	14.016,28	16.246,58	23.220,82	21.004,58	168.329,04	130.000,00		
2.557,30	9.427,77	9.660,73	4.919,08	8.981,91	7.669,24	4.682,45	5.517,90	9.111,48	14.943,27	14.466,58	24.140,38	116.128,09	101.886,10		
4.575,06	24.383,12	12.072,70	11.922,92	9.959,13	13.343,20	5.876,00	2.000,00	8.992,50	0,00	4.620,00	15.691,88	113.406,51	25.000,00		
154,77	411,40	10.186,24	13.877,26	2.903,15	1.480,80	1.242,04	1.301,90	1.694,63	1.898,26	1.892,97	1.823,14	38.846,56	43.304,10		
1.890,00	2.133,00	2.025,00	2.017,00	1.998,00	1.996,00	2.013,00	2.051,00	2.001,00	2.055,00	1.952,00	2.002,00	24.123,00	20.000,20		
9.357,26	10.787,05	13.029,64	9.870,53	13.607,69	18.395,24	20.417,21	18.837,01	16.618,78	18.263,26	16.637,88	15.853,40	181.694,95	43.846,83		
0,00	1.221,00	11,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	48,10	95,20	0,00	148,00	1.623,30	4.579,60		
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
1.016.390,64	1.084.037,39	778.887,96	870.272,22	1.056.273,23	910.253,49	1.000.636,53	886.733,26	805.448,76	949.894,46	1.356.784,30	1.948.666,50	12.536.238,74	11.289.441,74		
521.721,09	653.119,36	396.716,65	471.611,14	627.129,00	518.110,14	572.526,58	463.640,62	378.821,49	459.846,52	836.988,98	1.311.543,46	7.215.978,23	6.205.338,00		
290.715,89	237.221,26	239.917,35	246.674,27	239.602,42	235.737,90	243.261,66	240.239,45	259.582,07	268.522,39	259.913,86	286.055,47	3.046.523,99	3.015.600,00		
6.306,03	8.474,96	14.247,99	14.478,00	16.325,81	14.409,84	11.470,12	11.472,83	10.124,59	7.333,46	3.814,15	1.480,67	118.939,94	107.500,00		
0,00	18,99	30,02	30,02	0,00	0,00	54,94	0,00	369,49	1.566,41	0,00	8,49	2.078,36	1.602,86		
116.751,84	115.782,76	61.230,05	67.914,24	102.190,18	74.418,38	107.240,90	74.206,02	86.925,78	133.728,78	173.890,99	159.904,64	1.277.224,66	1.290.990,98		
4.553,78	3.524,64	3.441,14	3.509,91	4.009,65	2.385,90	3.241,79	3.275,80	3.587,20	3.791,49	3.982,40	4.215,60	43.530,30	44.651,10		
1.012,65	1.012,65	1.012,65	1.012,65	1.012,65	1.012,65	1.012,65	1.012,65	1.012,65	1.012,65	1.012,65	1.012,65	12.151,80	13.738,80		
71.307,36	64.883,17	62.211,91	65.020,89	67.003,52	64.178,68	61.807,89	63.625,79	65.025,69	74.088,77	75.211,27	84.445,52	818.811,46	650.000,00		
2.898,90	1.160,34	5.142,15	5.090,87	3.397,83	6.697,15	3.449,69	12.400,24	2.887,60	2.021,32	512,39	6.012,12	51.650,60	20.707,90		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES															
DEDUÇÕES (II)															
164.864,11	180.674,14	131.072,98	147.467,20	177.415,74	195.467,86	127.465,56	144.380,06	130.699,29	148.415,01	221.538,26	261.426,01	1.591.916,22	1.638.420,65		
164.864,11	180.674,14	131.072,98	147.467,20	177.415,74	195.467,86	127.465,56	144.380,06	130.699,29	148.415,01	221.538,26	261.426,01	1.591.916,22	1.638.420,65		
881.796,70	961.399,31	710.624,74	839.016,86	939.694,75	819.310,13	925.316,81	773.611,85	730.256,24	856.972,34	1.199.221,82	1.682.617,47	11.319.841,02	10.139.632,56		
FONTE:															
TIGRINHOS, 31/12/2016															
LUIZ ANTONIO															
LUIZ ANTONIO															
LUIZ ANTONIO															
LUIZ ANTONIO															
LUIZ ANTONIO															
LUIZ ANTONIO															
LUIZ ANTONIO															
LUIZ ANTONIO															
LUIZ ANTONIO															
LUIZ ANTONIO															
LUIZ ANTONIO															
LUIZ ANTONIO															
LUIZ ANTONIO															
LUIZ ANTONIO															
LUIZ ANTONIO															
LUIZ ANTONIO															
LUIZ ANTONIO															
LUIZ ANTONIO															
LUIZ ANTONIO															
LUIZ ANTONIO															
LUIZ ANTONIO															
LUIZ ANTONIO															
LUIZ ANTONIO															
LUIZ ANTONIO															
LUIZ ANTONIO															
LUIZ ANTONIO															
LUIZ ANTONIO															
LUIZ ANTONIO															
LUIZ ANTONIO															
LUIZ ANTONIO															
LUIZ ANTONIO															
LUIZ ANTONIO															
LUIZ ANTONIO															
LUIZ ANTONIO															
LUIZ ANTONIO															
LUIZ ANTONIO															
LUIZ ANTONIO															
LUIZ ANTONIO															
LUIZ ANTONIO															
LUIZ ANTONIO															
LUIZ ANTONIO															
LUIZ ANTONIO															
LUIZ ANTONIO															
LUIZ ANTONIO															
LUIZ ANTONIO															
LUIZ ANTONIO															
LUIZ ANTONIO															
LUIZ ANTONIO															
LUIZ ANTONIO															
LUIZ ANTONIO															
LUIZ ANTONIO															
LUIZ ANTONIO															
LUIZ ANTONIO															
LUIZ ANTONIO															
LUIZ ANTONIO															
LUIZ ANTONIO															
LUIZ ANTONIO															
LUIZ ANTONIO															
LUIZ ANTONIO															
LUIZ ANTONIO															
LUIZ ANTONIO															
LUIZ ANTONIO															
LUIZ ANTONIO															
LUIZ ANTONIO															
LUIZ ANTONIO															
LUIZ ANTONIO															
LUIZ ANTONIO															
LUIZ ANTONIO															
LUIZ ANTONIO															
LUIZ ANTONIO															
LUIZ ANTONIO															
LUIZ ANTONIO															
LUIZ ANTONIO															
LUIZ ANTONIO															
LUIZ ANTONIO															
LUIZ ANTONIO															
LUIZ ANTONIO															
LUIZ ANTONIO															
LUIZ ANTONIO															
LUIZ ANTONIO															
LUIZ ANTONIO															
LUIZ ANTONIO															
LUIZ ANTONIO															
LUIZ ANTONIO															
LUIZ ANTONIO															
LUIZ ANTONIO															
LUIZ ANTONIO															
LUIZ ANTONIO															
LUIZ ANTONIO															
LUIZ ANTONIO															
LUIZ ANTONIO															
LUIZ ANTONIO															
LUIZ ANTONIO															
LUIZ ANTONIO															
LUIZ ANTONIO															
LUIZ ANTONIO															
LUIZ ANTONIO															
LUIZ ANTONIO															
LUIZ ANTONIO															
LUIZ ANTONIO															
LUIZ ANTONIO															
LUIZ ANTONIO															
LUIZ ANTONIO															
LUIZ ANTONIO															
LUIZ ANTONIO															
LUIZ ANTONIO															
LUIZ ANTONIO															
LUIZ ANTONIO															
LUIZ ANTONIO															
LUIZ ANTONIO															
LUIZ ANTONIO															
LUIZ ANTONIO															
LUIZ ANTONIO															
LUIZ ANTONIO															
LUIZ ANTONIO															
LUIZ ANTONIO															
LUIZ ANTONIO															
LUIZ ANTONIO															
LUIZ ANTONIO															
LUIZ ANTONIO															
LUIZ ANTONIO															
LUIZ ANTONIO															
LUIZ ANTONIO															
LUIZ ANTONIO															
LUIZ ANTONIO															
LUIZ ANTONIO															
LUIZ ANTONIO															
LUIZ ANTONIO															
LUIZ ANTONIO															
LUIZ ANTONIO															

MUNICÍPIO DE TIGRINHOS - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2016

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (I)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	9.896.892,77	9.944.223,05	10.200.910,80	11.319.841,02
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22^c	2.177.316,41	2.187.729,07	2.244.200,38	2.490.365,02
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%	1.959.584,77	1.968.956,16	2.019.780,34	2.241.328,52

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (V)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)	0,00	0,00	0,00	0,00

MEDIDAS CORRETIVAS:

FONTE:

TIGRINHOS, 31/12/2016

 RUDIMAR FRANCISCO GUTH
 PREFEITO MUNICIPAL

 LILIAN SANTIN
 CONTADORA CRC/SC 24.662/O-9

 LUCIANE PISSATTO
 CONTROLE INTERNO

MUNICÍPIO DE TIGRINHOS - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de referência	Até o Quadrimestre de referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00	44,26
Parcelamentos de Dívidas	0,00	44,26
De Tributos	0,00	44,26
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	11.319.841,02	—
OPERAÇÕES VEDADAS	0,00	0,00
DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)	0,00	0,00
DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	1.811.174,56	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%	1.630.057,11	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	792.388,87	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	44,26	0,00

FONTE:

TIGRINHOS, 31/12/2016

RUDIMAR FRANCISCO GUTH
PREFEITO MUNICIPAL

LILIAN SANTIN
CONTADORA CRC/SC 24.662/O-9

LUCIANE PISSATTO
CONTROLE INTERNO

Município de TIGRINHOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Em 2016	Em 2015
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - RPPS (VII) = (III - VI)	0,00	0,00	-	-	0,00	0,00	-	-

APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR

APORTES REALIZADOS

TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00
Plano Financeiro	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00

Continua 1/3

Município de TIGRINHOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 2/3

APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR		APORTES REALIZADOS			
Plano Previdenciário		0,00			
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro		0,00			
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial		0,00			
Outros Aportes para o RPPS		0,00			
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS		PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA			
Valor		0,00			
BENS E DIREITOS DO RPPS		PERÍODO DE REFERÊNCIA			
		2016		2015	
Caixa		0,00	0,00		
Bancos Conta Movimento		0,00	0,00		
Investimentos		0,00	0,00		
Outros Bens e Direitos		0,00	0,00		
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
				Até o Bimestre/2016	
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)		0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES (VIII)		0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais		0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil		0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo		0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo		0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista		0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar		0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo		0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo		0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista		0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial		0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos		0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições		0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial		0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias		0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários		0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais		0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços		0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes		0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)		0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos		0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos		0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital		0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X)		0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
				Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Em 2016	Em 2015
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS		-	-			-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO (XII)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XIII) = (XII)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Continua 2/3

Município de TIGRINHOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 3/3

TIGRINHOS, 31/12/2016

RUDIMAR FRANCISCO GUTH	LILIAN SANTIN	LUCIANE PISSATTO
PREFEITO MUNICIPAL	CONTADORA CRC/SC 24.662/O-9	CONTROLE INTERNO

MUNICÍPIO DE TIGRINHOS - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00		R\$ 1,00						
IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício					
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a - (b + c + d + e))		
Alienação de Bens Destinados a Outros Programas Alienação de Bens Destinados a Programas de Educação Alienções de Bens destinados a Programas de Saúde Assistência Farmacêutica Básica Atenção Básica Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE Contribuição Custeio do Serv. de Iluminação-COSIP CONVENIO MINISTERIO SAUDE INVESTIMENTO Fundo Especial do Petróleo –FEP Outras Transferências de Recursos Para Fundo Assistencia Social Outros Recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Edu Programa nacional de Alimentação Escolar - PNAE Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE Salário Educação Superavit Alienação Bens Educação Superavit Atenção Basica Superavit CIDE Superavit Convênio Educação SUPERAVIT CONVENIO MINISTERIO SAUDE INVESTIMENTO Superavit Convênio Saúde Superavit FEP Superavit Financeiro Alienação Bens Saúde SUPERAVIT FINANCEIRO ALIENAÇÃO DE BENS Superavit Financeiro Assistência Social Superavit PNATE SUPERAVIT REC. ASSISTENCIA SOCIAL ESTADO Superavit Salário Educação	34.834,84 673,55 625,13 1.948,56 76.980,84 5.941,18 12.225,16 3.113,31 5.044,33 15.076,72 57.054,43 4.748,85 7.377,55 8.443,86 55.763,18 7.144,85 4.159,64 5.496,75 387,99 13.038,31 1.030,84 14.542,44 0,98 8.001,10 46.911,17 177,40 4.262,51 29.755,99	0,00 0,0						

Continua 1/3

MUNICÍPIO DE TIGRINHOS - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Continuação 2/3
R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Exercícios Anteriores	Do Exercício	Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a - (b + c + d + e))		
Superavit Saúde 15%	26,18	0,00	0,00	0,00	0,00	26,18	0,00	0,00
Transferência de Convênio Educação	29.603,07	0,00	0,00	0,00	0,00	29.603,07	0,00	0,00
Transferência Convênio - Saúde	39.681,92	0,00	0,00	0,00	0,00	39.681,92	0,00	0,00
Transferência de Convênios - Outros	722.610,04	0,00	0,00	0,00	0,00	722.610,04	1.038.110,96	0,00
Transferência Recursos Estado Para Assistência Social	11.686,32	0,00	0,00	0,00	0,00	11.686,32	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB (Remuneração)	30.853,08	0,00	0,00	0,00	0,00	30.853,08	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	1.259.222,07	0,00	0,00	0,00	0,00	1.259.222,07	1.100.226,87	0,00
CONVENIO ESTADO - CENTRO IDOSOS	1.120,13	0,00	0,00	0,00	0,00	1.120,13	121.404,70	0,00
Convênio Transf. - Civil	840,08	0,00	0,00	0,00	0,00	840,08	0,00	0,00
Convênio Transf. - Militar	2.023,72	0,00	0,00	0,00	0,00	2.023,72	0,00	0,00
Convênio Transf. - Prefeitura	3.752,81	0,00	0,00	0,00	0,00	3.752,81	0,00	0,00
Recursos de Impostos p/ ASPS - Mínimo de 17%	13.792,74	0,00	0,00	0,00	0,00	13.792,74	900,00	0,00
Recursos de Impostos p/ MDEF - Mínimo de 27%	108,61	0,00	108,61	0,00	0,00	0,00	118,94	0,00
Recursos Ordinários Livres	928.536,35	0,00	1.414,15	1.760,00	13.763,70	911.598,50	190.334,00	0,00
Superavit Financeiro Recurso Ordinário	65.455,12	0,00	0,00	0,00	25,57	65.429,55	0,00	0,00
SUPERAVIT FINANCEIRO- EPIDEMIOLOGIA E VIGILANCIA	1.229,39	0,00	0,00	0,00	0,00	1.229,39	0,00	0,00
Superavit merenda Escolar	412,47	0,00	0,00	0,00	0,00	412,47	0,00	0,00
Superavit Transf. Convênio SUS Academia	79,15	0,00	0,00	0,00	0,00	79,15	0,00	0,00
Superavit Transf. - civil	3.651,97	0,00	0,00	0,00	0,00	3.651,97	0,00	0,00
Superavit Transf. - militar	9,69	0,00	0,00	0,00	0,00	9,69	0,00	0,00
Superavit Transf. - Prefeitura	1.995,02	0,00	0,00	0,00	0,00	1.995,02	0,00	0,00
Vigilância em Saúde	19.364,45	0,00	0,00	0,00	0,00	19.364,45	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	1.042.371,70	0,00	1.522,76	1.760,00	13.789,27	1.025.299,67	312.757,64	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	2.301.593,77	0,00	1.522,76	1.760,00	13.789,27	2.284.521,74	1.412.984,51	0,00
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES*	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Nota: * A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

Continua 2/3

MUNICÍPIO DE TIGRINHOS - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")
TIGRINHOS, 31/12/2016

RUDIMAR FRANCISCO GUTH
PREFEITO MUNICIPAL

LILIAN SANTIN
CONTADORA CRC/SC 24.662/O-9

LUCIANE PISSATTO
CONTROLE INTERNO

Continuação 3/3
R\$ 1,00

Município de TIGRINHOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2015 (A)	Em 31 Out 2016 (B)	Em 31 Dez 2016 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	663.764,97	384.631,43	329.684,07
DEDUÇÕES (II)	1.020.469,36	1.849.995,75	2.300.071,01
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.020.469,36	1.981.181,87	2.301.593,77
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	0,00	131.186,12	1.522,76
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-356.704,39	-1.465.364,32	-1.970.386,94
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-356.704,39	-1.465.364,32	-1.970.386,94

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Dez 2016 (C - A)
VALOR	-505.022,62	-1.613.682,55

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	550.000,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2015 (A)	Em 31 Out 2016 (B)	Em 31 Dez 2016 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

TIGRINHOS, 31/12/2016

RUDIMAR FRANCISCO GUTH
PREFEITO MUNICIPAL

LILIAN SANTIN
CONTADORA CRC/SC 24.662/O-9

LUCIANE PISSATTO
CONTROLE INTERNO

Município de TIGRINHOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art. 53, inciso II)

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS					
		Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015				
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	10.095.785,73	11.138.146,07	9.773.087,04				
Receita Tributária	377.992,39	516.426,65	424.425,68				
I.P.T.U.	77.792,19	78.716,45	62.004,47				
I.S.S.	101.896,10	116.128,09	83.974,58				
I.T.B.I.	25.000,00	113.406,51	88.403,68				
I.R.R.F.	130.000,00	169.329,04	145.234,72				
Outras Receitas Tributárias	43.304,10	38.846,56	44.808,23				
Receita de Contribuição	20.608,20	24.123,00	23.671,00				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00				
Outras Contribuições	20.608,20	24.123,00	23.671,00				
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00				
Receita Patrimonial	43.846,83	181.694,95	123.805,73				
(-) Aplicações Financeiras	43.846,83	181.694,95	123.805,73				
Transferências Correntes	9.661.021,09	10.544.322,52	9.282.690,70				
F.P.M.	5.205.358,00	5.868.905,12	5.041.036,41				
I.P.V.A.	86.000,00	95.952,61	88.607,22				
I.C.M.S.	2.412.480,00	2.437.220,25	2.311.011,56				
Convênios	49.114,00	74.903,80	47.432,07				
Outras Transferências Correntes	1.908.069,09	2.067.340,74	1.794.603,44				
Demais Receitas Correntes	36.164,05	53.273,90	42.299,66				
Dívida Ativa	1.373,88	9.572,33	3.556,08				
Diversas Receitas Correntes	34.790,17	43.701,57	38.743,58				
RECEITAS DE CAPITAL (II)	220.000,00	1.084.399,64	1.252.184,84				
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	787.393,55				
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00				
Alienação de Ativos (V)	30.000,00	91.170,00	69.500,00				
Transferências de Capital	190.000,00	993.229,64	395.291,29				
Convênios	100.000,00	993.229,64	271.825,00				
Outras Transferências de Capital	90.000,00	0,00	123.466,29				
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00				
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	190.000,00	993.229,64	395.291,29				
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	10.285.785,73	12.131.375,71	10.168.378,33				
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSORITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
		Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Em 2016	Em 2015
DESPESAS CORRENTES (VIII)	9.965.437,87	9.227.792,13	9.168.052,46	9.149.108,46	5.937,60	18.944,00	
Pessoal e Encargos Sociais	6.156.974,35	5.897.068,62	5.745.411,69	5.745.411,69	0,00	0,00	
Juros e Encargos da Dívida (IX)	895,31	895,31	1.070,00	1.070,00	0,00	0,00	
Outras Despesas Correntes	3.807.568,21	3.329.828,20	3.421.570,77	3.402.626,77	5.937,60	18.944,00	
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	9.964.542,56	9.226.896,82	9.166.982,46	9.148.038,46	5.937,60	18.944,00	
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	3.583.315,73	3.050.736,60	1.978.723,69	1.722.342,52	1.407.046,91	256.381,17	
Investimentos	3.250.085,88	2.717.506,75	1.675.769,84	1.419.388,67	1.407.046,91	256.381,17	
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

Município de TIGRINHOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
		Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015	Em 2016	Em 2015
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	3.583.315,73	3.050.736,60	1.978.723,69	1.643.689,69	1.722.342,52	1.407.046,91	256.381,17
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	333.229,85	333.229,85	302.953,85	333.229,85	302.953,85	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	3.250.085,88	2.717.506,75	1.675.769,84	1.310.459,84	1.419.388,67	1.407.046,91	256.381,17
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	50.000,00	-	-	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	13.264.628,44	11.944.403,57	10.842.752,30	10.531.419,06	10.567.427,13	1.412.984,51	275.325,17
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-2.978.842,71	186.972,14	-674.373,97	1.599.956,65	-399.048,80	10.718.391,20	9.893.053,16
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	686.646,05	0,00	-	-
Superávit Financeiro	-	-	-	686.646,05	0,00	-	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	0,00	0,00	-	-
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL						VALOR CORRENTE	
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA						37.697,13	

FONTE:

TIGRINHOS, 31/12/2016

RUDIMAR FRANCISCO GUTH PREFEITO MUNICIPAL	LILIAN SANTIN CONTADORA CRC/SC 24.662/O-9	LUCIANE PISSATTO CONTROLE INTERNO
--	--	--------------------------------------

MUNICÍPIO DE TIGRINHOS - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Até o 3º Quadrimestre de 2016

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 6

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE	
Receita Corrente Líquida	11.319.841,02	
DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	5.849.959,34	51,68
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	6.791.904,61	60,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	6.452.309,38	57,00
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-1.970.386,94	-17,41
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	13.583.809,22	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	2.490.365,02	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	1.811.174,56	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	792.388,87	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	1.412.984,51	2.284.521,74

FONTE:

TIGRINHOS, 31/12/2016

RUDIMAR FRANCISCO GUTH
PREFEITO MUNICIPAL

LILIAN SANTIN
CONTADORA CRC/SC 24.662/O-9

LUCIANE PISSATTO
CONTROLE INTERNO

Município de TIGRINHOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016 BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V) R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RP NÃO PROCESSADOS					Saldo Total (grb)
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2015	Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2015	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)											
EXECUTIVO											
ADMINISTRAÇÃO DIRETA											
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	275.325,17	269.952,09	269.952,09	3.613,08	1.750,00
SECRETARIA DA SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	275.325,17	269.952,09	269.952,09	3.613,08	1.750,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.552,70	0,00	0,00	2.552,70	0,00
SECRETARIA DE OBRAS, SERVIÇOS URBANOS, AGRICULTURA E INTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00	100,00	0,00
SECRETARIA DE OBRAS, SERVIÇOS URBANOS, AGRICULTURA E INTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16.924,00	16.924,00	16.924,00	0,00	1.750,00
SECRETARIA DE OBRAS, SERVIÇOS URBANOS, AGRICULTURA E INTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	253.988,47	253.028,09	253.028,09	960,38	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)											
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00	0,00	0,00	-	0,00
TOTAL (III) = (I + II):	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	275.325,17	269.952,09	269.952,09	3.613,08	1.750,00

FONTE:

TIGRINHOS, 31/12/2016

RUDIMAR FRANCISCO GUTH
PREFEITO MUNICIPALLILIAN SANTIN
CONTADOR(A) CRC/SC 24.662/O-9LUCIANE PISSATTO
CONTROLE INTERNO

MUNICÍPIO DE TIGRINHOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	339.153,40	339.153,40	522.681,70	154,11
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	79.967,50	79.967,50	109.856,79	137,38
1.1.1- IPTU	80.000,00	80.000,00	105.398,80	131,75
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	1.373,88	1.373,88	1.695,75	123,43
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	343,47	343,47	1.835,79	534,48
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	457,96	457,96	928,37	202,72
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	(2.207,81)	(2.207,81)	(1,92)	0,09
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	25.343,47	25.343,47	113.406,51	447,48
1.2.1- ITBI	25.000,00	25.000,00	113.406,51	453,63
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	343,47	343,47	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	103.842,43	103.842,43	130.089,36	125,28
1.3.1- ISS	101.896,10	101.896,10	116.129,03	113,97
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	1.144,90	1.144,90	270,73	23,65
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	343,47	343,47	6.217,97	1.810,34
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	457,96	457,96	7.472,63	1.631,72
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	(1,00)	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	130.000,00	130.000,00	169.329,04	130,25
1.4.1- IRRF	130.000,00	130.000,00	169.329,04	130,25
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	9.388.450,76	9.388.450,76	10.440.202,62	111,20
2.1- Cota-Parte FPM	6.205.358,00	6.205.358,00	7.215.978,23	116,29
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	6.205.358,00	6.205.358,00	6.739.238,45	108,60
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	279.848,13	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	-	0,00	196.890,65	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	3.015.600,00	3.015.600,00	3.046.523,99	101,03
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	13.738,80	13.738,80	12.151,80	88,45
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	44.651,10	44.651,10	43.530,30	97,49
2.5- Cota-Parte ITR	1.602,86	1.602,86	2.078,36	129,67
2.6- Cota-Parte IPVA	107.500,00	107.500,00	119.939,94	111,57
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	9.727.604,16	9.727.604,16	10.962.884,32	112,70

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	98.915,92	98.915,92	133.545,33	135,01
5.1- Transferências do Salário-Educação	72.000,00	72.000,00	94.312,91	130,99
5.2- Transferências Diretas - PDDE	-	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	-	0,00	0,00	0,00
5.4- Transferências Diretas - PNATE	26.000,00	26.000,00	28.202,86	108,47
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	915,92	915,92	11.029,56	1.204,21
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	49.114,00	49.114,00	74.903,80	152,51
6.1- Transferências de Convênios	49.114,00	49.114,00	74.903,80	152,51
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	34.973,16	34.973,16	82.903,52	237,05
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	183.003,08	183.003,08	291.352,65	159,21

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	1.638.420,65	1.638.420,65	1.991.916,22	121,58
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.000.000,00	1.000.000,00	1.347.073,11	134,71
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	603.120,00	603.120,00	609.303,74	101,03
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	3.000,00	3.000,00	2.430,36	81,01
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	10.649,45	10.649,45	8.706,06	81,75
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	151,20	151,20	415,62	274,88
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	21.500,00	21.500,00	23.987,33	111,57
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	651.144,90	651.144,90	825.665,17	126,80
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	650.000,00	650.000,00	818.811,46	125,97
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	1.144,90	1.144,90	6.853,71	598,63
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	-988.420,65	-988.420,65	-1.173.104,76	118,68
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB				

Continua 1/3

MUNICÍPIO DE TIGRINHOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d) x 100	
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	487.500,00	771.000,46	765.062,73	99,23	765.062,73	99,23	0,00
13.1- Com Educação Infantil	137.500,00	292.500,00	289.685,73	99,04	289.685,73	99,04	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	350.000,00	478.500,46	475.377,00	99,35	475.377,00	99,35	0,00
14- OUTRAS DESPESAS	163.644,90	56.644,90	51.349,82	90,65	51.349,82	90,65	0,00
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	163.644,90	56.644,90	51.349,82	90,65	51.349,82	90,65	0,00
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	651.144,90	827.645,36	816.412,55	98,64	816.412,55	98,64	0,00
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB							
VALOR							
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB							-
16.1 - FUNDEB 60%							-
16.2 - FUNDEB 40%							-
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB							0,00
17.1 - FUNDEB 60%							0,00
17.2 - FUNDEB 40%							0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)							0,00
INDICADORES DO FUNDEB							
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)							816.412,55
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério ¹ (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %							92,66
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %							6,22
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %							1,12
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE							
VALOR							
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2015 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS							0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2016 ²							0,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB							
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL		PREVISÃO ATUALIZADA (a)		RECEITAS REALIZADAS		
					Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100	
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) ³		2.431.901,04		2.431.901,04	2.740.721,08	112,70	
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL		DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)		DESPESAS EMPENHADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
					Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	142.908,84	299.455,42	295.978,25	98,84	295.978,25	98,84	0,00
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	1.634.974,89	1.372.773,83	1.286.895,15	93,74	1.286.776,21	93,74	118,94
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	513.644,90	535.145,36	526.726,82	98,43	526.726,82	98,43	0,00
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.121.329,99	837.628,47	760.168,33	90,75	760.049,39	90,74	118,94
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	1.777.883,73	1.672.229,25	1.582.873,40	94,66	1.582.754,46	94,65	118,94
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL							
VALOR							
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)							-1.173.104,76
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO							0,00
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)							6.853,71
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB							-
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS							0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO ⁴							-
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 j)							60,00
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)							-1.166.191,05
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))							2.749.064,45
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDES ((38) / (3) x 100) %							25,08
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE							
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL		DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)		DESPESAS EMPENHADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
					Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	72.801,43	145.734,87	124.216,70	85,23	95.206,10	65,33	29.010,80
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS P/ FINANCIAMENTO DO ENSINO	68.473,60	211.056,55	160.394,01	76,00	54.486,69	25,82	105.907,32
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	141.275,03	356.791,42	284.610,71	79,77	149.692,79	41,96	134.917,92
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	1.919.158,76	2.029.020,67	1.867.484,11	92,04	1.732.447,25	85,38	135.036,86

Continua 2/3

MUNICÍPIO DE TIGRINHOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2016 (i)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	60,00
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	60,00
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR
	FUNDEB (i)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	0,00	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	818.811,46	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
49.1 Orçamento do Exercício	0,00	0,00
49.2 Restos a Pagar	0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	6.853,71	0,00
51- (-) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	825.665,17	0,00

TIGRINHOS, 31/12/2016

RUDIMAR FRANCISCO GUTH
PREFEITO MUNICIPAL

LILIAN SANTIN
CONTADORA CRC/SC 24.662/O-9

LUCIANE PISSATTO
CONTROLE INTERNO

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³ Caput do art. 212 da CF/1988

⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

⁶ Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada.

No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

⁷ Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Município de TIGRINHOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)			SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)	0,00	0,00			0,00
DESPESAS					
DESPESAS DE CAPITAL					
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeira	3.583.315,73	3.050.736,60	1.643.689,69	1.407.046,91	532.579,13
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	3.583.315,73	3.050.736,60	1.643.689,69	1.407.046,91	532.579,13
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-3.583.315,73	-3.050.736,60	-	-	-532.579,13

FONTE:

Notas:

¹ Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III.

² Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.

Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, os termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

- b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

TIGRINHOS, 31/12/2016

RUDIMAR FRANCISCO GUTH
PREFEITO MUNICIPAL

LILIAN SANTIN
CONTADORA CRC/SC 24.662/O-9

LUCIANE PISSATTO
CONTROLE INTERNO

Timbé do Sul

PREFEITURA

DECRETO 20/2017; FIXA CALENDÁRIO FISCAL 2017

DECRETO Nº20, DE 04 DE JANEIRO DE 2017.

FIXA O CALENDÁRIO PARA PAGAMENTO DE TRIBUTOS MUNICIPAIS.

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul, no uso das atribuições que lhe conferem a Legislação vigente;

DECRETA:

Art. 1º - Os pagamentos dos Tributos Municipais cujas datas de vencimento não estão definidos nas respectivas Leis que os instituíram, serão efetuados nos prazos e condições seguintes:

I – IPTU: Imposto Predial e Territorial Urbano; em 03(três) parcelas nos seguintes prazos:

- Parcela Única com 20% de desconto até 10/04/2017;
- 1ª Parcela até 10/04/2017;
- 2ª Parcela até 10/05/2017;
- 3ª Parcela até 12/06/2017.

II – As Taxas decorrentes da Utilização dos Serviços Públicos; Serão pagas de forma agregada ao IPTU e nas mesmas datas de vencimento.

III – Vigilância Sanitária:

Baixa Complexidade – Parcela Única até 10/03/2017;

Média Complexidade – Parcela Única até 10/03/2017.

IV – Taxas de Localização e Funcionamento – ALVARÁ:

- Parcela Única até 10/03/2017.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 04 de janeiro de 2017.

ROBERTO BIAVA

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

MARLON ARCARO PANATTA

Secretario de Administração e finanças

DECRETO 21/2017; ADMITE SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO COMISSIONADO

DECRETO Nº 21, DE 09 DE JANEIRO DE 2017.

ADMITE SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO COMISSIONADO

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Complementar Nº 01 de 1º de Março de 2011, que dispõe sobre a Estrutura Administrativa do Poder Executivo do Município de Timbé do Sul:

DECRETA:

Art. 1º - Fica admitido Deivid Marchesini, CPF nº 071.400.639-40 e RG 4.296.819, no Cargo de Secretário da Junta de Serviço Militar, no Quadro de Pessoal Comissionado do Município de Timbé do Sul.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 09 de janeiro de 2017.

ROBERTO BIAVA

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

MARLON ARCARO PANATTA

Secretario de Administração e finanças

DECRETO 22-2017; CONTRATA SERVIDOR POR TEMPO DETERMINADO

DECRETO Nº 22, DE 09 DE JANEIRO DE 2017.

CONTRATA SERVIDOR POR PRAZO DETERMINADO

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica e em conformidade com a Lei Municipal n. 1.114/2002, que: Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal e dá outras providências;

DECRETA:

Art. 1º. Fica contratada a Senhorita MARIA EDUARDA MINATTO DAL TOÉ, CPF nº 079.189.579-38 e RG nº 5.139.951, CRM Nº 23.968/SC, para ocupar o cargo de Médico, com carga horária de 20 hs/semanais, no Quadro de Pessoal Temporário do Município de Timbé do Sul – SC, pelo prazo de 120 dias.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 09 de janeiro de 2017.

ROBERTO BIAVA

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

MARLON ARCARO PANATTA

Secretario de Administração e finanças

DECRETO 23/2017; CONCEDE BOLSA AUXILIO MORADIA À MÉDICA VINCULADA AO PROGRAMA MAIS MÉDICOS

DECRETO Nº. 23, DE 09 DE JANEIRO DE 2017

CONCEDE BOLSA AUXÍLIO MORADIA À MÉDICA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC, usando das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, Lei Municipal 1.773/2015, Medida Provisória 621/13 e a Portaria Ministério da Saúde 23/13:

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido a Senhora OLGA ESTELA VELASQUEZ TAMAYO, médica, CPF-081.148.191-38, vinculada ao Programa Mais Médico do Governo Federal, destinado ao Município de Timbé do Sul, o valor de R\$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais) mensais, à título de bolsa auxílio moradia.

Art. 2º - O auxílio moradia de que trata o artigo anterior, será pago ao profissional vinculado ao Programa Mais Médicos enquanto este atuar no Município de Timbé do Sul.

Art. 3º - As despesas geradas em face da execução deste Decreto correrão à conta de dotações orçamentárias do Fundo Municipal de Saúde e classificadas de acordo com as normas contábeis vigentes.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

TIMBÉ DO SUL - SC, 09 DE JANEIRO DE 2017.

Roberto Biava

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

Marlon Arcaro Panatta

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO 24/2017; CONCEDE BOLSA AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO À MÉDICA VINCULADA AO PROGRAMA MAIS MÉDICOS

DECRETO Nº 24, DE 09 DE JANEIRO DE 2017.

CONCEDE BOLSA AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO À MÉDICA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC, usando das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, Lei Municipal 1701/13, Medida Provisória 621/13 e a Portaria Ministério da Saúde 23/13:

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido à OLGA ESTELA VELASQUEZ TAMAYO, médica, CPF-081.148.191-38 vinculada ao Programa Mais Medico do Governo Federal, destinado ao Município de Timbé do Sul, o valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) mensais, a título de Bolsa Auxilio Alimentação.

Art. 2º - O auxílio alimentação de que trata o artigo anterior, será pago ao profissional vinculado ao Programa Mais Médicos enquanto este

atuar no Município de Timbé do Sul.

Art. 3º - As despesas geradas em face da execução deste Decreto correrão à conta de dotações orçamentárias do Fundo Municipal de Saúde e classificadas de acordo com as normas contábeis vigentes.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 09 de janeiro de 2017.

Roberto Biava

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria.

Marlon Arcaro Panatta

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 13/2017; REVOGA FÉRIAS

PORTARIA Nº. 13, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

REVOGA FÉRIAS DE SERVIDOR MUNICIPAL

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC. no uso das atribuições em atendimento ao que estabelece a Lei Orgânica Municipal e o Art. 57, da Lei Municipal nº 467 / 1988:

Considerando que a Servidora encontra-se afastada por auxílio doença;

Resolve:

Art. 1º - Ficam revogadas as férias concedidas à Servidora Angelita Maria Boeiro Bueno, matrícula 824, através da Portaria 06/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TIMBÉ DO SUL (SC), 06 de janeiro de 2017.

Roberto Biava

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Marlon Arcaro Panatta

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 14-2017; CONCEDE GRATIFICAÇÃO

PORTARIA Nº. 14, DE 09 DE JANEIRO DE 2017.

CONCEDE GRATIFICAÇÃO

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder aos servidores abaixo identificados, gratificação sobre seus vencimentos:

Nome do Servidor	Matrícula	Cargo	Percentual(%)
Geraldo Tadeu da Cruz		Diretor do Departamento de Obras	30%
Fabiano Pelizzari Waterkemper		Diretor do Departamento de Atenção à Saúde e Odontologia	30%

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul/SC, 09 de janeiro de 2017.

ROBERTO BIAVA

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

MARLON ARCARO PANATTA

Secretário de Administração e Finanças

Timbó

CÂMARA MUNICIPAL

TERMO DE COMPROMISSO E POSSE

Termo de Compromisso e Posse nº 02/2017

Prefeito e Vice-Prefeito Eleitos no Pleito de 02 de Outubro de 2016

No primeiro dia do mês de janeiro do ano de dois mil e dezesseis, às dezessete horas, no, compareceram perante o Plenário da Câmara Municipal de Timbó, o Prefeito Jorge Augusto Krüger e o Vice-Prefeito Marcelo Luiz Ferrari eleitos no pleito de dois mil e dezesseis e diplomados pela Justiça Eleitoral em dezesseis de dezembro de dois mil e dezesseis.

Cumprido o disposto no artigo 11 e seu parágrafo único do Regimento Interno da Câmara Municipal, com a apresentação do Diploma Eleitoral e Declaração de Bens, o Secretário realizou a leitura do compromisso:

“Prometo manter, defender e cumprir e fazer cumprir a Constituição Federal, a Constituição do Estado de Santa Catarina e a Lei Orgânica do Município de Timbó, observar as leis, e desempenhar com lealdade o mandato que me foi confiado, trabalhando pelo progresso do Município e pelo bem-estar do seu povo.”

Ato contínuo, o Prefeito e o Vice-Prefeito eleitos, declararam: “ Assim o prometo”.

Em seguida, o Prefeito e o Vice-Prefeito assinaram o Termo de Compromisso e Posse, sendo declarados empossados pelo Presidente.

Câmara Municipal de Timbó, 01 de janeiro de 2017.

Jorge Augusto Krüger

Marcelo Luiz Ferrari

Três Barras

PREFEITURA

DECRETO Nº 4650 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

DECRETO Nº 4650 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

DESIGNA DIRETOR EXECUTIVO DO SERVIÇO ANTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E SANEAMENTO AMBIENTAL "SAMASA".

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras/SC, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica designado o Sr. ERNANI WOGGINAKI, para exercer o cargo de Diretor Executivo do Serviço Autônomo Municipal de Água e Saneamento Ambiental – "SAMASA", de acordo com a Lei Complementar 143/2010, a contar da presente data.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras/SC, 02 de janeiro de 2017.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado na data supra.

ANDERSON STOCLOSKI

Procurador Jurídico do Município

LEI Nº 3.263 DE 05 DE JANEIRO DE 2017.

LEI Nº 3.263 DE 05 DE JANEIRO DE 2017.

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS PARA O EXERCÍCIO DE 2017.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, Estado de Santa Catarina.

Faço saber que a Câmara Municipal decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. O orçamento geral do Município de Três Barras – SC, para o exercício de 2017, estima à receita e fixa a despesa em R\$ 55.613.927,59 (cinquenta e cinco milhões, seiscentos e treze mil, novecentos e vinte e sete reais e cinquenta e nove centavos).

§1º. – A Receita estimada está distribuída, como segue:

Entidade	Valor R\$
PREFEITURA MUNICIPAL	R\$ 43.593.602,38
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	400.862,94
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	7.919.462,27
SAMASA	3.700.000,00
TOTAL	55.613.927,59

§2º. – A despesa fixada está distribuída, como segue:

Órgão/Entidade	Valor R\$
Gabinete do Prefeito	818.300,00
Procuradoria Jurídica	360.000,00
Secretaria Municipal de Administração	3.104.405,00

Secretaria Municipal de Finanças	2.749.456,38
Secretaria Mun. De Desenvolvimento Econômico Meio Ambiente e Turismo	447.332,66
Secretaria Municipal de Agricultura	769.013,00
Secretaria Municipal de Obras	5.606.171,07
Secretaria Municipal de Urbanismo e Limpeza Pública	162.600,00
Secretaria de Habitação	173.400,00
Intendência de São Cristóvão	908.000,00
Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte	16.336.580,73
Fundo de Desenvolvimento Rural	2.000,00
Fundo Rotativo Habitacional	2.000,00
Fundo para Infância e Adolescência	4.720,84
Fundo Municipal de Assistência Social	2.069.312,34
Fundo Municipal de Saúde	15.720.784,02
SAMASA	3.614.400,00
Fundo Municipal de Saneamento Básico – Três Barras	85.600,00
Câmara Municipal	2.609.851,55
Reserva de Contingência	70.000,00
TOTAL	55.613.927,59

Art. 2º. A Execução orçamentária do exercício financeiro de 2017 seguirá o disposto no Plano Plurianual 2014/2017 e o estabelecido na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Art. 3º. Os recursos oriundos de convênio e operação de créditos não previstos no orçamento da receita, ou seu excesso poderão ser utilizados como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares de projetos ou atividades, por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 4º. Durante o exercício de 2017 o Executivo Municipal poderá realizar operações de crédito para financiamento de programas.

Art. 5º. O Chefe do Executivo poderá movimentar dotações orçamentárias na forma que dispõe o artigo 29 da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2017.

Art. 6º. Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênios com os governos Federal, Estadual e Municipal.

Art. 7º. Fica alterada a Lei do Plano Plurianual 2014/2017 e a Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2017, em valores iguais ao desta Lei, nos programas, órgãos e ações respectivas para o exercício de 2017.

Art. 8º. Esta lei entra em vigor a partir de 1º. De janeiro de 2017.

Três Barras, 05 de janeiro de 2017.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

Prefeito Municipal de Três Barras

Esta lei foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura na data supra.

LEI Nº 3.264 DE 05 DE JANEIRO DE 2017.

LEI Nº 3.264 DE 05 DE JANEIRO DE 2017.

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A ADQUIRIR BEM MÓVEL, BEM COMO FIRMAR CONTRATO DE PERMUTA COM ALL AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA MALHA SUL S/A.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, Estado de Santa Catarina.

Faço saber que a Câmara Municipal decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a adquirir uma Caldeira Baldwin 61-D, com as características seguintes: "Caldeira Baldwin Locomotive Works – U.S.A., Número de Fabricação 61-D, Ano de Fabricação 1941, Categoria conforme NR-13 B, MPTA – Máxima Pressão de Trabalho Admissível 7,00 Kg/cm², Pressão de Teste Hidrostático 10,50 Kg/cm², Capacidade de Produção de Vapor de 1350 Kg/hora, Área de Superfície de Aquecimento de 75m², Poder Calorífico de 854.000 Kcal/h, Tipo de Combustível: Lenha, Capacidade de Água no Tambor: 6.000l, Capacidade de Água no Reservatório: 14.000l, Uso Atual: Chaleira – água quente – sem pressão – lavagem de automotriz "Caldeira".

Art. 2º. Uma vez efetuada a aquisição de caldeira descrita no artigo anterior, fica autorizado o Poder Executivo Municipal a permutá-la por uma Caldeira Baldwin 632, através do contrato a ser firmado com a ALL – América Latina Logística Malha Sul S/A, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n. 01.258.944/0001-26, com sede na Rua Emílio Bertolini, n. 100, Vila Oficinas, Curitiba/PR, com a finalidade de dar andamento à implantação do projeto denominado "Trem do Contestado".

Art. 3º. A Fonte de Recurso se dará através da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo – sendo:

Ação: 1007 – Apoio as Atividades de Turismo.

Elemento: 33350 – Transferência a Instituições Privadas Sem fins Lucrativos.

Elemento: 33390 – Aplicações Diretas – Despesas de Manutenção.

Elemento 34490 – Aplicações Diretas – Despesas de Capital.

Art. 4º. Para a efetivação da aquisição e posterior permuta, ora autorizadas, o valor global não excederá ao valor de R\$ 85.000,00 (oitenta e cinco mil reais).

Art. 5º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Três Barras, 05 de janeiro de 2017.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

Prefeito Municipal de Três Barras

Esta lei foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura na data supra.

LEI Nº 3.265 DE 05 DE JANEIRO DE 2017.

LEI Nº 3.265 DE 05 DE JANEIRO DE 2017.

DENOMINA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE LEOCÁDIO RIBEIRO.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, Estado de Santa Catarina.

Faço saber que a Câmara Municipal decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. A Unidade Básica de Saúde situada na Rua Lumber, no Centro deste Município de Três Barras-SC, fica denominada de Unidade Básica de Saúde "Leocádio Ribeiro".

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Três Barras-SC, 05 de janeiro de 2017.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

Prefeito Municipal de Três Barras

Esta lei foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura na data supra.

LEI Nº 3.266 DE 05 DE JANEIRO DE 2017.

LEI Nº 3.266 DE 05 DE JANEIRO DE 2017.

ESTABELECE O DIA MUNICIPAL DA COLETA E DESTINAÇÃO DO LIXO

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, Estado de Santa Catarina.

Faço saber que a Câmara Municipal decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica estabelecido o dia 21 de outubro como o Dia Municipal da Coleta e Destinação do Lixo no Município de Três Barras-SC.

Art. 2º. Na semana que precede a data estabelecida no artigo anterior, serão desenvolvidas ações e campanhas na comunidade, de modo especial nas escolas municipais, para conscientização de todos sobre a questão do lixo na cidade.

Art. 3º. Dentre os tópicos a serem abordados nas campanhas, deverão constar obrigatoriamente:

I – relação entre hábitos de consumo e lixo;

II – noções sobre reciclagem;

III – correta destinação do lixo orgânico;

IV – importância da separação prévia de materiais passíveis de reaproveitamento;

V – limpeza da cidade.

Art. 4º. Os órgãos competentes do Poder Público definirão a forma, o conteúdo e os horários das campanhas, inclusive observando os diversos níveis de entendimento dos alunos;

Art. 5º. O Poder Executivo Municipal tomará providências para que as ações voltadas à coleta do lixo, com ênfase no período definido no art. 2, sejam de caráter permanente, como meio de criar uma cultura de preservação do meio ambiente.

Art. 6º. Para o fiel cumprimento desta Lei, o Poder Executivo poderá firmar parcerias com entidades públicas ou particulares.

Art. 7º. Eventuais despesas em decorrência da aplicação desta Lei, ocorrerão à conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 8. Esta lei será regulamentada pelo Poder Executivo, no prazo de 90 (noventa) dias, contados da data de sua publicação.

Art. 9º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Três Barras-SC, 05 de janeiro de 2017.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

Prefeito Municipal de Três Barras

Esta lei foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura na data supra.

LEI Nº 3.267 DE 05 DE JANEIRO DE 2017.

LEI Nº 3.267 DE 05 DE JANEIRO DE 2017.

DENOMINA "CAPELA MORTUÁRIA SÃO CRISTÓVÃO"

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, Estado de Santa Catarina.

Faço saber que a Câmara Municipal decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica denominada "CAPELA MORTUÁRIA SÃO CRISTÓVÃO", a capela estabelecida na Rua José Nunes Cavalheiro no Distrito de São Cristóvão, neste Município de Três Barras-SC.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Três Barras-SC, 05 de janeiro de 2017.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

Prefeito Municipal de Três Barras

Esta lei foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura na data supra.

LEI Nº 3.268 DE 05 DE JANEIRO DE 2017.

LEI Nº 3.268 DE 05 DE JANEIRO DE 2017.

DENOMINA "CAPELA MORTUÁRIA DOS ANJOS"

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, Estado de Santa Catarina.

Faço saber que a Câmara Municipal decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica denominada "CAPELA MORTUÁRIA DOS ANJOS", a capela estabelecida na Rua João B. Pacheco, Bairro Vila Nova, neste Município de Três Barras-SC.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Três Barras-SC, 05 de janeiro de 2017.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

Prefeito Municipal de Três Barras

Esta lei foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura na data supra.

LEI Nº 3.269 DE 05 DE JANEIRO DE 2017.

LEI Nº 3.269 DE 05 DE JANEIRO DE 2017.

FICA ALTERADA A DENOMINAÇÃO DE TRAVESSA DAS PALMEIRAS, PARA RUA IRMÃ OLGA PERUZZOLO, NO DISTRITO DE SÃO CRISTÓVÃO

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, Estado de Santa Catarina.

Faço saber que a Câmara Municipal decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. A Travessa das Palmeiras, situada entre a Rua Santo Antônio e Rua Chupim, no Distrito de São Cristóvão, neste Município de Três Barras-SC, passa a denominar-se Rua Irmã Olga Peruzzolo.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Três Barras-SC, 05 de janeiro de 2017.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

Prefeito Municipal de Três Barras

Esta lei foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura na data supra.

LEI Nº 3.270 DE 05 DE JANEIRO DE 2017.

LEI Nº 3.270 DE 05 DE JANEIRO DE 2017.

FICA ALTERADA A DENOMINAÇÃO DE TRAVESSA BEM-TE-VI, PARA RUA LYDIA HEUKO BROZOSKI, NO DISTRITO DE SÃO CRISTÓVÃO.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, Estado de Santa Catarina.

Faço saber que a Câmara Municipal decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. A Travessa Bem-Te-Vi, situada entre a Rua Guilherme Baukat até encontrar com a Rua André Pereira, no Distrito de São Cristóvão, neste Município de Três Barras, passa a denominar-se Rua Lydia Heuko Brozowski.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Três Barras-SC, 05 de janeiro de 2017.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

Prefeito Municipal de Três Barras

Esta lei foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura na data supra.

LEI Nº 3.271 DE 05 DE JANEIRO DE 2017.

LEI Nº 3.271 DE 05 DE JANEIRO DE 2017.

AUTORIZA A CONSTRUÇÃO DO OBELISCO DO LIONS CLUBE DE TRÊS BARRAS.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, Estado de Santa Catarina.

Faço saber que a Câmara Municipal decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizada a construção do Obelisco do Lions Clube de Três Barras na entrada da cidade de Três Barras-SC, no Bairro João Paulo II.

Parágrafo único. Todas as despesas para a construção do referido Obelisco será de responsabilidade do Lions Clube de Três Barras, não gerando nenhum tipo de despesas aos cofres públicos.

Art. 2º. O local exato da construção será definido entre o Lions Clube e a Secretaria correspondente da Prefeitura Municipal.

Art. 3º. As dimensões do Obelisco não excederão a 2 m. (dois metros) de altura e, 1,20 m. (um metro vírgula vinte centímetros) de largura.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Três Barras-SC, 05 de janeiro de 2017.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

Prefeito Municipal de Três Barras

Esta lei foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura na data supra.

PORTARIA Nº 001 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

PORTARIA Nº 001 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

NOMEAR, LUZIELE CAROLINE DOS SANTOS FERREIRA, matrícula 652172.06, para exercer suas funções no cargo de SUB DIRETOR, PC 07, quadro de funcionários comissionados desta Prefeitura. Lotada na Secretaria de Administração deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 02 de janeiro de 2017.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

ANDERSON STOCLOSKI

ADVOGADO

PORTARIA Nº 004 DE 09 DE JANEIRO DE 2017.

PORTARIA Nº 004 DE 09 DE JANEIRO DE 2017.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

NOMEAR, FABIANO JOSÉ MENDES, matrícula 107506-6, para exercer suas funções no cargo de INTENDENTE- PC 01, quadro de funcionários comissionados desta Prefeitura. Lotado na Intendência Distrital de São Cristóvão deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos

a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 09 de janeiro de 2017.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

ANDERSON STOCLOSKI

ADVOGADO

PORTARIA Nº. 003 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

PORTARIA Nº. 003 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

NOMEAR, ABRAHÃO MUSSI, matrícula 119385-7, para exercer suas funções no cargo de SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - PC 01, quadro de funcionários comissionados desta Prefeitura. Lotado na Secretaria de Desenvolvimento Econômico neste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 02 de janeiro de 2017.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

ANDERSON STOCLOSKI

ADVOGADO

CÂMARA MUNICIPAL

ATA N. 1/2017

ATA N. 1 FL.001

Ata da Sessão Especial de Posse dos Vereadores, Prefeito e Vice-Prefeito, eleitos em dois de outubro de dois mil e dezesseis, eleição e posse da Mesa Diretora da Câmara de Vereadores, para o biênio dois mil e dezessete a dois mil e dezoito, da décima quinta Legislatura, da Câmara de Vereadores de Três Barras, Estado de Santa Catarina. Ao primeiro dia do mês de janeiro do ano de dois mil e dezessete, às dez horas, nas dependências do Auditório "José Felício de Souza", situado à Rua Lumber, nesta cidade de Três Barras, compareceram os seguintes Vereadores: Adilson Martins, Cerival da Cruz, Daniele Krailing, Edenilson Engel, Ernani Wogeinaki Júnior, Fabiano José Mendes, João Francisco Canani, Laudecir José Gonçalves, Mara Carla Eufrásio Shimoguiiri, Marco Antonio de Souza e Siomara Mühlmann Correa. Presentes, ainda, os Senhores Luiz Divonsir Shimoguiiri e Gilson Hideaki Nagano, Prefeito e Vice-Prefeito Municipal eleitos, respectivamente, para um mandato de quatro anos. Presidindo os trabalhos provisoriamente, o Vereador Cerival da Cruz convidou a Vereadora Siomara Mühlmann Correa para secretariar os trabalhos. Em seguida, prestaram juramento os Vereadores presentes, o Senhor Prefeito Municipal e o Vice-Prefeito Municipal, os quais foram empossados e assinaram o termo de posse, lavrado em documento próprio. Encerrada a solenidade de posse, o Senhor Presidente suspendeu a sessão, por trinta minutos, convidando os Senhores Vereadores para comparecerem ao prédio da Câmara de Vereadores, para eleição da Mesa Diretora. Reabertos os trabalhos, no prédio da Câmara de Vereadores, sito à Avenida Rigessa, número dois mil e novecentos e quarenta e nove, Bairro João Paulo-II, neste município de Três Barras, o Senhor Presidente esclareceu que foi registrada apenas uma chapa, denominada CHAPA DEMOCRACIA, composta pelos Vereadores Laudecir José Gonçalves, Presidente; Cerival da Cruz, Vice-Presidente; Adilson Martins; Primeiro Secretário e Daniele Krailing, Segunda Secretária. Procedida a votação, o Senhor Presidente convidou o Vereador João Francisco Canani e o Vereador Marco Antonio de Souza, para juntamente com a Presidência, proceder à apuração dos votos. Procedida à apuração verificou-se que a chapa DEMOCRACIA foi eleita em sua totalidade,

ATA N. 1 FL.002

recebendo dez votos sim e um voto em branco. Em face do resultado, o Senhor Presidente declarou eleitos e automaticamente empossados para a Mesa Diretora: Laudecir José Gonçalves, Presidente; Cerival da Cruz, Vice-Presidente; Adilson Martins; Primeiro Secretário e Daniele Krailing, Segunda Secretária. Em seguida, o Senhor Presidente dirigiu breves palavras, agradecendo o apoio recebido e, suspendeu a sessão por trinta minutos para elaboração da Ata. Reaberto os trabalhos, o Senhor Presidente convidou a Senhora Segunda Secretária para proceder a leitura da respectiva Ata, a qual depois de discutida e aprovada, vai assinada pelos Senhores Vereadores. Nada mais havendo

a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a sessão, convocando uma sessão ordinária para o dia dois de fevereiro do corrente ano, às dezenove horas.

Presidente

Vice-Presidente

1ª Secretária

2º Secretário

Treze Tílias

CÂMARA MUNICIPAL

ATA 01-2017- SESSÃO DE POSSE - VEREADORES, PREFEITO E VICE

ATA 01/2017– No primeiro dia do mês de janeiro do ano de dois mil e dezessete, às dez horas, nas dependências do Centro de Eventos Maria Thaler Moser, reuniram-se os Vereadores eleitos nas eleições do dia 02 (dois) de outubro de dois mil e dezesseis, para a Sessão Solene de Posse dos Vereadores, Prefeito e Vice-Prefeito do Município de Treze Tílias, em conformidade com o artigo 34 (trinta e quatro) e seus parágrafos primeiro e segundo e artigo 63 (sessenta e três) ambos da Lei Orgânica combinados com o Regimento Interno da Câmara. Presidiu a Sessão de Posse o Vereador Leocrides João Brandalise. Foi realizada a chamada dos Vereadores eleitos os quais apresentaram a documentação composta do diploma e da declaração de bens, a qual foi conferida pelo Senhor Presidente que apresentou a sua documentação para os demais vereadores. O Senhor Presidente, invocando a proteção de Deus, declarou aberta a Sessão Solene de Posse, solicitou à Banda dos Tiroleses a execução de Hino Nacional e convidou os vereadores para, em pé, proferirem o ato de compromisso. Após, assinaram o livro de posse e foram declarados empossados no cargo de vereadores: Adriano Feilstrecker, Dirlei Barbieri Rofner, Gustavo Adolfo Gschwendtner, José da Rocha, Júlio Cesar Karloh, Leocrides João Brandalise, Luiz Augusto Perondi Weschenfelder, Soraya Aparecida Boesing Juchem e Renato de Bastiani. Em seguida solicitou aos Vereadores Adriano Feilstrecker e Dirlei Barbieri Rofner que conduzissem o Senhor Mauro Dresch e o Senhor Leonir Primo De Rós para fazerem parte da mesa de honra. Solicitou que os mesmos apresentassem seus diplomas e declarações de bens, que juntos prestassem os compromissos e que assinassem o termo de posse. Declarou empossado no cargo de Prefeito Municipal o Senhor Mauro Dresch e de Vice-Prefeito o Senhor Leonir Primo De Rós. Ato contínuo concedeu a palavra ao Vereador representante da bancada do PMDB, o Senhor Gustavo Adolfo Gschwendtner, à vereadora representante da situação a Senhora Soraya Aparecida Boesing Juchem, ao Prefeito e ao Vice para proferirem seus discursos. O Senhor Presidente Leocrides João Brandalise convidou a todos para, em pé, acompanharem o hino do Município executado pela Banda dos Tiroleses, informou o encerramento do protocolo do Legislativo e início da transmissão de posse do Prefeito e Vice, e convocou todos os Vereadores para a Sessão Extraordinária às 11 (onze) horas, nas dependências da Câmara de Vereadores, para proceder a eleição da mesa diretora na forma do título III, capítulo I, seção II do Regimento Interno da Casa, e, nada mais havendo a tratar, declarou encerrada a Sessão. Treze Tílias - SC, 01 de janeiro de 2017.

Presidente: Leocrides João Brandalise
Vereadores: Adriano Feilstrecker
Dirlei Barbieri Rofner
Gustavo Adolfo Gschwendtner
José da Rocha
Júlio Cesar Karloh
Luiz Augusto Perondi Weschenfelder
Soraya Aparecida Boesing Juchem
Renato de Bastiani

ATA 02-2017 - SESSÃO DE ELEIÇÃO E POSSE - MESA DIRETORA 2017

ATA 02/2017– No primeiro dia do mês de janeiro do ano de dois mil e dezessete, às onze horas, na Sala das Sessões reuniu-se a Câmara Municipal de Vereadores de Treze Tílias em Sessão Extraordinária sob a Presidência do Vereador Leocrides João Brandalise. Assinaram o livro de presença os Vereadores Adriano Feilstrecker, Dirlei Barbieri Rofner, Gustavo Adolfo Gschwendtner, José da Rocha, Júlio Cesar Karloh, Luiz Augusto Perondi Weschenfelder, Soraya Aparecida Boesing Juchem e Renato de Bastiani. Verificando o número legal de Vereadores, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão Extraordinária para eleição da Mesa Diretora da Câmara Municipal gestão 2017, conforme artigo 34 (trinta e quatro), parágrafo 4º (quarto) da Lei Orgânica Municipal e artigo 14 (quatorze) do Regimento Interno da Casa. O Senhor Presidente solicitou a secretária a leitura do Requerimento de Registro da Chapa que apresentou a seguinte composição: Chapa nº 1: Presidente: Leocrides João Brandalise, Vice-Presidente: Adriano Feilstrecker; 1ª Secretária: Soraya Aparecida Boesing Juchem e 2º Secretário: Gustavo Gschwendtner. O Senhor Presidente e fez a chamada nominal de cada Vereador para proceder ao seu voto. Apurados os votos, a votação resultou em aprovação por unanimidade da chapa apresentada que foi declarada pelo presidente eleita e automaticamente empossada. Colocado em votação o adiamento da Sessão da segunda-feira, dia 02 (dois), foi aprovado por unanimidade. O Senhor Presidente, agradeceu o apoio dos colegas e concedeu a palavra a cada um dos Vereadores para que fizessem suas colocações, informou que a Sessão seguinte aconteceria no dia 09 (nove) de janeiro, às 19:30 (dezenove horas e trinta minutos). Agradeceu a presença de todos e, nada mais havendo a tratar, declarou encerrada a Sessão. Treze Tílias - SC, 01 de janeiro de 2017.

Presidente:
1ª Secretária:

Tunápolis

PREFEITURA

CONTRATO Nº 01/2017. FUNDO

CONTRATO Nº 01/2017.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 12.273.240/0001-49, neste ato representado por seu gestor do Fundo Municipal da Saúde o Sr. Clarice Weis Staub, portadora do RG nº 3.381.905 e CPF nº 017.981.689-60, residente e domiciliado, neste Município, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE.

CONTRATADO: A empresa Auto Posto Canarinho Ltda, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 83.523.407/0001-20, estabelecida na Rua Caaro, 110 – Centro, no Município de Tunápolis - SC, considerada doravante CONTRATADA, neste ato devidamente representado pelo sócio administrador Sr. Canisio Thomas, inscrito no CPF nº 347.592.209-68.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 8.666/93, com suas atualizações, na Lei nº 10.520/02 e no Processo Licitatório nº 154/2016, e Pregão Presencial nº 121/2016.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente contrato consiste na contratação de empresa para o fornecimento de combustíveis, destinados à manutenção dos veículos, do Fundo Municipal da Saúde para o exercício de 2017.

Item	Qtd.	Uni	DESCRIÇÃO	Preço R\$ Unitário	Preço Total
01	200.000,00	L	Óleo Diesel Comum	3,03	606.000,00
04	800,00	L	Álcool Etanol	3,65	2.920,00
			TOTAL GERAL		608.920,00

CLÁUSULA SEGUNDA - PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO E DO REAJUSTE

2.1 O pagamento dos combustíveis será efetivado em até 8 (oito) dias após a entrega da nota fiscal/fatura, que deverá ser emitida em nome do Município de Tunápolis/SC, devendo constar o CNPJ, o número da licitação.

2.2 A emissão das NOTAS FISCAIS que comprovem os litros abastecidos deve ser obrigatoriamente quantificada, com as quantidades e valores praticados naquele instante e acompanhadas da ordem de abastecimento autorizada pelo titular da pasta à qual pertencer o veículo ou máquina.

2.3 O valor do preço unitário do objeto do presente CONTRATO sofrerá reajuste pelo mesmo índice de majoração aplicado pelos Distribuidores ao proponente vencedor do presente certame, devendo este apresentar as notas fiscais da compra dos combustíveis toda vez que haja alteração nos preços dos combustíveis mediante requerimento a ser formalizado pela proponente vencedora. Na hipótese de o Governo Federal promover diminuição no preço dos combustíveis, o mesmo desconto será aplicado aos preços do objeto do presente contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO LICITADO.

3.1 O objeto deste contrato, deverá ser fornecido ao Município, em bomba de abastecimento habilitada, no horário das 6:00 (seis) às 19:00 (dezenove) horas, de segunda a sábado, em bomba de abastecimento devidamente habilitada de acordo com a legislação pertinente, localizada no perímetro urbano do Município de TUNÁPOLIS, diretamente no reservatório dos veículos, máquinas ou equipamentos apresentado ou em vasilhame para transporte até obras específicas, durante todo o ano de 2017.

3.2 – As retiradas dos produtos somente poderão ser efetuadas mediante requisição do contratante, a qual mencionará o veículo ou máquina a ser abastecida e a quantidade de litros a serem entregues, sendo que a contratada deverá emitir nota fiscal correspondente ao abastecimento, discriminando o veículo abastecido, a quantidade de litros e respectivos valores, bem como a quilometragem ou horas do mesmo. Para cada abastecimento deverá ser emitida uma nota fiscal, a qual deverá ser assinada pelo operador / motorista do veículo abastecido.

3.3 Os quantitativos descritos constituem mera previsão, dimensionada com a demanda atualmente existente, podendo o Município acrescentá-los ou diminuí-los, de acordo com a determinação legal, não ficando obrigado a executá-los.

3.4 Os combustíveis deverão ser originais e corresponder à bandeira da companhia representada pela proponente vencedora.

3.5 A CONTRATADA deverá fornecer os combustíveis descritos neste edital, buscando o fiel cumprimento dos pedidos efetuados pelo setor municipal competente.

3.6 Caberá a proponente vencedora obedecer ao objeto do presente contrato e as disposições legais contratuais, prestando-os dentro dos padrões de qualidade, continuidade e regularidade.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:

4.1 O CONTRATADO obriga-se fornecer os combustíveis contratados com base nos quantitativos e especificações constantes no Edital de Licitações nº 151/2016 e seus anexos, bem como nas demais cláusulas deste contrato.

4.2 Responsabilizar-se por eventuais danos ou prejuízos causados, por sua culpa ou dolo, a CONTRATANTE ou a terceiros, em decorrência da execução do objeto contratado.

4.3 O CONTRATADO responderá pelos vícios dos produtos que se compromete a fornecer, e por quaisquer danos que venha a causar inclusive perante terceiros, ficando a Prefeitura Municipal isento de qualquer responsabilidade, em virtude da aquisição dos produtos, objeto do presente contrato.

4.4 Manter, durante a execução do objeto todas as condições de habilitação previstas neste contrato, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.5 Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do objeto;

4.6 Fornecer os combustíveis de acordo com os padrões de qualidade exigidos pela Agência Nacional do Petróleo – ANP;

4.7 Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação do combustível solicitado, a fim de comprovar o seu fornecimento.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

5.1 O Município obriga-se adquirir os combustíveis acima referidos, nos exatos termos estabelecidos no presente Contrato, bem como, ao pagamento do valor acordado.

CLÁUSULA SEXTA - DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS

6.1 - Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigente, classificadas e codificadas sinteticamente sob os números: (3,11,35,49,50,83,94,107,118,128,137,138,155) da Prefeitura Municipal de Tunápolis, do ano de 2017.

CLÁUSULA SETIMA - DO PRAZO.

7.1 – O contrato a ser firmado terá vigência até dia 31 de Dezembro de 2017, podendo ser renovado, de acordo com o que dispõe o artigo 57, inciso II, Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, dada a sua essencialidade e necessidade pública permanente. As quantidades estimadas são para o ano de 2017, sendo que para os anos seguintes poderá haver variações.

CLÁUSULA OITAVA - RESCISÃO CONTRATUAL

8.1 O presente contrato poderá ser rescindido:

8.1.1. Por ato unilateral e escrito da administração nos casos de inexecução total ou parcial;

8.1.2. Por acordo entre as partes;

8.1.3. Judicialmente, nos termos da legislação, respeitados, no primeiro caso, os direitos da Administração conforme previsto no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONA – PENALIDADES

9.1 O não cumprimento as obrigações assumidas ou dos preceitos legais aplicáveis sujeitará o Contratado às seguintes penalidades:

9.1.1. Advertência.

9.1.2. Suspensão do direito de licitar junto ao Município;

9.1.3. Declaração de inidoneidade;

9.1.4. Multa de 10% (dez por cento) sobre o montante da proposta no caso de inadimplência.

CLÁUSULA DÉCIMA - FORO COMPETENTE

10.1 Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, SC, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em 02 (dois) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, SC., 02 de janeiro de 2017.

Clarice Weis Staub Auto Posto Canarinho Ltda.
Secretária Municipal da Saúde Canisio Thomas
CONTRATANTE Sócio Administrador
CONTRATADA

Alcides Luis Hofer
Assessor Jurídico
OAB/SC 33.683

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff
CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger
CPF: 020.226.259.60

CONTRATO Nº 02/2017. FUNDO

CONTRATO Nº 02/2017.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 12.273.240/0001-49, neste ato representado por seu gestor do Fundo Municipal da Saúde o Sr. Clarice Weis Staub, portadora do RG nº 3.381.905 e CPF nº 017.981.689-60, residente e domiciliado, neste Município, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE.

CONTRATADO: A empresa Abastecedora de Combustíveis Tunápolis Ltda ME, inscrito sob o CNPJ n.º 08.473.148/0001-55, com sede na Rua Santa Maria, 157, Bairro: Progresso, no Município de Tunápolis, telefone: (49)3.6321222, neste ato representado pelo Sr. Ivo Engler- sócio administrador.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 8.666/93, com suas atualizações, na Lei nº 10.520/02 e no Processo Licitatório nº 154/2016, e Pregão Presencial nº 121/2016.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente contrato consiste na contratação de empresa para o fornecimento de combustíveis, destinados à manutenção dos veículos do Fundo Municipal da Saúde para o exercício de 2017.

Item	Qtd.	Uni	DESCRIÇÃO	Preço R\$ Unitário	Preço Total
02	15.000,00	L	Óleo Diesel S10 CHARRUA	3,10	46.500,00
03	25.000,00	L	Gasolina Comum CHARRUA	3,91	97.750,00
			Total Geral		144.250,00

CLÁUSULA SEGUNDA - PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO E DO REAJUSTE

2.1 O pagamento dos combustíveis será efetivado em até 8 (oito) dias após a entrega da nota fiscal/fatura, que deverá ser emitida em nome do Município de Tunápolis/SC, devendo constar o CNPJ, o número da licitação.

2.2 A emissão das NOTAS FISCAIS que comprovem os litros abastecidos deve ser obrigatoriamente quantificada, com as quantidades e valores praticados naquele instante e acompanhadas da ordem de abastecimento autorizada pelo titular da pasta à qual pertencer o veículo ou máquina.

2.3 O valor do preço unitário do objeto do presente CONTRATO sofrerá reajuste pelo mesmo índice de majoração aplicado pelos Distribuidores ao proponente vencedor do presente certame, devendo este apresentar as notas fiscais da compra dos combustíveis

toda vez que haja alteração nos preços dos combustíveis mediante requerimento a ser formalizado pela proponente vencedora. Na hipótese de o Governo Federal promover diminuição no preço dos combustíveis, o mesmo desconto será aplicado aos preços do objeto do presente contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO LICITADO.

3.1 O objeto deste contrato, deverá ser fornecido ao Município, em bomba de abastecimento habilitada, no horário das 6:00 (seis) às 19:00 (dezenove) horas, de segunda a sábado, em bomba de abastecimento devidamente habilitada de acordo com a legislação pertinente, localizada no perímetro urbano do Município de TUNÁPOLIS, diretamente no reservatório dos veículos, máquinas ou equipamentos apresentado ou em vasilhame para transporte até obras específicas, durante todo o ano de 2017.

3.2 – As retiradas dos produtos somente poderão ser efetuadas mediante requisição do contratante, a qual mencionará o veículo ou máquina a ser abastecida e a quantidade de litros a serem entregues, sendo que a contratada deverá emitir nota fiscal correspondente ao abastecimento, discriminando o veículo abastecido, a quantidade de litros e respectivos valores, bem como a quilometragem ou horas do mesmo. Para cada abastecimento deverá ser emitida uma nota fiscal, a qual deverá ser assinada pelo operador / motorista do veículo abastecido.

3.3 Os quantitativos descritos constituem mera previsão, dimensionada com a demanda atualmente existente, podendo o Município acrescentá-los ou diminuí-los, de acordo com a determinação legal, não ficando obrigado a executá-los.

3.4 Os combustíveis deverão ser originais e corresponder à bandeira da companhia representada pela proponente vencedora.

3.5 A CONTRATADA deverá fornecer os combustíveis descritos neste edital, buscando o fiel cumprimento dos pedidos efetuados pelo setor municipal competente.

3.6 Caberá a proponente vencedora obedecer ao objeto do presente contrato e as disposições legais contratuais, prestando-os dentro dos padrões de qualidade, continuidade e regularidade.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:

4.1 O CONTRATADO obriga-se fornecer os combustíveis contratados com base nos quantitativos e especificações constantes no Edital de Licitações nº 151/2016 e seus anexos, bem como nas demais cláusulas deste contrato.

4.2 Responsabilizar-se por eventuais danos ou prejuízos causados, por sua culpa ou dolo, a CONTRATANTE ou a terceiros, em decorrência da execução do objeto contratado.

4.3 O CONTRATADO responderá pelos vícios dos produtos que se compromete a fornecer, e por quaisquer danos que venha a causar inclusive perante terceiros, ficando a Prefeitura Municipal isento de qualquer responsabilidade, em virtude da aquisição dos produtos, objeto do presente contrato.

4.4 Manter, durante a execução do objeto todas as condições de habilitação previstas neste contrato, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.5 Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do objeto;

4.6 Fornecer os combustíveis de acordo com os padrões de qualidade exigidos pela Agência Nacional do Petróleo – ANP;

4.7 Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação do combustível solicitado, a fim de comprovar o seu fornecimento.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

5.1 O Município obriga-se adquirir os combustíveis acima referidos, nos exatos termos estabelecidos no presente Contrato, bem como, ao pagamento do valor acordado.

CLÁUSULA SEXTA - DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS

6.1 - Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigente, classificadas e codificadas sinteticamente sob os números: (3,11,35,49,50,83,94,107,118,128,137,138,155) da Prefeitura Municipal de Tunápolis, do ano de 2017.

CLÁUSULA SETIMA - DO PRAZO.

7.1 – O contrato a ser firmado terá vigência até dia 31 de Dezembro de 2017, podendo ser renovado, de acordo com o que dispõe o artigo 57, inciso II, Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, dada a sua essencialidade e necessidade pública permanente. As quantidades estimadas são para o ano de 2017, sendo que para os anos seguintes poderá haver variações.

CLÁUSULA OITAVA - RESCISÃO CONTRATUAL

8.1 O presente contrato poderá ser rescindido:

8.1.1. Por ato unilateral e escrito da administração nos casos de inexecução total ou parcial;

8.1.2. Por acordo entre as partes;

8.1.3. Judicialmente, nos termos da legislação, respeitados, no primeiro caso, os direitos da Administração conforme previsto no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONA – PENALIDADES

9.1 O não cumprimento as obrigações assumidas ou dos preceitos legais aplicáveis sujeitará o Contratado às seguintes penalidades:

9.1.1. Advertência.

9.1.2. Suspensão do direito de licitar junto ao Município;

9.1.3. Declaração de inidoneidade;

9.1.4. Multa de 10% (dez por cento) sobre o montante da proposta no caso de inadimplência.

CLÁUSULA DÉCIMA - FORO COMPETENTE

10.1 Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, SC, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em 02 (dois) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, SC., 02 de janeiro de 2016.

Clarice Weis Staub Abastecedora de Combustíveis Tunápolis Ltda ME.
Gestora do Fundo Municipal da Saúde Ivo Engler- sócio administrador.
CONTRATANTE Sócio Administrador
CONTRATADA

Alcides Luis Hofer
Assessor Jurídico
OAB/SC 33.683

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff
CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger
CPF: 020.226.259.60

CONTRATO Nº 03/2017.

CONTRATO Nº 03/2017.

CONTRATANTE: Município de Tunápolis pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. Renato Paulata, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 1857045 e inscrito no CPF sob nº 605.081.919-04, residente e domiciliado na Rua João Castilho nº 467, no Município de Tunápolis/SC, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE.

CONTRATADO: A empresa Auto Posto Canarinho Ltda, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 83.523.407/0001-20, estabelecida na Rua Caaro, 110 – Centro, no Município de Tunápolis - SC, considerada doravante CONTRATADA, neste ato devidamente representado pelo sócio administrador Sr. Canisio Thomas, inscrito no CPF nº 347.592.209-68.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 8.666/93, com suas atualizações, na Lei nº 10.520/02 e no Processo Licitatório nº 154/2016, e Pregão Presencial nº 121/2016.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente contrato consiste na contratação de empresa para o fornecimento de combustíveis, destinados à manutenção dos veículos, máquinas e equipamentos de propriedade do Município de Tunápolis(exceto Fundo Municipal da Saúde) para o exercício de 2017.

Item	Qtd.	Uni	DESCRIÇÃO	Preço R\$ Unitário	Preço Total
01	300.000,00	L	Óleo Diesel Comum POTENCIAL	3,03	909.000,00
04	1.200,00	L	Álcool Etanol POTENCIAL	3,65	4.380,00
			TOTAL GERAL		913.380,00

CLÁUSULA SEGUNDA - PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO E DO REAJUSTE

2.1 O pagamento dos combustíveis será efetivado em até 8 (oito) dias após a entrega da nota fiscal/fatura, que deverá ser emitida em nome do Município de Tunápolis/SC, devendo constar o CNPJ, o número da licitação.

2.2 A emissão das NOTAS FISCAIS que comprovem os litros abastecidos deve ser obrigatoriamente quantificada, com as quantidades e valores praticados naquele instante e acompanhadas da ordem de abastecimento autorizada pelo titular da pasta à qual pertencer o veículo ou máquina.

2.3 O valor do preço unitário do objeto do presente CONTRATO sofrerá reajuste pelo mesmo índice de majoração aplicado pelos Distribuidores ao proponente vencedor do presente certame, devendo este apresentar as notas fiscais da compra dos combustíveis toda vez que haja alteração nos preços dos combustíveis mediante requerimento a ser formalizado pela proponente vencedora. Na hipótese de o Governo Federal promover diminuição no preço dos combustíveis, o mesmo desconto será aplicado aos preços do objeto do presente contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO LICITADO.

3.1 O objeto deste contrato, deverá ser fornecido ao Município, em bomba de abastecimento habilitada, no horário das 6:00 (seis) às 19:00 (dezenove) horas, de segunda a sábado, em bomba de abastecimento devidamente habilitada de acordo com a legislação pertinente, localizada no perímetro urbano do Município de TUNÁPOLIS, diretamente no reservatório dos veículos, máquinas ou equipamentos apresentado ou em vasilhame para transporte até obras específicas, durante todo o ano de 2017.

3.2 – As retiradas dos produtos somente poderão ser efetuadas mediante requisição do contratante, a qual mencionará o veículo ou máquina

a ser abastecida e a quantidade de litros a serem entregues, sendo que a contratada deverá emitir nota fiscal correspondente ao abastecimento, discriminando o veículo abastecido, a quantidade de litros e respectivos valores, bem como a quilometragem ou horas do mesmo. Para cada abastecimento deverá ser emitida uma nota fiscal, a qual deverá ser assinada pelo operador / motorista do veículo abastecido.

3.3 Os quantitativos descritos constituem mera previsão, dimensionada com a demanda atualmente existente, podendo o Município acrescentá-los ou diminuí-los, de acordo com a determinação legal, não ficando obrigado a executá-los.

3.4 Os combustíveis deverão ser originais e corresponder à bandeira da companhia representada pela proponente vencedora.

3.5 A CONTRATADA deverá fornecer os combustíveis descritos neste edital, buscando o fiel cumprimento dos pedidos efetuados pelo setor municipal competente.

3.6 Caberá a proponente vencedora obedecer ao objeto do presente contrato e as disposições legais contratuais, prestando-os dentro dos padrões de qualidade, continuidade e regularidade.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:

4.1 O CONTRATADO obriga-se fornecer os combustíveis contratados com base nos quantitativos e especificações constantes no Edital de Licitações nº 151/2016 e seus anexos, bem como nas demais cláusulas deste contrato.

4.2 Responsabilizar-se por eventuais danos ou prejuízos causados, por sua culpa ou dolo, a CONTRATANTE ou a terceiros, em decorrência da execução do objeto contratado.

4.3 O CONTRATADO responderá pelos vícios dos produtos que se compromete a fornecer, e por quaisquer danos que venha a causar inclusive perante terceiros, ficando a Prefeitura Municipal isento de qualquer responsabilidade, em virtude da aquisição dos produtos, objeto do presente contrato.

4.4 Manter, durante a execução do objeto todas as condições de habilitação previstas neste contrato, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.5 Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do objeto;

4.6 Fornecer os combustíveis de acordo com os padrões de qualidade exigidos pela Agência Nacional do Petróleo – ANP;

4.7 Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação do combustível solicitado, a fim de comprovar o seu fornecimento.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

5.1 O Município obriga-se adquirir os combustíveis acima referidos, nos exatos termos estabelecidos no presente Contrato, bem como, ao pagamento do valor acordado.

CLÁUSULA SEXTA - DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS

6.1 - Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigente, classificadas e codificadas sinteticamente sob os números: (3,11,35,49,50,83,94,107,118,128,137,138,155) da Prefeitura Municipal de Tunápolis, do ano de 2017.

CLÁUSULA SETIMA - DO PRAZO.

7.1 – O contrato a ser firmado terá vigência até dia 31 de Dezembro de 2017, podendo ser renovado, de acordo com o que dispõe o artigo 57, inciso II, Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, dada a sua essencialidade e necessidade pública permanente. As quantidades estimadas são para o ano de 2017, sendo que para os anos seguintes poderá haver variações.

CLÁUSULA OITAVA - RESCISÃO CONTRATUAL

8.1 O presente contrato poderá ser rescindido:

8.1.1. Por ato unilateral e escrito da administração nos casos de inexecução total ou parcial;

8.1.2. Por acordo entre as partes;

8.1.3. Judicialmente, nos termos da legislação, respeitados, no primeiro caso, os direitos da Administração conforme previsto no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONA – PENALIDADES

9.1 O não cumprimento as obrigações assumidas ou dos preceitos legais aplicáveis sujeitará o Contratado às seguintes penalidades:

9.1.1. Advertência.

9.1.2. Suspensão do direito de licitar junto ao Município;

9.1.3. Declaração de inidoneidade;

9.1.4. Multa de 10% (dez por cento) sobre o montante da proposta no caso de inadimplência.

CLÁUSULA DÉCIMA - FORO COMPETENTE

10.1 Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, SC, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em 02 (dois) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, SC., 02 de janeiro de 2017.
Renato Paulata Auto Posto Canarinho Ltda.
Prefeito Municipal Canisio Thomas
CONTRATANTE Sócio Administrador
CONTRATADA

Alcides Luis Hofer
Assessor Jurídico
OAB/SC 33.683

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff
CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger
CPF: 020.226.259.60

CONTRATO Nº 04/2017.

CONTRATO Nº 04/2017.

CONTRATANTE: Município de Tunápolis pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. Renato Paulata, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 1857045 e inscrito no CPF sob nº 605.081.919-04, residente e domiciliado na Rua João Castilho nº 467, no Município de Tunápolis/SC, neste Município, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE.

CONTRATADO: A empresa Abastecedora de Combustíveis Tunápolis Ltda ME, inscrito sob o CNPJ n.º 08.473.148/0001-55, com sede na Rua Santa Maria, 157, Bairro: Progresso, no Município de Tunápolis, telefone: (49)3.6321222, neste ato representado pelo Sr. Ivo Engler- sócio administrador.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 8.666/93, com suas atualizações, na Lei nº 10.520/02 e no Processo Licitatório nº 154/2016, e Pregão Presencial nº 121/2016.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente contrato consiste na contratação de empresa para o fornecimento de combustíveis, destinados à manutenção dos veículos, máquinas e equipamentos de propriedade do Município de Tunápolis para o exercício de 2017.

Item	Qtd.	Uni	DESCRIÇÃO	Preço R\$ Unitário	Preço Total
02	50.000,00	L	Óleo Diesel S10 CHARRUA	3,10	155.000,00
03	27.000,00	L	Gasolina Comum CHARRUA	3,91	105.570,00
			Total Geral		260.570,00

CLÁUSULA SEGUNDA - PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO E DO REAJUSTE

2.1 O pagamento dos combustíveis será efetivado em até 8 (oito) dias após a entrega da nota fiscal/fatura, que deverá ser emitida em nome do Município de Tunápolis/SC, devendo constar o CNPJ, o número da licitação.

2.2 A emissão das NOTAS FISCAIS que comprovem os litros abastecidos deve ser obrigatoriamente quantificada, com as quantidades e valores praticados naquele instante e acompanhadas da ordem de abastecimento autorizada pelo titular da pasta à qual pertencer o veículo ou máquina.

2.3 O valor do preço unitário do objeto do presente CONTRATO sofrerá reajuste pelo mesmo índice de majoração aplicado pelos Distribuidores ao proponente vencedor do presente certame, devendo este apresentar as notas fiscais da compra dos combustíveis toda vez que haja alteração nos preços dos combustíveis mediante requerimento a ser formalizado pela proponente vencedora. Na hipótese de o Governo Federal promover diminuição no preço dos combustíveis, o mesmo desconto será aplicado aos preços do objeto do presente contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO LICITADO.

3.1 O objeto deste contrato, deverá ser fornecido ao Município, em bomba de abastecimento habilitada, no horário das 6:00 (seis) às 19:00 (dezenove) horas, de segunda a sábado, em bomba de abastecimento devidamente habilitada de acordo com a legislação pertinente, localizada no perímetro urbano do Município de TUNÁPOLIS, diretamente no reservatório dos veículos, máquinas ou equipamentos apresentado ou em vasilhame para transporte até obras específicas, durante todo o ano de 2017.

3.2 – As retiradas dos produtos somente poderão ser efetuadas mediante requisição do contratante, a qual mencionará o veículo ou máquina a ser abastecida e a quantidade de litros a serem entregues, sendo que a contratada deverá emitir nota fiscal correspondente ao abastecimento, discriminando o veículo abastecido, a quantidade de litros e respectivos valores, bem como a quilometragem ou horas do mesmo. Para cada abastecimento deverá ser emitida uma nota fiscal, a qual deverá ser assinada pelo operador / motorista do veículo abastecido.

3.3 Os quantitativos descritos constituem mera previsão, dimensionada com a demanda atualmente existente, podendo o Município acrescentá-los ou diminuí-los, de acordo com a determinação legal, não ficando obrigado a executá-los.

3.4 Os combustíveis deverão ser originais e corresponder à bandeira da companhia representada pela proponente vencedora.

3.5 A CONTRATADA deverá fornecer os combustíveis descritos neste edital, buscando o fiel cumprimento dos pedidos efetuados pelo setor municipal competente.

3.6 Caberá a proponente vencedora obedecer ao objeto do presente contrato e as disposições legais contratuais, prestando-os dentro dos padrões de qualidade, continuidade e regularidade.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:

4.1 O CONTRATADO obriga-se fornecer os combustíveis contratados com base nos quantitativos e especificações constantes no Edital de Licitações nº 151/2016 e seus anexos, bem como nas demais cláusulas deste contrato.

4.2 Responsabilizar-se por eventuais danos ou prejuízos causados, por sua culpa ou dolo, a CONTRATANTE ou a terceiros, em decorrência da execução do objeto contratado.

4.3 O CONTRATADO responderá pelos vícios dos produtos que se compromete a fornecer, e por quaisquer danos que venha a causar inclusive perante terceiros, ficando a Prefeitura Municipal isento de qualquer responsabilidade, em virtude da aquisição dos produtos, objeto do presente contrato.

4.4 Manter, durante a execução do objeto todas as condições de habilitação previstas neste contrato, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.5 Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do objeto;

4.6 Fornecer os combustíveis de acordo com os padrões de qualidade exigidos pela Agência Nacional do Petróleo – ANP;

4.7 Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação do combustível solicitado, a fim de comprovar o seu fornecimento.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

5.1 O Município obriga-se adquirir os combustíveis acima referidos, nos exatos termos estabelecidos no presente Contrato, bem como, ao pagamento do valor acordado.

CLÁUSULA SEXTA - DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS

6.1 - Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigente, classificadas e codificadas sinteticamente sob os números: (3,11,35,49,50,83,94,107,118,128,137,138,155) da Prefeitura Municipal de Tunápolis, do ano de 2017.

CLÁUSULA SETIMA - DO PRAZO.

7.1 – O contrato a ser firmado terá vigência até dia 31 de Dezembro de 2017, podendo ser renovado, de acordo com o que dispõe o artigo 57, inciso II, Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, dada a sua essencialidade e necessidade pública permanente. As quantidades estimadas são para o ano de 2017, sendo que para os anos seguintes poderá haver variações.

CLÁUSULA OITAVA - RESCISÃO CONTRATUAL

8.1 O presente contrato poderá ser rescindido:

8.1.1. Por ato unilateral e escrito da administração nos casos de inexecução total ou parcial;

8.1.2. Por acordo entre as partes;

8.1.3. Judicialmente, nos termos da legislação, respeitados, no primeiro caso, os direitos da Administração conforme previsto no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONA – PENALIDADES

9.1 O não cumprimento as obrigações assumidas ou dos preceitos legais aplicáveis sujeitará o Contratado às seguintes penalidades:

9.1.1. Advertência.

9.1.2. Suspensão do direito de licitar junto ao Município;

9.1.3. Declaração de inidoneidade;

9.1.4. Multa de 10% (dez por cento) sobre o montante da proposta no caso de inadimplência.

CLÁUSULA DÉCIMA - FORO COMPETENTE

10.1 Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, SC, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em 02 (dois) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, SC., 02 de janeiro de 2016.

Renato Paulata Abastecedora de Combustíveis Tunápolis Ltda ME.

Prefeito Municipal Ivo Engler- sócio administrador.

CONTRATANTE Sócio Administrador

CONTRATADA

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff

CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger

CPF: 020.226.259-60

CONTRATO N.º 02/2017

CONTRATO N.º 02/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS ESTADO DE SANTA CATARINA, E O CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL (CIGA).

Pelo presente instrumento, o Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n.º 78.486.198/0001-52, com sede à Rua João Castilho, 111, CEP 89898-000, na cidade de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. Renato Paulata, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 1857045 e inscrito no CPF sob nº 605.081.919-04, residente e domiciliado na Rua João Castilho nº 467, no Município de Tunápolis/SC, doravante denominada CONTRATANTE, e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA, pessoa jurídica formada exclusivamente por entes da Federação, na forma da Lei n.º 11.107, de 06 de abril de 2005, que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos, e de seu Decreto regulamentador n.º 6.017, de 17 de janeiro de 2007, para estabelecer relações de cooperação federativa, inclusive a realização de objetivos de interesse comum, constituída como associação pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica, inscrita no CNPJ sob o n.º 09.427.503/0001-12, com sede à Rua General Liberato Bittencourt, 1885, Centro Executivo Imperatriz, Sala 1307, Bairro Estreito, Florianópolis/SC, CEP 88070-800, neste ato representada pelo Diretor Executivo o Sr. Gilsoni Lunardi Albino, inscrito no CPF sob o n.º 912.833.619-49, no uso de suas atribuições legais, e daqui por diante designada simplesmente CONTRATADA, ajustam entre si a presente contratação, regida nos termos das cláusulas abaixo estipuladas.

A sua formalização direta está autorizada no processo de contratação, com fulcro no artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal n.º 11.107/05; no artigo 18 do Decreto Federal n.º 6.017/07; no artigo 24, inciso XIII, primeira parte, e inciso XVI, segunda parte, da Lei Federal n.º 8.666/93; e na Lei Municipal n.º 925, de 11/02/2009.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente contrato é a prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pela CONTRATADA, que disponibiliza:

1. Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores – Internet, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP – Brasil);

2. Gestão de Obras: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação mediante disponibilização de programa desenvolvido em arquitetura web direcionado aos setores de planejamento e obras para o controle de convênios federais, contratos de empreitada,

termos aditivos e andamento de obras de forma integrada com uma ferramenta de confecção de orçamentos, sendo estes nos padrões da Caixa Econômica Federal (DTB) e com disponibilidade de todas as tabelas SINAPI, SEOP, DER, DNIT, DEINFRA e outras que podem ser integradas sob solicitação;

3. Gestão Tributária – Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos

Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional;

4. Gestão Tributária – Gestão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – GNOTA: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação que permite a emissão de Nota Fiscal de Serviços com o intuito de registrar, de forma eletrônica, as operações de prestação de serviço de pessoas jurídicas estabelecidas no município, sendo integrado ao Sistema de Gestão do Simples Nacional;

5. Gestão Tributária – Registro Mercantil Integrado – REGIN: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o REGIN, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais.

Parágrafo Primeiro.

O detalhamento técnico, contendo as descrições pormenorizadas dos serviços prestados pela CONTRATADA, consta no “Caderno de Serviços” do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, disponível em seu sítio eletrônico.

Parágrafo Segundo.

A CONTRATADA disponibilizará, inicialmente, à CONTRATANTE, os seguintes serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação:

1. Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC;
3. Gestão Tributária - Gestão do Simples Nacional;
4. Gestão Tributária - Registro Mercantil Integrado - REGIN;

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DURAÇÃO

O presente contrato terá vigência de 1º de janeiro de 2017 até 31 de dezembro de 2017, podendo ser prorrogado por sucessivos períodos, por conveniência das partes, até o limite de 60 (sessenta) meses, nos termos do artigo 57, inciso II, da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DO CONTRATO

Dá-se a este contrato o valor total de R\$ 9.180,00(Nove mil e cento e oitenta reais) para os serviços a serem prestados conforme segue:

1. Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC - R\$ 4.200,00;
2. Gestão Tributária - Gestão do Simples Nacional - R\$ 3.300,00;
3. Gestão Tributária - Registro Mercantil Integrado - REGIN - R\$ 1.680,00;

VALOR DO CONTRATO PARA O EXERCÍCIO 2017: R\$ 9.180,00(Nove mil e cento e oitenta reais)

Parágrafo Primeiro.

Os valores indicados têm por base a Tabela de Preços da CONTRATADA para o Exercício 2017, para a Administração Pública, aprovada pela Assembléia Geral do CIGA e constante de Resolução expedida pelo Presidente do CIGA.

Parágrafo Segundo.

A Tabela de Preços da CONTRATADA, de que trata esta Cláusula, será corrigida anualmente, com efeitos a partir do dia 1º do mês de janeiro do ano subsequente, conforme variações aprovadas pela Assembléia Geral do CIGA e constantes em Resoluções expedidas pelo Presidente do CIGA.

Parágrafo Terceiro.

Quando solicitado pela CONTRATANTE, o atendimento “in loco” poderá ser realizado mediante disponibilidade técnica e reembolso, por parte da CONTRATANTE, dos gastos com deslocamento (R\$ 0,80 oitenta centavos/Km) e hora técnica R\$ 160,00(cento e sessenta reais).

Parágrafo Quarto.

A customização do sistema contratado pela CONTRATANTE, em aspectos não previstos no presente contrato e desde que haja comum acordo, poderá ser realizada mediante a cobrança de hora técnica.

CLÁUSULA QUARTA – DA FORMA DE PAGAMENTO

A CONTRATANTE deverá pagar à CONTRATADA o valor total de R\$ R\$ 9.180,00(Nove mil e cento e oitenta reais) em 12(doze) parcelas, no valor de R\$ 765,00(setecentos e sessenta e cinco reais) cada uma delas, sendo efetuadas por meio de boletos de pagamento referentes aos serviços prestados, emitidos mensal, sucessiva e diretamente pela CONTRATADA, com vencimento até o último dia útil de cada mês.

CLÁUSULA QUINTA – DA REVISÃO DE PREÇOS

É permitida a alteração do valor do Contrato e dos preços, explicitados na Cláusula Terceira, com o objetivo de restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre encargos da CONTRATADA e a retribuição da CONTRATANTE, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, nas seguintes hipóteses, conforme artigo 65, inciso II, alínea ‘d’, da Lei n.º 8.666/93:

- Ocorrerem fatos imprevisíveis;
- Ocorrerem fatos previsíveis, porém, de consequências incalculáveis, retardadoras ou impeditivas da execução do ajustado;
- Em caso de força maior ou caso fortuito; e

· Ocorrendo fato do príncipe.

Parágrafo Único.

É também permitida a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso, quando ocorrer criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos, encargos legais ou a superveniência de disposições legais, após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, nos termos do artigo 65, § 5º, da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigente, classificadas e codificadas sinteticamente sob o número: (8) da Prefeitura Municipal de Tunápolis, do ano de 2017.

Parágrafo único.

As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Por este Contrato obrigam-se as partes a promover a articulação entre os técnicos diretamente envolvidos no processo para a realização das ações necessárias à consecução do contratado.

Parágrafo Primeiro.

Das responsabilidades da CONTRATANTE:

- a) Fazer com que seus empregados e prepostos respeitem as normas e regulamentos da CONTRATADA, aplicáveis à execução dos serviços;
- b) Viabilizar os recursos orçamentários para pagamento dos serviços previstos no presente contrato e em conformidade com a Cláusula Sexta, sob pena de exclusão, após prévia suspensão, do ente consorciado ao CIGA;
- c.1) A exclusão não exime a CONTRATANTE do pagamento de débitos decorrentes do tempo em que permaneceu inadimplente;
- c) Transmitir os dados e informações necessários à prestação adequada dos serviços contratados;
- d) Responsabilizar-se pelo uso das informações disponibilizadas e definir a autorização de acesso aos diversos usuários de sua responsabilidade;
- e) Implementar políticas ou procedimentos para controle de acesso aos recursos de computação e redes, disponibilizados pela CONTRATADA;
- f) Comunicar à CONTRATADA qualquer anormalidade ocorrida na execução do objeto, diligenciando para que as irregularidades ou falhas sejam plenamente corrigidas; e
- g) A CONTRATANTE declara que adota políticas ou procedimentos para impedir práticas que desrespeitem a legislação em vigor, contrárias aos usos e costumes considerados razoáveis e aceitos no ambiente da internet ou que comprometam a imagem da CONTRATADA e de seus entes consorciados.

Parágrafo Segundo.

Das responsabilidades da CONTRATADA:

- a) Executar os serviços de acordo com a legislação, normas técnicas, padrões e especificações pertinentes;
- b) Executar os serviços descritos no presente Contrato, nas condições nele estabelecidas;
- c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATANTE;
- d) Adotar medidas, padrões de segurança de acesso e de integridade dos dados. Procedimentos especiais de segurança serão objeto de acordo específico entre as partes;
- e) Manter equipe de profissionais especializados, capaz de prestar suporte à CONTRATANTE em prazo razoável;
- f) Disponibilizar as novas versões dos sistemas contratados pela CONTRATANTE sem custo adicional;
- g) Manter o mais absoluto sigilo acerca de quaisquer dados e informações da CONTRATANTE, que por ventura venha a ter ciência e conhecimento, em função dos serviços prestados;
- h) Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, nos termos do artigo 71 da Lei n.º 8.666/93; e
- i) Disponibilizar à CONTRATANTE as informações contábeis e demonstrações financeiras exigidas segundo a legislação pertinente, relativas ao desenvolvimento e ao cumprimento do objeto deste contrato.

Parágrafo Terceiro.

Da Força Maior

Os casos fortuitos ou de força maior serão excludentes de responsabilidade, de acordo com o Código Civil Brasileiro.

CLÁUSULA OITAVA – DOS REPRESENTANTES DAS PARTES

As partes credenciarão, por escrito, responsáveis com poderes para representá-las em todos os atos praticados referentes à execução do objeto contratual, em conformidade com os Anexos I e II deste Contrato.

CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO

O exercício pelas partes do direito de fiscalização não as exonera de suas obrigações, nem de qualquer forma diminui suas responsabilidades.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS PROGRAMAS DE COMPUTADOR

Os programas de computador desenvolvidos por meio deste Contrato são de propriedade exclusiva da CONTRATADA.

Parágrafo único.

Programas de computador de código fechado, utilizados neste contrato, que sejam de propriedade da CONTRATADA ou de terceiro, permanecem protegidos, não podendo ser utilizados pela CONTRATANTE, salvo autorização expressa por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS INFORMAÇÕES PROTEGIDAS

A CONTRATADA e a CONTRATANTE na execução deste contrato poderão ter que trocar informações, inclusive de produtos e materiais, que podem estar protegidas pelo direito autoral, direito de propriedade industrial, pelo direito à intimidade, ou protegidas por serem de domínio de uma delas, as quais não poderão ser copiadas, reproduzidas, publicadas, divulgadas ou de forma alguma colocadas à disposição, direta ou indiretamente, exceto àquelas pessoas envolvidas na execução do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS PENALIDADES CABÍVEIS

O não pagamento pela CONTRATANTE na data de vencimento poderá implicar suspensão dos serviços prestados e sua exclusão do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal.

Parágrafo Primeiro.

Após 10 (dez) dias de inadimplemento, a CONTRATANTE será notificada para regularizar sua situação no prazo de até 10 (dez) dias, contados do recebimento da notificação, sob pena de, após esse prazo, suspensão dos serviços prestados pela CONTRATADA até a regularização da dívida.

Parágrafo Segundo.

Após 30 (trinta) dias da suspensão, caso não regularizada a situação, a CONTRATANTE poderá ser excluída do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, mediante deliberação da Assembleia Geral do CIGA, precedida de processo administrativo em que seja reconhecida a justa causa para a exclusão e seja assegurado o direito à ampla defesa e ao contraditório.

Parágrafo Terceiro.

As penalidades previstas poderão ser minoradas ou não serão aplicadas quando o descumprimento do estipulado no Contrato decorrer de justa causa ou impedimento devidamente comprovado e aceito pela CONTRATADA, mediante declaração expressa por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO DISTRATO E DA RESILIÇÃO UNILATERAL

É facultado às partes promover o distrato do presente Contrato, a qualquer tempo, por mútuo consentimento, ou a resilição unilateral por iniciativa de qualquer delas, mediante notificação por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, restando para cada qual, tão somente a responsabilidade pelas tarefas em execução no período anterior à notificação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS DE RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido quando da ocorrência de qualquer uma das hipóteses previstas nos artigos 77 e 78 da Lei n.º 8.666, de 21/06/1993, no que couber.

Parágrafo Primeiro.

Quando a rescisão ocorrer motivada pela CONTRATANTE, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo direito a:

- a) Pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da rescisão;
- b) Pagamentos do custo da desmobilização.

Parágrafo Segundo.

Ocorrendo impedimento, paralisação ou sustação do Contrato, eventual cronograma(s) de execução será(ão) prorrogado(s) automaticamente por igual tempo.

Parágrafo Terceiro.

Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado às partes o direito ao contraditório e à ampla defesa.

Parágrafo Quarto.

A declaração de rescisão deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, operará seus efeitos a partir da publicação em Diário Oficial.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA VINCULAÇÃO AO TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A presente contratação vincula-se ao termo que a dispensou de licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Aplicam-se à execução deste Contrato a Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, no que couber, os preceitos de Direito Público e, supletivamente, os Princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado.

Parágrafo Único.

No âmbito dos programas de computador, aplicam-se, à presente contratação, salvo naquilo que as partes dispuserem em sentido contrário, a Lei Federal n.º 9.609, de 19/02/1998 (proteção da propriedade intelectual de programa de computador) e a Lei Federal n.º 9.610, de 19/02/1998 (direitos autorais).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS CONDIÇÕES EXIGIDAS NA CONTRATAÇÃO

A CONTRATADA compromete-se a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação, nos termos do artigo 55, inciso XIII, da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO ARMAZENAMENTO DE DADOS DA CONTRATANTE

A CONTRATADA apenas hospeda em sua infraestrutura informações da CONTRATANTE, não sendo a detentora desses dados.

Parágrafo Primeiro.

Considerando esse fato, qualquer pedido de informação a respeito dos dados armazenados e outros afins, deve ser precedido de autorização da CONTRATANTE, detentora dos dados, para que a CONTRATADA possa prestar a informação solicitada, salvo a hipótese em que o acesso à informação decorra de ordem judicial.

Parágrafo Segundo.

Quando o pedido de informação decorrer de ordem judicial, a CONTRATADA fica autorizada a prestar a informação solicitada sem consulta prévia à CONTRATANTE, comunicando-a na sequência.

Parágrafo Terceiro.

A CONTRATADA manterá armazenados os dados existentes em seu servidor pelo prazo de 12 (doze) meses a contar da data do término do contrato (rescisão contratual). Findo o prazo, o apagamento dos dados dar-se-á independentemente de qualquer aviso ou notificação, operando-se de forma definitiva e irreversível.

Parágrafo Quarto.

O armazenamento dos dados da CONTRATANTE não implica restabelecimento do serviço prestado pela CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

A alteração de qualquer das disposições estabelecidas neste Contrato reputar-se-á válida se tomada nos termos da lei e expressamente em Termo Aditivo.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA PUBLICAÇÃO

O extrato do presente Contrato e de seus aditivos, se ocorrerem, serão publicados no órgão oficial de divulgação dos atos das partes contratantes, como condição indispensável à sua eficácia, conforme disposto no artigo 61, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga/SC, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas do presente contrato que não puderem ser resolvidas pelas partes.

E, por estarem justas e contratadas, lavra-se o presente termo de Contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza os devidos efeitos, assinado na presença das testemunhas abaixo nomeadas, obrigando-se ao fiel cumprimento de suas obrigações.

Tunápolis – SC, 02 de janeiro de 2017.

RENATO PAULATA Prefeito de Tunápolis CONTRATANTE
GILSONI LUNARDI ALBINO Diretor Executivo do CIGA CONTRATADA

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff
CPF:918.368.409-34

Sheila Inês Bieger
CPF: 020.226.259-60

Assessor Jurídico do Município de Tunápolis
OAB/SC 33.683

ANEXO I**TERMO DE NOMEAÇÃO DE REPRESENTANTE DA CONTRATANTE**

Município de Tunápolis, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado por seu Prefeito, Renato Paulata, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 1857045 e inscrito no CPF sob nº 605.081.919-04, residente e domiciliado na Rua João Castilho nº 467, no Município de Tunápolis/SC constitui o Sr. Egon Inácio Bieger residente e domiciliado na Rua Afonso Rodrigues, Município de Tunápolis-SC, como seu representante no Contrato n.º 02/2017, celebrado com o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA).

Tunápolis SC., 02 de Janeiro de 2017.

.....
Prefeito de Tunápolis
CONTRATANTE

CONTRATO Nº 03/2017 FUNDO PLANTÃO MÉDICO

CONTRATO Nº 03/2017

Pelo presente instrumento de contrato em regime de execução parcelada, o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Albino Frantz, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 82.821.208/0001-36, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, neste ato representada pela Gestora Sra. Clarice Weis Staub, portadora do RG nº 3.381.905 e CPF nº 017.981.689-60, residente e domiciliado, neste Município, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado, a Associação Hospitalar de Tunápolis, com sede na Rua Albino Frantz, n.148, centro desta cidade de Tunápolis inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.428.508/0001-12, neste ato representado por seu presidente Sr. Alcides Luis Hofer, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade e Município de Tunápolis, inscrito no CPF/MF sob nº 833.426.649-91, RG nº 2.946.802- SSP-SC, e doravante denominado CONTRATADA, resolvem celebrar o presente o CONTRATO decorrente do credenciamento de Instituições Hospitalares para realização de Serviços de Sobrevivência Médico para os Municípios de Tunápolis, e de conformidade com o que preceitua a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada, Lei Municipal nº 1245/2015 e Decreto 1.741/2015 de 23 de dezembro de 2015, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS - Fazem parte do presente termo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo antes nominado, inclusive a proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO - O presente Contrato tem por objeto credenciar Instituições Hospitalares para realização de Serviços de Plantão Médico para os municípios de Tunápolis.

PROGRAMA DE TRABALHO		ELEMENTO DE DESPESA			
ÍTEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	PREVISÃO DE CUSTOS	
				Unitário	Global
1	Plantão médico em estabelecimento próprio do proponente, colocando à disposição no mínimo um médico para atendimento da população em geral do Município de Tunápolis/SC, em caráter de urgência ou emergência, que vier a se deslocar até o estabelecimento da contratada, com horário de atendimento de segunda à sexta-feira, fora do horário normal de expediente da Unidade de Saúde do Município de Tunápolis/SC.	HORAS	2.000,00	55,00	110.000,00
2	Plantão médico em estabelecimento próprio do proponente, colocando à disposição no mínimo um médico para atendimento da população em geral do Município de Tunápolis/SC, em caráter de urgência ou emergência, que vier a se deslocar até o estabelecimento da contratada, com horário de atendimento em feriados, sábados e domingos fora do horário normal de expediente da Unidade de Saúde do Município de Tunápolis/SC.	HORAS	1.416,00	75,00	106.200,00
TOTAL					216.200,00

CLÁUSULA TERCEIRA – CRITÉRIOS PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

A contratada se compromete a prestar a contento, nos termos e condições de sua proposta deste contrato e do instrumento contratual firmado, os serviços propostos, aos usuários. É expressamente vedada, em qualquer circunstância, por parte da contratada, a retenção e/ou exigência de apresentação de quaisquer documentos adicionais aos que estão elencados no item anterior, aposição de assinatura em guia e/ou documento em branco ou de garantia de qualquer espécie. Ao usuário é reservado o direito de denunciar a qualquer tempo e meio, eventual irregularidade verificada no atendimento, faturamento e/ou prestação dos serviços, cabendo ao Fundo Municipal da Saúde a devida apuração, e, se for o caso, a imediata penalização e/ou desc credenciamento do contratado, no teor da Lei. O credenciamento configurará uma relação contratual de prestação de serviços, cuja vigência deste instrumento externa uma necessidade transitória do Fundo Municipal de Saúde.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO, DO PAGAMENTO E DO REAJUSTE

O Município, através do FMS, efetuará o pagamento até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao da prestação de serviço. O pagamento será efetuado mediante o recebimento da nota fiscal e do relatório dos serviços prestados. É expressamente vedada à cobrança em qualquer hipótese de qualquer sobretaxa à tabela adotada quando do pagamento dos serviços prestados pelo contratado. Facultar-se-á ao Município/FMS a concessão de revisão de preços dos serviços contratados.

CLÁUSULA QUINTA – DO EVENTUAL ATRASO DO MUNICÍPIO/FMS

Na eventualidade do Município - FMS, não cumprir com os pagamentos contratados, remunerará os atrasos a título de encargos mora, aplicando-se as mesmas penalidades impostas aos devedores do município em atraso, inclusive os mesmos critérios.

CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS – As despesas decorrentes do presente termo, correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

Unidade Orçamentária / Projeto / Atividade	Elemento de Despesa/Fonte
Órgão 10, Unidade 01 – Fundo Municipal de Saúde	3.3.90.00.00.00.00.0102
Projeto/Atividade 2.030 – Manutenção das Atividades do Programa Saúde da Família - Recursos próprios e vinculados	3.3.90.00.00.00.00.0104

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PESSOAS JURÍDICAS

A contratada deverá realizar os serviços de plantão médico para os munícipes de Tunápolis para os quais se credenciou sem cobrança de qualquer valor ao usuário encaminhado pela Secretaria da Saúde. A contratada deverá prestar os serviços em estabelecimento devidamente licenciado pela vigilância sanitária, diretamente ao paciente. Deverá a pessoa jurídica contratada permitir o acompanhamento e a fiscalização de suas dependências pela Secretaria Municipal de Saúde ou da comissão designada para tal. Deverá de imediato, quando solicitada, apresentar documentos, prontuários ou demais informações necessárias ao acompanhamento da execução do contrato. Comunicar a Secretaria Municipal de Saúde a ocorrência de qualquer irregularidade de que tenha conhecimento. Responsabilizar-se por todos os impostos, taxas, seguros e tudo que, em virtude da lei ou regulamento, recaia ou venha a recair sobre os serviços, bem como por obrigações trabalhistas, previdenciárias, de acidentes e quaisquer outros decorrentes da relação empregatícia entre a contratada e seu pessoal, bem como pelos danos/prejuízos eventualmente causados aos usuários e/ou terceiros. O contratado obriga-se a manter, durante toda a execução, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no credenciamento, sob pena de rescisão do Termo por não cumprimento do mesmo. O contratado deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidas em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e as recomendações exigidas pela boa técnica dos serviços contratados. Na execução das atividades objeto deste termo, assegurar aos beneficiários, os mesmos padrões técnicos de conforto material e de horários dispensados aos demais usuários (pacientes).

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

A Secretaria Municipal de Saúde deverá realizar a avaliação e regulação dos serviços prestados pelas pessoas jurídicas credenciadas. Arcar com as despesas decorrentes da prestação dos serviços. Implantar de forma adequada à supervisão permanente dos serviços de modo a obter um resultado correto e eficaz. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada, assegurando ao usuário a boa prestação dos serviços. Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela Credenciada, inclusive quanto à continuidade da prestação dos

serviços que, ressalvados os casos de força maior, justificados e aceitos pela contratante, não deixe ser interrompido. Acompanhar e fiscalizar o andamento dos serviços. O Fundo Municipal de Saúde reserva-se o direito de fiscalizar, de forma permanente, a prestação dos serviços pelos credenciados, podendo ser descredenciado, em casos de má prestação, verificada em processo administrativo específico com garantia do contraditório e da ampla defesa.

CLÁUSULA NONA - DO DESCRENCIAMENTO

A CONTRATADA que descumprir, injustificadamente, as condições estabelecidas para o atendimento constantes neste termo, ensejará, após devidamente comprovadas pelo Fundo Municipal da Saúde, e dependendo da gravidade e/ou dano/prejuízo acarretado aos usuários, concedido o direito à ampla defesa e contraditório, a sua imediata exclusão (do rol de credenciados) e descredenciamento, sem prejuízo de aplicação cumulativa das demais sanções administrativas e civis previstas neste edital e na lei aplicáveis in casu.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, garantida a prévia defesa em processo regular, poderá o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS/FMS, aplicar à contratada as seguintes sanções, conforme o caso, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

- Advertência;
- Multa administrativa de 10 % (dez por cento) sobre o valor da contratação;
- Rescisão Contratual;
- Suspensão temporária para licitar e contratar com o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS/FMS;
- Declaração de inidoneidade.

- A advertência será aplicada nos casos de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo ao MUNICÍPIO DE TUNAPOLIS/FMS.

- À CONTRATADA sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento), pelo atraso na prestação de serviços ou prestação de serviços que não atendam as especificações do objeto licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, corridos, uma vez comunicada oficialmente,

sem prejuízo de outras cominações cabíveis.

- A penalidade de suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o MUNICÍPIO DE TUNAPOLIS/FMS pelo prazo de até 02 (dois) anos, poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos ao MUNICÍPIO DE TUNAPOLIS/FMS.

- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante ressarcir o MUNICÍPIO DE TUNAPOLIS/FMS pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

- a) Pelo não cumprimento dos prazos e condições estabelecidas neste contrato.
- b) À licitante que tenha praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATADO

O presente contrato entra em vigor na data de 02/01/2017 e vigorará até dia 30/06/2017 podendo ser prorrogado, de acordo com o que dispõe o artigo 57, inciso II, Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, a critério da Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO - Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Termo, com renúncia expressa aos demais, sem prejuízo do inciso X do artigo 29 da Constituição Federal, com a redação introduzida pela Emenda Constitucional nº 19/98.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, em 03 (três) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Tunápolis – SC, 02 de janeiro de 2017.

Clarice Weis Staub
Gestora do Fundo Municipal de Saúde
Representante legal

Associação Hospitalar de Tunápolis
Alcides Luis Hofer

TESTEMUNHAS:

Testemunhas:
Cleverson Inácio Kerkhoff
CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger
CPF: 020.226.259-60

CONTRATO Nº 01/2017

CONTRATO Nº 01/2017

Pelo presente instrumento, de um lado, o Município de Tunápolis, pessoa jurídica de direito público interno, com centro administrativo na Rua João Castilho, 111, inscrito no CNPJ sob nº. 78.486.198/0001-52, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. Renato Paulata, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 1857045 e inscrito no CPF sob nº 605.081.919-04, residente e domiciliado na Rua João Castilho nº 467, no Município de Tunápolis/SC, doravante denominado simplesmente de CREDENCIANTE e, de outro, a Terra Nova Sociedade Beneficente do Vale do Pirapocu devidamente inscrita no CNPJ/CPF sob n.º85.217.628/00001-04, sito a Rod Artur Deiss, SCT 283, nº454, Bairro Industrial, na cidade de Mondaí/SC, doravante denominada simplesmente CREDENCIADA, acordam celebrar o presente Contrato, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

A CREDENCIADA compromete-se a prestar os serviços na execução/fornecimento dos serviços sócioassistenciais - de proteção social especial de alta complexidade no acolhimento institucional de crianças e adolescentes até 18 anos incompletos, na modalidade de abrigo institucional ou Casa lar, mencionados no presente edital e demais normas técnicas pertinentes aos serviços, com os valores constantes no quadro abaixo.

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT MESES	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Serviços socioassistenciais de proteção social especial de alta complexidade no acolhimento institucional de crianças e adolescentes até 18 anos incompletos, na modalidade de abrigo institucional ou Casa lar, mediante pagamento mensal pelos serviços prestados para 03 (três) vagas, visando o atendimento em regime de abrigo a crianças e adolescentes que se encontram em situação de risco pessoal e social, pertencentes ao Município de Tunápolis, encaminhadas pelo Fundo Municipal de Infância e Adolescência e Conselho Tutelar do Município, por meio da Justiça da Infância e Juventude da Comarca de Itapiranga, Estado de Santa Catarina.	12	R\$ 7.335,00	R\$ 88.020,00
	Total geral			88.020,00

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

A CREDENCIADA, responderá pela solidez, segurança e perfeição dos serviços executados, sendo ainda responsável por quaisquer danos pessoais ou materiais, inclusive contra terceiros, ocorridos durante a execução dos serviços ou deles decorrentes.

A CREDENCIADA durante a vigência do presente contrato, obriga-se a manter todas as condições da habilitação e qualificação exigidas no Edital de Credenciamento Público.

CLAUSULA TERCEIRA - DO EQUIPAMENTO E MÃO-DE-OBRA

- a) - Caberá a CREDENCIADA o fornecimento de todos os equipamentos e mão-de-obra, necessários à plena execução dos serviços indicados na cláusula primeira deste termo.
- b) - Correrão por sua inteira conta e risco, as despesas de toda a mão-de-obra, instrumento, equipamento necessários, e, igualmente se responsabiliza por encargos sociais decorrentes de contrato de trabalho de seus empregados, bem como do que vier a firmar com terceiros, nos termos da legislação trabalhista, civil, previdenciária ou penal em vigor, bem como indenizações por danos causados à CREDENCIANTE e ou a terceiros.
- c) - Suportará, também, encargos decorrentes de manutenção e conservação dos equipamentos utilizados na execução dos serviços.

CLÁUSULA QUARTA - VIGÊNCIA

O presente contrato tem sua vigência a partir do dia 02 de janeiro de 2017 até o dia 31 de Dezembro de 2017, podendo ser renovado por iguais e sucessivos períodos, com fulcro no inciso IV do art. 57 da Lei 8.666/93, desde que tenha interesse de ambas as partes.

CLÁUSULA QUINTA - FORMA DE PAGAMENTO

O Município pagará a Terra Nova Sociedade Beneficente do Vale do Pirapocu o valor de R\$ 7.335,00 (sete mil trezentos e trinta e cinco reais) mensais, que serão depositados em conta corrente até o último dia útil de cada mês em que os serviços forem prestados. Os pagamentos somente serão realizados mediante:

- a) - Apresentação das autorizações para realização de serviços na execução/fornecimento dos serviços Socioassistenciais, emitidas pelo Fundo Municipal de Infância e Adolescência do Município de Tunápolis;
- b) - Os valores serão postos à disposição da CREDENCIADA, junto à instituição financeira na qual mantenha conta corrente, mensalmente, até o trigésimo dia de cada mês em que os serviços forem prestados.
- c) - Os valores a serem pagos, somente serão liberados mediante a apresentação de Recibo personalizado, Fatura e/ou Nota Fiscal, que deverá ser apresentado ao Fundo Municipal de Infância e Adolescência do Município de Tunápolis, até o segundo (2º) dia útil, que deverá estar em conformidade com os serviços realizados e devidamente comprovados, e estarão sujeitos às retenções previdenciárias e tributárias, devendo ser apresentado ainda os seguintes documentos relativos ao mês imediatamente anterior:

1. – As certidões negativas de débito do FGTS e INSS, vigentes a época da emissão da Fatura e/ou Notas Fiscais e/ou no ato do pagamento da despesa.
2. – Relação dos menores atendidos no mês;
3. – Comprovação do pagamento do INSS e FGTS do mês anterior a competência;
4. – Cópia da SEFIP com Relação de Empregados.

- d) - Os valores a serem pagos serão sempre os fixados em preço público a ser definido pelo Poder Público na forma da Lei, sendo que qualquer alteração do preço deve ser comunicada à CREDENCIADA, para manifestar o seu interesse na continuidade ou não do credenciamento;

Parágrafo Único - Uma vez comunicada a CREDENCIADA sobre qualquer alteração, INCLUSIVE QUANTO AO PREÇO PÚBLICO FIXADO e, permanecendo ciente quanto à vigência do pacto, este permanecerá em vigor e com a alteração sofrida.

CLÁUSULA SEXTA - FISCALIZAÇÃO.

A CREDENCIANTE através do Conselho Tutelar do Município exercerá ampla fiscalização sobre os serviços executados e em execução pela CREDENCIADA, podendo rejeitá-los quando estiverem fora das especificações, devendo ser refeito sem ônus à CREDENCIANTE.

A CREDENCIANTE reserva-se o direito de fiscalizar, a qualquer tempo, o local de trabalho da CREDENCIADA, bem como seus equipamentos de trabalho, devendo esta fornecer todas as informações necessárias a CREDENCIANTE, bem como permitir a fiscalização em seu

estabelecimento e equipamentos, quando esta julgar pertinente.

CLAUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES.

O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas ou o cumprimento em desacordo com o pactuado acarretará, à CREDENCIADA, as penalidades previstas no Artigo 87, da Lei nº. 8.666/93 e alterações, conforme a gravidade da infração e independentemente da incidência de multa e sem prejuízo de descredenciamento.

CLÁUSULA OITAVA - DAS SANÇÕES

Pelo descumprimento total ou parcial das condições contratuais, a Prefeitura Municipal de Tunápolis, poderá aplicar à contratada as seguintes penalidades, além da responsabilização civil e penal cabíveis, sem prejuízo do disposto no art. 49, da Lei 8.666/93 e alterações:

- a) - Advertência;
- b) - Multa;
- c) - Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração;
- d) - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que tiver aplicado a penalidade.

CLÁUSULA NONA - DA APLICAÇÃO DAS PENALIDADES E MULTAS.

No caso de incidência de uma das situações previstas neste instrumento, o CREDENCIANTE notificará a CREDENCIADA, para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento desta, justificar, por escrito, os motivos do inadimplemento.

Ficam estabelecidos os seguintes percentuais de multa:

- a) - 10 % (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho ou do contrato, em caso de recusa injustificada da interessada em assinar o contrato;
- b) - 0,3 % (três décimos por cento) por dia, até o 30º (trigésimo) dia de atraso sobre o valor dos serviços não realizados;
- c) - 20% (vinte por cento) quando o atraso for superior a 30 (trinta) dias, com o consequente cancelamento da nota de empenho ou documento correspondente;

A CREDENCIANTE, no uso das prerrogativas que lhe confere o inciso IV, do artigo 58 e artigo 87, inciso II, da Lei focada, aplicará multa:

- a) - Pela recusa em executar os serviços ora contratados, sofrerá as penalidades previstas no Art. 87, II, da Lei nº. 8.666/93 e alterações.
- b) - Pelo atraso injustificado na realização dos serviços socioassistenciais, será cobrada multa na razão de R\$ 100,00 (cem reais), por dia de atraso, sem prejuízo da sujeição de descredenciamento.

CLÁUSULA DÉCIMA - RESCISÃO CONTRATUAL

O presente Termo de Credenciamento poderá ser rescindido:

- a) - Mediante acordo expresso, e firmado pelas partes, após um aviso premonitório, também expresso, feito com antecedência de 15 (quinze) dias pelo interessado.
- b) - Unilateralmente pela CREDENCIANTE, em qualquer tempo, independente de interpelação ou procedimento judicial ou extrajudicial, caso a CREDENCIADA:
 1. - Ceda ou transfira, no todo ou em parte, o objeto deste contrato ou delegue a outrem as incumbências e/ou as obrigações nele consignadas, sem prévia e expressa autorização da CREDENCIANTE.
 2. - Venha a agir com dolo, culpa, simulação ou em fraude na execução dos serviços contratados.
3. - Quando pela reiteração de impugnação dos serviços ficar evidenciada a incapacidade da credenciada para dar execução satisfatória ao contrato.
4. - Venha a falir, entrar em concordata, liquidação ou dissolução.
5. - Quando ocorrerem razões de interesse do serviço público e/ou na ocorrência de qualquer das disposições elencadas na Lei nº. 8.666/93 e alterações.

Parágrafo Único - Havendo rescisão contratual, a CREDENCIANTE pagará à CREDENCIADA, o numerário equivalente aos serviços efetivamente realizados, e aprovados pela Secretaria da Saúde/Fundo Municipal de Saúde, no valor avençado.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigente, classificadas e codificadas sinteticamente sob o número: (144) da Prefeitura Municipal de Tunápolis, do ano de 2017.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA - CASOS OMISSOS.

Qualquer litígio judicial oriunda da aplicação do presente termo será dirimido com base na legislação específica, especialmente no EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO e na Lei 8.666/93 e posteriores alterações.

A CREDENCIADA não poderá, sob qualquer hipótese, cobrar diferenças de valores aos beneficiários pelo atendimento, bem como, que este assine fatura ou guia de atendimento em branco.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA - DO FORO.

As partes elegem o Foro da comarca de Itapiranga para dirimirem quaisquer dúvidas oriundas deste ajuste, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acertados, firmam este instrumento em duas (02) vias de igual teor e forma, obrigando-se pelos termos do mesmo, por si e seus sucessores.

Tunápolis, SC, 02 de janeiro de 2017.

Renato Paulata
PREFEITO MUNICIPAL

Terra Nova Sociedade Beneficente do Vale do Pirapocu
CONTRATADO

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff
CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger
CPF: 020.226.259.60

CONTRATO Nº 05/2017

CONTRATO Nº 05/2017

Pelo presente instrumento de contrato em regime de execução parcelada, o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho, 111, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 78.486.1980001-52, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. Renato Paulata, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 1857045 e inscrito no CPF sob nº 605.081.919-04, residente e domiciliado na Rua João Castilho nº 467, neste Município, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado, a empresa Transportes Serni Ltda, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 05.026.402/0001-89, estabelecida a Rua Teotônia Nº 104 na cidade de Iporã do Oeste-SC, representada pelo sócio-gerente Sr. Sérgio Osvino Mallmann, portador do CPF nº 347.581.519-20 e Identidade nº 714.683, residente no endereço anteriormente mencionado, denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente contrato de prestação de serviços de coleta, transporte e disposição final dos resíduos domiciliares, comerciais e hospitalares, em decorrência do Processo Licitatório na Modalidade de Tomada de Preços nº 07/2016, e de conformidade com o que preceitua a Lei Nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS

Fazem parte do presente termo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo de licitação antes nominado, inclusive a proposta pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços de coleta, transporte, triagem e disposição final dos resíduos domiciliares, comerciais, conforme a seguir:

Item	Quantidade	Unid.	Preço Máximo	Especificação
1	12,00	MES	8.000,00	COLETA, TRANSPORTE, TRIAGEM E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES E COMERCIAIS CONVENCIONAIS (ORGÂNICOS E SIMILARES) EM TODO O PERÍMETRO URBANO DA SEDE DO MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS/SC.
2	12,00	MES	4.000,00	COLETA, TRANSPORTE, TRIAGEM E DESTINAÇÃO FINAL ADEQUADA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES E COMERCIAIS PROVENIENTES DA COLETA SELETIVA DA CIDADE E INTERIOR (ZONA RURAL) DO MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS/SC.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA EXECUÇÃO

– A coleta, transporte, triagem e disposição final de resíduos sólidos domiciliares e comerciais convencionais da cidade e parte do interior do Município deverá ser executada em conformidade com o Memorial Descritivo identificado como ANEXO I e II a este contrato, fazendo dele parte integrante para todos os fins e efeitos. Durante a vigência do contrato poderá, mediante o Parecer do assessor jurídico e equipe técnica responsável ser alterado o trajeto da recolha quando houver necessidades para o atendimento e melhor funcionamento da Recolha. DO PESSOAL PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

– O quadro de funcionários será de inteira responsabilidade da empresa contratada, em número suficiente para efetuar os trabalhos contratados de forma satisfatória e dentro das exigências dos órgãos competentes, da Lei e, das normas de segurança e saúde.

- A fiscalização municipal que será feita através do Setor de Urbanismo, terá direito de exigir dispensa que se efetivará, dentro de 48 h (quarenta e oito horas), de todo empregado cuja conduta seja prejudicial ao bom andamento dos serviços. Se a dispensa der origem a ação judicial, a municipalidade não terá qualquer responsabilidade.

- Será terminantemente proibido aos funcionários ingerirem bebidas alcoólicas em serviço e pedirem gratificações, ou donativos de qualquer espécie e discutir com os munícipes a forma em que estão sendo realizados os serviços, sendo que, qualquer reclamação, deverá ser efetuada ao Setor de Urbanismo.

FREQUÊNCIA E HORÁRIO

A frequência e dias de recolha deverá ser conforme determinado no Memorial Descritivo identificado como ANEXO I e II a este contrato, fazendo dele parte integrante para todos os fins e efeitos.

DA EXECUÇÃO DA COLETA

- Os recipientes deverão ser manuseados com precaução, esvaziados completamente, a fim de que se evite danificá-los e a queda de lixo nas vias públicas.
- As coletas deverão ser feitas também dos recipientes tombados, ou caídos nas vias públicas, inclusive com varredura complementar.
- O vasilhame em que está depositado o lixo deverá ser manuseado com bons modos e deixado, após esvaziado totalmente, nas mesmas condições de uso e no local que estava.

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O preço ajustado para a execução do objeto constante da cláusula segunda será de R\$ 12.000,00(doze mil reais) mensais, totalizando R\$ 144.000,00(cento e quarenta e quatro mil reais) no ano.

- O pagamento será efetuado MENSALMENTE, ATÉ O DIA 10 DO MES SUBSEQUENTE ao do serviço prestado, mediante o recebimento da Nota Fiscal, acompanhada de cópia das Guias de Recolhimento do FGTS e INSS. Com fundamento na Instrução Normativa SRP nº 03/2005 (art. 172, 173 e 174) e no LTCAT da empresa o percentual da retenção aplicado sobre o valor dos serviços prestados por estes segurados, deve ser acrescido de dois pontos percentuais, respectivamente, perfazendo o total de treze pontos percentuais.

CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTE

Durante os primeiros doze meses o valor mensal não sofrerá reajuste. Após será aplicada a variação do IGPM dos últimos 12 (doze) meses ou de outro índice que, eventualmente, o substitua. Na indisponibilidade do IGPM de algum mês a ser considerado, se tomará o do mês imediatamente anterior disponível.

CLÁUSULA SEXTA – DOS PRAZOS E VIGÊNCIAS

O prazo de vigência do Contrato Administrativo, decorrente deste procedimento licitatório será de 12 (doze) meses, contados a partir da data da emissão da ORDEM DE SERVIÇO podendo ser renovado por períodos de 12 meses, até o prazo máximo de 60 (sessenta) meses, de acordo com Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, posto que tem caráter continuado.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA DESPESA

Para cobrir a despesa decorrente da execução do objeto deste Contrato, serão empregados recursos referente o ano 2017 DO Município de Tunápolis:

Unid. Orç. / Projeto / Atividade	Descrição
06.02.2028.33903900000000 Dotação 118	SEC. MUN. DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO. Manutenção dos Serviços de obras e Urbanismo

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

O Município por seus responsáveis, fornecerá informações úteis, boas e necessárias, a perfeita execução dos serviços com vistas à execução do objeto deste Contrato, bem como, efetuarão o respectivo pagamento na data e condições aqui estabelecidas.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços que efetuará, pelo fornecimento de equipamento, materiais, mão de obra, assim como, pelo cumprimento dos elementos técnicos recebidos, bem como quaisquer danos decorrentes da realização destes serviços, causados a esta Municipalidade ou a terceiros.

A CONTRATADA obriga-se a cumprir todas as exigências das Leis e Normas de Segurança e Higiene de Trabalho, fornecendo os adequados equipamentos de proteção individual a todos os que trabalharem.

A CONTRATADA se obriga a facilitar todas as atividades de fiscalização dos serviços que serão feitas por técnicos desta Municipalidade, fornecendo as informações e demais elementos necessários.

A CONTRATADA assumirá integralmente a responsabilidade quanto aos encargos trabalhistas e sociais decorrentes da execução dos serviços.

A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

A CONTRATADA deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

A CONTRATADA é a única responsável civil, administrativa e criminalmente, por eventuais danos causados ao meio ambiente e a qualquer pessoa em razão de contaminação, acidentes ou qualquer outro fato decorrente da execução da prestação de serviços, desde o momento da coleta, durante o transporte e, inclusive, quanto ao destino final que for dado aos resíduos sólidos que constituem o objeto deste contrato. A CONTRATADA assume a defesa contra quaisquer reclamações ou demandas e arca com os respectivos ônus, por quaisquer danos que venham a ser causados durante o período de execução dos serviços ora contratados (coleta, acondicionamento, transporte e destinação final), por seus empregados ou prepostos, a qualquer pessoa, em quaisquer circunstâncias, pelos quais a CONTRATANTE sofra prejuízo ou venha a ser reclamada ou demandada em juízo ou extrajudicialmente.

A CONTRATADA fará com que seus empregados e/ou prepostos trabalhem devidamente uniformizados e protegidos por EPI's (Equipamentos de Proteção Individual) necessários ao trabalho e ao risco existente, obedecendo as normas de segurança e medicina do trabalho, conforme legislação em vigor.

A CONTRATADA suportará integralmente as despesas de alimentação, hospedagem, deslocamento e transportes dos seus empregados, prepostos e contratados para a execução do objeto do presente certame, bem como os respectivos riscos.

A CONTRATADA se obriga a prestar os serviços dentro das exigências dos órgãos ambientais federais, estaduais e municipais, com mão-de-obra especializada e qualificada, equipamentos, utensílios, containeres, veículos, entre outros, para a competente execução dos serviços ora contratados.

A CONTRATADA deverá apresentar ao Município, no prazo máximo de 10 (dez) dias após assinatura do contrato, a ART de execução dos serviços contratados, sob pena de motivo justo para rescisão contratual e aplicação das penalidades.

Caberá à Contratada:

- a) Obter todas as licenças e franquias;
- b) O pagamento dos emolumentos prescritos em lei e observação de todas as posturas referente ao serviço;
- c) Manter as Licenças de Operação sempre vigente;
- d) Manter em dia o pagamento da Taxa de Regulação à ARIS – Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento, bem como as informações sobre a regulação e fiscalização dos serviços pelas ARIS.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

Este Contrato vincula-se ao Edital de Tomada de Preços nº 07/2016, Processo Licitatório nº 159/2016, para todos os efeitos legais e jurídicos, aqueles consignados na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada, com as alterações posteriores, especialmente nas dúvidas, contradições e omissões.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – PENALIDADES

Pela inexecução total ou parcial do objeto desta Licitação, garantida a prévia defesa em processo regular, poderá o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, aplicar à licitante vencedora as seguintes sanções, a serem registradas junto ao SICAF, conforme o caso, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

- Advertência, quando houver qualquer paralisação não autorizada ou quando houver descumprimento de qualquer cláusula do Edital ou do Contrato, e/ou nas faltas leves que não acarretem prejuízos de monta à execução do contrato, não eximindo o advertido das demais sanções ou multas;

- Multas de:

- a) 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato pela inexecução parcial e;
- b) 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato pela inexecução total.

Obs.: A multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, corridos, uma vez comunicada oficialmente, sem prejuízo de outras cominações cabíveis.

- Suspensão, por até 2 (dois) anos, de participação em licitações do Município, no caso de inexecução parcial ou total do contrato, sendo aplicada segundo a gravidade e se a inexecução decorrer de violação culposa da contratada;

- Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante ressarcir o MUNICÍPIO pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

- a) Pelo não cumprimento dos prazos e condições estabelecidas neste contrato.
- b) À licitante que tenha praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS CONDIÇÕES

A contratada se obriga a manter durante a vigência contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que lhe deu origem, sob pena de motivo justo para rescisão e aplicação de penalidades.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Da penalidade aplicada caberá recursos, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito.

Os recursos interpostos fora do prazo não serão considerados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

A fiscalização será efetuada pelo Setor de Urbanismo.

A fiscalização exercerá controle rigoroso quanto à qualidade dos serviços prestados.

A empresa contratada deverá informar à fiscalização os casos de depósitos irregulares de resíduos e/ou falta de recipiente adequado.

As reclamações entre a contratada e a fiscalização será feita mediante ofício protocolado.

A fiscalização terá acesso livre às dependências, instalações e maquinário da contratada, que deverá sempre, que solicitado, complementar as informações que o Município entender necessárias.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA LIBERAÇÃO

Este Contrato poderá ser alterado, nos casos previstos pelo disposto no Art. 65 da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 consolidada, sempre através de Termo Aditivo, numerado em ordem crescente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido nos seguintes casos:

- a) por ato unilateral, escrito, do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII, do art. 78, da Lei nº 8.666/93;
- b) amigavelmente por acordo das partes, mediante formalização de aviso prévio com antecedência mínima de trinta (30) dias, não cabendo indenização a qualquer uma das partes, resguardado o interesse público;
- c) judicialmente, nos termos da legislação vigente.

§ 1º - O descumprimento, por parte da CONTRATADA, de suas obrigações legais e/ou contratuais, assegura ao CONTRATANTE o direito de rescindir o contrato a qualquer tempo, independente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.

§ 2º - A rescisão do contrato, com base no parágrafo anterior, sujeita à CONTRATADA a aplicação das penalidades relacionadas na cláusula décima primeira deste contrato.

§ 3º - Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS

O presente contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 8.666/93 de 21/06/93, suas alterações.

Parágrafo Único – Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida Lei e suas alterações, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do Direito.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DO FORO

Integram o presente contrato para todos os fins e efeitos os seguintes anexos:

ANEXO I – Memorial Descritivo.

ANEXO II – Memorial Descritivo.

Fica eleito o Foro da Comarca de Itapiranga, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para nele serem dirimidas dúvidas e questões oriundas do presente contrato.

E, por estarem acordes, as partes assinam este instrumento em 3 (três) vias de igual forma e teor, na presença das testemunhas abaixo.

Tunápolis – SC., 02 de janeiro de 2017.

Renato Paulata Transportes Serni Ltda

Prefeito Municipal Sérgio Osvino Mallmann

Sócio Gerente

Alcides Luis Hofer

Assessor Jurídico

OAB/SC 33.683

Testemunhas: _____

Cleverson Inácio Kerkhoff Sheila Inês Bieger

CPF: 918.368.409-34 CPF: 020.226.259.60

Anexo I

MEMORIAL DESCRITIVO

Coleta, Transporte, Triagem e Disposição Final de Resíduos Sólidos Domiciliares e Comerciais Convencionais (Orgânicos e Similares) em todo Perímetro Urbano da Sede do Município de Tunápolis/SC .

1. INTRODUÇÃO

O Presente Memorial Descritivo tem por objetivo demonstrar a forma de prestação dos serviços de Limpeza Pública através da Coleta, Transporte, Triagem e Disposição Final dos Resíduos Sólidos Domiciliares e Comerciais Convencionais (Orgânicos e Similares) em todo Perímetro Urbano da Sede (Cidade) do Município de Tunápolis/SC.

2. LOCAIS E FREQUÊNCIA DE COLETA

A Prestação dos Serviços de Limpeza Pública em questão deverá ocorrer em todo Perímetro Urbano da Cidade de Tunápolis, sendo realizada nos seguintes locais com a respectiva frequência e dias de coleta:

PERÍMETRO URBANO – CIDADE (SEDE DO MUNICÍPIO)		
LOCAIS DE COLETA	FREQUÊNCIA	DIAS
Sede do Município – Cidade (Centro e Bairros)	Três (03) vezes por semana	Segunda, Quarta e Sexta (Turno Matutino)

3. ACONDICIONAMENTO e DEPÓSITO TEMPORÁRIO

Os Resíduos deverão ser acondicionados em sacos plásticos resistentes, sendo na medida do possível aglomerados em depósitos temporários como abrigos e/ou tambores posicionados em via pública, em frente às residências e estabelecimentos comerciais/industriais.

4. COLETA

A coleta dos resíduos sólidos será realizada somente em vias públicas, em frente às residências, estabelecimentos comerciais/industriais ou terrenos. Os resíduos serão coletados nos abrigos e/ou tambores que servirão como depósito temporário, ou na calçada. A coleta será manual, sendo realizada com funcionários treinados, identificados e equipados com EPI's necessários e adequados para função exercida. No momento da coleta o veículo coletor deverá, sempre que necessário, acionar o botão de seta alerta.

5. TRANSPORTE

O Transporte dos resíduos deverá ser realizado com veículo adequado dotado de dispositivos de controle de vazamento de líquidos percolados (chorume), devendo o mesmo ser específico para os serviços e identificado com a frase "A serviço da Prefeitura Municipal". Deverá estar em bom estado de conservação, possuindo local para abrigo e acomodação dos garis (pessoal coletor).

No momento em que ocorrer a transferência dos resíduos até o local de triagem, deverão ser tomadas às medidas necessárias para não ocorrer perda de materiais no caminho – utilização de lona plástica ou similar.

6. TRIAGEM

Todos os Resíduos Sólidos Domiciliares e Comerciais Convencionais (Orgânicos e Similares) deverão ser encaminhados até uma Estação de Triagem, onde serão separados por tipo e características, sendo devolvidos para Indústrias de Reciclagem de Materiais.

Os resíduos orgânicos deverão sofrer tratamento e disposição final adequados, em conformidade com a legislação ambiental e sanitária em vigor.

Os rejeitos, resíduos não reaproveitáveis, deverão ser encaminhados para a disposição final adequada, sendo o Aterro Sanitário.

A Estação de triagem deverá ser coberta e dotada de paredes laterais, sendo os resíduos manipulados em seu interior.

7. DISPOSIÇÃO FINAL

Após a triagem, os resíduos sólidos não reaproveitáveis, não recuperáveis, deverão ser encaminhados para disposição final em Aterro Sanitário Licenciado pelo Órgão Ambiental Estadual.

8. MODIFICAÇÃO NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

Qualquer modificação nos serviços aqui propostos, somente poderá ser efetuado com a anuência do órgão de controle e fiscalização pertencente à Prefeitura Municipal e, do responsável pelo projeto.

Quando julgar necessário, a Prefeitura Municipal poderá propor a ampliação ou alteração dos locais, frequência e dias de coleta dos resíduos.

9. LEGISLAÇÃO E NORMAS

Todos os serviços apresentados deverão ser realizados em consonância com as normas técnicas preconizadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, bem como em conformidade com as legislações ambientais e correlatas em vigor.

Tunápolis, SC, 02 de janeiro 2017

Volmir Pedro Lawisch

Secretário Municipal da Indústria e Comércio

Responsável pelo Memorial

Anexo II

MEMORIAL DESCRITIVO

Coleta, Transporte, Triagem e Destinação Final Adequada dos Resíduos Sólidos Domiciliares e Comerciais provenientes da Coleta Seletiva da Cidade e Interior (Zona Rural) do Município de Tunápolis/SC.

1. INTRODUÇÃO

O Presente Memorial Descritivo tem por objetivo demonstrar a forma de prestação dos serviços de Limpeza Pública através da Coleta, Transporte, Triagem e Destinação Final Adequada dos Resíduos Sólidos Domiciliares e Comerciais provenientes da Coleta Seletiva da Cidade e Interior (Zona Rural) do Município de Tunápolis/SC.

2. LOCAIS E FREQUÊNCIA DE COLETA

A Prestação dos Serviços de Limpeza Pública em questão deverá ocorrer em todo Perímetro Urbano da Sede (Cidade) e nas Comunidades do Interior do Município, sendo realizada nos seguintes locais com a respectiva frequência e dias de coleta:

CIDADE (SEDE) E INTERIOR DO MUNICÍPIO		
LOCAIS DE COLETA	FREQUÊNCIA	DIAS
Sede do Município – Cidade (Centro e Bairros)	Uma (01) vez por semana	Quarta-Feira (Turno Vespertino)
Linha Pitangueira até a Divisa com Itapiranga, Linha Corinthians, Linha Real e Linha São Pedro (incluindo as Ruas Cristovão Colombo, do Comércio, São Felipe e Caxias)	Uma (01) vez por semana	Quarta-Feira (Turno Matutino)
Linha Baumgratz, Linha São José e Linha Fátima	Uma (01) vez a cada quinze dias (Quinzenal)	Quarta-Feira (Turno Vespertino)
Linha São Sebastião, Linha Sete Tombos, Linha Bonita, Linha Raigão Baixo, Linha Raigão Alto, Linha Felipe Schmidt, Linha Canaleta e Linha São Jorge	Uma (01) vez por mês (mensal)	Terça-Feira (primeira terça-feira do mês) (Turno Vespertino)

3. ACONDICIONAMENTO e DEPÓSITO TEMPORÁRIO

Os Resíduos deverão ser acondicionados em sacos plásticos resistentes, sendo na medida do possível aglomerados em depósitos temporários como abrigos e/ou tambores posicionados em via pública, em frente às residências e estabelecimentos comerciais/industriais.

4. COLETA

A coleta dos resíduos sólidos será realizada somente em vias públicas, em frente às residências, estabelecimentos comerciais/industriais ou terrenos. Os resíduos serão coletados nos abrigos e/ou tambores que servirão como depósito temporário, ou na calçada ou ao lado da Via pública. A coleta será manual, sendo realizada com funcionários treinados, identificados e equipados com EPI's necessários e adequados para função exercida. No momento da coleta o veículo coletor deverá, sempre que necessário, acionar o botão de seta alerta.

5. TRANSPORTE

O Transporte dos resíduos deverá ser realizado com veículo adequado dotado de dispositivos de controle de vazamento de líquidos percolados (chorume), devendo o mesmo ser específico para os serviços e identificado com a frase "A serviço da Prefeitura Municipal". Deverá estar em bom estado de conservação, possuindo local para abrigo e acomodação dos garis (pessoal coletor).

No momento em que ocorrer a transferência dos resíduos até o local de triagem e/ou destinação final, deverão ser tomadas às medidas necessárias para não ocorrer perda de materiais no caminho – utilização de lona plástica ou similar.

6. TRIAGEM

Todos os Resíduos Sólidos Domiciliares e Comerciais provenientes da Coleta Seletiva deverão ser encaminhados até uma Estação de Triagem, onde serão separados por tipo e características, sendo devolvidos para Indústrias de Reciclagem de Materiais (destinação final). Os rejeitos, resíduos não reaproveitáveis, deverão ser encaminhados para a disposição final adequada, sendo o Aterro Sanitário. A Estação de triagem deverá ser coberta e dotada de paredes laterais, sendo os resíduos manipulados em seu interior.

7. DISPOSIÇÃO FINAL

Após a triagem, os resíduos sólidos não reaproveitáveis, não recuperáveis, deverão ser encaminhados para disposição final em Aterro Sanitário Licenciado pelo Órgão Ambiental Estadual.

8. MODIFICAÇÃO NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

Qualquer modificação nos serviços aqui propostos, somente poderá ser efetuado com a anuência do órgão de controle e fiscalização pertencente à Prefeitura Municipal e, do responsável pelo projeto.

Quando julgar necessário, a Prefeitura Municipal poderá propor a ampliação ou alteração dos locais, frequência e dias de coleta dos resíduos.

9. LEGISLAÇÃO E NORMAS

Todos os serviços apresentados deverão ser realizados em consonância com as normas técnicas preconizadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, bem como em conformidade com as legislações ambientais e correlatas em vigor.

Tunápolis, SC, 02 de janeiro 2017

Volmir Pedro Lawisch

Secretário Municipal da Indústria e Comércio

Responsável pelo Memorial

CONTRATO Nº 06/2017**CONTRATO Nº 06/2017**

Pelo presente instrumento de contrato o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob n.º 78.486.198.0001-52, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. Renato Paulata, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 1857045 e inscrito no CPF sob nº 605.081.919-04, residente e domiciliado na Rua João Castilho nº 467, no Município de Tunápolis/SC, doravante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado, a empresa TERRANALISES LABORATORIO DE ANALISES AMBIENTAIS LTDA -ME estabelecida na Avenida João Marques Viera, 440, Centro no Município de Fraiburgo/SC devidamente inscrita no CNPJ sob o n. 09.579.096/0001-69 doravante denominado CONTRATADO, resolvem celebrar o presente contrato para a Contratação de laboratório especializado para realização de análises de água de amostras coletadas na estação de tratamento de água ao consumo humano, em atendimento a portaria 2.914/2011, do Ministério da Saúde, de conformidade com o que preceitua a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO – O presente contrato tem por objeto a Contratação de laboratório especializado para realização de análises de água de amostras coletadas na estação de tratamento de água ao consumo humano, em atendimento a portaria 2.914/2011, do Ministério da Saúde:

ÍTEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	PREVISÃO DE CUSTOS	
				Unitário Máximo R\$	Global R\$
2	Análises de Escherichia coli da água	und.	642	26,00	16.692,00
4	Análises de Coliformes Totais da água	und.	588	26,00	15.288,00
	Total Geral				31.980,00

CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS -

2.1–Os laudos contendo os resultados das análises deverão ser entregues no Centro Administrativo Municipal, sito a Rua João Castilho n.111, Centro deste Município, devendo ocorrer no prazo máximo de 20 (vinte) dias consecutivos após a emissão da Autorização de Fornecimento feita pelo Município e encaminhamento das amostras.

2.2-A contratada deverá efetuar todas as análises das amostras de água enviadas, levando em conta todos os parâmetros de qualidade de água obrigatórios e estabelecidos

pela Portaria 2.914/MS/2011, obedecendo rigorosamente às normas técnicas e a legislação pertinente.

2.3–A contratada será responsável pelo fornecimento das embalagens a serem utilizadas para armazenar as amostras da água.

2.4-As amostras das análises serão coletadas pelos técnicos do Município, porém o laboratório vencedor será responsável pela retirada do material coletado no mesmo dia da coleta no município de Tunápolis. Os dias das coletas serão informados ao laboratório vencedor com antecedência pelo setor do SAMAE deste Município.

2.5 O Setor do SAMAE deste Município, comunicará com antecedência a data da coleta e data limite para retirada do material coletado, sendo que todas as despesas com transporte, deslocamento, impostos e outros que surgirem serão de responsabilidade do laboratório vencedor.

2.6-A contratada fica obrigada a aceitar nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas aquisições, até 25% (vinte e cinco por cento), conforme dispõe o § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666/93 atualizada.

2.7–Na hipótese da não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pelo fornecedor no prazo de 5 (cinco) dias contados da notificação

da não aceitação, para reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO :

3.1 –O pagamento R\$ 31.980,00(trinta e um mil novecentos e oitenta reais) será efetuado EM ATÉ 10 DIAS APÓS A EMISSÃO DA NOTA FISCAL dos laudos das análises e efetiva apresentação da nota fiscal. A nota fiscal deverá conter todas as especificações dos serviços, conforme itens, objeto deste Edital, devidamente atestada pela Secretaria responsável, pela pessoa indicada como responsável pelo recebimento.

CLÁUSULA QUARTA – DO REAJUSTE - Não haverá reajuste.

CLÁUSULA QUINTA – DOS PRAZOS E VIGÊNCIAS

O presente contrato tem sua vigência até dia 31 de Dezembro de 2017, iniciando na data de sua assinatura, podendo ser renovado por iguais e sucessivos períodos, com fulcro no inciso IV do art. 57 da Lei 8.666/93, desde que tenha interesse de ambas as partes.

CLÁUSULA SEXTA - DA DESPESA - Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigente, classificadas e codificadas sinteticamente sob os números: (156) do MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, do ano de 2017.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO - O Município por seus responsáveis, fornecerá informações úteis, boas e necessárias, a perfeita execução

dos serviços com vistas à execução do objeto deste Contrato, bem como, efetuarão o respectivo pagamento na data e condições aqui estabelecidas.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços que efetuará, pelo fornecimento do pessoal para prestação dos serviços.

A CONTRATADA se obriga a facilitar todas as atividades de fiscalização dos serviços que serão feitas por servidores desta Municipalidade, fornecendo as informações e demais elementos necessários.

A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no ato da assinatura do contrato, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

A CONTRATADA deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999.

CLÁUSULA NONA – PENALIDADES

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, garantida a prévia defesa em processo regular, poderá o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções, conforme o caso, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

- a) Advertência;
- b) Multa administrativa de 10 % (dez por cento) sobre o valor da contratação;
- c) Rescisão Contratual;
- d) Suspensão temporária para licitar e contratar com o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS;
- e) Declaração de inidoneidade.

A advertência será aplicada nos casos de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo ao MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS.

À CONTRATADA sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento), pelo atraso na prestação dos serviços ou pela prestação dos serviços que não atenda as especificações do objeto licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, corridos, uma vez comunicada oficialmente, sem prejuízo de outras cominações cabíveis.

A penalidade de suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, pelo prazo de até 02 (dois) anos, poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos ao MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS.

Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante ressarcir o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

- a) Pelo não cumprimento dos prazos e condições estabelecidas neste contrato.
- b) À licitante que tenha praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Da penalidade aplicada caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

A fiscalização será efetuada pelo responsável do SAMAE.

A fiscalização exercerá controle rigoroso quanto à qualidade dos serviços prestados.

As reclamações entre a contratada e a fiscalização serão feitas mediante ofício protocolado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO

Este Contrato poderá ser alterado, nos casos previstos pelo disposto no Art. 65 da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 consolidada, sempre através de Termo Aditivo, numerado em ordem crescente.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido nos seguintes casos:

- a) Por ato unilateral, escrito, do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII, do art. 78, da Lei nº 8.666/93;
- b) Amigavelmente por acordo das partes, mediante formalização de aviso prévio com antecedência mínima de trinta (30) dias, não cabendo

indenização a qualquer uma das partes, resguardado o interesse público;

c) Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

§ 1º - O descumprimento, por parte da CONTRATADA, de suas obrigações legais e/ou contratuais, assegura ao CONTRATANTE o direito de rescindir o contrato a qualquer tempo, independente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.

§ 2º - A rescisão do contrato, com base no parágrafo anterior, sujeita à CONTRATADA a aplicação das penalidades relacionadas na cláusula nona deste contrato.

§ 3º - Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS

O presente contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 8.666/93 de 21/6/93, suas alterações.

Parágrafo único. Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida Lei e suas alterações, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do Direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

Este Contrato está vinculado ao Pregão Presencial nº 128/2016, para todos os efeitos legais e jurídicos, aqueles consignados na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, especialmente nas dúvidas, contradições e omissões.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Este Contrato é intransferível, não podendo a CONTRATADA, de forma alguma, sem anuência do contratante, sub-rogar seus direitos e obrigações a terceiros.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Itapiranga, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para nele serem dirimidas dúvidas e questões oriundas do presente contrato.

E, por estarem acordes, as partes assinam este instrumento em 2 (duas) vias de igual forma e teor, na presença das testemunhas abaixo.

Tunápolis, SC., 03 de janeiro de 2016.

Renato Paulata
Prefeito Municipal
CONTRANTE

Terranalises Lab. de Análises Ambie.Ltda –ME
CONTRATADO

Alcides Luis Hofer
Assessor Jurídico
OAB/SC 33.683

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff
CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger
CPF: 020.226.259.60

CONTRATO Nº 07/2017

CONTRATO Nº 07/2017

Pelo presente instrumento de contrato o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob n.º 78.486.198.0001-52, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. Renato Paulata, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 1857045 e inscrito no CPF sob nº 605.081.919-04, residente e domiciliado na Rua João Castilho nº 467, no Município de Tunápolis/SC, doravante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado, o LABORATÓRIO BECKAUSER E BARROS LTDA estabelecida na Rua Pará, 50, Bairro Itoupava Seca, no Município de Blumenau/SC devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. 81.322.141/0001-22 doravante denominado CONTRATADO, resolvem celebrar o presente contrato para a Contratação de laboratório especializado para realização de análises de água de amostras coletadas na estação de tratamento de água ao consumo humano, em atendimento a portaria 2.914/2011, do Ministério da Saúde, de conformidade com o que preceitua a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO – O presente contrato tem por objeto a Contratação de laboratório especializado para realização de análises de água de amostras coletadas na estação de tratamento de água ao consumo humano, em atendimento a portaria 2.914/2011, do Ministério da Saúde:

ÍTEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	PREVISÃO DE CUSTOS	
				Unitário Máximo R\$	Global R\$
1	Análises de Cianobactérias da água	und.	12	159,75	1.917,00
3	Análises de Clorofila-a da água	und.	48	111,00	5.328,00
5	Análises de Gosto e Odor da água	und.	8	76,00	608,00

6	Analises de água de amostra coletada na estação de tratamento de água destinadas ao consumo humano, atendendo as exigências e relação de exames contidos na portaria nº 2.914/ms/2011, conforme anexos que é parte integrante deste edital (essa analise deverá ser abordar analises de substancias inorgânicas, substancias orgânicas, agrotóxicos, desinfetantes e produtos secundários da desinfecção, radioatividade).	und.	6	2.215,00	13.290,00
	Obs.: Para a definição dos preços no presente edital foram realizadas pesquisas de preços nos seguintes laboratórios: Terranálises Laboratório de Análises Ambientais Ltda, A3Q Laboratório Ltda, Laboratório Ambientale, considerando-se uma média ponderada para estabelecer o preço máximo de cada item. assim, entende-se que a pesquisa realizada foi capaz de representar a realidade do mercado, priorizando a qualidade e diversidade de fontes. JUSTIFICATIVA O município não possui laboratório próprio para tanto se faz necessário a realização destas análises dentro das normas da portaria 2.914/2011.				21.143,00

CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS -

2.1-Os laudos contendo os resultados das análises deverão ser entregues no Centro Administrativo Municipal, sito a Rua João Castilho n.111, Centro deste Município, devendo ocorrer no prazo máximo de 20 (vinte) dias consecutivos após a emissão da Autorização de Fornecimento feita pelo Município e encaminhamento das amostras.

2.2-A contratada deverá efetuar todas as análises das amostras de água enviadas, levando em conta todos os parâmetros de qualidade de água obrigatórios e estabelecidos pela Portaria 2.914/MS/2011, obedecendo rigorosamente às normas técnicas e a legislação pertinente.

2.3-A contratada será responsável pelo fornecimento das embalagens a serem utilizadas para armazenar as amostras da água.

2.4-As amostras das análises serão coletadas pelos técnicos do Município, porem o laboratório vencedor será responsável pela retirada do material coletado no mesmo dia da coleta no município de Tunápolis. Os dias das coletas serão informados ao laboratório vencedor com antecedência pelo setor do SAMAE deste Município.

2.5 O Setor do SAMAE deste Município, comunicará com antecedência a data da coleta e data limite para retirada do material coletado, sendo que todas as despesas com transporte, deslocamento, impostos e outros que surgirem serão de responsabilidade do laboratório vencedor.

2.6-A contratada fica obrigada a aceitar nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas aquisições, até 25% (vinte e cinco por cento), conforme dispõe o § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666/93 atualizada.

2.7-Na hipótese da não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pelo fornecedor no prazo de 5 (cinco) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO :

3.1 -O pagamento R\$ 21.143,00(Vinte um mil cento e quarenta e três reais) será efetuado EM ATE 10 DIAS APOS A EMISSAO DA NOTA FISCAL dos laudos das análises e efetiva apresentação da nota fiscal. A nota fiscal deverá conter todas as especificações dos serviços, conforme itens, objeto deste Edital, devidamente atestada pela Secretaria responsável, pela pessoa indicada como responsável pelo recebimento.

CLÁUSULA QUARTA – DO REAJUSTE - Não haverá reajuste.

CLÁUSULA QUINTA – DOS PRAZOS E VIGÊNCIAS

O presente contrato tem sua vigência até dia 31 de Dezembro de 2017, iniciando na data de sua assinatura, podendo ser renovado por iguais e sucessivos períodos, com fulcro no inciso IV do art. 57 da Lei 8.666/93, desde que tenha interesse de ambas as partes.

CLÁUSULA SEXTA - DA DESPESA - Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigente, classificadas e codificadas sinteticamente sob os números: (156) do MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, do de ano de 2017.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO - O Município por seus responsáveis, fornecerá informações úteis, boas e necessárias, a perfeita execução dos serviços com vistas à execução do objeto deste Contrato, bem como, efetuarão o respectivo pagamento na data e condições aqui estabelecidas.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços que efetuará, pelo fornecimento do pessoal para prestação dos serviços.

A CONTRATADA se obriga a facilitar todas as atividades de fiscalização dos serviços que serão feitas por servidores desta Municipalidade, fornecendo as informações e demais elementos necessários.

A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no ato da assinatura do contrato, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

A CONTRATADA deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999.

CLÁUSULA NONA – PENALIDADES

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, garantida a prévia defesa em processo regular, poderá o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções, conforme o caso, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

- a) Advertência;
- b) Multa administrativa de 10 % (dez por cento) sobre o valor da contratação;
- c) Rescisão Contratual;
- d) Suspensão temporária para licitar e contratar com o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS;
- e) Declaração de inidoneidade.

A advertência será aplicada nos casos de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo ao MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS.

À CONTRATADA sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento), pelo atraso na prestação dos serviços ou pela prestação dos serviços que não atenda as especificações do objeto licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, corridos, uma vez comunicada oficialmente, sem prejuízo de outras cominações cabíveis.

A penalidade de suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, pelo prazo de até 02 (dois) anos, poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos ao MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS.

Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante ressarcir o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

- a) Pelo não cumprimento dos prazos e condições estabelecidas neste contrato.
- b) À licitante que tenha praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Da penalidade aplicada caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

A fiscalização será efetuada pelo responsável do SAMAE.

A fiscalização exercerá controle rigoroso quanto à qualidade dos serviços prestados.

As reclamações entre a contratada e a fiscalização serão feitas mediante ofício protocolado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO

Este Contrato poderá ser alterado, nos casos previstos pelo disposto no Art. 65 da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 consolidada, sempre através de Termo Aditivo, numerado em ordem crescente.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido nos seguintes casos:

- a) Por ato unilateral, escrito, do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII, do art. 78, da Lei nº 8.666/93;
- b) Amigavelmente por acordo das partes, mediante formalização de aviso prévio com antecedência mínima de trinta (30) dias, não cabendo indenização a qualquer uma das partes, resguardado o interesse público;
- c) Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

§ 1º - O descumprimento, por parte da CONTRATADA, de suas obrigações legais e/ou contratuais, assegura ao CONTRATANTE o direito de rescindir o contrato a qualquer tempo, independente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.

§ 2º - A rescisão do contrato, com base no parágrafo anterior, sujeita à CONTRATADA a aplicação das penalidades relacionadas na cláusula nona deste contrato.

§ 3º - Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS

O presente contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 8.666/93 de 21/6/93, suas alterações.

Parágrafo único. Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida Lei e suas alterações, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do Direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

Este Contrato está vinculado ao Pregão Presencial nº 128/2016, para todos os efeitos legais e jurídicos, aqueles consignados na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, especialmente nas dúvidas, contradições e omissões.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Este Contrato é intransferível, não podendo a CONTRATADA, de forma alguma, sem anuência do contratante, sub-rogar seus direitos e obrigações a terceiros.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Itapiranga, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para nele serem dirimidas dúvidas e questões oriundas do presente contrato.

E, por estarem acordes, as partes assinam este instrumento em 2 (duas) vias de igual forma e teor, na presença das testemunhas abaixo.

Tunápolis, SC., 03 de janeiro de 2016.

Renato Paulata
Prefeito Municipal
CONTRANTE

LABORATÓRIO BECKAUSER E BARROS LTDA
CONTRATADO

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff
CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger
CPF: 020.226.259-60

CONTRATO Nº 08/2017

CONTRATO Nº 08/2017

CONTRATANTE: Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho, nº 111, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. Renato Paulata, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 1857045 e inscrito no CPF sob nº 605.081.919-04, residente e domiciliado na Rua João Castilho nº 467, no Município de Tunápolis/SC, doravante denominado de CONTRATANTE.

CONTRATADO: A empresa PRECISA GESTÃO EM TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n. 10.954.970/00001-80, estabelecida na Rua Minas Gerais, 533E sala 206, Ed. Daniella, bairro Presidente Médic, no Município de Chapecó/SC, considerado doravante CONTRATADO.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 10.520/02, na Lei nº 8.666/93, com suas atualizações e no Processo Licitatório nº 155/2016 e Pregão Presencial nº 122/2016.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO.

1.1 O presente contrato tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO DE SOFTWARE DA GESTÃO DA ASSISTENCIA SOCIAL.

Item	Qtd.	Un	Especificação	R\$ Unit.	R\$ Total
01	12	MÊS	Licença de Uso de Software de Gestão da Assistência Social por prazo de determinado.	810,00	9.720,00
02	16	HORAS	Horas técnica para suporte técnico após o período de implantação dos sistema.(esse serviço somente será realizado mediante autorização da Assistente Social do CRAS)	163,00	2.608,00
			TOTAL GERAL		12.328,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA DE PAGAMENTO, DO DOCUMENTO FISCAL E DO REAJUSTE.

2.1. O pagamento mensal de R\$ 810,00(oitocentos e dez reais) do licenciamento será realizado via boleto bancário até o primeiro dia útil do mês subsequente ao da prestação de serviços, importando os valores conforme a proposta apresentada no processo de licitação, mediante a apresentação da nota fiscal e a liquidação do setor competente. O valor total do contrato será de R\$12.328,00(doze mil trezentos e vinte oito reais).

2.1.1. O pagamento de R\$ 163,00(cento e sessenta e três reais) por hora para serviços eventuais de suporte técnico ou alterações específicas do órgão licitante, quando contratados, será realizado via boleto bancário em até 10 (dez) dias úteis contados do recebimento da respectiva nota fiscal, devidamente liquidada pelo setor competente.

2.2. O valor mensal contratado será reajustado e corrigido monetariamente a cada período de 12 (doze) meses, de acordo com o IGPM (FGV) e na falta deste pelo INPC (IBGE) ou outro índice substitutivo.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO.

3.1 O CONTRATADO se obrigará a executar os serviços, objeto deste contrato, e executar o serviço com a qualidade padrão requerida de mercado, no local indicado, e ainda, cumprir e fazer cumprir as exigências técnicas e fiscais previstas em contrato, e inclusive as seguintes:

- Executar os serviços com a qualidade e na forma exigida em Lei e no anexo I do edital e neste contrato, cumprindo as condições e os prazos estabelecidos;
- Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes da execução do contrato, inclusive tributos, contribuições previdenciárias, encargos trabalhistas e quaisquer outras que forem devidas em relação ao fornecimento;
- Prestar esclarecimentos que forem solicitados pela contratante, a respeito da execução do contrato sempre que for necessário;
- Responder pelos danos causados diretamente a Administração Municipal e/ou a terceiros, decorrentes da culpa ou dolo na execução do objeto.
- Reparar, corrigir, remover, substituir, desfazer ou refazer, prioritária e exclusivamente à sua custa e risco quaisquer vícios, defeitos, incorreções, erros, falhas e imperfeições nos materiais, decorrente de culpa ou dolo da empresa fornecedora e dentro das especificações do fabricante.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE.

- Responsabilizar-se pela solicitação em tempo hábil, da quantidade dos serviços a serem fornecidos;
- Acompanhar e fiscalizar o fornecimento dos serviços e efetuar o pagamento nas condições e preços pactuados;
- Rejeitar, no todo ou em parte os serviços fornecidos em desacordo com as exigências deste Termo de Referência;
- Notificar por escrito à contratada, quando da ocorrência de eventuais imperfeições no curso do fornecimento dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
- Proporcionar todas as facilidades para que a contratada possa desempenhar seus serviços;
- Notificar a contratada, por escrito da aplicação de eventuais penalidades, garantido o contraditório e a ampla defesa, conforme previsto na Lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA QUINTA - DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS

5.1 Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigente, classificadas e codificadas sinteticamente sob o número: (137,138) da Prefeitura Municipal de Tunápolis do de ano de 2017.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA.

6.1 O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogada em até 60 (sessenta) meses, nas condições básicas determinadas no inciso II, art. 57 da Lei 8.666/93, mediante ajuste entre as partes interessadas.

CLÁUSULA SETIMA – RESCISÃO CONTRATUAL.

71 O presente contrato poderá ser rescindido:

7.1.1 Por ato unilateral e escrito da administração nos casos de inexecução total ou parcial;

7.1.2 Por acordo entre as partes;

71.3 Judicialmente, nos termos da legislação, respeitados, no primeiro caso, os direitos da Administração conforme previsto no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA – PENALIDADES.

8.1 O não cumprimento as obrigações assumidas ou dos preceitos legais aplicáveis sujeitará o Contratado às seguintes penalidades:

8.1.1. Advertência.

8.1.2. Suspensão do direito de licitar junto ao Município;

8.1.3. Declaração de inidoneidade;

8.1.4. Multa de 10% (dez por cento) sobre o montante da proposta no caso de inadimplência.

CLÁUSULA NONA – FORO COMPETENTE.

9.1 Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, SC, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunápolis – SC, 03 de janeiro de 2017.

Precisa Gestão em Tecnologia e Serviços Ltda

Enoi Scherer

Contratada

Prefeito Municipal

Paulo André Testa.

Contratante

Alcides Luis Hofer

Assessor Jurídico

OAB/SC 33.683

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff

Sheila Inês Bieger

CPF: 918.368.409-34

CPF: 020.226.259-60

CONTRATO Nº 09/2017

CONTRATO Nº 09/2017

CONTRATANTE: Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho, nº 111, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. Renato Paulata, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 1857045 e inscrito no CPF sob nº 605.081.919-04, residente e domiciliado na Rua João Castilho nº 467, no Município de Tunápolis/SC, neste Município, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE.

CONTRATADO: A empresa RONIVAN LUIZ TRANTENMULLER-ME, estabelecida na Rua João Paulo I, 1180, sala 01 Centro, no Município de Iporã do Oeste/SC, devidamente inscrito no CNPJ sob o n. 21.028.053/0001-90, considerada doravante CONTRATADA.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 10.520/02, na Lei nº 8.666/93, com suas atualizações e no Processo Licitatório nº 157/2016 e Pregão Presencial nº 124/2016.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO.

1.1 Contração de empresa que ofereçam o menor custo para prestação de serviço de limpeza de fossas residenciais e em locais públicos, conforme Lei autorizativa n. 1.215/2015 de 18 de março de 2015.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA DE PAGAMENTO, DO DOCUMENTO FISCAL.

2.1 O Município pagará o valor de R\$ 120,00 (cento e vinte reais) por metro cúbico (m³) para o serviço prestado, declarado na proposta vencedora.

2.1.1 Os pagamentos serão efetuados em até 8 (oito) dias quando a limpeza ocorrer em locais públicos, o CONTRATADO deverá entregar a nota fiscal juntamente com o relatório de comprovação de execução de serviços devidamente assinadas pelo Setor do SAMAE deste Município.

2.2 O pagamento dos serviços dos beneficiados pela Lei autorizativa n. 1.215/2015 executados pelo CONTRATADO, (quanto à parte pertinente ao Município), será feito ATÉ O DIA 05 DO MÊS SUBSEQÜENTE AOS SERVIÇOS PRESTADOS. A diferença do valor, o CONTRATADO deverá cobrar diretamente do beneficiário dos serviços, sendo por sua conta e risco. O pagamento será efetuado mediante recebimento da Nota Fiscal, acompanhado de Relatório dos serviços prestados e da apresentação pelo CONTRATADO das Notas Fiscais (3ª via) correspondentes aos serviços executados em nome da família beneficiada (tomador do serviço).

2.3. A nota fiscal deverá conter todas as especificações dos serviços e estar devidamente atestada pelo Setor de Saneamento Básico, por intermédio de servidor designado para recebimento dos serviços.

2.4. Os valores mencionados na proposta declarada vencedora não sofrerão reajuste.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTE.

3.1 Os valores mencionados neste contrato não sofrerão reajuste.

CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO LICITADO.

4.1 O objeto desta licitação será executado sob inteira responsabilidade da CONTRATADA que utilizará seus próprios materiais e equipamentos de acordo com as normas técnicas vigentes e disposições deste Edital.

4.2 Durante a execução do objeto a CONTRATADA deverá manter o número necessário e suficiente de empregados incumbidos da execução dos serviços, devidamente contratados na forma da Lei, em seu quadro de empregados ou por meio de contrato de prestação de serviços específico.

4.3. As famílias que queiram usufruir dos benefícios concedidos pela Lei 1.215/2015 deverão requerer junto ao setor do SAMAE deste Município, o qual solicitará a empresa vencedora do certame a prestação do serviço, sendo que o município assume o pagamento de 2m³ ao ano, compreendendo o exercício de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2017, o restante deverá ser acertado pelo proprietário diretamente com a empresa.

4.3.1 Para a limpeza das fossas dos locais públicos o Setor do SAMAE deste Município emitirá uma ordem de Serviço, que deverão ser executados no máximo 12 horas após a notificação, sendo que o licitante vencedor deverá encaminhar a nota fiscal e relatório constando o número total dos metros cúbicos retirados.

4.4 A relação das famílias que tem interesse em usufruir dos benefícios concedidos pela Lei nº 1.215/2015 serão encaminhados semanalmente para a CONTRATADA. A CONTRATADA deverá executar rigorosamente os serviços conforme autorizações e listas dos serviços a serem executados que serão repassadas pelo Setor do SAMAE deste Município.

4.5 Os serviços deverão ser executados de forma imediata, a contar do recebimento da Ordem de Serviço, emitida pelo Setor de Saneamento Básico deste Município em no máximo 12 horas após a emissão da ordem de serviço.

4.6 Os serviços deverão ser prestados nos locais indicados pelo Setor de Saneamento Básico deste Município de Segunda a Sábado no horário de 8h às 17h.

4.7 Em todas as medições serão verificados se os serviços executados atendem à qualidade e padrões mínimos da boa técnica e normas da ABNT.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO.

5.1 Responsabilizar-se pela qualidade dos serviços executados, sob pena de responder pelos danos causados a Administração;

5.2 A empresa devesse designar motoristas devidamente habilitados para a condução do veículo;

5.3 O descarte deverá ser feito na Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) com destinação correta de acordo as Leis Ambientais.

5.4 Substituir os veículos locados que estão prestando serviço no prazo de 24(vinte e quatro) horas em caso de acidente, ou defeitos mecânicos, que demandem um tempo maior para sua manutenção. O veículo substituído deverá possuir as mesmas características e condições previstas.

5.5 As manutenções corretivas e preventivas dos veículos serão providenciadas pela empresa vencedora, sem ônus para o Município.

5.6 Responder, em relação aos seus funcionários, no que concerne ao cumprimento da Legislação Trabalhista, previdência social, seguro de acidentes de trabalho ou quaisquer outros encargos previstos em Lei, em especial no que diz respeito às normas de segurança no trabalho, prevista na Legislação Federal, bem como por todas as despesas decorrentes da execução do serviço e por outras correlatas, tais como salários, equipamentos de segurança e de proteção individual, uniformes e calçados, seguros de acidentes, tributos, indenizações, vales-refeição, vales-transporte e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Poder Público.

5.7 As despesas com combustível, manutenção e assistência técnica, seguros e demais despesas que venham a decorrer dos serviços ora contratados, correrão por conta da empresa vencedora.

5.8 Os serviços deverão ser executados dentro das normas ambientais inerentes a matéria, com todo zelo e cuidado uma vez que serão executados em áreas com presença de pessoas.

5.9 Observar que não fique nenhum resíduo em superfícies, gramas, calçadas e Passeios. Caso haja algum vazamento o mesmo deverá ser limpo imediatamente.

5.10 Durante a execução dos serviços contratados, assume a CONTRATADA integral responsabilidade pelos danos que causar AO MUNICÍPIO ou a terceiros, por si ou por seus sucessores e representantes na execução dos serviços, isentando

o MUNICÍPIO de toda e qualquer reclamação que possa surgir em decorrência dos mesmos.

5.11 A LICITANTE VENCEDORA cumprirá, rigorosamente, as normas de conduta estipulada no Regulamento do Código Nacional de Trânsito e na Legislação complementar.

5.12 Atender a todas as Ordens de Serviços emitidas, executar os serviços de acordo com as especificações exigidas no Instrumento Convocatório e na Proposta.

5.13 Comunicar o setor de Saneamento Básico de toda e qualquer alteração de dados cadastrais para atualização.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE.

6.1 O Município de Tunápolis obriga-se executar o serviço acima referido, nos exatos termos estabelecidos no presente Contrato, bem como, ao pagamento do valor acordado.

CLÁUSULA SÉTIMA - DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS

7.1 Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigente, classificadas e codificadas sinteticamente sob o número: (156) da Prefeitura Municipal de Tunápolis do de ano de 2017.

CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO.

8.1 O presente contrato tem sua vigência até dia 31 de Dezembro de 2017, iniciando na data de sua assinatura, podendo ser renovado por iguais e sucessivos períodos, com fulcro no inciso IV do art. 57 da Lei 8.666/93, desde que tenha interesse de ambas as partes.

CLÁUSULA NONA – RESCISÃO CONTRATUAL.

9.1 O presente contrato poderá ser rescindido:

9.1.1 Por ato unilateral e escrito da administração nos casos de inexecução total ou parcial;

9.1.2 Por acordo entre as partes;

9.1.3 Judicialmente, nos termos da legislação, respeitados, no primeiro caso, os direitos da Administração conforme previsto no art. 77 da

Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA – PENALIDADES.

10.1 O não cumprimento as obrigações assumidas ou dos preceitos legais aplicáveis sujeitará o Contratado às seguintes penalidades:

10.1.1. Advertência.

10.1.2. Suspensão do direito de licitar junto ao Município;

10.1.3. Declaração de inidoneidade;

10.1.4. Multa de 10% (dez por cento) sobre o montante da proposta no caso de inadimplência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – FORO COMPETENTE.

11.1 Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, SC, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunápolis – SC, 03 de Janeiro de 2017.

Renato Paulata Ronivan
PREFEITO MUNICIPAL

Luiz Trantenmuller-ME
Contratado

Alcides Luis Hofer
Assessor Jurídico
OAB/SC 33.683

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff
CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger
CPF: 020.226.259.60

PROCESSO DE COMPRA Nº.: 02/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nº: 01/2017

Processo de Compra Nº.: 02/2017

Pregão Presencial nº: 01/2017

O Município de Tunápolis, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, através da modalidade de Pregão Presencial, que tem por objeto aquisição de SÊMEN BOVINO, LUVAS, BAINHAS, E NITROGÊNIO LIQUIDO utilizados na execução do Programa de Inseminação Artificial desenvolvido pela Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente do Município de Tunápolis – SC.

Entrega das propostas e Credenciamento até as 13h30min do dia 20 de Janeiro de 2017.

Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22. Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

Tunápolis, SC, 09/01/2017.

RENATO PAULATA
PREFEITO MUNICIPAL

Turvo

PREFEITURA

CTR PMT 60/2016

CONTRATO Nº. 60/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 41/2016

MODALIDADE DE CARTA CONVITE Nº. 41/2016

O MUNICÍPIO DE TURVO/SC, com sede à Rua Nereu Ramos nº 609, nesta cidade, inscrita no CNPJ sob o nº 82.548.983/0001-60, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. RONALDO CARLESSI, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF nº 344.589.139-72, residente e domiciliado na Rua Jorge Lacerda, 1486, Centro, Município de Turvo/SC, daqui por diante denominada CONTRATANTE e, a Empresa LIGA ATLETICA DOS MUN. DO EXTREMO SUL CATARINENSE, pessoa jurídica de direito privado, com sede a Rua Avenida Municipal, Nº. s/n – Bairro São Cristovão, no município de Turvo/SC SC, inscrita no CNPJ sob o nº 10.174.942/0001-40, neste ato representada pelo(a) Presidente(a), Sr(a) EDSON RODRIGUES, residente e domiciliado no município de Turvo/SC, doravante designada CONTRATADA fazem entre si o presente Contrato, mediante as Cláusulas e condições que aceitam, ratificam e outorgam na forma abaixo estabelecida tudo de acordo com a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com alterações posteriores, e o Processo de Licitação nº 41/2016 – na Modalidade de Carta Convite nº 41/2016, homologada em 08/08/2016, bem como a proposta da vencedora, que passam a fazer parte do presente, que reger-se-á de acordo com as seguintes Cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Contratação de empresa para serviços de arbitragem para as seguintes modalidades: futsal, futebol de campo, voleibol, handebol, basquete, xadrez, tênis de mesa, vôlei de praia e atletismo, do 46º JERVA - Jogos Escolares da Região do Vale do Araranguá e 08º Parajerva - Jogos Paradesportivos Escolares da Região do Vale do Araranguá, de 12 a 20 de agosto de 2016, tudo de conformidade com o Processo de Licitação nº 41/2016 – na Modalidade de Carta Convite nº 41/2016, homologada em 08/08/2016.

CLÁUSULA SEGUNDA

A CONTRATADA compromete-se a executar os jogos compreendendo serviços de arbitragem tudo de conformidade com o Processo de Licitação nº 41/2016 – na Modalidade de Carta Convite nº 41/2016, homologada em 08/08/2016.

CLÁUSULA TERCEIRA

Todos os serviços enumerados deverão ser executados e prestados por pessoal devidamente habilitado e qualificado da CONTRATADA, a qual assume inteira responsabilidade pelo cumprimento de todas as obrigações legais de qualquer natureza para com os mesmos, ficando desta forma, expressamente excluída a responsabilidade da CONTRATANTE sobre tal matéria.

CLÁUSULA QUARTA– DO PREÇO E DO PAGAMENTO

A CONTRATANTE, em retribuição aos serviços prestados pela CONTRATADA, obriga-se a pagar o valor total de R\$: 22.500,00 (vinte e dois mil e quinhentos) sendo pago a cada duas rodadas executadas do referido campeonato amador de futebol de campo do município de Turvo – SC.

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA

A vigência do contrato de origem será durante o decorrer do campeonato municipal de futebol de campo previsto para início em 12/08/2016 e seu término previsto para 20 de agosto de 2016.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO

As despesas provenientes da execução deste instrumento correção por conta da Dotação Orçamentária do orçamento vigente a seguir: 06.01 – SECRET. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES 27.812.0037.2.013 – MANUT. E FUNC. DO ESPORTE AMADOR 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0080 (77) – APLICAÇÕES DIRETAS

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

O não cumprimento de quaisquer cláusulas do presente termo pelo CONTRATADO acarretará uma multa correspondente a cinco (5%) por cento do valor global deste instrumento contratual.

CLÁUSULA OITAVA

As questões omissas e não reguladas pelo presente Contrato serão resolvidas na forma da legislação em vigor.

CLÁUSULA NONA– DO FORO

As partes de comum acordo elegem o Foro da Comarca de Turvo/SC, com a exclusão de qualquer outro para dirimir oriundas deste Contrato.

E assim, por estarem justos e contratados, assinam o presente em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas de 02 testemunhas.

Turvo/SC, 08 de agosto de 2016.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

LIGA ATLETICA DOS MUN. DO EXTREMO SUL
Contratada

TESTEMUNHAS:

Nome: Bernardete Biz Souza

CPF: 894.603.919-15

Nome: Nestor Reco

CPF: 477.669.809-91

DECRETO 01/2017 CORRIGIDO

DECRETO Nº 001/17, de 02 de Janeiro de 2017.

SUPLEMENTA DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

TIAGO ZILLI, Prefeito Municipal de Turvo/SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no art. 5º da Lei nº 2.293/16 (Lei Orçamentária Anual), de 23.12.2016.

DECRETA

Art. 1º. Fica suplementado o crédito orçamentário no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Turvo no valor de R\$ 2.550.000,00 (dois milhões e quinhentos e cinquenta mil reais), assim classificados:

07.01 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

15.452.0007.1.004 – VIAS URBANAS PAVIM. PASSEIO PÚBLICO E PRAÇA PÚBLICA

4.4.90.00.00.00.00.00.0024 (083) – Aplicações Diretas
..... R\$ 2.000.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (084) – Aplicações Diretas
..... R\$ 270.000,00

04.01 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

06.182.0056.2.030 – MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO FUN-
REBOM

4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (019) – Aplicações Diretas
..... R\$ 30.000,00

06.01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

13.392.0039.2.015 – MANUTENÇÃO E DIVULGAÇÃO DA CULTURA

4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (072) – Aplicações Diretas
..... R\$ 250.000,00

Art. 2º. A execução do disposto no art. 1º correrá à conta da
fonte 0080 por excesso de arrecadação no valor de R\$ 550.000,00
e da fonte 0024 por excesso de arrecadação no valor de R\$
2.000.000,00.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo - SC, 02 de janeiro de 2017.

TIAGO ZILLI

Prefeito Municipal

Pub. e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data su-
pra.

Nestor Reco – Secretário de Adm. e Finanças.

DECRETO 02/2017 CORRIGIDO

DECRETO Nº 002/17, de 03 de Janeiro de 2017.

SUPLEMENTA DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

TIAGO ZILLI, Prefeito Municipal de Turvo/SC, no uso de suas atri-
buições legais e de conformidade com o disposto no art. 5º da Lei
nº 2.293/16 (Lei Orçamentária Anual), de 23.12.2016.

DECRETA

Art. 1º. Fica suplementado o crédito orçamentário no orçamento vi-
gente da Prefeitura Municipal de Turvo no valor de R\$ 1.210.000,00
(um milhão e duzentos e dez mil reais), assim classificados:

07.01 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚ-
BLICOS

15.452.0007.1.004 – VIAS URBANAS PAVIM. PASSEIO PÚBLICO E
PRAÇA PÚBLICA

4.4.90.00.00.00.00.00.0024 (083) – Aplicações Diretas
..... R\$ 300.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (084) – Aplicações Diretas
..... R\$ 200.000,00

09.01 – SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

20.608.0030.2.020 – MANUT. DO PARQ. DE EXPOS. IRIS OLIVO/
REAL. FESTA COLONO

4.4.90.00.00.00.00.00.0024 (119) – Aplicações Diretas
..... R\$ 710.000,00

Art. 2º. A execução do disposto no art. 1º correrá à conta da
fonte 0024 por excesso de arrecadação no valor R\$ 300.000,00 e
por conta do Contrato 816341/2015 – Revitalização do Parque, no
valor de R\$ 710.000,00 e da conta da fonte 0080 por excesso de
arrecadação no valor de R\$ 200.000,00.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo - SC, 03 de janeiro de 2017.

TIAGO ZILLI

Prefeito Municipal

Pub. e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data su-
pra.

Nestor Reco – Secretário de Adm. e Finanças.

DECRETO 03/2017

DECRETO Nº 003/17, de 05 de Janeiro de 2017.

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICI-
PAL PARA AUTENTICAÇÃO DE DOCUMENTOS E DÁ OUTRAS PRO-
VIDÊNCIAS.

TIAGO ZILLI, Prefeito Municipal de Turvo/SC, no uso de suas atri-
buições legais e de conformidade com o disposto no art. 52, V da
Lei Orgânica do Município,

DECRETA

Art. 1º. Fica designada a Servidora Pública Municipal CINTIA APA-
RECIDA SILVEIRA BRIGIDO, Diretora do Departamento de Admi-
nistração e Finanças, nomeada através da Portaria nº 003/17 de
02.01.2017, para proceder a autenticação de documentos, requeri-
dos junto a Prefeitura Municipal de Turvo.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo - SC, 05 de janeiro de 2017.

TIAGO ZILLI

Prefeito Municipal

Pub. e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data su-
pra.

Nestor Reco – Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 011/2017

PORTARIA Nº 011/17, de 05 de Janeiro de 2017.

EXONERA A PEDIDO DIGITADOR, NOMEADO EM CARÁTER TEM-
PORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e
de acordo com o que estabelece os incisos, "IX" e "XII" do artigo
52 da Lei Orgânica do Município de Turvo,

RESOLVE

Art. 1º - Exonerar a pedido, a Servidora abaixo relacionada, ocu-
pante da função pública de Digitador, nomeada temporariamente
através do Processo Seletivo nº 003/15 - PMT, do Quadro de Pes-
soal da Prefeitura Municipal.

NOME CPF MATRICULA

Priscila Tramontin Bianchini 070.516.489-69 3001

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 05 de janeiro de 2017.

TIAGO ZILLI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Nestor Reco – Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 012/2017

PORTARIA Nº 012/17, de 05 de Janeiro de 2017.
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR QUE ESPECIFICA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o artigo 138, XII, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias de 30 (trinta) dias ao servidor abaixo especificado, no período de 05.01.2017 a 03.02.2017, com gratificação especial de 1/3 a mais do que o vencimento normal.

MATR. SERVIDOR (A) PERÍODO DE AQUISIÇÃO

1044 Sandra Maria Farias Figueredo 18.01.2012 a 17.01.2013

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 05 de janeiro de 2017.

TIAGO ZILLI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Nestor Reco – Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 013/2017

PORTARIA Nº 013/17, de 06 de Janeiro de 2017.

FAZ NOMEAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.001/1993, combinado com a Lei Complementar nº 09/11, de 24 de Agosto de 2011 e sua alteração,

RESOLVE

Art. 1º - Nomear a Sra. PRISCILA TRAMONTIN BIANCHINI, CPF nº 070.516.489-69, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Divisão de Compras e Licitações, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 06 de janeiro de 2017.

TIAGO ZILLI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Nestor Reco – Secretário de Adm. e Finanças.

União do Oeste

PREFEITURA

CONTRATO ADM. FMS N. 02/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATO ADMINISTRATIVO FMS N. 02/2017

CONTRATO DE RATEIO Nº 031/2017

De um lado o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 01.336.261/0001-40, com sede na Av. Getúlio Vargas, 571-S, Chapecó-SC, neste ato representado pelo seu presidente Sr.(a). Marciano Mauro Pagliarini, doravante denominado CONSÓRCIO e de outro lado o Município de União do Oeste com sede na Av. São Luiz, nº 531, CNPJ nº 78.505.591/0001-46, integrante da Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina – AMOSC, representado pelo(a) seu(ua) Prefeito(a) Municipal Sr.(a) Celso Matiello, doravante denominado MUNICÍPIO resolvem firmar o presente Contrato de Rateio com o objetivo de utilizar os serviços médicos especializados oferecidos pelo CIS-AMOSC, tendo como base legal a Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 11.107/2005 e ao Decreto nº 6.017/2007, que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos, Lei de Ratificação do Protocolo de Intenções e Contrato de Programa, conforme cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente Contrato de Rateio é assegurar a prestação de serviços de saúde especializados de referência e de maior complexidade a nível ambulatorial para a população do Município de União do Oeste, integrante da Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina – AMOSC, em conformidade com as diretrizes do SUS, assegurando o estabelecimento de um sistema de referência e contra referência.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços previstos na cláusula anterior serão prestados pelo CONSÓRCIO na forma de credenciamento, conforme lista de credenciados, disponível no site www.amosc.org.br/cis-amosc/download.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

O presente contrato terá vigência a partir de 09 de janeiro de 2017 até o dia 31 de dezembro de 2017.

CLÁUSULA QUARTA – DOS VALORES

Pelo correto e perfeito desempenho dos serviços ora contratados, o MUNICÍPIO pagará ao CONSÓRCIO o valor total de R\$ 143.200,00 (Cento e quarenta e três mil e duzentos reais), para serviços médicos especializados com o seguinte desdobramento:

3.3.93.36.30 R\$ 14.320,00
3.3.93.39.50 R\$ 128.880,00

Parágrafo Único: Dos valores praticados pela tabela do CIS-AMOSC, incidem quando se tratar de pessoa física o percentual de 20% (vinte por cento) sobre os valores dos credenciados a título

de encargos previdenciários.

CLÁUSULA QUINTA – DA VERIFICAÇÃO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

Quanto à verificação, os serviços considerar-se-ão perfeitamente executados mediante verificação da Secretaria Municipal de Saúde de cada Município.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

O valor contratual previsto será pago em 12 (doze) parcelas até o dia 30 de cada mês, mediante débito bancário na conta FPM, implicando na imediata suspensão dos serviços em caso de inadimplência por parte do MUNICÍPIO.

§ 1º As despesas decorrentes do presente contrato serão pagas mediante a utilização dos respectivos recursos constantes na Lei Orçamentária – dotação 3.3.93.

§ 2º Será excluído do Consórcio Público, o ente consorciado que não consignar, em sua Lei Orçamentária ou em créditos adicionais, as dotações suficientes para suportar as despesas por meio do Contrato de Rateio.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONSÓRCIO

São obrigações do CONSÓRCIO:

- Acompanhar e controlar a qualidade técnica durante todo o processo, através de relatórios das atividades;
- Colocar a disposição do MUNICÍPIO os serviços credenciados;
- Fornecer todos os impressos necessários ao encaminhamento dos usuários aos serviços;
- Colocar a disposição do MUNICÍPIO sistema informatizado para agendamento de consultas/exames;
- Orientar as Secretarias Municipais de Saúde em relação aos procedimentos de encaminhamento de usuários;
- Fornecer mensalmente recibo do valor pago pelo MUNICÍPIO;
- Encaminhar, após processamento, fichas de consultas e exames de usuários ao MUNICÍPIO, acompanhado do relatório analítico dos procedimentos.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

São obrigações do MUNICÍPIO:

- Acompanhar os encaminhamentos de pacientes usuários dos serviços oferecidos pelo CONSÓRCIO;
- Auxiliar o CONSÓRCIO a ampliar o número de profissionais credenciados na região da AMOSC;
- Definir conjuntamente com o CONSÓRCIO a necessidade de novos serviços.

CLÁUSULA NONA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, o CONSÓRCIO deve fornecer as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas do MUNICÍPIO todas as despesas realizadas com os recursos entregues por conta do presente Contrato de Rateio.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES

Sem prejuízo do previsto no art. 87 da Lei nº 8.666/93, o MUNICÍPIO ficará sujeito à multa de 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato em caso de inadimplência, sendo suspensos os serviços até a regularização da dívida.

Parágrafo único. Não sendo regularizada a inadimplência no prazo de 30 (trinta) dias, o MUNICÍPIO poderá ser excluído do CONSORCIO, e a exclusão não exime do pagamento do tempo em que permaneceu inadimplente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Chapecó, Estado de Santa Catarina, para dirimir quaisquer dúvidas e/ou procedimentos relacionados com o cumprimento deste contrato.

E por estarem de acordo com as condições estabelecidas, assinam o presente contrato em 2 (duas) vias de igual teor e valor, na presença de duas testemunhas.

Chapecó, SC, 09 de janeiro de 2016.

Marciano Mauro Pagliarini
Presidente do CIS-AMOSC

Celso Matiello
Prefeito de União do Oeste

CONTRATO ADM. FMS N. 03/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATO ADMINISTRATIVO FMS N. 03/2017

CONTRATO DE RATEIO Nº 011/2017

De um lado o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 01.336.261/0001-40, com sede na Av. Getúlio Vargas, 571-S, Chapecó-SC, neste ato representado pelo seu presidente Sr.(a) Marciano Mauro Pagliarini, doravante denominado CONSORCIO e de outro lado o Município de União do Oeste com sede na Av. São Luiz, nº 531, CNPJ nº 78.505.591/0001-46, integrante da Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina – AMOSC, representado pelo(a) seu(ua) Prefeito(a) Municipal Sr.(a) Celso Matiello, doravante denominado MUNICÍPIO resolvem firmar o presente Contrato de Rateio com o objetivo de utilizar os serviços médicos especializados oferecidos pelo CIS-AMOSC, tendo como base legal a Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 11.107/2005 e ao Decreto nº 6.017/2007, que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos, Lei de Ratificação do Protocolo de Intenções e Contrato de Programa, conforme cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente Contrato de Rateio é assegurar a prestação de serviços de saúde especializados de referência e de maior complexidade a nível ambulatorial para a população do Município de União do Oeste, integrante da Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina – AMOSC, em conformidade com as diretrizes do SUS, assegurando o estabelecimento de um sistema de referência e contra referência.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços previstos na cláusula anterior serão prestados pelo CONSÓRCIO na forma de credenciamento, conforme lista de credenciados, disponível no site www.amosc.org.br/cis-amosc/

downloads.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

O presente contrato terá vigência a partir de 09 de janeiro de 2017 até o dia 31 de dezembro de 2017.

CLÁUSULA QUARTA – DOS VALORES

Pelo correto e perfeito desempenho dos serviços ora contratados, o MUNICÍPIO pagará ao CONSORCIO o valor total de R\$ 10.800,00 (dez mil e oitocentos reais), para manutenção do CONSÓRCIO com o seguinte desdobramento:

3.1.71.70.01 R\$ 5.000,00

3.3.71.70.01 R\$ 5.800,00

Parágrafo Único: Dos valores praticados pela tabela do CIS-AMOSC, incidem quando se tratar de pessoa física o percentual de 20% (vinte por cento) sobre os valores dos credenciados a título de encargos previdenciários.

CLÁUSULA QUINTA – DA VERIFICAÇÃO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

Quanto à verificação, os serviços considerar-se-ão perfeitamente executados mediante verificação da Secretaria Municipal de Saúde de cada Município.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

O valor contratual previsto será pago em 12 (doze) parcelas até o dia 30 de cada mês, mediante débito bancário na conta FPM, implicando na imediata suspensão dos serviços em caso de inadimplência por parte do MUNICÍPIO.

§ 1º As despesas decorrentes do presente contrato serão pagas mediante a utilização dos respectivos recursos constantes na Lei Orçamentária – dotação 3.1.71 e 3.3.71.

§ 2º Será excluído do Consórcio Público, o ente consorciado que não consignar, em sua Lei Orçamentária ou em créditos adicionais, as dotações suficientes para suportar as despesas por meio do Contrato de Rateio.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONSÓRCIO

São obrigações do CONSÓRCIO:

- a) Acompanhar e controlar a qualidade técnica durante todo o processo, através de relatórios das atividades;
- b) Colocar a disposição do MUNICÍPIO os serviços credenciados;
- c) Fornecer todos os impressos necessários ao encaminhamento dos usuários aos serviços;
- d) Colocar a disposição do MUNICÍPIO sistema informatizado para agendamento de consultas/exames;
- e) Orientar as Secretarias Municipais de Saúde em relação aos procedimentos de encaminhamento de usuários;
- f) Fornecer mensalmente recibo do valor pago pelo MUNICÍPIO;
- g) Encaminhar, após processamento, fichas de consultas e exames de usuários ao MUNICÍPIO, acompanhado do relatório analítico dos procedimentos.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

São obrigações do MUNICÍPIO:

- a) Acompanhar os encaminhamentos de pacientes usuários dos serviços oferecidos pelo CONSORCIO;
- b) Auxiliar o CONSORCIO a ampliar o número de profissionais credenciados na região da AMOSC;

c) Definir conjuntamente com o CONSORCIO a necessidade de novos serviços.

CLÁUSULA NONA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, o CONSORCIO deve fornecer as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas do MUNICÍPIO todas as despesas realizadas com os recursos entregues por conta do presente Contrato de Rateio.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES

Sem prejuízo do previsto no art. 87 da Lei nº 8.666/93, o MUNICÍPIO ficará sujeito à multa de 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato em caso de inadimplência, sendo suspensos os serviços até a regularização da dívida.

Parágrafo único. Não sendo regularizada a inadimplência no prazo de 30 (trinta) dias, o MUNICÍPIO poderá ser excluído do CONSORCIO, e a exclusão não exime do pagamento do tempo em que permaneceu inadimplente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Chapecó, Estado de Santa Catarina, para dirimir quaisquer dúvidas e/ou procedimentos relacionados com o cumprimento deste contrato.

E por estarem de acordo com as condições estabelecidas, assinam o presente contrato em 2 (duas) vias de igual teor e valor, na presença de duas testemunhas.

Chapecó, SC, 09 de janeiro de 2016.

Marciano Mauro Pagliarini
Presidente do CIS-AMOSC

Celso Matiello
Prefeito de União do Oeste

SUSANA SERGILIO DE CARVALHO
Gestora do Fundo Municipal de Saúde

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO FMS N. 04/2017

Estado de Santa Catarina
Município de União do Oeste
Fundo Municipal de Saúde

EXTRATO:
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 04/2017
MODALIDADE: DISPENSA PARA COMPRAS E SERVIÇOS

OBJETO:

Assegurar a prestação de serviços de saúde especializados de referência e de maior complexidade a nível ambulatorial para a população do ao Município de União do Oeste integrante da Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina - AMOSC em conformidade com as diretrizes do SUS, assegurando o estabelecimento de um sistema de referência e contra referência, durante o ano de 2017.

CONTRATADO: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA.

CNPJ: 01.336.261/0001-40

OBJETIVO: Manutenção do Consórcio.

VALOR R\$ 10.800,00 (Dez mil e oitocentos reais).

União do Oeste, 09 Janeiro de 2016.

CELSO MATIELLO
PREFEITO MUNICIPAL

SUSANA SERGILIO DE CARVALHO
Gestora do Fundo Municipal de Saúde

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO FMS N. 03/2017

Estado de Santa Catarina
Município de União do Oeste
Fundo Municipal de Saúde

EXTRATO:
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 03/2017
MODALIDADE: DISPENSA PARA COMPRAS E SERVIÇOS

OBJETO:

Assegurar a prestação de serviços de saúde especializados de referência e de maior complexidade a nível ambulatorial para a população do ao Município de União do Oeste integrante da Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina - AMOSC em conformidade com as diretrizes do SUS, assegurando o estabelecimento de um sistema de referência e contra referência, durante o ano de 2017.

CONTRATADO: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA.

CNPJ: 01.336.261/0001-40

OBJETIVO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE ESPECIALIZADOS.

VALOR R\$ 143.200,00 (Cento e quarenta e três mil e duzentos reais).

União do Oeste, 09 Janeiro de 2017.

CELSO MATIELLO
PREFEITO MUNICIPAL

Urussanga

PREFEITURA

EDITAL PL 03 2017 PMU PR 03 2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA

AVISO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2017/PMU

Objeto: aquisição PARCELADA de suprimentos de informática. Entrega dos envelopes: até as 09h30 do dia 02/02/2017, na Prefeitura Municipal de Urussanga/SC, sito à Praça da Bandeira, 12 – Setor de Licitações. Abertura dos envelopes: as 09h30 do dia 02/02/2017, no mesmo local da entrega dos envelopes. Edital: o edital estará à disposição dos interessados das 07h às 13h, de segunda-feira à sexta-feira, em dias úteis, no Paço Municipal Lydio de Brida, na Praça da Bandeira, n.º 12 ou retirado no site oficial desta municipalidade www.urussanga.sc.gov.br, no ícone LICITAÇÕES. Outras informações através do e-mail rosane@urussanga.sc.gov.br.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 40/2017/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Extrato do Contrato: 40/2017

Processo de Licitação: 06/2016

Processo Administrativo: 06/2016

Tomada de preço: 01/2016

Data de assinatura: 02/01/2017

Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA

Contratado: ZAMI DISTRBUIDORA LTDA ME

CNPJ/CPF: 23.000.355/0001-86

Objeto: aquisição parcelada de cestas básicas, Urussanga/SC

Valor: R\$ 73.242,00

Vargeão

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2017

Extrato de EDITAL

Edital de Pregão Presencial nº 10/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Município de Vargeão torna público que, de acordo com a Lei Federal n.º 10.520 de 17 de julho de 2002, Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, Decreto Municipal n.º 75/2012, de 31 de dezembro de 2012, Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei Municipal 1.430/2009 de 07 de dezembro de 2009 e Decreto Municipal nº. 047/2012 de 28 de setembro de 2012, que realizará no dia 20 de janeiro de 2017 às 15 horas, processo licitatório na modalidade Pregão Presencial, exclusivo para ME/EPP, do tipo menor preço por item, visando a aquisição parcelada de 100 (cem) cestas básicas, de acordo com as especificações constantes do Edital de Pregão nº 10/2017. Informações complementares serão prestadas através do e-mail licitacao@vargeao.sc.gov.br, fone fax (49) 3434-0148, informando o número da licitação. O Edital encontra-se disponível para download no site www.vargeao.sc.gov.br.

Vargeão, SC, 09 de janeiro de 2017.

Volmir Felipe

Prefeito Municipal

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2017

Extrato de EDITAL

Edital de Pregão Presencial nº 11/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Município de Vargeão torna público que, de acordo com a Lei Federal n.º 10.520 de 17 de julho de 2002, Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, Decreto Municipal n.º 75/2012, de 31 de dezembro de 2012, Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei Municipal 1.430/2009 de 07 de dezembro de 2009 e Decreto Municipal nº. 047/2012 de 28 de setembro de 2012, que realizará no dia 23 de janeiro de 2017 às 14 horas, processo licitatório na modalidade Pregão Presencial, exclusivo para ME/EPP, do tipo menor preço por item, visando a aquisição parcelada de alimentos e produtos de higiene e limpeza, destinados ao SCFV – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos ao Idoso, a Criança e ao Adolescente do Município de Vargeão, SC, de acordo com as especificações constantes do Edital de Pregão nº 11/2017. Informações complementares serão prestadas através do e-mail licitacao@vargeao.sc.gov.br, fone fax (49) 3434-0148, informando o número da licitação. O Edital encontra-se disponível para download no site www.vargeao.sc.gov.br.

Vargeão, SC, 09 de janeiro de 2017.

Volmir Felipe

Prefeito Municipal

Vargem Bonita

PREFEITURA

PORTARIA N. 621/2016

PORTARIA N. 621/2016

"CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDORES QUE ESPECIFICA"

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias regulamentares aos servidores públicos municipais infra relacionados para serem gozadas no mês de Dezembro de 2016, como segue:

Cód.	Nome	Período Aquisitivo	Período de Gozo
410	Antônio Carlos Rossetti	01/01/15 à 31/12/15	01/12/16 à 30/12/16
1036	Iclaudete Aparecida Rodrigues	02/05/15 à 01/05/16	01/12/16 à 30/12/16
241	Neide Maria Atz Fiorio	15/01/15 à 14/01/16	01/12/16 à 30/12/16
1347	Sandra Quechin	01/06/14 à 31/05/15	01/12/16 à 30/12/16
757	Valdir Jorge Lauber	24/10/14 à 23/10/15	01/12/16 à 30/12/16

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 01 de Dezembro de 2016.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI
Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA N. 622/2016

PORTARIA N. 622/2016

"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a servidora "ADRIANA VANZ", brasileira, convivente, residente neste município, nascida em 15/01/1976, inscrita no CPF n. 023.708.389-22, carteira de identidade n. 11/R 3.347.842, título eleitoral n. 031255310906, ocupante do cargo efetivo de "AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS", nível 01, classe/referência "A", "LICENÇA PRÊMIO" pelo período de 74 (setenta e quatro) dias consecutivos, a contar de 01 de Dezembro de 2016 à 12 de Fevereiro de 2017, conforme facultam os artigos 137 e 139 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Vargem Bonita.

Art. 2º - Art. 2º - A Licença Prêmio ora concedida refere-se ao seguinte período aquisitivo:

- De 15 de julho de 2001 à 14 de julho de 2006 = Sem direito.

- De 15 de julho de 2006 à 14 de julho de 2011 = 74 (setenta e quatro) dias.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 01 de Dezembro de 2016.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI
Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA N. 623/2016

PORTARIA N. 623/2016

“EXONERA SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO COMISSIONADO QUE ESPECIFICA”

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar “ITALO FABIO CARNEIRO DA SILVA”, brasileiro, solteiro, residente neste município, nascido em 27/12/1971, inscrito no CPF n. 716.714.479-72, carteira de identidade n. 6.779.057, título eleitoral n. 049171720604, nomeado para exercer o cargo de “DIRETOR” de ESPORTES, nível CC-6, anexo I, cargo de provimento em comissão do quadro de pessoal do Poder Executivo através da portaria n. 026/2013 de 08 de janeiro de 2013, a qual fica sem efeito a partir desta data.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 01 de Dezembro de 2016

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI
Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA N. 624/2016

PORTARIA N. 624/2016

“CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO QUE ESPECIFICA”

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

Considerando o afastamento da servidora “LILIAN PAGNONCELLI”, que se encontra em licença maternidade,

Considerando o Edital de Concurso Público n. 001/2013 de 16 de julho de 2013,

Considerando a ordem de chamada,

RESOLVE:

Art. 1º - Contratar “IARA CRISTINA RIBEIRO DA SILVA”, brasileira, solteira, residente no município de Irani-SC, nascida em 26/09/1987, inscrita no CPF n. 060.274.709-09, carteira de identidade n. 4.997.099-2, título eleitoral n. 047564150965, CRF/SC n. 10597 para exercer o cargo de “FARMACÊUTICO”, nível 31, classe/referência “A”, em caráter temporário de forma excepcional de acordo com a Lei Complementar n. 025/99 de 17/12/1999, combinado com o artigo 7º da Lei Complementar n. 086/2011 de 18/10/2011 e item 10.2 do edital de Concurso Público n. 001/2013 de 16 de julho de 2013, homologado pelo Decreto n. 055/2013 de 04 de outubro de 2013 e prorrogado pelo Decreto 062/2015 de 28 de setembro de 2015 com vencimentos de lei a partir desta data até 20 de março de 2017.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 07 de Dezembro de 2016.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI
Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA N. 625/2016

PORTARIA N. 625/2016

"EXONERA SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO COMISSIONADO QUE ESPECIFICA"

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar "DOUGLAS ABATTI", brasileiro, solteiro, residente neste município, nascido em 30/10/1990, inscrito no CPF n. 072.640.029-77, carteira de identidade n. 4.434.781, título eleitoral n. 051516710930, nomeado para exercer o cargo comissionado de "CHEFE DO SETOR" através da portaria 322/2015 de 12 de janeiro de 2015 e alterada para o cargo comissionado de "DIRETOR" através da portaria n. 412/2015 de 21 de setembro de 2015, as quais ficam sem efeito a partir desta data.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 16 de Dezembro de 2016.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI

Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO

Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA N. 626/2016

PORTARIA N. 626/2016

"EXONERA SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO COMISSIONADO QUE ESPECIFICA"

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar "ELECIO JOVANE DE ABREU", brasileiro, casado, residente neste município, nascido em 13/08/1973, inscrito no CPF n. 824.309.189-00, carteira de identidade n. 2.630.280, título eleitoral n. 029871750914, nomeado para exercer o cargo de "DIRETOR" de ESPORTES, nível CC-6, anexo I, cargo de provimento em comissão do quadro de pessoal do Poder Executivo através da portaria n. 041/2013 de 15 de janeiro de 2013, a qual fica sem efeito a partir desta data.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 16 de Dezembro de 2016.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI

Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO

Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA N. 627/2016

PORTARIA N. 627/2016

"EXONERA SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO COMISSIONADO QUE ESPECIFICA"

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar "MARLON MARTINS DE OLIVEIRA", brasileiro, solteiro, residente neste município, nascido em 21/07/1993, inscrito no CPF n. 089.054.299-63, carteira de identidade n. 5.008.354, título eleitoral n. 054124890914, nomeado para exercer o cargo comissionado de "CHEFE DO SETOR" de Esportes através da portaria 296/2014 de 01 de setembro de 2014 e alterada para o cargo comissionado de

“DIRETOR” de Esportes através da portaria n. 564/2016 de 01 de julho de 2016, as quais ficam sem efeito a partir desta data.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 16 de Dezembro de 2016.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI

Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO

Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA N. 628/2016

PORTARIA N. 628/2016

“EXONERA SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO COMISSIONADO QUE ESPECIFICA”

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar “WALCIR DOMINGOS MINATI”, brasileiro, casado, residente neste município, nascido em 04/11/1956, inscrito no CPF n. 674.508.909-25, carteira de identidade n. 11/R 656.364, título eleitoral n. 007844760906, nomeado para exercer o cargo de “DIRETOR”, nível CC-6, anexo I, cargo de provimento em comissão do quadro de pessoal do Poder Executivo através da portaria n. 024/2013 de 07 de janeiro de 2013, a qual fica sem efeito a partir desta data.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 16 de Dezembro de 2016.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI

Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO

Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA N. 629/2016

PORTARIA N. 629/2016

“EXONERA SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO COMISSIONADO QUE ESPECIFICA”

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar “DIANA PERUZZOLO DOS SANTOS”, brasileira, convivente, residente na cidade de Joaçaba-SC, nascida em 15/11/1989, inscrita no CPF n. 055.705.269-60, carteira de identidade n. 4.797.454, título eleitoral n. 051925700922, inscrição na OAB n. 45102, nomeada para exercer o cargo de “ASSESSOR JURÍDICO” através da portaria n. 597/2016 de 25 de agosto de 2016, a qual fica sem efeito a partir desta data.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 16 de Dezembro de 2016.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI

Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO

Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA N. 630/2016

PORTARIA N. 630/2016

"EXONERA SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO COMISSIONADO QUE ESPECIFICA"

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar "IVANILDA DA SILVA FREITAS", brasileira, divorciada, residente neste município, nascida em 06/07/1942, inscrita no CPF n. 250.271.669-15, carteira de identidade n. 11/R 228.154, título eleitoral n. 007862810949, nomeada para exercer o cargo comissionado de "COORDENADOR" do NAES através da portaria 218/2014 de 18 de fevereiro de 2014 e alterada para o cargo comissionado de "SUPERVISOR" do NAES através da portaria n. 237/2014 de 01 de abril de 2014, as quais ficam sem efeito a partir desta data.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 16 de Dezembro de 2016.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI

Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO

Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA N. 631/2016

PORTARIA N. 631/2016

"EXONERA SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO COMISSIONADO QUE ESPECIFICA"

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar "LIDES TEREZINHA MIOTO", brasileira, casada, residente neste município, nascida em 23/01/1959, inscrita no CPF n. 981.828.899-87, carteira de identidade n. 856.034, título eleitoral n. 007843670949, nomeada para exercer o cargo de "SUPERVISOR" de Assistência Social, nível CC-4, anexo I, cargo de provimento em comissão do quadro de pessoal do Poder Executivo através da portaria n. 233/2014 de 01 de abril de 2014, a qual fica sem efeito a partir desta data.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 16 de Dezembro de 2016.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI

Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO

Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA N. 632/2016

PORTARIA N. 632/2016

"EXONERA SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO COMISSIONADO QUE ESPECIFICA"

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar "NEIVA SALETE CARDOSO BUSSAQUERA", brasileira, casada, residente neste município, nascida em 18/12/1974, inscrita no CPF n. 014.525.399-60, carteira de identidade n. 11/R 3.156.437, título eleitoral n. 030600330922, nomeada para exercer o cargo de "SUPERVISOR" – 20 horas, nível CC-4, anexo I, cargo de provimento em comissão do quadro de pessoal do Poder Executivo através da

portaria n. 241/2014 de 14 de abril de 2014, a qual fica sem efeito a partir desta data.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 16 de Dezembro de 2016.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI

Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO

Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA N. 633/2016

PORTARIA N. 633/2016

“EXONERA SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO COMISSIONADO QUE ESPECIFICA”

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar “AGENOR CASTANHO BUENO”, brasileiro, casado, residente neste município, nascido em 15/10/1952, inscrito no CPF n. 533.146.549-87, carteira de identidade n. 619.041, título eleitoral n. 007867930906, nomeado para exercer o cargo de “COORDENADOR” no setor de Transportes e Obras, cargo de provimento em comissão do quadro de pessoal do Poder Executivo através da portaria n. 208/2014 de 03 de fevereiro de 2014, a qual fica sem efeito a partir desta data.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 16 de Dezembro de 2016.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI

Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO

Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA N. 634/2016

PORTARIA N. 634/2016

“EXONERA SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO COMISSIONADO QUE ESPECIFICA”

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar “LOENI APARECIDA DE OLIVEIRA GALVAN”, brasileira, casada, residente neste município, nascida em 27/12/1967, inscrita no CPF n. 790.046.289-91, carteira de identidade n. 2.636.888, título eleitoral n. 029875520981, nomeada para exercer o cargo comissionado de “CHEFE DO SETOR” através da portaria 084/2013 de 01 de abril de 2013 e alterada para o cargo comissionado de “COORDENADOR” pela portaria n. 349/2015 de 01 de abril de 2015, as quais ficam sem efeito a partir desta data.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 16 de Dezembro de 2016.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI

Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO

Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA N. 635/2016

PORTARIA N. 635/2016

"EXONERA SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO COMISSIONADO QUE ESPECIFICA"

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar "SUZI CARLA COSTA ROSA", brasileira, casada, residente neste município, nascida em 22/05/1978, inscrita no CPF n. 008.507.289-32, carteira de identidade n. 3.847.858, título eleitoral n. 044164540981, nomeada para exercer o cargo de "COORDENADOR", nível CC-3, anexo I, cargo de provimento em comissão do quadro de pessoal do Poder Executivo através da portaria n. 289/2014 de 15 de agosto de 2014, a qual fica sem efeito a partir desta data.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 16 de Dezembro de 2016.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI

Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO

Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA N. 636/2016

PORTARIA N. 636/2016

"EXONERA SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO COMISSIONADO QUE ESPECIFICA"

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar "VANDERLEIA SALETE DA ROSA", brasileira, solteira, residente neste município, nascida em 21/12/1992, inscrita no CPF n. 077.362.219-52, carteira de identidade n. 5.641.900, título eleitoral n. 054130240973, nomeada para exercer o cargo de "COORDENADOR", nível CC-3, anexo I, cargo de provimento em comissão do quadro de pessoal do Poder Executivo através da portaria n. 177/2013 de 21 de outubro de 2013, a qual fica sem efeito a partir desta data.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 16 de Dezembro de 2016.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI

Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO

Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA N. 637/2016

PORTARIA N. 637/2016

"EXONERA SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO COMISSIONADO QUE ESPECIFICA"

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar "ANDERSON MAESTRI", brasileiro, solteiro, residente neste município, nascido em 17/11/1977, inscrito no CPF n. 043.899.669-01, carteira de identidade n. 4.005.506, título eleitoral n. 033157790906, nomeado para exercer o cargo de "COORDENADOR DE ESPORTES" – 20 horas, cargo de provimento em comissão do quadro de pessoal do Poder Executivo através da portaria n. 235/2014 de

01 de abril de 2014, a qual fica sem efeito a partir desta data.
Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 16 de Dezembro de 2016.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI
Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA N. 638/2016

PORTARIA N. 638/2016

"EXONERA SERVIDOR CONTRATADO EM CARÁTER TEMPORÁRIO QUE ESPECIFICA"

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar "JOSOE FRUTUOSO DOS SANTOS", brasileiro, solteiro, residente neste município, nascido em 10/11/1985, inscrito no CPF n. 082.741.679-29, carteira de identidade n. 12.555.926-3, título eleitoral n. 082144030663, contratado em caráter temporário para exercer o cargo de "OPERADOR DE TRATOR AGRÍCOLA", nível 13, classe/referência "A", através da portaria n. 491/2016 de 17 de Março de 2016, a qual fica sem efeito a partir desta data.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 16 de Dezembro de 2016.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI
Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA N. 639/2016

PORTARIA N. 639/2016

"EXONERA SERVIDOR CONTRATADO EM CARÁTER TEMPORÁRIO QUE ESPECIFICA"

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar "MARILENE MACHADO", brasileira, solteira, residente neste município, nascida em 28/05/1960, inscrita no CPF n. 545.377.629-34, carteira de identidade n. 1.707.596, título eleitoral n. 007853040914, contratada em caráter temporário para exercer o cargo de "PROFESSOR" através da portaria n. 578/2016 de 04 de Julho de 2016 e prorrogada pela portaria 604/2016 de 03 de outubro de 2016 as quais ficam sem efeito a partir desta data.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 16 de Dezembro de 2016

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI
Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA N. 640/2016

PORTARIA N. 640/2016

"EXONERA SERVIDOR CONTRATADO EM CARÁTER TEMPORÁRIO QUE ESPECIFICA"

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar "LIRA HECKLER", brasileira, divorciada, residente neste município, nascida em 27/07/1961, inscrita no CPF n. 437.446.309-78, carteira de identidade n. 1.074.979, título eleitoral n. 007962430965, contratada em caráter temporário para exercer o cargo de "PROFESSOR" através da portaria n. 587/2016 de 01 de Agosto de 2016 e prorrogada pela portaria n. 605/2016 de 03 de outubro de 2016 as quais ficam sem efeito a partir desta data.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 16 de Dezembro de 2016

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI

Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO

Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA N. 641/2016

PORTARIA N. 641/2016

"PRORROGA PRAZO DE CONTRATO QUE ESPECIFICA"

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

Considerando o afastamento da servidora titular "IRACY LOURDES LUVIZÃO", eleita para o cargo de Conselheira Tutelar, conforme portaria n. 446/2016 de 04/01/2016,

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar o prazo de validade do contrato da servidora "SUSANA CRISTINA MIOTTO", inscrita no CPF n. 026.288.949-80, contratada em caráter temporário através da portaria n. 477/2016 de 01 de março de 2016 para exercer o cargo de "AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS", nível 01, classe/referência "A".

Art. 2º - O prazo de prorrogação da presente portaria passa a ser de 17 de dezembro de 2016 até 28 de Fevereiro de 2017, ou até o retorno da titular.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 16 de Dezembro de 2016

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI

Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO

Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA N. 642/2016

PORTARIA N. 642/2016

"PRORROGA PRAZO DE CONTRATO QUE ESPECIFICA"

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

Considerando o afastamento da servidora titular "CLAUDETE ADRIANO DALMAGRO" que se encontra em benefício Auxílio Doença concedido pelo INSS,

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar o prazo de validade do contrato da servidora "ELIANA APARECIDA COSTA", inscrita no CPF n. 005.971.779-37, contratada em caráter temporário através da portaria n. 478/2016 de 01 de março de 2016 para exercer o cargo de "AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS", nível 01, classe/referência "A".

Art. 2º - O prazo de prorrogação da presente portaria passa a ser de 17 de dezembro de 2016 até 28 de Fevereiro de 2017, ou até o retorno da titular.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 16 de Dezembro de 2016

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI

Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO

Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA N. 643/2016

PORTARIA N. 643/2016

"PRORROGA PRAZO DE CONTRATO QUE ESPECIFICA"

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

Considerando o afastamento da servidora titular "ICLAULETE APARECIDA RODRIGUES".

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar o prazo de validade do contrato da servidora "MARINÊS ALBIERO CHINATO", inscrita no CPF n. 001.039.069-32, contratada em caráter temporário para exercer o cargo de "AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS", nível 01, classe/referência "A" através da portaria n. 487/2016 de 14 de março de 2016 e alterada pela portaria n. 529/2016 de 08 de junho de 2016.

Art. 2º - O prazo de prorrogação da presente portaria passa a ser de 17 de dezembro de 2016 até 28 de Fevereiro de 2017, ou até o retorno da titular.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 16 de Dezembro de 2016

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI
Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA N. 644/2016

PORTARIA N. 644/2016

"EXONERA SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO COMISSIONADO QUE ESPECIFICA"

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar "GRASIELE APARECIDA RECH LOZ", brasileira, casada, residente neste município, nascida em 05/09/1979, inscrita no CPF n. 028.442.809-43, carteira de identidade n. 3.711.069, título eleitoral n. 037001240981, nomeada para exercer o cargo de "DIRETOR DE ESCOLA", nível CC-7, anexo I, cargo de provimento em comissão do quadro de pessoal do Poder Executivo através da portaria n. 479/2016 de 01 de março de 2016, a qual fica sem efeito a partir desta data.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 21 de Dezembro de 2016.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI
Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO

Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA N. 645/2016

PORTARIA N. 645/2016

"EXONERA SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO COMISSIONADO QUE ESPECIFICA"

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar "IVAN ROBERTO GALVAN", brasileiro, solteiro, residente neste município, nascido em 30/09/1968, inscrito no CPF n. 594.635.709-34, carteira de identidade n. 1.709.439, título eleitoral n. 023124700990, nomeado para exercer o cargo de "DIRETOR" de EDUCAÇÃO, cargo de provimento em comissão do quadro de pessoal do Poder Executivo através da portaria n. 171/2013 de 08 de outubro de 2013, a qual fica sem efeito a partir desta data.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 21 de Dezembro de 2016.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI
Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA N. 646/2016

PORTARIA N. 646/2016

"EXONERA SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO COMISSIONADO QUE ESPECIFICA"

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar "JAQUELINE SPADER", brasileira, solteira, residente neste município, nascida em 25/01/1991, inscrita no CPF n. 077.308.699-42, carteira de identidade n. 5.506.804-9, título eleitoral n. 051518120906, nomeada para exercer o cargo comissionado de "SUPERVISOR DE ESPORTES" através da portaria 070/2013 de 06 de março de 2013, alterada para o cargo comissionado de "SUPERVISOR DE CULTURA" através da portaria n. 401/2015 de 03 de agosto de 2015 e passando a exercer o cargo de "DIRETOR" de CULTURA pela portaria 565/2016 de 01 de julho de 2016, as quais ficam sem efeito a partir desta data.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 21 de Dezembro de 2016.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI
Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA N. 647/2016

PORTARIA N. 647/2016

"EXONERA SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO COMISSIONADO QUE ESPECIFICA"

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar "WINICIUS OLIVEIRA DA SILVA", brasileiro, solteiro, residente neste município, nascido em 03/05/1995, inscrito no CPF n. 089.944.219-63, carteira de identidade n. 4.960.111, título eleitoral n. 055362470981, nomeado para exercer o cargo de "DIRETOR", nível CC-6, anexo I, cargo de provimento em comissão do quadro de pessoal do Poder Executivo através da portaria n. 297/2014 de 02 de setembro de 2014, a qual fica sem efeito a partir desta data.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 21 de Dezembro de 2016.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI
Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA N. 648/2016

PORTARIA N. 648/2016

"EXONERA SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO COMISSIONADO QUE ESPECIFICA"

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar "DIONILCE RIBEIRO", brasileira, solteira, residente neste município, nascida em 02/07/1984, inscrita no CPF n. 039.890.189-90, carteira de identidade n. 11/R 4.797.427, título eleitoral n. 041907540906, nomeada para exercer o cargo de "CHEFE DO SETOR", nível CC-2, anexo I, cargo de provimento em comissão do quadro de pessoal do Poder Executivo através da portaria n. 227/2014 de 13 de março de 2014, a qual fica sem efeito a partir desta data.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 21 de Dezembro de 2016.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI
Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA N. 649/2016

PORTARIA N. 649/2016

"EXONERA SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO COMISSIONADO QUE ESPECIFICA"

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar "IVETE ANTUNES DE OLIVEIRA SANTOS", brasileira, casada, residente neste município, nascida em 22/07/1970, inscrita no CPF n. 702.648.809-00, carteira de identidade n. 2.419.854, título eleitoral n. 024988630949, nomeada para exercer o cargo de "CHEFE DO SETOR", nível CC-2, anexo I, cargo de provimento em comissão do quadro de pessoal do Poder Executivo através da portaria n. 527/2016 de 01 de junho de 2016, a qual fica sem efeito a partir desta data.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 21 de Dezembro de 2016.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI
Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA N. 650/2016

PORTARIA N. 650/2016

"EXONERA SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO COMISSIONADO QUE ESPECIFICA"

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar "ADRIELI ESTER ALVES", brasileira, convivente, residente neste município, nascida em 20/09/1986, inscrita no CPF n. 009.825.529-04, carteira de identidade n. 11/R 5.158.261, título eleitoral n. 046850680965, nomeada para exercer o cargo de "DIRETOR DE ESCOLA" - 40 horas, nível CC-7, cargo de provimento em comissão do quadro de pessoal do Poder Executivo através da portaria n. 048/2013 de 01 de fevereiro de 2013, a qual fica sem efeito a partir desta data.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 21 de Dezembro de 2016.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI
Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA N. 651/2016

PORTARIA N. 651/2016

"PRORROGA LICENÇA MATERNIDADE QUE ESPECIFICA"

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar pelo período de 60 (sessenta) dias consecutivos a contar de 21 de Dezembro de 2016 a 18 de Fevereiro de 2017 a "LICENÇA MATERNIDADE" concedida a servidora "GABRIELA CONCEIÇÃO DE ALMEIDA", inscrita no CPF n. 043.638.199-01, ocupante do cargo efetivo de "AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS" conforme Emenda a Lei Orgânica n. 02 de 04 de Junho de 2013.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 21 de Dezembro de 2016.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI
Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA N. 652/2016

PORTARIA N. 652/2016

"EXONERA SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO COMISSIONADO QUE ESPECIFICA"

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar "TIAGO MAESTRI", brasileiro, solteiro, residente neste município, nascido em 12/06/1981, inscrito no CPF n. 034.593.719-86, carteira de identidade n. 11/R 4.216.379, título eleitoral n. 033154780930, nomeado para exercer o cargo comissionado de "SUPERVISOR" através da portaria 202/2014 de 20 de janeiro de 2014 e alterada para o cargo comissionado de "DIRETOR" pela portaria n. 509/2016 de 02 de maio de 2016, as quais ficam sem efeito a partir desta data.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 22 de Dezembro de 2016.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI
Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA N. 653/2016

PORTARIA N. 653/2016

"EXONERA SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO COMISSIONADO QUE ESPECIFICA"

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar na data de 30 de dezembro de 2016 a Sra. "LOLITA MAFRA ALVES", brasileira, viúva, residente neste município, nascida em 07/04/1959, inscrita no CPF n. 346.860.539-00, carteira de identidade n. 11/R 935.842, título eleitoral n. 007880820906, nomeada através da portaria n. 006/2013 de 02 de janeiro de 2013 para exercer o cargo de "DIRETOR" de SAÚDE, cargo de provimento em comissão do quadro de pessoal do Poder Executivo.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 22 de Dezembro de 2016.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI
Prefeita Municipal

PORTARIA N. 654/2016

PORTARIA N. 654/2016

"EXONERA SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO COMISSIONADO QUE ESPECIFICA"

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar na data de 30 de dezembro de 2016 o Sr. "LUIZ FERNANDO BARBOSA DE OLIVEIRA", brasileiro, casado, residente neste município, nascido em 19/09/1989, inscrito no CPF n. 065.086.539-11, carteira de identidade n. 4.434.303, título eleitoral n. 051516130965, nomeado através da portaria 148/2013 de 07 de agosto de 2013 para exercer o cargo de "SUPERVISOR" e alterada pela portaria n. 194/2013 de 02 de dezembro de 2013 para o cargo de "DIRETOR", cargos de provimento em comissão do quadro de pessoal do Poder Executivo.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 22 de Dezembro de 2016.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI
Prefeita Municipal

PORTARIA N. 655/2016

PORTARIA N. 655/2016

"EXONERA SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO COMISSIONADO QUE ESPECIFICA"

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar na data de 30 de dezembro de 2016 a Sra. "ANGELA MARIA RODRIGUES FABRICIO", brasileira, convivente, residente neste município, nascida em 17/05/1981, inscrita no CPF n. 006.961.579-93, carteira de identidade n. 3.777.559, título eleitoral n.033155410906, nomeada através da portaria n. 052/2013 de 04 de fevereiro de 2013 para exercer o cargo de "SUPERVISOR", nível CC-4, anexo I, cargo de provimento em comissão do quadro de pessoal do Poder Executivo.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 22 de Dezembro de 2016.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI
Prefeita Municipal

PORTARIA N. 656/2016

PORTARIA N. 656/2016

"EXONERA SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO COMISSIONADO QUE ESPECIFICA"

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar na data de 30 de dezembro de 2016 o Sr. "EDERSON PAULO CORRÊA", brasileiro, solteiro, residente neste município, nascido em 11/05/1986, inscrito no CPF n. 053.982.449-65, carteira de identidade n. 11/R 5.158.114, título eleitoral n. 046852160965, nomeado através da portaria 135/2013 de 01 de julho de 2013 para exercer o cargo de "COORDENADOR" e alterada pela portaria n. 348/2015 de 01 de abril de 2015 para o cargo de "SUPERVISOR", cargos de provimento em comissão do quadro de pessoal do Poder Executivo.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 22 de Dezembro de 2016.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI
Prefeita Municipal

PORTARIA N. 657/2016

PORTARIA N. 657/2016

"EXONERA SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO COMISSIONADO QUE ESPECIFICA"

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar na data de 30 de dezembro de 2016 a Sra. "ALDACIR SALETE DA SILVA DE OLIVEIRA", brasileira, casada, residente neste município, nascida em 17/01/1971, inscrita no CPF n. 693.269.839-00, carteira de identidade n. 2.822.638, título eleitoral n. 029849140949, nomeada através da portaria n. 607/2016 de 10 de outubro de 2016 para exercer o cargo de "CHEFE DO SETOR", nível CC-2, anexo I, cargo de provimento em comissão do quadro de pessoal do Poder Executivo.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 22 de Dezembro de 2016.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI
Prefeita Municipal

PORTARIA N. 658/2016

PORTARIA N. 658/2016

"EXONERA SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO COMISSIONADO QUE ESPECIFICA"

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar na data de 30 de dezembro de 2016 o Sr. "JACIR VIEIRA DA CRUZ", brasileiro, convivente, residente neste município, nascido em 26/02/1986, inscrito no CPF n. 059.793.859-83, carteira de identidade n. 4.418.428, título eleitoral n. 044916800990, nomeado através da portaria n. 586/2016 de 01 de agosto de 2016 para exercer o cargo de "CHEFE DO SETOR", nível CC-2, anexo I, cargo de provimento em comissão do quadro de pessoal do Poder Executivo.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 22 de Dezembro de 2016.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI
Prefeita Municipal

PORTARIA N. 659/2016

PORTARIA N. 659/2016

“EXONERA AGENTE POLÍTICO QUE ESPECIFICA”

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar na data de 30 de dezembro de 2016 o Agente Político Sr. “DILCEU ANTÔNIO DE BASTIANI”, brasileiro, casado, residente neste município, nascido em 08/09/1959, inscrito no CPF n. 385.440.679-72, carteira de identidade n. 938.578, título eleitoral n. 007834180973, nomeado através da portaria n. 458/2016 de 01 de fevereiro de 2016 para exercer o cargo de “SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS”, nível CC-8, anexo I, cargo de provimento em comissão do quadro de pessoal do Poder Executivo.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 22 de Dezembro de 2016.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI
Prefeita Municipal

PORTARIA N. 660/2016

PORTARIA N. 660/2016

“EXONERA AGENTE POLÍTICO QUE ESPECIFICA”

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar na data de 30 de dezembro de 2016 o Agente Político Sr. “NELVIR JOSE RANSAN”, brasileiro, casado, residente neste município, nascido em 19/03/1966, inscrito no CPF n. 790.046.529-49, carteira de identidade n. 1.705.994, título eleitoral n. 007839840973, nomeado através da portaria n. 004/2013 de 02 de janeiro de 2013 para exercer o cargo de “SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO”, nível CC-8, anexo I, cargo de provimento em comissão do quadro de pessoal do Poder Executivo.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 22 de Dezembro de 2016.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI
Prefeita Municipal

PORTARIA N. 661/2016

PORTARIA N. 661/2016

“EXONERA AGENTE POLÍTICA QUE ESPECIFICA”

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar na data de 30 de dezembro de 2016 a Agente Política Sra. “LENIR RADAVELLI”, brasileira, casada, residente neste município, nascida em 19/04/1957, inscrita no CPF n. 028.724.059-25, carteira de identidade n. 11/R 3.153.089, título eleitoral n. 007839290949, nomeada através da portaria n. 022/2013 de 03 de janeiro de 2013 para exercer o cargo de “SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL”, nível CC-8, anexo I, cargo de provimento em comissão do quadro de pessoal do Poder Executivo.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 22 de Dezembro de 2016.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI
Prefeita Municipal

PORTARIA N. 662/2016

PORTARIA N. 662/2016

“REVOGA PORTARIA N. 156/2013 DE 30 DE AGOSTO DE 2013 QUE ESPECIFICA”

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Revogar a portaria n. 156/2013 de 30 de Agosto de 2013, que concedeu adicional de Função Gratificada de 30% (trinta por cento) sobre o vencimento básico da servidora “CATIA REGINA HAEBERLE”, ocupante do cargo efetivo de “MÉDICO VETERINÁRIO”, nível 31, classe/referência “E”, para operacionalizar e coordenar o Programa Municipal de Controle de Zoonoses.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 30 de Dezembro de 2016.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 29 de Dezembro de 2016.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENECHINI
Prefeita Municipal

PORTARIA N. 663/2016

PORTARIA N. 663/2016

“REVOGA PORTARIA N. 051/2013 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2013 QUE ESPECIFICA”

MELANIA APARECIDA ROMAN MENECHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Revogar a portaria n. 051/2013 de 01 de Fevereiro de 2013, que concedeu adicional de Função Gratificada de 20% (vinte por cento) sobre o vencimento básico da servidora “DALUZ APARECIDA LEMES DE ANDRADE”, ocupante do cargo efetivo de “AGENTE ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS”, nível 07, classe/referência “A”, para coordenar os serviços de Chefe do Setor do Tele Centro Comunitário.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 30 de Dezembro de 2016.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 29 de Dezembro de 2016.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENECHINI
Prefeita Municipal

PORTARIA N. 664/2016

PORTARIA N. 664/2016

“REVOGA AS PORTARIAS N. 165/2009 E N. 019/2013 QUE ESPECIFICA”

MELANIA APARECIDA ROMAN MENECHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Revogar a portaria n. 165/2009 de 01 de Dezembro de 2009 que concedeu e a portaria n. 019/2013 de 02 de janeiro de 2013 que alterou o adicional de Função Gratificada de 30% (trinta por cento) sobre o vencimento básico da servidora “DÉBORA LUCIANA LAZAROTO”, ocupante do cargo efetivo de “OPERADOR DE CPD”, nível 21, classe/referência “J”, para desempenhar a função de CHEFE DO SETOR DE RECURSOS HUMANOS desta municipalidade.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 30 de Dezembro de 2016.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 29 de Dezembro de 2016.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENECHINI
Prefeita Municipal

PORTARIA N. 665/2016

PORTARIA N. 665/2016

“REVOGA A PORTARIA N. 436/2011 DE 15 DE JULHO DE 2011 QUE ESPECIFICA”

MELANIA APARECIDA ROMAN MENECHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Revogar a portaria n. 436/2011 de 15 de Julho de 2011, que concedeu adicional de Função Gratificada de 20% (vinte por cento) sobre o vencimento básico do servidor “DORNELES ANTONIO PELICOLI”, ocupante do cargo efetivo de “BACHAREL CIÊNCIAS CONTÁBEIS”, nível 35, classe/referência “J”, para atender aos serviços de CHEFE DO SETOR DE PATRIMÔNIO desta municipalidade.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 30 de Dezembro de 2016.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 29 de Dezembro de 2016.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENECHINI
Prefeita Municipal

PORTARIA N. 666/2016

PORTARIA N. 666/2016

“REVOGA AS PORTARIAS N. 071/2013 E 492/2016 QUE ESPECIFICA”

MELANIA APARECIDA ROMAN MENECHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Revogar a portaria n. 071/2013 de 06 de Março de 2013 que concedeu e a portaria n. 492/2016 de 21 de Março de 2016 que alterou o adicional de Função Gratificada de 20% (vinte por cento) sobre o vencimento básico da servidora “JUSSARA APARECIDA DA CRUZ SEMIONI”, ocupante do cargo efetivo de “AGENTE SANITARISTA”, nível 25, classe/referência “J”, para OPERACIONALIZAR E COORDENAR O PROGRAMA DA DENGUE.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 30 de Dezembro de 2016.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 29 de Dezembro de 2016.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI
Prefeita Municipal

PORTARIA N. 667/2016

PORTARIA N. 667/2016

“REVOGA AS PORTARIAS N. 088/2013 E 195/2013 QUE ESPECIFICA”

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Revogar a portaria n. 088/2013 de 08 de Abril de 2013 que concedeu e a portaria n. 195/2013 de 02 de Dezembro de 2013 que alterou o adicional de Função Gratificada de 15% (quinze por cento) sobre o vencimento básico da servidora “SILVANA APARECIDA SCHESSOHOF”, ocupante do cargo efetivo de “AUXILIAR ADMINISTRATIVO”, nível 04, classe/referência “A”, para atender aos serviços de CHEFE DO SETOR NA JUNTA DE SERVIÇO MILITAR desta municipalidade.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 30 de Dezembro de 2016.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 29 de Dezembro de 2016.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI
Prefeita Municipal

PORTARIA N. 668/2016

PORTARIA N. 668/2016

“REVOGA A PORTARIA N. 461/2016 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2016 QUE ESPECIFICA”

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Revogar a portaria n. 461/2016 de 05 de Fevereiro de 2016, que concedeu adicional de Função Gratificada de 30% (trinta por cento) sobre o vencimento básico do servidor “VOLNEI ANTONIO DA SILVA PEREIRA”, ocupante do cargo efetivo de “OPERADOR MÁQUINAS PESADAS”, nível 16, classe/referência “J” para atender aos serviços de “CHEFE DO SETOR DE TRANSPORTES E OBRAS” na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos desta municipalidade.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 30 de Dezembro de 2016.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 29 de Dezembro de 2016.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI
Prefeita Municipal

PORTARIA N. 669/2016

PORTARIA N. 669/2016

“REVOGA PORTARIA N. 566/2016 DE 04 DE JULHO DE 2016 QUE ESPECIFICA”

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Revogar em 31 de dezembro de 2016, a Portaria nº 566/2016 de 04 de julho de 2016 que designou a servidora “TE-REZINHA APARECIDA KOSHINSKI”, brasileira, divorciada, inscrita no CPF n. 657.087.929-49 para exercer o cargo de “DIRETOR DE ESCOLA” – 40 horas, nível CC-7, retornando a mesma para sua função de origem de “PROFESSOR” – 20 horas, nível IV, classe/referência “J”, cargo de provimento efetivo do quadro de pessoal do Poder Executivo.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 29 de Dezembro de 2016.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI
Prefeita Municipal

PORTARIA N. 670/2016

PORTARIA N. 670/2016

“REVOGA PORTARIA N. 132/2013 DE 01 DE JULHO DE 2013 QUE ESPECIFICA”

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Revogar em 31 de dezembro de 2016, a Portaria nº 132/2013 de 01 de julho de 2013 que designou a servidora “NADIA DE LURDES ROSEGHINI LAZAROTO”, brasileira, casada, inscrita no CPF n. 592.404.239-15 para exercer o cargo de “SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES” – 40 horas, nível CC-8, retornando a mesma para sua função de origem de “PROFESSOR” – 20 horas, nível IV, classe/referência “J”, cargo de provimento efetivo do quadro de pessoal do Poder Executivo.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 29 de Dezembro de

2016.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI
Prefeita Municipal

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 29 de Dezembro de 2016.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI
Prefeita Municipal

PORTARIA N. 671/2016

PORTARIA N. 671/2016

"CONCEDE RETORNO AO TRABALHO A SERVIDORA QUE ESPECIFICA"

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder retorno ao trabalho a partir de 01 de Janeiro de 2017, da "LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES" a servidora "ROSE MARI GONÇALVES CHAVES", brasileira, casada, residente neste município, nascida em 29/08/1970, inscrita no CPF n. 800.110.639-04, carteira de identidade n. 2.819.243, título eleitoral n. 029856090949, ocupante do cargo efetivo de "PROFESSOR", nível IV, classe/referência "J", conforme requerimento da servidora protocolado em 20 de dezembro de 2016.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 29 de Dezembro de 2016

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI
Prefeita Municipal

PORTARIA N. 672/2016

PORTARIA N. 672/2016

"REVOGA PORTARIA N. 002/2013 DE 02 DE JANEIRO DE 2013 QUE ESPECIFICA"

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Revogar em 31 de dezembro de 2016, a Portaria nº 002/2013 de 02 de janeiro de 2013 que designou a servidora "SUELEN FAVRETTO", brasileira, solteira, inscrita no CPF n. 054.474.669-46 para exercer o cargo de "SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS", nível CC-8, retornando a mesma para sua função de origem de "ESCRITURÁRIA", nível 09, classe/referência "J", cargo de provimento efetivo do quadro de pessoal do Poder Executivo.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Vidal Ramos

PREFEITURA

PREGÃO REGISTRO DE PREÇOS Nº. 04/2017 - MATERIAL ESCOLAR

Prefeitura de Vidal Ramos
Prefeitura Municipal de Vidal Ramos
Setor de Compras
PREGÃO Nº. 04/2017

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº. 04/2017

OBJETO: Constitui objeto do presente certame a AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR PARA O EXERCÍCIO DE 2016 A SER ENTREGUE PELO LICITANTE VENCEDOR NA PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS. Quantidade apurada por estimativa com previsão de entrega IMEDIATA, mediante autorização de fornecimento.

REGIMENTO: A Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, designada pelo PORTARIA Nº. 031/2016 de 18/02/2016, torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do PREGÃO PRESENCIAL nº. 04/2017, do tipo MENOR LANCE POR ITEM, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº. 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº. 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº. 3.784 de 06/04/01, Lei nº. 6.474, de 06/08/2002, Decreto nº. 0199, de 09/06/2003 e legislação correlata aplicando-se, subsidiariamente, a Lei 8.666, de 21/06/93, com suas alterações e demais exigências deste Edital.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS e ABERTURA: Até o dia 23/01/2017, às 08:30 hrs.

LOCAL: Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal de Vidal Ramos sita à Avenida Jorge Lacerda, 1180, Centro, Vidal Ramos/SC.

ÁREA RESPONSÁVEL: Departamento de Compras e Licitações

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, Avenida Jorge Lacerda nº. 1180, centro, Setor de Compras nos seguintes horários, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 HRS, telefone (47) 3356-2300, email: compras@prefeituravidalramos.com.br.

Vidal Ramos, 09 de janeiro de 2017

LAERCIO DA CRUZ
Prefeito Municipal

PREGÃO REGISTRO DE PREÇOS Nº. 05/2017 - ALMOÇO, LANCHES

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS
SETOR DE COMPRAS
PREGÃO Nº. 05/2017

OBJETO: Constitui objeto do presente certame ALIMENTAÇÃO SERVIDA PRONTA PARA CONSUMO, EM FORMA DE MARMITA, ALMOÇO E LANCHES VARIADOS. A ser utilizado no transcurso do exercício de 2017. Quantidade apurada por estimativa podendo variar de acordo com as atividades e atos administrativos da municipalidade com previsão de entrega fragmentada, mediante requisição prévia setor competente, em frações diárias, sendo o local de entrega em estabelecimento apropriado localizado no perímetro urbano do município.

REGIMENTO: A Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, designada pelo PORTARIA Nº. 031/2017 de 08 de fevereiro de 2016, torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do PREGÃO PRESENCIAL nº. 05/2017, do tipo MENOR LANCE POR LOTE, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº. 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº. 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº. 3.784 de 06/04/01, Lei nº. 6.474, de 06/08/2002, Decreto nº. 0199, de 09/06/2003 e legislação correlata aplicando-se, subsidiariamente, a Lei 8.666, de 21/06/93, com suas alterações e demais exigências deste Edital.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Às 10:30 hrs do dia 23 de janeiro de 2017.

CREDENCIAMENTO DE REPRESENTANTES e a SESSÃO DE LANÇES: Às 10:30 hrs do dia 23 de janeiro de 2017, na Av. Jorge Lacerda, nº. 1180 - Centro, no Gabinete do Prefeito.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, Avenida Jorge Lacerda nº. 1180, centro, Setor de Compras nos seguintes horários, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 HRS, telefone (47) 3356-2300, email: compras@prefeituravidalramos.com.br.

Vidal Ramos (SC), 09 de janeiro de 2017.

LAERCIO DA CRUZ
Prefeito Municipal

Videira

PREFEITURA

DECRETO Nº 13.660/17

DECRETO Nº 13.660/17, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.
Nomeia Secretária Municipal de Saúde e Ação Social.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, RAQUELITA DALLA CORTE CANTARELLI, para exercer o cargo comissionado de Secretária Municipal de Saúde e Ação Social, símbolo DAS-1, criado pela Lei nº 2.100/09 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de janeiro de 2017.

Videira, 02 de janeiro de 2017.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 02 dias do mês de janeiro de 2017.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

DECRETO Nº 13.679/17

DECRETO Nº 13.679/17, DE 05 DE JANEIRO DE 2017.
Nomeia Diretor do Departamento de Pessoal

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações;

RESOLVE

Art. 1º Nomear, DIONISIO ROBASKEWICZ NETO, para exercer o cargo comissionado de Diretor do Departamento de Pessoal, símbolo DAS-2, criado pela Lei nº 2.100/09 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 02 de janeiro de 2017.

Videira, 05 de janeiro de 2017.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 05 dias do mês de janeiro de 2017.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0002/17

PORTARIA nº 0002/17
Autoriza o uso do Ginásio Poliesportivo Medalhão

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, parágrafo 4º, da Lei Orgânica do Município, e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 17/17,

RESOLVE

Art. 1º Autorizar o uso do Ginásio Poliesportivo Medalhão, pela organização religiosa Testemunhas de Jeová representadas pela Associação Bíblica e Cultural de Videira, no dia 13 de abril de 2017, a partir das 13h30min até as 17h00min do dia 14 de abril de 2017, para realização de uma assembleia aberta ao público.

§1º Os responsáveis pela organização do evento se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

- Serviço de segurança no local do evento;
- Fica vedado a instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar o local;
- Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes ao patrimônio público;
- Não ceder o uso da área a terceiros, nem utilizá-la para fim diverso do ora estipulado;
- Ao pagamento da taxa referente ao ECAD – Escritório Central de Arrecadação de Direitos Autorais, no prazo de 72 (setenta e duas) horas antes da realização do evento, nos casos de utilização de músicas de artistas que estão em atividade ou, que faleceram há menos de 70 (setenta) anos;
- Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;
- Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;
- Em caso de extravio e/ou dano, total ou parcial, dos bens utilizados, obrigar-se-ão ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes.

§2º A fim de apurar eventuais danos cabe a Fundação Municipal de Esportes de Videira, através de servidor devidamente qualificado, vistoriar e atestar, por meio de termo de devolução, as condições das dependências do Ginásio Poliesportivo Medalhão e demais materiais quando da devolução dos mesmos.

§3º A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer casualidade sobre os participantes do referido evento, ficando o organizador inteiramente responsável pelos mesmos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 03 de janeiro de 2017.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 03 dias do mês de janeiro de 2017.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0014/17

PORTARIA nº 0014/17

Autoriza o Uso do Largo da Estação Ferroviária

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, parágrafo 4º, da Lei Orgânica do Município, e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 111/2017;

RESOLVE

Art. 1º Autorizar a colocação e exibição de uma faixa no Largo da Estação Ferroviária, pela Paróquia Imaculada Conceição, no período de 16 de janeiro a 11 de fevereiro de 2017, para divulgação de um Brechó que acontecerá nos dias 10 e 11 de fevereiro de 2017.

Parágrafo único - A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer casualidade sobre o texto e/ou imagens da referida faixa, ficando a Paróquia Imaculada Conceição, inteiramente responsável pelos mesmos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 06 de janeiro de 2017.

DORIVAL CARLOS BORG

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 06 dias do mês de janeiro de 2017.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0028/17

PORTARIA nº 0028/17

Designa Fiscal de Obra decorrente de Contrato Administrativo

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX da Lei Orgânica do Município e em conformidade com o art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

RESOLVE

Art. 1º Designar MAIZE CARLA CARLESSO DAIÇÃO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 074.783.299-42, nomeada no cargo efetivo de ENGENHEIRA CIVIL, matrícula nº 15.603, para acompanhamento e fiscalização da obra decorrente do Processo Licitatório Tomada de Preços nº 17/2016-PMV, contratos administrativos nº 156/2016 e nº 157/2016, cujo objeto é a contratação de empresa para realizar pavimentação com pedras irregulares e drenagem na Rua Almo Rohregger (item 01); e pavimentação com pedras irregulares e drenagem parte da Rua Benvenuto F. Mandelli a parte da Rua José Savian (item 02) e parte da Rua Idina Guarnieri Ferlin (item 03), conforme projeto básico, incluindo material e mão de obra, nesta cidade de Videira, de acordo com os Projetos, Memorial Descritivo e Quantitativo.

Art. 2º Incumbe ao fiscal acima designado acompanhar e fiscalizar a execução da obra acima referida, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 09 de janeiro de 2017.

DORIVAL CARLOS BORG

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 09 dias do mês de janeiro de 2017.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0003/17

PORTARIA nº 0003/17

Nomeia Comissão de Avaliação de Bem Imóvel

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 72, IX, da Lei Orgânica do Município, e à vista do que consta no Memorando nº 001/SAU ;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 19 e 20 do Decreto Federal nº 99.658/90, que regulamenta no âmbito da Administração Pública Federal, o reaproveitamento, a movimentação, a alienação e outras formas de desfazimento de material;

CONSIDERANDO o disposto na alínea "c" do artigo 7º da Lei Federal nº 5.194/66, que regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro Agrônomo, bem como a alínea "c" do artigo 1º da Resolução do CONFEA nº 345/90, que dispõe quanto o exercício por profissional de Nível Superior das Atividades de Engenharia de Avaliações e Perícias de Engenharia;

CONSIDERANDO, ainda, NBR 14653-1 – Avaliação de Bens da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas;

RESOLVE

Art. 1º Designar MAIZE CARLA CARLESSO DAIÇÃO, ROMULO MACHADO DE SOUZA e FRANCK MAYER BRANDALISE, para comporem a Comissão de Avaliação, a fim de avaliarem, no prazo de 03 (dez) dias, para fins de locação, duas salas comerciais em alvenaria, uma localizada na Rua João Contini nº 35, medindo 280m² e a outra localizada na Rua Antônio Ferlin, medindo 97 m², de propriedades de João Severino Perin.

§1º Os servidores integrantes da Comissão ficam dispensados de suas atividades normais nos dias de avaliação e elaboração do relatório final.

§2º As avaliações deverão considerar os encargos/restrições dos contratados, para embasar o valor a ser fixado a título de remuneração mensal.

§3º A comissão deverá fixar os valores a serem pagos a título de água e energia nos locais onde não houver medidores.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 05 de janeiro de 2017.

DORIVAL CARLOS BORG

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 05 dias do mês de janeiro de 2017.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

Vitor Meireles

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO 002/2017

Processo de Licitação 002/2017

Modalidade: Pregão 001/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES

Modalidade: Pregão

O Município Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que se acha aberto Processo de Licitação, na modalidade de Pregão, na forma presencial, objetivando a AQUISICAO DE TRANSPORTE ESCOLAR, e que estará recebendo os envelopes contendo a proposta de preços e de documentos de habilitação, até as 14h30min, do dia 20 de janeiro de 2017 em sessão pública, na mesma dirigida pelo pregoeiro designado o senhor Valdeli Jose Sebastiao, promovendo a seleção da proposta mais vantajosa à Administração Municipal. Íntegra do Edital pelo site www.vitormeireles.sc.gov.br, informações pelo telefone (47) 3258 0211.

Vitor Meireles (SC), em 10 de janeiro de 2017.

BENTO FRANCISCO SILVY

Prefeito Municipal

Xanxerê

PREFEITURA

PORTARIA Nº - RH AM 014/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA Nº RH-AM 014/2017
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC.,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigos 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.775/91, Lei Complementar nº AM 2907/06, Decreto AM 096/08 e Lei BLB 3112/09.

RESOLVE

CONCEDER a pedido, Licença Prêmio por assiduidade por um período de 30 (trinta) dias a partir de 17.04.2017 a 16.05.2017 a Servidora Pública Municipal, a Sra. TANIA APARECIDA GIROLETA LIMA DE BARROS, brasileira, casada, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê - Santa Catarina, portadora do RG n.º 1.782.915-1 e CPF n.º 522.075.289-87, nomeada conforme Decreto n.º BLB 027/2009 no cargo de TÉCNICO DE ENFERMAGEM, com 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

O deferimento atende ao requerimento protocolado sob o n.º 0000010/2017 datado de 06.01.2017.

A licença prêmio concedida refere-se ao período de:
09.06.2012 a 08.06.2015 = 30 dias

Esta portaria entra em vigor nesta data, passando a vigorar a licença prêmio a partir de 17.04.2017. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 09 de Janeiro de 2017.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº - RH AM 015/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA Nº RH-AM 015/2017
EXONERAR SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - INSS.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê Santa Catarina,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Art. 69 incisos VI e Lei HW 1.775/91.

RESOLVE

EXONERAR a partir de 09.01.2017, a Servidora Pública Municipal a Sra. TANIA REGINA PINHEIRO, brasileira, casada, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê – SC., portadora da Cédula de Identidade nº 1051163879, CPF nº 492.653.180-15 e COREN nº 272483/SC, nomeada conforme Decreto nº BLB 291/2011 no cargo de TÉCNICO DE ENFERMAGEM, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, vinculada a Secretaria Municipal de Saúde, Aposentadoria por Tempo de Contribuição - INSS, conforme benefício nº 176.108.172-9 Espécie 42.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário principalmente o Decreto nº BLB 291/2011.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 09 de Janeiro de 2017.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

Xavantina

PREFEITURA

DECRETO 012/2017

DECRETO Nº 012/2017

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE MEMBRO SUPLENTE ELEITO DO CONSELHO TUTELAR DE XAVANTINA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ENOIR FAZOLO, Prefeito Municipal de Xavantina, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 1282/2013;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, na forma da Lei, a senhora MARTA BARBIERI, como membro suplente eleito ao Conselho Tutelar de Xavantina, criado através da Lei Municipal nº 1282, de 21 de maio de 2013, porquanto perdurar o período de férias das respectivas conselheiras titulares deste município.

Art. 2º As despesas decorrentes da nomeação do membro suplente do Conselho, correrão por conta do Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social em execução.

Art. 3º O Conselho Tutelar será regido pela Lei Municipal nº 1282, de 21 de maio de 2013, subordinado ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e seus respectivos Regimentos Internos de Funcionamento.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Xavantina, SC, 09 de Janeiro de 2017.

ENOIR FAZOLO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

DECRETO 013/2017

DECRETO Nº 013/2017

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO OCUPANTE DE CARGO COMISSIONADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ENOIR FAZOLO, Prefeito Municipal de Xavantina, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 101 VIII da Lei Orgânica Municipal, e, Lei Complementar nº 020/2004, atualizada;

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a Sra. CAMILA BEDIN, ocupante do cargo comissionado de Assessor de Direção, gerando efeitos a contar desta data.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Xavantina (SC), em 09 de Janeiro de 2017.

ENOIR FAZOLO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

DECRETO 014/2017

DECRETO Nº 014/2017

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SRA. CAMILA BEDIN PARA OCUPAR CARGO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ENOIR FAZOLO, Prefeito Municipal de Xavantina, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e, Lei Complementar nº 020/2004, atualizada;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a Sra. CAMILA BEDIN, portadora da cédula de identidade nº 5.162.876-7 e CPF 074.855.919-16, para exercer o cargo comissionado de Diretor, com dedicação exclusiva, percebendo a remuneração no Quadro de Vagas dos Cargos em Comissão, da Lei Complementar nº 020, de 25 de março de 2004, atualizada, gerando efeitos a contar desta data.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Xavantina (SC), em 09 de Janeiro de 2017.

ENOIR FAZOLO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

DECRETO 015/2017

DECRETO Nº 015/2017

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SRA. VÂNIA SALETE MIRANDOLLI PARA OCUPAR CARGO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ENOIR FAZOLO, Prefeito Municipal de Xavantina, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e, Lei Complementar nº 020/2004, atualizada;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a Sra. VÂNIA SALETE MIRANDOLLI, portadora da cédula de identidade nº 3.942.873 e CPF 051.406.269-00, para exercer o cargo comissionado de Assessor de Direção, com dedicação exclusiva, percebendo a remuneração no Quadro de Vagas dos Cargos em Comissão, da Lei Complementar nº 020, de 25 de março de 2004, atualizada, gerando efeitos a contar desta data.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Xavantina (SC), em 09 de Janeiro de 2017.

ENOIR FAZOLO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

Consórcios

CIGA

Extrato de Contrato n. 01 - Prefeitura Municipal de Cordilheira Alta

EXTRATO DE CONTRATO Nº 01/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Cordilheira Alta

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Cordilheira Alta

CNPJ: 95.990.198/0001-04

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: CONTRATO 02/2017

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil); - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; - ORDEM DE COMPRA:

Gestão de Obras: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação mediante disponibilização de programa desenvolvido em arquitetura web direcionado aos setores de planejamento e obras para o controle de convênios federais, contratos de empreitada, termos aditivos e andamento de obras de forma integrada com uma ferramenta de confecção de orçamentos, sendo estes nos padrões da Caixa Econômica Federal (DTB) e com disponibilidade de todas as tabelas SINAPI, SEOP, DER, DNIT, DEINFRA e outras que podem ser integradas sob solicitação; - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária ? Gestão do Cadastro Integrado Municipal ? GCIM: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o GCIM, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 10.485,00 (dez mil e quatrocentos e oitenta e cinco reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2017.

Florianópolis, 02 de janeiro de 2017.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato n. 02 - Prefeitura Municipal de Ouro Verde

EXTRATO DE CONTRATO Nº 02/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Ouro Verde

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ouro Verde

CNPJ: 80.913.031/0001-72

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: CONTRATO 01/2017

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil); - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária, Registro Mercantil Integrado (REGIN): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o REGIN, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 6.180,00 (seis mil e cento e oitenta reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2017.

Florianópolis, 02 de janeiro de 2017.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato n. 03 - Prefeitura Municipal de Presidente Castello Branco

EXTRATO DE CONTRATO Nº 03/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Presidente Castello Branco

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Presidente Castello Branco

CNPJ: 82.777.244/0001-40

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: CONTRATO 01/2017

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil); - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 4.200,00 (quatro mil e duzentos reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2017.

Florianópolis, 02 de janeiro de 2017.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato n. 05 - Prefeitura Municipal de Serra Alta

EXTRATO DE CONTRATO Nº 05/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Serra Alta

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Serra Alta

CNPJ: 80.622.319/0001-98

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: CONTRATO 01/2017

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil); - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária ? Gestão do Cadastro Integrado Municipal ? GCIM: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o GCIM, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais; - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 6.810,00 (seis mil e oitocentos e dez reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2017.

Florianópolis, 02 de janeiro de 2017.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato n. 370 - Prefeitura Municipal de Joinville

EXTRATO DE CONTRATO Nº 370/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Joinville

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Joinville

CNPJ: 83.169.623/0001-10

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: CONTRATO 401/2016

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Gestão de Obras: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação mediante disponibilização de programa desenvolvido em arquitetura web direcionado aos setores de planejamento e obras para o controle de convênios federais, contratos de empreitada, termos aditivos e andamento de obras de forma integrada com uma ferramenta de confecção de orçamentos, sendo estes nos padrões da Caixa Econômica Federal (DTB) e com disponibilidade de todas as tabelas SINAPI, SEOP, DER, DNIT, DEINFRA e outras que podem ser integradas sob solicitação; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 43.860,00 (quarenta e três mil e oitocentos e sessenta reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2017.

Florianópolis, 14 de dezembro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato n. 4 - Prefeitura Municipal de Ermo

EXTRATO DE CONTRATO Nº 4/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Ermo

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ermo

CNPJ: 01.608.905/0001-01

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: CONTRATO 03/2017

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil); - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 4.200,00 (quatro mil e duzentos reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2017.

Florianópolis, 03 de janeiro de 2017.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato n. 464 - Prefeitura Municipal de Balneário Arroio do Silva

EXTRATO DE CONTRATO Nº 464/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Balneário Arroio do Silva

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Balneário Arroio do Silva

CNPJ: 01.605.479/0001-52

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: TERMO ADITIVO 1-60/2016

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Gestão Tributária, Registro Mercantil Integrado (REGIN): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o REGIN, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 1.680,00 (um mil e seiscentos e oitenta reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2017.

Florianópolis, 30 de dezembro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato n. 465 - Prefeitura Municipal de Jacinto Machado

EXTRATO DE CONTRATO Nº 465/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Jacinto Machado

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Jacinto Machado

CNPJ: 82.960.758/0001-36

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 01/2016

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil); - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária, Registro Mercantil Integrado (REGIN): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o REGIN, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais; - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 10.380,00 (dez mil e trezentos e oitenta reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2017.

Florianópolis, 29 de dezembro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato n. 466 - Câmara Municipal de Anchieta

EXTRATO DE CONTRATO Nº 466/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Câmara Municipal de Anchieta

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Anchieta

CNPJ: 06.054.817/0001-29

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 01/2016

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Programa Gestão das Câmaras de Vereadores: promoção do governo eletrônico no Poder Legislativo Municipal de Santa Catarina; inclusão digital das Câmaras de Vereadores; disponibilização de informações e serviços ao cidadão; acompanhamento online dos projetos de lei e demais atos normativos em tramitação nas Câmaras de Vereadores; divulgação das potencialidades econômicas e culturais dos municípios; promoção da gestão transparente do Poder Legislativo Municipal; economia dos recursos públicos. - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 3.024,00 (três mil e vinte e quatro reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2017.

Florianópolis, 09 de dezembro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato n. 467 - Prefeitura Municipal de São José

EXTRATO DE CONTRATO Nº 467/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de São José

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São José

CNPJ: 82.892.274/0001-05

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 1Âº TERMO ADITIVO AO CONTRATO 01/2016

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil); - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 44.700,00 (quarenta e quatro mil e setecentos reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2017.

Florianópolis, 21 de dezembro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato n. 468 - Prefeitura Municipal de Timbó

EXTRATO DE CONTRATO Nº 468/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Timbó

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Timbó

CNPJ: 83.102.764/0001-15

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 1Âº TERMO ADITIVO AO CONTRATO 2015/158

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil); - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária ? Gestão do Cadastro Integrado Municipal ? GCIM: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o GCIM, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais; - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 19.155,00 (dezenove mil e cento e cinquenta e cinco reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2017.

Florianópolis, 08 de dezembro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato n. 469 - Prefeitura Municipal de Mondaí

EXTRATO DE CONTRATO Nº 469/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Mondaí

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Mondaí

CNPJ: 83.028.415/0001-09

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 1Âº TERMO ADITIVO AO CONTRATO 03/2016

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br.

diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil); - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária, Registro Mercantil Integrado (REGIN): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o REGIN, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais; - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 12.900,00 (doze mil e novecentos reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2017.

Florianópolis, 26 de dezembro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato n. 470 - Prefeitura Municipal de São João do Oeste

EXTRATO DE CONTRATO Nº 470/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de São João do Oeste

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Oeste

CNPJ: 80.911.936/0001-03

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 71/2015

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil); - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária ? Gestão do Cadastro Integrado Municipal ? GCIM: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o GCIM, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 6.120,00 (seis mil e cento e vinte reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2017.

Florianópolis, 29 de dezembro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato n. 471 - Câmara Municipal de União do Oeste

EXTRATO DE CONTRATO Nº 471/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Câmara Municipal de União do Oeste

CONTRATANTE: Câmara Municipal de União do Oeste

CNPJ: 02.323.196/0001-80

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 07/2016

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Programa Gestão das Câmaras de Vereadores: promoção do governo eletrônico no Poder Legislativo Municipal de Santa Catarina; inclusão digital das Câmaras de Vereadores; disponibilização de informações e serviços ao cidadão; acompanhamento online dos projetos de lei e demais atos normativos em tramitação nas Câmaras de Vereadores; divulgação das potencialidades econômicas e culturais dos municípios; promoção da gestão transparente do Poder Legislativo Municipal; economia dos recursos públicos. - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 3.024,00 (três mil e vinte e quatro reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2017.

Florianópolis, 22 de dezembro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO
Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato n. 472 - Prefeitura Municipal de Iporã do Oeste

EXTRATO DE CONTRATO Nº 472/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Iporã do Oeste

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Iporã do Oeste

CNPJ: 78.485.554/0001-13

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 01/2016

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Gestão Tributária ? Gestão do Cadastro Integrado Municipal ? GCIM: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o GCIM, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais; - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2017.

Florianópolis, 30 de dezembro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO
Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato n. 473 - Prefeitura Municipal de Blumenau

EXTRATO DE CONTRATO Nº 473/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Blumenau

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Blumenau

CNPJ: 83.108.357/0001-15

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 333/2015

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil); - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 44.700,00 (quarenta e quatro mil e setecentos reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2017.

Florianópolis, 16 de dezembro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO
Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato n. 474 - Prefeitura Municipal de Concórdia

EXTRATO DE CONTRATO Nº 474/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Concórdia

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Concórdia

CNPJ: 83.024.257/0001-00

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 01/2016

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal
CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil); - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária ? Gestão do Cadastro Integrado Municipal ? GCIM: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o GCIM, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 23.295,00 (vinte e três mil e duzentos e noventa e cinco reais)
VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2017.

Florianópolis, 26 de dezembro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO
Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato n. 475 - Prefeitura Municipal de Anitápolis

EXTRATO DE CONTRATO Nº 475/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Anitápolis

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Anitápolis

CNPJ: 82.892.332/0001-92

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 12/2016

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Gestão Tributária ? Gestão do Cadastro Integrado Municipal ? GCIM: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o GCIM, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais; - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 2.460,00 (dois mil e quatrocentos e sessenta reais)
VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2017.

Florianópolis, 28 de dezembro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO
Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato n. 476 - Câmara Municipal de Anitápolis

EXTRATO DE CONTRATO Nº 476/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Câmara Municipal de Anitápolis

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Anitápolis

CNPJ: 07.417.202/0001-82

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 01/2016

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Programa Gestão das Câmaras de Vereadores: promoção do governo eletrônico no Poder Legislativo Municipal de Santa Catarina; inclusão digital das Câmaras de Vereadores; disponibilização de informações e serviços ao cidadão; acompanhamento online dos projetos de lei e demais atos normativos em tramitação nas Câmaras de Vereadores; divulgação das potencialidades econômicas e culturais dos municípios;

promoção da gestão transparente do Poder Legislativo Municipal; economia dos recursos públicos. - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 3.360,00 (três mil e trezentos e sessenta reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2017.

Florianópolis, 19 de janeiro de 2017.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato n. 477 - Prefeitura Municipal de União do Oeste

EXTRATO DE CONTRATO Nº 477/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de União do Oeste

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de União do Oeste

CNPJ: 78.505.591/0001-46

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 1ªº TERMO ADITIVO AO CONTRATO 05/2016

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil); - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária, Registro Mercantil Integrado (REGIN): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o REGIN, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 6.720,00 (seis mil e setecentos e vinte reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2017.

Florianópolis, 26 de dezembro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato n. 478 - Prefeitura Municipal de Bom Jardim da Serra

EXTRATO DE CONTRATO Nº 478/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Bom Jardim da Serra

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Bom Jardim da Serra

CNPJ: 82.844.754/0001-92

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 1ªº TERMO ADITIVO AO CONTRATO 104/2015

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil); - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária, Registro Mercantil Integrado (REGIN): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o REGIN, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 7.140,00 (sete mil e cento e quarenta reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2017.

Florianópolis, 14 de dezembro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato n. 479 - Prefeitura Municipal de Camaçari

EXTRATO DE CONTRATO Nº 479/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Camaçari

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Camaçari

CNPJ: 14.109.763/0001-80

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 1Âº TERMO ADITIVO AO CONTRATO 13/2016

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 23.115,00 (vinte e três mil e cento e quinze reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2017.

Florianópolis, 05 de dezembro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

CIS NORDESTE

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 10/2014

EXTRATO DO SEGUNDOTERMO ADITIVO

CONTRATO Nº 10/2014

Processo Administrativo nº 39/2014

Origem: Dispensa de Licitação

Contratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – CIS/AMUNESC

Contratada: CENTRAL DE GUARDA DE DOCUMENTOS LTDA - ME (CNPJ 04.978.404/0001-05)

Objeto: Prorrogação do prazo de vigência contratual e reajuste de valores da cláusula terceira item 3.1.

Fundamento Legal: Art. 57, inciso II e § 2º da Lei nº 8.666/93, bem como cláusula quarta do contrato.

Valor do Contrato:

a) Armazenamento e organização de aproximadamente 1.100 caixas – R\$ 0,55 / caixa / mês;

b) Fornecimento de materiais:

i. Caixa Grande – R\$ 17,49 / unidade

ii. Caixa Média - R\$ 14,59 / unidade

iii. Caixa Pequena – R\$ 7,29 / unidade

iv. Caixa Box – R\$ 2,41 / unidade

c) Manuseio de Caixa Saída/Entrada – R\$ 0,55/unidade

d) Manuseio de Documentos/Inserção de documento na pasta. – R\$ 0,29 / documento

e) Transportes de Caixa e Documentos – R\$ 11,29 / coleta-entrega

f) Digitalização de documentos – R\$ 0,24 / face de folha A4

g) Organização – R\$ 26,34/hora

Vigência: 28/10/2016 a 28/10/2017

Data do Aditivo: 12 de dezembro 2016

José Chaves Mauro César Daquino Silveira

Prefeito Municipal de Garuva ARQ-CEN – Arquivo Central LTDA

Presidente do CISNORDESTE/SC CONTRATADA

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

Nome: Ana Maria Groff Jansen

CPF: 345.290.129-72

Nome: Genedi Loss Guth

CPF: 637.236.209.06

CIS/AMARP**EDITAL CREDENCIAMENTO 01 2010**

	ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE Consórcio Intermunicipal de Saúde-CIS-AMARP Rua Manoel Roque, 99- Fone/Fax: (49) 3566-0255 – Videira/SC. http://www.amarp.org.br cis@amarp.org.br
--	---

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2010-PARA CREDENCIAMENTO DE SERVIÇOS MÉDICOS (EXAMES DIAGNÓSTICOS E CONSULTAS ESPECIALIZADAS)

O Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Alto Vale do Rio do Peixe – CIS-AMARP, consoante com as disposições da Lei nº 8.666/93, suas alterações, Lei nº 8080/90, Portaria nº 1286/93 do Ministério da Saúde e demais legislações aplicáveis, leva ao conhecimento dos interessados, que encontra-se aberto permanentemente o Edital de Chamada Pública para CREDENCIAMENTO DE PRESTADORES DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS NA ÁREA DA SAÚDE.

Objeto: Credenciamento de Serviços de Exames de Diagnósticos e Consultas Especializadas.

O Edital completo e outras informações poderão ser solicitadas junto ao Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe - CISAMARP, sito a Rua Manoel Roque, 99, no município de Videira-SC ou na página eletrônica www.cisamarp.sc.gov.br Fone/fax (49) 3566-0255.

Videira, 09 de janeiro de 2017.
Luciano Paganini
Presidente CISAMARP

EXTRATO CONTRATO MUNICÍPIO ARROIO TRINTA 01/2017

EXTRATO CONTRATO DE RATEIO 01/2017
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE – CIS/AMARP.

CONTRATO DE RATEIO Nº. 01/2017
CONTRATADO: Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe CIS/AMARP. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA/SC. OBJETO: Este Contrato de Rateio tem por objeto disciplinar a entrega de recursos ao CIS-AMARP para atendimento do objeto disciplinado no Contrato de Programa nº. 01/2010. VALOR: R\$ 1.860,00 (Hum mil oitocentos e sessenta reais) repassados mensalmente ao CIS-AMARP, importância fixa. VIGÊNCIA: de 02 de janeiro de 2017 até 31 de dezembro de 2017. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei 11.107 de 2005. SIGNATÁRIOS: Luciano Paganini pelo CIS-AMARP e Claudio Spricigo pelo Município Contratante.

EXTRATO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO 01/2017
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE – CIS/AMARP.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº. 01/2017
CONTRATADO: Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe CIS/AMARP. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA/SC. OBJETO: Este Contrato de Prestação de Serviço tem por objeto disciplinar a entrega de recursos ao CIS-AMARP

para atendimento do objeto disciplinado no Contrato de Programa nº. 01/2010. VALOR: A importância variável até o máximo de R\$ 133.000,00 (cento e trinta e três mil reais) repassados mensalmente ao CIS-AMARP, de acordo com a utilização dos serviços mensais conforme a cota do município, expressa em planilha de gastos encaminhada mensalmente pelo CIS/AMARP ao município. VIGÊNCIA: de 05 de janeiro de 2017 até 31 de dezembro de 2017. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei 11.107 de 2005. SIGNATÁRIOS: Luciano Paganini pelo CIS-AMARP e Claudio Spricigo pelo Município Contratante.

EXTRATO CONTRATO MUNICÍPIO IBIAM 05/2017

EXTRATO CONTRATO DE RATEIO 05/2017
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE – CIS/AMARP.

CONTRATO DE RATEIO Nº. 05/2017
CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe CIS/AMARP. CONTRATADO: MUNICÍPIO DE IBIAM/SC. OBJETO: Este Contrato de Rateio tem por objeto disciplinar a entrega de recursos ao CIS-AMARP para atendimento do objeto disciplinado no Contrato de Programa nº. 01/2010. VALOR: R\$ 1.860,00 (Hum mil oitocentos e sessenta reais) repassados mensalmente ao CIS-AMARP. VIGÊNCIA: de 02 de janeiro de 2017 até 31 de dezembro de 2017. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei 11.107 de 2005. SIGNATÁRIOS: Luciano Paganini pelo CIS-AMARP e Ivanir Zanin pelo Município Contratante.

EXTRATO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO 05/2017
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE – CIS/AMARP.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº. 05/2017
CONTRATADO: Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe CIS/AMARP. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IBIAM/SC. OBJETO: Este Contrato de Prestação de Serviço tem por objeto disciplinar a entrega de recursos ao CIS-AMARP para atendimento do objeto disciplinado no Contrato de Programa nº. 01/2010. VALOR: A importância variável até o máximo de R\$ 138.000,00 (cento e trinta e oito mil reais) repassados mensalmente ao CIS-AMARP, de acordo com a utilização dos serviços mensais conforme a cota do município, expressa em planilha de gastos encaminhada mensalmente pelo CIS/AMARP ao município. VIGÊNCIA: de 02 de janeiro de 2017 até 31 de dezembro de 2017. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei 11.107 de 2005. SIGNATÁRIOS: Luciano Paganini pelo CIS-AMARP e Ivanir Zanin pelo Município Contratante.

EXTRATO CONTRATO MUNICÍPIO IOMERÊ 06/2017

EXTRATO CONTRATO DE RATEIO 06/2017
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE – CIS/AMARP.

CONTRATO DE RATEIO Nº. 06/2017
CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe CIS/AMARP. CONTRATADO: MUNICÍPIO DE IOMERÊ/SC. OBJETO: Este Contrato de Rateio tem por objeto disciplinar a entrega de recursos ao CIS-AMARP para atendimento do objeto disciplinado no Contrato de Programa nº. 01/2010. VALOR: R\$ 1.860,00 (Hum mil oitocentos e sessenta reais) repassados

mensalmente ao CIS-AMARP.VIGÊNCIA: de 05 de janeiro de 2017 até 31 de dezembro de 2017. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:Lei 11.107 de 2005. SIGNATÁRIOS: Luciano Paganini pelo CIS-AMARP e Luciano Paganini pelo Município Contratante.

EXTRATO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO 06/2017
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE – CIS/AMARP.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº. 06/2017
CONTRATADO: Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe CIS/AMARP. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IOMERÊ/SC. OBJETO: Este Contrato de Prestação de Serviço tem por objeto disciplinar a entrega de recursos ao CIS-AMARP para atendimento do objeto disciplinado no Contrato de Programa nº. 01/2010. VALOR: A importância variável até o máximo de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) repassados mensalmente ao CIS-AMARP, de acordo com a utilização dos serviços mensais conforme a cota do município, expressa em planilha de gastos encaminhada mensalmente pelo CIS/AMARP ao município. VIGÊNCIA: de 02 de janeiro de 2017 até 31 de dezembro de 2017. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei 11.107 de 2005. SIGNATÁRIOS: Luciano Paganini pelo CIS-AMARP e Luciano Paganini pelo Município Contratante.

EXTRATO CONTRATO MUNICÍPIO MACIEIRA 08/2017

EXTRATO CONTRATO DE RATEIO 08/2017
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE – CIS/AMARP.

CONTRATO DE RATEIO Nº. 08/2017
CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe CIS/AMARP. CONTRATADO:MUNICÍPIO DE MACIEIRA/SC.OBJETO:Este Contrato de Rateio tem por objeto disciplinar a entrega de recursos ao CIS-AMARP para atendimento do objeto disciplinado no Contrato de Programa nº. 01/2010.VALOR: R\$ 1.860,00 (Hum mil oitocentos e sessenta reais) repassados mensalmente ao CIS-AMARP.VIGÊNCIA: de 02 de janeiro de 2017 até 31 de dezembro de 2017. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:Lei 11.107 de 2005. SIGNATÁRIOS: Luciano Paganini pelo CIS-AMARP e Zelir Citadin pelo Município Contratante.

EXTRATO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO 08/2017
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE – CIS/AMARP.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº. 08/2017
CONTRATADO: Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe CIS/AMARP. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE Macieira/SC. OBJETO: Este Contrato de Prestação de Serviço tem por objeto disciplinar a entrega de recursos ao CIS-AMARP para atendimento do objeto disciplinado no Contrato de Programa nº. 01/2010. VALOR: A importância variável até o máximo de R\$ 60.000,00 (Sessenta mil reais) repassados mensalmente ao CIS-AMARP, de acordo com a utilização dos serviços mensais conforme a cota do município, expressa em planilha de gastos encaminhada mensalmente pelo CIS/AMARP ao município. VIGÊNCIA: de 02 de janeiro de 2017 até 31 de dezembro de 2017. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei 11.107 de 2005. . SIGNATÁRIOS: Luciano Paganini pelo CIS-AMARP e Zelir Citadin pelo Município Contratante.

EXTRATO CONTRATO MUNICÍPIO SALTO VELOSO 12/2017

EXTRATO CONTRATO DE RATEIO 12/2017
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE – CIS/AMARP.

CONTRATO DE RATEIO Nº. 12/2017
CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe CIS/AMARP. CONTRATADO:MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO/SC. OBJETO: Este Contrato de Rateio tem por objeto disciplinar a entrega de recursos ao CIS-AMARP para atendimento do objeto disciplinado no Contrato de Programa nº. 01/2010.VALOR: R\$ 1.860,00 (Hum mil oitocentos e sessenta reais) repassados mensalmente ao CIS-AMARP.VIGÊNCIA: de 02 de janeiro de 2017 até 31 de dezembro de 2017. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:Lei 11.107 de 2005.SIGNATÁRIOS: Luciano Paganini pelo CIS-AMARP e Ana Rosa Zanella pelo Município Contratante.

EXTRATO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO 12/2017
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE – CIS/AMARP.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº. 12/2017
CONTRATADO: Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe CIS/AMARP. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO/SC. OBJETO: Este Contrato de Prestação de Serviço tem por objeto disciplinar a entrega de recursos ao CIS-AMARP para atendimento do objeto disciplinado no Contrato de Programa nº. 01/2010. VALOR: A importância variável até o máximo de R\$ 94.000,00 (Noventa e quatro mil reais) repassados mensalmente ao CIS-AMARP, de acordo com a utilização dos serviços mensais conforme a cota do município, expressa em planilha de gastos encaminhada mensalmente pelo CIS/AMARP ao município. VIGÊNCIA: de 02 de janeiro de 2017 até 31 de dezembro de 2017. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei 11.107 de 2005. SIGNATÁRIOS: Luciano Paganini pelo CIS-AMARP e Ana Rosa Zanella pelo Município Contratante.

CIS/AMREC

EXTRATO DE CONTRATO: Nº 027-2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

CISAMREC- Consórcio Intermunicipal de saúde da AMREC.

CNPJ 13.791.885/0001-36

EXTRATO DE CONTRATO

2-Extrato de contrato: nº 027/2016

Contratante: CISAMREC- Consórcio Intermunicipal de saúde da AMREC

Contratado: ORLECLÍNICA – CLÍNICA DE FISIOTERAPIA LTDA-ME

Objetivo: prestação de serviços de saúde, conforme as necessidades dos municípios signatários

Vigência: a partir de 10/2016

Pelo CISAMREC o Presidente, Senhor VANDERLEI ALEXANDRE, e pela empresa a Senhora PATRÍCIA HELENA WAYHS RIGHETTO

CIS/AMURES

TERMO DE POSSE CIS/AMURES PRESIDENCIA 2017**TERMO DE POSSE**

Aos seis dias do mês de janeiro de dois mil e dezessete, às quatorze horas, na sede do Associação dos Municípios da Região Serrana - AMURES, sito à rua Otacílio Vieira da Costa – 112, em sessão convocada para essa finalidade, com a presença dos Excelentíssimos Prefeitos que firmaram a competente lista de presença, após prestar compromisso legal, tomou posse para o exercício do cargo de Presidente do CIS/AMURES, a Prefeita Municipal de Palmeira, Sr^a Fernanda de Souza Cordova, devidamente eleito, para o período de 06 de janeiro de 2017 à 31 de dezembro de 2017, e que assina o presente Termo para gerar seus efeitos legais. Foram empossados também o Conselho Fiscal, abaixo descritos, eleitos na mesma Assembléia, em seus respectivos cargos.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – CIS/AMURES.

Presidente: Fernanda de Souza Cordova, brasileira, casada, RG nº4399773, CPF nº 007.142.639-66, Prefeita de Palmeira

1º Vice – Presidente: Vilmar José Neckel, brasileira, casado, RG nº 10636137, CPF nº 422.110. 189-04, Prefeito de Bom Retiro.

2º Vice – Presidente: Tito Pereira de Freitas, brasileiro, casado, RG nº 320.534-7, CPF nº 148.794.689/91, Prefeito de Capão Alto.

Declaramos empossado, a Sr^a. Fernanda de Souza Cordova, prefeita do Município de Palmeira, que assinou o Termo na presença dos demais membros da diretoria.

CONSELHO FISCAL

1º Conselheiro: Luiz Paulo Farias, CPF nº 479.645.109-91, prefeito do município de Ponte Alta.

Suplente: Luiz Carlos Schmuler, CPF nº 892.787.399-87, prefeito do município de Bocaina do Sul

2º Conselheiro: Antonio Ceron, CPF nº 021.394.809-53, prefeito do município de Lages.

Suplente: Arno Tadeu Marian, CPF nº 392.333.248-34, prefeito do município de São José do Cerrito.

3º Conselheiro: Evandro Frigo Pereira, CPF nº 018.811.849-78, prefeito do município de Urupema.

Suplente: José Tadeu Martins de Oliveira, CPF nº 106.093.349/72, prefeito do município de Campo Belo do Sul.

Lages, 06 de Janeiro de 2017.

FERNANDA DE SOUZA CORDOVA

Presidente Empossado

CONSÓRCIO CISAMA**ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL SERRA CATARINENSE - CISAMA – LAGES - 06 DE JANEIRO DE 2017**

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL SERRA CATARINENSE - CISAMA – LAGES - 06 DE JANEIRO DE 2017.

Aos seis dias do mês de janeiro de dois mil e dezessete, com início às 15:30 horas, nas dependências da Associação dos Municípios da Região Serrana - AMURES, sito à rua Otacílio Vieira da Costa, 112 - Lages/SC, reuniram-se os prefeitos e vice-prefeitos abaixo relacionados, para tratarem da seguinte pauta: 1) Leitura, discussão e aprovação da ata anterior; 2) Apresentação do marco legal do CISAMA e encaminhamentos para aprovação; 3) Eleição dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal para o mandato de 06 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017; 4) Situação dos Programas, Projetos e encaminhamentos e, 5) Assuntos Gerais. Justificada a ausência dos cargos da Diretoria em função do pleito eleitoral, o Diretor Executivo do CISAMA, Sr. Selênio Sartori, deu abertura à assembleia agradecendo a presença de todos e, na sequência fez a leitura do edital de convocação. Ato contínuo passou ao primeiro item da pauta: apreciação da ata da reunião anterior realizada no dia treze de setembro de 2016, destacando da ata da assembleia geral extraordinária: i) a terceira alteração do Contrato de Consórcio Público com a criação do Conselho Intermunicipal de Tributos visando dar andamento ao Programa Saúde Fiscal e ao Termo de Cooperação firmado com o Ministério Público; ii) a inclusão dos Municípios de Pinhal da Serra, Esmeralda, Vacaria e Bom Jesus na área de abrangência do consórcio para participarem do Programa Desenvolver Serra Catarinense, do Projeto de Infraestrutura Turística e de outros que vierem a aderir e; iii) a adequação da jornada de trabalho e doação de bens do patrimônio do consórcio. Destacou que as alterações foram aprovadas por unanimidade dos presentes na assembleia geral extraordinária convocada para este fim e, solicitou aos gestores o encaminhamento para aprovação junto às Câmaras Municipais, colocando a equipe do CISAMA à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários. Esclareceu que somente após a aprovação nos 18 municípios consorciados os municípios do Rio Grande do Sul poderão aprovar suas leis no prazo de dois anos. Destacou também da ata de assembleia geral ordinária realizada na mesma data, o Orçamento Geral do CISAMA para 2017 no valor de R\$ 883.908,46 (oitocentos e oitenta e três mil, novecentos e oito reais e quarenta e seis centavos), que serão provenientes de recursos a serem rateados entre os 18 municípios consorciados (transferências correntes), a serem repassadas via modalidade de despesa 71 - Transferências a Consórcios Públicos mediante Contrato de Rateio. O Plano de Trabalho 2016 e a prestação de contas do ano de 2016 serão tratados na assembleia de março de 2017 como preconiza o Contrato de Consórcio Público. Aberto à discussão, as atas foram aprovadas por unanimidade dos presentes. No segundo item da ordem do dia, sobre o Marco Legal do CISAMA, foi entregue a minuta do Projeto de Lei para ratificar a terceira alteração do contrato de consórcio público e a minuta da justificativa a serem encaminhadas às respectivas câmaras Municipais. Cada Prefeito/Prefeita recebeu cópia do Estatuto Social (Contrato de Consórcio Público) com as alterações, para o melhor entendimento e aprofundamento por parte dos gestores sobre o consórcio. No terceiro item da pauta sobre o processo de eleição e posse do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal do CISAMA foi aberto espaço às manifestações dos presentes. Inicialmente discutiram os nomes para composição do Conselho de Administração com mandato de 06 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017, sendo aclamados por unanimidade: como Presidente do CISAMA o Prefeito de Capão Alto – Tito Pereira Freitas; como 1ª Vice-Presidente o Prefeito de Bocaina do Sul – Luiz Carlos Schmulder e como 2º Vice-Presidente o Prefeito de Lages - Antonio Ceron. Ato contínuo foram aclamados os membros do Conselho Fiscal com mandato de 06 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017, como efetivos: o Prefeito de Otacílio Costa - Luiz Carlos Xavier e o Prefeito de Rio Rufino – Thiago Costa e; como conselheiros suplentes o Prefeito de São José do Cerrito – Arno Tadeu Marian e o Prefeito de Campo Belo do Sul – José Tadeu Martins de Oliveira. Sobre a situação dos Programas, Projetos e encaminhamentos usou a palavra a Engenheira Sanitarista do CISAMA Katynara Goerdert, que fez uma breve explanação sobre o Programa de Saneamento Básico e Meio Ambiente. Destacou a assessoria ao Serviço Autônomo de Saneamento Básico de Rio Rufino; a prorrogação dos contratos de esgotamento sanitário junto à FUNASA; o edital de licitação em aberto para implantação dos SES de Capão Alto e Urupema e a abertura neste mês do edital para Bom Retiro; a licitação que será aberta para implantação da Central de Triagem do Setor Sudoeste e do projeto para mais uma central regional, ambas com recursos de emenda da parlamentar Carmen Zanotto; a situação da aprovação da Política Municipal de Resíduos Sólidos nos Municípios Consorciados e a realização da Semana do Meio Ambiente e demais projetos via FUNSERRA. A Médica Veterinária Andressa Steffen Barbosa apresentou a situação do Serviço de Inspeção nos Municípios, sendo que apenas 50% deles possuem profissionais concursados, outros atuando com profissionais contratados. Pediu o empenho dos novos gestores para realização de concursos públicos ou para o chamamento naqueles Municípios que já o realizaram, a exemplo de Lages. Falou da auditoria do Ministério da Agricultura, a ser realizada neste primeiro semestre, após a auditoria da CIDASC e do CONSAD. A documentação encaminhada pelo CISAMA foi aprovada pelo MAPA, restando a auditoria nos Serviços de Inspeção de Anita Garibaldi, São José do Cerrito e São Joaquim. Finalmente o coordenador do Programa de Direitos Humanos e Assistência Social, Lauro Francisco dos Santos Filho, apresentou o trabalho de orientação na gestão compartilhada do abrigo institucional para crianças e adolescentes dos municípios de Urubici e Rio Rufino. Em São Joaquim foi feita a adequação do abrigo às normas federais, com elaboração e aprovação da legislação municipal, regimento interno, projeto político pedagógico e atendimento em um novo espaço de abrigamento. Relatou a reunião realizada no início do mês de novembro de 2016 com os Municípios de Campo Belo do Sul e Cerro Negro, manifestando a intenção que foi firmada pelos prefeitos de implantar a gestão compartilhada no abrigo de Campo Belo do Sul, como era vontade do Padre Edilson José de Souza, Prefeito reeleito do Município (in memoriam). Apresentou a demanda de São José do Cerrito e a dificuldade do Município de Lages, que faz parte da mesma comarca, em receber crianças e adolescentes daquele Município, buscando o apoio no abrigo de Bocaina do Sul. O Prefeito de Lages Antonio Ceron empenhou seu apoio e pediu que o coordenador trata-se com a Secretária de Assistência Social da possibilidade de Lages abrigar crianças e adolescentes de São José do Cerrito. Colocou-se à disposição dos Prefeitos e agradeceu a oportunidade de apresentar o trabalho desenvolvido pelo consórcio através de sua pessoa. Em assuntos gerais foi questionado quanto à aquisição dos distribuidores de calçário, sendo informado pelo Diretor Executivo o valor orçado do bem e a necessidade de depósito da contrapartida dos Municípios. Ficou definido que o CISAMA expedirá ofício circular de orientação àqueles que ainda não efetuaram o depósito. Na oportunidade, a ARIS apresentou o trabalho desenvolvido junto aos Municípios consorciados, como agência reguladora dos serviços de saneamento. Ricardo destacou a importância dos PMSB de Otacílio Costa, São Joaquim e Correia Pinto que foram elaborados com o apoio do CISAMA e, da necessidade de atualizarmos os planos de saneamento básico dos outros 14 Municípios que foram elaborados em 2009, com metas impossíveis de serem alcançadas diante dos indicadores utilizados/perseguidos e da realidade atual dos Municípios. Nada mais havendo para tratar, encerrou-se a presente ata, por mim lavrada e assinada pelos presentes. Lages (SC), 06 de janeiro de 2017.

Tito Pereira Freitas Prefeito de Capão Alto	Luiz Carlos Xavier Prefeito de Otacílio Costa
João Cidinei da Silva Prefeito de Anita Garibaldi	Fernanda de Souza Córdova Prefeita de Palmeira
Pedro Ostetto Prefeito em exercício de Bom Jardim da Serra	Vilmar José Neckel Prefeito de Bom Retiro
Giovani Nunes Prefeito de São Joaquim	José Tadeu Martins de Oliveira Prefeito de Campo Belo do Sul
Ademilson Conrado Prefeito de Cerro Negro	Casimiro Reuter de Liz Vice-Prefeito de Correia Pinto
Antonio Ceron Prefeito de Lages	Thiago Costa Prefeito de Rio Rufino
Evandro Frigo Pereira Prefeito de Urupema	Luiz Paulo Farias Prefeito de Ponte Alta
Arno Tadeu Marian Prefeito de São José do Cerrito	Antônio Zilli Prefeito de Urubici
Luiz Carlos Shmuler Prefeito de Bocaina do Sul	Selênio Sartori Diretor Executivo do CISAMA
Lauro Francisco dos Santos Filho Assistente Social do CISAMA	Neide Rodrigues da Silva Administradora do CISAMA
Katynara Goedert Engenheira Sanitarista do CISAMA	Andressa Steffen Barbosa Médica Veterinária do CISAMA